Relatório Anual de Avaliação



Plano Plurianual
Exercício 2006
Ano Base 2005

Volume I



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Volume I

Exercício 2006

Ano Base 2005

Brasília, setembro de 2006

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidência da República
José Alencar Gomes da Silva
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Roussef
Ministro de Estado da Justiça
Márcio Thomaz Bastos
Ministro de Estado da Defesa
Waldir Pires
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega
Ministro de Estado dos Transportes
Paulo Sérgio Passos
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Luís Carlos Guedes Pinto
Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad
Ministro de Estado da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Luiz Marinho
Ministro de Estado da Previdência Social
Nelson Machado
Ministro de Estado da Saúde
José Agenor Alvares
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Luiz Fernando Furlan
Ministro de Estado de Minas e Energia
Silas Rondeau Cavalcante da Silva
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sérgio Machado Rezende
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Marina Silva
Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior
Ministro de Estado do Turismo
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto
Ministro de Estado da Integração Nacional
Pedro Brito Nascimento
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel
Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix
Advogado-Geral da União
Álvaro Augusto Ribeiro Costa
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Jorge Hage Sobrinho
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias
Secretário de Relações Institucionais da Presidência da República
Tarso Genro
Secretário Especial dos Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéia Freire
Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca
Altemir Gregolin
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Matilde Ribeiro



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Volume I

Exercício 2006

Ano Base 2005

Brasília, setembro de 2006

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2006, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
relatório anual de avaliação do plano plurianual 2004-2007 - exercício 2006 - ano base 2005: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. - Brasília: MP, 2006.

1570p. : il

1. Planejamento Público.

CDU: 711

SUMÁRIO

Volume I

Apresentação 37

Introdução 39

Avaliação do Cenário Macroeconômico 43

Avaliação da Gestão do Plano 55

Avaliação dos Programas 105

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 107
Ministério da Ciência e Tecnologia 207
Ministério da Cultura 253
Ministério da Defesa 301
Ministério da Educação 381
Ministério da Fazenda 439
Ministério da Integração Nacional 489
Ministério da Justiça 549
Ministério da Previdência Social 617
Ministério da Saúde 649
Ministério das Cidades 727
Ministério das Comunicações 773
Ministério das Relações Exteriores 801
Ministério de Minas e Energia 841
Ministério do Desenvolvimento Agrário 937
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 977
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 1029
Ministério do Esporte 1089

Ministério do Meio Ambiente 1123
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão..... 1223
Ministério do Trabalho e Emprego 1273
Ministério do Turismo 1321
Ministério dos Transportes 1335
Presidência da República 1403
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca 1463
Secretaria Especial dos Direitos Humanos 1477
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 1521
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres 1537
Poderes Legislativo e Judiciário, TCU e Ministério Público da União ... 1553

Volume II

Apresentação 09

Introdução 11

Anexo I 15

Volume III

Anexo I - Continuação 846

Volume IV

Apresentação 9

Introdução 11

Anexo II 15

Volume V

Apresentação 9

Introdução 11

Anexo III 15

Anexo IV 1027

ÍNDICE GERAL POR ORGÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 107

Sumário Executivo 109
Abastecimento Agroalimentar 112
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 118
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 121
Desenvolvimento da Avicultura 127
Desenvolvimento da Bovideocultura 130
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura 134
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 137
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta 141
Desenvolvimento da Heveicultura 145
Desenvolvimento da Horticultura 147
Desenvolvimento da Suideocultura 152
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais 157
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 161
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 166
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 173
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 175
Gestão da Política Agropecuária 178
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 180
Minimização de Riscos no Agronegócio 185
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 188
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 191
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 195
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 200
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 204

Ministério da Ciência e Tecnologia 207

Sumário Executivo 209
Biotecnologia 214
Ciência e Tecnologia para Inclusão Social 217
Ciência, Natureza e Sociedade 220
Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia 223
Difusão e Popularização da Ciência 226
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 229
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia 233
Inovação e Competitividade 235
Mudanças Climáticas Globais 238
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 241
Nacional de Atividades Nucleares 244
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 247
Sociedade da Informação 250

Ministério da Cultura 253

Sumário Executivo 255
Brasil Patrimônio Cultural 259
Brasil, Som e Imagem 265
Cultura Afro-Brasileira 269
Cultura, Educação e Cidadania 272
Engenho das Artes 276
Gestão da Política de Cultura 280
Identidade e Diversidade Cultural 283
Livro Aberto 287
Monumenta 291
Museu Memória e Cidadania 296

Ministério da Defesa 301

Sumário Executivo 303
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas 306
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica 308
Adestramento e Operações Militares da Marinha 312
Adestramento e Operações Militares do Exército 316
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil 321
Calha Norte 323
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas 326
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 328

Desenvolvimento da Aviação Civil 331
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 334
Ensino Profissional da Aeronáutica 337
Ensino Profissional da Marinha 339
Ensino Profissional do Exército 342
Gestão da Política de Defesa Nacional 344
Mobilização para Defesa Nacional 346
Proantar 348
Produção de Material Bélico 351
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 353
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 357
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 360
Recursos do Mar 362
Segurança da Navegação Aquaviária 365
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro 368
Serviço de Saúde das Forças Armadas 371
Tecnologia de Uso Aeroespacial 374
Tecnologia de Uso Naval 376
Tecnologia de Uso Terrestre 379

Ministério da Educação 381

Sumário Executivo 383
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 387
Brasil Escolarizado 394
Desenvolvimento da Educação Especial 397
Desenvolvimento da Educação Infantil 402
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 406
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica 409
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 414
Desenvolvimento do Ensino Médio 419
Educação para a Diversidade e Cidadania 422
Gestão da Política de Educação 427
Universidade do Século XXI 430
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica 434

Ministério da Fazenda 439

Sumário Executivo 441
Administração Tributária e Aduaneira 445
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 448

Banco para Todos 450
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins 452
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 454
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 457
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização 461
Educação Fiscal 465
Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE 467
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM 469
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes 472
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União 474
Gestão da Política de Regulação de Mercados 476
Gestão da Política Econômica 478
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito 481
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 483
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 485

Ministério da Integração Nacional 489

Sumário Executivo 491
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 494
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 499
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER 504
Drenagem Urbana Sustentável 510
Eficiência na Agricultura Irrigada 513
Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial 516
Integração de Bacias Hidrográficas 519
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR 522
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 525
Proágua Infra-estrutura 528
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO 532
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER 539
Resposta aos Desastres 542
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 546

Ministério da Justiça 549

Sumário Executivo 551
Assistência Jurídica Integral e Gratuita 555
Combate à Criminalidade 559
Combate ao Crime Transnacional 563

Defesa do Consumidor 568
Defesa dos Direitos Difusos 570
Defesa Econômica e da Concorrência 574
Democratização do Acesso à Informação Legislativa 579
Estrangeiros no Brasil 581
Gestão da Política na Área da Justiça 584
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 586
Modernização da Polícia Federal 590
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional 593
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento 597
Reconhecimento de Utilidade Pública 601
Reforma do Judiciário 603
Segurança Pública nas Rodovias Federais 607
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP 610

Ministério da Previdência Social 617

Sumário Executivo 619
Arrecadação de Receitas Previdenciárias 623
Educação Previdenciária 626
Gestão da Política de Previdência Social 629
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 630
Previdência Complementar 632
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 635
Previdência Social Básica 637
Qualidade dos Serviços Previdenciários 642
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal 645

Ministério da Saúde 649

Sumário Executivo 651
Alimentação Saudável 654
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 657
Assistência Suplementar à Saúde 659
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas 662
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos 665
Atenção Básica em Saúde 668
Atenção Especializada em Saúde 671

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde 673
Atenção Integral à Saúde da Mulher 676
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 677
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase 681
Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos 684
Educação Permanente e Qualificação Profissional
no Sistema Único de Saúde 687
Gestão da Política de Saúde 689
Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde 691
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde 693
Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária
e no Sistema Único de Saúde 696
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 699
Saneamento Rural 702
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 706
Vigilância Ambiental em Saúde 709
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis 711
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 713
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 717
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e
outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 720
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 723

Ministério das Cidades 727

Sumário Executivo 729
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 732
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 734
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros 736
Financiamento Imobiliário Habitacional 741
Fortalecimento da Gestão Urbana 743
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano 746
Habitação de Interesse Social 748
Mobilidade Urbana 751
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H 754
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 757
Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional 760
Saneamento Ambiental Urbano 762
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos 766
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 769

Ministério das Comunicações 773

Sumário Executivo 775
Aprimoramento dos Serviços Postais 777
Gestão da Política de Comunicações 781
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 784
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 787
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica 790
Universalização dos Serviços de Telecomunicações 794

Ministério das Relações Exteriores 801

Sumário Executivo 803
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 806
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular 810
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional 813
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 816
Ensino Profissional Diplomático 819
Gestão da Participação em Organismos Internacionais 824
Gestão da Política Externa 827
Promoção das Exportações 829
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 833
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais 837
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais 838

Ministério de Minas e Energia 841

Sumário Executivo 843
Abastecimento de Energia Elétrica 847
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível 849
Atuação Internacional na Área de Petróleo 851
Brasil com Todo Gás 854
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 858
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis 861
Eficiência Energética 865
Energia Alternativa Renovável 868
Energia na Região Nordeste 871
Energia na Região Norte 875
Energia na Região Sul 878
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 882

Energia nos Sistemas Isolados 886
Geologia do Brasil 891
Gestão da Política de Energia 895
Gestão da Política Mineral 897
Indústria Petroquímica 900
Luz para Todos 903
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 907
Oferta de Petróleo e Gás Natural 911
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 915
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 919
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível 926
Refino de Petróleo 929
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 932
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 935

Ministério do Desenvolvimento Agrário 937

Sumário Executivo 939
Agricultura Familiar - PRONAF 942
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 947
Crédito Fundiário 952
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 957
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 962
Educação do Campo (PRONERA) 966
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário 969
Paz no Campo 971
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 974

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 977

Sumário Executivo 979
Acesso à Alimentação 984
Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal 988
Erradicação do Trabalho Infantil 989
Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome 995
Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude 998
Proteção Social à Pessoa com Deficiência 1003
Proteção Social ao Idoso 1008
Rede Solidária de Restaurantes Populares 1012
Sistema Único de Assistência Social 1016
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1021

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 1029

Sumário Executivo 1031
Arranjos Produtivos Locais 1033
Artesanato Brasileiro 1039
Comércio Eletrônico 1043
Competitividade das Cadeias Produtivas 1046
Cultura Exportadora 1053
Defesa Comercial 1056
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte 1059
Desenvolvimento do Comércio Exterior 1063
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços 1069
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1071
Metrologia e Qualidade Industrial 1075
Pólo Industrial de Manaus 1079
Propriedade Intelectual 1082

Ministério do Esporte 1089

Sumário Executivo 1091
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1095
Esporte e Lazer da Cidade 1102
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer 1108
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1110
Rumo ao Pan 2007 1113
Segundo Tempo 1115

Ministério do Meio Ambiente 1123

Sumário Executivo 1125
Agenda 21 1128
Amazônia Sustentável 1131
Áreas Protegidas do Brasil 1135
Combate à Desertificação 1139
Comunidades Tradicionais 1142
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1145
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos 1150
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas 1153
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade 1155
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal 1158
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis 1160

Gestão da Política de Meio Ambiente 1164
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos 1169
Litoral Brasileiro Sustentável 1173
Mudanças Climáticas e Meio Ambiente 1176
Nacional de Ecoturismo 1179
Nacional de Florestas 1184
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais 1190
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas
e Incêndios Florestais - Florescer 1192
Proambiente 1195
Probacias 1198
Qualidade Ambiental - Procontrole 1201
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1204
Resíduos Sólidos Urbanos 1207
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade
e Degradação Ambiental 1210
Viver sem Contaminação 1217
Zoneamento Ecológico-Econômico 1220

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ..1223

Sumário Executivo 1225
Avaliação do Plano Plurianual 1227
Compras Governamentais 1230
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1233
Gestão da Política na Área de Planejamento 1235
Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações
de Trabalho no Setor Público 1238
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1241
Gestão do Plano Plurianual 1246
Gestão dos Orçamentos da União 1249
Gestão Pública para um Brasil de Todos 1253
Governo Eletrônico 1256
Inclusão Digital 1259
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1261
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1266
Recenseamentos Gerais 1270

Ministério do Trabalho e Emprego 1273

Sumário Executivo 1275
Democratização das Relações de Trabalho 1278

Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda 1282
Economia Solidária em Desenvolvimento 1286
Erradicação do Trabalho Escravo 1291
Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda 1294
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1296
Primeiro Emprego 1301
Qualificação Social e Profissional 1306
Rede de Proteção ao Trabalho 1312
Segurança e Saúde no Trabalho 1315

Ministério do Turismo 1321

Sumário Executivo 1323
Brasil: Destino Turístico Internacional 1325
Gestão da Política de Turismo 1328
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1330

Ministério dos Transportes 1335

Sumário Executivo 1337
Corredor Araguaia-Tocantins 1340
Corredor Fronteira Norte 1344
Corredor Leste 1348
Corredor Mercosul 1351
Corredor Nordeste 1354
Corredor Oeste-Norte 1358
Corredor São Francisco 1362
Corredor Sudoeste 1365
Corredor Transmetropolitano 1369
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário 1372
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval 1375
Gestão da Política dos Transportes 1379
Infra-estrutura de Transportes 1381
Manutenção da Malha Rodoviária Federal 1383
Manutenção de Hidrovias 1386
Navegação Interior 1390
Serviços de Transporte Aquaviário 1394
Serviços de Transporte Ferroviário 1397
Serviços de Transporte Rodoviário 1399

Presidência da República.....1403

Sumário Executivo..... 1405

Gabinete da Presidência da República

Certificação Digital..... 1410
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental 1412
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural 1415
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica..... 1419
Gestão da Política de Comunicação de Governo 1422
Gestão das Políticas de Governo 1425
Informações Integradas para Proteção da Amazônia..... 1428
Inteligência Federal 1432
Nacional de Juventude 1436
Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas..... 1441
Promoção da Ética Pública 1446

Advocacia-Geral da União

Defesa Jurídica da União..... 1449

Controladoria-Geral da União

Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais 1452
Correição no Poder Executivo Federal 1457

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.....1463

Sumário Executivo..... 1465
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura..... 1467
Desenvolvimento Sustentável da Pesca..... 1471
Gestão da Política Pesqueira..... 1474

Secretaria Especial dos Direitos Humanos.....1477

Sumário Executivo..... 1479
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 1482
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei 1488
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 1492
Direitos Humanos, Direitos de Todos 1496

Gestão da Política de Direitos Humanos 1500
Nacional de Acessibilidade 1502
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 1506
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 1511
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional. 1516

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.....1521

Sumário Executivo 1523
Brasil Quilombola 1526
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial 1532

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres...1537

Sumário Executivo 1539
Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas 1542
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho 1545
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1548

Poderes Legislativo e Judiciário, TCU e Ministério Público da União.....1553

Câmara dos Deputados

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados.....1555

Justiça do Trabalho

Prestação Jurisdicional Trabalhista 1558

Superior Tribunal de Justiça

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 1561

Tribunal de Contas da União

Controle Externo 1565

ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS

Abastecimento Agroalimentar 112
Abastecimento de Energia Elétrica 847
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível 849
Acesso à Alimentação 984
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas 306
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica 308
Adestramento e Operações Militares da Marinha 312
Adestramento e Operações Militares do Exército 316
Administração Tributária e Aduaneira 445
Agenda 21 1128
Agricultura Familiar - PRONAF 942
Alimentação Saudável 654
Amazônia Sustentável 1131
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 448
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 806
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 118
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte . 732
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 734
Aprimoramento dos Serviços Postais 777
Áreas Protegidas do Brasil 1135
Arranjos Produtivos Locais 1033
Arrecadação de Receitas Previdenciárias 623
Artesanato Brasileiro 1039
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 947
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular 810

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 1482
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil 321
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 657
Assistência Jurídica Integral e Gratuita 555
Assistência Suplementar à Saúde 659
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências,
Violências e outras Causas Externas 662
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em
Situações Especiais de Agravos 665
Atenção Básica em Saúde 668
Atenção Especializada em Saúde 671
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde 673
Atenção Integral à Saúde da Mulher 676
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei 1488
Atuação Internacional na Área de Petróleo 851
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 1555
Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais .. 1452
Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal 988
Avaliação do Plano Plurianual 1227
Banco para Todos 450
Biotecnologia 214
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 387
Brasil com Todo Gás 854
Brasil Escolarizado 394
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1095
Brasil Patrimônio Cultural 259
Brasil Quilombola 1526
Brasil, Som e Imagem 265
Brasil: Destino Turístico Internacional 1325
Calha Norte 323
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins 452
Certificação Digital 1410

Ciência e Tecnologia para Inclusão Social 217
Ciência, Natureza e Sociedade..... 220
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 677
Combate à Criminalidade..... 559
Combate à Desertificação 1139
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 1492
Combate ao Crime Transnacional 563
Comércio Eletrônico 1043
Competitividade das Cadeias Produtivas 1046
Compras Governamentais..... 1230
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas..... 326
Comunidades Tradicionais..... 1142
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros..... 1145
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos 1150
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas 1153
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade 1155
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase..... 681
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 328
Controle Externo 1565
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional..... 813
Corredor Araguaia-Tocantins 1340
Corredor Fronteira Norte 1344
Corredor Leste 1348
Corredor Mercosul 1351
Corredor Nordeste 1354
Corredor Oeste-Norte..... 1358
Corredor São Francisco 1362
Corredor Sudoeste..... 1365
Corredor Transmetropolitano..... 1369
Correição no Poder Executivo Federal 1457
Crédito Fundiário..... 952
Cultura Afro-Brasileira..... 269

Cultura Exportadora 1053
Cultura, Educação e Cidadania 272
Defesa Comercial 1056
Defesa do Consumidor 568
Defesa dos Direitos Difusos 570
Defesa Econômica e da Concorrência 574
Defesa Jurídica da União 1449
Democratização das Relações de Trabalho 1278
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental 1412
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural 1415
Democratização do Acesso à Informação Legislativa 579
Descentralização dos Sistemas de Transporte
Ferroviário Urbano de Passageiros 736
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda 1282
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 494
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 121
Desenvolvimento da Aviação Civil 331
Desenvolvimento da Avicultura 127
Desenvolvimento da Bovideocultura 130
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura .. 134
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 137
Desenvolvimento da Educação Especial 397
Desenvolvimento da Educação Infantil 402
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 406
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 499
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta 141
Desenvolvimento da Heveicultura 145
Desenvolvimento da Horticultura 147
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 334
Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia 223
Desenvolvimento da Suideocultura 152

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes
e Outras Espécies Vegetais 157
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 161
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1233
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de
Pequeno e Médio Porte 1059
Desenvolvimento do Comércio Exterior 1063
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 166
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 173
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica 409
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 414
Desenvolvimento do Ensino Médio 419
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 454
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 457
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização 461
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER 504
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1467
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1471
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 175
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 957
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal 1158
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 962
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 858
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 816
Difusão e Popularização da Ciência 226
Direitos Humanos, Direitos de Todos 1496
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural,
Álcool e Outros Combustíveis 861
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica 1419
Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos 684
Drenagem Urbana Sustentável 510

Economia Solidária em Desenvolvimento 1286
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis 1160
Educação do Campo (PRONERA) 966
Educação Fiscal 465
Educação para a Diversidade e Cidadania 422
Educação Permanente e Qualificação Profissional no
Sistema Único de Saúde 687
Educação Previdenciária 626
Eficiência Energética 865
Eficiência na Agricultura Irrigada 513
Energia Alternativa Renovável 868
Energia na Região Nordeste 871
Energia na Região Norte 875
Energia na Região Sul 878
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 882
Energia nos Sistemas Isolados 886
Engenho das Artes 276
Ensino Profissional da Aeronáutica 337
Ensino Profissional da Marinha 339
Ensino Profissional Diplomático 819
Ensino Profissional do Exército 342
Erradicação do Trabalho Escravo 1291
Erradicação do Trabalho Infantil 989
Esporte e Lazer da Cidade 1102
Estrangeiros no Brasil 581
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário 1372
Financiamento Imobiliário Habitacional 741
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval .. 1375
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 229
Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE 467
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM .. 469
Fortalecimento da Gestão Urbana 743

Geologia do Brasil 891
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes 472
Gestão da Participação em Organismos Internacionais 824
Gestão da Política Agropecuária 178
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União 474
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia 233
Gestão da Política de Comunicação de Governo 1422
Gestão da Política de Comunicações 781
Gestão da Política de Cultura 280
Gestão da Política de Defesa Nacional 344
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário 969
Gestão da Política de Desenvolvimento Regional
e Ordenamento Territorial 516
Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome 995
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano 746
Gestão da Política de Direitos Humanos 1500
Gestão da Política de Educação 427
Gestão da Política de Energia 895
Gestão da Política de Meio Ambiente 1164
Gestão da Política de Previdência Social 629
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial 1532
Gestão da Política de Regulação de Mercados 476
Gestão da Política de Saúde 689
Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda 1294
Gestão da Política de Turismo 1328
Gestão da Política dos Transportes 1379
Gestão da Política Econômica 478
Gestão da Política Externa 827
Gestão da Política Mineral 897
Gestão da Política na Área da Justiça 584
Gestão da Política na Área de Planejamento 1235
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos 1169

Gestão da Política Pesqueira 1474
Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas 1542
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer 1108
Gestão das Políticas de Governo 1425
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços 1069
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito..... 481
Gestão de Recursos Humanos e Democratização das
Relações de Trabalho no Setor Público 1238
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1241
Gestão do Plano Plurianual..... 1246
Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde 691
Gestão dos Orçamentos da União 1249
Gestão Pública para um Brasil de Todos 1253
Governo Eletrônico 1256
Habitação de Interesse Social..... 748
Identidade e Diversidade Cultural 283
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 586
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho 1545
Inclusão Digital 1259
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 630
Indústria Petroquímica 900
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1261
Informações Integradas para Proteção da Amazônia..... 1428
Infra-estrutura de Transportes..... 1381
Inovação e Competitividade 235
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 784
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1110
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1296
Integração de Bacias Hidrográficas 519
Inteligência Federal 1432
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental..... 1071

Investimento para Humanização e Ampliação do
Acesso à Atenção à Saúde 693
Litoral Brasileiro Sustentável 1173
Livro Aberto 287
Luz para Todos 903
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 180
Manutenção da Malha Rodoviária Federal 1383
Manutenção de Hidrovias 1386
Metrologia e Qualidade Industrial 1075
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 907
Minimização de Riscos no Agronegócio 185
Mobilidade Urbana 751
Mobilização para Defesa Nacional 346
Modernização da Polícia Federal 590
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional 593
Monumenta 291
Mudanças Climáticas e Meio Ambiente 1176
Mudanças Climáticas Globais 238
Museu Memória e Cidadania 296
Nacional de Acessibilidade 1502
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 241
Nacional de Atividades Nucleares 244
Nacional de Ecoturismo 1179
Nacional de Florestas 1184
Nacional de Juventude 1436
Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas 1441
Navegação Interior 1390
Oferta de Petróleo e Gás Natural 911
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 787
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR 522
Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma
Sanitária e no Sistema Único de Saúde 696

Paz no Campo 971
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial
para a Inserção Social 188
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade
e Sustentabilidade do Agronegócio 191
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas
de Petróleo e Gás Natural 915
Pólo Industrial de Manaus 1079
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 1561
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais 1190
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1548
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadase
Incêndios Florestais - Florescer 1192
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 699
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 525
Previdência Complementar 632
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 635
Previdência Social Básica 637
Primeiro Emprego 1301
Proágua Infra-estrutura 528
Proambiente 1195
Proantar 348
Probacias 1198
Produção de Material Bélico 351
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 483
Promoção da Ética Pública 1446
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 247
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO 532
Promoção das Exportações 829
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 1506
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 1511
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER 539

Propriedade Intelectual 1082
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1266
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional. 1516
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento 597
Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude 998
Proteção Social à Pessoa com Deficiência 1003
Proteção Social ao Idoso..... 1008
Qualidade Ambiental - Procontrole 1201
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 195
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 919
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível 926
Qualidade dos Serviços Previdenciários..... 642
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H 754
Qualificação Social e Profissional..... 1306
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 757
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 353
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 357
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 360
Recenseamentos Gerais..... 1270
Reconhecimento de Utilidade Pública 601
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 485
Recursos do Mar..... 362
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1204
Rede de Proteção ao Trabalho 1312
Rede Solidária de Restaurantes Populares 1012
Refino de Petróleo 929
Reforma do Judiciário..... 603
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União,
Estados, Municípios e Distrito Federal 645
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 974
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 833

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais 837
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais..... 838
Resíduos Sólidos Urbanos 1207
Resposta aos Desastres..... 542
Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional 760
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental..... 1210
Rumo ao Pan 2007 1113
Saneamento Ambiental Urbano 762
Saneamento Rural 702
Segundo Tempo 1115
Segurança da Navegação Aquaviária 365
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro..... 368
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos 766
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 204
Segurança e Saúde no Trabalho..... 1315
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários..... 200
Segurança Pública nas Rodovias Federais..... 607
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 706
Serviço de Saúde das Forças Armadas..... 371
Serviços de Transporte Aquaviário 1394
Serviços de Transporte Ferroviário 1397
Serviços de Transporte Rodoviário..... 1399
Sistema Único de Assistência Social 1016
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP..... 610
Sociedade da Informação 250
Tecnologia de Uso Aeroespacial 374
Tecnologia de Uso Naval 376
Tecnologia de Uso Terrestre 379

Prestação Jurisdicional Trabalhista 1558
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 546
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1021
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 932
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 935
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1330
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica 790
Universalização dos Serviços de Telecomunicações 794
Universidade do Século XXI 430
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 769
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 434
Vigilância Ambiental em Saúde 709
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis 711
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 713
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 717
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras
Doenças Sexualmente Transmissíveis 720
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 723
Viver sem Contaminação 1217
Zoneamento Ecológico-Econômico 1220

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira os resultados da avaliação do Plano Plurianual (PPA).

A Avaliação Anual do PPA constitui-se em importante instrumento gerencial para o aperfeiçoamento da formulação e gestão dos programas que integram o Plano e os orçamentos anuais.

A prática da avaliação fortalece o planejamento e a aprendizagem nas organizações governamentais, mediante a geração de informações qualificadas sobre as metas alcançadas e as restrições enfrentadas na implementação dos programas, fornecendo, ainda, recomendações para auxiliar a tomada de decisão. Nesse sentido, a avaliação dos programas contribui diretamente para a melhoria da qualidade do gasto público, e, principalmente, para o atendimento das demandas da sociedade.

O Relatório Anual de Avaliação é produto do trabalho realizado em conjunto pelos atores diretamente envolvidos no processo: as gerências dos programas, as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), as Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs), as Secretarias Executivas dos órgãos setoriais e as equipes técnicas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Secretaria de Gestão – SEGES, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI e Secretaria de Orçamento Federal – SOF).

O processo de avaliação foi implementado de forma sistematizada, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), em três etapas, a saber:

- A primeira, avaliação do programa, conduzida pelo gerente de programa e sua equipe, tem a finalidade de avaliar o desempenho de cada programa, mediante a análise da concepção, da implementação e dos resultados alcançados.
- A segunda, avaliação setorial, de responsabilidade da Secretaria-Executiva de cada Ministério, objetiva avaliar a gestão e a contribuição do conjunto dos resultados dos programas para os objetivos setoriais estabelecidos.
- A terceira, avaliação do Plano, realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contempla: i) a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas na elaboração do Plano, mediante a comparação entre os valores previstos e realizados e ii) a avaliação da gestão do plano plurianual, que consiste na análise dos fatores que auxiliaram ou dificultaram a implementação e o alcance dos objetivos do conjunto de programas

Os resultados da Avaliação Anual do PPA, referente ao exercício de 2005, subsidiaram a elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária Anual para 2007 e de Revisão do PPA

2004/2007, ambos encaminhados ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2006, contribuindo para a melhoria da qualidade da programação.

Todas as informações produzidas pela Avaliação Anual do PPA 2004-2007 serão divulgadas pela internet, contribuindo, assim, para conferir transparência às políticas implementadas e prestar contas à sociedade sobre os resultados da aplicação dos recursos públicos federais. A divulgação das avaliações dos programas também é realizada por meio da publicação de cadernos específicos por órgão responsável, de forma a facilitar a compreensão e subsidiar o controle e a participação da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem obtido avanços na implantação de uma cultura de avaliação, requisito fundamental para que a gestão pública seja, de fato, orientada para resultados. Alguns desafios, contudo, precisam ser superados: i) o aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento para geração de informações tempestivas e confiáveis sobre a execução física e a evolução de indicadores dos programas; ii) a instituição de mecanismos de incentivo aos gerentes de programas e coordenadores de ação; e iii) a capacitação em avaliação de equipes técnicas em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (SMA) é uma das respostas a esses desafios. O efetivo funcionamento desse Sistema, representado pela instalação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA e pela constituição das Unidades de Monitoramento e Avaliação nos órgãos da Administração Pública Federal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.233/04, tem contribuído para uma maior integração dos processos de monitoramento e avaliação às demais etapas do ciclo de gestão, especialmente no que se refere à alocação de recursos no orçamento e aos processos de tomada de decisão.

A estratégia de consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual nos próximos anos tem como foco o fortalecimento, nos ministérios e secretarias especiais, das Unidades de Monitoramento e Avaliação, mediante a formação de equipes qualificadas, o desenvolvimento de metodologias de avaliação e o apoio à implantação de sistemas de monitoramento, entre outros esforços, de forma a consolidar as práticas de excelência em monitoramento e avaliação na Administração Pública Federal.

Introdução

O Poder Executivo deve enviar ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2004 – 2007 (PPA), conforme determina o artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações:

> *"Art. 9º .O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório de avaliação do Plano, que conterá:*
>
> *I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;*
>
> *II - demonstrativo, na forma do Anexo II desta Lei, contendo, para cada ação:*
> *a) a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;*
> *b) as dotações correspondentes às ações orçamentárias da lei orçamentária em vigor e as previstas na proposta orçamentária enviada em 31 de agosto;*
> *c) as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros, para os três exercícios subseqüentes ao da proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, das ações orçamentárias constantes desta Lei e suas alterações, das novas ações orçamentárias previstas e das ações não-orçamentárias;*
>
> *III - demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos;*
>
> *IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;*
>
> *V - justificativa, por projeto de grande vulto, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final do exercício anterior, em valor superior ao valor financeiro previsto para o período do Plano;*
>
> *VI - justificativa, por projeto de grande vulto, da ocorrência de execução orçamentária acumulada ao final do exercício anterior, em valor inferior a 15%, 30% e 50%, do valor financeiro previsto para o período do Plano, para os relatórios apresentados em 2005, 2006 e 2007, respectivamente;*
>
> *VII - justificativa da não-inclusão, na proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, de projeto de grande vulto já iniciado ou que, de acordo com as respectivas datas de início e de término, constantes do Plano, deveriam constar da proposta, e apresentação, para esses últimos, de nova data prevista para o início" (...).*

A fim de atender o disposto no art. 9º e seus incisos, o Relatório Anual de Avaliação está estruturado em cinco volumes, que trazem a avaliação do Plano Plurianual e

os respectivos demonstrativos da programação apresentados na forma dos Anexos I a IV.

O Volume I é constituído pela avaliação do PPA e de cada um de seus programas. A Avaliação do Plano é composta pelos elementos descritos a seguir:

- A Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas, que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, mostrando as razões das eventuais discrepâncias verificadas entre o cenário previsto e a realidade econômica brasileira no exercício de 2005.
- A avaliação da gestão do plano, que consiste na análise agregada das informações obtidas a partir da avaliação de cada um dos programas e da avaliação setorial de cada órgão, incluindo uma análise quanto ao tratamento dos temas transversais relativos à raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência nos programas do PPA.
- A avaliação de cada um dos programas constantes do Plano Plurianual, abrangendo aspectos relativos aos resultados, à concepção e à implementação.

A partir deste último item é possível identificar os resultados obtidos em 2005, os fatores que afetaram o desempenho dos programas e as recomendações para seu aperfeiçoamento. Tal avaliação é obtida a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, dentro de uma perspectiva de auto-avaliação. As informações são obtidas por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento – SIGPlan.

As avaliações de cada programa estão agrupadas por órgão de governo. Cada uma apresenta informações relativas a resultados, ao desempenho e outros aspectos relevantes, bem como oferece recomendações para o aperfeiçoamento dos programas. Além disso, contêm avaliação quanto à possibilidade de alcance dos índices finais previstos para cada indicador de programas e um demonstrativo de execução orçamentária e não-orçamentária. Esse demonstrativo inclui os valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável, quanto em outros ministérios, no caso dos programas multissetoriais.

As avaliações dos programas de cada Mistério e das Secretarias Especiais são precedidas de um sumário executivo que contém informações sintéticas dos resultados e dos principais aspectos da avaliação da concepção e da implementação do conjunto de programas. Inclui, ainda, um quadro informativo quanto aos recursos previstos e realizados do conjunto de ações orçamentárias e não-orçamentárias de responsabilidade do órgão.

Os Volumes II e III, na forma do Anexo I, contemplam a programação plurianual prevista para o período 2004-2007 e a execução física e financeira das ações no exercício de 2005, tendo como referência a programação proposta pelo Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual. O documento traz ainda os índices alcançados, por indicador e por programa, ao término do exercício de 2005, bem como a avaliação da possibilidade de alcance dos índices finais previstos.

O Volume IV, na forma do Anexo II, apresenta as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros dos programas e ações previstos para o período 2007-2010, conforme o art. 9°, II, c) da Lei supracitada.

O Volume V, na forma dos Anexos III e IV, demonstra a execução acumulada do PPA, tendo como referência o Plano vigente até 2005, bem como os esclarecimentos relativos à programação e execução de projetos de grande vulto quando da ocorrência das situações previstas nos incisos V, VI, e VII do art. 9º da Lei nº 10.933/2004.

O conjunto de informações contidas neste Relatório fornece subsídios para a apreciação pelo Congresso Nacional dos Projetos de Lei Orçamentária Anual de 2007 e de Revisão do Plano Plurianual 2004-2007 encaminhados em 31 de agosto de 2006, bem como contribui para maior transparência da ação governamental.



Avaliação do Cenário Macroeconômico

Avaliação do Cenário Macroeconômico

Introdução

A Avaliação do Cenário Macroeconômico, conforme determina o artigo 9º, inciso II, da Lei 10.933 de 2004, é realizada por meio da análise do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano e das razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados.

Essa avaliação trata do crescimento econômico no ano de 2005 e de suas perspectivas para 2006 e 2007, a partir da análise dos componentes que integram o Produto Interno Bruto - PIB, pela ótica da demanda e da oferta agregada. Além disso, analisa-se a política fiscal, por meio da comparação entre as estimativas de receita e despesa e o cenário fiscal realizado, bem como o comportamento a nível de poupança e investimento agregados.

A Estratégia de Crescimento e a Evolução do Ano de 2005

A taxa de crescimento da economia brasileira de 2,3%, observada em 2005, ficou aquém do previsto, devido a uma séria de fatores, conforme se verá a seguir. Na revisão do Plano Plurianual, realizada em 2004, a estimativa da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,4%, para 2005. As expectativas para 2006 e 2007 mantiveram-se em 4,5%.

A tabela a seguir ilustra, segundo a ótica da demanda, os valores projetados e os efetivamente realizados no período de 2004/2007.

Tabela 1 - Crescimento Real do PIB 2004-2007, segundo a ótica demanda agregada (previsto e realizado) - (%a.a.)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
PIB	**3,8**	**4,9**	**3,4**	**2,3**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,75**
Consumo das Famílias	3,2	4,1	3,3	3,1	4,5	4,5	4,5	4,7
Consumo do Governo	3,0	0,1	1,5	1,6	4,0	3,0	4,0	3,0
Investimento	4,9	10,9	5,0	1,6	7,0	9,0	7,0	11,
Exportações de bens e serviços	10,4	18,0	11,1	11,6	7,0	8,0	7,0	7,0
Importações de bens e serviços	10,3	14,3	13,3	9,5	10,0	14,0	10,0	15,0

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
1 - Relatório de Avaliação Orçamentária do 4º bimestre de 2004.
2 - Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2005.
3 - Lei da Revisão do PPA de 2005.
4 - Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
5 - Lei da Revisão do PPA de 2005.

A expansão do investimento (1,6%) ficou abaixo do previsto (5,0%), conforme evidenciado na Tabela 1. Entre os fatores que condicionaram esse desempenho destacam-se: (i) a elevação da taxa Over-Selic a partir de setembro de 2004 até maio de 2005, quando atingiu 19,75% a.a., para fazer frente à inflação; e (ii) a deterioração do cenário político.

A frustração da projeção de expansão do produto em 2005 também esteve associada à decisão empresarial de reduzir os estoques acumulados ao invés de aumentar a produção, o que redundou numa variação negativa dos estoques de 52,3% nesse ano. As projeções para 2005 não contemplavam esse declínio, pois, em 2004, a variação dos estoques já havia apresentado retração de 22,8% em relação a 2003. Entre os produtos que tiveram as maiores quedas de estoques destacam-se: adubos, laminados de aço, açúcar, óleos combustíveis, resinas e café.

O setor externo manteve a contribuição positiva para a expansão do PIB (0,8%), com as exportações crescendo 11,6% e as importações 9,5%, ambos em relação a 2004. O consumo das famílias aumentou 3,1%, valor muito próximo ao previsto (3,3%) e contribuiu com 1,7% para a expansão do PIB. A expansão do emprego e da renda real e o incremento do volume de crédito para a pessoa física, especialmente, do crédito consignado, contribuíram para o desempenho do consumo das famílias.

A análise da composição do PIB pela ótica do produto (oferta agregada) mostra o baixo crescimento da agropecuária (0,8%), afetada por problemas climáticos e de incidência de febre aftosa. A indústria também apresentou expansão (2,5%) abaixo da prevista (4,4%), influenciada, entre outros fatores, pela trajetória da taxa de juros observada a partir do último quadrimestre de 2004 até maio de 2005. O crescimento do produto dos serviços (2,0%) ficou próximo ao previsto (2,2%), conforme evidenciado pela Tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento Real do PIB 2004-2007, segundo a ótica da oferta agregada (previsto e realizado) - (%a.a.)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
PIB	**3,8**	**4,9**	**3,4**	**2,3**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,75**
Agropecuária	5,1	5,3	3,0	0,8	4,4	3,5	4,4	4,0
Indústria	4,2	6,2	4,4	2,5	5,0	6,0	5,0	7,0
Serviços	3,3	3,3	2,2	2,0	4,2	3,6	4,2	3,6

Fonte: Ministério do Planejamento do Planejamento Orçamento e Gestão
[1] Relatório de Avaliação Orçamentária do 4º bimestre de 2004.
[2] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2005.
[3] Lei da Revisão do PPA de 2005.
[4] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
[5] Lei da Revisão do PPA de 2005.

Em 2005, observou-se forte desaceleração no crescimento das indústrias de transformação e de construção em relação a 2004. As taxas de expansão caíram de 7,7% e 5,7%, respectivamente, para 1,3% em ambas. Na abertura por categorias de uso, observa-se que o menor crescimento ocorreu entre os bens intermediários

(0,9%), influenciado pela retração em alimentos e bebidas para a indústria (-9,5%). A produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis apresentou desaceleração comparada ao crescimento do ano anterior, mas verificou-se expansão de 3,6% e 11,4%, respectivamente. Já a indústria extrativa, apresentou um crescimento de 10,9%, fundamentalmente devido às condições internacionais favoráveis.

O comércio (3,3%) e os transportes (3,2%) impulsionaram o crescimento do setor de serviços em 2005. O crescimento nesse setor foi influenciado pelo aumento de 3,1% no consumo das famílias, verificado no mesmo ano, e negativamente pela baixa expansão dos serviços de comunicação (0,1%).

Para 2006 projeta-se uma recuperação da atividade econômica com base no crescimento da demanda interna. Entre os elementos que credenciam esse cenário destacam-se: (i) a contenção da inflação no segundo semestre de 2005 que permitiu a redução da taxa Over-Selic, que em agosto atingiu 14,25% a.a; (ii) reajustes salariais e aumento do salário mínimo que têm garantido a recuperação real da massa salarial; (iii) redução da vulnerabilidade externa com reflexos na queda do risco país e na estabilidade da taxa de câmbio. Com isso, para 2006, do lado de demanda, projeta-se um crescimento maior do que o observado em 2005, liderado pela expansão do consumo das famílias e do investimento.

Para 2007, a taxa de crescimento projetada foi revista de 4,5% para 4,75%, compatível com um cenário de estabilidade interna resultado da baixa inflação, queda nos juros, recuperação do rendimento dos trabalhadores e da massa salarial e política fiscal, bem como com uma conjuntura de estabilidade externa.

Demanda Agregada

A previsão de crescimento do PIB para 2006 foi mantida em 4,5%, mas com alterações nos componentes da demanda agregada. Na ótica da demanda foram revistas as expansões do consumo do governo, do investimento e das exportações e importações de bens e serviços.

O consumo das famílias apresentará expansão maior em 2006 em virtude da manutenção da trajetória de aumento real nos salários e da redução no custo do crédito. O controle da inflação permitiu que os reajustes nominais nos salários implicassem aumentos reais, com crescimento na renda dos trabalhadores. Em 2006, entre janeiro e julho, o rendimento médio real do trabalho cresceu 4,0% e a massa salarial real 5,9% em relação ao mesmo período de 2005. A redução na taxa de juro básica da economia e a perspectiva de manutenção desta trajetória de queda diminuem o custo do crédito e criam as condições para o aumento de empréstimos para pessoas físicas. Nos primeiro e segundo trimestres de 2006, o consumo já apresentou recuperação, com crescimento, respectivamente, de 3,6% e 4,0% ante os mesmos períodos de 2005.

A redução na taxa de juros, com impacto na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a perspectiva de aumento na demanda e as medidas microeconômicas implementadas nos últimos anos devem garantir o crescimento do investimento. A política de desoneração tributária implementada nos dois últimos anos e as medidas tomadas para fortalecer o segmento da construção civil, aliadas a um ambiente de juros em queda, já produzem resultados. No primeiro trimestre de 2006, a formação bruta de

capital fixo cresceu 9,0% frente ao igual período do ano anterior em decorrência da expansão da construção civil e da maior aquisição de máquinas e equipamentos.

A recuperação da renda e da atividade tende a elevar as importações de bens e serviços. Entre janeiro e julho de 2006, o *quantum* importado de bens cresceu 14,1% ante o mesmo período de 2005, com destaque para bens de capital (29,6%) e bens intermediários (14,1%). Nos demais meses do segundo semestre espera-se uma continuidade no crescimento das importações de bens de capital, além de um aumento de insumos importados, na esteira do crescimento da indústria. Os gastos com serviços também devem crescer seguindo a recuperação da atividade e da renda. O aumento das importações não deve afetar o resultado da balança comercial, pois as exportações também têm mantido o crescimento.

As exportações de bens e serviços, embora com taxa menor que a verificada em 2005, cresceram 9,3% no primeiro trimestre de 2006. Espera-se uma desaceleração no segundo semestre do ano, permitindo, todavia, um resultado recorde em termos nominais. A manutenção da alta dos preços das *commodities* e de bens manufaturados em virtude do crescimento da economia mundial, além da política de comércio exterior do Governo são os principais fatores a impulsionar as exportações brasileiras.

A partir do segundo semestre de 2006 espera-se uma menor contribuição relativa do setor externo ao crescimento do PIB, com uma desaceleração do quantum das exportações e um aumento do *quantum* das importações. Dessa forma, a demanda interna, com o aumento do consumo e dos investimentos, passa a desempenhar papel mais importante no crescimento da economia.

Projeta-se um crescimento do consumo do governo superior ao verificado no ano de 2005, em parte por causa de uma baixa base de comparação. Todavia, mantém-se a política responsável na área fiscal, onde continuam sendo respeitadas as metas de resultado primário estabelecidas pelo governo. O crescimento da economia permite a ampliação dos gastos do governo, tanto em custeio como em investimentos públicos. Isto possibilita uma recuperação da infra-estrutura e maior expansão dos programas sociais, estabelecendo ações para repartir, com maior equidade, os frutos do crescimento econômico. Ademais, evitam-se gargalos na estrutura produtiva com redução dos custos de logística, contribuindo para a estabilidade dos preços e a sustentação do esforço exportador.

Oferta agregada

Para 2006 e 2007, à semelhança do que ocorreu nos anos anteriores, projeta-se que o crescimento da atividade econômica continue a ser liderado pelo setor industrial. No caso da indústria de transformação, essa estimativa é ancorada nos seguintes fatores: (i) a redução da taxa de juros internos e do custo dos empréstimos externos em virtude da queda do risco país; (ii) o aumento da demanda interna em conseqüência do aumento da massa salarial; e (iii) a recomposição dos estoques após dois anos de queda.

Com relação aos demais ramos da indústria, destacam-se as expectativas de crescimento da indústria extrativa e de construção. A atividade extrativa deve continuar a apresentar altas taxas de crescimento, devido aos elevados preços no

mercado internacional de dois dos seus principais produtos, petróleo e minério. No caso do ramo de petróleo, um fator adicional é a estratégia de manutenção da auto-suficiência nacional alcançada no início de 2006. Na construção civil, o crescimento será impulsionado pelas medidas e reformas microeconômicas que vêm sendo implementadas pelo governo desde 2004, dentre elas destaca-se a reestruturação do Fundo de Cobertura de Variações Salariais - FCVS, que propiciou a retomada dos financiamentos imobiliários e a desoneração de materiais de construção.

Para 2006, projeta-se uma recuperação do setor agropecuário em relação a 2005, quando houve quebra de safra em conseqüência de adversidades climáticas, além da ocorrência da febre aftosa que afetou parte dos rebanhos. Todavia, o crescimento de 2006 foi revisado de 4,4% para 3,5% em decorrência da perda de rentabilidade e devido ao endividamento dos produtores, que provocaram a redução da área plantada. Ademais, a safra 2005/2006 também foi afetada por problemas climáticos, embora em menor grau. Para 2007, estima-se um maior crescimento da agropecuária em virtude das medidas adotadas pelo governo para equacionar o endividamento do setor.

Em relação ao setor de serviços, a revisão decorre da perda de dinamismo das atividades de comunicação e administração pública, nesse último caso devido à racionalização dos gastos de consumo do governo federal. Não obstante, os ramos de comércio e transportes devem liderar o crescimento do setor, influenciados pela recuperação da atividade industrial e do consumo das famílias.

Setor Externo

No setor externo, projeta-se uma redução do superávit em transações correntes, compatível com o crescimento da atividade econômica. Apesar do declínio no resultado da conta corrente, esta deverá permanecer superavitária, atingindo 1,3% do PIB em 2006 e 1,1% em 2007.

Em 2006, a maior expansão do PIB implicará em aumento na importação de bens e serviços. Assim, projeta-se que as importações somem US$ 90,1 bilhões, aumento de 22,5% ante o ano anterior. Conforme mencionado, o *quantum* importado de bens entre janeiro e julho cresceu 14,1% e o valor 23,2% frente a igual período de 2005. A diferença entre o crescimento do *quantum* e do valor é explicada principalmente pelo comportamento do preço do petróleo no mercado internacional. Com relação aos serviços, estima-se crescimento, em 2006, dos gastos com transportes de 10,3% e com viagens internacionais de 18,8%.

Apesar do aumento das importações, a balança comercial manterá um superávit próximo ao observado em 2005. Estima-se saldo positivo próximo a US$ 44 bilhões para o ano de 2006, com exportações somando mais de US$ 134 bilhões, apesar da valorização cambial. Uma das explicações para a manutenção da trajetória de alta das exportações está no aumento do preço das mercadorias enviadas para o exterior (11,5% entre janeiro e julho de 2006), beneficiado pela conjuntura econômica internacional.

Ainda no setor externo, é importante observar a melhora na conta de rendas, cujo déficit como proporção do PIB tem caído desde 2003. O governo vem dando continuidade às medidas de redução e de melhoria do perfil do endividamento

externo público, iniciadas em 2005. A quitação antecipada de dívidas junto a organismos multilaterais, com destaque para o FMI, bem como com investidores privados, com ênfase no Clube de Paris e no resgate de *Bradies*, permitiu a redução da dívida externa pública. Com isso, os pagamentos de juros e amortizações para os próximos anos foram substancialmente reduzidos. Assim, projeta-se uma redução do déficit em rendas como proporção do PIB para 2006 e 2007.

Os superávits em transações correntes obtidos desde 2003 permitiram o crescimento das reservas internacionais. Elas passaram de US$ 25 bilhões em janeiro de 2004 para US$ 71 bilhões em agosto de 2006, apesar do pagamento antecipado de mais de US$ 30 bilhões em dívida externa. A manutenção do superávit em conta corrente em 2007 permitirá a manutenção da trajetória de alta.

Em 2007, a tendência de crescimento da atividade econômica deverá reduzir o superávit comercial, que ainda assim será positivo. As importações de bens devem crescer mais que as exportações. Dentre as categorias de uso, as importações de bens de capital e bens intermediários devem manter a trajetória ascendente.

A Tabela 3 apresenta o cenário para o saldo em transações correntes, como porcentagem do PIB, consistente com as metas de crescimento projetadas para o período de 2004 a 2007.

Tabela 3: Projeção do Saldo em Conta Corrente: 2004 - 2007
(em % do PIB)

	2004[1]	2005[1]	2006	2007
Conta Corrente	1,9	1,8	1,3	1,1
Balança Comercial	5,6	5,6	4,6	4,2
Exportações	16,0	14,9	14,1	14,5
Importações	-10,4	-9,3	-9,4	-10,3
Serviços	-0,8	-1,0	-0,9	-1,0
Exportações	2,1	2,0	1,9	2,1
Importações	-2,9	-3,1	-2,9	-3,1
Rendas	-3,4	-3,3	-2,8	-2,6
Transferências Unilaterais	0,5	0,4	0,4	0,5

Fonte: IBGE e BACEN.
[1] Observado.

Setor Público

A política fiscal continua sendo norteada por três objetivos principais, quais sejam: a redução gradual da relação dívida/PIB por meio da geração de superávits primários, a priorização dos gastos sociais e a expansão do investimento público.

A Tabela 4 apresenta as projeções das variáveis relevantes, como proporção do PIB, bem como o orçamento realizado em 2004 e 2005. Para 2006 apresenta-se o previsto em 2005 e a projeção oficial atualizada, adotada na 3ª avaliação bimestral do Orçamento

da União, datada de julho de 2006. Para 2007, adotaram-se os parâmetros previstos em 2005 e as projeções atuais, que consideram os dados que balizaram o Projeto de Lei Orçamentária de 2007.

Tabela 4 – Receitas e Despesas Primárias do Orçamento Fiscal e da Seguridade do Governo Central (em % do PIB)

	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
I. RECEITA TOTAL	24.53	24.04	24.4	25.33	24.48	26.14	24.55	26,24
I.1 - Receita Administrada	16.57	16.23	16.47	17.19	16.25	17.24	16.35	17,41
I.2 - Arrec. Líquida INSS	5.58	5.31	5.54	5.60	5.64	5.87	5.67	5,87
I.3 - Receitas Não Administradas	2.3	2.41	2.27	2.39	2.47	2.91	2.47	2,93
II. TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS	3.72	3.62	3.94	4.15	3.97	4.33	4	4,43
III. RECEITA LÍQUIDA (I- II)	20.81	20.41	20.46	21.18	20.51	21.82	20.56	21,81
IV. DESPESAS	18.38	17.62	18.29	18.47	18.22	19.52	18.23	19,36
IV.1 Pessoal e Encargos Sociais	5.11	5.02	4.74	4.81	4.63	5.08	4.57	5,13
IV.2 Benefícios da Previdência	7.33	7.12	7.51	7.54	7.46	7.82	7.53	7,89
IV.3 Outras despesas correntes e de capital	5.9	5.48	6.05	6.13	6.13	6.62	6.14	6,34
V. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE	2.7	2.97	2.38	2.38	2.45	2.45	2.45	2,45

[1] Decreto nº 5.094, de 01/06/2004.
[2] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2005.
[3] Lei da Revisão do PPA de 2005.
[4] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
[5] Lei da Revisão do PPA de 2005.

Em 2005, todas as categorias de receitas superaram as estimativas, apresentando-se maiores que o projetado. Dentre elas, a receita administrada mostrou o maior crescimento. Tal fato deve-se ao comportamento de alguns setores da economia (combustíveis, telecomunicações, eletricidade, extração de minerais metálicos e bebidas), cujo desempenho repercutiu diretamente na arrecadação de tributos como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI-bebidas.

Com relação às despesas em 2005, verifica-se, para todos os itens, uma execução maior do que a estimativa realizada. Houve um aumento, em proporção do PIB, das despesas de pessoal, de outras despesas correntes e de capital e dos benefícios previdenciários. Apesar disso, o desempenho das receitas garantiu, com folga, o cumprimento da meta de superávit primário.

No que se refere ao exercício de 2006, a meta de superávit primário do Governo Central foi fixada em 2,45% do PIB, apresentando a mesma peculiaridade adotada no ano anterior: os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos, estimados em 0,14% do PIB, serão deduzidos da meta.

Concomitantemente à política fiscal responsável, vem sendo estimulada a melhoria da qualidade do gasto público, além da priorização dos investimentos em infra-estrutura para eliminar os gargalos ao crescimento econômico. O Projeto-Piloto de Investimentos retrata este compromisso, tendo sido aplicados, em 2005, R$ 915

milhões e destinados, em 2006, R$ 3 bilhões (0,14% do PIB) e R$ 4,59 bilhões em 2007 (0,20% do PIB). Esses recursos serão deduzidos da meta de resultado primário do Governo Central prevista naqueles anos. Os recursos com o Projeto Piloto estão direcionados, principalmente, para a infra-estrutura - Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional.

Em relação às receitas e despesas primárias de 2006, observa-se, na projeção atual, um aumento em praticamente todos os itens se comparados ao previsto em 2005. Na receita, isso pode ser explicado pelo desempenho de alguns setores já mencionados (combustíveis, minerais, metálicos e eletricidade). Nas despesas, medidas de reestruturação e revisão de carreiras do serviço público e a recuperação do poder de compra do salário mínimo explicam o aumento. É importante salientar que toda a política de crescimento de despesas não compromete o alcance da meta de superávit fiscal para 2006.

Para o exercício de 2007, a meta de superávit primário do Governo Central mantém-se em 2,45% do PIB. O resultado primário do Governo Central deverá ser de R$ 56,24 bilhões, sendo a receita total estimada da ordem de R$ 603,41 bilhões (26,24% do PIB) e a receita administrada, de R$ 400,31 bilhões (17,41% do PIB). Por sua vez, a despesa primária deverá ser de R$ 449,93 bilhões (19,57% do PIB).

A seguir, é analisado o comportamento das variáveis macroeconômicas que influenciam as projeções fiscais e as estimativas da relação dívida/PIB.
Inicialmente, destaca-se que a trajetória de queda da taxa de juros média prevista originalmente no PPA em 2003, para o período 2004-2007, teve que ser revista face à necessidade de acomodar a atividade econômica numa trajetória compatível com a convergência da taxa de inflação às metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional - (CMN).

Em relação à previsão de 2004, a inflação observada, medida pelo IPCA e pelo IGP-DI foi acima das expectativas, conforme pode ser verificado na Tabela 5, a seguir. Em 2005 os resultados convergiram para o cumprimento da meta, com o IPCA ficando um pouco acima do estimado em 2005. Para 2006 e 2007 existem fortes evidências do cumprimento das metas de inflação.

Outro fator positivo para a queda da inflação, que contribuiu também para a redução da relação dívida/PIB, foi a apreciação da taxa de câmbio ao final do período, registrando o valor de R$2,72 em 2004, contra a previsão de R$3,10 para 2004. Em 2005, observa-se o mesmo padrão de comportamento, tendo sido registrada uma taxa de câmbio de R$2,30 contra uma estimativa de R$2,60. Para 2006 e 2007 espera-se uma taxa de câmbio mais valorizada do que a prevista.

É importante destacar o comportamento da relação Dívida Líquida do Setor Público/PIB. Observa-se, para o ano de 2004, que a relação dívida/PIB prevista era de 56,77%. O cenário favorável, conjugado à política de responsabilidade fiscal, permitiu que essa relação alcançasse 51,67% do PIB. Estimava-se para 2005 que a relação dívida/PIB alcançaria 51,5% do PIB o que realmente aconteceu. Em abril de 2006, a relação baixou para 51%. Em 2006 e 2007, com parâmetros macroeconômicos atualmente vigentes, estima-se que a relação dívida/PIB continue a apresentar uma tendência de queda, refletindo, em parte, resultados positivos do Governo com a política fiscal.

Tabela 5 – Principais parâmetros e projeções utilizadas nas estimativas de endividamento do setor público em 2004-2007

Variáveis	2004		2005		2006		2007	
	Previsto[1]	Realizado	Previsto[2]	Realizado	Previsto[3]	Previsto[4]	Previsto[5]	PLOA
Taxa real de crescimento do PIB	3,8	4,9	3,4	2,3	4,5	4,5	4,5	4,75
Inflação IGP - DI Acumulada em 12 meses (% a.a.)	11,3	12,1	4,0	1,2	5,48	3,5	4,7	4,3
Inflação IPCA acumulada em 12 meses (% a.a.)	6,7	7,6	5,6	5,7	4,.5	3,7	4,5	4,5
Taxa de câmbio R$/US$ (valor ao final do ano)	3,1	2,7	2,6	2,3	2,8	2,2	3,0	2,3
Dívida Líquida do setor público (em % do PIB)	56,8	51,7	51,5	51,5	51,1	50,8	50,0	49,7

[1] Decreto nº 5.094, de 01/06/2004.
[2] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2005.
[3] Lei da Revisão do PPA de 2005.
[4] Relatório de Avaliação Orçamentária do 3º bimestre de 2006.
[5] Lei da Revisão do PPA de 2005.

A despeito da valorização cambial, o setor externo vem ampliando os resultados positivos, com crescimento vigoroso das exportações e do saldo comercial, garantindo o excelente desempenho no saldo em transações correntes. Esse resultado, juntamente com o ingresso de investimento estrangeiro direto, os atuais níveis de reservas internacionais e a queda do endividamento externo vêm reduzindo a vulnerabilidade externa da economia brasileira e indicando um cenário confortável para o Balanço de Pagamentos.

Investimento e Poupança

O investimento e a poupança observados em 2005 ficaram abaixo das expectativas contidas no Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 do ano de 2005, gerando uma diferença de pouco mais de um ponto percentual entre o previsto naquela ocasião (21,8% do PIB) e o realizado (20,6% do PIB). A elevação dos juros básicos e a quebra de safra em 2005 geraram incertezas que explicam boa parte da reversão das expectativas de investimento. Por outro lado, o consumo final realizado em 2005 foi de 75,0% do PIB, ante a estimativa de 72,3% do PIB.

Embora o investimento realizado tenha ficado abaixo do previsto como percentual do PIB, o valor do investimento, a preços constantes, aumentou em 2005. A projeção para o restante do período do plano (2006 e 2007) indica que a participação do investimento no PIB seguirá o valor observado em 2004. Esse aspecto, conjugado com a relativa estabilidade do consumo total, gera continuidade da recuperação da absorção doméstica. O aumento do investimento deverá ser de cerca de 0,8 % do PIB em 2006 e de 1,3 % do PIB em 2007.

O crescimento do investimento, e conseqüentemente da renda nacional, tem como contrapartida o aumento da participação da poupança agregada no PIB. Com o

superávit em conta corrente em pouco mais de 1,0% do PIB para 2006 e 2007, a poupança interna crescerá para patamar próximo de 24,0% do PIB.

A Tabela 6 apresenta o conjunto de projeções de consumo, poupança e investimento consistente com as metas de crescimento do PPA 2004 – 2007.

Tabela 6: Projeções de consumo, poupança e investimento em 2004-2007 (% do PIB)

	2004[1]	2005[1]	2006	2007
I – Absorção doméstica	95,3	95,6	96,2	97,1
I.1 - Consumo Final	74,0	75,1	74,8	74,4
I.2 - Investimento	21,3	20,6	21,4	22,7
II - Saldo em Bens e Serviços	4,8	4,6	3,7	3,2
III - Rendas e transferências unilaterais correntes	-2,9	-2,9	-2,4	-2,1
IV - Saldœm conta corrente (II + III)	1,9	1,8	-	1,1
V - Poupança	21,3	20,6	21,4	22,7
V.1 - Poupança interna*	23,2	22,4	22,7	23,8
V.2 - Poupança externa**	-1,9	-1,8	-1,3	-1,1

Fonte: IBGE. Elaboração: ASSEC/MP.
[1] Realizado.
* PIB mais rendas e transferências unilaterais correntes menos consumo.
** Inverso do saldo em conta corrente.

O Brasil consolida ambiente propício à expansão do investimento e ao aumento da produtividade, o que permite que se acelere o ritmo de expansão da capacidade produtiva de forma sustentada e mais acelerada no médio e longo prazos.

A manutenção da estabilidade macroeconômica e, especialmente, da disciplina fiscal ampliam o espaço para a retomada dos investimentos públicos, sobretudo de infra-estrutura, e dos alavancados por parcerias público-privadas. É importante salientar a adoção de reformas microeconômicas e um conjunto de políticas voltadas para o estímulo ao investimento privado, em especial pela redução do custo do próprio investimento.

Estão em curso medidas que permitem a diminuição do custo da intermediação financeira e a desoneração dos bens de capital. Já é perceptível o efeito da trajetória descendente da taxa básica de juros, o que propicia menores *spreads* bancários. À redução dos juros, aliam-se medidas de estímulo a uma maior concorrência entre as instituições financeiras, bem como de aperfeiçoamento de normas e procedimentos para o aumento da segurança jurídica dos contratos, como é o caso da nova lei de falências, minimizando o risco de perdas por inadimplência.



Avaliação da Gestão do Plano

Avaliação da Gestão do Plano

Introdução

A Avaliação da Gestão do Plano visa a subsidiar a aferição da capacidade do Governo Federal para implementar seus programas. Dada a abrangência dos temas abordados pela metodologia adotada, é possível avaliar a necessidade de aperfeiçoamentos na atuação do Governo, tanto pela ótica da gestão dos meios - recursos humanos, materiais, logísticos, de tecnologia da informação e financeiros, entre outros - quanto pela ótica da alocação dos recursos ao atendimento dos objetivos dos programas, representada pelo Plano e suas revisões e pelos orçamentos anuais.

Essa avaliação foi construída a partir da análise das informações fornecidas pelos órgãos setoriais e está dividida de acordo com os principais temas abordados na Avaliação Anual do PPA. A primeira parte apresenta uma visão sistêmica do desempenho dos programas, com base nas informações obtidas pela avaliação dos seus resultados, da sua concepção e da sua implementação. A segunda trata as informações obtidas pela avaliação setorial, de forma a evidenciar a institucionalização do modelo de gestão do Plano, nos aspectos que já foram incorporados pelos órgãos. Na última parte do trabalho é realizada uma análise relativa aos temas transversais (raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência) nas políticas públicas desenvolvidas no âmbito dos órgãos do governo federal, tendo como principal insumo as informações provenientes da avaliação setorial.

Visão Sistêmica do Desempenho dos Programas

Contextualização

O quadro abaixo mostra a composição do PPA 2004-2007 e dos orçamentos anuais, por tipo de programas, nos exercícios 2004 e 2005.

Programas do PPA por Tipo	2004	%	2005	%
Apoio Administrativo	2	0,5	2	0,5
Finalístico	313	79	317	81
Gestão de Políticas Públicas	50	13	46	12
Operações Especiais[1]	10	2,5	10	2,5
Serviços ao Estado	19	5	17	4
Total de Programas	**394**	**100**	**392**	**100**

Fonte: Sigplan

[1] Os programas do tipo "Operações Especiais" estão presentes no quadro a titulo demostrativo, pois constam somente dos orçamentos, mas não integram o PPA. Destinam-se a as ações referentes ao serviço e refinanciamento das dívidas interna e externa, às transferências constitucionais ou decorrentes de legislação específica (que não contribuem para a consecução dos objetivos dos demais tipos de programas) e aquelas relativas a outros encargos especiais, e à reserva de contingência.

Os 392 programas vigentes em 2005 compreendiam 4.552 ações financiadas com recursos fiscais do orçamento da união (ações orçamentárias). Destas ações, 2.355 eram atividades (52%), 1.403 eram projetos (31%) e 794 eram operações especiais (17%). Existiam, ainda, 383 ações não-orçamentárias em 2005 .

A principal maneira de se aferir os resultados dos programas é o uso de indicadores, que servem para medir a evolução do problema enfrentado por cada programa. O quadro abaixo ilustra o perfil do uso de indicadores no PPA.

Indicadores de Programas do Plano Plurianual 2004-2007	2004	2005
Total de Indicadores	635	798
Número de programas com pelo menos um indicador	287	315
Percentual de Programas do PPA que possuem indicadores	73	80
Percentual de Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado que dispõe de Indicadores	85	94

Fonte: Sigplan

A presença de indicadores é considerada obrigatória nos programas do tipo "Finalístico" e de "Serviços ao Estado". Aproximadamente 94% desses programas, percentual considerado satisfatório, estão efetivamente dotados de indicadores.

Contudo, tão importante quanto a existência de indicadores para se avaliar os resultados de cada um dos programas de governo é a regularidade de sua apuração. A avaliação revela progressos quanto a esses dois últimos aspectos. Observa-se que, embora quase todos os programas finalísticos e de serviços ao Estado disponham de indicadores (94%), pouco mais da metade dos indicadores constantes do PPA foram efetivamente apurados em 2005 (55%), em contraste com o total de indicadores apurados em 2004 (43%).

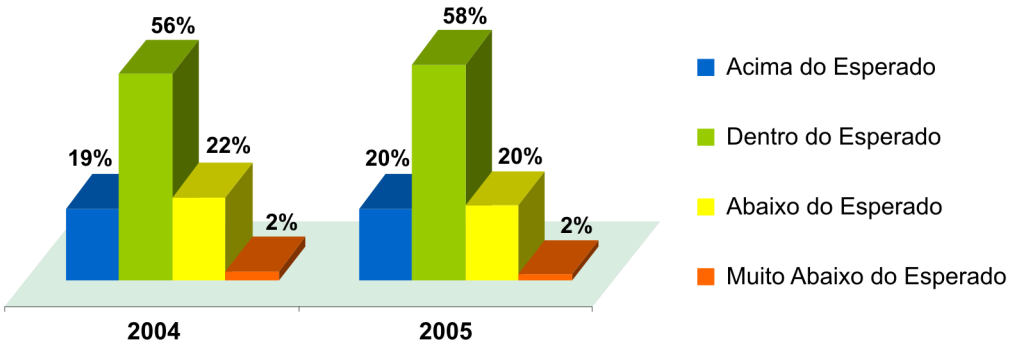
Apuração de Indicadores	2004	%	2005	%
Número total de indicadores apurados	270	43	440	55
Programas com todos os indicadores apurados*	112	34	158	47
Programas com pelo menos um indicador apurado*	144	43	190	57
Programas sem nenhum indicador apurado*	143	43	125	37

* Programas finalísticos e de serviços ao Estado
Fonte: Sigplan

A seguir, serão apresentados os tópicos relativos aos temas considerados relevantes para a implementação do PPA, segundo a percepção das equipes gerenciais responsáveis pelo gerenciamento dos programas.

Resultados Obtidos

Principais resultados obtidos



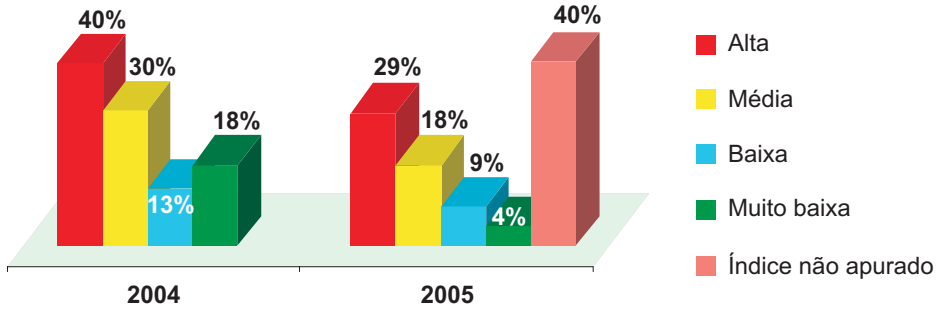
Fonte: Sigplan

Na perspectiva dos gerentes, em 2005, dos 369 programas avaliados, 215 alcançaram resultados considerados como satisfatórios (58%) e 72 obtiveram resultados superiores aos esperados, segundo a percepção das equipes gerenciais responsáveis. Os percentuais obtidos em 2005 são semelhantes aos verificados em 2004, quando foram avaliados 361 programas.

Esses dados, quando comparados à percepção quanto à suficiência dos recursos orçamentários, revelam, que, embora sejam considerados suficientes por menos da metade dos programas (43% do total), produziram resultados considerados "dentro do previsto" ou "acima do previsto" em 78% do total de programas, segundo a percepção das equipes gerenciais. Isso equivale a dizer que cerca de 30% dos programas avaliados atingiram resultados satisfatórios, ainda que dispondo de recursos insuficientes.

Indicadores - Viabilidade de Alcance dos Índices Previstos

Indicadores - Viabilidade de alcance dos índices previstos

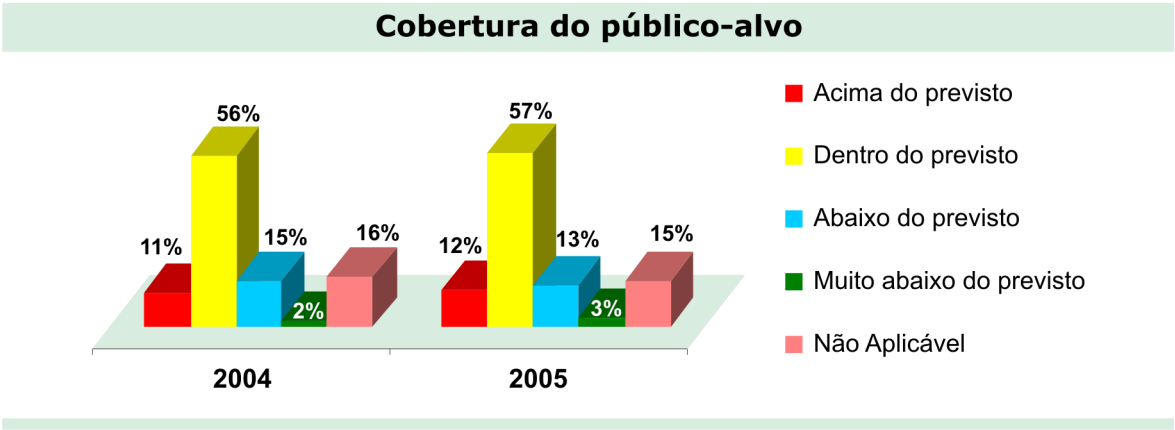


Fonte: Sigplan

Em 2004, 635 indicadores estavam associados aos programas do PPA e em 2005 esse número subiu para 798, um incremento de quase 26% de um ano para o outro. Observa-se, que no ano de 2005, 358 (44,9% do total) indicadores não tiveram seus índices apurados, contra 365 (57,5% do total) em 2004, evidenciando a dificuldade na apuração tempestiva dos índices.

Um aspecto fundamental da avaliação dos resultados dos programas é a apuração da viabilidade de alcance dos índices finais dos indicadores. Enquanto que, em 2004, em 70% dos programas a possibilidade de alcance dos índices previstos para os indicadores em 2007 era estimada como alta ou média, em 2005 esse percentual caiu para 47%. Observa-se que em 2005 não foi solicitada a viabilidade de alcance dos índices dos indicadores que não foram apurados naquele ano. Nota-se ainda que é possível alterar os índices previstos dos indicadores ao final do PPA, anualmente, no momento de cada revisão. Os relatórios individualizados de cada programa apresentam as razões explicitadas pelas suas gerências quanto à possibilidade de alcance dos índices.

Cobertura de Atendimento ao Público-Alvo



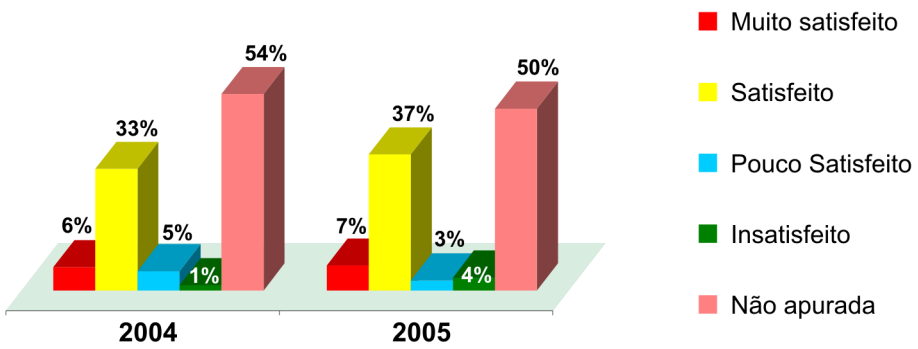
Fonte: Sigplan

A avaliação dos programas quanto à cobertura do público-alvo apresentou resultados semelhantes nos anos de 2004 e 2005. Nos programas avaliados, a cobertura do público-alvo foi considerada dentro do previsto em 56% e 57% dos casos nos anos de comparação, respectivamente. Observa-se resultados similares quanto aos programas cuja cobertura do público-alvo ficou acima do previsto, alcançando 11% e 12% do total de programas avaliados nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Cabe destacar, entretanto, que o percentual de programas com a cobertura do público-alvo abaixo do previsto foi maior do que o percentual de programas com a cobertura acima do previsto nos dois anos.

Ao se analisarem os resultados da avaliação em 2005 por setor, constata-se um maior percentual de programas com a cobertura do público-alvo acima do esperado nas áreas "Gestão do Estado" (MF, MD, PR, MP e MRE) de 25,0%, "Produtivo" (MAPA, MCT, MDIC, MDA, MTur e SEAP) de 25,0% e "Social" (MEC, MS, MinC, MPS, MTE, MDS e MEsp) de 36,4%, enquanto que o percentual de programas com a cobertura do público-alvo abaixo do esperado foi maior no setor "Infra-estrutura" (MME, MT, MC, MI e MCid) de 40,8%. A cobertura do público-alvo considerada dentro do esperado, por sua vez, foi mais evidente nos setores "Gestão do Estado" (25,8%) e "Social" (25,4%), sendo que destacam-se também alguns Ministérios de outros setores, tais como: o da Defesa, no setor "Gestão do Estado" (27,8%); o de Minas e Energia, no setor "Infra-estrutura" (52,6%); o da Saúde, no setor "Social" (34,0%); e o do Meio Ambiente, no setor "Transversal" (SEPPIR, SPM, SEDH e MMA) de 69,2%.

Satisfação dos Beneficiários em Relação à Execução do Programa

Satisfação do beneficiário



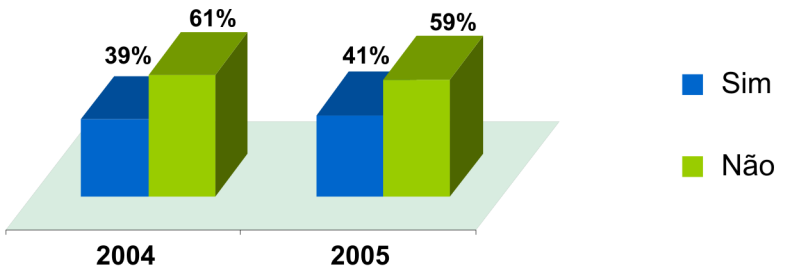
Fonte: Sigplan

A satisfação dos beneficiários foi apurada em 186 programas (44% do total), dos quais cerca de 163 (87% dos que mediram a satisfação) consideraram seus beneficiários satisfeitos ou muito satisfeitos.

O perfil das respostas é semelhante ao observado no exercício de 2004, quando não foi apurada a satisfação dos beneficiários em mais da metade dos programas avaliados.

Observa-se que as gerências declararam haver mecanismos de medição da satisfação dos beneficiários em 41% dos programas, conforme resposta à questão. Todavia, em resposta à outra questão complementar, apenas 14% dos gerentes informaram que não apuravam a satisfação dos beneficiários. Assim, estima-se que 45% dos programas que aferiram a satisfação do beneficiário, não utilizaram mecanismos formais de medição, indicando que parte dessa avaliação foi realizada sem a utilização

Avaliação de satisfação do beneficiário



Fonte: Sigplan

de mecanismos objetivos, ou seja, baseou-se exclusivamente na subjetividade das equipes gerenciais.

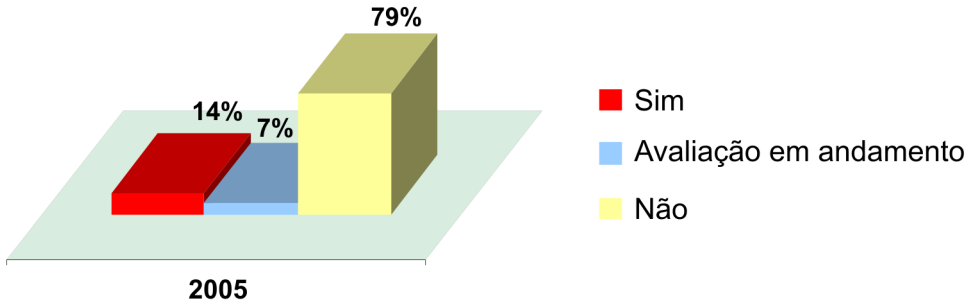
Nos relatórios de avaliação estão registradas as formas de captar a percepção do público-alvo, que muitas vezes não condizem com as metodologias habituais de consulta. É freqüente considerar-se como evidência de satisfação os registros pontuais

de usuários que externaram sua satisfação com os benefícios e o atendimento proporcionados pelo programa, bem como as opiniões emitidas em eventos tais como reuniões, ouvidorias, sites na Internet, palestras e *workshops*.

Além disso, é comum inferir-se a satisfação do público-alvo a partir da conclusão de projetos e atividades desenvolvidos pelos programas, como, por exemplo, deduzir-se que o usuário está satisfeito porque se finalizou a construção de um trecho rodoviário, foi inaugurado um hospital, etc.

Realização de Avaliações

Existência de outras Avaliações do Programa



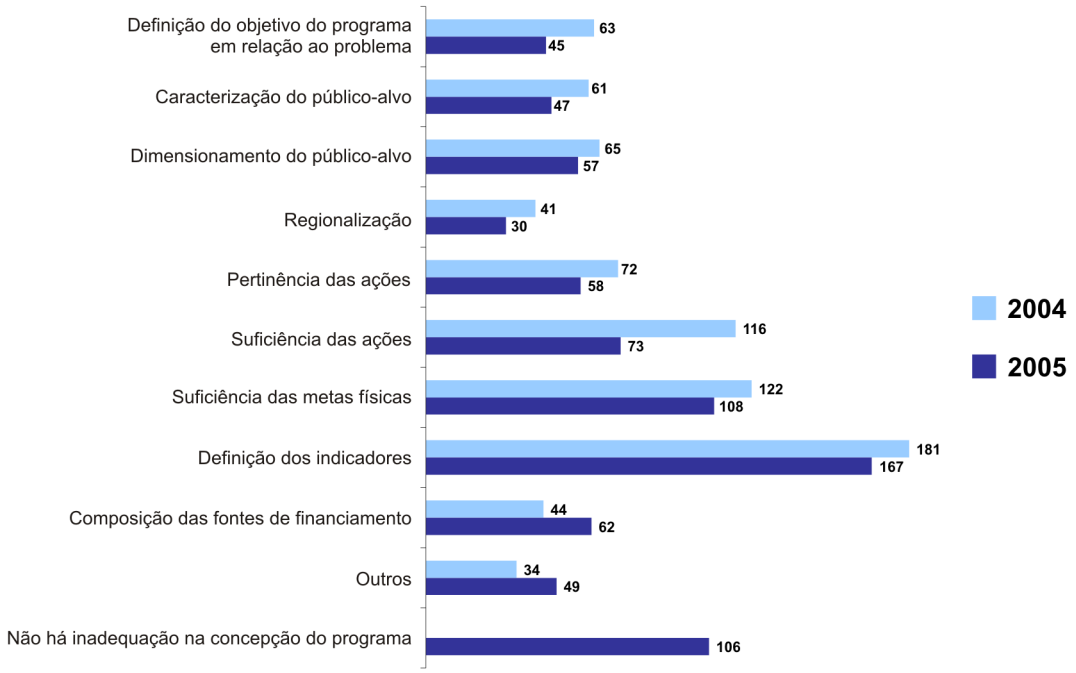
Fonte: Sigplan

Em 2005, a inclusão de uma questão relativa à realização de outras avaliações, além da avaliação anual dos programas do PPA, originou um mapeamento das respostas que permite conhecer melhor o desenvolvimento das funções de avaliação nos órgãos setoriais.

Dentre os gerentes dos 368 programas avaliados, 79 informaram a existência de outras avaliações em 2005 - 53 concluídas no exercício de 2005 e outras 26 em andamento. Merecem destaque, quanto ao percentual de programas avaliados ou em avaliação, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (88%), do Trabalho e Emprego (30%) e da Saúde (28%). Contudo, a análise qualitativa da questão relativa a este tema demonstra que 41% das respostas denotam um conceito inadequado de avaliação por parte de alguns órgãos setoriais, os quais consideram como sendo avaliação a realização de processos relacionados ao monitoramento dos programas. Desse ponto de vista, é válido afirmar que apenas 13% dos programas do PPA realizaram avaliações outras com a finalidade de orientar a implementação e aferir a efetividade de seus programas. No cômputo geral, 22 programas (27%) realizaram avaliações externas, 18 (22%) registraram as avaliações realizadas por instituições de controle e financiamento, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 8 (10%) mencionaram as avaliações internas, realizadas no âmbito do órgão setorial.

Concepção de Programas

Aspectos inadequados da Concepção em 2005



Fonte: Sigplan

Em 2005, aproximadamente 87% dos programas (263) apontaram algum problema na concepção. A definição dos indicadores foi o aspecto da concepção onde mais se perceberam necessidades de aprimoramento, conforme as avaliações apresentadas por 167 gerentes de programas. No escopo das inadequações, os indicadores representam 21% dos casos. Embora 97% dos programas do tipo "Finalístico" e 100% do tipo "Serviços ao Estado" apresentassem indicadores, foram percebidas deficiências significativas relacionadas à capacidade de medição de resultados e à dificuldade de apuração periódica dos índices dos indicadores. Para exemplificar, dos 798 indicadores distribuídos entre os 392 programas do PPA, apenas 440 foram apurados no ano de 2005. Entre os Ministérios que perceberam mais evidentemente o problema estão os do Meio Ambiente e da Defesa, com 16 e 12 programas, respectivamente.

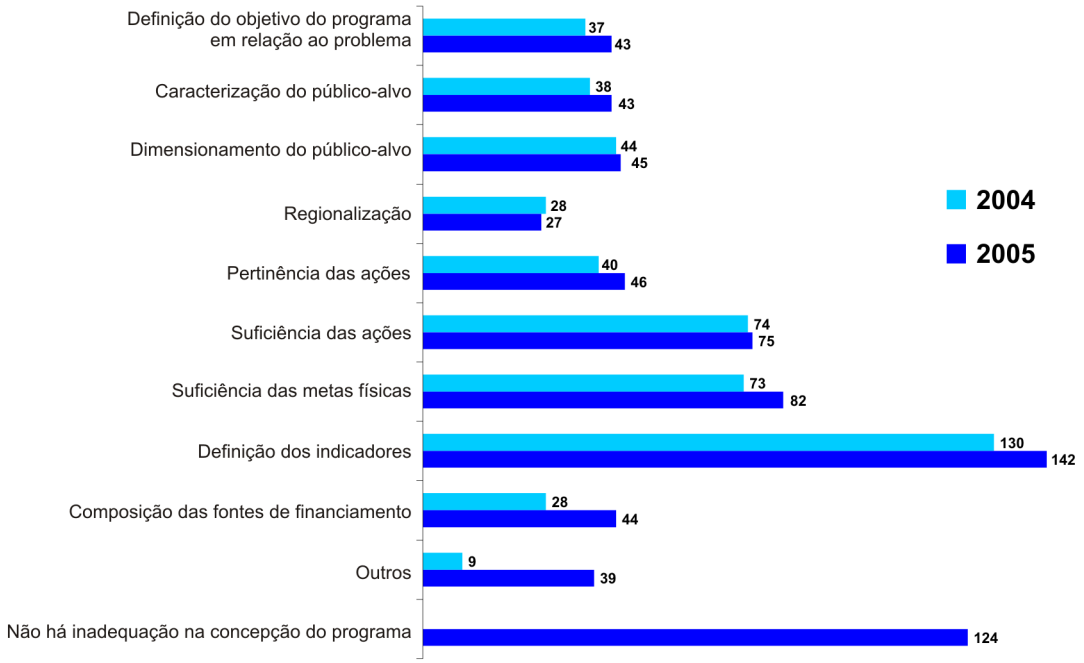
Outro aspecto considerado inadequado diz respeito à insuficiência das metas físicas das ações. Gerentes de 108 programas consideraram que as metas físicas não estão quantificadas de modo a possibilitar o alcance dos objetivos dos programas. Esse problema é mais evidente nos Ministérios da Defesa (17 programas) e do Meio Ambiente (8 programas). Em geral, o problema aparece difusamente nos demais Ministérios. Os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Previdência Social, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e dos Transportes identificaram o problema em apenas 1 programa cada.

Merece atenção, também, a percepção da suficiência das ações. Os gestores de 73 programas consideraram que as ações não são suficientes para o alcance dos objetivos, contra 116 em 2004, o que demonstra uma percepção de melhoria neste quesito da ordem de 37%. Ministérios como os da Educação e da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento não identificaram este problema. Salvo quanto ao problema relativo à insuficiência das ações, as demais variáveis comportaram-se de forma similar nos anos de 2004 e 2005.

Outros aspectos assinalados em 2005, porém com menores ocorrências, referem-se à inadequação do objetivo do programa, à má caracterização e ao mau dimensionamento do público-alvo, à dificuldade de localização regional do problema, à pertinência das ações e à composição das fontes de financiamento. Além disso, entre os problemas informados pelos gerentes de programas encontram-se incorreções na descrição dos atributos dos programas, dificuldades de desmembramento de programas demasiado abrangentes, dificuldade de inserção e coordenação de ações multissetoriais e inadequação de alguns produtos de ações.

Aperfeiçoamentos necessários na revisão da concepção do programa



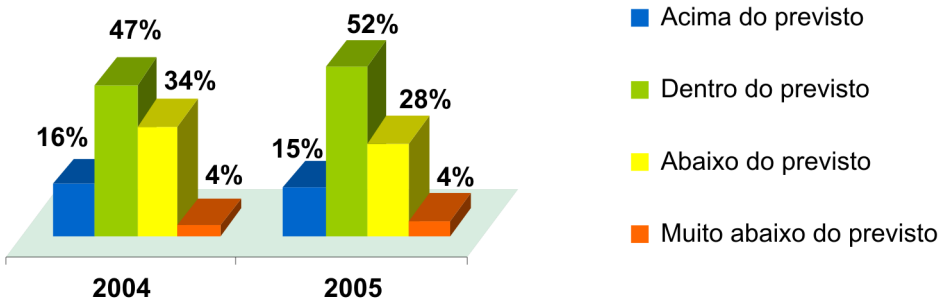
Fonte: Sigplan

No início de 2006, momento da avaliação relativa ao ano base de 2005, os gerentes declararam que havia 245 (66%) programas que necessitavam de aprimoramento na concepção, mesmo após as modificações promovidas pela revisão do Plano encaminhada ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2005. Dentre os aspectos da concepção que ainda necessitavam de aprimoramento foi citada a definição dos indicadores em 142 programas, correspondendo a 20% do total das inadequações. Tal fato mostra uma aparente melhora em relação a 2004 (26%). Assim, percebe-se que, embora o problema da deficiência nos indicadores tenha sido diagnosticado no processo de revisão do PPA, não se obtiveram ainda avanços satisfatórios. Os Ministérios que declararam maiores problemas na definição dos indicadores são o dos Transportes (13 programas), o de Minas e Energia (12 programas), o do Meio Ambiente (12 programas) e o da Defesa (10 programas). A insuficiência das ações e metas físicas também continua a ser um problema. Todavia, identificou-se na revisão de 2006, em todos os itens pesquisados, uma percepção de melhoria, ainda que gradual, em relação à qualidade da concepção dos programas.

Entre os outros aspectos da concepção que foram citados estão a redefinição de atributos de programas e ações, principalmente em relação a seus produtos; a abrangência de objetivos que dificultam a gestão; a dificuldade em tratar temas transversais; e a necessidade de mudança na postura de planejamento, como por exemplo, a aplicação de mais recursos na prevenção do que na mitgação de problemas.

Atendimento das Metas Programadas

Cumprimento de Metas Físicas



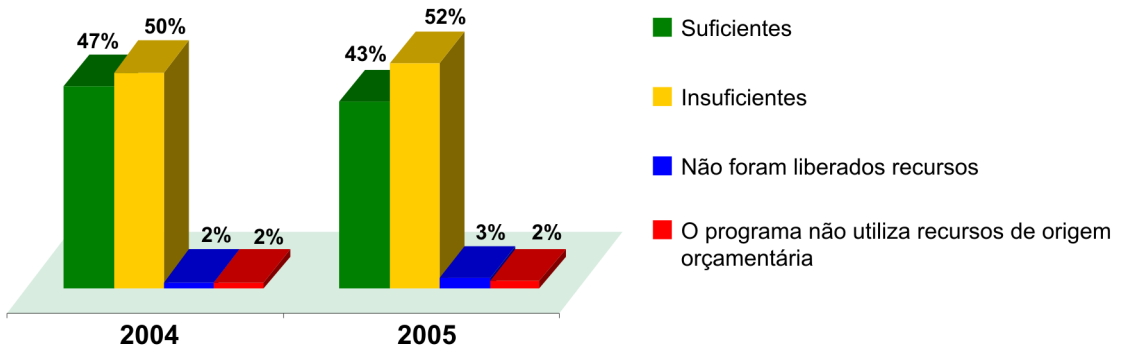
Fonte: Sigplan

A avaliação dos programas quanto ao cumprimento das metas físicas mostra que houve uma melhoria nos resultados de 2005 em comparação com os de 2004. O cumprimento das metas físicas foi considerado dentro do previsto em 47% e 52% dos programas avaliados nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Observa-se que os resultados dos programas cujo cumprimento de metas físicas ficou acima do previsto foram similares nos dois anos - 16% e 15% do total de programas avaliados nos anos de 2004 e 2005, respectivamente. Contudo, ressalta-se que o percentual de programas que tiveram cumprimento de metas físicas abaixo do previsto foi menor do que no ano de 2005.

Quando se analisam os resultados da avaliação de 2005 por setor, constata-se que o percentual de programas com cumprimento de metas físicas acima do esperado foi maior nas áreas "Gestão do Estado" (30,4%) e "Social" (44,6%), enquanto que o percentual de programas com o cumprimento de metas físicas abaixo e muito abaixo do esperado foi maior no setor "Infra-estrutura" (35,2% e 56,3%, respectivamente). Por outro lado, a análise do cumprimento de metas físicas dentro do esperado mostra que, embora o percentual de programas nessa situação tenha sido maior nos setores "Gestão do Estado" (24,5%) e "Social" (26,6%), alguns Ministérios destacaram-se, tais como o da Defesa, no setor "Gestão do Estado" (31,9%); o de Minas e Energia, no setor "Infra-estrutura" (48,4%); o da Saúde, no setor "Social" (33,3%); e o do Meio Ambiente, no setor "Transversal" (59,3%).

Implementação de Programas: Execução Orçamentária e Não-Orçamentária

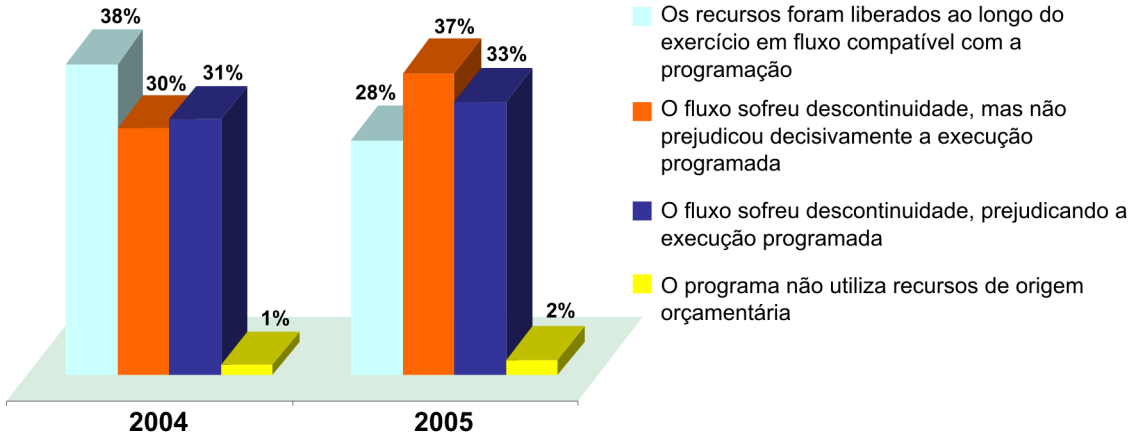
Recursos Orçamentários Executados



Fonte: Sigplan

Os recursos orçamentários executados em 2005, em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), foram considerados suficientes por 43% dos programas (160), localizados principalmente nos Ministérios da Saúde, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda e Educação. Contudo, 52% dos programas consideraram os recursos orçamentários executados insuficientes para a sua implementação. Esta informação pode, ainda, ser complementada pela sua análise em relação às informações obtidas em 2004, o que permite evidenciar um ligeiro aumento na marcação deste item. Nos Ministérios da Defesa, Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Transportes a indicação de insuficiência de recursos orçamentários executados variou entre 65% e 94% da programação total.

Compatibilidade do Fluxo de Recursos



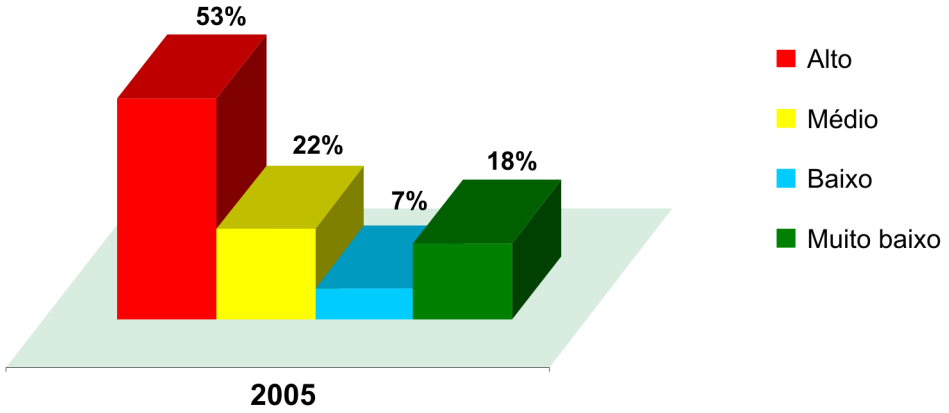
Fonte: Sigplan

A análise da execução dos recursos orçamentários deve considerar a compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, uma vez que a execução orçamentária é diretamente influenciada pela liberação dos recursos durante o exercício. Neste quesito, em 2005, o fluxo de recursos foi geralmente considerado compatível pelos Ministérios de Minas e Energia, Saúde, Planejamento, Orçamento e Gestão

e Relações Exteriores. No entanto, observa-se uma discreta variação em relação a 2004, influenciada pelo aumento de ocorrências de descontinuidade do fluxo de recursos em 71% dos programas, embora 37% deles, entre os quais se destacam os Ministérios de Ciência e Tecnologia e da Defesa, declarem que essa descontinuidade de fluxo de recursos não prejudicou decisivamente sua implementação.

Contudo, a análise da série histórica 2000-2006 referente à compatibilidade entre a liberação de fluxos financeiros e a implementação dos programas revela que a "descontinuidade com prejuízo para a execução" pode ser considerada uma restrição sistêmica por atingir cerca de 1/3 dos programas do Plano Plurianual a cada ano. O prejuízo à execução orçamentária em função da descontinuidade de liberação de recursos foi apontado, principalmente, pelos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Cidades e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Impacto das ações que utilizam recursos de origem não orçamentária



Fonte: Sigplan

Em 2004, a questão foi analisada sob o prisma da suficiência. Constatou-se que apenas 51 programas (14%) utilizaram recursos de origem não orçamentária, sendo que 36 programas os consideraram suficientes. Em 2005, a questão foi reformulada com o objetivo de medir o impacto da utilização deste tipo de recursos na implementação dos programas. Por meio deste detalhamento pretende-se evidenciar a contribuição desta fonte de recursos para o alcance dos resultados dos programas. Em 2005, além do aumento no índice de ações que utilizaram recursos de origem não orçamentária (22%), constatou-se que o impacto destes recursos na implementação dos programas foi considerado alto, principalmente, naqueles sob a responsabilidade de Ministérios como os de Minas e Energia, Meio Ambiente e Fazenda.

Execução das Ações de Gestão e Administração do Programa (GAP)

As ações padronizadas denominadas "Gestão e Administração do Programa" (GAP)[2] fazem parte de 229 programas (60%) do Plano Plurianual. Sua finalidade

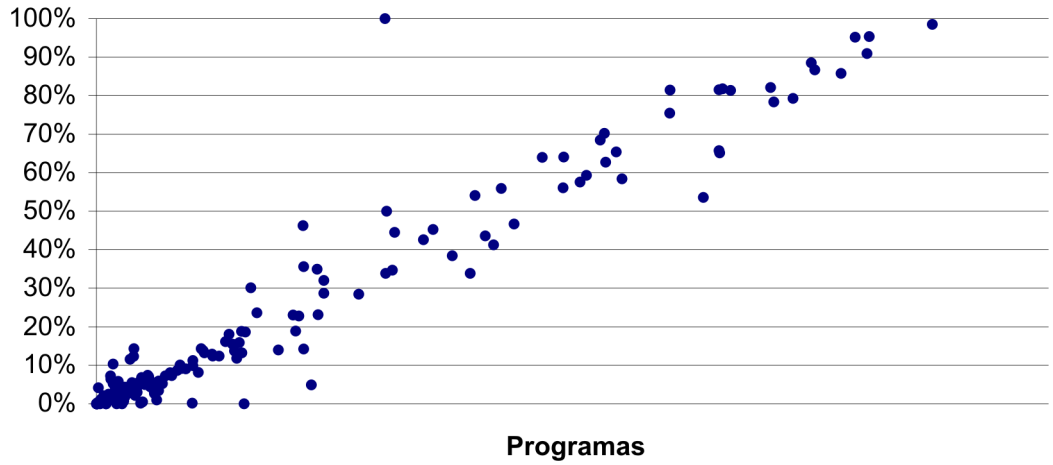
[2] As despesas que podem ser objeto de gasto na GAP são: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas

é constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas.

A despesa fixada pela LOA de 2005 para o custeio das ações GAP representa, em média, 14,08% do valor total dos programas do PPA. A realização de despesas nesse tipo de ação correspondeu a uma média de 16,37% do valor total liquidado pelos programas finalisticos que possuíam essa ação. O valor total executado por ações deste tipo superou 7,78 bilhões de reais.

A metade dos programas executou até 3,76% do total da despesa em ações GAP (valor mediano). Essa concentração de baixos valores percentuais de execução pode ser evidenciada no gráfico a seguir, que demonstra o gasto percentual em ações GAP de cada um dos 229 programas.

GAP - Percentual de Despesa Realizada em GAP



Fonte: Sigplan

Não obstante, 32 programas executaram mais da metade de suas despesa nessa ação. Isso corresponde a 8% dos programas do PPA ou 14% dos programas que dispõem de ação GAP. É importante lembrar que a GAP pode comportar despesas de pessoal ativo e encargos sociais, sobretudo em unidades orçamentárias que são responsáveis por apenas um programa no PPA.

Em 2005, o roteiro de avaliação dos programas do PPA passou a incorporar uma questão destinada a verificar junto às gerências de programas quais os principais objetos de gasto na GAP, sua contribuição para o programa e as dificuldades que impedem a apropriação dos objetos de gasto às ações finalísticas do programa.

Nos 185 programas que responderam à questão foram identificados apenas objetos de gasto compatíveis com a finalidade da ação, com destaque para as despesas de passagens e diárias e realização de eventos. A principal dificuldade apontada para a apropriação de gastos da GAP é a inexistência de um sistema de custeio que possibilite a apropriação dos custos nas ações finalísticas de programas. É destacada pelas gerências de programa a conveniência administrativa proporcionada pela

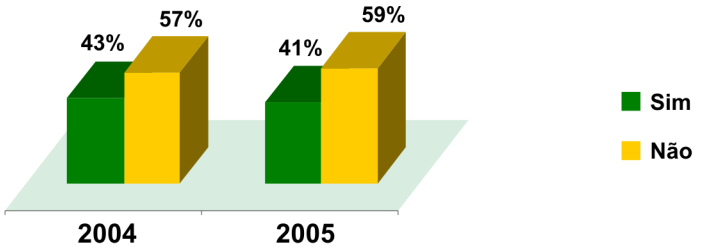
públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

ação, que contribui de forma difusa para a consecução dos resultados previstos para o conjunto das demais ações dos programas.

Adequação dos Recursos Materiais e da Infra-Estrutura

No que se refere aos recursos materiais e à infra-estrutura, questionou-se por meio de pergunta objetiva sobre sua adequação e disponibilidade. Em caso de marcação afirmativa, a questão oferecia opções sobre a localização da inadequação: nas equipes gerenciais e ou nas executoras.

Adequação dos Recursos Materiais e Infra-Estrutura disponíveis



Fonte: Sigplan

Ao se compararem os problemas relativos a recursos materiais e de infra-estrutura entre os anos de 2004 e 2005 nota-se uma constância. Em 2005, gerentes de 216 programas informaram a existência do problema. Entre esses, houve 132 relatos sobre inadequação na infra-estrutura e 121 sobre inadequações de recursos materiais por parte das equipes executoras. O problema na gerência é menos evidente, tendo sido relatado em 111 casos de inadequação em infra-estrutura e 74 casos relativos a recursos materiais.

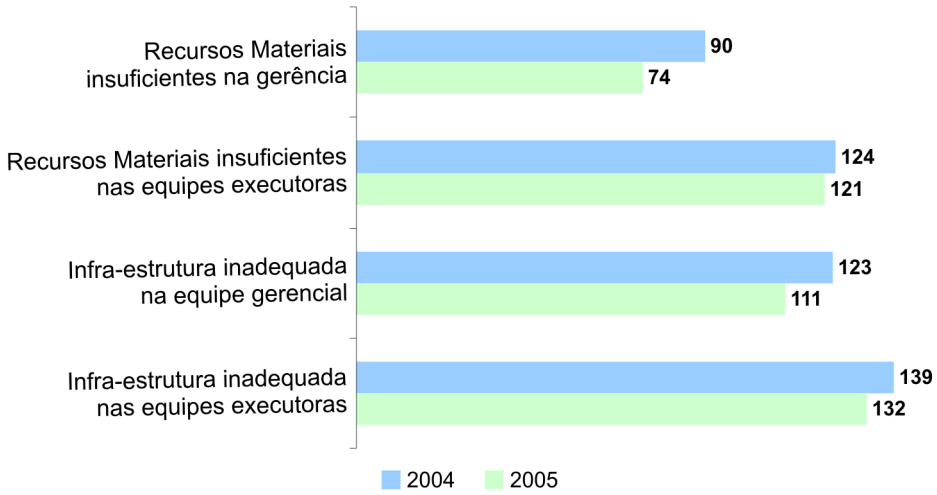
Em 2005, os problemas relativos a recursos materiais concentraram-se nas equipes executoras dos seguintes Ministérios: da Defesa (13 programas), dos Transportes (13), da Justiça (11 programas) e da Saúde (10 programas).

Os problemas relativos à infra-estrutura, por sua vez, afetam uniformemente as gerências e as equipes executoras, somando 243 ocorrências. Nas equipes gerenciais o problema está concentrado nos Ministérios das Cidades (11 programas), da Justiça (9 programas) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (8 programas). Nas equipes executoras, o problema é mais aparente nos Ministérios da Justiça (13 programas), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (11 programas), da Defesa (11 programas), da Saúde (11 programas) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (8 programas).

Os problemas enfrentados pelos órgãos referem-se à falta de: equipamentos de informática; laboratórios para o desenvolvimento de novas tecnologias; material de consumo e bens, especialmente veículos; e manutenção e ampliação de espaço físico e instalações. Para especificar os problemas enfrentados, destaca-se principalmente a falta de espaço físico e de informatização, como por exemplo, na Controladoria-Geral da União. Embora alguns órgãos tenham encontrado soluções para problemas de espaço físico, como é o caso do Centro Gestor e Operacional do Sistema de

Proteção da Amazônia (Censipam), que gerencia o programa "Informações Integradas para Proteção da Amazônia" e do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que decidiu pela transferência da administração da rede armazenadora dos estoques oficiais de café à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), outros ainda necessitam buscar soluções para a ampliação de suas instalações. O programa "Defesa Jurídica da União", por sua vez, executado pela Advocacia-Geral da União, carece de informatização dos processos judiciais e da criação e interiorização de novas varas. Em alguns casos, como o do programa "Modernização do Sistema Penitenciário Nacional", percebe-se que o problema de ausência de espaço físico nas equipes executoras é mais evidente.

Recursos Materiais e Infra-Estrutura Insuficientes/Inadequados



Fonte: Sigplan

Há ainda problemas que ocorrem no nível local como, por exemplo, o ProJovem, que depende das parcerias com os Municípios para investimentos em espaço físico. Já o programa "Desenvolvimento da Bovideocultura" apresenta ênfase na escassez de infra-estrutura em vários Estados da região Norte e Nordeste. O programa "Desenvolvimento da Suideocultura" também apresenta dificuldades de realização de convênios nessas regiões. O programa "Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis" também informa que alguns Estados e Municípios necessitam de equipamentos, tais como geladeiras, termômetros, caixas térmicas para a melhoria da qualidade da rede de frio, informatização dos sistemas em coordenações municipais e salas de vacinação. O programa "Gestão do Patrimônio Imobiliário da União" necessita de adequação e ou reforma da estrutura física das suas gerências regionais.

O programa "Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural", do Gabinete da Presidência da República, embora tendo afirmado melhoria no gerenciamento e nos processos, que permitiram avanços em 2005, ainda carece de investimentos em equipamentos e tecnologia, problema que tem afetado diversos setores. Alguns programas que identificaram esse problema de forma específica estão citados a seguir: "Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico)"; "Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau";

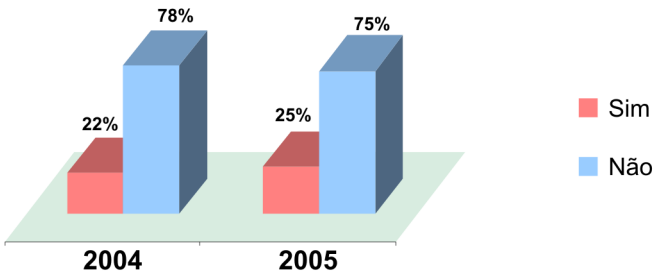
"Manejo e Conservação de Solos na Agricultura", que necessita de *notebooks* e GPS; "Minimização de Riscos no Agronegócio", que necessita de equipamentos de informática para a operacionalização dos seguros; "Arrecadação de Receitas Previdenciárias", no qual o desenvolvimento dos sistemas de tecnologia de informação não acompanhou as demandas requeridas; "Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas"; e "Sociedade da Informação", no qual se identifica insuficiência na infra-estrutura interna de comunicação de dados de universidades.

Além dos problemas relativos à tecnologia, 33 programas carecem de ampliação e recuperação da frota de veículos utilizados para o desenvolvimento de suas ações.

Finalmente, diversos programas, como é o caso do "Reforma do Judiciário", agregam mais de uma deficiência concomitantemente: falta de infra-estrutura, de equipamentos de informática, de telefones e de mobiliário.

Adequação e Necessidades de Recursos Humanos

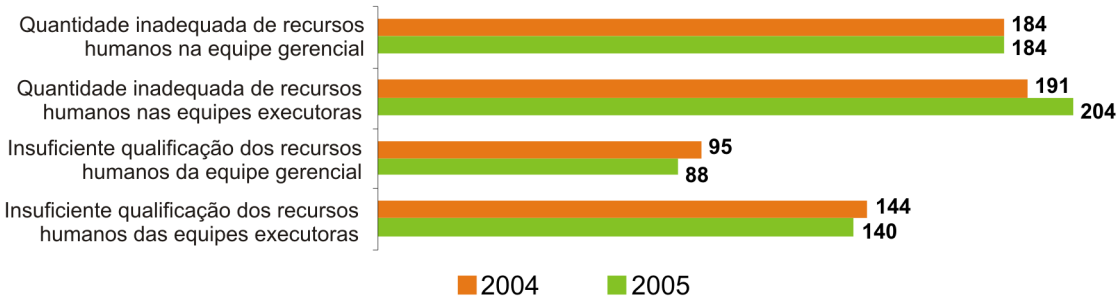
Adequação dos Recursos Humanos disponíveis



Fonte: Sigplan

A inadequação dos recursos humanos disponíveis nos Ministérios para a implementação dos programas pode ser considerada como uma restrição sistêmica em cerca de 2/3 dos programas do Plano Plurianual. No quadro a seguir constata-se que a inadequação quantitativa é mais percebida nas equipes executoras (55% em 2005).

Qualidade e Quantidade de Recursos Humanos



Fonte: Sigplan

Na análise qualitativa da questão vários fatores foram apontados como responsáveis pela insuficiência de recursos humanos, destacando-se a falta de plano de carreira e de quadro de pessoal próprio, em alguns órgãos setoriais e a alta rotatividade dos funcionários no serviço público. Neste aspecto, ressalta-se que os órgãos que oferecem salários pouco atrativos perdem freqüentemente servidores para outras instituições públicas por motivo de aprovação em concursos públicos. Um outro aspecto que influencia a rotatividade de servidores é a sua migração da unidade central para os órgãos setoriais, caso típico no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A alta rotatividade influencia também na qualificação dos recursos humanos, exigindo a promoção de constante capacitação. Como conseqüência, vários Ministérios informam que o quadro de pessoal, no âmbito dos programas, é composto por servidores terceirizados, estagiários, consultores, servidores contratados temporariamente e por ocupantes de cargos comissionados. A escassez de recursos humanos é mencionada como a principal restrição à implementação do programa, no que se refere ao acompanhamento da execução de suas ações, atividade em geral prejudicada, principalmente, nos casos em que a ação é executada de forma descentralizada.

No que se refere à qualificação dos recursos humanos, constata-se a menção à necessidade de investimento sustentável em treinamento e capacitação pela totalidade dos Ministérios. Em alguns casos, dado à especificidade do trabalho e à iminência da aposentadoria dos atuais servidores, a inadequação em relação à qualificação consiste na realização de preparação prévia no médio e longo prazo de novos funcionários. Em outros, a insuficiência de recursos humanos impede a participação dos servidores existentes em cursos de capacitação.

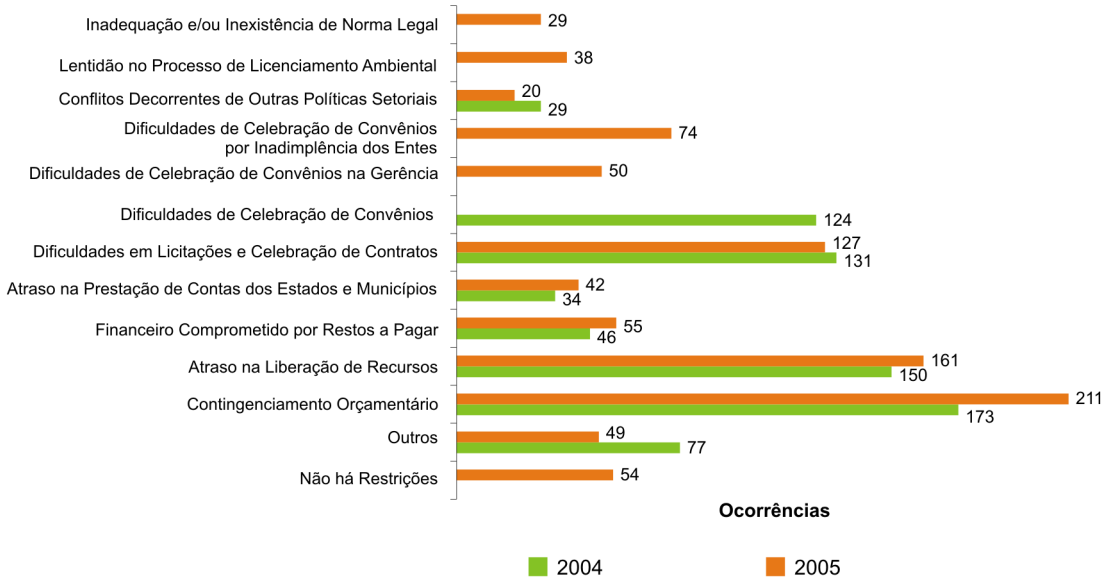
Restrições ao Desempenho dos Programas

Tanto em 2004 quanto em 2005 os gerentes informaram que 54 programas não apresentavam nenhuma das opções de restrições ao desempenho das ações, o que representa 14,6% do total de programas avaliados. Os outros 315 programas avaliados indicaram 856 restrições, contra 764 em 2004. Observe-se que é possível indicar mais de uma restrição para o mesmo programa. Além disso, outras restrições foram indicadas em questões específicas, como é o caso dos recursos humanos e materiais. Foram disponilizadas mais opções de restrições no roteiro de avaliação de 2005 do que de 2004, razão pela qual alguns itens do gráfico não contém registros neste exercício.

Em ambos os anos as restrições mencionadas pelos gerentes concentraram-se em questões relacionadas ao contingenciamento orçamentário, ao atraso na liberação de recursos e às dificuldades em licitações e celebração de contratos. O contingenciamento foi considerado um problema por 173 programas em 2004 e 211 em 2005, interferindo em 48% e 57% dos programas avaliados, respectivamente. Em 2005, os Ministérios nos quais a magnitude do problema foi percebida com maior intensidade foram os do Meio Ambiente (20 dentre 27 programas avaliados), da Defesa (19 dentre 27 programas avaliados), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (17 dentre 24 programas avaliados) e dos Transportes (17 dentre 19 programas avaliados). Alerta-se que os órgãos relatados a seguir identificaram o problema em todos os seus programas: Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (3 programas), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2 programas), Advocacia-Geral da União (1 programa), Câmara dos Deputados (1 programa),

Controladoria-Geral da União (2 programas), Justiça do Trabalho (1 programa) e Superior Tribunal de Justiça (1 programa). Destaca-se como exceção o Ministério da Educação, onde o problema foi percebido em apenas 2 programas.
O atraso na liberação dos recursos foi mencionado por 150 programas em 2004 e 161 em 2005, representando 42% e 44% do total de programas, respectivamente. Em 2005, os Ministérios nos quais o problema foi percebido com maior intensidade foram os da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (18 programas), do Meio Ambiente (14 programas), da Defesa (13 programas) e dos Transportes (13 programas). Alerta-se que os órgãos relatados a seguir identificaram o problema em todos os seus programas: Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Justiça do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.

Restrições que Interferiram nas Ações de Maior Impacto



Fonte: Sigplan

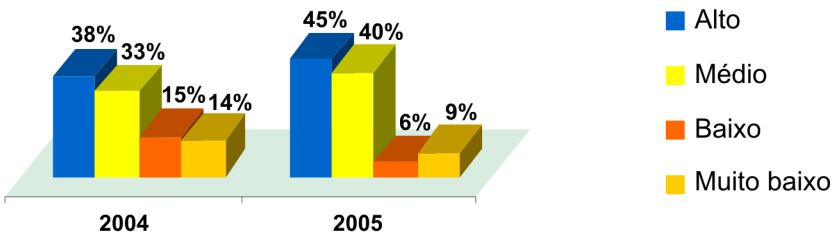
As dificuldades em licitações e celebração de contratos, por sua vez, foram mencionadas por 131 programas em 2004 e 127 em 2005, o que corresponde a 36% e 34% do total de programas, respectivamente. Em 2005 os Ministérios nos quais o problema foi percebido com maior magnitude foram os de Minas e Energia (13 dentre 26 programas avaliados), dos Transportes (13 programas) e da Saúde (12 dentre 25 programas avaliados). Alerta-se que os órgãos relatados a seguir identificaram o problema em todos os seus programas: Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Câmara dos Deputados e Justiça do Trabalho.

No que se refere às dificuldades de celebração de convênios, em 2005 analisaram-se separadamente as localizadas na gerência (50 programas) e as provenientes da inadimplência dos entes (74 programas). Em 2004 essas dificuldades afetaram 124 programas. Percebe-se que durante os dois anos não houve reduções significativas nas restrições. Em 2005 foram incluídas duas modalidades de restrições: lentidão no processo de licenciamento ambiental (38 programas) e inadequação e ou inexistência de norma legal (29 programas). A primeira restrição foi mais evidente nos Ministérios dos Transportes (12 programas) e de Minas e Energia (10 programas). Em relação à segunda restrição, não houve concentração em nenhuma área específica.

Entre as demais restrições citadas encontram-se algumas que já estavam no rol de opções objetivas da questão específica do roteiro de avaliação. Há ainda aquelas relativas a problemas orçamentários (dotação orçamentária insuficiente) e financeiros, a recursos humanos e materiais e a mudanças de políticas, entre outras. Há também as de ordem administrativa, específicas de alguns programas, como é o caso da estrutura laboratorial incompatível com o tamanho do agronegócio brasileiro, que prejudica a implementação do programa "Desenvolvimento da Avicultura".

Desempenho de Programas com Ações de execução Descentralizada

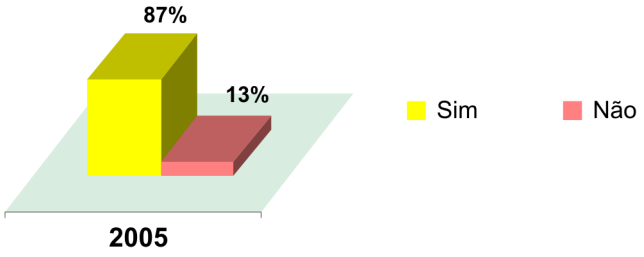
Desempenho dos Programas com Ações de execução descentralizada



Fonte: Sigplan

A maioria dos programas com ações de execução descentralizada apresentou um desempenho alto ou médio nos anos de 2004 e 2005. Além disso, destaca-se a melhoria no desempenho desses programas no ano de 2005 em comparação ao de 2004. Observa-se que aumentou o percentual de programas com desempenho alto (de 38% para 45%) e médio (de 33% para 40%). Por outro lado, houve redução no percentual dos programas que apresentaram um desempenho baixo (de 15% para 6%) e muito baixo (de 14% para 9%). A análise por setor demonstra que o desempenho de grande parte dos programas com ações de execução descentralizada nos setores de Estado, de infra-estrutura e transversal foi considerado médio, enquanto que a maior parte desse tipo de programa nos setores produtivo e social obteve um desempenho alto.

Existência de integração com a gerência do programa

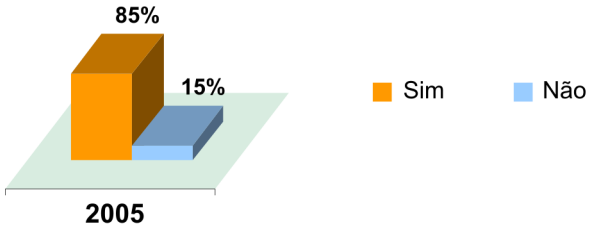


Fonte: Sigplan

A avaliação inovou em 2005 quando questionou a atuação dos executores no caso desses programas. Os dados revelam que houve integração entre os executores e as gerências em 87% dos programas. Isso pode ser constatado também no gráfico

abaixo, uma vez que houve disponibilização à gerência de informações sobre a execução das ações em 85% dos programas.

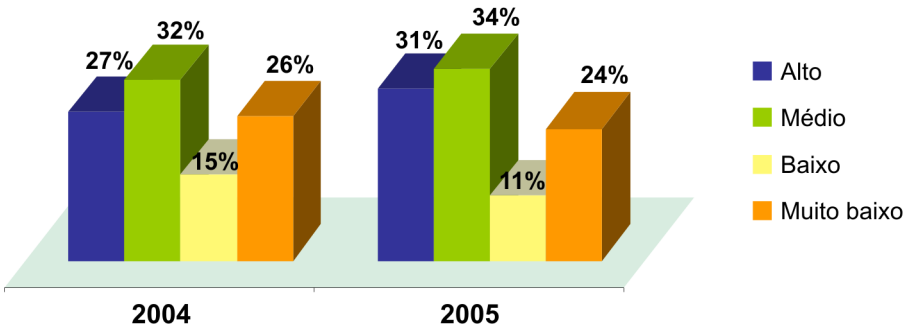
Informação disponibilizada pelos executores



Fonte: Sigplan

Desempenho dos Programas Multissetoriais

Desempenho das Ações Executadas em Outros Ministérios (programas multissetoriais)



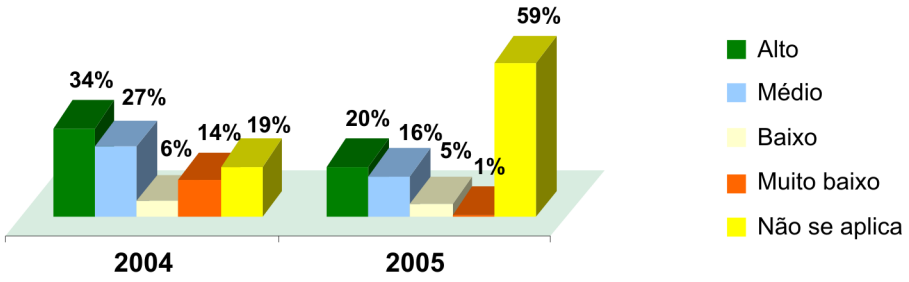
Fonte: Sigplan

Os programas multissetoriais vêm apresentando significativa melhoria no desempenho das ações com execução em outros Ministérios. Em 2005, dos 114 programas existentes, 65% dos programas multissetoriais apresentaram médio e alto desempenho. Contudo, ainda são apontados problemas relacionados à insuficiência de recursos pelo Ministério executor da ação (49% dos programas), à disponibilização de informações necessárias (48% dos programas) e à integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação (46% dos programas). A principal conseqüência da falta de interação entre os órgãos executores envolvidos na implementação é o predomínio de uma visão setorial na elaboração dos programas que compõem o Plano Plurianual.

Desempenho de Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas

A análise dos programas intra-setoriais, ou seja, aqueles que possuem ações de responsabilidade de mais de uma unidade administrativa do mesmo órgão, mostra que, em 2005, houve uma redução na quantidade de ações executadas em outras unidades administrativas cujo desempenho foi considerado alto ou médio, em comparação com 2004 (de 34% para 20%). Isto pode ser explicado por uma diminuição do número de ações intra-setoriais, uma vez que o número de ações em que essa situação não se aplica aumentou substancialmente (de 19% para 59%) e o percentual de ações executadas em outras unidades administrativas com desempenho baixo ou muito baixo não aumentou em 2005.

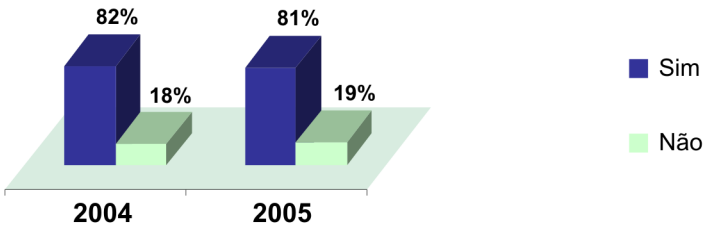
Desempenho das Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas (programas intra-setoriais)



Fonte: Sigplan

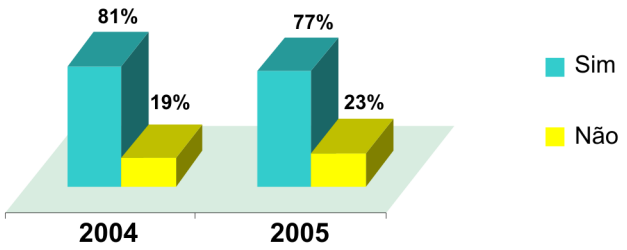
Ainda em relação aos programas intra-setoriais, o roteiro de avaliação questionou, também, sobre a disponibilização das informações necessárias pela unidade administrativa executora da ação e a existência de integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação. Os gráficos abaixo mostram que não há diferença entre os resultados de 2004 e 2005. Nos dois anos houve disponibilização das informações necessárias pela unidade administrativa executora da ação e integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação em cerca de 80% das ações, um resultado positivo, dado que este aspecto é essencial para o bom desempenho dos programas intra-setoriais.

Disponibilização das informações necessárias pela unidade administrativa executora da ação



Fonte: Sigplan

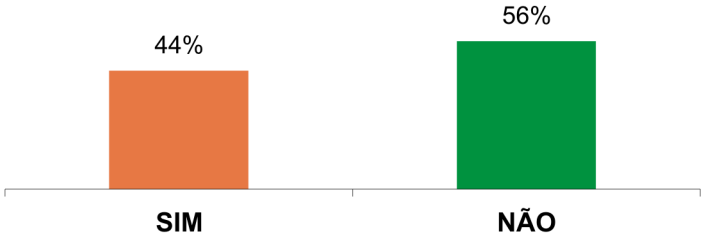
Existência de integração entre a gerência do programa e a coordenação da ação



Fonte: Sigplan

Realização de Parcerias

Existência de Parcerias Não Governamentais em 2005

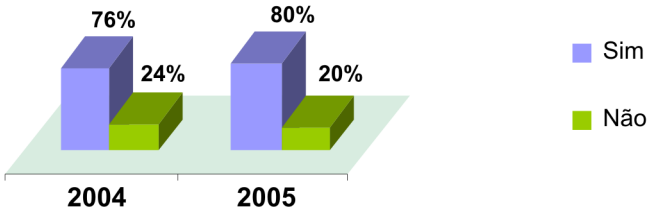


Fonte: Sigplan

Identificou-se em 2005 que 44% dos gerentes, o que corresponde a 164 programas, afirmaram manter parcerias não governamentais. Tendo em vista que, em 2004, a questão do roteiro solicitava apenas resposta subjetiva, não foi possível promover uma análise comparativa entre os dois anos. Destacam-se os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com 22 e 18 programas trabalhando com parcerias, respectivamente. Ressalta-se que parte das parcerias não está expressa sob a forma de ações não-orçamentarias do Plano Plurianual.

Mecanismos de Participação Social

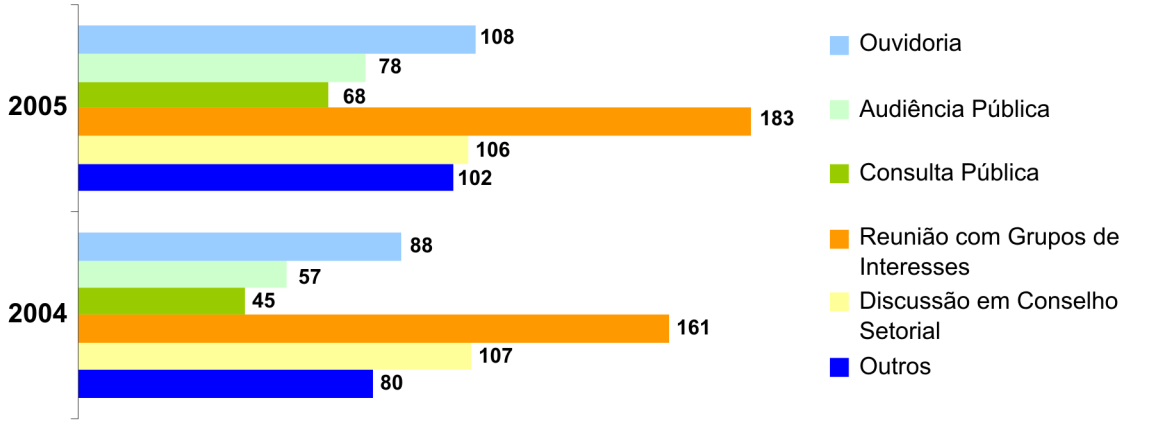
Existência de mecanismos de Participação Social



Fonte: Sigplan

Os resultados da avaliação nos anos de 2004 e 2005 mostram que, na maioria dos programas avaliados, há mecanismos de participação social. O percentual de programas que possuem mecanismos de participação social foi praticamente o mesmo em 2004 (76%) e 2005 (80%). Cabe destacar que em 11 Ministérios ,100% dos programas possuem algum tipo de mecanismo de participação social. A análise dos resultados revela que, nos dois anos, houve um aumento do número de programas que adotaram mecanismos de participação social, conforme se segue.

Mecanismos de Participação Social adotados



Fonte: Sigplan

Os Ministérios foram questionados, ainda, quanto ao tipo de mecanismo de participação social adotado na gestão dos seus programas. Dos 275 programas que, em 2004, informaram possuir mecanismos para promover a participação social, 59% utilizaram a reunião com grupos de interesses. O percentual de programas que utilizaram a discussão com conselho setorial, ouvidoria, audiência pública e consulta pública como mecanismo de participação social foi de 39%, 32%, 21% e 16%, respectivamente. Em 2005, os resultados foram semelhantes, uma vez que 50% dos 294 programas que possuíam mecanismos de participação social também utilizaram a reunião com grupos de interesses. O mesmo vale para os demais mecanismos: discussão com conselho setorial (29%), ouvidoria (29%), audiência pública (21%) e consulta pública (18%). Ressalte-se que os Ministérios informaram a adoção de outros mecanismos, tais como portais na Internet, participação da sociedade civil organizada em fóruns, comissões e comitês gestores e câmaras setoriais, centrais de atendimento.

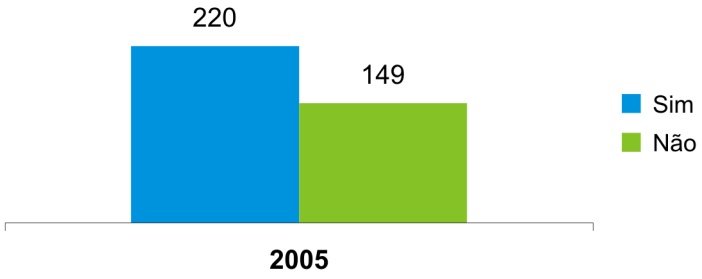
Boas Práticas na Gestão de Programas

Os gerentes deveriam responder se existem práticas de gestão a serem relatadas. Caso a resposta fosse afirmativa, os gerentes deveriam descrevê-las. Entendem-se como práticas de gestão as atividades executadas sistematicamente com a finalidade de gerenciar uma organização, constituindo padrões de trabalho. São também chamadas de processos, métodos ou metodologias de gestão.

Cerca de 60% (220) dos programas informaram utilizar boas práticas de gestão que podem ser replicadas na administração pública federal. Todavia, é preciso ressaltar que diversos aspectos citados pelos órgãos não constituem propriamente práticas

de gestão. Além disso, em alguns casos não é possível identificar de que forma tais procedimentos são implementados com os dados fornecidos para a avaliação.

Boas Práticas de Gestão de Programas - 2005



Fonte: Sigplan

Alguns Ministérios destacam-se quanto ao número de práticas de gestão informadas: Minas e Energia (18 programas), Defesa (17 programas), Transportes (17 programas), Saúde (15 programas), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (12 programas), Meio Ambiente (12 programas), Justiça (11 programas), Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (10 programas), Educação (9 programas) e Desenvolvimento Agrário (8 programas).

Os sistemas de monitoramento e avaliação constituem a maioria das experiências citadas. Os projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) são freqüentemente acompanhados e avaliados por meio do Sistema Embrapa de Gestão (SEG). No programa "Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau", as práticas são monitoradas permanentemente por meio de um Sistema Informatizado de Acompanhamento de Extensão Rural. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome constituiu uma Secretaria para tratar o tema da avaliação. O programa "Resíduos Sólidos Urbanos" utiliza o Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento (SIGESAN), que permite o monitoramento dos convênios. O programa "Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos" utiliza o Sistema Brasil Alfabetizado, disponível para acesso amplo, para a consolidação das informações sobre a operacionalização e execução das ações, além do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, que permite a atuação de diversas instituições especializadas na área de avaliação.

O Ministério da Educação apresenta outras boas práticas. Por exemplo, o programa "Desenvolvimento do Ensino Fundamental" criou o Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort), que coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas de ensino fundamental a remanejar os livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O programa "Educação para a Diversidade e Cidadania" criou o Projeto Escola Aberta, que é uma excelente oportunidade de socialização em espaços carentes de áreas de lazer, que pode ser replicada em situações semelhantes.

Existem também experiências que visam a garantir a transparência nas ações de governo. No programa "Proágua Infra-estrutura", por exemplo, estão sendo desenvolvidos projetos-piloto que estimulam a participação pública na tomada de

decisão e que buscam formas de garantir a sustentabilidade dos sistemas implantados. Também foi citada, em alguns casos, a participação no Portal da Transparência. Além disso, alguns programas apresentam soluções simples, porém capazes de aprimorar sua gestão, como é o caso do programa "Luz para Todos", que possui um Manual de Operacionalização que normatiza todo o processo de funcionamento e define as responsabilidades dos diversos atores. Em relação à economia de recursos públicos, que poderia minimizar os problemas relativos à escassez de equipamentos de informática e de tecnologia, foi relatado o uso, por exemplo, de *software* livre. Nesse aspecto, o programa "Inclusão Digital" está desenvolvendo uma ação focada no recondicionamento de computadores. Outro fator de inovação mencionado em alguns programas refere-se á gestão participativa, como é o caso do programa "Gestão da Política Pesqueira".

Estudos sobre boas práticas também têm ocorrido, por exemplo, no programa "Mobilidade Urbana", que está identificando os Municípios brasileiros com boas práticas associadas à mobilidade urbana das pessoas com deficiência.

O Ministério da Defesa apresentou algumas práticas que podem ser adotadas por outros órgãos. O programa "Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica" citou programas e sistemas de controle de estoque de suprimentos. Outro exemplo é o do programa "Ensino Profissional do Exército", que utiliza o Sistema de Planejamento Administrativo de Ensino e Cultura (SISPAEC), que realiza o levantamento das necessidades de recursos orçamentários, combustíveis, rações operacionais e indenização e requisição de passagens e diárias sob a gestão do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

Apenas um pequeno grupo de boas práticas foi relatado detalhadamente. Ressalta-se que a identificação de como essas práticas podem ser replicadas depende de um contato mais próximo com os órgãos que as relataram.

Conclusões

A finalidade da análise da avaliação da gestão do PPA foi a de evidenciar os principais aspectos positivos e as dificuldades relacionadas à implementação do conjunto dos programas, a partir da perspectiva de suas gerências responsáveis, na etapa de avaliação de programas do Plano Plurianual 2004-2007. Seu objetivo é indicar os aperfeiçoamentos necessários ao alcance dos objetivos almejados pelos programas de Governo.

Comparando-se a avaliação anual de 2005 com a de 2004, percebe-se uma discreta melhoria em relação ao exercício anterior, na visão das equipes gerenciais responsáveis pelos programas do PPA, quanto aos resultados obtidos e ao alcance das metas físicas. Esses desempenhos ocorreram num contexto de redução da insuficiência e maior descontinuidade no fluxo de recursos. É importante destacar, no entanto, que houve uma queda significativa na perspectiva e no alcance dos indicadores, sugerindo uma tendência negativa para o próximo exercício em relação à capacidade de se atingir os resultados previstos ou revelando uma baixa capacidade de previsão de resultados com base em sua sensibilidade aos recursos alocados nas ações planejadas.

Quanto à concepção, destacou-se a melhoria no desenvolvimento de novos indicadores, cuja apuração foi também mais efetiva em relação ao primeiro ano de execução do PPA. Em relação aos demais atributos dos programas, constatou-se a necessidade de um maior aperfeiçoamento para o próximo ano, algo inesperado em se tratando da avaliação de um plano que já havia sido revisado em 2004.

Dentre os principais problemas sistêmicos apontados ressalta-se a inadequação de recursos humanos, seja do ponto de vista de qualificação, seja do de adequação da força de trabalho, situação que afeta cerca de dois terços dos programas do Plano. Em seguida, destacam-se o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação de recursos como as restrições mais prejudiciais ao desempenho dos programas, ao lado das dificuldades no estabelecimento de contratos e convênios.

A análise dessas informações indica que um desafio ainda maior do que o de elaborar um diagnóstico dessas restrições sistêmicas à ação do Governo é o de criar procedimentos para sua superação, seja no campo do aperfeiçoamento da gestão dos programas, seja no da melhoria da gestão das organizações responsáveis pela sua execução. O sucesso da avaliação depende, portanto, não apenas do necessário aperfeiçoamento dos sistemas de informações para a implementação do Plano Plurianual, mas, sobretudo, da participação interessada e consciente dos agentes públicos, de forma a que se envolvam na construção coletiva de soluções, razão pela qual se faz necessário fortalecer as funções de monitoramento e avaliação nas organizações integrantes do Sistema de Planejamento e também do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA).

A parte seguinte da avaliação da gestão do plano destina-se a analisar o grau de consolidação do SMA com base nas informações obtidas por meio da etapa de avaliação setorial.

Visão Sistêmica do Desempenho dos Programas

Contextualização

A etapa de avaliação setorial subdivide-se em três partes interdependentes: 1) a avaliação quanto à concepção do conjunto dos programas, 2) a avaliação quanto ao resultado do conjunto dos programas e 3) a avaliação da gestão setorial.

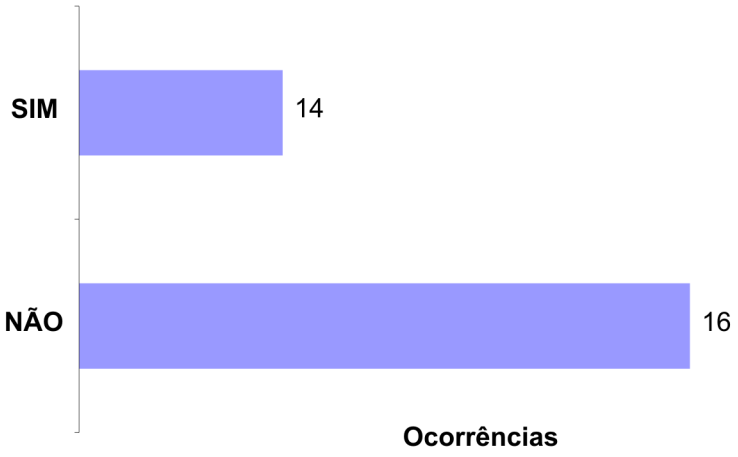
As duas primeiras partes visam a captar informações para subsidiar a revisão do Plano, enquanto que a avaliação da gestão setorial tem a finalidade de indicar aperfeiçoamentos necessários para o gerenciamento do conjunto dos programas, a partir da identificação de aspectos positivos e necessidades de aperfeiçoamento. A primeira parte do questionário (perfil) busca identificar a configuração do modelo de gestão setorial, a partir da verificação dos seguintes aspectos: Comitê de Coordenação de Programas, Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA), Sistema Informatizado de Apoio ao Gerenciamento e apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP aos órgãos setoriais. As demais partes do roteiro avaliam o funcionamento deste modelo e os resultados alcançados.

Trinta órgãos realizaram a avaliação. A reflexão sobre o modelo de gestão setorial do PPA será apresentada a seguir.

Comitê de Coordenação de Programas

O Comitê de Coordenação de Programas deve funcionar em cada órgão do Poder Executivo com a finalidade de coordenar os processos de gestão dos programas para o alcance dos objetivos setoriais. O Comitê é composto pelo Secretário-Executivo do órgão ou cargo equivalente, que o coordenará, pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou cargo equivalente, pelos gerentes de programa e pelos titulares de unidades e entidades vinculadas ao órgão. O funcionamento efetivo do Comitê de Coordenação de Programas reforça a função de planejamento nos Ministérios e coloca a gestão dos programas na agenda da alta administração, estabelecendo a relação entre a gestão de cada programa e a estrutura formal do órgão, permitindo o alinhamento e a consecução dos objetivos das políticas setoriais. As funções atribuídas ao Comitê podem ser desempenhadas por outras instâncias colegiadas que porventura estejam em funcionamento nos órgãos. A atuação do Comitê deve propiciar o monitoramento e a avaliação dos planos gerenciais dos programas, de forma a pactuar metas e resultados. Esse Comitê de Coordenação deve atuar, também, de forma pró-ativa na eliminação de restrições, na gestão dos fluxos orçamentários e financeiros, na definição das prioridades do setor e na avaliação e revisão do planejamento setorial.

O comitê de coordenação de programas está instalado e atuante?



Fonte: Sigplan

É importante notar que o roteiro de avaliação da gestão setorial considera dois aspectos: a existência de um Comitê de Coordenação de Programas e as outras formas de coordenação existentes mas não contempladas no modelo de gestão do PPA. Em 2005, dos 30 órgãos que preencheram a avaliação, 14 informaram que tinham um Comitê de Coordenação de Programas instalado e atuante, a saber: Advocacia-Geral da União, Ministérios da Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Integração Nacional, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esporte, Saúde, Transportes, Turismo e Secretarias Especiais de Aqüicultura e Pesca e Políticas para as Mulheres. Deve-se ressaltar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, embora tendo escolhido a opção de que havia um "comitê instalado e atuante", informou que o comitê não está funcionando plenamente. É interessante notar que, no Ministério da Saúde, o Colegiado de Gestão desempenha a função de Comitê de Coordenação de Programas. Sete

órgãos informaram precisamente a periodicidade de reunião das coordenações dos programas. Alguns órgãos que afirmaram promover reuniões periódicas fazem também encontros extraordinários. Outros órgãos realizam encontros apenas na medida da necessidade.

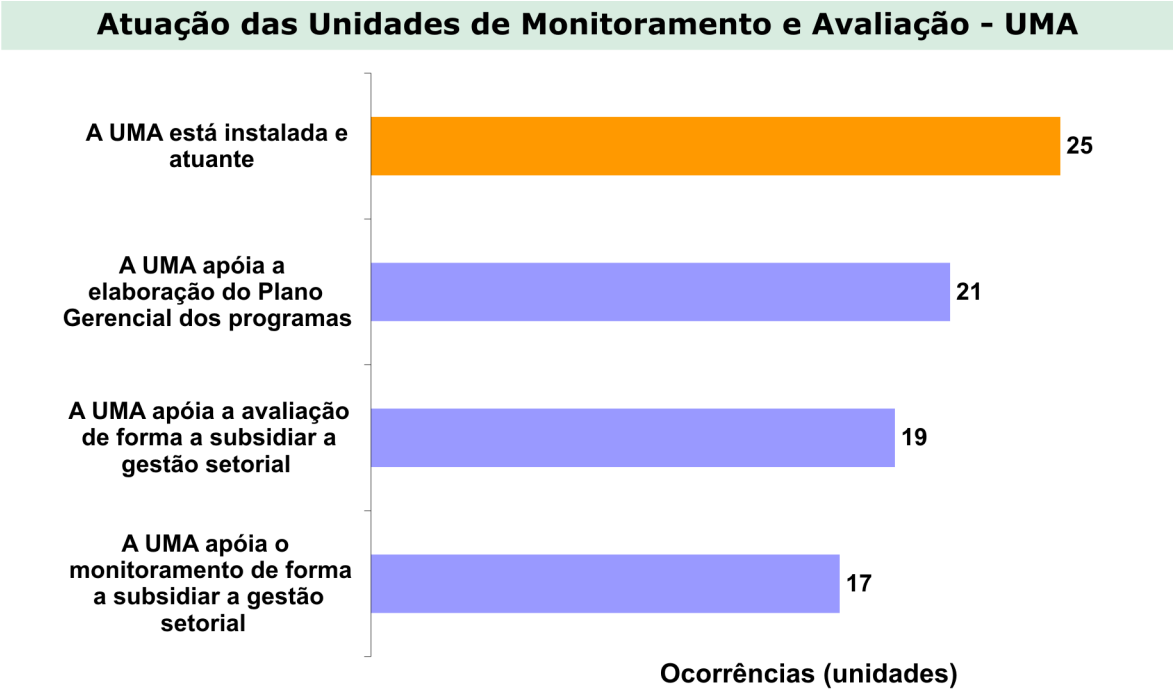
Dezesseis órgãos informaram que não tinham um Comitê de Coordenação de Programas instalado e atuante. Dentre eles, 7 informaram explicitamente que constituíram Comitês de Coordenação de Programas, conforme determina o modelo de gestão do PPA, porém não os colocaram em funcionamento. São eles: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fazenda, Cidades, Comunicações, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Meio Ambiente e Planejamento, Orçamento e Gestão. Alguns órgãos, por sua vez, relataram em resposta subjetiva que a coordenação dos programas tem participação da Secretaria-Executiva ou de unidade equivalente, ainda que o Comitê de Coordenação de Programas, quando existente, não seja atuante: Ministérios das Cidades, das Relações Exteriores (Secretaria Geral das Relações Exteriores), de Minas e Energia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego e Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (gabinete).

Dentre os órgãos que informaram que não tinham um Comitê de Coordenação de Programas instalado e atuante, ressalta o caso da Presidência da República, na qual o processo de avaliação engloba a Secretaria Geral, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Casa Civil, No caso do GSI, a unidade de coordenação dos programas tem atuação regular e sistemática, promovendo reuniões periódicas com a presença dos gerentes de programa e coordenadores de ação, sob a coordenação do chefe da UMA. Percebe-se que a coordenação de programas de alguns órgãos encontra-se na área de planejamento, sem o envolvimento da Secretaria Executiva.

Tendo em vista que algumas questões do roteiro são subjetivas, torna-se difícil relatar outras semelhanças entre os órgãos ou fazer inferências sobre a atuação da coordenação setorial. Seria necessário conduzir entrevistas com cada um dos órgãos para esclarecer as dúvidas suscitadas e obter informações mais detalhadas sobre o funcionamento dos Comitês de Coordenação de Programas.

Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA)

Dentre os 30 órgãos que preencheram a avaliação setorial, 25 informaram que tinham uma Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) instalada e atuante. Nesses 25 órgãos, a UMA subsidia a gestão setorial dos programas por meio de monitoramento (17 casos) e de avaliação (19 casos) . O apoio ao monitoramento e à avaliação ocorre parcialmente em 6 e em 5 órgãos, respectivamente. Em relação ao apoio à elaboração do plano gerencial, a resposta de 21 órgãos foi afirmativa.



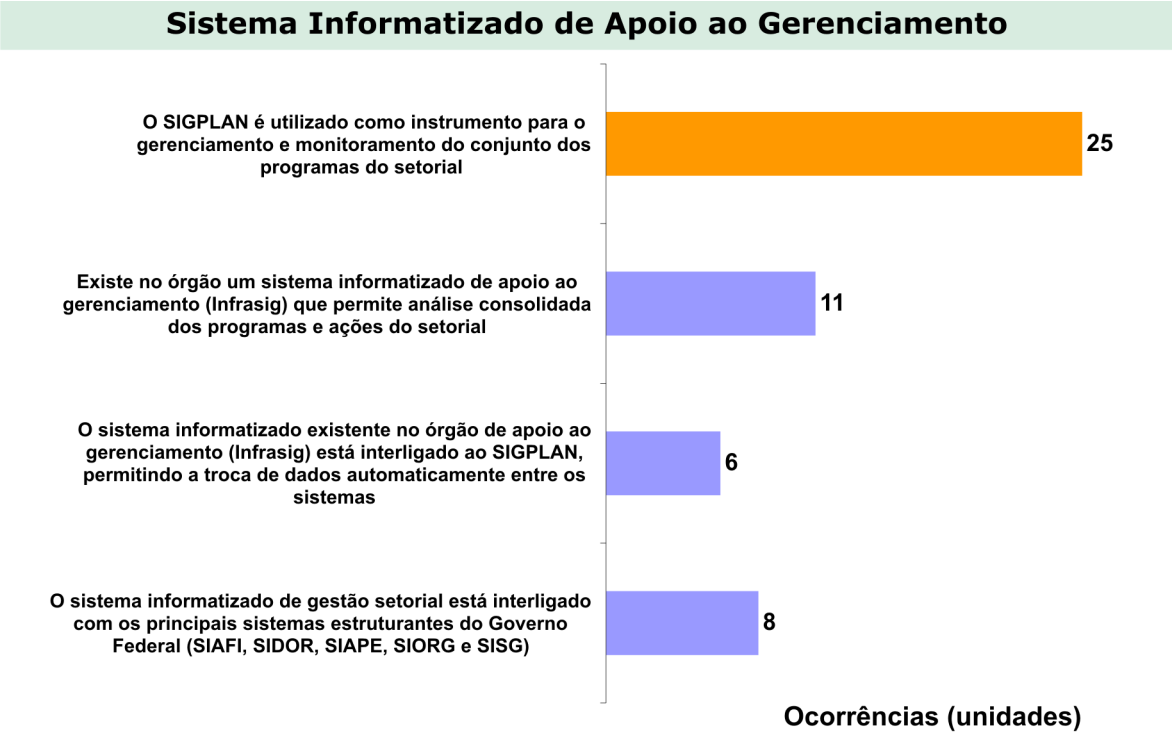
Fonte: Sigplan

Sistema Informatizado de Apoio ao Gerenciamento

O SIGPLAN é utilizado como instrumento de gerenciamento e monitoramento do conjunto dos programas setoriais em 24 órgãos. Apenas 11 órgãos informaram que possuem um sistema informatizado específico para apoiar o gerenciamento (Infrasig), que permite a análise consolidada dos programas e ações do órgão? setorial: Gabinete da Presidência da República, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde, do Turismo e dos Transportes e Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. O Infrasig do Ministério dos Transportes, todavia, foi iniciado apenas em 2006, mas aparece na estatística de 2005, porque a questão específica foi respondida afirmativamente. Além disso, não foi identificada existência de Infrasig no Gabinete da Presidência da República e na Secretaria Especial de Direitos Humanos, que também responderam afirmativamente à referida questão.

É possível que esses órgãos utilizem um sistema de informação assemelhado ao Infrasig. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Agência Nacional de Águas e o Ibama efetivamente usam o Infrasig, mas esse dado não aparece na estatística por ser tratar de unidades vinculadas a órgãos supervisores.

Em 6 órgãos o Infrasig está interligado ao SIGPLAN, permitindo a troca automática de dados entre os dois sistemas: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Saúde e do Turismo. Este último, todavia, não consta como interligado ao SIGPLAN, conforme informações internas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Fonte: Sigplan

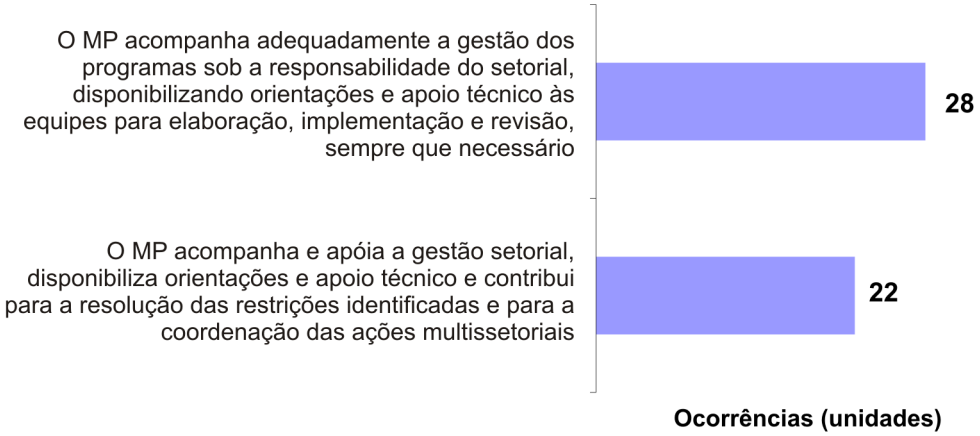
Conforme as respostas dadas no instrumento de avaliação, o sistema informatizado de gestão setorial está interligado a, pelo menos, um dos principais sistemas estruturantes do Governo Federal[3] (SIAFI, SIDOR, SIAPE, SIORG e SISG) em 8 órgãos: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Turismo e dos Transportes.

Atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Duas questões que mesclavam opções de resposta objetiva e subjetiva subsidiaram a avaliação da atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) na coordenação dos processos de monitoramento, avaliação e revisão dos programas do PPA e na prestação de orientação e apoio técnico à gestão tático-operacional. A primeira questão tratava do apoio do MP à gestão dos programas sob responsabilidade do órgão setorial, a partir da disponibilização de orientações e do apoio técnico às equipes para elaboração, implementação e revisão, sempre que necessário. A segunda questão tratava do apoio do MP à gestão setorial para viabilizar a disponibilização de orientações e apoio técnico, a contribuição para a resolução das restrições identificadas e a coordenação das ações multissetoriais. Aparentemente, alguns órgãos deram interpretações redundantes às duas perguntas, conforme revelou a análise das respostas subjetivas. Realmente, as questões têm pontos de intersecção, demandando aperfeiçoamento do instrumento a ser aplicado em 2007.

[3] Os sistemas citados são os seguintes: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), Sistema Integrado de Informações Organizacionais (SIORG) e o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).

Apoio do MP aos Órgãos Setoriais



Fonte: Sigplan

Houve ainda sugestão no sentido de que as questões, cujas opções de resposta objetiva eram "sim" e "não", passassem a contemplar, também, a opção "parcialmente". As dificuldades sentidas pelos respondentes podem estar relacionadas à natureza abrangente das questões, que cobrem diversos itens simultaneamente mas permitem apenas duas respostas que implicam em escolha forçada: sim e não. Além disso, o mesmo órgão enfatizou a necessidade de acrescentar nesse bloco um campo para "comentários" adicionais às respostas .

Questão 1 - *O MP acompanha adequadamente a gestão dos programas sob a responsabilidade do órgão setorial, disponibilizando orientações e apoio técnico às equipes para a elaboração, implementação e revisão, sempre que necessário?*

Os gestores de 28 órgãos consideram que o MP acompanha adequadamente a gestão dos programas sob responsabilidade setorial, disponibilizando orientações e apoio técnico às equipes para elaboração, implementação e revisão. Dentre eles, grande parte enfatizou o trabalho realizado pelos analistas do MP no apoio aos órgãos. Outros aspectos citados refletem o apoio dado aos órgãos setoriais, tais como capacitações gerenciais; reuniões de nivelamento; oficinas com consultores para a elaboração dos planos gerenciais; orientação técnica para avaliação do PPA; reuniões com o órgão setorial visando à solução e ou minimização de problemas e restrições na execução orçamentária e financeira; oficinas realizadas no final de 2005, com a participação da Casa Civil, abordando o tema de restrições e o apontamento das principais dificuldades para 2006; auxílio no acompanhamento e análise do desempenho dos programas e ações; auxílio na solução de dúvidas técnicas; facilitação no relacionamento entre os órgãos e as entidades da Administração Federal (principalmente no âmbito dos programas multissetoriais); disponibilização de manuais e participação em alguns comitês.

O Ministério do Meio Ambiente propôs melhorias nos mecanismos de monitoramento dos programas, principalmente no que se refere ao SIGPLAN, salientando as seguintes questões: acompanhamento mais estruturado, com a emissão de relatórios críticos, além dos dados quantitativos, no decorrer do exercício e não só no final deste; adaptação do sistema para aqueles órgãos que não exercem atividades típicas de infra-estrutura; inclusão de dados relativos ao contingenciamento; utilização

da linguagem do orçamento quanto aos conceitos de liquidado e realizado; e utilização do Sistema para a revisão de programas de forma a evitar o trabalho repetido e a publicação de incorreções no projeto de lei em função do trabalho feito manualmente.

A Secretaria de Aqüicultura e Pesca enfatizou a necessidade de maior aproximação do MP com os gerentes de programa e coordenadores de ação, promovendo maior conscientização quanto à importância do PPA para a implementação de políticas públicas com foco nos resultados. No Ministério da Educação esse contato tem sido garantido por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Um outro aspectos levantado pelos órgãos refere-se ao distanciamento do IPEA em relação aos trabalhos que envolvem o PPA.

Dois órgãos retrataram sua insatisfação em relação à atuação do MP: Gabinete da Presidência da República e Ministério da Integração Nacional. O Gabinete da Presidência da República considera a atuação do MP satisfatória no que se refere à disponibilização de uma metodologia padronizada, à formalização dos relatórios e documentos exigidos, ao cumprimento de prazos, etc. Todavia, o órgão considera a metodologia genérica e inflexível, incapaz de fornecer respostas suficientes para atender às peculiaridades de cada programa.

O Ministério da Integração Nacional reconhece os esforços sistemáticos desenvolvidos pelo MP, notadamente a partir de 2003, que resultaram na edição da Lei nº. 10.933 e do Decreto nº. 5.233, que disciplinaram o novo modelo de gestão do PPA, inserindo novos arranjos de coordenação que favorecem a melhor gestão dos programas. O órgão verifica, todavia, a existência de um hiato entre as iniciativas legais e normativas do MP e outras, como por exemplo, a implementação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), que envolve uma agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no PPA. Além disso, o órgão identifica a necessidade de um esforço maior para garantir a aplicabilidade das ferramentas disponibilizadas pelo MP (manuais e sistema de informação) às peculiaridades e à realidade setorial. Percebe-se que tanto o Gabinete da Presidência da República, quanto o Ministério da Integração Nacional refletem a dificuldade de adaptar a metodologias às suas especificidades institucionais.

Questão 2 - *O MP acompanha e apóia a gestão setorial, disponibiliza orientações e apoio técnico e contribui para a resolução das restrições identificadas e para a coordenação das ações multissetoriais?*

Segundo os gestores de 22 órgãos, correspondem a 73% do total de avaliações respondidas, o MP acompanha e apóia a gestão setorial, disponibiliza orientações e apoio técnico e contribui para a resolução das restrições identificadas e para a coordenação das ações multissetoriais. Novamente foi ressaltada a importância do analista setorial do MP no apoio à gestão dos órgãos setoriais. Outros fatores mencionados incluem a relevância das capacitações sobre o ciclo de gestão e das orientações quanto à elaboração das propostas orçamentárias, à revisão e avaliação do PPA e o apoio ao aprimoramento dos sistemas de informação. O Ministério da Saúde informou que o MP propicia e estimula a integração com outros Ministérios, como no caso dos programas de saneamento - que guardam estreita ligação com o Ministério das Cidades - e do programa "Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos indígenas" - que está ligado ao Ministério da Justiça. Conforme o Ministério

da Saúde, em ambos os casos o MP, sempre que solicitado, intermedia informações ou encontros para a realização dos ajustes que se revelam necessários ao longo da execução.

Diversos órgãos, mesmo alguns daqueles que responderam afirmativamente à pergunta, relataram dificuldades ao tratar de programas multissetoriais: Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Previdência Social, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente e Secretaria e Aqüicultura e Pesca. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, embora respondendo afirmativamente, relatou que o MP disponibiliza todo o material técnico e orienta o órgão setorial no tocante à gestão orçamentária e do PPA, porém se abstém de manifestação sobre os pleitos apresentados e as questões relativas à implementação dos programas, exceto por eventual demanda e ocorrência que torne necessário contato mais próximo.

Por parte dos órgãos que afirmaram a falta de apoio do MP, houve citações relativas principalmente à dificuldade em obter auxílio para soluções de restrições. Foi mencionado que as restrições à gestão dos programas, citadas nos relatórios anuais de avaliação do Plano, não têm sido objeto de medidas efetivas de resolução por parte do MP. Dentre as restrições que carecem de apoio para superação estão as relativas a pessoal, recursos orçamentários e financeiros, entraves legais à execução, além de restrições específicas de alguns órgãos setoriais. Além disso, foi citada a demora de resposta do MP quanto a certos aspectos como alterações do cadastro de ações.

Conclusões

Pela primeira vez, a avaliação setorial do PPA incluiu um mapeamento do grau de incorporação da metodologia de gestão do PPA 2004-2007, permitindo conhecer os avanços e os aspectos institucionais que necessitam de aperfeiçoamento para a efetiva construção de um modelo orientado para resultados. O perfil identificou a atuação dos órgãos setoriais na gestão dos programas e na apropriação de metodologias e ferramentas disponiblizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além da atuação do órgão central na condução do modelo. O roteiro de questões também identificou os avanços do desenvolvimento descentralizado das funções de monitoramento e avaliação na administração pública federal, obtidos a partir da instituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação.

Praticamente todos os órgãos apresentam mecanismos de gestão do conjunto de programas, independente da constituição de um Comitê de Coordenação de Programas, conforme preconiza o modelo de gestão. Todavia, a presença da Secretaria-Executiva não ocorre para todos os órgãos.

A instituição das Unidades de Monitoramento e Avaliação, por sua vez, foi satisfatória, tendo em vista sua presença em mais de 80% dos órgãos. Tal fato explica-se, em parte, devido à utilização de membros da estrutura já consolidada das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão na constituição das UMA da maioria dos setoriais. Além disso, percebe-se que a atuação das UMA no apóio ao monitoramento e à avaliação pode ser aprimorado. Este apoio deveria ser medido de forma mais precisa a partir de investigação junto às secretarias finalísticas de cada setorial.

No que se refere aos mecanismos de monitoramento, percebe-se uma consolidação do SigPlan. Todavia, as especificidades de cada órgão têm sido garantidas mediante

a utilização de infrasigs, que aos poucos estão sendo interligados ao SIGPLAN, permitindo a troca de dados automaticamente entre os sistemas.

A atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi considerada satisfatória. As deficiências centraram-se principalmente em relação ao apoio na superação das restrições e na gestão de programas multissetoriais. Em relação às restrições, avançou-se a partir do relatório mensal de restrições, acessado por todos os envolvidos, sendo ainda necessário outros avanços. E os setoriais ainda necessitam de apóio na gestão de programas com ações executadas por outros órgãos, principalmente em termos de execução física.

Finalmente, percebe-se avanços na consolidação do modelo de gestão. Todavia, os dados revelados pela avaliação do plano revelam lacunas entre o modelo idealizado e o seu grau de maturidade atual. Os órgãos continuam a necessitar de apoio para implantação das ferramentas disponibilizadas pelo modelo, que devem ser aperfeiçoadas constantemente para auxiliar os órgãos no alcance de seus objetivos.

Avaliação da Transversalidade

Contextualização

A introdução da gestão por resultados gera maior complexidade para as organizações públicas, na medida em que busca medir a efetividade da ação governamental na sociedade. Os problemas e demandas da sociedade possuem múltiplas causas e, portanto, devem ser tratados em sua totalidade e não por meio de uma gestão setorial. Dessa forma, a transparência e o fortalecimento da gestão pública, obtidos pelo novo modelo, exigem uma maior integração entre setores, mediante a atuação coordenada de organizações governamentais e não governamentais.

O governo federal assumiu como um compromisso o princípio da transversalidade de gênero e raça, abrangendo pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, entre outros cidadãos, na formulação e no desenvolvimento das políticas públicas, incluindo-se aí todos os setores de atuação e segmentos de poder.

Entende-se como transversalidade uma forma de institucionalização de uma cultura de planejamento, gestão e avaliação que considere essas perspectivas no âmbito das políticas públicas, envolvendo os diversos setores da sociedade, com o objetivo de reduzir as desigualdades existentes. A transversalidade é uma forma de atuação horizontal, não hierárquica, que busca construir políticas públicas integradas, por meio de ações articuladas.. Trata-se de uma abordagem ampla, cujos principais objetivos são:

- Incorporar conceitos e práticas comuns no tratamento da transversalidade nas políticas governamentais.
- Melhorar a integração entre os órgãos, com a finalidade de evitar a pulverização e a fragmentação das ações governamentais e promover um maior impacto sobre os problemas identificados.
- Aumentar o grau de articulação entre instituições e demais atores envolvidos na gestão temática.
- Identificar oportunidades setoriais de investimentos em atividades específicas relativas aos temas.

- Divulgar e disseminar o conhecimento relativo aos temas nas diversas instâncias e fóruns governamentais e não-governamentais.

Dada a sua amplitude e abrangência, a gestão transversal deve se configurar em prioridade política para ser efetiva. Essa priorização advém da possibilidade de otimização da alocação de recursos públicos, da melhoria na qualidade do gasto público e do alcance da efetividade da ação governamental.

Dessa forma, um desafio presente para a gestão governamental é o de superar a concepção usual de condução das políticas públicas de forma setorial, pois estas tendem a enfrentar determinados problemas existentes na sociedade de modo fragmentado e superficial, em função da divisão da administração pública em setores.

O objetivo deste trabalho é avaliar a inserção do enfoque transversal na construção e gestão de políticas e programas no exercício de 2005. A análise busca fornecer subsídios e informações sobre a importância de uma cultura de planejamento que reflita a abordagem transversal e sua utilização na gestão de programas.

Este documento está estruturado em três partes, além desta contextualização, quais sejam: uma visão geral de alguns temas transversais que foram priorizados pelo governo federal no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007; uma análise da inclusão desses temas nas políticas setoriais, utilizando como subsídio o resultado das questões incluídas no roteiro da avaliação setorial ano-base 2005, etapa integrante da Avaliação Anual de Programas do PPA 2004-2007; e a apresentação das principais conclusões, bem como a discussão dos desafios a serem enfrentados pela administração pública em relação à questão transversal.

Temas Transversais

1. Gênero

A Constituição Federal de 1988 instituiu e consolidou importantes avanços na ampliação dos direitos das mulheres e no estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias. A dimensão gênero deve estar presente na análise das desigualdades sociais brasileiras, bem como ser contemplada na formulação e na implementação de políticas públicas.

No aspecto institucional, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 1º de janeiro de 2003 com *status* de Ministério, vem atuando na formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres. Uma de suas primeiras tarefas foi a de discutir com a sociedade os pressupostos, os princípios e as diretrizes para a formulação da Política Nacional para as Mulheres. Esse debate transcorreu na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), realizada em julho de 2004, que contou com a participação de cerca de 120 mil mulheres. Os resultados dessa discussão serviram de base para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em 8 de dezembro de 2004. Este plano possui 199 ações, distribuídas em 26 prioridades, as quais foram traçadas a partir de 4 linhas de atuação:

- Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania.
- Educação Inclusiva e Não Sexista.

- Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.
- Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A SPM vem trabalhando no sentido de assegurar a implementação das ações do PNPM, bem como de fortalecer as bases para essa implementação por meio das seguintes estratégias: pactuação do Plano com os governos estaduais e municipais; fortalecimento dos organismos de políticas para mulheres, criados nas esferas estaduais e municipais; e atuação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano.

O Comitê, instituído em 8 de março de 2005, é composto por representantes governamentais das esferas federal e estadual e da sociedade civil por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). As suas atribuições são: promover a articulação entre os diferentes órgãos de governo responsáveis pela implementação do Plano e acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento de seus objetivos, metas, prioridades e ações, por meio da implantação do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do PNPM. O Comitê atua, também, no sentido de incorporar conceitos e práticas nas políticas governamentais de todas as áreas e nas diversas instâncias e fóruns governamentais e não-governamentais.
A implementação do PNPM e o seu monitoramento significam mais do que o cumprimento de metas e a realização de ações acordadas. Trata de concretizar a proposta de transversalidade de gênero nas políticas públicas com transparência e controle social.

Como ação facilitadora do fortalecimento da institucionalidade de gênero e potencialização da implementação do PNPM, foi criado o Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres. Em 2005, existiam 104 organismos atuando na implementação de políticas para as mulheres em todo o país. O fato de existirem esses organismos nos governos locais reforça a política e atuação da sociedade e tende a garantir a continuidade das iniciativas.

Cabe destacar, ainda, o apoio do CNDM à SPM na articulação com outras instituições da administração pública federal e da sociedade civil, na formulação de políticas públicas com a perspectiva de gênero e no relevante trabalho para ampliar o controle social na implementação e acompanhamento das políticas públicas para as mulheres.

2. Raça

A temática da igualdade racial é pautada na Constituição Federal de 1988, que contém preceitos antidiscriminatórios, tais como: a afirmação do caráter pluriétnico da sociedade brasileira, a garantia aos remanescentes de quilombos da propriedade de suas terras e a criminalização do racismo, entre outros.

A criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março de 2003, explicita as diretrizes governamentais para o enfrentamento da discriminação e das desigualdades raciais. Assim, foram definidos os elementos estruturais e de gestão necessários à articulação dos diversos atores sociais, bem como à formulação e coordenação de políticas públicas que visam a reduzir as desigualdades raciais que ainda persistem na sociedade brasileira.

Com este objetivo, em 20 de novembro de 2003, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, cuja execução baseia-se em três princípios:

- Transversalidade: pressupõe que o combate às desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial perpassam as diversas áreas e, portanto, devem constituir premissas e pressupostos do conjunto das políticas de governo.
- Descentralização: implica num modo de gestão que comprometa todos os entes da federação.
- Gestão democrática: visa a ampliar os canais de diálogo, colaboração, harmonização das ações e apoio da sociedade civil.

A I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade (I CONAPIR), realizada de 30 de junho a 2 de julho de 2005, mobilizou 95 mil pessoas. Os debates que ocorreram nesse evento acerca do tema "Estado e Sociedade: Construindo a Igualdade Racial" apontaram as diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Por meio da I CONAPIR, a SEPPIR fortaleceu suas ações na estrutura do governo federal e consolidou um modelo de gestão participativa. Um dos mecanismos de gestão democrática é o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), que tem por finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e em outros segmentos étnicos, de forma a combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e reduzir as desigualdades, inclusive nos aspectos econômico-financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

O Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) foi criado como um espaço para discussão, articulação e coordenação da ação conjunta das três esferas de governo. As adesões ao FIPIR somavam, em 2005, 393 governos estaduais e municipais. Nessas esferas existiam em funcionamento 107 organismos municipais e 23 setores estaduais para tratamento das questões étnico-raciais.

Na busca da transversalidade nas políticas públicas, o processo de elaboração do plano consistiu num trabalho conjunto entre o governo e a sociedade civil. O plano representa um instrumento orientador de políticas públicas que contribuem para o êxito dos objetivos do governo no sentido de empreender o desenvolvimento sustentável com eqüidade social, passível de ser alcançado se superadas as desigualdades de raça.

Dentre as suas diretrizes, cabe destacar a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que articula as políticas nacional, estadual, distrital e municipal; a introdução da temática étnico-racial no processo de formação e capacitação do governo federal; a inclusão dos quesitos raça, cor e etnia em todos os instrumentos de coleta de dados, registros, pesquisas e formulários públicos, para a conformação de um Sistema de Informação das Relações Étnico-Raciais.

3. Criança e Adolescente

O tema Criança e Adolescente foi incorporado ao mundo jurídico brasileiro em 1979, com a criação do código de menores. Desde então, a luta pela inclusão do tema na agenda política foi lenta, porém, gradual, tendo culminado na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. O ECA tem 267 artigos calcados no pressuposto básico que as crianças e os adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção

integral. A criação do ECA contribuiu decisivamente para a criação do sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, atualmente composto por 4.585 Conselhos Tutelares, 47 Delegacias Especializadas, 27 Defensorias Públicas e 32 Centros de Defesa.[4]

Nesse sentido, merece destaque o trabalho realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, em parceria com o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), no que se refere à mobilização, articulação, implantação, capacitação e qualificação de todos os segmentos públicos, privados e da sociedade civil para a criação de uma rede de proteção à criança e ao adolescente, garantindo o cumprimento do ECA, além do desenvolvimento de um amplo programa de fortalecimento dos Conselhos de Direitos, Fundos e Conselhos Tutelares de todo o país. Assim, nos últimos anos, destaca-se o aumento do número de ações, tanto do Estado como de diversos setores da sociedade, na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Um exemplo dessa mobilização e articulação é o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente 2004-2007 (PPACA), resultado do Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança, assinado pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Este documento é composto por compromissos de metas, traduzidos em aproximadamente 210 ações incluídas na programação do Plano Plurianual 2004-2007, que têm como objetivo principal a melhoria dos indicadores atuais relativos à situação da criança e do adolescente. O PPACA contém compromissos de gestão cujo enfoque são as iniciativas necessárias para o cumprimento das metas estabelecidas. Dado o caráter transversal intrínseco à atenção às Crianças e aos Adolescentes vários Ministérios participaram da elaboração do Plano e agora atuam na implementação das ações sob sua responsabilidade.

Foi constituído o Comitê Gestor do Plano, para acompanhar e monitorar o PPACA (2004 a 2007), composto por representantes de todos os órgãos que desenvolvem ações inseridas no Plano[5], além de representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Rede de Monitoramento, constituída por 36 entidades da sociedade civil.. Anualmente são elaborados relatórios demonstrando os avanços no tratamento do tema pelos vários órgãos e entidades e apontando demandas por investimentos ainda não implementados.

Em 2005 ressaltaram as seguintes iniciativas: 1) o acompanhamento sistemático, pelo CONANDA, da execução orçamentária das ações na área da criança e do adolescente, inclusive a discussão da proposta orçamentária para 2006 dos Ministérios e Secretarias do Governo federal que executam ações na área da criança e do adolescente; 2) a conclusão do levantamento realizado pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, que serviu para identificar cerca de 930 Municípios com situação de exploração sexual de crianças e adolescentes; e 3) a definição por parte da SEDH, em conjunto com o CONANDA (Resolução nº. 101, de 17 de março de 2005), dos procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos da Subsecretaria de

[4] Relatório Anual de Acompanhamento (jan/dez) do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente – 2004/2007.

[5] Compõem o Comitê Gestor do Plano representantes dos Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Trabalho e Emprego, Justiça, Integração Nacional, Cidades e Esporte.

Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).

4. Juventude

O tema juventude, principalmente no que diz respeito aos jovens maiores de 18 anos, só passou a ser considerado como foco da ação pública e social em meados da década de 90. Essa inserção deve-se a fatores como o aumento da violência nas grandes cidades, o crescente índice de desemprego e, principalmente, a ausência de perspectivas de grandes mudanças sociais no curto prazo para esse público, que exigiam soluções para o enfrentamento da exclusão da qual os jovens eram vítimas e não protagonistas. A questão ganhou visibilidade, ainda, pela intensificação da presença de atores juvenis e organizações da sociedade civil que passaram a demandar a execução de políticas específicas para a juventude.

Nesse sentido, a condução de uma política nacional de juventude, de alcance estratégico, pressupõe uma atuação integrada e transversal em sua implementação, gestão e avaliação, de forma que as políticas públicas de juventude não representem apenas uma agregação de ações desconexas em cada Ministério.

Assim, com o objetivo de investir na população jovem, criando condições necessárias para o rompimento do ciclo de reprodução das desigualdades, o atual governo aprovou, em março de 2004, a constituição de um Grupo Interministerial, sob responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência da República, com a participação de 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, para a elaboração de um diagnóstico das condições sociais da população de 15 a 24 anos e o mapeamento das ações governamentais que focalizem os jovens como público-alvo, tendo em vista a indicação de desafios a serem enfrentados por uma política nacional para a juventude.

Os trabalhos do Grupo Interministerial da Juventude deram origem à implantação da Política Nacional de Juventude, criada pela Medida Provisória nº. 238 em 1º de fevereiro de 2005 e regulamentada pela lei n°. 11.129 em 30 de junho de 2005. A Política Nacional de Juventude compreende:

- O **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária** (**ProJovem**), voltado para o segmento juvenil mais vulnerável e que visa a atender os jovens de 18 a 24 anos que não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho.
- A **Secretaria Nacional de Juventude**, estrutura específica dedicada ao tema e responsável pela: (a) formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação das políticas públicas para a juventude; e (b) articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a juventude.
- O **Conselho Nacional da Juventude**, órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organismos não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. O Conselho atua no assessoramento ao governo federal para a implantação de políticas públicas voltadas para os jovens,

na realização de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica e cultural juvenil e na promoção de encontros, seminários e outros eventos que propiciem o debate sobre o tema juventude. O Conselho Nacional da Juventude é um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e a juventude brasileira.

O ProJovem é, atualmente, executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras mais o Distrito Federal, além de 14 Municípios. Em 2005, os cursos oferecidos pelo ProJovem obtiveram parecer favorável da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, como um curso experimental, com base no artigo 81, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isto significa que a participação nos cursos oferecidos no âmbito do programa possibilita o recebimento da certificação de conclusão do ensino fundamental e da qualificação profissional (formação inicial).

5. Pessoa com Deficiência

O termo Pessoa com Deficiência é o que melhor define a condição da pessoa que nasceu com algum tipo de deficiência ou o adquiriu, entendida a deficiência como "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano"[6]. Não se trata aqui de apresentar um termo politicamente correto, mas de fazer refletir a terminologia utilizada sobre as mudanças de mentalidade relativas ao tema, incorporando os avanços obtidos. De acordo com o Manual de Mídia Legal[7], "partir da certeza de que TODOS somos diferentes, não existem os *especiais*, os *normais*, os *excepcionais*, o que existe são pessoas com deficiência".

Dessa forma, os termos "portador" e "deficiente" devem ser evitados, de acordo com o mesmo Manual. Enquanto o primeiro termo enseja que as pessoas portam uma deficiência como portam uma bolsa, o segundo induz à idéia de que a pessoa inteira é deficiente, qualificando o todo pela parte. Cabe ressaltar, porém, que a Constituição Brasileira e alguns normativos legais ainda utilizam o termo "pessoa portadora de deficiência", o que permite sua utilização dado o contexto jurídico. De forma análoga, o termo "portador de necessidades especiais", embora inadequado por sugerir uma visão excludente da pessoa com deficiência, pode ser utilizado na área educacional como indicativo de necessidades educacionais que requerem técnicas pedagógicas diferenciadas. Neste caso, este tipo de recurso deve ser disponibilizado para quaisquer alunos e, por isso, não está necessariamente vinculado à deficiência.

Os primeiros registros de preocupação com a efetiva integração da pessoa com deficiência surgem a partir da década de 1980. Neste momento, as políticas assistencialistas vigentes são questionadas e cresce a demanda por políticas de garantia de inclusão ativa, viabilizando a integração das pessoas com deficiência na sociedade de maneira digna e participativa. Nesse contexto, embora a Emenda

[6] Decreto nº. 3.298/99, art. 3º, inciso I.

[7] O Manual da Mídia Legal faz parte de uma série de publicações da ONG Escola de Gente que, desde 2002, dedica-se a qualificar a mídia brasileira na abordagem do tema de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Manual da mídia legal: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

nº. 12 à Constituição Federal de 1967, promulgada em 1978, seja considerada um dos maiores avanços relativos à proteção específica desse grupo social no Brasil, a Constituição Federal de 1988 tem o mérito de detalhar o texto anterior e adicionar novos direitos.

Após a promulgação da Constituição de 1988, várias leis e decretos foram promulgados com o objetivo de assegurar a mudança de paradigmas existentes nas questões relacionadas às pessoas com deficiência, tais como a Lei nº. 7.853/89, o Decreto nº. 3298/99 e as Leis nº. 10.048/00 e 10.098/00. Estas últimas, regulamentadas pelo Decreto nº. 5.296/04, ampliaram o conceito de acessibilidade, indo além da supressão de barreiras físicas e englobando aspectos como a superação de barreiras na comunicação e informação, nos sistemas de transporte público coletivo e, de forma mais abrangente, buscando a eliminação de qualquer tipo de preconceito e atitudes discriminatórias.

Os dados do último censo demográfico do IBGE, realizado em 2000, constataram que a questão da deficiência no Brasil atinge diretamente 14,48% e indiretamente 43,44% do conjunto da população, ultrapassando a estimativa da Organização Mundial da Saúde. Em números absolutos, trata-se, respectivamente, de 24,6 milhões e 73,8 milhões de pessoas.

Os direitos das pessoas com deficiência ganham caráter transversal na medida em que são os mesmos previstos para todos os cidadãos, diferindo apenas no que diz respeito às adequações necessárias para que sejam exercidos. Dessa forma, a verdadeira inclusão pressupõe a atuação conjunta e integrada dos diversos setores responsáveis pela implementação de políticas voltadas a esse grupo social, tais como: saúde, educação, trabalho, transporte, lazer, cultura, esporte, acessibilidade, entre outros, sejam eles entes governamentais (em todos os níveis de governo) ou não-governamentais, para que a previsão legal seja efetivamente observada e implantada.

De acordo com o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, elaborado pela ONU, a freqüência de pessoas com deficiência nas áreas de maior carência está relacionada, fundamentalmente, às condições socioeconômicas do país, que se refletem diretamente sobre a população mais vulnerável. Entende-se por vulnerabilidade as precárias condições de vida, a falta de informação em relação à proteção da saúde, altos índices de doenças infecto-contagiosas e o inadequado atendimento, etc. Embora a pobreza e a marginalização social não sejam exclusivas das pessoas portadoras de deficiência, certamente agem de forma mais cruel sobre elas.

No âmbito do governo federal, a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) é o órgão de assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa com deficiência. A CORDE orienta a sua atuação em dois sentidos: primeiro no exercício de sua atribuição normativa e reguladora das ações desta área no âmbito federal e segundo, no desempenho da função articuladora de políticas públicas existentes, tanto na esfera federal como em outras esferas governamentais. A Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência é, ainda, acompanhada e avaliada pelo Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE).

Em 2005, merecem destaque: 1) a participação da CORDE na elaboração da regulamentação da acessibilidade nas telecomunicações e na radiodifusão, segundo estabelece o Decreto nº. 5.296/04; 2) a realização do seminário internacional "Acessibilidade e Inclusão", que promoveu o debate entre especialistas sobre a política nacional de acessibilidade em implementação no país por força do Decreto nº. 5.296/04; e 3) a realização, no Brasil, da VIII Conferência da Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica (RIICOTEC) que contou com a participação de representantes dos governos de 21 países. Nessa ocasião, o Brasil foi premiado com o "Segundo Prêmio Anual de Reconhecimento" pelos esforços envidados no país para o desenvolvimento de políticas públicas e promoção da inclusão das pessoas com deficiência.

Análise dos Resultados

A Avaliação Anual do Plano Plurianual (PPA 2004-2007) contempla em sua metodologia a etapa denominada Avaliação Setorial, realizada pelas Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOAs) dos Ministérios, sob a orientação das respectivas Secretarias-Executivas. A finalidade desta etapa é avaliar a gestão do conjunto dos programas e a contribuição e adequação dos resultados e da concepção dos programas aos objetivos setoriais estabelecidos pelos Ministérios.

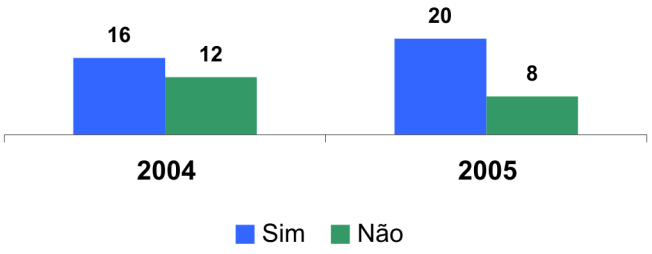
O roteiro da Avaliação Anual do PPA, exercício 2005, ampliou o escopo das questões que já haviam sido trabalhadas na avaliação de 2004. Assim, além da abordagem pelos órgãos setoriais dos temas gênero e raça nas políticas, nos programas e nas ações do PPA, foram incluídos quesitos sobre temas como pessoas com deficiência e criança e juventude. A finalidade das questões era conhecer a presença desses temas na formulação e implementação dos programas do PPA, visando ao seu aperfeiçoamento.

A consolidação das informações fornecidas pelos Ministérios setoriais no que diz respeito aos temas transversais será apresentada a seguir. Para os temas gênero e raça foi possível realizar uma análise comparativa entre os anos 2004 e 2005.
A ausência de preenchimento ou envio da avaliação setorial por parte do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2004, do Ministério da Saúde (MS) em 2005, e do Ministério do Turismo (MTur) nos dois anos, prejudicou a análise por não retratar o universo das ações de governo implementadas.

Deve-se fazer também uma ressalva com relação às informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre os temas gênero e raça ao informar que "os princípios do desenvolvimento ambientalmente sustentável requerem que sejam contemplados esses temas no âmbito das políticas executadas pelo MMA. Tanto é assim que, além de esses temas serem tratados nos diversos programas do MMA, inclusive com ações especificamente dirigidas, por exemplo, aos quilombolas, aos indígenas e às quebradeiras de coco, o Ministério executa, também, um programa especificamente dirigido às comunidades tradicionais". Em função disso, considerou-se que todos os programas e ações do MMA contemplam os temas de gênero e raça. Contudo, essa informação reflete muito mais um tratamento transversal da política do Ministério do que propriamente a sua programação.

Primeiramente, os Ministérios foram questionados quanto à contemplação dos temas transversais em suas políticas setoriais. Dos 28 Ministérios que realizaram a avaliação setorial em 2004, 57% afirmaram que consideravam os temas transversais em suas políticas setoriais. Os resultados para 2005 mostram que houve uma melhoria significativa, uma vez que, dos 28 Ministérios que realizaram a avaliação setorial, 71% informaram que os temas transversais eram contemplados em suas políticas setoriais[8].

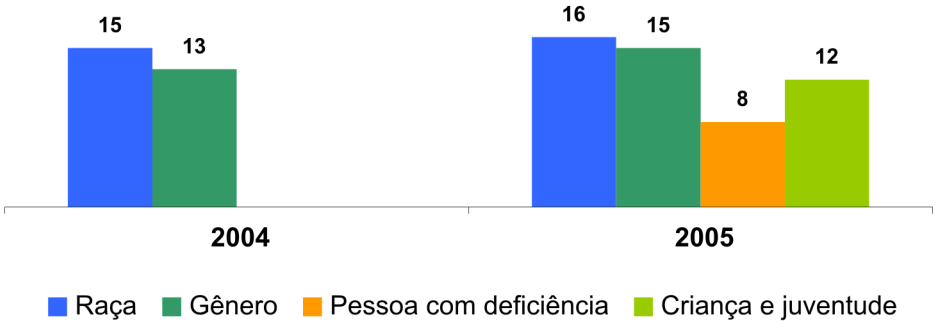
Ministérios que contemplam em suas políticas setoriais os temas transversais



Fonte: Sigplan

A análise por tema transversal revela que a quantidade de Ministérios que contemplam os temas gênero e raça foi praticamente a mesma em 2004 e 2005. Constata-se que, em 2004, dentre os ministérios que afirmaram contemplar temas transversais nas suas políticas setoriais, cerca de 94% e 81% abordaram as questões de gênero e raça, respectivamente. Em 2005[9] esses percentuais correspondem a 75% e 80%, respectivamente. Cabe ressaltar que essa diferença entre os resultados de 2004 e 2005 pode ser explicada pelo aumento do universo de ministérios que contemplaram em suas políticas os temas transversais em 2005, devido à consideração dos temas criança e juventude e pessoa com deficiência. Por outro lado, os resultados de 2005 são menos expressivos para os temas pessoa com deficiência e criança e juventude (40% e 60%, respectivamente).

Ministérios que contemplam em suas políticas setoriais temas transversais (por tema)

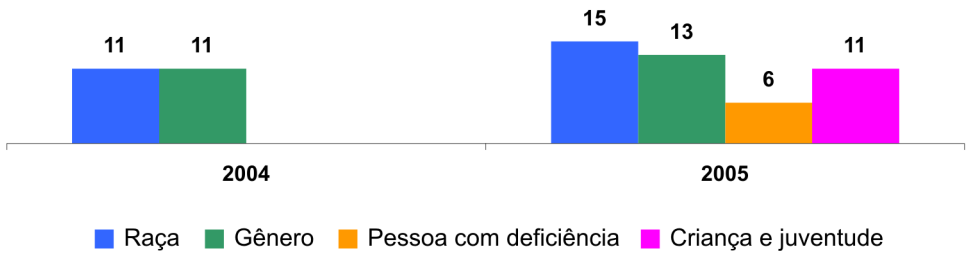


Fonte: Sigplan

[8] Ressalte-se que, em 2005, foram considerados os temas pessoa com deficiência e criança e juventude, além dos temas gênero e raça.
[9] Conforme ressaltado, os resultados de 2005 não contemplaram a programação dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e do Turismo.

A avaliação setorial questionou, ainda, sobre a forma como esses temas estão contemplados nas políticas dos Ministérios. A maioria dos Ministérios cujas políticas consideram os temas transversais possui ações no PPA voltadas para esses temas. Cabe destacar que, em 2005, houve um aumento de 18% e 36% na quantidade de Ministérios que possuíam ações no PPA voltadas para os temas gênero e raça, respectivamente, em comparação com 2004. Em 2005, dos Ministérios que contemplaram nas suas políticas o tema pessoa com deficiência, 75% possuíam ações no PPA voltadas para esse tema. Em relação ao tema criança e juventude, esse percentual aumenta para 92%.

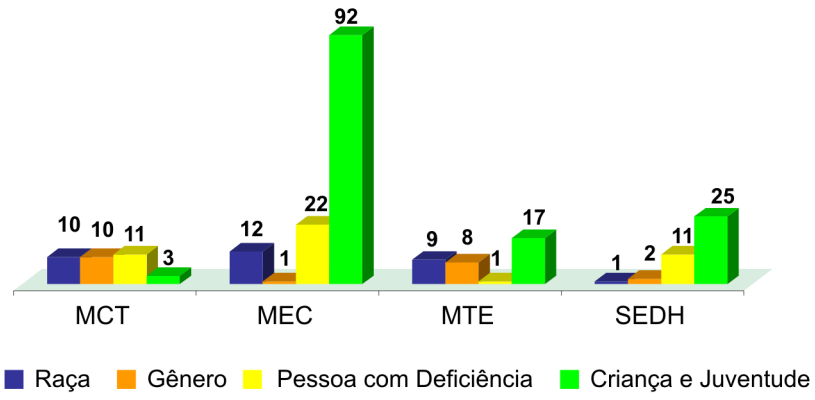
Ministérios que possuem ações voltadas para os temas transversais contempladas no PPA



Fonte: Sigplan

Por último, cabe destacar que, em 2005, apenas 4 órgãos setoriais (MEC, SEDH, MTE e MCT) possuíam ações no PPA que contemplavam todos os temas transversais que foram abrangidos nesta avaliação. O número de ações contempladas nesses órgãos, considerando-se as perspectivas de gênero, raça, pessoa com deficiência e criança e juventude, foi de 127 no MEC, 39 na SEDH, 35 no MTE e 34 no MCT. O gráfico abaixo apresenta a distribuição das ações por tema em cada órgão.

Ministérios que contemplaram temas transversais priorizados pelo Governo Federal - 2005



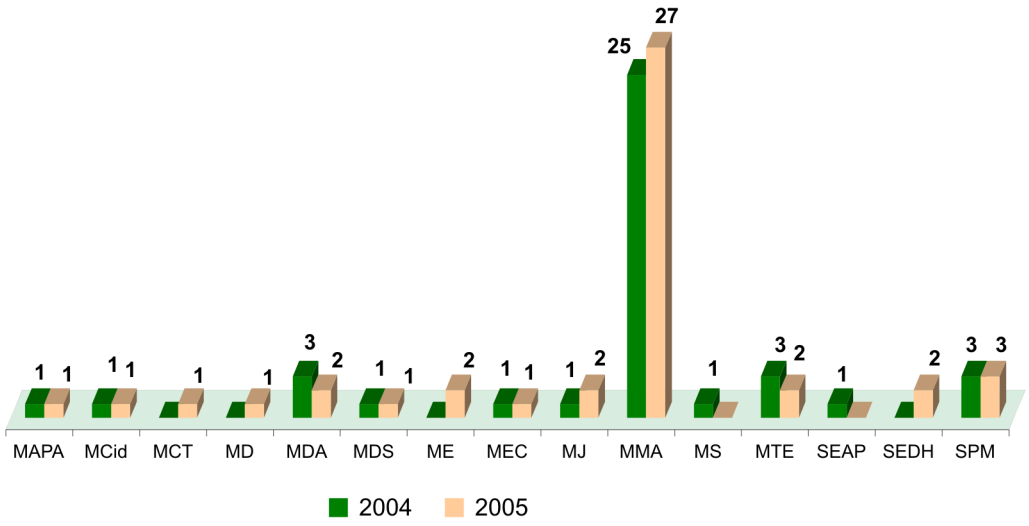
Fonte: Sigplan

1. Gênero

Em 2004, 41 programas do PPA (239 ações) consideraram o tema gênero na sua concepção e ou implementação, o que representa 11% do total de programas avaliados

no ano, enquanto que, em 2005, essa quantidade aumentou para 46 programas (344 ações), correspondendo a 12% dos programas avaliados.

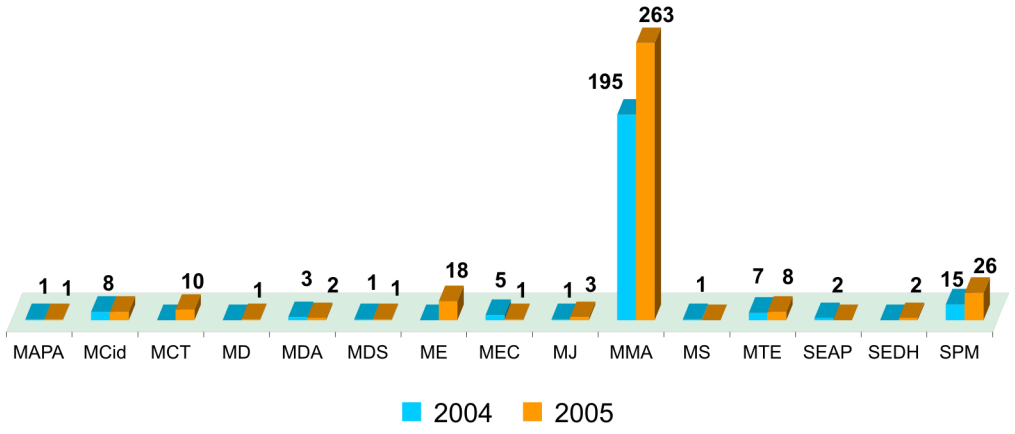
Número de programas em que o tema Gênero está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Cabe destacar que a participação do tema foi significativa no âmbito dos programas e ações dos Ministérios das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Esporte, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego e das Secretarias Especiais de Agricultura e Pesca, de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres.

Número de ações em que o tema Gênero está contemplado (por Ministério)

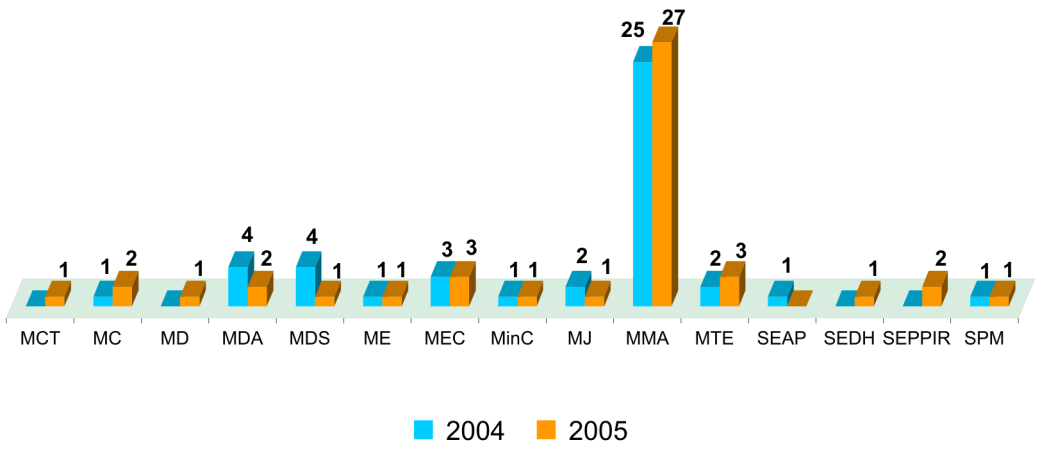


Fonte: Sigplan

2. Raça

Da mesma forma, a análise mostra que a abordagem do tema raça, em 2004 e 2005, ocorreu em 12% dos programas avaliados (45 em 2004 e 47 em 2005). Em termos de ações, essa participação aumentou de 268 em 2004 para 382 em 2005.

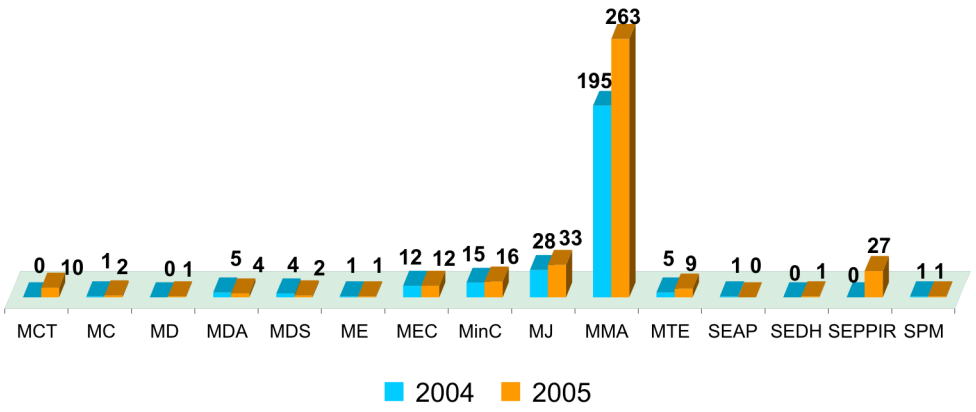
Número de programas em que o tema Raça está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Os órgãos que se destacaram em relação à participação do tema raça no âmbito dos seus programas e ações foram os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, da Educação, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego e as Secretarias Especiais de Agricultura e Pesca, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.

Número de ações em que o tema Raça está contemplado (por Ministério)

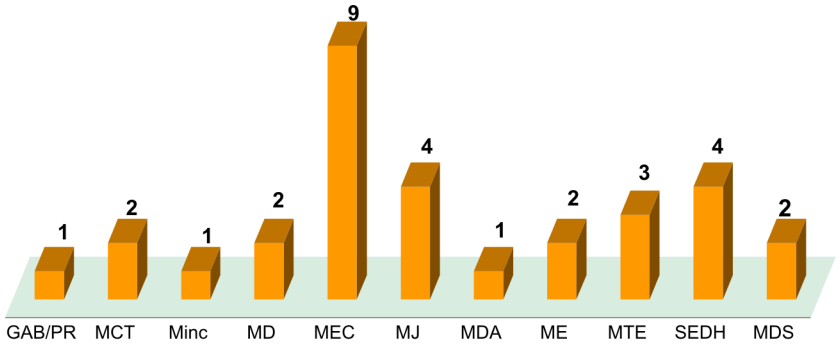


Fonte: Sigplan

3. Criança e Juventude

Quanto ao tema criança e juventude, o resultado da análise da questão demonstra que 31 programas (8,4%), por meio de 183 ações, contemplam os temas criança e/ou juventude em sua implementação. É importante destacar que os Ministérios da Saúde e do Turismo, que não preencheram e ou não enviaram a avaliação setorial, são Ministérios que possuem um número representativo de ações voltadas para esse público alvo. A figura abaixo demonstra a participação dos temas criança e ou juventude na programação dos Ministérios, considerando-se apenas as respostas obtidas na avaliação setorial.

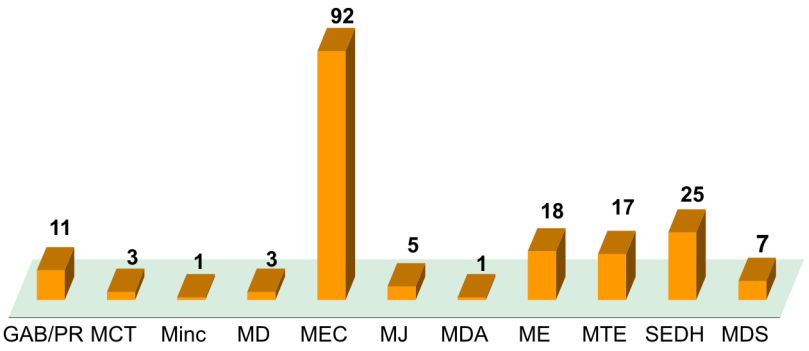
Número de programas em que o tema Criança e Juventude está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Assim, considerando-se a participação destes temas no conjunto total de programas dos órgãos avaliados, merecem destaque o Ministério da Educação (64,29%); a Secretaria Especial de Direitos Humanos (44,44%); o Ministério do Esporte (33,33%) e o Ministério do Trabalho (30%). Esta distinção é ratificada pelo número de ações presentes nestes Ministérios.

Número de ações em que o tema Criança e Juventude está contemplado (por Ministério)



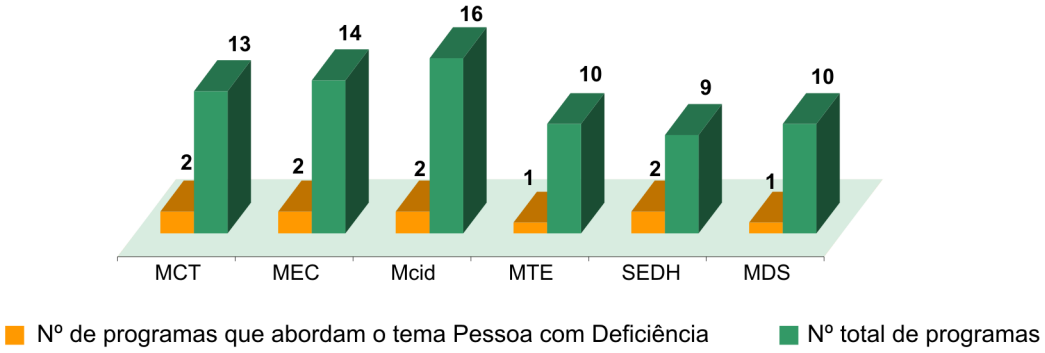
Fonte: Sigplan

Em 2005, o Plano Presidente Amigo da Criança considerou 183 ações, distribuídas em 40 programas do Plano Plurianual, como ações necessárias ao alcance de 5 compromissos voltados para o atendimento de crianças e adolescentes: Promoção de Vidas Saudáveis, Promoção de Educação de Qualidade, Proteção contra Abuso, Exploração e Violência e Combate ao HIV/AIDS. O tema juventude, por sua vez, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude, esteve contemplado em 17 programas do governo federal.

4. Pessoa com Deficiência

Dos 20 Ministérios que informaram contemplar os temas transversais em sua programação, apenas 6 referiram-se à incorporação da pessoa com deficiência em sua política diretamente, como demonstra a figura a seguir. De forma análoga ao ocorrido com os demais temas, a ausência de avaliações setoriais de alguns Ministérios prejudicou a análise quantitativa e qualitativa da questão.

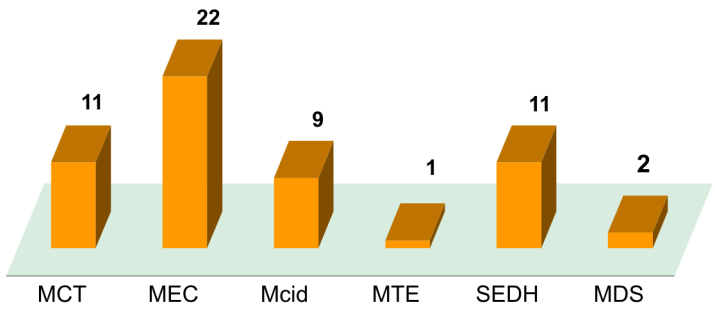
Participação do tema Pessoa com Deficiência no conjunto de programas dos Ministérios



Fonte: Sigplan

Em 2005, de acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, constavam do Plano Plurianual cerca de 19 programas que atendem à pessoa com deficiência em pelo menos uma de suas ações, totalizando 61 ações. Destas, 38 têm este grupo social como beneficiário direto, enquanto que nas outras 23, este grupo integra o público-alvo do programa.

Número de ações em que o tema Pessoa com Deficiência está contemplado (por Ministério)



Fonte: Sigplan

Conclusões

A análise das desigualdades sociais brasileiras, bem como a formulação de políticas destinadas a combatê-las, não podem prescindir das dimensões de gênero, raça e etnia, criança e adolescente, juventude, pessoa com deficiência, entre outras. As ações de redução das desigualdades e de inclusão social devem permear amplo conjunto de áreas ou setores de governo, ultrapassando o tratamento setorial das políticas públicas, a partir do princípio da transversalidade. Os resultados da avaliação da gestão setorial dos Ministérios são fontes de informações para a análise avaliativa do grau de adesão e gestão de temas transversais nos programas do PPA 2004-2007. O presente relatório evidencia avanços para a gestão pública em determinadas áreas, dado que alguns Ministérios incorporaram o enfoque transversal nas suas políticas.

A avaliação setorial, entretanto, não foi capaz de demonstrar efetivamente como os Ministérios estão refletindo esse enfoque nos programas e ações do PPA. Outros instrumentos têm demonstrado uma realidade diferente, tais como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Presidente Amigo da Criança e o levantamento realizado pela SPI acerca dos programas e ações existentes no PPA que atendem à pessoa com deficiência. De qualquer forma, a avaliação setorial obteve êxito, pois evidenciou uma incipiente cultura de planejamento baseada na problematização e na abordagem transversal desses temas.

Pode-se argüir que a inclusão dessas temáticas no processo de elaboração do PPA ainda se mostra insuficiente para atender às especificidades de cada tema. Como resultado disso tem-se programas e ações governamentais abrangentes e universais que não levam em consideração os papéis socialmente diferenciados e, conseqüentemente, o impacto das políticas sobre cada grupo específico da sociedade. Tais deficiências geram uma grande dificuldade de mensuração e avaliação dos resultados da ação governamental orientada no sentido de promover a eqüidade.

Nesse contexto, a abordagem transversal apresenta-se como um importante instrumento de aperfeiçoamento do planejamento e gestão de políticas públicas, pois possibilita o recorte do público-alvo e indica o nível de atendimento de grupos específicos; requer uma atuação integrada por parte dos Ministérios, evitando sobreposições e ou fragmentações e promovendo a complementaridade de programas e ações governamentais; e permite um melhor dimensionamento da atuação governamental e a identificação de eventuais lacunas.

Por outro lado, cabe ressaltar que a participação dos temas transversais na programação dos órgãos não deve necessariamente estar associada à existência de programas ou recursos orçamentários com rubricas destinadas ao atendimento de públicos-alvos específicos, uma vez que tal visão causaria a pulverização de recursos e, conseqüentemente, maiores dificuldades para a gestão orçamentária. Além disso, a efetiva inclusão das temáticas pressupõe o recorte destes públicos-alvos nas políticas implementadas pelos diversos Ministérios e na gestão dos programas do PPA, cujas ações podem apresentar finalidades mais abrangentes.

Em face das questões apontadas, a gestão transversal apresenta-se como um dos grandes desafios para a administração pública. Grandes avanços já foram obtidos na promoção da transversalidade de alguns temas, como a criação de Secretarias Específicas[10] para a coordenação das políticas de gênero, raça, direitos humanos, além da Secretaria Nacional de Juventude. O próximo passo, agora, é influenciar o planejamento dos programas e ações nos diversos setores, de forma a que os temas transversais estejam presentes no desenho, na implementação, no monitoramento e na avaliação dessas políticas públicas. Conseqüentemente, será possível, inclusive, a análise do orçamento e do gasto público, sob a mesma ótica, bem como a avaliação do impacto dessa atuação sobre as condições de vida de públicos específicos.

[10] Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; Secretaria Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial - SEPPIR.



Avaliação dos Programas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Abastecimento Agroalimentar
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico
Desenvolvimento da Avicultura
Desenvolvimento da Bovideocultura
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura
Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta
Desenvolvimento da Heveicultura
Desenvolvimento da Horticultura
Desenvolvimento da Suideocultura
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e lantas Fibrosas
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau
Gestão da Política Agropecuária
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura
Minimização de Riscos no Agronegócio
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram utilizados R$ 4,2 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir.

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.593.073.395,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 4.210.696.469,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 5.593.073.395,00	**Total realizado:**	R$ 4.210.696.469,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 211,4 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 168,6 milhões:

Principais Resultados

Com clima diversificado, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil pode acrescentar 136 milhões de hectares (ha) em área cultivada sem derrubar uma única árvore da floresta amazônica. Deste total, 106 milhões de ha podem ser plantados sem impactos e 30 milhões de ha com integração lavoura-pecuária e recuperação de pastagens degradadas. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e para todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento em 2005 a serem destacados foram:

- O agronegócio é responsável pela manutenção do superávit da balança comercial brasileira, participando com 30% do PIB de R$ 508,27 bilhões, 40% das exportações em um total de US$ 42,1 bilhões, 37% dos 34,3 milhões de empregos, sendo 17,7 milhões somente no campo, contribuindo significativamente para a redução dos índices de desemprego. No período, destacam-se as exportações de soja com US$ 9 bilhões e carnes com US$ 7,8 bilhões, sendo que a carne bovina somou US$ 3 bilhões, o frango US$ 3,3 bilhões e os suínos em torno de US$ 1,1 bilhão.
- Os recursos programados para custeio e comercialização da agricultura comercial na safra 2005-2006 somam R$ 33,2 bilhões, superando em 15,5% o volume programado da safra anterior.
- Alto índice de acerto nas previsões do tempo (85%) contribuiu para minimizar os riscos de perda da produção agrícola decorrente da ação de eventos climáticos do agronegócio.

[1]. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- O país ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de produção e exportação de açúcar, álcool, suco de laranja e café, e o primeiro lugar em exportação de carne bovina, frango, soja e tabaco.
- Manutenção das condições sanitária e industrial nos segmentos produtivos, propiciando maior aceitação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional.
- Aquisição de 335.160,74 toneladas de produtos alimentares, beneficiando 81,2 mil agricultores familiares.
- Geração de 150 novas cultivares, realização de 240 monitoramentos e zoneamentos agropecuários e lançamento de 160 novas metodologias científicas de trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento do agronegócio, em bases sustentáveis, para o planejamento e para o desenvolvimento territorial.
- Incremento de 10% nas exportações FOB das cooperativas, ou seja, de US$ 2 bilhões em 2004 para US$ 2,2 bilhões em 2005.
- Conclusão do marco regulatório do Programa de Biodiesel e instalação do Pólo Nacional de Biocombustíveis.
- Criação do Conselho Agropecuário do Sul, foro importante de coordenação de políticas agrícolas da região, com participação dos Ministros de Agricultura da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
- Melhoria na segurança da gestão e nos mecanismos de combate e prevenção da corrupção, através da coordenação e agilidade aos procedimentos que tratam dos desvios da conduta funcional.
- Formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de 1.413 pessoas.

Aspectos Relevantes

O atingimento dos resultados foi prejudicado pelas restrições identificadas a seguir: descompasso entre a programação física e a execução financeira; recursos financeiros liberados de forma inoportuna; dificuldades na formalização de convênios; falta de integração com outros órgãos governamentais no que concerne à fiscalização de produtos agropecuários; carência de Fiscais Federais Agropecuários; ausência de indicadores internos vinculados aos principais processos de trabalho do órgão; integração deficiente entre a estrutura gerencial do PPA e a estrutura funcional do órgão; comunicação interna deficiente.

Recomendações

- Melhorar os processos internos para celebração de convênios do Ministério, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Melhorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados, principalmente na Região Norte, e a infra-estrutura de apoio dos órgãos de fiscalização do trânsito estadual e internacional.
- Contratação e capacitação de técnicos e fiscais federais agropecuários.
- Melhorar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Melhorar o relacionamento com os beneficiários e a sociedade.

- Melhorar a gestão das informações utilizadas pela coordenação para o gerenciamento setorial.
- Melhorar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).
- Elaborar indicadores de processos finalísticos e de apoio à gestão do órgão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Abastecimento Agroalimentar

Objetivo

Contribuir para a expansão sustentável da produção, por meio da geração de excedentes para a exportação e da atenuação das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais e formar e manter estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Público-Alvo

Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.168.811.369,00	Empenho Liquidado: R$ 3.222.551.368,00 Pago estatais: - Total: R$ 3.222.551.368,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 5.849.941.000,00	R$ 8.869.950.931,00

Indicador(es)

1. Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado em 2005 apresentou um aumento em relação a 2004, uma vez que o consumo aparente de algodão em pluma, equivalente a 900 mil t, foi inferior, e o estoque de passagem, 288,5 mil t, superior. Em dezembro de 2005, os estoques públicos representavam 2% do estoque final, ou seja, 4,6 mil t, correspondendo a 1,8 dia de consumo.

2. Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 17 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o consumo de arroz em casca foi de 12,9 milhões t, contra 12,66 milhões t em 2004. Os estoques finais registravam 2.134.550 t, 41,6% a mais que em 2004. O estoque governamental, de 926,9 mil t, representava 43% do total e corresponde a 26 dias de consumo.

3. Margem de Disponibilidade de Milho

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 8 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado em 2005, a partir da relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente, foi de 8%, que, comparado ao ano de 2004, apresentou uma redução de 60%, uma vez que o consumo aumentou em 2,36%, e os estoques de passagem apresentaram uma redução de 57,55%. Os estoques públicos, 1.975.516 t, representam 60% dos estoques finais e correspondem a 18 dias de consumo.

4. Margem de Disponibilidade de Trigo

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 12 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o consumo de trigo em grãos foi de 10.333.000 t, apresentando um acréscimo de 1,56% em relação a 2004. Os estoques de passagem registraram um aumento correspondente a 194%.

Os estoques governamentais, 1.050.500 t, representavam 85% do estoque final, correspondendo a 37 dias de consumo.

5. Produção Nacional de Grãos

Unidade de medida: Milhão de tonelada
Último índice apurado: 113,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 152,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A produção nacional de grãos da safra 2004/2005 foi de 113,5 milhões t. A previsão à época da elaboração do PPA foi de 138,6 milhões t, tendo sido revista em agosto de 2004 para 131,9 milhões t e, em agosto de 2005, foi revisada para 113,7 milhões t. A redução na produção equivalente a 22% comparativamente a estimativa inicial e decorreu principalmente dos problemas da estiagem ocorrida na região sul, especialmente no Rio Grande Sul, provocando uma quebra de safra notadamente de milho.

6. Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -4 em 2005 (estimado)
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Para 2005, o valor ainda não foi fechado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas, caso se repita o comportamento do último trimestre de 2005, o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário deverá ficar em torno de R$ 152,6 milhões, representando uma redução equivalente a 4% em relação a 2004, provocada principalmente pela quebra da safra de produtos importantes, como milho, algodão, café, laranja, arroz e fumo.

Outro fator importante que abalou o setor agropecuário foi o surto de febre aftosa, retraindo a produção de carnes suína e bovina.

7. Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
No que se refere a 2005, o índice apurado foi de 11%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar foi de 335.161 t (incluindo as compras locais) e as demais aquisições governamentais (AGF e Contrato de Opção de Venda) foi de 2,6 milhões t de diversos produtos agrícolas. Em relação à previsão inicial, houve um aumento bastante significativo, mas certamente inferior ao volume de aquisições demandadas pelo setor.

Contextualização

A agropecuária é uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas. Além do risco na produção, há também muitas incertezas quanto à comercialização, atingindo mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, devido à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo.

A presença do governo é fundamental para: garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar; contribuir para a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população; e assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.

Principais Resultados

- Aquisição de 2,6 milhões t, sendo 922,8 mil t pelo exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda (345,9 mil t de arroz em casca e 576,8 t de trigo em grãos), e pelas AGFs 1,7 milhão t (4,9 mil t de algodão em pluma, 566,8

mil t de arroz em casca, 637,1 mil t de milho em grãos e 481,4 mil t de trigo em grãos).
- Venda, por meio do sistema eletrônico de comercialização da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de 74,9 mil t de produtos dos estoques públicos.
- Aquisição de 335,2 mil t de produtos, beneficiando 15.445 agricultores.
- Garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

No contexto geral das ações que integram o programa, o cumprimento das metas físicas ocorreu dentro do esperado, destacando que, das 15 ações finalísticas, 7 (37%) superaram as metas físicas fixadas e 1 (5%) executou 100% do previsto.
No que se refere aos benefícios concedidos aos empregados da CONAB, das 4 ações, 2 cumpriram 97% do programado.

Em relação à ação "Formação dos Estoques Públicos", a meta física atingiu 65% do programado. Caso a liberação de recursos financeiros pelo Ministério da Fazenda (MF) correspondesse ao montante necessário, certamente a meta teria sido cumprida, principalmente em função da difícil situação de alguns produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como o arroz, milho e trigo, que exigiam uma maior intervenção governamental.

Quanto à concepção do programa, estuda-se a viabilidade/validade de inclusão de 3 ações orçamentárias especificas para o exercício de 2007.

Sugere-se a inclusão da ação "Comercialização da Produção da Agricultura Familiar", visando ao fortalecimento e conseqüente consolidação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Cabe estatutariamente à CONAB a competência da formação e comercialização de estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.

Propõe-se a ação "Apoio Técnico e Logístico aos Programas e Ações Federais de Segurança Alimentar e Nutricional", visando a explicitar a atuação da CONAB neste sentido, uma vez que é oficialmente a executora operacional da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Fome Zero), conforme Portaria Interministerial MESA/MAPA nº 183, de 14/04/2003, e também do PAA, por meio dos convênios firmados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e para 2006 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A Portaria MAPA nº 171, de 24/03/2005, instituiu no âmbito da CONAB o "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT)", com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do setor, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.

De maneira geral, os recursos orçamentários aprovados para o programa foram suficientes, excetuando algumas ações como, por exemplo, a "Aquisição de Produtos Provenientes da Agricultura Familiar", cuja demanda é muito maior do que os recursos disponibilizados, tendo inclusive recebido suplementação orçamentária no decorrer do exercício.

No caso especifico da ação "Formação dos Estoques Públicos", a dotação orçamentária é suficiente, mas o aspecto financeiro é inadequado, pois o Tesouro Nacional, em função do espaço fiscal de atuação, impõe limites bastante restritivos à execução. A liberação de recursos no final do exercício limitou o número de atendimentos aos agricultores e, caso tivesse sido realizada no período em que foi feita a solicitação, as intervenções governamentais teriam resultados mais satisfatórios no ciclo baixista de preços de alguns produtos.

Outra ação que necessita de um volume maior de recursos orçamentários/financeiros é a "Administração da Rede Própria de Armazéns", cuja demanda para atender à aquisição de equipamentos, à reforma e à manutenção da estrutura de armazenagem é sempre superior ao orçamento aprovado.

A ação "Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras" exigia maior dotação para a realização dos cadastramentos e recadastramentos, o que não foi possível, nem mesmo por suplementação orçamentária, cujo processo é bastante moroso e requer, na maioria das vezes, o cancelamento da dotação de outra ação ou aprovação pelo Congresso Nacional, o que normalmente ocorre já no final do exercício, dificultando ou inviabilizando a execução.

No exercício de 2005, a execução orçamentária do programa comportou--se da seguinte forma:

- Computadas as ações não-orçamentárias do Banco do Brasil, a execução foi de 121%, correspondendo a R$ 12,1 bilhões.
- Considerando-se somente as ações da CONAB, MDS e MF, a execução representou 76% da dotação orçamentária disponibilizada (R$ 4,2 bilhões), ou seja, R$ 3,2 bilhões. Este percentual de execução, se excluída a ação relacionada à formação de estoques públicos, cuja atuação está condicionada à conjuntura do mercado de produtos agrícolas e às disponibilidades fiscais e financeiras do Tesouro Nacional, é equivalente a 95%, indicando uma excelente execução orçamentária.

São 4 as ações não orçamentárias, sob responsabilidade do Banco do Brasil, que integram o programa e estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento e comercialização da produção agrícola. Em 2005, o volume de recursos financeiros aplicados no programa correspondeu a 73% do total executado, ou seja, dos R$ 12,1 bilhões empenhados, R$ 8,8 bilhões referem-se às ações do Banco do Brasil. As metas programadas para o exercício foram todas superadas. Foram comercializados 62.048 contratos a título de Aval para Venda Antecipada da Produção, alavancando recursos na ordem de R$ 4,4 bilhões. Visando a minimizar os riscos causados pelas variações de preços agrícolas, o Banco do Brasil comercializou 12.145 contratos via mercados futuros e de opções, dando a oportunidade ao produtor rural de planejar melhor sua atividade, pela garantia antecipada de preços de comercialização. Por meio do site de agronegócios, promoveu-se a comercialização de 80.929 contratados, envolvendo R$ 2,3 bilhões. Para os negócios com cooperativas, o volume contratado foi de 15.442 contratos, no valor total de R$ 1,8 bilhão.

O desempenho da execução das ações do programa implementadas em outros ministérios em 2005 foi alto. Ressalta-se o caso do MDS, uma vez que a CONAB é executora operacional de 4 dos 6 instrumentos do "Programa de Aquisição

de Alimentos – PAA". No que se refere às ações do MF, das 7 ações, 2 decorrem dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, também executados pela CONAB. No que tange, às ações do Banco do Brasil, a atuação é bastante independente, principalmente por tratar-se de ações não-orçamentárias.

Algumas ações contaram com a participação de parceiros não-governamentais, como a "Capacitação da Mão-de-Obra do Setor Armazenador" e a "Organização dos Micros e Pequenos Varejistas", que, em 2005, apresentaram desempenho prejudicado pela reavaliação do projeto.

As principais restrições à execução do programa foram:

- Atraso na liberação de recursos. Além das limitações financeiras, a liberação de recursos para atender às demandas de Aquisições do Governo Federal (AGFs) ocorreu no último bimestre do ano, inviabilizando o atendimento a mais produtores rurais.
- Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais. A política econômica vigente conflita com as necessidades do setor agrícola, que têm sua atuação limitada pela obrigatoriedade de geração de superávit primário, o que acarreta em recursos inferiores a demanda.
- Atraso na liberação de recursos ocorre em desconformidade com o calendário agrícola. Quando o recurso é liberado, já há uma defasagem em relação às necessidades do setor.
- Restrições financeiras. Especificamente no caso da ação "Formação dos Estoques Públicos", a dotação orçamentária aprovada na LOA é suficiente, entretanto, não há disponibilidade financeira compatível, uma vez que esta é ditada pelo espaço fiscal definido pelo MF e pelo resultado das vendas dos estoques públicos decorrente da necessidade de regular preços e abastecimento, ou seja, não se coloca à venda produtos agrícolas simplesmente para gerar receita.

Outros Aspectos Relevantes

Do total da dotação orçamentária destinada ao programa (R$ 12,1 bilhões), R$ 228,8 milhões foram destinados para a ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)", dos quais foram liquidados 99,4%, ou seja, R$ 227,4 milhões.

O principal objeto de gasto refere-se a pagamento com remuneração de pessoal e respectivos encargos, representando 76,23% do total da GAP. Os demais gastos estão afetos às despesas de funcionamento e manutenção das bases físicas da Companhia e, ainda, a investimentos ligados especialmente à área de informática e de reposição/aquisição de equipamentos não-operacionais e móveis.

Sua contribuição é fundamental para a implementação das ações finalísticas, pois custeia a infra-estrutura, principalmente dispondo os recursos humanos, tecnológicos e materiais necessários à implementação/execução das ações finalísticas.

Recomendações

- Liberação de recursos coerente com o calendário agrícola.

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Objetivo

Fomentar a produção agropecuária e facilitar o abastecimento por meio do uso adequado de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e do provimento de infra-estrutura de produção, armazenagem, processamento e comercialização de produtos de origem agrícola, dando suporte a ganhos de competitividade, à agregação de valor e à melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios das cadeias produtivas.

Público-Alvo

Produtores rurais e participantes do agronegócio.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 276.666.990,00	Empenho Liquidado: R$ 160.010.395,00 Pago estatais: - Total: R$ 160.010.395,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

Destaca-se a necessidade de atendimento das demandas locais, em fortalecimento aos projetos de desenvolvimento agropecuário.

Principais Resultados

- Aquisição de 1.852 equipamentos, como patrulhas mecanizadas, motoniveladoras, tratores, máquinas e implementos agrícolas.
- Apoio a 671 projetos de desenvolvimento do meio rural.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa atende a inúmeros Municípios no fornecimento de equipamentos e apoio a projetos no meio rural. A cobertura do público-alvo decorre do número de Municípios atendidos pelo programa, que correspondeu às expectativas. Como medidas de controle das ações, há relatórios internos, atualizados a cada liberação de dotação orçamentária. Grande parte dos contratos, entretanto, são executados pela Caixa Econômica Federal (CEF), com liberações efetuadas no fim do ano de

2005, o que prejudica o monitoramento sobre o desempenho físico das ações.

A ação "Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário" teve 48,2% de liberação da meta financeira, com realização de 50,3% da meta física, e a ação "Mecanização Agrícola", 65,8% de liberação na meta financeira e realização de 68,1% da meta física. Esta informação é baseada nos convênios celebrados diretamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e nas informações prestadas pela CEF sobre os convênios por ela executados.

Parte da liberação dos recursos ocorreu entre os dias 26 e 30 de dezembro, causando prejuízo no encaminhamento dos recursos para empenho. Para os convênios do MAPA, sempre há recursos advindos do convenente na forma de contrapartida. As alterações aprovadas pelo Congresso Nacional dificultaram o atendimento dos projetos, pois ampliaram o número de emendas a serem atendidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005, sem previsão de ampliação das dotações orçamentárias.

É necessário maior número de servidores na equipe gerencial e executora. Faltam cursos no âmbito do MAPA para qualificar a equipe gerencial e o quadro de pessoal é formado, em sua maioria, por funcionários terceirizados. Além disso, precisa-se de cursos técnicos para qualificar os servidores que fazem o acompanhamento dos convênios.

O contingenciamento orçamentário atrasa a decisão quanto ao atendimento dos convênios com datas definidas e ocasiona priorização e execução acelerada dos projetos, provocando falhas nos processos. O valor inscrito em restos a pagar causa impacto no orçamento do ano seguinte e o atraso na liberação das parcelas de pagamento dos convênios ocasiona o atraso na prestação de contas.

É comum a situação de inadimplência na maioria dos Municípios proponentes, impedindo a celebração de novos convênios. A execução das ações apresenta resultados positivos e atende ao objeto do programa.

A integração da equipe gerencial do programa com os executores da ação viabilizou a apresentação do relatório final pelo técnico parecerista com o acompanhamento in loco do convênio. Em todos os convênios há técnicos das Superintendências Federais de Agricultura, que fazem acompanhamento e esclarecem dúvidas do convenente quando os mesmos são firmados diretamente pelo MAPA.

Há convênios firmados com sindicatos, associações e cooperativas que têm alcançado excelentes resultados, entretanto, há dificuldade na adequação dos convenentes à nova legislação do pregão eletrônico.

O ministério conta com serviço de ouvidoria que interage com os setores parceiros. Como a ouvidoria foi recentemente implantada, os resultados efetivos ainda não podem ser apurados.

O programa não conta com sistema de avaliação da satisfação dos beneficiários.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

Objetivo

Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação.

Público-Alvo

Produtores, processadores, distribuidores e consumidores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.987.967,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.177.919,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.177.919,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 8.800.000	-

Indicador(es)

1. Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,09 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não informado.

Contextualização

A explosão da demanda por produtos orgânicos ao longo da década de 90, sem que o país estivesse apto a aproveitar as oportunidades geradas pelo mercado e, mesmo, a garantir a identidade e a qualidade dos produtos gerados em sistemas de produção orgânica, motivou a criação do programa.

O consumo de produtos orgânicos começou na década de 90, tornando-se a atividade de maior crescimento na agricultura mundial. Segundo informações do International Trade Centre (ITC), da Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), as vendas combinadas de alimentos e bebidas orgânicas nos principais mercados consumidores passaram de apenas US$ 2 bilhões em 1989 para US$ 16 bilhões em 1999 e US$ 19 bilhões em 2000. Estima-se que em 2005 esse comércio ultrapasse US$ 31 bilhões. Hoje a agricultura orgânica é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países

que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos. Pode-se dizer que para cada produto convencional existe uma versão orgânica.

A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência em recursos não-renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se inserem as propriedades rurais, utilizando-se de produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade agropecuária. Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como são produzidos e processados. Daí a necessidade de um sistema de certificação, que possa dar ao consumidor a garantia de que está comprando produtos que foram de fato produzidos de acordo com as normas para produção orgânica.

Para que o Brasil possa se inserir efetivamente no mercado internacional de produtos orgânicos, precisa implementar algumas ações, de forma articulada, que permitam superar alguns entraves. Dentre essas ações, destacam-se: (1) ampliar o número de técnicos capacitados a dar assistência aos produtores que queiram se inserir no sistema, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os mecanismos necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos orgânicos; (2) transferir aos técnicos e aos produtores os resultados de estudos e pesquisas que proporcionam aos produtores orgânicos brasileiros produtos e processos que tornam a sua atividade mais eficiente e competitiva; (3) manter um sistema oficial de certificação de produtos orgânicos para dar garantias ao consumidor sobre a identidade e qualidade dos produtos e facilitar seu acesso ao mercado internacional; (4) promover e apoiar eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; (5) garantir o acesso a crédito, com características diferenciadas, considerando-se as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; (6) promover ampla divulgação à sociedade sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; (7) implementar ações de fomento que possibilitem a ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica, entre eles o material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico

Principais Resultados

- Incremento de 10% na "Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira".

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em função de o processo de regulamentação da Lei nº 10.831/03 ainda não ter sido concluído, não é possível mensurar os números reais associados à definição do índice de desempenho previsto para o programa. Com a regulamentação, será implementado o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, que conterá o acompanhamento e o controle de todos os produtores orgânicos brasileiros

com as respectivas áreas de produção. Como esse controle ainda não existe, é possível se acompanhar a produção por meio de informações coletadas junto às certificadoras que já atuam no país e de informações repassadas pelas Comissões Estaduais da Produção Orgânica, que as obtêm junto aos órgãos estaduais de agricultura, de assistência técnica e extensão rural e de organizações não-governamentais. Esses dados são importantes, apesar de imprecisos, para a orientação das políticas nas áreas de organização e capacitação, de fomento, de pesquisa e transferência de tecnologia, entre outras.

Ao longo de 2005, foram executadas ações fundamentais para o futuro controle das áreas com produção orgânica, tais como o treinamento de técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para atuarem na fiscalização da produção orgânica e a elaboração de manuais operacionais para fiscalizações e auditorias em unidades de produção orgânica, como segue:

- elaboração dos textos referentes à regulamentação da Lei nº 10.831/03, sendo 1 Decreto e 6 Instruções Normativas.
- instalação de 24 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), representadas por 398 organizações governamentais e não-governamentais.
- criação de 24 Núcleos de Agricultura Orgânica nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA) e na sede do MAPA, com a participação de mais de 300 técnicos de todos os setores.
- realização de 24 seminários nas unidades da federação, com a finalidade de nivelamento de conceitos em agroecologia, orientações sobre a regulamentação da lei e a formação das Comissões e Núcleos da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.
- realização da Semana do Alimento Orgânico, campanha de esclarecimento ao público consumidor, realizada no período de 10 a 16 de setembro, em 18 Estados brasileiros. A campanha abordou direta e indiretamente 700 mil consumidores, por meio de 150 entrevistas e matérias veiculadas em jornais e emissoras de rádio e TV.
- realização do 1º Encontro Nacional de Agricultura Orgânica, com o objetivo de capacitar 90 técnicos do MAPA em registro, inspeção e fiscalização na rede de produção orgânica, no período de 14 a 18 de novembro.
- realização do Encontro Nacional de Educação e Capacitação em Agroecologia e do Sistema de Produção Orgânico, com o objetivo de discutir políticas públicas para educação em agroecologia, realizado no período de 30 de novembro a 2 de dezembro, com a participação de pessoas de diversas entidades.
- realização de 146 palestras em seminários, cursos e oficinas, para um público externo de 32.223 pessoas e interno de 400 técnicos do MAPA.
- celebração de convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária do Estado de São Paulo para a produção de sementes de 3 espécies de adubos verdes (60 ha) e 25 mil cartilhas a serem utilizadas em cursos nas unidades da federação.

É importante ressaltar que o ano de 2005 caracterizou-se pela consolidação do "Pró-Orgânico" na implementação de medidas estruturantes, básicas para a garantia de continuidade e efetividade das suas ações, que permitirão a concretização de seus objetivos. A criação da coordenação de agroecologia na reforma organizacional

do MAPA, a criação das Comissões nas Unidades da Federação e dos núcleos nas Superintendências Federais de Agricultura foi um salto significativo nesse processo.

A ação "Certificação da Produção Orgânica" tem por finalidade manter um sistema oficial de avaliação da qualidade orgânica, para dar garantias ao consumidor e facilitar o acesso desses produtos ao mercado internacional. A execução da ação "Certificação da Produção Orgânica de Alimentos" está diretamente vinculada ao marco legal regulatório da certificação e dos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica. A regulamentação dessa lei, iniciada em janeiro de 2004, está em processo avançado de discussão, de forma participativa com entidades públicas e privadas que atuam no setor agropecuário orgânico. Considerando-se a natureza participativa e representativa deste processo, aliada ao fato de que os encaminhamentos são consensuais, pode-se concluir pela satisfação dos beneficiários.

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu ao longo do ano, com a divulgação quadrimestral das informações, cuja coleta e organização devem ser aprimoradas. Foram realizadas 47 reuniões para a construção dos textos, com o envolvimento de 120 pessoas de diferentes setores.

As ações do programa são executadas pelo MAPA e a ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos" é executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Essas ações receberam R$ 1.987.967,00 e executaram R$ 1.177.919,00. Não foram utilizados R$ 810.048,00 do orçamento do programa, visto que metade dos recursos só foram descontingenciados em dezembro, não havendo tempo hábil para sua utilização. O contingenciamento de recursos durante o ano de 2005 impediu o cumprimento dos cronogramas previamente estabelecidos, tendo como conseqüência, em vários casos, a inviabilização de algumas atividades por perda de prazos. Para contornar a situação, foi necessária a realocação de recursos entre ações e a captação de recursos externos, via parcerias institucionais.

Os recursos não-orçamentários foram oriundos de parcerias, principalmente para a realização da Semana do Alimento Orgânico, e imprescindíveis para a amplitude da campanha, realizada em 18 capitais brasileiras, mostrando a importância da captação externa de recursos para ampliar as ações previstas. Em função de questões tecnológicas e da revisão da linha de financiamento BB Agricultura Orgânica, a ação "Financiamento para Produção Sem Uso de Agrotóxicos (agricultura orgânica)" não foi operacionalizada. Entretanto, o banco prevê o retorno das operações para o primeiro semestre de 2006, quando destinará, em linha de crédito específica, valores da ordem de R$ 9,7 milhões para financiamento de até 300 contratos. A revisão visa a possibilitar a apuração das operações com produtores orgânicos que são contratadas como convencionais. Está previsto no plano de ação de revitalização da linha, além de demanda tecnológica, ampla divulgação do programa, ressaltando a sua relevância para o banco e para a sociedade.

No âmbito da gerência do programa, há necessidade de novos equipamentos de informática, principalmente microcomputadores, e recursos audiovisuais, pois somente em dezembro de 2005 ocorreu liberação para a realização de investimentos, também sem tempo hábil para a execução.

Os recursos humanos ainda são insuficientes para a execução das atividades, mas tem-se utilizado o apoio de estagiários para suprir parte desta deficiência. Ainda há necessidade de capacitação da equipe técnica em agricultura orgânica para a realização dos trabalhos inerentes ao programa.

Em função das restrições financeiras, não foi possível a alocação dos recursos no momento solicitado, mas todos os envolvidos no processo foram informados sobre a situação e foram tomadas medidas emergenciais para o cumprimento de atividades consideradas estratégicas, como as que envolveram a regulamentação da Lei nº 10.831/03.

A única ação que não é executada pela Coordenação de Agroecologia é a de publicidade, executada pela Coordenação de Publicidade e Relações Públicas, que em todo tempo esteve integrada e empenhada para o cumprimento das demandas geradas.

As Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação foram criadas pela Portaria nº 158/04 do MAPA e têm por objetivos o assessoramento técnico do "Pró-Orgânico" e o direcionamento de políticas públicas para o setor. Em 2005, ocorreram a instalação de 24 Comissões, que são formadas de forma paritária, do setor público e privado, podendo ter de 8 a 20 membros. As instituições participantes devem ter reconhecida atividade no setor orgânico e ser representativas de algum dos seus segmentos, como produção, processamento, certificação, comercialização, pesquisa e assistência técnica. As Comissões já instaladas possuem a participação de 398 organizações governamentais e não-governamentais.

A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de março de 2004 e faz parte da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, visando à aproximação das partes envolvidas com a agricultura orgânica para que possam propor medidas e orientar as políticas públicas destinadas a esse segmento. A Câmara é composta por representantes de entidades empresariais e de trabalhadores, de organizações não-governamentais e de órgãos públicos relacionados com os diferentes segmentos da cadeia produtiva orgânica.

Em todas as etapas da execução do programa ocorreu a participação do público-alvo e o programa foi avaliado e aprovado em reunião da Câmara Setorial. As parcerias não-governamentais apresentaram ótimos resultados, permitindo o alcance das metas apresentadas.

A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e as Comissões da Produção Orgânica nas unidades da federação são fóruns constantes de assessoramento da execução e avaliação do programa. Considerando o envolvimento do setor, por meio dos fóruns de assessoramento do programa, os beneficiários avaliam e contribuem para a execução e resultados.

O produto estabelecido na ação de certificação, "hectares certificados", ainda não pode ser plenamente avaliado, pois somente após a regulamentação da Lei nº 10.831/03, haverá habilitação para cobrar dos organismos certificadores (certificadoras) e de outras entidades de controle social (associações e cooperativas) o fornecimento e a atualização de dados que permitam o dimensionamento da área ocupada com a atividade.

Outros Aspectos Relevantes

As despesas administrativas realizadas pela ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" corresponderam a 1,03% do orçamento, o que é insignificante quando comparado com os resultados alcançados pelo programa em 2005.

Os gastos da GAP correspondem a:

1. despesas com serviços administrativos, como tarifa de telefone e fax; disponibilização, manutenção e conservação de equipamentos de informática: R$ 5.247,00.
2. pagamento de 1 estagiário no período de junho a novembro e de 2 no mês de dezembro: R$ 4.160.00.
3. despesas com deslocamento e diárias para participação em 2 eventos: R$ 2.705,00.

Pode-se observar, pela descrição dos elementos de despesa, que esses meios são essenciais à execução de todas as ações do programa.

Não há dificuldades de apropriação dos gastos da gestão do programa, mas cabe ressaltar que foi necessário, em função do contingenciamento, o remanejamento de recursos entre ações, de acordo com as prioridades, resultando em uma liquidação baixa.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento da Avicultura

Objetivo

Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Produtores e industriais da avicultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.203.827,00	Empenho Liquidado: R$ 2.187.370,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.187.370,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Valor das Exportações de Aves

Unidade de medida: US$
Último índice apurado: 3.496.187.645,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.856.851.000,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi alcançado.

2. Peso Médio de Carcaça de Frangos

Unidade de medida: kg
Último índice apurado: 1,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,37

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Quantidade de Aves Exportada

Unidade de medida: t
Último índice apurado: 2.761.966 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.620.828

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

4. Taxa de Controle da Doença de *Newcastle* nos Plantéis Avícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Há alta perspectiva de que o índice seja mantido em 100%.

Contextualização

A competitividade internacional no setor de aves exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

Principais Resultados

Destacam-se as seguintes realizações de 2005:

- Controle de 100% da doença de Newcastle nos plantéis avícolas.
- Exportação de 3.620.828 t de aves exportadas em 2005, um crescimento de 13% em comparação a 2004.
- Conquista do primeiro lugar no ranking mundial de produção e exportação de frango.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa visa a beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia produtiva da avicultura. As restrições de trânsito, comércio interestadual e exportações são impostas aos produtos de risco para doença de Newcastle e influenza aviária (gripe do frango), sendo as duas doenças as maiores barreiras sanitárias às exportações de produtos avícolas. A erradicação da doença de Newcastle e a manutenção de zona livre de influenza aviária têm contribuído para o aumento das exportações e para a obtenção de superávits comerciais. O bom desempenho do programa ocorreu devido à execução das ações "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura" e "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura".

A ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura" controlou 9.701 propriedades, o que corresponde a 107,79% da meta prevista de 9.000 propriedades. Dos R$ 3 milhões previstos no orçamento, foi utilizado R$ 1,8 milhão, ou seja, 60,19%. O número de propriedades superior ao previsto ocorreu porque alguns Estados assumiram o custeio das atividades planejadas.

A ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura" executou 100% da meta física prevista no exercício (13 tecnologias), a despeito de a liberação dos recursos ter ocorrido somente no mês de dezembro. Os resultados disponíveis na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) focam os seguintes temas: criação e reprodução de frango colonial e galinhas caipiras,

formulação e preparo de rações, produção orgânica de carne avícola e cortes industriais de frango de corte e colonial.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético, de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento da Bovideocultura

Objetivo

Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 110.413.582,00	Empenho Liquidado:	R$ 77.193.761,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 77.193.761,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 9,98 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa.

2. Produtividade Leiteira Bovina

Unidade de medida: Litro por animal/ano
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 1.500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

3. Taxa de Desfrute de Bovinos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 22 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

4. Taxa de Transferência de Embriões

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

5. Taxa de Obtenção de Peles Bovinas de Primeira Qualidade

Unidade de medida: Litro por animal/ano
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há, pois não houve apuração do índice em 2005.

Contextualização

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, mas, apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação.

O país insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado. O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constitui a forma mais eficaz para se promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

Principais Resultados

- Aumento de 23,40% no valor das exportações de carne, de US$ 2,457 bilhões em 2004 para US$ 3,032 bilhões em 2005.
- Aumento de 16,67% na quantidade exportada de carnes, de 1,2 milhão t em 2004 para 1,4 milhão em 2005.
- Reconhecimento internacional do Estado do Acre como livre de febre aftosa com vacinação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Este programa visa a beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia da bovideocultura. As restrições ao trânsito e comércio interestadual e de exportação impostas aos animais e produtos, em decorrência de enfermidades dos bovídeos, inibem investimentos no setor pecuário, com reflexos negativos na geração de emprego e renda.

Com a reintrodução da febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, foi suspenso temporariamente, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação dos Estados do Paraná (PR), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), São Paulo (SP), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Bahia (BA), Sergipe (SE) e Tocantins (TO). Apesar dessa suspensão, a União Européia (principal importadora) mantém um embargo a somente 3 Estados: MS, SP e PR.

O sucesso das ações de defesa sanitária animal tem como elemento-chave a participação da comunidade interessada (produtores, agroindústrias, comércio, universidades etc).

Em relação à regionalização, há necessidade de melhor conhecimento dos dados cadastrais e censitários de cada Unidade da Federação (UF), de forma a promover a melhor regionalização possível, bem como o dimensionamento da meta física.

O produto "propriedades controladas" para as ações de controle e prevenção de doenças não exprime a finalidade da ação, é equivocado, devendo ser alterado para "propriedades atendidas".

No caso específico do indicador "Taxa de Transferência de Embriões", a terminologia mais adequada é "Taxa de Prenhez", que demonstra com mais eficácia o resultado da ação.

A unidade de medida "número de tecnologias transferidas", isoladamente ou sem uma descrição mais precisa, não é a mais adequada, pois não permite quantificar o número de beneficiários diretos e indiretos da ação nem o grau de adoção dos conhecimentos e tecnologias transferidos. Por outro lado, o grau de adoção é também de difícil aferição, já que o processo de apropriação pelos beneficiários é gradual e pode se estender por vários anos em conseqüência de ações realizados uma só vez.

O sistema de defesa sanitária animal exige investimentos altos e disponibilização contínua e adequada de recursos para manutenção de atividades fundamentais, que, comparadas aos benefícios obtidos, podem ser consideradas de custo relativamente baixo. Em 2005 os recursos foram insuficientes para atender aos convênios com os Estados e só foram liberados no final do ano, prejudicando as ações de vigilância epidemiológica.

O atraso na liberação de recursos aos Estados comprometeu a execução das atividades de defesa sanitária animal, cujas ações dependem necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal para realizar sua execução. A situação da grande maioria dos Estados é crítica e, nos últimos anos, o apoio do Governo

Federal foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar de as metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade nas estruturas estaduais, o que poderá em curto espaço de tempo comprometer os avanços alcançados.

O setor privado investiu cerca de R$ 450 milhões em aquisição de vacinas contra a febre aftosa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Revisar os processos internos para celebração de convênios do Ministério, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Aprimorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados.
- Melhorar o processo de levantamento e consolidação das informações das ações.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético", "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, a fim de evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.
- Viabilizar a liberação continua dos recursos.

Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura

Objetivo

Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Produtores e industriais da avicultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 3.254.416,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.296.922,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.296.922,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Rendimento de Carcaça de Caprinos e Ovinos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 45 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Taxa de Refugo de Peles de Caprinos e Ovinos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

3. Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

5. Produtividade Leiteira Caprina

Unidade de medida: Litro por animal/ano
Último índice apurado: 154,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 189

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica numa necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura.

O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado.

Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento em uma atividade economicamente sustentável.

Principais Resultados

- Organização da cadeia produtiva de caprinos, ovinos e apicultura.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa ficou prejudicado. As ações, de modo geral, apresentam boa execução quando comparadas aos valores disponibilizados. No entanto, quando comparadas à Lei Orçamentária Anual (LOA), observa-se a baixa execução.

Para as ações "Assistência Financeira a Associações de Criadores de Eqüinos e Entidades Turfísticas" e "Fiscalização de Conformidade das Atividades Turfísticas e Hípicas", além da falta de recursos do orçamento, não houve repasse dos impostos cobrados aos Jockeys Clubs. A falta de um fluxo regular de disponibilização dos recursos provoca prejuízos qualitativos na realização das metas físicas.

Com a organização da cadeia produtiva de caprinos, ovinos e apicultura, por meio da instituição de dois pólos de produção integrada, um com ovinos no Estado do Ceará e outro com apicultura no Estado de Santa Catarina, os atores participantes da cadeia produtiva têm a oportunidade de se organizar e, a partir daí, traçar estratégias para o desenvolvimento de práticas que visem à melhoria na qualidade do produto oferecido, bem como na qualidade de vida das pessoas envolvidas. Apesar da aprovação desses dois pólos, a expectativa inicial era de instituir, no mínimo, mais dois para cada cultura. Esta situação ocorreu devido ao forte contingenciamento financeiro imposto ao programa.

A seleção de animais melhoradores, por meio de provas de ganho de peso (uma na Paraíba e outra no Distrito Federal) e de teste de progênie, no Estado de Sergipe, permitirá a elevação dos indicadores da caprinovinocultura, beneficiando os produtores envolvidos.

A vigilância é fundamental para a prevenção e o controle das principais doenças de caprinos e ovinos, no entanto, os recursos destinados aos Estados foram repassados de forma extemporânea e insuficiente, o que comprometeu o funcionamento adequado do sistema de defesa sanitária animal. Esta situação é incômoda porque pode ser decisiva no aparecimento e difusão de algumas doenças, prejudicando gravemente a caprinovinocultura.

Quanto à ação "Capacitação de Técnicos e Profissionais", apesar do cumprimento das metas físicas e a liberação quase integral do programado, os recursos foram liberados de forma descontínua ao longo do ano, prejudicando a eficiência das atividades desenvolvidas pela ação.

A meta física da ação "Prevenção e Controle de Doenças", não corresponde à realidade. Este número está sendo influenciado por lançamentos pelos Estados de atividades que não correspondem ao produto especificado. Constatou-se que o nível de realização real é de aproximadamente 30%, um valor baixo provocado pelo contingenciamento orçamentário.

Outros aspectos relevantes

Não há.

Recomendações

- Regularidade na liberação de recursos.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético, de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Objetivo

Promover o aumento da renda dos agentes da cadeia produtiva do agronegócio do café.

Público-Alvo

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.280.426.115,00	Empenho Liquidado: R$ 1.275.415.796,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.275.415.796,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Consumo Interno de Café

Unidade de medida: Milhão de sacas
Último índice apurado: 15,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 14,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Volume de Produção de Café

Unidade de medida: Milhão de sacas
Último índice apurado: 32,9 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa

3. Volume de Exportação de Café

Unidade de medida: Milhão de sacas
Último índice apurado: 25,9 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Historicamente, a produção, a industrialização e o comércio de café têm representação significativa para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300 mil propriedades rurais, em 1.850 Municípios distribuídos em 14 Estados da Federação, onde ocupa uma área cultivada correspondente a 2,2 milhões ha. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera 8,4 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas, que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio.

A produção brasileira de café ocupa posição de destaque no mercado mundial, sendo o 1° produtor (39,8% da produção mundial), e o 1° exportador (31,8% das exportações mundiais de café), com uma geração de divisas de US$ 1,4 bilhões.

Houve queda do preço internacional do café e, conseqüentemente, da renda dos produtores. Sendo o Brasil o líder de produção e do mercado mundial no agronegócio que representa 2,2% das exportações nacionais, eventuais desequilíbrios de preço e renda poderão representar perda de divisas para o país e empobrecimento rural.

Principais Resultados

- Conquista do 1º lugar na exportação mundial de café, com 25,90 milhões de sacas exportadas em 2005.
- Conquista do 1º lugar na produção mundial de café, com 32,94 milhões de sacas produzidas em 2005.
- Aumento de 4,03% no consumo interno de café, passando de 14,9 milhões de sacas em 2004 para 15,50 milhões de sacas em 2005.
- Atendimento a 24 mil mutuários, beneficiários das linhas de financiamento à cafeicultura.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa "0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira" contribui para o aumento da produção agropecuária, o abastecimento do mercado interno e externo, a geração de saldos crescentes na balança comercial e o atendimento das novas demandas e programas sociais, estimulando as cadeias produtivas para a geração de renda e emprego e o desenvolvimento regional.

A safra colhida em 2005 alcançou 32,94 milhões de sacas, das quais 25,9 milhões de sacas do produto foram exportadas. Houve uma redução de 17,18% no volume de produção do café, em relação ao ano anterior. A explicação para o menor desempenho na produção do café em 2005 está relacionada ao ciclo bianual da cultura do café.

Cabe destacar que o Brasil, 2º consumidor mundial do café, consumiu 15,5 milhões de sacas em 2005, um resultado 4,03% maior do que em 2004. Dessa forma, o país continua a apresentar um crescimento do consumo, respondendo aos estímulos produzidos por um conjunto de fatores, como a melhoria contínua da qualidade do café oferecido aos consumidores. Além disso, tem-se estimulado a ampliação

do investimento em marketing, publicidade e promoção, desenvolvendo uma bem-sucedida estratégia, objetivando o aumento do consumo do café.

Foram concedidos aos cafeicultores recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), oriundos de linhas de crédito para o financiamento de colheita e estocagem no valor de R$ 800 milhões e R$ 449 milhões para custeio, totalizando R$ 1,249 bilhão. Em 2005 foi efetuada a guarda e conservação de 3.174.393 sacas de cafés dos estoques oficiais, representando o patrimônio do FUNCAFÉ, de aproximadamente R$ 526,86 milhões, além da manutenção de 35 unidades armazenadoras nos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, das quais 26 possuem cafés estocados. Foram geradas, em 2005, 45 tecnologias pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no contexto da ação "Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura". O Consórcio é responsável pela execução do maior programa mundial de pesquisa e desenvolvimento do café, envolvendo, em 2005, 45 instituições brasileiras de pesquisa e extensão, 872 pesquisadores e extensionistas, bem como 160 bolsistas, na implementação de 322 subprojetos de pesquisa, superando em 30,89% o valor programado para 2005, que era de 246 subprojetos. Cabe destacar, também, a 2ª Conferência Mundial do Café, realizada no período de 23 a 25 de setembro de 2005, na cidade de Salvador /BA), que contou com a presença dos Presidentes do Brasil e da Colômbia e dos representantes das delegações dos países vinculados à Organização Internacional do Café (OIC), além de empresários do setor privado, entre outras autoridades nacionais e internacionais, totalizando 1.184 inscritos, sendo 486 estrangeiros de 65 países. As conclusões dessa Conferência serão apresentadas pelo Ministro da Agricultura na próxima reunião do Conselho Internacional do Café, em maio de 2006.

Na ação "Conservação dos Estoques Reguladores de Café", o total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005 não permitiu o pagamento de despesas com reparos e manutenção das unidades armazenadoras, bem como para o reensaque e reemblocamento dos cafés que se encontram derramados e para a substituição de sacarias que se encontram em mau estado de conservação. O Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), nesse sentido, aprovou a transferência da administração da rede armazenadora dos estoques oficiais de café para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), excetuando-se as unidades de Aimorés e Caratinga em Minas Gerais, que deverão ficar sob a administração da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), Astorga e Loanda, no Paraná, e a Unidade de Catanduva, hoje sob a administração da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Com esta medida, os armazéns do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), que constituem patrimônio da União repassados na forma da legislação vigente por intermédio dos respectivos termos de entrega ao MAPA, expedidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), continuam com esse mesmo status, uma vez que deverá ser repassada à CONAB apenas a gestão deles. O estoque de café, de 3.174.393 sacas, ficará sob a guarda da CONAB mediante uma remuneração, que deverá ser suficiente para cobrir, no mínimo, o custo operacional da empresa.

A CONAB poderá explorar comercialmente as unidades, recebendo produtos de terceiros e a destinação do eventual lucro obtido com o aluguel do conjunto dos armazéns, que deverá ser compartilhado em proporções iguais entre a CONAB e o FUNCAFÉ, será definida pelo Conselho do Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC).

A ação "Publicidade de Utilidade Pública" não está adequada às ações de publicidade e promoção, já que busca aumentar o consumo interno e externo do café, além de consolidar a marca Cafés do Brasil, no país e no exterior.

A maior parte dos recursos do programa são provenientes das Operações Oficiais de Crédito, recursos sob supervisão do FUNCAFÉ. O fluxo dos recursos sofreu descontinuidade nas ações "Publicidade de Utilidade Pública", "Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura" e "Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café", impedindo que se alcançassem as metas físicas programadas.

Outros Aspectos Relevantes

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" utilizou R$ 3.032.946, o que representa 0,23% dos R$ 1.278.348.394 utilizados pelo programa.

A gestão deste programa segue as orientações dadas pelo CDPC, que aprova o planejamento das ações, acompanha a sua implementação e avalia os seus resultados. Tanto a aprovação do planejamento, quanto o acompanhamento das ações que compõem o programa ficam registrados em atas do CDPC, sendo as providências necessárias ao bom andamento do programa tomadas de imediato junto aos órgãos competentes.

Os principais objetos de gasto na GAP foram: descentralização de crédito efetuada à Embrapa, destinada ao apoio à Gestão do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café); descentralização de crédito à CONAB para proceder, com o apoio do FUNCAFÉ, ao levantamento de estoques privados de café e às estimativas de safra para 2005; bem como promover o custeio de despesas com viagens e locomoção e demais atividades meio, necessárias à gestão e administração do programa.

Recomendações

- Incluir a ação "Promoção do café Brasileiro no Exterior". A fim de que o MAPA possa cumprir adequadamente a legislação do FUNCAFÉ, a qual tem pertinência com a Instrução Normativa nº 2, da Secretaria-Geral da Presidência da República, de 20/02/2006, que rege a publicidade do Governo Federal, permitindo ações de publicidade, mercadologia e promoção.

- Incluir a ação "Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização do Café".
- Regularidade no fluxo de recursos.
- Aumentar a equipe executora com pessoal que já detenha bastante conhecimento nas áreas financeira e orçamentária.
- Alterar a formula de calculo do indicador "Volume de produção de café".
- Atuação do órgão setorial junto ao coordenador da ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração, a fim de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Economia Cafeeira".

Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA

Objetivo

Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

Público-Alvo

Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 10.179.735,00	Empenho Liquidado: R$ 8.326.230,00 Pago estatais: - Total: R$ 8.326.230,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Quantidade Exportada de Frutas Frescas

Unidade de medida: 1.000 tons
Último índice apurado: 897,31 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.443

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Quantidade Exportada de Sucos de Frutas

Unidade de medida: 1.000 tons
Último índice apurado: 1.860 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.017

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Valor das Exportações da Fruticultura

Unidade de medida: Milhão de dólares (US$ milhão)
Último índice apurado: 1.862 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.790

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 3,38 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi alcançado e deve ser mantido a níveis superiores a taxa prevista para o final do PPA.

Contextualização

A fruticultura brasileira, com produção de 43 milhões de toneladas anuais, em área plantada de 2,2 milhões ha, é a terceira maior produção de frutas frescas do mundo, superada apenas pela China e Índia. A sua pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é uma das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas, como a graviola, cupuaçu, açaí, siriguela, pitomba, sapoti, dentre tantas outras espécies. Em razão de intensa tecnificação, que vem sendo introduzida desde a década de 80, sobretudo em pré e pós-colheita, hoje a fruticultura brasileira é capaz de ofertar frutas ao longo das quatro estações do ano, a exemplo da laranja, manga, uva, banana, inclusive, maçã. No entanto, a participação brasileira no mercado mundial de frutas frescas, avaliado em cerca de US$ 45 bilhões, é reduzida, registrando exportações no valor de US$ 248,3 milhões em 2002, 0,6% desse mercado.

Muitos fatores afetam o desempenho do Brasil, principalmente as carências estruturais, como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa. Quanto a ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos (EUA) e membros da União Européia (UE), além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Os esforços do PROFRUTA priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do país, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança

alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabilidade econômica. Associado às ações de capacitação, outro fator de importância refere-se à organização da base produtora, que confere possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é a melhor competência gerencial, maior padrão qualitativo das frutas ofertadas e, conseqüentemente, mais competitividade na inserção do setor frutícola em importantes mercados interno e externo. As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, 3 instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuando em áreas temáticas como biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras áreas. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MAPA/CNPq), sendo 27 na área da PIF, 25 em Implantação de Viveiros Matrizes e Borbulheiras e 5 da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância socioeconômica nos principais pólos do País.

Principais Resultados

- Incremento de 5,5% na quantidade exportada de frutas frescas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A PIF eleva o nível tecnológico da produção, amplia mercados para exportação de frutas, como já vem ocorrendo nos últimos três anos, e racionaliza em até 70% a utilização de agroquímicos. Como exemplo, cita-se o caso da cultura da maçã na região sul do País, onde houve redução anual do uso de fungicidas ditiocarbamatos na ordem de 600 tons correspondentes a R$ 9 milhões em economia por parte dos produtores. Dentre outros benefícios das PIFs, podemos comprovar o aumento da produtividade, a alta qualidade da fruta produzida, diminuição do uso de fertilizantes em até 40%, economia do uso da água na irrigação, aumento de infiltração de água no solo e conseqüente elevação do lençol freático, diminuição dos processos erosivos, incremento na diversidade e população de inimigos naturais das pragas e doenças, manutenção das áreas de reservas naturais, proporcionando alimentos seguros e com rastreabilidade em toda cadeia produtiva.

O sistema PIF já atingiu 17 espécies frutíferas em 13 Estados da Federação com 14 Normas Técnicas Específicas publicadas, com 24 projetos de fruticultura em andamento e envolvimento de aproximadamente 500 instituições públicas e privadas, tais como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), CNPq, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), universidades, instituições estaduais de pesquisa, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), associações de produtores, cooperativas, certificadoras, entre outros. Foram beneficiados mais de 1.161 produtores, com área total de 38.127 ha e produção total de 1.140.336 ton de frutas. Foram realizados 947 eventos, com 12.955 participantes, publicados 168 trabalhos científicos e instaladas 27 estações edafoclimáticas.

A instalação da biofábrica para controle biológico da mosca das frutas colaborou intensamente com a redução do uso de agrotóxicos e a sustentabilidade técnica da produção de frutas no Brasil.

O programa tem por finalidade elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerida pelos mercados nacional e internacional, mediante a disponibilização de material genético superior, treinamento intensivo de técnicos e produtores e implantação do sistema PIF, que contribui para a diminuição das desigualdades sociais por meio da geração de emprego e renda (como o aumento de 3% na PIF maçã), eleva o nível tecnológico da produção e amplia mercados para exportação de frutas.

Apesar do contingenciamento dos recursos financeiros, os projetos e ações propiciaram ótimos resultados, devido à estratégia de envolvimento de todas as cadeias produtivas e capacidades técnicas existentes nos diferentes Estados do Brasil. Um dos resultados foi o comprometimento de 500 instituições com a PIF em todo território nacional. Os recursos que seriam aplicados para o fomento ao uso de material genético melhorado para fruticultura foram contingenciados em sua totalidade, tornando-se um entrave à expansão da fruticultura nacional, devendo-se disponibilizar para os próximos anos recursos suficientes para implementar tal ação.

Atualmente existe, na região norte do Brasil, o monitoramento da mosca da carambola, praga exótica com grande poder de adaptação e destruição de pomares de frutas nativas e cultivadas. Todavia, o contingenciamento de recursos orçamentários, de 60,25%, favorece a introdução e disseminação desta devastadora praga em todas regiões produtoras de frutas no Brasil, notadamente as localizadas no nordeste do País. Pragas, como cancro cítrico, cidia pomonela da macieira e sigatoka negra da bananeira, causam imensos prejuízos à fruticultura nacional, requerendo constantes esforços e ações conjuntas dos setores de pesquisa, extensão e defesa vegetal em todo território nacional. Para a sustentabilidade do sistema de produção de frutas no Brasil, necessita-se de aportes financeiros para os casos emergenciais de disseminação e constatação de novas pragas e doenças no Brasil. Não havendo outros contingenciamentos, certamente os índices previstos no PPA 2004/2007 serão atingidos.

O monitoramento das ações é realizado por meio de visitas semestrais aos locais de implantação dos projetos, por meio dos coordenadores regionais, e, quando necessário, por meio de relatórios sobre o andamento e evolução dos mesmos, sendo obrigatório o envio de um relatório final sobre os resultados dos projetos.

Há insuficiência de pessoal e de qualificação dos recursos humanos disponíveis nos níveis administrativo e técnico.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Melhorar a infra-estrutura e os recursos materiais da equipe técnica e gerencial com a aquisição de veículos, computadores e GPS.

Desenvolvimento da Heveicultura

Objetivo

Buscar a sustentabilidade do sistema agroindustrial gumífero, mediante o incremento da rentabilidade econômica, o desenvolvimento social e a conservação ambiental.

Público-Alvo

Produtores, beneficiadores, industriais e trabalhadores da cadeia produtiva da borracha natural.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.250.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Auto-Suficiência em Borracha Natural

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 40 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não aplicável.

Contextualização

O "Programa de Desenvolvimento da Heveicultura" teve sua conclusão prevista no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 para o ano de 2005, face ao prazo final da concessão da subvenção econômica. A Lei nº 9.479/97, que criou a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural, estabeleceu o prazo de oito anos de duração da subvenção, que expirou.

Principais Resultados

O programa não teve execução no ano de 2005 e não constará da programação de 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Como não houve execução durante o ano de 2005, não é possível avaliar adequação ou inadequação da concepção do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento da Horticultura

Objetivo

Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

Público-Alvo

Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.579.094,00	Empenho Liquidado: R$ 1.640.047,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.640.047,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Produtividade das Lavouras de Batata-Inglesa

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 22.084 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25.122

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Produtividade das Lavouras de Cebola

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 18.346 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20.186

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

3 Produtividade das Lavouras de Tomate

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 62.240 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 71.087

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Verifica-se desorganização e baixa verticalização de cadeias relevantes para a nutrição humana ou com elevado potencial de agregação de valor, de criação e de manutenção de postos de trabalho no campo. Algumas cadeias estão descritas a seguir:

- **Olericultura**: preparar o horticultor para o mercado moderno por meio de organização dos produtores em comitês, consórcios, associações e cooperativas com a finalidade de proporcionar ao segmento produtor, informações da pesquisa, da defesa agropecuária e do mercado.
- **Plantas medicinais**: embora a medicina moderna esteja bem desenvolvida na maior parte do mundo, grande setor da população dos países em desenvolvimento depende dos profissionais tradicionais, das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária. Além disso, durante as últimas décadas, o interesse do público pelas terapias naturais aumentou enormemente nos países industrializados e acha-se em expansão o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US$ 19,6 bilhões e há previsão de que somente a Europa registre volume de vendas de US$ 7,5 bilhões. A Alemanha lidera o uso de fitoterápicos, com vendas de US$2,7 bilhões, sendo o valor gasto por habitante/ano de US$ 84, o que demonstra que 40% do total de remédios prescritos por médicos são fitoterápicos.
- **Especiarias**: especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, gerador de emprego e renda, que se encontram à margem das prioridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a despeito de o Brasil ser membro da Comunidade Internacional de Pimenta do Reino (CIP). Há necessidade de realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias, com prioridade para pimenta do reino, para que o MAPA se posicione no futuro com um programa de desenvolvimento para o setor.

Principais Resultados

- Crescimento de 9,6% nas exportações de flores e plantas ornamentais.
- Incremento da produtividade nas lavouras de batata-inglesa em 13,8%.
- Incremento da produtividade nas lavouras de cebola em 10,0%.
- Incremento da produtividade nas lavouras de tomate em 14,2%.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Atendendo às demandas do mercado internacional, que sinaliza para a valorização do aspecto qualitativo e do respeito ao meio ambiente de qualquer produto, o Sistema de Avaliação da Produção Integrada (SAPI) vem se transformando no grande fiador dos produtores brasileiros na oferta de alimento seguro, produzido sob normas ambientais, econômicas e sociais. Com a nova estrutura do MAPA, foi instituído o SAPI e o indicador proposto é a adesão do produtor ao Sistema de Produção

Integrada. No âmbito do programa foi firmado convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para a instituição de pólos de produção integrada de tomate industrial, batata-inglesa e tomate de mesa. Também foi desenvolvido um modelo de produção integrada de tomate Indústria nos Estados de Goiás e Minas Gerais com atividades previstas para avaliar a viabilidade econômica da produção integrada, que iniciou um diagnóstico socioeconômico da cultura do tomate Industria nestes Estados, com a colaboração da Unilever, tendo os seguintes trabalhos em andamento:

- diagnóstico do Sistema de Produção nos Estados selecionados.
- atividades de monitoramento da presença de mosca-branca virulífera de indivíduos de moscas-brancas em várias regiões do Brasil, sendo 16 amostras em Goiás.
- avaliação da eficiência de produtos químicos para mancha-bacteriana e pinta-preta F.
- atividades sobre adequação do manejo da água e do solo para o sistema de produção integrada de tomate industrial.
- acompanhamento do manejo de irrigação, com base no balanço de água em propriedades integradas.
- condução, na estação experimental da Unilever, de unidades de observação de manejo de irrigação em gotejamento, com vistas à melhoria da qualidade do tomate para fins de processamento industrial.

Está em elaboração o Manual de Boas Práticas Agrícolas de Tomate para Processamento Industrial, bem como do Manual do Sistema de Análise de Pontos Críticos de Controle (APPCC). Foi apresentado o "Programa Integrado de Hortaliças: o Caso Tomate Indústria" na Mesa Redonda de Certificação e Produção de Qualidade, durante o 45º Congresso Brasileiro de Olericultura realizado em Fortaleza-CE. Também foi apresentado o "Produção Integrada de Tomate Industrial" no Workshop sobre Rede de Pesquisa e Inovação em Sistemas de Garantia de Qualidade, organizado na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foram realizados 2 minicursos sobre a rastreabilidade e o uso de meios informatizados na Produção Integrada de Frutas (PIF) e o de Manejo Integrado de Pragas na Produção Integrada de Frutas.

Foi iniciado o desenvolvimento de um modelo de Produção Integrada de Batata no Estado de Minas Gerais, que tem a adesão de 15 produtores. Foram realizados 12 eventos e trabalhos técnicos, capacitando mais de 1.500 pessoas em Produção Integrada de Batata.

Com o início da implantação do programa já se pode evidenciar a racionalização do uso de agrotóxicos em batata em 50%, de inseticida em 34% e de fungicida. Com esses resultados foram publicados 5 trabalhos em anais de congresso. Foram estabelecidas parcerias públicas e privadas com instituições tais como: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), EMBRAPA, e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

No programa de indução ao Sistema de Produção Integrada de Hortaliças, foram treinados 435 agentes da cadeia produtiva, contando com a participação de entidades como BASF, BAYER, ANDEF, DU PONT, IHARA, ARISTA, FMC e SYNGENTA.

No tocante ao "Programa de Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais", a análise conjuntural sobre a evolução das exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2005, revelou que as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais atingiram US$ 25,75, com crescimento de 9,58% sobre o volume de vendas do ano anterior. Mesmo com crescimento apurado em 2005, as exportações de flores e plantas ornamentais ficaram abaixo das estimativas traçadas, no início do ano passado, por empresários e analistas do setor, que projetavam aumento de 15% sobre os valores comercializados em 2004, com base no desempenho do setor entre os anos de 2001 e 2004. A estimativa de crescimento começou a ser revista no primeiro semestre de 2005, em função da valorização do real frente ao dólar, que reduziu a competitividade dos produtos nacionais.

Apesar do contingenciamento dos recursos financeiros, foram realizados cursos, reuniões, palestras, seminários e outras atividades de organização da cadeia produtiva pertinentes à horticultura e à adoção de planos integrados de desenvolvimento, alcançando-se resultados acima do esperado. O conjunto de atividades desenvolvidas no programa permitiu ao público-alvo interagir com maior intensidade com a comunidade científica que está desenvolvendo e disponibilizando novas informações e conhecimentos sobre o cultivo de hortaliças de forma convencional e integrada. As reuniões prévias de lançamento dos projetos com a finalidade de avaliar a demanda das indústrias processadoras de tomate para a Produção Integrada de Tomate Indústria nos Estados de Goiás e Minas Gerais e dos produtores de batata, contaram com representantes de 8 indústrias, de técnicos do MAPA, de extensionistas, universidades e instituições de pesquisa.

Na indução ao Sistema de Produção Integrada de Batata foram treinados 435 agentes da cadeia produtiva. Foi possível perceber que as propostas foram bem aceitas por todos os participantes, indicando uma real demanda por parte das empresas. Várias indústrias exercitam ações pertinentes ao projeto, tais como estratégias visando a reduzir a utilização de agrotóxicos, reduzir impactos ambientais, diminuir custos, aumentar a produção e evitar o uso de mão-de-obra infantil nas lavouras. Os participantes ressaltaram a importância de implementar este sistema para dar maior sustentabilidade ao Agronegócio do Tomate e da Batata. Ressaltaram, ainda, a importância da proposta em termos de segurança alimentar. Atendendo a essa demanda, a proposta visa a estabelecer as normas e diretrizes para a criação e a implementação de um sistema de produção integrada, com o envolvimento de todo o agronegócio tomate indústria e batata, que permita a obtenção de um selo de qualidade.

Os princípios básicos da produção integrada estão amparados basicamente na elaboração e desenvolvimento de normas e orientações de comum acordo entre os agentes da pesquisa, ensino e desenvolvimento, extensão rural e assistência técnica, associações de produtores, cadeia produtiva específica, empresários rurais, produtores, técnicos por meio multidisciplinar. Pelo sistema, garante-se que o produto foi produzido seguindo o roteiro de um sistema adequado à segurança alimentar e ambiental. O resultado é um produto garantido em toda sua cadeia, da fazenda à mesa do consumidor.

A periodicidade do acompanhamento das ações é mensal, de abrangência nacional e o monitoramento é via sistema interno da EMBRAPA e sistema SIPLAN. As

ações de transferência de tecnologia desenvolvidas também são objeto de auditoria interna da EMBRAPA para fins de comprovação de sua realização. A execução das metas físicas previstas foi abaixo do esperado, tendo atingido 50% ao final do ano, o que se deve à não-liberação de recursos financeiros nos primeiros quatro meses do ano e, a partir da liberação, a redução em 50,06% dos recursos orçamentários. Foram liberados somente 49,94% dos recursos orçamentários previstos e em sua maioria no segundo semestre de 2005. Conseqüentemente, com o volume de recursos disponibilizado, não foi possível atingir as metas físicas previstas.

A execução das ações "Transferência de Tecnologia" e "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Cadeia Produtiva" permitiram, por meio da realização de dias de campo, palestras, treinamentos e vitrines tecnológicas, atividades que promovem a participação social, o levantamento de expectativas e demandas e a troca de experiências entre os diversos segmentos de produtores rurais em um ambiente participativo e dinâmico. Nos eventos de treinamento, são aplicados questionários para avaliação da satisfação dos beneficiários. A consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infra-estrutura do treinamento.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação "Prevenção e Controle de Pragas na Horticultura", o órgão setorial deve uniformizar o entendimento junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à apuração e ao resultado do seu produto.

Desenvolvimento da Suideocultura

Objetivo

Elevar a performance dos rebanhos de suídeos, mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Público-Alvo

Produtores e industriais da suinocultura e fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.922.643,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.318.215,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.318.215,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Valor das Exportações de Suínos

Unidade de medida: US$
Último índice apurado: 1.167.000.000
Índice previsto ao final do PPA: 770.959.922

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Segundo balanço divulgado pela Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), o Brasil exportou 625.075 toneladas para cerca de 70 países. Esses números ressaltam a importância econômica e social dessa exploração, que gera milhares de empregos, distribui renda e ajuda na fixação do homem ao campo.

2. Peso Médio de Carcaça dos Suínos

Unidade de medida: kg
Último índice apurado: 72 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 98,43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Quantidade Exportada de Suínos

Unidade de medida: t
Último índice apurado: 625.075 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 801.104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Taxa de Controle Peste Suína Clássica

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 51 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no país. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se em importante fonte de renda e estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego, fixar o trabalhador no meio rural e contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional.

Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do programa.

Principais Resultados

- Crescimento de 50% no valor exportado em 2005, US$ 1,123 bilhão, em relação a 2004, US$ 744 milhões.
- Crescimento de 23% na quantidade exportada em 2005 (579.413 t) contra 470.967 t em 2004.
- Manutenção da zona livre da Peste Suína Clássica (PSC) em 14 Estados brasileiros, sem novos registros de notificações na zona infectada.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A grande competitividade e o alto nível tecnológico utilizado pela suinocultura nacional levaram o país a atingir o recorde no valor exportado de produtos suínos apesar dos focos de febre aftosa.

Hoje o Brasil possui uma zona livre de PSC, composta pelo Distrito Federal e 13 Estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, São

Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Deve-se considerar que na zona livre de PSC, encontra-se a grande maioria do rebanho comercial de suídeos do Brasil. A medida da taxa de controle da peste suína clássica considera apenas a área territorial, quando deveria também considerar o rebanho, tendo em vista que a população desta área pode variar e, ainda, a variação na distribuição geográfica da exploração, conforme as aptidões regionais, particularidades ou dificuldades estruturais da região a ser considerada no país.

A manutenção do status sanitário da enfermidade, que é limitante para as exportações, habilita o país a pleitear os mercados internacionais, transformando os resultados alcançados no comércio exterior, em grande parte, em apenas uma conseqüência. A não-notificação da enfermidade, dado importante, pode ter ocorrido por deficiências existentes no Serviço Veterinário Oficial do País, não significando, portanto, ausência da enfermidade. Essa situação gera o risco de se perderem todos os avanços conquistados ao longo de anos de trabalho.

Os diversos programas trabalhados na estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) têm relações entre si, principalmente na área de defesa animal. Um exemplo clássico seria a febre aftosa, uma enfermidade de bovinos, mas a que os suínos, caprinos, ovinos e outras espécies fissípedes são suscetíveis. Isso denota que esses programas deveriam ser conduzidos harmonicamente, por terem implicações uns sobre os outros.

A ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura" teve um baixo desempenho físico, apesar do bom desempenho financeiro. Isso ocorreu porque a ação depende de convênios com os órgãos executores nas diversas Unidades da Federação, que foram celebrados apenas ao final do ano. A ação deve ser trabalhada dia a dia, por ser basicamente preventiva ou fiscalizadora, não sendo possível a reversão dos prejuízos.

Apesar de não existir um mecanismo oficial para medir a satisfação do público, em diversas oportunidades ocorrem insatisfações, por motivos diversos, mas principalmente por crise de autoridade e morosidade nas decisões ou execução de ações, as quais são atribuídas a interferências político-administrativas ou deficiências estruturais em órgãos executores.

O indicador "Peso Médio da Carcaça de Suíno" não é adequado para medir o desempenho da ação, pois é um número fixado por razões comerciais. Para manter os padrões dos cortes industriais, o peso da carcaça não pode variar muito. Assim, seriam exemplos de índices importantes para medir o desempenho: "Idade Média de Abate", que expressaria os ganhos de precocidade da espécie suína; "Taxa de Conversão Alimentar", que denotaria a evolução da capacidade do animal em produzir proteína nobre; "Leitões Produzidos por Matriz/Ano", que ressaltaria a capacidade de produção e rendimento de carcaça.

A denominação do indicador "Número de Suínos Exportados" não corresponde ao número informado, que se refere à quantidade de produto de origem suína exportada, que deveria ser a denominação empregada. O item "Número de Suínos Exportados" deve ser mantido, pois também são exportados suínos vivos para reprodução.

O atraso nas liberações dificulta a execução das ações planejadas. Nos casos de pesquisas e, principalmente, quando a ação trabalha a defesa animal, a descontinuidade dos repasses compromete seriamente o esforço despendido ao longo de anos, para evitar a reintrodução de enfermidades em zonas livres, fragilizando a vigilância epidemiológica de doenças exóticas.

As ações "Fomento de Material Genético" e "Organização e Capacitação de Agentes" foram totalmente prejudicadas. A ação referente à pesquisa foi prejudicada em sua qualidade e a ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças" teve seus convênios firmados apenas ao final do ano.

As ações, de modo geral, foram prejudicadas devido aos cortes orçamentários, ao contingenciamento e à dificuldade na efetivação de convênios com órgãos executores. Mesmo a ação ligada à pesquisa, que tem seus recursos garantidos, foi prejudicada pela liberação extemporânea dos recursos financeiros.

Há dificuldades quanto à celebração de convênios e à falta de comprometimento político dos Estados, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do país. Há necessidade de leis que resgatem a autoridade do MAPA para que indefinições como as que ocorreram quando do foco de febre aftosa no Estado do Paraná, não prejudiquem todo o País.

O quadro funcional necessita de técnicos para acompanhar mais de perto as atividades desempenhadas pelos órgãos executores. Na grande maioria dos Estados, tanto nas Superintendências Federais de Agricultura, como nos órgãos executores, o quadro funcional é pequeno e necessita de renovação, pois muitos funcionários estão em vias de se aposentarem. Nos órgãos estaduais essas necessidades muitas vezes são supridas por contratações temporárias, que além de não darem a segurança necessária ao funcionário, principalmente quando suas atividades são na área de fiscalização, não podem aproveitar a experiência adquirida, desperdiçando inclusive recursos utilizados para treinamentos. Esse é o quadro existente diante de crescentes exigências impostas pelo comércio internacional. As equipes executoras e a gerencial necessitam de treinamentos.

Os órgãos do Ministério precisam de uma maior interação, como também, de funcionários técnico-administrativos.

Alguns órgãos executores não disponibilizaram os dados por falta de convênios, deficiências estruturais e, inclusive, falta de treinamento para a concepção do programa, devido à troca do responsável pelo repasse das informações. A interação da gerência com as coordenações muitas vezes são dificultadas. Geralmente os contatos são realizados com os responsáveis técnicos pelas ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Revisar os processos internos para celebração de convênios do MAPA, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

- Melhorar a infra-estrutura material e de pessoal dos sistemas de defesa sanitária dos Estados.
- Melhorar o processo de levantamento e consolidação das informações das ações.
- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Viabilizar treinamento para as equipes executoras e a gerencial.
- Realizar a condução harmônica dos diversos programas do MAPA.
- Aumentar a interação entre os órgãos do MAPA.
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético", "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais

Objetivo

Elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias.

Público-Alvo

Produtores, associações de produtores, agroindústrias, pesquisadores e extensionistas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 8.157.117,00	Empenho Liquidado: R$ 6.705.996,00 Pago estatais: - Total: R$ 6.705.996,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Produtividade das Lavouras de Arroz

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 3.671 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.757

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Produtividade das Lavouras de Trigo

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 2.063 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.730

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Produtividade das Lavouras de Milho

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 3.442 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4.640

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Produtividade das Lavouras de Sorgo

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 2.112 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.626

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

5. Produtividade das Lavouras de Feijão

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 789 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 920

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

6. Produtividade das Lavouras de Mandioca

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 13.400 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13.740

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

As restrições para incorporação de novas áreas para a agricultura, aliadas à crescente demanda interna e externa por cereais e outras espécies vegetais para consumo humano e animal, tornam fundamental o aumento da produtividade, por meio da disseminação de novas tecnologias geradas pela pesquisa. O programa é extremamente importante, pois a competitividade do agronegócio de cereais depende dos resultados da pesquisa e do efetivo controle de pragas para que, além do aumento de produtividade, haja estabilidade de produção.

Principais Resultados

- Aumento de 5,8% na produtividade das lavouras de feijão.
- Aumento de 3,4% na produtividade das lavouras de arroz.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação aos indicadores, houve forte redução na área de cultivo do arroz, especialmente na região centro-oeste, devido às dificuldades de comercialização na safra 2004/05. Entretanto, a produção cresceu, fato que teve por base o aumento da produtividade. Em 2005 ocorreu a maior safra de arroz da história, gerando

excedentes que deprimiam os preços. A produção do trigo tem seguido uma tendência negativa, devido aos problemas de comercialização, fato que prejudica a produtividade. Além disso, houve redução de cerca de 14% na área de cultivo, em função das dificuldades de comercialização na safra 2004/20005. A produção prevista tem estimativa de queda em 16%.

A produção de milho foi afetada pela estiagem, principalmente no Paraná, maior produtor brasileiro. Espera-se um aumento de área cultivada com feijão para a safra 2005/2006. Na região nordeste, que participa com 24% da produção, espera-se redução de área plantada, mas aumento de produção. Para a região sudeste, que participa com 25%, espera-se um aumento de área, principalmente em São Paulo, maior produtor da região. E para a região sul, que detém 43% da produção nacional, estima-se um aumento de área. A safra 2004/2005 sofreu com condições adversas de clima, principalmente no nordeste e no sul. A produtividade das lavouras de mandioca permanece em um patamar estável.

Dentro da ação "Organização e Capacitação de Agentes", houve: a contratação de dois novos projetos de produção irrigada; a contratação de um projeto de monitoramento agropecuário por satélite com Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélite (EMBRAPA/CNPM); apoio à realização do projeto de capacitação rural na atividade sisaleira pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração (SENAR); apoio à realização do projeto de desenvolvimento integrado do bambu no Mato Grosso do Sul pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Na ação "Transferência de Tecnologia" houve o lançamento, a demonstração e a disponibilização de sementes de novos cultivares e híbridos a técnicos e produtores rurais; a realização de eventos voltados para a transferência de tecnologia e conhecimento sobre sistemas de produção, cultivo e comercialização. Na ação "Fomento ao Uso de Material Genético", houve a contratação de projetos de estudos de apoio ao agronegócio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/AC (CNPq/AC); e apoio à realização do XIV Congresso Brasileiro de Sementes, em Foz do Iguaçu/PR. Nas ações "Fomento ao Uso de Material Genético" e "Organização e Capacitação de Agentes", houve contingenciamento de recursos, o que limitou a sua abrangência. Dentro da ação "Transferência de Tecnologia", o conjunto de atividades permitiu que os integrantes do segmento da produção primária tivessem à sua disposição informações, tecnologias e conhecimentos mais recentes sobre o cultivo de cereais e raízes, passíveis de aplicação direta na sua atividade. Seu desenvolvimento ocorreu nas unidades da Embrapa e as demandas atendiam a público-alvo pré-definido.

Devido ao contingenciamento dos recursos, a abrangência do programa foi afetada e, conseqüentemente, a satisfação do beneficiário. O monitoramento das ações é realizado a cada dois meses, via sistema SIPLAN do Ministério.

A ação "Transferência de Tecnologia" sofreu com a irregularidade do fluxo programado, mas atingiu 80% das metas previstas. O contingenciamento de recursos prejudicou a execução das metas físicas das ações "Organização e Capacitação de Agentes" e "Fomento ao Uso de Material Genético".

No início do ano, quando os recursos ainda não haviam sido liberados, os parceiros não-governamentais foram fundamentais no apoio ao desenvolvimento das ações. A participação social no programa ocorre por meio da realização de dias de campo,

palestras e treinamentos. As ações desenvolvidas visaram a capacitar todos os agentes da cadeia produtiva. A satisfação do beneficiário é avaliada por meio de questionários e os resultados apurados servem para adaptação e melhorias futuras de conteúdo, linguagem e infra-estrutura.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto da ação "Prevenção e Controle de Pragas", o órgão setorial deve atuar junto ao coordenador de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Objetivo

Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.

Público-Alvo

Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 8.903.011,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.403.822,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 6.403.822,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Área Plantada com Mamona, Dendê e Amendoim

Unidade de medida: ha
Último índice apurado: 247.300 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 350.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixo.

2. Produtividade das Lavouras de Soja

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 2.627 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.940

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Produtividade das Lavouras de Algodão

Unidade de medida: kg/ha
Último índice apurado: 3.147 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.692

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Área Plantada com Algodão e Sisal

Unidade de medida: ha
Último índice apurado: 1.162.486 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.094.860

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

A conquista da liderança do mercado internacional do complexo de soja e a evasão de divisas com a importação de óleo diesel mineral, a despeito das excepcionais condições edafoclimáticas brasileiras e da diversidade de culturas oleaginosas, credenciam o país como o de maior potencial para produção de biodiesel, além de outras explorações possíveis para a biomassa (fins alimentícios, químicos e para fabricação de fertilizantes).

Atualmente a produção de oleaginosas restringe-se principalmente à cultura de soja, cuja produção apresentou crescimento bastante significativo nos últimos anos, transformando-a em um dos principais produtos de exportação do país. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas, que podem servir de alternativas, principalmente para os agricultores menos capitalizados, que, além de absorver mão-de-obra em toda a sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda. Destacam-se, dentre essas culturas, a mamona, o dendê, o girassol e o algodão. As condições edafoclimáticas do país são consideradas favoráveis para a produção dessas espécies, que poderão ser exploradas para a produção de biomassa para fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes. As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal.

Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o National Biodiesel Board (NBB), relatam que o Brasil é o país com maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo a capacidade de substituir até 60% da demanda mundial atual de óleo diesel mineral. Caso se considere somente a floresta de babaçu, que possui uma área nativa de 17 milhões ha, é possível produzir 40 milhões de toneladas anuais de coco, equivalendo a 17 mil toneladas anuais de óleo, capazes de produzir 20 bilhões de litros anuais de biodiesel. Pode-se considerar que o Brasil, por meio deste programa, em médio prazo, passará de importador de óleo diesel mineral para exportador de biodiesel, a partir da transformação da matéria-prima em produto acabado, melhorando o desempenho na balança comercial, além de produzir outros produtos agregados.

Principais Resultados

- Incremento da área plantada com algodão e sisal em 17,8%.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A área plantada com dendê não está sendo identificada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- Para o algodão, em relação à safra 2004/2005, houve uma queda de 30% na área plantada, fato atribuído às dificuldades com o preço e à mudança do comportamento dos produtores, que vêm apostando mais na cultura da soja.
- A área de mamona sofreu redução de 39,8%, diferentemente do que se esperava, tendo em vista o incentivo à produção de biodiesel.
- Após 8 anos consecutivos de incremento, nesta safra registra-se 5% de redução de área plantada, prejudicando a produtividade da soja. O baixo rendimento deve-se também aos efeitos climáticos.
- Mesmo com as dificuldades de comercialização, a produtividade média das lavouras de algodão supera os níveis de produtividade obtidos na safra passada.
- Na ação "Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas" obteve-se a ampliação do Consócio Antiferrugem para o controle da ferrugem asiática da soja.

Na ação "Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas" foram realizados:

1. Capacitação de profissionais e técnicos nas regiões sul, centro-oeste e nordeste sobre os mais recentes resultados das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), envolvendo culturas de oleaginosas e plantas fibrosas com foco nas espécies canola, mamona, gergelim, algodão e soja.
2. Dias de campo, treinamentos, unidades demonstrativas e vitrines tecnológicas voltados para a transferência de tecnologias e conhecimentos sobre sistemas de produção, produção de sementes, manejo integrado de pragas e fitossanidade para todos os produtores rurais das regiões mencionadas.

Na ação "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes", foram contratados novos projetos de produção integrada de soja no Estado do Paraná e de amendoim em São Paulo, Ceará e Paraíba. Na ação "Prevenção e Controle de Pragas", os resultados foram acima do esperado: a meta de treinar 2 mil agentes multiplicadores da assistência técnica (40 turmas x 50 treinandos), que treinariam 100 mil produtores líderes (2 mil agentes x 50 treinandos), foi amplamente superada. Os dados registram o treinamento de 5.642 técnicos do Consórcio, que repassaram a outros 38.583 produtores líderes os conhecimentos adquiridos. Possivelmente, todos os 240 mil produtores de soja do país receberam algum tipo de informação disponibilizada pelo Consórcio, cujas atividades executadas ao longo do ano agrícola 2004/2005 despertaram interesse dos técnicos, tendo mais agentes integrados ao grupo inicial. Na Reunião Anual do Consórcio Antiferrugem já eram 120 membros oriundos de 86 instituições de pesquisa, ensino e assistência técnica. Além dos especialistas, 30 laboratórios de diagnose foram convidados a participar da iniciativa, com o objetivo de confirmar a presença da praga nas amostras coletadas por técnicos e produtores,

no entanto, ao longo do ano, outros 29 laboratórios solicitaram sua integração ao Consórcio, totalizando 59 em maio de 2005.

Em relação à ferrugem asiática, a situação mostra que diversas ocorrências foram constatadas no início do desenvolvimento da doença, possibilitando o controle adequado. As informações disponibilizadas na rede e a capacitação oferecida aos técnicos e produtores contribuíram para o monitoramento correto das pragas.
As metas físicas previstas são insuficientes para o alcance das ações, que contemplam duas das principais commodities brasileiras, a soja e o algodão. O país cultiva mais de 20 milhões de hectares com soja e mais de 1 milhão de hectares com algodão. Há ainda as outras oleaginosas de menor área cultivada, mas que vêm ganhando importância econômica com o advento do biodiesel.

A unidade de medida da ação "Transferência de Tecnologia" é "tecnologia transferida", que, isoladamente ou sem uma descrição mais precisa, não é a mais adequada, pois não permite quantificar o número de beneficiários diretos e indiretos da ação nem tampouco o grau de adoção dos conhecimentos e tecnologias transferidos. Por outro lado, o grau de adoção é de difícil aferição, pois o processo de apropriação pelos beneficiários é gradual e pode se estender por vários anos em conseqüência de ações realizadas uma só vez.

A ações são monitoradas internamente a cada dois meses por meio do sistema SIPLAN do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Com relação ao cumprimento das metas físicas na ação "Prevenção e Controle de Pragas", os recursos foram contingenciados e tardiamente liberados. Não houve recursos para o acompanhamento do final da safra, que ocorre no primeiro trimestre do ano. Quando os recursos são liberados, praticamente já se encerrou a colheita nos Estados. As ações "Organização e Capacitação de Agentes" e "Fomento ao Uso de Material Genético" tiveram seus recursos contingenciados. Na ação "Transferência de Tecnologia", a meta prevista de 25 eventos não foi atingida em função da não-liberação dos recursos orçamentários previstos. Conseqüentemente, somente 18 das 25 metas foram cumpridas (72%). Na ação "Prevenção e Controle de Pragas" os recursos para convênios são sempre insuficientes. Na Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA) não foram programados recursos para investimento e somente puderam ser contemplados convênios com recursos para custeio.

Houve contato entre a gerência do programa e os executores das unidades administrativas, mas a interação pode ser melhorada com reuniões periódicas, discutindo as ações, as metas e a busca de recursos. Parceiros não-governamentais aportam grandes somas de recursos, no caso da ação de prevenção e controle de pragas. As multinacionais do setor chegam a superar o investimento do ministério no controle de pragas, promovendo o treinamento de produtores, realizando palestras e cursos e equipando laboratórios. A sociedade civil participa de reuniões, palestras e dias de campo, representada por entidades de classe (associações de produtores rurais e conselhos profissionais). Os melhores resultados desta parceria estão no campo, principalmente nas ações que não tiveram recursos liberados e contaram com a iniciativa privada, como a "Prevenção e Controle de Pragas" e a "Transferência de Tecnologia".

Nos eventos de treinamento, são aplicados questionários para avaliação da satisfação

dos beneficiários e a consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infra-estrutura do treinamento. As ações têm o objetivo de melhorar a produção de plantas oleaginosas e fibrosas, auxiliando tecnicamente o produtor. Busca-se fazer isso dentro do orçamento programado e com avaliação conjunta de técnicos e produtores, para se ter a certeza de que o 'trabalho atingiu o fim esperado.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Material Genético", "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes" e "Transferência de Tecnologia", o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Objetivo

Garantir a estabilidade de preços e do abastecimento interno de álcool e de açúcar e aumentar as exportações de álcool combustível.

Público-Alvo

Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 526.283.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 21.017.503,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 21.017.503,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Volume das Exportações de Álcool

Unidade de medida: m^3
Último índice apurado: 2.592.293 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Embora tenha havido forte crescimento do mercado externo para o álcool (indústria química e uso como aditivo para combustíveis), o que sugeriria a possibilidade de se ultrapassar as metas de exportações, a demanda interna por álcool combustível, impulsionada pelos veículos *flex-fuel*, constitui o grande óbice à disponibilidade de produto para exportação. Registre-se que o setor realiza altos investimentos na expansão da capacidade produtiva, mas as vendas destes veículos já representam 75% do mercado e superaram todas as expectativas. Com isso, a menos que os preços internacionais para o álcool sejam suficientemente altos, de forma a motivar os consumidores domésticos a optarem por gasolina, haverá dificuldades para se continuar aumentando as exportações nos próximos anos.

2. Taxa de Variação de Preços do Álcool Anidro

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 24,52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A elevação dos preços internacionais do petróleo, combinada com movimento similar no mercado de açúcar, provocou forte aumento nos preços domésticos do açúcar e do álcool. A volatilidade em 2005 foi muito elevada, mas acredita-se que nos próximos anos isso não ocorrerá, pois há expectativa de que a demanda continue crescendo, permitindo padrões mais elevados de preços, inclusive durante a safra. A redução da volatilidade não reverterá em benefício para os consumidores, que deverão arcar com preços médios mais altos. Neste sentido, o aporte de recursos para financiamento à estocagem de álcool pode ajudar decisivamente no sentido de minimizar os riscos de desabastecimento durante a entressafra..

3. Taxa de Variação de Preços do Álcool Hidratado

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 27,26 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Com a elevação dos preços internacionais do petróleo e do açúcar, o mercado doméstico deverá trabalhar com preços mais altos para o álcool hidratado, utilizado como substituto à gasolina. A taxa de crescimento do consumo dependerá da relação de preços com a gasolina. Essa relação tende a se manter desfavorável ao álcool durante a entressafra, dado que a frota de veículos flex-fuel e o consumo potencial estão crescendo muito rapidamente, a procura internacional está muito aquecida e o Brasil é o único país em condições de exportar grandes volumes. Com isso, mesmo com o esperado crescimento da produção, caso não haja mecanismos para estimular a formação de estoques, a tendência é de grande volume de exportações durante a safra, o que resultará na redução da oferta interna na entressafra. Isso redundará em elevada flutuação de preços. Destaque-se que os preços internacionais remuneradores, combinados com o elevado custo financeiro (taxa de juros) da estocagem, tornam difícil para a maioria das unidades produtoras manter estoques para abastecer o mercado na entressafra.

4. Taxa de Variação de Preços do Açúcar Cristal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20,25 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O mercado internacional de açúcar vive um período de forte alta de preços (maiores preços dos últimos 12 anos). Ainda não há informações concretas que permitam afirmar se trata-se de um movimento especulativo ou de uma nova tendência, motivada pela concorrência do álcool na destinação das matérias-primas, como no caso brasileiro e da própria União Européia, que deverá aumentar a produção de álcool a partir da beterraba, matéria-prima do açúcar produzido nos países de clima temperado. Há, entretanto, a convicção de que, aos preços atuais, é viável o retorno de velhos produtores ao mercado, como é o caso de Cuba, que chegou a exportar mais de 7 milhões t/ano nos anos 90 e produziu pouco mais de 2 milhões t no ano passado. Com o retorno desses produtores, há a possibilidade de que os preços recuem, mas a tendência de aumento na produção e no uso do álcool

gera dúvidas quanto às condições dos produtores tradicionais para atendimento às demandas dos dois mercados. É muito difícil avaliar o comportamento do mercado nos próximos anos, pois os próprios contratos futuros não são um parâmetro seguro.

Contextualização

Com a completa desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 90, o governo abdicou do controle direto sobre a produção e a comercialização, tanto da matéria-prima (cana-de-açúcar) quanto dos produtos finais (açúcar e álcool). Entretanto, é fundamental que se disponha de mecanismos de monitoramento para identificar eventuais fatores de desequilíbrios e adotar, preventivamente, os instrumentos mais adequados à sua correção, fomentando a produção ou regulando o mercado. Nesse contexto, o álcool combustível passou a ser o elo mais frágil da cadeia produtiva, sofrendo diretamente os reflexos dos desequilíbrios causados pela sazonalidade da produção, pelos altos custos da formação e do carregamento de estoques e pelo pequeno fluxo de comércio internacional, podendo gerar crises de abastecimento interno de um produto estratégico na matriz energética do país. Como o álcool combustível não possui um produto substituto, o consumidor final torna-se cativo e tem uma chance muito limitada de reagir a eventuais manipulações de preços. Outro problema a ser equacionado diz respeito à logística de escoamento do produto. A produção está concentrada em determinadas regiões, enquanto o consumo ocorre em todo o país, provocando uma elevação do preço do produto ao consumidor final nas localidades distantes das regiões produtoras. Além disso, nos anos de safras muito grandes, há sempre os riscos de queda de preços, reduzindo a rentabilidade da atividade ou, até mesmo, tornando-a negativa. Isso leva à descapitalização dos produtores rurais e à redução do nível de renda dentro da cadeia produtiva, com fortes impactos sobre a geração de postos de trabalho e a remuneração dos trabalhadores, bem como compromete a regularidade futura da produção.

Principais Resultados

- Aumento da produção sucroalcooleira: 386 milhões t de cana processadas, resultando em 26,4 milhões t de açúcar e 15,9 bilhões l de álcool.
- Recorde histórico das exportações do complexo sucroalcooleiro: 18,2 milhões t de açúcar e 2,6 bilhões l de álcool, resultando em receitas da ordem de US$ 4,7 bilhões.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os dados referentes à produção e às exportações vêm crescendo dentro do esperado. Entretanto, com o lançamento dos veículos flex-fuel e a elevação dos preços internacionais do açúcar, o segundo semestre de 2005 foi caracterizado por alta nos preços do açúcar e do álcool. No caso do álcool, o risco de desabastecimento causou grandes preocupações no âmbito do governo, especialmente porque a elevação dos preços -instrumento natural para retrair a demanda - poderia impactar as metas inflacionárias. Como não houve a aplicação dos recursos destinados ao financiamento da estocagem de álcool (recursos que seriam relativamente insuficientes, considerando-se o baixo volume de produto e permitiriam retirar do mercado somente a quantidade correspondente a menos de um mês de consumo), o

governo não dispôs de meios para tentar regular o abastecimento na entressafra. Com a demanda externa aquecida e uma quebra na produção em relação à inicialmente prevista (embora tenha atingido um recorde), ficou comprometido o abastecimento, o que se refletiu nos preços.

O complexo agroindustrial sucroalcooleiro constitui, atualmente, um dos segmentos de maior dinamismo na economia brasileira. Além de ter registrado recorde histórico de produção, há pelo menos 50 novas unidades em fase de implantação, que entrarão em operação até 2008. Esse ritmo de crescimento supera as expectativas de 4 anos atrás. Entretanto, a vitória do Brasil, juntamente com a Austrália e a Tailândia, no painel contra a União Européia - quando se questionou o regime açucareiro europeu - combinada com o crescimento do consumo per capita na Ásia e o crescente interesse pelo álcool combustível, leva a crer que os próximos anos serão de grandes perturbações no mercado doméstico de açúcar e álcool. Para amenizar o problema é fundamental a parceria com outros produtores, no sentido de dar suporte técnico para que sigam a experiência brasileira de produção de açúcar e álcool de forma integrada, aumentando a oferta internacional e reduzindo o risco de dependência em relação à produção brasileira.

O principal instrumento no âmbito do programa é o financiamento à estocagem de álcool combustível, que não foi implementado na safra passada, impedindo o atendimento ao público-alvo. Da mesma forma, no que diz respeito à inspeção e certificação de unidades produtoras, a ausência do marco regulatório impossibilita a implementação das atividades programadas. Quanto ao controle de pragas da cana-de-açúcar, apesar da restrição orçamentária, foi feito o monitoramento. Os recursos não teriam permitido adotar quaisquer ações para conter uma eventual propagação de pragas, caso elas houvessem se manifestado.

Como o financiamento e a equalização da estocagem de álcool combustível, que produziriam efeitos positivos em termos de satisfação dos usuários, não foram implementados; estão insatisfeitos tanto os produtores, que não contaram com os recursos a baixo custo, quanto os consumidores, que assistiram a um forte movimento de alta nos preços, devido à ausência de estoques reguladores. Entretanto, o ambiente de mercado sugere que os preços de equilíbrio serão muito mais favoráveis aos produtores do que aos consumidores, uma vez que os preços do petróleo estimulam o consumo do álcool, motivando a alta dos seus preços. A procura por álcool, por sua vez, contribui para reduzir a oferta de açúcar, cujos preços também sobem.

As metas físicas devem ser consideradas de forma dinâmica. Quando se considera a política de financiamento à estocagem como instrumento para regular preços, especialmente para conter os aumentos na entressafra, é fundamental que a dotação orçamentária permita retirar do mercado um montante equivalente a pelo menos 2 meses de consumo, ⅓ do consumo previsto na entressafra. Como os recursos não permitem fazer isso, especialmente porque a demanda vem crescendo em ritmo acelerado e a dotação orçamentária continua a mesma dos últimos 4 anos, existe uma natural dificuldade. Entretanto, além de limitados, os recursos não foram aplicados na safra passada.

Há uma grande dificuldade de encontrar indicadores apropriados para o programa. Os indicadores utilizados, embora sinalizem bem o que está acontecendo com o setor, não permitem estabelecer correlação entre o comportamento do mercado e

as ações do programa. Como o açúcar é uma commodity e o álcool está seguindo o mesmo caminho, os preços são formados muito mais por ação de fatores externos do que pela eventual intervenção pública, a partir da utilização de instrumentos de regulação.

O programa precisa ser reavaliado, no sentido de se definir qual o seu propósito fundamental. Ao buscar promover o desenvolvimento do complexo sucroalcooleiro, sua principal motivação é promover o desenvolvimento equilibrado da atividade, de forma a assegurar o abastecimento doméstico de álcool, devido à sua natureza estratégica enquanto combustível, num ambiente em que os preços do açúcar no mercado externo são mais remuneradores. Dessa forma, além das linhas de crédito à produção com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é fundamental a oferta de instrumentos de regulação, de forma a assegurar a atratividade da produção do álcool. Dentro dessa perspectiva do financiamento à estocagem (redução do custo de carregamento dos estoques que abastecerão o mercado na entressafra), é preciso desenvolver instrumentos sinalizadores de preços (contrato de opções, por exemplo) e, eventualmente, a formação de estoques reguladores públicos. Os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) poderiam contemplar a aquisição, o pagamento dos custos de armazenagem e a contratação de certificadora responsável pela garantia dos estoques. Adicionalmente, o programa deve ser aperfeiçoado dentro do contexto da busca da maior eficiência energética, ou seja, poderia haver recursos para desenvolvimento de pesquisas específicas, como a conclusão da rota tecnológica da produção de álcool por hidrólise lignocelulósica, uma excelente alternativa para aproveitamento do bagaço e da palha da cana.

Do ponto de vista da regulação do mercado de combustíveis, o único instrumento operacionalizado com recursos da CIDE é o financiamento à estocagem de álcool. Para que a regulação tenha mais eficácia é preciso que haja flexibilidade para a adoção dos instrumentos mais apropriados para cada situação, como contratos de opções, prêmios para o escoamento da produção, financiamento à produção por meio de Cédulas do Produto Rural (CPRs), financiamento à estocagem e, eventualmente, aquisições e vendas. Dessa forma, é ideal que haja uma ação, com limites definidos para despesas correntes e inversões financeiras, mas com flexibilidade para a escolha entre os instrumentos. Isso, naturalmente, significa certa perda de controle por parte da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), na medida em que não seria possível estabelecer uma relação linear entre despesas correntes e inversões financeiras, caso comum quando se opta por contratos de opções.

A definição dos indicadores está diretamente relacionada à capacidade que as ações têm de interferir no produto final. Se o programa contasse com dotação orçamentária suficiente para promover a regulação de preços e estimular a expansão do setor, o indicador mais razoável seria "Taxa de Crescimento do Setor (Volumes de Produção)", subdividida em importantes aspectos, a saber: crescimento das exportações, crescimento da participação do álcool na matriz energética e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor. Complementarmente, uma vez que se trata mais de meio do que fim, poderiam ser usados indicadores complementares, tais como "Número de Unidades Inspecionadas e Certificadas", "Área Controlada (Controle de Pragas)" e, num contexto de conservação ambiental, "Taxa de Redução da Área onde a Queimada ainda é Praticada (queimada que antecede o corte da cana)".

O programa, atualmente, tem um escopo muito pequeno em relação às dimensões econômica, ambiental e social do setor. A dotação orçamentária das ações permite um certo nível de interferência no objeto, como no caso do financiamento à estocagem de álcool combustível. A dotação dessa ação dos últimos anos permitiria contemplar menos de 10% da produção (menos de um mês de consumo), o que é muito pouco, considerada a sazonalidade da produção e a atratividade dos mercados externos de açúcar e, mais recentemente, do álcool.

O programa está baseado em três ações, coordenadas por diferentes órgãos. No caso da "Prevenção e Controle de Pragas da Cana-de-Açúcar", o órgão responsável, Departamento de Saúde Animal (DSA), também tem a missão de gerenciar ações semelhantes, envolvendo outros produtos agrícolas. Como há restrições orçamentárias, ao estabelecer prioridades, o setor sucroalcooleiro fica em segundo plano, porque os riscos são significativamente menores (se comparados com os da fruticultura, por exemplo). No caso da ação "Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool", o órgão responsável, o Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV), esbarra no problema da ausência de marco regulatório. Por fim, quanto à ação "Financiamento e Equalização de Taxas de Estocagem de Álcool", a aplicação dos recursos depende da aprovação das regras pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que requer a iniciativa de algum dos Conselheiros, em especial o Ministro da Fazenda. No ano passado, por entender que a aplicação desses recursos não seria prioritária, dado o contexto de aperto fiscal, o Ministério da Fazenda (MF) não submeteu ao CMN a minuta de voto encaminhada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A ausência de marco regulatório e insuficiência de dotação orçamentária impediram o cumprimento das metas físicas. No caso do programa, a conjuntura internacional desfavorável acabou por provocar forte volatilidade nos preços. Ainda que houvesse dotação orçamentária suficiente para implementar o programa de financiamento à estocagem, dificilmente haveria condições de atingir as metas de redução das flutuações de preços. Essa tendência reproduzir-se-á nos próximos anos. Desse modo, a estocagem deve ter como foco a garantia do abastecimento interno.

Os problemas estão relacionados muito mais aos volumes do que ao fluxo dos recursos. Exceção deve ser registrada em relação aos recursos para o financiamento à estocagem de álcool combustível, que não foram liberados.

Em relação aos recursos descentralizados para a realização do levantamento de safra da cana, o desempenho é considerado médio, uma vez que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ainda está desenvolvendo uma metodologia para fazê-lo. Trata-se de um produto novo para a empresa, com algumas peculiaridades em relação aos grãos, em que se baseia a sua experiência. Dessa forma, especialmente no que diz respeito a uma apropriada avaliação da destinação da matéria-prima (açúcar ou álcool), ainda há deficiências a serem corrigidas.

Outros Aspectos Relevantes

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" teve como principais itens de despesa o custeio do levantamento de safra da cana-de-açúcar e o pagamento das despesas de deslocamento da equipe técnica do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia (DCAA). A execução só não foi maior devido aos limites de

gastos com diárias e passagens, o que impossibilitou a participação em importantes eventos internacionais no segundo semestre. Os limites da GAP são muito pequenos em relação à dotação do programa, porque a principal ação, "Financiamento à Estocagem", custa mais de R$ 524 milhões, dos quais R$ 500 milhões são inversões financeiras. As despesas mais expressivas referem-se ao pagamento da equalização de taxas com as operações de financiamento do ano de 2004.

Os principais objetivos são: custear as despesas operacionais e administrativas do DCAA; permitir a contratação de alguns estudos de grande relevância, como o levantamento de safra da cana-de-açúcar, e pagar as despesas de deslocamento da equipe técnica do Departamento, visto que a GAP é a única fonte para este fim, custeando também as despesas relacionadas à atuação do departamento nas outras áreas da agroenergia, em especial, o biodiesel. Os estudos, além de permitirem um maior nível de conhecimento sobre a realidade do setor, geram informações de natureza oficial, permitindo que o governo fique independente de fontes privadas de informação. Já as despesas com deslocamento são fundamentais para promover a integração com o setor produtivo, interna e externamente, num ambiente em que cresce o interesse mundial em conhecer e copiar a experiência brasileira de produção e uso do álcool combustível.

A maior dificuldade está relacionada às agendas próprias de cada um dos órgãos responsáveis pela coordenação das demais ações. Fica difícil caracterizar as atividades desses órgãos que seriam imputáveis à GAP. Há exceções, como as eventuais despesas de deslocamento para inspeção de usinas, atividade não realizada devido à ausência de arcabouço regulatório. Da mesma forma, no caso da implementação do "Programa de Financiamento à Estocagem", despesas com deslocamento para fiscalizar os estoques também poderiam ser custeadas. Já quanto ao controle de pragas, é difícil separar o que seriam ações pontuais (com foco no setor sucroalcooleiro) de ações sistêmicas (proteção vegetal como um todo).

Recomendações

- Criação da ação "Financiamento da Produção de Álcool e Açúcar (Recursos do BNDES)".
- Agilização nas decisões do Conselho Monetário Nacional em relação às regras para o financiamento e equalização de taxas de estocagem de álcool.
- Criação do marco regulatório para a ação "Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool".

Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural

Objetivo

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor e da prestação de serviços.

Público-Alvo

Associações rurais e cooperativas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 17.672.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 9.411.594,00 - R$ 9.411.594,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Variação do Número de Cooperados no País

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 10,24 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 14

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O aumento do número de associados foi mais evidente nas cooperativas dos ramos trabalho, crédito e saúde. O cooperativismo é cada vez mais reconhecido como uma solução para questões, tais como a falta de emprego e acesso ao crédito.

Contextualização

A função do cooperativismo é organizar econômica e socialmente os indivíduos na sociedade, cujos benefícios revertam-se em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Apesar de ser uma política instrumental, trata-se de um meio para, juntamente com outras iniciativas, impactar positivamente, em diversas dimensões, a vida dos seus beneficiários. Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação social, econômica e política.

Principais Resultados

Aumento na taxa de variação do número de cooperados no país, de 7% em 2004 para 10,24% em 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção de resultados em 2005 ficou abaixo do esperado. A liberação tardia dos recursos contingenciados impossibilitou o atendimento de demandas, já que a equipe de pessoal disponível para análise de propostas não teve tempo suficiente para atender a todas. A performance da ação de promoção do cooperativismo foi prejudicada pelo contingenciamento dos recursos e pela não-liberação de recursos para as emendas previstas.

Um número significativo de dirigentes e empregados de cooperativas foram capacitados em gestão de negócios, principalmente no Nordeste, uma das regiões mais carentes do país. Apesar do número de entidades atendidas ter sido menor do que o previsto, em função da época da liberação dos recursos contingenciados, a priorização de entidades de representação das cooperativas e associações rurais viabilizou o atendimento de beneficiários acima do previsto.

O acompanhamento da execução das metas dos convênios firmados é realizado in loco por técnicos das Superintendências Federal de Agricultura nos Estados, por meio de delegação formal (Portaria). O relatório de acompanhamento encaminhado para Brasília é parte integrante da prestação de contas do convênio.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A demora na liberação dos recursos contingenciados fez com que houvesse uma concentração de trabalho num curto espaço de tempo, incompatível com a estrutura existente nas equipes executoras.

A demanda nacional por recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural, bem como a disponibilização dos recursos, é concentrada num curto espaço de tempo, necessitando de uma equipe adequada ao trabalho, que envolve análise e aprovação das propostas efetuadas.

Outros Aspectos Relevantes

Os recursos utilizados pela ação "Gestão e Administração do Programa" (R$ 686.555,00), viabilizaram as ações de representação do cooperativismo e do associativismo rural, por meio da participação em eventos sobre o tema e das despesas referentes ao acompanhamento da execução das metas dos convênios firmados nos Estados.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Objetivo

Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional.

Público-Alvo

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 27.212.500,00	Empenho Liquidado: R$ 17.955.858,00 Pago estatais: - Total: R$ 17.955.858,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 36

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Conforme pode ser constatado no índice apurado em 2005, já se alcançou 97,2% do índice previsto ao final do PPA. Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a perspectiva do desempenho da economia para o ano de 2006 são favoráveis para o alcance do índice.

2. Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil

Unidade de medida: R$/ ha
Último índice apurado: 1.096 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Aumento de 65% em comparação a 2005. No entanto, é necessário dar continuidade às atividades de fomento, de implementação de novas tecnologias, à capacitação produtiva, à mão-de-obra qualificada e ampliação de crédito para evitar retrocessos.

3. Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 38 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Considerando que essa atividade envolve questões multissetoriais, relações interinstitucionais, intergovernamentais, aspectos culturais, econômicos imediatos e sociais, dentre outros, exige-se uma ação conjunta e mudanças de paradigmas, que estão sendo construídas de forma participativa e coletiva para obtenção de resultados sustentáveis. É importante evidenciar que o programa da CEPLAC de Desenvolvimento Sustentável torna-se mais relevante por estar sendo executado nos dois grandes biomas do mundo, a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica.

O índice apurado no exercício apresentou uma defasagem de 8,57%. Vale ressaltar que o acúmulo e a forma da realização das ações apontam para um melhor desempenho dos índices nos anos seguintes.

Contextualização

Este programa visa a recuperar a renda do produtor rural, por meio do aumento da produtividade do agronegócio, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo assim as desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalhos, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo.

Principais Resultados

- Aumento de R$ 1.095,95 na renda agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil, o que representa um acréscimo de 65% em relação a 2004.
- Crescimento de 9% na taxa de ocupação na agropecuária das regiões cacaueiras do Brasil em relação a 2004.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa ficou abaixo do esperado. A ação "Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa" apresentou execução física de 57,12%, com 98,29% da meta financeira, o que reflete um índice satisfatório da disponibilização orçamentária, mas que não corresponde à plenitude das demandas físico-financeiras da proposta inicial. A "Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agroflorestais" alcançou 89,73% da meta física com 97,96% da meta financeira . A ação "Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agroflorestais" atingiu 100% da meta física e 97,7% da financeira.

É importante justificar que o cronograma de liberação de recursos financeiros no início do exercício não atendeu à previsão orçamentária. Além disso, houve contingenciamento inicial de 70% do Limite Orçamentário, determinado pelo Decreto nº 5. 379/2005. Todavia, para a ação de Gestão e Administração do Programa não houve interrupção no fluxo de recuros, que foram liberados quase totalmente. A execução de algumas ações finalísticas, por sua vez, como Controle da Doença

Vassoura-de-Bruxa, Sistemas Agroflorestais e Difusão e Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau foi viabilizada devido ao remanejamento de recursos, o que permitiu a continuidade das atividades de assistência técnica, extensão rural e educação produtiva. A partir de setembro de 2005 o repasse dos recursos foi regularizado para as demais ações.

Conveniente justificar, ainda, que o produto da ação "Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e outros Sistemas Agroflorestais" foi alterado de "Tecnologia Trabalhada" para "Tecnologia Desenvolvida", mantendo-se a mesma meta física traçada (167), uma vez que se trata de promover o estudo, o acompanhamento, a adaptação e a aplicabilidade dos resultados das tecnologias experimentadas pelo técnico e/ou já em fase de adoção pelo usuário no campo e no laboratório, levando em conta, também, as novas tecnologias desenvolvidas. O número da meta traçada é muito alto para se desenvolverem novas tecnologias durante o exercício de 2005. Nesse caso, deve ser considerado o tempo de maturação de projetos de pesquisa abrangidos pelo programa, a maioria de médio e longo prazo, especialmente quanto a cultivos perenes. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) elaborou 161 projetos de pesquisa, ainda em execução, bem como adaptou 64 tecnologias.

Vale ressaltar que, para a avaliação do cumprimento das metas físicas, a situação climática na sua adversidade (seca e chuva) causou problemas nos 6 Estados onde a CEPLAC atua, especialmente para a ação "Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa". No Espírito Santo, a chuva provocou uma maior intensidade da doença.

A seca na região norte do país dificultou o acesso por via fluvial às propriedades programadas. Além disso, o investimento pelos produtores/parceiros nas práticas de controle da enfermidade foi desmotivado pela queda do preço do cacau e pelas dificuldades de acesso ao crédito em função das exigências da averbação da reserva legal de propriedade e o fluxo descontínuo na liberação de crédito pelos bancos oficiais.

Outros Aspectos Relevantes

Dos R$ 6.302.501,00 disponibilizados para a execução da ação "Gestão e Administração do Programa" (GAP), foram utilizados R$ 6.272.523.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política Agropecuária

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 53.671.360,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 43.318.423,00 - R$ 43.318.423,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 11.502.445.000,00	R$ 11.843.685.389,56

Indicador(es)

A metodologia não prevê indicadores para programas do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado. As atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais devem assumir especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Concessão de Crédito Rural no valor de R$ 11.843.685.390 para 825.382 contratos.
- Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, com 625 produtores atendidos a um custo de R$ 7.313.859.
- Realização de 7 pesquisas de acompanhamento e avaliação de safras.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O total dos recursos utilizados na execução das ações do programa, R$ 11.888.553.839, teve a seguinte composição: recursos orçamentários no valor de R$ 43.318.423; restos a pagar de 2004 de R$ 1.550.026; e recursos não-orçamentários de R$ 11.843.685.390.

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado. Para a obtenção dos resultados propostos foram realizadas palestras, encontros, viagens e notas técnicas, seminários, eventos envolvendo organismos, entidades e governos nacionais e internacionais, prestação de assistência técnica aos produtores participantes do PRODECER, prestando-lhes orientação e acompanhamento em suas atividades agrícolas; apoio institucional nas demandas dos produtores e cooperativas; participação nas negociações dos saldos devedores dos produtores e cooperativas, junto aos agentes financeiros do programa; preparação e participação de visitas de autoridades governamentais aos projetos do PRODECER; integração das bases de dados; suprimento com infra-estrutura e equipamentos de TI ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); adequação dos sistemas de informação em produção à necessidade do MAPA; disponibilização, em perfeito funcionamento, dos sistemas de informação do Ministério; implantação da central de relacionamento e serviços do MAPA; atualização da base de dados; celebração de convênio de acesso ao portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); capacitação de 100% do total previsto para o exercício de 2005.

O desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido de extrema importância para o desenvolvimento das atividades conjuntas, porém o desempenho ainda é baixo. Para os Estados e Municípios, o problema é a falta de apoio à execução da infra-estrutura de escoamento da produção; e, no caso dos agentes financeiros, há dificuldades na renegociação da dívida dos produtores.

Outros Aspectos Relevantes

O programa utilizou R$ 1.550.026,00 dos restos a pagar do exercício 2004 na execução de suas ações.

Recomendações

- Tempestividade na liberação de recursos.

Manejo e Conservação de Solos na Agricultura

Objetivo

Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas, com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.250.805,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.046.168,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.046.168,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25,33 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 29,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

Contextualização

Os principais desafios para se atingir uma agricultura sustentável são a minimização dos impactos ecológicos decorrentes da perda da diversidade biológica pela retirada da cobertura natural; a redução da erosão e de outros processos de degradação do solo e seus reflexos sobre o ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, sobre as águas e, conseqüentemente, sobre as comunidades aquáticas; e o controle da utilização dos agroquímicos, os quais exercem efeitos deletérios cumulativos nas diversas cadeias tróficas.

A degradação do solo decorre da exploração sem observância de sua capacidade de uso, sem aplicação de tecnologias de manejo adequadas e do uso intensivo da motomecanização. Dentre as práticas que contribuem para essa situação destacam-se: a) desmatamento de encostas, matas ciliares e áreas de nascentes; b) locação e construção incorreta de estradas vicinais; c) desconhecimento por parte dos agricultores e do poder

público municipal acerca dos cuidados e tecnologias apropriadas para preservar o solo e reter a água das chuvas; d) escassez de crédito para investimentos em preservação ambiental; e) inexistência de instrumentos efetivos de política pública para a proteção de solo e água; f) baixa capacidade de organização dos pequenos agricultores para fazer frente às exigências relativas à gestão do negócio agrícola, manejo ambiental incluso, dentre outros.

As conseqüências traduzem-se em: a) perda do solo agricultável por meio da erosão e, conseqüentemente, de sua capacidade produtiva; b) redução da capacidade de recarga dos lençóis freáticos, com reflexos negativos na vazão dos cursos d'água; c) assoreamento de córregos, rios e lagos; d) redução da vida útil de represas; e) água de baixa qualidade para abastecimento urbano; f) aumento dos custos dos alimentos produzidos; f) empobrecimento do agricultor; g) abandono da terra; h) agravamento da situação do desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), somente o Estado de São Paulo perde, a cada ano, 194 milhões de toneladas de terras férteis. A quantidade de nutrientes perdida nessas terras equivale, em termos de fertilizantes, a algo em torno de US$ 200 milhões. Esse quadro demonstra os prejuízos econômicos relativos apenas aos nutrientes carreados para fora da propriedade, sem considerar a perda da capacidade produtiva do solo ou a perda da matéria orgânica, fonte primordial de nitrogênio e responsável pela capacidade de troca catiônica (CTC) dos solos, além de constituir um forte indicativo dos demais impactos ambientais daí decorrentes.

Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram perdas de 15 a 20 t/ha/ano de solos em áreas intensamente mecanizadas, representando uma perda de nutrientes no valor de US$ 250 milhões. Existem evidências de que a deposição de sedimentos, além de provocar o assoreamento dos mananciais e reduzir a capacidade armazenadora dos reservatórios, aumenta os custos de tratamento de água para o abastecimento urbano e afeta negativamente toda a ictiofauna regional. Outro aspecto importante a ser considerado é a ausência de práticas conservacionistas adequadas no âmbito das bacias hidrográficas, que aumentam em 50% o custo anual de manutenção das estradas vicinais, avaliado em US$ 950/km/ano.

Somente na região dos cerrados, existem cerca de 31 milhões de hectares de pastagens, quase todas consideradas degradadas ou em processo de degradação. Essas pastagens mantêm uma capacidade de suporte que varia entre 0,5 e 1,2 UA/ha/ano. Dados da Fundação MS de Pesquisa demonstram que, após a recuperação desses solos num processo de Integração Lavoura–Pecuária em Sistema Plantio Direto, após 2 ou 3 anos de soja, é possível produzir 20 arrobas de carne no primeiro ano, diminuindo gradativamente a produção no segundo, terceiro e quarto anos, para, respectivamente, 14, 9 e 5,4 arrobas/ha/ano de carne, o que demonstra a importância da aplicação de tecnologia apropriada de manejo de solo para a sustentabilidade do processo produtivo e para o desempenho econômico da atividade na região.

Estimativas do Banco Mundial para o Estado do Paraná apontam para R$ 10,70 por 10 mil m^3 de água tratada. A questão da água para consumo humano assumiu tamanha proporção, que hoje compõe a agenda de governos de diversos países, inclusive do Brasil, onde grande parte dos sistemas hídricos encontra-se em condições críticas devido a uma demanda crescente, associada ao excesso de carga de poluentes domésticos e industriais. O quadro atual do desenvolvimento socioeconômico do país demonstra,

de forma inequívoca, que a sustentabilidade das atividades agropecuárias está intimamente ligada ao uso e conservação do solo e dos sistemas hídricos, que deverão ser conduzidas dentro de num processo integrado e participativo de gerenciamento de bacias hidrográficas, tendo o setor público como definidor de políticas e promotor de investimentos, em uma atuação compartilhada com o setor privado, para garantir impactos positivos das inversões financeiras e de capital humano no uso sustentável dos recursos naturais renováveis, com benefícios para as gerações atuais e futuras.

Principais Resultados

- Aumento de 20% da área agricultável com uso e manejo adequado de técnicas de plantio direto e práticas conservacionistas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Tendo em vista a ampla utilização de práticas de manejo e conservação de solo e água, a exemplo do plantio direto na palha, que atingiu no exercício de 2005 uma área beneficiada em torno de 20 milhões de hectares, hoje equivalente a cerca de 50% da área cultiva com grãos no país, estima-se que os índices previstos serão ultrapassados ao final do período previsto para o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

O programa atendeu a demandas regionalizadas, sobretudo quanto às questões relativas à capacitação de técnicos e produtores rurais no tocante ao manejo e conservação do solo e da água, bem como na recuperação de áreas degradadas. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançará em 2006 o programa "Integração Lavoura-Pecuária", cujo objetivo é a recuperação de pastagens degradadas, tendo o plantio direto como principal sistema de produção, em que as práticas de manejo e conservação de solo e água constituem seu foco principal. Ademais, cabe salientar que o MAPA participa ativamente de Conselhos Nacionais, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos Interministeriais de Desenvolvimento, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), voltados para questões ambientais no processo produtivo, em especial na região do arco do desmatamento na Amazônia, na implantação da BR 163, na desertificação do semi-árido e revitalização do Rio São Francisco.

Com base nos recursos financeiros, a programação prevista foi executada, apesar das limitações orçamentárias e do atraso na liberação. Na ação "Organização e Capacitação de Agentes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais", foram realizados cursos técnicos sobre manejo e conservação de solos, com objetivo de capacitar técnicos e produtores rurais. Na ação "Fomentos a Práticas de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura", foram realizados cursos técnicos e gerenciais para produtores, com vistas à recuperação de áreas degradadas e redução do processo erosivo. Foi previsto como meta física para o ano de 2005 um total de 10 mil produtores atendidos, porém este valor contemplava produtores atendidos de forma direta e indireta. É possível realizar o treinamento de apenas 211 produtores, em três eventos de capacitação, bem como o treinamento de produtores e técnicos rurais.
O programa é constantemente avaliado pela equipe da coordenação do MAPA, por meio de reuniões periódicas regionais com a participação das Superintendências

Federais de Agricultura e dos órgãos parceiros de pesquisa e assistência técnica, com vistas ao redirecionamento das ações. Reuniões regionais, contato permanente com os responsáveis pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, visitas de acompanhamento aos projetos e reuniões com as entidades parceiras envolvidas com a execução do programa, são os mecanismos de monitoramento adotados para acompanhar o desempenho físico das ações.

O montante previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) não foi liberado em sua totalidade, o que prejudicou a execução. O contingenciamento dos recursos foi superior a 90% do inicialmente programado e a liberação ocorreu em pequenas parcelas.

A Portaria que limitou as despesas trimestrais para deslocamento e diárias inviabilizou o acompanhamento e monitoramento do programa nos Estados.

Os trabalhos técnicos nos deslocamentos e acompanhamento do programa poderiam ser mais eficazes caso a equipe dispusesse de computadores portáteis para registrar in loco os resultados alcançadas e as dificuldades detectadas, bem como o uso de banco de dados em tempo real e aparelhos de GPS.

Foi constatada, durante as visitas aos Estados, a necessidade de melhoria na infra-estrutura do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados para prover o apoio necessário à execução do programa.

A equipe gerencial carece de um maior número de fiscais federais agropecuários, tendo em vista a ampliação das atividades com a implantação do programa "Integração Lavoura-Pecuária", necessitando ainda de engenheiros florestais para dar suporte técnico às atividades na área florestal. Do mesmo modo, as SEPDAGs nos Estados precisam de técnicos para apoiar os diversos programas sob sua responsabilidade.

Considerando-se a rápida e constante evolução das áreas técnicas sob responsabilidade da equipe, faz-se necessário um maior investimento na qualificação técnica e gerencial dos servidores, bem como maior facilidade na liberação desses técnicos para participação em congressos, seminários e visitação de áreas afins em centros de referência nacionais e internacionais.

A inadimplência de entidades proponentes tem dificultado a realização de convênios de interesse mútuo. A participação de entidades não governamentais na execução do programa se faz mediante convênios e não têm ocorrido dificuldades durante sua implementação.

Tem-se procurado envolver os beneficiários na discussão dos objetivos e metas do programa, adaptando-os, sempre que possível, à demanda das comunidades interessadas. A participação social tem colaborado para os resultados do programa pela demanda específica de áreas com problemas de erosão e degradação e para o atendimento das necessidades de capacitação de técnicos e produtores nas práticas de uso, manejo e conservação do solo e da água. A satisfação dos beneficiários é aferida por meio de questionários ao final dos cursos para avaliar se o conteúdo

atendeu às expectativas dos interessados e como forma de aperfeiçoamento.
Considerando-se a importância do programa para a conservação dos recursos naturais, em especial do solo e da água, e para a manutenção da capacidade produtiva agropecuária, é necessário melhor fluxo de recursos financeiros e liberação tempestiva ao longo do período.

Outros Aspectos Relevantes

O valor correspondente ao limite disponibilizado na ação "Gestão e Administração do Programa" (GAP) e o montante gasto tiveram um aproveitamento de 84%.

Os recursos alocados no GAP permitem o acompanhamento e o monitoramento das ações, principalmente no que concerne às despesas de diárias e deslocamento, bem como despesas outras administrativas.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações "Fomento ao Uso de Produtos" e "Organização e Capacitação de Agentes Atuantes", o órgão setorial deve firmar o entendimento junto aos coordenadores de ação, de maneira a evitar erros de interpretação quanto ao resultado do produto físico destas ações.

Minimização de Riscos no Agronegócio

Objetivo

Minimizar os riscos da produção agrícola, decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos.

Público-Alvo

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 102.232.860,00	Empenho Liquidado: R$ 47.385.886,00 Pago estatais: - Total: R$ 47.385.886,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 85,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 88

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 51,9 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O índice mensura apenas a taxa de adesão das operações de custeio agrícola sob amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que é o seguro do governo federal. Como medida corretiva, deve-se ajustar o índice, de forma a mensurar também a adesão do produtor rural ao seguro privado com subvenção ao prêmio.

Contextualização

A atividade agrícola sujeita-se a um conjunto de fatores de risco que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos

climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas.

O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos.

Principais Resultados

- O alto índice de acerto nas previsões do tempo (85%) contribuiu para minimizar os riscos de perda da produção agrícola, decorrentes da ação de eventos climáticos do agronegócio.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas do programa ficou dentro do previsto. Das 8 ações do programa, 3 não possuem meta física, a saber: "Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural", "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)" e "Gestão e Administração do Programa".

Daquelas que possuem meta física definida, apenas a ação "Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos" não cumpriu a meta, pois foi afetada pelo contingenciamento do orçamento. Como o descontingenciamento ocorreu somente ao final do ano fiscal, só foi possível realizar a aquisição, mas não a instalação das estações. Seria importante que no início do exercício houvesse a completa disponibilidade dos recursos orçamentários, de forma que a aquisição e instalação ocorressem dentro do mesmo ano.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes, porém o contingenciamento prejudicou, em especial, a execução da ação "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural", em virtude de o segmento securitário rural possuir um calendário próprio de contratação das apólices de seguro.

A descontinuidade do fluxo de recursos prejudicou o desempenho do programa, principalmente na ação "Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos", que só apresentará resultado em 2006. A ação "Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas" também foi afetada, uma vez que a maior parte dos recursos financeiros foram liberados somente em novembro de 2005. É necessária uma solução para a questão do contingenciamento a fim de que a execução das ações não seja novamente comprometida.

No tocante à ação "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural", as dificuldades ocorreram por atrasos na habilitação das seguradoras, principalmente na obtenção de certidões de regularidade, problema que deve ser contornado neste ano.

A maioria das ações lotadas no Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) atingiram cerca de 100% de execução das metas físicas, obedecendo aos cronogramas financeiros previstos.

Outros Aspectos Relevantes

O montante de recursos liquidados da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foi de 46,25% do valor total de empenho liquidado para o programa.

Observa-se, ainda, que a GAP engloba apenas as despesas administrativas e de infra-estrutura referentes ao INMET e aquelas referentes às suas ações.

Recomendações

- Criar indicador "Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no PROAGRO".

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

Objetivo

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais, voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

Público-Alvo

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 13.524.113,00	Empenho Liquidado: R$ 13.299.753,0 Pago estatais: - Total: R$ 13.299.753,0

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 105

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

A baixa tecnificação e organização de estratos do agronegócio tradicional e de pequena escala motivaram a criação do programa. Ao tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto importante de segmentos sociais ligados à atividade, principalmente vinculados à produção agropecuária de base familiar e a comunidades tradicionais, ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do país. Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si só, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como aqueles não reúnem certas condições básicas de

acesso à terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica, gerar renda e outros meios de vida. Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do país não foi homogêneo. Surge, portanto, a necessidade de se promover um concerto institucional amplo, que, ao mesmo tempo em que promova a construção das bases sociais necessárias para qualificar esses estratos para alcançar meios de vida, possa potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis do ponto de vista social e econômico.

Um programa estruturante de pesquisa, com o objetivo de ofertar conhecimento necessário para promover a inclusão social, deve incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos. Um programa de pesquisa estruturante em suporte ao desenvolvimento rural, inclusão social e meios de vida sustentáveis deve buscar: desenvolver modelos inovadores de organização e associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis, de grande efeito multiplicativo; modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar meios de vida sustentáveis; modelos de agregação de valor, explorando, dentre outros aspectos, a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial; modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte; inovações nos processos de logística e comercialização visando diminuição de custos de transação; intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção; e modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, dentre outros. Esse programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia, visando à inclusão social desse segmento em bases não-emergenciais, pela superação de restrições estruturais de mais longo prazo.

Principais Resultados

- Desenvolvimento de sistema de secagem de produtos vegetais em pequena escala de produção.
- Lançamento da Fazenda Modelo para o pequeno empreendedor agrícola em assentamentos de reforma agrária.
- Desenvolvimento do caju anão precoce e de mudas fruteiras de quintal.
- Levantamento das variedades de palmeiras nativas utilizadas pelos índios Krahô.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O índice de produtividade dos pesquisadores é bastante alto, apesar do fluxo financeiro irregular durante o ano, o qual prejudicou a realização das metas físicas previstas. Os índices estão coerentes com as previsões realizadas. Na execução das ações destacam-se:

- Organização de espaços culturais para atividades de educação ambiental; construção de viveiros de mudas de espécie nativas do cerrado; expedições para coleta e identificação de espécies e recuperação de áreas degradadas; enriquecimento de áreas de cerrado com fruteiras; conscientização da

população nas áreas de cerrado da importância das espécies nativas e da conservação do bioma como um todo.

- Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoio do desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária; estabelecimento de uma rede com estudo de tipos de sistemas de produção e das principais situações edáficas; aquisição de tanque de resfriamento de leite para uso coletivo; e alternativas em processos de recuperação de áreas degradas, com o uso de leguminosas associadas a microorganismos e integração lavoura/pecuária.
- Desenvolvimento de metodologia de conservação on farm, reintrodução de germoplasma vegetal destinado à alimentação (batata-doce, mandioca e amendoim); implementação de sistemas agroflorestais; estudo de fertilidades de solos; caracterização ambiental, coleta e conservação de mais de 100 acessos de plantas utilizadas na alimentação.

Os projetos de pesquisa financiados no Plano Plurianual (PPA) são avaliados e monitorados pelo Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a cada quatro meses.

O fluxo financeiro ao longo do ano foi irregular, mas não impediu a realização das metas físicas, entretanto o atraso prejudicou quantitativamente e qualitativamente a realização da programação. O desempenho das parcerias não-governamentais foi eficiente, pois os parceiros contribuíram com o provimento dos meios necessários para o desenvolvimento das pesquisas e obtenção de resultados.

Por meio da ouvidoria da EMBRAPA, todos os beneficiários do programa podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Desta forma as reuniões com os diferentes grupos de interesse são necessárias para o desenvolvimento das atividades. Além disso, é realizada pesquisa de satisfação do beneficiário.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Objetivo

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, qualidade e segurança dos seus produtos e processos.

Público-Alvo

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária e agroindustrial, atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 123.833.231,00	Empenho Liquidado:	R$ 121.670.166,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 121.670.166,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Garantir a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio comercial brasileiro, por meio da incorporação de inovações científicas e tecnológicas que visam a garantir avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento de produtividade dos insumos e recursos, segurança ambiental, inocuidade, entre outros aspectos.

O agronegócio brasileiro, notadamente estratificado em dois segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e socialmente integrado e outro de grande importância social, porém pouco ou nada integrado ao sistema econômico, desempenha

papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros papéis sociais e econômicos relevantes. Evitar erosão genética dos materiais em produção, avanços de pragas e doenças, aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais e do ambiente, melhorar desempenhos de sistemas de produção que necessitam estar aliados a avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento da produtividade dos insumos e recursos, de garantia de segurança ambiental e de inocuidade, tudo isso exige a incorporação contínua de inovações na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia, aos sistemas sociais e econômicos. O sistema de produção de conhecimento, pelas suas características próprias, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cujo cumprimento é determinado pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível, e seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos relativamente longos de validação e transferência.

Principais Resultados

- Desenvolvimento de uma metodologia com utilização de ressonância magnética nuclear para avaliação de qualidade interna das frutas.
- Elaboração de ferramentas para simulação de crescimento e desenvolvimento do trigo.
- Obtenção do processo de leite de soja hidrossolúvel pasteurizado, aromatizado e não cromatizado, com melhores características sensoriais.
- Processamento de imagens obtidas com câmera digital para determinação da fração de vegetação em parcelas de cana-de-açúcar.
- Pré-validação de métodos e sistemas de detecção de fraude no café torrado e moído.
- Identificações de proteínas animais em rações, possíveis canais de contaminação do Mal da Vaca Louca.
- Desenvolvimento de híbridos de banana resistentes a Sigatoka Negra e ao Mal do Panamá.
- Desenvolvimento de variedades de ervilhas resistentes a doenças no planalto central.
- Lançamento do Capim Pojuca, com características de grande produção de forragem, pouco exigente à fertilização, tolerância a fogo e boa aceitação entre bovinos e eqüinos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O índice de produtividade dos pesquisadores é bastante alto, apesar do fluxo financeiro irregular, o qual prejudicou a realização das metas físicas. Os índices estão coerentes com as previsões.

Dentre as realizações no programa destacam-se:

- Aplicações de procedimentos para o fracionamento das proteínas presentes em amostras de alimentos animais e elaboração de métodos para determinação alfa-amilase e o NQ antes do processo de germinação.
- Disponibilização da base DRIS para avaliação do equilíbrio nutricional da

soja; mapeamento de seqüências expressas etiquetadas obtidas da pituitária anterior; desenvolvimento do método de refletância a partir do número digital de imagens ETM; uniformidade de imagens landsat para previsão de safras agrícolas como método para padronização de série multitemporal de imagens digitais (RG 90); desenvolvimento e aperfeiçoamento da "Língua Eletrônica", que permite com precisão e baixo custo avaliar o paladar de vários produtos agrícolas, além de verificar a qualidade da água; proposição de processos de determinação de organoflorados presentes em espécies agrícolas.

- Ganhos na produção e qualidade dos ovos durante a vida das aves, explorando o aumento da variância genética com a idade em ambiente comercial simulado; lançamento do frango de corte nacional Embrapa 021 e do Frango Colonial 04; detecção de circovírus tipo 2 (PCV2) em sêmen de suínos; nova versão da linha intitulada "suíno light" (MS 60); sistema modelo para a criação no semi-árido, que combinam o pasto nativo e cultivado com técnicas para armazenar forragem; desenvolvimento de tecnologias de baixo custo que recuperam pastagens degradadas, tais como recomendações de doses e formas de adubação para as principais forrageiras, lançamentos de cultivares de gramíneas adaptadas a diferentes condições ambientais.
- Lançamento de cultivares de café (Oeiras, Paraíso, Catucaí-Açu, Ouro verde, Robustão) com características superiores às variedades atuais; zoneamento agrícola do milho e do feijão no Rio Grande do Sul; zoneamento de aptidão climática da heveicultura no Brasil; zoneamento agroclimático para as culturas do arroz de terras altas e feijão no Estado de Minas Gerais; obtenção de estirpes de rizóbio para leguminosas florestais - CAPE CPATC57 de Beauveria bassiana; manejo da adubação verde com crotalária no consórcio com quiabeiro sob manejo orgânico; lançamento do Algodão BRS Mucuripe CNPA 97.1682; algodão BRS verde; algodão BRS 97.7663; lançamento do híbrido de milho BRS 1001 e do milho BRS 2020; lançamento do Sorgo BRS 506, BRS 800, BRS 701, BRS 700; da soja BRS 239, 240, 241, Candieiro, Guapa, Invernada, Cambona, Querência, Tebana, Torena, Macota, 30, 231, 232; do Feijão Talismã; e da Cenoura Alvorada; Batata BRS Eliza; Tomate Duradoro e Viradoro Finestra; Abóbora Jabras; zoneamento agrícola da cultura de milho no Estado de Alagoas.
- Estudos analíticos sobre a quantificação de estoque e balanço de carbono e emissões de gases de efeito estufa, provenientes de diferentes sistemas de uso da terra no Brasil; identificação parcial de práticas de manejo animal que promovam a redução das emissões de metano, de forma associada à melhoria da eficiência produtiva; e análises do monitoramento sobre cana-de-açúcar e cerrado nas interações.
- A EMBRAPA, em parceria com instituições públicas e privadas, desenvolveu técnicas que melhoram a eficiência técnica e econômica das operações florestais, também chamadas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR); gerou informações sobre a biologia, ecologia, comportamento e técnicas de manejo e criação, além de conduzir um programa de grandes animais no bioma Pantanal, além da realização de um censo aéreo de populações silvestres; desenvolveu metodologia que permite determinar as chances de ocorrerem cheias no pantanal; possibilitou a detecção de contaminações de cadeias alimentares nos rios do pantanal por mercúrio; zoneamento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro; zoneamento e recomendação

dos pontos de monitoramento da qualidade físico-química e bacteriológica das águas de superficiais na sub-bacia do Rio Pardo.

Os projetos financiados no Plano Plurianual (PPA) são monitorados e avaliados pelo Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a cada quatro meses.

O fluxo financeiro ao longo do ano foi irregular, mas não impediu a realização das metas físicas, entretanto o atraso prejudicou quantitativamente e qualitativamente a realização da programação. O desempenho das parcerias não-governamentais foi eficiente, pois os parceiros contribuíram com o provimento dos meios necessários para o desenvolvimento das pesquisas e obtenção de resultados.

A formulação de propostas de pesquisa e desenvolvimento é fundamentada em consultas aos conselhos setoriais específicos, como por exemplo, o Conselho Assessor Nacional da Embrapa.

O público-alvo foi atendido conforme o previsto e os resultados estão de acordo com as expectativas dos beneficiários. Por meio da ouvidoria da EMBRAPA, todos os beneficiários do programa podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Desta forma as reuniões com os diferentes grupos de interesse são necessárias para o desenvolvimento das atividades. O programa possui mecanismos de participação social com consumidores, agroindústrias e formuladores de políticas. A satisfação dos beneficiários é avaliada por meio da pesquisa de satisfação do cliente adotado pela empresa. No SEG, os projetos são acompanhados e avaliados, podendo a experiência ser estendida à Administração Pública Federal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Objetivo

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Público-Alvo

Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 10.470.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.677.549,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 5.677.549,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há índice previsto ao final do PPA.

2. Taxa de Conformidade de Fertilizantes Agrícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 91 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 96

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Taxa de Conformidade de Inoculantes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 91 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 99

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 96

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

O programa visa a garantir a qualidade e conformidade de insumos e serviços agropecuários, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária. A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fatores preponderantes no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Principais Resultados

- Aumento de 4% da taxa de conformidade na produção de fertilizantes agrícolas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Ao longo de 2005, mediante as ações do programa, foram:

- registrados 4.344 estabelecimentos, sendo que 3.489 são produtores de sementes e mudas e 855 de fertilizantes.
- registrados 20.842 produtos, sendo 20.183 de fertilizantes e 659 de agrotóxicos e afins (foram contabilizados 21 produtos técnicos, 68 formulados de agrotóxicos, 2 pré-misturas, 492 especiais temporários, 72 exclusivamente para exportação e 3 para uso emergencial).
- protegidas 152 cultivares.
- registradas 836 cultivares.
- credenciados 146 estabelecimentos para o tratamento quarentenário.
- realizadas 36.245 fiscalizações.

Apesar de não ter sido registrado no sistema, o índice de referência apurado para a "Taxa de Conformidade de Agrotóxicos" (nome correto do indicador), e não "Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas" em 31/12/2004 foi de 90%. O índice do indicador, cuja fórmula de cálculo é a relação entre o número de fiscalizações "conformes" (Fc) em relação ao total de fiscalizações realizadas (Fr) multiplicado por 100, apurado em 31/12/2005 foi de 95%, valor equivalente ao esperado ao final do programa em 2007. Convém considerar que a taxa de conformidade do insumo é apurada com base nos resultados de análise laboratorial de material colhido no

processo fiscal. Ela é resultante da divisão do número de ocorrência "conforme" (com os padrões de acordo com o previsto em lei) pelo número total de ocorrências multiplicado por 100. Assim, o seu valor está sujeito a variações ascendentes e descendentes em função do número de fiscalizações realizadas, da regularidade e qualidade com que são feitas e da representatividade dos entes em relação ao universo fiscalizado.

No de 2005 o processo fiscal foi prejudicado por várias razões, sendo a irregularidade do fluxo de recursos e a paralisação de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as duas principais. O que mais influenciou os valores das taxas de conformidade foram a irregularidade e a forma como as fiscalizações foram feitas. O fluxo de recursos foi atípico e apresentou meses de atraso. Em época de regularidade do fluxo de recursos, houve paralisação de Fiscais Federais Agropecuários e de pessoal de apoio. Como o índice tem vinculação com a ocorrência de fiscalizações em relação ao universo a ser fiscalizado, as variações nos índices precisam ser vistas com reserva.

O fator limitante para o atingimento do público-alvo é conseqüência da inoportunidade na liberação dos recursos orçamentários e financeiros. Isso acontece tanto em relação aos prazos quanto ao espaço geográfico. As ações que compõem o programa cuidam de questões associadas a processos biológicos. Os insumos e os serviços agropecuários têm aplicação em determinadas fases desses processos. Cuidar dessas questões fora dos prazos aceitáveis é perda de tempo e de recursos. Por essas razões é que, com freqüência, o público-alvo não é coberto de forma adequada.

Quase todas as ações do programa fiscalizam a produção de insumos, o que significa reprimir a atuação de fraudadores das normas que regulam os diferentes segmentos do mercado. Nesse sentido aqueles que operam legalmente sentem-se satisfeitos com a ação do Estado, entretanto, outros questionam o fato de o Estado não cobrir o universo dos que agem irregularmente.

As fiscalizações sem a oportunidade necessária, ou seja, em pontos de controle correto, não permitem detectar com precisão as irregularidades e seus causadores, o que impossibilita a definição de estratégias de correção e canaliza o processo fiscal para o atendimento de denúncias, que conduz o agente fiscal à atitude punitiva e não contribui para impedir o dano já causado ao consumidor do insumo.

Os recursos alocados ao programa não comportam a realização das despesas previstas. As mudanças ocorridas na legislação relativa aos insumos e serviços agropecuários ampliaram o público-alvo incluindo outros agentes da cadeia do agronegócio, como laboratórios, certificadores (pessoas e entidades), reembaladores e armazenadores. Em decorrência da ampliação do público-alvo, o MAPA desenvolve, por intermédio do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (criado em 2005), trabalhos para conhecer melhor e dimensionar com maior precisão todo o público do programa. Faltam indicadores de 7 das 9 ações e isso prejudica a medição da sua contribuição para o resultado do programa.

O orçamento de algumas ações não considera a receita resultante de arrecadação decorrente de taxas instituídas e constantes de lei. Além disso, ignora-se o fato de que a instituição dessas taxas foi resultado de intensa negociação com o setor

privado, como solução para a escassez de recursos, que impedia a prestação de serviços reclamados. Recursos ingressaram nos cofres do Governo, mas não foram alocados no setor responsável pelos serviços. Assim, o empresariado está pagando por serviços não prestados, desgastando o MAPA e o Governo.

O MAPA já iniciou trabalhos no sentido de redimensionar o público-alvo, adequando-o às mudanças na legislação.

Na composição do orçamento das ações é preciso considerar como receita a arrecadação decorrente de taxas cobradas com previsão em lei. Além disso, é preciso ter abertura para que o gerente do programa, auxiliado pelos coordenadores das ações, negocie parcerias com os segmentos sociais. Deve ficar assegurado que a sociedade terá o retorno em termos dos serviços negociados.

O monitoramento das ações é feito, usando os instrumentos corporativos de acompanhamento, analisando as manifestações de representantes do setor produtivo, apreciando material veiculado pelos meios de comunicação. As dificuldades decorrentes da execução de ações por outro órgão ou secretaria são tratadas no âmbito do planejamento estratégico do MAPA e deverão ser contornados em breve.

As metas físicas das ações são alcançadas, mas não podem ser avaliadas como dentro do previsto, porque a sua qualidade, em alguns casos, fica prejudicada. Um exemplo é o custo das fiscalizações, o outro é o de fiscalizações em função de denúncias apresentadas. Em ambos, a quantidade não significa o atingimento das metas segundo o espírito do programa. Além disso, a fiscalização em função de denúncias tende a levar a punição sem qualquer oportunidade de medida corretiva a danos posteriores.

A execução orçamentária foi baixa, comparada com a dotação, exceto na "Fiscalização de Sementes e Mudas" e na "Fiscalização de Serviços Agrícolas", entretanto, se comparada a oportunidades das liberações, as demais ações podem ser consideradas como tendo desempenho satisfatório. Contudo, é preciso ficar claro que em todos os casos, houve perda decorrente da realização de serviços em tempo e local que não eram os mais indicados do ponto de vista da representatividade. O fluxo de recursos financeiros foi irregular e não obedeceu à lógica das ações que integram o programa. Essa lógica exige atitude pontual dos executores na linha de frente e aporte de recursos.

O trabalho fiscal depende de deslocamentos, o que envolve logística de transporte, instrumental de trabalho, combustível, entre outros. Os cortes de recursos impossibilitaram a realização de parcerias com entidades estaduais que necessitam do aporte de financeiro para prestar serviços que o MAPA pode delegar. Equipamentos obsoletos, deficiência de sistemas informatizados de acompanhamento, inexistência de frota de veículo para suporte à ação fiscal e, em alguns casos, transporte inadequado de material tóxico, inexistência de instrumento de trabalho, como GPS e microcomputadores. A liberação do orçamento e da disponibilidade financeira precisa seguir o calendário das atividades agropecuárias.

O quadro de Fiscais Federais Agropecuários é insuficiente para atendimento ao público-alvo, provocando demora na prestação dos serviços solicitados. É

insuficiente também para a realização das fiscalizações que dariam cobertura a uma amostra representativa do universo passível de ser fiscalizado. Há necessidade de treinamento permanente do quadro de pessoal, notadamente dos Fiscais Federais, e de preparação desses quanto ao processo de planejamento e gestão, bem como para entendimento e análise do processo fiscal no contexto do agronegócio.

Há necessidade de se redefinir o perfil do quadro funcional do MAPA, com abertura para ingresso de profissionais com formação nas áreas de administração, informática e recursos humanos. Além disso, é preciso promover um melhor equilíbrio entre profissionais de ciências agrárias e de médicos veterinários, considerando a importância dessas classes para a agropecuária brasileira. Existem casos em que a execução dos serviços depende da concorrência de terceiros e, quase sempre, negocia-se a participação, elabora-se o projeto e esbarra-se em impedimentos legais. Essa situação tem prejudicado acordos, tanto de natureza pública, quanto privada. Apesar disso, conseguiu-se no ano de 2005 firmar uma parceria com a iniciativa privada para o desenvolvimento de um sistema informatizado, o RENASEM. No caso, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) tratou do desenvolvimento de um sistema informatizado para web, que está em processo final de elaboração e será doado ao MAPA. O sistema está previsto em lei, servirá para cadastrar agentes que atuam no Sistema Brasileiro de Sementes e Mudas, e será implantado em todo o País até meados de 2006.

A questão da integração entre a gerência do programa e os coordenadores de ação ocorrem, não por problemas de relacionamento funcional, mas devido ao diminuto tamanho das equipes em relação ao volume de trabalho demandado por órgãos superiores e pelo cliente externo.

Em parceria com a iniciativa privada, a Câmara Setorial de Insumos Agropecuários debate as questões inerentes ao setor e auxilia no encaminhamento de soluções. Além disso, serve de referência para avaliação da satisfação da clientela quanto aos serviços prestados no âmbito das ações, contribuem para a adequação de normativos às atualidades do mercado, ajudam na avaliação quando manifestam a sua satisfação quanto aos serviços recebidos e são agentes de eventuais consultas.

Uma das referências em relação à satisfação dos beneficiários é a sua participação em Câmara Setorial que, de outra forma, é a compilação de manifestações escritas e consultas não-formais feitas a representantes de segmentos do setor de insumos e serviços agropecuários.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o indicador "Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas" para "Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas".
- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações de Fiscalização, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação de maneira a evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

Objetivo

Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária.

Público-Alvo

Produtores e comerciantes de produtos agropecuários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 28.699.907,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 13.227.626,00 - R$ 13.227.626,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 92 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

Principais Resultados

- Ampliação da inspeção de permissões de trânsito de produtos agropecuários em 3%.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Ao longo do exercício foram realizadas no âmbito do programa:

- Inspeção de 4.304.872 partidas no trânsito interestadual e internacional de produtos e insumos agropecuários.
- Reestruturação administrativa do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, com a criação de Serviço de Gestão da Vigilância nas 27 Superintendências Federais de Agricultura nos Estados e a oficialização das 113 unidades de fiscalização nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.
- Aquisição de equipamentos de informática, de escritório e de apoio à fiscalização do trânsito internacional, o que conferiu maior agilidade e rapidez na troca de informações.
- Realização de 16 auditorias técnico-operacionais nas unidades da vigilância agropecuária internacional.
- Realização de campanha de educação sanitária voltada para os passageiros de vôos internacionais.
- Articulação com os diversos órgãos envolvidos na fiscalização do trânsito internacional para a edição de normas conjuntas.
- Capacitação de Fiscais Federais Agropecuários com atuação na vigilância agropecuária internacional.

Apesar das limitações orçamentárias e da inadequação de recursos humanos e infra-estrutura, o programa atingiu os resultados esperados.

Os produtores e comerciantes de produtos agropecuários são atendidos por demanda à fiscalização do trânsito de produtos e insumos agropecuários, viabilizando o comércio, bem como a garantia sanitária e de qualidade. Além disso, os consumidores são beneficiados com a segurança no consumo de produtos e insumos agropecuários fiscalizados, o que confere qualidade e salubridade aos mesmos.

O indicador do programa é subjetivo mas não foi encontrada alternativa plausível. Para o acompanhamento das ações, o ministério dispõe do sistema SIPLAN, em que os coordenadores estaduais das ações alimentam os dados sobre o desempenho físico, que podem ser criticados pelos coordenadores nacionais. É prevista atualização mensal dos dados no sistema, com a informação sobre o número de partidas inspecionadas por ação, além de comentários que permitem avaliação mais abrangente sobre o seu desempenho.

A inadequação na capacitação dos coordenadores estaduais, associada à grande demanda de trabalho, comprometeu o acompanhamento das ações, entretanto, o SIPLAN ofereceu recursos para um monitoramento satisfatório.

Considerando-se que as metas físicas são compostas por partidas inspecionadas no trânsito de produtos e insumos agropecuários e que isso ocorre por demanda dos setores produtivos e comerciais, as previsões de inspeções são elaboradas com base nos dados dos exercícios anteriores e em expectativas comerciais. A diferença entre a meta física prevista nas ações e o que efetivamente foi realizado é justificada, via de regra, por fatores que interferem nas tendências de mercado, como questões sanitárias, climáticas e taxas cambiais.

A infra-estrutura para as ações de fiscalização do trânsito interestadual e internacional de produtos e insumos agropecuários é extremamente deficitária, o que, inclusive, compromete a segurança alimentar e a salubridade agropecuária nacional. Os recursos previstos no orçamento não são suficientes para aparelhar satisfatoriamente o sistema de vigilância agropecuária. Surpreendentemente, os recursos previstos são contingenciados, comprometendo ainda mais a efetividade das ações e a realização dos investimentos requeridos. Não é levado em consideração que o risco de ingresso e a disseminação de pragas vegetais ou de enfermidades animais pode provocar sérios impactos sociais (empregos), ambientais (uso de agrotóxicos e medicamentos veterinários) e econômicos (elevação do custo de produção, redução na produção agropecuária e fechamento de mercados internacionais - barreiras sanitárias). Adicionalmente, a ineficiência no desempenho das ações pode comprometer a segurança alimentar e a saúde dos consumidores por eventuais falhas na fiscalização da qualidade dos produtos e insumos comercializados. Os prejuízos eventualmente gerados pelo ingresso ou disseminação de pragas e doenças agropecuárias seriam altos.

A liberação dos recursos não ocorreu conforme previsto, comprometendo os investimentos e o desempenho das ações. Via de regra, boa parte do orçamento é liberada no final do exercício, inviabilizando os procedimentos administrativos para sua correta utilização. O montante de recurso previsto para utilização no programa foi insuficiente, considerando que os recursos programados pela Secretaria Executiva destinavam-se a atender demandas de informatização que extrapolavam o âmbito do programa.

Não há orçamento suficiente para atender às demandas por recursos materiais nas unidades da vigilância agropecuária internacional e nos serviços de gestão nas superintendências. São insuficientes para disponibilizar a infra-estrutura adequada para a fiscalização do trânsito internacional, como instalações laboratoriais compatíveis, equipamentos de proteção individual, instalações administrativas, informatização e veículos. Os Estados, em sua maioria, não dispõem das condições financeiras para disponibilização dos recursos materiais necessários para as ações de vigilância interestadual. Para tanto, faltam barreiras interestaduais e equipamentos de apoio. Deveriam ser instituídas taxas sobre as ações fiscais demandadas, que poderiam ser revertidas para complementação do financiamento do programa e proporcionariam receitas ao sistema de fiscalização. O assunto extrapola o âmbito do programa e está sendo tratado pela Secretaria Executiva, que poderá prever, em projeto de lei, o restabelecimento da cobrança de taxas.

Tanto para as ações de fiscalização do trânsito internacional (Fiscais Federais Agropecuários e Técnicos de Nível Médio do Ministério), como para as ações de fiscalização do trânsito interestadual (Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e Técnicos de Nível Médio dos Estados), as equipes são insuficientes, comprometendo a eficácia das ações do programa. São necessárias atividades de qualificação e atualização para as equipes fiscais do ministério e dos Estados.

A insuficiência orçamentária e a inadequação dos recursos humanos comprometem a realização de treinamentos. Os recursos previstos já eram insuficientes e isto foi agravado com o contingenciamento, prejudicando as ações. Os recursos só tiveram liberação regular a partir do segundo quadrimestre, e aqueles destinados para investimento no trânsito internacional, inicialmente programados para junho, só

foram liberados em agosto. O atraso na liberação dos recursos prejudicou a realização de licitações nas superintendências e também a celebração de convênios e termos aditivos com os Estados para execução das atividades do trânsito interestadual.

Como a gerência não recebeu as informações relativas à ação "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais", a avaliação dos convênios com os Estados para execução das atividades de controle do trânsito interestadual de vegetais ficou prejudicada.

No âmbito do ministério existe a ouvidoria, que recebe demandas da sociedade e as repassa aos gestores das ações para atendimento. São realizadas atividades de supervisão e auditoria técnico-operacional de caráter regular no acompanhamento das ações.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2005.

A programação da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foi realizada pela Secretaria Executiva. A totalidade dos recursos programados destinar-se-iam a custeio de informatização, mas não foram utilizados no programa. Dessa forma, a ação não teve desempenho no exercício, embora reconhecida a sua importância para o gerenciamento do programa.

Recomendações

- Com a finalidade de uniformizar o entendimento para a apuração do resultado físico do produto das ações de vigilância fitozoossanitária no trânsito de produtos agropecuários, o órgão setorial deve atuar junto aos coordenadores de ação, a fim de evitar erros de interpretação quanto à sua apuração.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Objetivo

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.

Público-Alvo

Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor final.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 42.847.898,00	Empenho Liquidado: R$ 30.880.829,00 Pago estatais: - Total: R$ 30.880.829,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 3.690 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.800

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A ligeira diferença entre o índice apurado em 2005 e o previsto ao final do PPA sugere que a meta será atingida.

2. Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Desde 2004 estes valores não foram apurados.

3. Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 300
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice apurado em 2005 supera em 20% o índice de referência. Além disso, espera-se que o índice supere o previsto para o final do PPA.

Contextualização

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é fundamental para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando as regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente de agricultura.

Ressalta-se, ainda, a influência e interação com outras áreas e atividades, como melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

O programa visa a atacar os problemas de risco à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade.

Principais Resultados

- Crescimento de 20% no número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário (300) em relação ao índice inicial do PPA (250).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apesar de os indicadores atuais refletirem adequadamente os resultados quantitativos do programa, eles deverão ser fundamentados em estatísticas e análise de riscos para serem melhor substanciados em uma próxima oportunidade de revisão. Além disso, os produtos devem incorporar um componente da qualidade da implementação das ações. Alguns produtos devem ser revistos, como, por exemplo, o número de estabelecimentos inspecionados/fiscalizados e o nível de adequação dos estabelecimentos após inspeção fiscal ou ação de treinamento. Por fim, os produtos de transferência de tecnologia devem ser revistos à luz das peculiaridades deste processo.

O contingenciamento de recursos e a pouca clareza em relação às políticas de disponibilização efetiva de recursos dentro dos prazos requeridos dificultou o trabalho dos gerentes, dos coordenadores de ação, dos responsáveis técnicos e dos executores operacionais. Houve dificuldade em planejar a execução, tendo em vista os constantes atrasos na liberação dos recursos.

Este programa é extenso e poderia ser dividido em programas objetivos, como área animal e área vegetal, mas garantindo sua integração, a qual seria aferida a partir de projetos em cooperação, benefícios múltiplos, usuários múltiplos, transversalidade na cadeia produtiva, dentre outros.

A periodicidade de monitoramento é mensal, embora algumas ações, principalmente na área animal, estejam associadas a dificuldades muito maiores de monitoramento constante, devido à estrutura verticalizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O desempenho físico das ações foi efetuado de forma limitada pela gerência-executiva, mas em escala substancialmente menor pela gerência. A comunicação e o trânsito de informações no MAPA ainda são objeto de dificuldades extremas, somadas ao ritmo de trabalho pouco planejado imposto ao gerente do programa. Ainda assim, as informações de execução são obtidas periodicamente e problemas críticos são imediatamente corrigidos. A arquitetura horizontalizada do MAPA favoreceria uma gestão por processo, uma necessidade deste programa.

Apesar de a execução programada não ter sido interrompida, houve transtornos consideráveis durante todo o trabalho. Os problemas poderiam ter sido facilmente evitados com a melhoria dos processos de planejamento e a devida valoração das atividades de defesa por tomadores de decisão externos ao MAPA.

Apesar do alto nível de experiência das equipes, são necessários treinamentos para a adequada execução operacional do programa.

Outros Aspectos Relevantes

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" apresentou baixa execução financeira. O valor empenhado liquidado reflete cerca de 50% da execução do orçamento disponível. Foram comprometidos mais de 99% dos recursos que seriam destinados ao pagamento de serviços terceirizados de informática. Todavia, foi possível cobrir despesas relativas: a passagens, diárias, pagamento de estagiários e aluguel, possibilitando a manutenção de atividades do programa; a participação no Codex Alimentarius (reuniões para discussão de projetos críticos, palestras de informação e sensibilização), o que permitiu a obtenção de informações necessárias à consecução do programa; e a mão-de-obra para ações operacionais e de apoio.

Recomendações

- Melhorar a comunicação e o trânsito de informações entre os órgãos do MAPA.
- Inclusão do indicador "Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal".
- Tempestividade na liberação de recursos.



Ministério da Ciência e Tecnologia

Biotecnologia
Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Ciência, Natureza e Sociedade
Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia
Difusão e Popularização da Ciência
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia
Inovação e Competitividade
Mudanças Climáticas Globais
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE
Nacional de Atividades Nucleares
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Sociedade da Informação

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Ciência e Tecnologia, foram utilizados R$ 3,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.140.026.727,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 3.589.627.714,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 5.140.026.727,00	**Total realizado:**	R$ 3.589.627.714,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 312,5 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 283,5 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Ciência e Tecnologia em 2005 a serem destacados foram:

- Aumento no volume de bolsas concedidas - O programa "Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa" contabilizou 51.753 bolsas-ano, experimentando um aumento de 5% em relação ao ano de 2004. Cada bolsa-ano compreende doze mensalidades pagas a um ou mais beneficiários no ano. As modalidades que mais cresceram foram as de pós-doutorado (33,5%), desenvolvimento tecnológico industrial (12,5%), desenvolvimento científico regional (11,8%), mestrado (9,2%) e doutorado (8,3%).
- Avanço considerável nas pesquisas científicas e tecnológicas, evidenciado pelo número de publicações, com destaque para as revistas estrangeiras indexadas, principalmente nos campos da Física, Astronomia, Matemática, Tecnologia da Informação, Biotecnologia e das Fontes Alternativas de Energia.
- Recuperação da infra-estrutura física de praticamente todas as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT.
- Conclusão do Projeto PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia) e do sistema DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Real), voltados ao monitoramento da Amazônia, ambos operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

- Lançamento de várias Chamadas Públicas pela Finep, a exemplo do Programa Institucional de Infra-estrutura para Pesquisa e Pós-graduação - Proinfra, que teve 91 projetos aprovados.
- Contratação de 2.771 projetos aprovados a partir de Editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e lançamento de três novos Editais, contemplando várias áreas do conhecimento científico.
- Atualização em 8.558% da velocidade de transmissão da Rede E-Conhecimento, alcançando a banda agregada total de 35 Gbps (gigabits por segundo) e, por força da nova tecnologia óptica utilizada, com uma redução de custo por gigabit de 37,8% em relação a 2003, situando a rede acadêmica brasileira que apóia as instituições de pesquisa do Brasil no mesmo patamar de conectividade das redes existentes nos países mais desenvolvidos.
- Desenvolvimento do Portal Inovação, uma plataforma interativa para troca de dados entre universidades, empresas e institutos de pesquisa, visando a promover a cooperação entre a competência nacional em C&T e a comunidade empresarial, de forma a desencadear processos inovadores nos diversos setores socioeconômicos do país. Essa nova plataforma permite a declaração das demandas do setor empresarial e dispõe de um espaço de interação, envio de propostas e de buscas especializadas por oportunidades de cooperação.
- Regulamentação da Lei de Inovação, fundamental para incentivar parcerias entre centros de pesquisa, universidades e o setor produtivo. Além da subvenção, foram estabelecidos os dispositivos legais para a incubação de empresas e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de produtos e processos inovadores, criando-se também regras para a participação do pesquisador público nos processos de inovação tecnológica desenvolvidos no setor produtivo.
- Criação de incentivos fiscais para a inovação nas empresas criados pela Lei nº. 11.196, que inclui a redução de 50% do IPI incidente sobre equipamentos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. As empresas inovadoras também se beneficiarão, pois poderão deduzir do Imposto de Renda até o dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento, abater como despesas operacionais as transferências destinadas à execução de atividades de inovação em microempresas e empresas de pequeno porte e por inventores independentes, além de receber subvenção pública de até 50% da remuneração de pesquisadores contratados para exercer atividades de inovação tecnológica.
- Regulamentação da Lei nº 11.105 (Lei de Biossegurança), que estabeleceu um novo marco em normas de segurança e mecanismos de fiscalização das atividades de construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação no meio ambiente e descarte de organismos geneticamente modificados.
- A carteira de projetos implantados ou em implantação pelo Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe), que financia atividades de

pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos inovadores, em fases que precedem os seus processos de comercialização, totaliza 570 projetos, envolvendo um conjunto de 530 empresas (micro, pequenas, médias e grandes empresas, incubadas ou não).

- Aquisição pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) de dois novos cíclotrons, a serem instalados em Belo Horizonte e em Recife, que permitirão a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças, contribuindo para ampliar a utilização da energia nuclear na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.
- Apoio a 349 projetos de fomento à transferência de tecnologia e parcerias entre instituições de pesquisa e comunidades carentes, em áreas como o processamento de materiais recicláveis e a produção de alimentos para famílias pobres e pequenos criatórios.
- Realização da 2ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, mobilizando 844 instituições, que organizaram 6.710 atividades de popularização da ciência e da tecnologia em 333 Municípios brasileiros.
- Realização da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, contando com a participação de 10,5 milhões de estudantes de 31 mil escolas, constituindo-se em um dos maiores certames estudantis de teste de conhecimentos de todo o mundo.
- Na área da nanociência e nanotecnologia, apoio a 10 novas redes de pesquisa, a 19 projetos de pesquisa conduzidos por jovens pesquisadores (doutores com até cinco anos de formação), a nove projetos de pesquisa participativa com empresas, a três laboratórios estratégicos - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Embrapa Instrumentação e Centro Estratégico de Tecnologia do Nordeste (Cetene) - e a onze projetos de apoio a incubadoras em nanotecnologia, contribuindo para o desenvolvimento da nanociência e da nanotecnologia, que são áreas portadoras de futuro identificadas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, o Brasil tem se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando em segundo lugar quanto ao número de projetos em desenvolvimento, com um total de 85 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 23% do total de projetos no mundo e uma redução de 133 milhões de toneladas de CO2 equivalentes durante o primeiro período de obtenção de crédito.

Aspectos Relevantes

Dos 13 programas existentes em 2005, seis deixaram de existir em 2006 (programas 0466, 1110, 1112, 0463, 0475 e 0465) e um foi criado (1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE). A quase totalidade das ações e indicadores dos programas excluídos, no entanto, foi migrada para outros programas e continuam existindo na programação. As dificuldades descritas a seguir prejudicaram a implementação do programa:

- Inexistência de quadro próprio de pessoal na Agência Espacial Brasileira.

- Qualificação insuficiente dos recursos humanos das equipes gerenciais de três programas (programas 1112, 0471, 1122) e nas equipes executoras (programas 0461, 1122), levando a dificuldades no gerenciamento de programas tematicamente abrangentes como o programa "Ciência, Natureza e Sociedade".
- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerenciais em nove dos 13 programas vigentes em 2005 (programas 1113, 1112, 0475, 0473, 0471, 0466, 0464, 0461, 1122) e nas equipes executoras de quatro programas (programas 0473, 0464, 0461, 1122), levando a um acúmulo de atribuições e atividades. Tal problema tende a se agravar em função da idade média elevada dos servidores e as conseqüentes aposentadorias futuras e a falta de reposição de quadros.
- Financeiro comprometido com restos a pagar em cinco programas (programas 0460, 1112, 0471, 1122, 0464).
- Dificuldades de comunicação e articulação com outros Ministérios em cinco dos sete programas multissetoriais vigentes em 2005 (programas 0466, 0461, 1122, 0464, 1112).
- Recursos materiais e ou infra-estrutura inadequada nas equipes gerenciais de cinco programas (programas 1113, 1112, 0471, 0465, 1122) e nas equipes executoras de três programas (programas 1113, 0465, 0461), em alguns casos com espaço físico inadequado à alocação dos servidores. A insuficiência na infra-estrutura interna de comunicação de dados de universidades e unidades de pesquisa é um óbice ao melhor aproveitamento das aplicações avançadas disponíveis através da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).
- Recursos orçamentários insuficientes e contingenciamento de quatro programas (programas 1110, 0475, 0465, 0463), não permitindo o atendimento das demandas de pesquisa, necessário para impulsionar a área de nanotecnologia. Os recursos também são insuficientes, com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, para atender à demanda pela implementação desse instrumento, como a análise de grande número projetos do MDL.
- Liberação de recursos e autorização de aumento do limite para empenho apenas no final do exercício em sete programas (programas 1113, 1112, 0471, 0465, 0461, 1122, 0463), impactando negativamente no desempenho das ações.
- Liberações dos limites de empenho por períodos quadrimestrais (programas 0465, 0464). No Programa Nacional de Atividades Espaciais, essa restrição prejudicou a realização de licitações de grande vulto, retardando ainda mais o cronograma dos projetos.
- Dificuldades no monitoramento e acompanhamento das ações (programas 1110, 0465), por carência de recursos humanos para tal (programas 0471, 0466).
- Dificuldades em licitações e celebração de contratos em dois programas (programas 1113, 0461).
- Dificuldades na celebração de convênios por inadimplência ou incapacidade administrativa de Estados e Municípios (programa 0471) e "burocracia excessiva" (programa 0466).
- Definição inadequada do público-alvo de dois dos programas (programas 1113, 1110).
- Definição inadequada de indicadores para dois dos programas (programas 1122, 1113).

Recomendações

- Definir novos índices previstos ao final do PPA para os indicadores cujos índices previstos já foram alcançados.
- Fazer gestão no sentido de garantir a apuração dos indicadores não apurados ou apurados somente como "estimativa" em 2005, inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Alterar os indicadores do tipo "Número-índice", transformando-os em números absolutos, ajustando as correspondentes fórmulas de cálculo.
- Retomar o acesso do MCT à base do ISI (Institute for Scientific Information), fonte do indicador "Número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI". Para tanto, fazer contato com a Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica da CAPES/MEC que controla o acesso ao ISI para o Portal CAPES, evitando assim, gastos redobrados de tempo e dinheiro para a esfera federal.
- Revisar os indicadores dos programas 1122 - "Ciência, Natureza e Sociedade", 0463 - "Inovação e Competitividade" (incluindo indicador de difusão tecnológica), 0464 - "Nacional de Atividades Espaciais" (incluindo indicador de produção científica), 0466 – "Biotecnologia", 0471 - "Ciência e Tecnologia para Inclusão Social" e 1113 - "Nacional de Atividades Nucleares" (incluindo indicador de segurança nuclear) e 0460 - "Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa".
- Alterar a forma de implementação do programa 0471 - "Ciência e Tecnologia para Inclusão Social" e seus instrumentos, de forma a garantir maior execução financeira.
- Liberar recursos em reserva de contingência dos Fundos Setoriais.
- Incrementar a articulação do MCT com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) com relação à execução da ação 2092 - "Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)" e para ter mais acesso às estatísticas de patentes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Biotecnologia

Objetivo

Desenvolver produtos e processos biotecnológicos relevantes para a produção industrial, a agropecuária, a saúde humana e o meio ambiente.

Público-Alvo

Comunidade científica e tecnológica e empresas atuantes na pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 64.234.247,00	Empenho Liquidado:	R$ 57.734.495,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 57.734.495,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

2. Número-Índice de Empresas de Biotecnologia apoiadas pelo programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

O termo Biotecnologia refere-se a um conjunto amplo de tecnologias envolvendo a utilização, alteração controlada e otimização de organismos vivos ou suas células e moléculas para a geração de produtos, processos e serviços. A biotecnologia permeia inúmeros segmentos industriais, utilizando técnicas inovadoras e promovendo

revoluções no tratamento de doenças, no uso de novos medicamentos para aplicação humana e animal, na multiplicação e reprodução de espécies vegetais e animais, no desenvolvimento e melhoria de alimentos, na utilização sustentável da biodiversidade, na recuperação e tratamento de resíduos, entre outras áreas com potencial cada vez maior de aplicação. Destaque especial deve ser dado aos seguintes aspectos existentes no país: competência já instalada em termos de infra-estrutura, grupos de pesquisa e recursos humanos; uma das maiores biodiversidades do planeta, com potencial de utilização na geração de novos produtos e processos de forma sustentável; um parque industrial cada vez mais atuante em diversos segmentos da biotecnologia; condições climáticas e hídricas ideais de solo para expansão da agricultura tropical; grandes demandas em questões de saúde humana que requerem soluções autóctones; desafios no setor da agropecuária, associados à melhoria da produtividade e expansão da fronteira agrícola, entre outros.

Principais Resultados

- Implementação de iniciativas de geração de tecnologias inovadoras, com destaque para os seguintes projetos: 1) algodão resistente a insetos, executado pela Embrapa Biotecnologia e Recursos Genéticos; 2) validação do ensaio de liberação de citocinas in vitro para o controle da qualidade de produtos injetáveis em humanos; 3) diagnóstico sorológico da tuberculose - novos testes com antígenos recombinantes; 4) sistema calicreína-cininas como alvo para novas terapias (ex. obesidade e hipertensão)
- Formação de recursos humanos em temas avançados de biotecnologia, com a realização de oito cursos de curta duração, no âmbito do CBAB (Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia), além do apoio à participação de alunos e professores brasileiros em 10 cursos argentinos e um colombiano.
- Fortalecimento da rede nacional de biologia molecular estrutural, bem como das redes estaduais de pesquisas proteômicas, com destaque: Rede Proteômica do Paraná, que avalia o status protéico do cafeeiro em condições de estresse híbrido; Rede Proteômica. da Bahia, focada na interação do cacaueiro infectado com o fungo causador da vassoura-de-bruxa; Rede Proteômica do Ceará, voltada para a identificação de proteínas em condições de estresses bióticos e abióticos.
- Fortalecimento da pesquisa em biologia molecular estrutural no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), bem como, a ampliação da competência na área nessa instituição.
- Na área de biofármacos e imunobiológicos destacam-se um elenco de ações que recebeu recursos provenientes do Fundo Setorial de Biotecnologia, a exemplo de: bioprodutos de uso terapêutico baseados em ações farmacológicas de substâncias extraídas da flora e da fauna brasileira; vacinas para rotavírus e influenza; pesquisas básicas, pré-clínicas e clínicas em terapia celular utilizando-se células tronco embrionárias e adultas; tecnologia e escalonamento industrial para produção de imunobiológicos para saúde humana e animal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Foram identificadas restrições administrativas: o poder de articulação entre as ações por parte da gerência dos programas foi diminuído pela institucionalização das ações.

A burocracia excessiva para contratação de convênios diminuiu o desempenho da execução das ações descentralizadas. Com relação aos recursos humanos na equipe gerencial, há necessidade de um quantitativo maior para dar suporte às diversas atividades de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades. No caso de execução da ação desenvolvimento de produtos e processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, implementada em outros Ministérios, houve dificuldade por falta de personalidade jurídica do CBA e como conseqüência o desempenho da ação e a articulação com o Ministério executor ainda é deficiente.

Outros Aspectos Relevantes

O Programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para o Programa 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior". O indicador "número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa" também foi transferido, com pequena alteração no título, para o Programa 1388. Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e a esse indicador, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Readequar os indicadores, especialmente do ponto de vista da periodicidade.
- Alterar o indicador de "número-índice de tecnologias geradas" para "número de tecnologias geradas", com as respectivas alterações na forma de cálculo e valores previstos.
- Alterar a fórmula de cálculo de "relação entre o número de tecnologias (produtos, processos, técnicas, protocolos) geradas no ano corrente e o número de tecnologias geradas no ano-base, multiplicado por 100" para "número de tecnologias (produtos, processos, técnicas, protocolos) geradas no ano corrente".
- Estabelecer parcerias com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para aumentar a quantidade e a qualificação dos pesquisadores na área de biotecnologia.
- Incrementar a articulação com o MDIC com relação à execução da ação "Desenvolvimento de produtos e processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA".
- Solucionar a questão da personalidade jurídica do CBA.
- Realizar gestão no sentido de garantir a apuração do indicador "número-índice de tecnologias geradas na área de biotecnologia", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.

Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Objetivo

Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população.

Público-Alvo

Instituições de ensino e pesquisa, empresas, prefeituras e comunidade local.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 153.295.156,00	Empenho Liquidado:	R$ 93.025.648,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 93.025.648,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 105 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 115

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 110 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 115

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

Contextualização

A experiência internacional contemporânea demonstra a importância da visão sinérgica e integrada das regiões como forma de direcionar o planejamento para o

desenvolvimento sustentável. A apropriação de ciência, tecnologia e inovação no nível local, no sentido de aportar conhecimento para melhor atender às demandas sociais específicas e combater disparidades intra e inter-regionais, possibilita uma melhor compreensão da dimensão local do aprendizado e vai ao encontro da tendência de projetar políticas públicas que valorizem potencialidades e especificidades locais.

Principais Resultados

- Realização da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, contando com a participação de 10,5 milhões de estudantes de 31 mil escolas, constituindo-se em um dos maiores certames estudantis de teste de conhecimentos de todo o mundo.
- Implantação da Rede de Tecnologia Social (RTS). Trata-se de um sistema organizacional integrado por instituições públicas e privadas detentoras de capacidade para atuar no desenvolvimento, difusão, reaplicação, acompanhamento e avaliação de Tecnologias Sociais.
- Lançamento de quatro editais, em conjunto com o CNPq: 1) Tecnologias apropriadas à agricultura familiar – R$ 6,3 milhões; 2) Extensão e disponibilização de tecnologias para inclusão social: água, alimentação humana e alimentação animal – RS 10 milhões; 3) Projetos integrados de geração e disponibilização de tecnologias apropriadas de base ecológica para agricultura familiar – R$ 4 milhões; 4) Tecnologias sociais para inclusão social dos catadores de materiais recicláveis – R$ 4 milhões.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Na equipe gerencial, a infra-estrutura é inadequada, os recursos materiais são insuficientes, a quantidade de recursos humanos é inadequada e sua qualificação é insuficiente. O monitoramento ainda é incipiente, pois a gerência carece de pessoal técnico para realizar tal trabalho.

Algumas das metas físicas ficaram comprometidas pela escassez de recursos e pelo reduzido limite para empenho imposto ao programa. O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, pois só ocorreu aumento do limite para empenho no último mês do exercício de 2005, o que prejudicou a realização das atividades administrativas necessárias para a celebração de instrumentos jurídicos com as entidades executoras.

Outras restrições encontradas foram a liberação financeira insuficiente para o efetivo início das atividades definidas em cada projeto, o financeiro comprometido com restos a pagar e dificuldades de celebração de convênios por inadimplência de Estados e Municípios. Apesar do esforço da gerência quanto à orientação na elaboração de projetos, alguns entes executores não apresentaram as informações e os documentos necessários, em tempo hábil, para o apoio das demandas. Há desconhecimento, por parte da gerência, de ações implementadas em outras unidades administrativas do Ministério

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Realizar gestões no sentido de garantir a apuração do indicador "número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social" e não apenas a geração de uma "estimativa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Alterar a forma de implementação do programa e seus instrumentos de forma a garantir maior execução financeira, tendo em vista que se trata do programa com mais baixa execução financeira sob responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice", transformando-os em números absolutos e alterando as fórmulas de cálculo correspondentemente.
- Detalhar melhor o indicador "número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa".
- Explicitar o significado de "tecnologias de impacto social" no indicador "Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social".

Ciência, Natureza e Sociedade

Objetivo

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Público-Alvo

Comunidade científica e a sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 129.508.789,00	Empenho Liquidado:	R$ 111.422.582,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 111.422.582,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 8.800.000	-

Indicador(es)

1. Número-índice de mapas temáticos gerados, contendo o cálculo da extensão e distribuição do desmatamento na Amazônia

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 140 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

2. Taxa de Acerto da Previsão Climática Sazonal para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Nordeste

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 65 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto ao final do PPA já alcançado em 2005.

3. Taxa de Acerto da Previsão da Tendência Climática Sazonal – Região Amazônica, Norte do Nordeste e Sul

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto ao final do PPA já alcançado em 2005.

4. Número-Índice de Coleções Científicas

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 266

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

O programa visa entender melhor os mecanismos que determinam as mudanças globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental como um instrumento de proteção da vida, de redução de custos e de perdas materiais. Através do entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antropogênica) e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, será possível contribuir para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente. O conhecimento gerado terá impactos na definição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, possibilitará desenvolver ferramentas analíticas para o planejamento regional e expandirá as fronteiras da ciência para a sustentabilidade no país. Essas ferramentas são importantes para se entender os óbices naturais, tecnológicos e institucionais à melhoria da qualidade de vida, à proteção dos ecossistemas e do meio ambiente. O programa aumentará a eficiência econômica nos setores de agricultura e agronegócio, energia e transportes. Será, ainda, fundamental para a otimização de atividades ligadas à prevenção da poluição atmosférica e hídrica, à proteção de ecossistemas e conservação de recursos naturais, e à defesa civil, reduzindo vulnerabilidades sociais e econômicas aos extremos ambientais.

Principais Resultados

- Implementação de duas redes de sustentabilidade - pecuária e pesca no Pantanal.
- Implementação de projetos em todas as áreas temáticas do GEOMA.
- Implementação das sub-redes e dos projetos de pesquisa da Fase II do Subprograma de C&T do PPG7.
- Fortalecimento e informatização das coleções biológicas.
- Apoio a 43 cursos de pós-graduação em Taxonomia.
- Apoio a vários projetos temáticos de bases de dados das plantas aromáticas

e frutos da Amazônia.
- Apoio ao projeto piloto para cultivo e destilação de plantas aromáticas da Amazônia para obtenção de óleos essenciais.
- Apoio às coleções fiéis depositárias.
- Apoio ao projeto "Pesquisa em Biodiversidade do Semi-Árido", para implantação e manutenção de redes de inventário da biota, e manutenção, ampliação e informatização dos acervos biológicos em áreas temáticas do Nordeste.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações implementadas por outros Ministérios são um entrave para o gerente do programa, uma vez que dificultam o acesso a informações que visam ao acompanhamento e à avaliação das mesmas. Os atuais indicadores estão restritos a apenas duas áreas de atuação do programa. Na equipe gerencial, faltam equipamentos de informática compatíveis com os programas utilizados e espaço adequado para instalação da equipe gerencial e seus instrumentos de trabalho. A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é insuficiente, sendo necessários mais servidores de nível médio (apoio) e superior (assessoria técnica). Nas Coordenações responsáveis pelas ações finalísticas, existe um número de servidores contratados temporariamente que, em breve, terão seus contratos encerrados, fato que poderá trazer sérios transtornos para o desempenho das atividades dessas áreas, caso não sejam efetivados os novos servidores concursados para o quadro efetivo. A qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras é insuficiente, dada a abrangência temática do programa. Outra restrição é o atraso na liberação de recursos, em relação ao pedido formal de pagamento. A imposição de limites financeiros menores que os limites orçamentários, agravados com o financeiro comprometido com os restos a pagar, vem se tornando uma prática negativa para o desempenho das ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Definir novos índices previstos ao final do PPA para os indicadores "taxa de acerto da previsão climática sazonal para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Nordeste" e "taxa de acerto da previsão da tendência climática sazonal – Região Amazônica, Norte do Nordeste e Sul". Os índices previstos já foram alcançados.
- Ampliar os indicadores e adequar os existentes.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice", transformando-os em números absolutos e alterando as fórmulas de cálculo correspondentemente.

.

Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia

Objetivo

Desenvolver novos produtos e processos em nanotecnologia visando o aumento da competitividade da indústria nacional.

Público-Alvo

Setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 12.275.246,00	Empenho Liquidado:	R$ 11.183.240,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 11.183.240,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de participação do programa na geração de pedidos de patentes em nanotecnologia

Unidade de medida: %
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

2. Número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos com apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 1000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Não foi possível estabelecer um método eficiente para verificação do indicador junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Contextualização

A nanotecnologia é, hoje, um dos principais focos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em todos os países industrializados. Seu desenvolvimento tem sido apontado como uma nova revolução tecnológica, simbolizando sua importância como área estratégica perante a globalização, que impõe alta competitividade tecnológica. Estima-se que, de 2010 a 2015, o mercado mundial para materiais, produtos e processos industriais baseados em nanotecnologia será de 1 trilhão de dólares. A nanotecnologia já encontra aplicações em praticamente todos os setores industriais e de serviços. Seu impacto deverá impulsionar vários setores da economia: eletroeletrônica, veículos e equipamentos de transportes, tecnologia da informação, construção civil, química, petroquímica, agronegócio, biomedicina e terapêutica, ótica, metrologia, metalurgia e produção mineral. O elevado grau de inovação, conferido pelas mudanças em produtos e processos industriais gerados pela nanotecnologia, deverá causar obsolescência de diversos produtos e processos, atualmente em uso. Para evitar que essa obsolescência comprometa a competitividade da indústria brasileira e o conseqüente desenvolvimento econômico do país é necessário um programa ousado e consistente, estruturado em vigorosa atividade de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Ifocada na interação entre o setor produtivo e o setor acadêmico, visando à criação de produtos.

Principais Resultados

- Criação de 10 redes de pesquisa em nanociência e nanotecnologia.
- Contratação de 19 projetos de pesquisa realizados por jovens pesquisadores (doutores com até cinco anos de formação).
- Contratação de 9 projetos cooperativos empresas/universidades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição referiu-se a mudanças constantes na política setorial, que fogem à governabilidade do gerente executivo e dos coordenadores de ação. Essas mudanças impediram a implementação de uma das ações de acordo com a estratégia prevista. Alguns aspectos de concepção do programa foram considerados inadequados, como a inclusão de "sociedade" no público-alvo, o que dificulta a obtenção de resultados no índice de satisfação do público-alvo, pois os resultados das pesquisas básicas demoram um tempo considerável para se transformar em produto capaz de causar impacto perceptível pela sociedade. O programa ressente-se da ausência de instrumentos formais que assegurem o acompanhamento dos projetos pelos coordenadores das ações. Os recursos financeiros não são suficientes para atender à demanda do programa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para o Programa 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior". O indicador "número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos com apoio do programa" também foi transferido, com pequena alteração no título, para o Programa 1388. Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e indicador, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Criar instrumentos formais que assegurem o acompanhamento dos projetos pelos coordenadores das ações.
- Fazer gestão no sentido de garantir a apuração do indicador "número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos na área de nanotecnologia", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Modificar o indicador "número-índice de novos produtos e processos desenvolvidos na área de nanotecnologia", transformando-o em "número de novos produtos e processos desenvolvidos na área de nanotecnologia". Alterar a fórmula de cálculo de "Relação entre o volume de exportações brasileiras baseado em materiais, produtos e processos em nanotecnologia no ano e o volume de exportações brasileiras baseado em materiais, produtos e processos em nanotecnologia no ano-base, multiplicado por 100" para "volume de exportações brasileiras baseado em materiais, produtos e processos em nanotecnologia no ano".

Difusão e Popularização da Ciência

Objetivo

Promover a democratização do acesso ao conhecimento e seus benefícios, por meio de sua difusão e da popularização da ciência.

Público-Alvo

Centros e instituições de pesquisa, comunidade científica, professores, alunos e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 64.975.011,00	Empenho Liquidado: R$ 54.276.349,00 Pago estatais: - Total: R$ 54.276.349,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 2.835.000,00	R$ 1.786.564,85

Indicador(es)

1. Número-Índice de Acessos aos Sites das Instituições Federais de Pesquisa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 135 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

2. Número-Índice de Visitação às Instituições Federais de Pesquisa e a Museus

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 130 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

3. Número-índice de docentes capacitados no ensino de ciências com o apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 115 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de estimativa, pois não existe mecanismo para apurar o índice com exatidão.

Contextualização

A percepção de que as questões científicas e tecnológicas apenas interessam a um círculo restrito impede que a ciência e a tecnologia venham a desempenhar plenamente o seu papel no desenvolvimento do país e a elevação da qualidade de vida da população. A compreensão pública do que é ciência constitui elemento fundamental na construção da cultura científica e é complementar à educação para a ciência, na medida em que atua na informação ao público sobre os grandes temas científicos e tecnológicos e suas implicações na qualidade de vida. A sociedade do conhecimento exige que se estabeleçam ações de estímulo individual ao aprendizado contínuo e ao desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica. Nesse sentido, a educação científica e tecnológica deve dirigir-se aos estudantes da educação básica e das escolas técnicas, aos professores e aos administradores escolares, bem como a todos os cidadãos que necessitam de conhecimentos básicos e aplicados de ciência e tecnologia. O programa define duas linhas de atuação, uma voltada para o estímulo à difusão do conhecimento científico e tecnológico, e a outra voltada para a popularização da ciência. A difusão do conhecimento científico e tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor das conquistas culturais, sociais e econômicas.

Principais Resultados

- Realização da 2ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.
- Apoio a diversos projetos de implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos.
- Apoio à realização de Olimpíadas de Português, Astronomia e Biologia.
- Apoio aos museus de ciências e a seminários de ciências para jovens.
- Implantação de sistemas de informações e comunicação para a rede de tecnologia social.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, devido ao aumento do limite para empenho autorizado apenas no último mês do exercício de 2005, o que prejudicou a realização das atividades administrativas necessárias ao apoio das demandas. A quantidade de recursos humanos e materiais é insuficiente e a infra-estrutura e a qualificação dos recursos humanos são inadequadas na equipe gerencial. Outra restrição foi o financeiro comprometido com restos a pagar. Há desconhecimento, por parte da gerência, da ação implementada em outro Ministério e de ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para os programas 0471 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social" e 0461 – "Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico". Os indicadores do programa foram transferidos para o programa 0471 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social". Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e indicadores, mesmo estando em outros programas.

Recomendações

- Fazer gestão no sentido de garantir a apuração dos indicadores "número-índice de acessos aos sites das instituições de pesquisa do MCT", "número-índice de docentes capacitados no ensino de ciências com o apoio do programa" e "número-índice de visitação às instituições de pesquisa e museus do MCT" e não apenas a geração de uma "estimativa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice", transformando-os em números absolutos. Alterar as fórmulas de cálculo correspondentemente.

Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Objetivo

Ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e capacitação de pesquisadores.

Público-Alvo

Pesquisadores, estudantes de nível superior, universidades e centros de pesquisa, públicos e privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 597.629.389,00	Empenho Liquidado: R$ 598.590.780,00 Pago estatais: - Total: R$ 598.590.780,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa (CNPq) que se Titularam

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 68 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Taxa de ex-bolsistas de doutorado do programa (CNPq), cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Taxa de pesquisadores apoiados pelo programa

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 25 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado para 2005.

4. Coeficiente de pesquisadores doutores em relação à população

Unidade de medida: 1/1.000.000
Último índice apurado: 264 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

5. Taxa de doutores em relação aos pesquisadores do diretório dos grupos de pesquisa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 62 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

6. Taxa de egressos do programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC) em programas de pós-graduação

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

O aumento da atividade de Ciência e Tecnologia (C&T), nos dias atuais, é componente importante para a inserção e adequada competição das nações no contexto atual de globalização. Para esta atividade, além de instalações e equipamentos adequados, são necessários recursos humanos altamente capacitados. Este programa destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica, resultante de esforços empreendidos com êxito ao longo de décadas, por meio da formação e capacitação de recursos humanos. A qualidade já alcançada permite, neste momento, fixar com mais precisão os focos que devem orientar o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. Assim, o programa define suas ações em 4 grandes linhas: a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros,

tendo como referência os mais elevados padrões internacionais; b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações; c) orientar segmentos da base de pesquisadores para a capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País; d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

Principais Resultados

- Aumento no volume de bolsas concedidas: o programa contabilizou 51.753 bolsas-ano, concedidas em 2005, experimentando um aumento de 5% em relação ao ano de 2004. Cada bolsa-ano compreende 12 mensalidades pagas a um ou mais beneficiários no ano. As modalidades que mais cresceram foram as de pós-doutorado (33,5%), desenvolvimento tecnológico industrial (12,5%), desenvolvimento científico regional (11,8%), mestrado (9,2%) e doutorado (8,3%). Com os resultados de 2005, a quantidade de bolsas concedidas pelo programa retorna ao patamar histórico,, ocorrido em 1995.
- Bolsas de Extensão: iniciou-se à implementação das bolsas de extensão no país, destinadas a apoiar profissionais especialistas engajados no desenvolvimento de atividades inovadoras de extensão e de transferência de tecnologia, voltadas para a disseminação de conhecimentos que possam contribuir para a inclusão social de parcelas menos assistidas da população, para as quais a absorção de tecnologias e processos inovadores pode trazer grandes benefícios.
- Ampliação do programa de iniciação científica Jr.: o programa foi ampliado com a concessão de duas mil novas bolsas, atingindo, assim, aproximadamente 5 mil bolsas em 2005. Prevê-se que esta modalidade atinja 7 mil bolsas ao final de 2006, uma vez que foram concedidas, no final de 2005, mais 2 mil bolsas aos vencedores das olimpíadas de matemática. Importante destacar que estas bolsas atendem, também, aos estudantes do ensino médio e podem ser inseridas no leque de ações do MCT para a inclusão social.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa não tem conseguido acompanhar o crescimento do seu público-alvo como deveria. Há necessidade de se aumentar o ritmo de formação de recursos humanos para a pesquisa, visando adequar-se ao crescimento verificado na demanda, formada pelos cursos de pós-graduação, institutos de pesquisa públicos e privados, centros de P&D, entre outros, inclusive adequando as metas físicas correspondentes. A execução financeira do programa não foi suficiente, gerando restos a pagar para 2006. A inscrição em restos a pagar tem comprometido os limites do ano seguinte. Assim, muitos pesquisadores, com projetos inscritos em restos a pagar, podem ficar até seis meses sem receber recursos, o que compromete a execução de seus projetos de pesquisa.

Outros Aspectos Relevantes

A bem sucedida utilização de Comitês Assessores (CAs) na concessão dos apoios, dada a escassez de recursos e em face de uma clientela altamente competitiva e

exigente, pode ser considerada uma boa prática de gestão a ser aplicada a sistemas semelhantes da administração pública. Os CAs são formados por membros da comunidade científica nacional.

Recomendações

- Alterar os índices de referência para os indicadores "Taxa de bolsistas de doutorado do programa (CNPq) que se titularam" e "Taxa de ex-bolsistas de doutorado do programa (CNPq) cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa", pois derivam de fórmula de cálculo de metodologia anteriormente adotada e foram utilizados antes de o novo indicador ser apurado pela primeira vez.
- Esclarecer a fórmula de cálculo dos indicadores "Taxa de bolsistas de doutorado do programa (CNPq) que se titularam" e "Taxa de ex-bolsistas de doutorado do programa (CNPq) cadastrados como pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa".
- Tornar o censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa anual (ou de extração possível a qualquer tempo), uma vez que é fonte de informação para vários indicadores do programa.
- Fazer maiores aportes de recursos, para que o programa possa acompanhar a demanda atual por formação de recursos humanos para a pesquisa no país.
- Alterar o objetivo do programa, que é bastante amplo. Além disso, há incompatibilidade entre o objetivo e os indicadores existentes (o objetivo é mais amplo do que os indicadores captam).

Gestão da Política de Ciência e Tecnologia

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 26.384.116,00	Empenho Liquidado: R$ 21.506.433,00 Pago estatais: - Total: R$ 21.506.433,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumam especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Efetivação e continuidade da política traçada no Plano Estratégico do MCT em 2004, desdobrado nos eixos: política industrial, tecnológica e de comércio exterior, objetivos estratégicos nacionais, CT&I para a inclusão e o desenvolvimento social, consolidação, expansão e integração do sistema nacional de CT&I.
- Consolidação da cooperação entre o MCT e os sistemas estaduais de CT&I.
- Realização da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (3ª CNCTI), em novembro de 2005, onde foram debatidas questões que ampliam as percepções de como a ciência, a tecnologia e a inovação produzidas no Brasil podem e devem ser usadas como estratégia para promover o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país.

- Intensificação de ações conjuntas de cooperação internacional, destacando-se: 41 projetos aprovados no âmbito do Programa Sul Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em C&I (Prosul); 17 projetos no âmbito do Programa de Cooperação Temática em Matéria de C&T (Proáfrica); 12 projetos no âmbito do programa CPLP Ciências Sociais (voltado para comunidades de países de língua portuguesa); instalação de plataforma de coleta de dados para monitoramento ambiental na Bacia do Rio Zambeze, em Moçambique.
- Aprimoramento das ferramentas de gestão com o desenvolvimento de novos módulos e funcionalidades do Sistema de Informações Gerenciais (SigMCT), visando promover maior transparência na execução do orçamento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não foram identificadas inadequações na concepção. A equipe gerencial do programa conta com número insuficiente de recursos humanos, visto que uma mesma equipe acumula várias atribuições. A mesma restrição aplica-se às equipes executoras, tendo em vista o acúmulo de atividades.

Outros Aspectos Relevantes

O programa realiza um esforço contínuo voltado para a sensibilização dos atores envolvidos no ciclo de gestão, bem como para o fortalecimento da estrutura de acompanhamento físico-financeiro das ações e a coordenação das atividades gerenciais.

Recomendações

Não há recomendações.

Inovação e Competitividade

Objetivo

Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Público-Alvo

Setor produtivo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 630.816.268,00	Empenho Liquidado: R$ 623.022.018,00 Pago estatais: - Total: R$ 623.022.018,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de certificação de sistemas e famílias de produtos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 220 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 170

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto ao final do PPA alcançado já em 2004.

2. Taxa de pedidos de depósito de patentes no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por Parte de Residentes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 103 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

3. Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento no Faturamento Bruto das Empresas

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 1,70 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 2,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

4. Taxa de Participação de Novos Produtos no Faturamento Bruto Médio das Empresas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 30,8 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

5. Coeficiente de participação de pessoal técnico em atividades de pesquisa e desenvolvimento no total de empregados das empresas

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 25,8 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

Até o início dos anos 90, o setor produtivo aplicava muito pouco na sua capacitação tecnológica: cerca de 10% do total dos investimentos em C&T, os quais, por sua vez, não ultrapassavam a 0,8% do PIB. Atualmente, tanto os investimentos globais quanto os investimentos do setor produtivo vêm crescendo significativamente, mas ainda em níveis insuficientes quando comparados ao que acontece nos países industrializados, que investem em C&T entre 2% a 3% do seu PIB, com participação majoritária do setor produtivo. Com este programa, pretende-se atingir um patamar de investimentos compatível com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando um efetivo Sistema Nacional de Inovação. Este programa enfatiza não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e ainda, em especial, estimula a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores - empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. Essas parcerias contribuem para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País e a inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Principais Resultados

- Em relação às ações dos fundos setoriais, cabe destacar o lançamento de um total de 36 chamadas públicas, executadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Financiadora de Estudos e Projetos – (FINEP), que aprovaram um total de 1.265 projetos.

- Durante o ano de 2005, dos 20 editais e chamadas públicas do CNPq com recursos deste programa, fundos setoriais a ele relacionados e parceiros, 926 foram aprovados e estão em contratação.
- Durante o ano de 2005, do total de projetos captados por 16 editais e chamadas públicas da FINEP com recursos deste programa, fundos setoriais a ele relacionados e parceiros, 337 foram aprovados e estão em contratação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição relacionada ao financiamento é o contingenciamento dos recursos, em especial nas ações relacionadas aos fundos setoriais. A descontinuidade e a irregularidade no repasse dos recursos dificultaram a implementação de algumas ações, em especial aquelas que ofereciam bolsas aos pesquisadores envolvidos em projetos já iniciados.

Outros Aspectos Relevantes

As principais ações são monitoradas e avaliadas pelos respectivos comitês gestores, em especial, aquelas relacionadas aos Fundos Setoriais. Os comitês contam com a participação de representantes dos principais órgãos de Governo, dos setores produtivos e da área científica e tecnológica.

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual; suas ações e alguns de seus indicadores foram transferidas para o Programa 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)". Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações e indicadores, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Liberar recursos dos Fundos Setoriais em reserva de contingência.
- Modificar os indicadores do tipo "Número-índice" transformando-os em números absolutos. Alterar as fórmulas de cálculo correspondente.
- Acrescentar ao indicador "Número-índice de pedidos de depósito de patentes no INPI por parte de residentes", ou como outro indicador, o número de licenciamentos de patentes, dado que a difusão tecnológica também faz parte do objetivo do programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

Mudanças Climáticas Globais

Objetivo

Desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas.

Público-Alvo

Comunidade científica, tomadores de decisão e a sociedade em geral, principalmente nas áreas de relações internacionais, ciência e tecnologia, agricultura, transportes, energia, pesca, saúde, indústria, serviços jurídicos legais, planejamento regional e de recursos hídricos, tratamento de resíduos e setor florestal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 8.461.118,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.318.965,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.318.965,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

A mudança global do clima é o resultado do aumento, pela ação do homem, da concentração na atmosfera dos chamados gases de efeito estufa. Há evidência científica de que o aumento na temperatura média da superfície do planeta, nos últimos 150 anos, deve-se aos gases resultantes da atividade humana. Prevê-se que o problema agravar-se-á no futuro próximo. A mudança climática global é, por excelência, uma questão de competência do Estado, cabendo-lhe definir instrumentos adequados e tomar as medidas necessárias para vencer esse desafio. Para se desenhar uma política relativa ao assunto, são necessárias informações sobre o nível atual das emissões de gases prejudiciais e seus efeitos prospectivos sobre o clima. O Brasil assumiu compromisso, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, de elaborar e periodicamente atualizar inventários de emissões e remoções de todos os gases de efeito estufa gerados pelas atividades humanas. O Brasil também foi instado a adotar medidas para limitar o crescimento de suas emissões. A participação do país nos foros internacionais de discussão sobre o tema precisa apoiar-se em informações e elementos científicos, de modo que os compromissos assumidos pelo Brasil não sejam contrários ao interesse nacional São necessários instrumentos e procedimentos que possibilitem o cumprimento dos compromissos internacionais.

Principais Resultados

- Aprovação, por parte da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 61 projetos no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto, com a respectiva emissão das cartas de aprovação. Foram analisados todos os projetos submetidos.
- Construção do laboratório de biogeoquímica e gases-traço da Embrapa Meio Ambiente, visando à capacitação para determinação de gases de efeito estufa, em especial, de gases-traço (metano e óxido nitroso), provenientes de atividades agropecuárias e florestais.
- Publicação da versão em português dos relatórios de referência que serviram de base para o primeiro inventário brasileiro das emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal.
- Conclusão e apresentação dos seguintes estudos: 1) Estudo técnico-científico para avaliar os efeitos do aumento da temperatura da água do mar (relacionado às mudanças climáticas globais) sobre os organismos fotossimbiontes dos corais, cuja perda causa-lhes branqueamento, bem como de sua capacidade de tolerância e/ou aclimatação a essas mudanças ambientais bruscas; 2) Estudo retrospectivo sobre a vulnerabilidade socioambiental da população quando submetida a eventos climáticos extremos e endemias sensíveis às oscilações climáticas, como também a modelagem de um SIG, a partir do qual podem-se fazer prevenções de situações críticas que aumentam o risco da morbi-mortalidade pelas doenças selecionadas para o estudo; 3) Manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por efluentes líquidos no Brasil, fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país; e 4) Manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por resíduos sólidos no Brasil, fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país.
- Atualização e reformulação do site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". Atualmente, o site possui um total de 4.532 páginas publicadas, sendo 1.549 em português, 1.373 em inglês, 1.255 em espanhol e 355 em francês. Trata-se do site temático mais acessado dentro da home page do MCT.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não foram identificadas inadequações na concepção do programa. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, os recursos orçamentários destinados ao programa são insuficientes, dada a crescente demanda gerada para implementação desse instrumento. Não há estrutura adequada no programa para apoiar, por exemplo, as atividades ligadas à aprovação de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Pelo mesmo motivo, os recursos humanos na equipe gerencial estão em quantidade insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual, suas ações tendo sido transferidas para os Programas 0473 - "Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação" e 1122 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima". Assim,

foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações, mesmo estando em outro programa.

Recomendações

- Incrementar os recursos financeiros (orçamento) e os recursos humanos (por meio de autorização de concurso público ou contratação temporária), para fazer frente ao aumento substancial da demanda de análise de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo resultante da entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

Nacional de Atividades Espaciais

Objetivo

Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais.

Público-Alvo

Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 223.111.931,00	Empenho Liquidado:	R$ 220.068.309,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 220.068.309,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 442 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 180

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alto. A conceituação do termo "tecnologia" de forma ampla proporcionou um índice elevado e o indicador está sendo revisto para ser melhor focado.

2. Taxa de participação da indústria nacional na execução do programa

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 4,93 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

Os sistemas espaciais são essenciais não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do país tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de

necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

Principais Resultados

- O foguete de sondagem VSB-30 foi lançado com sucesso em 01/12/05, a partir do centro de lançamento de Kiruna, na Suécia, às 7h04 no horário de Brasília (DF), em vôo destinado à realização de experimentos em micro-gravidade. O sucesso desse lançamento ampliará as oportunidades comerciais de exportação desses veículos para atender os programas de micro-gravidade de outros países.
- Foram distribuídas mais de 150 mil imagens do satélite sino-brasileiro CBERS, desde a implantação da política de distribuição de imagens CBERS, em meados de 2004. As imagens são oferecidas sem custo, favorecendo o crescimento do mercado de sensoriamento remoto no país. Mais de 5 mil instituições, entre órgãos públicos, universidades, centros de pesquisa e ONGs, além da iniciativa privada, utilizaram gratuitamente as imagens do satélite. A iniciativa satisfaz os usuários de dados de sensoriamento remoto, ao mesmo tempo em que também promove a inclusão social e aproxima a sociedade do programa espacial.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com relação às fontes de financiamento, as receitas do fundo espacial estão muito aquém do necessário para viabilizar as ações de capacitação de pessoal e promover maior integração das atividades de pesquisa e desenvolvimento com a indústria na área espacial. Do ponto de vista orçamentário as liberações dos limites de empenho por períodos quadrimestrais prejudicaram a realização de licitações de grande vulto, retardando ainda mais o cronograma dos projetos e implicando em um elevado volume de restos a pagar para 2006, da ordem de R$ 83,5 milhões. Estes restos a pagar irão provocar, por sua vez, um significativo impacto na execução do orçamento que vier a ser autorizado para 2006, visto que eles representam aproximadamente 34% do crédito orçamentário previsto para aquele ano.

Outras restrições são o financeiro comprometido com restos a pagar - foram inscritos R$ 61,7 milhões como restos a pagar e efetivamente pagos R$ 47 milhões, que representam 21% em relação ao orçamento autorizado de R$ 223,1 milhões para 2005 e dificuldades de liberação de guias de exportação de materiais ou produtos, com características de tecnologia de uso duplo. Para a ação 7299 - "Construção de Terminal Portuário em Alcântara", sob responsabilidade do DNIT/MT, os recursos foram insuficientes, faltando comunicação e coordenação com a gerência do programa.

As ações do programa relacionadas com o funcionamento da infra-estrutura de apoio às atividades espaciais não têm permitido a modernização e atualização de equipamentos. Esta questão aplica-se em especial no caso de equipamentos eletrônicos que se tornam rapidamente obsoletos, cujas peças de reposição não são mais encontradas no mercado, impossibilitando a sua manutenção. Por outro lado, pela insuficiência de recursos, algumas obras relacionadas com a infra-estrutura laboratorial (LIT, IAE,CRC,LCP) e de centros de lançamento (CEA, CLA, CLBI e

Sítio Ciclone) não puderam avançar conforme previsto e impactarão o cronograma das missões previstas pelo PNAE.

Existe uma inadequação na quantidade de pessoal, tanto na equipe gerencial quanto na executora. Particularmente, no campo gerencial, a AEB não dispõe ainda de um quadro próprio de pessoal e, no que se refere às equipes executoras, há competência em quase toda a cadeia de conhecimento científico e tecnológico do setor espacial. Entretanto, há lacunas a serem preenchidas, destacando: materiais e processos; controle de altitude e órbita; sensores e atuadores espaciais; imageadores ópticos de alta resolução; radares de abertura sintética (SAR); nanotecnologias; e propulsão líquida. Além disso, a quantidade de especialistas mostra-se insuficiente para cobrir as necessidades do programa, dada a idade média elevada de alguns grupos de especialistas e dificuldade de fixação de profissionais experientes, dado o baixíssimo nível salarial das carreiras de ciência e tecnologia e militares.

Outros Aspectos Relevantes

Como boa prática de gestão, deve ser destacada a realização da reunião de avaliação do programa, com a participação dos coordenadores de ação, assessores, executores, além de convidados da Casa Civil/PR, SPI/MP e ASCAV/MCT.

Recomendações

- Aprimorar os indicadores do programa que carecem ainda de melhor definição conceitual e aperfeiçoamento da sua metodologia de apuração.
- Aprimorar as definições dos produtos e as finalidades de algumas ações.
- Fazer gestões no sentido de garantir a apuração do indicador "Taxa de Participação da Indústria Nacional na Execução do Programa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Incluir indicadores tais como artigos científicos de instituições brasileiras e patentes depositadas no INPI.

Nacional de Atividades Nucleares

Objetivo

Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologias nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para a indústria nuclear e de alta tecnologia.

Público-Alvo

Instalações nucleares e radioativas, comunidade científica, setor produtivo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 938.397.748,00	Empenho Liquidado: R$ 721.744.437,00 Pago estatais: - Total: R$ 721.744.437,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 60,3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 76,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Número-índice de tecnologias geradas com apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 129,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 104

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

3. Número-índice de pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 114,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 122

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

4. Número-índice da produção de equipamentos para a indústria pesada com apoio do programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 198,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 123

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

As atividades nucleares contribuem diretamente para a qualidade de vida da população, através da utilização da tecnologia nuclear nas áreas de energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos, assegurando a proteção do trabalhador, da população e do meio ambiente nelas envolvidos.

Principais Resultados

- Em 2005, foram distribuídos 18.390.624 miliCuries de radiofármacos, que permitiram a realização de cerca de 2,5 milhões de procedimentos médicos com produtos e técnicas nucleares. A meta inicialmente estabelecida no PPA para o exercício (16,8 milhões de mCi) foi ultrapassada em aproximadamente 10%, em função do aumento da demanda pela produção de radioisótopos e radiofármacos no País.
- Com relação à implantação da unidade de enriquecimento de urânio pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB), destaca-se a comprovação técnica do processo de enriquecimento de urânio em escala industrial, pelo processo da ultracentrifugação, uma vez que a primeira cascata de ultracentrífugas (das 10 contratadas junto à Marinha-CTMSP) entrou em comissionamento a quente, possibilitando a produção de urânio enriquecido. Outro marco alcançado foi o acordo de salvaguardas nucleares firmado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Agência Brasil-Argentina de Contabilidade de Material Nuclear (ABACC), que permitiu operar a primeira cascata e conseqüentemente enriquecer urânio.
- Foi concluída, pela INB, a 13ª recarga de Angra 1, com 40 elementos combustíveis (EC). Com relação à 4ª recarga de Angra 2, foram produzidos 44 EC. Em conjunto, o total de EC produzidos significou o cumprimento parcial da meta de 94 EC previstos para o exercício de 2005 (89%).
- Foram produzidas, pela Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), 4.749 toneladas de equipamentos no exercício. A NUCLEP concluiu, ainda,

os investimentos necessários para a produção de cascos de plataformas de petróleo semi-submersíveis, garantindo a capacitação para construção da plataforma P-51 e outras semelhantes.Também iniciou a construção de dois geradores de vapor para a usina Angra 1 e de blocos estruturais para a plataforma P-51. O pioneirismo dessas obras comprovou a capacidade técnica de construção destes componentes no Brasil, criou mais de 1 mil empregos diretos e capacitou e qualificou profissionais para futuros empreendimentos similares.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com relação à concepção, o público-alvo está definido de forma muito genérica e não está bem dimensionado, tendo em vista sua segmentação. As ações na área de pesquisa e desenvolvimento são insuficientes para expressar a prática do programa. Os indicadores apenas revelam os resultados em quatro áreas (radiofármacos, combustíveis, desenvolvimento tecnológico e equipamentos) quando o programa também atende à regulação do setor nuclear. Os produtos de algumas ações não estão bem caracterizados, não expressando de forma adequada o resultado final de suas ações. Houve comprometimento do cronograma físico em função da descontinuidade do fluxo de recursos. A infra-estrutura de sistemas de informação é inadequada na equipe gerencial. Nas equipes executoras, o espaço físico é inadequado para a alocação de servidores e há necessidade de modernização de mobiliário, equipamentos de informática e instalações físicas. Na equipe gerencial, mais especificamente nas áreas de Segurança Nuclear e Radioproteção, existe uma grande concentração de atribuições em poucas pessoas. Outras restrições são a liberação de recursos somente no final do exercício e dificuldades em licitações e celebração de contratos, geradas pelas determinações da Lei nº 8.666.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Caracterizar melhor o público-alvo, visando a melhorar o seu dimensionamento, por meio da segmentação.
- Substituir o indicador de tecnologias geradas por um de inovação tecnológica e incluir um indicador de segurança nuclear.
- Alterar o produto da ação 2961 de "produto/serviço ofertado" para "produto/serviço fornecido", visando a contribuir melhor para os resultados do programa.
- Modificar os indicadores do tipo "número-índice" transformando-os em números absolutos, alterando as fórmulas de cálculo correspondentemente.
- Incluir indicador que mensure o uso seguro da energia nuclear, levando em consideração inspeções de segurança.
- Incluir indicadores de artigos científicos e patentes na área nuclear, contemplando o "desenvolvimento da tecnologia nuclear" expresso no objetivo do programa.

Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Objetivo

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

Público-Alvo

Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 428.572.037,00	Empenho Liquidado:	R$ 400.214.497,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 400.214.497,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores das unidades de pesquisa do MCT

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

2. Número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

3. Índice numérico de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores apoiados pelo programa

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 100 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 125

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

Contextualização

O avanço do conhecimento científico e a aplicação de novas tecnologias são fatores de crescimento econômico das nações e, por conseqüência, da elevação e manutenção da qualidade de vida de seus povos. A competitividade de produtos e serviços está diretamente relacionada com a descoberta de tecnologias e processos mais eficazes. As inovações são fruto, principalmente, dos investimentos que o governo e o setor empresarial dedicam à ciência e à tecnologia (C&T). Países como o Brasil necessitam de investimentos em C&T proporcionalmente mais elevados e em setores estrategicamente selecionados, sem se esquecer da livre criação do conhecimento. A pesquisa em áreas na fronteira do conhecimento deve ser uma das prioridades da ação governamental, por meio do fomento direto a instituições de pesquisa e estímulo ao envolvimento do setor empresarial nesta tarefa. Os investimentos a serem feitos por meio deste programa têm como finalidade apoiar o aumento da produtividade científica e tecnológica, a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, o crescimento e o fortalecimento da infra-estrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A desconcentração regional da atividade de pesquisa e os aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população nortearão a seleção de prioridades neste programa.

Principais Resultados

- Avanço considerável nas pesquisas científicas e tecnológicas, evidenciado pelo número de publicações, com destaque para as revistas estrangeiras indexadas, principalmente no campo da Física, Astronomia, Matemática, Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Fontes Alternativas de Energia.
- Recuperação da infra-estrutura física de praticamente todas as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT.
- Conclusão do Projeto Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) e do sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), voltados ao monitoramento da Amazônia, ambos operados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).
- Lançamento de várias Chamadas Públicas pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, a exemplo do Programa Institucional de Infra-estrutura para Pesquisa e Pós-graduação (Proinfra), que teve 91 projetos aprovados.
- Contratação de 2.771 projetos aprovados a partir de edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e lançamento de três novos editais, contemplando várias áreas do conhecimento científico.
- Contratação pelo CNPq de 203 novos projetos aprovados em edital universal para áreas de pesquisa científica e tecnológica.

- Intensificação da difusão e popularização da ciência por quase todas unidades de pesquisa, aproveitando especialmente a Segunda Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A concentração de liberações de recursos ao final do ano continua sendo um problema para a execução orçamentária plena das ações. Há carência de recursos materiais nas unidades de pesquisa do MCT e deficiências em sua infra-estrutura. Os recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras são insuficientes, em especial nas Unidades de Pesquisa do MCT e no CNPq. Além disso, a qualificação do pessoal das equipes executoras também é insuficiente, especialmente o da área administrativa. Outras restrições são: o atraso na liberação de recursos e a sua liberação apenas nas últimas semanas do ano; limites financeiros insuficientes e conseqüentes dificuldades com licitações e celebrações de contratos; grandes dificuldades de comunicação e integração da gerência com ações implementadas em outros Ministérios; e as articulações insatisfatórias com outras unidades administrativas do próprio Ministério, em especial o CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Outros Aspectos Relevantes

Os Termos de Compromisso de Gestão, assinados anualmente pelo Ministro e os Diretores das unidades de pesquisa do MCT, têm sido instrumentos fundamentais para a melhoria da gestão dessas unidades, assim como o Sistema de Gerenciamento Tecnológico (SIGTEC), criado pelo Centro de Pesquisas Renato Archer (CenPRA), do MCT, que está sendo implantado em todas unidades com bastante sucesso. Esses dois instrumentos, em particular, poderiam ser replicados na administração pública, para quaisquer instituições, com as devidas adaptações.

Recomendações

- Gerir no sentido de garantir a apuração dos indicadores "número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI" e "taxa de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores apoiados pelo programa", inclusive estabelecendo mecanismos de apuração.
- Retomar o acesso à base do Institute for Scientific Information (ISI), fonte do indicador "número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI". Para tanto, fazer contato com a Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES/MEC, que controla o acesso ao ISI para o Portal CAPES, evitando gastos redobrados de tempo e dinheiro para a esfera federal.
- Revisar os indicadores de forma a medir os resultados da totalidade do programa.
- Revisar os produtos de várias ações do programa, que não expressam a realidade de suas execuções.
- Realizar imediatamente concursos públicos para as unidades de pesquisa do MCT e suas agências, particularmente o CNPq, em todas as categorias de servidores: pesquisadores, tecnologistas, técnicos, gestores e analistas de C&T.

Sociedade da Informação

Objetivo

Universalizar o acesso e a inclusão de todos os brasileiros na sociedade da informação.

Público-Alvo

Produtores e usuários do conhecimento, empresas de tecnologia e informação, comunidade tecnológica, instituições de ensino e pesquisa e sociedades.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 105.412.986	Empenho Liquidado:	R$ 96.181.544
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 96.181.544

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-índice de Hosts

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 168 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Programa excluído na última revisão.

2. Número-índice de Domínios Internet

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 175 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto para o final do PPA ultrapassado já em 2004. Programa excluído na última revisão.

3. Número-índice de Usuários Internet

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 175 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Programa excluído na última revisão.

Contextualização

Viver numa sociedade da informação significa viver em uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades muito grandes, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais. Três fenômenos inter-relacionados estão na origem da transformação em curso: a) a convergência da base tecnológica; b) a dinâmica da indústria; e c) o crescimento da Internet. As tecnologias envolvidas vêm transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização, consumo, cooperação e competição entre os agentes, alterando a própria cadeia de geração de valor. Deste modo, pode-se afirmar que a sociedade da informação representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia. O Brasil dispõe dos elementos essenciais para a conclusão de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. No entanto, o caminho é repleto de desafios que refletem uma combinação singular de oportunidades e riscos. Desta forma, verifica-se que a chamada "alfabetização digital" constitui-se num elemento chave nesta era. O governo brasileiro deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. O programa permitirá cada vez mais alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial.

Principais Resultados

- Fomento a dois projetos de desenvolvimento de software para exportação.
- Apoio a 15 projetos de instituições e empresas de pesquisa e desenvolvimento em microeletrônica.
- Implementação de sete pontos de presença da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com banda maior que 100 Mbps.
- Implementação de tecnologia Multicast na RNP em todos os estados do Brasil. Essa tecnologia permite que um único fluxo de dados, proveniente de uma determinada fonte, seja enviado simultaneamente para diversos receptores interessados, oferecendo ótimos resultados para transmissão de dados multimídia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Foram identificadas inadequações na definição dos indicadores, considerados incapazes de expressar os resultados do programa na medida em que não captam os efeitos do conjunto de suas ações. O lançamento de informações das ações, para fim de monitoramento, que deveria ocorrer mensalmente, não ocorre no prazo previsto.

Também constituem restrições o contingenciamento e a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais. Com relação ao fluxo de recursos financeiros, o inicial retardamento na provisão dos recursos já extremamente limitados, a posterior liberação compartimentada, as provisões das ações-fim contidas nos valores do segundo quadrimestre e dificuldades com os repasses financeiros impedem a normal execução orçamentária, impactando negativamente o andamento do programa.

Os recursos materiais à disposição da gerência e na execução das ações são insuficientes, havendo falta de recursos para atualização de equipamentos de comunicação e colaboração necessários à evolução da RNP. Os sistemas de informação da gerência não atendem às necessidades e colocam em risco a integridade dos dados, o fluxo de documentos e a qualidade do tratamento que é de alta responsabilidade. Também há insuficiência na infra-estrutura interna de comunicação de dados de universidades, unidades de pesquisa e organizações usuárias, configurando barreira para o melhor aproveitamento das aplicações avançadas, disponíveis através da RNP.

A não aprovação do Projeto de Lei 1787/96 e a falta de regulamentação da Lei 11.077/04 também afetam os resultados do programa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa foi extinto na última revisão do Plano Plurianual e suas ações foram transferidas para os programas 1008 - "Inclusão Digital", 0461 – "Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico" e 1388 – "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)". Assim, foram feitas apenas recomendações que se aplicam a essas ações, mesmo estando em outros programas.

Recomendações

- Aperfeiçoar a integração operacional e a comunicação entre a gerência do programa e os coordenadores de ações.
- Corrigir o dimensionamento das metas físicas das ações.



Ministério da Cultura

Brasil Patrimônio Cultural
Brasil, Som e Imagem
Cultura Afro-Brasileira
Cultura, Educação e Cidadania
Engenho das Artes
Gestão da Política de Cultura
Identidade e Diversidade Cultural
Livro Aberto
Monumenta
Museu Memória e Cidadania

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Cultura, foram utilizados R$ 542 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 670.823.593,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 542.635.300,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 670.823.593,00	**Total realizado:**	R$ 542.635.300,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 90,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 72,8 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Cultura em 2005 a serem destacados foram:

- A diversidade das políticas a cargo do Ministério da Cultura (MinC) envolve vários segmentos de atuação. Na área de Cinema e Audiovisual, destaca-se a realização de 14 projetos cinematográficos por meio de editais abertos aos profissionais do setor, de 35 documentários por intermédio da iniciativa DOC-TV e de 40 filmes de curta duração por meio do programa "Revelando os Brasis", iniciativa que tem propiciado às populações carentes ou excluídas expressar aspectos relevantes de suas vidas e de seus costumes.
- O programa "Cultura, Educação e Cidadania" implementou 442 Pontos de Cultura e capacitou 6.310 pessoas em áreas de vulnerabilidade social. A iniciativa do programa é considerada prioritária pelas políticas do órgão, cuja estratégia é levar o jovem a um processo de transformação social e humana, de progressão e emancipação, reduzindo o fosso social decorrente da má distribuição das riquezas do país, particularmente nas áreas tecnológica, educacional e cultural.
- No que concerne às ações voltadas para as populações afro-brasileiras, as realizações mais significativas dizem respeito ao fomento a projetos e ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades negras rurais. Um total de 317 comunidades remanescentes de quilombos receberam certidões de auto-reconhecimento de sua condição, documento que propicia o estabelecimento de convênios para a execução de ações voltadas ao seu

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

etnodesenvolvimento, permitindo, inclusive, garantir assessoria jurídica gratuita às comunidades tituladas.

- O conceito de diversidade, no contexto da nova política cultural brasileira, abrange, também, aspectos humanos relacionados com a aceitação do outro e com a harmonização de diferenças de ordem social, cultural ou de gênero. A promoção da cultura da paz é um dos grandes pilares dessas iniciativas. As iniciativas voltadas às sociedades indígenas, ao movimento hip-hop, à cultura digital e à produção de jogos eletrônicos também se enquadram nesse novo rol de expressões. Quanto aos segmentos sociais, os grupos GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) foram reconhecidos por sua contribuição para a construção de um ambiente de tolerância e de combate à homofobia e à discriminação.
- O programa "Livro Aberto" manteve as estruturas operacionais de centenas de bibliotecas espalhadas pelo território nacional, apoiou a realização de feiras do livro, adquiriu acervos bibliográficos e realizou pesquisas na área do conhecimento científico aplicado ao livro e à leitura. Iniciou, também, os procedimentos de constituição de 400 novas bibliotecas em Municípios que ainda não as possuem.
- A "Difusão Cultural" destaca, no âmbito da música, o Projeto Pixinguinha, que promoveu 160 espetáculos em 53 cidades brasileiras e o Projeto Bandas, que distribui gratuitamente instrumentos de sopro às bandas civis. O "Arte sem Barreiras", direcionado a pessoas portadoras de necessidades especiais, promoveu o desenvolvimento de experiências inovadoras de conteúdo estético e artístico em favor da valorização da percepção e da expressão individual desse segmento da sociedade. As Caravanas de Circulação Regional de Teatro e Dança, de Arte Contemporânea e de Dramaturgia beneficiaram artistas nacionais no desenvolvimento de novos conteúdos e linguagens estéticas nessas áreas. Somam-se a isto a modernização e a melhoria de 40 teatros públicos ou privados sem fins lucrativos de diversas localidades brasileiras, cujos equipamentos de iluminação cênica foram modernizados com o apoio do MinC.
- O programa "Museu, Memória e Cidadania" criou o Sistema Nacional de Museus, que abre portas à valorização do patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais.
- Na área do Patrimônio Cultural, destacam-se as iniciativas voltadas para o fortalecimento do patrimônio imaterial da cultura brasileira e as ações de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural do país. Soma-se a estes o programa "Monumenta", que desenvolve ações de recuperação de estruturas físicas, mas que principalmente gera condições favoráveis de auto-sustentação dos Municípios contemplados, pelo incremento do turismo e de outras atividades econômicas que resultem na geração de emprego e renda para as populações locais.
- No campo internacional, o Ano do Brasil na França promoveu 436 eventos culturais em 161 cidades francesas, oferecendo uma vasta retrospectiva da produção cultural nacional. Os efeitos comerciais e de divulgação da cultura e da imagem do Brasil no exterior estão ainda por ser completamente mensurados

Aspectos Relevantes

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 48/05, oriunda da PEC 57/03, que aprovou o Plano Nacional de Cultura, reafirmou-se que a cultura representa uma política estratégica para a emancipação da sociedade brasileira e é ditada por uma visão cultural inclusiva e participativa, de forma a promover uma época de desenvolvimento cultural por meio da realização satisfatória das aspirações sociais de um país tão diverso e culturalmente amadurecido.

As mudanças implementadas pela atual gestão do MinC quanto à forma de atendimento das demandas externas, particularmente as decorrentes da política de editais, foram fortalecidas e executadas por todas as secretarias finalísticas e unidades vinculadas, superando a política de balcão que imperava no órgão desde a sua criação.

Merece destaque a interlocução social decorrente das reuniões das Câmaras Setoriais e dos encontros preparatórios para a constituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A adesão de diversos Estados e Municípios ao SNC, por meio da assinatura do Protocolo de Intenções, permite vislumbrar a construção de políticas estáveis para o setor cultural, evitando a superposição de gastos e buscando uma melhor distribuição da ação pública nas diferentes regiões do país.

As restrições que prejudicaram o desempenho do Órgão dizem respeito às parcerias formalizadas com outros ministérios, as quais não produziram os resultados esperados. Pode-se citar, por exemplo, o não cumprimento dos termos de cooperação por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, que não disponibilizou as 12.500 bolsas do primeiro emprego aos jovens dos Pontos de Cultura acordadas com o MinC e por parte do Ministério das Comunicações, que ainda não implementou as ações de instalação de antenas do programa "Governo Eletrônico/Serviços de Atendimento ao Cidadão" (GESAC) nesses mesmos Pontos de Cultura. As políticas de inclusão social do MinC dependem de parcerias com outros entes públicos, particularmente no que concerne à democratização do acesso à internet pelas populações que habitam áreas com alta vulnerabiliade social.

A liberação de limite orçamentário a partir de setembro comprometeu a execução de ações. O descontingenciamento foi o maior problema do MinC no segun-do semestre do exercício. A política de editais foi visivelmente prejudicada e áreas cruciais, como a de Cinema e Audiovisual, não puderam dar início a diversos projetos por falta de tempo hábil para efetuar os procedimentos legais típicos desse tipo de instrumento. Em relação às obras de preservação do patrimônio, o impacto do contingenciamento foi ainda mais grave, pois os procedimentos de contratação de empresas para reforma e preservação duram entre 60 e 90 dias.

Recomendação

Sugere-se maior interlocução entre os programas, considerando que as iniciativas do MinC, em sua grande maioria, têm por objetivo enfrentar problemas referentes aos aspectos de valorização da juventude em situação de vulnerabilidade social, de recuperação patrimonial e histórica, de preservação da memória nacional e de redução da discriminação e das desigualdades sociais e étnicas, entre outras. Para alavancar essa interlocução, o Ministério constituiu o Sistema MinC, fórum interno

voltado para o debate e aperfeiçoamento das ações de todas as secretarias e das unidades vinculadas do órgão. Embora haja aspectos comuns que permeiam a grande maioria de suas ações, existe um esforço cotidiano do MinC para evitar a superposição de esforços e o desperdício de recursos.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Cultura.

Brasil Patrimônio Cultural

Objetivo

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 53.502.852,00	Empenho Liquidado: R$ 33.028.287,00 Pago estatais: - Total: R$ 33.028.287,00
Previsto não orçamentário R$ 81.100.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 65.846.012,00

Indicador(es)

1. Taxa de Preservação de Bens Móveis Edificados do Patrimônio Histórico-Cultural Tombados pela União

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,06 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador deve ser alterado para "Taxa de Preservação de Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Histórico Cultural Tombado pela União". O índice final do Plano Plurianual (PPA) também deve ser modificado porque atinge uma meta superior a 100%.

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados, razão pela qual não houve execução na ação "Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores".

No final do exercício, soluções começaram a ser vislumbradas em parceria com profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual se busca uma profunda revisão de todos os indicadores e de suas formas de mensuração ainda em 2006.

2. Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A dinâmica do programa possibilita ampliar o índice previsto para o final do PPA, que foi superado desde 2005. Tecnicamente, o indicador não possibilita mensurar a evolução no transcorrer do tempo. Foram previstos 5 bens registrados, no entanto foi possível registrar apenas 1 deles em 2005, chegando a 7 bens acumulados desde o início do PPA.

Contextualização

O programa visa a revitalizar, proteger e integrar os bens do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados e acervos, estimulando novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

O problema se manifesta pela deteriorização e descaracterização dos bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, seja em decorrência da escassez de iniciativas de conservação preventiva, seja de situações de origem fortuita.

Os sítios arqueológicos estão localizados em regiões menos desenvolvidas economicamente, criando-se uma zona de tensão para a preservação do patrimônio nas frentes agropecuárias, em expansão, e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia.

Há baixa identificação dos bens culturais de natureza processual e pouca produção de conhecimento institucional, necessário para subsidiar políticas de fomento e apoio à inclusão de bens culturais imateriais no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

Principais Resultados

Patrimônio Imaterial:

- Conclusão de 28 projetos de inventário e 18 processos de registro de bens imateriais.
- Prosseguimento de 4 projetos de salvaguarda de bens imateriais da expressão cultural brasileira.
- Criação e implantação da Câmara do Patrimônio Imaterial junto ao Conselho Consultivo do patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de fundamental importância para o desenvolvimento da política de preservação do patrimônio imaterial.
- Reconhecimento do Jongo do Sudeste como patrimônio cultural do Brasil, em mais de 30 comunidades em 4 Estados,inscrito no livro de registro das normas de expressão.

- Regulamentação dos procedimentos administrativos dos processos de registro.
- Registros, em fase de conclusão, da Cachoeira de Iauaretê, como lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri do Estado do Amazonas/AM e da Feira de Caruaru em Pernambuco.
- Realização de edital de mapeamento, documentação e apoio ao Patrimônio Cultural Imaterial.
- Continuação do projeto Rotas da Alforria, trajetórias da população afro-descendente na Região de Cachoeira/BA.

Patrimônio Material:

- Realização de 77 obras de recuperação de imóveis históricos em pelo menos 37 Municípios do país, em sua grande maioria, obras emergenciais.
- Obras emergenciais no Convento Nossa Senhora D'Ajuda, Porto Seguro/BA.
- Ação emergencial de prevenção de incêndio no conjunto arquitetônico em Antônio Prado/RS.
- Sinalização turística do Casario do Porto, Corumbá/MS (área tombada e entorno do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico).
- Elaboração de normas e procedimentos de fiscalização aduaneira de bens culturais, Rio de Janeiro/RJ.
- Atualização e ampliação do sistema de informações automatizado relativo ao banco de dados do processo de tombamento.
- Organização parcial dos processos de tombamento, com dossiês de estudos.
- Catalogação de critérios de intervenção nos sítios tombados de Mariana/MG, São Luís/MA e Sobral/CE.
- Inventário parcial de normas de preservação dos sítios urbanos tombados.

Promoção do Patrimônio Cultural:

- Concessão de 100 bolsas para capacitação de artífices, pelo Programa de Oficinas-Escola, em parceria com o Governo Espanhol, e montagem do projeto de instalação de mais uma oficina no Estado do Maranhão.
- Produção de 5 edições da Revista Eletrônica do IPHAN.
- Concessão do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 7 categorias de premiação.
- Realização do Encontro Nacional de Educação Patrimonial, com 210 inscritos, que promoveu, no IPHAN, a prática das orientações da Reunião Técnica de Educação Patrimonial, visando a implantar a diretriz nacional para a área.
- Especialização em patrimônio, com parceria entre o IPHAN e a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e concessão de bolsas de estudos para profissionais recém-formados em diversas áreas, visando à sua inserção no campo da preservação cultural.

- Edição do Relatório de Atividades do IPHAN e da Revista do Patrimônio, números 31 e 32.
- Identificação, inventário e diagnóstico no Médio Amazonas e Alto Solimões/AM, no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara/ PI e no Sítio Joanes, em Marajó/PA.
- Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Embora a carência de pessoal e precária infra-estrutura da Instituição criem certa dificuldade para que sua atuação vá além das ações emergenciais de recuperação do patrimônio em risco, o IPHAN realiza ações educativas para a recuperação e a valorização da auto-estima das populações que habitam os centros históricos.

As ações desenvolvidas pelo programa buscaram reverter o quadro de degradação dos bens que integram o patrimônio histórico-cultural, particularmente, igrejas, monumentos, acervos e a complexidade do patrimônio imaterial.

A liberação de recursos, em sua maioria no segundo semestre, prejudicou o planejamento realizado pelo IPHAN, quanto ao desenvolvimento de projetos de inventário, preservação, identificação, registro, promoção de eventos, etc.

O valor inscrito em restos a pagar ficou em torno de R$ 18,4 milhões, o que se justifica pelo descontingenciamento, que só ocorreu ao final do exercício.

Embora algumas ações não tenham sido executadas satisfatoriamente, a maioria superou as previsões iniciais para o exercício, alcançando uma média de 90% das metas físicas, que, a julgar pela precária estrutura física e de pessoal da Instituição, é considerado um bom resultado. É necessário o desenvolvimento de novas parcerias com agentes públicos e privados com potencial para investimentos em patrimônio cultural.

As alterações feitas pelo Congresso Nacional não prejudicaram a execução do Plano de Ação do IPHAN, embora a dotação final autorizada tenha sido insuficiente para atender a todas as demandas existentes.

Outros Aspectos Relevantes

Ainda não há sistema informatizado, que possibilite um melhor monitoramento das ações, o que se faz por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI),de aplicativo gerencial, por meio eletrônico, telefone, memorando e planilha eletrônica de acompanhamento da execução orçamentária e financeira disponibilizada na intranet.

As atribuições de fiscalização estão seriamente prejudicadas, uma vez que requerem recursos humanos suficientes e com qualificação profissional. Cabe ressaltar que apenas os funcionários dos quadros do IPHAN podem exercer legalmente a fiscalização do patrimônio. Dessa forma, são freqüentes as depredações, os roubos, as demolições ilegais, entre outros danos causados ao patrimônio nacional.

Para provimento de recursos humanos, realizou-se concurso público, que não foi suficiente para suprir as reais necessidades da Instituição.

O IPHAN passa por problemas relacionados ao seu orçamento, tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições. As deficiências são inúmeras, em especial ligadas à infra-estrutura logística, como, por exemplo, a inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades, a insuficiência de veículos adequados para realização das ações de Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais em Área Urbana e Rural, a deficiência de equipamentos de informática e de mobiliário, entre outras.

A infra-estrutura não corresponde às demandas rotineiras e emergenciais necessárias para o cumprimento da missão institucional do IPHAN.

Trabalhar em espaço inadequado, com equipamentos obsoletos, e, ainda, com carência de mobiliário, impõe uma sobrecarga ao corpo técnico disponível para viabilizar as ações. Os servidores da Instituição convivem com condições insalubres de trabalho, instalações precárias e falta de espaço.

É necessário promover melhorias nos equipamentos de informática (desktop e servidores), nas instalações elétricas e telefônicas, bem como adquirir móveis. A inexistência de plano de cargos e salários inviabiliza a manutenção de corpo técnico compatível com a crescente demanda das ações do programa.

O IPHAN acompanha regularmente a execução dos projetos por intermédio de suas superintendências regionais.

A falta de um interlocutor institucional que atue junto aos outros ministérios dificulta o monitoramento das ações executadas fora do âmbito do IPHAN. Os Ministérios da Defesa e das Minas e Energia atuam em projetos vinculados à preservação de bens imóveis, de acervos e de monitoramento de depósitos fossilíferos, cujas ações não são monitoradas pela Instituição.

A Fundação Biblioteca Nacional, a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a Casa de Rui Barbosa possuem ações de preservação de acervos culturais, identificação e inventários, que apresentaram desempenho conforme o previsto.

Os parceiros não-governamentais, com os quais se desenvolvem ações do programa, desempenham as metas e respectivas prestações de contas de forma competente, entretanto, não há instrumentos técnicos e jurídicos que agilizem a consecução de parcerias com o terceiro setor.

A atuação da unidade ocorre, primordialmente, por intermédio de ações emergenciais, e não há como implementar uma política permanente de recuperação e de preservação patrimonial com o atual orçamento.

O risco de perdas e danos irreparáveis ao patrimônio histórico do país é uma realidade concreta, que decorre, basicamente, das precárias condições do IPHAN.

O programa necessita, também, de mecanismos de avaliação de suas ações, visto que os relatórios institucionais nem sempre retratam a abrangência desses resultados, uma vez que os indicadores são inadequados para mensurá-los qualitativamente.

Inexiste um sistema de avaliação da satisfação dos beneficiários de suas ações e os custos para implementação de métodos científicos que atuem junto à clientela do programa são altíssimos, porém não há disponibilidade de recursos para isso. Além disso, mensurar o resultado das diversas ações do programa junto à sociedade exige que o número de entrevistados seja considerável, de forma a dar maior confiabilidade à pesquisa.

Recomendações

- Criar indicador próprio para mensurar os bens imóveis sob proteção.
- Desenvolver novas parcerias com agentes públicos e privados que possuam potencial e recursos necessários para investimentos em patrimônio cultural.
- Dotar a Instituição de infra-estrutura necessária para o atendimento das demandas rotineiras e das emergenciais necessárias para o cumprimento da sua missão institucional.
- Criar parcerias com instituições públicas e privadas específicas para a proteção e resguardo de acervos culturais, sujeitos a depredações, roubos, demolições ilegais, dentre outros danos irreparáveis.
- Desenvolver e gerir políticas com os demais Ministérios, visando a incluir a preservação no planejamento das ações de Governo, prevendo destinação orçamentária, de forma a evitar desgastes previsíveis, quando da implantação de projetos de grande porte que impliquem em impacto ambiental.
- Promover treinamentos específicos para Estados e Municípios, constitucionalmente co-responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.
- Analisar os recursos e gestão do programa, visto que o aporte de parcerias privadas é uma forma de implementação que promove melhorias na execução.

Brasil, Som e Imagem

Objetivo

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

Público-Alvo

Sociedade brasileira

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 56.628.155,00	Empenho Liquidado: R$ 51.939.550,00 Pago estatais: - Total: R$ 51.939.550,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 15.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Participação da Produção Nacional no Mercado Cinematográfico do Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 12,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice alcançado reflete um distanciamento do índice de referência e da meta almejada para 2007. Tal situação somente poderá ser revertida com a regulamentação imediata do mercado nacional e a ampliação do parque exibidor, permitindo a ampliação do acesso do público ao conteúdo nacional.

2. Taxa de Participação da União na Produção de Obras Cinematográficas e Videofonográficas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 93 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A apuração de dados está em conclusão.

3. Relação Público x Número de Cópias Lançadas de Filme Nacional

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 5.548 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há histórico que permita a avaliação do número de espectadores por cópia de filme nacional lançado. Infere-se, no entanto, que 5.548 espectadores por cópia não é um bom resultado. Percebe-se, ainda, que um filme lançado com menor quantidade de cópias também teve um investimento reduzido em outros elementos do seu lançamento como, por exemplo, mídia.

4. Taxa de Distribuição do Filme Brasileiro para Exibição no Mercado Nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A apuração de dados está em conclusão.

Contextualização

O setor audiovisual tem um papel estratégico no processo produtivo mundial, interagindo com outros setores produtivos, apresentando-se como propício à geração de emprego e renda e à construção de padrões de consumo e comportamento.

O setor é uma forma de expressão de identidades culturais e um dos campos sensíveis da sociedade contemporânea, pois lida diretamente com a disseminação de valores, crenças e ideologias e com a difusão de informações e fontes de lazer, transformando-se em dinamizador privilegiado da construção positiva da soberania nacional e cidadania, bem como de uma articulação dialógica entre as esferas públicas e privadas. Ademais, a cadeia produtiva do audiovisual mostra-se capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo global.

Tendo vem vista a baixa visibilidade do cinema brasileiro no mercado, a qualificação do conjunto da produção e a relação sala/espectadores, bem como a indefinição de uma política clara dotada de instrumentos regulatórios capazes de introduzir novas dinâmicas no mercado cinematográfico, o setor permanece oligopolista, o que dificulta o alcance do público.

Os mecanismos de distribuição/exibição das obras audiovisuais atendem aos interesses do capital transnacional, com implicações significativas no processo de imposição de valores e de dominação cultural.

Principais Resultados

- Apoio a 139 Projetos Cinematográficos e Audiovisuais.
- Realização de 19 Eventos de Intercâmbios Audiovisuais.
- Outorga de 25.403 Certificados de Exploração Comercial de Obras.
- Fiscalização de 2.743 atividades integrantes da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A insuficiência orçamentária restringe a execução do programa, obrigando, no decorrer do processo de execução, o ajuste das ações previstas.

Os indicadores previstos para o programa são insuficientes para medir os efeitos do conjunto das ações, mas eficientes na medição do Fomento à Produção à Audiovisual.

O mercado cultural é carente de estudos estatísticos mais gerais que possibilitem políticas de avaliação eficientes.

A Secretaria do Audiovisual (SAV) conduz uma discussão, que prevê uma série de propostas capazes de viabilizar mecanismos de sustentabilidade do setor audiovisual brasileiro. Um de seus pontos centrais é a possibilidade de criação de um Fundo de Apoio à Produção, com o objetivo de ampliar os recursos utilizados para fomento do setor, cujo desenvolvimento é prejudicado pelo orçamento disponibilizado.

Como a ampliação das metas físicas de algumas ações também depende da disponibilidade orçamentária, há necessidade de revisão do orçamento.

A irregularidade do fluxo de recursos inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, além de prejudicar sobremaneira a articulação de parcerias institucionais que potencializem os programas.

Outros Aspectos Relevantes

Como a SAV está localizada em instalações provisórias, em função do projeto de restauração das instalações da sede do Ministério da Cultura, a análise referente à infra-estrutura sofre prejuízo.

O quadro de pessoal do MinC não atende à demanda da sociedade em termos quantitativos e qualitativos. Essa situação gerou a necessidade de contratar profissionais terceirizados, que também não apresentam a qualidade técnica exigida para o atendimento da demanda do mercado cultural.

O Programa de Apoio à Exportação do Conteúdo Audiovisual de TV, desenvolvido em parceria com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), teve um desempenho positivo, gerando ampliação, a partir de 2006, ao trabalhar com o produto cinematográfico.

As ações desenvolvidas com parcerias não-governamentais também apresentam resultados bastante positivos. Dois projetos centrais da SAV, o "DOCTV" e o "Revelando os Brasis", potencializaram a capilaridade das ações.

A SAV possui um conselho consultivo, com reuniões semestrais, em que são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas. Além disso, a Secretaria possui o Conselho Superior de Cinema, instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MinC.

A avaliação da satisfação dos beneficiários é realizada pelo Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes apresentam as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade.

Recomendações

- É necessária a contemplação das ações executadas pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) no Relatório de Avaliação.
- Os atuais indicadores são suficientes para mensurar a difusão das obras.
- Caso o Fundo de Apoio à Produção Audiovisual seja criado, será preciso agregar recursos ao orçamento.
- As discrepância entre valores previstos e realizados das metas físicas das ações de benefícios ao servidor deve ser esclarecida, visto que provoca significativas alterações nos custos médios por servidor.
- Concursos públicos devem ser realizados para dotar o programa de recursos humanos suficientes, com capacidade executiva e qualidade técnica exigida para atender à demanda do mercado cultural.
- Como o contingenciamento é estabelecido para o Órgão Setorial e não para os programas, cabe o gerenciamento interno do limite disponibilizado, conforme suas prioridades.
- Apesar da limitação, foram empenhados 91,7% dos recursos previstos para o programa. Quanto à ação "Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais", o problema pode ter sido de dimensionamento da dotação em relação às metas previstas, e não de contingenciamento, pois foram empenhados 98,8% dos recursos previstos para a ação.

Cultura Afro-Brasileira

Objetivo

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

Público-Alvo

Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 16.047.883,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.385.517,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 9.385.517,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Desenvolvimento Socioeconômico-Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,4 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 6,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador não condiz com a especificidade das ações do programa e, por isso, é necessário revisá-lo adequadamente.

2. Número de Manifestações e Bens de Natureza Material e Imaterial Registrados

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não foi apurado. Há necessidade de revisá-lo, tendo em vista o cruzamento com registro de bens materiais e imateriais. Foi feito levantamento, em 2005, pelo Ministério da Cultura (MinC), de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas não foi obtido o resultado esperado.

Contextualização

Os problemas enfrentados pela cultura afro-brasileira dizem respeito à sua invisibilidade nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública, o que resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura brasileira. A isso soma-se o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação.

Elemento de fortalecimento dessa cultura é o intercâmbio com países de cultura afro-originária, o que permitirá o acesso aos acervos históricos, museológicos e culturais, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana.

Vale registrar que o Brasil é o segundo maior país do mundo com população negra.

Principais Resultados

- Atuação para a preservação da cultura afro-brasileira, por meio do apoio a 248 projetos criados por comunidades negras em linguagens diversas, como teatro, artesanato, cinema, capoeira, música, artes plásticas e literatura.
- Elaboração de diagnóstico sociocultural das comunidades quilombolas, definindo políticas públicas específicas.
- Emissão de certidão de auto-reconhecimento da condição social e étnica para 317 comunidades remanescentes de quilombos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução das ações ocorre por meio de transferência de recursos (aproximadamente 60%), o que imprime ao programa condição desejável para o estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, que possibilitaram o alcance das metas físicas, superior ao estabelecido. Ressalta-se que as parcerias da Fundação Cultural Palmares (FCP) impulsionaram regionalmente o programa, principalmente na efetivação da descentralização.

A liberação total de recursos oriundos de emendas individuais, também colaborou para o desempenho do programa. Foi obtido acréscimo de 45% no limite orçamento/financeiro, com a transferência de recursos por meio de destaques do MinC, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que permitiu abranger mais regiões do País e maior público.

Quanto às restrições, o quadro técnico da FCP é muito reduzido e não é especifico para o perfil da instituição, pois são oriundos de outros órgãos. Foi estimulada a participação em cursos e seminários, visando à qualificação e à atualização, mas ainda é necessária a contratação de pesquisadores, advogados, antropólogos, sociólogos, bibliotecárias, produtor cultural, programador de informática e administradores com formação em cultura/patrimônio afro-brasileiro e em gestão

pública. Será realizado concurso em 2006, mas para preenchimento de apenas 12 vagas de nível superior na FCP, número insuficiente para impulsionar o desempenho do programa.

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), referente às comunidades quilombolas, as ações "Apoio à Capacitação de professores de Ensino Fundamental, Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático, e Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar" não avançaram, pois o gerenciamento conjunto não funcionou. Ocorre uma relação muito fragmentada da área de competência do MEC junto à FCP, e não há relação de gestão quando solicitadas informações.

Apesar dos entraves relatados, os resultados do programa ficaram conforme o previsto.

Outros Aspectos Relevantes

O Plano Interno (PI) é utilizado como instrumento de acompanhamento das execuções, de avaliação mensal dos resultados, a partir dos relatórios de ações mensais elaborados pelo MinC, e de reuniões com os responsáveis pelas ações para apresentação da análise e correção da execução quando possível. Além disso, é realizado o monitoramento por meio do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPLAN), a elaboração periódica de relatórios das ações executadas e a utilização de planilha de acompanhamento físico/financeiro diário.

O programa ainda não dispõe de um instrumento de avaliação, porém a receptividade faz com que as manifestações de criticas sejam diretas, por meio de cartas, avaliações públicas, telefonemas e e-mail.

Em situações de violência às terras dos quilombolas, são promovidas audiências públicas em parceria como outros ministérios, Poder Judiciário e sociedade civil.

O Conselho Curador da FCP, composto ⅔ pela sociedade civil e ⅓ por representação do Governo Federal, colabora na correção do curso da gestão, bem como aproxima e democratiza a gestão pública da sociedade civil.

Recomendações

- É necessária a revisão dos indicadores à luz das atividades que os compõem, das modificações ocorridas a partir do Decreto 4.887/03, das atribuições da SEPPIR e da transversalidade inerente ao tema, conforme as recomendações da Revisão 2005.
- Solicita-se esclarecimento quanto à discrepância entre valores previstos e realizados das metas físicas das ações de benefícios ao servidor, visto que provoca significativas alterações nos custos médios por servidor.

Cultura, Educação e Cidadania

Objetivo

Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas do usufruto de bens culturais aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

Público-Alvo

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores e estudantes da educação básica, militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços culturais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 67.845.311,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.822.385,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 53.822.385,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Acesso de População de Baixa Renda a Bens Culturais e de Entretenimento

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador apresenta uma insuperável restrição para sua utilização devido à sua baixa aplicabilidade, pois o Ministério da Cultura (MinC) não possui a capilaridade necessária à captação dos dados referentes às variáveis envolvidas, nem a capacidade operacional requerida para gerá-los de forma consistente e sustentável.

2. Taxa de Participação da União na Promoção de Bens Culturais e de Entretenimento

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não produz resultados que permitam observar em que medida os objetivos do programa estão sendo alcançados.

Contextualização

A produção cultural brasileira apresenta-se concentrada e desigualmente distribuída no espaço regional. Na periferia dos grandes Municípios e cidades do interior e nas favelas das grandes cidades, verifica-se ausência de opções de cultura e lazer, quer do ponto de vista da produção, quer do acesso aos bens culturais e de entretenimento, incentivando a desagregação social.

Principais Resultados

- Instalação de 442 Espaços Culturais.
- Capacitação de 6.310 pessoas.

A instalação de Espaços Culturais revelou-se acima do esperado se consideradas as restrições de ordem financeira enfrentadas pelo programa no decorrer do exercício. Tais restrições limitaram a meta, definida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2006, a 430 espaços culturais instalados. Contudo, devido à progressiva estabilização do fluxo financeiro e ao esforço conjunto de diversas áreas do MinC para viabilizar os convênios, foi possível instalar, ao final do período, um número de espaços culturais maior que o previsto.

A capacitação revelou-se acima do esperado, principalmente, devido à mudança de público-alvo, que passou a englobar não apenas indivíduos voltados para a capacitação profissionalizante, mas todas as pessoas envolvidas com as atividades dos Pontos de Cultura e dispostas a participar de ações de capacitação, de caráter mais abrangente em linguagens artísticas, por meio de oficinas e pequenos cursos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa sofreu forte contingenciamento de recursos no decorrer do exercício, o que impediu que os convênios, necessários à instalação e modernização de Pontos de Cultura, fossem realizados no cronograma inicialmente previsto. Cabe ressaltar que 43,5% do total de recursos empenhados para execução do programa foram liberados somente na segunda quinzena de dezembro. Para a ação "Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura", por exemplo, cerca de 44,5% foram liberados em dezembro. Mesmo com os esforços da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) e dos demais setores do MinC responsáveis pelo processo de convênios, não foi possível firmar um número significativo de convênios em tempo tão exíguo.

O programa enfrentou dificuldades para celebrar contrato com a Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), o que atrasou o início das atividades de pesquisa e avaliação da implantação e resultado do programa, realizadas pela Associação.

Outros Aspectos Relevantes

A SPPC, à qual o programa está ligado, vem construindo indicadores para avaliação do desempenho, considerando informações sobre as condições sociais dos usuários dos Pontos de Cultura, as possibilidades de acesso a equipamentos culturais e a capacidade de gestão dos Pontos de Cultura. Para isso, foi elaborado e distribuído um questionário com cerca de 30 perguntas, objetivas e subjetivas, para os primeiros 86 Pontos de Cultura, conveniados entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, visando a coletar alguns dados que serão objeto de monitoramento e avaliação, a fim de promover o acompanhamento dos resultados de sua implantação.

Apesar do esforço de participação das entidades, muitas deixaram questões com respostas incompletas ou incorreram em contradições entre uma resposta e outra, o que revelou a necessidade da aplicação de questionários e o acompanhamento efetivo dos projetos in loco. Entretanto, o MinC não apresenta condições técnicas nem a capilaridade necessária para visitar todos os Pontos de Cultura, que hoje já abrangem cerca de 220 Municípios distribuídos em todas as regiões do país. Por essa razão, foi contratada instituição que contribuirá para o acompanhamento presencial dos projetos, coletando informações, aplicando questionários e elaborando relatórios com dados quantitativos e qualitativos de cada Ponto de Cultura e também trará contribuição teórica e técnica para o aperfeiçoamento dos indicadores de desempenho e resultado dos projetos.

Por enquanto, com os dados disponíveis, coletados por questionários, foi possível construir uma razoável base de dados, bem como elaborar alguns índices. A Secretaria de Programas, em conjunto com a ALPAC/ LPP/UERJ, está avaliando o programa, com término previsto para 2006.

Quanto às parcerias, o programa desenvolve trabalhos com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Social da Indústria (SESI), mas todos se encontram em estágios iniciais, não permitindo uma avaliação adequada.

Na execução do programa é conceitualmente constitutiva a noção de gestão compartilhada e transformadora, que se concretiza na participação de representantes de diversos Pontos de Cultura em momentos relevantes da implantação das ações, como reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos Pontos de Cultura, e, futuramente, no Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva. Os representantes da sociedade, nesse momento, contribuem com seu conhecimento da realidade cotidiana das entidades convenentes, enriquecendo o debate das questões em pauta e elevando a qualidade das decisões tomadas nesses fóruns.

Uma pesquisa focalizando os primeiros 86 Pontos de Cultura conveniados, realizada em setembro de 2005, permitiu avaliar o grau de satisfação das entidades em relação ao programa, a partir da qual se constatou que a principal motivação para a sua constituição foi a falta de acesso a bens culturais entre as comunidades que atuam.

A segunda motivação mais apontada foi a necessidade de preservar tradições. A maioria do público-alvo alcançado era constituído por estudantes da rede pública de ensino, seguido de perto por população de baixa renda sem acesso a bens culturais, bem como de adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social.

Os resultados revelam que o foco de atuação do Programa Cultura Viva tende a atingir eminentemente a juventude, especialmente aqueles que habitam em áreas de concentração de pobreza.

A execução do programa contribui para melhorar a oferta de bens culturais nas comunidades em que foi implantado e proporcionar inclusão social por meio da cultura para os jovens que participaram das atividades de capacitação realizadas nas entidades convenentes. Como a expansão do programa tem permitido alcançar um número crescente de comunidades nessas condições, acredita-se que a satisfação dos beneficiários tende a aumentar.

Por outro lado, o trabalho de pesquisa e avaliação, que cobre a totalidade dos Pontos de Cultura, abordará de maneira mais direta a satisfação dos beneficiários do programa, a partir de questionário que contempla questões como: processo de seleção, comunicação com o MinC, liberação de verbas, gestão compartilhada e transformadora do programa e avaliação do Programa Cultura Viva. A análise das respostas propiciará a adoção de medidas visando ao aperfeiçoamento do programa.

Recomendações

- Definir o papel dos Pontos Culturais, visto que há pouca clareza com relação à estratégia do programa.
- Incluir a dimensão "outros parceiros" na avaliação contratada à Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC) / Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP/ UERJ).
- Elaborar estratégias diferenciadas de acompanhamento e prosseguimento à contratação das instituições que avaliarão o programa.
- Realizar avaliação in loco, de um universo escolhido em nível nacional, para conhecimento efetivo das atividades dos Pontos.
- Por se tratarem de convênios e parcerias é necessária a divulgação da forma de utilização dos recursos e das produções artísticas e culturais resultantes dos incentivos oferecidos pelo programa.
- Esclarecer qual a importância da instalação de Pontos de Cultura no exterior.

Engenho das Artes

Objetivo

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 118.526.086,00	Empenho Liquidado: R$ 75.178.039,00 Pago estatais: - Total: R$ 75.178.039,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas essas prospecções, devido às especificidades do setor cultural, não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício começaram a se vislumbrar soluções, com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

2. Número de Espetáculos Apoiados por Região

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas essas prospecções, devido às especificidades do setor cultural, não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício começaram a se vislumbrar soluções, com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

Contextualização

O desconhecimento das artes e da cultura brasileiras e a desvalorização dos trabalhos produzidos nas diversas regiões do país comprometem a formação crítica, devido ao custo elevado de produção e à escassa receita proveniente da bilheteria. O reduzido número de atividades de formação profissional para as artes dificulta o desenvolvimento de suporte aos espetáculos, como gestão, fabricação e reparação de instrumentos musicais, iluminação e vestuário, que elevam ainda mais o seu custo.

Principais Resultados

- Capacitação de 1.128 artistas, técnicos, produtores e agentes culturais.
- Realização de eventos para produção e difusão cultural, a saber:
  - 22 Festivais, Encontros e Mostras de Artes Cênicas, Visuais e Música nas diversas regiões do País, atingindo um público de aproximadamente 577 mil pessoas;
  - 4 Mostras de Arte Sem Barreiras, destinadas aos portadores de deficiência, que reuniram 46.700 pessoas e 493 artistas desse segmento social, promovendo apresentação de experiências e processos estéticos para a valorização da percepção e da expressão individual;
  - 98 concertos na Bienal de Música Brasileira Contemporânea, o mais importante evento brasileiro de música erudita, com um público em torno de 5 mil pessoas;
  - 222 eventos espetáculos de artes cênicas e música nos espaços culturais da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), , atingindo um público de aproximadamente 212 mil pessoas;
  - 160 espetáculos musicais apresentados a 87.135 pessoas em 53 cidades de várias regiões do país, por meio do Projeto Pixinguinha, que empregou cerca de 900 pessoas diretamente e 6 mil indiretamente, contribuindo decisivamente para a formação de novas platéias e para a ampliação do mercado para músicos e produtores.
- Rede Nacional de Artes Visuais – Difusão das artes visuais contemporâneas em todo o território nacional por meio de 93 oficinas e cursos, além de palestras e debates, que atenderam a cerca de 4.000 mil participantes e a um público indireto de aproximadamente 270.000 mil pessoas.
- Implementação das Câmaras Setoriais de Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro, colegiados que compõem espaços de diálogo, pactuação e elaboração de políticas de forma compartilhada entre o Governo Federal e a sociedade civil no campo das artes. Registra-se que as diretrizes para a

elaboração do Plano Nacional de Cultura, de caráter plurianual, norteador dos investimentos públicos no amplo espaço de atuação cultural do Brasil, será fruto dessas Câmaras.

- Concessão de Prêmios FUNARTE de Estímulo, a saber: 94 prêmios ao circo, 24 à dramaturgia, 24 à arte contemporânea; e 90 prêmios de Teatro e Dança Miriam Muniz e Klauss Vianna.
- Distribuição gratuita de 1.477 instrumentos musicais de sopro para bandas de música e 40 kits de equipamentos de iluminação cênica a teatros públicos e privados de pequeno e médio porte localizados em diversas cidades do país.
- Concessão de 85 Prêmios FUNARTE-Petrobrás de Fomento ao Teatro e a Dança a grupos de teatro, de forma a ampliar o acesso da população brasileira aos meios de produção e à fruição dos bens culturais.
- Apresentação da criação brasileira, em sua dimensão mais diversa e contemporânea, no projeto Ano do Brasil na França-Espaço Brasil, que visou a aproximar a economia e a cultura dos dois países e promoveu a atualização da imagem do Brasil como um centro de representação artística gerador de encantamento e reflexão.
- Presença do Teatro Brasileiro no VI Festival Internacional de Teatro de Tchekhov, na Rússia .

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A acessibilidade ao bem cultural é premissa básica para todo e qualquer investimento público em cultura. Dessa forma, a atual gestão do MinC prioriza a ampliação do público para as diversas expressões artísticas do país. Entende-se que o crescimento do acesso popular só é possível por meio do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades dentro e fora do circuito comercial tradicional. Iniciativas nesse sentido têm efeito imediato na expansão do mercado de trabalho e na estabilidade profissional dos agentes da cultura.

Apesar de algumas descontinuidades no fluxo de recursos, o desenvolvimento das ações não foi prejudicado e a instituição buscou patrocínio para complementar suas ações e outros mecanismos sem comprometer o planejamento. Mesmo com a captação de patrocínio, os recursos são insuficientes para a execução das atividades e os destaques orçamentários são fundamentais para o cumprimento das metas.

Como restrição à elaboração dos projetos básicos de licitações, editais e contratos, nota-se que os objetos culturais são complexos e específicos.

É necessário o desenvolvimento de um sistema de monitoramento que permita diálogo e troca de informações instantâneas para tornar eficiente e eficaz a gestão do programa no tocante à execução física.

Por sua vez, os recursos humanos destinados à execução do programa encontram-se em seu nível mínimo necessário para a manutenção das atividades essenciais de cada órgão, comprometendo a qualidade das informações provenientes dessas unidades. A qualificação nas unidades descentralizadas, de uma maneira geral, é muita baixa.

Outros Aspectos Relevantes

A concepção do modelo de gestão por programas e a criação da figura do gerente de programas resultou em um aumento significativo de demandas e atribuições inerentes à equipe de planejamento e orçamento, que não sofreu alteração significativa em termos quantitativos.

A atual gestão firmou o diálogo com a sociedade e promoveu audiências públicas no Congresso Nacional. Foram criadas as Câmaras Setoriais, das quais sairão as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC).

O programa se propõe a atenuar as desigualdades sociais e visa à inclusão cultural, ao acesso do grande público às diferentes manifestações culturais e ao fomento à produção cultural do país.

A participação social contribui para que se detectem mais eficientemente os problemas da cadeia produtiva e para que se possam traçar políticas públicas de desenvolvimento do setor.

Trabalha-se com transparência na aplicação dos recursos, a partir de editais públicos, bem como diálogos com a sociedade e com os segmentos atendidos pelo programa.

Cabe, entretanto, uma discussão pormenorizada sobre o excesso de regulação do Estado, visto que regras e regulamentos são necessários, mas é preciso respeitar as especificidades. A cultura não é medida somente a partir de parâmetros concretos, mas estabelece elos com a imaginação, a criatividade e o inconsciente coletivo.

Recomendações

- Buscar parcerias, com organismos da iniciativa privada, para os principais projetos.

Gestão da Política de Cultura

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 58.000.515,00	Empenho Liquidado: R$ 53.540.214,00 Pago estatais: - Total: R$ 53.540.214,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas"

Contextualização

A nova forma de atuação do Estado requer que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumam especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Realização de 436 eventos culturais, envolvendo aproximadamente 2.129 artistas e palestrantes brasileiros, em 24 exposições, 864 espetáculos, 1.298 exibições de audiovisual e 83 eventos literários, realizados em 161 cidades francesas no Ano Brasil na França.
- Implantação do Sistema Nacional de Cultura, configurando iniciativa para a interação institucional entre o Governo Federal/MinC e os Estados e Municípios. Os recursos alocados na ação correspondente foram aplicados na realização de reuniões nos Estados, com vistas à assinatura de Protocolos de Intenções destinados a criar as condições institucionais para a implantação do Sistema, mediante a criação de órgãos/unidades e municipais de cultura e de condições orçamentárias, organização de conferências e planos municipais ou intermunicipais de cultura, entre outras medidas.

- Realização dos Seminários Setoriais de Cultura, de caráter macrorregional, organizados pelo MinC, sem vínculo com as conferências municipais e estaduais. Os esforços foram bem sucedidos, com vistas à implantação do Sistema Nacional de Cultura e à realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, como etapa imprescindível de formulação do Plano Nacional de Cultura, que, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 48, passou a ser o instrumento estratégico de estruturação e consolidação das políticas públicas da cultura no longo prazo.

Os benefícios da promoção da indústria cultural são confirmados quando experiências como o Ano Brasil na França trazem resultados positivos para o país. Segundo informações do Comissariado Brasileiro, um público aproximado de 15 milhões de pessoas, entre franceses e turistas, acompanharam os eventos. A Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) estima em US$ 450 milhões o valor em produtos brasileiros importados pela França apenas durante o evento e calcula-se crescimento de 17% nas transações comerciais entre os dois países, que alcançaram valores globais de US$ 5 bilhões no ano. Os investimentos franceses no Brasil chegaram a US$ 1,5 bilhão em 2005, fazendo da França o quarto maior investidor no país.Os benefícios da promoção da indústria cultural são confirmados quando experiências como o Ano Brasil na França trazem resultados positivos para o país. Segundo informações do Comissariado Brasileiro, um público aproximado de 15 milhões de pessoas, entre franceses e turistas, acompanharam os eventos. A Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) estima em US$ 450 milhões o valor em produtos brasileiros importados pela França apenas durante o evento e calcula-se crescimento de 17% nas transações comerciais entre os dois países, que alcançaram valores globais de US$ 5 bilhões no ano. Os investimentos franceses no Brasil chegaram a US$ 1,5 bilhão em 2005, fazendo da França o quarto maior investidor no país.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não há inadequação da concepção atual do programa, no entanto, é importante uma reflexão acerca da sua contribuição para a implementação de políticas públicas na área de cultura.
O programa de gestão deve promover a integração entre as áreas e a conseqüente otimização de recursos e infra-estrutura física e de pessoal.

No aspecto orçamentário, o MinC foi um dos órgãos da União com maior percentual de execução, considerando-se, em termos gerais, que as metas físicas e financeiras foram realizadas dentro das previsões da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em relação aos limites para movimentação e empenho liberados, a execução foi excelente, pois atingiu aproximadamente 99%. Entretanto, algumas iniciativas poderiam ter tido maior alcance, como no caso da implementação do Sistema Nacional de Cultura, cujas realizações mais importantes necessitaram de mais verbas para ampliar sua abrangência em todo o território nacional. Os limites para movimentação e empenho foram liberados em maior volume apenas no transcorrer do segundo semestre, dificultando o trabalho de algumas áreas do MinC, o que, , apesar de não ter prejudicado o andamento do programa, causou certa insegurança quanto à efetiva realização de algumas iniciativas no exercício de 2005. Os recursos decorrentes da atuação do Congresso Nacional por meio de créditos adicionais aportaram ao programa R$ 22,1 milhões.

A permanente qualificação de servidores do MinC apresenta resultados positivos em diversas áreas. Mesmo assim, a insuficiência de pessoal detectada não poderá ser superada apenas por intermédio de treinamento de suas equipes. Há muito tempo se demanda a realização de concurso público para contratação de servidores para diversas áreas de atuação.

Outros Aspectos Relevantes

Por tratar-se de um programa que tem como principais beneficiários o próprio órgão e o governo federal, deve-se destacar a importância de algumas de suas ações, como o Ano Brasil na França, tanto para a imagem do país no exterior quanto para a abertura de novos mercados internacionais. As iniciativas decorrentes dos esforços para implementação do Sistema Nacional de Cultura configuram-se valioso instrumento de construção de políticas públicas duradouras para os diferentes segmentos da cultura brasileira.

A interlocução com a sociedade, decorrente dos esforços do Sistema Nacional de Cultura, é uma conquista recente da administração governamental no que diz respeito à construção de políticas públicas que tenham por base o envolvimento social e a consulta permanente aos setores mais representativos da comunidade cultural brasileira.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura pode ser considerada um marco histórico do envolvimento da sociedade brasileira nas grandes questões culturais do país, particularmente no que diz respeito à construção de políticas setoriais duradouras para a área cultural e a democratização do acesso do cidadão aos benefícios decorrentes dos programas do MinC.
O envolvimento de Municípios, Estados e representantes de diversos segmentos culturais do país tem acontecido de modo quase permanente, facilitando o acesso da sociedade aos benefícios da ação pública em favor da cultura brasileira. São exemplos, ainda, a criação das Câmaras Setoriais, que também têm por objetivo o fortalecimento do debate social que resultará em políticas claras e duradouras para o setor cultural e já envolvem segmentos expressivos, como música, teatro, circo, livro e leitura, dança e artes visuais. Observa-se, contudo, que a comunidade artística brasileira encontra-se motivada para participar ativamente das Câmaras Setoriais e do Sistema Nacional de Cultura, em razão dos canais abertos pelo órgão para recepcionar demandas, propostas e soluções para aperfeiçoamento das diretrizes e ações a cargo da pasta.

O ano de 2005 marcou-se pelo fortalecimento tecnológico das unidades vinculadas.

O sistema de comunicação interna desenvolvido pela atual gestão tem possibilitado o envolvimento da administração central do órgão com suas unidades vinculadas e secretarias, seus gerentes e coordenadores de ação.

Recomendações

- Discutir o conjunto de ações do programa, considerando a temática de economias da cultura e de maneira a evitar superposição com outros programas do MinC.

Identidade e Diversidade Cultural

Objetivo

Garantir que os grupos e redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

Público-Alvo

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.942.000,00	Empenho Liquidado: R$ 4.411.494,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.411.494,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Manifestações Culturais da Diversidade Cultural Brasileira Mapeadas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas, devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício, começaram a se vislumbrar soluções com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

2. Taxa de Participação da União no Apoio às Manifestações Culturais da Diversidade Brasileira Mapeadas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O MinC reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas, devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício, começaram a se vislumbrar soluções com o apoio de profissionais do IBGE, parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

Contextualização

A diversidade cultural brasileira é riqueza que, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. O conjunto de traços distintivos espirituais, materiais e intelectuais que caracterizam uma sociedade e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças, caracterizaria o que se conhece por identidade cultural, enquanto a diversidade cultural se referiria à multiplicidade de culturas ou identidades culturais. Processos que promovem a homogeneidade da cultura, tais como efeitos da globalização ou das indústrias culturais e determinados processos educacionais formadores da identidade nacional moderna são fatores que ameaçam a manutenção e desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, deve também levar em conta as diferentes expressões locais ou regionais, expressões ainda não completamente reconhecidas e valorizadas.

Principais Resultados

- Lançamento do Livro "Seminário Nacional das Culturas Populares".
- Edição e lançamento do Livro "Seminário Diversidade Cultural Brasileira".
- Publicação do Edital "Fomento às Expressões das Culturas Populares", tendo sido registradas 640 adesões (projetos enviados de todo o Brasil), tendo sido conveniados 44 projetos em 23 Estados.
- Publicação do Edital "Fomento às Expressões Culturais Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais (GLTB)", que recebeu em resposta 52 projetos de 24 Estados, dos quais foram aprovados pela comissão julgadora 28 em 17 Estados.
- Realização de 4 oficinas de capacitação de gestores de grupos e redes culturais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Para alcançar os objetivos do programa , foram criados grupos de trabalho temáticos, a saber: GT GLTB, GT Indígena e GT Culturas Populares. No âmbito dos grupos foram formuladas propostas para a criação de políticas públicas, colaborações na elaboração de editais, na execução de oficinas de capacitação e disponibilização de redes.

É importante destacar algumas dificuldades como a especificidade do público-alvo, que abrange culturas populares, gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e indígenas, pois não existe uma estatística oficial de referência para mensuração, de modo que a quantificação a ser considerada para o desenho de políticas passa a ser relativa.

A estratégia da implementação das ações consistiu de seminários que qualificaram e deram subsídios à criação de editais destinados ao fomento de atividades culturais produzidas por comunidades que nunca tinham sido atendidas.

No campo orçamentário/financeiro ocorreram algumas restrições, como no caso das culturas populares, em que menos de 10% dos projetos de baixo orçamento inscritos foram atendidos (42 de um total de 640 projetos). Os recursos orçamentários foram insuficientes para atender ao número de pessoas e comunidades que o programa pretende atingir.

A descontinuidade no fluxo também prejudicou a execução do programa, que engloba ações que contemplam sazonalidades às vezes incompatíveis com os processos burocráticos. O atraso na liberação dos recursos prejudicou o planejamento e o calendário proposto para implementação das ações, além da expectativa gerada no público-alvo. A carência de especialistas para dar pareceres sobre os projetos apresentados pela sociedade dificultou a atenção das demandas.

Outros Aspectos Relevantes

O Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em fevereiro de 2005, apontou a necessidade de criação de editais de fomento para segmentos das culturas populares. Os editais de contemplaram várias manifestações por meio de projetos de preservação, oficinas para transmissão de conhecimentos, confecção de indumentárias, fomento a festas e encontros, mapeamento e gravação de CDs. A maioria dos grupos nunca tinha sido contemplada com recursos federais.

Foram realizadas oficinas com o objetivo de esclarecer os mecanismos do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC) e ajudar na formatação de projetos, preenchimento de formulários e tramitação de processos. Essas oficinas contribuiram para a formação de multiplicadores, por atenderem a um segmento da sociedade que carece de formação para apropriação dos mecanismos de fomento e melhoraram a qualidade dos projetos apresentados para a obtenção de subsídios da Lei Rouanet e dos que foram captados pelo Edital das Culturas Populares.

O seminário realizado em 2004, na Fundação Casa de Rui Barbosa, com a participação de vários pensadores, professores, gestores, artistas e do representante indígena, serviu de base para o aporte do Brasil na Convenção Sobre a Proteção e Promoção

da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

É importante registrar que o livro do Seminário Nacional de Políticas Públicas das Culturas Populares foi distribuído a todos os delegados participantes e enviado às secretarias municipais e estaduais, além de fundações, institutos, associações privadas de cultura, tornando-se um material de estímulo à criação de políticas e fóruns de discussão por todo o país. A capacitação permitiu dotar de instrumentos os multiplicadores que transmitirão o conhecimento necessário ao acesso aos mecanismos de fomento à cultura.

Cabe ressaltar que o programa contemplou, pela primeira vez, diversas camadas da população que não possuem qualquer tipo de organização. O movimento GLTB, mais organizado, nunca tinha obtido a atenção do Ministério como um segmento cultural e parte da diversidade.

Recomendações

- Em 2005, apenas duas ações do programa tiveram recursos alocados: "Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira" e "Gestão de Administração do Programa". Sugere-se migrar a ação "Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira" para o programa "Engenho das Artes" ou outro que se inclua no escopo de programas do MinC.

Livro Aberto

Objetivo

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 43.787.368,00	

Empenho Liquidado:	R$ 33.407.758,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 33.407.758,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Bibliotecas Públicas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 23 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Está em estudo uma metodologia de apuração e a definição de fonte de dados para este indicador.

2. Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 84 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
De acordo com informações da base de dados cadastrais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), houve a implantação de 400 bibliotecas em 2005. Existem 4.644 Municípios com bibliotecas, o que representa 84% dos Municípios do País.

3. Índice Nacional de Leitura

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Está em estudo uma metodologia de apuração e a definição de fonte de dados para este indicador.

Contextualização

Existe hoje, no Brasil, uma grande carência no acesso aos benefícios sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente, que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar, privando principalmente a população de baixa renda, que além de não ter acesso à aquisição de livros, enfrenta a escassez de bibliotecas públicas, geralmente concentradas nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais e raras nas periferias ou nas áreas rurais.

Há, também, a necessidade de capacitação dos profissionais voltados para o desenvolvimento de atividades culturais na área do livro e da leitura e de suporte às bibliotecas públicas no que tange à sua organização e implementação de técnicas, ações e políticas de fortalecimento e modernização dos serviços ofertados.

Principais resultados

Acesso às Bibliotecas Públicas

- Instalação, em 400 bibliotecas públicas, de kit composto por livros, mobiliários, equipamentos de imagem e som e equipamentos de informática.
- Atendimento a 400 mil usuários na Biblioteca Nacional (BN), na Biblioteca Demonstrativa de Brasília, na Biblioteca Euclides da Cunha e na Casa da Leitura.
- Assessoria técnica a 154 bibliotecas públicas nas 5 regiões do país.

Capacitação e Formação

- Capacitação de 394 profissionais da área do livro e da leitura por meio de seminários, cursos e encontros de bibliotecas públicas estaduais.

Difusão do conhecimento

- Concessão do Prêmio Luís de Camões, instituído pelos governos de Brasil e Portugal, à escritora Lygia Fagundes Teles.
- Concessão do Prêmio FBN, distribuído em 7 categorias: romance, contos, poesia, ensaio literário, ensaio social, projeto gráfico e tradução.
- Concessão de 18 bolsas para tradução e publicação de obras de autores brasileiros, a editoras da Argentina, Chile, Espanha, França, Holanda, Itália e Suécia.
- Realização da pesquisa "A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira", que tornou públicos os registros produzidos ao longo da expedição científica empreendida no Brasil entre 1783 e 1792.
- Produção de edições e co-edições de 10 obras, com 3 edições da revista

"Poesia Sempre" e instrumentação e edição fac-similar do "Reverbero Constitucional Fluminense, 1821–1822".

Participação em Eventos Nacionais e Internacionais:

- Exposição comemorativa do centenário de lançamento da revista "O Tico-Tico Lá, o Tico-Tico Cá", projeto bibliomúsica que alia a apresentação musical com informações sobre os instrumentos utilizados.
- Feiras de livros do Rio de Janeiro, da Bahia, Pan-Amazônica, de Pernambuco, de Porto Alegre, de Havana, Salão do Livro de Paris e Ano do Brasil na França e Festa Literária de Parati.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Parte das metas foi cumprida de modo satisfatório graças a parcerias e à interação com outros órgãos. O desempenho do programa seria ainda mais satisfatório se os limites orçamentário e financeiro não fossem liberados apenas no final do ano.
As metas físicas ficaram abaixo do previsto devido a fatores tais como o limite orçamentário utilizado para a readequação de crédito, por conta da insuficiência de recursos, para cobrir as despesas com benefícios, manutenção e funcionamento da Instituição e, ainda, a greve dos servidores públicos no período de 4 de abril a 17 de julho.

Outros aspectos relevantes

As bibliotecas mantidas e implantadas pela FBN são de acesso livre e o público-alvo é representado por todos aqueles que fazem uso de seus acervos e, na prática, é formado por pesquisadores e leitores a partir de 5 anos de idade, que acessam os espaços mantidos e as bibliotecas implantadas pela FBN, participante das feiras nacionais e internacionais de livros organizadas ou representadas pela FBN.

Em relação aos espaços mantidos, a greve dos servidores, de abril a julho, prejudicou o atendimento ao público, que foi normalizado logo após seu término.
Quanto às bibliotecas implantadas, devido à iniciativa realizada somente em dezembro, por conta do descontingenciamento tardio dos recursos, a aferição do público-alvo ainda está se consolidando.

O desempenho físico é mensurado a partir do Plano Interno (PI) e a avaliação mensal dos resultados, a partir dos relatórios de ações mensais elaborados pelo MinC, das reuniões com os responsáveis pelas ações para apresentação da análise e da possível correção da execução.
A carência de recursos humanos deve-se à falta de plano de carreira e de concursos públicos necessários para compor o quadro funcional, hoje bastante deficitário.

As Setoriais, órgãos colegiados criados no âmbito do MinC, compõem espaços de diálogos no campo do livro e da leitura. Apesar de trabalhar com transparência na aplicação dos recursos, o programa esbarra no excesso de regulação do Estado. Como exemplos de práticas continuadas, se destacam os editais públicos e o diálogo com a sociedade e com segmentos atendidos pela atuação do programa.

Recomendações

Conforme recomendado na avaliação do exercício 2004, é necessário que a BN explicite a composição dos kits de leitura distribuídos às Bibliotecas Públicas a cada ano.

- Deve ser pensada a distribuição de kits de livros nos Pontos de Cultura. Recomenda-se pró-atividade entre a BN e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC, visando aos Pontos de Cultura, que são espaços propícios para o hábito da leitura, assim como um diálogo mais estreito entre a BN e o MinC, visto que a primeira coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Quanto à implementação do programa, sugere-se instituir o acompanhamento e monitoramento das bibliotecas, mediante a criação de sistema de avaliação das bibliotecas instaladas.
- Quanto ao público-alvo, sugere-se a adoção de uma forma simples de mensurar o número de pessoas que têm acesso aos produtos oferecidos pelas bibliotecas que compõem o programa.

Monumenta

Objetivo

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

Público-Alvo

População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 47.240.000,00	Empenho Liquidado: R$ 37.880.443,00 Pago estatais: - Total: R$ 37.880.443,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado até 2005 (20,6%) refere-se ao percentual de obras concluídas e em fase de execução nos 26 centros históricos atendidos pelo programa.

O atual indicador não demonstra o número real de bens conservados de forma sustentável, pois as obras de restauração estão em fase de conclusão e os Fundos Municipais de Preservação ainda estão sendo implantados. Cabe ressaltar que nenhum centro histórico encontra-se completamente preservado e sustentável, sendo o indicador de sustentabilidade de difícil mensuração.

Até 2005, 6 Fundos foram implantados e 24 obras em monumentos/logradouros públicos concluídas.

2. Taxa de Conhecimento do Patrimônio Histórico e Cultural sob Proteção Federal pela População

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25/1998
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O atual indicador não é capaz de mensurar os resultados. O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Apenas no final do exercício, foram vislumbradas soluções com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

Contextualização

O abandono do patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) deve-se à perda do interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física. Com isso, esses bens culturais perderam seu valor imobiliário, resultando em degradação progressiva dos imóveis e incentivo à ocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação dos valores imobiliários e desestímulo à inversão de recursos para a sua recuperação e conservação.

Principais resultados

Restaurações/Recuperações:

- Conclusão de 10 obras de restauração do patrimônio histórico, compreendendo monumentos nas cidades de Diamantina, Congonhas e Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Rio de Janeiro (RJ). Goiás (GO), São Francisco do Sul (SC).
- Início de 26 obras em 18 Municípios conveniados.
- Realização de trabalhos de limpeza dos "12 Profetas", esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que compõem o conjunto arquitetônico do Santuário Senhor Jesus do Matosinhos, em Congonhas (MG).
- Recuperação da Ponte do Mocha e os das pequenas capelas "Cinco Passos da Paixão", pertencentes à diocese de Floriano,em Oeiras (PI).
- Entrega do prédio localizado na Rua Riachuelo 933, no Centro de Porto Alegre (RS), primeiro imóvel privado recuperado no país com recursos do programa, cuja obra foi iniciada em março e finalizada em dezembro.
- Inauguração da Orla do Porto Geral em Corumbá (MS), com reurbanização que contou com novo paisagismo, calçamento e iluminação de 400m2 de área. A obra permite o fácil acesso aos barcos e está localizada em um centro de observação privilegiado do casario histórico e do Rio Paraguai, que circunda a cidade.

Educação Patrimonial

- Lançamento, em setembro, do projeto Tapume do programa Monumenta, exposição de educação patrimonial montada ao ar livre na Praça Tiradentes, localizada no Centro Histórico do Rio de Janeiro.

Cooperação

- Assinatura do Termo de Cooperação para criação do Museu da Cidade do Rio de Janeiro, que terá como sede o Solar do Visconde do Rio Seco.
-

Capacitação e formação

- Conclusão do curso de restauração e fabricação de azulejos, oferecido pela Escola de Azulejaria de São Luís (MA), um projeto de capacitação e formação, fruto da parceria do programa com a prefeitura, para qualificação de mão-de-obra, visando ao restauro das fachadas azulejadas do acervo arquitetônico da capital maranhense.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Para a efetivação dos contratos de obras (investimentos integrados), houve grande quantidade de recursos interpostos pelas empresas participantes dos certames e morosidade das comissões de licitação em seu julgamento. Quanto às licitações, ocorreram erros procedimentais incompatíveis com o regulamento do programa. O distanciamento dos projetos básicos da real necessidade na aprovação dos perfis, identificado na análise para autorização das licitações, obrigou à readequação dos projetos e a novas apreciações pela Unidade Central de Gerenciamento (UCG) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de inúmeras obras a serem licitadas. Isso causou atrasos nas contratações e, conseqüentemente, no início das obras.

A celebração dos contratos para recuperação de imóveis privados com a Caixa Econômica Federal, foi difícil, porque a instituição financeira não chegou a um denominador comum quanto ao perfil do mutuário. A inadimplência efetiva dos proponentes dificultou os aditamentos dos convênios para 2005 e para o desembolso financeiro.

Com a execução orçamentária acima do esperado, atividades importantes para os resultados do programa foram realizadas, tais como: análise de 57 processos de licitação em investimentos integrados; desenvolvimento e implementação do Sistema de Administração Físico-Financeira (SAFF), que permite disponibilizar informações de todos os componentes do programa em tempo real, com base confiável e uniformizada; conclusão de editais de seleção pública para contratação de 52 projetos para intensificação do uso do patrimônio histórico arquitetônico dos Municípios elegíveis, visando à implementação de parte do componente "Promoção de Atividades Econômicas"; e lançamento de cartilha explicativa sobre o financiamento para recuperação de imóveis privados. Após o lançamento, várias cidades elegíveis lançaram o edital para o financiamento, no segundo semestre de 2005.

Com o início de nova gestão Municipal neste ano, houve alterações das equipes nas cidades conveniadas, prejudicando a continuidade dos trabalhos realizados

pelas Unidades Executoras de Projetos (UEPs), principalmente quanto às licitações e contratações de obras.

A inadimplência das cidades conveniadas com o Governo Federal prejudicou o andamento de diversas obras. Assim, uma boa parte das obras teve sua programação alterada.

As metas físicas estão dentro do previsto para a ação "Preservação do Patrimônio Histórico Urbano", considerando-se que a execução financeira e orçamentária superou as expectativas. Como o indicador para essa ação é ineficaz para a mensuração da meta física (conjuntos históricos), é difícil obter-se um resultado coerente, visto que não há como medir o cumprimento da meta física anual.

As ações "Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano" e "Educação Patrimonial na Área do Monumenta" ficaram abaixo do previsto.

O contrato de empréstimo prevê parceria privada, entretanto, há necessidade de se construirem mecanismos para incrementar a articulação com a iniciativa privada e com as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Outros aspectos relevantes

Em 2005, foi concedido ao programa "Monumenta" um aporte adicional de recursos da ordem de 95% a mais do que em 2004, o que permitiu um aumento considerável tanto de investimentos integrados quanto de atividades concorrentes.

O programa foi avaliado em agosto de 2005 pela 3ª Missão de Administração, realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A avaliação do BID é realizada anualmente.

Do início do programa até 2005, as atividades tomaram dimensões diferentes dentro das ações e, atualmente, os indicadores não refletem nitidamente os resultados, visto que alguns são de caráter qualitativo e não quantitativo.
Não foi realizada pesquisa de opinião pública para apurar o percentual de atendimento ao público-alvo do programa, o que deverá ser realizado ao final do programa.

Dois atores fazem o acompanhamento físico de forma descentralizada à UCG, a saber: 1) UEPs das cidades conveniadas, responsáveis pelo acompanhamento físico in loco da evolução das metas e 2) as sub-regionais do IPHAN, responsáveis por atestar in loco a qualidade dos serviços executados.

Nessa concepção, o monitoramento do desempenho físico desenvolvido pela UCG consiste na checagem de relatórios encaminhados sempre que ocorrem solicitações de pagamento. Assim, a periodicidade do monitoramento está vinculada aos desembolsos e sua abrangência é total.
Outro mecanismo de monitoramento, por exigência contratual do BID, é o relatório de progresso, de realização semestral, em que são avaliadas todas as ações executadas no âmbito do programa. Nele são apontados os resultados e entraves ocorridos e sua evolução. Bimestralmente o programa encaminha o relatório de Metas Presidenciais, que visa a verificar o monitoramento e os ajustes do programa.

O programa está realizando coleta de informações a partir de dados disponibilizados pelas prefeituras para o Sistema de Informações Patrimoniais, que integrará o Sistema Nacional de Informações Culturais. A base de dados de patrimônio está sendo desenvolvida juntamente com técnicos do programa e do MinC.

O fortalecimento institucional do IPHAN suscitou uma revisão completa do Plano de Ação, elaborado inicialmente em 1999. Com a nova estrutura da autarquia e em vista dos resultados da implantação de algumas ações, fizeram-se necessários a reprogramação e o detalhamento das atividades para o alcance das metas, tais como inventários nacionais, normatização para acautelamento e gestão do patrimônio, plano estratégico de informação e informática e plano de capacitação, a ser elaborado a partir da identificação da demanda do quadro funcional do IPHAN.

Quanto à gestão do programa, cabe esclarecer que a gerência trabalha em conjunto com as coordenações das ações. Foram realizadas oficinas, visando a levantar demandas comunitárias, assim como reuniões para discussão descentralizada de definição das ações que serão financiadas pelo programa, visto que são propostas apresentadas por associações comunitárias, ONGs, grupos étnicos e conselhos municipais. Resultaram dessa participação a definição de critérios para a destinação econômica dos bens já restaurados e em fase de conclusão, o fortalecimento de grupos locais estabelecidos nas áreas elegíveis pelo programa e a definição quanto ao fomento de atividades turísticas voltadas à promoção de atividades econômicas.

Em 2002, foi utilizado o mecanismo de disposição a pagar (DAP) em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) nas cidades beneficiadas pelo programa, que objetivou medir a disposição dos beneficiários em pagar pela preservação do patrimônio histórico. Em 2005 não foi realizada pesquisa de opinião pública, pois os conjuntos históricos não foram concluídos.

As práticas continuadas e inovadoras de gestão adotadas pelo programa consistem em unir estruturas já existentes no âmbito das três esferas de Governo, criando sinergias, através de Planos Diretores, em parceria com o Ministério das Cidades; Circuito de Pousadas Históricas, em parceria com o Ministério do Turismo; atividades concorrentes, fomentadoras de potencialidades socioeconômicas, culturais e turísticas de cada cidade; e intercâmbio de experiências nas cidades, por meio de oficinas, trazendo as comunidades locais para o contexto do programa.

Recomendações

- É necessário o aprimoramento do indicador "Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável", mudando-se, por exemplo, a fórmula de cálculo, já que o conceito fundamental do programa Monumenta - a sustentabilidade - é o diferencial da conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural em relação aos demais programas do MinC que tratam do mesmo assunto.

Museu, Memória e Cidadania

Objetivo

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 21.162.413,00	Empenho Liquidado: R$ 20.339.105,00 Pago estatais: - Total: R$ 20.339.105,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Sustentabilidade de Museus da União

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não houve apuração dos indicadores, pois não há nenhum instituto que o faça. A definição de indicadores para o setor cultural configura um grande problema, tendo em vista ser difícil mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

2. Relação Número de Visitantes a Museus / Número de Museus Revitalizados pela União

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 2,25 milhões em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 3,15 milhões

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não houve apuração dos indicadores, pois não há nenhum instituto que o faça. A definição de indicadores para o setor cultural configura um grande problema, tendo em vista ser difícil mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

Contextualização

Os museus brasileiros e as instituições de memória passam por uma fragilidade nunca vista, sem recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. Em sua grande maioria, os museus e demais espaços culturais estão instalados em imóveis antigos, muitos do período colonial, tornando necessária a implantação de ações sistemáticas de conservação e restauração dos prédios e instalações. Esses museus possuem coleções representativas das várias matrizes culturais brasileiras, o que também exige atenção especial que minimize os fatores naturais de sua degradação.

Principais resultados

- Consolidação da Política Nacional de Museus, resultante de uma ação democrática, cuja criação teve a participação de diversas entidades vinculadas à museologia, profissionais da área, do meio universitário e Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura.
- Realização de aproximadamente 800 eventos culturais, com a participação de 250 instituições de todas as regiões do país, na 3a edição das comemorações da Semana Nacional de Museus.
- Realização de 111 oficinas e 22 fóruns com mais de 6.600 profissionais de instituições museológicas e entidades afins, para a Capacitação em Museologia, feita em parceria com Universidades e Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, atingindo 20 Estados de todas as regiões do país.
- Restauração do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, mediante intervenções feitas pelo Ministério da Cultura (MinC).
- Garantia de condições de funcionamento aos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), permitindo a manutenção física dos prédios, o atendimento ao público e demais ações necessárias ao funcionamento dos museus.
- Seleção de 73 projetos, por meio de edital, distribuídos entre 24 Estados, para serem apoiados em 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Existem, no Brasil, em torno de 2 mil museus e o programa prevê o atendimento a qualquer um deles. Considerando-se o total de recursos orçamentários disponíveis, o atendimento se concentra em museus do MinC. Para os museus não vinculados foi destinada uma parte dos recursos, aplicados em projetos selecionados por meio de edital público.

Em que pese o forte contingenciamento, que levou ao redimensionamento de vários projetos, sua liberação no final do exercício possibilitou alcançar resultados satisfatórios. Os recursos estão bem abaixo das necessidades dos museus descentralizados em nível nacional, principalmente em função da 2a edição do Edital "Modernização de Museus", que visa a atender aos projetos de museus não vinculados ao ministério e tem como um dos critérios o atendimento a regiões menos privilegiadas no recebimento de recursos públicos.

Não houve apuração dos indicadores, tendo em vista a dificuldade em mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

Os trâmites burocráticos, as inúmeras exigências legais com relação à documentação para se firmarem convênios e o conseqüente atraso na liberação orçamentária e financeira prejudicam a execução das ações planejadas para o programa, tendo em vista que atrasam a formalização de convênios e a condução dos processos licitatórios.

Outros aspectos relevantes

O programa desenvolve uma rede de parcerias, sobretudo por meio do Sistema Brasileiro de Museus, que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor museológico (Associação Brasileira de Museologia e Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus). As parcerias são fundamentais para a realização de fóruns de discussões sobre as políticas museológicas implementadas nos Estados, a comemoração da Semana Nacional de Museus em todo o país e a realização de oficinas de capacitação em museologia em todas as regiões.

A maioria das metas físicas ficou acima dos patamares previstos em virtude das parcerias entre o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN) e as Secretarias e Fundações Culturais dos Estados, que permitiram dividir os custos e ampliar os resultados e promoveram a realização de Fóruns de Museus em todas as regiões do país, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes das políticas públicas no campo museológico em nível estadual e nacional, fornecendo subsídios para a condução da Política Nacional de Museus e, conseqüentemente, do programa "Museu, Memória e Cidadania".

A participação social, fomentada pelos fóruns de discussão promovidos pelo DEMU, é fundamental para o delineamento das diretrizes e definição de ações que serão realizadas dentro da Política Nacional de Museus e do programa "Museu, Memória e Cidadania". Isso contribui para que a demanda do setor musicológico seja atendida dentro das possibilidades do programa e para que os resultados sejam alcançados.

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM), cuja base de financiamento é o programa "Museu, Memória e Cidadania", se sustenta num modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional:

1. Instrumentos institucionais: organização institucional do setor museológico, compreendendo o programa de governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da Política Nacional de Museus, como a criação do Cadastro Nacional de Museus.
2. Instrumentos de democratização: formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, a disseminação de conhecimento, a distribuição democrática dos recursos públicos e a discussão das diretrizes das políticas públicas para o setor museológico.
3. Instrumentos de fomento: mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

O Sistema Brasileiro de Museus disponibiliza instrumentos institucionais de fomento e democratização para a gestão do Programa Nacional de Museus e a consecução

dos seus objetivos. Esse modelo provê organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento. Exemplos são os editais de apoio a museus, que são instrumentos de fomento e democratização, assegurando condições iguais a todos os interessados.

Com esse modelo de gestão, o Departamento de Museus e Centros Cultuais pretende valorizar o patrimônio cultural brasileiro por meio da revitalização e criação de instituições museológicas, a partir da obtenção dos seguintes resultados: incremento de recursos para investimento na área museológica em todo o país; estabelecimento de parcerias para captação de recursos humanos e financeiros e utilização de novas tecnologias para aperfeiçoamento do setor; profissionalização do setor museológico em todo o Brasil; visibilidade e valorização do tema "museus" pela sociedade.

O SBM dispõe de um Comitê Gestor, composto por entidades governamentais e da sociedade civil ligada ao setor museológico, constituindo um instrumento de democratização e suprindo o estabelecimento de mecanismos de comunicação legítimos e próprios para as demandas do campo museológico brasileiro.

Recomendações

- Estabelecer meta de atendimento de museus pelo programa.
- Criar indicadores, como, por exemplo, "Taxa de Cobertura/ Atendimento de Museus Brasileiros por Editais". Quanto à mensuração dos indicadores, são aplicáveis: "Custo do Museu / Receita", para o indicador 1 e "Número de Visitantes aos Museus", para o indicador 2 .
- Monitorar efetiva e continuamente a avaliação do programa.
- Priorizar a captação de recursos, visto o elevado número de museus que o programa pretende atender.
- Propiciar parcerias público-privadas para resguardar os museus dos crimes a que estão atualmente expostos com maior intensidade.



Ministério da Defesa

Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica
Adestramento e Operações Militares da Marinha
Adestramento e Operações Militares do Exército
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil
Calha Norte
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos
Desenvolvimento da Aviação Civil
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária
Ensino Profissional da Aeronáutica
Ensino Profissional da Marinha
Ensino Profissional do Exército
Gestão da Política de Defesa Nacional
Mobilização para Defesa Nacional
Proantar
Produção de Material Bélico
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
Recursos do Mar
Segurança da Navegação Aquaviária
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
Serviço de Saúde das Forças Armadas
Tecnologia de Uso Aeroespacial
Tecnologia de Uso Naval
Tecnologia de Uso Terrestre

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Defesa, foram utilizados R$ 33,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 35.399.108.939,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 33.361.053.978,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 1.164.209.010,48	**Realizado não orçamentário:**	R$ 306.446.482,74
Total previsto:	R$ 36.563.317.949,48	**Total realizado:**	R$ 667.500.460,74

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 1,2 bilhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foi executado cerca de R$ 1 bilhão.

Principais Resultados

O Ministério da Defesa priorizou a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do país, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. Destacam-se, a seguir, os principais resultados alcançados em 2005:

- Aquisição de 24 aeronaves AL-X destinadas ao policiamento do espaço aéreo para monitoramento da Região Amazônica.
- Aquisição de uma aeronave Embraer EMB-145 para o Correio Aéreo Nacional, aumentando o apoio médico e assistencial aos lugares mais distantes e menos desenvolvidos do país.
- Ampliação da área de abrangência do Programa Calha Norte (PCN), que passou de 74 a 151 Municípios, atendendo às demandas essenciais nas áreas de educação, saneamento básico e infra-estrutura em 21 Municípios carentes.
- Realização de 16 Operações de Assistência Hospitalar às populações ribeirinhas da Amazônia, totalizando 160.594 atendimentos em 558 localidades.
- Realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros.
- Formação de 24.775 jovens no âmbito do programa "Soldado-Cidadão", por meio de cursos profissionalizantes, proporcionando-lhes capacitação técnico-profissional básica e formação cívica, de forma a melhorar as

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

condições para ingresso no mercado de trabalho.

- Realização, no escopo no Projeto Rondon, de duas operações em 33 Municípios dos Estados do Acre e Amazonas, com a participação de cerca de 350 estudantes universitários, buscando soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a ampliação do bem-estar dessas comunidades carentes.
- Participação em missões propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de apoiar e promover a reconciliação nacional no Haiti e no Timor Leste.
- Execução, pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), de obras e serviços referentes à ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária, elevando sua capacidade de 110 para 115 milhões de passageiros/ano, destacando-se os seguintes aeroportos: Aeroporto Internacional de Maceió, Aeroporto Internacional de Campinas, Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek, Aeroporto de Uberlândia, Aeroporto Internacional de Congonhas (São Paulo).
- Conclusão da implantação das instalações e do fornecimento de equipamentos e sistemas do Projeto SIVAM e recebimento final do software dos Centros Regionais de Vigilância (CRV) e do Centro de Coordenação Geral (CCG) do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), permitindo o monitoramento completo da Amazônia brasileira.

Aspectos Relevantes

Algumas restrições prejudicaram o desempenho das atividades do Órgão, conforme relatado a seguir:

- Contingenciamento e atraso na liberação de recursos, em geral prejudicando todos os programas. Foram efetuados ajustes no planejamento das execuções das ações, visando a minimizar os efeitos. Ainda assim, houve impactos negativos na obtenção de equipamentos e na execução de obras de alto custo, principalmente em relação aos Programas de Reaparelhamento de cada Força. Ressalte-se que esses entraves vêm afetando o cumprimento de prazos dos projetos e gerando conseqüências negativas em compromissos comerciais e financeiros assumidos, além de comprometer o adimplemento de metas relativas à recuperação operacional das Forças.
- Insuficiência de recursos necessários para a manutenção de um nível de operacionalidade e atuação combinada das Forças Armadas compatível com as dimensões e características do país, resultando em insuficiência e obsolescência do material militar de uso naval, aéreo e terrestre e das instalações orgânicas, bem como elevando o custo para a manutenção dos recursos existentes.
- Insuficiência no nível de suprimento de material militar de uso naval, aéreo e terrestre.
- Dificuldade em relação às licitações, decorrente do atraso na liberação dos créditos aprovados para o programa "Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas", gerando a necessidade de reprogramar licitações e causando impactos na execução das ações.
- Insuficiência de recursos orçamentários, obrigando os Comandos das Forças a adotarem medidas de contenção de despesas, a fim de adequar a

preparação operacional da tropa. Destaque-se que o montante insuficiente para a alimentação da tropa obrigou os Comandos a utilizarem o regime de meio expediente nos meses de novembro e dezembro de 2005. Sob o aspecto social, os reflexos foram negativos, particularmente para os cabos e soldados, em sua grande maioria, oriundos das camadas mais humildes da sociedade.

- Insuficiência de recursos materiais, necessidade de incremento tecnológico nos laboratórios, necessidade de atualização no acervo bibliográfico e quantidade insuficiente de recursos humanos nos programas de tecnologia das três Forças, demandando ajustes no planejamento com o objetivo de garantir a consecução dos resultados. Particularmente, a implementação do programa "Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro" foi prejudicada devido à escassez de recursos materiais disponíveis para equipe gerencial e à inadequação da infra-estrutura. A infra-estrutura para a implementação do programa "Recursos do Mar" também sofreu o impacto da falta de navios e laboratórios para a condução das pesquisas pelas equipes executoras; da obsolescência dos equipamentos científicos dos meios flutuantes para a realização das pesquisas no mar; da manutenção inadequada, obsolescência e quantidade insuficiente dos laboratórios existentes em terra firme.
- Destacam-se ainda algumas dificuldades que fogem à governabilidade do MD: falta de visão de Estado, relativamente à área de Defesa; crescente convocação das Forças Armadas para participar de soluções para os problemas nacionais; reduzida percepção quanto aos assuntos relativos à Defesa Nacional; dificuldade de obtenção de financiamentos de instituições civis para projetos na área de Defesa, tendo em vista a baixa ou nula rentabilidade desse tipo de iniciativa; dependência externa do país relativamente aos recursos de natureza estratégica para a sua defesa, causada pela inexistência de parque industrial nacional voltado para essa necessidade; evasão de mão-de-obra especializada na área científica e tecnológica, que dificulta a criação e o desenvolvimento de tecnologias de ponta específicas para fins militares; tentativas de formação de consensos internacionais contrários aos interesses nacionais, relativamente à região Amazônica e outros vazios estratégicos; intensificação da ocorrência de crimes transnacionais, tais como contrabando e narcotráfico, sobretudo na região norte do país; dificuldade de importação de material de emprego militar, devido à dificuldade de acesso a materiais e tecnologias avançados, aos prazos de entrega demasiadamente longos e dificuldade de manutenção dos compromissos dos contratos.

Recomendações

- Aperfeiçoar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Aperfeiçoar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas; gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Defesa.

Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas

Objetivo

Garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacional e internacional.

Público-Alvo

Nação brasileira e a comunidade internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 279.552.858,00	Empenho Liquidado: R$ 197.706.162,00 Pago estatais: - Total: R$ 197.706.162,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

O programa não possuía indicador em 2005. Todavia, foi inserido indicador na revisão do PPA vigente em 2006.

Contextualização

Por sua ampla dimensão territorial, o Brasil precisa contar com um sistema de defesa eficaz, baseado na interoperabilidade e interconectividade das suas Forças Armadas, altamente qualificadas para atuar, de forma combinada, em sistemas integrados de logística e mobilização. Da mesma forma, intensificar a participação do Brasil na intermediação de conflitos internacionais exige a manutenção de uma força preparada para integrar missões internacionais de manutenção da paz.

Especificamente, este programa visa à reunião de esforços para garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacional e internacional

Principais Resultados

- Operação TIMBÓ III: realizada no período de 20 a 30 de julho, intensificou a presença das Forças Armadas (FA) na Amazônia Ocidental, englobando uma extensa faixa da fronteira, com a participação de 4.260 militares das três forças.

- Operação MARACAJU IV: realizada no período de 15 a 19 de agosto, com a finalidade de preparar as FA para o exercício de Defesa Aeroespacial, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a participação de 540 militares das três forças.
- Operação PAMPA I: realizada no período de 10 a 20 de outubro, com o envolvimento de dois Comandos Combinados, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a participação de 4.500 militares das três forças
- Operação LEÃO II: realizada no período de 20 a 30 de novembro, com a finalidade de preparar as FA em operações de evacuação de não combatentes, empregando operações anfíbias, aeroterrestres e especiais, abrangendo os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a participação de 5.343 militares das três forças.
- Operação JAURU II: realizada no período de 27 de maio a 5 de junho, com a finalidade de intensificar a presença das FA na faixa de fronteira e atualizar os planejamentos de apoio ao combate a delitos transnacionais e ambientais, abrangendo uma extensa faixa de fronteira brasileira nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte do Paraná, com a participação de 3.425 militares das três forças.
- Missão da ONU – HAITI: participação do contingente brasileiro, com um efetivo de 1.200 militares, das três Forças, além de uma Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, com 150 militares.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Todas as atividades planejadas foram realizadas em sua plenitude, de modo que a execução física das ações aconteceu dentro do previsto. O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu por meio de relatórios de missão, transmitidos ao término das atividades planejadas.

O fluxo de recursos foi compatível com a programação. E a execução financeira do Programa atingiu R$ 197.706.162,00, que equivalem a 71 % do valor previsto.

Houve atraso na aprovação e abertura dos créditos destinados a suportar as missões de paz a que o governo se comprometeu , os quais constituíram ônus adicional e não previsto para as Forças que, por sua vez, utilizaram recursos próprios nas providências preparatórias, evitando que também ocorresse atraso no cumprimento do compromisso assumido pelo governo brasileiro

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa para “Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas”.
- Alterar o objetivo para: “Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional”.

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Objetivo

Preparar a Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 767.680.321,00	Empenho Liquidado: R$ 754.461.379,00 Pago estatais: - Total: R$ 754.461.379,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Esforço Aéreo

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 93,23 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Haja vista que o índice ao final do PPA, previsto em 90%, foi superado em 2004 (94,11%) e em 2005 (93,23%), estima-se que a viabilidade de manutenção ou superação, em 2007, é bastante alta.

Contextualização

Não há.

Principais Resultados

Realização de manobras operacionais:

- FAEX VII – Manobra com o objetivo de treinar o emprego e o desenvolvimento de técnicas e novos métodos de localização de sobreviventes, resgate noturno e marítimo.
- PORTEIRA FECHADA – Operações de policiamento do espaço aéreo brasileiro, com enfoque para a região norte/noroeste do país.

Realização de operações internacionais:

- PRATA III – Operação combinada com a Força Aérea Argentina, tendo como enfoque principal o emprego conjunto de meios destinados à detecção, interceptação e adoção de medidas de policiamento do espaço aéreo contra tráfegos ilícitos na aérea da fronteira entre o Brasil e a Argentina.
- PARBRA I – Operação combinada com a Força Aérea Paraguaia, tendo como enfoque principal a padronização dos procedimentos para a defesa aérea, com base no Acordo de Cooperação Mútua, para reprimir o tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas na área da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.
- CEIBO - Operação combinada entre as Forças Aéreas da Argentina, do Chile e do Uruguai, tendo ainda o Paraguai e a Bolívia como observadores. O exercício teve como objetivo treinar os pilotos e mecânicos das forças aéreas participantes, além de capacitar os estados-maiores no planejamento e na execução de operações combinadas, tendo como base a estrutura e doutrina empregadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Operações com as demais Forças:

- MARACAJU IV – Manutenção do estado de alerta de Defesa Aeroespacial como medida preventiva contra eventuais ameaças à soberania nacional, realizando operações de policiamento do espaço aéreo brasileiro, com enfoque para a região norte/noroeste do País. Participantes: FAB, Marinha do Brasil (MB) e Exército Brasileiro (EB).
- TIMBÓ III – Operação combinada, de grande porte, na fronteira norte do País, a fim de garantir a soberania na região. Participantes: FAB, MB e EB.
- LEÃO II – Exercício de grande porte, envolvendo a FAB e a MB. A operação foi realizada como jogo de guerra e somente na carta, sem atividade aérea.
- JAURU III – Adestramento das equipagens, com base em cenários reais de combate ao ilícito. Participantes: FAB e EB.

Operações da Força Aérea Brasileira - FAB com a Marinha do Brasil:

- PATCOS (ATLÂNTICO) – Ação de presença na Zona de Exclusão Econômica (ZEE), apoiando a MB na missão de fiscalização do cumprimento das normas e leis estabelecidas nas águas jurisdicionais brasileiras.
- ADEREX I e ADEREX II – Operação combinada com a Marinha do Brasil, tendo como foco principal o aprimoramento de doutrinas voltadas para operações aeronavais, empregando-se as aviações de patrulha e caça.
- FRATERNO – Operação combinada com a Marinha do Brasil, tendo como foco principal o aprimoramento de doutrinas voltadas para operações aeronavais, em conjunto com a Armada Argentina, empregando-se as aviações de patrulha e de caça.

Operações da FAB com o Exército Brasileiro:

- MEMBECA III – Adestramento das equipagens de combate na execução de missões de apoio às Forças de Superfície.
- AGULHAS NEGRAS III – Execução das ações constantes dos Planos de Campanha dos Comandos Militares de Área, vocacionados para a Defesa Externa.

Missões de Assistência Social e de Emergência:

- Evacuação Aeromédica (EVAM)/Missão de Misericórdia (MMI) – Remoção de enfermos e feridos para locais em melhores condições de atendimento médico-hospitalar e atendimento a comunidades isoladas e/ou carentes, com consulta médica, tratamento odontológico, exames laboratoriais, orientações etc.
- SAR – envolvimento de aeronaves da FAB em missões de resgate, busca e salvamento.
- Linhas do CAN – Manutenção das linhas do Correio Aéreo Nacional – CAN no Acre e ao longo dos rios Juruá e Purus, levando apoio às comunidades carentes e integrando, cada vez mais, o território e o povo. Além das linhas nacionais, manteve-se a linha internacional do CAN, entre as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevidéu, contribuindo, ainda mais, para a integração do MERCOSUL e aproximação dos países sul-americanos.
- TSUNAMI – Transporte para Bancoc, na Tailândia, de 16 toneladas de medicamentos e alimentos e 60 toneladas de mantimentos, água e remédios para Colombo, capital do Sri Lanka, para distribuição às vítimas da tragédia.
- Atendimentos emergenciais a governos estaduais e municipais e comunidades atingidas pela seca (Tabatinga, Eirunepé, Boca do Acre e Tefé no Amazonas e Porto Velho em Rondônia). Mais de 17 toneladas foram transportadas para essas localidades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução orçamentária da LOA 2005 foi de 98,28%, porém, não foi suficiente para atender 100% das metas físicas.

Este fato deve-se ao Limite Orçamentário muito aquém das necessidades. Os recursos previstos na LOA 2005 foram insuficientes para o desenvolvimento das seguintes ações, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Ação Orçamentária	Recursos	Pré-proposta Orçamentária (em R$)	LOA 2005 (em R$)
2866 Ações de Caráter Sigiloso	Tesouro	810.000,00	200.000,00
2864 Alimentação de Pessoal	Tesouro	108.639.638,00	70.450.000,00
2881 Capacitação Física	Tesouro	420.371,00	10.000,00
2890 Mnt/Sup de Material Bélico	Tesouro	73.427.922,00	24.325.001,00
2755 Mnt/Sup de Campo/Est.	Tesouro	550.000,00	150.000,00
2048 Mnt/Sup de Mat. Aer.	Tesouro	723.580.844,00	298.021.077,00
2756 Mnt/Sup de Contra-Incêndio	Tesouro	9.068.500,00	7.368.500,00
2894 Mnt/Sup de Mat. Int. Tesouro	Tesouro	17.640.000,00	1.500.000,00
2896 Mnt/Sup de T. Log. Sup.	Tesouro	1.013.480,00	500.000,00
2757 Mnt/Sup de Simuladores	Tesouro	2.990.807,00	800.000,00

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa para "Preparo e Emprego da Força Aérea".
- Para que o nível de execução possa ser melhorado, é necessário que:
  - As dotações orçamentárias reflitam as reais necessidades do programa.
  - Os limites orçamentários e financeiros sejam concedidos em tempo hábil para sua execução.
  - Que os créditos extraordinários, eventualmente concedidos, incorporem limites.

Adestramento e Operações Militares da Marinha

Objetivo

Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 593.665.105,00	Empenho Liquidado: R$ 561.552.295,00 Pago estatais: - Total: R$ 561.552.295,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Aprestamento de Navios Distritais para Composição da Força de Emprego Rápido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 64 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi alcançado. Desta forma, é alta a vunerabilidade de alcance, mantendo-se os paramares orçamentários.

2. Taxa de Aprestamento de Navios e Submarinos subordinados à Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 51 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Ressalte-se que a viabilidade decorre, principalmente, dos patamares orçamentários disponibilizados.

3. Taxa de Aprestamento de Navios e Submarinos subordinados à Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 34 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Ressalte-se que a viabilidade decorre, principalmente, dos patamares orçamentários disponibilizados.

Contextualização

Visando ao cumprimento da missão constitucional determinada pelo art 142 da Constituição Federal, que trata sobre a defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, é necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos adequados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e grau de presteza apropriados às necessidades do País.

Principais Resultados

- Realização de Patrulhas Navais para a fiscalização e proteção das áreas de produção de petróleo situadas na plataforma continental e nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de manter a ação de presença na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) daquele Arquipélago.
- Capacitação alcançada com a conclusão do emulador para lançamento do míssil Exocet MM-40 por Fragatas Classe Greenhalgh (FCG) e do Sistema de Simulação e Treinamento Tático Multi-Tarefa, como ferramenta de planejamento e avaliação de diretivas

Realização das seguintes Operações Combinadas:

- Operação MARACAJU IV/05, com a participação da Marinha Brasileira - MB, do Exército Brasileiro - EB e da Força Aérea Brasileira - FAB, em que foram empregadas, pela primeira vez, aeronaves do Esquadrão VF-1 em ações de defesa aeroespacial na área das plataformas na Bacia de Campos, tendo as aeronaves decolado da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, simulando o Navio Aeródromo - NAe "São Paulo", operando ao largo de Cabo Frio.
- Operação TIMBÓ-IV/05, na área da Amazônia Ocidental, com participação da MB, do EB, da FAB e de órgãos de segurança pública.
- Operação JAURU-II/05, na fronteira oeste do país, com a participação da MB, do EB, da FAB e de órgãos de segurança pública e fiscalização fazendária.
- Operação PAMPA-I/05, na Região Sul, com a participação da MB, do EB e da FAB.
- Operação Leão II, no Rio de Janeiro e Espírito Santo, relacionada ao treinamento para resgate de nacionais e materiais de interesse do governo brasileiro em território estrangeiro, com a participação da MB, do EB e da FAB.

Realização de atividades subsidiárias:

- 16 comissões de operações de assistência hospitalar, o que perfaz 415,5 dias de comissão, totalizando 160.594 atendimentos, em 558 localidades nos rios Purus, Juruá, Tarauacá, Envira, Acre, Madeira, Negro, Branco, Solimões, Içá, Javari, Tapajós, Nhamundá, Japurá, Copeá, Auati, Timbó, Xingú, Jari e Marajó.
- 9 comissões de ações cívico-sociais, perfazendo 21 dias de comissão, totalizando 1.437 atendimentos médicos e odontológicos, em 29 localidades da região.
- Participação no Projeto Rondon, com três navios e duas aeronaves do Comando do 9º Distrito Naval nas localidades de Carauari, Eirunepê, Fonte Boa, Tabatinga e Tefé, além do apoio da Capitania Fluvial de Tabatinga e das Agências Fluviais de Tefé e de Eirunepê.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados das atividades empreendidas neste programa não alcançaram os níveis desejados, no que concerne ao aprestamento das Forças Navais e à manutenção das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, em face das restrições orçamentárias impostas à Marinha.
Além dos reduzidos índices de disponibilidade das unidades operativas da Força, cabe enfatizar que aquelas atualmente em operação possuem significativas restrições operacionais e não dispõem de suas dotações mínimas de munição convencional e de armas inteligentes, o que, aliado ao baixo nível de estoques de combustíveis, inviabiliza o poder dissuasório da Esquadra brasileira. A Esquadra vem tendo sucessivos decréscimos de dias de operações no mar, significando sensível diminuição na qualificação e no adestramento do pessoal. Conseqüentemente, há perda do conhecimento técnico-profissional dos oficiais, praças e servidores civis da Marinha, patrimônio nacional intangível, em cuja formação o país investiu volumosos recursos.

Ademais, as atividades do programa sob comento serão seriamente afetadas, impondo-nos reduzi-las ainda mais e, em alguns casos, até mesmo paralisá-las, com reflexos negativos para a sociedade brasileira e a economia nacional, bem como no campo das relações internacionais e da defesa.

Considerando-se especificamente as unidades da Esquadra, cujas tarefas estão diretamente relacionadas ao cumprimento da missão constitucional da MB, a situação agravou-se sensivelmente: em dezembro de 2005, das 106 unidades existentes na Esquadra, entre navios, submarinos, helicópteros e aviões, 61 encontravam-se imobilizadas e 45 operavam com restrições.

Em relação à Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), houve redução dos exercícios anfíbios, decorrentes da indisponibilidade de unidades navais, causando prejuízos à capacitação operativa da FFE na realização de operações anfíbias. Cumpre ressaltar que a situação é mais grave ainda em face da redução da munição de armas portáteis, com influência direta no adestramento.

Enfim, considerando-se os baixos patamares orçamentários, os resultados alcançados foram compatíveis com os recursos disponibilizados em 2005.

Outros Aspectos Relevantes

A Marinha utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados. Todavia, em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, que já havia sido estabelecida em valor insatisfatório, há conseqüências indesejáveis, tais como o cancelamento de operações militares e a insuficiente manutenção das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, levando ao comprometimento da proteção das plataformas de petróleo, do combate à poluição marinha por navios e do apoio à prevenção da pesca irregular.
A liberação parcelada dos recursos, no transcorrer do exercício de 2005, implicou na necessidade de se postergar a execução de diversas atividades do programa.

As organizações responsáveis pela manutenção e pelo reparo das unidades operativas da Marinha apresentam grau de obsolescência elevado, necessitando de investimentos para a modernização e recuperação de sua capacidade industrial.

Para a recuperação a curto prazo do estado de prontidão operativa dos navios e aeronaves existentes, foi elaborado o Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval (PERPN). Seu objetivo é a correção gradativa dos problemas materiais acumulados nos últimos anos e foi planejado, com custo médio anual de R$ 290 milhões, para ser executado em quatro anos e implementado a partir de 2006.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa para “Preparo e Emprego do Poder Naval”.
- Há a necessidade de se alocar mais recursos orçamentários para atender ao Programa.

Adestramento e Operações Militares do Exército

Objetivo

Preparar o Exército Brasileiro para assegurar o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 616.996.858,00	Empenho Liquidado: R$ 615.846.494,00 Pago estatais: - Total: R$ 615.846.494,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Preparo do Efetivo Militar

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 45,17 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Tendo em vista os índices apurados em 2004 e 2005, de 37,00% e 45,17%, respectivamente, e considerando que a insuficiência de recursos reflete-se negativamente em várias ações, estima-se uma baixa possibilidade de alcance do índice previsto para o final do PPA, que é de 53%.

Contextualização

Para o devido cumprimento da missão constitucional determinada pelo art. 142 da Constituição Federal, é necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos apropriados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e com grau de presteza adequados às necessidades do País.

Para o cumprimento dos objetivos de defesa, o país deve dispor de uma força terrestre adequada ao seu perfil geográfico, com os necessários atributos de alta

mobilidade e leveza, capaz de atender, com rapidez e eficiência, quando solicitada, em qualquer parte do território nacional

Principais Resultados

Realização das seguintes operações militares:

- "Operação Timbó III": exercício operacional que visou ao adestramento das Forças Armadas - Marinha, Exército e Força Aérea - no planejamento e execução de operações combinadas, intensificando a presença da Força Terrestre na faixa de fronteira. Foram adestrados os integrantes do Comando Combinado da operação na coordenação e controle de seus meios militares, os quais estavam distribuídos em uma faixa de aproximadamente 5 mil km de extensão, com uma área de 606 mil Km². A Força Terrestre empregou um efetivo de aproximadamente 4 mil militares nas diversas ações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que foram intensificados os contatos com as populações ribeirinhas e levantados dados operacionais que facilitarão futuros planejamentos de emprego militar.
- "Operação Jauru III": operação combinada realizada nos Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no noroeste do Paraná, sob comando único atribuído ao Comandante Militar do Oeste (CMO). Participaram da Operação diversos órgãos que atuam na região, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as Secretarias de Segurança Pública dos Estados envolvidos, bem como suas polícias civis e militares, além de outros órgãos de fiscalização fazendária e ambiental estaduais. A área de operações englobou uma extensa faixa da fronteira brasileira, de 2.300 km, junto à Bolívia e ao Paraguai, que vai desde o Município de Comodoro, MT ao Município de Guaíra, PR. Foram priorizadas as ações de intensificação de vigilância das fronteiras, de patrulhamento nas calhas dos rios e de apoio aos órgãos de segurança pública e outros órgãos civis de fiscalização fazendária e ambiental. Além disso, as comunidades carentes da região receberam atendimento médico e odontológico.
- "Operação Centauro II": exercício de operações militares inserido no Período de Adestramento da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Bagé, RS, teve por finalidade aprimorar o adestramento dos militares em operações de guerra convencional, aplicando técnicas e táticas aprendidas e treinadas durante o ano de instrução militar. Foi desenvolvido na região dos Municípios de Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e no Campo de Instrução Barão de São Borja, localizado no Município de Rosário do Sul, RS.
- "Operação Pampa I": exercício combinado do Ministério da Defesa, considerada a principal atividade de adestramento para as operações convencionais. Desenvolvido nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, no período de 10 a 20 outubro, teve por objetivo adestrar as Forças Armadas no planejamento e na execução de operações combinadas de guerra convencional. A área de operações abrangeu a região do Porto de Rio Grande, com ações da Força Tarefa Combinada da Marinha, sob o comando do 5º Distrito Naval; o Campo de Instrução de Santa Maria, com a utilização do Centro de Aplicação de Exercícios de Simulação de Combate 2 (CAESC 2), pela 3ª Divisão de Exército; e a região de Bagé,RS, com a 6ª Divisão de Exército, realizando no terreno uma marcha para o combate. Da Base Aérea

de Canoas, - RS, aeronaves decolaram para combater a aviação inimiga da Base Aérea de Santa Maria. A 5ª Divisão de Exército, com sede em Curitiba ,PR, participou na simulação de combate e na direção do exercício.

- "Operação Santa Tecla": operação da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (3ª Bda C Mec) realizada no período de 5 a 9 de dezembro de 2005 eve por finalidade aprimorar o adestramento dos militares em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em faixa de fronteira e no combate a ilícitos transfronteiriços. A Operação contou com a participação dos orgãos de segurança pública e de fiscalização aduaneira e de tributos. A Operação desenvolveu-se na região dos Mmunicípios gaúchos Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Sant'ana do Livramento, São Gabriel, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Dom Pedrito, Santa Margarida do Sul, São Sepé e Vila Nova do Sul.
- "Operação Agulhas Negras": exercício operacional com vistas a adestrar o Comando da 2ª Divisão de Exército no planejamento e execução de operações em um quadro de guerra regular realizando a concentração estratégica; marcha para o combate; ataque coordenado e defesa de área; assalto aeromóvel; reconhecimento e patrulhas, além de infiltração e exfiltração aeromóvel. Executou-se, também, o deslocamento do apoio logístico, a mudança do Pelotão de Combate - PC do Cmdo 12ª Brigada de Infantaria Leve - Aeromóvel (12ª Bda Inf L - Amv), a transposição e travessia de cursos d´água, um exercício de simulação de combate e a execução de tiro real com armamento coletivo. O exercício foi realizado no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ, no período de 14 a 18 de novembro de 2005, e contou com a participação da 11ª Bda Inf L (GLO), 12ª Bda inf L - Amv e unidades do Comando da Aviação de Exército, da FAB, de Defesa Química, Bacteriológica e Nuclear, e de Guerra Eletrônica, com um efetivo de 3.070 homens. O exercício caracterizou-se, também, pelo emprego da Engenharia no preparo e execução da transposição do Rio Paraíba do Sul de mais de 200 Vtr, sem acidentes ou atrasos construção do PC subterrâneo do Cmdo da 12ª Bda Inf L - Amv, na C Pnt Amv.
- "Operação Membeca": exercício de adestramento que empregou o Comando da 1ª Divisão do Exército (DE) no planejamento e execução de operações em um quadro de guerra regular, em Área Operacional do Continente (AOC). As ações ofensivas exploradas foram: marcha para o combate, combate em localidade, infiltração terrestre, assalto aeromóvel e ataque coordenado. As ações defensivas foram: assalto aeroterrestre, cabeça de ponte aérea, retardamento e defesa de área. Foram ainda exploradas ações de apoio aéreo aproximado com aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) e guerra eletrônica. Foi empregado o Observador, Controlador e Avaliador (OCA) e o equipamento de simulação "DSET" no adestramento da tropa com excelentes resultados. O exercício foi realizado no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, RJ, no período de 31 de outubro a 4 de novembro de 2006, com tropas da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada - Escola (9ª Bda Inf Mtz - Es) e Brigada de Infantaria Pára-quedista, empregando cerca de 1800 homens. Foi priorizada a manobra de flanco, executada pela 9ª Bda Inf Mtz (Es) e a infiltração pelo 1º Batalhão de Infantaria Motorizado - Escola (1º Btl Inf Mtz - Es). Foram destaques: o emprego adequado dos meios disponíveis; o detalhamento

dos planejamentos; o emprego dos meios de guerra eletrônica (GE); o emprego dos meios aéreos e do apoio de fogos disponíveis; a motivação e o grau e adestramento da tropa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O principal fator de limitação ao atendimento das metas físicas e, conseqüentemente, do alcance de todos os resultados fixados para os programas, foi a insuficiência dos recursos disponibilizados, o que impossibilitou a consecução integral do preparo, capacitação, adestramento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre. Entretanto, vale ressaltar algumas ações que causaram impacto no resultado final do Programa:

- Ação "Doutrina e Estratégia Militar": logrou cumprir 100% de sua meta física. A formulação doutrinária, ao responder os questionamentos "Como deve a Força Terrestre ser organizada?", "Como deve ser equipada e armada?" e "Como deve combater?" impacta diretamente no objetivo final do programa e no próprio cumprimento da missão constitucional do Exército.
- Ação "Manutenção e Suprimento de Fardamento": sua execução física alcançou 93.498 militares atendidos, 56,48% da meta total prevista. No último pregão do ano (22 de dezembro de 2005), cujo objeto era a aquisição de fardamento para atender a incorporação de 50 mil homens, em 2006, só se adquiriu o suficiente para atender 25 mil.
- A dotação orçamentária consignada à ação "Manutenção e Suprimento de Material Bélico" ficou aquém das necessidades, interferindo nas atividades administrativas e operacionais da Força Terrestre. As restrições, contudo, foram resolvidas. O crédito previsto foi recebido integralmente, mas mostrou-se insuficiente, principalmente, no que se refere à aquisição de viaturas, armamentos, equipamentos e ferramentas, atendendo menos de 10% das necessidades. Já para a manutenção de material bélico alcançou-se, em média, 60% das necessidades. A sua meta física é caracterizada como "não cumulativa", devido à consolidação de diversas Seções de Manutenção da Diretoria de Manutenção (DMnt) e de Seções de Suprimento da Diretoria de Suprimento (DS). Por essa razão, a meta física deve ser de 510 Organizações Militares (OM) e não de 1020.
- A ação "Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes" não teve a sua meta física atingida em 2005, em virtude da insuficiência dos recursos destinados à aquisição de suprimentos para atender toda a demanda. O fato de a quantia de R$ 5.238.000,00 ter sido incluída em restos a pagar causou um transtorno à administração, em virtude de o combustível licitado não ter sido recebido no ano de 2005, o que teria amenizado a situação crítica enfrentada pela Força.
- O contingenciamento dos recursos da ação "Alimentação de Pessoal" teve impacto nas atividades realizadas a partir do mês de novembro de 2005, obrigando o Exército a adotar o regime de meio expediente em algumas Organizações Militares, como solução inicial para amenizar o problema. Em dezembro de 2005, foram descontingenciados cerca de R$ 8,4 milhões, minimizando as restrições na alimentação de pessoal; porém, permaneceram contingenciados em torno de R$ 5,2 milhões. Em função da programação financeira estipulada, R$ 8,4 milhões foram inscritos em restos a pagar,

sendo R$ 400 mil processados e R$ 8 milhões não processados.

- A ação "Manutenção e Suprimento de Munição" foi prejudicada, porque os fornecedores de munição não tinham material em estoque, necessitando realizar entregas parceladas. O planejamento da execução física contemplou todas as organizações militares, entretanto, estas foram atendidas de maneira precária, já que os recursos previstos na LOA atenderam somente a 10% da Dotação de Munição Anual (DMA), necessária à instrução e ao adestramento do Exército Brasileiro. No mês de dezembro de 2005, foram recebidos R$ 1,8 milhões, a título de crédito adicional, utilizados para a aquisição, conforme planejamento da DS, de tiros 105 mm AE M1 B1 junto às empresas IMBEL e EMGEPRON, no valor de R$ 876.800,00. Em relação ao saldo restante, firmou-se contrato com a empresa CBC, para a aquisição de munições de calibre até 30mm.

Além disso, foi possível prosseguir à ativação, em Goiânia, GO, da Brigada de Operações Especiais (força apta para o combate ao terrorismo) e à transformação, em Campinas, SP, da 11ª Brigada de Infantaria Blindada em 11ª Brigada de Infantaria Leve (vocacionada para as missões de Garantia da Lei e da Ordem - GLO).

O prosseguimento da ativação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em São Gabriel da Cachoeira (AM) dependeu, exclusivamente, do aporte de recursos do Programa Calha Norte para a construção das instalações programadas e dos próprios residenciais nacionais para oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

Outros Aspectos Relevantes

Há vários anos, as dotações orçamentárias consignadas ao Exército vêm sendo insuficientes para o desenvolvimento adequado dos seus diversos programas, o que tem obrigado o Comando da Força a adotar medidas de contenção de despesas, a fim de adequar a preparação operacional da tropa à disponibilidade dos recursos orçamentários.

O exercício financeiro de 2005 manteve-se restritivo, implicando em conseqüências e reflexos negativos para a manutenção de um Exército compatível com a estatura político-estratégica da nação, que se propõe a ser reconhecida no cenário internacional, inclusive pleiteando uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O Comando do Exército está ciente de que a restrição de gastos em todas as áreas é indispensável para permitir a retomada do crescimento econômico do país e tem colaborado, em todos os sentidos, com o esforço nacional.
.

Recomendações

- Alterar a denominação do Programa de "Adestramento e Operações Militares do Exército", para "Preparo e Emprego da Força Terrestre"..

Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, estimulando a busca de soluções para os problemas sociais da população, além de dotar de formação cívica e profissional que habilite os jovens, em idade de prestação do serviço militar, que necessitam de qualificação social e profissional, ao primeiro emprego.

Público-Alvo

Sociedade brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 65.407.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.020.098,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 53.020.098,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamentalo.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 250 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Embora o índice de 50%, apurado em 2005, tenha ficado abaixo do índice inicial do programa, que é de 60%, as operações não deixaram de ser executadas. Pretende-se, entretanto, incrementar os recursos em 2007, existindo grande probabilidade de alcance do índice previsto.

2. Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador está relacionado diretamente à disponibilidade de recursos em fontes de convênio (181) no orçamento do Exército Brasileiro, especificamente para os Batalhões de Engenharia e Construção (BEC). Atualmente, todos os convênios propostos estão sendo atendidos, gerando 100% de resultado.

Contextualização

Tendo em vista a necessária participação de todos os segmentos da sociedade no esforço nacional de superação das deficiências sociais do país, o programa viabiliza o emprego das Forças Armadas no apoio às ações governamentais.
Assim, cumprindo missões complementares à sua destinação, o Ministério da Defesa participou, em conjunto com os órgãos responsáveis, de ações de defesa civil, assistência social e construção de infra-estrutura, apoiando as ações de governo na consecução de metas e objetivos nacionais. O MD viabilizou, ainda, a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania, oferecendo aos jovens brasileiros oportunidades formativas inovadoras e criativas, mediante sua formação integral, através de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional.

Principais Resultados

- Operações Amazonas 2005 e Acre 2005, com participação de 350 estudantes universitários em 19 Municípios, no âmbito do Projeto Rondon.
- Habilitação de 24.775 jovens pelo programa Soldado Cidadão.
- Construção da rodovia BR 282 em Santa Catarina.
- Pavimentação das rodovias MT 040 e MT 361 em Mato Grosso.
- Construção do anel rodoviário em Barreiras, BA.
- Restauração do dique Poti Velho em Terezina, PI.
- Construção da pista do Aeroporto Internacional de Natal, RN.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A realização financeira alcançou R$ 53.020.098,00, equivalente a 81% do previsto.

Destacam-se, positivamente, as seguintes ações: 2862 – "Ações Cívico-Sociais", por meio das quais foram atendidas 11.322, de uma previsão de 1 mil pessoas; e 8447 – "Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros", que realizou 30 missões, de uma meta de 10 missões.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O índice previsto, ao final do PPA, do indicador "Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação", deverá ser alterado, de 38% para 100%, tendo em vista que o mesmo já foi alcançado.
- O objetivo, que engloba apenas as ações referentes aos projetos "Rondon" e "Soldado Cidadão", deverá ser ajustado.
- A justificativa do programa não está relacionada aos Batalhões de Engenharia e Construção, tampouco explica a necessidade do transporte aéreo de cargas e passageiros e, portanto, deverá sofrer ajustes.

Calha Norte

Objetivo

Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

Público-Alvo

População da região da Calha Norte.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 236.694.311,00	Empenho Liquidado: R$ 133.032.420,00 Pago estatais: - Total: R$ 133.032.420,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Densidade Populacional na Região da Calha Norte

Unidade de medida: habitante por km²
Último índice apurado: 1,1 em dezembro de 2000
Índice previsto ao final do PPA: 1,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
Alta.

2. Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento integrado à Pequena Unidade Militar.

Unidade de medida: km por núcleo
Último índice apurado: 330 em julho de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance da meta é média. Dependerá da liberação tempestiva dos recursos orçamentários para a construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira.

Contextualização

Tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região, que corresponde a 14% do território nacional, abrangendo uma faixa de fronteira de cerca de 6.700 km e a

integração de sua população ao conjunto nacional, o programa objetiva:

- O aumento da presença brasileira, com o fortalecimento das estruturas governamentais de oferta de serviços.
- O fortalecimento da infra-estrutura de energia e telecomunicações e viária, por meio do transporte fluvial (vocação natural da Amazônia).
- A intensificação das atividades, visando à perfeita demarcação da fronteira.
- A promoção de assistência às populações indígenas, delimitando e demarcando suas terras e estimulando seu desenvolvimento.

Principais Resultados

- Inauguração do Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira - AM , núcleo da futura Base Aérea de São Gabriel da Cachoeira (FAB).
- Manutenção em 5 aeroportos que atendem aos Pelotões Especiais de Fronteira (EB).
- Construção e manutenção de inúmeras embarcações de unidades militares da região da fronteira.
- Finalização das obras de recuperação do Parque Industrial da Base Naval de Val de Cães – PA.
- Continuação das obras de infra-estrutura, em São Gabriel da Cachoeira, para a transferência da 2ª Brigada de Infantaria de Selva.
- Continuação das obras de recuperação do aeroporto que atende ao PEF de Ipiranga – AM.
- Construção e doação de uma Lancha de Apoio Médico - "AMBULANCHA" ao Governo do Estado do Pará para emprego em proveito das populações ribeirinhas da Ilha de Marajó – PA.
- Continuidade da implantação dos pontos de reabastecimento de combustível de helicópteros em diversas localidades da região, em proveito das aeronaves das FFAA que operam na Amazônia.
- Início das obras de recuperação da Pista de Pouso de Tiriós – PA.
- Conservação da BR – 307, que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, no Amazonas, e da Rodovia Surumu-Uiramutã, em Roraima.
- Implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte: obras de pavimentação (urbanas e rodoviárias), saneamento (sistema de abastecimento de água, esgoto, drenagem de águas pluviais), postos de saúde, escolas, creches, iluminação pública, pontes, quartéis da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, áreas de entretenimento e lazer (praças, ginásios esportivos, campos de futebol), aquisição de equipamentos agrícolas, bibliotecas, entre outros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 133.032.420,00, o que equivale a 56 % do valor previsto. Cabe destacar:

- Ação 2439 - "Apoio Aéreo na Região da Calha Norte": A meta de 2 mil horas de vôo, estabelecida nesta ação, foi superdimensionada. Os recursos disponibilizados nesta ação são utilizados para adquirir horas de vôo de helicópteros e aviões dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica

para utilização, pelo programa, em visitas, inspeções e vistorias em obras. O custo da hora de vôo do helicóptero Cougar é de US$ 3.673,24, e o do helicóptero HM-1 Pantera é de US$ 1.285,20. A meta realista para o montante de recursos disponibilizados nesta ação, em 2005 (R$ 703.324,00), seria de 180 horas/vôo. Tendo em vista que foram realizadas 183 horas/vôo, a execução física foi compatível com o recurso.

- Ação 2442 – "Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte": A meta física desta ação (conservar 300 km de rodovias) está muito acima do que os recursos disponibilizados (R$ 549.032,00) podem realizar. Segundo cálculos do 2º Grupamento de Engenharia de Construção do Exército, seriam necessários recursos da ordem de R$ 4 milhões para conservar 300 km de rodovias na Amazônia. Cabe ressaltar que esses recursos também são usados para financiar reparos em pontes de concreto e madeira, ao longo das rodovias atendidas. Portanto, os 30 km conservados de rodovias, realizados com os recursos desta ação, estão compatíveis com os recursos financeiros disponibilizados.
- Ações 1211 – "Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte" e 1E02 – "Implantação de Infra-estrutura Básica em Municípios da Região Norte": Com recursos da ordem de R$ 116 milhões, recorde nos 20 anos de existência do Programa, foram executadas 221 obras. No entanto, cerca de 95% dos recursos foram liberados nas últimas semanas de dezembro de 2005, impedindo, assim, que as metas previstas fossem atingidas (3.075 obras). Acrescenta-se que 99,98% dos recursos aprovados em Lei Orçamentária foram provenientes de Emendas Parlamentares, direcionando, portanto, a execução para as obras pretendidas pelos autores das emendas.

As demais ações apresentaram execução dentro do previsto.

Quanto aos recursos humanos necessários para a implementação do programa, há necessidade de redimensionamento da equipe, e de mais uma equipe completa de fiscalização (1 engenheiro e dois auxiliares).

Como principais dificuldades, citem-se o contingenciamento e o atraso na liberação de recursos.

A participação social é promovida por meio de reuniões com comunidades contempladas pelo programa. No entanto, por falta de recursos humanos e financeiros, a satisfação dos usuários não é avaliada dentro de critérios técnicos adequados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Implementar mais uma equipe completa de fiscalização (1 engenheiro e dois auxiliares).

Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas

Objetivo

Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 20.730.624,00	Empenho Liquidado: R$ 18.493.969,00 Pago estatais: - Total: R$ 18.493.969,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Nível de Implantação dos Sistemas de Comunicação, Comando, Controle e Inteligência

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 10 em dezembro de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
CO indicador só foi apurado em 2003, quando apresentou o índice de 10%. Considerando-se a diferença em relação ao índice previsto ao final do PPA, 50%, estima-se que a viabilidade de alcance é muito baixa.

Contextualização

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização, e em meios de comunicação modernos e seguros, de modo a garantir a capacidade de operação combinada ou conjunta das Forças Armadas..

Principais Resultados

- Continuação do desenvolvimento do novo software do Sistema Militar de Comando e Controle, com conclusão prevista para março de 2006.

- Início do emprego de videoconferência entre os centros principais do Sistema Militar de Comando e Controle.
- Atualização tecnológica de todas as centrais telefônicas do sistema.
- Aquisição de 24.175 Km² de imagem de satélite de alta resolução.
- Desenvolvimento e operacionalização de um sistema de compartilhamento de imagens de satélites existentes na Marinha, no Exército e na Aeronáutica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira atingiu 89 % do previsto. Quanto à execução física das ações, ocorreu dentro do previsto, com exceção de:

- Ação 5132 - "Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite (SISCOMIS)": com os recursos disponíveis, foi possível a aquisição de oito Estações Táticas Transportáveis e três Estações Móveis Navais, além de equipamentos correspondentes na estação central de Brasília, cujas implantações corresponderam a 59 % do Sistema, que era a meta prevista.
- Ação 5134 – "Implantação do Sistema de Comunicações Seguras (SECOS)": com o contingenciamento de R$ 1.433.246,00, a meta prevista não foi atingida, mas foi dada continuidade à confecção da interface entre o Sistema SECOS (Aeronáutica) e o Sistema YB (Marinha) e à aquisição de equipamentos para ampliar os laboratórios de pesquisa das Forças Singulares, a fim de capacitá-los para a implantação do novo Sistema Tático de Dados interforças.
- O monitoramento do desempenho físico das ações e o desenvolvimento dos projetos é realizado pelo gerente, por meio de relatório circunstanciado, pessoalmente, ou por intermédio de assessores.
- Embora o contingenciamento orçamentário tenha prejudicado a consecução das metas na sua plenitude, a liberação dos recursos foi compatível com a programação. Houve dificuldade, também, em relação às licitações, decorrentes do atraso na liberação dos créditos aprovados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Objetivo

Controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

Público-Alvo

Pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 11.901.298,00	Empenho Liquidado: R$ 11.830.315,00 Pago estatais: - Total: R$ 11.830.315,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 169,11 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado ultrapassou o índice previsto em 69,11 pontos percentuais. Como o indicador demonstra a relação percentual entre as quantidades de procedimentos de fiscalização e registro realizados no ano e o total previsto no ano, verifica-se que os procedimentos de fiscalização ocorreram em quantidade bem maior que a dos procedimentos previstos.

Contextualização

O Exército Brasileiro tem a obrigação de controlar a produção, circulação, armazenamento e destinação de armamentos, explosivos e munições, como forma de auxiliar na segurança física da população e do patrimônio nacional. Esse controle é implementado através de atividade de fiscalização de comerciantes e transportadores dos produtos sob controle.

Principais Resultados

- Implantação do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), com o objetivo de manter em banco de dados e em âmbito nacional o cadastro de todas as armas de uso pessoal dos militares das Forças Armadas, de colecionadores, de atiradores e de caçadores. O SIGMA fornecerá informações imediatas sobre as armas e seus proprietários, permitindo o controle de forma mais efetiva.
- Implantação do Sistema de Controle Fabril (SICOFA), com o objetivo de permitir o controle de todo o comércio de armamento e munição brasileiros, no país e no exterior, por meio das fábricas nacionais.
- Implantação da Guia de Tráfego Eletrônica na 2ª Região Militar (São Paulo-SP), com previsão de utilização nas demais Regiões Militares, em 2006. O Guia propicia o controle, em tempo real, pela rede de fiscalização, de todo o trânsito dos produtos controlados, com sensível aumento da eficiência na fiscalização da atividade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o montante de R$ 11.830.315,00, equivalente a 99,4 % do valor previsto de R$ 11.901.298,00.

Os recursos orçamentários alocados foram suficientes, atingindo 97% da arrecadação da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados, e possibilitaram a aquisição de 89 veículos administrativos, principal deficiência da rede de fiscalização, além de outros recursos necessários para a atividade fim, tais como: combustível, locação de veículos, custeio da atividade meio e aquisição de equipamentos de processamento de dados.

Quanto ao fluxo de recursos, salienta-se que houve liberação de R$ 4,85 milhões somente na última semana do ano de 2005. Esses recursos foram integralmente empenhados, no entanto, tiveram que ser inscritos em restos a pagar.

A única ação do programa, "Registro e Fiscalização de Produtos Controlados", apresentou desempenho físico muito acima do esperado, realizando 761.020 fiscalizações, de uma meta de 450 mil fiscalizações.

O monitoramento da ação é efetuado por meio das 12 Regiões Militares, que remetem ao coordenador relatórios mensais onde constam todas as atividades de concessão e revalidação e as autorizações para aquisição, fabricação, comercialização, importação, exportação, colecionamento, exposições, armazenamento, tráfego e utilização de produtos controlados pelo Exército.

O relacionamento do programa com o público-alvo é realizado por meio de página na Internet, que contém o link com a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, "fale DFPC", que procura interagir com seus usuários e seu público-alvo, possibilitando informações adequadas às dúvidas, aos questionamentos, à legislação e a outros assuntos pertinentes. Como resultados dessa participação, convém citar o aprimoramento da legislação e a elaboração de instruções técnico-administrativas, portarias e minutas de portarias relacionadas ao controle e à utilização de armas, munições, explosivos e produtos químicos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento da Aviação Civil

Objetivo

Promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro, a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos elos componentes do Sistema.

Público-Alvo

Usuários da aviação civil e pessoal especializado da área da aviação civil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 89.910.565,00	Empenho Liquidado: R$ 58.243.593,00 Pago estatais: - Total: R$ 58.243.593,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Evolução da Aprovação de Empresas Fiscalizadas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

2. Evolução das Licenças Expedidas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

3. Fator de Aprovação de Produtos, Equipamentos, Procedimentos e Fiscalizados

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

4. Grau de Acompanhamento de Empresas e Aeronautas em Atividade

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 0,84 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

5. Índice de Segurança de Vôo

Unidade de medida: Número absoluto
Último índice apurado: 1,06 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

Contextualização

A aviação civil brasileira demanda, cada vez mais, uma visão econômica e social, necessitando de estruturas e modelos de gestão específicos para o setor. Assim, é necessário regular as atividades da aviação civil mediante critérios de modernidade e racionalidade, dando ao Sistema Brasileiro de Aviação Civil uma nova modelagem, de acordo com as expectativas e necessidades do setor como um todo. Nesse sentido, este programa tem por objetivo promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro, a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos elos componentes do Sistema.

Principais Resultados

- Aquisição de 5 aeronaves para instrução em aeroclubes.
- Celebração de 10 convênios com escolas de aviação e aeroclubes.
- Realização de 4.500 homologações.
- Formação de 2.562 inspetores e técnicos em cursos de formação e especialização na área da aviação civil.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 58.243.593,00, o que equivale a 65% do montante previsto, de R$ 89.910.565,00.

Ressalte-se que a ação 0628 – "Suplementação Tarifária à Aviação Regional" - encontra-se paralisada devido à baixa arrecadação e aos contingenciamentos orçamentários, que vêm ocorrendo desde janeiro de 2004. A expressiva arrecadação de 2004, em torno de R$ 4,5 milhões, não foi utilizada para o pagamento da suplementação tarifária do referido ano, por conta de contingenciamentos orçamentários.

Os recursos financeiros, incluindo os créditos autorizados na LOA 2005, suficientes para atingir as metas físicas propostas, foram liberados ao longo do exercício, sem prejuízo para a execução financeira.

A execução física das ações ocorreu dentro do esperado, com exceção da ação 2879 – "Fomento a Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil" –, por meio da qual foram apoiadas apenas 10 entidades, de um total previsto de 56 entidades.

O monitoramento do desempenho físico das ações é efetuado por meio da análise de relatórios mensais enviados pelos coordenadores das ações ao gerente do programa e também por meio de reuniões, encontros, painéis, simpósios, inspeções regulares e auditorias.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A unidade de medida do indicador "Índice de Segurança de Vôo", que atualmente é "número absoluto", já foi alterada pela Revisão 2005 do PPA, para "acidente por milhão de decolagens".

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Objetivo

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

Público-Alvo

Usuários do sistema aeroportuário brasileiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 946.747.118,00	Empenho Liquidado: R$ 495.523.459,00 Pago estatais: R$ 265.711.690,00 Total: R$ 761.235.149,00
Previsto não orçamentário R$ 1.414.209.010,48	**Realizado não orçamentário** R$ 306.446.482,74

Indicador(es)

1. Grau de Desenvolvimento de Construção, Expansão ou Conservação da Infra-Estrutura

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Prevê-se para o final do PPA o índice de 74%, e não o originalmente previsto em 2003 de alcance de 100% em 2007.

Contextualização

O desenvolvimento socioeconômico nacional necessita da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária, que visa a apoiar as empresas no escoamento de suas produções; aumentar as opções de acesso ao território nacional, beneficiando a indústria do turismo; promover a integração regional como parte da inserção competitiva do país e do Mercosul; e estabelecer opções de acesso para aeronaves militares em todo o país como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos, indicados abaixo, estão relacionados com a reforma e ampliação de vários aeroportos e aeródromos estratégicos para a Defesa Nacional,

assegurando a manutenção, em condições de uso, da malha aeroviária brasileira, composta por aeronaves civis e militares, e contribuindo, decisivamente, para a segurança nacional e para o desenvolvimento de Municípios nos quais, muitas vezes, o avião é o único meio de transporte:

- Continuação das obras de reforma e ampliação das pistas de pouso dos aeródromos de Ipiranga - AM, Eirunepé - AM, Palmeiras do Javari - AM, Bittencourt - Jupará - AM, Estirão do Equador - AM, Iauaretê - AM, Maturacá - AM, Oiapoque - AP, Surucucu - RR e Tiriós – PA.
- Implantação de Seções Contra-incêndio nos aeródromos da Base Aérea de Santa Cruz - RJ, Parintins - AM, Fernando de Noronha - PE, Breves - PA, Alta Floresta - MT, Humaitá - AM, Porto de Moz - PA e Barcelos – AM.
- Construção do novo terminal de passageiros e ampliação do sistema de pistas e pátios, do Aeroporto Internacional de Maceió - AL.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Devido ao contingenciamento das ações pertinentes às unidades orçamentárias "Comando da Aeronáutica" e "Fundo Aeronáutico", os recursos não foram suficientes para executar a programação inicialmente prevista.

Nessas ações, o planejamento é coordenado e consolidado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, visando à aplicação eficaz e eficiente dos recursos destinados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da infra-estrutura aeroportuária. Os recursos são descentralizados para as várias unidades executoras e a execução é acompanhada pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, pelo Departamento de Aviação Civil e pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, que enviam relatórios mensais ao gerente do programa, o qual realiza visitas às principais obras em andamento.

Ressalta-se, também, que o contingenciamento de recursos provocou a reprogramação das ações 5150 – "Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional", 5154 – "Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual", 12CD – "Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional" e 12CE – "Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual", implicando a alteração das metas físicas nas ações envolvidas. Após essa reprogramação, a execução do programa ocorreu de acordo com o replanejamento realizado, apresentando resultados dentro do esperado.

Para as ações das demais unidades orçamentárias, o Gerente tem encontrado dificuldades no monitoramento , por se tratar de entidades vinculadas ao Ministério, caso da unidade orçamentária 52212 (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária–INFRAERO), ou por pertencerem a outros ministérios.

Saliente-se que nas unidades orçamentárias 28234 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e 54201 (Embratur-Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado ao Ministério do Turismo), não havia coordenadores de ação designados, impossibilitando o fornecimento de subsídios ao Gerente para o acompanhamento das respectivas ações.

Em relação às ações não-orçamentárias, cuja execução é de responsabilidade da INFRAERO e que contribuem para a consecução do objetivo do programa, também não houve acompanhamento da execução.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Estabelecimento de sistemática de acompanhamento da execução das ações de responsabilidade de unidades orçamentárias fora do Comando da Aeronáutica, visando ao cumprimento do Decreto no 5233, de 6 de outubro de 2004.
- Designar coordenadores para as ações pertinentes a essas unidades orçamentárias.

Ensino Profissional da Aeronáutica

Objetivo

Formar e educar continuadamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados a atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

Público-Alvo

Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 8.079.820,00	

Empenho Liquidado:	R$ 8.073.661,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 8.073.661,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Formação)

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 98 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 92

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice ao final do PPA já foi ultrapassado em 6 pontos percentuais.

2. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Pós-Formação)

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 99 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice ao final do PPA já foi ultrapassado em 4 pontos percentuais.

Contextualização

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Para que isso aconteça, as oportunidades devem ser oferecidas freqüentemente, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância

é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

Principais Resultados

- Reformulação do Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Especialistas, com a implantação de MBA em Capacitação Gerencial.
- Consolidação dos cursos de MBA para os alunos dos cursos de Política e Estratégia Aeroespaciais e Comando e Estado-Maior.
- Consolidação do Curso de Administração na Academia da Força Aérea.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou praticamente 100% da dotação prevista, que era de R$ 8.079.820,00. Os recursos orçamentários foram suficientes e liberados em fluxo compatível com a programação.

O cumprimento das metas físicas ocorreu dentro do esperado. Cabe salientar que a meta física, em alguns casos, é maior que o planejado inicialmente, quando há ativação de algum curso não previsto. Porém, a regra geral é que o número de alunos diminua devido a desistências, seja por inaptidão, por motivo de saúde ou por falta de aproveitamento.

Destacam-se, positivamente, as seguintes ações, que apresentaram desempenho muito superior à meta:

- Ação 2744 – "Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais e Civis": matriculou 2.654 alunos, o que equivale a 210% da meta prevista, de 1.260 alunos.
- Ação 2514 – "Formação de Oficiais": matriculou 1.218 alunos, o que equivale a 248% da meta prevista, de 490 alunos.

O aumento da eficiência dos cursos deveu-se à revisão curricular, à adoção de práticas docentes mais modernas e à implantação de vários MBA, de forma a melhorar a qualidade dos cursos realizados, além de melhorias realizadas na infra-estrutura de algumas escolas (com recursos de outros programas, específicos para este fim).

Por meio de avaliações, ao final de cada curso, que envolveram aspectos como coordenação, currículo, conteúdo das disciplinas, corpo docente e infra-estrutura, a coordenação do curso promoveu as melhorias apontadas e consideradas viáveis. Ademais, a despeito de algumas limitações impostas por aspectos ligados a bibliotecas, equipamentos de informática, instalações e laboratórios, essas avaliações indicaram que os beneficiários do programa estão muito satisfeitos com os cursos realizados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Ensino Profissional da Marinha

Objetivo

Formação e educação na área de recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil.

Público-Alvo

Marinha do Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 16.311.859,00	Empenho Liquidado: R$ 9.438.995,00 Pago estatais: - Total: R$ 9.438.995,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Qualificação do Pessoal da Marinha

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 84 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice final do PPA dependerá do volume de recursos alocados ao programa.

2. Taxa de Qualificação do Pessoal da Marinha

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice final do PPA é baixa e dependerá do volume de recursos alocados ao programa.

Contextualização

É necessário que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas, e que as oportunidades para tal

sejam freqüentemente oferecidas, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio. Assim, são objetivos específicos deste programa a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças, a fim de prover profissionais habilitados a cumprir a missão da Marinha.

Principais Resultados

- Formação de 685 Oficiais nos cursos de Altos Estudos pela Escola de Guerra Naval (EGN).
- Formação de 471 militares em diversos cursos de pós-graduação, mestrados e cursos técnicos, nas áreas de interesse da Marinha Brasileira - MB, no Brasil e no exterior, em diversas instituições de ensino, outras Forças Armadas e Órgãos Civis.
- Formação de 633 alunos pelo Colégio Naval.
- Especialização e aperfeiçoamento de 419 oficiais e 3.100 praças, pelos Centros de Instrução da MB.
- Formação de 1.156 Oficiais pela Escola Naval e pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.
- Formação de 3.200 praças pelo Centro de Instrução Almirante Alexandrino e pelas Escolas de Aprendizes de Marinheiros de Pernambuco, do Ceará, do Espírito Santo e de Santa Catarina.
- Realização de 50 cursos à distância, atingindo 1.478 alunos, em diversas áreas como Administração, Saúde, Operações, Línguas (em parceria com Instituição Privada) e Altos Estudos Militares.
- Criação do Curso Especial de Direito Internacional Humanitário, tendo como público-alvo o pessoal que comporá as Missões de Paz da ONU, em face do aumento da participação da MB nesse tipo de Missão.
- Promoção do Simpósio "O Mar e a Amazônia Azul: o Comércio Exterior, o Transporte Marítimo e os Portos Brasileiros", com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e a evolução do pensamento político-estratégico naval brasileiro.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos estiveram dentro do esperado, de acordo com a quantidade de recursos disponibilizados, seja pelas quantidades de discentes egressos das escolas e centros, seja pela qualidade satisfatória da grande maioria deles. Entretanto, a restrição orçamentária foi o fator limitador, impedindo que o Sistema de Ensino Naval (SEN) caminhasse lado a lado com a evolução tecnológica.

Em razão do insuficiente limite de movimentação e empenho, houve a necessidade do contingenciamento de parte das dotações orçamentárias, o que prejudicou a adequada condução das atividades relacionadas ao programa. Ademais, a liberação parcelada dos recursos implicou a necessidade de postergar-se a execução de diversas atividades do Programa. Saliente-se que os recursos orçamentários disponibilizados foram utilizados integralmente.

No que tange à ação "Cursos Pós-graduação", houve o cancelamento de alguns cursos extra-MB programados no País e no exterior, concorrendo para

o descompasso do aprimoramento técnico necessário para o conhecimento dos militares e civis da MB.

Na ação "Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia", em 2005, mantiveram-se os cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, em nível de pós-graduação lato sensu, tipo Master of Business Administration (MBA), ministrado em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O monitoramento das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Esse Conselho, internamente, exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Dec nº 5.233/2004.

Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral. Ressalta-se, dentre os aspectos que necessitam ser aprimorados, a introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, conforme o previsto no Decreto de Gestão do PPA.

O grau de satisfação do público-alvo é aferido, principalmente, por meio de pesquisas e inquéritos pedagógicos realizados juntos aos alunos. Também são elaborados relatórios por parte das organizações militares que receberem esses recursos humanos formados e/ou aperfeiçoados.

Outros Aspectos Relevantes

O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela MB há mais de 45 anos e vem recebendo contínuo aprimoramento. Entretanto, atualmente, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, O SPD contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados para a Força sejam aplicados com tempestividade e efetividade.

Recomendações

- É necessária a melhoria da infra-estrutura das instalações de ensino, principalmente no Colégio Naval (ensino médio) e no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (formação, especialização e aperfeiçoamento de oficiais), e da qualificação do corpo docente, a qual depende da necessidade de expansão dos referenciais monetários atribuídos ao programa.
- Faz-se necessário suprir a lacuna de equipamentos instrucionais nas diversas organizações militares componentes do Sistema de Ensino da Marinha, principalmente de simuladores, cuja falta é devida aos recursos orçamentários e financeiros alocados ao programa, ao longo dos anos, em patamar inferior às suas necessidades.

Ensino Profissional do Exército

Objetivo

Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.

Público-Alvo

Exército Brasileiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 23.683.808,00	Empenho Liquidado: R$ 22.651.406,00 Pago estatais: - Total: R$ 22.651.406,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Qualificação do Exército

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 96,56 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os resultados obtidos confirmaram que as metodologias empregadas no processo ensino-aprendizagem estão de acordo com os objetivos propostos nos Planos Gerais de Ensino em vigor.

Contextualização

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Para que isso seja viável, as oportunidades devem ser freqüentemente oferecidas, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

A formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças consiste no objetivo específico deste programa, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando do Exército.

.

Principais Resultados

- A Universidade do Sul de Santa Catarina e o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército Brasileiro firmaram, em 31 de agosto de 2005, convênio para a oferta de cursos de graduação à distância em condições especiais, objetivando atender ao seguinte público: militares da ativa, militares da reserva remunerada do exército brasileiro e seus dependentes (nos termos da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980) e servidores civis do exército brasileiro.
- Os colégios militares tiveram desempenho destacado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), obtendo as primeiras colocações nas seguintes capitais: Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Manaus, Porto Alegre e Salvador.
- Cabe ressaltar que os colégios militares que não obtiveram as primeiras colocações no ranking divulgado, alcançaram médias em torno de 60 (índice acima da média nacional, que gira em torno de 40).
- Ensino à distância desenvolvido pelo Colégio Militar de Manaus, que atende a dependentes de militares que servem em localidades distantes do interior da Amazônia e a dependentes de militares que servem no exterior. São atendidos dependentes nas seguintes localidades: Normandia, Bonfim, Auaris, Boa vista, Maturacá, São Gabriel da Cachoeira, São Joaquim, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Porto Velho, Tefé, Eirunepé, Clevelândia, Macapá, V. Bittencourt, Marabá, E. do Equador. No exterior são atendidas as seguintes localidades: EUA, México, El Salvador, Equador, Bolívia, Paraguai, Rússia e China.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apresentou-se dentro do esperado. O Exército, como um todo, é atendido em virtude de, após o término dos cursos, os militares concludentes serem classificados nas diversas organizações militares localizadas em todo o território nacional. A qualidade do ensino ministrado nos diversos estabelecimentos de ensino do Exército destaca-se pela apresentação e desenvoltura das habilidades que são desenvolvidas pelo corpo discente.

Outros Aspectos Relevantes

Foi aperfeiçoada a forma de apuração do índice do indicador, eliminando possíveis assimetrias de informações.

Recomendações

- Migrar a ação 2A82 – "Graduação e Pós-graduação em Engenharia" para o programa 0642 – "Tecnologia de Uso Terrestre".
- Há a necessidade de alocar-se mais recursos orçamentários para atender ao programa, tendo em vista o acréscimo de estabelecimentos de ensino a serem atendidos.

Gestão da Política de Defesa Nacional

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área das Forças Armadas.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 41.951.668,00	Empenho Liquidado: R$ 40.781.495,00 Pago estatais: - Total: R$ 40.781.495,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas"

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Aumento de 12.400 itens na base de catalogação do Sistema de Catalogação das Forças Armadas (SISMICAT), alcançando um total de cerca de 650 mil itens.
- Manutenção do Brasil no nível TIER-2 (classificação do sistema OTAN de catalogação), em decorrência do desempenho positivo do sistema brasileiro de catalogação, o Sistema Gerencial de Dados de Catalogação (SGDC).
- Realização dos estudos para a ativação do centros de Certificação, de Metrologia, de Normalização e de Fomento Industrial das Forças Armadas(CCMEFA).
- Implementação do MBA em altos estudos de política e estratégia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 40.781.495,00, o que equivale a 97,2% do montante previsto, de R$ 41.951.668,00.

A ação 2864 – "Alimentação de Pessoal", executou 100% do montante previsto. Observe-se que, durante o exercício, a ação necessitou de crédito suplementar de R$ 117.955,00 para a adequação das necessidades do MD, que incluem a alimentação de militares que participam de cursos promovidos pelo Ministério da Defesa.

A ação 2055 – "Altos Estudos de Política e Estratégia", a cargo da Escola Superior de Guerra (ESG), atingiu a meta prevista, de 260 treinandos, e promoveu a participação de outros 1.150 alunos em atividades afins, tais como seminários, cursos e ciclos de extensão e estudos na área de política e estratégia. Os custos decorrentes dessa superação de meta foram exclusivamente relacionados à logística operacional da ESG.

Destaca-se, também, o plano de capacitação de recursos humanos do MD que, por meio da ação 4572 – "Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação", promoveu o treinamento de 558 servidores, superando a meta prevista, de 447 servidores.

Quanto à ação 1E01 – "Apoio ao Reaparelhamento das Forças Armadas", criada por emenda parlamentar, houve dificuldade no que diz respeito à mensuração do produto e à organização militar modernizada. Em relação ao produto e à meta física prevista, observou-se, ainda, a inadequação na utilização de recursos das três Forças. Assim, não houve possibilidade de mensurar a execução física da ação.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, cabe salientar a ação 2864 – "Alimentação de Pessoal", cujo acompanhamento é efetuado por equipamento (catraca) instalado na entrada do local onde é fornecida a alimentação.

As demais ações apresentaram desempenho dentro do previsto. Quanto aos recursos e/ou infra-estrutura para a implementação do programa, constatou-se:

- Inadequação dos equipamentos de informática utilizados.
- Rede corporativa de dados deficiente.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, pois esta também é responsável pela gestão administrativa da Administração Central do Ministério da Defesa.

A gestão do programa que, em 2005, estava a cargo da Gerência de Planejamento, do Departamento de Orçamento e Finanças, foi transferida, em 2006, para a Diretoria do Departamento de Administração Interna, visando a incrementação da integração e coordenação das ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Migrar a ação 2864 – "Alimentação de Pessoal" para o programa 0750 – "Apoio Administrativo", por ser de natureza tipicamente administrativa.

Mobilização para Defesa Nacional

Objetivo

Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 6.935.225,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.506.756,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 5.506.756,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Capacitação Logística Nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 40 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A falta de legislação específica para as atividades de mobilização nacional foi significativa para o fato de o índice não ter variado desde sua primeira apuração, em 2003, igual a 40%.

Para atingir o índice previsto (90%) ao final do PPA, é necessário que haja um crescimento científico e tecnológico muito grande, que permita à logística nacional atender em quantidade, qualidade e oportunidade à demanda de todas as hipóteses de emprego das Forças Armadas, o que torna muito baixa a viabilidade de alcance dessa previsão.

Contextualização

Para o Brasil posicionar-se à altura de sua importância político-estratégica em face de possíveis e eventuais ameaças, torna-se condição essencial alcançar uma elevada capacidade de mobilização, colocando o país em condições de transformar sua estrutura de paz, com o máximo de efetividade e um mínimo de transtorno para a sociedade brasileira. Nesse sentido, deve-se assegurar o funcionamento de mecanismos de complementaridade nas necessidades logísticas do país, visando,

quando necessário, à efetiva capacidade de obtenção de recursos adicionais, de toda ordem, necessários à sua defesa ou em ações de interesse da sociedade.

Principais Resultados

Realização dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional nas cidades de Brasília, Manaus, Porto Alegre e Recife.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As metas físicas das ações foram 100% implementadas e a execução financeira, de R$ 5.506.756,00, equivale a 79% do valor previsto.

Os recursos alocados, contudo, limitaram sobremaneira o aumento de metas, embora a liberação, ao longo do exercício, tenha sido compatível com a execução da metas previstas.

O programa sofre o efeito da falta de aprovação e regulamentação da Lei de Mobilização, o que impede que o Ministério da Defesa, órgão central do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), emita diretrizes aos demais órgãos setoriais do sistema. A infra-estrutura da equipe gerencial foi adequada, mas após a implantação do SINAMOB em todos os seus órgãos integrantes, haverá a necessidade de aporte de recursos humanos capacitados, além de grande volume de recursos financeiros.

A satisfação do público-alvo é avaliada em todos os eventos realizados, por meio de fichas nas quais observam-se todos os aspectos dos eventos, além de sugestões emitidas pelos participantes.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

PROANTAR

OBJETIVO

Efetuar pesquisas conjuntas, visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e comunidade científica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 7.939.000,00	Empenho Liquidado: R$ 4.524.386,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.524.386,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NA ANTÁRTICA

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 56 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 57

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre as nossas áreas territoriais e marítimas, levaram a Marinha a participar, em conjunto com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisas, subordinados à Política Nacional para Assuntos Antárticos, dos trabalhos de exploração científicos e ocupação da Antártica. Essas pesquisas têm o intuito de obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca, além de garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção, no Continente Antártico, da Estação Antártica "Comandante Ferraz" (EACF) e de sua estrutura de apoio logístico móvel, composta pelo Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel" e helicópteros.

- Início, em 21 de outubro de 2005, da Operação Antártica XXIV, com previsão de participação de 109 pesquisadores, em 23 projetos científicos de relevância para os interesses nacionais no Continente Antártico.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos estão diretamente relacionados à disponibilidade de recursos, que não foram suficientes para a execução de toda a programação de pesquisas científicas, devido aos reduzidos referenciais orçamentários atribuídos ao Programa.

Os recursos orçamentários disponibilizados (Limite de Movimentação e Empenho) foram utilizados integralmente. Todavia, em razão do limite imposto à Marinha, houve a necessidade do contingenciamento de parcela das dotações orçamentárias, o que prejudicou a adequada condução das atividades, principalmente em relação à aquisição e à manutenção dos equipamentos da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Saliente-se que as restrições orçamentárias dos últimos anos fizeram com que o fluxo de recursos interministeriais direcionados ao PROANTAR fossem interrompidos, com exceção da Marinha, que permaneceu arcando com seus custos logísticos. Diante dessa situação e do desgaste natural do material, após 22 anos de existência, a EACF apresenta-se degradada e com forte processo de corrosão de todos os seus sistemas e módulos, o que pode provocar danos ambientais ao Continente Antártico. Mantida a situação atual, haverá riscos indesejáveis quanto à segurança do pessoal e à integridade do Navio e da Estação, não restando outra alternativa, a não ser reduzir o Programa até sua paralisação total. Isto implicará o descredenciamento do País como membro efetivo do Tratado da Antártica, com indesejáveis conseqüências para o Brasil no contexto das nações.

A periodicidade de liberação e a indisponibilidade para empenho do total das dotações orçamentárias inviabilizaram o ganho de qualidade no desempenho das ações deste programa. O LME atribuído a Marinha em 2005 exigiu o contingenciamento de parte dos créditos. Ademais, o atraso na liberação dos recursos orçamentários prejudicou o atendimento de parte das atividades programadas.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade será mensal e/ou trimestral.

Outros Aspectos Relevantes

O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela Marinha Brasileira há mais de 45 anos. Apesar do seu contínuo aprimoramento, o sistema ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, O SPD contribui de

forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados tempestiva e efetivamente.

Recomendações

- Alterar o objetivo do Programa, para: "Efetuar pesquisas conjuntas, visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica".
- Alterar o público-alvo para: "Sociedade brasileira, especialmente a comunidade científica, as universidades, empresas nacionais e órgãos integrantes da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), ligadas ao PROANTAR".
- Alterar a justificativa, para: "Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar, em conjunto com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, executores da Política Nacional para Assuntos Antárticos, da pesquisa científica na Antártica, visando a obtenção de informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca além de garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico. A presença brasileira na Antártica é garantida pela permanência mínima de um Grupo Base na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) durante todo o ano.
- Reavaliação dos atributos das ações deste programa.
- Necessidade de introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, conforme previsto no Decreto de Gestão do PPA.

Produção de Material Bélico

Objetivo

Aumentar a produção nacional de armamentos necessários à defesa nacional e à segurança pública.

Público-Alvo

Forças Armadas brasileiras e polícias militares.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 1.400.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 1.400.000,00 Total: R$ 1.400.000,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Nacionalização dos Armamentos Utilizados pelo Exército Brasileiro

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, medido pela relação percentual entre a quantidade dos armamentos utilizados pelo Exército brasileiro produzidos no País e a quantidade total dos armamentos utilizados pelo Exército brasileiro produzidos no País e no exterior, nunca foi aferido, não havendo previsão de índice ao final do PPA.

Contextualização

Este programa envolve as atividades desenvolvidas pela Indústria de Material Bélico (IMBEL), que está em processo de reestruturação, haja vista a situação deficitária em que se encontra, inclusive, sem capacidade de novos investimentos. Nesse sentido, grande parte de suas atividades produtivas ficou prejudicada, até à solução do problema.

Principais Resultados

Não há.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou R$ 1.400.000,00, o que equivale a 100% do montante previsto. Já a execução física da principal ação, "Adequação do Parque Industrial", também atingiu 100% da meta prevista: 10% do parque industrial adequado.

Ressalte-se que, embora os recursos financeiros tenham sido gastos conforme o montante planejado, eles foram liberados com atraso (em dezembro de 2005) e foram insuficientes para o cumprimento do objetivo pretendido: aumentar a produção de explosivos e cargas para munições.

O monitoramento do desempenho físico das ações é efetuado por meio do acompanhamento de relatórios mensais e trimestrais, abrangendo toda a empresa IMBEL, e da realização de visitas e inspeções.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Rever o atual indicador, tendo em vista a dificuldade de sua aferição. O novo indicador deverá considerar os itens produzidos pela IMBEL, que são utilizados pelas três Forças e não só pelo Exército. Assim, deveriam ser revistos todos os atributos, inclusive a denominação.

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Objetivo

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e de proporcionar os meios de apoio a uma eficiente operação, em proveito de sua missão constitucional.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 677.133.220,00	Empenho Liquidado: R$581.756.329,00 Pago estatais: - Total: R$ 581.756.329,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Adequação dos Meios Operativos da Aeronáutica

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 78,18 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador é composto por três subindicadores: Indicador Aeronaves, Indicador Logístico e Indicador Infra-Estrutura. O primeiro apresenta viabilidade de alcance alta e os dois últimos, baixa. Dessa forma, pode-se concluir que a viabilidade de alcance do indicador do Programa é média.

Contextualização

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se promova a necessária modernização dos equipamentos das Forças Armadas, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

É preciso destacar, ainda, o componente tático do transporte aéreo, observando-se a extensão do país e a eventual necessidade de transportar tropas para regiões distantes ou de difícil acesso, a exemplo da área estratégica da Amazônia.

Assim, faz-se necessário o reaparelhamento e a adequação dos meios operativos da

Força Aérea Brasileira às necessidades do país, no que concerne à defesa aérea, com o objetivo de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Principais Resultados

- Aquisição de 24 aeronaves AL-X.
- Aquisição das duas últimas aeronaves P-3, a serem modernizadas.
- Aquisição de uma aeronave EMB-120.
- Aquisição de uma aeronave EMB-145.
- Aquisição de 45 viaturas leves.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 581.756.329,00, o que equivale a 86% dos recursos previstos de R$ 677.133.220,00. Em relação aos planos em vigor no Comando da Aeronáutica, destaca-se que os recursos contemplados na Lei Orçamentária Anual - LOA 2005 foram insuficientes para o desenvolvimento das ações previstas, afetando, especialmente, o processo de aquisição e modernização de aeronaves da Força Aérea Brasileira, conforme demonstra a tabela a seguir:

Ação	Necessidades Orçamentárias	LOA 2005
3113 Aquisição de Aeronaves	R$ 1.993.046.019,00	R$ 479.151.992,00
3116 Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica	R$ 10.519.032,00	R$ 8.000.000,00
7861 Implantação de Sistemas de Simulação	R$ 10.288.512,00	R$ 3.000.000,00
3105 Aquisição de Veículos de Superfície	R$ 11.542.000,00	R$ 2.000.000,00
3120 Construção e Aquisição de Instalações Militares	R$ 25.459.287,00	R$ 6.000.000,00
3123 Implantação de Novos Sistemas Bélicos	R$ 91.850.675,00	R$ 8.000.000,00
5261 Implantação de Sistemas de Telemática Militar	R$ 32.525.548,00	R$ 2.000.000,00
3108 Modernização de Instalações Militares	R$ 4.237.999,00	R$ 3.991.694,00
3128 Modernização e Revitalização	R$ 859.316.311,00	R$ 155.989.534,00
1493 Obtenção de Próprios Residenciais para a Aeronáutica	R$ 15.000.000,00	R$ 9.000.000,00
TOTAL	**R$ 3.053.785.383**	**R$ 677.133.220**

Quanto ao contingenciamento orçamentário, salienta-se que, como a aquisição e a modernização de aeronaves encontra respaldo na Diretriz Presidencial de 13 de julho de 2000, muitos contratos foram assinados, inclusive no exterior, para o desenvolvimento dos projetos ao longo do período compreendido entre 2000 e 2007. Assim, os entraves orçamentários vêm afetando o cumprimento de prazos

dos projetos e gerando conseqüências negativas aos compromissos comerciais e financeiros assumidos, além de comprometerem a realização de metas relativas à recuperação operacional da Força Aérea Brasileira - FAB.

Quanto à execução física das ações, destacam-se:

1. Ação 3113 - Aquisição de Aeronaves: devido, em parte, à suplementação de R$ 372.946.883,00, foram adquiridas 28 aeronaves, quando o previsto na LOA eram 13 aeronaves, previsão essa que não foi ajustada ao crédito suplementar.
2. Ação 3105 - Aquisição de Veículos de Superfície: execução de 155,17%, devido à modalidade de aquisição por Pregão, o que propiciou a redução dos custos das viaturas, além da aquisição de viaturas leves, em detrimento de outras, pesadas e necessárias, obedecendo aos limites orçamentários disponibilizados na LOA 2005.
3. Ação 3123 - Implantação de Novos Sistemas Bélicos: a indisponibilidade de recursos para material permanente obrigou à postergação de várias etapas de 2005 para o ano seguinte. Foram priorizados os serviços de Assistência Técnica e Treinamento, além de material de suprimento, deixando para 2006 o recebimento da maior parte dos equipamentos de teste e de apoio de solo. A tramitação dos termos aditivos para a atualização técnica de equipamentos e para a redução de objeto de quatro contratos em vigor, finalizada apenas em agosto, motivou a postergação de várias etapas em bloco, por vários motivos, dentre os quais destacam-se: a complexidade do programa, composto por 4 contratos plurianuais, sendo um no exterior, que possuem cronogramas físico-financeiros interdependentes, de modo que atrasos ou dificuldades em qualquer deles causam impactos nos outros; e a repactuação que resultou na redução de itens do objeto, fato que causou a necessidade de a contratada renegociar insumos com fornecedores internacionais (África do Sul, Alemanha, Escócia, Estados Unidos e Inglaterra), provocando atrasos na produção e, conseqüentemente, a solução de continuidade nos mencionados cronogramas.
4. Ação 7861 - Implantação de Sistema de Simulação: dificuldades em licitação internacional fizeram com que o órgão responsável pelos projetos realizasse um novo planejamento, com a redefinição dos recursos. Isso determinou que os empenhos fossem executados apenas no segundo semestre, com reflexos na execução física de 48,67% do sistema.
5. Ação 3116 - Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica: alcançou somente 55% de execução física, pois a definição de equipamento de comunicação e eletrônica é bastante abrangente e pode ser empregada para se referir tanto a equipamentos de navegação/comunicação aérea/terrestre quanto a equipamentos de eletrônica fina; todos de concepção sofisticada e custo elevado. O ocorrido em 2005 pode ser utilizado como referência para equipamentos, acessórios e componentes não tão sofisticados, de baixo custo unitário e, portanto, se necessário, adquirido em quantidades maiores.
6. Ação 3128 - Modernização e Revitalização de Aeronaves: cumpriu a meta física de apenas 9 aeronaves, atingindo 45% do previsto, em decorrência dos problemas técnicos da contratada do Projeto F-5BR. No ano de 2005, estava prevista a entrega de 20 aeronaves à FAB.
7. Ação 1493 - Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a

Aeronáutica: apresentou um percentual de execução física de 0%, embora todos os recursos tenham sido empenhados e as obras devam ser concluídas em 2006. A execução física dessa ação compreende a: 6% da construção de 56 apartamentos na Vila de Oficiais da Barra da Tijuca; 12% dos serviços previstos para um prédio de 4 pavimentos comportando 20 apartamentos e para um prédio de um pavimento comportando 12 unidades habitacionais, no Bairro Flores, em Manaus-AM.

O monitoramento da execução física das ações é realizado mensalmente, por meio de planilhas próprias, encaminhadas pelo gerente do programa aos coordenadores de ações, e atualizadas pelos últimos, que utilizam as informações fiscais dos contratos. A partir de setembro de 2005, foi instituída, no âmbito do Estado-Maior da Aeronáutica, a Inspeção Gerencial, com o objetivo de examinar a gestão relativa aos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos programas, ações, projetos e atividades de responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Ademais, além do acompanhamento constante, foram realizadas duas reuniões com os coordenadores de ações, em que foram esclarecidos todos os aspectos do programa e definidas as atribuições e os prazos a serem cumpridos. Foi aperfeiçoada, também, uma planilha para o encaminhamento das informações dos gerentes de projetos aos coordenadores de ações, e vice-versa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Objetivo

Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 325.349.497,00	Empenho Liquidado: R$ 216.656.200,00 Pago estatais: - Total: R$ 216.656.200,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Adequação da Marinha do Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 31 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em face aos limites orçamentários, estima-se que a viabilidade de indicador, medido pela relação percentual entre o número de meios adequados à defesa existentes e o total de meios adequados necessários, alcançar o índice previsto ao final do PPA é baixa.

Contextualização

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária atualização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.
A extensão do litoral brasileiro e das águas territoriais exigem uma força naval eficiente e o espaço marítimo a ser controlado requer um sistema que permita projeção de poder sobre esta vasta área de inegável valor estratégico. O desenvolvimento das forças de superfície e de submarinos para este espaço justifica o reaparelhamento dos estaleiros do país, de forma a promover a autonomia estratégica.
O objetivo específico do programa é reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura da Marinha do Brasil às necessidades do país, relativamente à defesa naval,

com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Principais Resultados

- Início da concepção do projeto para a construção, no País, de um submarino convencional e para a modernização dos existentes na Força de Submarinos, bem como para o estabelecimento das bases para a assinatura de um Acordo de Compensação (OFFSET), que se destina a melhorar a capacitação do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), do Centro de Projeto de Navios e do Centro de Armas da Marinha.
- Prosseguimento da construção da Corveta "Barroso", com perspectiva de conclusão em 2008.
- Conclusão do Programa de Modernização das Fragatas da Classe "Niterói" (FCN), conhecido como ModFrag.
- Lançamento do Submarino "Tikuna" ao mar, em 9 de março de 2005 e sua incorporação à Armada, em 16 de dezembro do mesmo ano.
- Prosseguimento da modernização dos sistemas do Navio-Aeródromo (NAe) "São Paulo", destacando-se a substituição do Sistema de Processamento de Dados Táticos Navais (SPDTN) existente por um Sistema Nacional.
- Conclusão do desenvolvimento da instalação de tiro nacional para Míssil EXOCET MM-40, para as Fragatas da Classe Greenhalgh (FCG), inclusive com o lançamento real de um míssil.
- Aquisição de 50 viaturas tipo Land Rover-Defender, dando continuidade ao Programa de Reaparelhamento do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira atingiu o valor de R$ 216.656.220,00, o que equivale a 67% do montante previsto de R$ 325.349.497,00.

O programa utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados. Todavia, em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, cerca de 34% do montante de créditos consignados na LOA (já considerados os créditos adicionais recebidos durante o exercício) não puderam ser utilizados. Além disso, o montante destinado ao programa encontra-se muito aquém da necessidade da Força.

Cabe ressaltar que os créditos adicionais de R$ 148 milhões não puderam ser utilizados integralmente, uma vez que não houve a correspondente expansão do Limite de Movimentação e Empenho (LME).

O cumprimento das metas físicas ocorreu em patamar abaixo do previsto, em conformidade, porém, com a disponibilidade de recursos. Salienta-se que, em face dos insuficientes referenciais monetários, as metas físicas foram propostas em patamar inferior ao necessário.

A indisponibilidade de recursos vem reduzindo sobremaneira a capacidade de investimentos da Marinha, fazendo com que o Poder Naval Brasileiro apresente crescente vulnerabilidade estratégica, em decorrência do esgotamento da vida útil das unidades operativas de que dispõe.

Os únicos investimentos em execução são as construções do Submarino "Tikuna" e da Corveta "Barroso" e a modernização das Fragatas Classe "Niterói".

Ademais, a liberação parcelada dos recursos, o LME e a existência de restos a pagar provenientes do exercício de 2004, tiveram como conseqüência a necessidade de se postergar a execução de diversas atividades do Programa.

É importante frisar que os projetos de construção naval apresentam um período médio de maturação da ordem de 6 anos, e quaisquer postergações na iniciação do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), potencializarão o problema da desativação de unidades operativas.

Ressalve-se, todavia, que a estrutura modular do PRM permite sua execução por projetos individualizados, conforme a premência operacional e estratégica da Marinha, além da sua adequação à política econômica governamental.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição.

Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A gestão do Programa é realizada pelo Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha do Brasil, o qual, apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário, de planejamento e financeiro do Governo Federal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Objetivo

Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades de defesa do território brasileiro.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 89.109.454,00	Empenho Liquidado: R$ 60.418.008,00 Pago estatais: - Total: R$ 60.418.008,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 8,34 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto foi significativamente ultrapassado. Tendo em vista que o índice de referência apurado em 2002 foi de 8,75 %, percebe-se que o índice estimado ao final do PPA (2%) foi subdimensionado.

Contextualização

A segurança e a defesa nacionais exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária atualização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

O objetivo específico do programa é reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura do Exército Brasileiro às necessidades do país, no que se refere à defesa terrestre, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Principais Resultados

Principais equipamentos adquiridos:

- 762 Materiais aeroterrestres (pára-quedas, fardos e pacotes).
- 652 Armamentos (fuzis, espingardas, pistolas).
- 277 Equipamentos de rádio.
- 62 Viaturas.
- 01 Simulador de queda livre.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 60.418.008,00, o que equivale a 68 % do montante previsto, de R$ 89.109.454,00.

O fluxo de liberação de recursos sofreu descontinuidade e atrasos que prejudicaram o planejamento de ação, causando impacto na obtenção de equipamentos e na execução de obras de alto custo.

Registra-se que as necessidades da Força Terrestre estão muito além do que foi alocado no orçamento (LOA + Crédito 2005).

As execuções físicas das ações abaixo relacionadas ficaram comprometidas em virtude de parte dos créditos terem sido contingenciados e/ou remanejados.

- 11 U2 - Implantação da Brigada de Operações Especiais.
- 3144 - Modernização da Força Terrestre.
- 3131 - Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército.
- 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.

Salienta-se que esta última ação não teve execução física e financeira.

O monitoramento da execução do programa é realizado por meio de informações obtidas no SIGPlan e no SIAFI, e pelo acompanhamento do Demonstrativo Físico-Financeiro Mensal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Recursos do Mar

Objetivo

Levantar e compilar dados e informações relativos ao relevo e aos recursos do mar da plataforma continental brasileira, a fim de atender às necessidades da defesa naval e à exploração comercial desses recursos.

Público-Alvo

Marinha do Brasil e exploradores legítimos da plataforma continental brasileira (comunidade científica, universidades e empresas nacionais).

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 2.939.000,00	Empenho Liquidado: R$ 2.061.423,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.061.423,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Atualização do Levantamento do Relevo e dos Recursos Existentes da Plataforma Continental

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 50,0 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considera-se baixa a probabilidade de se atingir o índice previsto para 2007, em função da insuficiência dos créditos e recursos orçamentários que vêm sendo aportados ao Programa.

Contextualização

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, e as necessidades de levantar e explorar os recursos da Plataforma Continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidades de defesa e comerciais, impelem a Marinha a participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, em conjunto com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando à ampliação dos conhecimentos sobre as potencialidades de nosso mar e à busca de novas formas de exploração/exportação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

Principais Resultados

- Apoio às atividades de 24 projetos de pesquisa, nas áreas de geologia, geofísica, biologia, recursos pesqueiros, oceanografia, meteorologia e sismografia, realizadas na Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP), e aquisição de equipamentos e utensílios para aparelhá-la.
- Fundeio de três bóias fixas de coleta de dados oceanográficos, que compõem a extensão sudoeste do Programa "Pilot Research Moored Array in the Tropical Atlantic" (PIRATA).
- Lançamento de 10 bóias de deriva para coleta de dados oceanográficos no Atlântico Sul.
- Aquisição de 2 estações maregráficas de última geração.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução orçamentária alcançou R$ 2.061.423,00, o que equivale a 70,1% do montante previsto de R$ 2.939.000,00.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, a execução das ações ocorreu dentro do previsto, em conformidade com a disponibilidade de recursos, com exceção da ação 7112 – "Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva", gerenciada pelo Ministério das Minas e Energia (MME), por meio do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Nesta ação os recursos aportados foram utilizados para a realização de mini-workshops, com a finalidade de reformular a Proposta Nacional de Trabalho e elaborar as suas respectivas Propostas Regionais.

No entanto, devido ao aporte de recursos, que ficou aquém do necessário para a consecução do objetivo do Programa, a maioria dos projetos atinentes às diversas ações, à exceção daqueles afetos à Ação 2520 – "Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo", pouco evoluiu em 2005. Ademais, os reduzidos referenciais orçamentários limitaram as atividades à manutenção dos sistemas já em operação e, ainda assim, com restrições.

A ação 7112 – "Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)", gerenciada pelo MME, também carece de aporte de recursos financeiros suficientes para a conclusão do levantamento dos recursos minerais marinhos da Plataforma Continental Jurídica do Brasil (PCJB).

Cabe salientar os seguintes projetos, que se mantiveram praticamente estagnados:

- Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, primordial para o levantamento dos recursos minerais não-energéticos brasileiros.
- Apoio ao intercâmbio de conhecimentos, responsável pelo aporte de recursos para investimentos na formação da mentalidade marítima nacional, que proporcionará aos brasileiros conhecerem a importância econômica e estratégica do território brasileiro marinho.
- Apoio às atividades de pesquisa, fundamental para custear a realização de pesquisas no mar, obter e manter meios de apoio (navios), dispor de uma infra-estrutura satisfatória (laboratórios), aumentar o conhecimento

sobre suas riquezas e desenvolver novas tecnologias de aproveitamento sustentável dos recursos do mar.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor da Marinha, que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade será mensal ou trimestral.

A infra-estrutura para implementação do Programa sofre o impacto de:

- Falta de navios e laboratórios para a condução das pesquisas pelas equipes executoras.
- Equipamentos científicos obsoletos para a realização das pesquisas no mar , dificultando a obtenção de conhecimentos e o levantamento de dados, o que onera a manutenção e, por vezes, inviabiliza os cruzeiros.
- Carência de manutenção adequada e de modernização dos laboratórios existentes em terra firme, além da necessidade de estabelecimento de mais laboratórios científicos no País.

A participação social no programa é efetivada por meio de reuniões regulares com representantes da comunidade científica e da classe empresarial, e pela discussão das atividades no âmbito dos Comitês Executivos da Subcomissão para o Plano Setorial de Recursos do Mar (PSRM) e da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

A gestão do programa é realizada pelo Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha do Brasil que, apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário, de planejamento e financeiro do Governo Federal.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa, para: “Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País”.
- Alterar o público-alvo do programa para: “Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar”.

Segurança da Navegação Aquaviária

Objetivo

Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira.

Público-Alvo

Comunidades marítima e fluviária e Marinha do Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 59.684.198,00	Empenho Liquidado: R$ 56.364.304,00 Pago estatais: - Total: R$ 56.364.304,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Coeficiente de Acidentes Náuticos

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 1,6 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, medido pelo número de acidentes náuticos registrados a cada mil embarcações existentes, alcançou o índice de 1,6 acidentes por mil embarcações existentes. Tendo em vista que não houve evolução do índice desde a primeira aferição, em 2002, a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA é baixa.

Contextualização

Compete à Marinha do Brasil a gestão dos aspectos relacionados à segurança da navegação, ao controle e à proteção dos meios e das pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. As atividades executadas nesse sentido, além do propósito primeiro da segurança da navegação, contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e dos fretes dos produtos transportados, resultando em economia de divisas para o País e melhoria das condições para o desenvolvimento nacional.

Principais Resultados

- Fiscalização de 2.400 embarcações.
- Produção de 200 cartas náuticas.
- Desenvolvimento do projeto de vetorização dos arquivos originais das cartas náuticas brasileiras, visando a agilizar a produção de cartas náuticas, em papel e eletrônicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira de R$ 56.364.304,00 equivale a 94% do montante previsto de R$ 59.684.198,00, tendo sido utilizados todos os recursos disponibilizados pelo Limite de Movimentação e Empenho. Todavia, a dotação orçamentária foi considerada insuficiente. O contingenciamento, por sua vez, gerou conseqüências negativas, tais como a manutenção inadequada dos equipamentos do Sistema de Sinalização Náutica, ocasionando a permanência de sinais apagados por um longo período de tempo e a queda no índice de eficácia no balizamento. Essa deficiência ampliou os riscos de acidentes náuticos, com prejuízos materiais e riscos à vida humana no mar. Além disso, as solicitações de créditos adicionais, que visavam à redução da grave situação vivenciada pela Marinha, foram parcialmente atendidos, o que gerou a necessidade de priorização. E a irregularidade do fluxo de recursos implicou na necessidade de adiamento da execução de diversas atividades do Programa.

Apesar dos problemas citados, o cumprimento das metas físicas da maior parte das ações ocorreu dentro do previsto, no entanto, em face dos referenciais monetários alocados, as metas de algumas ações foram previstas em patamar aquém do necessário.

No âmbito das ações concernentes ao Ensino Profissional Marítimo, cujo propósito é preparar recursos humanos para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às categorias de aquaviários, portuários e trabalhadores em atividades correlatas de nível médio e superior, foram realizados 1.394 cursos para as Comunidades Marítima e Portuária e de Atividades Correlatas, pelos Centros de Instrução "Almirante Graça Aranha" (CIAGA), "Almirante Áttila Monteiro Aché" (CIAMA) e "Almirante Braz de Aguiar" (CIABA), pelas Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências, pela Fundação de Estudos do Mar e, ainda, por outras Organizações Militares e Civis que, eventualmente, realizam cursos subsidiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A participação social é promovida por meio dos canais de comunicação existentes nas Capitanias, Agências e Delegacias que compõem o Sistema de Segurança do

Tráfego Aquaviário (SSTA). Também são captadas críticas e sugestões por meio dos recursos da Internet. Ademais, periodicamente são promovidas reuniões com grupos de interesse como, por exemplo, sindicato de portuários e armadores.

O grau de satisfação dos usuários é verificado mediante pesquisas pedagógicas e utilizando recursos da Internet. Em decorrência dos reduzidos referenciais monetários alocados no programa, a quantidade de beneficiários em relação ao Ensino Profissional Marítimo foi inferior ao esperado pela comunidade marítima, o que provocou reflexo negativo na satisfação dos usuários.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o público-alvo do Programa para "Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários.".

Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Objetivo

Prover o controle e a segurança do vôo no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil.

Público-Alvo

Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 498.880.437,00	Empenho Liquidado: R$ 434.164.687,00 Pago estatais: R$ 1.381.282,00 Total: R$ 435.545.969,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Espaço Aéreo Monitorado

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 94 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 94

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o indicador, que é medido pela relação percentual entre o espaço aéreo monitorado e o espaço aéreo brasileiro, atingiu o percentual previsto para o final de 2007 (94%).

Deve-se ressaltar que não é de interesse atingir-se a taxa de monitoramento de 100%, considerando-se que a parcela restante (6%) do espaço aéreo continental brasileiro apresenta reduzida densidade de tráfego aéreo, o que não justifica, portanto, o emprego de meios de monitoramento do espaço aéreo.

2. Coeficiente de Acidentes Aéreos

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 0,53 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O coeficiente de acidentes alcançou o índice 0,53 (relação entre onúmero de acidentes ocorridos na aviação civil e o número de aeronaves registradas no DAC, multiplicado por 100), ultrapassando, assim, o índice previsto ao final do PPA, que é 0,56.

Contextualização

O controle do espaço aéreo brasileiro e a sua proteção demandam atenção especial, que deve contar com equipamentos de detecção, tratamento e visualização de dados adequados à extensão do país, e de comunicações e auxílio à navegação aérea e ao pouso. Para tanto, deve-se desenvolver a capacidade de acoplar, tratar, processar e transmitir dados de unidades táticas de controle do espaço aéreo, a fim de proporcionar mais segurança, regularidade e fluidez à circulação aérea nacional.
Isso, portanto, exige a modernização da Força Aérea Brasileira, com a aquisição de equipamentos adequados à amplitude territorial do país.

Principais Resultados

- Modernização dos Sistemas de Vigilância do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), compreendendo: modernização e implantação de radares; implantação de 3 sistemas centrais de monitoramento e controle remoto e de 5 sistemas regionais (Brasília, Curitiba, Recife, Manaus e São Paulo) de monitoramento e controle remoto.
- Continuidade do suporte às atividades de Busca e Salvamento.
- Continuidade da ampliação da capacidade da vigilância meteorológica, através da implantação de Radares e Estações Meteorológicas em diversas localidades da Região Amazônica.
- Implantação de rede de estações de comunicação por satélite, na Amazônia.
- Implantação da central de áudio em Belém.
- Implantação de dois radares de área terminal e substituição de um radar de mesmo tipo na região de São Paulo.
- Substituição do sistema de tratamento e visualização de dados do APP Rio de Janeiro.
- Implantação de estação meteorológica de superfície Classe 1, em Guaratinguetá.
- Reforma e ampliação da Torre de Controle de Brasília.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 498.880.437,00, o que equivale a 87,3% do montante previsto de R$ 435.545.969,00.

O cumprimento das metas físicas demonstrou-se abaixo do previsto, pois os recursos orçamentários, consignados na Lei Orçamentária Anual, foram contingenciados em 14,5%, pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, impossibilitando o total cumprimento das metas físicas previstas para o exercício.

A ação 3133 – "Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB" sofreu, em fevereiro de 2005, contingenciamento de cerca de 29% em relação ao crédito orçamentário aprovado pela LOA 2005, passando de R$

155 milhões para cerca de R$ 110 milhões. A execução física, por sua vez, alcançou 4,6% de revitalização do sistema, frente a uma previsão de 19%. No entanto, cabe salientar que o valor corrigido corresponde a 7,76% do sistema revitalizado.

A ação 2683 – "Cartografia Aeronáutica", não apresentou execução físico-financeira, devido a dificuldades na celebração de convênios, ocasionadas pelo fato de a INFRAERO (órgão concedente) não ter alocado recursos para a confecção de Cartas de Aeródromos de seu interesse e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

Destaca-se que os recursos aprovados na Lei Orçamentária estão aquém dos recursos provenientes de tarifas e das reais necessidades do SISCEAB. Outro fator que contribuiu para o não cumprimento das metas foi o atraso nos processos licitatórios que, por causa da obrigatoriedade de se utilizar o pregão, prejudicou o pronto atendimento das necessidades do SISCEAB.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, a Gerência avalia e consolida os dados lançados pelos coordenadores de ações no SIGPlan. Além disso, são utilizados relatórios mensais e realizadas reuniões do gerente com os coordenadores para discussão sobre o desenvolvimento das ações. São também realizadas, no DECEA, reuniões bimensais com os gerentes de metas para avaliar o desenvolvimento dos empreendimentos.

A implementação do programa foi, ainda, prejudicada pela insuficiência de recursos materiais disponíveis para a equipe gerencial e inadequação da infra-estrutura, tendo em vista que os gerentes e as equipes executoras compartilham, em suas organizações de trabalho, os recursos materiais e a infra-estrutura disponíveis.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Serviço de Saúde das Forças Armadas

Objetivo

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar ativo e inativo das Forças Armadas , e a seus dependentes.

Público-Alvo

Militares das Forças Armadas e seus dependentes.

Execução do Progrma

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 730.215.490,00	Empenho Liquidado: R$ 701.067.555,00 Pago estatais: - Total: R$ 701.067.555,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Ocupação Hospitalar da População-Alvo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 70 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média.

Contextualização

É muito importante para a saúde física e mental dos servidores militares das Forças Armadas e de seus dependentes, que lhes sejam garantida a assistência médico-hospitalar e odontológica adequada.

Principais Resultados

- Inauguração da UTI Integrada (para as três Forças), no Hospital de Guarnição de Natal, para atender às demandas da região Nordeste.
- Implantação de programas de saúde preventivos.
- Realização do primeiro Curso de Capacitação do Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT).
- Realização, pelo projeto "Retrato da Família Militar", de levantamento de dados sobre a família militar, com o fim de subsidiar os projetos desenvolvidos dentro do programa.

- Instalação dos Pontos de Tele-educação médica continuada nos Hospitais de Guarnição de Porto Velho, São Gabriel da Cachoeira, Marabá, Tabatinga e Tefé, pelo projeto "Incentivo ao Deslocamento de Médicos para Amazônia Legal".

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 701.067.555,00, o que equivale a 96% do montante previsto, de R$ 730.215.490,00. Embora o fluxo de recursos tenha sido descontínuo, a realização das metas físicas ocorreu dentro do previsto.

Cabe destacar que o Fator de Custo de Atendimento Médico-Hospitalar (valor estipulado, por militar e por dependente, que serve de base para o cálculo de dotação orçamentária destinada à assistência médico-hospitalar) não sofre atualização desde 1999, necessitando-se, assim, da utilização de recursos próprios das Forças Armadas para cobrir as despesas com serviços de saúde, o que causa impacto negativo em outros programas do ministério.

Destaca-se a ação 2059 – "Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo", que beneficiou 1.678.995 pessoas, superando significativamente a previsão de 1.287.034 pessoas beneficiadas.

Em relação ao quantitativo de recursos humanos, verifica-se carência tanto na equipe gerencial como nas equipes executoras. Ressalta-se que, nas áreas remotas e de difícil acesso do país, entre elas as de fronteira, há insuficiência de profissionais de saúde. Assim, os médicos formados nos grandes centros do país são deslocados para essas áreas, recebendo incentivos financiados por meio de uma articulação entre os ministérios da Defesa, Saúde e Educação.

Há uma parceria entre a ONU (UNAIDS) e o Ministério da Saúde, no "Programa de Prevenção e Controle de DST/AIDS nas Forças Armadas". Os mecanismos dessa parceria foram cumpridos a contento.

A cobertura do público-alvo é completa, pois todos os militares ativos e inativos, dependentes e pensionistas são contemplados pelo programa. O grau de satisfação do usuário, conforme apurado em questionários de avaliação, varia de bom a muito bom, mas é crescente o número de usuários do programa que estão procurando assistência de saúde complementar, por meio de seguradoras de saúde, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, o que aponta para a necessidade de investimento nessas regiões. Ademais, por meio do Projeto "Retrato da Família Militar", são feitos levantamentos, atualizados anualmente, com vistas a aferir o grau de atendimento às demandas de saúde da população-alvo.

Como boa prática de gestão, vale ressaltar que os serviços de saúde das três Forças e o Hospital das Forças Armadas realizam auditorias técnicas internas e inspeções administrativas periódicas, através dos comandos militares superiores, e auditorias sistemáticas, através dos órgãos de controladoria de cada Força e do Ministério da Defesa, respectivamente

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Objetivo

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

Público-Alvo

Nação brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 67.854.061,00	Empenho Liquidado: R$ 66.345.438,00 Pago estatais: - Total: R$ 66.345.438,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Execução de Pesquisas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 60 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Tendo em vista que o índice de referência apurado em 2003 foi de 60%, verifica-se que não houve evolução até 2005. Infere-se, portanto, que a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, de 65%, é baixa.

Contextualização

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, além do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa do país em ciência e tecnologia, sobretudo no que se refere aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do País.

Principais Resultados

- Prosseguimento do desenvolvimento do MAA-1B, que representa uma modernização e um avanço tecnológico de grande importância operacional para a Força Aérea Brasileira.
- Conclusão do desenvolvimento da aeronave AL-X.

- Iniciado o processo de adequação, desenvolvimento e calibração dos girômetros para atender a especificações em faixa larga de temperatura.
- Realização do levantamento do mosaico de áreas de interesse operacional da polícia militar de São José dos Campos, juntamente com o aerolevantamento de baixo custo.
- Utilização de radar de abertura sintética para captar veículos blindados, a fim de aperfeiçoar técnicas de reconhecimento automático de alvos militares.
- Conclusão da estação de solo do sistema de guiamento por Global Positioning System (GPS), da gestão da configuração e dos testes do software da plataforma de vôo e do treinamento atrelado ao software.
- Obtenção de melhor seqüência de empilhamento das camadas de material cerâmico de aplicação aeronáutica, para a resistência balística mais eficaz.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 66.345.438,00, o que equivale a 98% do montante previsto, de R$ 67.854.061,00. O fluxo de recursos sofreu o impacto dos contingenciamentos impostos pelo governo federal, que estabeleceu a proporção de 60% no primeiro quadrimestre, 25% no segundo e 15% no último, o que causou prejuízo em alguns serviços e compras.

Em algumas ações, o cumprimento da meta física situou-se abaixo do previsto, com destaque para a ação 5408 – "Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados", em razão de especificidades de natureza técnica, que causaram dificuldades no cumprimento de prazos por parte de empresas contratadas, e também da carência de pessoal em alguns de seus projetos.

Quanto à infra-estrutura utilizada para a implementação do programa, destaca-se que os laboratórios destinados ao desenvolvimento de projetos necessitam de expressivos reparos.

Como diferencial na gestão do programa, deve-se ressaltar que, durante o exercício de 2005, foram realizadas reuniões mensais do Conselho de Direção para demonstrar os desempenhos de cada projeto e seu andamento financeiro e físico, ocasiões nas quais se definiram as providências a serem adotadas para sanar eventuais deficiências.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Tecnologia de Uso Naval

Objetivo

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica, no âmbito da Marinha do Brasil, que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval.

Público-Alvo

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 63.885.845,00	Empenho Liquidado: R$ 54.861.578,00 Pago estatais: - Total: R$ 54.861.578,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Execução de Pesquisas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, medido pela "relação percentual entre o total de aquisições nacionais de meios de defesa naval e o total de aquisições internacionais", não se vincula adequadamente ao objetivo e, dadas as dificuldades de aferição, não foi apurado. No entanto, já foi aprovada a substituição pelo indicador "Grau de Domínio", na Revisão do PPA em 2005.

Contextualização

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, além do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa do país em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do país.

Principais Resultados

- Conclusão, no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), da montagem final do conjunto vaso de pressão e internos do reator do

Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE), empreendimento que visa à capacitação do país na geração de energia elétrica de origem nuclear e ao desenvolvimento futuro de sistemas de propulsão naval;

- Conclusão da rotina experimental de fechamento do vaso de pressão do reator.
- Continuidade do fornecimento das ultracentrífugas de enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que vem suprindo 2/3 das necessidades de urânio enriquecido das Usinas de Angra I e II, eliminando gastos vultosos com a importação de material.
- Prontificação do Sistema de Aquisição de Dados Acústicos, Magnéticos e de Pressão (SAAMP), projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) para a coleta e armazenamento de assinaturas acústicas, magnéticas e de pressão de navios de superfície e de submarinos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 54.861.578,00, o que equivale a 86% do montante previsto de R$ 63.885.845,00.

O programa utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados (Limite de Movimentação e Empenho). Todavia, em razão da insuficiência da dotação orçamentária e do contingenciamento, há riscos de conseqüências indesejáveis, tais como a perda de significativo patrimônio acumulado pelo Brasil, ao longo da execução do programa, e a possível demissão de pessoal altamente qualificado.

Quanto ao fluxo de recursos, deve-se ressaltar que a liberação parcelada dos recursos no transcorrer do exercício implicou na inscrição de despesas em restos a pagar para 2006 e na postergação da execução de diversas atividades do programa, com prejuízos para a capacitação dos recursos humanos empregados.

O cumprimento das metas físicas ocorreu em conformidade com a disponibilidade de recursos, no entanto, muito abaixo do necessário.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

No que se refere à infra-estrutura para execução do Programa, saliente-se que os recursos materiais das equipes executoras são insuficientes, necessitando-se de contínua atualização e modernização de laboratórios, métodos e processos. Ademais, em face da insuficiência dos recursos alocados, as equipes executoras têm sido desviadas para atividades relacionadas à obtenção de recursos por prestação de serviços, desviando o foco de suas atividades e sem o necessário investimento em requalificação e atualização.

No que tange aos recursos humanos, no caso específico do "Programa Nuclear da Marinha", vêm ocorrendo perdas decorrentes de passagem de pessoal para a inatividade, sem a necessária reposição. Para a correção desta tendência, faz-se necessário o aporte de recursos que permitam a retirada do programa do "estado vegetativo".

Outros Aspectos Relevantes

O programa é caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil e, caso sejam mantidos os patamares orçamentários semelhantes aos verificados no exercício em comento e nos anteriores, corre o risco de descontinuidade. Os recursos alocados sequer são suficientes para a manutenção de sua vida "vegetativa", o que gera impacto negativo na preservação dos recursos humanos, na pesquisa e no desenvolvimento do ciclo de combustível e na construção do protótipo do reator. Isto implica a perda de significativo patrimônio acumulado pelo Brasil ao longo do programa, e a possível demissão, a partir de agosto de 2006, de pessoal altamente qualificado.

O Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha encontra-se em reestruturação, de modo a aumentar a eficiência e integração dos diversos setores internos ligados à pesquisa, desenvolvimento e engenharia e a medir a efetividade do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha.

Recomendações

Não há recomendações.

Tecnologia de Uso Terrestre

Objetivo

Pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército e das demais forças singulares.

Público-Alvo

Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 13.395.001,00	Empenho Liquidado: R$ 13.390.058,00 Pago estatais: - Total: R$ 13.390.058,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Desenvolvimento de Tecnologia de Uso Terrestre

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 44 em 6/10/2004
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi aferido em 2005, pois a metodologia do Plano Básico de Ciência e Tecnologia, fonte de dados para o cálculo, encontra-se em fase de implantação no Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

Contextualização

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, bem como o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do país.

Principais Resultados

- Projeto, montagem e entrega do protótipo do módulo de telemática.
- Primeira obtenção de fibra de carbono do piche mesofásico.
- Definição do módulo para projeto de Viatura Blindada.
- Projeto e início de montagem do módulo tático de Guerra Eletrônica.

- Construção de protótipo de morteiro 81 mm.
- Desenvolvimento do primeiro protótipo de simulador de tiro.
- Projeto e construção de assento balístico para helicóptero.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R$ 13.390.058,00, praticamente 100% do montante previsto de R$ 13.395.001,00 e as metas físicas das duas ações do programa foram integralmente atingidas.

O monitoramento do desempenho das ações é realizado por meio de reuniões semanais da equipe executora, mais uma reunião anual para avaliação de resultados.

Embora a implementação do programa tenha ocorrido dentro do previsto, sofreu impacto negativo dos seguintes fatores: insuficiência de recursos materiais, necessidade de incremento tecnológico nos laboratórios, necessidade de atualização no acervo bibliográfico e quantidade insuficiente de recursos humanos. Esses fatores demandaram ajustes no planejamento, com o objetivo de não afetar a consecução dos resultados.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para "Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio de pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, além de contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa".



Ministério da Educação

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
Brasil Escolarizado
Desenvolvimento da Educação Especial
Desenvolvimento da Educação Infantil
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Desenvolvimento do Ensino da
Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Desenvolvimento do Ensino Médio
Educação para a Diversidade e Cidadania
Gestão da Política de Educação
Universidade do Século XXI
Valorização e Formação de Professores e
Trabalhadores da Educação Básica

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Educação, foram utilizados R$ 20 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 22.329.424.928,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 20.028.497.199,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 22.329.424.928,00	**Total realizado:**	R$ 20.028.497.199,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 1,2 bilhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 891,9 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Educação em 2005 a serem destacados foram:

- Lançamento do Plano de Qualidade para a Educação Brasileira, que inclui a criação do Sistema Nacional de Formação de Professores, formado pelo conjunto de iniciativas do MEC que desenvolvem ações nessa área: Pró-Infantil, Proformação, Pró-Licenciatura, Pró-Letramento, ProLind e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica.
- Concessão pelo Prouni de 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais de cinqüenta por cento, totalizando 112.275 bolsas de estudo a universitários de baixa renda para o ano letivo de 2005, em 1.135 instituições privadas e filantrópicas de ensino superior.
- Atendimento de 3.342.531 alunos por meio da Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) em 4.175 Municípios, bem como de 2.049.059 alfabetizandos em 4.500 Municípios.
- Criação da 1ª Universidade Tecnológica Federal do Brasil, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet/PR). A instituição conta atualmente com cerca de 15,5 mil alunos e 1,3 mil professores distribuídos em sete unidades de ensino.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Aspectos Relevantes

A programação do Ministério da Educação está vinculada majoritariamente ao desafio de "ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação". Tal desafio pressupõe um conjunto de objetivos setoriais: dar oportunidade a todos os jovens e adultos de se alfabetizarem; universalizar a educação básica; reformular a educação profissional; formar, valorizar e estimular os professores; e adequar a universidade aos desafios do Século XXI. Os programas e as ações do Ministério da Educação têm forte impacto na sociedade, visto que seu público-alvo é composto por crianças, adolescentes, jovens e adultos em fase escolar, além de ser um instrumento privilegiado de inclusão social e de exercício da cidadania. A reestruturação da programação do Ministério da Educação para o ano de 2005 foi um dos fatores que mais contribuíram para o alcance dos seguintes indicadores:

- Queda da taxa de analfabetismo - No Brasil, o analfabetismo é um problema que ainda atinge cerca de 14,6 milhões de pessoas, o que corresponde a uma taxa de 11,2%, em 2004, pouco abaixo dos 11,6% de 2003. Quando se consideram os diferentes grupos de população, confirma-se a tendência histórica de que o analfabetismo entre os mais jovens se situe num nível bem menor, registrando 3% na faixa etária de 15 a 24 anos e 19,3% para o grupo de idade dos mais de 40 anos. Tais diferenças nas taxas por faixa etária podem ser associadas, por exemplo, à expansão do atendimento escolar nas últimas décadas, que possibilitou uma acentuada redução na taxa de analfabetismo entre os jovens.
- Aumento da escolaridade média da população - A escolaridade média da população brasileira vem crescendo, ainda que lentamente. Passou de 6,4 anos de estudo, em 2001 para 6,8 anos, em 2004. Quando se analisa a escolaridade média dos diferentes grupos de idade, observa-se que os jovens de 18 a 24 anos apresentam uma média pouco acima da equivalente ao ensino fundamental completo, com 8,6 anos de estudo.
- Acesso aos níveis de ensino não obrigatórios - Na faixa etária de 0 a 6 anos a proporção dos que são atendidos pela educação infantil é crescente, mas o atendimento permanece relativamente baixo. Para as crianças de 0 a 3 anos é significativo observar que apenas 13,7% freqüentam creches. Já para a faixa etária de 4 a 6 anos, a proporção de crianças freqüentando escola chegou a 71,3%. Na faixa de idade de 15 a 17 anos, foi registrada uma pequena redução na proporção de freqüência à escola (de 82,4%, em 2003 para 82,2% em 2004). Além disso, dos 82,2% que estavam na escola, em 2004, apenas 45,1% se encontravam matriculados no ensino médio, nível adequado à faixa etária considerada. Contudo, é importante salientar um aumento de 2 pontos percentuais nesta taxa de escolarização (era 43,1%, em 2003), o que reflete a tendência de redução da distorção idade-série, ampliando a oportunidade para um número maior de mais jovens cursarem o ensino médio na idade adequada. Com relação aos jovens de 18 a 24 anos, com idade adequada para o ensino superior, o indicador de acesso é muito baixo; apenas 10,8% chega a esse nível de ensino. Já a proporção desses jovens que freqüentam a escola, que estava estabilizada em 34% no período 1999-2003, caiu para 32,4% em 2004.

As principais dificuldades para atingimento dos resultados estão destacadas a seguir:

Limitação Orçamentária - O MEC tem estreitado relações com o Fórum de Estatais, que abre oportunidades de parcerias com amplitudes diversas, no intuito de contornar a limitação orçamentária pela ampliação do leque de fontes de financiamento. Além disso, está em tramitação a proposta de criação do Fundeb.

Fluxo de recursos – Devido ao cronograma de execução de algumas ações se iniciarem apenas no segundo semestre, houve dificuldades no repasse de todo o volume de recursos ao final do ano, provocando inscrição de montante significativo de recursos em restos a pagar. Diferentemente dos recursos de transferência automática que são creditados diretamente na conta dos entes vinculados legalmente, os recursos de transferência voluntária têm seus trâmites para liberação de forma mais lenta, tornando morosos os processos de liberação de recursos e de implementação das ações.

Implementação – A maioria das ações é implementada de forma descentralizada, por meio de convênios firmados com os Estados, o DF e os Municípios que trazem, em documentos previstos na legislação afeta, informações sobre o quantitativo de pessoas que serão beneficiadas com o projeto. O acompanhamento do desempenho físico é feito por meio de sistemas e programas do próprio Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Entretanto, os convênios são firmados em função da demanda, ou seja, de quem tem capacidade de elaborar projetos.

Recursos Humanos – As equipes de assessoramento aos gerentes não são suficientes, nem possuem a qualificação adequada para manter o acompanhamento anual dos programas. Faz-se necessário o aumento do número de técnicos com qualificação nas áreas de educação, planejamento e gestão. O mesmo ocorre nas equipes que implementam as ações nas diversas unidades orçamentárias.

Monitoramento – Há certa carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e acompanhamento de dados, bem como registra-se divergência entre os gerentes de programa e os coordenadores de ação em relação aos dados finais consolidados. Foi implantado o Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (Simec), que consolida as informações e os valores físicos e financeiros e promove maior aproximação entre os coordenadores das ações e a gerência do programa.

Recomendações

- É preciso alavancar a articulação interministerial dos programas sociais, dada a potencialização da mobilização dos beneficiários e dos resultados alcançados por meio da ação conjunta. A complementaridade de recursos orçamentários e humanos dos órgãos é um aspecto muito importante no sucesso de metas sociais.
- Para melhorar a execução dos programas, seria de grande valia a descentralização de responsabilidade dos coordenadores; o treinamento específico para os técnicos vinculados às respectivas ações; o desatrelamento de vários sistemas institucionais com programações diferenciadas dos objetivos dos sistemas federais; alteração na forma de implementação de

algumas ações; comprometimento dos coordenadores; maior integração entre os entes (federal, estadual e municipal) e maior integração entre os setores afins.

- É necessária a utilização mais intensa dos instrumentos de gestão disponíveis, no caso o SIMEC e o SIGPLAN, no sentido de articular melhor as ações que, pela sua relevância e pelo volume de recursos que envolvem, precisam ter informes de situação sempre atualizados e disponíveis.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Objetivo

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

Público-Alvo

Jovens e adultos com 15 e mais, não alfabetizados ou com baixa escolaridade e os educadores que atuam nesta modalidade de ensino.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 685.407.290,00	Empenho Liquidado: R$ 673.239.958,00 Pago estatais: - Total: R$ 673.239.958,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 24 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3,2 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 2,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Além da mera questão da escassez de recursos financeiros, os parceiros executores do Programa vêm encontrando dificuldades em mobilizar o público-alvo mais jovem (15 a 24 anos) da Educação de Jovens e Adultos e, assim, integrá-lo às turmas de alfabetização.

2. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 25 a 34 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

3. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 35 anos ou Mais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 12,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

4. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 8,19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Em 2005 foram desenvolvidas iniciativas específicas, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude-PR, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando a mobilizar o público-alvo do programa a partir de 2006 para participação nas turmas de alfabetização. Portanto, a viabilidade de alcance do índice até 2007 é baixa.

5. Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 24,9 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 18,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A viabilidade de alcance do índice foi definida como baixa, tendo em vista as incertezas relativas ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Enquanto não houver definição infraconstitucional, regulamentando os critérios de financiamento, há palpáveis riscos com relação à continuidade do incremento das vagas ofertadas.

6. Percentual da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade entre a 4ª Série e 7ª Série

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 27,7 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 25,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A viabilidade de alcance do índice foi definida como baixa, tendo em vista as incertezas relativas ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Enquanto não houver definição infraconstitucional, regulamentando os critérios de financiamento, há palpáveis riscos com relação à continuidade do incremento das vagas ofertadas.

Contextualização

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, 13,6% da população de 15 anos e mais é analfabeta. Em algumas regiões do Brasil, esse quadro é ainda mais grave: 26,2% na Região Nordeste e 16,3% na Região Norte. Estas taxas vêm diminuindo nas últimas décadas, mas ainda estão longe do ideal. De acordo com estudo publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a taxa de analfabetismo no país está diretamente atrelada à distribuição de renda. O Brasil apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo: a renda dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que ados 20% mais pobres e as taxas de escolarização e analfabetismo não poderiam ser diferentes. A taxa de analfabetismo da população cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de 29%; já nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos esse índice não chega a 2%. Quanto ao grau de escolaridade, observa-se que cerca de 33,2 milhões de brasileiros possuem até a terceira série do ensino fundamental. Ademais, persiste grande descontinuidade no processo de alfabetização de jovens e adultos, comprometendo a qualidade do ensino e o alcance dos resultados almejados.

Principais Resultados

- 3.342.531 alunos de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) atendidos em 4.175 Municípios, o que representa um aumento de cerca de 82% em relação ao ano de 2004;
- 2.049.059 alfabetizandos atendidos em 4.500 Municípios;
- Aumento de cerca de 85% no número de secretarias municipais de educação parceiras nas ações de alfabetização, com relação ao ano de 2004;
- 101.410 bolsas de estudo concedidas a alfabetizadores, o que representa um aumento de cerca de 50% em relação ao ano de 2004;
- 104.429 alfabetizadores formados (formação inicial e formação continuada), o que representa um aumento de cerca de 45% em relação ao ano de 2004.
- 300 mil kits de material didático distribuídos para alfabetizandos e alunos do primeiro segmento de EJA;
- 5.060 agricultores familiares atendidos com Educação de Jovens e Adultos e Qualificação Social e Profissional;
- 46.795 presidiários atendidos com Educação de Jovens e Adultos.
- 3.402 educadores e agentes penitenciários formados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Faz-se necessário ampliar o atendimento do público-alvo para alcançar o objetivo do programa, porém a limitação orçamentária dificulta tal ampliação. Uma estratégia, ainda que insuficiente, para contornar tal restrição é a ampliação do leque de fontes de financiamento para iniciativas de alfabetização e educação de jovens e adultos. A ênfase dada pelo MEC a tal estratégia é perceptível no estreitamento das relações com o Fórum de Estatais, que abre oportunidades de parcerias com amplitudes diversas, tais como aquelas desenvolvidas pela Eletrobrás epela Eletronuclear, entre outras.

As ações 0965 - Apoio à Distribuição de Material Didático para a EJA", 0972 - "Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos" e 09ET - "Apoio à Capacitação de Profissionais Atuantes na Educação Básica de Jovens e Adultos" já estão contempladas na ação 0081 - Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental de

Jovens e Adultos". A proposta de fusão das ações 0965, 0972 e 09ET na ação 0507 - "Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos" foi implementada para o exercício de 2006, com o intuito de atender às demandas de segmentos específicos, tais como população prisional, jovens, pescadores e outros por educação de jovens e adultos.

Caso a regulamentação do FUNDEB , que definirá os fatores de prioridade para distribuição dos recursos do Fundo, implique na redução dos recursos destinados à Educação de Jovens e Adultos, poderá haver a desmobilização dos esforços para a "continuidade de estudos". Isso porque as secretarias estaduais e municipais de educação , responsáveis pela oferta da modalidade de EJA em suas redes regulares de ensino, perderão os incentivos financeiros para a oferta de vagas em EJA e, assim, haverá um "represamento" dos egressos das turmas de alfabetização, que ficarão impedidos de dar continuidade a seus estudos.

O programa apresenta problemas de fluxo de recursos por conta do cronograma de execução das ações que se inicia em meados do segundo semestre e esses problemas geram dificuldades no repasse de recursos ao final do ano. Tal fato tem implicado montante significativo de restos a pagar que prejudicam a execução das ações das entidades afetadas, levando, por exemplo, à desmobilização das turmas de alfabetizandos e a problemas na aquisição de material didático para alunos de Educação de Jovens e Adultos.

Quanto à adequação dos recursos humanos, materiais e de infra-estrutura disponíveis, o programa apresenta insuficiência de equipamentos (hardware) para a equipe de Sistemas de Informação e insuficiência de técnicos e pessoal de apoio administrativo.

A execução descentralizada é o cerne do programa, haja vista a natureza das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos. Em que pesem eventuais problemas na execução (advindos, em sua maioria, de problemas de coordenação, comunicação e monitoramento), os resultados alcançados permitem afirmar que a estratégia de execução descentralizada possui desempenho efetivo.

A disponibilização das informações e a integração com uma parcela dos entes executores sofreram prejuízos por algumas razões, como falta de recursos humanos e de infra-estrutura na ponta e baixa capacidade de gestão das ações, que impactam, por exemplo, na consistência dos dados e informações alimentados no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) e, conseqüentemente, no acompanhamento das ações.

Outros Aspectos Relevantes

Além da avaliação anual dos programas do PPA, está em andamento outra avaliação deste programa pelas seguintes instituições: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (SCIENCE); Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale-UFMG); Instituto Paulo Montenegro (IPM); Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope Opinião); e Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), com previsão de conclusão para dezembro de 2007. O plano de avaliação foi desenhado de forma a comportar uma estrutura organizativa horizontal, que permita a articulação das diversas instituições parceiras executoras. Dessa forma, preserva-se a expertise

de cada instituição sem prescindir de uma atuação coordenada. Serão avaliadas nesse primeiro momento a ação 0920 - "Concessão de Bolsas aos Alfabetizadores" e a ação 09BT - "Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos".

Durante o ano de 2005 também foi organizado, em parceria com o Inep, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o Ipea, o "Mapeamento Nacional de Iniciativas de Alfabetização de Jovens e Adultos", iniciativa inovadora que possibilitou identificar as ações de alfabetização desenvolvidas em todo o Brasil, além daquelas financiadas pelo Governo Federal. Dessa forma, foi possível estimar o grau de mobilização em torno da alfabetização de jovens e adultos, tendo em vista o volume de recursos financeiros, humanos e organizacionais alocados, o número de alfabetizandos atendidos, as parcerias estabelecidas e outras variáveis. Além do conhecimento da diversidade das iniciativas de alfabetização, tais dados e informações subsidiaram a formulação dos parâmetros de repasse de recursos para alfabetização no ano de 2006 e permitiram delinear estratégias para efetivar a continuidade de estudos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelas atividades de assistência financeira, normatização, coordenação, monitoramento, fiscalização, cooperação técnica e avaliação da aplicação dos recursos, diretamente ou por delegação, possui equipe de técnicos responsáveis pelo monitoramento e auditoria in loco às entidades executoras das ações do programa juntamente com a equipe de técnicos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC).

O processo de acompanhamento do programa é realizado de várias maneiras: à distância - por meio da consulta aos dados alimentados pelas entidades parceiras noSBA-; por meio dos relatórios eletrônicos de acompanhamento; através de contatos telefônicos e por correio eletrônico; e mediante visitas in loco às turmas de alfabetização, selecionadas por meio da sinalização de aspectos captados no acompanhamento a distância, bem como por denúncias recebidas. Quanto à abrangência, devido às restrições dos recursos financeiros e humanos, não há possibilidade de se acompanhar in loco um número de turmas suficiente para configurar uma amostra representativa do universo dos beneficiários do programa.

Os principais objetos de gasto na GAP são: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. Não há dificuldades consideráveis que impeçam a apropriação dos gastos realizados na GAP nas demais ações do programa.

Em 2005 percebeu-se um estreitamento dos laços com as demais unidades administrativas do MEC, possibilitando a implementação de ações em parceria com a Secretaria de Educação Superior (Observatório Educacional); a Secretaria de Educação Básica (formação de professores e política de leitura); a Secretaria de Educação à Distância (Proformação); e a Secretaria de Educação Tecnológica (ProEJA e Escola de Fábrica).

Realização de parcerias com órgãos governamentais como o Ministério da Justiça (Projeto de Educação Prisional); a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (Projeto Pescando Letras); a Secretaria Especial de Direitos Humanos (Manual de orientação para os alfabetizadores sobre registro civil); a Secretaria Nacional da Juventude (ProJovem); o Ministério do Trabalho e Emprego (Economia Solidária e Projeto Trabalhador Doméstico Cidadão); o Ministério do Desenvolvimento Social (integração do Brasil Alfabetizado com o Bolsa Família); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Projeto Saberes da Terra).

Os parceiros não-governamentais executaram satisfatoriamente as tarefas acordadas, alcançando as metas estabelecidas. Contudo, há que se ressaltar a diversidade entre os diversos parceiros não-governamentais quanto a tamanho, estrutura, capacidade de mobilização, abrangência de atuação e outros aspectos, que condicionam os resultados obtidos por cada entidade parceira.

A participação social se dá por meio dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, que são compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, ONGs e instituições de ensino e pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, instância de caráter consultivo que acompanha, sob os aspectos sociais, a execução das ações do programa. A participação social permitiu que as ações do programa fossem redesenhadas de acordo com as necessidades do público-alvo: elaboração de cartilha para identificação de alfabetizandos com deficiência visual; aumento do rol de materiais didáticos passíveis de aquisição com os recursos distribuídos para Educação de Jovens e Adultos; e atendimento para segmentos específicos (população indígena, populações do campo, pescadores artesanais etc).

Entre as boas práticas de gestão, destacam-se: a) Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), disponível para acesso amplo no endereço eletrônico http://www.mec.gov.br/secad/sba. O SBA é o instrumento de gestão operacional do Programa Brasil Alfabetizado, responsável pela consolidação das informações sobre a operacionalização e execução das ações (cadastro das turmas, cadastro dos alfabetizadores, cadastro de alfabetizandos, previsão das datas e horários de funcionamento, atendimento a segmentos específicos etc.). Os órgãos e entidades parceiras realizam a alimentação remota do SBA, validando recorrentemente as informações disponibilizadas, o que permite o acompanhamento, por parte da equipe gerencial, do processo de execução das ações acordadas. Ademais, o SBA possui a função de permitir o controle social das ações do programa e implementar o critério de transparência da gestão, uma vez que é possível acessar os dados pelo endereço eletrônico acima especificado; b) Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, estruturado de forma a permitir a atuação de diversas instituições especializadas na área de avaliação. Tal estrutura horizontal foi construída em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do instituto das agências implementadoras, que permite a seleção rigorosa de instituições com reconhecida expertise.

Recomendações

- Melhorar a concertação com Estados e Municípios, principalmente no que tange ao incremento da mobilização com vistas à continuidade de estudos dos jovens e adultos egressos da Alfabetização de Jovens e Adultos, encaminhado-os para matrícula na Educação de Jovens e Adultos.
- O programa teria condições de atender a todos os Municípios brasileiros, caso houvesse recursos financeiros e humanos que permitissem a capacitação dos gestores municipais e estaduais para a mobilização dos jovens e adultos não-alfabetizados ou com baixa escolaridade. Dessa forma, seria possível a existência de projetos que agregassem qualidade ao atendimento de jovens e adultos, incluindo parcerias com entidades que demonstram boas práticas em alfabetização e educação de jovens e adultos e o delineamento de uma estrutura de distribuição de recursos calcada na equidade federativa e regional potencial do programa.
- A articulação interministerial dos programas sociais deveria ser tida como prioridade no governo federal, dada a potencialização da mobilização dos beneficiários e dos resultados alcançados por meio dessa ação conjunta. A complementaridade de recursos orçamentários e humanos dos órgãos é um aspecto muito importante no sucesso de metas sociais. Ressalva-se, contudo, que o impacto de tais articulações, realizadas no transcorrer do ano de 2005, será sentido mais efetivamente em 2006, dado o lapso temporal necessário para alcançar os benefícios das sinergias de esforços entre os órgãos.

Brasil Escolarizado

Objetivo

Garantir o acesso e a permanência de todas crianças e adolescentes na Educação Básica, com melhoria de qualidade.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes matriculados na educação básica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.733.281.971,00	Empenho Liquidado: R$ 1.653.068.158,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.653.068.158,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 4,1 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média

2. Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,78 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 0,87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

Contextualização

Ainda que preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a universalização da educação básica está se concentrando em apenas um dos seus níveis de ensino, o

fundamental. Dessa forma, o processo educacional se segmenta pela precariedade da oferta nos outros dois níveis, educação infantil e ensino médio. A universalização da educação básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro componente, a educação infantil. As estatísticas apontam que 11,6 milhões (89,4%) de crianças de 0 a 3 anos de idade e 3,9 milhões (38,5%) na faxia de 4 a 6 anos estão sem atendimento escolar. Fenômeno semelhante vem ocorrendo com o terceiro segmento de direito cidadão ao processo educacional, o ensino médio. Pressionado pela universalização do ensino fundamental e pela correção do fluxo escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o ensino médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente.

Principais Resultados

- A Alimentação Escolar atendeu a 35,8 milhões de alunos da Educação Básica (incluindo escolas indígenas, pré-escolas, ensino fundamental, filantrópicas, creches e quilombolas), cerca de 1 milhão a menos em relação a 2004. Tal fato é verificado devido à redução do índice de natalidade que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem declinando ano após ano e, ainda, à ascensão dos alunos para séries do ensino médio. Em contrapartida, foi verificado o aumento no valor per capita para o ano de 2005, no ensino fundamental, de R$ 0,15 para R$ 0,18 por aluno/dia. No ensino para quilombolas, o valor per capita foi fixado em R$ 0,34 por aluno/dia, independentemente do nível de ensino (fundamental ou infantil).
- Distribuição de 306 mil acervos bibliográficos às 136 mil escolas, num total de 3.575.160 livros, beneficiando cerca de 17 milhões de alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental público. Vale lembrar que o processo de distribuição do programa foi alterado. Em anos anteriores, os alunos recebiam os livros; em 2005 as escolas passaram a receber acervos em proporção ao número de alunos matriculados.
- Ampliação e adequação de equipamentos escolares, bem como da contemplação das construções de espaços escolares, melhorando a qualidade e infra-estrutura física dos estabelecimentos de ensino público.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Diferentemente dos recursos de transferência automática, que são creditados diretamente na conta dos entes vinculados legalmente, os recursos voluntários têm seus trâmites para liberação de forma mais lenta, isto devido à inadimplência das instituições responsáveis, à não exatidão dos objetivos, ao detalhamento na execução e à documentação dos projetos educacionais enviados de forma equivocada, gerando a morosidade do processo de liberação para esse tipo de repasse.
- Outra restrição é o atraso nas prestações de contas dos Estados e Municípios ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), podendo os repasses não serem creditados por esse motivo.
- A concentração de recursos oriundos da contribuição do salário educação limita ao Ensino Fundamental a execução das ações 0509 - "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica"; 09CW - "Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública" e 09EV "Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública".

Outros Aspectos Relevantes

- O programa não tem meios de avaliação de satisfação dos beneficiários, como coleta de opiniões, mas os resultados apontados em encontros e seminários são de que a implantação das ações do "Brasil Escolarizado" tem, efetivamente, elevado a qualidade da Educação Básica pública e que a utilização dos recursos e materiais tem se mostrado um grande reforço ao trabalho desenvolvido pelos professores e um incentivo aos alunos. O programa tem propiciado condições para que o aluno tenha nova chance de reverter o fracasso escolar, o que favorece o resgate da auto-estima e a crença em seu potencial.
- A falta de comunicação da execução entre as partes envolvidas desvirtua o foco almejado temporalmente para as ações multissetoriais. As informações são conflitantes e quase não se chega a um acordo; dados são mal interpretados e a burocracia torna a execução mais lenta devido aos diferentes trâmites de cada ministério.
- Sistemas de integração foram criados, como por exemplo o Sistema de Monitoramento do MEC (Simec), que consolida as informações e valores físicos e financeiros, mas as avaliações qualitativas continuam ainda sendo construídas a partir de um responsável e não de uma equipe (coordenador, equipe de apoio e técnicos), o que causa inexatidão das informações e, conseqüentemente, divergências de valores entre os ministérios envolvidos.
- Em nível municipal foram criados conselhos para fiscalização de certas ações vinculadas ao "Brasil Escolarizado", entre os quais se destaca o da Alimentação Escolar. Esses conselhos dão contribuições ao melhoramento da utilização dos recursos financeiros, conseqüentemente ao melhoramento da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da educação, tornando mais ativa a participação dos pais e mestres e da comunidade, bem como do comércio local que se interrelaciona com as escolas.

Recomendações

- Para melhorar a execução das atividades das ações do programa "Brasil Escolarizado", seriam de grande valia: 1) a descentralização de responsabilidade dos coordenadores; 2) o treinamento específico para os técnicos vinculados às respectivas ações; 3) o desatrelamento de demasiados sistemas institucionais com programações diferenciadas dos objetivos dos sistemas federais; 4) a descentralização das ações; 5) comprometimento dos coordenadores e multas para os responsáveis pela inadequação de tarefas; e 6) maior integração entre os entes (federal, estaduais e municipais) e entre os setores afins.

Desenvolvimento da Educação Especial

Objetivo

Assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da Rede Regular de Ensino e de garantir-lhes o atendimento pedagógico especializado.

Público-Alvo

Alunos com necessidades educacionais especiais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 74.514.480,00	Empenho Liquidado:	R$ 68.030.092,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 68.030.092,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 50,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Foi apurado um índice de 50,1%, ultrapassando os 46,00% previstos para 2005, refletindo os avanços alcançados com o desenvolvimento da Educação Especial como fator de inclusão escolar.

2. Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 2,0 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Houve um crescimento significativo no número de professores da educação básica com qualificação docente para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, mas o censo escolar ainda não capta esse crescimento.

3. Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Comuns na Educação Básica

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 41 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Foi atingido um índice de 41%, superando os 35% previstos para 2005. O avanço demonstrado reflete o apoio dado aos sistemas de ensino, possibilitando sua organização para promoção da inclusão educacional.

4. Taxa de Apoio Pedagógico Especializado

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 43,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Houve uma ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, registrado no censo escolar. Porém, quando o apoio especializado é ofertado extracurricularmente, esse dado não é corretamente preenchido no censo, porque a escola onde o aluno estuda não considera o atendimento especializado dado por outro estabelecimento. Desta forma o índice fica distorcido.

Contextualização

Mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentra-se nos níveis mais elementares de ensino, o que indica que a falta de atendimento educacional especializado pode criar obstáculos à perspectiva de progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Além disso, cerca de 70% dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda estudam em escolas especiais ou em classes especiais. Ressalte-se que, dos 65,4% dos alunos matriculados no ensino fundamental, somente 1,5% chegam ao ensino médio e somente 7,3% têm acesso à educação profissional. Ademais, de 174.894 escolas públicas da Educação Básica, apenas 3,6% possuem dependências e vias adequadas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Principais Resultados

- Há na educação básica brasileira 301.586 estudantes com necessidades especiais matriculados em escolas especializadas. Esse número inclui alunos com múltiplos e variados tipos de necessidades especiais. Os alunos com necessidades mentais especiais formam o maior grupo nas escolas de educação especial (52,96% do total).
- A política de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares vem mostrando resultados positivos. De 2004 a 2005 houve um acréscimo de 22 mil alunos especiais na rede regular de ensino. Conforme dados do Censo Escolar 2005, há atualmente 114.834 alunos incluídos em classes comuns e que contam com apoio pedagógico especializado. Desses, 1.928 alunos são superdotados e freqüentam a

escola em classe regular: a rede estadual abriga 967 e a rede municipal, 828 alunos. Apenas 133 estão em classe regular na rede particular de ensino.

- Hoje, 4.582 Municípios ofertam matrículas para alunos com necessidades educacionais especiais, o que corresponde a 82,3% do total de Municípios brasileiros.
- Cerca de 4.250 professores e profissionais da educação especial foram contemplados com formação continuada e mais de 8 mil alunos receberam kits de material didático. Cada kit contém reglete, punção, soroban, guia de assinatura e papel de gramatura específica, que possibilitam o ensino e a aprendizagem do braile, além de bengalas para o desenvolvimento de atividades de orientação e mobilidade.
- A formação continuada de professores tem sido uma das ações prioritárias e atendeu 27.900 professores em 2005, com vistas à melhoria da escolarização e do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais. Destacam-se os cursos "Interiorizando LIBRAS"; "Interiorizando Braille"; "Formação de professores do Programa de Informática da Educação Especial-PROINESP"; "Formação para o uso das tecnologias assistivas de comunicação alternativa"; "Formação para altas habilidades/superdotação"; e outros cursos abrangendo áreas específicas da Educação Especial.
- Adaptação física e arquitetônica de mais de 11.900 escolas e distribuição de equipamentos para 60 escolas, visando a assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições básicas de acesso e permanência com qualidade no sistema de ensino, para viabilizar a utilização de novas metodologias de ensino, facilitar o aprendizado e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.
- Um dos grandes avanços conquistados em 2005 foi a universalização da distribuição de livros didáticos para alunos cegos matriculados no ensino fundamental. Pela primeira vez, todos os alunos cegos matriculados no ensino fundamental em escolas públicas ou nas particulares sem fins lucrativos receberam livros didáticos em braile. Em 2005, foram investidos R$ 1,6 milhão na produção de 40 mil exemplares de Português, História, Geografia, Ciências e Matemática, a maior produção de livros didáticos em braile na história do país. Os livros estão beneficiando 3,5 mil alunos cegos de 1.244 escolas públicas e instituições especializadas sem fins lucrativos.
- Para os alunos com deficiência auditiva, a regulamentação da Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais) definiu a realização de cursos de formação de professores para o ensino de libras nas séries iniciais do ensino fundamental, ao mesmo tempo em que previu a especialização em libras, no curso de Letras, para docentes que atuam a partir da quinta série. O número de matrículas de alunos surdos ou com deficiência auditiva na educação básica chegou a 66.261 em 2005. Foram implantados Centros de Formação de Professores e Atendimento aos Alunos com Surdez (CAS) em 10 Estados e foram formados 1.260 professores no programa "Interiorizando Libras". Além disso, os dicionários e as coleções de livros digitais de literatura infanto-juvenil em libras passaram a integrar os programas do governo federal de distribuição de livros para as escolas públicas, totalizando 15 mil coleções de livros digitais em libras.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A gerência do programa tem solicitado apoio do Ministério do Planejamento no sentido de facilitar contatos e parcerias com outros órgãos visando a cumprir as metas do Plano Nacional de Educação.

Destaca-se como dificuldade para a implementação dos projetos em parceria com instituições não-governamentais a exigência de cumprimento da legislação para realização de licitações por parte daquelas instituições.

Outros Aspectos Relevantes

Houve um crescimento significativo no número de professores da educação básica com qualificação docente para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, mas o censo escolar ainda não captou esse crescimento. Para 2006, a Secretaria de Educação Especial do MEC orientará os sistemas de ensino sobre a importância do preenchimento do instrumento de coleta de dados sobre a formação continuada de professores, no formulário do censo escolar.

A execução das ações do programa acontece basicamente através de convênios com os Estados e Municípios e o Distrito Federal, tendo desempenho alto, já que os resultados superaram os previstos na grande maioria das ações.

Dentro do programa constam ações de execução pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Instituto Benjamin Constant (IBC) que tiveram desempenho alto, considerando que todas as ações tiveram execução financeira superior a 85%.

Os projetos realizados em parceria com instituições não-governamentais foram executados de forma satisfatória e todos os requisitos foram cumpridos.

O monitoramento do desempenho físico das ações é feito pelo Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), que é preenchido mensalmente com dados obtidos dos convênios assinados e, também, pelo SAPE, sistema do FNDE que registra todas as fases do Plano de Trabalho Anual.

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria do MEC, da realização de consultas públicas e de reuniões com comunidades representativas das pessoas com deficiência para integração e obtenção de subsídios para o planejamento das ações, possibilitando maior eficiência na execução e melhoria dos resultados no atendimento às demandas da sociedade. Além disso, a Secretaria de Educação Especial participa do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, órgão consultivo com representação governamental e não-governamental.

Recomendações

- Alterar o indicador "Taxa de Atendimento Educacional Especializado" para "Índice de Atendimento Educacional Especializado", porque ficou constatada sua inadequação. Está sendo promovida a adequação da "Taxa de Atendimento Especializado", possibilitando uma melhor avaliação dos resultados do programa.

- Promover reuniões com os ministérios que atendem a pessoas com deficiência no intuito de estabelecer parcerias e, se possível, quantificar o número de alunos com necessidades educacionais especiais que são beneficiados e quanto é investido no atendimento desse público-alvo.

Desenvolvimento da Educação Infantil

Objetivo

Ampliar o atendimento à Educação Infantil de crianças de até 6 anos de idade.

Público-Alvo

Crianças até 6 (seis) anos de idade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 16.629.600,00	Empenho Liquidado: R$ 8.594.976,00 Pago estatais: - Total: R$ 8.594.976,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 13,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 36,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Em três anos, no período 2002/2004, o crescimento do atendimento de crianças em creche foi de 1,7 pontos percentuais, passando de 11,7% para 13,4%. Com esse baixo ritmo de crescimento não será possível alcançar o índice previsto de 36,7% em 2007. Essa meta prevista foi estimada sem nenhum amparo na realidade da evolução do atendimento em creche.

2. Taxa de freqüência à escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 70,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, 70,5% das crianças de 4 a 6 anos freqüentavam a escola, portanto é bem provável que o índice previsto ao final do PPA seja alcançado, ou até superado, principalmente com a implementação do ensino fundamental de 9 anos que torna obrigatório o ingresso de crianças de 6 anos de idade. O Censo Escolar 2005 aponta que há no país 2.165.114 crianças de 6 anos freqüentando a educação infantil.

3. Número-Índice de Matrículas na Educação Infantil na Faixa Etária de 0 a 3 Anos de Idade

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 414,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Inviável pelas razões expostas no indicador taxa de freqüência à escola para 0 a 3 anos. Aliás, este indicador é dispensável, pois capta o mesmo movimento do indicador mencionado.

4. Número-Índice de Matrícula na Educação Infantil na Faixa Etária de 4 a 6 Anos de Idade

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 120,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Este indicador é dispensável, pois capta o mesmo movimento do indicador taxa de freqüência à escola para 4 a 6 anos.

Contextualização

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de freqüência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la em creches e pré-escolas para toda a população. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2001), menos de 35% das crianças de 0 a 6 anos de idade estão freqüentando creche ou pré-escola. Na faixa etária de 0 a 3 anos, apenas 7,3% das crianças procedentes de famílias com renda até ½ salário mínimo estão freqüentando creche, para um percentual de 32,6% das crianças provenientes de famílias com mais de 3 salários mínimos. Na faixa de 4 a 6 anos, embora a situação seja melhor, a diferença das taxas de escolarização entre as crianças continua marcante: até ½ salário mínimo, a taxa de escolarização é de 57,4% e com mais de 3 salários mínimos, sobe para 94,5%. Portanto, é evidente o desequilíbrio entre a oferta de educação infantil e a demanda por creches e pré-escolas de modo a garantir o cumprimento das determinações legais.

Principais Resultados

- O atendimento de mais de 67 mil crianças de até 6 anos de idade, contempladas com materiais didáticos que favorecem o seu desenvolvimento integral, superou em muito a meta de 17.000 alunos inicialmente prevista.
- Foram beneficiadas 85 escolas com Apoio à Aquisição de Equipamentos, ao invés das 50 previstas, representando uma execução de 170%.
- De acordo com os dados consolidados do Censo Escolar da Educação Básica de 2005, há 1.414.343 crianças matriculadas nas 32.296 escolas brasileiras que oferecem creche.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A infra-estrutura disponibilizada para o programa deixa a desejar, em qualidade e quantidade, entre outros, quanto aos aspectos de espaço físico, ramais telefônicos, equipamentos de informática, sistemas de informação e controle e servidor, para uma melhor execução das ações. Além disso, faltam recursos humanos com perfil e experiência para dar suporte à gerência executiva no acompanhamento da execução das ações do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Apesar de existirem recursos financeiros alocados às ações de Educação Infantil em outros programas, tais como a 0973 - "Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil" (R$ 6 milhões) e a 8379 - "Formação em Serviço e Certificação em Nível de Professores Não-titulados da Educação Infantil" (R$ 5,8 milhões), o Ministério ainda aloca poucos recursos para esta etapa da Educação Básica.

A superação dos resultados em 2005 ocorreu devido ao grande número de projetos com custos abaixo do estimado, decorrente do crescimento de parcerias locais e do maior envolvimento das equipes nos Estados, no DF e nos Municípios.

O programa não dispõe de pesquisas próprias sobre a satisfação dos beneficiários, mas há manifestações voluntárias positivas de pessoas ligadas à Educação Infantil que inferem sua relevância. A ação "Distribuição de Periódicos" poderia fazer avaliação, com base no material recebido dos beneficiários, , mas, devido à falta de recursos humanos, de sistema apropriado e de tempo, o trabalho de aferimento não foi realizado.

A maioria das ações é implementada de forma descentralizada, por meio de convênios firmados com os Estados, o DF e os Municípios que trazem, nos documentos previstos na legislação afeta, informações sobre o quantitativo de pessoas beneficiadas com o projeto. O acompanhamento do desempenho físico é feito por meio de sistemas/programas do próprio Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Os convênios são firmados em função da demanda, ou seja, de quem tem capacidade de elaborar projetos. E quem tem capacidade de elaborar projetos são os Estados e Municípios mais ricos.

A falta de compromisso dos coordenadores com suas ações e a não cooperação com o gerente executivo se refletem, possivelmente, na inexistência de acompanhamento e em uma avaliação limitada. Por outro lado, as parcerias firmadas com os vários atores comprometidos com a Educação, como Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), organismos internacionais, Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib), entidades representativas de pais e mestres e da comunidade e outros parceiros não-governamentais têm sido muito valiosas.

Em 2005, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta para a transição da gestão do apoio do Governo Federal às creches e pré-escolas

atualmente apoiadas financeiramente pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o Ministério da Educação (MEC).

Recomendações

- Estudos indicam que as crianças que freqüentaram a Educação Infantil têm melhor desempenho nas outras etapas da Educação Básica. Desta forma, o MEC deveria priorizar esta etapa de ensino.
- Deveriam existir fontes estáveis e suficientes de financiamento para que a Educação Infantil tenha autonomia e flexibilidade na superação de limitações atualmente existentes.
- Excluir os indicadores "Número-Índice de Matrículas na Educação Infantil na Faixa Etária de 0 a 3 Anos de Idade" e "Número-Índice de Matrícula na Educação Infantil na Faixa Etária de 4 a 6 Anos de Idade", pois captam os mesmos dados que os outros 2 indicadores.

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Objetivo

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria da qualidade, incorporando novos atores sociais ao processo de formação profissional, técnica e tecnológica visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

Público-Alvo

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional, técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.235.392.289,00	Empenho Liquidado: R$ 1.024.704.076,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.024.704.076,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 120 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 121,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

2. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 188 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 225

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Contextualização

O público-alvo potencial da Educação Profissional e Tecnológica, compreendendo jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos (abrangendo 38,4 milhões de brasileiros em 2005, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2004) pode ser dividido em dois grupos distintos: os oriundos do ensino médio e os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho em situação de desemprego ou em busca de capacitação para o acesso, a reinserção e/ou o reposicionamento no mercado de trabalho. A População Economicamente Ativa entre 18 e 49 anos tem estimativa de crescimento de 91,3 milhões em 2005, para 108,7 milhões em 2050. Portanto, iniciativas que proporcionem o atendimento à demanda deste público por Ensino Médio integrado à Educação Profissional são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Principais Resultados

- O Projeto "Escola de Fábrica" firmou parcerias com 558 escolas, 700 empresas privadas e sete empresas estatais, atendendo a 11,5 mil alunos em 19 Estados. O projeto amplia os espaços de formação profissional, transformando a fábrica em sala de aula.
- Ampliação dos alojamentos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFETs), incluindo refeitório e infra-estrutura para o atendimento ao educando, atendendo sobremaneira à educação agrícola, eixo estratégico de investimento governamental e apoio às Instituições Profissionais de Educação do Campo.
- O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA) ofereceu cursos de formação inicial e continuada para jovens e adultos e educação profissional técnica de nível médio para os que concluíram o ensino fundamental.
- A supervisão e avaliação das Instituições de Educação Profissional foi responsável pelo acompanhamento in loco das atividades desenvolvidas nas IFETs.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Devido à complexidade do programa, falta efetivo suficiente de profissionais especializados e instrumentos de controle. Isto está sendo solucionado com a renovação dos contratos temporários e com a abertura de novas vagas para concursos públicos, além da implantação de diversos sistemas de acompanhamento.

Devido à precariedade ou inexistência de planos de carreira e à pouca valorização do servidor, refletida no baixo nível salarial e de oportunidades de evolução profissional com capacitação ou cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, nota-se o esvaziamento dos cargos gerenciais e executivos.

Embora a descentralização de recursos tenha tornado o processo de execução orçamentário-financeira do programa mais ágil, ele ainda sofre com o contingenciamento de recursos.

Foram atendidas antigas demandas, no entanto, algumas ações orçamentárias precisam ser fortalecidas.

Outros Aspectos Relevantes

Com o intuito de aumentar ainda mais a oferta de vagas no ensino profissional, o Governo Federal já comprometeu recursos da ordem de R$57 milhões para a implantação de 25 novas Unidades de Ensino Descentralizadas. Foram, também, autorizadas 1 mil vagas para professor nas Instituições Federais de Educação Profissional (IFETs), sendo 500 para 2006 e 500 para 2007.

Com a implementação do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), tornou-se possível à Secretaria, além de acompanhar gerencialmente as Unidades de Educação Profissional e Tecnológica vinculadas, fazer o detalhamento mensal das ações sob sua responsabilidade e de todas as unidades envolvidas no programa. Com a integração prevista entre o SIG e o Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), ficam garantidas as informações de execução física em tempo real.

Recomendações

- Considerando-se que haverá um aumento de 60 unidades no número de escolas atendidas, há a necessidade de incremento dos recursos para que o atendimento seja realizado em níveis, no mínimo, semelhantes aos atuais.
- Planejar com a devida antecedência a ampliação da oferta de cursos, mediante o credenciamento de escolas agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e desses em Universidades Tecnológicas, ampliando os quadros docentes e técnico administrativos, mantendo a correlação aluno/professor e a criação das devidas funções, não prejudicando a qualidade do ensino oferecida pela Rede.
- Priorização dos recursos existentes, por parte do Ministério da Educação, para sua aplicação na Educação Profissional.

Desenvolvimento do Ensino da Pós-graduação e da Pesquisa Científica

Objetivo

Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Público-Alvo

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica, e superior tecnologica, alunos de pós-graduação, profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professor e pesquisador.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 678.831.704,00	Empenho Liquidado: R$ 659.272.215,00 Pago estatais: - Total: R$ 659.272.215,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de Mestres Titulados no País

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 15,14 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 18,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta, se mantido o ritmo de crescimento atual.

2. Índice de Doutores Titulados no País

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 4,79 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 5,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta, se mantido o ritmo de crescimento atual.

3. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 37,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. De 2002 a 2005 (1º semestre), o índice evoluiu de 34% para 35%. Se o índice crescer no mesmo ritmo, a meta não será alcançada por completo. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a cada ano vem aumentando o número de bolsas de mestrado, contudo, para o índice evoluir, os futuros mestres (não docentes) precisam ser absorvidos pelas Instituições de Educação Superior (IES).

4. Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional

Unidade de medida: Nota
Último índice apurado: 4,27 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 4,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O primeiro cálculo desse indicador foi realizado com dados de dezembro de 2002. A meta final foi subestimada e será revista para 2007 já que em três anos a mesma foi superada em 6,75%.

5. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 22,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram incluídos, além dos docentes com doutorado, os que têm pós-doutorado e os livre-docentes. De 2002 a 2005 (1º semestre), o índice evoluiu de 21,6% para 22,7%. Se o índice crescer no mesmo ritmo, a meta não será alcançada por completo. A CAPES a cada ano vem aumentando o número de bolsas de doutorado, contudo, para o índice evoluir, os futuros doutores (não docentes) precisam ser absorvidos pelas IES.

Contextualização

Os esforços do governo federal voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende a apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país para seu desenvolvimento. Para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, precisa-se de um conjunto

de iniciativas: execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005/2010); implementação da Reforma Universitária, ora em tramitação no Congresso Nacional; investimentos em infra-estrutura da pós-graduação e da pesquisa, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; aumento dos quadros docentes das universidades públicas; expansão dos vínculos dos cursos de pós-graduação com seus congêneres tanto em nível nacional quanto internacional; e ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por parte dos cursos de pós-graduação, entre outras. Além disso, torna-se urgente aprofundar a parceria, nas atividades de pesquisa, da Universidade com a iniciativa privada, em atendimento à Política Industrial e do Comércio Exterior do Governo.

Principais Resultados

- Em 2005, foram concedidas 10.215 bolsas de doutorado no país, um crescimento de 15% sobre as 8.866 bolsas de 2001. O número de diplomados também cresceu; hoje são cerca de 8.867 novos doutores e foram ofertados 1.180 cursos de doutorado. O avanço não foi só quantitativo como também qualitativo, inclusive com a incorporação de novas áreas de conhecimento , favorecendo o desenvolvimento da produção científica nacional, embora ainda persista o grande desafio de reduzir as desigualdades regionais.
- Houve uma ampliação considerável na concessão de bolsas de mestrado em 2005, ou seja, um acréscimo de 2.873 bolsas distribuídas a 2.224 cursos de mestrado, o que representa um crescimento de 23% em relação a 2001,. Em 2005 houve um número recorde de titulações em nível de mestrado: 27.921 mestres foram graduados.
- A política de financiamento de bolsas para o exterior permitiu que, em 2005, cerca de 2.093 pessoas fossem atendidas. Previa-se inicialmente atender a 1.563 bolsistas, mas tendo em vista a queda no valor do dólar foi possível atender a um número maior de bolsistas.
- Além de aumentar o número de acessos ao Portal de Periódicos em 400% (de 6,6 milhões para 32,6 milhões ao ano) e em 355% o número de títulos oferecidos (de 2.096 para 9.546), em relação a 2002, também foram ampliadas as áreas do conhecimento atendidas pelo Portal. Até 2002, estas eram basicamente concentradas nas Ciências Exatas, Engenharias e Ciências da Saúde. Atualmente, há um volume considerável de títulos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Há carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e tratamento dos dados da pós-graduação e para o gerenciamento das ações de fomento. Além do número insuficiente de servidores, a CAPES não conta com uma estrutura compatível às suas necessidades para o seu pleno funcionamento. Nesse sentido, foram feitas solicitações ao Ministério do Planejamento para ampliação dos quadros de pessoal permanente e comissionado.

Os problemas de espaço físico enfrentados pela CAPES se agravam a cada ano dado o acúmulo de atividades, principalmente no que se refere à acomodação de consultores e colaboradores eventuais por ocasião das avaliações da pós-graduação brasileira

e da avaliação de mérito dos programas de fomento nacionais e internacionais, além da análise das candidaturas a bolsas no exterior. Como forma de amenizar o problema, a direção da CAPES locou um imóvel, que servirá como base para toda a Diretoria de Avaliação.

A carência de pessoal tem acarretado dificuldades na celebração e gerenciamento dos convênios. Assim sendo, a CAPES está revendo os instrumentos utilizados para a formalização das parcerias com as IES, para otimizar o processo de repasse de recursos e assim, melhorar o desempenho das ações.

Foi verificada a necessidade de obtenção de dados sobre o corpo discente, em fluxo contínuo, para tornar mais eficientes e eficazes as ações de fomento, estando previsto para 2006 o lançamento do "Cadastro Discente", que deverá fornecer mensalmente informações atualizadas sobre o alunado da pós-graduação stricto sensu.

Há necessidade de preservar a memória da pós-graduação e o histórico das ações de fomento. Nesse sentido, está previsto para 2006 projeto de digitalização e tratamento da memória da entidade.

A CAPES não tem conseguido acompanhar, nas suas ações de fomento e no seu atendimento à comunidade científica nacional, o crescimento exponencial do sistema nacional da pós-graduação. A CAPES tem trabalhado reiteradas vezes, junto aos órgãos competentes, em prol de sua adequação orçamentária e estrutural a esse novo cenário.

Outros aspectos relevantes

As ações 8015 – "Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências" e 4909 – "Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente" são executadas por outros órgãos e outras unidades orçamentárias. As unidades não informaram, nem no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) nem no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), os resultados da execução das ações. Contato via mensagem SIAFI foi tentado, mas não houve resposta, logo, não é possível avaliar seus desempenhos.

Todas as macrodecisões do órgão, tanto de caráter puramente administrativo quanto de políticas públicas em relação à pós-graduação, são submetidas à apreciação do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico. O Conselho Superior tem entre suas atribuições aprovar o relatório anual das atividades da CAPES e a respectiva execução orçamentária, apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios. As reuniões dos membros dos conselhos citados ocorrem com freqüência. A avaliação das ações de fomento da CAPES pelos Conselhos garante a boa aplicação dos recursos.

A periodicidade do monitoramento é constante, já que a execução das ações também é contínua e abrange todos os produtos das diversas ações. O pagamento das bolsas é mensal, seja mediante repasses às IES, seja pelo pagamento direto ao bolsista; os acessos ao Portal de Periódicos são constantes; o trabalho dos consultores no processo de avaliação dos cursos e dos projetos é contínuo (podendo variar o objetivo do trabalho) e os projetos fomentados, nos mais diversos programas que a CAPES disponibiliza ao público acadêmico, também têm um suporte contínuo. A

CAPES dispõe de ferramentas computacionais, que, por controlarem as atividades ordinárias das diversas Coordenações, possibilitam a coleta das informações pertinentes às ações e conseqüentemente o monitoramento do desempenho.

Recomendações

- Para o ano de 2007 a CAPES propôs mais uma ação ao conjunto existente, visando a qualificar recursos humanos em temas estratégicos para o desenvolvimento do país.
- Para solucionar o problema de espaço físico, foi solicitada a alteração dos atributos da ação 11L3, constante do Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) para 2006, a denominar-se "Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da CAPES", uma vez que há intenção da CAPES em adquirir o imóvel alugado.

Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Objetivo

Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, com melhoria de qualidade.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes do ensino fundamental.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.043.719.875,00	Empenho Liquidado: R$ 989.044.583,00 Pago estatais: - Total: R$ 989.044.583,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 97,1 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Superada. O índice previsto ao final do PPA já foi alcançado em 2004.

2. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 23,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta, se for mantido o ritmo, desde 1998, de redução de 3 pontos percentuais ao ano.

Contextualização

Uma das grandes conquistas da sociedade brasileira é a quase universalização do acesso ao ensino fundamental. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), aproximadamente 97% das crianças e adolescentes da faixa etária de 7 a 14 anos estão matriculados no ensino fundamental.

Entretanto, dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2003 apontam que apenas 2,8% e 5,7% dos alunos das escolas públicas apresentam rendimento "adequado" em língua portuguesa nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, respectivamente. Assim sendo, o Poder Público em suas diversas instâncias, articulado com a sociedade, deverá, nos próximos anos, enfrentar os seguintes desafios: garantir o acesso universal ao ensino fundamental, buscando "taxa de escolarização líquida" próxima aos 100% no ensino fundamental de 9 anos, aprimorar a qualidade da educação, reduzindo, inclusive, a defasagem idade-série no ensino fundamental.

Principais Resultados

- A Comissão de Educação do Senado aprovou por unanimidade o Projeto de Lei da Câmara que amplia o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos de duração, com ingresso escolar obrigatório de crianças a partir de 6 anos de idade. O prazo para que as redes de ensino e escolas do país possam estruturar as alterações é de 5 anos, porém, 8.113.819 alunos freqüentam escolas que já utilizam o novo formato. A maioria (5.226.936) está na rede municipal, 2.749.441 estão na rede estadual, 131.499 estão na rede particular e 5.943 na rede federal.
- Distribuição de 54 milhões de exemplares de livros didáticos para o Ensino Fundamental pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), beneficiando todos os alunos das oito séries da rede pública de ensino fundamental, inclusive das escolas de educação especial públicas e das instituições privadas comunitárias e filantrópicas.
- Atendimento a 192 mil alunos em classes de aceleração da aprendizagem, com o apoio para a capacitação de professores e material didático para alunos e professores das redes estaduais e municipais, com intuito de redução na defasagem idade/série desses alunos e conseqüente estímulo à continuidade dos seus estudos.
- Assistência a 5.317 Municípios para a manutenção de transporte escolar, garantindo o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares de 3.314.909 alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural.
- Em 2005 foram beneficiadas 22 mil escolas de Ensino Fundamental com dinheiro direto na escola, privilegiando a descentralização das políticas públicas e a autonomia das escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas modalidades regular, especial e indígena, além de entidades sem fins lucrativos responsáveis pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial.
- Apoio a 1.264 escolas na região Norte, 3115 escolas na região Nordeste e 1.037 escolas na região Centro-Oeste, pelo Projeto de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA III), promovendo um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, bem como a permanência e o aumento da escolaridade das crianças nas escolas públicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Inexistem no programa indicadores de medição de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental. Atualmente esses índices podem ser medidos através de

informações coletadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado anualmente pelo INEP/MEC.

Houve relativo atraso nas etapas preliminares da execução das ações, compreendendo a elaboração, publicação e divulgação dos critérios de execução, prejudicando o cronograma de liberações dos recursos, mas não a execução das ações.

Grande parte dos recursos foi repassada ao final do exercício, por diversos problemas como o período de análise e correção de projetos, a não adesão por parte das instituições, documentação incompleta e bloqueio na prestação de contas de exercícios anteriores das entidades responsáveis.

Alguns Municípios deixaram de receber os recursos das transferências automáticas e voluntárias devido ao atraso ou a não entrega da prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, que impede a celebração de novos convênios e o repasse dos recursos descentralizados, bem como pela falta de documentação de habilitação, como a não comprovação de regularidade da situação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Procuradoria Geral da República Federal (PGRF) e outros.

Faltam informações de meta física e situação de algumas ações do programa, que deveriam ter sido informadas pelos coordenadores no SIMEC ou no SIGPLAN. A falta de integração e envolvimento entre coordenadores e gerência, não apenas de coordenadores lotados em outras instituições e Secretarias do MEC, bem como os da própria Secretaria de Educação Básica (SEB), prejudicam o acompanhamento e a avaliação do programa.

Os materiais de apoio necessários à realização de atividades de controle e acompanhamento das ações são escassos e de baixa qualidade, havendo a necessidade de aquisição própria de livros técnicos e de referências, pastas, catálogos, cadernos, agendas, lápis, borracha, caneta, entre outros necessários ao andamento dos trabalhos.

Os equipamentos de comunicação e de informática não funcionam de forma eficiente, ocorrendo paradas de sistemas de rede, perda de informações e dificuldade de geração de relatórios. Não há impressoras suficientes e verifica-se constante falta de cartuchos. Não existem sistemas operacionais para controle e acompanhamento das etapas de execução de todas as ações que compõem o programa.

A equipe de assessoria à gerência não é suficiente para manter o acompanhamento anual do programa. Destaca-se, ainda, a necessidade de técnicos com experiência nas áreas de educação, planejamento e gestão, o mesmo ocorrendo na equipe operacional do programa. Salienta-se a necessidade de contratação de servidores públicos com vínculo, com experiência nas áreas de educação e execução, pois se verifica que as equipes responsáveis pelas ações, em sua grande maioria, são formadas por prestadores de serviços e consultores, que não podem ser responsabilizados diretamente pelos serviços técnicos (licitações, concorrências, comissões, grupos de trabalho).

A oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento aos gerentes e à equipe operacional no âmbito do Ministério é limitada, usualmente justificada pela falta

de recursos financeiros e influenciada pela indisponibilidade de tempo para participação em treinamentos e capacitações.

O Ministério da Educação tem atualmente como prioridade o Ensino Superior.

Outros Aspectos Relevantes

O Ministério da Educação criou o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) para o monitoramento das ações e programas educacionais. A situação das ações deve ser informada mensalmente pelos coordenadores e validadas trimestralmente pelos gerentes executivos. O SIMEC foi implantado no 2º semestre de 2005, não havendo ainda disponibilidade de todas as informações do ano. Para maior eficácia e efetividade do monitoramento, será necessária maior interlocução entre os coordenadores e a gerência do programa e padronização da apresentação das informações.

A contribuição dos parceiros não-governamentais, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), os Conselhos, os Organismos Internacionais, tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e outras instituições de interesse público da sociedade civil, tem sido de grande importância no desenvolvimento das ações do programa pois, além de atuarem como colaboradores em sua implementação, participam como fomentadores da política educacional e balizadores das diversas opiniões dos atores envolvidos, permitindo o aperfeiçoamento e a correção de rumos para o atingimento do objetivo principal do programa.

As avaliações de satisfação são realizadas em cada ação específica do programa, mediante relatos em capacitações e pesquisas de opiniões. Na ação "Dinheiro Direto na Escola" foi realizado estudo sobre a "Gestão Democrática e Descentralizada de Recursos Públicos", cujos resultados estão sendo discutidos pelostécnicos do MEC, grupos de pessoas entrevistadas, instituições nacionais e organismos internacionais, visando a sistematizar e fundamentar propostas para o PDDE, no sentido de corrigir distorções, falhas ou insuficiências do modelo de gestão financeira atualmente praticado.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Inep desenvolveram um sistema de "Levantamento Nacional do Transporte Escolar", com o objetivo de colher e disseminar um conjunto de informações que servirão de base para subsidiar a formulação de políticas públicas, voltadas para a melhoria do Sistema de Transporte Escolar. Além disso, essas informações servirão também para a ampliação das discussões sobre este tema em âmbito Nacional, com vistas à manutenção do aluno na sala de aula, diminuindo a evasão e promovendo a eqüidade na educação. Os formulários foram disponibilizados para os gestores estaduais e municipais e os dados estão sendo compilados.

Destaca-se como uma ação inovadora para a gestão pública a criação do Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort), que coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas de ensino fundamental a remanejar os livros didáticos

distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD),. Pelo acesso ao Siscort, no sítio eletrônico do FNDE, as escolas das redes públicas podem verificar a disponibilidade de livros nas unidades educacionais mais próximas e registrar possíveis sobras em sua instituição, sendo o Siscort um instrumento valioso para o remanejamento e a troca de livros, resolvendo assim um dos grandes problemas enfrentados pelo programa, o da falta de livros nas escolas. O Sistema é atualizado anualmente com dados da distribuição nacional de livros por escolas e de alunos cadastrados no censo educacional, foi testado em todo o país e encontra-se em processo contínuo de atualização e melhoramento.

Recomendações

- A alteração no sistema de financiamento e sua legislação, que permitirá o enfrentamento da questão da ampliação do atendimento e da melhoria da qualidade da educação básica, principalmente no âmbito do Ensino Fundamental, depende da criação e implantação de um novo Fundo que contemple toda a educação básica (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb). A alteração da matriz de financiamento no PPA/2007, depende da aprovação do Fundeb pelo Congresso Nacional.
- Inclusão de indicadores de medição de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental.
- É necessária uma utilização mais intensa dos instrumentos de gestão disponíveis, no caso o SIMEC e o SIGPLAN, no sentido de articular melhor as ações do programa que, pela sua relevância e dado o volume de recursos que envolvem, precisam ter informes de situação sempre atualizados e disponíveis.

Desenvolvimento do Ensino Médio

Objetivo

Garantir o acesso e a permanência de todos os adolescentes e jovens do ensino médio regular, com melhoria de qualidade.

Público-Alvo

Adolescentes, jovens e adultos do ensino médio regular.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 300.692.927,00	Empenho Liquidado: R$ 279.603.143,00 Pago estatais: - Total: R$ 279.603.143,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 6,9 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 7,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), chegou a 6,9 a média de anos de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos, sendo portanto alta a viabilidade de alcance do indicador previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 0,1 ponto percentual ao ano.

2. Taxa de Freqüência Bruta ao Ensino Médio

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 81,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 83,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de freqüência bruta ao ensino médio já foi de 81,4%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 2,75 pontos percentuais ao ano.

3. Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 44,4 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de freqüência líquida de jovens de 15 a 17 anos já foi de 44,4%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de crescimento de 2,2 pontos percentuais ao ano.

4. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 46,3 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 44,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2004, de acordo com o INEP, a taxa de distorção idade-série no ensino médio já foi de 46,3%, sendo portanto possível até superar o índice previsto para 2007 se mantido o mesmo ritmo de redução de 3 pontos percentuais ao ano.

Contextualização

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino médio passou a ser considerado como a etapa final da educação básica. No ano de 1999, a matrícula no ensino médio regular era de 7.769.199 alunos, crescendo para 9.169.357 alunos em 2004. Com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, a expectativa formada era de aumento na pressão pela oferta de vagas para o ensino médio, mas a taxa de crescimento das matrículas vem desacelerando desde 2000, chegando a um crescimento de apenas 1,1% em 2004 em relação à 2003. Contudo, ações coordenadas são necessárias para melhoria da qualidade de ensino, formação e atualização de docentes, materiais de ensino-aprendizagem para a escola e para o aluno e aquisição de equipamentos e laboratórios.

Principais Resultados

- Aumento de 4.076 turmas, caracterizando a expansão do ensino médio, 96.415 novas matrículas, caracterizando a melhoria do acesso e aprovação de 182.110 alunos do ensino médio, caracterizando a melhoria deste nível de ensino na rede pública estadual. Os dados indicam um progresso gradativo destes indicadores, com base na comparação das informações levantadas pelo INEP em 2003 e 2004.
- No início de 2005, foi concluída a primeira distribuição de livros das disciplinas de Português e Matemática a alunos do ensino médio. Nessa primeira ação, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio atendeu 1,3 milhão de alunos de 5.392 escolas públicas das regiões Norte e Nordeste. O programa tem o objetivo de suprir a falta de livros nas regiões mais carentes do país.

- Apesar de 46,3% dos estudantes matriculados no Ensino Médio estarem fora da faixa etária considerada adequada, que é de 15 a 17 anos, houve uma redução de três pontos percentuais na distorção idade-série que era de 49,3% em 2003.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Nenhuma restrição foi relatada.

Outros Aspectos Relevantes

O Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Mu-nicipais de Educação (Undime) atuam como representações constituídas na articulação entre a definição da política e sua execução.

Recomendações

- Considerando-se a disponibilidade de dados referentes aos Censos Escolares de 2004 e 2005, é necessário que o MEC providencie a atualização dos indicadores do programa.
- O programa estabelece metas de alcance, definindo indicadores de acompanhamento, sem uma abrangência qualitativa do alcance das metas. Caberia, para tanto, o estabelecimento de avaliações qualitativas.

Educação para a Diversidade e Cidadania

Objetivo

Combater as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

Público-Alvo

Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais de educação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 57.151.390,00	Empenho Liquidado: R$ 54.871.805,00 Pago estatais: - Total: R$ 54.871.805,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possui indicador.

Contextualização

A discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, e sob qualquer outra forma, é um fato concreto da sociedade brasileira e acontece em todos os ambientes, sejam eles sociais, familiares ou privados, uma vez que os preconceitos estão profundamente enraizados nos indivíduos e na cultura. Historicamente a escola não só vem reproduzindo em seu ambiente os processos discriminatórios como também os reforça, na medida em que os indivíduos que sofrem discriminação, nas suas mais diferentes formas, quando vítimas de violência ou de exclusão do ambiente escolar, têm reduzidas as suas oportunidades de trabalho assim como a sua renda. A discriminação é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional, o que se reproduz no mercado de trabalho, pois pelo menos 40% da desigualdade salarial no Brasil pode ser explicada pela questão educacional. Essas desigualdades resultam de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Dentro do próprio ambiente escolar são constantes os tratamentos preconceituosos, as medidas discriminatórias, os insultos e constrangimentos, as ameaças e agressões físicas ou verbais contra estudantes de determinados grupos, como negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual diferenciada.

Principais Resultados

- Impressão de 1 milhão de exemplares das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
- Impressão de 11 mil exemplares de cada um dos livros 2º Prêmio Educar para a Igualdade Racial: Experiências de Promoção da Igualdade Racial/ Étnica no Ambiente Escolar e Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: exercitando a definição de conteúdos e metodologias- ambos organizados pelo Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert), com o apoio do programa "Diversidade na Universidade".
- Publicação de 5 mil exemplares de Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas e de 8 mil exemplares da História da educação do negro e outras histórias ,da Coleção Educação Para Todos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (Secad/MEC).
- 1.237 escolas das regiões metropolitanas de Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA e Vitória-ES abertas nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer.
- Mais de 1 milhão de alunos beneficiados com atividades de cunho artístico, cultural, esportivo, de reforço do conteúdo escolar, de orientação vocacional, entre outros, fora do horário regular de aulas.
- 5.370 alunos de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente afrodescendentes e indígenas, atendidos com cursos preparatórios para o vestibular.
- Merecem destaque as atividades voltadas à Educação para os Direitos Humanos realizadas em 2005, dando continuidade ao processo de articulação em torno do tema, iniciado em 2004. Embora a maioria das suas atividades não tenham impacto orçamentário, esse processo resultou no amadurecimento da agenda educacional nesse campo, exemplificada pelo projeto "Brasil sem Homofobia", através do qual a Secad lançou termo de referência para projetos de capacitação/formação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade sexual. O projeto "Saberes da Terra", iniciado em 2005 em parceria com MDA e MTE, estimula e apóia o fortalecimento e a ampliação das iniciativas de acesso e permanência de jovens agricultores(as) familiares no sistema formal de ensino, oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional. Está prevista uma proposta de uma ação específica no presente programa nesse sentido, a fim de viabilizar e reforçar a qualidade da educação do campo. Vale registrar a parceria do Ministério com a SEPPIR e a SEDH na elaboração de propostas de políticas voltadas para as questões étnico-raciais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Para o programa como um todo, considerando-se ambas as dimensões de atendimentos aos públicos específicos e atuação sobre os sistemas de ensino, os resultados se mostraram acima do previsto. Contudo, o cumprimento das metas físicas teve comportamento bem distinto entre as ações. Mesmo considerando-se as especificidades e características dessas ações, pode-se afirmar que isso ocorreu

no geral acima das expectativas. A ação referente à Educação do Campo, por exemplo, apresentou um resultado bem superior. Entretanto, mesmo sendo fruto da articulação eficiente da área, o resultado aponta também para a necessidade de redimensionamento das metas.

A ação de apoio à valorização da diversidade no acesso e na permanência na universidade apresentou um desempenho abaixo do esperado, no que tange ao alcance das metas físicas previstas no Plano Plurianual (PPA), devido aos critérios pré-estabelecidos contratualmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a seleção e aprovação dos projetos de iniciação científica (PIC). Entretanto, as demais atividades previstas na ação 09CU tiveram suas metas superadas, como é o caso da implementação da Lei nº 10.639 e dos benefícios aos alunos que puderam contar com sucessivos cursos de capacitação, além de receberem livros didáticos sobre a temática étnico-racial.

A ação referente ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana apresentou um desempenho 24% superior ao previsto, passando de 155 escolas em janeiro de 2005 para 1.237 escolas apoiadas ao final do mesmo ano. As ações relativas à distribuição de material didático e qualificação de profissionais também apresentaram performances significativas, decorrência de articulação entre os diversos participantes da política.

Outros Aspectos Relevantes

A execução de 2005 permitiu avançar em diversas áreas, inclusive na elaboração de indicadores. Como anteriormente o desafio não fora abordado de forma integrada, conseqüentemente não havia um indicador apurado pelas estatísticas tradicionais para mensurar os avanços alcançados por meio das ações do programa. Sendo assim, foi implementada uma ação específica para elaborar índices adequados. O trabalho de desenvolvimento de indicadores já está em conclusão e contou com a participação de gestores da Secad, especialistas nas áreas abrangidas pelas ações do programa e técnicos em indicadores de avaliação.

Foram formalizadas parcerias com outros órgãos do governo federal, como é o caso dos projetos com os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como projetos com a participação do Ministério da Justiça (MJ), das Secretarias Especiais de Direitos Humanos (SEDH), de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM). Registre-se que o foco de enfrentamento da desigualdade por meio das ações desenvolvidas pela Secad no âmbito deste programa revelou-se um importante instrumento de ampliação da eficácia, eficiência e efetividade das políticas do Governo Federal na área da educação. Também as universidades, em grande parte as públicas, foram parceiras das ações da SECAD, o que indica a constituição de uma ampla e dinâmica rede de instituições, dotada de forte capacidade de geração e difusão de conhecimentos, engajada no fortalecimento das políticas educacionais como fator de superação das desigualdades no país.

O programa não possui um questionário formalizado para avaliação da satisfação de seus beneficiários. Todavia, esta avaliação é realizada por meio da percepção e do diálogo permanente com os beneficiários e seus representantes legitimados. Isto se dá em conversas telefônicas, em fóruns, seminários, oficinas e visitas à

localidade. Estas conversas, travadas diretamente com o público-alvo, têm permitido o aperfeiçoamento tempestivo dos projetos implementados, bem como a devida orientação das ações propostas. O retorno dado pelos beneficiários é positivo, porém, por vezes, as sugestões de melhorias esbarram em entraves legais ou na "lentidão da burocracia", conforme informado pelos próprios beneficiários.

A Diretoria de Avaliação e Informações Educacionais da Secad é responsável, em conjunto com a área finalística, pelo monitoramento e acompanhamento e pela avaliação de políticas, programas e ações. Em 2005, a Secad desenvolveu um sistema para planejar suas ações, denominado Sistema Eletrônico de Planejamento de Informações da Secad (SECADPLAN), que permitirá melhorar a transparência nas diretrizes dos projetos geridos pela Secad, bem como destacar informações que auxiliarão na gestão dos programas e das ações. Outro ponto positivo desse Sistema é a visualização das metas físicas e financeiras por grupos de atividades e/ou projetos que contribuam para o alcance das metas previstas para cada ação no PPA. Entretanto, é mister considerar que esse Sistema se encontra ainda em fase de estruturação.

As despesas com a ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" compreendem serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, tecnologia da informação, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos, entre outras despesas administrativas. Essas despesas contribuem para estudos para formulação das políticas públicas, além de viabilizar o contato da SECAD com entidades que lidam diretamente com os beneficiários, seja por meio de visitas técnicas, seja através de encontros e seminários na capital federal, nos quais as partes interessadas são convidadas a participar.

As articulações internas ao MEC apresentaram resultados satisfatórios, concretizados em diversas iniciativas que envolveram diferentes instâncias. Por exemplo, uma das iniciativas da ação 09HS - "UNIAFRO" foi realizada em parceria com a Secretaria de Educação Superior (Sesu), contribuindo para que o enfrentamento das desigualdades em educação se torne política pública e não apenas uma ação pontual restrita às preocupações da Secad.

Dentre os diferentes parceiros não-governamentais envolvidos na execução das ações do programa, vale destacar a cooperação estabelecida com dois importantes atores: o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A parceria com essas entidades permitiu um salto de qualidade nas políticas públicas, como por exemplo na execução da ação 09EM. Registra-se, igualmente, a colaboração de organismos internacionais, especialmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na implementação das ações deste programa, através de instrumentos eficazes de gestão e de assessoria técnica, especialmente na ação 09EL. Os resultados devem ser creditados tanto à decisão política de constituir um programa com essas atribuições, como ao envolvimento das equipes técnicas e parceiros na promoção da educação como fator de acesso à plena cidadania de crianças, jovens e adultos de diferentes localidades, idades, gêneros, raças e etnias.

A implementação de políticas educacionais voltadas para o enfrentamento das desigualdades seria equivocada se não incluísse nos debates sobre sua formulação,

desenvolvimento, acompanhamento e avaliação os sujeitos sociais a que se destinam. Há um fortalecimento do papel dos movimentos sociais representativos dos segmentos envolvidos na condução das políticas, o que tem possibilitado que a Secad seja interlocutora reconhecida por aqueles que se dedicam a lutar por maiores e melhores oportunidades em educação para os povos do campo, dos quilombos, indígenas e outros alijados dos benefícios advindos da ampliação da oferta em educação. Para ilustrar, podem ser citadas melhorias no desenho e implementação das ações, como é o caso da 09EM, 09EL e 09CX; aperfeiçoamentos nos projetos propostos (09HS); e criação de mais um canal institucional para veiculação das demandas desses públicos-alvo dentro do próprio MEC, como é o caso da oferta de formação de magistério para professores indígenas.

Como boas práticas de gestão destaca-se o projeto "Escola Aberta", excelente oportunidade de socialização em espaços carentes de áreas de lazer, que pode ser replicada em situações semelhantes. O processo de fortalecimento de consultas nas ações do programa que, sem deixar de olhar para o interesse público, consideram as demandas da sociedade civil pode também ser considerado como uma boa prática de gestão.

Recomendações

- Definir o indicador do programa.
- Excluir a ação 09CX – "Apoio a Projetos Educacionais Inovadores Voltados à Educação para Diversidade e Cidadania" e incluir em seu lugar a 2C81- "Apoio a Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda".
- Incluir mais duas ações: 0B82 – "Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo" e 2C68 – "Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior".

Gestão da Política de Educação

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 492.942.697,00	Empenho Liquidado: R$ 463.651.341,00 Pago estatais: - Total: R$ 463.651.341,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

As ações de educação têm ramificações e impactos nas mais longínquas localidades do território nacional e a sua implementação deve contar com o empenho efetivo dos dirigentes dos Estados e Municípios, o que requer um esforço mútuo para a conscientização da importância do aprimoramento de mecanismos que começam pela legislação e incluem, entre outros, a eficiência na busca de novos recursos para o financiamento e a sua aplicação. Envolve, portanto, as etapas de implementação e a efetividade do controle e da avaliação dos resultados. A educação, além de ser um modo de inclusão social, é instrumento de promoção de paz, desenvolvimento e garantia da soberania nacional. Deste modo é preciso envolver toda a sociedade na sustentabilidade da educação, assim como na sua gestão democrática. Busca-se, portanto, propor diretrizes e regras para a democratização de todo o sistema educacional em sua relação com a sociedade. A partir destas diretrizes poderão ser estabelecidos regras e princípios para a gestão, o financiamento e o desempenho administrativo mais eficazes e eficientes. O não atingimento das metas de gestão, controle e avaliação sistemática implicaria na perpetuação de situações de exclusão de milhões de brasileiros da educação, no agravamento da concentração de renda, na injustiça social e na ineficiência e ineficácia das políticas públicas.

Principais Resultados

- Foram concluídas as discussões a respeito da implantação da nova sistemática de atendimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- Foram celebrados 27 convênios entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) e cada uma das 27 Secretarias de Estado da Educação com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar e apoiar os sistemas públicos estaduais responsáveis pelo Ensino Médio.
- A capacitação de 8.604 gestores através de encontros presenciais e cursos a distância para o monitoramento de programas e projetos educacionais superou em muito a previsão inicial de 4 mil gestores.
- Foram realizados 95 estudos, pesquisas e avaliações educacionais pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre os quais destaca-se o estudo que viabilizou a implantação do projeto piloto da Escola de Gestores em 10 Estados escolhidos e a participação de 400 cursistas indicados pelos Estados e Municípios.
- Por meio do "Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino", foram capacitados técnicos e gestores de 68 Municípios do semi-árido dos Estados de AL, BA, PB e PE. O projeto é realizado em ação conjunta da União Nacional dos Secretários Municipais de Educação (Undime) e das Universidades públicas federais e estaduais.
- Foi realizado o "Levantamento Especial sobre Educação Infantil", que contempla uma investigação sobre características complementares de educação e acesso à merenda escolar. Os resultados da pesquisa deverão ser divulgados em março de 2006.
- Gerenciamento das políticas da Educação a Distância, da Educação Básica, da Educação Profissional, de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e do Ensino Superior.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Algumas ações tiveram suas metas físicas ou dotações orçamentárias mal-dimensionadas. O realizado, neste caso, deve ser considerado de maior relevância do que o previsto. Mesmo tendo sido contingenciados, os recursos foram suficientes..

Outros Aspectos Relevantes

A maior parte das ações é monitorada pelo seu desempenho financeiro (majoritariamente satisfatório); algumas, que têm metas físicas, são monitoradas mensalmente por meio do Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), uma ferramenta gerencial, em fase de implantação, com uma aceitação muito grande por parte da alta gestão, gerentes e coordenadores de ação, mas que carece ainda de habitualidade (rotinização de uso) por parte dos seus usuários.

Este programa deve avaliar toda a política do Órgão, de modo a aferir a satisfação dos beneficiários dos programas e ações do MEC.

Todas as ações, menos a de "Gestão e Administração do Programa", são implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério. Com a

implantação do SIMEC, passou a haver maior aproximação entre os coordenadores das ações e a gerência do programa. Essa integração ocorreu, predominantemente, em relação às ações executadas nas unidades centrais (MEC, autarquias e fundações sediadas em Brasília).

Recomendações

- Faz-se necessário ter maior cuidado no dimensionamento das metas físicas e melhor conhecimento acerca dos custos unitários das ações do programa.

Universidade do Século XXI

Objetivo

Reformar a Educação Superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e promover condições para o desenvolvimento sustentável do País.

Público-Alvo

Alunos e professores de instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como estudantes bolsistas do IES privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 10.528.522.349,00	Empenho Liquidado: R$ 8.847.418.884,00 Pago estatais: - Total: R$ 8.847.418.884,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 84.000.000,00	-

Indicadores

1. Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 43,22 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 52,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Se as metas forem corretamente implementadas, com os recursos necessários, o índice final do PPA será alcançado.

2. Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 26,64 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 35,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Se as metas forem corretamente implementadas, com os recursos necessários, o índice final do PPA será alcançado.

3. Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 18,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O índice deve ser reduzido, pois o objetivo é diminuir o número de docentes com formação em nível de graduação.

4. Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 14,92 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 16,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

5 .Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 58,95 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 57,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Já superada.

6. Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 25,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 33

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A ampliação das matrículas no turno noturno, em instituições públicas, deve ser incentivada, pois amplia as possibilidades de acesso para quem trabalha durante o dia. No entanto, é baixa a probabilidade de se elevar o índice em oito pontos percentuais no prazo de 2 anos.

Contextualização

Uma das diretrizes de ação do Ministério da Educação é a de reformar o modelo de Educação Superior, que atualmente dá sinais de esgotamento e a própria instituição universitária, quase milenar, que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas, devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma

da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica no próprio saber universitário, que está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sua sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros. Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos. As tendências de futuro devem ser levadas em conta de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e promover o desenvolvimento integral do ensino, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemáticos, de forma a que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do país.

Principais Resultados

- A interiorização tem sido uma das principais diretrizes norteadoras do "Mapa da Expansão das Universidades Federais de Ensino Superior", ao lado das necessidades e vocações econômicas de cada região do país. Estão sendo criados ou consolidados 42 campus situados em 21 Unidades da Federação em todas as regiões do país, além da implantação de dez novas universidades federais.
- Incremento do orçamento de capital e outros custeios das instituições federais de ensino superior, com exceção do orçamento de pessoal, incluindo o pagamento de bolsas de ensino dos programas de pós-graduação e pesquisa e os recursos originários de convênios e emendas parlamentares.
- Abertura de concursos públicos para a contratação de 4.200 professores nas universidades federais, número que não inclui as 2.300 autorizações de contratação referentes ao seu programa de expansão e a autorização para a contratação de cerca de 800 novos servidores, assim como a implantação do seu plano de carreira.
- Em dois anos, o Programa Universidade para Todos (Prouni) ofertou 250.943 bolsas para alunos carentes. Foram oferecidas 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais (50% do valor integral), totalizando 112.275 bolsas de estudo a universitários de baixa renda para o ano letivo de 2005, em 1.135 instituições privadas e filantrópicas de ensino superior. Para 2006, foram ofertadas mais 138.668 bolsas (98.698 integrais e 39.970 parciais), com a adesão de 1.289 instituições.
- 1.500 alunos, beneficiados pelo Prouni, matriculados em cursos com três ou mais anos de duração e carga horária diária média de seis ou mais horas de aula, estão recebendo a bolsa permanência, que consiste em benefício mensal de R$ 300,00.
- Foram beneficiados 2.631 programas de residência médica e concedidas 3.439 bolsas para residentes.
- Atividades de extensão nas instituições de ensino superior públicas, com foco especial em políticas públicas de inclusão e desenvolvimento social. A atividade "Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro)" está em pleno desenvolvimento em 18 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs). A ação "Incluir", que apóia propostas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) para superar situações de discriminação contra estudantes com deficiência, já está sendo desenvolvida em 13 universidades.

- Foram credenciadas 60 Instituições de Ensino Superior, autorizados 283 cursos e reconhecidos outros 485.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário, no primeiro semestre, ocasionou atraso temporário em algumas ações. Os créditos suplementares foram decisivos para a consecução de diversas iniciativas, inclusive a expansão das IFES.

Houve um número muito grande de aposentadorias de professores de 3° grau e há mais de nove mil professores substitutos nas IFES. As estruturas universitárias estão em processo de expansão, inclusive internamente e o suporte técnico-administrativo é completamente insuficiente ou inexistente em alguns casos. Os profissionais são docentes de 3° grau, técnicos administrativos de nível superior e de nível médio.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento de todas as ações foi iniciado no final do ano com a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), que permite o acompanhamento das ações executadas pelas unidades vinculadas (Universidades).

As parcerias estão sendo bem sucedidas, propiciando o alcance das metas do programa. Um exemplo é a parceria público-privada entre a Vale do Rio Doce e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para a implantação do campus de Marabá.

Foram desenvolvidas várias iniciativas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Federal. Destaca-se a implantação nas IFES do projeto "Gestão do Conhecimento", uma prática inovadora de gestão nas áreas administrativas e de planejamento, realizado pela Subsecretaria de Administração do MEC.

Existem duas ações não orçamentárias no programa: 9A00 – "Universidade para Todos (Prouni)" e 9858 – "Financiamentos a Projetos na Área da Educação". Esta última é uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que teve, como meta financeira, em 2005, R$ 84 milhões para financiamento de projetos de instituições de ensino superior públicas e privadas, sendo consideradas como financiáveis: obras civis, estudos e projetos de engenharia, gerenciamento e equipamentos nacionais.

Recomendações

- Inclusão das ações referentes ao Plano de Expansão do Ensino Superior.
- Rever os valores de índice previsto ao final do PPA dos 3 primeiros indicadores (Taxa de Docentes com Doutorado, Mestrado ou Graduação), porque a soma deles deve ser 100.

Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

Objetivo

Oferecer oportunidades de capacitação e formação continuada aos professores e trabalhadores da Educação Básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover o acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

Público-Alvo

Professores de todos os níveis de ensino de educação básica e pessoal de apoio das escolas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 820.887.032,00	Empenho Liquidado: R$ 807.837.286,00 Pago estatais: - Total: R$ 807.837.286,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 40 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 86,26

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 31,3%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

2. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 47,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 87,22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 36,1%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente

não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

3. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83,2 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95,42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Verifica-se um expressivo aumento no índice e, considerando-se a implementação de ação de formação em serviço e certificação em nível superior para professores não titulados do Ensino Fundamental, que atuam na 5ª a 8ª séries (Pró-Licenciatura) e o incentivo para participação viabilizado pela ação de concessão de bolsas para os professores que atuam no programa, acredita-se no atingimento da meta prevista.

4 .Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 98,04

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Verifica-se um expressivo aumento no índice, e, considerando-se a implementação do "Pró-Licenciatura" para professores que atuam no ensino médio e o incentivo à participação viabilizado pela ação de concessão de bolsas para os professores que atuam no programa, acredita-se no atingimento da meta prevista.

5 .Taxa Docentes com Nível Superior Atuando em Creches

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 29 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 83,54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Verifica-se aumento no índice, que em 2003 era de 17,7%, todavia os recursos humanos, materiais e financeiros destacados ao programa anualmente não demonstram suficiência para atingimento da meta final prevista pelo Plano Nacional de Educação.

Contextualização

No Brasil, a formação dos professores e trabalhadores da educação básica ainda apresenta grande defasagem em relação ao que é preceituado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na pré-escola, 3,2% dos professores não possuem o ensino fundamental completo e 1,8% dos docentes que atuam de 1ª a 4ª série do ensino fundamental não terminaram os oito anos de escolarização obrigatória. Entre os professores que lecionam nas turmas de 5ª a 8ª série e nas turmas do ensino médio, 29,3% e 19,2%, respectivamente, não possuem curso de licenciatura, formação adequada para esses níveis de ensino. No ensino médio, 4,9% dos docentes

completaram somente a educação básica e 9,4% têm ensino superior sem licenciatura. Os demais trabalhadores da educação, como a merendeira, o vigia, o secretário, o servente, o profissional que cuida dos diversos espaços da escola, também não têm capacitação adequada.

Principais Resultados

- No âmbito do ensino médio, foram capacitados 5.140 profissionais mediante apoio aos Estados e Municípios participantes do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) , com a cooperação da UNESCO.
- 44.498 professores de educação infantil foram atendidos com formação continuada e mais 6.500 foram atendidos pelo "Proinfantil" para formação inicial em nível médio. O "Proinfantil" conta, ainda, com 650 tutores, 512 professores formadores, 16 coordenadores estaduais, 10 assessores técnicos e 63 agências formadoras em todo país.
- 136.894 professores em exercício nas redes estaduais e municipais de educação foram atendidos com formação continuada e mais 6.065 foram atendidos pelo "Proformação" para formação inicial em nível médio.
- Foi realizada a formação de profissionais da educação com utilização de tecnologias de informação e comunicação, mediante educação à distância, com a capacitação de 11.200 profissionais e disponibilização de 481 horas de programas pelo "TV Escola" e, ainda, o atendimento a 1.777 profissionais para atuar no "Proinfo".

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Houve racionalização na disponibilização dos materiais por serem escassos. A infra-estrutura se apresentou incompatível com o necessário como, por exemplo, a quantidade de impressoras, a rede sobrecarregada, equipamentos de informática ineficientes. Também houve pouca disponibilização dos materiais para a maioria das equipes executoras. Praticamente, a mesma realidade da equipe gerencial foi vivida pelas equipes executoras. Não há recursos humanos disponíveis para assessorar a gerência no acompanhamento do programa. Apesar disso, houve um grande esforço em promover reuniões com os coordenadores. Também não há recursos humanos suficientes para executar as atividades, bem como técnicos com perfil adequado, ou seja, com experiência nas áreas de planejamento, orçamento e gestão. Com a escassez de recursos humanos para atender às tarefas, nem sempre é possível a participação em cursos, capacitações e treinamentos.

Outros Aspectos Relevantes

No caso das ações executadas por meio de transferência voluntária via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o acompanhamento é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE). A periodicidade é simultânea à liberação dos pareceres técnicos. Todas as ações do programa são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), criado para o acompanhamento dos programas e ações orçamentárias e o monitoramento das etapas dos projetos e atividades viabilizados em cada uma das ações. O sistema recebe informações mensais dos coordenadores de ações e trimestralmente dos gerentes executivos. Destaca-se, ainda, que nas ações implementadas em cooperação técnica internacional com

o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), (Proinfantil e Proformação), suas atividades são monitoradas concomitante à sua execução, mediante avaliação da participação dos professores, tutores e formadores, pelo cadastro dos dados no Sistema de Informações do Proformação (SIPWEB). Também são realizadas reuniões tripartites anuais entre o MEC, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação para o monitoramento das atividades desenvolvidas nos programas.

Foram realizados vários encontros regionais e estaduais com gestores estaduais e municipais para informar, esclarecer e orientar quanto aos procedimentos para inserção nas ações do programa, além da divulgação on-line. Verifica-se que a maioria das ações sob a responsabilidade da Secretaria de Educação à Distância (SEED) e do FNDE teve execução plena dos recursos e das metas previstas. Faltam informações referentes à execução das metas físicas de algumas ações e à situação de cada etapa de seus projetos. Houve integração entre a gerência e os coordenadores de ações que se encontram sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), mas os coordenadores de outras unidades do MEC não se relacionaram com a gerência. A parceria com os organismos internacionais e com os representantes sociais como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), entre outros, contribuem para a melhoria da execução das ações e o relacionamento com os diversos atores envolvidos no programa.

São realizadas reuniões, seminários e colóquios com participação de entidades representantes das Instituições de Ensino Superior, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, dos movimentos sociais, Consed, Undime e demais representantes da sociedade. As ações passaram por discussões envolvendo Conselhos e Comitês a exemplo do Conselho Nacional de Educação e do Comitê Nacional de Políticas da Educação Básica. A participação das entidades representativas da sociedade contribuiu, de forma significativa, com o desenvolvimento do programa, tanto na execução quanto no envolvimento de beneficiários na comunidade escolar.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para deixar claro que pretende oferecer formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica.
- Para a adequação do programa às novas demandas faz-se necessário acrescentar duas ações: a primeira denominada "Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio e Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica (Pro-Funcionário)"; e a segunda intitulada "Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulares do Ensino Fundamental e Médio (Pró-Licenciatura)".
- Também estão inadequadas as metas físicas e a composição das fontes de financiamento. Como os recursos são insuficientes para ampliar e melhorar o atendimento e desempenho das ações, a previsão de atendimento (meta física) sempre fica muito aquém da real necessidade de atendimento.
- Criar indicador voltado para o funcionário da escola - apoio escolar.

- Excluir a ação 0304 – "Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério" tendo em vista o término do Fundef em 2006.
- Identificar os custos unitários das ações que compõem o programa.



Ministério da Fazenda

Administração Tributária e Aduaneira
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
Banco para Todos
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros,
Previdência Complementar Aberta e Capitalização
Educação Fiscal
Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE
Fortalecimento da Gestão Administrativa e
Fiscal dos Municípios - PNAFM
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Gestão da Política de Regulação de Mercados
Gestão da Política Econômica
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
Produção de Moeda e Documentos de Segurança
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para Ministério da Fazenda (MF), foram utilizados R$ 88,2 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 14.662.672.716,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 10.968.739.194,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 56.851.349.899,73	**Realizado não orçamentário:**	R$ 77.295.911.696,7
Total previsto:	R$ 71.514.022.615,73	**Total realizado:**	R$ 88.264.650.890,72

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 399,1 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 37,3 milhões.

Principais Resultados

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do Ministério da Fazenda no exercício de 2005 foram:

a) Arrecadação de tributos e demais receitas

- Aumento do volume de arrecadação de receitas pela Secretaria da Receita Federal (SRF). A arrecadação bruta das receitas administradas pela SRF, em 2005, atingiu o valor de R$ 347 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 15,45% e real de 8,02% (considerando-se como indexador o IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2004. Esse desempenho garantiu o financiamento de bens e serviços à sociedade no exercício de 2005.
- Cabe ressaltar que o incremento na arrecadação ocorreu pelo esforço da SRF nas áreas de fiscalização de tributos internos e aduaneiros e na ênfase à estratégia de combate à sonegação e às fraudes fiscais. A ação da SRF aumentou a percepção de risco do contribuinte faltoso e elevou o nível de cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias e, conseqüentemente, aumentou a arrecadação dos tributos e contribuições federais.
- Recuperação de Créditos da Fazenda Nacional. O resultado da arrecadação total em 2005 chegou a R$ 8,8 bilhões, sendo 2, 6 bilhões relativos à Dívida Ativa da União e R$ 6, 1 bilhões à Defesa Judicial da Fazenda Nacional. As receitas arrecadadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também contribuíram para a elevação do nível de receitas em 2005.
- Arrecadação de cerca de R$ 37 bilhões em receitas correspondentes aos

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a aproximadamente 93% da meta física de R$ 40 bilhões, prevista no orçamento, o que contribuiu para o alcance da meta de superávit primário nas contas públicas, estabelecida na LDO.

- A edição da Lei nº. 11.196/05 (conversão da MP do Bem), que entre outras medidas instituiu incentivos fiscais para a inovação tecnológica, regimes especiais de tributação e de aquisição de bens de capital, beneficiou principalmente o setor produtivo.
- No âmbito dos tributos internos administrados pela Receita Federal, foram realizados 23.243 procedimentos fiscais com autuações da ordem de R$ 48,3 bilhões. Esse resultado foi decorrente do esforço da SRF no sentido de garantir maior eficácia e efetividade às ações fiscais e combater a sonegação e a fraude.

b) Políticas fiscal e monetária

- Superação da meta de superávit primário estabelecida na LDO. A meta constante da lei era de 4,25% do PIB de superávit primário para o setor público consolidado, enquanto o resultado efetivamente obtido foi de 4,84% do PIB (aproximadamente R$ 93,5 bilhões).
- Continuação da trajetória descendente da inflação. A taxa de inflação mensurada pelo IPCA foi reduzida de 7,6%, em 2004, para 5,69%, em 2005, situando-se pelo segundo ano consecutivo dentro das metas estabelecidas.
- Redução da vulnerabilidade externa do país. Essa redução se deu por meio do aumento das reservas internacionais, da redução da dívida pública externa, do pré-pagamento dos empréstimos com o FMI e ao Clube de Paris, entre outras medidas.
- Realização de 320 leilões de títulos da dívida pública, com a finalidade de refinanciamento da dívida pública. Como resultado dos leilões, houve melhora da composição da Dívida Pública Federal (DPF), e da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em linha com as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento para 2005.
- Além disso, o estoque da DPF, ao final de 2005, estava abaixo do limite inferior previsto e a proporção da dívida vencendo em 12 meses caiu.
- No programa "Tesouro Direto" as vendas de títulos públicos alcançaram o montante de R$ 656,6 milhões, aumento de 82,6% em relação ao ano de 2004, quando o volume financeiro foi de R$ 359,6 milhões.
- No que diz respeito ao número de investidores cadastrados, verificou-se aumento de 50,9% relativamente ao ano de 2004 (49.498 em 2005, contra 32.796 em 2004).

c) Fiscalização e regulamentação do sistema financeiro nacional e inclusão bancária

- Implantação do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS). A implantação desse sistema proporcionou maior agilidade aos trabalhos de investigação conduzidos por órgãos públicos, CPIs e Poder Judiciário.
- Publicação de normativos relativos aos seguintes assuntos: operações de microcrédito, segmento cooperativo, crédito Imobiliário, inclusão bancária e edição de regras prudenciais tais como, registro de títulos e valores mobiliários emitidos pelas referidas instituições quanto dos acordos

envolvendo os respectivos resgates antecipados, mercado de câmbio e "lavagem de dinheiro".
- Inclusão bancária de 2,1 milhões de pessoas, o que favoreceu grande parcela da população desassistida dos serviços bancários.
- Liberação de R$ 165 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção. Também foi ampliados o número de serviços financeiros oferecidos a pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia informal.

d) Supervisão do mercado de seguros e companhias abertas
- Aumento do valor das indenizações do Seguro Obrigatório por danos por veículos automotores em vias terrestres (DPVAT), de R$ 10.300,00 para R$ 13.479,48, em caso de mortes ou invalidez permanente e de até R$ 2. 000,00 para R$ 2.695,90 para cobertura de despesas médicas, quando não houver mortes ou invalidez permanente.
- Implementação da supervisão baseada em riscos e superação da meta de inspeções em 20%. Os últimos anos representam um marco na transição do modelo de supervisão baseada em regras para a supervisão baseada em riscos. Os consumidores e investidores deste mercado estão sendo beneficiados com maior eficiência e solidez do capital das sociedades supervisionadas pela SUSEP.
- Aumento do volume financeiro negociado na bolsa de valores, que em 2005 atingiu o volume de R$ 4,4 bilhões nas emissões primárias de ações e R$ 41,5 bilhões de emissão de debêntures. Esse desempenho demonstra a confiança do investidor na economia brasileira.

e) Capacitação
- Ampliação da rede de disseminadores do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). Em 2005 foram capacitados 8022 disseminadores do PNEF em diversos Municípios. Essa iniciativa é de suma importância para incentivar o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.
- O treinamento de servidores públicos nacionais e internacionais na área de finanças públicas superou a meta esperada, perfazendo um total de 44.758 capacitados em 2005.

f) Reestruturação dos Estados e Municípios na área fiscal
- Aumento da arrecadação estadual do ICMS de 6,66% do PIB (1997) para 7,80% do PIB. Esse aumento ocorreu graças à implementação de novas soluções de tecnologia de informação para recolhimentos de impostos, por meio de processamento eletrônico automático e SINTEGRA - sistema com múltiplas funções de consulta e apoio aos contribuintes e pelos programas de educação fiscal, ministrados a mais de 4 milhões de pessoas.
- Adesão de 58 Municípios à implementação de projetos de modernização administrativa e fiscal, sendo 35 ampliações de projetos e 23 simplificações.
- Aumento da arrecadação de tributos municipais próprios (IPTU e ISS), em decorrência da atuação do programa "Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM)".

Aspectos Relevantes

Dentre as principais restrições enfrentadas pelo MF para a consecução dos objetivos traçados destacam-se: restrições orçamentárias e financeiras causadas pelo contingenciamento; atraso na liberação de recursos; carência de recursos humanos e materiais na maioria das unidades e empresas executoras de programas; inadequação de infra-estrutura.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Administração Tributária e Aduaneira

Objetivo

Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação aplicável de forma justa.

Público-Alvo

Governo Federal, contribuintes e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créitos)	
R$ 3.986.236.136,00	Empenho Liquidado: R$ 3.504.376.185,00 Pago estatais: - Total: R$ 3.504.376.185,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Realização da Receita administrada pela Secretaria da Receita Federal.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 108,57 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: O alcance do índice originalmente previsto é possível, desde que seja colocado a disposição desta secretaria os recursos orçamentários, financeiros e humanos necessários para o desempenho das atividades.

Contextualização

O programa possibilita a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado, mediante a aplicação da legislação tributária vigente e do controle aduaneiro.

Principais Resultados

- Edição da Lei nº 11.196/05 (conversão da MP do Bem), que beneficiou principalmente o setor produtivo.
- Recebimento pela Secretaria da Receita Federal (SRF) de mais de 103,5 milhões de declarações, englobando declarações de pessoas físicas e jurídicas e declarações do Imposto Territorial Rural (ITR).

- Promoção de ações de cobrança sobre cerca de 4,7 milhões de Pessoas Jurídicas, envolvendo um total de aproximadamente R$ 4,78 bilhões em débitos cobrados; relativamente às Pessoas Físicas, foram emitidos em torno de 455 mil avisos de cobrança, perfazendo um total de cerca de R$ 568 milhões em novos débitos cobrados.
- Em dezembro de 2005, a carteira de parcelamento de tributos e contribuições administrados pela SRF contava com 234.396 processos, totalizando aproximadamente R$ 6,49 bilhões em créditos tributários.
- Encaminhamento pela Receita Federal à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2005, de 889.841 processos, envolvendo cerca de R$ 21,6 bilhões em créditos tributários, para cobrança executiva / inscrição em Dívida Ativa da União..
- Realização de 23.243 procedimentos fiscais com autuações da ordem de R$ 48,3 bilhões, no âmbito dos tributos internos administrados pela Receita Federal.

Além dos resultados globais de arrecadação e de controle aduaneiro, merecem destaque, ainda, os trabalhos de assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira; as ações voltadas para um melhor atendimento ao contribuinte e à facilitação ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias; as ações relacionadas ao controle e recuperação dos créditos tributários; a ênfase dada pela SRF à fiscalização de tributos internos e do comércio exterior e ao combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho; a administração do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex); e as atividades voltadas para a educação fiscal.

Ressaltam-se os estudos e atividades voltados para a revisão e melhoria dos processos de trabalho e para a modernização e reestruturação da Receita Federal, desenvolvidos durante a vigência da MP nº 258, de 22/07/2005, que unificava a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, criando a Receita Federal do Brasil.

Ressalte-se ainda, em 2005, o início da implementação na Receita Federal, como parte do Projeto Piloto de Investimento (PPI) do Governo Federal, do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA), o qual integra o Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira, do PPA 2004/2007. O Projeto consiste num conjunto de investimentos voltados para a redução da burocracia do comércio exterior e para a melhoraria do ambiente de negócios do País. Foram realizados em 2005 investimentos da ordem de R$ 225,57 milhões, abrangendo investimentos em tecnologia da informação e na modernização aduaneira.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: em função das restrições impostas pelo Decreto 5.379/05, o programa atravessou dificuldades para honrar seus compromissos contratuais, pois a abertura de créditos adicionais, a liberação de limites de movimentação e empenho e, principalmente, a liberação de recursos financeiros, ficaram descompassadas das reais necessidades do Órgão.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: para uma força de trabalho que prevê 15.006 cargos efetivos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e 16.999 Técnicos da Receita Federal (de acordo com os quantitativos

fixados pela Portaria Mare nº 2.581, de 29.8.96), a lotação real hoje existente, de 7.704 Auditores-Fiscais e 6.346 Técnicos, representa, respectivamente, 51,34% e 37,40% da lotação ideal.

Outros Aspectos Relevantes

A avaliação da satisfação dos contribuintes em relação aos serviços prestados pela SRF foi iniciada de forma piloto em dezembro de 2004, com utilização da ferramenta de pesquisa Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), na Delegacia de Administração Tributária (DERAT) do RJ. Na experiência piloto, no que diz respeito à avaliação geral, a nota geral foi de 8,74 numa escala de 0 a 10. Nas conclusões preliminares, foram elencadas 5 oportunidades de melhoria e 4 pontos fortes no atendimento realizado por aquela Unidade. Outro mecanismo de avaliação da satisfação dos usuários com os serviços prestados pela SRF são as premiações consecutivas obtidas por esta Secretaria como resultado do atendimento virtual realizado no sitio Web, atuando no campo do governo eletrônico.

Recomendações

Não há recomendações.

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Objetivo

Ampliar as facilidades de acesso ao crédito e aos produtos e serviços bancários.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.079.403.579,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 570.402.936,00 Total: R$ 570.402.936,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindíveis a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender às demandas dos clientes.

Principais Resultados

- Investidos recursos em tecnologia da informação com vistas a modernizar o sistema de atendimento, dar mais segurança operacional e aumentar e facilitar o atendimento à clientela.
- Modernizadas e adaptadas 50% das dependências no Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia segundo os padrões considerados adequados.
- Instalação de 156 novas agências da Caixa Econômica Federal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não há.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para: "Melhorar e aumentar a capacidade de atendimento aos clientes, inclusive os oriundos das camadas de menor renda, com crédito e serviços bancários".
- Alterar o público alvo para: "Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União".

Banco para Todos

Objetivo

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.

Público-Alvo

Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia informal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
–	Empenho Liquidado: -
	Pago estatais: -
	Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 970.296.000,00	R$ 178.675.990,39

Indicador(es)

1. Taxa de Acesso de Desassistidos a Serviços Bancários via Banco do Brasil e CAIXA.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Há estimativas, a partir de cruzamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do número de desassistidos ser de 25 milhões, 32 milhões ou até 54,6 milhões de brasileiros. Não há um dado unificado, o que dificulta o monitoramento dos resultados. Com a ampliação do Programa em 2006, com a entrada de dois novos bancos públicos federais (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), o indicador precisará ser alterado. Entretanto, para isso ocorrer, a gerência do Programa busca, junto com os coordenadores de ação, instituir um índice confiável, que possa ser utilizado para o bom monitoramento dos resultados. A partir desta definição, haverá a necessidade de se nivelar os dados de execução junto aos coordenadores de ação, o que possivelmente impedirá de se iniciar esse monitoramento ainda em 2006.

Contextualização

Aproximadamente 70% da população brasileira está excluída do sistema financeiro. O país apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento de microcréditos. O desinteresse de segmentos do Setor Bancário em atender às classes mais pobres

e a falta de instituições com experiência em micro financiamento aumentam o problema.

O baixo custo operacional do atendimento bancário por meio eletrônico pode ser um meio de baratear o custo e permitir a inclusão dos menos assistidos ao sistema financeiro. Entretanto, sabe-se que grande parte da população brasileira, apesar das exigências da globalização, ainda não desenvolveu as habilidades necessárias (alfabetização digital).

Principais Resultados

- Inclusão bancária de 2,1 milhões de pessoas.
- Liberação de R$ 165 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção.
- Acesso à bancarização e microcrédito divulgados aos gestores públicos municipais e entidades do Terceiro Setor de todo o país, por meio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Presença em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento superior a 15 mil unidades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As restrições foram individuais, de acordo com problemas enfrentados por cada banco participante. A CAIXA, em 2005, atuou no processo de bancarização, mas o microcrédito ficou relegado a segundo plano por dificuldades de precificar o produto em bases lucrativas, tendo em vista a existência de índice de inadimplência alto. O Banco do Brasil / Banco Popular do Brasil também sofreu com altos índices de inadimplência, além de redução de recursos para custeio de publicidade, o que dificultou a realização do planejamento. E o BNDES teve que reformular seu programa de microcrédito para atender às especificações da Lei nº 11.110/2005, somente iniciando a comercialização a partir do final do ano.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Objetivo

Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada.

Público-Alvo

Servidores públicos do sistema fazendário e afins das três esferas de governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 23.726.557,00	Empenho Liquidado: R$ 22.556.073,00 Pago estatais: - Total: R$ 22.556.073,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 714.000,00	-

Indicador(es)

1. Grau de Satisfação dos Alunos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 92,8
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola refletiu-se no indicador alcançado em 2005.

1. Grau de Satisfação dos Contratantes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 98,2
Índice previsto ao final do PPA: 87

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola refletiu-se no indicador alcançado em 200

Contextualização

Suprir o Governo de mão-de-obra selecionada e elevar o nível de qualificação profissional para o aprimoramento dos sistemas tributário e controle, da formulação e avaliação de políticas públicas, da alocação dos recursos, da gestão das finanças públicas, da redução do déficit público nas três esferas de governo.

Principais Resultados

- Treinamento de 44.758 servidores públicos nacionais e internacionais, superando a meta esperada.
- Seleção de 2.072 candidatos em concurso público e formados 1.491 alunos, superando a meta esperada.
- Capacitação de 106 servidores no projeto "Formar", curso que objetiva elevar o nível de escolaridade dos funcionários do Ministério da Fazenda, visando ao desenvolvimento pessoal e ao melhor desempenho nas suas atividades.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Atraso na liberação de recursos: a não liberação de crédito suplementar solicitado impediu o aumento no nº de capacitações de servidores e a realização de concursos públicos.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: o corte de cargos comissionados afetou diversas áreas da Escola de Administração Fazendária (ESAF). Dificuldade de reposição de servidores, devido às características da Escola.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: carência de recursos orçamentários para treinamento de servidores.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Objetivo

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Público-Alvo

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 75.566.007,00	Empenho Liquidado: R$ 55.547.674,00 Pago estatais: - Total: R$ 55.547.674,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Unidade de medida: unidade
Último índice apurado: 21.993.281 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Tendo em vista a entrada em produção do Portal do Investidor até outubro/2006 e as novas sistemáticas implantadas em 2005, o índice foi revisado, e a nova projeção para 2007 é de 29.000.000,00.

2. Taxa de Participação das Companhias Abertas listadas em Bolsa e em Balcão organizado no Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Alta. Em função da imensa valorização do mercado no biênio 2004-2005, revisamos o número para 45%.

3. Taxa de Emissões Primárias da Economia

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 15,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Através de uma análise conservadora, percebe-se um risco de queda do índice, que, em 2007, deverá ser 12% a 13%.

Contextualização

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas.

Principais Resultados

- Emissão recorde no volume de debêntures, totalizando R$ 41.5 bilhões.
- O volume médio de emissões também foi o maior registrado nos últimos dez anos, atingindo R$ 834 milhões por emissão.
- Publicação do primeiro Plano Estratégico, que abrange o triênio 2005-2007.
- Crescimento no registro de ofertas de valores mobiliários.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: dificuldades relacionadas à ampliação da Sede no Rio de Janeiro. Nos anos anteriores, por falta de dotação e, em 2005, por falta de ofertas no mercado. Atraso na alocação dos servidores nas novas dependências da Regional de São Paulo. Após incêndio em janeiro de 2005, houve a necessidade de suplementação da ação de manutenção, para a adaptação da nova dependência. Como a aprovação do crédito ocorreu somente no segundo semestre, não houve tempo hábil para as alterações previstas (conclusão da obra, aquisição de mobiliário, etc.), passando para 2006 a conclusão do planejamento inicial.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: apesar da admissão de 94 novos Analistas e Inspetores, no início de 2005, continuamos com a carência de servidores de nível intermediário (suporte técnico-administrativo especializado). No segundo semestre de 2005, o Ministério do Planejamento aprovou as vagas solicitadas referentes à reposição e, assim, realizou-se concurso público para provimento de 54 vagas de Agente Executivo. A CVM criou as condições para atingir, logo no início de 2006, a melhor relação entre as vagas existentes e aquelas efetivamente ocupadas desde a vigência da Lei nº 8.112/90. No caso do concurso para Agentes Executivos, registre-se ainda que o intervalo de tempo entre a aprovação do certame e a nomeação dos habilitados foi de apenas cinco meses e sete dias, prazo significativamente menor do que o habitualmente praticado em projetos congêneres.

Atraso na liberação de recursos: os atrasos na liberação dos recursos, principalmente no início do ano, causaram sérios transtornos para a Gerência Financeira junto aos fornecedores.

Financeiro comprometido por restos a pagar: o decreto de programação financeira, nº 5379/05, não considerou todos os restos a pagar para determinação do limite financeiro. Dessa forma, foi necessário solicitar expansões de limite, além de cancelamento de algumas despesas.

Outros aspectos relevantes

Em 2005, foi implantada a Ouvidoria Institucional, com o objetivo de receber reclamações da sociedade em relação aos serviços prestados pela CVM, com eventuais ajustes, primando pela excelência no atendimento. Analogamente à audiência pública de suas normas, a CVM também, em algumas ocasiões, inicia consultas públicas a respeito de assuntos de interesse do mercado de capitais, e sujeitos à sua competência, com a finalidade de colher subsídios dos agentes de mercado sobre suas atividades e regulamentação.

Recomendações

- O programa ainda necessita de aperfeiçoamento no que tange à suficiência das ações, que será buscado a partir da criação de uma Superintendência de Planejamento, em 2006, com atribuições, entre outras, de supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento estratégico da CVM.

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Objetivo

Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Público-Alvo

Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 899.308.100,00	Empenho Liquidado:	R$ 765.380.249,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 765.380.249,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do sistema financeiro nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 99,98 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Alta. Foi alcançado o índice de 99,98% (Dez/2005), sendo observado que algumas poucas instituições de pequeno porte, principalmente cooperativas de crédito, não têm se enquadrado. Isso, contudo, não representa qualquer risco à solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Contextualização

Demanda do governo e da sociedade por um sistema financeiro sólido, eficiente, eficaz e efetivo. O programa é desenvolvido por meio da atuação das unidades administrativas do Banco Central do Brasil (Bacen) responsáveis pelo macroprocesso "Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional" e pela área de informática (dada a importância do Sisbacen na execução das atividades que compõem o programa).

Principais Resultados

- O Banco Central realizou atividades de fiscalização direta e indireta, no

Brasil e nas agências e subsidiárias de bancos brasileiros localizados no exterior, com o objetivo de analisar estratégias, políticas de gerenciamento de riscos, situação econômico-financeira e cumprimento da regulação vigente. Foram verificados a estrutura e os procedimentos adotados pelas instituições no que se refere à prevenção no uso do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para lavagem de dinheiro.

- Metodologia de classificação de instituições financeiras (rating) aplicada em 9 instituições, de acordo com o nível de risco apresentado, que permite análise mais sistematizada das instituições e, conseqüentemente, um melhor planejamento das atividades de supervisão.
- O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) teve sua implantação concluída, propiciando uma maior capacidade de monitoramento do risco de crédito do SFN. O sistema introduziu facilidades de compartilhamento de informações com o sistema financeiro, via internet, permitindo melhorar a análise na concessão de crédito pelas instituições e a conseqüente redução do risco de crédito. Em 2005, foram verificadas 150.458.929 consultas externas às informações abrangidas pelo SCR.
- Em cumprimento à Lei nº 10.701, de 2003, o Banco Central implantou o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), um sistema de informações que proporciona maior agilidade aos trabalhos de investigação conduzidos pelos órgãos públicos, Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e Poder Judiciário. Podem ser obtidos junto ao CCS os nomes das instituições com as quais se relacionam os clientes e os correntistas do sistema financeiro, bem como seus representantes legais e procuradores.
- Em atendimento às demandas oriundas do Poder Legislativo, por meio de sete Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e Comissões Mistas Parlamentares de Inquérito (CPMI), foram encaminhados 1.485 ofícios com documentação às Comissões e quebrados 886 sigilos bancários.
- Em relação ao atendimento às solicitações do Poder Judiciário, foram processados cerca de 680 mil pedidos de informações sobre a existência de contas-correntes, aplicações financeiras, determinações de bloqueios e desbloqueios de contas envolvendo pessoas físicas e jurídicas e comunicação e extinção de falências, realizados pela internet, por intermédio do Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário (BacenJud). Ademais, foram atendidos aproximadamente 140 mil pedidos pela forma tradicional, ou seja, correspondência em papel, sendo observado um aumento de 20,6% em comparação ao exercício de 2004.
- Relativamente aos processos administrativos punitivos, foram decididos cerca de 2.906, resultando na aplicação de penas de advertência, multas e inabilitações para atuar no SFN. Desse total, 2.735 referem-se a processos de multa por não pagamento de importação, 62 por sonegação de cobertura cambial em exportação, 70 por infrações a normativos de natureza cambial e 39 por irregularidades de natureza financeira.
- Publicação de normativos relativos aos seguintes assuntos: 1) operações de microcrédito - foi editada regulamentação contendo os parâmetros para que uma operação seja considerada como de microcrédito produtivo orientado; 2) segmento cooperativo - editada objetivando dar continuidade ao processo de consolidação do segmento de cooperativas de crédito no país, empreendido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil; 3) crédito imobiliário - foram implementadas importantes alterações no direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, em

função das projeções feitas para a necessidade de novos financiamentos. Embasados nas informações mensais do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), estudos apontaram que seriam necessárias novas contratações da ordem de 8 bilhões de reais para o ano de 2005. Esse valor representava aumento de 166% em relação ao montante financiado no ano de 2004, cerca de 3 bilhões de reais; 4) inclusão bancária - simplificação dos procedimentos específicos para a abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos à vista no país, de titularidade de pessoas físicas brasileiras que se encontrem temporariamente no exterior, admitindo, de forma análoga, a abertura de contas de depósitos de poupança não vinculadas a contas de depósitos à vista de mesma titularidade.

- Quanto ao "Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen)" foram alcançados os seguintes resultados: 1) sistemas implementados mantidos operacionais e disponíveis, principalmente os que suportam o SFN; 2) inserção do Banco Central do Brasil no ambiente internacional; 3) apoio ao desenvolvimento das atribuições institucionais; 4) provimento de moeda e informações sobre o uso do dinheiro para a sociedade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial: muitos microcomputadores com capacidade de processamento inadequada para a execução das tarefas demandadas e notebooks em número reduzido e também com capacidade de processamento inadequada.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras: há necessidade de desenvolvimento de diversas ferramentas de Tecnologia da Informação (TI), de forma a otimizar a execução das atividades. Rede local das regionais necessitando de atualização; capacidade de armazenamento e processamento dos Servidores inadequada para as demandas atuais.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: o quantitativo de servidores para a execução das atividades ligadas a ação de supervisão é insuficiente, frente às atribuições da área. Observa-se, em todas as unidades da área, que a existência de pessoal está bem abaixo da fixado.No caso da ação Sisbacen, há necessidade de pessoal para a execução de boa parte das atividades, pois hoje há grande número de serviços terceirizados nas equipes.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras: ainda não foram verificados grandes avanços no sentido de capacitar e desenvolver a equipe gerencial, visto que as ações de treinamento ainda são insuficientes vis-a-vis o porte da instituição e a importância das tarefas a serem executadas. Equipe gerencial formada por excelentes técnicos com pouca qualificação gerencial. Há necessidade de reciclagem para a equipe gerencial. Necessidade de mais servidores qualificados nas equipes executoras, tendo em vista que o quantitativo de servidores está abaixo da dotação.

Contingenciamento orçamentário: as atividades de capacitação e desenvolvimento das equipes foram impactadas pelo excessivo atraso na liberação de recursos orçamentários destinados ao treinamento e, principalmente, pelos contingenciamentos ocorridos no exercício. O contingenciamento orçamentário foi contornado pela

redução do número de de capacitações realizadas, assim como, pelo adiamento na realização de alguns eventos. No caso da ação Gestão e Administração do Programa, em que o volume de recursos foi insuficiente para a cobertura das despesas com pessoal, foi solicitado crédito adicional de R$ 108 milhões, tendo o mesmo sido liberado no final do ano (nov/dez-2005). Já no caso da ação Construção do Edifício em Curitiba (PR), foi solicitado crédito adicional de R$ 5.3 milhões, tendo sido liberado apenas no final do mês de dezembro/2005. Em conseqüência, os recursos foram inscritos em restos a pagar e a conclusão da obra foi postergada para 2006.

Atraso na liberação de recursos: com fluxo normal de recursos orçamentários iniciado somente em abril, várias atividades planejadas no Programa Anual de Supervisão - PAS (atividades finalísticas) e no Extra-PAS (atividades de suporte e gestão), relativamente ao primeiro trimestre do ano, tiveram que ser adiadas, prejudicando a realização de todo o programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: os processos licitatórios são naturalmente morosos. Isso aliado à liberação dos recursos apenas no final do exercício inviabilizam sua execução ainda dentro do exercício dos créditos orçamentários.

Outros Aspectos Relevantes

No caso da ação Regulamentação do SFN, a audiência pública é um mecanismo regularmente utilizado na coleta de subsídios para o desenvolvimento da ação, tanto de instituições financeiras, quanto das pessoas físicas em geral. Além disso, o Banco Central do Brasil, dentro da filosofia de uma maior transparência, abre espaço para que a sociedade também participe do desenvolvimento da ação, através de instrumentos como a divulgação de decisões e de pretensões de pessoas físicas e/ou jurídicas de atuar no SFN. Tal procedimento está institucionalizado pelas publicações das Declarações de Propósito, em que as pessoas que pretendem ingressar no SFN são obrigadas a submeter à apreciação da sociedade a sua intenção, bem como pela divulgação, no Diário Oficial e no Sisbacen, das homologações concedidas. Eventuais manifestações da sociedade a essas divulgações são devidamente apreciadas no exame dos processos de autorização.

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento do Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Objetivo

Fomentar a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Público-Alvo

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 48.556.346,00	Empenho Liquidado: R$ 40.356.449,00 Pago estatais: - Total: R$ 40.356.449,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 645.112,00	-

Indicador(es)

1.Taxa de Participação do Mercado de Seguros no Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2,2
Índice previsto ao final do PPA: 1,85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Alta. Os índices originariamente previstos para 2007 já foram alcançados em 2005. Apesar de a partir de 2005 ter sido registrado arrefecimento do impulso de crescimento dado pelo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), para 2006, conforme nossas projeções teremos um aumento das vendas no mercado de seguros de 13,3%, fazendo crescer a participação dos Prêmios sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Os principais aumentos de prêmios deverão vir dos ramos VGBL, Automóvel e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). E em 2007 a previsão é a manutenção do crescimento do mercado.

2. Taxa de Participação do Mercado de Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,36
Índice previsto ao final do PPA: 0,42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Muito baixa. Capitalização é um mercado maduro, cuja evolução depende fortemente das políticas comerciais das empresas. Assim, em comparação com o PIB as vendas do produto mantém-se relativamente estáveis ao longo dos últimos anos. Na Capitalização, a expectativa é de manutenção da participação no PIB.

3. Taxa de Participação do Mercado de Previdência Privada Complementar Aberta no Produto Interno Bruto (PIB).

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 0,40
Índice previsto ao final do PPA: 0,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Muito baixa. O mercado de previdência, que cresceu com força até 2001, começa a estagnar sua arrecadação a partir de 2002. Uma causa para isso é o próprio lançamento do VGBL que rouba parte do mercado dos Planos Tradicionais e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), outra pode ser a própria saturação do mercado. Em 2005 tivemos um fator extra que causou certa confusão no mercado de fundos de previdência que foram as novas regras tributárias de estímulo à poupança de longo prazo e assim o PGBL apresentou ligeira queda de faturamento, contribuindo para a redução Contribuições X PIB. Na previdência esperamos novas quedas de participação no PIB para os anos de 2006 e 2007.

Contextualização

Reduzir os obstáculos à expansão adequada dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização devido ao desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; carência de informação adequada nos canais de comercialização; necessidade de maior transparência; concentração de mercado; escassez de produtos; excesso de regulamentação em função da velocidade de expansão destes mercados nos últimos anos.

Principais Resultados

- Revisão e desregulamentação do ambiente normativo do mercado de seguros, com a revogação pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) de 300 circulares que regulam o mercado, um terço do total do estoque de atos normativos.
- Instituída a criação de ouvidorias, simplificando procedimentos para a aprovação de atos societários e eliminando a necessidade de homologação de alguns por parte da autarquia. O modelo de ouvidoria reconhecido pela SUSEP foi instituído por meio da Resolução CNSP nº 110.
- Reforçado o papel do auditor independente e do atuário responsável, como instrumentos auxiliares da fiscalização (Resoluções CNSP n° 118/2004 e 135/2005), criando condições para a auto-regulação e tornando a atuação da SUSEP mais eficiente e focada nos controles das empresas e não mais simplesmente na fiscalização do cumprimento de regras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

- Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: ao final de 2005, a SUSEP conseguiu adquirir recursos de informática (software e equipamentos) que permitirão melhor qualidade para as equipes executoras, principalmente para aquelas voltadas aos novos projetos da SUSEP, como supervisão baseada em risco.
- Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: a SUSEP inicia o ano de 2006 implementando procedimentos para mudança da sede para o prédio da unidade regional do Banco Central no Rio de Janeiro. A expectativa é de que a infra-estrutura que pode ser oferecida aos funcionários, com relação à qualidade de instalações e tamanho do espaço, permitam uma qualidade de ambiente melhor que traga estímulo e motivação aos funcionários e, portanto, às equipes executoras.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: em face das mudanças de cenário e das funções exercidas pela SUSEP, foi identificada a necessidade de promover a reestruturação da Autarquia, com a criação de novos cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS. Há necessidade de cargos para criação de novos departamentos, gerências e divisões, relacionados com normas, regimes especiais, ouvidorias, corregedorias, resseguros, análise econômica, controle de empresas. O atendimento a essa necessidade passa, inclusive, pelo aumento do quadro de pessoal da instituição.
- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: em face das funções desempenhadas pela SUSEP, que somente tem crescido ao longo dos anos, é identificada grande carência de pessoal, que tem sido reclamada constantemente. Em 2005 foi aprovada a realização de concurso público para a SUSEP, para ocupar 46 vagas de Agente Executivo - NM e 7 de Analista Técnico - NS. Para NM a SUSEP não tinha autorização de contratação desde 2004, sendo grande a carência nesse nível, a qual não pode ser suprida tecnicamente por terceirizados, e o número de 46 vagas ainda ser insuficiente para as necessidades da instituição. A quantidade de 7 Analistas também deve ser considerada bastante aquém da capacidade de atender às demandas da Autarquia. Esse concurso está em processo de realização.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: a demanda de conhecimento imposta pela dinâmica dos mercados exige da SUSEP um crescente investimento em capacitação de pessoal. Os paradigmas têm se modificado rapidamente e a SUSEP, reconhecendo a necessidade, tem procurado disponibilizar cursos e treinamentos para seus recursos humanos, com cursos de pós-graduação fechados e abertos, com participação e realização de congressos, seminários e palestras, treinamentos gerenciais e técnicos.
- Contingenciamento orçamentário: o contingenciamento de recursos orçamentários tende a dificultar a execução do planejamento, considerando que a indisponibilidade dos recursos impede a iniciativa dos agentes no que se refere a abertura dos processos licitatórios. Para solucionar as dificuldades, a SUSEP tem buscado apoio junto aos organismos relacionados com a questão orçamentária, no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento, no sentido de obter liberar os contingenciamentos.

- Atraso na liberação de recursos: a liberação dos recursos somente ao final dos exercícios tende a prejudicar a execução do planejamento institucional, uma vez que o curto tempo disponibilizado ao final do ano nem sempre é suficiente para a iniciação e conclusão do processo licitatório dentro do exercício. Além disso, a necessidade de dar seqüência às tarefas de rotina das diversas unidades impede a liberação dos servidores para o envolvimento com processos de capacitação, principalmente em cursos fechados, dificultante o alcance das metas financeiras. Para reduzir o impacto deste problema, a SUSEP tem agindo junto aos organismos orçamentários, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, no sentido de obter a liberação mais rápida dos recursos, sejam os contingenciados, sejam os relacionados com crédito suplementar, e tem procurado acelerar seus processos licitatórios.
- Dificuldades em licitações e celebração de contratos: a legislação atual, que tende a direcionar grande parte dos processos de compra e contratação para a modalidade pregão, tem ocasionado insegurança dos agentes operadores quanto à modalidade que proporcione maior qualidade no processo e na contratação. Esta modalidade tem ocasionado contratos de difícil manutenção por desequilíbrio econômico-financeiro em curto espaço de tempo, ocasionando a repetição de processos licitatórios. Para solucionar as dificuldades com licitação, a SUSEP tem procurado estabelecer aproximação entre os setores envolvidos, como as comissões de licitação, pregoeiros, procuradoria e gerência de contrato.

Outros Aspectos Relevantes

O serviço de atendimento ao público mantido pela SUSEP tem transformado as demandas em excelente contribuição para modificações no comportamento do mercado, no sentido de estimular a adoção de procedimentos éticos e voltados para o direito do consumidor. Prova disso, é o crescente número de empresas que tem criado Ouvidorias para solucionar os litígios dos segurados, e que tende a reduzir o número de reclamações contra empresas direcionadas a SUSEP. Permite, também, a identificação, através de análises estatísticas, das empresas para as quais devem ser direcionados procedimentos de fiscalização e diligência.

Recomendações

- O programa ainda necessita de aperfeiçoamento no que tange à suficiência das ações, que será buscado a partir da criação de uma Superintendência de Planejamento, em 2006, com atribuições, entre outras, de supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do Plano Plurianual e do Planejamento estratégico da CVM.

Educação Fiscal

Objetivo

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

Público-Alvo

Alunos do ensino médio e fundamental.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 426.640,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 398.598,00 - R$ 398.598,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Abrangência Municipal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 37,13 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Palestras e reuniões de sensibilizações sobre a importância do PNEF estão sendo feitas em várias prefeituras, e temos conseguido o interesse das prefeituras em implantar o programa em diversas escolas.

2. Taxa de Atendimento a Alunos do Ensino Fundamental em Educação Fiscal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 9,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 10,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O curso a distância realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) para capacitação de professores e as outras capacitações realizadas pelos Estados tem possibilitado ampliar o numero de alunos que estão sendo instruídos na questão tributária.

3. Taxa de Atendimento a Alunos do Ensino Médio com Educação Fiscal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 13,32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 9,79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice já foi superado.

Contextualização

Necessidade de criar no cidadão brasileiro, desde cedo, uma consciência maior da importância da relação entre qualidade e quantidade dos serviços públicos que são oferecidos pelos três níveis de governo, como contrapartida dos tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade.

Principais Resultados

- Ampliação da rede de disseminadores. Foram capacitados 8.022 disseminadores do PNEF em 2005.
- Reprodução do kit pedagógico. Foram reproduzidos 38.500 kits contendo 4 cadernos pedagógicos com os assuntos trabalhados pela Educação Fiscal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: enquanto gerência nacional, faltam recursos para apoiar as atividades desenvolvidas nos estados para implementação do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: dificuldade de obtenção de recursos financeiros e limitação de contratação de pessoal devido aspectos legais.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: ocorreu devido à redução de recursos financeiros para capacitação de servidor.

Outros Aspectos Relevantes

A capacitação à distância e a entrega do kit pedagógico do programa aos professores do ensino fundamental e médio deverão impulsionar a implantação do programa nas escolas. Na capacitação de professores são criadas oficinas pedagógicas. Os professores idealizam o trabalho que farão com os alunos, criam peças teatrais, desenvolvem pesquisas e trabalhos mostrando a relação dos impostos e os serviços prestados pelo estado. São realizadas também palestras em universidades em outros eventos de instituições com parcerias com o PNEF para disseminação do programa e semanas educativas em shoppings para conscientização dos tributos existentes e sua função social.

Recomendações

Não há recomendações.

Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados (PNAFE)

Objetivo

Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua atuação.

Público-Alvo

Estados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 109.319.031,00	Empenho Liquidado:	R$ 104.036.979,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 104.036.979,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Não há indicadores.

Contextualização

O Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE) foi implantado em 1997, como medida complementar ao processo de renegociação de dívidas dos Estados e Municípios, tendo em consideração que o refinanciamento não traria os resultados esperados sem que fossem implementadas ações no domínio das finanças públicas municipais e estaduais para a eliminação das fontes de desequilíbrio fiscal e financeiro. Sem esforço de melhoria da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, a situação de inadimplência e desajuste tenderia a se repetir. O prazo de encerramento do programa estava previsto para 31 de dezembro de 2003. O ritmo de execução do programa, entretanto, foi afetado pelas eleições de 2002 e pela mudança de governo, o que redundou na necessidade de prorrogação do prazo de execução do programa. Por outro lado, estão sendo estudadas ampliações nos projetos, viabilizadas pela maior disponibilidade de reais decorrente do crescimento da taxa de conversão do dólar.

Principais Resultados

- Implementação de novas soluções de Tecnologia da Informação, como por exemplo o recolhimento de impostos com processamento eletrônico automático e o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA), sistema com múltiplas funções de consulta e apoio aos contribuintes.

- Programas de educação fiscal ministrados a mais de 4 milhões de pessoas.
- Melhoria dos processos e procedimentos de trabalho.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: houve diversas substituições de membros das equipes executoras nos Estados, o que exigiu esforços adicionais da Unidade de Coordenação de Programas (UCP) e das demais equipes de coordenação no sentido de nivelar e/ou atualizar os conhecimentos do programa. Além disto, a equipe da UCP, que em janeiro era de 23 servidores, foi reduzida para 16 em dezembro.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: contribuiu para a não finalização total do programa no final do ano, como originalmente programado.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios: há um descompasso entre os prazos estipulados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os prazos legais e constitucionais de que dispõem os Estados.

Outros Aspectos Relevantes

Como mecanismo de promoção à participação social, destaca-se o Programa de Educação Fiscal - PNEF coordenado pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), em conjunto com os Grupos de Educação Fiscal dos Estados, atingindo mais de 20.000 programas em diferentes escolas, 130.000 professores e 4,5 milhões de alunos.

Recomendações

- Inexistem recomendações pelo fato de o programa encontrar-se em fase de encerramento. A Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (MF) desenvolveu ações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), no sentido de estender o período de vigência do programa para 2006. Em consonância com os entendimentos mantidos com o BID, o período de desembolso do Contrato de Empréstimo se estenderá até 31 de Dezembro de 2006, data prevista para encerramento do programa.

Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM)

Objetivo

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

Público-Alvo

Municípios.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 160.233.002,00	Empenho Liquidado: R$ 101.114.577,00 Pago estatais: - Total: R$ 101.114.577,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 284.200.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Municípios com Superávit Corrente

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 88,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Dos 35 municípios que possuem projeto ampliado, 2 não atingiram superávit corrente no ano de 2004 e 2 não enviaram informações, equivalendo a um indicador de 88,6%. Para o ano de 2005, as informações ainda não foram disponibilizadas pelos municípios até o presente momento. Considera-se o nível de 88,6% do indicador de superávit muito mais uma conseqüência dos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal do que decorrência de ações de modernização. Quanto ao crescimento real de arrecadação, do universo de 35 municípios com projetos PNAFM ampliados, apurou-se no ano de 2004 comparado com 2003 a ocorrência de crescimento real dos impostos próprios (IPTU e ISS) em 13 municípios, equivalente a um percentual de 37,1% do total previsto. Entende-se que este índice reflete com mais propriedade os efeitos das ações de modernização administrativa do que o de superávit corrente acima mencionado.

Contextualização

O fortalecimento da posição do Município na Federação brasileira tem-se intensificado a partir de 1988. O raio de autonomia tem se ampliado, configurando, para muitos, um reforço de juridicidade. O processo de descentralização não se tem restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os Municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão, de um lado, pela solução mais imediata dos problemas e, de outro, pela possibilidade do exercício efetivo do controle social. A consolidação do processo de descentralização, entretanto, depende do aumento da capacidade organizativa e fiscal dos Municípios para que assumam os gastos sociais básicos, fundamentais à promoção do desenvolvimento humano e à melhoria das condições de vida da população, uma vez que essas despesas não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e estaduais e por níveis crescentes de endividamento. Há que se observar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de déficits imoderados. Estudos apontam um aumento da arrecadação própria dos Municípios de 196% entre 1988 e 2000, mas ainda há um potencial tributário não explorado, considerando-se que Municípios com perfil idêntico em termos de região, renda e população apresentam grande dispersão nos indicadores de receita própria. As causas são as mais diversas e vão muito além do descaso dos prefeitos com a geração de recursos através de medidas pouco populares. A evolução desse quadro requer, em muitos casos, investimentos na modernização da gestão fiscal e administrativa dos Municípios, criando as condições para que esses alcancem maior autonomia no financiamento do gasto público e desempenhem melhor suas funções sociais, cumprindo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Associadas ao equilíbrio fiscal, são fundamentais a orientação dos serviços públicos para o cliente/usuário/cidadão e a criação de mecanismos de controle social, como forma de desenvolver excelência na prestação de serviços públicos. A referida lei define, no art. 64, que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas.

Principais Resultados

- Adesão de 58 Municípios para implementação de projetos de modernização administrativa e fiscal, sendo 35 ampliados e 23 simplificados.
- Aumento da arrecadação de tributos municipais próprios, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS).
- Melhoria dos padrões de gestão com a implantação de sistemas integrados e a capacitação de servidores municipais.
- Projetos simplificados, atingido 3,7% do objetivo , com um total de 23 contratos firmados, contra 703 previstos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: houve diversas substituições de membros das equipes executoras nos Municípios, o que exigiu esforços adicionais da Unidade de Coordenação de Programas (UCP), da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e das equipes de coordenação no sentido de propiciar a capacitação adequada. Além disso, a equipe da UCP, que em janeiro era de 23 servidores, foi reduzida para 16 em dezembro.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: tem sido alta a deficiência de conhecimento específico na área de administração pública por parte das equipes gestoras dos Municípios. A UCP, por sua vez, tem intensificado os esforços no sentido de propiciar a capacitação específica na execução de projetos às Unidades de Execução Municipais (UEM), evitando-se a paralisação da execução dos projetos ampliados.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos: tal fato contribuiu para elevar ainda mais os atrasos existentes na execução física e financeira dos projetos municipais.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios: há um descompasso entre os prazos estipulados pelo BID e os prazos dispostos nas legislações municipais.

Outros Aspectos Relevantes

O desempenho físico e o acompanhamento da execução financeira das ações do programa são realizados pela Unidade de Coordenação de Programas - UCP, por meio de sistema contábil próprio (SIAPM), processos específicos e da submissão de diversos relatórios e informações, destacando-se entre estes os Relatórios Financeiros, Relatórios de Progresso, Indicadores de Execução e de Impacto. O programa inclui também a realização de missões periódicas de acompanhamento para constatação "in loco" das ações implementadas através de consultores contratados. Além disso, a Secretaria Federal de Controle Interno realiza anualmente auditoria e verificação nas contas dos municípios pertinentes ao programa, identificando problemas e apontando irregularidades na execução dos projetos.

Recomendações

Não há recomendações.

Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes

Objetivo

Avaliar riscos potenciais e condições de segurança de instalações comerciais e industriais brasileiras.

Público-Alvo

Mercado segurador nacional e mercado ressegurador internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
-	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 605.190,00	R$ 1.407.245,26

Indicador(es)

1. Taxa de Inspeção para Importâncias Seguradas Inferiores a R$ 150 milhões

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 6,32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O atual quadro funcional de inspetores, além de muito reduzido, prevê baixas por aposentadorias ao longo do período a decorrer do PPA 2004/2007. A eventual reposição de recursos humanos demanda, entretanto, treinamento intensivo em prazo não inferior a dois anos.

2. Taxa de Inspeção para Importâncias Seguradas Superiores a R$ 150 milhões

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 6,2
Índice previsto ao final do PPA: 19,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O atual quadro funcional de inspetores, além de muito reduzido, prevê baixas por aposentadorias ao longo do período a decorrer do PPA 2004/2007. A eventual reposição de recursos humanos demanda, entretanto, treinamento intensivo em prazo não inferior a dois anos.

Contextualização

Garantir a estabilidade da produtividade econômica brasileira pela proposição de medidas de prevenção, proteção e combate de riscos futuros do parque comercial/ industrial brasileiro, reduzindo consideravelmente, a subjetividade dos critérios de taxação securitária, face ao melhor conhecimento dos padrões de segurança e da variedade de riscos e suas potencialidades, determinando o grau de vulnerabilidade a que os segurados estão sujeitos e que possam produzir perdas vultosas, por vezes imediatas, que se relacionam diretamente à sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego.

Principais Resultados

- Melhoria na qualidade dos riscos inspecionados para aceitação, taxação e concessão de benefícios tarifários e condições especiais.
- Realização de "força-tarefa" para aprimoramento da gestão de regulação de sinistros. O esforço contribuiu para uma redução do prazo de regulação.
- Definição de rotina de controle informatizado, de alteração de clausulado, de integração de procedimentos com a regional de São Paulo e de condução das regulações (cooperação).
- Diagnóstico de dificuldades com recomendações de solução.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: o quadro atual de inspetores é insuficiente para o atendimento à meta prevista. Espera-se que, com o novo concurso público, em 2006, sejam destinados novos empregados para as áreas de inspeção de riscos e regulação de sinistros.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: com a iminente aposentadoria do atual quadro funcional, a vinda de novos empregados requer treinamento intensivo de prazo não inferior a dois anos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Objetivo

Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estados.

Público-Alvo

Governo Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 333.174.772,00	Empenho Liquidado: R$ 172.860.179,00 Pago estatais: - Total: R$ 172.860.179,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

No que tange ao sistema de administração financeira, gestão das obrigações e haveres da União e análise fiscal e financeira do setor público, a demanda é por uma administração eficiente da dívida pública interna e externa e dos haveres da União, assim como a programação e administração do fluxo de caixa do Governo, de forma a manter o equilíbrio fiscal, em concomitância com a tempestiva liberação de recursos, para custear a execução das atividades do Governo Federal. Quanto ao sistema de contabilidade federal, a expectativa é de correição e agilidade no registro, no controle e na elaboração das demonstrações contábeis, relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União. O sucesso deste programa dependerá da atual capacidade de cada organização, em se alinhar ao momento de mudanças do Governo Federal, modernizando seus processos de gestão interna, para responder a seus clientes.

Principais Resultados

- Arrecadação de cerca de R$ 37 bilhões em receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a aproximadamente 93 % da meta física de R$ 40 bilhões prevista no orçamento, o que contribuiu para o alcance da meta de

superávit primário nas contas públicas estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Realização de 320 leilões de títulos da dívida pública.
- Superação da meta de superávit primário estabelecida na LDO. A meta constante da lei era de 4,25 % do PIB de superávit primário para o setor público consolidado, enquanto o resultado efetivamente obtido foi de cerca de 4,84% do PIB (cerca de R$ 93,5 bilhões).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: há carência, de maneira geral, na execução das ações do programa, de sistemas informatizados de tecnologia da informação para a geração e obtenção de informações mais seguras e tempestivas.

Contingenciamento orçamentário: ocorreram contingenciamentos de recursos que provocaram atrasos no pagamento dos serviços contratados, afetando a execução financeira da dotação orçamentária da ação 2081 - Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional. Outrossim, a dotação da ação 2086 - Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI não só foi objeto de contingenciamento do orçamento, o que causou o reconhecimento de dívida, como também a sua dotação orçamentária foi insuficiente para atendimento de suas demandas.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alterar o objetivo do programa para "Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias".
- Migração da ação "2B93 – Sistema Integrado de Informações (SINTEGRA) para o programa "0770 – Administração Tributária e Aduaneira".
- Exclusão da ação "7688 – Assistência Técnica em Responsabilidade Fiscal".

Gestão da Política de Regulação de Mercados

Objetivo

Estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

Público-Alvo

Agentes econômicos e cidadãos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.891.172,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.488.261,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.488.261,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Deficiência dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos, marcos regulatórios e legais inadequados ao ambiente de mercado concorrencial e falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos. Necessidade de consolidação da cultura da concorrência no Brasil.

Principais Resultados

- A meta foi alcançada, inclusive com resultado 420% superior ao previsto inicialmente. Foram realizadas 21 Análises dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos e 187 Homologações e Acompanhamentos de Promoções e Sorteios com fins Comerciais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) não dispõe de quadro próprio de carreira. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, empresas públicas, sociedades de economia mista, ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional

(STN) e outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como um gargalo à execução das ações sob responsabilidade da SEAE. Não obstante, em 2005, a SEAE pôde contar com um reforço em seus quadros técnicos e se encontra atualmente em discussão no Congresso Nacional (PL nº 5877/2005) uma forma de prover regularmente mão-de-obra técnica aos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Outros Aspectos Relevantes

Os impactos socioeconômicos das operações da SEAE fazem parte dos indicadores da Diretriz Estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à Consolidação da Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentável, seguindo o Megaobjetivo de Governo de Criação de um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentável, traduzido pelas baixas taxas de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

Recomendações

- Exclusão da ação "9849 – Acompanhamento Sistemático de Mercados".

Gestão da Política Econômica

Objetivo

Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas: fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho, do mercado de capitais.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.385.063,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.932.645,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 4.932.645,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Os desequilíbrios da economia brasileira nos últimos anos conduzem à necessidade de uma reorientação da política econômica com o objetivo de promover a retomada do desenvolvimento sustentado. Questões relativas à distribuição de renda, ao desemprego, à taxa de inflação, ao desequilíbrio fiscal e à vulnerabilidade externa, já apontados nas Orientações Estratégicas de Governo do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), demandam, para seu equacionamento, uma abordagem econômica que respeite as reais disponibilidades orçamentárias e a maximização dos recursos alocados. Para tal, é necessário um enfoque econômico com uma articulação harmônica de políticas, de médio e longo prazos, adequadas aos objetivos estabelecidos no PPA. A implementação e a coordenação de medidas adequadas são fundamentais para a superação desses desafios e imprescindíveis para uma correta alocação dos recursos - os quais são escassos - e, em última instância, para se atingir a efetividade das políticas públicas. A experiência acumulada pela SPE, sua competência legal e a sinergia com os demais órgãos de governo a habilitam para implementar este programa. As ações da SPE voltadas para o suprimento de instrumentos econômicos adequados à verificação da efetividade das políticas públicas e à eventual correção de desvios identificados favorecerão resultados positivos, tanto no médio como no longo prazo.

Principais Resultados

- Autorização para a utilização de cotas de fundos de investimento vinculados a plano de previdência e seguros de vida com cobertura por sobrevivência, como garantias adicionais em operações de crédito imobiliário. (Lei n° 11.196/2005).
- Instituição do Fundo de Locação Imobiliária como nova modalidade de garantia de contratos de locação (Lei n° 11.196/2005).
- Instituição da nova sistemática de tributação sobre planos de previdência complementar, baseada em alíquotas decrescentes de acordo com o prazo de manutenção da aplicação, e redução a zero da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) incidente quando da transferência de reservas técnicas, fundos e provisões entre entidades de previdência complementar ou sociedades seguradoras (Lei nº 11.196/2005).
- Elaboração de Projeto de Lei Complementar estabelecendo o marco geral do mercado de resseguros, que dispõe sobre a abertura do mercado de resseguros e institui duas modalidades de ressegurador estrangeiro, o admitido e o eventual, ficando o Brasil Resseguros S.A. (IRB) qualificado como ressegurador local (PLP nº 249/2005, em apreciação na Câmara de Deputados).
- Instituição da nova Lei de Falências, que cria condições efetivas de recuperação de empresas viáveis e protege ativos tangíveis e intangíveis em caso de falência, propiciando um ambiente mais seguro para a realização de negócios, com possibilidade de redução do custo de capital (Lei nº 11.101/2005).
- Instituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), direcionado ao atendimento das necessidades do microempreendedor na sua atividade econômica (Lei nº 11.110/2005).
- Ajuste da regulamentação sobre a tributação de operações de hedge para instituições não financeiras, mediante desoneração da incidência de Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o resultado obtido, propiciando condições para o setor produtivo desenvolver seus negócios, com operações de proteção necessárias à administração dos respectivos riscos (Decreto nº 5.442/2005).
- Produção dos seguintes documentos: 1) relatório com a consolidação dos subsídios explícitos no Orçamento da União e elaboração do cálculo dos subsídios implícitos, resultantes de operações efetuadas a taxas inferiores ao custo de captação do governo federal; 2) quantificação do impacto do reajuste do salário mínimo sobre o resultado da previdência e elaboração de projeções fiscais do resultado primário do governo central, com estimativas ajustadas do resultado da previdência; 3) projeções atualizadas da carga tributária do país, segundo metodologia própria da Secretaria de Política Econômica (SPE); 4) notas técnicas sobre a evolução da economia e aspectos relevantes para a política econômica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Suficiência de metas físicas e definição dos indicadores: segundo a metodologia adotada no Plano Plurianual 2004-2007, o programa da SPE enquadra-se na

categoria "gestão de políticas públicas" e, portanto, seus resultados não se associam, necessariamente, a um indicador físico. As atividades da SPE classificam-se como atividade meio (assessoria e formulação de políticas) e, portanto, os resultados finalísticos da implementação do programa não são mensuráveis, a priori. Não obstante, as sugestões da auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), no exercício 2004 foram avaliadas e a SPE adotou como indicador, em caráter experimental, e para efeito do acompanhamento periódico do programa no SIGPLAN, o registro do número de Notas Técnicas, Pareceres, Resenhas e demais estudos elaborados. Ressalve-se o fato de que esses trabalhos não registram, em sua real dimensão, todo o trabalho da Secretaria, e sua utilização como indicador físico não observa, stricto sensu, a orientação metodológica do PPA, preconizada pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: o reduzido quantitativo de profissionais com perfil técnico para atuação na esfera finalística da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda exige um esforço concentrado da equipe para o cumprimento de sua missão institucional, ressaltando, nesse contexto, a inexistência de uma carreira própria e específica para compor o quadro técnico da SPE. Válido mencionar que as dificuldades associadas à gestão do quadro técnico da Secretaria se mantêm desde gestões anteriores.

Contingenciamento orçamentário: as limitações à execução do orçamento, previstas nos Decretos de Programação Financeira, que visam adequar as prioridades e metas do governo às restrições impostas pela conjuntura econômica, diminuem o grau de efetividade das ações em virtude da necessidade de priorização de atividades/projetos em detrimento de outras com execução já planejada.

Outros Aspectos Relevantes

A SPE participa ativamente do sistema de Ouvidoria do MF, respondendo questões formuladas pela sociedade civil sobre assuntos relacionados à política econômica. Grande parte das medidas de política econômica propostas são objetos de discussão com os grupos interessados, e levam em consideração, ressalvado o interesse público, as proposições desses setores. A interação com os grupos de interessem permitem, na medida do possível, o aperfeiçoamento das medidas de política econômica de forma a maximizar a efetividade da ação da SPE e dessa forma propiciar um maior grau de bem estar da sociedade.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

Objetivo

Garantir o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal.

Público-Alvo

Governo Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 18.073.972,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 8.068.160,00 - R$ 8.068.160,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5,69 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A política monetária é calibrada de modo a manter a variação do índice de inflação dentro do intervalo estabelecido pelo governo. Exceto em casos de choques muito fortes, não previsíveis ou cujo combate traga efeitos muito perversos para a economia, a autoridade monetária adotará as medidas necessárias para o atendimento da meta.

Contextualização

Desenvolvimento das políticas monetária, cambial e de crédito, visando à estabilidade do poder de compra da moeda nacional e ao desenvolvimento econômico do país.

Principais Resultados

- Trajetória descendente da inflação, trazendo-a para a trajetória desenhada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ao Banco Central. A taxa de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi reduzida de 7,6%, em 2004, para 5,69%, em 2005, situando-se, pelo segundo ano consecutivo, dentro das metas estabelecidas.
- Redução da vulnerabilidade externa por meio do aumento das reservas

internacionais, da redução da dívida pública externa, do pré-pagamento dos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Clube de Paris, entre outras medidas.
- Revisão das normas cambiais, contribuindo para maior liberdade cambial.
- Realização de campanhas publicitárias sobre o Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, o Censo de Capitais Brasileiros no Exterior e o Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário (Bacenjud).
- Aprimoramento dos mecanismos de capacitação dos servidores, por meio da implantação da Universidade Corporativa, que deverá ser completada em 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: no que se refere à ação de capacitação para a plena implantação da Universidade Banco Central do Brasil (UniBacen), é imprescindível que as instalações físicas tenham características adequadas para suportar os novos recursos metodológicos (note-se que as instalações atuais têm em torno de 30 anos de construção).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: a instituição busca ampliar e aperfeiçoar o contingente de recursos humanos por meio de capacitação, treinamento, bem como exposição em seminários e workshops.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras:em ocasiões específicas o apoio de consultores é buscado, de modo a ampliar e aprofundar a capacitação para enfretamento de questões.

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos:para contornar o problema, a equipe da ação de capacitação tem buscado formas alternativas, tais como facilitadores internos, parcerias, cursos gratuitos e recursos de origem não orçamentária.

Atraso na liberação de recursos: o primeiro trimestre de cada ano fica prejudicado, pois praticamente não há ações de capacitação sendo realizadas e oportunidades são perdidas. Eventuais contingenciamentos ao longo do exercício também têm impactos significativos no andamento das ações de capacitação.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

Objetivo

Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público.

Público-Alvo

Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos.

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 39.000.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago estatais:	R$ 26.030.650,00
	Total:	R$ 26.030.650,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 273.872.701,00	R$ 350.442.252,88

Execução do Programa
Indicador(es)

1. Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual

Unidade de medida: Percentual (%)
Último índice apurado: 101,3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto ao final do PPA já foi superado.

Contextualização

Manter sob a gestão do Estado a garantia do abastecimento do Meio Circulante Nacional por Cédulas e Moedas e de instrumento que auxilie o combate à fraude e à sonegação fiscal. Atender outras demandas por documentos de segurança que exigem características específicas, não encontradas em produtos gráficos comuns e que por esta razão só são produzidas por processos mais sofisticados onde poucas empresas estão capacitadas. Este mercado é hoje atendido por empresas estrangeiras ou por empresa nacionais com capital estrangeiro, exceto a Casa da Moeda do Brasil.

Principais Resultados

- O programa atendeu ao seu objetivo, suprindo as necessidades governamentais por Cédulas e Moedas, Selos Postais e Selos Fiscais. Quanto aos investimentos, foram realizados 66,75% do programado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: a não realização de 100% do previsto em investimentos foi decorrente de atrasos nos processos de licitação de alguns equipamentos.

Outros Aspectos Relevantes

O programa utiliza como mecanismo de avaliação da satisfação de seus beneficiários a Pesquisa de Satisfação de Clientes, elaborada conforme as seguintes áreas: a) produto/serviço; b) logística; c) documentação; d) atendimento; e) percepção. Vale ressaltar que os beneficiários do programa são os clientes da Casa da Moeda do Brasil e não o usuário final de nossos produtos.

Recomendações

Não há recomendações.

Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

Objetivo

Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal.

Público-Alvo

União e contribuintes.

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 136.970.598,00	Empenho Liquidado: R$ 119.507.154,00 Pago estatais: - Total: R$ 119.507.154,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Execução do Programa Indicador(es)

1. Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional

Unidade de medida: R$ milhão
Último índice apurado: 6.188.025.164,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7.172.256.831,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice apurado em 2005 já está muito próximo do índice final do PPA em 2007.

2. Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União

Unidade de medida: R$ milhão
Último índice apurado: 2.622.420.316,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.129.600.000,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice apurado em 2005 ultrapassou o índice final do PPA em 2007.

3. Perdas de Recursos da União Evitadas

Unidade de medida: R$
Último índice apurado: 26.847.002.543,100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 198.206.584,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O valor acima resulta do somatório das vitórias obtidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em juízo no valor de R$ 26.743.835.878,73, com a conferência e impugnação dos cáculos de liquidação, com acolhimento pelo Poder Judiciário, no valor de R$ 103.166.664,37.

Contextualização

Há muito tempo a sociedade se ressente de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal, reduza a carga tributária especialmente sobre os salários e cidadãos de baixa renda e ainda permita recursos suficientes ao acesso e à prestação de serviços públicos qualificados. Não se pode ignorar a necessidade premente de aumentar a recuperação de créditos fiscais e de outras naturezas da União, líquidos e certos, para a satisfação de serviços públicos essenciais; de alavancar outros créditos da União, como depósitos judiciais a serem convertidos em renda; enfocar a recuperação de débitos para com o Estado preferencialmente à criação de novas formas de obtenção de receitas, o que pode ser obviado com a cobrança ágil e eficiente dos débitos para com a Fazenda Nacional; conferir à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) os meios adequados à cobrança de dívida ativa da União e à eficaz defesa da Fazenda Nacional em juízo, esta última podendo resultar na conversão de depósitos judiciais em renda da União.

Principais Resultados

- A arrecadação acumulada no exercício de 2005 foi 9,08% superior ao valor arrecadado em 2004.
- Administradas cerca de 6,6 milhões de inscrições em Dívida Ativa, uma média mensal de 82.186 novos débitos inscritos, patrocinando em torno de 3.550.332 execuções fiscais, além de 3.137.526 processos de defesa judicial.
- Concessão à defesa da Fazenda Nacional do efeito suspensivo a recurso especial da Fazenda Nacional, interposto contra acórdão que deferiu o direito à compensação de crédito-prêmio de IPI, que obstou compensações irregulares em todo o país.
- Implementação do Projeto Grandes Devedores (PROGRAN) que institui a padronização da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no combate aos grandes devedores.
- Manual da Certidão Conjunta – unificação das certidões de regularidade fiscal antes emitida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- Parcelamento simplificado – ampliação do limite de R$50 mil para R$100 mil para parcelamento, excetuada a hipótese de garantia pré-existente em ação judicial

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldade em planejar o dado previsto, uma vez que o produto da ação é gerado quando da existência de demandas em que a União sofrerá e que implicarão atuações da Fazenda Nacional.

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial: embora a Procuradoria-Geral tenha em sua disponibilidade o terreno para construção de sua sede onde integrará a Procuradora Regional e Estadual no Distrito Federal, não houve recursos orçamentários para início da construção.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: considerando que o número total de processos e expedientes sob responsabilidade da PGFN (Dívida Ativa, Defesa, FGTS e Consultoria/Assessoramento/Representação Extrajudicial no Órgão Central) foi, em 2005, de 10.062.768 e que o número de Procuradores da Fazenda Nacional em exercício, neste mesmo período, era de 1.034, verifica-se que a média de ocorrências por Procurador da Fazenda Nacional atingiu, no ano, a cifra de 9.732 processos/expedientes per capita. Portanto, o quadro de Procuradores da Fazenda Nacional é ainda insuficiente, mas espera-se que seja suprido com a realização do concurso público cujo edital já se encontra publicado, de forma que a situação crítica do Órgão seja contornada.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: Quanto aos servidores em exercício no órgão, atualmente totalizam 1.219 em todas as unidades da PGFN, salientando-se o fato da inexistência de carreira de apoio específica do Órgão. Face ao volume de trabalho, resta evidente a insuficiência do número de servidores, eis que grande parte desses servidores são responsáveis pela logística necessária à Administração Tributária, não podendo, com efeito, auxiliar os Procuradores em suas atividades-fim, arrecadação da Dívida Ativa e processos de Defesa da Fazenda Nacional. Em que pese a existência da contratação de terceirizados, ainda assim o número total de força de apoio é insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Resgate da ação "2243 - Pró-Labore de Êxito como Incentivo à Arrecadação da Dívida Ativa da União".
- Criação da ação "Construção de Edifício da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional".



Ministério da Integração Nacional

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER
Drenagem Urbana Sustentável
Eficiência na Agricultura Irrigada
Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
Integração de Bacias Hidrográficas
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
Proágua Infra-estrutura
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER
Resposta aos Desastres
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Integração Nacional (MI), foram utilizados R$ 6,8 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir.

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 7.882.293.369,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 6.769.635.389,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 74.575.843,00	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 7.956.869.212,00	**Total realizado:**	R$ 6.769.635.389,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 596,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 460,7 milhões:

Principais Resultados

a) Infra-estrutura hídrica

- Perímetro de Irrigação Jaíba - 1ª Etapa (MG) - Conclusão dos serviços de fornecimento e montagem eletromecânica das glebas A3 e A4 o que disponibilizou uma área de 2.300ha para assentamento.
- Perímetro de Irrigação Luis Alves do Araguaia - 2ª Etapa (GO) - A 1ª etapa de 1.854ha encontra-se concluída. Com relação à 2ª etapa de 4.736ha, foi concluída a infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 1.000ha.
- Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo (AL) – implantação de infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 700ha, compreendendo a conclusão da barragem principal e 85 % da barragem auxiliar, vertedouro e demais obras civis complementares.
- Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa (PI) - Instalação da estação meteorológica e implantação de 21ha de fruticultura irrigada.
- Conclusão das seguintes obras do Proágua Semi-Árido: estação de tratamento de esgotos de Piritiba Mundo Novo/BA, Padrão Central – 1ª Etapa/BA, Barragem Arneiroz II/CE, Sistema Águas Vermelhas/MG - Blocos 1 e 3 e o Sistema Adutor do Piauitinga/SE.
- Córrego Cascavel - GO – concluída obras de canalização de 95m do córrego e construção de uma ponte de travessia.

b) Desenvolvimento regional e defesa civil

- O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira atendeu a uma

[1]. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

população estimada em 1.050.000 habitantes, com 75 projetos de infra-estrutura social e econômica e 15 projetos de Plano de Ação em 76 municípios de 10 estados, estimulando assim o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.

- Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) apoiou 43 arranjos produtivos locais, 64 associações e cooperativas e capacitou 4.118 pessoas.
- Defesa Civil – 3.762 Municípios (67,66% do total nacional) com Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e capacitação de 10.314 agentes de defesa civil no País.

Aspectos Relevantes

Cabe destacar a importância crescente da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como indutora da ação do Governo Federal. Neste aspecto destaca-se a atuação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, presidida pela Casa Civil da Presidência da República, e do seu Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional (GTI-PDR), coordenado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Ao longo de 2005, o GTI-PDR definiu uma Agenda de Compromissos para atuação multissetorial em 5 Mesorregiões Prioritárias, em 9 sub-regiões do Semi-árido nordestino e em 5 Cidades Gêmeas prioritárias. Para implementação dessa Agenda, foram realizadas articulações interministeriais e federativas que permitiram identificar potencialidades e dificuldades intrínsecas ao processo de concertação da ação governamental.

A principal restrição na vertente de infra-estrutura hídrica está relacionada ao projeto de transposição do Rio São Francisco. Os atrasos ocorreram no processo de licenciamento ambiental, nas contratações das obras civis, no fornecimento e montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes nos quais foram segmentados os dois sistemas adutores previstos, Eixo Norte e Eixo Leste. Tais atrasos são conseqüência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal - STF questionando o processo de licenciamento ambiental do projeto de Integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As providências para reversão desses atrasos deverão estar concentradas nas medidas de ordem legal desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e Advocacia Geral da União (AGU) no sentido de derrubar as liminares vigentes e retomar o processo de licenciamento ambiental obstando a licença de instalação, bem como dos processos licitatórios para execução de obras, fornecimento e montagem de equipamentos e desenvolvimento dos projetos executivos.

Um problema geral que o MI enfrenta na execução de suas ações está relacionado à assinatura dos convênios. Muitas metas não foram alcançadas em razão dos problemas de ordem institucional, decorrentes de pendências não cumpridas ou atendidas com atraso pelos estados e municípios. Além disso, limitações de ordem orçamentária e financeira, próprias de ajustes macroeconômicos, prejudicaram o atingimento das metas estabelecidas.

Recomendações

- Aprimorar a interface entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades, pois em várias obras, principalmente as do programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER), há superposição de competências, no que diz respeito ao tratamento de água.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Objetivo

Aumentar a área irrigada, como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e a distribuição da renda.

Público-Alvo

Podutores e trabalhadores setor primário.

Execução do Programa

Indicador(es)

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 222.570.292,00	Empenho Liquidado:	R$ 82.279.262,62
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 82.279.262,62

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 47.935.843 ,00	R$ 8.869.950.931,00

1. Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública
   Unidade de medida: Hectare (ha)
   Último índice apurado: 9.300 em 2005
   Índice previsto ao final do PPA: 220.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A grande maioria dos projetos deste programa encontra-se em fase de construção, captação, armazenamento e adução. A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável). A meta prevista para 2005 não pôde ser alcançada, tendo em vista fatores de ordem orçamentária e financeira, além daqueles de ordem institucional, administrativa e legal. Assim, o índice final está em fase de revisão.

Contextualização

A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e à má distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto desqualificada, a custos inferiores àqueles empregados em outros setores da economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores àqueles produzidos nas áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do programa, a área irrigada per capita do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o país em desvantagem competitiva, em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas.

Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação. Nas outras regiões do país, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção segura de apenas uma safra por ano, o que representa uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria-prima.

Principais Resultados

- Projeto de Irrigação Rio Formoso, TO: conclusão das obras da estação de bombeamento, que permitirá a disponibilização de uma área de 5.000ha referentes às 1ª e 3ª etapas, propiciando benefícios a aproximadamente 14 mil habitantes. Os 5.000ha do Projeto Formoso foram considerados disponibilizados, uma vez que os recursos para sua conclusão foram liberados em 2005, apesar de a entrega da infra-estrutura só acontecer em junho/2006.
- Perímetro de Irrigação Jaíba–1ª Etapa, MG: conclusão dos serviços de fornecimento e montagem eletromecânica das glebas A3 e A4, o que disponibilizou uma área de 2.300ha para assentamento e irrigação.
- Perímetro de Irrigação Luís Alves do Araguaia– ª Etapa, GO: a 1ª etapa, de 1.854ha, encontra-se concluída e já está em operação e produção. Com relação à 2ª etapa, de 4.736ha, foi concluída a infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 1 mil ha. Essa área, quando estiver em operação, propiciará benefícios a aproximadamente 4 mil habitantes.
- Perímetro de Irrigação Propertins, TO: conclusão da estação de bombeamento principal e aquisição de metade dos equipamentos eletromecânicos. Estão em fase final o Canal Principal 2 e as Estações de Bombeamento Auxiliares 1, 2, 3 e 4, referentes à primeira etapa de 5.000ha e a conclusão dessas obras beneficiará não apenas a Fase I de 900ha, mas parte da 1ª Etapa, de 5.000ha.
- Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo, AL: implantação de infra-estrutura de irrigação de uso comum para uma área de 700ha, compreendendo a conclusão da barragem principal e a execução de 85% da barragem auxiliar, vertedouro e demais obras civis complementares.
- Perímetro de Irrigação Pontal, PE: realização de obras civis da estação de bombeamento 3, conclusão do trecho B do canal principal e terraplanagem do trecho C do canal principal.
- Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa, PI: instalação da estação meteorológica e implantação de 21ha de fruticultura irrigada.
- Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi, CE: construção da estrada de acesso ao perímetro para escoamento da produção e aquisição de duas bombas para a estação de bombeamento principal.
- Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas, CE: conclusão das atividades de infra-estrutura do Setor 4, colocando em operação a 1ª etapa.. O projeto conta com uma área de 15.100ha, sendo a 1ª Etapa de 11.600ha e a 2ª de 3.500ha. Em 2005, foram desenvolvidas atividades que permitiram a conclusão da infra-estrutura hídrica de uso comum da 1ª Etapa, como a limpeza de canais, a desobstrução de drenos, a recuperação de estradas e a conclusão das edificações dos núcleos habitacionais. Em relação ao Setor 4,

com 2.825ha, foram executadas obras no galpão de oficina, no depósito de grãos e frutos e no depósito de insumos, além de construídos reservatórios semi-enterrados e elevados, bem como a drenagem das ruas do Núcleo Habitacional II.

- É importante relatar que outros projetos receberam recursos para andamento de suas obras, dentre eles: Perímetro de Irrigação Colônia, PI, com 200ha; Perímetro de Irrigação Jenipapo, PI, com 200ha; Perímetro de Irrigação Marrecas, PI, com 20ha; Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, CE, 1ª etapa com 8.815ha; Perímetro de Irrigação Flores de Goiás, GO, com 1.000ha; e Perímetro de Irrigação Marituba, AL.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução das ações ficou condicionada a limitações de ordem orçamentária. De um total autorizado de aproximadamente R$ 220 milhões, apenas 37% foram empenhados, prejudicando o atingimento das metas planejadas. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, devido aos limites financeiros, ao atraso na revisão dos projetos e às pendências dos convenentes, dificultando a execução do programa. Essa situação implicou diretamente em prejuízo da execução física. Quanto ao limite, os projetos mais prejudicados foram: Sampaio/TO, Formoso/TO, Luís Alves do Araguaia/GO, Piancó/PB, Pontal/PE, Tabuleiros de Russas/CE e Baixo Acaraú/CE. Quanto à liberação de recursos, Bálsamo/Al e Formoso/TO foram prejudicados.

O resultado alcançado na avaliação do programa, à primeira vista, é baixo, pois o programa sofreu danos com as emendas aos projetos, tendo seus valores alterados, o que significa que, caso fossem considerados apenas os valores propostos pelo Poder Executivo, os resultados da execução orçamentária e financeira do programa seriam melhores. Das emendas apresentadas pelo Congresso Nacional, somente duas ações (Sampaio/TO e Luís Alves do Araguaia/GO), que não foram contempladas dentro da proposta do Ministério e para as quais não houve empenhos ou liberações, somavam R$41,6 milhões.

No tocante às emendas propriamente ditas, tomou-se o cuidado de se avaliar criteriosamente as propostas de pleitos encaminhados, com fulcro nos propósitos estruturantes que norteiam as intervenções do MI. Nesse contexto, registram-se também as limitações orçamentárias para o atendimento das emendas.
Um aspecto importante, no que tange à execução dos convênios, está relacionado com as pendências verificadas nos Estados e Municípios, as quais estão relacionadas, principalmente, à prestação de contas, à solução de aspectos técnicos (planos de trabalho e revisão do projeto) e às inadimplências no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Somente 42% da dotação foram empenhados, implicando em baixo índice de pagamentos.

Os Estados e Municípios ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. O Ministério tem formatado mecanismos, no sentido de normatizar regras claras para obtenção dos recursos pelos Estados e Municípios, como, por exemplo, a Portaria nº 70, que disciplina as exigências para formalização de convênios e termos de parceria. Além disso, existe a prática de notificar o convenente sobre sua situação, a fim de que haja uma presteza na resolução de suas pendências. Existe, ainda, a necessidade de os

Estados se enquadrarem nos requisitos para apresentação de pleitos, se manterem adimplentes no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC/SIAFI), bem como apresentarem suas prestações de contas de acordo com as exigências institucionais dentro dos prazos adequados.

Não há pessoal capacitado para a resolução de pendências institucionais, o que resulta em constantes atrasos no envio das prestações de contas ao Ministério. Os principais problemas encontrados frente aos convenentes são a inadimplência dos Estados e Municípios junto ao SIAFI, o atraso na apresentação de planos de trabalho devidamente corretos e o atraso na prestação de contas do exercício anterior na apresentação dos documentos obrigatórios.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento do desempenho físico das obras do programa ocorre fundamentalmente por meio de visitas técnicas aos locais, cuja periodicidade é variável de acordo com o andamento do projeto e, geralmente, são realizadas após a liberação de recursos, a cada dois meses.

O público-alvo do programa somente poderá ser beneficiado quando as devidas áreas entrarem em processo de operação e produção.

O programa utiliza os seguintes mecanismos de participação social: ouvidoria, audiências públicas e reuniões com grupos de interesse. O Ministério disponibiliza um número de telefone gratuito para o recebimento de denúncias, sugestões e esclarecimento de dúvidas sobre os seus programas. Quando ocorre a implementação do projeto, durante a elaboração do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental pelo órgão executor, é realizada a convocação de entidades representativas da sociedade local para as audiências públicas. As reuniões com grupos de interesse são realizadas quando necessário e são promovidas pelo Ministério, que convoca os representantes dos governos estaduais e municipais.

A satisfação do usuário poderá ser avaliada quando as ações estiverem sob a responsabilidade do programa "Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação", tendo em vista que o programa "Desenvolvimento da Agricultura Irrigada" somente implanta a infra-estrutura de uso comum.

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" possui como principais objetos de gasto despesas com pessoal (fiscalização, acompanhamento e monitoramento das ações), viagens (deslocamento aos projetos), compra de veículos (fiscalização e visita a projetos), equipamentos de informática, ações de caráter institucional na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) (realinhamento estratégico), ações de caráter institucional nos projetos Jaíba, Canal do Xingó e Marrecas/Jenipapo, além de diversos estudos no âmbito do programa. Os principais objetivos dessa ação consistem em: monitorar as ações do programa; possibilitar aos técnicos se deslocarem aos projetos; contratar pessoal qualificado para a análise, avaliação e acompanhamento dessas ações; além de alguns estudos para o desenvolvimento de políticas públicas de irrigação.

Recomendações

- Revisão do índice do indicador previsto para o final do PPA.
- Inclusão da ação "Operação e Manutenção de Perímetros Públicos de Irrigação", que terá como objeto de gasto aqueles perímetros que já foram implantados, porém não se encontram em nível de sustentabilidade econômica para transferência de sua gestão.

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Objetivo

Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

Público-Alvo

População residente nos Municípios da faixa de fronteira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 98.212.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 18.936.002,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 18.936.002,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar devido à fragilidade do indicador.

2. Taxa de Atendimento aos Municípios na Faixa de Fronteira

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 20 em 01/01/2004
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alcance do índice viável, embora insuficiente para atingir o objetivo do programa.

Contextualização

A área de 150 km na faixa de fronteira, definida pela Lei nº 6.634/79 e associada a razões de segurança e integração nacional, constitui um espaço de atuação governamental. É necessário que as ações incidentes sejam planejadas dentro de uma perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com uma estratégia de expansão

econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. Ao se considerar, principalmente, a questão geopolítica que permeia a ocupação e o uso dos recursos naturais da Amazônia, faz-se necessário um plano estratégico para a Faixa de Fronteira que responda, sem contradizer ou sobrelevar o planejamento regional, no qual se insere, ao desafio específico de promover o desenvolvimento de uma região por definição altamente complexa em suas relações com os países vizinhos e, por um processo histórico de abandono, extremamente carente de infra-estrutura. As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente aquelas localizadas na Amazônia e no Pantanal, de ocupação econômica recente, carentes de infra-estrutura e de baixo dinamismo, apresentam reduzidos índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, o que acusa a fragilidade do processo de integração nacional e revela a permeabilidade às influências originadas em países vizinhos, algumas delas de risco à segurança nacional, como narcotráfico, contrabando e guerrilhas. A distância física do centro dinâmico da economia, combinada com as dificuldades de acesso e a dispersão da população nas áreas fronteiriças, produz uma situação de estagnação econômica incoerente com a política de integração nacional.

Importante notar que, tendo sido alvo, nas últimas décadas, de políticas de reforma agrária que estimularam o assentamento de milhares de famílias em regiões longínquas sem a correspondente dotação de infra-estrutura, áreas da faixa de fronteira foram transformadas em itinerário da migração rural-urbana, o que contradiz a perspectiva de integração nacional e reforça a superurbanização precoce da região. Além disso, a criação de unidades de conservação da natureza pelo Governo Federal, visando a proteger áreas de alta biodiversidade e conservar recursos naturais, resulta em uma certa desmobilização dos investimentos nestas áreas, em prejuízo de atividades que, mantidas de modo sustentável, assegurariam a integração ao processo nacional de desenvolvimento. É importante para a missão do MI, em relação ao programa, que as unidades de conservação de uso direto e indireto mantenham determinadas condições de sustentação de atividades e, sem riscos à natureza, promovam a inclusão social das populações locais. Por outro lado, o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração latino-americana. A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos.

Este programa, cujo esboço integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias públicas e privadas, anuncia a inclusão de uma área territorial de aproximadamente 2.357.850km², abrangendo 588 Municípios em 11 Estados e uma população estimada em 9.557.977 habitantes, em uma perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais a partir do aproveitamento das potencialidades locais. A estruturação da base física e econômica da Faixa de Fronteira é condição, portanto, de integração nacional, de inclusão social, de sustentabilidade do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional.

Principais Resultados

- Atendimento a uma população estimada em 1,05 milhão de habitantes, com 75 projetos de infra-estrutura social e econômica e 15 projetos de

plano de ação em 76 Municípios de 10 Estados, estimulando, assim, o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.
- Implementação de ações de desenvolvimento regional nas cidades gêmeas priorizadas pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional como forma de operacionalização das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
- Ampliação do número de ações do programa, para implementação no período 2004-2007, tornando-se importantes instrumentos de estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da região.

O alcance dos resultados em 2005 pode ser observado de duas maneiras distintas. Por um lado, os resultados alcançados com recursos do plano de ação do Ministério são avaliados de forma positiva, superando a expectativa no tocante à execução física e apresentando um bom desempenho quanto à financeira. No entanto, quando verificamos os resultados referentes às ações de emendas parlamentares, percebe-se que a execução foi realizada muito abaixo do previsto, o que é inerente ao processo.

Como a origem de recursos do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira é majoritariamente de emendas parlamentares, a sua avaliação é classificada como "abaixo do esperado".

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Público-alvo inadequado. Os beneficiários serão atendidos em escala regional, distribuída ao longo do tempo.
- Indicadores inadequados. O MI irá propor novos indicadores para o programa.
- Regionalização inadequada. A insuficiência de recursos físicos e humanos, para atendimento de 27% do território nacional correspondentes à faixa de fronteira, determina a necessidade de atuação sub-regional. Assim, as ações precisarão ser escalonadas no tempo e regionalizadas de modo a promover a estruturação de sub-regiões e sua dinamização econômica, o que não foi previsto na concepção do programa.
- Fontes de financiamento inadequadas. A composição da fonte de recursos não condiz com os objetivos da política de desenvolvimento do país. As ações na faixa de fronteira ainda apresentam falta de foco na promoção e resgate da cidadania, bem como na estruturação e dinamização da economia, planejados no espaço, uma vez que os recursos referentes ao plano de ação são insuficientes para garantir essa atuação focalizada, seguindo diretrizes da PNDR (a maior parte dos recursos do Programa são oriundos de emendas parlamentares).
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. O Ministério ainda não apresenta um corpo funcional permanente em número suficiente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. Cada subespaço priorizado para o desenvolvimento da faixa precisa de um gerente indutor de desenvolvimento da região. Além disso, existem apenas 2 engenheiros para atender ao volume de projetos relacionados a obras civis.

- Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. A insuficiência deve-se à inexistência de técnicos da carreira de desenvolvimento regional com experiência e formação adequada. Dado o tamanho da equipe, esta ainda se ressente de técnicos especializados nos projetos apoiados pelo Programa.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras. Em virtude da baixa qualificação, a capacitação é necessária para promover a otimização da utilização dos recursos.
- Dificuldades de celebração de convênios na gerência. Existem aquelas inerentes ao processo administrativo e outras, na busca de instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, bem como viabilidade administrativa e adimplência.
- Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes. Os proponentes têm dificuldades para a apresentar os relatórios do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) devidamente atualizados, juntamente com a comprovação de adimplência junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);
- Lentidão no processo de licenciamento ambiental.As dificuldades apresentadas pelos complexos procedimentos necessários para o licenciamento ambiental de projetos produtivos inviabilizaram o apoio a diversos setores produtivos. A solução encontrada foi apoiar projetos a serem executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais, visando a viabilizar procedimentos mais ágeis, compatíveis com os prazos de tramitação dos projetos junto ao MI.
- Inadequação e/ou inexistência de norma legal. A legislação que dispõe sobre a faixa de fronteira, que data de 1979, foi regulamentada por Decreto de 1980 e não observa as necessidades de desenvolvimento, fortalecimento da cidadania, dinamização econômica e integração com países vizinhos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento dos Municípios da linha de fronteira, em especial aqueles que compõem cidades gêmeas com países vizinhos, cujo planejamento do desenvolvimento territorial ou subespacial é limitado por questões diplomáticas e barreiras legais.

Outros Aspectos Relevantes

Visando a ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com abrangência nacional, e o fortalecimento da ação de articulação promovida pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Recomendações

- Buscar ação integrada com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional e pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, evitando ações isoladas e com baixa eficácia para o desenvolvimento sustentável dos territórios situados na faixa de fronteira.

- Fortalecer as instituições que promovem a sustentabilidade das ações desenvolvidas na Faixa de Fronteira, com destaque para os fóruns sub-regionais de desenvolvimento, nos quais os atores locais podem identificar problemas e propor soluções conjuntas.
- Incluir associações de Municípios, Estados, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e instituições do Sistema "S" entre os parceiros elegíveis para a implementação das ações "004D – Apoio à Implantação da Infra-estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira" e "0674 – Apoio a Arranjos Produtivos na Faixa de Fronteira".
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER)

Objetivo

Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca.

Público-Alvo

Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ R$ 230.973.702,00	Empenho Liquidado: R$ 202.233.895,00 Pago estatais: - Total: R$ 202.233.895,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 850.000.000	-

Indicador(es)

1. Número de Ocupações Geradas na Região do Semi-Árido pelo Programa

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador foi inserido no programa em 2005.Tendo em vista que os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, o indicador só poderá ser mensurado ao final de 2006. Os convênios e projetos em andamento, certamente, estão contribuindo para gerar ocupação e renda para os produtores envolvidos. Apenas não foi possível mensurar os resultados, pois os projetos estão em pleno andamento. Dessa forma, pela complexidade e extensão temporal do programa, somente será possível aferir os primeiros resultados de número de ocupações geradas depois de concluídos os primeiros projetos (convênios) realizados.

2. Taxa de População no Semi-Árido Atendida com Rede Geral de Abastecimento de Água

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 62 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 67

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Tendo em vista que o indicador foi incluído no exercício de 2005 e que os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, é necessário um maior tempo para que o resultado seja mensurado, o que será possível em 2006. Existem dificuldades de se trabalhar com esse indicador, pois os dados disponíveis tratam da macrorregião Nordeste e não especificamente do semi-árido.

3. Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 14,5 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Como o indicador foi incluído no exercício de 2005 e os projetos apoiados pelo programa possuem, em média, duração entre 2 e 3 anos para sua execução e alcance de objetivos, é necessário um maior tempo para que o resultado seja mensurado, o que será possível em 2006. Existem dificuldades de se trabalhar com esse indicador, pois os dados disponíveis tratam da macrorregião Nordeste, e não especificamente do semi-árido.

Contextualização

O semi-árido constitui uma das sub-regiões mais dependentes de intervenção estatal eficiente para o desenvolvimento regional, voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas.

Aproximadamente 500 mil propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade à seca. A carência de água durante a estiagem aumenta os riscos de fome e desnutrição, desemprego generalizado e migrações intensivas e descontroladas, bem como provoca redução da resistência imunológica.

As obras de grande vulto demandam muitos equipamentos e concentram mão-de-obra, além de exigirem prazos dilatados para construção. Além disso, 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas.

Tradicionalmente, as ações limitam-se a medidas assistenciais, em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulem projetos educacionais e geradores de emprego e renda, em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas

Neste contexto, torna-se imperativa a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam à sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

Principais Resultados

- Estruturação do programa no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI) e articulação com demais órgãos envolvidos, de forma a compatibilizar as ações com os recursos liberados para execução, quanto à oferta de água e infra-estrutura hídrica, dinamização econômica, Arranjos Produtivos Locais (APLs) e convivência com o semi-árido.
- Fortalecimento da articulação interministerial, pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Programas Regionais, com o objetivo de integrar ações multissetoriais convergentes no semi-árido. Foram selecionadas 9 sub-regiões, uma em cada Estado do semi-árido, que serão objeto de uma ação integrada envolvendo 21 órgãos. O GTI coordenou a articulação com os respectivos governos estaduais, com o objetivo de definir uma agenda de atuação federativa nessas sub-regiões. As ações do programa CONVIVER estão sendo priorizadas para a geração de emprego e renda, com resultados no curto prazo. As ações de organização social, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo, além do apoio à organização e estruturação de APLs, somaram, em 2005, um orçamento de R$ 9.842,8 mil. As atividades produtivas apoiadas com essas ações são:

    - São Raimundo Nonato, PI: com o apoio do Ministério do Turismo, será construída uma feira turística no centro de São Raimundo Nonato, no local onde se encontra a rodoviária do Município, que será transferida pela prefeitura.
    - Médio e Baixo Jaguaribe, CE: estabelecido o apoio aos setores produtivos do artesanato de palha e da pecuária de leite;
    - Vale do Açu, RN: definido o apoio ao pólo cerâmico do Baixo-Açu.
    - Souza-Piancó, PB: amparo ao APL da fruticultura, com a instalação de uma área de processamento pós-colheita que atenderá às necessidades de comercialização da produção do Perímetro Irrigado de Várzeas de Souza, PB;
    - Sertão do Moxotó, PE: suporte para a implantação do centro tecnológico da agricultura familiar do semi-árido, no perímetro irrigado de Ibimirim, PE, em parceria com consórcio para o desenvolvimento do Moxotó–Ipanema. Apoio ao projeto de realização do marco zero da revitalização da agropecuária na sub-região do Moxotó e APL da apicultura, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).
    - Santana do Ipanema, AL: amparo ao APL da ovino-caprinocultura, de forma complementar à instalação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de um matadouro em Santana do Ipanema, cujo projeto visa a fortalecer a produção para abate na sub-região, de forma cooperativa entre os Municípios, que estão sendo estimulados a se organizarem na forma de consórcio municipal.
    - Sergipana do Sertão do São Francisco, SE: suporte à fruticultura, por intermédio da adequação de sistemas de irrigação no Perímetro Califórnia, e aos APLs de ovino-caprinocultura e aqüicultura, em parceria com a CODEVASF.
    - Brumado-Bom Jesus da Lapa–Guanambi, BA: apoio ao setor

mineral de cerâmica, por meio de um projeto de implantação de bosques energéticos, que pretende garantir material orgânico para queima nos fornos cerâmicos, e ao APL de apicultura, em parceria com a CODEVASF.

- Serra Geral (Janaúba), MG: amparo aos APLs de ovinocultura, apicultura e aqüicultura, por meio da CODEVASF.

- Foi realizada articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Banco do Brasil para a implantação de unidades familiares de produção agrícola sustentável (mandalas), além de articulações com a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) para a implantação de poços-peixe, visando ao aproveitamento de águas salinizadas para a criação de peixes em tanques escavados, destinados ao consumo familiar.
- Na vertente da infra-estrutura hídrica, as obras do Proágua Semi-Árido atenderão, até o final do programa, uma população aproximada de 4,7 milhões de habitantes. O programa também concluirá 47 obras, que perfazem um total de 2.600km de adutoras, mas apenas as obras de infra-estrutura hídrica não são o bastante para resolver o problema de desenvolvimento. O acesso à água, sem dúvida, é o principal fator para o desenvolvimento no semi-árido, no entanto, para o desenvolvimento econômico e social, é preciso trabalhar fatores que concorram para a dinamização econômica em setores produtivos de impacto micro e mesorregional, gerando ocupação, renda e inclusão social. Durante a execução do programa, foram concluídas 20 obras, beneficiando cerca de 1 milhão de habitantes, dentre as quais, 5 foram finalizadas em 2005, a saber: estação de tratamento de esgotos de Piritiba Mundo Novo, BA, Padrão Central (1ª Etapa, BA), Barragem Arneiroz II, CE, Sistema Águas Vermelhas, MG (blocos 1 e 3) e Sistema Adutor do Piauitinga, SE.
- Foi promovida a produção de pescado pelo sistema de cria no entorno das obras hídricas realizadas pelas entidades vinculadas ADENE, CODEVASF e Departamento Nacional de Obras contra à Seca (DNOCS), no âmbito do programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, articulado com o programa CONVIVER. As principais atividades foram:

  - implantação de estação de piscicultura em Jaguaribara, no açude Castanhão, CE, para produção de alevinos destinados à piscicultura intensiva e peixamentos;
  - implantação de parques aqüicolas e piscigranjas nos açudes Castanhão, CE, Açu, RN, São Gonçalo, PB e Ibimirim, PE para desenvolvimento do APL de piscicultura e produção de pescado;
  - recomposição da fauna ictiológica do Rio São Francisco, na Região de Petrolina e Juazeiro, à jusante da barragem de Sobradinho, com produção anual de 1,5 milhão de alevinos de espécies nativas, para beneficiar a pesca artesanal e turística, visando a atingir 800 pescadores artesanais, em 8 Municípios, e 2.000 turistas por ano;
  - estruturação do APL de piscicultura no Norte de Minas, no Baixo São Francisco, em Sergipe e Alagoas, e na microrregião de Valença, PI;
  - implantação de projeto de apoio à aqüicultura na região da hidrelétrica de Xingó, BA e no reservatório de Itaparica, capacitando pescadores artesanais para a produção de peixes em tanques-rede.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações do programa são executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo os planos de trabalho e projetos previamente aprovados, dos quais constam as metas a alcançar e respectivos prazos de execução. Tais convênios e descentralizações são acompanhados por técnicos, que verificam a execução e o alcance das metas de forma periódica, mas sem uma regularidade definida. Apontam-se como dificuldades nesse processo a reduzida equipe, a multiplicidade de tarefas e a dependência de informações a serem retornadas pelos parceiros e convenentes.

O comprometimento dos recursos disponibilizados pelo orçamento de 2005 para o programa alcançou o nível previsto, com exceção de algumas dotações de custeio que não foram executadas por não haver disponibilidade de limite orçamentário. A execução física, no entanto, estará concentrada no exercício de 2006, já que a maioria das descentralizações foi realizada no último bimestre de 2005. Grande parte da celebração de convênios, que dão suporte à execução das ações do programa, concentrou-se no último trimestre do ano, em decorrência da seleção de projetos, que exige uma grande interação com as instituições parceiras. Dessa forma, a maioria das execuções financeiras teve início no final do ano e terá continuidade por meio de recursos inscritos em restos a pagar para 2006.

As principais dificuldades encontradas pelo programa no exercício de 2005 foram:

- contingenciamento orçamentário e financeiro;
- licitações e celebração de contratos;
- celebração de convênios por inadimplência dos proponentes e problemas de ordem jurídica;
- estrutura do programa, que distribui as ações em localizadores, o que, embora privilegie a transparência, resulta em perda de desempenho, pois impede o remanejamento de recursos entre obras ineficientes ou inviabilizadas para outras com maiores chances de alcance das metas;
- quantidade de recursos humanos.

Mesmo com a aplicação de grande esforço na interlocução entre a gerência do programa e os executores e na convergência das estratégias do programa, é necessário um maior avanço no sentido de aproximar a estratégia de ação desses atores.

O fluxo de informações das ações sob responsabilidade de outros Ministérios é baixo e, por isso, a Câmara de Desenvolvimento Regional, que conta com a participação de vários Ministérios, está trabalhando para institucionalizar e viabilizar uma ação transversal, a ser incorporada ao PPA e ao orçamento de 2006, caracterizando o programa como, de fato, multissetorial.

Outros Aspectos Relevantes

A regionalização utilizada na formulação do programa apresenta-se inadequada. Uma sub-regionalização do semi-árido se impõe como condição indispensável para o foco da atuação do programa e não-fragmentação dos recursos disponíveis.

A equipe gerencial, formada pelo Gerente (Secretário da SPR), Gerente Executivo (Diretor da SPR) e Gerente de Apoio (Gerente de Programa), conta com a exclusividade de apenas dois técnicos.

O programa deve aprofundar sua atuação nas atividades previstas de organização social, a fim de gerar uma participação mais direta do público-alvo. A criação de comitês gestores dos APLs para cada segmento econômico apoiado na vertente da dinamização econômica do programa, viabiliza essa participação, no que se refere aos agentes econômicos e sociais associados a cada uma dessas atividades.

Não existem, ainda, mecanismos para a aferição sistemática da satisfação dos beneficiários, embora seja possível avaliá-la a partir de indicações, declarações ou comentários de segmentos representativos da sociedade civil do semi-árido, onde diversas entidades públicas, privadas ou do terceiro setor atuam simultâneamente. O programa tem procurado parcerias não-governamentais com consórcios municipais e, eventualmente, organizações não-governamentais, no entanto, a instabilidade nas regras da administração pública e as diferentes interpretações jurídicas, quanto à celebração de convênios com estes parceiros, dificultam a ampliação dessa ação, em especial em projetos que exigem recursos de investimento.

Os recursos da ação "Gestão e Administração do Programa" (GAP) foram utilizados para pagamento das seguintes despesas:

a) MI: pessoal temporário, e, ocasionalmente, pagamento de passagens e diárias;
b) CODEVASF: despesas com serviços administrativos, manutenção de frota veicular, manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação e demais atividades necessárias à gestão;
c) ADENE: despesas com o Encontro Regional de Biodiesel no Nordeste e com projeto de apoio ao levantamento energético do Nordeste;
d) Agência Nacional de Águas (ANA): despesas relacionadas à elaboração de documentos referentes a planos de gestão de bacias, tais como: plano de ações e gestão integrada do complexo Estuarino-Lagunar-Mundaú-Manguaba; atlas de obras prioritárias - resultados 2005; relatório de conjuntura de recursos hídricos; e plano de recursos da bacia hidrográfica do Rio Doce.
A utilização dos recursos da GAP contribui decisivamente para a continuidade do programa e ampliação de seus resultados frente ao desafio da redução das desigualdades regionais, pois permite trabalhar a elaboração de planos e documentos fundamentais para a orientação da ação pública no semi-árido.

Recomendações

- Redimensionar o público-alvo do programa.
- Incluir as ações "Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Microbacias do Semi-Árido" e "Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semi-Árido" na unidade orçamentária CODEVASF.

.

Drenagem Urbana Sustentável

Objetivo

Objetivo: Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, inclusive nas zonas costeiras.

Público-Alvo

População urbana, especialmente a residente em Municípios com áreas sujeitas a inundação periódica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 330.235.853,00	Empenho Liquidado: R$ 137.140.182,49 Pago estatais: - Total: R$ 137.140.182,49

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 180.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 20,7 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 22,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

2. Taxa de Municípios com Serviço de Drenagem Urbana Superficial no Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 78,5 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 79,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

3. Taxa de Municípios com Sistema de Drenagem Subterrânea no Brasil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 67 em 2000
Índice previsto ao final do PPA: 67,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado. Os indicadores não são adequados para a mensuração da execução do programa.

Contextualização

O programa foi concebido em virtude das enchentes causadas em cidades brasileiras, que provocam inúmeros prejuízos. Existe ainda o problema da baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, resultando na concepção inadequada das ações de drenagem urbana e baixa sustentabilidade das mesmas, além da insuficiência na oferta de infra-estrutura de drenagem urbana.

Principais Resultados

- Córrego Cascavel, GO: conclusão das obras de canalização de 95m do córrego, e construção de uma ponte;
- Fundo do Vale do Córrego Bandeira, MS: conclusão da drenagem de 732m do lençol freático, 770m de microdrenagem em galerias e 14.600m de pavimentação;
- Tabuleiro dos Martins, AL: reinício das obras.
- Apesar de ainda não se terem obtido resultados físicos em 2005, foram investidos recursos, dando início a algumas ações, das quais se destacam as obras em Iturama, MG, Córrego Vendas, MS, Carnaubal, CE e Sobral, CE.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O alcance das metas físicas foi considerado muito abaixo do esperado. Com os empenhos e liberações ocorridos apenas no final do exercício de 2005, ficou prejudicada a execução das obras e, conseqüentemente, o atingimento das metas previstas. A maior parte dos recursos encontram-se inscritos em restos a pagar no ano.

A descentralização dos recursos orçamentários para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e o Ministério da Defesa ocorreu no mês de outubro. Por problema de limites, o financeiro não pôde ser transferido na sua totalidade. Assim, as respectivas ações não puderam alcançar as metas previstas. Aliado às limitações de ordem financeira, as inadimplências por parte do convenente (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias – CAUC), prejudicaram o desempenho do programa, o que dificultou a continuidade ou o próprio início das ações.

O limite orçamentário disponibilizado ao programa ficou muito abaixo do previsto, o que levou a gerência do programa provocar junto a SECEX a criação de um Comitê Multissetorial a fim de assegurar uma melhor aplicação dos recursos e, conseqüentemente, atingir as metas previstas na Lei Orçamentária.

As ações do programa devem ser ampliadas de modo a apresentar mais retorno para a sociedade. As metas físicas, devido a limitações orçamentárias e financeiras, deverão ser revistas.

Fatores como limites orçamentários e financeiros, atraso na prestação de contas, inadimplência dos convenentes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), dificultam o alcance das metas previstas no orçamento. Cerca de 85% dos recursos foram inseridos no programa por meio de Emendas Parlamentares,e, em função do limite orçamentário, somente 42% foram empenhados. Se considerada a proposta contida no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo, o percentual de empenho chegou a 97%.

A quantidade e a qualidade dos recursos materiais e de infra-estrutura são inadequadas na equipe gerencial e nas equipes executoras, bem como há insuficiente qualificação dos recursos humanos. Existe a necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos relativos à aferição dos resultados. Há ainda o problema da falta de espaço físico e melhores equipamentos de uso exclusivo. Há também insuficiência de técnicos para atender à demanda na formalização dos convênios e no acompanhamento das suas execuções, principalmente, engenheiros com experiência em estudos e projetos de obras de macrodrenagem e contenção de cheias.

A dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental por parte dos proponentes, determinou também a inexecução e o atraso das ações. A ausência de um instrumento normativo simplificado e consolidado, que esclareça melhor os procedimentos de formalização e as regras de licitação, licenciamento e obtenção de outorga, afeta, ainda, o processo executivo.

Outros Aspectos Relevantes

A mensuração do público-alvo e a avaliação de satisfação do usuário só poderão ocorrer após a conclusão das obras. Todas as ações, após a formalização do convênio, são acompanhadas e inspecionadas, e os dados são registrados no Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), o que permite verificar o desempenho individual de cada ação.

Não existe uma equipe técnica suficiente para realizar pesquisas de resultados nos Municípios e comunidades beneficiadas pelas obras implementadas, mas estão em discussão formas de se avaliar a satisfação dessas comunidades.

Recomendações

- Rever a metodologia de aferição dos indicadores, pois não são adequados para mensurar o alcance do programa.

Eficiência na Agricultura Irrigada

Objetivo

Aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada.

Público-Alvo

Irrigantes públicos e privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.870.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 115.964,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 115.964,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Consumo Unitário Anual de Água na Irrigação

Unidade de medida: Metro cúbico por hectare (m3/ha)
Último índice apurado: 17.000 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 16.150

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice estabelecido está em fase de revisão, inclusive o indicador do programa. A sua viabilidade é possível, entretanto, a ação "Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada" é de extrema importância para isso, pois por meio dela será possível estabelecer um marco zero na situação dos perímetros irrigados públicos e privados, no tocante ao consumo de água e de energia e sobre a produção, produtividade e utilização de métodos e sistemas de irrigação utilizados.

Contextualização

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário, o seu desempenho ainda está longe do ideal. As produtividades médias alcançadas, a eficiência de utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão de obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, entre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados no país para cálculo das necessidades hídricas dos cultivos padecem, comprovadamente, de superdimensionamento. A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não sistemática, sendo

necessário desenvolver ações que permitam testar e adaptar as novas metodologias e tecnologias.

A implementação do programa traduzir-se-á em uma substancial redução do consumo agrícola de água, economia de energia elétrica e geração de novos empregos, resultando no aumento da oferta de alimentos a custos inferiores aos atuais.

Principais Resultados

- O programa não apresentou resultados diretos para o público-alvo.
- Com relação ao plano de trabalho interno do programa, foi realizada a manutenção do cadastro pela Agência Nacional de Águas (ANA) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).
- Com os recursos disponibilizados, foi enfatizada a principal ação do programa, "Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada", em parcerias com a ANA e a CODEVASF. Os resultados, devido ao contingenciamento de recursos orçamentários, principalmente os de custeio, ficaram aquém do esperado.
- Cabe registrar que foram utilizados recursos do programa "Integração de Bacias Hidrográficas" para dar andamento ao cadastro, tendo em vista que a área trabalhada é aquela cujos projetos encontram-se sob a área de influência da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Verifica-se que a concepção do programa poderia ser aprimorada quanto à suficiência e pertinência das ações. Com relação à pertinência, as ações de cadastramento e modernização dos sistemas parcelares deveriam ser fomentadas por instrumentos de financiamento, e não executadas diretamente pelo Poder Público. Deveria haver ainda uma ação que permitisse intervenções preventivas desde a fase de implantação dos projetos públicos e privados de irrigação.

CODEVASF e ANA estão finalizando o cadastramento dos usuários de água dos projetos de irrigação situados na Bacia do São Francisco - cerca de 80 mil cadastros. Na ação de modernização, no entanto, ainda não houve como perceber resultados no ano de 2005.

A ausência de diretrizes efetivas na Política Nacional de Irrigação retarda a implementação das ações. Outro problema encontrado pelo programa diz respeito à ausência de instrumentos para o Poder Público interferir de forma efetiva na área de irrigação privada.

As ações do programa estão lastreadas nas despesas de custeio, as quais, no exercício de 2005, estiveram sob contingenciamento, impedindo um melhor desempenho do programa.

Entretanto, alguns avanços foram conquistados em parcerias com a ANA e a CODEVASF no andamento para conclusão do cadastramento.

Outros Aspectos Relevantes

A cobertura do público-alvo do programa encontra-se abaixo do esperado porque só ocorreu na área de abrangência da Bacia do São Francisco. A ação de modernização ficou restrita a 2 perímetros irrigados do Rio Grande do Sul. É importante lembrar que o objetivo da ação "Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada" é exatamente o de delimitar o público-alvo do programa .

As informações são captadas sempre por solicitação da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica (SIH), junto à CODEVASF e à ANA, quanto à ação de cadastro da agricultura irrigada. As informações de desempenho físico da ação "Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares" são enviadas à SIH pelas empresas executoras.

Neste primeiro momento, as informações sobre o cadastro estão sendo trabalhadas pela SIH e as que se referem aos projetos situados na área de abrangência da bacia do São Francisco, pela . CODEVASF e DNOCS. Portanto a cobertura do público-alvo está sendo feita nessa área.

Recomendações

- Incluir a ação "Modernização Tecnológica dos Sistemas Parcelares" nas unidades orçamentárias CODEVASF e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial..

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 25.660.779,00	Empenho Liquidado: R$ 22.046.389,00 Pago estatais: - Total: R$ 22.046.389,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Continuação de amplo processo de divulgação e difusão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com a publicação de propostas para discussão do Plano de Desenvolvimento do Semi-árido e da nova delimitação do Semi-árido brasileiro, do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião do Jequitinhonha-Mucuri e contratação de consultoria para elaboração do Boletim Informativo da PNDR.
- Continuidade do processo de capacitação de interlocutores de instituições voltadas à formulação de políticas setoriais e de desenvolvimento regional, com ênfase no domínio de ferramentas e instrumentos de apoio ao monitoramento da política.
- Aquisição de infra-estrutura para montagem da rede de desenvolvimento regional.

- Publicação de referencial teórico da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e contratação de estudo para elaboração de proposta para discussão de uma PNOT.
- Avanço na discussão das questões referentes ao desenvolvimento regional, em todos os níveis de governo e na sociedade.
- Retomada do planejamento macrorregional, com a discussão de propostas para a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste, entre outras escalas regionais, também priorizadas, como o Semi-árido e a Faixa de Fronteira.
- Deflagração da discussão acerca de uma proposta de PNOT.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Dimensionamento do público-alvo, que extrapola o universo do Governo Federal e deve reunir, obrigatoriamente, pela extensão do objeto do programa, outros atores sociais.
- Insuficiência de recursos materiais e equipamentos e softwares para o suporte da execução de ações do programa.
- Inadequação de espaço físico, cuja solução tem sido buscada pela Secretaria Executiva do Ministério.
- Inadequação de recursos humanos nas equipes executoras, visto que o Ministério dispõe de quadro reduzido de funcionários efetivos.
- Insuficiência de qualificação dos recursos humanos das equipes executoras, que têm sido capacitados mesmo com o quadro reduzido de funcionários efetivos.
- Contingenciamento orçamentário para custeio.
- Dificuldades de celebração de convênios na gerência, em virtude das exigências previstas na legislação em vigor.

Outros Aspectos Relevantes

A ação de retomada da discussão do desenvolvimento regional como item prioritário da agenda de desenvolvimento do país tem, cada vez mais, reunido atores dos mais diversos segmentos da sociedade. Além do próprio Governo Federal, há um interesse crescente pela temática nos governos estaduais e nas instituições do terceiro setor. As parcerias construídas com tais atores sociais garantem a continuidade do processo de combate às desigualdades regionais brasileiras, que é objetivo de Estado, e não somente de um Governo ou de parte da sociedade.

A redução das persistentes desigualdades regionais brasileiras é tarefa que demanda anos de esforços sociais, pois os resultados no curto prazo são tênues. Diversos avanços e vitórias geradas no exercício 2005 serão acumulados para o processo de combate às desigualdades. Os beneficiários diretos do programa, como servidores capacitados e representantes institucionais contemplados, foram satisfatoriamente atendidos, porém os reais beneficiários terão amplo retorno somente no médio prazo.

Recomendações

- Excluir a unidade orçamentária Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) da ação 6421- "Estruturação, Promoção e Coordenação da Rede de Desenvolvimento Regional de Políticas Públicas, Programas e Ações

Relevantes para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial em cada Instância de Governo", tendo em vista as dificuldades na formação de parcerias enfrentadas pela Agência, principalmente, junto aos governos estaduais e municipais.

Integração de Bacias Hidrográficas

Objetivo

Integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias.

Público-Alvo

Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 542.177.865,00	Empenho Liquidado: R$ 463.762.019,00 Pago estatais: - Total: R$ 463.762.019,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Vazão Média Anual de Água das Bacias Beneficiadas pelo Programa

Unidade de medida: Metro cúbico por segundo (m3/s)
Último índice apurado: 75 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice do indicador não foi apurado em 2005, pois, em função do atraso verificado na implantação física do empreendimento, foi previsto apenas para o ano de 2007 o início dos serviços nos 14 lotes de obras. Prevê-se que as obras e fornecimentos da primeira etapa de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco desenvolvam-se até o exercício de 2009. Dessa forma, a viabilidade do alcance do índice originalmente previsto deverá concretizar-se apenas para o período de 2007 a 2010.

Contextualização

O homem desbravou e ocupou os espaços do território nacional apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob essa ótica, os cursos de água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e desenvolvimento das populações, devido à característica de seus usos múltiplos. Na Região Nordeste do país, as características do clima e dos solos ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, aumentada

pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas, aliado à degradação ambiental, está gerando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos. A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional. A não-implementação do programa acirrará conflitos já existentes e propiciará o desenvolvimento dos passíveis de ocorrer.

Principais Resultados

Como as obras não foram iniciadas, o programa não apresentou benefícios diretos para a sociedade.
Com relação ao desenvolvimento do plano interno de trabalho, foram executadas as seguintes atividades:

- Elaboração do Plano Ambiental Básico (PBA) do empreendimento, englobando 36 programas ambientais;
- Obtenção de licença prévia (LP) do empreendimento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Aquisição do certificado de outorga de oferta hídrica do empreendimento, aprovado pela Agência Nacional de Águas (ANA), definindo vazão de adução firme de 26,4m3/s;
- Contratação dos serviços de gerenciamento e apoio técnico ao Ministério da Integração Nacional (MI) para implantação da primeira etapa do empreendimento;
- Elaboração do projeto executivo dos 2 canais de captação dos Eixos Norte e Leste e das barragens Tucutu e Areias;
- Início do processo de desapropriação de áreas para implantação do empreendimento, com 15 áreas e benfeitorias desapropriadas de um total de 2.387 previstas

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A implantação do empreendimento ocorreu aquém do previsto, em função de atrasos no processo de licenciamento ambiental, nas contratações das obras civis, no fornecimento e montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes nos quais foram segmentados os 2 sistemas adutores previstos, Eixo Norte e Eixo Leste. Tais atrasos são conseqüência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando o processo de licenciamento ambiental do projeto de integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As providências para reversão desses atrasos deverão estar concentrados nas medidas de ordem legal desenvolvidas pelo MI e Advocacia Geral da União (AGU), no sentido de derrubar as liminares vigentes e retomar o processo de licenciamento ambiental, obstando a licença de instalação, bem como dos processos licitatórios para execução de

obras, fornecimento e montagem de equipamentos e desenvolvimento dos projetos executivos.

A execução orçamentária foi aquém das dotações previstas na Lei Orçamentária, tendo em vista as restrições de ordem jurídica e ambiental, no que diz respeito às liminares impetradas, bem como às licenças de instalação que comprometeram sobremaneira essa execução.

O fluxo de recursos também sofreu descontinuidade, pelas mesmas razões.

Outros Aspectos Relevantes

O MI contratou os serviços de gerenciamento e apoio técnico do empreendimento. O consórcio gerenciador do empreendimento elabora, mensalmente, o relatório de progresso, no qual consta quadro de acompanhamento físico-financeiro do projeto. Em função do atraso na implantação do empreendimento, não se aplica a avaliação do programa em relação à cobertura do público-alvo, pois ainda não há resultados concretos da integração de vazão do Rio São Francisco para as bacias receptoras previstas, para posterior comercialização dos volumes de água fornecidos às companhias de gestão de recursos hídricos dos Estados beneficiados.
No processo de licenciamento ambiental prévio do empreendimento (LP) foram realizadas 9 audiências públicas nos Estados que compõem da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Recomendações

Não ha recomendções.

Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR

Objetivo

Promover a capacitação e organização produtiva de comunidades pobres, visando sua inserção competitiva no mercado de trabalho, potencializando seus recursos e vocações econômicasl.

Público-Alvo

Segmentos da população mais vulnerabilizados pela pobreza, os chamados "excluídos sociais", trabalhadores desempregados e/ou subempregados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.651.000,00	Empenho Liquidado: R$ 2.127.831,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.127.831,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Ocupações Geradas pelo PRODUZIR

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 15 em 01/01/2002
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador. Em 2005, foram contratados profissionais que possibilitarão apurar o índice no ano de 2006.

2. Taxa de Sucesso dos Empreendimentos do PRODUZIR

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador. Em 2005, foram contratados profissionais que possibilitarão apurar o índice no ano de 2006.

Contextualização

A grande extensão territorial do Brasil é um dos fatores que contribui para que o processo de desenvolvimento não se distribua espacialmente de forma homogênea. Ao lado de áreas de grande dinamismo econômico, encontram-se regiões onde as atividades produtivas estão estagnadas e os níveis de bem–estar social são bastante baixos, apresentando graves problemas de desequilíbrio socioeconômico.
Nesse contexto, o PRODUZIR, somado a outros programas de dinamização da base produtiva local e regional e de ampliação das possibilidades de acesso aos serviços sociais básicos, visa a promover a inserção econômica e social dos excluídos sociais, populações residentes em áreas deprimidas que se encontram à margem das políticas de desenvolvimento do país.

Os objetivos do programa são: reduzir o desemprego e o subemprego em comunidades urbanas e rurais; capacitar pessoas desempregadas ou subempregadas para sua organização social e produtiva e a geração de postos de trabalho e de renda, potencializando os recursos e vocações econômicos das comunidades; fomentar a estruturação de empreendimentos produtivos, associações e cooperativas para produção de bens e serviços; possibilitar a geração de novas formas e processos de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e das relações de poder local; apoiar a organização de arranjos e cadeias produtivas; e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e para o desenvolvimento local, mesorregional e regional sustentável.

Assinala-se como um dos enclaves à execução do programa a inexistência de microcrédito disponível nos diversos Estados, adequado às características do seu público-alvo, as dificuldades de capacitação, no curto prazo, de multiplicadores da Metodologia de Capacitação Massiva e a não-implantação do Sistema de Participação Social para Geração de Trabalho e Renda (SIPGER).

Principais Resultados

- Início da execução de 47 Eventos de Capacitação em Campo.
- Geração de 92 núcleos produtivos coletivos.
- Início da geração e/ou fortalecimento de 141 empreendimentos.
- Capacitação de 4.314 pessoas.
- Elaboração da nova metodologia de execução dos Eventos de Capacitação em Campo.
- Capacitação de técnicos multiplicadores, que atuam como coordenadores dos Eventos de Capacitação em Campo.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, que necessita mais 3 profissionais para atuar no acompanhamento e na supervisão das ações.

- Indicadores inadequados, que deverão ser aperfeiçoados, e insuficiência na apuração, atividade que, em 2006, contará com a participação de profissionais já contratados.
- A maior parte da execução física do programa em 2005 ocorreu com recursos do Projeto de Cooperação Técnica Internacional FAO UTF/BRA/040/BRA, disponível a partir de repasses de exercícios anteriores.

Outros Aspectos Relevantes

O PRODUZIR é um programa de Governo e um Projeto de Cooperação Técnica (PCT). Como programa do PPA, possui recursos ínfimos para sua execução e, como PCT, executa quase a totalidade de suas ações.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) possui uma estrutura adequada para o acompanhamento e planejamento de programas do PPA, mas inadequada para um PCT, pois os recursos para sua execução, embora sejam originários do orçamento da União, não são necessariamente do exercício em curso. Assim, há uma incompatibilidade entre a execução do programa e do PCT, bem como entre a execução física e financeira. Atualmente, o preenchimento em campos de texto do SIGPLAN destinados a comentários sobre as ações é efetuado, todavia, o campo de comentários não é adequado para o levantamento de informações objetivas e avaliações quantitativas.

A execução dos projetos do programa dura 10 meses, e, por isso, uma ação iniciada num ano é finalizada apenas no ano seguinte. Ações que começaram em 2005 só apresentarão resultados finais no meio do ano de 2006, assim, as informações referentes aos resultados de 2005, preenchidas no SIGPLAN, ficam desatualizadas.

Recomendações

- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas "1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)" e "1022 - Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões (PROMOVER)", de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar o PRODUZIR, visto que sua concepção, execução e monitoramento têm se pautado prioritariamente pelo Projeto de Cooperação Técnica de mesmo nome.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos, que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Objetivo

Reduzir os danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

Público-Alvo

Instituições de Defesa Civi.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 142.369.152,00	
Empenho Liquidado:	R$ 35.950.054,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 35.950.054,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 67,66 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O alcance do índice é viável, embora não garanta o alcance do objetivo do programa. As Coordenadorias Municipais de Defesa Civil são os órgãos responsáveis pela prevenção, preparação e resposta a desastres no Brasil e estão presentes em 3.762 Municípios, o que representa 67,66% do total de Municípios. Aqueles em que não há coordenadorias estão mais vulneráveis às situações de riscos de desastres.

Contextualização

O art. 21 da Constituição Federal prevê o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
Os arts. 16 a 19 do Decreto nº 4.649, de 27/03/2003, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional (MI), estabelecem as competências da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI).
O Decreto nº 895, de 16/08/1993, dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujo Órgão Central é o SEDEC.
A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), de 12/12/1994, aprovou a Política Nacional de Defesa Civil.

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, afetando o desenvolvimento sustentável do país. Grande número de desastres é agravado pelas migrações internas, que levam à formação de bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos, em áreas vulneráveis aos desastres, especialmente inundações, deslizamentos de encostas, incêndios em favelas, desabamentos e, muitas vezes, em áreas próximas a depósitos de produtos perigosos, etc. A falta de planejamento da ocupação e/ou utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais, urbanas e rurais, com um número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais. Quando não se priorizam as medidas preventivas, há um aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres. O grande volume de recursos gastos com o atendimento da população atingida é muitas vezes superior ao que seria necessário para a prevenção. Além disso, esses recursos poderiam ser destinados à implementação de projetos de grande impacto social, como geração de emprego e renda. Por outro lado, a maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação.

A não-implementação do programa contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais.

Principais Resultados

- Capacitação de 10.314 agentes de defesa civil, o que corresponde a 220% dos 6.165 previstos. A capacitação contou com a presença de 3.376 alunos e, em maio, foram capacitados 2.000 alunos pelo 1º curso à distância em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Em julho, foram treinados, à distância, 320 profissionais de imprensa. Até agosto, foram capacitados 295 agentes de defesa civil, pela Coordenadoria Estadual da Bahia e, em outubro, 300 pessoas no II Fórum Nacional de Defesa Civil, em Jaboatão dos Guararapes, PE. Em novembro, encerrou-se o 2º curso à distância de defesa civil, com 4.000 alunos e, em dezembro, encerrou-se o Curso de Pós-Graduação em Defesa Civil na Universidade Federal de Santa Catarina. Estes resdultados tornaram-se possíveis graças ao alto comprometimento do Sistema Nacional de Defesa Civil, em que professores, técnicos e agentes de defesa de todo o Brasil têm se empenhado em promover o acesso ao conhecimento em Municípios com áreas de risco.
- Realização da 1ª Semana Nacional de Redução de Desastres, no período de 10 a 14 de outubro de 2005, em que foram desenvolvidas atividades voltadas à redução de desastres nas comunidades em áreas de risco, com o objetivo de esclarecer e informar crianças, jovens, professores e comunidade em geral a respeito das manifestações dos fenômenos naturais que ocorrem no país. Foi produzido material destinado às atividades com os estudantes da pré-escola à 6ª série do ensino fundamental, com o objetivo de mobilizá-los frente à problemática das áreas de risco e fazê-los conhecer os perigos que os cercam, bem como adotar estratégias de prevenção. O material (cartilhas, sacolas, cartazes, folders, vídeos e caixas de lápis de colorir) foi distribuído a

861 escolas de 14 Estados brasileiros que tiveram danos totais causados por desastres naturais em 2004. No total, 20 mil crianças receberam os kits.

O resultado foi considerado acima do esperado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. Faltam, pelo menos, 2 gerentes para ações de prevenção e preparação às respostas de desastres.

Contingenciamento orçamentário. Impossibilitou a realização de 20 cursos de capacitação em diversos Estados.

Outros Aspectos Relevantes

Há necessidade de reconhecimento pelo planejamento federal, pois quanto mais se investe em ações de prevenção a desastres, mais se economiza em resposta a desastres. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) indica que, para cada dólar investido na prevenção, se aplicam 8 na resposta a desastres, mas no Brasil, para cada dólar investido na prevenção se aplicam 40 na resposta, o que demonstra que se deve investir mais na prevenção e menos na resposta.

Ocorreu um aumento significativo dos recursos financeiros liberados entre 2004 e 2005 em mais de 150%, porém ainda há muito a ser investido para a prevenção de desastres no Brasil.

Em função da capacitação e conscientização de técnicos nos Municípios, tem havido não somente a criação de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, fundamentais para prevenção, preparação, resposta e reconstrução, mas também a sua efetiva operacionalização, que passa a ser não somente um ato político, mas principalmente o desenvolvimento de uma consciência voltada para a segurança global da população, no que diz respeito a riscos de desastres humanos, naturais e mistos.

Recomendações

- Incluir a Ação "Apoio à Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil", cuja finalidade será fortalecer os órgãos regionais e municipais do SINDEC, reorganizado pelo Decreto nº 5.376, visando à proteção da população, mediante medidas preventivas de preparação, de resposta e de reconstrução.
- Incrementar as articulações com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista a forte interface entre defesa civil, planejamento urbano e gestão ambiental

.

Proágua Infra-Estrutura

Objetivo

Aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção, por meio da execução de obras estruturantes, barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras.

Público-Alvo

Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 596.022.665,00	Empenho Liquidado: R$ 331.684.831,00 Pago estatais: - Total: R$ 331.684.831,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Adução de Água Bruta

Unidade de medida: Milhão de metro cúbico (m3)
Último índice apurado: 572,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 2.858,53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade do alcance do índice do indicador só poderá ser medida quando as obras forem concluídas. As ações atuais ainda estão em execução e, pelas suas características, somente após a sua finalização, se alcançará a efetividade no sistema.

2. Reserva de Água em Barramentos e Açudes

Unidade de medida: Milhão de metro cúbico (m3)
Último índice apurado: 5.495,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 10.004,84

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade do alcance do índice do indicador só poderá ser medida quando as obras forem concluídas. A justificativa para a As ações atuais ainda estão em execução e, pelas suas características, somente após a sua finalização, se alcançará a efetividade no sistema.

Contextualização

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente os níveis de saúde e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Essa situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e à localização das fontes, o que exige grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados, pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição. A solução compreende a recuperação de obras existentes e a construção de novas barragens para regulação e armazenamento, bem como de adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso fácil à água pelas populações e produtores. Perdurando essa situação, espera-se o crescimento das taxas de mortalidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.

Principais Resultados

- Barragem Poço do Marruá, PI: conclusão do maciço de concreto compactado a rolo (CCR);
- Barragem do Córrego João Leite, GO: conclusão do maciço de CCR;
- Barragem Caçamba, AL: construção da estrada de acesso, implantação do canteiro e realização de escavações para a fundação da barragem e canal de desvio;
- Barragem Berizal, MG: execução da 2ª etapa, com conclusão dos serviços de concretagem e terraplanagem do vertedouro, bem como de parte da boca do montante da tomada de água, e compra e montagem dos equipamentos hidromecânicos. Também foram concluídos os Estudos Ambientais Complementares e o Plano de Reassentamento e de Ação Social;
- Complexo Castanhão, CE: implantação de sistemas de abastecimento para 18 comunidades rurais assentadas e estabelecimento de projetos produtivos, desenvolvidos de acordo com a área de assentamento, nas áreas de piscicultura, ovinocaprinocultura, apicultura, artesanato, fruticultura irrigada, pecuária intensiva, galinha caipira, caju e mandioca.;
- Adutora Jucazinho, com 243km de extensão, PE: execução de serviços relativos às obras de assentamento e montagem da adutora, no trecho entre as cidades de Bezerros e Gravatá; realização de atividades de assentamento e montagem de 4km de adutora, referentes ao trecho entre o tanque de alívio unilateral e a estação de tratamento de água da cidade de Bezerros; e instalação de equipamentos hidromecânicos e bombas da estação elevatória 6.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A realização dos empenhos e as liberações ocorreram apenas no final do exercício, prejudicando a execução das obras e, conseqüentemente, das metas previstas. Aproximadamente 78% dos recursos autorizados encontram-se inscritos em restos a pagar.

Alguns fatores, como limites orçamentários e financeiros reduzidos, atraso na prestação de contas e inadimplência dos convenentes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), inviabilizaram o alcance das metas físicas

e financeiras previstas no orçamento. É importante ressaltar que o programa foi encaminhado pelo Poder Executivo com uma monta de R$ 178 milhões, recebendo emendas no Congresso Nacional de R$ 311 milhões.

Um ponto concernente às unidades executoras, que ainda deve ser avaliado, é a falta de espaço físico e equipamentos adequados, que gera perdas de eficiência no processo de alocação de recursos. Há também insuficiência de técnicos para atender à demanda na formalização dos convênios e no acompanhamento da sua execução. A deficiência em relação ao número de engenheiros alocados nas unidades executoras poderia ser amenizada por meio da realização de concursos e da consolidação de uma carreira.

Com relação aos proponentes, verifica-se o não-atendimento tempestivo às demandas técnicas e o cumprimento das questões normativas para formalização dos convênios, agravando o atraso no atingimento das metas físicas. A dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental por parte dos proponentes determinou a demora, e até mesmo a inexecução, de algumas obras, a saber: Barragem Peão, MG, Barragem Setúbal, MG, Barragem do Falairo, BA, Barragem Olho D'água, CE e Barragem Oiticica, RN.

É necessária a instituição de instrumentos normativos simplificados e consolidados, a fim de esclarecer os procedimentos de formalização e as regras de licitação, licenciamento e obtenção de outorga. A diversidade e a dispersão dessas informações, somadas à falta de clareza de alguns normativos legais, atrapalham o processo executivo. Dessa forma, o Poder Executivo deveria atuar de forma pró-ativa, buscando dar subsídios, por meio de cartilhas e publicações, que visem a orientar a atuação dos parceiros na implementação das ações do programa.

O orçamento do programa tem, aproximadamente, 65% dos recursos destinados ao atendimento de emendas e, do total, somente 55% foram empenhados, tendo em vista os limites orçamentários. Se considerada a proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2005, quase a totalidade dos recursos foi empenhada.

Outros Aspectos Relevantes

Com relação ao monitoramento das ações, após a formalização dos convênios com Estados e Municípios, são feitos o acompanhamento e a inspeção, e os dados são registrados no Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), o que permite verificar o desempenho individual de cada ação. Existe a necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos relativos à aferição dos resultados. Dada a obrigatoriedade de fiscalização dos recursos repassados, inclusive nos núcleos regionais, faz-se necessário montar uma estrutura adequada à atividade, que demanda inspeções individualizadas no local, e aferir os serviços executados, com uso de equipamentos de medição.

A mensuração do atendimento ao público–alvo só poderá ser realizada ao final das obras do programa.

A participação social do programa ocorre por meio de ouvidorias e audiências públicas. Os governos estaduais e municipais são responsáveis pelos serviços de ouvidoria relativos às obras do programa, e as audiências públicas ocorrem conforme

a exigência das obras, nos termos da legislação ambiental. A implementação das obras do programa pode ser submetida aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, caso haja demanda nesse sentido, de acordo com a legislação pertinente. O processo de avaliação e licenciamento ambiental de projetos e obras e a participação social que ele propicia têm ofertado obras ambientalmente mais seguras e socialmente mais aceitas.

A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" teve como principais objetos de gasto a realização de estudos e projetos para obras de infra-estrutura hídrica, deslocamento dos técnicos aos projetos e contratação de consultores especializados para análise, avaliação e acompanhamento dos projetos.

Recomendações

- Alterar a estratégia de implementação do programa para: "as ações do programa compreendem, fundamentalmente: fortalecimento institucional dos sistemas estaduais de gestão dos recursos hídricos; elaboração de estudos, planos e projetos; recuperação e construção de barragens, açudes e adutoras; e aquisição de equipamentos, tais como, motobombas, comportas, válvulas, tubulações e acessórios. As necessidades detectadas pelos governos municipais, estaduais e pelas entidades vinculadas, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), permitirão a elaboração dos planos de trabalhos anual e plurianual. A execução será descentralizada, em parceira com governos municipais, estaduais e organismos vinculados, e a prioridade das ações será determinada segundo as necessidades das comunidades, a população atendida, os benefícios gerados, a relação benefício/custo e os prazos de execução"

Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

Objetivo

Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

Público-Alvo

Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 165.502.480,00	Empenho Liquidado: R$ 122.617.049,00 Pago estatais: - Total: R$ 122.617.049,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 42.200.000,00	R$ 9.310.871,00

Indicador(es)

1. Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do Distrito Federal (DF) e Entorno

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

2. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Bacia do Itabapoana

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

3. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Chapada das Mangabeiras

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

4. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Chapada do Araripe

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

5. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Grande Fronteira do Mercosul

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

6. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região da Metade Sul do Rio Grande do Sul

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

7. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região de Águas Emendadas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

8. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região do Alto Solimões

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

9. Número de Ocupações Geradas na Sub-Região do Xingó

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

10. Número de Ocupações na Sub-Região do Bico do Papagaio

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

11. Número de Ocupações na Sub-Região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

12. Número de Ocupações na Sub-Região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

13. Número de Ocupações na Sub-Região do Vale do Rio Acre

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Difícil avaliar a viabilidade devido à fragilidade do indicador.

Contextualização

O Brasil apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de um processo histórico de desenvolvimento, que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pesem modestos avanços em termos de desconcentração, o país ainda carece de políticas públicas efetivas, que contribuam para a inserção eqüitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo global de desenvolvimento econômico e social.

Enquanto o Governo Federal dispõe de políticas públicas definidas para as camadas menos favorecidas da população, em que o combate emergencial à pobreza e à fome é a prioridade absoluta, são necessárias a formulação e a implementação de uma política voltada para as camadas imediatamente subjacentes, baseada nos modernos conceitos do desenvolvimento regional. O PROMESO justifica-se, portanto, pela necessidade de se atenuar esse problema, atuando, sobretudo, nas seguintes necessidades: (a) de que a atuação do Governo Federal ocorra, de forma integrada, em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões; (b) de que as demandas e possíveis soluções sejam identificadas com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada; (c) de consolidação, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formulada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), de um processo consistente e permanente de redução das desigualdades inter e intra-regionais no país, temática esta que tem sido recorrentemente elencada como prioritária pelo Governo Federal.

Do período compreendido entre 1985 e 1999, apenas de 1994 a 1999, percebe-se uma estabilização dos indicadores de desigualdade. A desconcentração que se observou até 1994 não decorreu, entretanto, de uma redução significativa das desigualdades inter-regionais no país, e sim da redução dos níveis de desigualdades intra-regionais, sendo que a interrupção desse processo de descontração decorreu simplesmente da estabilização dos níveis de desigualdade intra-regionais.

A queda dos níveis de desigualdade interestadual no âmbito das regiões Sudeste e Nordeste, que juntas representam cerca de 70% da população do país, foi a grande responsável pela redução da média ponderada dos Índices Regionais de Desigualdade Interestadual no Brasil entre 1985 e 1994. Cabe lembrar que a Agenda 21 brasileira, em seu Objetivo 8, prioriza os subespaços regionais com os quais o MI já vinha trabalhando e que, em alguns deles, vinha alcançando resultados importantes em termos de mobilização da sociedade, participação e democratização das decisões, numa clara demonstração da possibilidade e conveniência de se promover o desenvolvimento a partir de uma nova perspectiva.

A importância da intervenção em espaços sub-regionais para a economia nacional e, principalmente, regional é relevante pela necessidade de interiorização do processo de crescimento da economia regional, visando à inserção social e econômica das populações locais.

Este programa deve constituir uma prioridade dentro PNDR do MI, pela sua complementaridade com outros programas e ações desenvolvidos no âmbito regional.

Principais Resultados

- Apoio a 43 arranjos produtivos locais em 12 mesorregiões prioritárias e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF);
- Apoio a 64 associações e cooperativas;
- Capacitação de 4.118 pessoas;
- Apoio ao fortalecimento institucional de fóruns e comitês gestores de arranjos produtivos locais criados no âmbito dos fóruns.

A obtenção de resultados no exercício 2005 ocorreu conforme o esperado, tendo em consideração a totalidade de ações. No entanto, cabe destacar heterogeneidades, tais como: a estratégia de apoiar projetos produtivos, articulando recursos das ações 6424 - Estruturação e Organização de APLs, 4644 - Capacitação para o desenvolvimento Integrado e Sustentável em Espaços Sub-regionais Selecionados e Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo, permitiu o alcance de metas físicas superiores às previstas pela Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA), por meio dos convênios realizados para a execução das ações. As ações 9578 - Apoio a Projetos Integrados para a Transformação Econômica e Sustentável das Várzeas Amazônicas, 9576 - Fomento à Estruturação de Atividades Produtivas e 9581- Fomento à Utilização Produtiva de Áreas Alteradas, resultantes de emendas parlamentares, apresentaram execução financeira e física nulas. Parte das ações resultantes de emendas parlamentares, executadas por instituições vinculadas ao MI, apresentou execução financeira de ações. No entanto, o não-preenchimento dos dados físicos correspondentes inviabiliza a avaliação da execução física e dos seus resultados. A formalização dos convênios, realizada em especial no terceiro trimestre do ano, permitirá que a execução física das ações tenha início no exercício de 2006, viabilizando a mensuração de seus resultados concretos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. O Ministério não possui recursos humanos, no quadro permanente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação de técnicos com perfil gerencial. A necessidade de uma ação de acompanhamento mais próximo de cada uma das 12 mesorregiões, objetos de ações do programa, leva à necessidade de uma equipe gerencial volumosa. Avanços quanto à qualidade e quantidade da equipe técnica disponível foram feitos no exercício de 2005, que, no entanto, ainda se apresenta insuficiente.

Contingenciamento orçamentário A redução de limites financeiros de custeio do MI, provocada pelo contingenciamento orçamentário, impossibilitou a execução de parte de recursos do programa.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos. A realização de licitações para a execução de ações ocorre por meio de convênios realizados com Estados, Municípios e outras instituições, porém Estados e Municípios apresentam dificuldades na

operacionalização dos processos licitatórios, gerando morosidade na implementação dos projetos e dificultando o alcance dos resultados e a aferição de indicadores.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência.As dificuldades na elaboração de convênios devem-se a fatores inerentes ao processo administrativo e à busca por instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência. O fato de haver predominância de recursos de investimento, com a realização de obras civis, condiciona, também, o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Com a utilização do Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC), no novo formato proposto em 2005, muitos Estados e Municípios, selecionados para execução de projetos por suas características técnicas e de inserção local e regional, se viram impossibilitados, por muitos meses, de celebrarem convênios por motivo de inadimplência frente ao sistema de controle com as novas características em vigência. Isso acarretou atraso na elaboração de convênios, gerando a necessidade de busca de novos parceiros e de readaptação de projetos às novas escolhas.

O Congresso Nacional incluiu 7 novas ações no programa pela Lei Orçamentária Anual 2005. Houve dificuldades quanto à implementação dessas ações, com repercussões importantes no acompanhamento de seus resultados e na sua contribuição para os objetivos do programa. Três ações (9578 - Apoio a Projetos Integrados para a Transformação Econômica e Sustentável das Várzeas Amazônicas, 9576 - Fomento à Estruturação de Atividades Produtivas e 9581 - Fomento à Utilização Produtiva de Áreas Alteradas) apresentaram execução financeira e física nulas, prejudicando a avaliação do programa, com resultados desiguais em relação às ações concebidas inicialmente.

A aplicação dos recursos referentes ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia e no Nordeste é realizada sem articulação com as ações desenvolvidas nos espaços prioritários trabalhados pelo PROMESO, não trazendo impactos diretos para os objetivos do programa e para as áreas prioritárias apoiadas pelo programa.

Outros Aspectos Relevantes

Visando a ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, da qual participam 21 Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal. No âmbito dessa Câmara, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Programas Regionais, que definiu 5 mesorregiões (Alto Solimões, Chapada do Araraipe, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Grande Fronteira do Mercosul e metade sul do Rio Grande do Sul) como áreas prioritárias para a articulação de ações e programas desses Ministérios. A ação conjunta dos Ministérios deu origem a Agendas de Compromissos nesses espaços.

Recomendações

- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas "1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (PROMOVER) e 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR", de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar indicadores alternativos que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações.

Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões - PROMOVER

Objetivo

Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.

Público-Alvo

Investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 74.521.291,00	Empenho Liquidado:	R$ 69.490.995,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 69.490.995,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 8.590.000,00	-

Indicador(es)

1. Faturamento bruto nos Arranjos Produtivos Locais Atendidos pelo Programa

Unidade de medida: Real (R$)
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador.

2. Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais Apoiados pelo Programa

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade de difícil avaliação devido à fragilidade do indicador.

Contextualização

Recorrentemente são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento e de disponibilidade de recursos humanos e de capital físico, que revelam precariedade e

fragilidade, em termos de capacidade e sustentabilidade, do processo de redução das desigualdades inter e intra-regionais no Brasil. Essa situação torna-se cada vez mais complexa para as regiões menos dinâmicas, à medida que se reduzem sistematicamente as barreiras anteriormente existentes no âmbito do comércio internacional, de forma que tais regiões, que já enfrentam a concorrência das regiões mais dinâmicas do país, passam a competir com produtos oriundos dos mercados externos. Não obstante, revelam-se, em alguns casos, oportunidades produtivas existentes e potenciais que, adequadamente identificadas e incentivadas, numa perspectiva sistêmica, poderiam se constituir em vetores do desenvolvimento, pautados na capacidade endógena dos recursos humanos existentes e no aproveitamento sustentável dos recursos daquelas regiões. Dessa forma, a mobilização de ações, de iniciativas e de recursos, aproveitando-se as disponibilidades locais existentes, pode revelar os seus condicionantes de competitividade, os seus principais pontos de estrangulamento e, principalmente, as soluções para os problemas identificados. Nesse sentido, evitando-se a sobreposição de iniciativas e ampliando-se as possibilidades de parcerias existentes nas diversas experiências implementadas pela sociedade civil, voltadas para a identificação e promoção de arranjos produtivos locais, clusters, cadeias produtivas e treinamento e capacitação de mão-de-obra, entre outros, possibilitar-se-ia um processo virtuoso de redução consistente das desigualdades verificadas no país.

Principais Resultados

- Início do incremento da competitividade nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados pelo programa.
- Superação de dificuldades em APLs apoiados.

Os projetos apoiados em 2005 ainda estão em andamento, mas já apresentam resultados ou perspectivas que podem caracterizá-los como dentro do esperado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Definição dos Indicadores. Como os projetos apoiados pelo programa possuem duração média de 2,5 a 3 anos, e os indicadores foram inseridos no programa pela primeira vez no ano de 2005, os resultados só poderão ser mensurados ao final de 2006.

Quantidades inadequadas de recursos humanos nas equipes executoras. Embora a situação da equipe executora tenha apresentado um avanço na quantidade de pessoas dedicadas a execução de ações do programa, entre 2004 e 2005, ainda existe a necessidade de contratação de 3 gerentes de projetos para suprir as demandas de execução e monitoramento de projetos apoiados pelo programa. .

Contigenciamento orçamentário. Em função do contingenciamento orçamentário de recursos de custeio, algumas atividades foram alteradas para que se adequassem à natureza e quantidade de recursos, entretanto, isso não provocou grande prejuízo.
Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Alguns Estados e Municípios atrasaram o envio de prestação de contas, o que inviabilizou o repasse de parcelas dos convênios, gerando atraso no alcance das metas previstas nos projetos.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Diversos

parceiros executores dos projetos possuíam algum tipo de inadimplência, impedindo a celebração de convênios e seus pagamentos.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental.

Outros Aspectos Relevantes

O programa PROMOVER possui, em seu eixo central, duas grandes ações: 1) "Apoio a Arranjos Produtivos Locais"; e 2) "Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade". Na análise da primeira ação, em suas diversas unidades orçamentárias, percebe-se que o alcance das metas físicas estabelecidas foi de 86%, com a execução de cerca de 89% dos recursos financeiros disponíveis. Com relação à segunda, a execução física foi superior a 100%, mesmo com execução financeira de 70%. Esse fato justifica-se pela articulação, na elaboração dos projetos, de recursos de custeio dos parceiros executores.

Recomendações

- A ação 09EF – "Apoio a Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Doenças dos Trópicos" possui pouca aderência aos objetivos do programa e deve ser excluída.
- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, seguindo as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.
- Melhorar a interação com outros programas de base territorial, especialmente os programas "Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO)" e "Organização Produtiva de Comunidades Pobres (PRODUZIR)", de maneira a evitar sobreposições na articulação institucional e na implementação de ações.
- Aperfeiçoar a aferição dos indicadores do programa ou, se necessário, identificar outros que permitam o monitoramento adequado da implementação das ações do programa.

Resposta aos Desastres

Objetivo

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

Público-Alvo

Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 254.129.531,00	Empenho Liquidado: R$ 228.169.817,00 Pago estatais: - Total: R$ 228.169.817,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 41

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O alcance do índice é viável, embora não reflita a realidade, em função de as ações deste programa serem basicamente de resposta após a ocorrência dos desastres naturais, humanos e mistos, o que não é previsível, sendo normalmente aferido ao final do exercício financeiro. Em termos de meta física, não é possível predizer com segurança, mas estima-se que, ao final de um dos 4 anos do programa, tenha sido atingido um índice aproximado de ¼ do previsto, considerando-se o que foi realizado e normalmente se repete.

Contextualização

- O art. 21 da Constituição Federal prevê o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
- O Decreto nº 4.649, de 27/03/2003, aprovou a estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional (MI) nos artigos de 16 a 19, que

estabelecem as competências da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI).
- O Decreto nº 895, de 16/08/1993, dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), cujo Órgão Central é o SEDEC.
- O Decreto nº 1.080, de 08/03/94, regulamenta o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP).
- A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), de 12/12/1994, aprovou a Política Nacional de Defesa Civil.

Há freqüentes ocorrências de desastres naturais, humanos e mistos, com danos às pessoas e ao patrimônio e com grandes prejuízos econômicos e sociais. Além disso, a maioria dos Municípios não possui estrutura e capacidade financeira para administrar a normalidade, mais ainda na anormalidade provocada por desastres. Especialmente nos desastres de grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos Municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal tem sido feito sem a urgência necessária (ações relacionadas com o socorro, a assistência às pessoas afetadas e a reabilitação dos cenários), devido à burocracia no repasse dos recursos orçamentários e extraordinários, inviabilizando a pronta resposta. A alocação de recursos no FUNCAP viabiliza a implementação imediata das ações de pronta resposta aos desastres. Nos últimos anos, a indisponibilidade orçamentária comprometeu o atendimento emergencial e oportuno às pessoas afetadas por desastres.

Principais Resultados

- Atendimento a todos os Municípios carentes de ajuda federal, considerando-se os recursos financeiros orçamentários e os oriundos de Medidas Provisórias e emendas parlamentares, no que se refere a socorro e assistência às populações afetadas por desastres e que solicitaram o apoio do Governo Federal. Nas ações de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres e nas de recuperação de danos causados por desastres, devido à burocracia, não foi possível o atendimento pleno com a utilização dos recursos totais envolvidos.
- A SEDEC realizou os empenhos dentro dos prazos e conforme a legislação vigente, no entanto, ocorreram cancelamentos de empenhos realizados, em face do não-atendimento, por parte dos proponentes, às normas legais em vigor, basicamente por não terem conseguido fornecer documentação indispensável à formalização dos convênios.

O resultado foi considerado dentro do esperado, mas os resultados poderiam ter sido melhores caso não ocorresse o excesso de burocracia, aliado ao despreparo das equipes municipais

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Composição das fontes de financiamento. O orçamento anual (LOA) é extremamente reduzido e sua execução depende, portanto, da edição de Medidas Provisórias e de emendas parlamentares, as quais, em seu conjunto, representaram em 2005 mais de 10 vezes a dotação orçamentária desta Secretaria, configurando-se uma verdadeira inversão de valores. Existe o FUNCAP, criado por Lei Federal, o qual não é dotado anualmente de recursos financeiros e que poderia servir como poderoso instrumento

de agilização, tanto das ações de socorro como as de reabilitação e amenizando os efeitos da edição das Medidas Provisórias.

Compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos. Devido aos contingenciamentos de recursos e à imposição de limite orçamentário e financeiro mensal, eventualmente ocorrem descontinuidades, prejudicando inclusive a realização de destaques orçamentário-financeiros a Órgãos Federais parceiros nas ações de resposta a desastres. No caso das Medidas Provisórias e das emendas parlamentares, as dotações demoram a ser disponibilizadas no curto prazo, prejudicando as populações atingidas.

Recursos materiais insuficientes na equipe gerencial Há necessidade de aquisição imediata de equipamentos especializados e materiais específicos à atividade da equipe gerencial, os quais, devido às dotações orçamentárias existentes, são adquiridos em quantidades pequenas, demandando tempo excessivo para o atendimento das equipes empregadas nas diversas ações do programa.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. Há necessidade de mais profissionais capacitados na equipe gerencial e nas equipes executoras, de forma a realizar o gerenciamento das diversas atividades afetas à SEDEC.

Insuficiente qualificação de recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras. A inexistência de Plano de Cargos e Salários no Ministério dificulta bastante o recrutamento de pessoal em nível gerencial. O vencimento mensal dos técnicos de nível superior é ínfimo se comparado ao de outras categorias salariais, o que concorre para a alta rotatividade dos técnicos concursados, os quais realizam concursos em outros órgãos de melhor remuneração e, conseqüentemente, se afastam por força de suas nomeações. Esse fato obriga a constante reciclagem e treinamento repetido dos novos servidores, prejudicando o desempenho administrativo da SEDEC.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios ocasiona acúmulo de problemas administrativos, pelo despreparo das equipes municipais e mesmo algumas estaduais, o que compromete o dia-a-dia administrativo da SEDEC e acarreta a perda de tempo e esforços consideráveis no atendimento de diligências dos órgãos de fiscalização e controle.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos. São enfrentadas dificuldades devido ao despreparo das equipes administrativas municipais e estaduais, na formalização dos processos administrativos obrigatórios pela legislação.

Lentidão no processo de licenciamento ambiental. Os convênios são celebrados com cláusulas condicionantes de somente liberar os recursos financeiros após a apresentação da documentação obrigatória. Esse aspecto prejudica, em última instância, a população afetada por desastres.

Outros Aspectos Relevantes

Estão em fase de criação as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil em ritmo acelerado no país, bem como diversos Municípios têm incrementado a criação e funcionamento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), especialmente para atender à população de baixa renda residente nas periferias dos centros urbanos. Isso tem auxiliado a redução dos efeitos dos desastres junto à população afetada, com reflexos positivos na conscientização dos cidadãos e a significativa redução das mortes ocasionadas por desastres. Essas atividades têm sido, geralmente, solicitadas pelas comunidades junto aos seus governantes.

Está em implementação o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o qual constituirá um espaço próprio com equipamentos de última geração, operados por especialistas treinados e apoiado em um sistema de Tecnologia da Informação (TI) recentemente instalado, o Sistema Operacional de Defesa Civil,,que já emite, atualmente, os alertas meteorológicos a todos os Municípios e Estados, bem como realiza o socorro às populações atingidas por desastres, desencadeando as Portarias de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública e, ainda, servindo como base de dados de áreas de risco e de facilidades de apoio e socorro às populações em todo o território nacional, sendo que tudo será interligado mediante a Rede Nacional de Defesa Civil, em futuro próximo. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de extrema utilidade no gerenciamento de crises.

Recomendações

- Simplificar o processo de descentralização de recursos mediante transferências voluntárias (convênios), especialmente nos casos de reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública.
- Incrementar as articulações com o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista a forte interface entre defesa civil, planejamento urbano e gestão ambiental.

Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

Objetivo

Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.

Público-Alvo

Produtores de perímetros públicos irrigados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$176.843.673,00	Empenho Liquidado:	R$ 132.383.849,80
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 132.383.849,80

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa da Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 20%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A meta é factível, porém dependente das liberações financeiras, que, se limitadas ao que foi disponibilizado em 2005, inviabilizarão o alcance do índice. Em caso contrário, há possibilidades de recuperação.

Contextualização

O viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária, comum à grande maioria dos países em desenvolvimento, tem reflexo no programa "Desenvolvimento da Agricultura Irrigada", no decorrer das duas primeiras décadas de sua existência, resultando na dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Da mesma forma, a grande maioria dos produtores beneficiados por esses projetos nunca alcançaram os níveis de capacitação necessários para se transformarem em pequenos empresários rurais. A figura do colono corresponde a um agricultor de subsistência, explorando uma área na qual foram efetuados vultosos investimentos para adequá-la à produção intensiva.

A transferência da gestão, processo que no Brasil foi denominado emancipação, comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas

beneficiadas, bem como para garantir a economia de água e manutenção apropriada das estruturas, verificando-se, igualmente, uma significativa redução de custos operacionais. Como resultado adicional, os produtores deixam de utilizar recursos para a manutenção dos empreendimentos, destinando-os à expansão da área irrigada ou outras atividades que garantam maior retorno socioeconômico. No país, muitos projetos públicos continuam, direta ou indiretamente, sob a tutela do Governo ou necessitam de subsídios públicos para a sua gestão.

Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, com operação inicial nos novos projetos e reorganização nos projetos em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes. Durante esse período, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais e capacitados em agricultura irrigada e nas tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Especialistas fomentam e estimulam a formação do "Distrito de Irrigação", entidade responsável pelo fornecimento de água, bem como a formação de cooperativas ou associações de produtores como forma de obter vantagens competitivas para a sua produção. Tais condições favorecem considerável ampliação da área irrigada e, conseqüentemente, da produção agrícola, assim como a geração de emprego e renda. Atualmente estão em operação 80 projetos que poderão fazer parte do programa no período 2004-2007.

Principais Resultados

- O programa deu prosseguimento às atividades de gestão dos perímetros, sendo que as metas para 2005 devem ser atingidas em março de 2006. Estava prevista a transferência da gestão de 9 perímetros em 2005, a saber: 3 da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), 1 do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e 5 do Ministério da Integração Nacional (MI), através de convênios com Estados.
- Os da CODEVASF, incluídos no Projeto Piloto de Investimento (PPI), tiveram sua gestão transferida. O perímetro do DNOCS somente poderá ser transferido em 2006, devido a problemas de regularização fundiária e deficiência de recursos financeiros. Dos 5 perímetros do MI, para os quais nenhum recurso financeiro foi liberado em 2005, 4 serão transferidos até julho de 2006 e o outro, somente em 2007.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cronograma de liberação de recursos afetou diretamente o atingimento das metas físicas previstas para o programa. Outro problema referente aos recursos orçamentários está relacionado ao limite disponibilizado ao órgão, impossibilitando a utilização de todos os recursos do MI.

A falta de espaço físico para comportar a equipe de trabalho, além da insuficiência de instrumentos de trabalho, comprometeram o efetivo desenvolvimento das ações.

Outro problema recorrente diz respeito à insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. O pessoal existente no MI não está capacitado para realizar as ações e há necessidade da atuação de consultores. Os recentemente contratados por concurso, devido ao reduzido salário, apresentam falta de motivação

para continuar e a qualificação necessária dos profissionais das diversas áreas é apenas a experiência em perímetros irrigados em funcionamento

Outros Aspectos Relevantes

Embora a cobertura do público-alvo tenha alcançado o número esperado, houve grande atraso no início das atividades, devido à liberação de recursos.

Os irrigantes foram apenados devido à não-viabilização de medidas relativas a crédito e assistência técnica, e a organização e reabilitação sofreram atrasos significativos em função da falta de recursos oportunos.

O monitoramento de todos os perímetros é feito mensalmente por meio do levantamento das informações no local e existe uma contínua troca de informações entre o Ministério e as unidades administrativas executoras. O monitoramento e a troca de informações são realizados por técnicos locais e equipes específicas para acompanhamento em contato direto com a coordenação, mas está ocorrendo significativa redução de recursos humanos, em função das limitações financeiras impostas ao programa.

Houve uma redução significativa entre o valor previsto e o aplicado na ação Gestão e Administração do Programa (GAP), gerando dificuldades operacionais, principalmente, referentes à sua execução e controle.

Recomendações

Incluir as ações:

- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás, com 3.800ha (1ª Etapa), no Estado de Goiás;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba, com 3.150ha, no Estado de Sergipe;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Sampaio, com 999ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Rio Formoso, com 27.787ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gurita, com 220ha, no Estado do Tocantins;
- Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Luís Alves do Araguaia (2ª Etapa), com 4.736ha, no Estado de Goiás.



Ministério da Justiça

Assistência Jurídica Integral e Gratuita
Combate à Criminalidade
Combate ao Crime Transnacional
Defesa do Consumidor
Defesa dos Direitos Difusos
Defesa Econômica e da Concorrência
Democratização do Acesso à Informação Legislativa
Estrangeiros no Brasil
Gestão da Política na Área da Justiça
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
Modernização da Polícia Federal
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
Reconhecimento de Utilidade Pública
Reforma do Judiciário
Segurança Pública nas Rodovias Federais
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Justiça, foram utilizados R$ 4,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.375.463.058,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 4.663.005.393,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 5.375.463.058,00	**Total realizado:**	R$ 4.663.005.393,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 370,7 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 271,3 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Justiça em 2005 a serem destacados foram:

- Avanço na integração dos órgãos de segurança pública por meio do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A integração dos órgãos de segurança materializou-se com a criação da Força Nacional de Segurança Pública, que se fortaleceu em 2005, e com a expansão da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Infoseg), que se tornou operacional para as 27 Unidades da Federação (UF). Os principais objetivos da criação da Força são a padronização de procedimentos e equipamentos na atuação das polícias militares e a elaboração de uma doutrina nacional para os policiais militares estaduais. A Força, que é composta por policiais militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal, conta com 4.264 profissionais treinados, dos quais 2.843 receberam instrução de nivelamento em 2005. A Rede, por sua vez, possui informações sobre inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, dados cadastrais e imagens (CPF, CNPJ, foto CNH), dados de veículos e proprietários, condutores e multas e dados de armas da Polícia Federal (PF) e do Exército.
- Esforços no sentido de agir sobre a cultura das instituições de segurança, formando um novo policial. O Ministério da Justiça buscou traçar os parâmetros para a formação de profissionais capazes de promover ações preventivas e que usem da força apenas quando necessário. Nesse sentido, foi implementada a matriz curricular nacional para o ensino policial, que

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

se constitui num referencial nacional para a formação dos operadores de segurança pública, calcado nos princípios de direitos humanos e cidadania, integração, interdisciplinaridade, continuidade e qualidade, visando a padronizar as atividades formativas em segurança pública nas academias e nos centros de ensino policial.

- Combate à criminalidade. Destacam-se as atuações de repressão ao tráfico de drogas, à corrupção, à lavagem de dinheiro, à pirataria e aos crimes contra a previdência social e contra os recursos naturais, além do combate ao crime transnacional. Em 2005 foram realizadas 9 operações especiais para combater o tráfico de drogas, que resultaram na apreensão de 168 toneladas de drogas e 87 pessoas. Outras 27 operações especiais de combate à corrupção culminaram com a prisão de 695 pessoas. Também merecem destaque as operações realizadas pela PF e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a participação eventual do Ministério Público Federal, visando ao desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, no transporte e na comercialização ilegal de madeira. Somente as operações Curupira I e II prenderam 142 pessoas. No que se refere ao combate à pirataria, a PF, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Secretaria da Receita Federal (SRF) têm realizado operações de sucesso, expresso na evolução do número de prisões. Em 2004 foram presas 33 pessoas, enquanto que no ano passado o número saltou para 1.200 prisões. No que se refere à apreensão de produtos, houve um aumento expressivo de 120% em relação a 2004. No tocante à repressão ao crime transnacional, foram bloqueados cerca de US$ 300 milhões em recursos remetidos ilegalmente para o exterior, frutos de corrupção e relacionados ao crime organizado. Além disso, destacam-se os investimentos realizados na infra-estrutura da PF, tais como a aquisição de equipamentos destinados ao novo Instituto Nacional de Criminalística (INC) e às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, que totalizaram R$ 110 milhões em 2005 para a montagem de Laboratórios de Análises Químicas, Documentoscopia, Fotografia e DNA e a implantação da Rede de Radiocomunicação Fixa (Tetrapol) nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e nas respectivas unidades táticas móveis para os demais Estados.
- Campanha de desarmamento. Foram recolhidas 460 mil armas até setembro de 2005 por meio da campanha do desarmamento iniciada em 2004, que pagou R$ 46 milhões em indenizações. Esse pode ter sido o principal fator para a redução do número de homicídios em 2004. Um estudo realizado pelo Ministério da Saúde demonstrou que a mortalidade por arma de fogo no país decresceu 8,2% em 2004.
- Modernização do sistema penitenciário. O Governo Federal deu seguimento a três estratégias principais: diminuir a superlotação dos estabelecimentos penais nos Estados e no Distrito Federal, quebrar o controle de grupos criminosos organizados sobre a população prisional, e promover atividades que contribuam para a reintegração do preso à sociedade. Com vistas a consolidar o sistema penitenciário federal, deu-se seqüência ao projeto de construção das penitenciárias federais. As unidades de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) atingiram execução física de cerca de 90% e as obras da unidade de Mossoró (RN) foram iniciadas em novembro. Além disso, foram conveniadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais e disponibilizadas 8.412 vagas por meio de convênios firmados

em exercícios anteriores. No tocante ao reaparelhamento e à modernização dos órgãos de segurança de Estados e Municípios, foram transferidos R$ 230,8 milhões.

- Assistência jurídica gratuita. Foram atendidas 227.119 pessoas
- Geração de subsídios para a reforma do judiciário. Foram propostos diversos projetos de lei de natureza infraconstitucional
- Patrulhamento ostensivo e controle de trânsito nas rodovias federais. Especificamente no que se refere à PRF, em 2005 ingressaram 1.100 novos policiais nos quadro da instituição e o número de veículos fiscalizados em 2005 foi superior a 7 milhões. Como resultado, foram aplicadas 1.434.213 notificações, feitas 109.453 apreensões de veículos, 21.135 apreensões de carteiras de habilitação e houve a recuperação de 3.237 veículos. Em decorrência da intensificação do combate ao tráfico de drogas, foram apreendidos aproximadamente 235 mil quilos de maconha e mais de 2 mil quilos de cocaína nesse período, além da erradicação de mais de 1 milhão de pés de maconha em operações realizadas no chamado "polígono da maconha".
- Contribuição para a melhoria da qualidade de vida indígena. É de se ressaltar, finalmente, o resultado das ações gerenciadas pela Fundação Nacional do índio (FUNAI). Entre os principais resultados estão a prestação de atenção básica em saúde a 410.653 indígenas e a garantia de posse e usufruto de terras para mais de 5.200 índios

Aspectos Relevantes

As principais restrições que prejudicaram o desempenho do programa são a carência de recursos humanos, o contingenciamento orçamentário e a indisponibilidade de recursos financeiros. Há uma defasagem generalizada de pessoal técnico em áreas estratégicas que, via de regra, é minimizada mediante a contratação de prestadores de serviço e estagiários e pela requisição de funcionários de outros órgãos. Dos 325 cargos comissionados existentes no MJ apenas 48 são ocupados por servidores efetivos. São precárias tanto a alocação, quanto a redistribuição das pessoas no interior do Ministério.O último concurso público para o preenchimento de cargos foi realizado em 1983.

Os programas multissetoriais gerenciados pelo Ministério apresentam problemas recorrentes de gerenciamento. Nesses casos é preciso, além do aparelhamento das instituições, mais esforço no sentido de provocar reuniões do comitê gestor dos programas.

Também foram identificados diversos problemas relacionados à gestão das informações, dos processos e de custos. A gestão das informações tende a melhorar com a implantação do sistema de informações do MJ, previsto para entrar em funcionamento ainda em 2006. Mas praticamente não existe mecanismo que assegure sinergia e convergência entre os programas. Da mesma forma, são desenvolvidas apenas ações isoladas e esporádicas voltadas ao gerenciamento de custos.

Quanto ao relacionamento com os beneficiários e a sociedade, destaca-se o portal da transparência, por meio do qual o Ministério confere publicidade às informações orçamentárias e financeiras. Entretanto, existem poucas iniciativas para promover a participação social na formulação e implementação dos programas.

No tocante às boas práticas de gestão, destacam-se as atuações dos Conselhos Locais de Saúde e dos Conselhos Indígenas Regionais, os quais contribuem decisivamente no cumprimento da execução das ações referentes à educação e saúde dos povos indígenas.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Justiça.

Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Objetivo

Garantir a prestação de Assistência Jurídica Gratuita e o acesso à justiça ao cidadão, contribuindo para a democratização da justiça.

Público-Alvo

Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial gratuira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 32.589.188,00	Empenho Liquidado:	R$ 26.814.466,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 26.814.466,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 227.119 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 180.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Já superado. Em 2005 o indicador superou o índice previsto para o final do PPA. A Defensoria Pública da União (DPU) conseguiu reduzir o custo médio por cidadão assistido em 2005 para R$ 118,06, número bem menor que o registrado no ano de 2004, de R$ 139,07.

Contextualização

A Defensoria Pública é uma instituição estatal próxima à sociedade e assume uma posição pró-ativa em relação às demandas da mesma. O programa tem o objetivo de oferecer ao cidadão que não tenha condição de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania.

A consolidação deste programa de assistência jurídica, com orientação jurídica, disseminação de informações sobre direitos e deveres, promoção de conciliações, prevenção da violência, patrocínio de causas e defesa jurídica vem proporcionando grande impacto na transformação social no âmbito do Sistema Judiciário. O

programa também apresenta respostas a diversos desafios, face ao desconhecimento de direitos por parte do cidadão e ao descrédito da sociedade na Justiça. Por isso, busca-se ampliar o exercício da cidadania, principalmente, oferecendo aos cidadãos mais necessitados, mediante a assistência jurídica gratuita, uma maior aproximação à Justiça.

Principais Resultados

- 227.119 atendimentos realizados pela DPU nos 28 núcleos instalados nas principais cidades brasileiras, o que representa um crescimento de 39% no número de atendimentos em relação ao ano de 2004, quando foram realizados 163.936 atendimentos.
- Foi desenvolvido no ano de 2005 o projeto "Defensoria Itinerante", da DPU, , com um atendimento de mais de 4 mil pessoas. No núcleo de Pelotas, a "Defensoria Itinerante" atendeu aos Municípios de São Lourenço do Sul, Jaguarão, Camaquã, Canguçu, Pedro Osório, Piratini e Cerrito, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Em outros locais, a DPU acompanhou a Justiça Federal. A Defensoria Pública da União em Maceió participou do Primeiro Juizado Especial Federal Cível Itinerante, realizado no Município de Santana do Ipanema, no Estado de Alagoas. Houve também a participação da Defensoria Pública da União no projeto itinerante do Juizado Especial Federal do Estado do Tocantins, realizado nos Municípios de Palmas, Augustinopólis e Araguatins (Região do Bico do Papagaio), entre outros Juizados Itinerantes que possibilitaram a atuação da Defensoria Pública da União em lugares onde não há núcleos instalados.

Criação do núcleo de Roraima, na cidade de Boa Vista, em funcionamento na sala do Juizado Especial, com previsão de nova sede.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- Os resultados alcançados em 2005, acima do esperado, demonstram que o programa possui capacidade crescente para o atendimento da demanda por assistência gratuita prestada. Cabe destacar que a atual política de expansão das atividades de prestação dos serviços jurídicos aos assistidos considera o reduzido quadro de defensores públicos, a inexistência de quadro de apoio e o baixo número de cargos de DAS, estando atualmente direcionada ao fortalecimento dos núcleos nas capitais. Diante disso, para que essa expansão seja desconcentrada, é de suma importância a aprovação do projeto de criação de 169 cargos de defensor público da União, em relação ao qual a DPU tem se empenhado profundamente na tentativa de acelerar sua tramitação. Cabe destacar a apresentação da proposta de anteprojeto de Estruturação da Defensoria Pública da União, criando as carreiras de analista de assistência jurídica e de técnico de assistência jurídica, além da ampliação do quadro de defensor público da União de 2ª categoria. A proposta contempla a criação de mil cargos de defensor público da União de 2ª categoria e 4.660 cargos de apoio, dos quais 2.540 são de analista de assistência jurídica e 2.120 são de técnico de assistência jurídica.
- O público-alvo do programa são pessoas que recebem até dois salários mínimos, mais de 91 milhões de brasileiros. No entanto, o atendimento realizado considera as limitações financeiras e humanas que hoje atingem a

DPU. Prevê-se que, tão logo haja uma ampliação do quadro de defensores e a criação da carreira de apoio, haverá um substancial crescimento nos números de beneficiários do programa. Acredita-se ser possível realizar mais de 2 milhões de atendimentos à população carente por ano. Dessa forma, o dimensionamento do público-alvo está sempre condicionado e limitado aos recursos humanos e materiais existentes na Defensoria Pública da União.

- Em razão do pequeno orçamento liberado, muitas unidades de atuação da DPU nos Estados ainda não contam com os recursos materiais adequados ao pleno funcionamento. Cabe destacar duas fragilidades em especial: a ausência, em diversas unidades, de veículos para a realização dos trabalhos externos e o fato de que vários núcleos ainda não estão adaptados para o acesso de deficientes.

Outros Aspectos Relevantes

- Foi mplantada pesquisa de satisfação dos usuários para avaliação da qualidade do atendimento prestado, por meio de questionário apresentado ao cidadão. Há iniciativas locais no sentido de verificar a qualidade do atendimento e o grau de conhecimento da instituição por parte da sociedade.
- O Tribunal de Contas da União realizou auditoria operacional em ampla amostra do atendimento da DPU, com o objetivo de efetuar diagnóstico sobre o desempenho do Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita, atividade fim da instituição. A avaliação foi iniciada no segundo semestre de 2004 e se encerrou em junho de 2005.
- O controle efetivo das atividades desenvolvidas pelos núcleos é realizado através do Relatório Mensal de Assistência Prestada (REMAP), um sistema de controle dos trabalhos desenvolvidos pelos defensores públicos da União. Entretanto, um controle mais efetivo das atividades desenvolvidas pelos núcleos só será possível a partir da implantação do novo sistema informatizado, previsto para fevereiro de 2006. Trata-se de sistema de âmbito nacional, com possibilidade de fornecer uma extensa gama de relatórios estatísticos que evidenciarão detalhadamente as atividades desenvolvidas, permitindo que a administração superior avalie o desempenho setorial da DPU.
- A Defensoria Pública da União disponibiliza o serviço de ouvidoria com uma linha telefônica chamada “Disque Cidadão”, destinado a receber ligações de todo o território nacional. Neste canal, o cidadão pode fazer reclamações e dar sugestões sobre o serviço oferecido pela Instituição.
- Como boas práticas de gestão destacam-se: desenvolvimento pelo próprio órgão dos sistemas informatizados; utilização de software livre e gratuito; contatos com a Receita Federal e outros órgãos a fim de adquirir bens; e contatos com a Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, para aquisição de imóveis para instalação dos serviços de assistência jurídica.

Recomendações

- Os defensores públicos são os agentes responsáveis pela execução das ações finalísticas do programa. Para evitar o desvio da função principal,

a Defensoria Pública Geral da União considera de extrema relevância a criação do quadro de apoio, o que certamente irá qualificar e agilizar os trabalhos desenvolvidos na Instituição.

- Criar o indicador "Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão", com a finalidade de identificar o atendimento prestado atualmente pela DPU, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União.

Combate à Criminalidade

Objetivo

Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento de repressão às organizações criminosas e operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os órgãos de segurança pública.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 159.758.994,00	Empenho Liquidado: R$ 131.478.572,00 Pago estatais: - Total: R$ 131.478.572,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal.

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Este indicador é medido pelo tempo médio de conclusão dos inquéritos instaurados em um ano e relatados dentro do mesmo ano. No ano de 2004 foram realizados 10.577 inquéritos com tempo médio de conclusão de 76 dias e em 2005 foram realizados 13.363 inquéritos com tempo médio de conclusão de 80 dias.

2. Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 64 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A meta para o ano de 2005 foi de 82% de inquéritos concluídos. Em 2005 foram instaurados 66.373 inquéritos e relatados 42.656 inquéritos, o que implica em uma taxa de 64%, obtida pela relação percentual entre o número de inquéritos policiais relatados nas unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados pelo Departamento de Polícia Federal.

É importante observar que, mesmo não se alcançando a meta prevista para 2005, o valor obtido representou um aumento de oito pontos percentuais em relação ao valor apresentado no ano de 2004, que representa cerca de onze mil inquéritos a mais relatados.

Contextualização

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os níveis e modalidades. Tal quadro evidencia as questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, a atuação crescente do crime organizado com fortes reflexos nas taxas de violência, e a escalada da corrupção nas três esferas de poder. Amplia-se a necessidade de maior rigor no combate a crimes transnacionais como o tráfico de armas e drogas e a lavagem de dinheiro. Outra preocupação são os crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, poluição hídrica), contrabando e descaminho, crimes pela Internet e a entrada e saída de pessoas sem o devido controle imigratório.

Principais Resultados

- Realização de 27 operações especiais de combate à corrupção, implicando na prisão de 695 pessoas.

- Realização de 9 operações especiais de combate ao tráfico de entorpecentes, resultando na prisão de 87 pessoas e apreensão de 168,4 toneladas de entorpecentes.

- Arrecadação de 448.419 armas de fogo por meio da campanha do desarmamento em 2005.

Em 27 operações especiais de combate à corrupção realizadas em 2005 foram presas 695 pessoas por corrupção, entre as quais 229 servidores públicos federais, estaduais e municipais. Foram presos políticos e empresários, acusados de crimes que vão da falsificação de documentos relativos à propriedades de terras na operação Terra Nostra, 8 prefeitos e 4 ex-prefeitos envolvidos com o desvio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pela Operação Guabiru e a prisão de policiais federais envolvidos com o desvio de cheques apreendidos durante a operação.

No que se refere à ação "Combate aos Crimes Contra a Previdência Social", em 2005 foram detectadas e corrigidas irregularidades em 6.016 benefícios previdenciários, gerando uma economia mensal de R$ 3,65 milhões, com possibilidade de se recuperar mais R$ 96,5 milhões que foram pagos indevidamente ao longo do tempo. Nesse sentido, foram deflagradas 22 operações, que resultaram em 113 prisões de pessoas do público externo e interno que estavam envolvidas diretamente em fraudes; foram emitidos 74 mandados de busca e apreensão de elementos com provas de materialização das fraudes; foram instaurados 140 inquéritos policiais pela Policia Federal para investigação de fraudes. No total, foram realizadas nesta ação 1.394 operações nas unidades centrais e descentralizadas do DPF.
No âmbito da ação "Combate aos Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União", destaca-se a expedição de aproximadamente 55 mil Carteiras Nacionais de Vigilantes, 775 revisões para autorização de funcionamento de

empresas de segurança privada e julgados 1.029 processos punitivos que resultaram em 454 multas aplicadas, 23 advertências e 53 empresas clandestinas fechadas, entre outros.

O combate à lavagem de dinheiro, inserido na ação "Combate ao Crime Organizado e ao Tráfico Ilícito de Armas e Drogas", é um ponto forte do programa. Em 2005, foram realizadas 2.647 operações no âmbito desta ação.

No combate ao tráfico de drogas foram realizadas em 2005 nove operações especiais e outras de menor porte que resultaram em 168,4 toneladas de drogas apreendidas e 4.181 traficantes presos. Ressalta-se que os resultados alcançados por esta ação em 2005 representaram o melhor resultado dos últimos anos - a maior quantidade de drogas apreendidas pelo DPF em um ano - e foram abertos 3.627 inquéritos por tráfico de drogas.

A operação Roupa Suja, que investigou organização criminosa que atuava em fraudes de licitações públicas, resultou em 14 prisões> A operação Canaã/Overbox, que investigou organização criminosa dedicada à prática de contrabando e descaminho, corrupção de agentes públicos e promoção de imigração ilegal para os Estados Unidos e países da Europa, resultou, entre outros, na prisão de sete agentes da Polícia Federal e cinco servidores da Receita Federal.

Das nove grandes operações realizadas pela Polícia Federal, destacam-se a operação Moluscas, que apreendeu cerca de seis toneladas de maconha no Estado do Paraná e a operação Pescador, que apreendeu cerca de três toneladas de cocaína nos estados do Pará e Amazonas. No combate ao tráfico de armas, foram realizadas as operações Gatilho e Chumbo Grosso, no período de fevereiro a novembro de 2005, que apreenderam 847 armas de diversos tipos e munições de diversos calibres.

A Campanha Nacional de Desarmamento, promovida pelo governo federal com base no Estatuto do Desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo são outros destaques nas realizações do programa. Em 2005 foram entregues à Polícia Federal 448.419 armas de fogo, valor que representa um grande número de armas irregulares retiradas de circulação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A avaliação do desempenho do programa requer um esclarecimento: a metodologia de planejamento e execução utilizada pelo DPF não tem correlação com a metodologia desenvolvida pelo Governo Federal para o PPA 2004-2007. Desta forma, os coordenadores de ação não têm qualquer conhecimento sobre a execução das ações, ou sobre quem as executa, da mesma forma que não sabem que providências adotar e a quem se reportar. Em suma, a metodologia de execução das ações através de coordenadores de ação não é utilizada pelo DPF.

A execução das ações, na maioria das vezes, é realizada por um conjunto de unidades, centrais e descentralizadas. Dessa forma, o resultado físico-financeiro referente à execução das ações é a soma das execuções destas unidades. As informações são repassadas por cada área no início do ano seguinte, quando é elaborado o relatório anual. Porém, este relatório é elaborado levando em consideração o executado por cada unidade central do DPF, não sendo orientado pelas ações. Esse distanciamento

da metodologia do PPA prejudica a avaliação do cumprimento de metas físicas e financeiras, já que a previsão constante da Lei Orçamentária não encontra rebatimento na efetiva execução das ações.

Para um acompanhamento dos executores e implantação de um sistema de monitoramento das ações é necessário modificar o modo como as unidades repassam as informações e orientar a execução de cada área com vistas às ações do PPA que implementam.

A iniciativa do Governo Federal em promover a aproximação dos órgãos ligados ao combate ao crime organizado e à segurança pública, por meio do Sistema Único de Segurança Pública, tem proporcionado uma maior integração do DPF com outras unidades do Ministério da Justiça, como a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, que coordena os trabalhos relativos à lavagem de dinheiro. Estas parcerias necessitam de aprimoramento.

A Polícia Federal é constantemente demandada pelos mais diversos ministérios, que precisam de apoio operacional para a realização de suas atividades. Não obstante a natureza de imprevisibilidade da ação policial percebe-se que há espaço para um melhor planejamento no desenvolvimento dessas parcerias e no atendimento às demandas.

Os recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis para a implementação do programa são inadequados. O DPF tem sérios problemas relativos ao espaço físico. O edifício-sede não comporta adequadamente todas as unidades centrais e necessita de reforma na parte elétrica, e na rede lógica de dados e, além disso, diversas unidades operacionais necessitam de reforma. Há um número insuficiente de computadores e de equipamentos especiais de uso policial, como armamento, coletes para proteção individual, equipamentos de inteligência, viaturas, embarcações, munição operacional, munição de treinamento, munição não-letal, entre outros.

Os limites orçamentário e financeiro disponibilizados para o programa não foram suficientes para atender a todas as despesas, refletindo-se em um alto valor de recursos inscritos em restos a pagar, o que interferiu no ritmo de execução da programação do exercício de 2005.

Outros Aspectos Relevantes

O programa prevê mecanismos de participação social, como a realização de audiências públicas voltadas a informações e esclarecimentos referentes a licitações. Esse canal de participação tende a minimizar os conflitos e demandas judiciais, tornando o processo mais célere. .

Recomendações

Não há recomendações.

Combate ao Crime Transnacional

Objetivo

Combater o crime transnacional e repatriar recursos públicos desviados criminosamente para o exterior.

Público-Alvo

Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário no Brasil e no exterior.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.641.644,00	Empenho Liquidado:	R$ 704.925,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 704.925,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Recuperação de Ativos.

Unidade de medida: Ano
Último índice apurado: 2,5 anos em 30/06/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,6 ano

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Os indicadores de recuperação de ativos estão sendo revistos em decorrência da experiência acumulada nos dois anos de criação do Departamento. Este indicador tem se mostrado inadequado para medir os resultados, especialmente em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos, que depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil e nos Estados requeridos.

Em 2005, pelas razões expostas, não houve evolução no número aferido pelo indicador ou seja, nenhum dos cerca de 240 processos judiciais de recuperação de ativos monitorados constantemente pelo DRCI, no Brasil e no Exterior, foram concluídos. Conseqüentemente, o índice não teve como ser apurado em 2005, sendo difícil prever a viabilidade de seu alcance.

2. Taxa de Conclusão de Processos de Recuperação de Ativos.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5% em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 35%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Os indicadores de recuperação de ativos estão sendo revistos em decorrência da experiência acumulada nos dois anos de criação do Departamento. Este indicador tem se mostrado inadequado para mensurar os resultados, especialmente em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos, que depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil e nos Estados requeridos.

Em 2005, pelas razões acima, não houve movimentação desse indicador. Ou seja, nenhum dos cerca de 240 processos judiciais de recuperação de ativos monitorados constantemente pelo DRCI, no Brasil e no Exterior, foram concluídos. Conseqüentemente, o índice não teve como ser apurado em 2005, sendo difícil prever a viabilidade de seu alcance.

3. Número de Acordos Firmados de Cooperação Judiciária Internacional.

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 8 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Índice já foi alcançado em 2004.

Contextualização

Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado é de fundamental relevância lograr a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, onde grande parte do dinheiro produto de crime é depositada, visando à obtenção de provas e a repatriação de recursos, tomada de depoimentos e declarações, fornecimento de documentos ou registros, localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, entrega de documentos, execução de pedidos de busca e apreensão, procedimentos relacionados com a imobilização e perda de bens, restituição e cobrança e multas.

Assim, é necessário firmar acordos internacionais bilaterais e multilaterais, tendo em vista a limitação do alcance da legislação doméstica para enfrentar esse desafio, uma vez que a Justiça Nacional necessita, constantemente, do contato com autoridades judiciárias estrangeiras. A Carta Rogatória consiste na solicitação feita por um juiz ou tribunal de um país ao de outro, por meio de acordos internacionais, para que determine o cumprimento de certos atos processuais que fogem à jurisdição da autoridade solicitadora (rogante) e pertencem à jurisdição da autoridade solicitada (rogada).

Principais Resultados

- 407 ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro iniciados em 2005.
- 490 agentes públicos de combate à lavagem de dinheiro capacitados e treinados em 415 horas/aula, totalizando 22.476 agentes/hora capacitados.
- 241 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos.
- 263 pedidos de rastreamento solicitados a 21 países diferentes.
- 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior.
- 22 tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 22 países em tramitação no Congresso Nacional
- Organização da 3ª edição da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O número de ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro passou de 384 iniciados em 2004 para 407 iniciados em 2005, repetindo a tendência de alta verificada em 2003, quando foram iniciadas 224 ações penais e inquéritos. Os números entre 1998 (ano de edição da Lei de Lavagem de Dinheiro - Lei 9.613/98) e 2002 foram, respectivamente, 3, 18, 24, 68 e 41. Interpreta-se o elevado aumento de ações e inquéritos como um resultado direto da política do Ministério da Justiça de ampliar o combate à Lavagem de Dinheiro, iniciativa que se consolidou na Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA).

A capacitação e treinamento de agentes públicos para o combate à lavagem de dinheiro é parte essencial do programa de combate ao crime organizado transnacional. Em 2005, foram capacitados 490 agentes, um aumento percentual de mais 93% em relação ao ano passado. Em relação ao PPA, cuja meta era capacitar 98 agentes em 2005, os resultados foram 400% superiores. Os recursos para esse aumento substancial foram obtidos em parcerias (recursos não-orçamentários), uma vez que apenas 14,1% dos recursos disponíveis na ação específica foram realizados.

Os resultados da área de recuperação de ativos em 2005 foram significativos: 241 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos; 263 pedidos de rastreamento solicitados para o exterior (21 países diferentes) e 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior (21 países diferentes).

O Brasil tem tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 9 países. Atualmente, acordos com outros 22 países encontram-se em tramitação para aprovação no Congresso Nacional. Está aprovado pelo Congresso e aguardando promulgação o acordo com a Coréia do Sul. Acordos com outros 8 países já foram negociados pelo DRCI, os quais serão remetidos, pelo Ministério das Relações Exteriores, ao Congresso Nacional. A meta inicial prevista para todo o período do PPA já foi superada

A organização da terceira edição anual da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA), de 8 a 11 de dezembro de 2005, em Vitória (ES), consolidou um modelo de formulação de política

pública que envolve órgãos não subordinados ao Governo, como Poder Judiciário e Ministério Público.

Embora os números demonstrados nos resultados acima descritos indiquem um resultado acima do esperado, a falta de série histórica para os números não permitie uma previsão confiável dos resultados e, portanto, a diferença estaria dentro de uma margem de erro esperada.

Repetiram-se em 2005 os problemas resultantes da falta de servidores efetivos na equipe executora, que são supridos por cargos DAS 1, 2 e 3, cuja baixa remuneração tem estimulado a rotatividade de pessoal. Manteve-se uma alta taxa de rotatividade (cerca de um terço da equipe foi renovada no período de um ano), gerando falha na continuidade dos projetos, perda de conhecimento e de recursos investidos em treinamento e capacitação. Têm sido executadas ações de desenvolvimento interno e de retenção de pessoal para procurar minimizar o problema.

Somente no segundo semestre de 2005 foi resolvido um grave problema consistente na ausência de um contrato de tradução de documentos, uma vez que os pedidos de cooperação jurídica internacional, principalmente com vistas a rastreamento, bloqueio e recuperação de ativos, necessitam de tradução. A ausência deste contrato resultou em lentidão na tramitação de pedidos de cooperação.

Ressalva-se que a ação 4946 - "Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro", de responsabilidade do Ministério da Fazenda, não pôde ser acompanhada pela gerência do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Em relação a articulação não-hierárquica, foi realizada a terceira edição anual consecutiva da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA), onde os principais dirigentes dos órgãos envolvidos com o tema identificaram os problemas existentes, concluindo que os órgãos e agentes públicos, federais e estaduais, responsáveis por esse combate, executavam agendas próprias e desarticuladas, muitas vezes conflitantes, não compartilhando conhecimento e informações, o que foi fundamental para o alcance de resultados.

Para acompanhar o andamento dos objetivos e metas definidos em cada edição da ENCLA, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), composto pelos principais órgãos públicos federais e estaduais do Governo, Poder Judiciário e Ministério Público, que se reúnem periodicamente para acompanhamento da efetividade das metas. As autoridades e agentes públicos envolvidos nessa luta dispõem, hoje, de melhor base para continuar a construção do sistema brasileiro de combate a este crime. Neste foco, o combate à lavagem de dinheiro deixa de se resumir ao controle da atividade financeira para assumir papel essencial na política de combate ao crime.

O DRCI implantou o GESPÚBLICA, sistema de gestão governamental do MPOG baseado em critérios internacionais de excelência e obteve o primeiro certificado desse sistema no âmbito do Ministério da Justiça. A adesão ao GESPÚBLICA representou um norteamento de como as principais ações devem ser planejadas periodicamente,

executadas por meio de processos e projetos, analisadas criticamente por indicadores de resultados e melhoradas em ações corretivas e preventivas.

Recomendações

- O problema que justifica o programa descrito faz menção a "remessa ao exterior de recursos provenientes de atividades ilícitas". Dessa forma, não deixa claro que o enfoque do programa "Combate ao Crime Transnacional" limita-se ao combate mediante bloqueio e recuperação de ativos de origem criminosa e à cooperação internacional para esse fim, além da cooperação para produção de provas. Pode confundir-se, portanto, com as formas tradicionais de combate ao crime transnacional, mais afeitas à atividade policial. Dessa forma, recomenda-se a alteração do objetivo para: "combater o crime transnacional e indisponibilizar recursos existentes no exterior oriundos de atividades criminosas para futura repatriação, relacionados com investigações e processos brasileiros".

Defesa do Consumidor

Objetivo

Promover a proteção e defesa do consumidor.

Público-Alvo

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, mídia internacional e seus correspondentes no Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.029.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.313.876,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.313.876,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de integração de Procons Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC).

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 40,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A implementação do SINDEC nos primeiros órgãos integrados possibilitou um aprendizado que resultou em uma rotina testada; os computadores já foram adquiridos, possibilitando maior agilidade na implementação.

Contextualização

Os órgãos Federais, Estaduais, do Distrito Federal e dos Municipais, e entidades civis de defesa do consumidor integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e são responsáveis, em seu âmbito de atribuições, pela proteção e defesa do consumidor. Todavia, é necessário fortalecer a implantação e consolidação da defesa do consumidor no Brasil. Muitos consumidores têm dificuldades de acesso à informação sobre seus direitos e muitos carecem de meios para concretizá-los. Merecem destaques os inúmeros conflitos relativos aos serviços públicos essenciais que recebem como relevantes ações destinadas à qualificação e fortalecimento dos integrantes do SNDC. Respondem por estas ações, como inovações do sistema, a instrumentalização da advocacia do consumidor perante os órgãos regulatórios e a promoção de atividades e cursos de formação e qualificação estratégica do sistema.

Principais Resultados

- Em 2005 foi realizada a integração entre PROCONs de 6 Estados (Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins) por meio do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), que somados com os 5 integrados, em 2004, totalizam 11 Estados e representam 40,7% do total.
- Potencialização da gestão dos órgãos de defesa do consumidor, ampliando a sua eficácia na resolução dos conflitos, permitindo o planejamento estratégico e a economia dos recursos públicos com o investimento em áreas críticas, e sobretudo, fortalecendo o consumidor e a sociedade nas relações de consumo.
- Fortalecimento dos serviços em defesa do consumidor por meio da capacitação de 1.084 técnicos de entidades componentes do SNDC.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- O contingenciamento orçamentário frustrou, em parte, a realização de algumas ações previstas no início do exercício. O atraso na liberação dos recursos gerou uma importante dificuldade no planejamento da realização de despesas e dificultou a execução plena do orçamento.
- Persiste a inadequação da infra-estrutura disponível para a Secretaria de Direito Econômico. Há escassez de espaço para acomodação dos servidores, o que resulta numa ocupação superestimada das salas.
- Os recursos humanos são escassos na Secretaria de Direito Econômico, impossibilitando a formação de uma equipe gerencial dedicada somente ao programa. Especificamente no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, o quadro técnico é composto por 25 pessoas. Esse número está aquém do necessário para a expansão das metas e para que os servidores trabalhem sob um ritmo adequado.

Outros Aspectos Relevantes

- O sucesso na implementação do SINDEC pode ser atribuído à bem sucedida parceria da SDE com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério da Justiça, como também à habilidade da direção da SDE e do DPDC em mobilizar a equipe envolvida e em negociar e firmar parcerias com as entidades do SNDC (em especial com o Procon-SP, que cedeu o software que serviu de base tecnológica para o sistema).
- A participação social dá-se essencialmente perante os órgãos de atendimento, que são os Procons, as promotorias de defesa do consumidor e as entidades civis de defesa do consumidor. A SDE não faz atendimentos e atua na coordenação nacional do SNDC.

Recomendações

Não há recomendações.

Defesa dos Direitos Difusos

Objetivo

Reparar danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, de portadores de deficiência, crianças, adolescentes, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 6.400.000,00	Empenho Liquidado: R$ 4.273.938,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.273.938,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Projetos Apoiados.

Unidade de medida: Projeto apoiado
Último índice apurado: 31 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O programa foi excluído em 2006. Assim, não cabe medir a viabilidade de alcance de índice de indicador de programa excluído.

Contextualização

Há uma série de bens e direitos protegidos por lei que não são de titularidade de particulares, mas estão difusos entre a sociedade. São exemplos desses bens e direitos, o patrimônio histórico, cultural e artístico do país, a proteção ao meio ambiente, a garantia da ordem econômica, a tutela dos cidadãos nas relações de consumo, além de outros interesses coletivos. Considerando-se o caráter difuso desses direitos, é necessária a atuação pró-ativa do Estado, tanto no sentido de garantir que eventuais danos sejam reparados, quanto no sentido de esclarecer e educar a sociedade a respeito da existência e da importância desses direitos.

Principais resultados

- Foco mais centrado na recuperação do bem e do direito lesado.
- Melhores condições para monitoramento dos projetos.
- Melhores condições para a análise de projetos.

O programa, excluído da programação para 2006, teve uma execução financeira de 66,78%. A ação 6067 – "Defesa dos Direitos Difusos", única ação do programa além da ação de gestão e administração do programa, teve uma execução financeira de 67,20%, para uma realização física de 96,88%.

A elevação do número de propostas específicas de reparação dos danos causados aos direitos difusos e aos bens respectivos, que constitui a prioridade do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, ocorreu devido ao novo método de seleção, propiciado pela Resolução nº 11, de 25 de agosto de 2003, bem como pela maior divulgação do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD). Isso trouxe, ainda, um aumento da qualidade dos projetos apoiados pelo CFDD em relação aos anos anteriores.

A racionalização de procedimentos, anteriormente referida, propiciou as condições para uma análise de projetos mais pormenorizada por parte dos técnicos da Secretaria Executiva, resultando no aumento da qualidade dessa atividade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos depende da liberação de recursos financeiros para que os projetos aprovados pelo Colegiado sejam apoiados e as metas físicas e financeiras sejam alcançadas. Houve necessidade de correção do número de convênios previstos inicialmente na LOA, que passou de 19 para 50, com vistas a abranger os 50 projetos selecionados para apoio com recursos do FDD em 2005 e a refletir: o histórico do número de projetos apoiados com recursos do FDD desde sua criação.

A previsão do número de convênios a serem celebrados em 2005 precisou ser corrigida novamente, passando de 50 para 38, devido ao fato de indeferimentos e desistências quando da deliberação sobre os projetos. A execução financeira para o ano de 2005 (99,04%) deveria ser mais expressiva do que previsto inicialmente.

Com a nova política adotada, implementada por meio da Resolução nº 11, há uma tendência para que um maior número de convênios sejam firmados no segundo semestre, já que a votação dos projetos prioritários pelo Conselho dá-se entre os meses de outubro e novembro e os demais trâmites burocráticos necessários à celebração do convênio costumam levar, no mínimo, 6 meses. Todavia, essa restrição será solucionada com a publicação da Resolução nº 18, que altera o prazo para apresentação de projetos ao CFDD.

Nos meses de junho, setembro e outubro de 2005 o número de convênios firmados foi inferior ao previsto tendo em vista a demora dos proponentes em prestar as informações solicitadas pela Secretaria Executiva do CFDD e devido ao fato de os setores responsáveis pelos demais trâmites burocráticos necessários à celebração de convênios encontrarem-se muito atarefados, demandando mais tempo para efetuar

os procedimentos pertinentes. Conseqüentemente, a execução financeira situou-se abaixo do previsto. No entanto, com relação à meta física, houve apoio a 13 projetos de entidades não-governamentais e a 18 projetos de instituições governamentais, atingindo 96,88% da meta prevista.

Os parceiros não-governamentais desempenham com responsabilidade suas obrigações em relação aos convênios firmados, porém, para exercer melhor as atividades eles necessitam de maior flexibilidade de atuação. A forma de repasse dos recursos para os projetos deve ser aperfeiçoada, a fim de possibilitar a assinatura de "Termos de Parceria" com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), conforme previsão legal. Esse aperfeiçoamento encontra obstáculo na falta de técnicos capacitados na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para analisar as minutas.

O programa foi excluído para 2006 e suas duas ações migraram para o programa 0697 - "Defesa do Consumidor".

Outros Aspectos Relevantes

Os beneficiários diretos e indiretos do programa, em torno de 1 milhão de pessoas, são os grupos ou populações indicados como público-alvo de cada proposta, que vivem nos Estados ou nos Municípios em que a Instituição proponente venha a desenvolver seu projeto. Portanto, o maior entrave é a distância entre a sede administrativa do CFDD e o local em que residem os beneficiários.

O monitoramento é efetuado com periodicidade no mínimo mensal. Abrange todos os projetos aprovados pelo CFDD. Mensalmente a Secretaria Executiva do CFDD efetua um acompanhamento mediante a comparação entre o número de convênios efetivamente celebrados e o que deveria ter ocorrido no referido período. Quando o executado fica abaixo do previsto faz-se um esforço para compensar no mês seguinte. O monitoramento é realizado concomitantemente ao da execução financeira, que também apresenta periodicidade mensal, com vistas ao melhor aproveitamento possível dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao Fundo.

A participação social dá-se por meio dos Fóruns de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e Organizações não governamentais - ONGs, dos Fóruns de Municípios e outros. Nesses eventos, representantes do CFDD proferem palestras ou participam de painéis, com vistas a divulgar o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, esclarecer as dúvidas dos interessados e incentivar a disseminação da cultura dos direitos difusos junto aos diversos setores da sociedade. Com a divulgação do CFDD, diversas instituições tomam conhecimento da existência do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, o que provoca um aumento significativo da quantidade de pleitos apresentados, bem como a ocorrência de um maior número de melhores projetos.

Com a nova política implementada por meio da Resolução nº 11, de 25 de agosto de 2003, substituída pela Resolução nº 18, de 22.12. 2005 (que preservou o conteúdo sobre o assunto), houve uma maior racionalização das atividades, pois, em vez de a Secretaria Executiva analisar todos os projetos para, então, enviar um por um para ser deliberado pelo Conselho, esse passou a selecionar e encaminhar somente os prioritários para análise pela Secretaria Executiva do CFDD. Isso permitiu que,

mesmo com o número reduzido de servidores de que dispõe, ela conseguisse dar continuidade normal a suas atividades, o que não estava sendo possível na época da publicação das referidas Resoluções.

Recomendações

Não há recomendações.

Defesa Econômica e da Concorrência

Objetivo

Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

Público-Alvo

Sociedade (campo inexistente na ficha)

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 16.012.489,00	Empenho Liquidado: R$ 10.902.015,00 Pago estatais: - Total: R$ 10.902.015,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração.

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 163 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A redução drástica no índice apurado de 247 dias em 2003 para 163, em 2005, é resultado de um grande esforço de racionalização do trabalho e de redimensionamento de fluxos e procedimentos. O alcance da meta final do programa está relacionado com a expansão da estrutura física, operacional e de recursos humanos estimada para os próximos dois anos. Os três órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) estão realizando investimentos em aprimoramento tecnológico que resultarão em ganhos de produtividade. Dessa forma, espera-se reduzir o tempo médio de instrução e de julgamento de atos de concentração no sistema. Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que reforma a legislação básica de defesa da concorrência e a estrutura institucional do SBDC, de forma a dar maior racionalidade e agilidade à tramitação de atos de concentração.

2. Número de Processos de Apuração de Infrações contra a Ordem Econômica Julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 48 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O esforço de racionalização do trabalho e redimensionamento do fluxo de instrução processual, sobretudo de atos de concentração, reflete no número de processos de conduta julgados pelo CADE. A tendência é que este desempenho melhore à medida em que for reduzido o tempo de tramitação dos atos de concentração no SBDC. As iniciativas legislativas e de gestão que vêm sendo adotadas visam à maior racionalização da análise de concentrações para que tenha maior ênfase e aplicação de recursos na investigação e no julgamento de condutas anticoncorrenciais.

Contextualização

Dadas as tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com vistas a garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados. O programa deverá atender às seguintes diretrizes do objetivo estratégico setorial: superar a fragmentação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE/MJ, SDE/MJ, SEAE/MF); conscientizar as entidades de defesa do consumidor e a sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação; introduzir a concorrência no marco regulatório nacional e implementar ações de combate à formação de cartéis.

Principais Resultados

- Intensificação do combate aos cartéis, com a consolidação do uso de instrumentos de investigação e obtenção de evidências, como a busca e apreensão e o programa de leniência. A atuação da Secretaria de Direito Econômico - SDE no combate aos cartéis tornou-se mais efetiva, o que certamente trará ganhos importantes aos consumidores e ao conjunto da economia brasileira.
- Maior integração entre os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC, com a consolidação do rito sumário e da instrução conjunta para a análise de atos de concentração que tratam de fusões, aquisições e demais operações. O tempo médio de análise destes expedientes na SDE e na Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF e de julgamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi substancialmente reduzido. Todos os órgãos do SBDC vêm podendo dedicar maior parcela dos seus recursos à repressão a condutas anticoncorrenciais, principalmente os cartéis. Outro efeito positivo desse esforço é o fato do Estado oferecer ao administrado maior segurança jurídica e institucional para a realização de suas operações, fundamental para realização de investimentos produtivos por parte do setor privado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- O contingenciamento orçamentário frustra a expansão da estrutura técnico-operacional, bem como a implantação de medidas que visam à ampliação da capacidade de resposta às demandas do SBDC, uma vez que o volume da demanda continua aumentado.
- Um dos principais problemas decorrentes da descontinuidade do fluxo financeiro é a dificuldade do planejamento da execução orçamentária e,

por conseqüência, a realização de ações importantes. A licitação de uma despesa é um processo demorado e que requer garantia de disponibilidade financeira, o que não aconteceu. O orçamento só esteve disponível praticamente no segundo semestre.

- A execução das ações é realizada satisfatoriamente pelos dois Ministérios (Justiça e Fazenda) e pelo CADE. Isto decorre da divisão de trabalho estabelecida por lei e pelo esforço empreendido nos últimos anos para elevar o grau de coordenação entre as ações executadas por todas as unidades nos dois Ministérios. A grande dificuldade diz respeito ao gerenciamento do programa, pois a atual metodologia do PPA não permite uma gerência colegiada, com representantes de todos os órgãos que contam com ações no programa.
- Apesar do recente incremento na disponibilização de recursos materiais para as equipes executoras das ações, deve-se avançar nessa questão. As principais necessidades ainda não supridas referem-se a fontes de informações e de dados (periódicos, livros, bases de dados, anuários, etc.). É constante também a escassez de suprimentos de informática, que por vezes acarretam atrasos na execução de algumas tarefas.
- Um dos principais problemas em todas as unidades que executam o programa é a preocupante escassez de espaço físico para a alocação adequada do pessoal que atua no SBDC. Nas três unidades (CADE, SEAE/MF e, principalmente, SDE) há falta de espaço, tanto para diversos servidores trabalhando em condições inadequadas, quanto para alocação de pessoas que estão prestes a serem contratadas para a complementação do quadro.

Outros Aspectos Relevantes

- Dada a natureza das atividades que compõem o programa "Defesa Econômica e da Concorrência", é difícil aferir em que medida seus resultados cobriram o público-alvo, a sociedade brasileira. Os efeitos da ação antitruste do Estado fundem-se aos efeitos de outras ações e políticas públicas, como a política macro e microeconômica, a política de defesa do consumidor, a política regulatória, etc. É possível afirmar com segurança que os resultados do programa estão gerando benefícios importantes para a sociedade, tais como o desmantelamento de cartéis de postos de combustíveis.
- A OCDE realizou uma revisão paritária do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Vários aspectos foram avaliados, a saber: resultados finalísticos, recursos estruturais, humanos e financeiros, evolução ao longo dos últimos anos, entre outros. A avaliação foi concluída no ano de 2005 e o relatório encontra-se em link específico do sítio do Ministério da Justiça.
- Acompanhamento minucioso da evolução de instrução e julgamento de atos de concentração e de processos, bem como, o tempo médio de instrução e de julgamento destes mesmos expedientes. Este acompanhamento é realizado mensalmente com base nas informações dos sistemas processuais dos órgãos do SBDC e das reuniões de instrução realizadas periodicamente. Os aperfeiçoamentos necessários referem-se à tecnologia de consolidação e disponibilização de informações e dados sobre instrução. Os três órgãos têm iniciativas nesse sentido em curso.
- A ação Gestão e Administração do Programa - "GAP" está presente somente

na unidade orçamentária do CADE. Nas demais unidades que contam com ações no programa, a parte de apoio administrativo está alocada nas ações de modernização administrativa e de administração da unidade, centralizadas nas Secretarias Executivas dos Ministérios. No CADE a ação "GAP" representa uma proporção substancial do total do orçamento alocado a este órgão por se tratar de Autarquia Federal e, por conseqüência, pela necessidade de que ela contemple a totalidade dos custos de manutenção operacional e administrativa. A relação entre o gasto com a "GAP" e o gasto com outras ações está em níveis razoáveis, embora a situação mais adequada é que tanto o limite alocado à "GAP" quanto o limite alocado às demais ações finalísticas devam aumentar, para que o CADE e os demais órgãos do SBDC possam implementar medidas importantes que requerem mais do que os recursos atuais. Como as principais ações finalísticas do programa referem-se à instrução e julgamento de processos, a apropriação dos gastos realizados na "GAP" por outras ações torna-se inviável devido a dificuldade de apurar a proporção dos recursos estruturais e operacionais utilizada por cada processo julgado e instruído.

- A principal boa prática disseminável foi a implantação, inclusive mediante edição de normas, de uma rotina de diálogo sistemático entre técnicos que atuam nos três órgãos do SBDC, com o objetivo principal de eliminar o trabalho dobrado e a execução repetida de tarefas. A implantação dessa iniciativa melhora a qualidade das análises e instruções processuais realizadas.
- Dada a natureza das ações que compõem o programa, é reduzida a possibilidade de participação social, no sentido mais amplo. No sentido mais específico, existe a possibilidade de manifestação de qualquer ator social nos processos que tramitam no SBDC. Manifestações desta natureza acontecem durante a instrução dos processos e contribuem com influências mais qualitativas do que quantitativas nos resultados do programa.

Recomendações

- A construção de indicadores adequados vem se mostrando uma grande dificuldade para o programa, dada a natureza dos seus resultados. A situação ideal seria a possibilidade de construção de um indicador que, por exemplo, pudesse medir o nível de concorrência nos principais mercados da economia brasileira e que pudesse também aferir a alteração nas condições de consumo como decorrência da ação antitruste do Estado. O que de fato ocorre é que faltam dados que permitam essas medições, o que dificulta o isolamento dos efeitos das ações antitruste nos resultados do Programa. Dessa forma, optou-se por indicadores que permitem uma inferência sobre o desempenho apenas de forma indutiva. A SDE mantém um esforço contínuo de pesquisa de métodos que possam gerar indicadores mais adequados e este esforço inclui um importante investimento que está sendo feito pelos três órgãos do SBDC para a captação, consolidação e tratamento de dados obtidos e gerados a partir da análise de concentrações e instruções de processos de condutas anticoncorrenciais.
- Nos últimos anos, quando os órgãos do SBDC vêm acumulando ganhos de produtividade dos seus fatores de trabalho, há necessidade de maiores recursos para dar os próximos saltos necessários ao alcance das metas requeridas pela sociedade no campo da defesa da concorrência. Ressalta-se

que o resultado da arrecadação das taxas processuais que constituem a fonte própria dos órgãos do SBDC, confrontado com as despesas autorizadas pela Lei Orçamentária, é um substancial superávit. Seria importantíssimo que os órgãos do SBDC pudessem ter seus limites orçamentários ampliados com lastro nesse superávit, pois dessa forma seria possível promover a necessária e imprescindível ampliação da estrutura operacional e humana necessárias ao atendimento pleno das demandas que chegam da sociedade ao SBDC.

- Há a necessidade de uso de recursos de comunicação tais como videoconferências, por exemplo, que não estão disponíveis para a equipe gerencial. As instalações físicas da equipe gerencial são subestimadas. .

Democratização do Acesso à Informação Legislativa

Objetivo

Democratizar o acesso às informações referentes ao ordenamento jurídico e às informações relativas ao dossiê de cada proposição legislativa.

Público-Alvo

Operadores do direito e cidadãos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.100.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.454,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.454,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Consulta Atendida.

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1.764 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 50.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O número de visitas ao Sistema de Acompanhamento de Normas (SISNORMA) é o indicador utilizado para a avaliação dos resultados e análise das metas alcançadas. A partir do mês de agosto de 2005 foi iniciada a emissão de relatórios contendo o número de acessos às páginas e aos programas disponíveis ao público no site do Ministério da Justiça. Com base nesse levantamento foi possível contar com um parâmetro para a mensuração da quantidade de acessos ao SISNORMA, identificando 1.764 acessos/visitas no ano de 2005.

Contextualização

O acesso à informação legislativa pelo cidadão é um pressuposto para o conhecimento dos seus direitos e deveres. Também os operadores do direito e os agentes promotores de políticas nas áreas da justiça e da cidadania dependem desse acesso, já que a produção e aplicação da norma é um aspecto básico daquelas políticas. A implantação de instrumentos adequados a consultas rápidas e seguras ao complexo universo de dados que constitui o ordenamento jurídico brasileiro tem por finalidade garantir aos cidadãos o conhecimento e o provimento dos direitos

e disponibilizar informações legislativas seguras e sistemáticas aos operadores do direito e aos promotores de políticas públicas.

Principais Resultados

- Inserção de novos registros no SISNORMA, com imagens digitalizadas da legislação.
- Revisão e correção das normas disponíveis no Sistema.
- Divulgação do Sistema na mídia interna e externa ao Ministério da Justiça.
- Contatos com a Imprensa Nacional com o objetivo de estabelecer convênio para adquirir imagens das normas mais antigas que não constam do acervo do Ministério da Justiça.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa foi excluído e a partir de 2006 a única ação remanescente estará no programa "Gestão de Políticas na Área de Justiça". Em 2005 foram executados apenas 0,31% dos recursos disponíveis por conta de dificuldades na realização de licitações e celebração de contratos. Durante todo o ano de 2005 aguardou-se a finalização dos processos licitatórios para a contratação de empresa especializada para o aperfeiçoamento do sistema, o que não aconteceu.

Outros Aspectos Relevantes

- A plataforma tecnológica do SISNORMA precisa ser aprimorada e atualizada. A obsolescência da plataforma atual provoca constantes falhas e interrupções no processo de inserção de novas normas e na consulta da base existente por meio da Internet.
- É preciso integrar os dados e a plataforma tecnológica do SISNORMA à base de dados da Casa Civil da Presidência da Republica, principal fonte de consulta para atos normativos de âmbito federal.

Recomendações

- O número de acessos à pagina inicial do sítio deve ser utilizado apenas como indicador complementar, por não indicar se o acesso transformou-se em uma pesquisa concluída com sucesso.

Estrangeiros no Brasil

Objetivo

Prestar atendimento aos estrangeiros residentes ou que se encontrem no país, com vistas à regularização de sua situação, controlar o fluxo imigratório e promover as medidas compulsórias e de transferências transnacionais de presos.

Público-Alvo

Estrangeiros no Brasil (campo inexistente na ficha).

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 360.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 326.685,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 326.685,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Solicitações Atendidas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Da forma como foi inicialmente concebido o indicador, não é possível mensurar a evolução do atendimento às demandas. Diante desta constatação foi solicitada sua substituição pelo novo indicador "Número de processos decididos", a ser aplicado a partir de 2006.

Contextualização

Necessidade de se promover o controle do fluxo imigratório e assegurar os direitos dos estrangeiros residentes no país.

Principais Resultados

A comissão instituída pelo Ministério da Justiça elaborou proposta de anteprojeto da Lei de Estrangeiros, que foi submetida à consulta pública em setembro de 2005. As sugestões estão sendo analisadas e parte delas serão incorporadas ao anteprojeto antes do seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

- Reassentamento de 66 refugiados.
- Em 2005, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) atendeu a 393 solicitações de refúgio, das quais 155 foram deferidas e 238 indeferidas e realizou 470 entrevistas, no Brasil, com solicitantes de refúgio.
- Foi mantido o convênio com a organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro, para auxílio na manutenção de refugiados no Brasil.
- Foram desenvolvidas iniciativas para a elaboração de "Projeto de Consolidação e Qualificação das Políticas de Migração e Acordos Internacionais".
- Foi apresentada à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) uma proposta de assistência preparatória para cooperação técnica internacional junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), compreendendo a definição de um desenho institucional que permita consolidar as políticas de Estado sobre o tema migração e promover a modernização das estruturas funcionais do Departamento de Estrangeiros (DEEST/ MJ).
- Iniciou-se o processo de constituição do espaço museológico do Centro de Memória da Imigração no Brasil, utilizando recursos do Fundo de Direitos Difusos e do Ministério da Justiça.
- Distribuição dos livros sobre: Extradição (5 mil exemplares), Transferência de Pessoas Condenadas (5 mil exemplares) e Guia Prático para Orientação a Estrangeiros no Brasil (21.100 exemplares em português e 2 mil exemplares em espanhol). Os livros foram distribuídos a diversos órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, às embaixadas estrangeiras no país, a empresas multinacionais, a entidades religiosas e de assistência social, ao Ministério Público Federal, ao sistema penitenciário de todos os Estados, às Universidades Federais e a outros órgãos interessados no tema, além do público em geral.
- Elaborados 10 mil folders contendo instruções sobre transferência de pessoas condenadas. Os documentos foram distribuídos para os consulados gerais dos países que possuem acordo de transferência com o Brasil, assim como para todo o sistema prisional brasileiro.
- Conclusão da parceria com a Imprensa Nacional para a digitalização e microfilmagem dos registros de naturalização. Este projeto visa a eliminar a consulta manual aos livros e às pastas, transferindo as informações para um sistema informatizado que possibilite resposta imediata e conseqüente agilidade na expedição de certidões positivas e negativas de naturalização, além da preservação do acervo histórico a ser exposto no Centro de Memória da Imigração no Brasil.
- Elaboração dos novos modelos de Certificados de Naturalização, confeccionados pela Casa da Moeda do Brasil, contendo diversos itens inibidores de fraude.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- As metas físicas das ações "Coordenação Nacional das Ações de Nacionalidade, Naturalização e Migração", "Central de Atendimento aos Estrangeiro e Nacionais" e "Execução de Medidas Compulsórias e de Transferência de Presos" foram subestimadas. O valor estipulado como anual representava na verdade o valor mensal. Para corrigir essa questão, as metas foram definidas como "não cumulativas".

- A obtenção dos resultados foi classificada como abaixo do esperado em virtude da escassez de recursos disponíveis para o cumprimento do objetivo. Entretanto, o Ministério informou, contraditoriamente, que os recursos foram liberados de acordo com a programação inicial.
- Há carência no que se refere à infra-estrutura e recursos materiais, em especial recursos de informática e espaço físico, tanto para servidores quanto para manutenção de arquivos.
- Os recursos humanos envolvidos com o programa são insuficientes, tanto na gerência como na equipe executora.

Outros Aspectos Relevantes

- Não é possível mensurar o percentual do público-alvo atendido devido à sua amplitude (estrangeiros, governo brasileiro e governos de países estrangeiros).
- O desempenho das ONGs tem sido extremamente proveitoso, haja vista a posição de referência que o Brasil ocupa no tema refúgio. A maior dificuldade encontrada foi a burocracia quanto à renovação do convênio com a Cáritas de São Paulo e à implantação do convênio com a Cáritas do Rio de Janeiro.
- A Central de Atendimento, entre as suas atividades, contempla uma Ouvidoria que recebe denúncias diversas, inclusive de trabalho escravo de estrangeiros.
- A participação social não teve grande impacto nos resultados do programa, uma vez que a Central foi utilizada prioritariamente como fonte de consulta de processos e não como órgão de denúncia.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política na Área da Justiça

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.821.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 492.562,00 - R$ 492.562,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas"

Contextualização

Na modernização da atuação do Estado, as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos, o que configura a necessidade institucional de estabelecimento de programa específico de gestão de políticas.

Principais Resultados

- 736 servidores públicos federais capacitados.
- 5.501 eventos de diversões e espetáculos públicos classificados e fiscalizados.
- Licitação de solução integrada de comunicações de dados, voz e imagem, necessária para a Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma realização financeira baixa, isto é 6,30%, sendo que as ações: 3974 – "Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e

Segurança Pública", 4283 – "Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil" e 4641 – "Publicidade de Utilidade Pública", não tiveram execução.

Apesar do baixo desempenho financeiro, a execução das metas físicas ficou dentro do previsto face aos recursos disponibilizados. Cabe destacar que, apesar do contingenciamento, a ação 6436 – "Classificação e Fiscalização de Diversões e Espetáculos Públicos" teve uma realização física de 188,39%.

Algumas ações tiveram sua execução comprometida em função dos trâmites administrativos, sendo o principal exemplo, a ação 8613 – "Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores", que se encontra em processo de contratação de consultoria especializada.

Alguns coordenadores de ações sinalizam a insuficiência e inadequação da infra-estrutura disponível, bem como ausência de recursos humanos especializados. Por exemplo, existem ações que demandam um nível de qualificação atualmente não disponível nos quadros gerenciais do programa , como no caso da construção e monitoramento dos indicadores dos programas finalisticos do MJ.

Outros Aspectos Relevantes

As informações relativas ao desempenho físico das ações podem ser obtidas tanto por intermédio do Quadro de Demonstração de Despesas (QDD) quanto pelo SigPlan. Entretanto, esses mecanismos de captação de informações não têm propiciado, muitas vezes, a obtenção de informações oportunas e tempestivas.

Recomendações

- Migrar a ação 4283 - "Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil" para o programa 1083 - "Reforma do Judiciário".

Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

Objetivo

Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos aos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

Público-Alvo

Sociedades indígenas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 255.581.049,00	Empenho Liquidado: R$ 247.033.059,00 Pago estatais: - Total: R$ 247.033.059,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Famílias Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Social.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Na fase de revisão realizada em 2004 para viger em 2005, houve uma ressalva para que os indicadores propostos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. O treinamento ocorreu por meio da oficina de Monitoramento e Avaliação de Programas do Ministério da Justiça no período de 05 a 07 de outubro de 2005 com a participação de alguns servidores e coordenadores de ação que estão trabalhando no propósito de elaboração de novos indicadores.

2. Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 108,6 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 81,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

3. Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas menores de 1 ano.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 55,7 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Responsabilidade da FUNASA/MS. Não houve o envio da avaliação anual ano base 2005 para a FUNAI.

4. Coeficiente de Incidência de Desnutrição em menores de 5 anos na População. Indígena.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 300/2002
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

5. Coeficiente de incidência parasitária de Malária na população indígena.

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 56 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 23

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice está sob responsabilidade da FUNASA/MS, não tendo sido enviado pela instituição.

Contextualização

Cabe ao Estado brasileiro, por meio da FUNAI, o efetivo cumprimento do Art. 231 da Constituição que preconiza a garantia dos direitos indígenas à terra, sua organização social, costumes, língua, crença e tradições. Hoje essas garantias materializam-se no atendimento de uma população de 440 mil índios, habitantes de 600 agrupamentos de terras indígenas que ocupam quase 12% do Território Nacional e vêm enfrentando, em sua grande maioria, uma acelerada e complexa transformação social e estão buscando novas formas de sobrevivência física e cultural com o objetivo de garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As frentes de expansão da sociedade nacional e o adensamento das populações não indígenas no Brasil vêm causando uma proximidade e um contato cada vez mais freqüente com as populações indígenas, sujeitando-as a situações de risco para as quais não estão preparadas. Esse contato está acarretando uma perda inestimável do patrimônio cultural indígena. O programa reflete o anseio de lideranças, professores e anciões indígenas ouvidos durante os levantamentos e diagnósticos realizados no decorrer de 2001/02, buscando garantir aos índios o exercício pleno da cidadania e preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

Principais Resultados

- Atendimento básico em saúde a 410.653 indígenas.
- Realização de 9 Conferências Regionais dos Povos Indígenas com a participação de mais de 2 mil indígenas, e produção de subsídios para a revisão do Estatuto do Índio e a elaboração da Política Indigenista.
- Capacitação de 949 indígenas para desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis em terras indígenas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações do programa são desempenhadas pelos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário, Esporte e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que também é responsável pela coordenação do conjunto das ações. É recorrente a necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de superar as restrições identificadas na avaliação realizada em 2005, especialmente no que se refere ao modelo de gestão do programa e a suficiência dos recursos para cumprimento das metas físicas. A despeito das inúmeras instituições governamentais que atuam na temática indigenista, ainda há uma desconexão entre suas atuações, carecendo de uma instância político-institucional supraministerial que coordene os trabalhos.

Persistem os problemas orçamentários na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que culminam com a baixa capacidade de atendimento ao público-alvo, principalmente no que se refere à prestação de assistência social. Como conseqüência, vários índios sobrevivem de mendicância, em péssimas condições sociais, convivendo com a desnutrição e um índice alarmante de mortalidade infantil. Em 2005, dos cerca de 440 mil indígenas apenas 7 mil receberam assistência social.

A execução orçamentária foi quase efetiva, representando cerca de 96% do previsto. A descontinuidade no fluxo de recurso financeiro não prejudicou a execução programada, entretanto, no final do exercício, houve indisponibilidade de recursos financeiros gerando um saldo de restos a pagar alto. O crédito suplementar, liberado apenas nos últimos dias do encerramento do exercício, prejudicou a programação causando desestímulo e descrédito junto às comunidades indígenas e aos técnicos da FUNAI. O cumprimento das metas físicas foi considerado médio. Entretanto, a qualidade das informações disponíveis no SIGPLAN para a avaliação dos resultados foi questionada, tendo em vista o não preenchimento de alguns campos pelos por vários coordenadores de ação.

Há necessidade de melhorar a cultura institucional em relação ao registro ordenado de informações como subsídio para o planejamento, execução e avaliação das ações. A gerência do programa acredita que com a implantação de um sistema informatizado de monitoramento de execução das ações, o INFRASIG, o trâmite das informações torne-se mais adequado. É necessário, ainda, capacitar os coordenadores de ação para o preenchimento das informações no SIGPLAN. Hoje, a maioria das ações é monitorada por meio de relatórios periódicos e visitas técnicas, informações que não são disponibilizadas no SIGPLAN.

Os recursos materiais disponíveis são inadequados, principalmente os de informática e os necessários para a prestação de assistência em locais de difícil acesso, como viaturas. As restrições orçamentárias relativas ao gasto com diárias e passagens de

agentes da Policia Federal impactam negativamente o atendimento emergencial aos indígenas.

Há carência também em relação à quantidade e capacitação dos recursos humanos, seja na coordenação das ações, seja nas administrações executivas regionais e nos postos indígenas. Há necessidade de formulação de uma política para a formação e o aperfeiçoamento do corpo técnico, abrangendo indigenismo, gestão de projetos sociais, etnodesenvolvimento, legislação indigenista e ambiental, planejamento e orçamento.

Especificamente no que se refere aos processos de licitação e celebração de contratos, as equipes de servidores nas unidades regionais são insuficientes, dificultando a constituição de Comissões Permanentes de Licitação atrasando os processos.

A dispersão geográfica das ações, associada às dificuldades técnico-operacionais, à falta de cultura institucional de planejamento e avaliação de resultados, à inexistência de um sistema informatizado de informações e à falta de pessoal capacitado são fatores que dificultam a avaliação satisfatória nas comunidades indígenas de maneira sistemática. Contudo, de maneira geral, percebe-se o descrédito do governo federal junto às comunidades indígenas.

Outros Aspectos Relevantes

Em 2004, foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na FUNAI. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão esteja preparado para cumprir com as atribuições legais. Deve-se considerar que, não existindo uma política salarial isonômica no governo federal, observa-se um alto índice de abandono de emprego na FUNAI.

Fato positivo a se destacar são as atuações dos Conselhos Locais de Saúde e dos Conselhos Indígenas Regionais, que vêm contribuindo para a execução das metas estimadas nas ações referentes à educação e saúde dos povos indígenas.

Recomendações

- Finalizar a reformulação do indicador "Taxa de famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social".
- Analisar e propor alternativas frente às necessidades quantitativas e de capacitação de recursos humanos.
- Realizar reuniões do comitê gestor do programa, envolvendo os coordenadores de ação.

Modernização da Polícia Federal

Objetivo

Aprimorar a estrutura, o modelo operacional e gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 175.706.000	Empenho Liquidado: R$ 152.487.546 Pago estatais: - Total: R$ 152.487.546

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Modernização das Unidades Operacionais da Polícia Federal.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice é a relação percentual entre o número de unidades operacionais modernizadas e o número de unidades existentes na polícia federal, não tendo sido apurado, o que dificulta tratar sobre a previsão de alcance ao final do PPA.

Contextualização

A Polícia Federal é responsável pelas atividades de polícia judiciária da União e gerencia o Programa de Modernização com vistas à redução das deficiências de meios, principalmente as relacionadas aos sistemas de telecomunicações, ao reaparelhamento do setor de polícia técnica, do segmento de transportes e da construção, e à ampliação, reforma e modernização de suas instalações físicas, de forma a minimizar as vulnerabilidades para o adequado cumprimento de suas atribuições constitucionais.

Principais Resultados

- Contratação do fornecimento de equipamentos laboratoriais para realização de exames e perícias documentoscópicas, em audiovisuais, em

equipamentos eletrônicos e em sistemas informacionais para realização de análises químicas e físicas com o intuito de realizarvarredura eletrônica em sistemas de comunicação e de equipamentos fotográficos.
- Contratação do SERPRO e da Casa da Moeda, visando à implementação do novo passaporte brasileiro.
- Aquisição dos equipamentos de telecomunicações, visando à implementação da rede fixa do sistema de radiocomunicação em curta distância, em UHF, relacionado à rede regional 1, que envolve as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e um conjunto de equipamentos transportáveis, para implementação da rede tática nos Estados.
- Conclusão das obras do Instituto Nacional de Criminalística (INC), em Brasília.
- Conclusão das obras de construção do Edifício-Sede da Superintendência Estadual do DPF em Vitória e do Edifício-Sede da Superintendência Estadual em Natal. Além disso, foi concluída a maior parte da obra de construção do Edifício-Sede da Superintendência Estadual em Curitiba, Paraná.
- Expedição de 1,44 milhão de passaportes comuns.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa apresenta um desempenho adequado às disponibilidades orçamentárias e financeiras. Ressalta-se que os recursos destinados ao reaparelhamento da Polícia Federal são adequados, diferentemente daqueles orientados para ampliação, construção e reforma das unidades. A execução, que representou 86% dos recursos disponíveis, foi inferior ao desejável principalmente em função da indisponibilidade financeira na ação 7081 - "Ampliação e Reforma das Bases Operacionais e Unidades do Departamento de Polícia Federal". A ação 2586 - "Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle de Tráfego Internacional" teve desempenho superior ao previsto, devido ao aumento da demanda na sociedade.

Algumas ações apresentaram restrições jurídicas e medidas estão sendo tomadas no sentido de refazer os procedimentos para que as contratações efetivem-se. A ausência de um sistema normativo para a gestão de obras no órgão e as dificuldades impostas por interpretações legais do Tribunal de Contas da União provocaram a necessidade de adaptações na forma de implementação de algumas ações do Programa, atrasando a execução.

O programa de modernização tem um viés de implementação eminentemente técnico e de caráter estratégico, não cabendo a promoção de mecanismos para participação social em sua concepção e implementação. Não obstante, o programa prevê a participação de parcela dos beneficiários em comissões técnicas, principalmente nas fases de delineamento das atividades a serem desenvolvidas.

É importante registrar que os coordenadores de ação vêm aprimorando continuadamente seus mecanismos de planejamento e controle, o que deve contribuir para um melhor desempenho do programa no médio e longo prazos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Incluir a ação “Construção de Anexo ao Edifício-sede da Superintendência Regional do Rio de Janeiro”.
- Incluir a ação “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional da Pará”.
- Incluir a ação “Construção do Edifício-sede do Departamento de Policia Federal”.
- Incluir a ação “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional de Rondônia”.
- Excluir a ação 7803 - “Ampliação, Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia” .
- Excluir a ação 1247 - “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte” .
- Excluir a ação 1245 - “Construção do Edifício-sede da Superintendência Regional do Espírito Santo”.

Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

Objetivo

Gerar vagas em estabelecimentos penais e promover a reintegração da pessoa presa e do internado à sociedade.

Público-Alvo

Pessoas presas, internadas e egressas de estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional e seus dependentes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 224.068.871,00	Empenho Liquidado: R$ 158.534.722,00 Pago estatais: - Total: R$ 158.534.722,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Déficit de Vagas no Sistema Prisional.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 143 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 130

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa, pois a população prisional cresce a taxa superior à capacidade do programa de gerar vagas.

2. Coeficiente de Reincidência Criminal.

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 700 em 8 de julho de 2003
Índice previsto ao final do PPA: 620

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não se pode precisar, pois não houve aferição do indicador em 2005. As informações inseridas pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN) são insuficientes para aferir o índice.

Contextualização

O programa destina-se a atender, primordialmente, aos anseios da sociedade no

combate à violência e na redução dos índices de criminalidade, em busca de níveis satisfatórios de segurança pública, bem como tratar o cidadão infrator de forma a reconduzi-lo aos valores morais, sociais e éticos, conferindo-lhe igualdade de oportunidade ao final do cumprimento da sentença penal.

A modernização do sistema penitenciário passa, necessariamente, pela arquitetura e destinação classificatória dos estabelecimentos penais para separar os presos conforme o quesito de periculosidade, pela garantia a individualidade aos regimes de cumprimento e de progressão da pena e por um método de tratamento ao cidadão, conforme o tipo de estabelecimento, para finalizar com a inclusão da população carcerária no rol das políticas públicas de atenção ao cidadão.

Principais Resultados

Consolidação do Sistema Penitenciário Federal

- As obras da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS e Catanduvas/PR encerraram o ano com 90% (noventa por cento) de execução física.
- Foram iniciadas as obras da Penitenciária Federal de Mossoró/RN.
- Concluída a licitação para construção da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO.

Estabelecimentos Penais Estaduais

- Por meio de contratos de repasse firmados entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária do Departamento Penitenciário Nacional e os Estados, foram contratadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários locais.
- Concluídos 44 convênios, dos quais 33 sobre construção de estabelecimentos penais, tendo gerado 8.412 vagas provenientes de instrumentos celebrados em exercícios anteriores.

Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), estabelecido pela Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09/09/2003.

- Em 2005 foi iniciado e concluído procedimento licitatório para a aquisição de equipamentos e aparelhos médico-ambulatoriais para prover o atendimento à saúde da população carcerária em 40 estabelecimentos penais estaduais, localizados em 5 Unidades da Federação.
- Repasse a 10 (dez) Estados de cerca de um milhão de reais, referentes ao incentivo à atenção à saúde básica, pois a melhoria da qualidade dos serviços de saúde à população carcerária contribui positivamente para reintegração social do preso.

Implantação de Escolas Penitenciárias

- A aquisição direta de equipamentos e celebração de convênios viabilizaram a criação de 8 Escolas Penitenciárias nos Estados. As Escolas promoverão um salto de qualidade na formação e capacitação dos atores envolvidos na execução penal, repercutindo diretamente no tratamento dispensado à pessoa privada de liberdade.

Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN)

- Após um longo processo de readaptação, o "INFOPEN Estatística" foi colocado à disposição dos Estados e do Distrito Federal para inserção de

dados quantitativos relativos à população prisional. Trata-se de importante ferramenta para subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a população carcerária.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Um aspecto relevante é que muitos convenentes possuem dificuldades técnicas para compreender as etapas do processo de formalização dos instrumentos de convênio. A gerência do programa estuda uma forma de poder capacitar as equipes técnicas dos entes federados para que possam superar essa deficiência.

A situação de inadimplência dos Estados atrasa e inviabiliza a celebração dos convênios. Prejudica o processo de execução orçamentária e financeira, com conseqüências negativas para a execução de projetos sociais e assistenciais e acarreta paralisação de obras. O grande prejudicado é o público-alvo que passa por situações muito desfavoráveis na condição de privação de liberdade.

O contingenciamento tem afetado sempre o programa, havendo dificuldades em planejar os repasses de recursos aos entes federados para construção de estabelecimentos penais estaduais.

Outros Aspectos Relevantes

Em dezembro de 2004, o DEPEN firmou parceria com a Caixa Econômica Federal para o gerenciamento e fiscalização das obras de construção de estabelecimentos penais nos Estados, e vem acompanhando e avaliando o desempenho da CEF. Vale ressaltar que o mérito da aprovação de todo e qualquer projeto é do DEPEN, à luz da Resolução nº 03/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que trata das diretrizes para a construção de estabelecimentos penais no país.

A parceria com a CEF foi a solução encontrada pela gerência do programa para agilizar a execução orçamentária, efetuar um controle mais rigoroso e tempestivo da liberação de parcelas, bem como promover uma fiscalização in loco das obras com maior tempestividade e periodicidade, haja vista a capilaridade da CEF em todo o território nacional.

Cabe registrar que, no papel de articulação e fomento, o DEPEN realiza encontros com diversos atores envolvidos na execução penal. Desses encontros são extraídos entendimentos e linhas de ação para o enfrentamento do problema de acordo com as realidades regionais.

Recomendações

- Alterar a denominação do programa para "Aprimoramento da Execução Penal", uma vez que execução penal é expressão mais abrangente, envolvendo ações de ouvidoria, promoção de medidas alternativas, escolas penitenciárias, entre outras.
- Alterar o objetivo do programa para "Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes", suprimindo a expressão "gerar vagas". O objetivo do programa é a reintegração da pessoa presa e não a geração de vagas nas prisões.

- Excluir o indicador "Coeficiente de Reincidência Criminal", uma vez que nunca houve apuração desde a criação. Não existem ferramentas apropriadas no âmbito estadual para aferição do indicador.
- Incluir a ação "Apoio à Implantação e Reaparelhamento de Ouvidorias".
- Ampliar os efeitos do Acórdão n.º 1.640/2003 (TCU) ao Fundo Penitenciário Nacional para que a inadimplência dos Estados não impeça a celebração de convênios e o repasse de recursos, tendo em vista a situação dramática dos sistemas penitenciários locais.
- Rever os critérios de distribuição dos recursos para as Unidades da Federação, incentivando a aplicação de penas e medidas alternativas que promovam o respeito ao direito dos apenados.

Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Objetivo

Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 77.742.999,00	Empenho Liquidado: R$ 56.332.433,00 Pago estatais: - Total: R$ 56.332.433,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento a Famílias Indígenas com Projetos de Desenvolvimento

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 46,75 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcançar o índice esperado no final PPA é baixa. Isto se deve ao fato de que a dotação orçamentária é insuficiente para atender o número total de famílias indígenas. Essa dotação só atende a 41.136 famílias indígenas, de um total estimado de 88 mil famílias.

2. Taxa de Degradação de Terras Indígenas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Na Revisão de 2004 foi feita uma ressalva para que os indicadores propostos pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. Em 2007, o indicador passará a ser "Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais",

que é a relação percentual entre o total de terras indígenas atendidas com projetos ambientais e o total de terras indígenas conhecidas.

3. Taxa de Usurpação das Terras Indígenas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Na Revisão de 2004 foi feita uma ressalva para que os indicadores propostos pela FUNAI fossem modificados, após treinamento dos coordenadores de ação, para melhor expressar os resultados. O treinamento ocorreu através da oficina de monitoramento e avaliação de programas do Ministério da Justiça em outubro de 2005.

4. Taxa de Regularização de Terras Indígenas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 70,38 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 80,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador da taxa de regularização de terras indígenas não está consolidando o resultado para 2005. Entretanto, vem sendo apontada a flutuação da taxa a cada ano, em movimento de retração e expansão, carente de avaliação adequada. Essa flutuação decorre de demandas fundiárias indígenas que surgem a cada ano, sendo que o parâmetro básico da taxa de regularização é o número de terras indígenas conhecidas, sendo necessário considerar o número de terras indígenas conhecidas no início de cada quadriênio do PPA.

Contextualização

O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato, encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratar de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa dos seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e dos seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e apoio a projetos produtivos sustentáveis, capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas. Ao assumir essa responsabilidade, por meio do seu órgão indigenista (FUNAI), o Estado brasileiro estará apenas reafirmando um compromisso republicano histórico, de defesa das sociedades indígenas, que tem sido cumprido de maneira ininterrupta há quase um século, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910.

Principais Resultados

Homologação de terras indígenas

- Instrução processual necessária à expedição do Decreto de Homologação de 8 terras indígenas, abrangendo cerca de 2,6 milhões de hectares.

Proteção de terras indígenas

- Remoção total ou parcial de ocupações de não-índios em 19 terras indígenas, com a retirada de 543 ocupações.
- Registros cartoriais e na Secretaria do Patrimônio da União de 22 terras indígenas, garantindo a posse e usufruto para mais de 5.200 índios.
- Levantamento fundiário em 11 terras indígenas com o cadastramento e a avaliação de benfeitorias de aproximadamente 420 ocupações de terceiros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O sucesso do programa depende, em grande medida, de uma boa articulação entre a gerência, sob responsabilidade da FUNAI, e os executores das ações, fato que não se tem verificado.

Na tentativa de melhorar a gestão do programa foi pactuado entre a FUNAI, a SPI/MP, a CC/PR e representantes dos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Agrário, a criação de um outro ator no modelo de gestão do programa, o Gerente Adjunto, que teria como função disponibilizar as informações necessárias para a execução e gerenciamento das ações. Entretanto, a reunião não produziu os frutos esperados e sequer se vislumbra a criação do Gerente Adjunto.

Persiste a insuficiência na dotação orçamentária para atender à demanda das sociedades indígenas, visto que a proposta orçamentária encaminhada pela FUNAI vem sendo preterida. Esse fator foi determinante para a classificação do resultado de 2005 como abaixo do esperado. Para se ter idéia da distância entre a meta física atendida e a ideal, dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) apontam para a existência de aproximadamente 88 mil famílias indígenas no Brasil. Enquanto isso, por meio da ação "Fomento às Atividades Produtivas", são atendidas cerca de 25.470 famílias. Tal fato, por si só, justifica a insatisfação dos beneficiários.

A execução orçamentária foi relativamente baixa, em torno de 73% do orçamento disponível. O atraso na aprovação e liberação do crédito adicional solicitado atrapalhou a execução orçamentária, já que não foi possível atender à programação planejada. A sazonalidade imposta pelo calendário agrícola impõe que a liberação de recursos respeite a programação. Como isso não aconteceu, foi gerado um volume considerável de recursos inscritos em restos a pagar.

Os recursos materiais disponíveis são inadequados e insuficientes. Há carência também em relação à quantidade e capacitação dos recursos humanos, seja na coordenação das ações, seja nas administrações executivas regionais e postos indígenas. Há necessidade de formulação de uma política de formação e aperfeiçoamento do corpo técnico e a contratação de pessoal com formação nas seguintes áreas: desenvolvimento comunitário, engenharia florestal, gestão de informação, técnico em demarcação, sertanista, técnico em indigenismo, auxiliares

de frente de contato, piloto de barco, motorista, técnico em agropecuária e agrônomo, todos com qualificação em indigenismo.

Outros Aspectos Relevantes

Além dos principais resultados citados no item 2, é importante ressaltar a atuação do programa em atividades que contribuem para a proteção de terras indígenas, a saber:

- Conclusão da licitação para a demarcação e aviventação de 06 terras indígenas.
- Realização de 16 estudos antropológicos visando à definição de procedimentos administrativos cabíveis.
- Propostas de programas e projetos, na área ambiental para as comunidades e terras indígenas afetadas por empreendimentos, possibilitando a celebração de convênio ou outro instrumento legal e a conseqüente posição favorável da FUNAI à emissão pelo órgão ambiental competente da Licença de Operação ou sua renovação.

Na gestão cotidiana do programa, alguns aspectos merecem destaque, como o Sistema de Terras Indígenas (STI/DAF), que é um instrumento de monitoria e gerenciamento permanente das ações de regularização de terras indígenas em todas as suas etapas e fases. Entretanto, o STI ainda não é utilizado plenamente pela FUNAI, pois a definição institucional do seu uso para monitoramento ainda está em definição.

É de se destacar a participação social do público-alvo em audiências públicas realizadas no âmbito de alguns processos de licenciamento ambiental. A participação da população beneficiária na formulação, na execução e nas avaliações de cada evento de capacitação tem proporcionado uma maior aproximação da política global da FUNAI em relação à realidade experimentada pelos índios, atendendo melhor suas reivindicações.

Em 2004 foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na FUNAI. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão possa cumprir com as suas atribuições legais. Considerando-se, ainda, que não existe uma política salarial isonômica no governo federal, observa-se um alto índice de abandono de emprego na FUNAI. Os novos servidores se desligam do órgão assim que logram aprovação em outros concursos.

Recomendações

- Alterar o indicador "Taxa de degradação das terras indígenas" para "Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais", representado pela seguinte fórmula de cálculo: "relação percentual entre o total de terras indígenas atendidas com projetos ambientais e o total de terras indígenas conhecidas".

Reconhecimento de Utilidade Pública

Objetivo

Reconhecer a Utilidade Pública Federal de instituições que prestam serviços à sociedade sem interesse lucrativo.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 170.000,00	Empenho Liquidado: R$ 22.547,00 Pago estatais: - Total: R$ 22.547,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Análise de Processos no Prazo Legal

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Neste programa, que não mais existe em 2006, o MJ assume o atendimento a totalidade das demandas por qualificação.

Contextualização

O Programa está voltado a instituições da sociedades civil, associações e fundações com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, como extensão da atuação estatal.

Principais Resultados

- Implementação do Cadastro Nacional de Entidades (CNEs).
- Recebimento de 9.999 relatórios circunstanciados.
- Concessão de 1.619 títulos de utilidade pública e qualificação de interesse público federal.
- Publicação, de informações gerais das entidades cadastradas, inclusive disponibilizando modelos e formulários, na Intranet do MJ.

- Encaminhada proposta da Secretaria Nacional de Justiça ao gabinete do Ministro, para a desvinculação do título de utilidade pública do certificado expedido pelo CNAS, por meio de projeto de lei.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Embora o programa tenha sido extinto, as demandas da sociedade civil por reconhecimento e qualificação estatal cresceram acima do esperado em 2005. Com a criação do CNEs, houve um aprimoramento na comunicação entre o Estado e a sociedade, que gerou:

- Desburocratização do tratamento dos pedidos de qualificação e uma maior eficiência do serviço prestado.
- A transparência da análise realizada, que constitui o cerne do serviço de qualificação e que justifica tanto o aumento das concessões quanto o aumento no número de cassações, pois por meio do CNEs pode-se trabalhar informações mais precisas e consistentes sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades que se dirigem ao MJ.

Outros Aspectos Relevantes

Em junho de 2005 foi realizada, no Ministério da Justiça, reunião para discussão e validação das propostas de alteração do PPA. Naquela oportunidade, decidiu-se que o programa 0671- "Reconhecimento de Utilidade Pública" seria excluído de acordo com a proposta formulada por técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; muito embora o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação fosse contrário à exclusão, propondo apenas alterações pontuais (denominação, objetivos etc.) e a inclusão de uma nova ação, "Cadastro Nacional de Entidades".

Na revisão do PPA para o exercício 2006, o programa foi excluído e suas atividades estão concentradas numa nova ação, "Cadastro Nacional de Entidades", no programa "Gestão da Política na Área da Justiça". A alteração justifica-se pelo escopo reduzido do programa, que não se relacionava a um problema suficientemente amplo da sociedade mas estava focado em apenas uma operação, o reconhecimento de entidades de utilidade pública.

Em decorrência do contingenciamento orçamentário de 86,73% dos recursos deste programa, verificou-se o comprometimento da aquisição, manutenção e substituição de recursos materiais, sobretudo tecnológicos, que dariam suporte à implantação do Cadastro Nacional de Entidades.

A criação do Cadastro Nacional de Entidades (CNEs) pode ser considerada uma prática de gestão exemplar, porque estabelece a indissociabilidade entre eficiência, eficácia e efetividade. Trata-se de um sistema eletrônico destinado à racionalização dos serviços públicos, com o principal objetivo de facilitar a comunicação entre o Estado, as entidades e a sociedade, na medida em que desburocratiza, padroniza e confere transparência aos processos de requerimento e prestação de contas. Dessa forma, proporciona o incremento da participação e do controle social.

Recomendações

Não há recomendações.

Reforma do Judiciário

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.638.350,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.065.483,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.065.483,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Tempo Médio de Tramitação de um Processo Judicial

Unidade de medida: dia
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Conforme mencionado na avaliação de 2004, é difícil mesurar esse indicador uma vez que no Poder Judiciário brasileiro as diferenças são significativas e não existe uma uniformidade de gestão processual. Atualmente não existe indicador aceitável.

Contextualização

A necessidade de modernização e reforma do Judiciário faz-se presente, uma vez que na sua organização e funcionamento existe uma dispersão e burocratização dos serviços de atendimento, falta uniformidade na organização dos cartórios e há insuficiência e baixa capacidade dos atendimentos dos Juizados Especiais. Na área de planejamento e controle social, o público desconhece as ações do Poder Judiciário. Os recursos humanos são deficientes na sua formação e qualificação profissional, acarretando prejuízos ao atendimento ao público. No que tange a recursos da tecnologia da informação, não é amplamente utilizada a comunicação eletrônica em petições, audiências e notificações e os serviços cartoriais não são informatizados.

Principais Resultados

Reforma Infraconstitucional - O Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal elaboraram e encaminharam ao Congresso Nacional 26 projetos de lei que alteram as leis de processo civil, trabalhista e penal, conferem funcionalidade à tramitação das causas e procuram inibir a utilização da Justiça como meio de protelar o pagamento de dívidas. As propostas são o resultado de debates, proposições e sugestões anteriores, apresentadas por juristas, entidades e associações que vivem os problemas do sistema judicial na prática, como o Instituto Brasileiro de Direito Processual, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais do Brasil e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Destacam-se abaixo as leis recentemente aprovadas:

- Lei nº 11.187/05, que dá nova redação aos artigos 522, 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.
- Lei nº 11.232/05. A nova lei dá mais racionalidade e agilidade à tramitação de ações de cobrança, um dos maiores responsáveis pelo congestionamento dos tribunais brasileiros.
- Lei nº 11.277/06 - Julgamento de processos repetitivos. Acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), alterando a sistemática de julgamento em casos de multiplicidade de processos iguais.
- Lei nº 11.276 - Súmula impeditiva de recursos. Altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões.
- Lei nº 11.280/2006 - Meios eletrônicos – resultado da aprovação do PL 4726/2004 (PLC 116/05). Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos, e revoga o art. 194 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

IBERREDE - Foi criada a Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Penal (IBERREDE) para agilizar e fortalecer a cooperação das Justiças dos países Ibero-americanos.

O sistema digital será usado para facilitar a prática de atos judiciais como interrogatório, inquirição de testemunhas, busca, apreensão e bloqueio de bens no exterior. Pelo Executivo brasileiro, o acordo foi costurado pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI). Grupos formados por promotores, juízes e integrantes do Ministério da Justiça (ou órgão correspondente) vão intermediar a comunicação entre os órgãos judiciários dos países Ibero-americanos.

Prêmio Innovare - O prêmio foi criado para identificar, premiar, sistematizar e disseminar práticas pioneiras e bem sucedidas de gestão do poder judiciário e do ministério público que estejam contribuindo para a modernização, desburocratização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da justiça. A partir da identificação e da escolha das práticas, foi realizado um trabalho de sistematização das iniciativas, com o objetivo de formatá-las e difundi-las por todo o país. O resultado foi um banco de dados de experiências de gestão e modernização do Judiciário.
Num segundo momento, terá início um processo de implementação das práticas em outros órgãos jurisdicionais do país, com acompanhamento e capacitação dos profissionais envolvidos. Em 2005, em sua segunda edição, foram concedidos quatro prêmios nas categorias juiz individual, juizado especial, Tribunal e Ministério Público.

Acesso à Justiça - A ampliação do acesso à justiça no país é uma contribuição na ampliação do espaço público do exercício da cidadania, na promoção e defesa da coesão social de grupos e segmentos populacionais e no fortalecimento da democracia. No tocante ao tema, a Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ implantou o projeto Justiça Comunitária que estimula as comunidades a desenvolver seus próprios mecanismos de solução de conflitos por meio do diálogo, da participação e da promoção dos direitos humanos, evitando que os conflitos tornem-se ações judiciais. O projeto é implementado por agentes de justiça comunitários, pertencentes à comunidade que operam, compartilhando os problemas, refletindo os valores e as relações sociais locais. No mesmo sentido, foi desenvolvido o projeto "Justiça Restaurativa", baseado na premissa de que a vítima, o autor do crime, pessoas envolvidas com a vítima e/ou com o criminoso e lideranças comunitárias devem compartilhar a busca de solução para os problemas causados pelo crime cometido, com a assistência de uma terceira pessoa imparcial – um mediador ou um facilitador. Em 2005 foi assinado termo de cooperação técnica para a implementação, no Distrito Federal, de um projeto piloto da Justiça Restaurativa. Também foi assinado termo nos mesmos moldes com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e foram implementados os projetos pilotos nas cidades de São Caetano do Sul, região metropolitana de São Paulo, Porto Alegre e Brasília.

Diagnóstico da Defensoria Pública - O estudo é o primeiro mapeamento em âmbito nacional sobre a estrutura, o funcionamento e o perfil dos membros da instituição e abrange não apenas as Defensorias Estaduais como a Defensoria Pública da União. O levantamento foi feito junto a todos os Estados, exceto naqueles em que as defensorias ainda não foram criadas (SP, GO e SC) e no Paraná, onde não houve resposta sobre a situação no Estado. A pesquisa tem por objetivo identificar aspectos específicos das Defensorias Públicas e, assim, propor medidas que possam contribuir para o fortalecimento e ampliação de seus serviços, de fundamental importância para garantir o acesso da população à Justiça, sobretudo a de baixa renda, que não tem condições de arcar com custos de advogado.

O trabalho mostrou que estavam em atividade nos Estados, no Distrito Federal e na União 3.250 defensores públicos, um número considerado insuficiente para atender à parcela da população que necessita de prestação gratuita de serviços de orientação jurídica. Eles estão à disposição em apenas 42% das comarcas brasileiras existentes na Justiça Comum Estadual.

No mesmo sentido foram elaborados diversos outros estudos, seminários e pesquisas que subsidiarão as propostas para reformas no Judiciário.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A Secretaria da Reforma do Judiciário sofre com a falta de infra-estrutura com relação a espaço físico, equipamentos de informática, telefones e mobiliário. Apesar disso, deixou-se de adquirir equipamentos de informática em virtude da demora na conclusão do processo licitatório (tomada de preço).

Os servidores acumulam funções para gerenciar o Programa de Reforma do Judiciário.

Outros Aspectos Relevantes

A Secretaria de Reforma do Judiciário vem desenvolvendo um projeto de inclusão digital, que utiliza os meios de informática para levar alguns serviços da Justiça até o cidadão que habita em áreas carentes e distantes dos centros urbanos. A proposta é utilizar os telecentros para aproximar a população da Justiça, através da disponibilização de informações sobre o andamento dos processos nos juízos e tribunais.

O Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) é um programa de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Comunicações e utiliza ferramentas de tecnologia da informação para promover a inclusão digital em todos os Estados brasileiros. Atualmente, está presente em cerca de 3.200 escolas municipais e estaduais, sindicatos e ONGs de todo o país. O programa disponibiliza equipamentos e conexão via satélite para comunidades carentes. Com um sinal de alta velocidade e serviços de e-mail, escritório, laboratório virtual, hospedagem de páginas e canal de notícias, comunidades tradicionalmente excluídas das redes de telecomunicações promovem seu desenvolvimento econômico, cultural e pedagógico.

No que se refere à participação social, cabe destacar que todos os projetos de lei são resultado de debates, proposições e sugestões apresentadas por juristas, entidades e associações que vivem os problemas do sistema judiciário na prática, como o Instituto Brasileiro de Direito Processual, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais do Brasil e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Recomendações

Não há recomendações.

Segurança Pública nas Rodovias Federais

Objetivo

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.208.940.459.00	Empenho Liquidado: R$ 962.949.526,00 Pago estatais: - Total: R$ 962.949.526,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de variação de acidentes nas Rodovias Federais.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,19 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Houve readequação dos indicadores no decorrer do Plano, sem a definição dos índices previstos ao final do PPA, o que não gerou parâmetros para avaliar a viabilidade de alcance.

Contextualização

As Rodovias Federais são estratégicas na aplicação de alguns programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira. Os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis as vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pela perda de cargas e veículos sinistrados, entre muitos outros prejuízos que contabilizam cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Uma ação mais efetiva para a redução dos acidentes com vitimas pode diminuir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados.

Principais Resultados

- Fiscalização de 7.558.987 veículos.
- Recuperação de 3.237 veículos.
- Atendimento a 105 mil acidentes e prestação de socorro a 10.077 pessoas.
- Apreensão de 109.453 veículos, retenção de 21.135 carteiras habilitação e aplicação de 1.434.213 notificações.
- Em 2005, 10.077 pessoas foram socorridas diretamente pela Polícia Rodoviária Federal, um indicador expressivo da prioridade dada pela instituição ao atendimento aos usuários brasileiros e estrangeiros que se deslocam pelo país, além das populações lindeiras às Estradas e Rodovias Federais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- A aquisição de viaturas demanda mais recursos diante da necessidade de renovação constante da frota, pois é o principal instrumento de fiscalização da instituição e apresenta custos elevados de manutenção. Os serviços na área de tecnologia, monitoramento eletrônico e telecomunicações são indispensáveis para a realização das atividades operacionais do órgão.
- Apesar de algumas dificuldades e de o percentual de execução física em algumas ações não atingir o número ideal, os resultados foram favoráveis e dentro das expectativas iniciais.
- A descontinuidade no fluxo de recursos impactou a execução de serviços básicos de manutenção, tais como: aquisição de combustível, pagamento de diárias operacionais, manutenção da rede de informações, de viaturas e de bens imóveis. Em 2005, não houve a quebra de nenhum destes serviços em decorrência do atraso na liberação financeira, mas houve prejuízo nas novas contratações de projetos que somente puderam ser executados no 2º semestre, atrasando o cronograma inicial.
- Para que se consiga cumprir o objetivo do programa é imperativo que se contrate pessoal com habilidade técnica e gerencial. No mesmo sentido, é necessária a realização de concurso público para a carreira de Policial Rodoviário Federal.
- Mecanismos de avaliação de satisfação de usuários internos e externos demandam uma melhor estruturação do próprio órgão na formação de uma equipe gerencial. Criar planilhas e relatórios, questionários, sistemas de avaliação, entre outras ferramentas, têm como pré-requisito, a confecção de estudos e trabalhos específicos para este fim, para o que a Instituição não dispõe de recursos.

Outros Aspectos Relevantes

Mecanismos de coleta e acompanhamento diário dos resultados em algumas ações, especialmente aquelas que melhor refletem a atividade da instituição, como a promoção da segurança pública nas rodovias federais e a prevenção dos acidentes de trânsito. Como exemplo, pode-se citar: o "ROD On-line", um sistema que coleta os números de todas as ocorrências policiais diariamente e o "BR Brasil", sistema em processo de implantação que acompanha o desenvolvimento de todas as operações e ocorrências policiais em todo o país.

Reuniões periódicas com os coordenadores de ação e a gerência para avaliar o andamento do programa, com o aperfeiçoamento sistemático desse processo. Porém, não há o efetivo acompanhamento físico das ações executadas pelo Ministério dos Transportes, somente o financeiro, que de acordo com os dados do SIAFI apresenta execução de aproximadamente 54% em relação à LOA.

Recomendações

- Definir os índices esperados para os indicadores do programa.

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Objetivo

Reduzir a criminalidade, a violência e a impunidade mediante a implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

Público-Alvo

Operadores de segurança pública.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 370.649.050,00	Empenho Liquidado: R$ 247.909.871,00 Pago estatais: - Total: R$ 247.909.871,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Índice Sintético de Desempenho.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Algumas ações previstas dependem de decisões das Unidades Federadas, o que implica na incerteza quanto ao alcance das metas.

A expectativa é a de implantar 25% do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) por ano e a implantação é mensurada por 6 fatores: valorização e formação profissional; gestão do conhecimento; reorganização institucional; estruturação e modernização da perícia; prevenção da violência e controle externo e participação social.

Assim, até ano de 2005 deveriam estar implantados 50% do SUSP. Entretanto, 32% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança pública foram contingenciados, em 2005 e a meta foi reestimada para 42%. A mensuração de todos os fatores de avaliação mostrou um resultado de 48,54% de implantação do SUSP em 2005.

Contextualização

O Governo Federal objetiva adotar uma estratégia de integração de todas as Unidades da Federação. Por meio do SUSP, os governos estaduais e municipais

passaram a apresentar projetos a serem apoiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), dentro de diretrizes estratégicas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Tem por objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Os principais eixos de atuação são a gestão unificada da tecnologia da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias e a melhora da produção de prova; prevenção da violência e instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão nos órgãos de segurança pública. Assim, Estados e Municípios terão condições de implementar programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das polícias, combate às organizações criminosas, aprimoramento e valorização profissional bem como melhoria na análise de dados e estatística criminal.

Principais Resultados

Os resultados do SUSP estão divididos em blocos correspondentes às vertentes básicas do programa:

Formação e Valorização Profissional

- Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial: 17 Unidades da Federação têm suas matrizes adequadas ao padrão nacional.
- Rede de Ensino à Distância: foram implantados 60 telecentros em todo o país, capacitando-se aproximadamente 3.800 alunos.
- Jornada Nacional de Educação em Direitos Humanos para Policiais: foram capacitados 1.850 profissionais em oito Estados.
- Parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha: foram percorridos os Estados do Piauí, Amapá, São Paulo, Acre, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo e Minas Gerais, formando mais de 630 policiais.
- Ações Formativas: em 2005 a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP apoiou a capacitação de 48.314 operadores de segurança pública por meio da realização de convênios. Também foram realizadas 36 ações formativas, capacitando 6.075 profissionais de segurança pública.

Reorganização das Instituições Policiais

- Padronização de procedimentos e modernização dos Corpos de Bombeiros: foram adquiridas 68 viaturas, 245 equipamentos de proteção respiratória, 3.355 equipamentos de proteção individual, 1.114 equipamentos de mergulho, 126 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 101 equipamentos hidráulicos de desencarceração.

Programas de Prevenção à Violência e Criminalidade

- Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade: até o final de 2005, estarão disponíveis no site do observatório mais de 200 práticas de prevenção à violência e criminalidade. (www.mj.gov.br/Senasp)
- Tráfico de Seres Humanos: foram realizadas quatro oficinas regionais para atualização sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual nas capitais de 4 Estados (PA, SP, PB e DF). Foram capacitados 400 operadores de segurança pública, compondo uma rede de proteção, articulação e

responsabilização no tráfico de pessoas, que participarão na elaboração do "Manual sobre o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual", voltado aos profissionais de segurança pública.

- Plano Integrado de Segurança Pública: em 2005, a SENASP beneficiou 68 Municípios, apoiando ações concebidas em consonância com o Plano Integrado de Segurança Pública.
- Política Nacional de Polícia Comunitária: até o final de 2005 encontrava-se em etapa final de elaboração a Matriz Nacional dos Programas. Foi realizado, também, um Concurso de Polícia Comunitária no Brasil e, dos 27 programas cadastrados, três foram premiados.

Estruturação e Modernização da Perícia

- Implantação de Laboratórios Regionais de DNA: foram investidos R$ 1,5 milhão em laboratórios de 9 Estados (AM, BA, DF, SC, MG, RJ, RS, SP, PB) e do Instituto Nacional de Criminalística - INC/DPF.
- Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) Aplicada à Balística Forense: a rede de laboratórios de microscopia recebeu o auxílio de R$ 500 mil do Ministério da Ciência e Tecnologia para a continuidade dos trabalhos. Realizou-se um seminário nacional de microscopia eletrônica com a capacitação de 13 peritos criminais de oito Estados.
- Capacitação: treinamento de 57 peritos criminais em Genética Forense e 41 em Toxicologia Forense

Controle Externo e Participação Social

- Incentivo à implantação e criação de Ouvidorias de Polícia: até o final de 2005, 14 Ouvidorias de Polícia estavam implantadas em 14 Unidades da Federação (UF)
- Ações para Redução da Violência
- Projeto Fronteiras Siniven: realizada pelo Infoseg, esta iniciativa visa ao monitoramento on line do trânsito de veículos em sete pontos de fronteira do país.
- Até o final de 2005, 66 policiais civis, militares e federais das diversas UF foram treinados no curso de Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais.
- Manutenção da Força Nacional de Segurança Pública composta por policias militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal. A Força Nacional de Segurança Pública constitui um instrumento para fixação de uma doutrina nacional para as polícias militares estaduais; para padronização de procedimentos e equipamentos no emprego da força legal (policiamento ostensivo, ação tática, controle de distúrbios civis) e para estabelecer interoperabilidade entre as forças policias estaduais, permitindo ações conjuntas em substituição ao indevido emprego das forças armadas em policiamento civil. Os policiais que passaram pelo programa da Força Nacional tornam-se multiplicadores entre seus pares que ainda não foram capacitados. Até o final de 2005, foram formados 4.989 policiais como membros da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP. A FNSP atuou no Espírito Santo e fez treinamentos no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba. Visando a racionalização do gasto dos recursos do FNSP e atendimento dos Estados conforme suas necessidades, a Senasp optou por comprar as viaturas por meio de aquisição direta durante o ano de 2005. A distribuição de viaturas para as Unidades da Federação é feita

por meio do mesmo índice responsável pela distribuição dos recursos financeiros destinados para os convênios. Até 2005, a Senasp repassou para os Estados 1.373 viaturas.

- Foram adquiridos equipamentos de proteção balística, fardamentos e acessórios, equipamentos pré-hospitalares, materiais de campanha (mochila, saco e marmita com talheres), equipamentos táticos e armamento não letal, equipamentos antitumulto, munição, mascara contra gases e roupas) de Controle de Distúrbios Civis.
- A Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos e Terminais e Vias Navegáveis - Conportos normatizou, por meio de resoluções, os dispositivos que orientam as ações de segurança portuária e definiu a metodologia para a elaboração e aprovação das avaliações de riscos e dos planos de segurança a serem implementados nos portos públicos e privados. Por meio de resolução, a Conportos também avocou para si a formação dos supervisores de segurança portuária. Os supervisores, preconizados no Código ISPS, têm a responsabilidade de interagir com os agentes públicos nos portos visando aos ajustes de proteção entre navio e porto, sobre os planos de segurança das respectivas instalações portuárias onde atuam e, principalmente, na multiplicação de conhecimentos e da nova concepção cultural sobre segurança pública portuária. Dos 200 planos de Segurança Pública Portuária elaborados, 135 estão implementados. A Senasp formou 566 profissionais como supervisores de segurança portuária em seis edições do Curso Especial de Formação de Supervisores de Segurança Portuária.
- Rede Infoseg (Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização): trata-se da integração dos sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo o compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. No ano de 2004, a Rede recebeu 4 milhões de consultas. Até o final de 2005 a Rede teve 7,5 milhões de acessos e já conta com mais de 35 mil usuários cadastrados. É uma rede segura e veloz que utiliza modernas ferramentas tecnológicas e que adota o princípio de interoperabilidade do governo eletrônico (e-Ping), facilitando a integração dos bancos de dados Estaduais e Federais de forma on-line, com os bancos de dados das polícias civis, militares, federais, além das informações da Receita Federal (CPF e CNPJ), entre outros. Disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens do Renavam e Renach, como dados de veículos, proprietários, condutores, multas e os dados de armas do Sinarm (DPF) e do Sigma (Exército).
- Gabinete de Gestão Integrada (GGI): é o responsável pela coordenação do SUSP nos Estados e pelo fomento da cultura de integração com foco no controle da violência e da criminalidade. O principal objetivo dessa ação é integrar os órgãos que atuam em segurança pública em todas as unidades da Federação. Em novembro de 2005, foi realizado em Recife o Primeiro Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada com o objetivo de demonstrar práticas bem sucedidas de Gestão Integrada do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal. Até o final de 2005, foram implantados Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação. O Primeiro Fórum Nacional dos GGIs, com a participação de

400 profissionais de segurança pública marcou a ação no ano de 2005.

- Capacitação em Gestão em Segurança Pública: até o final de 2005, foram capacitados 110 profissionais na área de segurança pública relativa a gestão de processos e da informação e experiências em êxitos de gestão.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas ficou comprometido devido ao contingenciamento de créditos do FNSP e a liberação de parte deles no final do exercício.

Vale ressaltar que a solicitação de recursos feita pela Senasp para a implantação do programa não foi atendida em sua integralidade. Além disso, os créditos foram contingenciados e parte dos recursos só foi liberada no final do exercício, comprometendo o alcance das metas físicas.

Foi observado atraso na realização de licitações e celebração de contratos. Tais problemas não derivam da ausência de informações e integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações e sim da falta de recursos humanos qualificados.

Outros Aspectos Relevantes

Até 2005 foram fiscalizados 53 convênios de 10 Unidades da Federação (Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Santa Catarina) relativos aos anos de 2001 e 2002. O processo de seleção dos convênios a serem avaliados obedeceu aos seguintes critérios: 1) amostragem aleatória simples; 2) acompanhamento conforme prioridade da "Macro Avaliação de Risco"; 3) falhas/irregularidades apontadas na prestação de contas finais; e 4) amostragens exploratórias, feitas conforme denúncias formais de pessoa física ou jurídica. Nos 53 convênios avaliados, verificou-se que a maior parte deles continham falhas de execução, levando a que uma parte dos recursos recebidos pelos Estados tivessem que ser devolvidos ao Governo Federal. Em geral, essas falhas envolviam problemas nos procedimentos licitatórios, na destinação dos bens, na colocação da logomarca do Governo Federal e na gestão da execução dos convênios.

Com o objetivo de criar um sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública baseado na necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação, a partir de 2003 os recursos foram repassados com base em informações estatísticas que determinam o percentual dos recursos do Fundo para cada unidade. Em 2005 os recursos do FNSP foram distribuídos com base em um índice composto por estatísticas dos Estados relativo a número composto por ocorrências criminais, o efetivo das polícias, a população, a área, o produto interno bruto e o índice de desenvolvimento humano. Ao final de 2005, foi implantado um novo sistema de distribuição dos recursos do FNSP, pautado em estatísticas e nos resultados do monitoramento da avaliação de implantação do SUSP..

Recomendações

- O indicador, atualmente, é calculado a partir da agregação de 6 indicadores construídos sobre as linhas estratégicas estabelecidas pelo Plano Nacional

de Segurança Pública, relacionadas à reforma das Instituições de Segurança Pública e é utilizado um esquema de correção da meta em função do contingenciamento de recursos. Portanto, recomenda-se a alteração nos fatores que compõem o indicador de modo a corrigir a distorção provocada pelo contingenciamento, nos seguintes termos: alterar o fator de avaliação 4 para "Estruturação e Modernização da Perícia: Implantação do Laboratório de DNA em 14 Unidades da Federação até 2007", e o fator de avaliação 5 para "Prevenção: Implantação de 200 projetos municipais de Prevenção à violência e criminalidade até 2007."

- Incluir a ação "Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede Infoseg".



Ministério da Previdência Social

Arrecadação de Receitas Previdenciárias
Educação Previdenciária
Gestão da Política de Previdência Social
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União
Previdência Complementar
Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Previdência Social Básica
Qualidade dos Serviços Previdenciários
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Previdência Social, foram utilizados R$ 154 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 154 895 595 431,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 154.083.765.407,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 154 895 595 431,00	**Total realizado:**	R$ 154.083.765.407,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 622,4 milhões inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 258,5 milhões.

Principais Resultados

Os programas com maior destaque foram 0083 - "Previdência Social Básica", 0084 - "Arrecadação das Receitas Previdenciárias", 0085 "Qualidade dos Serviços Previdenciários", 0086 - "Previdência Complementar" e 1079 - "Educação Previdenciária", que apresentaram os seguintes resultados mais relevantes:

- Foram requeridos 5.775.343 novos benefícios, dos quais 3.955.723 foram concedidos.
- O número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 23,9 milhões, sendo que 21,1 milhões desses benefícios são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal de R$ 532,20, e 2,8 milhões são benefícios assistenciais, no valor de 1 salário mínimo.
- Em outubro de 2005 foi iniciada a realização do Censo Previdenciário, que resultará na atualização cadastral do banco de dados de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, reduzindo a possibilidade de fraudes e desvios de recursos.
- O Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI), em 2005, foi reativado em várias Gerências do INSS onde se encontrava inativo e foi implantado em 99 Agências da Previdência Social (APS), perfazendo um total de 679 APS dotadas desse Sistema, que acompanha as concessões dos benefícios por incapacidade desde a entrada do requerimento até os encaminhamentos de recursos à Junta e ao Conselho de Recursos da Previdência Social em caso de benefício indeferido.
- A arrecadação previdenciária líquida teve um crescimento real (considerando-se o INPC) de 9,93% em relação ao ano de 2004.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- O monitoramento dos grandes contribuintes realizou 29.066 ações em 2005, recuperando um total de R$ 759 milhões, sendo que 57,65% deste valor (R$ 437 milhões) foram recolhidos à vista durante a própria ação de monitoramento, 15,03% (R$ 114 milhões) foram lançados sob a forma de confissão de dívida para parcelamento e 27,31% foram notificações fiscais de lançamento de débito e autos de infração.
- Aumento dos serviços eletrônicos disponíveis aos cidadãos, ampliando os canais remotos de atendimento e fomentando a migração dos serviços passíveis de serem executados por tais canais, como por exemplo, o agendamento eletrônico do atendimento para aposentadorias, pensões e serviços de maior grau de complexidade, permitindo que o usuário seja atendido em local, dia e hora previamente estabelecidos.
- O Prevfone passou a funcionar 24 horas por dia, de segunda a sábado. Isso representou um aumento de 12% na sua capacidade de atendimento, que terminou o ano de 2005 com 62 posições de atendimento, 154 operadores e 14 supervisores em quatro turnos de 6 horas.
- O Programa de Gestão do Atendimento (PGA), que se iniciou em outubro de 2004, teve sua implementação finalizada em 5 APS na cidade de São Paulo. Foi iniciada a implementação em mais 70 APS, 70 Gerências Executivas e 5 Gerências Regionais do INSS.
- Foram realizadas 5.128 ações educativas, orientando cera de 710 mil cidadãos em eventos como palestras, feiras, exposições, encontros e seminários.
- Foram treinados 9.261 representantes de entidades da sociedade civil organizada e de órgãos públicos, envolvendo profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, agentes de saúde, lideranças sindicais e de assentados da reforma agrária

Aspectos Relevantes

Em 2005 o planejamento estratégico do Ministério da Previdência teve como principais desafios: melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiários, reduzir a vulnerabilidade às fraudes, evitar pagamentos indevidos, traçar medidas que combatam o desperdício e reduzir os custos. Para atingir esses desafios foram estabelecidas quatro áreas estratégicas de desenvolvimento da organização, da tecnologia da informação, da gestão de pessoas e da comunicação social.

Pretende-se, com o desenvolvimento organizacional, integrar e harmonizar o Ministério, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV por meio do estabelecimento de linhas claras de comunicação, comando e controle. A tecnologia da Informação visa a reduzir o tempo de atendimento aos beneficiários e do processamento de benefícios, minimizando a vulnerabilidade dos sistemas e eliminando a dependência tecnológica. O desenvolvimento da gestão de pessoas tem como objetivo capacitar os servidores para que possam absorver os procedimentos dos novos sistemas operacionais, além de compreender a verdadeira natureza do seu trabalho: atendimento eficiente ao cidadão.

Cabe destacar as principais restrições que dificultaram a implementação da programação dos órgãos. De modo geral, os programas tiveram problemas com a liberação irregular de recursos financeiros, o contingenciamento orçamentário, a insuficiência de recursos humanos, materiais e tecnológicos, dificultando a utilização

do crédito orçamentário disponibilizado na Lei Orçamentária Anual 2005 e gerando impacto negativo na execução física.

A gerências dos programas enfrentaram dificuldades de relacionamento quando as ações foram executadas por outros Ministérios, ou então por outras unidades administrativas do próprio Ministério da Previdência Social. Isso ocorreu principalmente nos programas 0083 - "Previdência Social Básica" 0084 - "Arrecadação das Receitas Previdenciárias" e 0085 - "Qualidade dos Serviços Previdenciários". Nos dois primeiros, o relacionamento frágil com o Ministério da Fazenda dificultou o gerenciamento do programa.

O programa 0084 - "Arrecadação das Receitas Previdenciárias" teve um ano atípico em 2005. Com a criação da Secretaria de Receita Previdenciária no final de 2004, o programa passou do âmbito do INSS para o Ministério da Previdência. Após isso, a Medida Provisória n°. 258, de 22 de julho de 2005, que criou a Receita Federal do Brasil, determinou a fusão da Secretaria de Receita Federal do Ministério da Fazenda com a Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social. Assim, o programa teve a maioria das suas ações transferidas do Ministério da Previdência Social, durante o processo de revisão do PPA em 2005, para o Ministério da Fazenda. Entretanto, a não aprovação pelo Congresso Nacional da referida Medida Provisória criou uma situação inusitada, já que de acordo com a LOA 2006 as ações estão no Ministério da Fazenda. Este não indicou coordenadores para as ações. Esse foi um aspecto complicador na execução, já que as ações tiveram vários coordenadores, dificultado a captação de informações pela gerência do programa.

O programa 0086 - "Previdência Complementar" também teve um ano peculiar, devido à não aprovação da Medida Provisória nº. 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Houve um impacto negativo na execução de suas ações, uma vez que a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) elaborou o seu planejamento para 2005 considerando que a supervisão, a fiscalização e o controle das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar já seriam realizadas pela PREVIC.

Em que pesem os problemas enfrentados pelo Ministério, vale ressaltar alguns aspectos positivos que se registraram durante o ano de 2005. O trabalho do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) e suas projeções regionais (Conselhos de Previdência Social) apresentam sua avaliação quanto à prestação dos serviços realizados pelo INSS, permitindo que a instituição direcione seus esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil. O CNPS sistematicamente aprova resoluções que subsidiam a avaliação das políticas públicas executadas pelo programa, apreciando as propostas orçamentárias antes da sua incorporação à LOA e sugerindo alterações legais que visem à melhoria do funcionamento dos serviços prestados pela Previdência Social.

O valor médio pago ao benefício rural foi de R$ 288,66, aproximadamente 48,0% inferior ao do benefício urbano, que foi de R$ 555,3. Essa diferença é explicada pelo fato de o valor dos benefícios rurais, em sua grande maioria, ser equivalente ao piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. No entanto, o valor médio pago aos benefícios urbanos teve , em 2005, um incremento nominal, em relação a 2004, de 3,9%, enquanto os benefícios rurais registraram um crescimento nominal de 10,5%. Houve um incremento nominal de 7,3% no valor médio dos benefícios previdenciários

e acidentários, que em 2004 era de R$ 496,11 e em 2005 passou a ser de R$ 532,20. Em termos reais, utilizando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), esse crescimento foi de 1,5%.

Recomendações

- Aprimorar a articulação com o Ministério da Fazenda, uma vez que as informações sobre algumas ações não são recebidas tempestivamente. Esta situação seria resolvida com atuação efetiva do Comitê de Coordenação de Programa e do Comitê Gestor de Programa, como está previsto no Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004, que estabelece as normas para a gestão do Plano Plurianual 2004-2007. É necessário que o Ministério da Previdência atualize a Portaria n°. 1.390, de 20 de dezembro de 2004, com os nomes dos responsáveis pelos programas e ações.
- É necessária uma política de recursos humanos que realize concursos anuais, recompondo o quadro de funcionários, principalmente nas Agências da Previdência Social (APS) que atendem diariamente ao cidadão usuário.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Previdência Social.

Arrecadação das Receitas Previdenciárias

Objetivo

Aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de controle, fiscalização e cobrança de créditos previdenciários.

Público-Alvo

Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 245.974.901,00	Empenho Liquidado:	R$ 198.156.024,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 198.156.024,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice de Crescimento Real da Arrecadação Previdenciária

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 120,18 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 110,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O excelente desempenho da arrecadação previdenciária em 2004 e 2005 proporcionou o alcance do índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA) em 2004. Assim, há necessidade de uma nova estimativa do índice a ser alcançado no final de 2007.

2. Taxa de Recuperação de Créditos Previdenciários

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 3,45 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7,24

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O índice abrange créditos administrativos e judiciais. A recuperação administrativa atingiu um índice de 5,6%. A criação do Parcelamento Especial (PAES) teve impacto na capacidade de cobrança, pois alongou o perfil da dívida, que passou a ser paga em 180 meses, e não mais em 60 meses como no parcelamento convencional. Assim, dificilmente o índice proposto para final do PPA será atingido.

Contextualização

Os efeitos do baixo crescimento econômico nos últimos anos, do aumento da expectativa de vida da população e de outros fatores que comprometem a arrecadação previdenciária têm gerado desequilíbrio entre as receitas arrecadadas e o volume de benefícios pagos.

A cobertura social, garantida pela Constituição Federal de 1988 sem a correspondente cobertura financeira compromete a liquidez do sistema previdenciário, e outros fatores agravam o desequilíbrio, a saber: a inadimplência dos contribuintes; a sonegação; o aumento da demanda por novos benefícios; a recuperação dos valores não arrecadados para o Fundo de Previdência; além de fraudes e renúncias fiscais. Nesse sentido, este programa visa aumentar a receita previdenciária, apresentando ações que vão desde a administração de imóveis que não são utilizados com também ações voltadas para recuperação de créditos e auditoria sobre os contribuintes.

Principais Resultados

- Considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a arrecadação previdenciária líquida teve um crescimento real de 9,93% em relação ao ano de 2004.
- Em 2005, houve uma recuperação de R$ 5,56 bilhões de créditos administrativos, valor bem superior à meta estipulada, observando-se um aumento nominal de 23,71%.
- A ação de Auditoria-Fiscal registrou o resultado de R$ 21,8 bilhões, com 64.425 ações realizadas. Esse valor, proveniente de notificações fiscais de lançamento de débito, autuações, confissões de débitos e recolhimentos realizados durante a auditoria, significa um crescimento de 11,7% em relação a 2004 e de 30,5% em relação a 2003, quando os resultados apurados foram de R$19,5 bilhões e R$16,7 bilhões, respectivamente.
- O monitoramento dos grandes contribuintes realizou 29.066 ações, em 2005, recuperando um total de R$ 759 milhões, dos quais 57,65% (R$ 437 milhões) foram recolhidos à vista durante a própria ação de monitoramento, 15,03% (R$ 114 milhões) foram lançados sob a forma de confissão de dívida para parcelamento e 27,31% foram lançados como notificações fiscais de lançamento de débito e autos de infração.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com a criação da Secretaria de Receita Previdenciária, no final de 2004, o programa passou do âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o Ministério da Previdência Social (MPS).

Com a edição da Medida Provisória n° 258, de 22 de julho de 2005, que criou a Receita Federal do Brasil, houve a fusão da Secretaria de Receita Federal com a Secretaria de Receita Previdenciária. Assim, o programa teve a maioria das suas ações transferidas do MPS, durante o processo de revisão do PPA em 2005, para o Ministério da Fazenda (MF), entretanto, a não-aprovação pelo Congresso Nacional da referida Medida Provisória criou uma situação inusitada, já que, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2006, as ações pertencem ao MF, que não indicou coordenadores para essas ações. Esse aspecto prejudicou a execução

das ações, que passaram por vários coordenadores, dificultando a captação de informações pela gerência do programa.

A falta de infra-estrutura e recursos materiais dificultaram a execução das ações e os recursos humanos não foram suficientes, pois a equipe gerencial passou por muitas mudanças e contou basicamente com 1 servidor responsável pela coleta, registro e acompanhamento das ações, sobrepondo atribuições. A não-formalização das responsabilidades dos coordenadores das ações comprometeu o envolvimento dos mesmos e conseqüentemente sua gestão.

Apesar desses problemas, cabe ressaltar que aas ações "Recuperação Administrativa de Créditos Previdenciários", "Previsão e Monitoramento da Arrecadação dos Grandes Contribuintes do INSS" e "Administração de Imóveis Não-Operacionais", de grande importância para o programa, tiveram execução acima do previsto.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O indicador "Número-Índice de Crescimento Real da Arrecadação Previdenciária" já ultrapassou o índice previsto para o final de 2007 em quase 10 pontos percentuais. É necessário se estimar um novo índice para o final do PPA.
- A ação "Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Previdência Social (GPS) e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP)" trata de 2 contratos distintos, que possuem duas unidades de medida diferentes. A sua meta física na forma como está definida não representa a realidade do acompanhamento da ação, uma vez que as unidades não podem ser somadas. Assim, sugere-se o desmembramento da ação em duas.
- A ação "Administração de Imóveis Não-Operacionais" deve ser transferida para outro programa, gerido pelo INSS, pois como o Projeto de Lei que cria a Receita Federal do Brasil, em fase de aprovação, a vincula ao MF, assim como o Programa Arrecadação das Receitas Previdenciárias, não faz sentido a ação ficar neste Programa.

Educação Previdenciária

Objetivo

Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à previdência social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social.

Público-Alvo

Cidadãos "sem-previdência".

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.495.500,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 1.242.827,00 - R$ 1.242.827,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Proteção Previdenciária

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 62,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 63,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Este indicador tem boas chances de alcançar o índice esperado. Entretanto, ressalta-se a sua relação direta com a situação do mercado de trabalho, em especial, quanto aos aspectos relacionados à informalidade e à taxa de desocupação.

2. Taxa de Variação de Contribuintes Individuais, Empregados Domésticos, Segurados Facultativos e Segurados Especiais

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 12,64 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Os dados deste indicador devem ser ajustados de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social, em que o índice de referência foi apurado em 5,96%, em 31/12/2003 e o índice para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, estimado em 15%.

Contextualização

A previdência social pública brasileira consegue garantir a proteção de apenas 62,6% da população na faixa etária entre 16 e 59 anos. Trata-se de uma cobertura baixa, já que uma parcela dessa população, sem proteção previdenciária, poderá se utilizar de benefícios assistenciais.

O programa "Educação Previdenciária" tem por objetivo informar a população sobre a importância da previdência social, ao garantir a reposição da renda nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte, a fim de reverter o quadro acima. Busca-se não apenas expandir a cobertura e elevar a arrecadação previdenciária, reduzindo a informalidade de trabalhadores e empresas, mas, fundamentalmente, proteger o cidadão. O programa atua por meio de ações de conscientização, tais como cursos de capacitação e formação de disseminadores e distribuição de material informativo e didático.

Principais Resultados

- Foram realizadas 5.128 ações educativas, orientando cera de 710 mil cidadãos em palestras, feiras, exposições, encontros e seminários.
- Foram treinados 9.261 representantes de entidades da sociedade civil organizada e de órgãos públicos, envolvendo profissionais como assistentes sociais e agentes de saúde, lideranças sindicais e de assentados, entre outros.
- Realização de palestras para cerca de 14 mil alunos dos cursos profissionalizantes dos programas Primeiro Emprego e Soldado Cidadão.
- Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), foram treinados 317 instrutores, responsáveis pela inserção do tema Previdência Social nos cursos oferecidos pelo SENAC.
- Orientação para cerca de 6.500 pequenos e médios produtores rurais e realização de 6 cursos em Belo Horizonte, Manaus, São Luís, Petrópolis e João Pessoa, com a participação de 279 representantes de Federações e Sindicatos de Produtores Rurais, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).
- Realização de cursos para os coordenadores pedagógicos do Programa Nacional de Qualificação, para os servidores do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e para representantes de entidades conveniadas, totalizando 318 pessoas treinadas como disseminadores das informações previdenciárias.
- Orientação e atendimento previdenciário para 640 descendentes de quilombolas e realização de curso para 32 representantes das comunidades, por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição do programa, em 2005, foi a liberação irregular de recursos financeiros. A política de redução de custos e contenção de despesas e as várias mudanças de gestão institucional no Ministério da Previdência Social (MPS) e no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) impossibilitaram a utilização do crédito orçamentário disponibilizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005.

As ações mais prejudicadas foram: 1) "Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário", em virtude da limitação de despesas com diárias e passagens impostas pela Portaria Interministerial nº 236, de 10 de agosto de 2005; 2) "Gestão e Administração do Programa", uma vez que a implementação dos projetos e a realização de reuniões de planejamento e avaliação do programa não foram priorizadas.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Exclusão do indicador "Taxa de Variação de Contribuintes Individuais, Empregados Domésticos, Segurados Facultativos e Segurados Especiais", devido a problemas em sua concepção.
- Alteração do público-alvo do programa, já que Inicialmente se tratava de cidadãos trabalhadores não filiados a regimes de previdênciamas constatou-se que as pessoas seguradas também necessitavam de informações quanto às condições e formas de acesso aos seus direitos previdenciários.

Gestão da Política de Previdência Social

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 67.648.268,00	Empenho Liquidado:	R$ 35.627.534,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 35.627.534,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Este programa não foi avaliado

Comentário

O Programa não foi avaliado pela sua Gerência em relação à sua execução em 2005. Foram executados R$ 35,6 milhões de reais por meio de nove ações orçamentárias. Foram ainda realizadas despesas no montante de R$ 304, 1 mil em restos a pagar, de um total de R$ 574,7 mil inscritos.

Indenizações e Pensões de Responsabilidade da União

Objetivo

Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em lei.

Público-Alvo

Beneficiários definidos em lei.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 765.850.740,00	Empenho Liquidado: R$ 764.600.324,00 Pago estatais: - Total: R$ 764.600.324,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possui indicador.

Contextualização

O programa atende a vítimas de danos resultantes de situações em que a União é total ou parcialmente responsável, passando a assegurar o seu sustento e o dos seus familiares, por meio de indenizações e pensões estabelecidas em lei. Beneficia vítimas, por exemplo, da Talidomida e da Hemodiálise de Caruaru, PE, ex-combatentes, anistiados políticos e estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), entre outros respaldados por legislação específica.

Principais Resultados

- Pagamento de 100% dos benefícios de caráter indenizatório e de pensões de responsabilidade da União, previstas em lei.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa assegura o cumprimento de legislação que prevê o pagamento de benefícios em manutenção, que foram pagos nos devidos prazos e valores fixados. Os recursos orçamentários destinados à sua execução foram suficientes e os financeiros foram liberados de acordo com o cronograma programado.

Os recursos materiais e humanos são adequados à implementação do programa. A única restrição foi o relacionamento da gerência do programa com o Ministério da Fazenda (MF), que não forneceu os dados da ação "Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial".

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A ação "Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios de Legislação Especial de Responsabilidade da União" deve ser excluída, já que não apresentou execução financeira nos anos de 2004 e 2005.

Previdência Complementar

Objetivo

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

Público-Alvo

População ocupada do setor formal e associados a sindicatos e associações de classe.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 12.019.894,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.340.097,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 6.340.097,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura do Sistema de Previdência Complementar

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 9,62 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13,97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A taxa de cobertura está abaixo do esperado, o que se justifica pelo amadurecimento da massa de trabalhadores, que contribuiu para reduzir o número de participantes ativos sem, contudo, reduzir o número absoluto de pessoas protegidas e pelo crescimento significativo da população ocupada. Isso não representa, entretanto, uma situação desfavorável quanto à performance desse regime de previdência.

2. Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 15,93 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Este indicador teve uma pequena melhora em relação ao apurado em 2002

(14,22%), mas não deve alcançar o esperado para 2007, uma vez que a evolução do indicador é relativamente lenta no médio prazo.

Contextualização

O Sistema de Previdência Complementar Fechado apresenta números expressivos no contexto social e macroeconômico do país, na medida em que, segundo dados acumulados até 2003, conta com a participação de 2,5 milhões de beneficiários, entre trabalhadores ativos e assistidos, por meio de 350 Entidades Fechadas de Previdência Complementar em funcionamento, administrando cerca de 1 mil planos de benefícios, que acumulam um patrimônio superior a R$ 230 bilhões em ativos. Assim, a principal linha de ação do programa visa à proteção das Entidades Fechadas de Previdência Complementar por meio de medidas reguladoras e de fiscalização que garantam a transparência, confiabilidade e solvência dos planos de previdência complementar.

Principais Resultados

- Análise e aprovação de 16 Planos de Enquadramento das aplicações dos Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) às novas diretrizes e limites de aplicação e investimento, ditadas pela Resolução CMN nº 3.121/2003, assim como acompanhamento dos relatórios semestrais de execução dos Planos de Enquadramento aprovados.
- Elaboração e edição da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 15/2005, que permitiu às EFPCs o alongamento de suas carteiras de títulos públicos.
- Desenvolvimento do Demonstrativo Analítico de Investimento e Enquadramento das Aplicações (DAIEAweb), um novo sistema informatizado de captação das informações de investimentos das EFPCs, desenvolvido internamente e adaptado às novas diretrizes e regras de aplicação e investimento, de fácil preenchimento e mais eficiente na tarefa de supervisão e auditagem das informações.
- Elaboração do manual "O Guia do Participante: Acompanhe mais de perto seu Fundo de Pensão", que pode ser consultado pela internet, no site do Ministério da Previdência e visa a orientar os participantes e assistidos a fiscalizarem seu próprio plano, sem prejuízos nas atribuições de responsabilidade do poder público.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal restrição foi a não-aprovação da Medida Provisória nº 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), pois a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) elaborou o seu planejamento para 2005 considerando que a supervisão, fiscalização e controle das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar já seriam realizadas pela PREVIC.

Como a referida Medida Provisória não foi apreciada pelo Congresso Nacional e perdeu sua eficácia por decurso de prazo, ocorreram sérios problemas para a execução do programa, que tem na supervisão, fiscalização e controle das EFPCs sua principal vertente. A SPC foi levada a operar, em 2005, com a mesma estrutura

que tinha em 2003, desde então insuficiente, o que foi agravado com a criação da Previdência Complementar Associativa, em 2004, que gerou novas EFPCs e, conseqüentemente, o aumento sobre a demanda de supervisão, fiscalização e controle.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- As atividades que são realizadas pela ação "Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar" envolvem várias frentes de trabalho. Assim, há necessidade de redimensionamento da meta física desta ação. No Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2006, houve aumento na meta física em relação à Lei Orçamentária (LOA) 2005, que, no entanto, não foi suficiente.
- Há necessidade de um ajuste da meta física com a financeira da ação "Orientação aos Patrocinadores e Assistidos do Regime de Previdência Complementar", visto que a execução representou mais de 100% da meta física com menos de 10% dos recursos previstos.
- Após a perda de eficácia da Medida Provisória n° 233, que criava a PREVIC, não houve nova proposta de instrumento legal com o mesmo objetivo, no entanto, a criação da PREVIC é importante para a gestão do programa. Assim, há necessidade da criação de um PL que garanta continuidade ao que foi estabelecido pelo artigo 5° da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Objetivo

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Público-Alvo

Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 42.258.363.090,00	Empenho Liquidado: R$ 41.958.536.229,00 Pago estatais: - Total: R$ 41.958.536.229,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não teve o índice de referência apurado e não há nenhum índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA). Assim, não há parâmetros para avaliar a viabilidade do alcance do índice.

Contextualização

A Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 9.717, de 1998, estabeleceram novas regras para a organização da previdência social dos servidores públicos. Procurou-se dar ênfase ao caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública, tornando-a distinta da política de pessoal. O programa "Previdência de Inativos e Pensionistas da União" busca consolidar essa nova orientação da previdência pública, mas sua implementação não é centralizada no Ministério da Previdência Social (MPS), ficando a cargo de cada órgão, no qual os inativos e pensionistas da União se aposentaram.

Principais Resultados

- Pagamento das aposentadorias aos servidores inativos da União e aos seus pensionistas conforme previsto na legislação, inclusive em relação aos prazos e valores.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As principais restrições do programa estão ligadas à gestão e à captação das informações, em razão da forma como está estruturado e classificado no PPA.

As ações do programa possuem cerca de 350 localizadores distribuídos em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, o que provoca dificuldades gerenciais, em especial quanto à coordenação e ao monitoramento. O MPS não dispõe de meios que permitam a realização das atividades de gerenciamento e avaliação do programa, o que inviabiliza a gestão eficiente e a precariedade na sistematização das informações sobre o programa, mesmo em se tratando de despesas obrigatórias com garantia regular de recursos financeiros. Resta claro a necessidade de uma reflexão sobre seu desenho, responsabilidade e classificação dentro da metodologia do PPA.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Desenvolvimento de sistema ou aplicativo informatizado que colete as informações do programa em todos os órgãos da Administração Pública Federal e as repasse ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).
- Criação de um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pelo MPS, para apresentar soluções quanto à necessidade, responsabilização e gestão do programa.

Previdência Social Básica

Objetivo

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.

Público-Alvo

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 143.746.110.367,00	Empenho Liquidado:	R$ 143.472.686.008,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 143.472.686.008,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Solução de Demandas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 65,92 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 78

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Dificilmente o índice alcançará o previsto para o final do Plano Plurianual (PPA) , já que, em 2005, ficou abaixo do índice de referência de 2002, de 70% .

Os principais fatores responsáveis pelo não-alcance do índice foram: a escassez de recursos humanos, agravada pela greve dos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em meados de 2005, e pela paralisação dos médicos credenciados, no final do ano; o aumento da demanda de benefícios por incapacidade; e a obsolescência do parque tecnológico para suportar a demanda.

2. Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 59 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O índice registrado em 2005 ficou abaixo do índice de referência de 2002, de 62%, em virtude da insuficiência de recursos humanos especializados,

particularmente de orientador profissional, da inexistência de locais apropriados para o funcionamento das equipes de reabilitação profissional nas Agências da Previdência Social (APS), da deficiência de recursos materiais e equipamentos e da falta de médicos do quadro de pessoal permanente em condições de operacionalizar o serviço.

É improvável que o índice previsto para o final do PPA seja alcançado.

3. Taxa de Proteção da População Acima de 60 anos pela Previdência

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 77,86 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Para este indicador, o índice não foi apurado nos anos de 2003 e 2004, e o apurado em 2005 ficou abaixo do índice de referência de 2002, de 81%. É improvável que o índice previsto para o final do PPA seja alcançado.

4. Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 77,42 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto para o final do PPA já foi atingido em 2005, em decorrência, principalmente, da criação de uma nova Junta de Recursos e da ampliação das composições de julgamento, além da redução da entrada de novos processos no Conselho de Recursos da Previdência Social.

Contextualização

A previdência social, fundamentalmente, deve assegurar proteção aos cidadãos em situações de perda da capacidade laborativa por idade avançada, morte e incapacidades. Trata-se de política contributiva, que deve garantir os meios necessários para que os cidadãos participantes do Regime Geral de Previdência Social possam requerer os benefícios a que têm direito. Assim, este programa, além de garantir o pagamento dos benefícios, executa não só ações para o reconhecimento de direitos e perícias médicas, como também aquelas responsáveis pela reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

Para garantir o acesso do cidadão aos direitos previdenciários previstos em lei, a previdência social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios, onde, em muitos casos, o pagamento de benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local. Atualmente, a previdência social conta com 1.164 agências, em que 78 são unidades móveis (PREVMóvel), sendo 69 carros e 9 barcos. A média mensal de atendimento nas APS chega a 3.500 pessoas por dia. Em 2005, o total de benefícios previdenciários e acidentários pagos pela previdência social correspondeu a um valor de R$ 128,5 milhões.

Principais Resultados

- Em 2005, foram requeridos 5.775.343 novos benefícios, dos quais 3.955.723 foram concedidos.
- O número de benefícios emitidos pela previdência social, em 2005, atingiu 23,9 milhões, sendo que 21,1 milhões eram previdenciários e acidentários, com o valor médio nominal de R$ 532,20, e 2,8 milhões eram benefícios assistenciais, no valor correspondente a 1 salário mínimo.
- Em outubro de 2005, foi iniciada a realização do Censo Previdenciário, que resultará na atualização cadastral do banco de dados de benefícios do Resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), reduzindo a possibilidade de fraudes e desvios de recursos.
- Foram realizados 9.113.792 exames médicos periciais, o que representou um acréscimo de 9,7% em relação ao ano de 2004.
- O serviço de reabilitação profissional atendeu a 58.109 segurados, representado um aumento de 15% em relação a 2004 e 21% em relação à meta estabelecida para 2005.
- O Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI), que acompanha as concessões desses benefícios desde a entrada do requerimento até o encaminhamento de recursos à Junta e ao Conselho de Recursos da Previdência Social, em caso de benefício indeferido, em 2005, foi reativado em várias gerências do INSS, onde se encontrava inativo, e implementado em 99 APS, perfazendo um total de 679 APS.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As principais restrições que tiveram impacto na execução do programa se referem à escassez de recursos humanos e tecnológicos, à insuficiência de recursos orçamentários e ao contingenciamento orçamentário.

As ações de pagamentos de benefícios necessitaram de crédito orçamentário suplementar, pois o que foi disponibilizado inicialmente na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2005 não foi suficiente para atender à demanda de benefícios pagos durante o ano.

A quantidade de recursos humanos não foi suficiente nas equipes gerenciais e executoras do programa. Os trabalhos estão concentrados numa equipe gerencial reduzida que fica responsável pela coordenação de muitos processos. As equipes executoras não têm condições de absorver a demanda a elas dirigidas, pois não têm número de funcionários compatível com a necessidade de atendimento a ser realizada. A situação vem sendo atenuada com a informatização de alguns processos que, no entanto, não resolve o problema por completo, pois a análise dos direitos e o atendimento à população exigem servidores qualificados. Faltam política de capacitação em legislação previdenciária, procedimentos operacionais e sistemas corporativos e em microinformática para os servidores da área de execução das Unidades de Atendimento da Previdência Social.

Aações "Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários" e "Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários" tiveram a execução prejudicada devido à falta de limite para movimentação e empenho.

O relacionamento com o Ministério da Fazenda, que executa uma ação do programa, "Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários", prejudicou o controle gerencial, pois as informações acerca da execução física não foram disponibilizadas.

Vale ressaltar o trabalho do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) e suas projeções regionais (Conselho de Previdência Social). Os Conselhos apresentam sua avaliação quanto à prestação dos serviços realizados pelo INSS, permitindo que a instituição direcione seus esforços para a solução dos problemas apontados pelos representantes da sociedade civil. O CNPS aprova sistematicamente resoluções, auxiliando a avaliação das políticas públicas executadas pelo programa, apreciando as propostas orçamentárias antes da sua incorporação à LOA e, ainda, sugerindo alterações legais para melhoria do funcionamento dos serviços prestados pela previdência social.

Em 2005, o valor médio pago ao benefício rural foi de R$ 288,66, aproximadamente 48% inferior ao do benefício urbano, de R$ 555,3. Essa diferença é explicada pelo fato de o valor dos benefícios rurais, em sua grande maioria, ser equivalente ao piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. No entanto, o valor médio pago aos benefícios urbanos teve, em 2005, um incremento nominal, em relação a 2004, de 3,9%, enquanto os benefícios rurais registraram 10,5%.

Em 2005, houve um incremento nominal de 7,3% no valor médio dos benefícios previdenciários e acidentários. Em 2004, o valor era de R$ 496,11 e, em 2005, passou a ser de R$ 532,20. A partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), constata-se um crescimento de 1,5%.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Rever a unidade de medida do produto da ação "Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)", passando de "registro mantido" para "informações processadas", já que um registro pode ter mais de uma informação, como, por exemplo, o caso das remunerações, cuja informação é mensal mas o armazenamento no registro é anual, de forma que um registro de remuneração pode ter até 12 informações de remunerações, além das referentes ao 13º salário. A utilização do termo informação ao invés de registro se justifica, visto que, no processo de concessão de benefícios previdenciários, as APS utilizam-se de informações e não de registros.
- A ação "Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI nas Agências da Previdência Social", que é um projeto e tem o término previsto para o final de 2006, necessita de prorrogação de prazo para o final de 2007, já que, em decorrência de problemas estruturais nos equipamentos de grande porte, o projeto não será cumprido.
- A ação "Serviço de Perícia Médica" deve ter sua descrição modificada, pois a Lei nº10.876, de 2003, estabelece que o serviço de perícia médica é atividade privativa do quadro de pessoal do INSS. Os serviços executados

por médicos credenciados devem permanecer somente para exames especializados e complementares.

- Exclusão do indicador "Taxa de Proteção da População Acima de 60 anos pela Previdência", visto que só foi apurado em 2005 e parece não medir efetivamente os resultados do programa.
- Rever o produto da ação "Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social" para "agência mantida" no lugar de "usuário atendido".

Qualidade dos Serviços Previdenciários

Objetivo

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atendendo às expectativas dos cidadãos.

Público-Alvo

Empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 122.816.895,00	Empenho Liquidado:	R$ 78.903.201,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 78.903.201,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Prazo de Concessão de Benefícios

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 27 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Este indicador não deve alcançar o índice previsto para 2007, pois sua evolução mostra que o índice ao invés de abaixar está aumentando.

2. Idade Média do Acervo de Solicitações de Benefícios

Unidade de medida: Dia
Último índice apurado: 108 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Apesar dos esforços do INSS, o indicador está longe de alcançar o índice previsto para o final de 2007. Entretanto, o INSS empreendeu, em 2005, um projeto piloto em 05 de suas maiores Agencias da Previdência Social – APS, na cidade de São Paulo , denominado PGA - Projeto de Gestão do Atendimento, que apresentou resultados favoráveis afetos a este indicador. Estima-se que, a partir do segundo semestre de 2006, este indicador terá uma melhoria considerável, pois, embora o índice esteja bem acima do previsto para final de 2007, ocorreu uma pequena melhoria de 2004 para 2005, passando de 117 para 108 dias.

3. Grau de Satisfação no Atendimento

Unidade de medida: Número-índice
Último índice apurado: 8,38 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não foi apurado em 2004 e 2005, devido a mudanças oriundas da substituição da Coordenação Geral de Controladoria pela Diretoria de Atendimento (DIRAT). Ainda não há parâmetros para discutir sua viabilidade no final do Plano Plurianual (PPA), mas a pesquisa de satisfação será realizada no segundo semestre de 2006, com reestruturação metodológica, visando a evitar viés nos resultados e efetivamente oferecer subsídios às ações corretiva

Contextualização

O principal foco do programa é a qualidade dos serviços prestados pela previdência social, de modo que está relacionado diretamente à resolubilidade na concessão, manutenção e cessação de benefícios e serviços prestados aos cidadãos.

São necessários constantes investimentos nos processos institucionais, com intuito de se buscar a excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, transparência, participação, descentralização, controle social e orientação aos cidadãos. Tais investimentos visam à reestruturação de processos, à política de desenvolvimento de pessoal, ao controle interno e ao mapeamento dos custos operacionais. Pretendem tornar mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de benefícios, auditoria, recursos humanos, logística e orçamento e finanças.

Principais Resultados

- Aumento dos serviços eletrônicos disponíveis aos cidadãos, ampliando os canais remotos de atendimento e fomentando a migração dos serviços passíveis de serem executados por tais canais, como, por exemplo, o agendamento eletrônico do atendimento para aposentadorias, pensões e serviços de maior grau de complexidade, permitindo que o usuário seja atendido em local, dia e hora previamente estabelecidos.
- O PREVFONE passou a funcionar 24 horas por dia, de segunda a sábado, o que representou um aumento real de 12% na sua capacidade de atendimento, que terminou o ano de 2005 com 62 posições de atendimento, 154 operadores e 14 supervisores em 4 turnos de 6 horas.
- O Projeto de Gestão do Atendimento (PGA), iniciado em outubro de 2004, teve sua implementação finalizada em 5 Agências da Previdência Social (APS), na cidade de São Paulo. Foi iniciada a implementação em mais 70 APS, 70 gerências executivas do INSS e 5 gerências regionais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de relacionamento entre a gerência do programa e a unidade administrativa que realiza a execução da ação "Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social" prejudicaram sua

execução. Além disso, houve mudança de foco na sua execução, que até meados de 2004 estava voltada para a modernização tecnológica das APS, com a implantação dos processos de trabalho do INSS (prioritariamente benefício e receita), a adequação da base de dados da previdência social, pelo Projeto de Migração da Base de Dados, a aquisição de equipamentos de grande porte para dar suporte ao projeto, o desenvolvimento de sistemas e algumas capacitações em processos. Para 2005, o foco da sua execução voltou-se para o financiamento de medidas no âmbito do plano estratégico do Ministério da Previdência Social (MPS), denominado Novo Modelo de Gestão da Previdência Social, que envolve, além da melhoria do atendimento, o combate a fraudes nas áreas de arrecadação e de concessão de benefícios.

Nesse novo contexto, a ação, que em grande parte envolve recursos oriundos de operação de crédito, teve sua execução prejudicada.

A ação "Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social", também, teve sua execução prejudicada devido à descontinuidade na liberação dos recursos.

O programa enfrentou problemas com a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, bem como problemas de qualificação de recursos humanos nas equipes gerenciais e nas equipes executoras.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Percebe-se a importância do PGA para que o programa alcance os resultados esperados, uma vez que está voltado para a disseminação e efetiva utilização de práticas gerenciais, tais como planejamento, controle, ações preventivas e corretivas, com resultados efetivos nas APS em que foi implementado. De acordo com informações da Coordenação de Orçamento do MPS, o PGA é executado basicamente pela ação "Capacitação de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua" e tem grande vínculo com a ação "Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social". Assim, seria interessante se alterar o nome do programa para "Programa de Gestão do Atendimento" e criar uma ação específica para ele, com o intuito de tornar o PGA mais transparente.
- A ação "Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social" precisa ser revista, uma vez que vem sendo executada desde 2000 e muitas das APS, que já foram reformuladas, devem passar por nova reforma.
- O indicador "Grau de Satisfação no Atendimento" precisa ser apurado.
- As ações "Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos" e "Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social" devem ter suas metas físicas revistas, já que apresentam baixa execução física.
- A ação "Previdência Eletrônica" também deve ser revista, uma vez que a meta física é muito superior ao volume de recursos.

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União,Estados, Municípios e Distrito Federal

Objetivo

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Público-Alvo

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 17.481.299,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.866.294,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 9.866.294,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 4,5 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador, não apurado em 2004 e 2005, não possui um nível de detalhamento e consistência técnica adequados para expressar com precisão a evolução dos resultados alcançados.

Contextualização

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos é prioridade na agenda política do Governo devido ao desequilíbrio estrutural que causa nas contas públicas. A ausência desse controle tende a comprometer cada vez mais os recursos fiscais e a sustentabilidade do próprio sistema.

As reformas previdenciárias instituídas podem ser consideradas positivas, na medida em que a velocidade de aprovação e regulamentação superou as experiências anteriores e propiciou ambiente de cooperação entre a União e os Estados e Municípios na busca de melhores paradigmas de gestão dos regimes

próprios de previdência do funcionalismo, principalmente incorporando à Constituição linhas gerais do novo modelo de caráter contributivo, em que benefício e contribuição devem estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. Assim, o objetivo do programa é fortalecer a capacidade administrativa de todos os elos dessa estrutura, bem como promover mecanismos legais e técnicos visando à viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência dos entes federativos

Principais Resultados

- Inicio do recadastramento dos servidores públicos estaduais em 6 Estados da Federação, contribuindo para importante atualização cadastral dos servidores públicos no Brasil.
- Fiscalização de 97 regimes previdenciários próprios estaduais e municipais.
- Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (SIPREV) em mais 3 Estados, totalizando 19 Estados com o sistema instalado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução do programa é realizada com o apoio de financiamento externo por meio do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (PARSEP), que, por sua vez, está ligado às principais ações do programa, como Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência e Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (SIPREV).

Cabe destacar que o PARSEP foi premiado pelo Banco Mundial, devido ao alcance dos seus objetivos de forma destacada em relação à carteira de projetos de desenvolvimento dessa instituição financeira multilateral.

Devido à participação de organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os processos de licitação e celebração de contratos se tornam ainda mais demorados, dificultando muito a execução do programa.

Outros aspectos relevantes

Não há.

Recomendações

- Alteração do indicador do programa, já que não mensura os resultados do programa.
- As ações "Estudos para a Criação do Regime de Previdência dos Militares da União" e "Estudos para a Criação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos" não foram executadas em 2005. No relatório de avaliação, ano-base 2004, foi proposta a fusão dessas ações,

mas, tendo em vista a necessidade de regulamentação desses regimes por Lei Complementar, o que não ocorreu até o momento, questiona-se a sua pertinência para ano de 2007.

- A ação "Publicidade de Utilidade Pública" também não apresentou execução financeira em 2005, por isso, questiona-se a sua pertinência.



Ministério da Saúde

Alimentação Saudável
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos
Assistência Suplementar à Saúde
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos
Atenção Básica em Saúde
Atenção Especializada em Saúde
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde
Atenção Integral à Saúde da Mulher
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase
Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde
Gestão da Política de Saúde
Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde
Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis
Saneamento Rural
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue
Vigilância Ambiental em Saúde
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Saúde, foram utilizados R$ 40 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 42.932.090.522,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 40.174.955.698,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 13.390.000,00	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 42.945.480.522,00	**Total realizado:**	R$ 40.174.955.698,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 2,9 bilhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foi executado R$ 1,9 bilhão.

Principais Resultados

Os principais resultados dos programas do Ministério da Saúde podem ser apresentados com base na seguinte agregação: serviços prestados à sociedade (incluindo a atenção básica, de média e alta complexidade e assistência farmacêutica); prevenção e controle de doenças e agravos; público-alvo específico e população mais vulnerável; e outros resultados, conforme expresso a seguir:

Serviços – resultados referentes aos programas que disponibilizaram serviços de saúde à sociedade:

- Implantação de 3.332 Equipes de Saúde da Família, totalizando 24.564 em atividade, com a presença em 4.986 Municípios e cobrindo 78,6 milhões de pessoas (cerca de 44,4% da população).
- Implantação de 15.369 Agentes Comunitários de Saúde, totalizando 208.104 em atividade, com a presença em 5.242 Municípios e cobrindo 103,5 milhões de pessoas (cerca de 58,4% da população).
- Até 2005, a implantação do Programa de Saúde da Família registrou um crescimento acentuado, particularmente nos Municípios de menor renda, atuando, portanto, como instrumento de promoção da equidade na atenção básica à saúde.
- Segundo informações constantes do Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB) nas áreas cobertas pelo Programa de Saúde da Família, foi registrada uma tendência de crescimento do aleitamento materno e de redução da desnutrição em crianças menores de 1 ano.
- Implantação de 3.652 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 12.603 em

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

atividade, com a presença em cerca de 3.900 Municípios e cobrindo 61,8 milhões de pessoas (cerca de 34,9% da população).
- Monitoramento da situação nutricional em 3.895 Municípios por meio de Sistemas de Informações sobre Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), propiciando o acompanhamento de 1,8 milhão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Alimentação.
- Repasse de R$ 16,2 bilhões a Estados e Municípios para financiamento da assistência de média e alta complexidades.
- Realização de cerca de 2,2 bilhões de procedimentos ambulatoriais no Sistema Único de Saúde - SUS e de 11,8 milhões de internações.
- Implantação de 46 novos Serviços Móveis de Atendimento de Urgência (Samu 192), totalizando 88 em atividade, com a presença em 478 Municípios e cobrindo 77,4 milhões de pessoas.
- Distribuição, no âmbito do Samu, de 1.103 ambulâncias e de 1.689 equipamentos para ambulâncias adquiridos em 2004.
- Realização de 11.099 transplantes pelo SUS, de um total de 16.795 realizados no país.
- Aquisição de 667 milhões de preservativos e distribuição de 202 milhões destes.
- Implantação de 51 Farmácias Populares, totalizando 78 em funcionamento.
- Atendimento a 70 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos.
- Atendimento a 356 mil pacientes com medicação de alto custo (67% maior que em 2004).

Doenças – resultados referentes aos programas voltados para a erradicação ou o controle de doenças e agravos:
- Alta cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano em todo o calendário básico de imunizações, favorecendo a manutenção da eliminação da poliomielite e do sarampo no Brasil e a redução da incidência de difteria, coqueluche, tétano, rubéola, caxumba e infecções pelo Haemophilus influenzae do tipo B.
- Decisão de introdução da vacina contra diarréias por rotavírus no calendário de vacinação da criança, com a compra e distribuição dessa mesma vacina.
- Vacinação de 83,93% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe.
- Queda no coeficiente de prevalência da hanseníase de 1,67/10 mil em 2004 para 1,48/10 mil em 2005.
- Aumento na taxa de cura da tuberculose de 73% em 2004 para 73,10% em 2005.
- Distribuição de micronutrientes específicos a 3,9 milhões de pessoas para tratamento de deficiência de ferro e vitamina A, número 18,3% maior que em 2004.
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da doença de Chagas pelo Triatoma infestans, popularmente conhecido como barbeiro.

Público-Alvo – resultados referentes ao atendimento de grupos específicos de pessoas acometidas por determinadas doenças ou agravos:
- Atendimento de 166.500 pessoas com medicamentos anti-retrovirais, para o tratamento da infecção pelo HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

- Atendimento a 205.488 pacientes na área de atenção à gestante de alto risco, a crianças e adolescentes com patologias de alta complexidade e a portadores de doenças infecciosas.
- Atenção a 21.500 portadores de coagulopatias ou hemoglobinopatias.
- Conclusão de 105 obras de abastecimento de água, de exercícios anteriores, em áreas indígenas, beneficiando 105 aldeias.
- Pagamento de Auxílio Reabilitação a 2.158 egressos de longa internação psiquiátrica (programa "De Volta para Casa").

Outros – resultados referentes a reformas legislativas, políticas regulatórias e outras políticas:

- Coordenação da formulação do Plano de Preparação para Pandemia de Influenza.
- Fiscalização de 77% das operadoras de saúde, aumento de 40% em relação a 2004.
- Regulamentação do fracionamento de medicamentos, proporcionando economia ao consumidor e redução do risco associado ao uso após o término do prazo de validade.

Aspectos Relevantes

As principais dificuldades apontadas para a melhor execução dos programas do Ministério da Saúde estão associadas à natureza tripartite de implementação dos serviços de saúde, envolvendo a União, os Estados e os Municípios.

Além do evidente fator político, outros fatores dificultaram a articulação entre os entes federativos, dentre os quais cabe destacar: baixa capacidade nos Municípios para a celebração de convênios e contratos, bem como para a prestação de contas dos respectivos acordos; descontinuidade na liberação dos recursos financeiros; infra-estrutura inadequada e recursos materiais insuficientes, em especial equipamentos de informática, em grande parte dos Municípios; número e qualificação insuficientes de profissionais nos quadros de pessoal dos três níveis de governo.

No âmbito do Governo Federal, merecem destaque as seguintes restrições: atraso na liberação do limite de empenho do Ministério da Saúde, dificultando o repasse às unidades; morosidade e entraves judiciais em procedimentos licitatórios; descontinuidade administrativa, com prejuízo para a aprovação e implementação de diversos projetos.

Recomendações

- O Ministério da Saúde orienta o repasse de recursos por meio de 5 Blocos de Financiamento, conforme Portaria nº. 698/06 MS. Um grupo de trabalho a ser criado deve avaliar se a mesma Portaria pode orientar a estrutura programática do órgão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Saúde.

Alimentação Saudável

Objetivo

Promover a alimentação saudável no ciclo de vida e prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição.

Público-Alvo

População brasileira, com enfoque no ciclo de vida (gestação, infância, adolescência, idade adulta e terceira idade) e com abordagem específica para grupos populacionais estratégicos (indígenas, quilombolas, sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária) e portadores de deficiência.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 17.855.240,00	Empenho Liquidado: R$ 15.365.438,00 Pago estatais: - Total: R$ 15.365.438,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Prevalência de Desnutrição em Crianças Menores de 2 Anos nas Áreas Cobertas por Agentes Comunitários de Saúde

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7,70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O resultado de 2005 está dentro da queda prevista para atingir a meta até o final de 2007.

2. Taxa de Prevalência de Anemia Ferropriva em Crianças

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 30,20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 41,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Resultado de 2005 foi considerado acima do esperado, indicando que a meta para o final de 2007 deve ser cumprida.

3. Taxa de Prevalência de Obesidade em Adultos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 8,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Resultado de 2005 esteve dentro do esperado. Espera-se que o índice seja mantido em 8 ao longo do PPA. A manutenção deste valor requer monitoramento constante, o que justifica a viabilidade de alcance "média" para o índice previsto ao final do PPA.

4. Taxa de Prevalência de Desnutrição Infantil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2,90 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O resultado em 2005 é superior a meta esperada para 2007, contudo, manter o indicador nesse patamar ainda é um desafio.

Contextualização

Os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes, permeiam todo o ciclo da vida humana, desde a concepção até à senectude, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população.

No Brasil, são inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas, podendo ser destacados:

- déficit de altura em 10,5% das crianças brasileiras, com notável variação desta condição nas regiões -5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste - (PNDS, 1996).
- elevada taxa de desnutrição em menores de 5 anos (5,7%), com as maiores freqüências sendo registradas nas regiões Norte (7,7%) e Nordeste (8,3%).

Acrescem-se a esses problemas, aqueles decorrentes de hábitos alimentares inapropriados (como insuficiência de vitaminas, obesidade, entre outros), que constituem, igualmente, um grande desafio.

Frente a essa complexa situação alimentar e nutricional, foi concebido o Programa Alimentação Saudável, entendendo que alimentação saudável é fator de proteção comprovado para as principais causas de doença e morte no Brasil e no mundo.

Principais Resultados

- Publicação do Guia Alimentar da População Brasileira, que sistematiza os conhecimentos científicos atuais sobre a relação entre alimentação e saúde, bem como estabelece diretrizes oficiais para uma alimentação saudável.

- Monitoramento da situação nutricional em 3.979 Municípios por meio de Sistemas de Informações sobre Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), propiciando o acompanhamento de 1,8 milhão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- Distribuição de micronutrientes específicos para o combate a deficiências de ferro e Vitamina A, beneficiando 3,9 milhões de pessoas, um aumento de 18,3% em comparação a 2004.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas parcialmente dentro do previsto. Houve problemas em relação à produção do suplemento de sulfato ferroso (xarope), sob responsabilidade do Laboratório Oficial Farmanguinhos. Apenas a região Nordeste foi atendida e apenas a partir do último trimestre de 2005.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu alguma descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 86,06% dos recursos previstos.

A gerência do programa aponta para a inadequação e insuficiência de recursos materiais entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para a execução de ações de alimentação e nutrição, tais como balanças, antropômetros, estadiômetros, computadores e impressoras. Aponta ainda que a quantidade de recursos humanos ligada ao programa é insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

Estima-se que são necessários cerca de R$ 150 milhões/ano para que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde possam realizar o monitoramento da situação nutricional por meio de ações de vigilância alimentar e nutricional. Esses recursos deveriam constituir um financiamento automático, fundo a fundo, de modo a estimular o fortalecimento das ações de nutrição no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Recomendações

Não há recomendações.

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Objetivo

Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.500.020.328,00	Empenho Liquidado: R$ 2.193.992.657,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.193.992.657,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento do Diabetes Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser alcançado até 2007.

2. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 85,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser mantido até 2007.

3. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hipertensão Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser alcançado até 2007.

4. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Tuberculose Disponibilizados pelo SUS

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 80,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 90,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto deve ser alcançado até 2007.

Contextualização

Os dados sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não tem acesso aos medicamentos essenciais e apontam para uma fragmentação das ações que ordenam as políticas públicas do setor dos insumos considerados estratégicos.

Principais Resultados

- Cobertura total da população brasileira com os medicamentos para atenção básica à saúde, fornecendo incentivo financeiro aos 5.560 Municípios habilitados.
- Atendimento a 356.000 pacientes com medicação de alto custo, número cerca de 67% maior que o de 2004.
- Atendimento de aproximadamente 70 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos.
- Implantação de 51 Farmácias Populares, totalizando 78 em funcionamento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 87,76% dos recursos orçamentários previstos.

Não há restrições à execução do programa e de suas ações.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Assistência Suplementar à Saúde

Objetivo

Garantir aos usuários de planos e seguros privados de saúde o cumprimento dos serviços contratados junto às operadoras de saúde suplementar, compatibilizado com o Sistema Único de Saúde.

Público-Alvo

Usuários de planos e seguros privados de saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 114.594.980,00	Empenho Liquidado:	R$ 102.374.456,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 102.374.456,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Operadoras Fiscalizadas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 77,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 71,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Foi observado um aumento significativo nessa taxa devido à apuração das denúncias recebidas pela Central de Relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos Núcleos Regionais de Fiscalização (NURAFs), bem como pela realização das ações de fiscalização ordinariamente planejadas.

2. Grau de Proteção dos Consumidores Obtido pelas Garantias Financeiras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 79,52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 83,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Desempenho do indicador está dentro do previsto.

3. Taxa de Registro Definitivo de Operadoras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 40,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

4. Taxa de Produtos Registrados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 45,00 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 95,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Problemas no desenvolvimento do software e incompatibilidade com os sistemas mantidos pelas operadoras provocaram atraso no processamento de dados, prejudicando o cumprimento da meta em 2005.

5. Coeficiente de Denúncias de Segurados

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 0,23 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Há uma tendência de diminuição de denúncias em razão da fiscalização das operadoras e aumento do número de canais de comunicação para atendimento das principais demandas dos beneficiários.

Contextualização

O programa surgiu da necessidade de implementar, com base na Lei nº 9.656/98, a regulação e a fiscalização das assistências médica, odontológica, ambulatorial, hospitalar e farmacêutica, prestadas aos usuários de planos e seguros privados de saúde.

Principais Resultados

- Fiscalização de 77% das operadoras, aumento de 40% em relação a 2004.
- Elevação do grau de proteção dos consumidores obtido pelas garantias financeiras, de 77% em 2004, para 79,52% em 2005.
- Diminuição do coeficiente de denúncias de segurados para 0,23/1.000, uma queda de cerca de 45% em relação a 2004.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas parcialmente dentro do previsto. O não cumprimento de algumas metas físicas foi causado por entraves de natureza judicial ou problemas relativos a funcionamento de software.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 89,34% dos recursos previstos.

Não há restrições à execução do programa e de suas ações.

Outros Aspectos Relevantes

O valor da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" representa 65,70% do valor total do programa.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e Outras Causas Externas

Objetivo

Implementar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população em situações de urgências, violências e outras causas externas.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 266.354.664.00	Empenho Liquidado:	R$ 221.892.462,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 221.892.462,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Urgências

Unidade de medida: 1/100
Último índice apurado: 42,20 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 36,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não apurada.

2. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Causas Externas

Unidade de medida: 1/100
Último índice apurado: 2,66 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Desempenho do índice está dentro do esperado.

Contextualização

Estudos epidemiológicos de diversos autores mostram que, nos últimos 50 anos, a condição de vida e de morte da população brasileira sofreu mudanças bastante significativas. Os indicadores estão em pleno processo de transição, posto que doenças não transmissíveis estão avançando progressivamente a cada ano e

entre elas, as causas externas. As causas externas ocuparam em 2000 o segundo lugar entre as cinco principais causas de mortalidade global no país. Observa-se o aumento no número de mortes violentas. Melhores esclarecimentos das causas desta mortalidade, através de estudos e/ou pesquisas específicas, podem induzir a políticas voltadas à prevenção e atenção integral aos fatos. Dentre as causas externas, observa-se o predomínio dos casos de violências - aproximadamente 28% do total - e dos acidentes de trânsito - 26%. Às demais causas, também importantes, somam-se outras mortes violentas, como o suicídio, as mortes por causas indeterminadas, as quedas e outras. As causas externas de mortalidade são mais expressivas nas regiões metropolitanas; 75% dos casos de morte ocorrem em centros urbanos e afetam principalmente adolescentes e adultos jovens. Essa situação tem forte impacto sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a sociedade, demandando o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas articuladas e integradas para o seu enfrentamento.

Principais Resultados

- Implantação e habilitação de 45 Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192), totalizando uma rede com 88 SAMU, com cobertura populacional de 77,4 milhões de habitantes, em 478 Municípios.
- Distribuição e monitoramento da entrega de 1.103 das 1.108 ambulâncias adquiridas em 2004.
- Distribuição e monitoramento da entrega de 1.689 equipamentos para ambulâncias que foram adquiridos em 2004.
- Aquisição de 298 equipamentos para ambulâncias de suporte avançado, com distribuição e monitoramento da entrega de 99 dos 298 equipamentos.
- Custeio das equipes dos 88 SAMU.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento da meta física esteve abaixo do previsto. A expectativa era a de instalar e habilitar 62 SAMU 192 em 2005, mas foram implantados e habilitados apenas 45 novos serviços.

Os fatores apontados como decisivos para esse fraco desempenho foram:

- baixa adesão e fragilidade na pactuação com gestores estaduais para implantação do SAMU 192.
- baixa qualidade dos Serviços de Atenção às Urgências existentes.
- dificuldade de realização das licitações.
- insuficiência de recursos humanos na equipe de profissionais do Ministério da Saúde para analisar, implementar e acompanhar os projetos.

Os recursos orçamentários disponibilizados para o programa foram suficientes para a implementação do SAMU 192. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, provocando atraso na aquisição de equipamentos e de ambulâncias, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 83,31% dos recursos previstos.

Os recursos materiais disponíveis foram insuficientes, em especial no que se refere a computadores, linhas telefônicas, impressoras, tinta, e demais recursos para organização de oficinas e outros eventos programados para o ano.

A unidade do Ministério da Saúde responsável pelo programa não possui infra-estrutura adequada (área física e mobiliários) para o desempenho das atividades gerenciais.

Há insuficiência de recursos humanos para acompanhamento do projeto e implementação da política. Seriam necessários consultores que pudessem acompanhar os Estados e Municípios onde as ações estão sendo implementadas.

Outros Aspectos Relevantes

A Política Nacional de Atenção às Urgências tem como componentes fundamentais:

- adoção de estratégias promocionais de qualidade de vida.
- organização de redes loco–regionais de atenção integral às urgências (componentes pré–hospitalar fixo; pré-hospitalar móvel; hospitalar e pós–hospitalar).
- capacitação e educação continuada das equipes de saúde.
- orientação geral segundo os princípios de humanização da atenção.

O Serviço de Atenção Móvel de Urgência (SAMU 192) consiste no componente pré-hospitalar móvel da política. Em 2005, apesar de insuficiências de recursos orçamentários e humanos, o SAMU foi o único componente da política implementado.

Para a implementação de projetos SAMU é necessária a existência de Conselhos Gestores de Urgências que congregam diferentes atores da sociedade (Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Conselhos de Infância e Adolescência e outros relacionados com as urgências nos Municípios e regiões).

Para consolidar-se e ser efetivo nas respostas às urgências da população, o projeto SAMU 192 necessita de uma rede de referência qualificada. De imediato, devem ser reestruturadas, adequadas e qualificadas as unidades hospitalares e não-hospitalares (pronto-atendimentos) de atendimento às urgências.

A implantação do SAMU 192 consiste em meta presidencial, monitorada mensalmente pelos Ministérios da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Casa Civil da Presidência da República.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos

Objetivo

Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

Público-Alvo

Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 88.888.520,00	Empenho Liquidado:	R$ 59.965.772,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 59.965.772,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Mortalidade Infantil

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 23,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 22,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O resultado positivo de 2005 reflete o investimento em inúmeras ações de atenção no pré-natal, no atendimento ao parto, nos programas de vacinação, no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e na atenção a doenças predominantes no primeiro ano de vida.

2. Coeficiente de Mortalidade Neonatal

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 15,80 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 14,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O resultado positivo de 2005 reflete o investimento em inúmeras ações de atenção no pré-natal, no atendimento ao parto e nas complicações obstétricas.

3. Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 37,70 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Há possibilidade de a meta ser alcançada, uma vez que o processo de ampliação da oferta de serviços hospitalares de atenção psiquiátrica tem se mostrado irreversível.

4. Coeficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 29,30 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 22,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A previsão de alcance da meta é alta, tendo em vista a implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e as ações desenvolvidas no sentido de melhorar a qualidade dos serviços hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS).

Contextualização

As desigualdades sociais construídas historicamente no país e as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em suas dimensões geracionais, étnico/racial e de gênero, caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam desiguais riscos à saúde.

Este cenário aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas e ações que ampliem o acesso, o conhecimento e a garantia de atenção integral a estes segmentos populacionais, que levem em conta suas necessidades singulares e a complexidade do contexto onde estão inseridos, assim como suas possibilidades de superação e potenciais de saúde, no constante processo de busca da eqüidade e da garantia dos direitos.

Principais Resultados

- Pagamento de Auxílio Reabilitação a 2.158 egressos de longa internação psiquiátrica (programa "De Volta para Casa"').
- Implantação de 287 novos Serviços de Residência Terapêutica (SRT), totalizando 411 SRT em funcionamento.
- Ampliação da rede de serviços extra hospitalares, nos moldes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), com 800 novos serviços.
- Redução de 3.500 leitos em hospitais psiquiátricos, como esforço do processo de deshospitalização.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu alguma descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do programa. Foram executados 67,46% dos recursos previstos.

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. A implementação das políticas previstas no programa ocorre mediante financiamento do governo federal e realização das ações pelos gestores estaduais e municipais.

Nesse contexto, dificuldades operacionais, tais como assinatura de convênios, ou mesmo políticas, como a menor adesão a políticas por parte dos gestores estaduais e municipais, podem prejudicar o desempenho do programa.

Foram apontadas como restrições à execução do programa e de suas ações, o atraso na liberação de recursos para convênios assinados e a morosidade dos processos administrativos ligados a licitações e celebração de contratos.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção Básica em Saúde

Objetivo

Expandir o programa "Saúde da Família" e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 5.574.129.201,00	Empenho Liquidado: R$ 5.386.876.580,00 Pago estatais: - Total: R$ 5.386.876.580,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 34,90 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A previsão é de que o índice alcançado ao final do PPA seja 50,00. O redimensionamento da meta foi provocado pelo alto custo de implantação das Equipes de Saúde Bucal e em razão da dificuldade de cooperação com os gestores municipais, que ainda apresentam certa desconfiança quanto à estabilidade do financiamento pelo Governo Federal.

2. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 44,40 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A previsão é de que o índice alcançado ao final do PPA seja 55,00. O redimensionamento da meta foi provocado em razão da dificuldade de cooperação com os gestores municipais, que ainda apresentam certa desconfiança quanto à estabilidade do financiamento pelo Governo Federal.

4. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com mais de 100.000 Habitantes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 29,38 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 48,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A previsão é de que o índice alcançado ao final do PPA seja 35,00. O redimensionamento da meta foi provocado em razão da baixa adesão verificada até o final de 2005, cerca de 50% menor à registrada em Municípios com menos de 100.000 habitantes.

Contextualização

O acesso insuficiente da população às ações básicas e aos serviços de saúde, com destaque para a baixa cobertura dos procedimentos odontológicos sobre a população; o predomínio do modelo de atenção à saúde centrado no hospital; e a baixa integralidade e resolubilidade das ações e serviços de saúde, demandam uma intervenção articulada e integrada dos gestores do SUS, em busca da reorganização desse modelo.

Para tanto, torna-se necessária a implementação de medidas estruturantes que possam efetivamente garantir à população serviços básicos de saúde que sejam acessíveis, oportunos, resolutivos e humanizados.

Nesse sentido, foi concebido o programa Atenção Básica em Saúde, no qual está previsto o desenvolvimento de ações destinadas ao reordenamento do modelo de atenção à saúde, com ênfase no fortalecimento da gestão descentralizada da atenção básica e na consolidação da estratégia de saúde da família.

Principais Resultados

- Equipes de Saúde da Família (ESF): implantação de 3.332 novas equipes, totalizando 24.564 ESF em atividade. Presença em aproximadamente 4.900 Municípios, cobrindo 78,6 milhões de pessoas (cerca de 44,4% da população).
- Agentes Comunitários de Saúde (ACS): implantação de 15.369 novos agentes, totalizando 208.094 ACS em atividade. Presença em aproximadamente 5.200 Municípios, cobrindo 103,5 milhões de pessoas (cerca de 58,4% da população).
- Equipes de Saúde Bucal (ESB): implantação de 3.652 novas equipes, totalizando 12.602 ESB em atividade. Presença em aproximadamente 3.900 Municípios, cobrindo 61,8 milhões de pessoas (cerca de 34,9% da população).

Até 2005, a implantação do programa "Saúde da Família" registra um crescimento acentuado, particularmente nos Municípios de menor renda, atuando, portanto, como instrumento de promoção da eqüidade na atenção básica à saúde.

Segundo informações constantes do Sistema de Informações da Atenção Básica

(SIAB), nas áreas cobertas pelo programa "Saúde da Família" foi registrada uma tendência de crescimento do aleitamento materno e de redução da desnutrição em crianças menores de 1 ano.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 96,64% dos recursos orçamentários previstos.

São apontadas como restrições do programa:

- insuficiência de recursos materiais e de infra-estrutura na equipe gerencial e nas equipes executoras.
- insuficiência de profissionais envolvidos na equipe gerencial.
- insuficiente qualificação dos recursos humanos nas equipes gerencial e executoras.

Outros Aspectos Relevantes

Não há recomendações.

Atenção Especializada em Saúde

Objetivo

Garantir o acesso e a integralidade dos cuidados em saúde, de forma hierárquica e regionalizada, por meio da redefinição do perfil do serviço de saúde de média e alta complexidade e da mudança do modelo de alocação de recursos.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 786.409.768,00	Empenho Liquidado:	R$ 538.239.725,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 538.239.725,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de Consultas Especializadas

Unidade de medida: Consulta per capita
Último índice apurado: 0,47 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não verificada.

Contextualização

O programa surgiu de necessidade de implantação/implementação de políticas para o enfrentamento dos problemas relacionados a: baixa qualidade do atendimento; iniqüidade no acesso da população aos serviços e ações de saúde; falta de integralidade das ações e serviços de saúde no SUS; e insuficiente capacidade instalada da rede de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em determinadas regiões.

Principais Resultados

- Atendimento a 205.488 pacientes na área de atenção a gestantes de alto risco, crianças e adolescentes com patologias de alta complexidade e portadores de doenças infecciosas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução física esteve abaixo do previsto. Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes para proporcionar adequação ou melhoria da rede de serviços. A insuficiência de recursos orçamentários provocou o cancelamento de atividades programadas, tais como o apoio a hospitais públicos e privados de médio porte e uma redefinição no cronograma das atividades previstas, sendo alongado o prazo para implementação e reduzida a cobertura inicialmente prevista. Foram executados 68,44% dos recursos previstos.

O espaço físico e a infra-estrutura de informática na gerência são insuficientes, gerando desconforto para servidores, atrasos nas atividades administrativas e dificuldades na implementação de ações voltadas para o monitoramento.

Há carência de pessoal técnico qualificado. Pelo perfil das atividades (gestão de políticas), seria adequado que as equipes fossem compostas por servidores públicos.

Outros Aspectos Relevantes

O programa está sendo avaliado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade de São Paulo (USP), por meio de convênios onde são definidos estudos a serem realizados em relação às políticas e ações da atenção especializada. Os primeiros resultados devem ser apresentados no segundo semestre de 2006, mas os estudos terão continuidade até o final de 2007.

A maior parte das ações é de execução descentralizada, contudo, os mecanismos de acompanhamento da execução física das ações e seus impactos são precários.

Recomendações

Não há recomendações.

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da eqüidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 17.438.099.208,00	Empenho Liquidado: R$ 17.269.042.567,00 Pago estatais: - Total: R$ 17.269.042.567,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura de Internação Hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,18 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 7,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

2. Coeficiente de Leitos Disponibilizados

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 2,04 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média.

3. Índice de Consulta por Habitante

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 1,85 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Muito embora o índice previsto para 2005 tenha sido superado, as restrições orçamentárias e financeiras têm prejudicado a expansão dos atendimentos no SUS, razão pela qual se tem uma expectativa baixa em relação ao índice previsto para o final do PPA 2004-2007.

Contextualização

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado o desenvolvimento de política pública que garanta o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços de saúde. Essas ações e serviços são financiados por recursos da seguridade social e de outras fontes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a eqüidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

Principais Resultados

- Realização de cerca de 2,2 bilhões de procedimentos ambulatoriais no SUS e de 11,8 milhões de internações.
- Repasse de R$ 16,2 bilhões a Estados e Municípios para financiamento da Assistência de Média e Alta Complexidade, proporcionando, entre outros serviços:
  - aumento no número de transplantes.
  - custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).
  - custeio dos Centros Especializados de Odontologia (CEOs).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento de metas físicas dentro do previsto, embora o programa trabalhe com um subdimensionamento do público-alvo em razão de problemas de alocação orçamentário-financeira.

Considerando o planejado, ou seja, o subdimensionamento do público-alvo, os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes e foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 99,03% dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária.

A gerência do programa aponta para a insuficiência na disponibilidade de recursos materiais e humanos nas equipes executoras.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Adequação da meta física referente à ação 8585 – "Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos

Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada". Como o produto foi alterado de "pessoa atendida" para "atendimento realizado", a expectativa é de um quantitativo muito maior (cerca de 2,2 bilhões de atendimentos).

Atenção Integral à Saúde da Mulher

Objetivo

Reduzir a mortalidade da mulher por complicações na gravidez, parto, puerpério e outros agravos da condição feminina, por intermédio do atendimento ao pré-natal, de políticas de planejamento familiar e de promoção de estudos sobre a saúde da mulher.

Público-Alvo

População feminina acima de 10 anos de idade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.628.090,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.628.090,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Este programa não foi avaliado

Comentário

O Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher não foi avaliado pela sua Gerência em relação à execução em 2005. O Programa é resultante de emenda parlamentar, tendo sido executados R$ 7,3 milhões por meio da ação Atenção à Saúde da Mulher – 6175. Informações relativas ao programa estão contempladas no âmbito do Programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos. Foram ainda realizadas despesas no montante de R$ 3,7 milhões em restos a pagar, de um total de R$ 4,1 milhões inscritos.

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Objetivo

Desenvolver e fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de saúde e promover sua absorção pelas indústrias, pelos serviços de saúde e pela sociedade.

Público-Alvo

Unidades gestoras e executoras do SUS, usuários dos serviços de saúde, instituições e organizações de C&TI/S e profissionais de saúde, de ciência e tecnologia e inovação em saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 211.561.242	

Empenho Liquidado:	R$ 205.529.823
Pago estatais:	-
Total:	R$ 205.529.823

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Projetos de Pesquisa ou Desenvolvimento Tecnológico Executados pela Fiocruz alinhados com a Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

2. Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela Fiocruz

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 16,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 19,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

3. Número de Patentes Depositadas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 2,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 4,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

4. Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela Fiocruz

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 35,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 50,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

5. Índice de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 55,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

6. Número de Pesquisas Realizadas na Região Centro Oeste

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

7. Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 120,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 210,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

8. Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 56,00 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 97,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

9. Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1.130,00
Índice previsto ao final do PPA: 1.313,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

10. Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005. Previsão de apuração para o final de 2007.

Contextualização

A ausência de uma política pública e explícita de pesquisa em saúde, orientada pelas necessidades de saúde da população, vem impedindo o aproveitamento do conjunto das potencialidades do esforço brasileiro em ciência, tecnologia e inovação e dificultando a adequada mobilização de recursos de incentivo. Nesse contexto, a definição de uma política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde deve tratar de uma agenda que incorpore potencialmente todo o leque de pesquisa científica e tecnológica que tenha como finalidade imediata ou mediata contribuir para a melhoria do estado de saúde da população brasileira.

Principais Resultados

- Realização de 14 pesquisas relacionadas a inovações tecnológicas em doenças tropicais.
- Realização de 2.956 pesquisas clínicas, epidemiológicas e em ciências biológicas, humanas e sociais aplicadas à saúde.
- Realização de 9 pesquisas em primatas não humanos.
- Realização de 39 pesquisas em tuberculose e outras pneumopatias.
- Realização de 36 pesquisas em Medicina Tropical e Meio Ambiente.
- Realização de 8 pesquisas na área de vigilância, prevenção e controle de agravos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 97,15% dos recursos previstos.

A execução física foi irregular, com algumas ações superando as metas físicas previstas e outras com baixo desempenho.
Não foram apontadas restrições à execução do programa e de suas ações.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado de forma descentralizada, ou seja, cada coordenação acompanha e monitora seus produtos de acordo com seu respectivo plano de trabalho. O acompanhamento do programa como um todo é feito por meio do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM/MS).

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde foi construída com a participação de gestores municipais e estaduais, pesquisadores e usuários, sendo concluída na II Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Recomendações

Não há recomendações.

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Objetivo

Prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse em saúde pública e a hanseníase e outras dermatoses relevantes.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 45.024.200,00	

Empenho Liquidado:	R$ 41.578.488,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 41.578.488,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cura da Tuberculose

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 73,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Desempenho dentro do esperado.

2. Taxa de Municípios Prioritários do Plano Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) utilizando Tratamento Supervisionado

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 63,80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 50,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Resultado em 2005 já superou a meta para 2007.

3. Taxa de Cura da Hanseníase

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 69,24 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 90,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. A queda na taxa em relação a 2004 (69,27%) é resultado de limpeza no banco de dados, possibilitando uma visibilidade real da informação.

4. Coeficiente de Prevalência de Hanseníase

Unidade de medida: 1/10.000
Último índice apurado: 1,48 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O desempenho de 2005 esteve dentro do esperado para o atingimento da meta de erradicação em 2007.

Contextualização

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o país está entre os 22 países de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e nos grupos humanos com piores condições socioeconômicas. Anualmente são descobertos no Brasil cerca de 90 mil casos novos de tuberculose, causando 6 mil óbitos pela doença. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o 2º lugar entre as causas de internação no Sistema Único de Saúde.

Em 2002, os casos de hanseníase no Brasil atingiram números perturbadores, com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes), sendo o país com maior incidência nas Américas e a 2ª maior incidência em todo o mundo. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a 4ª colocação na busca aos serviços de saúde.

Principais Resultados

- Queda no coeficiente de prevalência da Hanseníase, passando de 1,67/10.000 em 2004 para 1,48/10.000 em 2005.
- Aumento na taxa de cura da Tuberculose, de 73% em 2004 para 73,10% em 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Cumprimento das metas físicas dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Foram executados 92,35% dos recursos previstos. Muito embora as metas físicas tenham sido atingidas, algumas atividades não foram executadas em virtude de insuficiente limite de empenho ou de atraso na liberação desse limite.

A realização de licitações e a celebração de contratos também foram apontadas como restrições, atribuídas à carência de recursos humanos. Segundo a gerência do programa, há necessidade de ampliação dos recursos humanos envolvidos no programa, seja na equipe gerencial (Ministério da Saúde), seja nas equipes executoras (Estados e Municípios). Em relação às equipes executoras, também foi registrada a necessidade de maior qualificação dos recursos humanos.

Foi apontado que o espaço físico disponível para a equipe gerencial do programa é insuficiente e inadequado. Os recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis para as equipes executoras (Estados e Municípios) também foram considerados insuficientes.

Em 2005 foi registrada uma dificuldade no monitoramento do desempenho das ações, causada principalmente pela morosidade no fluxo de informações dos Municípios para o Governo Federal por meio do SINAN (Sistema de Informações que registra os casos notificados). Em 2006 será implantado o SINAN-Net, que deve corrigir essa falha no fluxo de informações.

Outros Aspectos Relevantes

O programa realiza parcerias não governamentais para sua execução. Em 2005, foi fortalecida a Parceria Brasileira contra a Tuberculose, que congrega várias instituições da sociedade civil organizada em apoio ao governo na perseguição das metas definidas para a área. Por meio dessas parcerias, são realizadas ações de mobilização social, educação, comunicação e informação, com grande abrangência nacional.

Em relação à Hanseníase, também houve um fortalecimento de parcerias com organizações não governamentais (ONGs), que permitiu inclusive a implantação de um serviço telefônico para responder dúvidas da população em geral, o Telehansen, criado pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN). A Pastoral da Criança também desempenha um importante papel de aproximar os esforços do governo de parcelas específicas da sociedade.

Recomendações

Não há recomendações.

Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos

Objetivo

Reduzir o tempo de espera em fila de candidatos a transplante, por meio da otimização do uso de órgãos e tecidos, recursos operacionais, humanos e assistenciais na área de transplante, com a preservação da ética.

Público-Alvo

Candidatos a transplante de órgãos e tecidos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 14.030.500,00	Empenho Liquidado:	R$ 12.213.398,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 12.213.398,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de Transplantes Realizados no Sistema Único de Saúde

Unidade de medida: 1/1.000.000
Último índice apurado: 59,91 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 106,10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto para 2005 era de 73,5. O não alcance do índice esperado deu-se pela necessidade de adequação da rede nacional de transplantes, por meio de: 1) capacitação de profissionais da saúde; 2) informatização da rede de transplantes; 3).adequação das ações específicas de cada órgão/tecido; e 4) preconização da qualidade no processo doação-transplantes.

2. Índice de Captações de Órgãos e Tecidos

Unidade de medida: 1/1.000.000
Último índice apurado: 41,30 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice de captações de órgãos e tecidos previsto para 2005 era de 11,3. A alteração positiva no indicador corresponde à ampliação das possibilidades de captação devido à adoção de novas tecnologias.

Contextualização

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, é dever do Estado dispor sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento. No Brasil, atualmente, mais de 55 mil pessoas esperam um órgão/tecido para transplante. Esse tempo de espera mantém estreita relação com dois fatores determinantes: a capacidade técnica e operacional para realizar transplantes no país e o número de doações efetuadas. O programa atuará fundamentalmente sobre esses dois fatores.

Principais Resultados

- Realização de 11.099 transplantes pelo Sistema Único de Saúde, de um total de 16.795 operacionalizados no País.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução física esteve parcialmente dentro do previsto, sendo que o ano de 2005 caracterizou-se principalmente pela organização e melhoria do processo doação-transplante, o que não é apontado diretamente pelas metas físicas constantes do programa. Os recursos orçamentários foram suficientes e sua liberação ocorreu em fluxo compatível com a programação. Foram executados 87,05% dos recursos previstos.

A capacitação dos profissionais que atuam nas equipes das Centrais Estaduais, Regionais e das Comissões Intra-Hospitalares de Transplantes é insuficiente.

Para um melhor desempenho do Programa Nacional de Transplantes de Órgãos, é necessária uma maior articulação entre as políticas federal, estaduais e municipais, de forma a proporcionar avanços na estruturação dos hospitais e redes de referência para a prática de transplante de órgãos.

Outros Aspectos Relevantes

O programa está sendo avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com conclusão prevista para 2007.

O processo doação-transplantes necessita da interação harmoniosa de diversos fatores: conscientização da população, profissionais de saúde e gestores, acesso a suporte tecnológico, entre outros. O número de transplantes realizados é conseqüência do sucesso das várias ações que os antecedem. Neste momento, é preciso investir na organização, efetivação e efetividade de todo o processo, de forma a impulsionar o aumento do número de transplantes.

Tão importante quanto aumentar o número de doações e de transplantes é garantir a realização de procedimentos seguros aos pacientes, visando não somente à quantidade de procedimentos realizados, mas principalmente a qualidade destes. No ano de 2005, as atenções estiveram voltadas para o fortalecimento da rede nacional de transplantes, buscando levar à população credibilidade e transparência nas ações do sistema.

Os esforços de 2005 foram dirigidos para garantir:

- Maior qualidade na regulação dos procedimentos de transplantes realizados.
- Adequação de políticas para transplantes de órgãos específicos, por meio da atuação das câmaras técnicas em conjunto com o Sistema Nacional de Transplantes/DAE/SAS/MS.
- Melhor gerenciamento da rede, possibilitado pelo funcionamento na versão atualizada do Sistema de Informação de Transplantes de Órgãos e Tecidos (PTx 5.0).
- Capacitação técnica dos profissionais da saúde com relação ao processo doação-transplantes.
- Efetivo controle da qualidade das córneas transplantadas, mediante a implementação e pleno funcionamento dos bancos de tecidos oculares humanos.
- Desenvolvimento de estratégicas e ações em conjunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Recomendações

- O programa foi excluído para o exercício de 2006, e suas atribuições transferidas para o programa 1216 – "Atenção Especializada em Saúde".

Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde.

Público-Alvo

Profissionais da saúde das três esferas de governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 299.658.960,00	Empenho Liquidado:	R$ 265.001.337,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 265.001.337,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Qualificação de Profissionais de Área de Enfermagem como Auxiliares de Enfermagem

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 92,60 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foi definida uma meta a ser alcançada em 2007.

2. Taxa de Cobertura de Capacitação dos Profissionais de Saúde

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 75,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

Necessidade de construir uma Política de Educação Permanente que articule gestores e instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde e a melhoria constante da Atenção à Saúde e do Sistema Único de Saúde

(SUS), possibilitando a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde.

Principais Resultados

- Manutenção de 1.558 vagas de residência médica.
- Manutenção de 20.007 formandos do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE), que formou 250.387 profissionais desde 2000.
- Capacitação ou qualificação de 156.859 profissionais em diversas áreas da saúde, tais como: saúde bucal, saúde da mulher, saúde do trabalhador, saúde do idoso, agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância em saúde.
- Lançamento do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-SAÚDE), com o intuito de aproximar a formação acadêmica do serviço público de saúde, de forma a proporcionar o atendimento das demandas hoje existentes na prestação de serviços e produção científica e o conseqüente fortalecimento do SUS.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. A implementação do Programa de Bolsas para Educação pelo Trabalho, que seria financiado pela ação 6196 – "Serviço Civil Profissional em Saúde", não ocorreu em virtude de inadequações na legislação, que foram sanadas apenas no mês de julho de 2005. No segundo semestre houve a análise de projetos, contudo, sem qualquer execução orçamentária.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, mas restrições referentes ao limite de empenho do órgão impediram um melhor desempenho do programa, prejudicando o empenho de convênios e projetos. Foram executados 88,43% dos recursos orçamentários previstos.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada insuficiente. As incertezas geradas pelos vínculos com organismos internacionais (UNESCO e OPAS) e contratos temporários podem prejudicar a qualidade da execução do programa.

Outra restrição destacada foi a dificuldade de celebração de convênios em virtude da inadimplência dos entes federativos.

Outros Aspectos Relevantes

Grande parte das ações desenvolvidas é executada mediante cooperação técnica com organismos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política de Saúde

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 215.419.168,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 185.637.703,00 - R$ 185.637.703,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 12.319.000,00	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa surgiu da necessidade de fortalecer a implementação do modelo de gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde - SUS e a formulação e avaliação de políticas de saúde, devido à insuficiência da estrutura organizacional e escassez de recursos na implementação do novo modelo de gestão.

Principais Resultados

- Implantação do sítio eletrônico "Observatório da Amazônia" (www.saude.gov.br/amazonia) no âmbito do Plano de Qualificação da Atenção à Saúde na Amazônia Legal (PSAL).
- Disponibilização do portal eletrônico COOPERASUS (www.saude.gov.br/cooperasus) no âmbito da Rede de Cooperação Técnica e Apoio à Gestão do SUS).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto e foram executados 86,18% dos recursos orçamentários previstos. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade por problemas operacionais do Ministério da Saúde.

Há necessidade de ampliação do espaço físico disponível para a implementação da

ação 8287 – "Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS", bem como aquisição de equipamentos de informática.

Com relação à ação 4388 – "Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS)", todas as atividades desenvolvidas em 2005 sofreram atraso em razão de: 1) mudanças na estrutura de gerenciamento do DATASUS; 2) redefinições na Política de Informática; 3) Problemas nos processos licitatórios; e 4) limite de empenho orçamentário.

Outros Aspectos Relevantes

Foi promovida uma maior participação dos gestores de saúde através de ações realizadas pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS). Nesse sentido, os gestores tiveram oportunidade de apresentar propostas ao Governo federal, formuladas a partir de articulação com diversos grupos sociais, permitindo a discussão de problemas de saúde relevantes para cada região.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Promover a desprecarização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho no Sistema Único de Saúde.

Público-Alvo

Gestores federais, estaduais e municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos e entidades representantes dos trabalhadores de saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 3.800.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.800.000,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.800.000,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 1.071.000,00	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa surgiu da necessidade de regularizar os vínculos de trabalho, assegurando direitos, regulação das profissões da saúde e a qualificação da gestão de educação e trabalho nas instituições do SUS.

Principais Resultados

- Apoio a 22 Observatórios de Recursos Humanos em Saúde.
- Implementação da Mesa Nacional de Negociação do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Finalização da proposta de diretrizes para o Plano de Carreira, Cargos e Salários no Âmbito do Sistema Único de Saúde (PCCS/SUS).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apenas uma ação do programa possui meta física e, nesse caso, o desempenho foi acima do previsto. O desempenho das outras ações é avaliado por aspectos qualitativos da implementação e repercussão de suas propostas no âmbito do trabalho no SUS.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 100% dos recursos previstos.

Foi apontada a insuficiência de recursos humanos disponíveis nas equipes executoras ligadas ao programa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa é implementado com o envolvimento sistemático de representações de trabalhadores do SUS e de movimentos sociais. Além disso, a programação é analisada e aprovada no Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações

Não há recomendações.

Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde

Objetivo

Ampliar e humanizar a atenção à saúde.

Público-Alvo

Usuários do Sistema Único de Saúde.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 124.110.000,00	Empenho Liquidado: R$ 119.965.481,00 Pago estatais: - Total: R$ 119.965.481,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Centro Oeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 13,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Os projetos propostos não tiveram o êxito esperado em razão da falta de qualidade técnica.

2. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Nordeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 47,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 31,30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Aprovação de projetos acima da expectativa, em razão da grande quantidade e da melhoria na qualidade técnica.

3. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Norte

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Alto índice de aprovação dos projetos.

4. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Sudeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 23,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 19,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Índice de projetos aprovados abaixo da expectativa, em razão de pouca quantidade e baixa qualidade.

5. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Sul

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 10,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Índice de projetos aprovados abaixo da expectativa, em razão de pouca quantidade e baixa qualidade.

Contextualização

O Sistema Único de Saúde - SUS, para alcançar seus objetivos, tem grande necessidade de institucionalizar uma gestão mais eficiente, eficaz, efetiva e humanizada e de ampliar o acesso à atenção à saúde, por meio da integração de sistemas, da otimização de usos e funcionalidades e ainda de novos investimentos que possam ampliar o potencial de utilização e de produtividade da grande estrutura já existente. Investimentos no setor saúde vêm apresentando pouca eficiência sob o aspecto de comparação custo-efetividade. Na prática, não há observação das diretrizes desenvolvimentistas nacionais, além de que, ações insuladas têm gerado duplicação de esforços e estruturas concomitantes, com escassez de oferta em outras unidades. Uma das conseqüências é a geração de iniqüidades na distribuição de recursos. Por outro lado, a atenção à saúde reúne a prestação de serviços, ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Dada a magnitude do Sistema Único de Saúde, tais atividades implicam em intensiva utilização de insumos ofertados por diferentes cadeias produtivas, que formam o complexo produtivo da saúde (CPS). Este, por sua vez, atua como dinamizador de diferentes setores da economia, dado o caráter intersetorial da atenção à saúde e o volume de recursos envolvido. Além disso, exerce significativo impacto tanto no balanço de pagamento, quanto na geração

de trabalho e renda. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão representa a medida necessária para ampliar o acesso, corrigir iniqüidades e, ao mesmo tempo, exercer influência positiva sobre as cadeias produtivas envolvidas.

Principais Resultados

- Lançamento da primeira versão do Sistema de Organização para Modelos Assistenciais do SUS (SOMASUS).
- Instituição do Comitê Permanente de Implementação e Acompanhamento das Ações para a Integração do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras). .

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve bem abaixo do previsto. Entre os fatores que prejudicaram um melhor desempenho do programa, destaca-se a alteração do quadro dirigente do Ministério da Saúde, provocada pela troca de ministros. Em razão de novas orientações, o processo de financiamento de projetos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial - BIRD sofreu atrasos, impedindo parte da execução física no exercício de 2005.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, com exceção da ação 6153 – "Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde", que não recebeu dotação alguma. Os recursos foram liberados em fluxo compatível com a programação. Foram executados 96,66% dos recursos previstos.

Foi apontada como restrição a incapacidade de grande parte dos Estados e Municípios para celebrar, executar e prestar contas de convênios.

Outros Aspectos Relevantes

Os recursos administrativos, de pessoal, de logística e de materiais para a execução do programa são todos disponibilizados pela UNESCO, através de termos de acordo de cooperação técnica firmados com o Ministério da Saúde.

Recomendações

Não há recomendações.

Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde

Objetivo

Promover a participação popular e a intersetorialidade na saúde.

Público-Alvo

Conselhos de Saúde, movimentos sociais e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 23.975.542,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 17.874.740,00 - R$ 17.874.740,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O Sistema Único de Saúde (SUS), expressão da proposta política da Reforma Sanitária Brasileira, constitui um sistema público descentralizado, integrado pelas três esferas de governo, com princípios e diretrizes legais, que incluem o controle social do sistema. A construção do modelo sistematizado de atenção à saúde do SUS vem apresentando avanços destacados (descentralização da gestão pela criação das Comissões Intergestoras, fóruns de pactuação, criação e desenvolvimento dos Fundos de Saúde Nacional, Estaduais e Municipais, elevação da capacidade de gestão pública, principalmente entre os Municípios) e muitos desafios ainda são apontados (fortalecimento dos conselhos, construção da eqüidade, reorientação da política de recursos humanos, construção da responsabilidade regulatória, disseminação das informações para o controle social) que devem ser superados pelos governos e pela sociedade. A melhoria do nível de saúde da população está relacionada à implementação de políticas sociais articuladas, ao fortalecimento dos conselhos de saúde e ao incentivo à participação popular, como exercício da cidadania e do controle social.

Principais Resultados

- 11,2 milhões de ligações recebidas pela Ouvidoria Nacional de Saúde, com o conseqüente encaminhamento das demandas.
- Implementação da Política Nacional de Gestão Participativa para o SUS,

com atividades permanentes de mobilização social e de democratização de informações para a população em geral.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dento do previsto, cabendo ressaltar que das 6 ações do programa, apenas duas possuem produtos definidos. Foram executados 74,55% dos recursos orçamentários previstos.

A principal disfunção detectada para a execução total do orçamento de 2005, especialmente no final do período, está relacionada à limitação dos tetos diários para empenho e à priorização que o Ministério da Saúde deu às transferências regulares e automáticas (fundo a fundo), embora os processos tenham sido enviados em tempo hábil para empenho. Dentre os processos prejudicados, cabe destacar os seguintes:

- Não empenho de R$ 3 milhões da ação 6182 – "Ouvidoria Nacional de Saúde", referentes ao 44º Termo de Referência com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).
- Não empenho de R$ 1,2 milhão da ação 2016 – "Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde", referente à reforma e equipamento do auditório do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Com relação ao processo de aquisição de equipamentos para o Conselho Nacional de Saúde, além da restrição orçamentária, houve dificuldades no processo licitatório.

Os recursos materiais e a infra-estrutura disponíveis para a equipe gerencial foram apontados como insuficientes. Com relação aos recursos humanos, a quantidade disponível na equipe gerencial é insuficiente, assim como a qualificação nas equipes executoras, em especial no que concerne os conceitos de gestão estratégica e participativa.

Outros Aspectos Relevantes

O programa avalia a satisfação do beneficiário mediante questionário dirigido aos usuários do SUS. Os questionários acompanham cartas enviadas para atestar a realização do procedimento e verificar se houve qualquer cobrança indevida. Esse sistema é conhecido como CARTASUS.

Recomendações

- Criar produto e meta física para a ação 6806 – "Controle Social no Sistema Único de Saúde":
  - produto: agentes capacitados.
  - meta física para 2007: 20.000.

- Vincular outras metas para avaliação do programa:
  - implantação de sistema de gestão das ações de controle social no SUS nos Estados e nos Municípios e nas capitais de Estado.
  - implantação de Comitês de Promoção da Eqüidade em Saúde em 30% das Secretarias Estaduais de Saúde (SES).

- implantação de ouvidorias em todos os Estados e no Distrito Federal e nas capitais dos Estados até o final de 2007.
- desenvolvimento de processo de monitoramento e avaliação da gestão do SUS em 60% das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e em 60% das Secretarias Municipais de Saúde (SMS).

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Objetivo

Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 592.243.010,00	Empenho Liquidado: R$ 544.488.685,00 Pago estatais: - Total: R$ 544.488.685,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura Vacinal de Poliomielite em Menores de 5 Anos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95,37 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O desempenho de 2005 já é superior à meta programada para 2007.

2. Taxa de Cobertura Vacinal de Influenza em Maiores de 60 Anos

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 83,93 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O desempenho de 2005 já é superior à meta programada para 2007.

3. Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 86,52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Tal fato pode ser explicado pelos seguintes fatores:

1. A 1ª dose da vacina é ministrada ao nascer, a 2ª com um mês de idade e a 3ª aos seis meses de vida. O grande intervalo entre as 2ª e a 3ª doses pode contribuir para que as mães não completem o esquema de vacinação.
2. Pouca divulgação sobre as possíveis complicações graves decorrentes da Hepatite B, como cirrose e câncer hepático.
3. Não há registro no sistema de informação sobre a procedência da criança, dificultando o controle em relação ao Município em que foi iniciado o esquema vacinal.

A falta da Caderneta de Saúde da Criança impede o registro da 3ª dose quando as dose são aplicadas em diferentes estabelecimentos

Contextualização

Este programa contribui para a manutenção do atual estado de erradicação da poliomielite, febre amarela urbana e da eliminação do sarampo, para o alcance da eliminação do tétano neonatal e para manter sob controle as demais doenças imunopreveníveis, além de controlar estes e outros agravos de relevância para a saúde pública do país em situações ou grupos populacionais específicos. A ausência de execução de suas ações pode implicar em sérios danos à população, que estará suscetível à disseminação de tais doenças e terá como conseqüência o retorno de elevadas taxas de mortalidade e morbidade por este grupo de causas, acarretando altos custos sociais e financeiros ao país.

Principais Resultados

- Manutenção da eliminação da poliomielite e sarampo no Brasil.
- Manutenção de altas coberturas vacinais de todo o calendário básico de imunizações para crianças menores de 1 ano.
- Vacinação de 83,93% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe, superando a meta de 70%.
- Redução da incidência de difteria, coqueluche, tétano, rubéola, caxumba e infecções pelo *Haemophilus influenzae* do tipo B.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto, com ressalva à ação 4383 – "Vacinação da População", que realizou apenas cerca de 40% da meta programada, muito embora tenha sido registrada uma execução orçamentária de mais de 87%.

A dotação orçamentária foi considerada suficiente, mas problemas decorrentes da limitação de empenho do órgão e à descontinuidade no fluxo de recursos prejudicaram parcialmente a execução do programa e de suas ações, em especial a celebração de convênios com os Estados. Foram executados 91,94% dos recursos previstos.

Outra restrição ao melhor desempenho do programa refere-se à dificuldade nos processos licitatórios, bem como para a celebração de contratos e convênios, causados pela insuficiência de recursos humanos qualificados na área.

Foi apontada falha no suprimento de insumos de informática e manutenção de máquinas na equipe gerencial. Em alguns Estados e Municípios, há carência de equipamentos, tais como: geladeiras, termômetros, caixas térmicas e computadores. Algumas equipes executoras trabalham em condições precárias de infra-estrutura. Em relação aos recursos humanos, há necessidade de ampliação do quadro envolvido no programa, seja na equipe gerencial, seja nas equipes executoras. Em muitos Estados e Municípios, a qualificação dos recursos humanos é insuficiente.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Saneamento Rural

Objetivo

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.

Público-Alvo

População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 97.649.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 88.187.164,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 88.187.164,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25,70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A morosidade associada à celebração de contratos e convênios e à execução das obras deve prejudicar o atingimento da meta.

2. Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 19,55 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 26,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A morosidade associada à celebração de contratos e convênios e à execução das obras deve prejudicar o atingimento da meta.

3. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 65,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A morosidade associada à celebração de contratos e convênios e à execução das obras deve prejudicar o atingimento da meta.

Contextualização

A análise do quadro epidemiológico brasileiro e dos países em desenvolvimento revela a existência de altos índices de morbimortalidade relacionados com os fatores ambientais, especialmente com as precárias condições de saneamento básico. A baixa oferta e a baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos e as condições inadequadas de moradia têm forte associação com os elevados casos de doenças como diarréias, verminoses, hepatites, doença de Chagas, Malária, Dengue, Leptospirose, infecções cutâneas e outras.

A OPAS/OMS cita o quanto se pode obter com a melhoria no abastecimento de água e destino adequado de dejetos, na redução da morbidade:

- prevenção de pelo menos 80 % dos casos de febre tifóide e paratifóide.
- redução de 60% a 70% dos casos de tracoma e esquistossomose.
- prevenção de 40% a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas, entre outras.

Diante do exposto, é de fundamental importância uma ativa participação do setor saúde, envolvendo todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), nos processos de discussão, formulação e implementação da Política de Saneamento Ambiental. Tal participação deverá envolver inclusive o apoio técnico e financeiro para a execução de ações.

Principais Resultados

- Conclusão de 105 obras de abastecimento de água em áreas indígenas (de exercícios anteriores), beneficiando 105 aldeias.
- Conclusão de 12 obras em comunidades especiais, beneficiando 1.220 famílias.
- Conclusão de 26 obras de melhorias habitacionais (de exercícios anteriores) para o controle do mal de Chagas, beneficiando 1.158 famílias.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve abaixo do previsto. Parte do problema é justificado pela incompatibilidade entre os produtos de algumas ações e a forma de programação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Os recursos orçamentários foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 90,31% dos recursos previstos.

São apontadas as seguintes restrições à execução do programa e de suas ações:

1. Insuficiente limite de empenho disponibilizado pelo Ministério da Saúde.
2. Baixa capacidade institucional nos Municípios para a celebração dos convênios. Essa baixa capacidade institucional é representada por problemas de ordem técnica, como a baixa qualidade dos projetos de engenharia e por problemas de ordem administrativa, como a não apresentação dos documentos necessários para a celebração do convênio.
3. Baixa qualificação das empresas concorrentes ou ausência de concorrentes, dificultando a conclusão de licitações e a celebração de contratos.
4. Pouco interesse de empresas nas licitações em razão do custo elevado das ações, uma vez que a maioria dos projetos é desenvolvida em áreas de difícil acesso.
5. Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, uma vez que prejudica o repasse dos recursos financeiros.
6. Lentidão no processo de licenciamento ambiental.

Os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados inadequados, tanto na gerência com nas equipes executoras. Estão sendo realizadas melhorias na infra-estrutura predial da sede da FUNASA e em algumas coordenações regionais, contudo, ainda não apresentam condições ideais para o desenvolvimento das atividades, em especial no que concerne ao espaço físico disponível. Algumas coordenações regionais não contam com materiais suficientes para o devido acompanhamento e execução das ações. Como providências, a FUNASA tem investido na aquisição de veículos e na recuperação de equipamentos, como máquinas de perfuração de poços.

Quanto aos recursos humanos, a equipe técnica da gerência é insuficiente para coordenar, supervisionar e normatizar o trabalho das equipes locais e executar as atividades necessárias junto aos parceiros externos.
Há também insuficiência de pessoal nas equipes técnicas locais de engenharia para elaborar e analisar projetos, acompanhar e fiscalizar a execução das obras, capacitar e supervisionar o trabalho dos agentes indígenas de saneamento e ainda operar e manter os sistemas implantados em áreas indígenas.

Outros Aspectos Relevantes

As ações de saneamento em áreas indígenas são planejadas em reunião com o Conselho Distrital Indígena, onde são definidas as aldeias e as ações que serão realizadas.

Para as ações realizadas por meio de convênio, a FUNASA exige dos convenentes a realização do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), que tem como objetivo estimular a participação da sociedade no desenvolvimento das ações e conscientizá-la da importância dos serviços de saneamento.

O monitoramento do desempenho físico das ações se dá por meio de sistemas informatizados (SIASI – Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena, SISABI – Sistema de Informação de Saneamento em Área Indígena, SIGESAN – Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento) alimentados pelos técnicos das coordenações regionais da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), permitindo ao nível central acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações nos Estados.

A indefinição quanto ao plano de cargos e salários dos servidores da FUNASA é apontada como fator para a evasão e baixa motivação dos servidores, prejudicando o desempenho do programa.

Recomendações

Não há recomendações.

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

Objetivo

Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sangüíneos e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemáceas.

Público-Alvo

Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 281.284.725,00	Empenho Liquidado:	R$ 254.843.246,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 254.843.246,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Doação de Sangue

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,75 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Os esforços desenvolvidos através de campanhas de âmbito nacional de doação de sangue, as ações desenvolvidas pelos hemocentros e a crescente conscientização da população em relação à importância da doação de sangue possibilitam o alcance da meta definida para o final do PPA 2004-2007.

2. Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,60 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Até o final de 2007, estão previstos investimentos em estruturação e qualificação dos serviços, o que pode viabilizar o alcance da meta.

Contextualização

Necessidade de implementação de estratégias e ações para o enfrentamento e superação dos problemas relacionados:

- à Insuficiência de oferta de sangue e hemocomponentes - pelos serviços públicos de hemoterapia - para atender a 100% dos leitos do Sistema Único de Saúde (SUS).
- à precariedade da atenção aos portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias.
- à limitação de hemoderivados aos pacientes hematológicos, inviabilizando o tratamento profilático de hemofílicos.
- à dependência de mercado/tecnologia externa de insumos estratégicos.
- à falta de tecnologia nacional para produção de hemoderivados.

Principais Resultados

- Atenção a 8.500 portadores de coagulopatias hereditárias, incluindo a distribuição de medicamentos/hemoderivados.
- Atenção a 13.000 portadores de hemoglobinopatias.
- Implantação do Programa de Atenção Integral aos Pacientes Portadores de Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias, com aquisição e distribuição de equipamentos e medicamentos.
- Desenvolvimento do teste de triagem sorológica para o vírus HIV e HCV por biologia molecular - fase de desenvolvimento de plataforma.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução física esteve parcialmente dentro do previsto, com exceção da ação referente à estruturação dos serviços de hematologia e hemoterapia, este com uma execução de cerca de 29% do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, sendo que o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, sem, contudo, prejudicar decisivamente a execução programada. Foram executados 90,60% dos recursos previstos.

Apesar de ter ocorrido, em 2004, a transferência da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), a equipe executora continua ocupando instalações provisórias, com falta de infra-estrutura adequada e recursos humanos insuficientes.

A prestação de contas deficiente de grande parte dos Estados e Municípios tem comprometido a execução dos convênios e, conseqüentemente, a utilização dos recursos disponíveis.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 limitou o uso de recursos de convênios, dificultando a realização de atividades voltadas para capacitação de profissionais de hemoterapia.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento das ações é feito através do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM/MS) e por meio de visitas técnicas aos Estados e Municípios, sem periodicidade definida.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância Ambiental em Saúde

Objetivo

Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 10.867.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.444.500,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 8.444.500,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde com Vigilância Ambiental em Saúde Estruturada

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 60,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice previsto para o final de 2007 foi atingido em 2005.

Contextualização

A partir da recente consciência sobre a importância do meio ambiente na qualidade de vida das populações, as instâncias governamentais têm buscado métodos resolutivos capazes de oferecer respostas rápidas e competentes, não somente aos problemas tradicionais na área da saúde, mas também àqueles que emergem desse recente conhecimento sobre as interações entre o homem e o meio que o cerca. O processo de urbanização, a ocupação territorial, as atividades econômicas e os processos produtivos nas cidades e no campo têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das populações, assim como tem levado a elas riscos potenciais que interferem na saúde do homem.

Principais Resultados

- Implantação do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água

para Consumo Humano (SISAGUA) nos 26 Estados e no Distrito Federal.
- Implantação da Vigilância Ambiental em Saúde relacionada a contaminantes ambientais e substâncias químicas (VIGIQUIM) em 4 Estados (Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia).
- Implantação da Vigilância Ambiental em Saúde relacionada a pessoas expostas a solo contaminado (VIGISOLO) em 16 Unidades Federadas.
- Implantação da Vigilância Ambiental em Saúde relacionada à contaminação do ar (VIGIAR) em 5 capitais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. E os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 77,71% dos recursos previstos.

Foi apontada como restrição para o melhor desempenho do programa a morosidade causada pelos procedimentos burocráticos exigidos para a realização de licitações e celebração de contratos e convênios.

O incipiente estágio de estruturação da área de vigilância ambiental nos Municípios e em algumas secretarias estaduais de saúde, caracterizado principalmente pela escassez de equipamentos de laboratório e veículos, é um fator limitante para a execução das ações. No mesmo sentido, são necessários investimentos permanentes para a formação e qualificação dos recursos humanos na área de vigilância ambiental em saúde.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Objetivo

Implantar o sistema nacional de vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DANT no país.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 7.510.000,00	Empenho Liquidado: R$ 6.149.898,00 Pago estatais: - Total: R$ 6.149.898,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Óbitos por Doenças Cardiovasculares na Faixa Etária de 30 a 49 Anos em Relação ao Total de Óbitos pelo Mesmo Grupo de Doenças nos maiores de 30

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 10,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 9,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O atingimento da meta depende do desenvolvimento de ações por outros setores governamentais.

2. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Unidade de Atenção às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) Implantadas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 77,70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. É possível a indução do processo junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Contextualização

As Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) lideram as causas de morte no país e respondem por elevada carga de morbidade e despesas com assistência médico-hospitalar do Sistema Único de Saúde. Apesar disso, não há um sistema de vigilância para as DANT implantado no Brasil.

Principais Resultados

- Publicação do livro "Envelhecimento Ativo", em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa possui uma única ação finalística. As atividades desenvolvidas ao longo do exercício foram caracterizadas pela realização de eventos para a sensibilização de técnicos, especialistas na área e interlocutores das três esferas de governo.

Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 81,89% dos recursos previstos.

Há necessidade de adequação dos recursos materiais e da infra-estrutura disponíveis nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. No mesmo sentido, há necessidade de ampliar a quantidade e qualificação dos recursos humanos envolvidos com o programa.

Outros Aspectos Relevantes

São realizadas parcerias junto a instituições de ensino e pesquisa que se destacam na área de doenças e agravos não transmissíveis. Como a atuação do governo nessa área é recente, essas parcerias são tidas como fundamentais, mas ainda há dificuldades para o estabelecimento e consolidação das atividades em comum.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

Objetivo

Prevenir e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna e reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores e zoonoses.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.356.502.862,00	Empenho Liquidado: R$ 1.270.612.570,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.270.612.570,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Incidência do Sarampo

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O Brasil vem mantendo altas coberturas vacinais e um programa de vigilância ativa que permitem a manutenção da eliminação do sarampo.

2. Coeficiente de Incidência de Paralisia Flácida Aguda

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 1,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O país tem mantido a qualidade da vigilância epidemiológica da Paralisia Flácida Aguda.

3. Taxa de Investigação *in loco* em Emergência Epidemiológicas de Relevância Nacional

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 100,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice previsto para o final do PPA já foi alcançado em 2005. O Ministério da Saúde conquistou maior capacidade operacional de intervenção em relação às emergências epidemiológicas.

4. Taxa de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Encerrados Oportunamente

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 70,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2005 foi verificado um aprimoramento da vigilância em saúde nos Municípios.

5. Incidência de Raiva Humana Transmitida por Animal Doméstico

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Houve aumento das coberturas vacinais da população canina e felina.

6. Taxa de Letalidade por Leishmaniose Visceral (Calazar)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,90 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Trata-se de doença parasitária emergente em várias regiões do Brasil. Grande parte das equipes dos serviços de saúde está tendo contato pela primeira vez com esta doença, demonstrando a necessidade de capacitação desses profissionais.

7. Taxa de Municípios com Pelo Menos 80% de Cobertura Vacinal Canina

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83,00 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 85,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Embora o índice não tenha sido apurado em 2003 e 2004 e a campanha de

vacinação não tenha sido realizada em 2005, considera-se que é alta a viabilidade do índice previsto para o final do PPA.

Contextualização

Ainda hoje verifica-se um sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, uma detecção tardia e uma limitada análise sobre problemas de saúde pública prioritários, levando a uma limitação da capacidade de intervenção na prevenção e controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Dessa forma, faz-se necessário, fortalecer o processo, em curso, de reestruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e incrementar a Prevenção e o Controle de Doenças Transmissíveis com vistas à consolidação de estruturas permanentes e descentralizadas capazes de dar sustentabilidade à execução de ações que produzam o necessário impacto sobre os indicadores de morbimortalidade de importantes agravos no Brasil.

Principais Resultados

- Formulação do Plano de Preparação para Pandemia de Influenza.
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da doença de Chagas pelo T infestans.
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da tripanossomíase transfusional nos Estados do Rio Grande Sul e Paraná.
- Manutenção da interrupção da transmissão do sarampo.
- Implantação da vigilância das infecções por rotavírus.
- Implantação de 85 Núcleos Hospitalares de Vigilância Epidemiológica.
- Publicação do Manual de Tratamento de Casos de Leishmaniose Visceral Grave.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa executou 93,67% dos recursos orçamentários alocados em 2005, tendo alcançado as metas físicas previstas na maioria das ações. No entanto, as ações 8327 - "Serviços Laboratoriais de Referência Internacional, Nacional e Regional para Diagnóstico de Doenças Infecciosas" e 3994 - "Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (VIGISUS)" não informaram a meta física realizada, embora tenham executado quase 100% dos recursos orçamentários.

A ação 0829 - "Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças", que responde por quase 50% dos recursos do Programa, alcançou a meta de 1,5 milhão de pessoas beneficiadas por ações dos Estados e Municípios certificados para a epidemiologia e controle de doenças.

Algumas atividades programadas para 2005, no entanto, deixaram de ser executadas em razão de insuficiente alocação do limite de empenho orçamentário ou por atraso na sua liberação, entre elas a campanha de vacinação contra raiva canina e felina.

Além disso, a Gerência do Programa aponta deficiências na produção, aquisição e distribuição de medicamentos para controle de doenças e reagentes para diagnóstico de laboratório. A Gerência também aponta restrições ligadas a dificuldades para

a realização de licitações e celebração de convênios e contratos, atribuídas à insuficiência e falta de qualificação dos recursos humanos. Além disso, afirma que houve falha no suprimento de insumos de informática e manutenção de máquinas na equipe gerencial. Quanto às equipes executoras, as condições de trabalho são precárias e a infra-estrutura, deficiente.

Outros Aspectos Relevantes

As ações são executadas de forma descentralizada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e o monitoramento é realizado por meio do Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (SINAN).

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

Objetivo

Prevenir riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância sanitária.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 187.475.701,00	Empenho Liquidado: R$ 178.661.471,00 Pago estatais: - Total: R$ 178.661.471,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Notificação de Reação Adversa Grave a Medicamentos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 33,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 19,25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viabilidade não apurada.

2. Taxa de Cobertura das Ações de Inspeção Sanitária em Relação aos Parâmetros Pactuados no Termo de Ajustes e Metas (TAM)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 81,20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Índice apurado é referente até setembro de 2005.

Contextualização

O campo de atuação da vigilância sanitária brasileira é principalmente a proteção da saúde, incluindo também ações de promoção. Assim, sua finalidade é proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção, circulação e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive

dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.
As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionadas ao trabalho de proteção à saúde dão a dimensão da importância da vigilância sanitária neste sistema. A produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e outros produtos de saúde, bem como a prestação de serviços de saúde, podem se converter em um risco para a população, caso esses processos não tenham sido feitos com um padrão de qualidade que garanta a sua utilização de forma segura.
A ingestão e outras formas de contato com substâncias potencialmente prejudiciais à saúde podem acarretar uma série de danos, podendo, eventualmente, levar à morte.
A circulação de pessoas por intermédio dos meios de transporte provenientes do exterior ou de outros Estados brasileiros é outro foco de atuação da Vigilância, inclusive no controle das condições sanitárias dos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegários por onde transitam viajantes e mercadorias, incluindo ações de vigilância epidemiológica, imunização e vigilância ambiental.

Principais Resultados

- Regulamentação do fracionamento de medicamentos, proporcionando economia ao consumidor e redução do risco associado ao uso após o término do prazo de validade.
- Regulamentação de medicamentos manipulados, com novas regras para o funcionamento das farmácias de manipulação.
- Realização de 9.948 inspeções na área de serviço, o que representa um aumento de cerca de 40% em relação a 2004.
- Realização de 39.206 inspeções na área de produtos, o que representa um aumento de cerca de 38% em relação a 2004.
- Ampliação da Rede Nacional de Investigação de Surto em Serviços de Saúde (RENISS): 100% dos surtos notificados foram investigados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Monitoramento das políticas de comercialização nas farmácias e drogarias por meio do acompanhamento do preço médio de venda dos medicamentos em seis capitais de Estado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto, representando cerca de 75% do programado referente às ações de vigilância sanitária. Com relação às construções do Edifício-Sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Laboratório Oficial para Análises e Pesquisas de Produtos Derivados do Tabaco, não houve qualquer execução em 2005, sendo realizados apenas procedimentos burocráticos referentes à disponibilização dos respectivos terrenos.

Os recursos orçamentários disponibilizados para o programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Foram executados 95,30% dos recursos previstos.

Outros Aspectos Relevantes

Foi criado Grupo de Trabalho (GT) no âmbito das ações relativas ao Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza, objetivando planejar, formular e implementar o controle sanitário para prevenção do risco da Influenza humana.
O GT está tomando as providências necessárias ao conhecimento das condições de isolamento respiratório nas Unidades de Saúde e gerenciamento dos resíduos gerados, da situação dos laboratórios de saúde pública e das medidas relacionadas à aquisição, à distribuição e ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), kits de diagnósticos e de medicamentos.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Objetivo

Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e de outras doenças sexualmente transmissíveis e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 807.057.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 804.352.249,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 804.352.249,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Mortalidade por AIDS

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 6,10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Conforme atualização de dados e revisões de estimativas e previsões, a meta definida para 2007 não deve ser alcançada.

2. Coeficiente de Incidência de AIDS

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 17,20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 10,30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Conforme atualização de dados e revisões de estimativas e previsões, a meta definida para 2007 não deve ser alcançada.

3. Taxa de Detecção de Casos de Sífilis Congênita

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 38,50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Conforme atualização de dados e revisões de estimativas e previsões, a meta definida para 2007 pode ser atingida em razão de ações que estão sendo promovidas junto aos gestores estaduais e municipais.

Contextualização

Estudo realizado pelo Ministério da Saúde estima a existência de 600.000 casos de infecção pelo vírus da Aids, considerando a população de 15 a 49 anos. As regiões Sul e Sudeste concentram 83,0% do total de casos notificados desde o início da epidemia.

Considerando-se a razão de casos entre homens e mulheres, o indicador variou de 6,5 casos entre homens para cada caso entre mulheres, em média, no período de 1980-1990 para:

- 1999: 2,0 casos em homens para cada caso em mulher.
- 2000: 1,8 caso em homens para cada caso em mulher.
- 2001: 1,7 caso em homens para cada caso em mulher.

Particularmente, na faixa etária de 13 a 19 anos, esta razão entre homens e mulheres apresenta sinais de inversão entre 1998 e 2001:

- 1998: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher.
- 1999: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher.
- 2000: 0,8 caso em homens para cada caso em mulher.
- 2001: 0,6 caso em homens para cada caso em mulher.

Principais Resultados

- Aquisição de 667 milhões de preservativos e distribuição de 202 milhões destes.
- Distribuição de 4 milhões de preservativos femininos.
- Tratamento de 4.502 gestantes/parturientes HIV positivo com quimioprofilaxia para diminuir as chances de transmissão do vírus durante o parto.
- Atendimento de cerca de 166.500 pessoas HIV positivo com medicamentos antirretrovirais.
- Atendimento pelo SUS de 255.000 pessoas que vivem com Aids.
- Implantação do Programa de Prevenção e Assistência às DST/HIV/Aids em 32 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DESAI).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao programa foram suficientes, mas liberados com alguma descontinuidade, resultando em R$ 2,6 milhões que não foram empenhados e outros R$ 78,14 milhões inscritos em restos a pagar para 2006. Foram executados 99,66% dos recursos orçamentários previstos.

Os recursos de restos a pagar são uma constante no programa nos últimos 7 anos e, em geral, resultam da combinação de três situações principais:

- Limite e contingenciamento dos tetos financeiros para o Ministério da Saúde no decreto de programação financeira.
- Aprovação tardia pelo Congresso Nacional das suplementações orçamentárias, geralmente em final de novembro ou em dezembro, mesmo quando a solicitação é encaminhada em março.
- Teto para empenho pelo Ministério da Saúde insuficiente, principalmente no último trimestre de cada ano.

As licitações acima de US$ 20 mil (média), até o valor de US$ 100 mil, são realizadas pelas Agências de Cooperação Internacional (UNESCO e UNODC) com agilidade. Algumas aquisições de bens e serviços e consultorias dependem da não objeção pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o que pode provocar morosidade na formalização dos processos.
O trâmite de aquisição de grandes valores no Ministério da Saúde, acima de R$ 500 mil, também encontra dificuldades na formalização dos processos e sua contratação, causando morosidade.

Outros Aspectos Relevantes

O programa realiza campanhas de prevenção às DST/HIV/Aids pela mídia, enviando diariamente notícias para mais de 900 emissoras de rádio do país.
Em 2005, o endereço eletrônico do Programa Nacional de DST e Aids (www. aids. gov.br) esteve entre os TOP 10 do iBEST.

Recomendações

Não há recomendações.

Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Objetivo

Reduzir a ocorrência da malária e da dengue mediante controle vetorial.

Público-Alvo

População residente em áreas receptivas e vulneráveis à malária e à dengue.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 68.060.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 64.564.612,00 - R$ 64.564.612,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Incidência de Dengue

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 116,28 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 83,16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Existem muitos países limítrofes ao Brasil com circulação do sorotipo DEN-4, que só teve presença no Brasil em 1981 e apenas no Estado de Roraima. Como o país tem mais de 3.600 Municípios infestados por *Aedes aegypti* e quase toda a população é suscetível a esse sorotipo (DEN-4), a sua introdução pode comprometer o alcance da meta. Esse fato causa maior preocupação em áreas infestadas pelo mosquito e com baixo poder de combate ao vetor, como por exemplo, a região metropolitana do Rio de Janeiro.

2. Coeficiente de Incidência de Malária na Amazônia Legal

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 2.879,00 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.180,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. A existência de situações que extrapolam as possibilidades de atuação do setor saúde, como a grande concentração da população do Estado do Amazonas em Manaus, com crescimento desordenado, em área muito receptiva à malária, ou como o crescimento da periferia em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia,

sem ações correspondentes de saneamento, dificultam em muito a redução, de forma sustentada, da incidência da doença. A existência de grande número de acampamentos e assentamentos também dificulta a execução das ações de prevenção e controle da malária. Por fim, a instalação de pequenas pisciculturas, que serviriam para gerar renda na região, quando mal conservadas, tornam-se criadouros dos vetores da malária, aumentando o risco de transmissão.

Contextualização

A malária constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos registrados no país. Em 2002 foram registrados 349.842 casos.

A dengue é um problema de saúde pública no Brasil, com a circulação simultânea de três sorotipos em 22 Estados da federação e a tendência de aumento no número de casos de Febre Hemorrágica de Dengue e óbitos. Em 2002, foram registrados 794.219 casos de Dengue, com 2.714 casos de Febre Hemorrágica e 150 óbitos. Mais de 3.600 Municípios do país encontram-se infestados por *Aedes aegypt*.

Principais Resultados

- Redução, em 3 Estados, do número de casos de dengue: Alagoas (-56,46%), Acre (-7,31%) e Rio de Janeiro (-3,80%).
- Redução, em 2 Estados, do número de casos de malária: Maranhão (-23,2%) e Tocantins (-16,9%).
- Redução, em 3 Estados, do número de casos de malária por Plasmodium falciparum, responsável pelas formas mais graves da doença e a maioria dos óbitos: Rondônia (-8,9%), Tocantins (-7,8%) e Maranhão (-3,4%).
- Redução, em 3 Estados, das internações hospitalares por malária: Maranhão (-9,9%), Tocantins (-8,2%) e Pará (-3,0%).

Em relação à dengue, a grande mobilidade da população dispersou o vírus do tipo DEN-3 para Municípios de porte médio dos Estados da Região Nordeste, infestados por Aedes aegypti e com a população suscetível ao DEN-3, o mesmo ocorrendo com os Municípios de maior porte da Região Norte.

No caso da malária, o crescimento desordenado de Manaus e Porto Velho e as ações de exploração econômica no Vale do Juruá, no Estado do Acre, contribuíram decisivamente para o crescimento da doença, além do crescimento do número de acampamentos e assentamentos agrícolas (Manaus, Porto, Velho e Cruzeiro do Sul registraram cerca de 27% do total dos casos do país).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução física do programa foi considerada abaixo do previsto em razão de muitos Municípios terem demitido agentes de campo que executavam as ações de combate aos vetores, impedindo o cumprimento integral das normas técnicas dos programas de controle da dengue e malária. No caso da dengue, uma parcela importante dos Municípios prioritários não realizou 6 ciclos de visitas domiciliares para identificação e eliminação de criadouros do Aedes aegypti. Com a mudança de gestores nos Municípios, ocorreu, em um primeiro momento, uma descontinuidade

das ações de prevenção e controle, principalmente devido à demissão ou não renovação de contratos temporários dos agentes de campo.

Os recursos orçamentários destinados ao programa foram considerados insuficientes. A maior parte dos Municípios de grande porte, principalmente capitais, demandam um número elevado de agentes de campo para executar as ações de prevenção e controle da dengue, o que acaba demandando uma utilização da quase totalidade dos recursos do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, prejudicando a realização de outras ações inseridas na Programação Pactuada e Integrada de Vigilância em Saúde. Além disso, o custo para a contratação e manutenção desses agentes é significativamente maior em Municípios de grande porte.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do programa. Houve atrasos no pagamento dos salários dos agentes contratados pelos Municípios, repercutindo negativamente na qualidade e na continuidade das ações de campo. Isso é válido tanto para a malária quanto para a dengue.

Os recursos inicialmente previstos para o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) e para investimento nos programas de dengue e malária foram reduzidos pelo Congresso Nacional quando da votação da Lei Orçamentária. No caso dos recursos do TFVS, isso impediu a correção do repasse para os Municípios de maior porte, que demandam maior número de agentes de campo. No caso de recursos de investimentos, o número de veículos e equipamentos para melhorar a capacidade operacional dos Municípios poderia ter sido maior, diminuindo a demanda ainda existente e não atendida.

Embora os Estados e Municípios recebam sistematicamente os recursos do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, a pouca autonomia administrativa da maioria das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde dificulta a realização de adequações na infra-estrutura disponível e a aquisição de materiais para a viabilização das ações de campo.

Em relação aos recursos humanos envolvidos com o programa, os Municípios, principalmente os de maior porte, alegam que a insuficiência de recursos e as limitações colocadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal impedem a contratação de profissionais nos quantitativos adequados, principalmente agentes de campo.

Como demais restrições, são apontadas a falta de autonomia administrativa das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para aquisição de equipamentos e realização de licitações de alto valor e a falta de um maior esclarecimento nessas secretarias quanto à legislação vigente, principalmente quanto à aplicação de recursos que são recebidos na modalidade fundo a fundo de transferência e as especificidades da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O controle da dengue e da malária, além das atividades inerentes ao setor saúde, depende de uma série de outros fatores, como por exemplo, as questões ligadas ao saneamento básico (cobertura e abastecimento regular de água; coleta e destinação adequada de resíduos sólidos) no caso da dengue e drenagem de criadouros de importância entomológica no caso da malária.

Outros Aspectos Relevantes

As ações de combate são executadas pelos mais de 5.200 Municípios que assumiram a gestão das ações de Vigilância em Saúde, sendo a atividade mais perceptível sob a ótica da população, a visita domiciliar realizada por agentes de saúde gerenciados pelas Secretarias Municipais de Saúde. As ações de prevenção e controle da dengue e malária são executadas preponderantemente pelos Municípios e pelos Estados, de forma complementar e/ou suplementar.

Deve-se destacar que Manaus é o único Município com população acima de 100.000 habitantes que não assumiu a gestão das ações de Vigilância em Saúde, o que dificulta de forma significativa a execução das ações de prevenção e controle da malária.

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, tem feito um grande esforço para intensificar a integração com o INCRA e o Ministério do Meio Ambiente, no sentido de estabelecer e implantar estratégias para a redução do número de casos de malária em áreas de assentamentos e em projetos de desenvolvimento.

Tanto para o controle da dengue como da malária, além da assessoria técnica e do fornecimento de insumos estratégicos, o Governo Federal tem disponibilizado, para os Municípios de maior risco, veículos, microscópios, equipamentos de informática, bem como aspersores para a aplicação de inseticidas, com o objetivo de melhorar a infra-estrutura para a execução das ações de prevenção e controle.

Em relação ao controle da dengue, tem sido priorizada a efetivação de ações intersetoriais que possam contribuir para a redução da infestação por Aedes aegypti nos Municípios, como por exemplo, a articulação com a Associação Nacional de Fabricantes de Pneumáticos (ANIP), o que tem contribuído efetivamente para reduzir a importância dos pneus como criadouros preferenciais por esse vetor.

Tanto o Programa Nacional de Controle da Dengue quanto o Programa Nacional de Controle da Malária dispõem de sistemas informatizados que permitem acompanhar a evolução da incidência dessas doenças, assim como as medidas de controle implementadas. As dificuldades são comuns, ou seja, como as ações realizadas e as notificações dos casos provêm dos Municípios e dos Estados, existe uma grande dificuldade para obtê-las em tempo oportuno. A abrangência é nacional e a notificação dos casos é quinzenal. Em relação às ações de controle executadas, a periodicidade de alimentação do sistema é mensal.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 51, referente às atividades e ao processo de seleção dos agentes de combate às endemias, é fundamental para a redução da rotatividade do pessoal que executa as ações de prevenção e controle da malária, interferindo diretamente na qualidade das ações e na redução dos custos com formação.

Recomendações

Não há recomendações.



Ministério das Cidades

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
Financiamento Imobiliário Habitacional
Fortalecimento da Gestão Urbana
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Habitação de Interesse Social
Mobilidade Urbana
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional
Saneamento Ambiental Urbano
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério das Cidades, foram utilizados R$ 8,9 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 4.586.797.155,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 2.818.228.013,58
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 7.540.347.800,00	**Realizado não orçamentário:**	R$ 6.119.666.438,43
Total previsto:	R$ 12.127.144.955,00	**Total realizado:**	R$ 8.937.894.452,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 628 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 384 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério das Cidades em 2005 a serem destacados foram:

- Aplicação de R$ 9,2 bilhões em programas habitacionais geridos pelo Ministério, em benefício de 458 mil famílias, das quais 70 % situam-se na faixa de renda até 5 salários mínimos.
- Apoio técnico e financeiro a 143 municípios para elaboração dos Planos Diretores e realização da Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização para Planos Diretores Participativos, com a organização de núcleos estaduais da campanha em 24 estados e 45 oficinas de capacitação para 3.150 pessoas entre técnicos municipais, gestores e lideranças comunitárias e 459 credenciados para apoio à elaboração de Planos Diretores.
- Conclusão de 389 obras de melhoria dos serviços de saneamento básico em benefício de 636 mil famílias e contratação de recursos orçamentários que totalizam R$ 1,6 bilhão para intervenções na área.
- Iniciação do processo de regularização fundiária de 87.659 famílias.
- Apoio a 77 projetos de melhoria da mobilidade urbana, mormente em grandes cidades e regiões metropolitanas, totalizando R$ 123,9 milhões em investimentos, com destaque para o apoio à implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Cidade Tiradentes – na cidade de São Paulo, que atenderá 1,5 milhões de usuários, na sua maioria de baixa renda, da região leste do município.
- Transferência da administração e operação do sistema de trens urbanos de

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Salvador para a Prefeitura Municipal, cumprindo o preceito constitucional de descentralização dos sistemas ferroviários urbanos.

- Ampliação dos trechos em operação nos sistemas de trens urbanos de Recife e Belo Horizonte, implicando em número recorde de transporte de passageiros (respectivamente R$ 59,3 milhões e R$ 32,0 milhões de passageiros transportados), e empenho respectivo de R$ 140 milhões e R$ 96 milhões para investimentos nos sistemas de Fortaleza e Salvador no escopo do Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal - PPI.

Aspectos Relevantes

Dentre as dificuldades apresentadas pelo Ministério das Cidades, destacam-se a insuficiência de recursos orçamentários, a descontinuidade no fluxo de recursos financeiros e a grande pressão financeira decorrente do elevado volume de restos a pagar de exercícios anteriores, muitas vezes provocada pela baixa capacidade de execução de suas unidades ou mesmo pela aprovação dos créditos suplementares em tempo não hábil. Tais ocorrências prejudicaram fortemente o planejamento e gestão das ações, provocando inadimplência, aumento de custos, atraso e até paralisação de obras, sobretudo, aquelas contratadas em exercícios anteriores.

No que se refere aos recursos onerosos, a principal restrição constatada remete à liberação tardia pelo Conselho Monetário Nacional dos limites anuais de contratação de recursos onerosos administrados pela União com mutuários públicos. Esta foi efetivada apenas no final de 2005 (Resolução CMN nº 3331/2005), inviabilizando a efetivação de muitos contratos no exercício.

A execução das intervenções propostas pelo órgão também foi prejudicada por dificuldades na realização de licitações, celebração de contratos e convênios. Em grande medida, isso ocorreu por motivo de inadimplência dos entes federativos que acessam os recursos, sobretudo no que tange à regularidade fiscal e previdenciária, ou mesmo por conta de sua baixa capacidade institucional para apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor para descentralização dos recursos.

Outra dificuldade é a dispersão de recursos imposta pelo grande número de emendas parlamentares introduzidas na programação do Ministério. Muitas vezes, elas são referentes à localidades não compreendidas entre as prioridades estabelecidas, se sobrepõem à outras iniciativas do órgão, ou mesmo não possuem projetos básicos necessários à implementação das obras. Em alguns programas, a magnitude das emendas parlamentares atinge quase a totalidade dos recursos disponíveis, dificultando o planejamento das iniciativas e comprometendo a qualidade do gasto público.

No sentido de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei Orçamentária 2005, um Manual de Orientação aos Parlamentares para informar sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. Com a iniciativa, foram observadas melhorias na adequação das emendas às ações propostas e na observância de valores mínimos para aquelas destinadas a investimentos.

Cabe salientar ainda a dificuldade enfrentada pelo Ministério das Cidades

quanto à negociação com os entes federados no que diz respeito aos convênios de descentralização dos sistemas metroviários, especialmente em Recife e Belo Horizonte. Esta indefinição obrigou que, no caso de Recife, não fossem destinados recursos para a continuação das obras no exercício de 2006, ficando a obra fora do rol de ações contempladas pelo PPI.

Destacam-se ainda problemas relativos à insuficiência de recursos materiais, infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras dos programas. Essa constatação é atestada não apenas no Ministério das Cidades, mas também nos entes federativos parceiros na execução das ações. Na tentativa de amenizar o problema, foi realizada seleção pública de profissionais para compor o quadro interno do Ministério das Cidades. Entretanto, em função dos baixos salários oferecidos, espera-se grande rotatividade da equipe, impedindo a formação de um quadro qualificado para acompanhamento e implementação das ações.

Cabe ressaltar que muitas iniciativas do Ministério das Cidades têm caráter de execução plurianual. Envolvendo a execução de obras de engenharia complexas, nas quais são exigidas licenciamento ambiental, elaboração de projetos básicos e executivos, elas demandam maior tempo e apresentam inúmeras variações. Assim, em alguns casos, não se pode esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. Além disso, o Ministério das Cidades, ao trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua conclusão, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física de muitas de suas ações precede a liquidação financeira das mesmas.

Recomendações

- Implementação dos Comitês Gestores para os programas multissetoriais, no sentido de permear maior coordenação entre suas ações e seus órgãos executores.
- Revisão dos indicadores dos programas considerando o requisito de mensurabilidade.
- Promoção de maior coordenação entre as ações da Secretaria de Mobilidade Urbana, da Companhia Brasileira de Transporte Urbano (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb).

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério das Cidades.

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte

Objetivo

Apoiar a implantação e/ou adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, por meio de obras ou ações que não se enquadrem nas ações típicas de outros programas.

Público-Alvo

População urbana de Municípios com mais de 100.000 habitantes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 386.682.960,00	Empenho Liquidado: R$ 161.925.760,00 Pago estatais: - Total: R$ 161.925.760,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

O programa não possuía indicadores.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a baixa qualidade da infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, fato que prejudica o desenvolvimento sustentável local.

Principais Resultados

Empenho de R$ 161.925.760,00 para o apoio a 181 projetos associados à melhoria de infra-estrutura urbana, em 181 municípios com população superior a 100 mil habitantes. Estima-se que 107.333 famílias serão beneficiadas após a conclusão dos projetos contratados.

- Os resultados foram abaixo do esperado, sobretudo porque os recursos alocados foram demasiadamente pulverizados e não foram empenhados na sua totalidade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa, concebido pelo Congresso Nacional, é objeto de emendas parlamentares que, em geral, são de pequena monta, muito diversificadas e diluídas por todo o território nacional. Além disso, suas intervenções se sobrepõem a iniciativas de outros

programas do Ministério das Cidades que, por sua vez, não tem competência para definir quais Municípios serão beneficiados, submetendo-se à seleção de emendas realizada pela Presidência da República em conjunto com os respectivos parlamentares autores. Esses fatos, portanto, dificultam o melhor aproveitamento dos recursos do programa, no sentido de compatibilizá-los com as políticas específicas direcionadas ao combate do déficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras.

Com o intuito de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação, pelo Congresso Nacional, do PL da LOA 2005, o Manual de Orientação aos Parlamentares, para informar sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. A iniciativa, entretanto, não obteve êxito no programa em tela e a implementação do programa foi prejudicada por descontinuidades e insuficiência no fluxo de recursos, que provocaram paralisações freqüentes das obras e o encarecimento dos serviços. Também foi prejudicial a pressão financeira exercida por restos a pagar de exercícios anteriores, que comprometeu boa parte dos recursos disponíveis. Destacam-se, ainda, dificuldades concernentes à celebração de licitações, contratos e convênios, permeadas pela baixa capacidade técnica e pelo elevado nível de inadimplência dos Municípios, além da lentidão no processo de licenciamento ambiental, por conta da precária estrutura dos órgãos de meio ambiente competentes.

Finalmente, constatou-se que a infra-estrutura e a quantidade de recursos humanos foram inadequadas para a implementação do programa. Para solucionar esta última deficiência, realizou-se concurso público para a contratação de pessoal.

Outros Aspectos Relevantes

As iniciativas de melhoria de infra-estrutura urbana são, em geral, plurianuais, uma vez que envolvem, via de regra, a execução de obras de engenharia, para as quais se exigem, previamente, o licenciamento ambiental, a contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo e apresentam inúmeras variações. Nesse contexto, é ilusório esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Na verdade, a apuração da execução física deveria ser feita em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Tampouco parece adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções, efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana só beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito, é importante destacar que o Ministério das Cidades trabalha mediante contratos de repasse e, portanto, somente efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua execução física ter sido aferida pela Caixa Econômica Federal. Logo, a execução física precede a financeira, o que pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, deve-se destacar que não houve execução física significativa das ações de responsabilidade do Ministério com recursos da LOA 2005.

Recomendações

Não há recomendações.

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte

Objetivo

Apoiar a adequação urbana por meio de adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive adequação de vias para sistemas motorizados e não motorizados.

Público-Alvo

População urbana de municípios com até 100 mil habitantes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 708.927.840,00	Empenho Liquidado: R$ 497.484.394,00 Pago estatais: - Total: R$ 497.484.394,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

O programa não possuía indicadores.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de pequeno porte, o que prejudica o desenvolvimento sustentável local.

Principais Resultados

Empenho de R$ 497.484.394,00 para o apoio a 3.071 projetos associados à melhoria de infra-estrutura urbana em 3.002 municípios com população inferior a 100 mil habitantes. Estimativa de que 331.656 famílias serão beneficiadas após a conclusão dos projetos contratados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa, concebido pelo Congresso Nacional, é objeto de emendas parlamentares que, em geral, são de pequena monta, muito diversificadas e diluídas por todo o território nacional. Suas intervenções se sobrepõem a outras iniciativas de outros programas do Ministério das Cidades. Além disso, a definição dos Municípios beneficiados está fora da alçada do Ministério, associando-se à seleção de emendas realizada pela Presidência da República em conjunto com os respectivos parlamentares que as propuseram. Tais fatos dificultam o melhor aproveitamento dos recursos do programa, no sentido de compatibilizá-los com

as políticas específicas, direcionadas ao combate do déficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras. Com o intuito de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação pelo Congresso Nacional do PL da LOA 2005, um Manual de Orientação aos Parlamentares, informando sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. A iniciativa, entretanto, não obteve êxito no programa em tela. A implementação do programa foi prejudicada por descontinuidades e insuficiência no fluxo de recursos, que provocaram paralisações freqüentes das obras e encarecimento dos serviços. Também foi prejudicial a pressão financeira exercida por restos a pagar de exercícios anteriores, que comprometeu boa parte dos recursos disponíveis. Destacam-se, ainda, dificuldades concernentes à celebração de licitações, contratos e convênios, permeadas pela baixa capacidade técnica e elevado nível de inadimplência dos Municípios, além da lentidão no processo de licenciamento ambiental, por conta da precária estrutura dos órgãos de meio ambiente competentes. Finalmente, constatou-se que a infra-estrutura e a quantidade de recursos humanos foram inadequadas para a implementação do programa. Para solucionar esta última deficiência, foi realizada a contratação de pessoal por meio de concurso público.

Outros Aspectos Relevantes

As iniciativas de melhoria de infra-estrutura urbana são predominantemente plurianuais, uma vez que envolvem, via de regra, a execução de obras de engenharia, para as quais é previamente exigido o licenciamento ambiental e a contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia. Estes aspectos demandam tempo e apresentam inúmeras variações. Nesse contexto, é imprudente esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. A apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não parece adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções, efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana só beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito, é importante destacar que o Ministério das Cidades, por trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal. Logo, a execução física precede a financeira, o que pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, deve destacar-se que não houve execução física significativa das ações de responsabilidade do Ministério com recursos da LOA 2005.

Recomendações

Não há recomendações.

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Objetivo

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir sua gestão para os governos locais.

Público-Alvo

População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.001.604.704,00	Empenho Liquidado: R$ 781.637.206,58 Pago estatais: - Total: R$ 781.637.206,58

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 79,15% em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 88,9%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Ainda não foram iniciadas negociações para a descentralização dos sistemas de Natal, João Pessoa, Maceió e Porto Alegre e não se chegou ainda a bom termo nas negociações de Recife e Belo Horizonte. Nos três primeiros casos, é preocupante a situação atual de precariedade dos sistemas. A insuficiência dos recursos empreendidos torna a degradação dos ativos superior à atual capacidade de sua recuperação, sendo, portanto, emergencial o início de negociações que permitam alavancar os investimentos nesses sistemas, associados ao processo de regionalização.

2. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 32.023 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 96.624

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. As obras restantes que propiciariam melhorias no sistema metroviário de Belo Horizonte deverão ser concluídas em 2006, permanecendo como ponto crítico para a elevação da demanda por medidas de redução do intervalo entre viagens e a efetivação das integrações previstas com as linhas de ônibus da BH-TRANS. Já foi emitida a Licença de Operação, mas a BH-TRANS adiou a integração e o DER se posicionou contrário à integração antes da licitação do sistema metropolitano.

3. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife – PE

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 59.331 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 89.088

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. Não foram previstos recursos para investimentos neste sistema no Projeto de Lei Orçamentária 2006 encaminhado ao Congresso Nacional. Dessa forma, as obras de expansão do sistema deverão ser paralisadas a partir de janeiro de 2006, caso não haja a inclusão de recursos compatíveis com as necessidades das intervenções em andamento e o cumprimento dos compromissos assumidos nos contratos já assinados.

4. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza – CE

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 9.436 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8.856

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A inclusão da ação no Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal (PPI) assegura os recursos necessários para a implantação e modernização do sistema, possibilitando a expansão da oferta e o crescimento da demanda pelo serviço de transporte ferroviário urbano.

5. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador – BA

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 4.403 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 29.832

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. Apesar de a inclusão do sistema no PPI garantir um fluxo confiável de recursos para os investimentos previstos, o convênio de descentralização assinado entre a União, o Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador reduziu o escopo original do projeto. Desta forma, as metas inicialmente traçadas, referentes ao número de usuários do sistema, não deverão ser alcançadas.

6. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 47.250
Índice previsto ao final do PPA: 54.450

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O fluxo de recursos disponibilizados para o sistema não permite a implantação das intervenções dentro do cronograma programado.

7. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió – AL

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 1.815
Índice previsto ao final do PPA: 1.890

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O resultado correspondeu à expectativa.

8. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 2.386
Índice previsto ao final do PPA: 2.260

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O resultado correspondeu à expectativa.

9. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal – RN

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 2.409
Índice previsto ao final do PPA: 2.835

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O resultado correspondeu à expectativa.

Contextualização

Por determinação constitucional, os sistemas de trens urbanos operados pelo Governo Federal devem ser transferidos para os Estados e Municípios, facilitando a integração e gestão do sistema de transporte e sua interação com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar a descentralização, o Governo Federal realiza um programa de investimento nos sistemas, destinado à sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e qualidade dos serviços, além de melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

Principais Resultados

- Transferência da administração e operação do sistema de trens urbanos de Salvador para a Prefeitura Municipal, em 30 de novembro de 2005, em cumprimento à disposição constitucional;
- Transporte, em 2005, de 96,98 milhões de usuários nos sistemas metro-ferroviários operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), sob tarifas inferiores àquelas cobradas pelo uso de linhas de ônibus. O número de passageiros transportados foi 4,3% superior ao de 2004 e 5,2% maior quando considerada a média de passageiros transportados por dia útil (316,1 mil passageiros em 2005). Destaca-se que foi o melhor resultado anual, após a estadualização dos sistemas do Rio de Janeiro e de São Paulo, alcançando recordes históricos nos sistemas de Recife e Belo Horizonte. Para tanto, foi determinante a entrada em operação do trecho Recife-Imbiribeira no sistema de Recife e da operação plena do trecho Eldorado-Vilarinho no sistema de Belo Horizonte;
- Transporte de 47,25 milhões de passageiros no sistema de trens urbanos de Porto Alegre, operado pela Trensurb, alcançando uma média de 155,1 mil passageiros transportados por dia útil. Em relação a 2004, houve uma redução de 3% no número de passageiros transportados.

Os resultados do programa, contudo, foram abaixo do esperado. Por um lado, porque o número global de usuários transportados nos sistemas foi inferior às metas estabelecidas para 2005. Em grande medida, isso ocorreu em virtude do fluxo insuficiente e intempestivo de recursos, no exercício, para a ampliação e modernização dos sistemas, restringindo o crescimento da demanda pelos serviços. Por outro lado, porque ainda prevalecem dificuldades concernentes à descentralização dos sistemas de Natal, João Pessoa, Maceió, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A implementação do programa foi marcada por inúmeras deficiências, com destaque para o baixo cumprimento das metas físicas previstas, cujos fatores determinantes foram a insuficiência de recursos orçamentários e a descontinuidade no fluxo de recursos financeiros. A insuficiência orçamentária, bem como o seu contingenciamento, exigiram atuações intensivas e restritivas na gestão da aplicação de recursos. Ademais, o atraso no repasse dos recursos financeiros, que sempre esteve aquém dos limites orçamentários, prejudicou a evolução das ações ao gerar inadimplência e provocar o aumento dos custos pela demora na realização de pagamentos. Ainda que de forma parcial, obteve-se a ampliação do orçamento disponível, por meio de créditos aprovados no decorrer do exercício; entretanto, isso não ocorreu em tempo hábil para a sua plena aplicação. Um exemplo foi a inclusão de determinadas intervenções no Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal (PPI). A premissa era a de que essas intervenções teriam fluxo de recursos contínuo e livre das restrições dos contingenciamentos orçamentários, o que aceleraria a consecução dos investimentos.

As ações integradas ao PPI foram a implantação do trecho Eldorado-Vilarinho, do sistema metroviário de Belo Horizonte (R$ 83,6 milhões); o apoio à implantação da Linha Sul do sistema de Fortaleza (R$ 140 milhões); o apoio à implantação do trecho Lapa-Acesso Norte (R$ 72 milhões); e a modernização do trecho Calçada-Paripe (R$

24 milhões) do sistema de Salvador. No caso de Belo Horizonte, ocorreu um avanço considerável na execução física e financeira das intervenções, ao passo que nos outros sistemas, integrados ao PPI apenas no final de 2005, espera-se resultado semelhante em 2006. Além da insuficiência de recursos, foram observadas dificuldades em licitações e celebração de contratos. As constantes impugnações, os questionamentos e as solicitações de empresas concorrentes impõem atrasos na evolução das ações. Também se atestam dificuldades técnicas das empresas contratadas, em especial no que tange à qualidade dos serviços e ao cumprimento dos prazos previstos. Finalmente, é importante mencionar o problema da escassez de recursos humanos nas equipes executoras do programa, que prejudicou sobremaneira sua implementação. A avaliação da satisfação dos usuários é contemplada no programa mediante os serviços de atendimento ao usuário existentes nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, as ouvidorias e as pesquisas de opinião. Tais instrumentos pautam a implementação de melhorias nos serviços prestados aos usuários dos sistemas.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Financiamento Imobiliário Habitacional

Objetivo

Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

Público-Alvo

Famílias com renda superior a 5 salários mínimos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
-	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 2.130.000.000,00	R$ 4.372.107.315,71

Indicador(es)

1. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 1.594.931 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 1.509.002

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, pois as metas físicas programadas foram superadas em 2005.

2. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 669.275 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 633.079

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta pois as metas físicas programadas foram superadas em 2005.

3. Taxa de Domicílios Alugados com Ônus Excessivo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6,69% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 5,55%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, pois as metas físicas programadas foram superadas em 2005.

Contextualização

O déficit quantitativo habitacional brasileiro, da ordem de 6,6 milhões, implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) quanto para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. É necessário que as formas de financiamento habitacional estejam adequadas às faixas de renda das famílias, de forma a permitir o combate efetivo ao déficit.

Principais Resultados

- Atendimento a cerca de 61 mil famílias com renda de 5 a 12 salários mínimos, por meio de financiamento para aquisição de imóveis e atendimento habitacional.

Os resultados alcançados em 2005 superaram as expectativas, facilitando o acesso do público-alvo do programa à moradia. Para tanto, contribuíram as mudanças estabelecidas pela Caixa Econômica Federal nos critérios de avaliação de risco e a realização de feirões da casa própria.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As metas físicas do programa foram cumpridas de acordo com o previsto. A maioria das ações empreendidas, inclusive, superou as expectativas.. Não foram observadas restrições à implementação das ações, que dependem essencialmente da demanda espontânea de pessoas físicas por crédito para atendimento habitacional. Ressalta-se, no entanto, desempenho inferior na ação referente ao financiamento a pessoas jurídicas para construção habitacional para famílias com renda entre 5 e 12 salários mínimos. Para essa ação, houve execução financeira de apenas 5,5% dos recursos disponibilizados e atendimento de apenas 3,9% (509 famílias beneficiadas) da meta estabelecida para o exercício de 2005 (13.201 famílias beneficiadas).

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Fortalecimento da Gestão Urbana

Objetivo

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios, nas áreas de planejamento, serviços urbanos e gestão territorial.

Público-Alvo

Prefeituras municipais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 48.783.991,00	Empenho Liquidado: R$ 44.180.521,00 Pago estatais: - Total: R$ 44.180.521,00
Previsto não orçamentário R$ 555.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Municípios Consorciados para Habitação

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,2% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
Não apurado. Não foram disponibilizadas informações.

2. Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 20% em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 32%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Considerando-se o universo de cerca de 1.700 municípios com obrigatoriedade de aprovação de seus Planos Diretores até outubro de 2006 e aplicando-se o índice final do PPA de 32% em 2007, chega-se à meta de 544 municípios com Planos Diretores aprovados em 2007. Assim, em vista do quantitativo de 400 municípios beneficiados ao final de 2005, avalia-se como alta a viabilidade de alcançar o índice final do PPA em 2007, tendo em perspectiva, ainda, os efeitos irradiadores e os resultados da Campanha Nacional.

3. Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 81,5% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 86,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
Não foram disponibilizadas informações.

4. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 1,6% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 7,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foram disponibilizadas informações.

5. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: 2% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 12%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não apurado. Não foram disponibilizadas informações.

Contextualização

No Brasil, convive-se com o problema da baixa capacidade técnica e institucional para a gestão e o planejamento do desenvolvimento urbano e territorial nos Municípios, particularmente na questão do planejamento, manejo e controle do uso e ocupação do solo, dificultando o desenvolvimento urbano sustentável nas diversas regiões do país. Desse modo, as intervenções em habitação, saneamento, transporte, trânsito e mobilidade nos Municípios necessitam de apoio para o fortalecimento da gestão urbana.

Principais Resultados

- Apoio direto, técnico e financeiro, a 143 Municípios para a elaboração dos Planos Diretores;
- Realização da Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização para Planos Diretores Participativos, com a organização de núcleos estaduais da campanha em 24 Estados e 45 oficinas de capacitação, para 3.150 pessoas, entre técnicos municipais, gestores e lideranças comunitárias, incluindo 459 credenciados para apoio à elaboração de Planos Diretores.

Os resultados alcançados cumpriram a expectativa, mormente, pelo bom desempenho na elaboração dos Planos Diretores. Incluindo-se os resultados de 2005, cerca de 400 municípios já foram apoiados técnica e financeiramente. Ademais, considera-se que

as atividades de divulgação e capacitação desenvolvidas no âmbito da Campanha Nacional abarcaram, de forma indireta, os cerca de 1700 municípios que formam o universo da obrigatoriedade de Planos Diretores aprovados no prazo de outubro de 2006, conforme estabelece a Lei Federal 10.257, de 2001.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas do programa foi satisfatório. Uma restrição importante, porém, foi a inadequação do fluxo financeiro, sempre inferior às necessidades demandadas, que levou a um acúmulo de liberações no final do exercício, paralisando muitas ações e prejudicando a qualidade de sua implementação. Não obstante, as pressões financeiras decorrentes de restos a pagar de exercícios anteriores absorveram quase a totalidade dos fluxos financeiros liberados para o programa em 2005. Destaca-se, ainda, que foi frustrada a iniciativa de alocação de recursos não-orçamentários para o financiamento de Municípios, com vistas à elaboração de Planos Diretores Participativos, uma vez que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social declarou-se impossibilitado de apoiar a ação. Ademais, a implementação das ações foi fortemente comprometida por problemas de infra-estrutura inadequada, insuficiência de recursos humanos, atraso na prestação de contas dos entes federativos apoiados, dificuldades na celebração de licitações e contratos, além de dificuldades na celebração de convênios por conta de inadimplência. Ressalta-se que a maior parte dos Municípios apoiados não possui infra-estrutura institucional e capacidade técnica instalada adequada para a realização das intervenções propostas. Visando a contornar o problema de carência de recursos humanos na equipe gerencial do programa, foi realizada seleção pública de profissionais para compor o quadro do Ministério das Cidades. A implementação do programa possui mecanismos de participação social, haja vista que a validação dos Planos Diretores Participativos elaborados dá-se por meio de audiências públicas e reuniões com grupos de interesse.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 31.549.152,00	Empenho Liquidado: R$ 29.400.443,00 Pago estatais: - Total: R$ 29.400.443,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Capacitação de 178 servidores públicos federais.
- Implantação de 21% do Sistema Nacional de Informações de Desenvolvimento Urbano.
- Elaboração de 53 mapas de infra-estrutura física para o planejamento urbano e territorial.
- Elaboração de 63 estudos para o reordenamento institucional e operacional do setor de saneamento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- O cumprimento das metas físicas do programa foi abaixo do esperado. Entretanto, as principais restrições não remetem às questões de suficiência e tempestividade do fluxo de recursos, e sim às dificuldades administrativas. Dentre elas, destacam-se a insuficiência de recursos materiais, a inadequação

da infra-estrutura disponível, a dificuldade na celebração de convênios e, sobretudo, a carência de recursos humanos qualificados. Os aspectos positivos da implementação do programa concernem ao bom desempenho das ações de formulação da política nacional de desenvolvimento urbano e do sistema nacional de informações, pautadas em articulações do Ministério das Cidades com os Ministérios da Integração Nacional, do Meio-Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ademais, a execução do programa foi marcada pela constituição de comitês e grupos de trabalho que envolveram representantes de todas as Secretarias Nacionais. Finalmente, ressaltam-se as parcerias com organizações governamentais, organizações não-governamentais e entidades internacionais, com o intuito de unir esforços em busca do objetivo proposto. Muitas ações foram implementadas por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal, a Confederação Nacional de Engenheiros e Arquitetos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comunidade Virtual do Poder Legislativo e o *Lincoln Institute of Land Policy*.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Habitação de Interesse Social

Objetivo

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

Público-Alvo

Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 660.445.102,00	Empenho Liquidado: R$ 542.470.564,00 Pago estatais: - Total: R$ 542.470.564,00
Previsto não orçamentário R$ 3.290.000.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 3.378.431.399,63

Indicador(es)

1. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 3.423.190 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2.388.744

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Apesar do bom alcance das metas e da ampliação dos recursos onerosos, no exercício de 2005, os recursos destinados ao fornecimento de subsídios à habitação de interesse social ainda são insuficientes, o que pode prejudicar o alcance do índice previsto ao final do PPA.

2. Núcleo do Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 2.449.781 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2.351.825

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Apesar do bom alcance das metas e da ampliação dos recursos onerosos, no exercício de 2005, os recursos destinados ao fornecimento de subsídios à habitação de interesse social ainda são insuficientes, o que pode prejudicar o alcance do índice previsto ao final do PPA.

3. Taxa de Domicílios Alugados com Ônus Excessivo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 39,55 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 20,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Apesar do bom alcance das metas e da ampliação dos recursos onerosos, no exercício de 2005, os recursos destinados ao fornecimento de subsídios à habitação de interesse social ainda são insuficientes, o que pode prejudicar o alcance do índice previsto ao final do PPA.

Contextualização

O déficit quantitativo habitacional brasileiro, da ordem de 6,6 milhões, implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) quanto para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílios com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. A produção de moradias dotadas de infra-estrutura,, para a população com renda até 5 salários mínimos – segmento que concentra 92% do déficit habitacional –, constitui um desafio a ser superado.

Principais Resultados

- Atendimento a 251.832 famílias com faixa de renda até 5 salários mínimos, por meio de linhas de financiamento para aquisição e construção da casa própria;
- Atendimento a 33.991 famílias com faixa de renda até 6 salários mínimos, por meio de ações de arredamento residencial, das quais cerca de 20 mil possuem renda de até 4 salários mínimos;e
- Atendimento a 12.707 famílias com faixa de renda de até 3 salários mínimos, por meio de apoio aos entes públicos para a construção habitacional.

O resultado do Programa foi satisfatório, tendo em vista a boa cobertura do seu público-alvo. Do total de famílias beneficiadas com a aplicação de recursos onerosos e não-onerosos para fins habitacionais do Governo Federal, 46,16% foram destinados às famílias com renda até 3 salários mínimos e 24,44 % beneficiaram aquelas com renda entre 3 e 5 salários mínimos, totalizando uma parcela de 70,60% do total de beneficiários, situada dentro do público-alvo do programa (faixa de renda até 5 salários mínimos). Em 2002, essa faixa de beneficiários correspondia a apenas 57% do total. Isto demonstra, portanto, o crescimento do volume investido em favor das classes de menor renda.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações destinadas ao financiamento de pessoas físicas, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) garantiram o bom desempenho do Programa e o alcance de suas metas físicas. A principal restrição à implementação do Programa, contudo, concerne à composição das fontes de financiamento, em que se observa um desequilíbrio entre as fontes onerosas (FGTS, Fundo de Desenvolvimento Social,

Fundo de Arrendamento Residencial) e não-onerosas (Orçamento Geral da União). As fontes onerosas representam 86,6% do total dos recursos para habitação; não há uma contrapartida adequada de recursos orçamentários destinados à provisão de subsídios habitacionais e ao apoio aos governos estaduais e municipais, que permitam maior direcionamento dos investimentos à população de menor renda. A principal providência adotada nesse sentido foi a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), por intermédio dos quais se espera aprimorar a matriz de financiamento ao setor. Atendendo às diretrizes estabelecidas pelo SNHIS, foram revisados os critérios para a concessão de subsídios com recursos do FGTS, direcionando-os ao atendimento de famílias na faixa de renda de até 5 salários mínimos. Passou-se, também, a considerar a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis, de acordo com o porte e a localização dos Municípios, o que potencializou as parcerias com Estados e Municípios e ampliou o acesso à moradia dos cidadãos de menor renda.

Um fator prejudicial foi a descontinuidade dos fluxos financeiros para o programa. A irregularidade, sobretudo no que se refere ao fluxo de recursos orçamentários, provocou atrasos e paralisações de obras contratadas em exercícios anteriores. Houve, ainda, problemas relativos à insuficiência de recursos materiais, infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras. No tocante aos recursos humanos, foi realizada seleção pública de profissionais para compor o quadro do Ministério das Cidades, com o que se espera solucionar o problema.

Por fim, deve-se destacar que o Programa de Habitação de Interesse Social é amparado por mecanismos de participação social, efetivada por reuniões com grupos de interesse, em que atuam entidades governamentais, associações de empresas, associações civis e movimentos sociais.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Equalizar os subsídios oferecidos por intermédio do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e da Resolução 460 do FGTS. Em função da diferença entre os subsídios oferecidos pelo PSH e pelo FGTS, prevalece, atualmente, uma tendência dos Municípios em desistir do acesso ao PSH, optando por pleitear acesso aos subsídios oferecidos pelo FGTS.

Mobilidade Urbana

Objetivo

Promover o aumento da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

Público-Alvo

População urbana nas metrópoles e grandes cidades.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 340.406.222,00	Empenho Liquidado: R$ 123.870.570,00 Pago estatais: - Total: R$ 123.870.570,00
Previsto não orçamentário R$ 3.396.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Coeficiente de Mobilidade Urbana

Unidade de medida: Viagens ao dia/habitante
Último índice apurado: 1,5 em janeiro de 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurado. O indicador está sendo aperfeiçoado para que possa medir o impacto de ações localizadas. Para tanto, estrutura-se uma base de dados que permita superar as insuficiências de informações e construir indicadores de acessibilidade.

Contextualização

A ocupação das cidades, de forma irracional e socialmente excludente, e a deficiência e incapacidade do poder público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas vêm gerando uma redução expressiva na mobilidade e acessibilidade urbana. Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários de veículos não motorizados e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos. Os serviços de transportes urbanos apresentam sérias deficiências, entre elas: problemas relativos

ao planejamento, à gestão e utilização de tecnologias; inadequação do uso das vias; inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura; e inacessibilidade do uso dos transportes coletivos pela população de baixa renda, devido à incompatibilidade dos valores tarifários municipais com a renda da população.

Principais Resultados

- Apoio à implantação (em curso) do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Cidade Tiradentes, na cidade de São Paulo. O Corredor atenderá 1,5 milhões de usuários, na sua maioria de baixa renda, da região leste do Município, reduzindo o tempo médio de viagem de 130 para 70 minutos;
- Apoio a 63 projetos de melhoria do transporte coletivo urbano, que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para a população; e
- Apoio a 11 projetos de sistemas de circulação não-motorizada.

Os resultados alcançados ficaram muito abaixo do previsto, sobretudo porque os recursos alocados no orçamento da União, para financiar a infra-estrutura de circulação urbana, com vistas à melhoria da mobilidade, estão aquém da demanda dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Logo, não houve cobertura adequada do público-alvo do Programa

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa não cumpriu satisfatoriamente as metas físicas, apresentando baixo índice de aproveitamento. Os fatores que determinaram o mau desempenho consistem na insuficiência dos recursos orçamentários e na baixa aplicação dos recursos não-orçamentários. Na sistemática de seleção para repasse de recursos de 2005, foram recebidas 1.914 cartas-consulta, mas os recursos orçamentários permitiram o atendimento a apenas 64 projetos (aproximadamente 3,3% do total). A demanda total de recursos solicitados foi de R$ 2.282.651.515,00 . Deve-se ressaltar que dos 123,8 milhões aplicados no programa, apenas R$ 12,8 milhões remetiam a recursos livres, sendo o restante proveniente de emendas parlamentares e do crédito extraordinário direcionado ao apoio ao Corredor Expresso de Transporte Coletivo de São Paulo (R$ 75 milhões). Dessa forma, parte significativa das realizações foge ao objetivo e ao público-alvo do Programa, concebidos conforme as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana Sustentável do Governo Federal.

No que tange às ações não-orçamentárias, o Programa de Financiamento de Infra-Estrutura de Transporte Coletivo Urbano (PRÓ-TRANSPORTE), com recursos do FGTS, e a linha de Financiamento ao Transporte de Massa, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foram iniciativas frustradas. A execução dos financiamentos foi restringida pelo limite de crédito ao setor público estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que impediu a aplicação de cerca de R$ 3,4 bilhões em projetos associados a intervenções de melhoria da mobilidade urbana. A principal providência adotada foi a excepcionalidade, junto ao Ministério da Fazenda, de recursos do FAT, da ordem de R$ 300 milhões, para o financiamento de infra-estrutura de circulação urbana, que deverão ser aplicados apenas em 2006.

Outras restrições observadas dizem respeito à inadequação da infra-estrutura disponível para a equipe gerencial do programa, à qualificação insuficiente dos recursos humanos existentes e à dificuldade na celebração de licitações e contratos. Como tentativa de sanar o problema dos recursos humanos, destaca-se a recente contratação de profissionais, por meio de Plano de Consolidação de Carreira (PCC) Ainda assim, deve-se alertar que a iniciativa esbarra na dificuldade de formação de quadros qualificados e permanentes de pessoal, dada a grande rotatividade dos profissionais contratados em regime de PCC, sobretudo por causa da baixa remuneração oferecida neste tipo de contratação.

Por fim, vale lembrar que o programa apresenta mecanismos de participação social, haja vista que suas ações e a discussão, em andamento, da Lei de Mobilidade Urbana Sustentável passam pelo Comitê de Mobilidade e Transporte Urbano do Conselho das Cidades.

Outros Aspectos Relevantes

- Na revisão do PPA de 2005, para o ano de 2006, foram excluídas as ações pouco significativas e de baixa realização, restando apenas aquelas tidas como estruturadoras do Programa (Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano; Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados; Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano; Gestão e Administração do Programa), e a ação originária de crédito extraordinário de 2005, associada ao apoio ao Corredor Expresso Pq. Dom Pedro-Cid.Tiradentes, em São Paulo, que se deve estender para 2006 e 2007.
- Em relação às boas práticas de gestão, destaca-se a identificação dos Municípios brasileiros com boas práticas associadas ao cumprimento das Leis nº 10.048 e 10.098, que tratam dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, especificamente no que tange a sua mobilidade nas cidades.

Recomendações

- Aperfeiçoar a matriz de financiamento do Programa, a partir da inclusão de ação não-orçamentária, lastreada com recursos do FAT, direcionada às cidades com população superior a 100 mil habitantes e voltada à concessão de empréstimos limitados ao dobro do valor da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), para melhorias na infra-estrutura da mobilidade urbana local.

Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H

Objetivo

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda..

Público-Alvo

Profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas, que compõem a cadeia da construção civil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 1.560.582,00	Empenho Liquidado: R$ 871.796,00 Pago estatais: - Total: R$ 871.796,00
Previsto não orçamentário R$ 350.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Qualidade dos Materiais e Componentes da Construção Civil

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 83,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 87,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Baixa. O indicador é obtido a partir da média dos indicadores de conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs). Novos PSQs podem ser inseridos na Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), sem que possuam indicador de conformidade setorial apurado, ou então, quando apurados, tendam a apresentar valores inferiores aos almejados. Essa dinâmica pode levar a um resultado global abaixo da meta.

2. Taxa de Desperdício de Materiais e Componentes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25% em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 22%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurado. Na avaliação do PPA, referente ao exercício de 2004, observou-se que o indicador não representava corretamente os resultados das ações desenvolvidas no âmbito do PBQP-H, além de ser um indicador de alta complexidade de obtenção, motivo pelo qual não pôde ser mensurado durante o ano de 2005.

Contextualização

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno imediato prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais, no país, tem-se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, se comparado a outros setores industriais.

Principais Resultados

- Aumento gradual no indicador de conformidade setorial dos materiais integrantes da cesta básica do PBQP-H, de 80,6%, em 2004, para 83,1%, em 2005.
- Aumento do número de empresas de serviços e obras com atestado de qualificação e/ou avaliação da conformidade pelo Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC/PBQP-H), aumentando de 1227 empresas, em 2004, para 1307 empresas, em 2005.
- Assinatura do Termo de Adesão dos Estados do Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais ao PBQP-H, totalizando 24 Estados aderidos ao programa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A insuficiência dos recursos orçamentários e a intempestividade do seu fluxo foram os principais fatores que limitaram o cumprimento das metas físicas do programa. Em 2005, os recursos orçamentários liberados e efetivamente transferidos corresponderam a apenas 40% do inicialmente previsto, além de terem sido transferidos depois de sete meses do início de 2005, comprometendo o planejamento inicial de execução física de 2005. As ações que sofreram maior prejuízo remetem ao Apoio a Projetos de Assistência Técnica à Autoconstrução e ao Mutirão e à Implantação do Sistema Nacional de Aprovação Técnica (SINAT). Em relação às intervenções não orçamentárias, não foi precisado o desempenho da ação de Cooperação para Formação e Requalificação de Profissionais da Construção Civil, apesar de admitir-se impacto considerável das atividades do PBQP-H sobre os investimentos do setor privado com esta finalidade. Tendo em vista as dificuldades mencionadas, a atuação do programa focalizou a articulação com Estados e Municípios e a continuidade de ações que se encontram institucionalizadas na Coordenação Geral, tais como o Projeto de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos e o Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC). A implementação do PBQP-H também foi comprometida pela inadequação de recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis em sua gerência. Foram prementes a insuficiência de equipamentos eletrônicos e de materiais de escritório, o espaço físico inadequado e a carência de mobiliário para arquivamento de documentos técnicos. Outro destaque negativo

é a quantidade limitada de recursos humanos na equipe gerencial, que conta com número insuficiente de técnicos para a realização de suas atividades. A participação do público-alvo e os mecanismos de controle social do programa apresentam-se consolidados por meio de diversas instâncias de discussão e deliberação: o Fórum de Representantes Estaduais, o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH), a Comissão Nacional de Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil, e os Encontros Nacionais de Programas da Qualidade. Além de entidades governamentais, estas instâncias congregam uma diversidade de atores da sociedade civil e do setor privado.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Objetivo

Promover a reabilitação urbana e a utilização de áreas desocupadas nos centros urbanos, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, conservando o patrimônio cultural e imobiliário e reduzindo o esvaziamento habitacional nos Municípios-sede das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belém, Salvador, João Pessoa, Natal, São Luis, Vitória e nos Municípios de Amparo/SP, Pelotas/RS, Piracicaba/SP e Terezinha/PE.

Público-Alvo

População residente ou usuária das áreas reabilitadas (nos Municípios-sede das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belém, Salvador, João Pessoa, Natal, São Luis, Vitória e nos municípios de Amparo/SP, Pelotas/RS, Piracicaba/SP e Terezinha/PE.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 35.228.235,00	Empenho Liquidado: R$ 10.844.108,00 Pago estatais: - Total: R$ 10.844.108,00
Previsto não orçamentário R$ 743.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11% em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 8,6%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Baixa. A diminuição do número de domicílios vagos nas áreas centrais não depende exclusivamente da elaboração de planos de reabilitação e da destinação de imóveis públicos para fins habitacionais, mas também da aplicação de recursos financeiros nas obras definidas pelos Planos apoiados. Até o presente momento, esses recursos são provenientes apenas de emendas parlamentares dissociadas do planejamento elaborado pelo Governo Federal e dos Municípios prioritários.

Contextualização

Convivemos, no Brasil, com um elevado déficit habitacional urbano, somado a um esvaziamento populacional, à perda da identidade cultural e à redução da vitalidade econômica e social das áreas urbanas centrais. Além disso, há disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacionais e comerciais subutilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais, que podem ser efetivamente aproveitados para contribuir com o desenvolvimento urbano.

Principais Resultados

- Conclusão de obras de reabilitação em 25 Municípios.
- Contratação de apoio técnico e financeiro para a elaboração de Planos de Reabilitação de áreas centrais em 9 Municípios-sede de regiões metropolitanas.
- Contratação de obras de reabilitação em 56 Municípios.
- Alienação de um imóvel do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) à Prefeitura de Vitória – ES, para reforma e transformação de uso (comercial em habitacional), conforme as diretrizes definidas no Plano Local de Reabilitação de Áreas Urbanas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A implementação do programa foi deficiente, marcada por baixo cumprimento das metas físicas previstas, insuficiência de recursos orçamentários e descontinuidade no fluxo de recursos financeiros. Dentre estes problemas, ressalta-se a inadequação do fluxo financeiro, sempre inferior às necessidades provenientes das demandas. Esta lógica imprime um acúmulo de liberações represadas para o final do exercício, que paralisa as ações e afeta a qualidade de sua implementação. Ademais, os recursos orçamentários para o apoio a projetos de infra-estrutura provêm de emendas parlamentares dissociadas dos Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, atendendo áreas que não abarcam Capitais e Municípios de regiões metropolitanas. Outro destaque negativo foi o desempenho da ação não-orçamentária de financiamento à infra-estrutura urbana, que apresentou execução nula. Importante mencionar os problemas de escassez de recursos humanos nas equipes gerenciais do programa, o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e as dificuldades na celebração de convênios por inadimplência dos entes, que prejudicaram sobremaneira a implementação do programa. O programa possui mecanismos de participação social, efetivada por meio de consultas públicas e reuniões com grupos de interesse. Estes instrumentos favoreceram o entendimento da estratégia de reabilitação de áreas urbanas centrais como importante mecanismo de combate ao problema do déficit habitacional nas grandes cidades.

Outros Aspectos Relevantes

Uma estratégia fundamental do programa é a sua articulação com ações de outras entidades públicas, com destaque para:

- Celebração de Convênio e Acordo de Cooperação Técnica envolvendo a União, por intermédio do Ministério das Cidades, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Cultura e do Ministério

do Turismo; o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; o Estado de Pernambuco; a Prefeitura Municipal de Olinda; e a Prefeitura da Cidade do Recife, visando à elaboração e implementação do Projeto Recife-Olinda;

- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica envolvendo o Ministério das Cidades, o Ministério da Previdência Social, a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para viabilizar a regularização fundiária e a promoção da habitação de interesse social, a partir de imóveis pertencentes ao fundo previdenciário e que se encontram subutilizados e desmobilizados pelo INSS.

Recomendações

Não há recomendações.

Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional

Objetivo

Apoiar a adequação da infra-estrutura em áreas e sítios caracterizáveis como de grande importância para o patrimônio histórico nacional e mundial.

Público-Alvo

População brasileira em geral e turistas que visitam o País.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 20.340.000,00	Emenho Liquidado: R$ 2.437.500,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.437.500,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

Observou-se o sub-aproveitamento e a degradação de bens, imóveis e sítios urbanos de valor histórico-patrimonial nacional.

Principais Resultados

Não há.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa, criado pelo Congresso Nacional, pela primeira vez obteve destinação orçamentária liberada no final de 2005 (31 de dezembro), quando foram contratadas duas operações definidas por emendas parlamentares. Entretanto, os recursos empenhados foram bem inferiores à disponibilidade orçamentária. Ademais, o programa carece de infra-estrutura adequada e quantidade suficiente de recursos humanos para sua implementação.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Saneamento Ambiental Urbano

Objetivo

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano.

Público-Alvo

População urbana de menor nível sócio-econômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 882.991.709,00	Empenho Liquidado: R$ 680.325.313,00 Pago estatais: - Total: R$ 680.325.313,00
Previsto não orçamentário R$ 2.047.997.800,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 88,6% em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 94%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Média. A viabilidade da meta foi prejudicada pela interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005. Para alcançá-la, será necessário: a) retomar, em 2006 e 2007, o volume de contratações onerosas (financiamentos) efetuadas em 2004; b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003 e 2004, de forma a agilizar a execução das obras, especialmente no Estado de São Paulo; c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos e d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento, com recursos próprios, dos investimentos em saneamento.

2. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50,9% em 30/07/2001
Índice previsto ao final do PPA: 57,9%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Média. A viabilidade da meta foi prejudicada pela interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005. Para alcançá-la, será necessário: a) retomar, em 2006 e 2007, o volume de contratações onerosas (financiamentos) efetuadas em 2004; b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003 e 2004, de forma a agilizar a execução das obras, especialmente no Estado de São Paulo; c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos e d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento, com recursos próprios, dos investimentos em saneamento.

3. Taxa de Tratamento de Esgotos Coletados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 25,6% em 30/07/2001
Índice previsto ao final do PPA: 36,2%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Média. A viabilidade da meta foi prejudicada pela interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005. Para alcançá-la, será necessário: a) retomar, em 2006 e 2007, o volume de contratações onerosas (financiamentos) efetuadas em 2004; b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003 e 2004, de forma a agilizar a execução das obras, especialmente no Estado de São Paulo; c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos e d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento, com recursos próprios, dos investimentos em saneamento.

Contextualização

Há, no Brasil, um alto índice de insalubridade ambiental em áreas urbanas, decorrente de deficiências na prestação dos serviços de saneamento ambiental e da escassez de recursos para a expansão da cobertura dos sistemas existentes, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, comprometendo sua qualidade de vida e a sustentabilidade do meio urbano.

.

Principais Resultados

- Conclusão de 389 obras de saneamento no país, beneficiando em torno de 636 mil famílias

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa foi fortemente comprometido pela estagnação das contratações de operações de crédito com recursos onerosos, os quais representam sua principal fonte. Utilizando-se recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por exemplo, foram contratados apenas R$ 15,8 milhões, de um orçamento aprovado de R$ 2,7 bilhões. Isto ocorreu em virtude dos limites anuais

de contratação com mutuários públicos regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No ano de 2005, a autorização para contratação dos recursos onerosos administrados pela União só foi efetivada em 28 de novembro de 2005 (Resolução CMN nº 3331/2005), inviabilizando a efetivação dos contratos no exercício. Outra dificuldade é a dispersão de recursos, imposta pelo grande número de emendas parlamentares introduzidas no programa, na sua maioria referentes às localidades não compreendidas entre as prioridades estabelecidas. Em algumas ações, a magnitude das emendas parlamentares atinge quase a totalidade dos recursos disponíveis, dificultando o planejamento das iniciativas e comprometendo a qualidade do gasto público. No sentido de reduzir a dispersão dos recursos, foi elaborado e divulgado, antes da apreciação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei Orçamentária 2005, um Manual de Orientação aos Parlamentares, para informar sobre as prioridades de cada programa e as condições de atendimento dos pleitos decorrentes de emendas parlamentares. Devido a essa iniciativa, foram observadas melhorias na adequação das emendas às ações propostas e na observância de valores mínimos para aquelas destinadas a investimentos. A implementação do programa foi prejudicada por descontinuidades e insuficiências no fluxo de recursos, que ocasionaram paralisações freqüentes das obras e o encarecimento dos serviços. Também foi prejudicial a pressão financeira exercida por restos a pagar de exercícios anteriores. Em vista da natureza plurianual das intervenções de saneamento, os recursos financeiros de um exercício resultam quase integralmente comprometidos com o pagamento de despesas de obras contratadas em anos anteriores. Destacam-se, ainda, dificuldades concernentes à celebração de licitações, contratos e convênios, permeadas pela baixa capacidade técnica e pelo elevado nível de inadimplência dos entes federativos, além da lentidão no processo de licenciamento ambiental, por conta da precária estrutura dos órgãos de meio ambiente competentes. Ademais, constatou-se deficiência na infra-estrutura e carência de recursos humanos para a execução e o gerenciamento do programa. Na tentativa de solucionar essa carência, realizou-se concurso público para contratação de pessoal.

Outros Aspectos Relevantes

As iniciativas de saneamento são plurianuais, pois envolvem, via de regra, a execução de obras complexas de engenharia que, por sua vez, demandam licenciamento ambiental e a contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo e apresentam inúmeras facetas e variações. Levantamento realizado pela Secretaria de Saneamento Ambiental aponta que, num universo de 1.866 intervenções de saneamento apoiadas e concluídas entre janeiro de 2002 e outubro de 2004, a duração média de execução das obras foi de 3,64 anos, aumentando para 4,9 anos quando considerado o período entre a assinatura do contrato e o início físico da intervenção. Logo, não se pode esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. A execução física deveria ser apurada, em cada exercício, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Tampouco cabe a apropriação da execução física das intervenções parcialmente, ano a ano, a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de saneamento só beneficiam a população após a sua conclusão. A esse respeito é importante destacar, ainda, que a maneira de implementar a ação determina como se deve interpretar o seu desempenho financeiro. Exemplo disso é a comparação da execução da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com a do Ministério das Cidades. A Funasa, por trabalhar

mediante convênios, adianta recursos ao executor para a implementação de cada etapa da obra, o que significa que o desembolso financeiro precede à execução física. Já o Ministério das Cidades, ao trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua conclusão, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física precede a financeira. As duas formas de trabalho para o mesmo objeto podem comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, não houve execução física significativa das ações de responsabilidade do Ministério das Cidades e da Funasa com recursos da Lei Orçamentária de 2005. Houve apenas recursos empenhados da ordem de R$ 680 milhões e desembolso de apenas R$ 61,364 milhões. No entanto, se considerados os desembolsos realizados nas rubricas de restos a pagar (R$ 172,4 milhões) e nos contratos com recursos onerosos (financiamentos FGTS e BNDES - R$ 572,5 milhões), o valor global atinge R$ 806,3 milhões.

Recomendações

- Aprimorar a composição das fontes de financiamento do programa. A maioria dos recursos programados são provenientes de fontes não orçamentárias e aplicados mediante financiamento. Como o financiamento pressupõe um bom nível de qualificação técnica da proposta, capacidade de pagamento e, principalmente, capacidade de endividamento (no caso de mutuários públicos), ocorrem distorções. A principal é a concentração dos investimentos em localidades urbanas de perfil sócio-econômico mais desenvolvido, relegando a segundo plano as áreas onde residem as populações de menor nível sócio-econômico e os Municípios menores. Há por exemplo, um nível reduzido de financiamento de iniciativas de saneamento na Região Norte do país. Este problema não é atenuado pela aplicação de recursos não onerosos, que é prejudicada pela insuficiência de recursos e pela desfocalização decorrente da priorização do atendimento de emendas parlamentares. Atualmente, a União não possui recursos livres (não oriundos de emendas parlamentares) para apoiar iniciativas de saneamento em Municípios com população superior a 30 mil habitantes, localizados fora de regiões metropolitanas.

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Objetivo

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 67.798.495,00	Empenho Liquidado: R$ 57.626.029,00 Pago estatais: - Total: R$ 57.626.029,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Coeficiente de Vítimas por Acidente de Trânsito no Brasil

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 217 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 180,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurado. Para este indicador, calculado pelo número de vítimas não fatais, por acidentes de trânsito, a cada 100 mil habitantes, os dados de 2005 ainda não foram totalizados, em razão do prazo (6 meses após o término do exercício) concedido aos Estados para o envio das informações necessárias. Todavia, os dados preliminares de 2004 fornecem um indicador de 198,39 vítimas não-fatais por acidente de trânsito a cada 100 mil habitantes. As informações ora divulgadas não incluem os seguintes Estados: Amapá (AP), Amazonas (AM), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), que ainda não enviaram as informações de 2004.

2. Coeficiente de Acidentes de Trânsito

Unidade de medida: 1/10.000
Último índice apurado: 96,20 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 82,40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Para este indicador, calculado pelo número de acidentes de trânsito com vítimas em cada 10 mil veículos registrados, os dados de 2005 ainda estão sendo apurados, em razão do prazo (6 meses após o término do exercício) concedido aos Estados para o envio das informações necessárias. Todavia, os dados preliminares de 2004 fornecem um indicador de 71 acidentes com vítimas a cada 10 mil veículos registrados. As informações ora divulgadas não incluem os seguintes Estados: Amapá (AP), Amazonas (AM), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), que ainda não enviaram as informações de 2004.

3. Coeficiente de Mortalidade por Acidente de Trânsito

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 11,6 em 2001
Índice previsto ao final do PPA: 8,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Para este indicador, calculado pelo número de mortes por acidente de trânsito a cada 100 mil habitantes, os dados de 2005 ainda estão sendo apurados, em razão do prazo (6 meses após o término do exercício) concedido aos Estados para o envio das informações necessárias. Todavia, os dados preliminares de 2004 fornecem um indicador de 9,5 mortes para 100 mil habitantes. As informações ora divulgadas não incluem os seguintes Estados: Amapá (AP), Amazonas (AM), Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), que ainda não enviaram as informações de 2004.

Contextualização

O Brasil é um dos recordistas mundiais de acidentes de trânsito. O problema se reflete em índices como a taxa de mortes por 10 mil veículos, que no país atinge 6,80, enquanto que em países desenvolvidos, como o Japão e a Alemanha, não atinge 1,50. Isso demonstra a real periculosidade do trânsito no país, que ocasiona elevadíssimas perdas individuais, sociais e econômicas, constituindo alto prejuízo para a sociedade. Em estudo realizado pelo IPEA, com o objetivo de quantificar com mais precisão quais são os custos relacionados aos acidentes de trânsito, chegou-se à estimativa de um custo anual de R$ 5,3 bilhões, cerca de 0,4% do PIB do país, somente nos 50 maiores aglomerados urbanos. Esse valor sobe consideravelmente – estima-se que chegue a R$ 10 bilhões – caso sejam considerados os custos dos acidentes rodoviários. No ano de 2001, ocorreram 307.287 acidentes com vítimas no país, resultando em 20.039 vítimas fatais e 374.557 não fatais.

Principais Resultados

- Capacitação de 1.931 profissionais de trânsito, em 965 Municípios, para a execução de atividades de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação, administração de trânsito e avaliação de condutores.

- Incorporação de 212 municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, em 2005, totalizando 708 municípios integrados.
- Atualização e manutenção dos sistemas "Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH" e "Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM", que foram consultados, aproximadamente, 67 e 166 milhões de vezes, respectivamente, no ano de 2005.

O programa atingiu o desempenho esperado no que tange aos resultados, com destaque para a boa cobertura do seu público alvo.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em geral, a implementação do programa foi positiva, tendo sido constatada suficiência e tempestividade do fluxo de recursos. Entretanto, observou-se baixo desempenho das ações com recursos descentralizados (5162 – "Implantação e Integração de Sistemas de Dados e Informações do SNT"; 4408 – "Melhoria da Fiscalização de Trânsito pelos Órgãos do SNT"; 4406 -, "Sistema de Atendimento ao Usuário"; e 8487 -, "Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes de Trânsito"). Estas apresentaram baixo aproveitamento dos recursos liberados, por conta de fatores como a inadimplência dos entes federativos que realizaram os pleitos, a morosidade na adequação dos projetos e a realização de propostas que fugiam ao escopo pretendido no programa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

Objetivo

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, integrando-os ao tecido urbano da cidade e reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária.

Público-Alvo

Famílias de baixa renda, moradoras de assentamentos humanos precários.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 314.622.989,00	Empenho Liquidado: R$ 268.655.548,00 Pago estatais: - Total: R$ 268.655.548,00
Previsto não orçamentário R$ 820.000.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 562.516.081,64

Indicador(es)

1. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais nas Áreas Urbanas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 4,23% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 2,82%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurada. O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável, seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, devido à própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

2. Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária, ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 3,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

3. Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 40,4% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 28,25%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurada. O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável, seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

4. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais nas Áreas Urbanas.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 15,8% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 6,59%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não apurada. O indicador foi retirado dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro com microdados do censo demográfico. Neste, caso, foi utilizado o censo realizado em 2000. Para que se possa ter novamente um dado oficial comparável, seria necessário aguardar o próximo censo. Embora o indicador seja adequado, no que diz respeito ao objetivo proposto, ele não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções do programa, que levam mais de 18 meses para serem concluídas e surtirem efeitos na população beneficiária. Ademais, o indicador é prejudicado pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

Contextualização

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações: carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios), adensamento excessivo (2 milhões de domicílios), indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios) e inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhão de domicílios).

A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa do que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos à vida da população, agressão à natureza e custos adicionais à economia.

Principais Resultados

- Contratação de R$ 141,7 milhões para o apoio à urbanização e melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, em benefício de cerca de 15 mil famílias.
- Contratação de uma proposta de financiamento ao poder público no valor de R$ 180 milhões, para a urbanização de assentamentos precários, em benefício de 15 mil famílias.
- Atendimento de cerca de 72.500 famílias, no âmbito dos financiamentos a pessoas físicas, para a melhoria habitacional (Carta de Crédito/Material de Construção).
- Início do processo de regularização fundiária de 87.659 famílias.
- Apoio a 34 Municípios na elaboração de planos municipais de redução de riscos em assentamentos precários.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em termos gerais, o cumprimento das metas físicas do programa ficou aquém do previsto. Para tanto, foram determinantes a insuficiência e o contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros. O público-alvo do programa, famílias em assentamentos precários, necessita de investimentos realizados, primordialmente, por intermédio do setor público e com grande parcela de subsídio, o que torna os recursos orçamentários insuficientes frente às necessidades. Além disso, a intempestividade do fluxo financeiro, em especial nos primeiros meses do ano, prejudica sobremaneira a execução das ações, provocando atraso no andamento das obras. O aproveitamento dos recursos orçamentários do programa também foi prejudicado pela sua tramitação no Congresso Nacional. Em que pese o benefício da ampliação dos recursos por intermédio das emendas parlamentares, o planejamento e a execução das ações passam a ficar condicionados a pequenos valores, que não permitem a implementação de ações mais efetivas e que são destinados a Municípios previamente identificados (recursos carimbados), que muitas vezes não concentram os maiores déficits habitacionais, não permitindo, assim, a reversão das desigualdades regionais no acesso à moradia adequada. Ressalta-se, ainda, que a aplicação de recursos não orçamentários não cumpriu o esperado, mormente porque a ação de financiamento de Estados e Municípios para a urbanização de assentamentos precários teve baixo desempenho. Isto ocorreu em função das restrições de crédito ao setor público, associadas ao reduzido limite de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, resultando que somente tenham sido selecionados para contratação menos de 1/3 dos recursos disponíveis. Esses recursos foram remanejados para o financiamento direto de pessoas físicas, uma vez que não houve medida para flexibilizar as limitações de crédito ao setor público. A execução do programa foi marcada por problemas de insuficiência de recursos materiais, infra-estrutura inadequada, escassez e baixa qualificação dos recursos humanos disponíveis, dificuldades na celebração de convênios por inadimplência dos entes e lentidão no processo de licenciamento

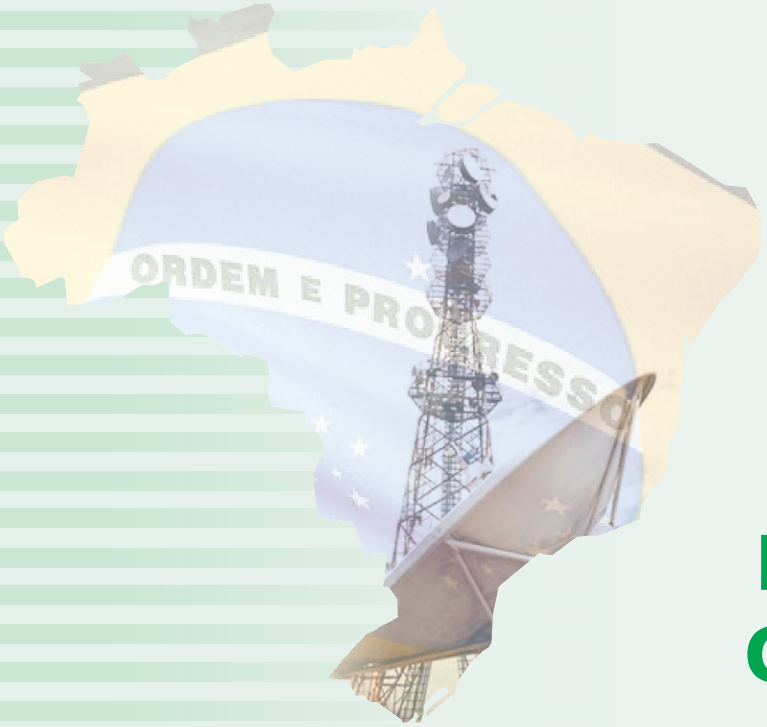
ambiental. Para minorar a carência de recursos humanos do programa, o Ministério das Cidades realizou concurso público em 2005. A execução do programa é pautada por mecanismos de participação social. São realizadas reuniões com as comunidades beneficiárias, com o objetivo de contribuir com a elaboração, aprovação, concepção dos projetos e fiscalização da execução das obras. Isto ocorre, em especial e com maior intensidade, nas ações "Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários/ Habitar–Brasil", "Papel Passado", "Apoio à prevenção e erradicação de riscos" e "Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/ PROSANEAR)".

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.



Ministério das Comunicações

Aprimoramento dos Serviços Postais
Gestão da Política de Comunicações
Inovação Tecnológica em Telecomunicações
Oferta dos Serviços de Telecomunicações
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica
Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério das Comunicações, foi utilizado R$ 1,3 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 4.079.735.903,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 1.368.474.602,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 4.079.735.903,00	**Total realizado:**	R$ 1.368.474.602,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 104,5 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 58,1 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério das Comunicações em 2005 a serem destacados foram:

- Ampliação da rede de atendimento, levando diversos Municípios a prestação de serviços postais básicos.
- Desenvolvimento do projeto Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTV).
- Realização de 282,3 mil ações de fiscalização na vertente de telecomunicações.
- Concessão de 56 outorgas no Serviço Telefônico Fixo Comutado, TV por Assinatura e Serviço Móvel Pessoal.
- Concessão de 1.008 outorgas na vertente de comunicação eletrônica.

Aspectos Relevantes

A principal restrição encontrada pelo Ministério das Comunicações (MC) está relacionada á execução dos recursos previstos no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Existe um impasse legal com relação à meta de universalização dos serviços de telecomunicações com recursos do FUST. A Lei Geral de Telecomunicações (LGT), por exemplo, não permite a aplicação dos recursos do FUST para disponibilização de acesso à Internet, a não ser mediante serviços prestados em regime público. Esses serviços atualmente são prestados apenas pelas operadoras do Sistema de Telefonia Fixa Comutada (STFC). Dado o

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

impasse, ou se modifica a LGT ou se perpetua a impossibilidade de utilização dos recursos do FUST .

Outro problema característico ao MC refere-se à força de trabalho disponível. O número de servidores está muito aquém da monta ideal para atingimento eficaz de suas atividades. Além disso, a falta de espaço físico, mobiliário e equipamentos adequados são outros problemas relacionados à estrutura do Ministério.

Recomendações

- Exclusão do programa "Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica". Propõe-se a aglutinação dos indicadores do programa "Universalização dos Serviços de Telecomunicações" em duas vertentes: telefonia e redes digitais.
- O Poder Executivo necessita sensibilizar o Congresso Nacional para promover a reformulação da Lei que instituiu o FUST e da Lei Geral de Telecomunicações para que possam ser removidos os entraves legais que impedem a promoção da universalização dos serviços de telecomunicações mediante utilização dos recursos legalmente arrecadados.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações.

Aprimoramento dos Serviços Postais

Objetivo

Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais, por meio da manutenção, ampliação e modernização da infra-estrutura de atendimento e de produção e distribuição.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 313.447.367,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 231.083.564,00 Total: R$ 231.083.564,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Percepção dos Clientes em Relação a sua Expectativa na Atividade de Atendimento

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 89,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foi considerada média a viabilidade de alcance do índice do indicador. A diferença entre o índice alcançado e o índice de referência se manteve dentro da margem de erro de 5% da pesquisa.

2. Percepção dos Clientes em Relação a sua Expectativa na Atividade de Distribuição

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 92,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foi considerada alta a viabilidade de alcance do índice do indicador. A diferença entre o índice alcançado e o índice de referência se manteve dentro da margem de erro de 5% da pesquisa.

3. Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 Habitantes, com Atendimento Local

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 78,59 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foi considerada média a viabilidade de alcance do índice do indicador. A diferença entre o índice alcançado e o índice de referência se manteve dentro da margem de erro de 5% da pesquisa.

4. Taxa Populacional com Distribuição Postal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 81,02 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 85,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apresentado reflete o resultado de 2004, devido à não-apuração do resultado em 2005. A tendência para o índice é crescente, porém a apuração final para 2005 ainda não foi concluída.

Contextualização

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, prioritariamente aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade.

Dessa forma a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais, implementada por meio de projetos e atividades vinculadas ao programa Serviços Postais, visam a proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

Principais Resultados

A ECT procurou intensificar as suas ações sociais para uma melhor atuação como agente da política governamental. Para elevar o grau de satisfação da população na prestação de serviços postais, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- ampliação da rede de atendimento, levando a diversos Municípios a prestação de serviços postais básicos.
- acesso à movimentação bancária, por meio do Projeto Banco Postal, que possibilitou a utilização de créditos para a aquisição de bens de consumo.
- intensificação das obras para melhoria de atendimento e distribuição.

É importante fazer referência ao projeto Banco Postal, realizado em parceria com o Bradesco, em que a execução das metas acordadas foi cumprida integralmente.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com o objetivo de levar os serviços postais básicos a todos os distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, a ECT levou os serviços postais básicos a mais 152 distritos, até então desprovidos. Vale ressaltar que a Empresa enfrentou dificuldades no cumprimento das atividades, a saber: suspensão da celebração de convênios com a iniciativa privada para instalação de Agências de Correios Comunitárias (AGCs), por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e alegação recorrente das prefeituras quanto à dificuldade no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que as obriga a manter despesa com pessoal dentro do limite estabelecido e apresentar a documentação exigida à regularidade fiscal.

A realização física ficou em aproximadamente 65%, sendo que a maior dificuldade encontrada foi em relação à contratação de fornecedores capazes de suprir as necessidades previstas nas ações em tempo hábil.

Não houve dificuldades quanto à disponibilidade de recursos orçamentários, tampouco o fluxo da sua liberação. Verificou-se que as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional possibilitaram uma maior execução das obras e aumento na aquisição de equipamentos, contribuindo para a ampliação na infra-estrutura de atendimento, produção e distribuição.

A cobertura do público-alvo foi considerada dentro do esperado, embora a ECT tenha enfrentado dificuldades no seu cumprimento, tais como: suspensão da celebração de convênios com a iniciativa privada para instalação de AGCs, por recomendação do TCU e alegação recorrente das prefeituras quanto à dificuldade no cumprimento da LRF que as obriga a manter despesa com pessoal dentro do limite estabelecido e apresentar a documentação exigida à regularidade fiscal.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado mensalmente por meio dos seguintes relatórios:

- Metas físicas e financeiras das ações do Plano Plurianual (PPA).
- Plano Empresarial de Ações e Projetos-acompanhamento.
- istema Plano de Trabalho Corporativo (PTC).

Existe a necessidade de aperfeiçoamento na coleta das informações em tempo hábil, junto aos gestores, tendo em vista a capilaridade da ECT, presente em todos os Municípios brasileiros, aliada à distribuição do orçamento para as 26 Diretorias Regionais, o que dificulta a consolidação das informações corporativas. A Empresa está revisando os processos de execução orçamentária, corporativa e regional, de forma a adequá-los à Solução Integrada de Gestão Empresarial (ERP), o que proporcionará maior agilidade na captação das informações.

A cobertura do público-alvo foi considerada dentro do esperado. Além disso, a pesquisa Vox Populi apurou o índice de satisfação do usuário nos serviços prestados igual a 89,4%.

A ECT conta com os seguintes mecanismos de participação social: Centro de Atendimento ao Usuário, Ouvidoria e Acesso Via Internet - Fale Conosco, por meio dos quais ocorre a otimização dos processos da Empresa.

As práticas de gestão realizadas pela ECT referem-se aos acompanhamentos mensais, realizados por gestores e avaliadores dos projetos e atividades. Para isso, é utilizada a ferramenta de acompanhamento dos PTCs, em que é acompanhada a realização das metas físicas e financeiras, desempenho, o alcance das metas, a situação prevista e a atual dos projetos e atividades.

Recomendações

- Aglutinação da ação "Modernização da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição" com a ação "Ampliação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição", gerando a ação "Modernização e Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição", com vistas a otimizar a execução orçamentária.

Gestão da Política de Comunicações

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 53.731.072,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.963.709,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 8.963.709,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa "Gestão da Política de Comunicações" possui como vertente principal a formulação de políticas nas áreas afetas. O programa financia a reformulação e reformulação das políticas nos setores de telecomunicações, comunicação eletrônica e serviços postais.

O programa possui também como componente o aprimoramento da estrutura física do Ministério das Comunicações (MC), bem como a modernização de sua estrutura de informática.

Principais Resultados

- Os resultados alcançados pelo programa foram considerados muito abaixo do esperado. A ação "Capacitação" não teve os resultados esperados tendo em vista que havia a expectativa de realização de concurso público para o ingresso de novos servidores, além da previsão da anistia dos ex-servidores do FAS, o que acabou não acontecendo no decorrer do exercício em avaliação.
- As ações "Reforma do Edifício Sede do Ministério das Comunicações" e "Modernização da Estrutura de Informática do Ministério das Comunicações" sofreram atraso em função da impossibilidade da realização dos processos

licitatórios. A ação "Modernização da Estrutura de Informática" apresentou limite insuficiente para empenho, aproximadamente 26% do previsto na Lei Orçamentária para o período. Quanto aos processos licitatórios, esses só ocorreram em dezembro de 2005 e março de 2006 respectivamente, prejudicando o alcance dos resultados esperados.

- A ação "Reformulação da Política de Telecomunicações" mais uma vez não foi priorizada pelo MC em face das mudanças dos principais titulares desse órgão. As alterações ocorreram desde o ministro até os coordenadores de projeto. Essas mudanças, nos níveis de direção, coordenação e gerências, só ocorreram no final do exercício de 2005, não sendo possível contratar as consultorias necessárias para dar início à reformulação da política dessa área.
- A ação "Reformulação da Política de Comunicação Eletrônica" não alcançou os objetivos esperados, ficando bem abaixo do programado, também por causa da substituição dos titulares do órgão. Destarte, não foi possível o atingimento dos objetivos programados.
- No entanto, ainda foi possível iniciar a elaboração do Plano de Trabalho para apresentação de Projeto de Lei para regulamentar as leis de comunicações, nos setores de radiodifusão, telecomunicações e internet, além de uma proposta para desenvolver e aplicar testes e implantação de ferramentas de gestão. Essa iniciativa possibilitará ao Ministério das Comunicações acompanhar e avaliar o desempenho e a qualidade dos procedimentos de outorga, concessão, permissão e autorização, bem como a fiscalização da execução dos serviços de radiodifusão outorgados. Essas propostas estão sendo apreciadas pelas áreas competentes do Ministério, com a finalidade de dar início à sua aplicação no decorrer de 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do Ministério no decorrer do exercício ficou muito abaixo do esperado em face das diversas dificuldades, desde a impossibilidade da realização de concurso público para reposição do quadro de recursos humanos, passando pela dificuldade na realização de processos licitatórios para as obras previstas, e pelas mudanças de gestão ocorridas no órgão.

É importante verificar que a gestão de planos, programas e ações está intrinsecamente ligada às mudanças estratégicas ocorridas na alta direção das organizações. Nota-se, dessa forma, que essa foi a principal restrição relacionada às ações do programa, impossibilitando a execução como um todo.

Outro aspecto relevante diz respeito à própria estrutura organizacional da instituição, que não contempla uma unidade de planejamento e avaliação. As atividades de monitoramento e avaliação dos programas e ações do Plano Plurianual recaem sobre um servidor, que possui outras atribuições operacionais.

As alterações efetuadas pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária foram benéficas para as ações "Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação" e "Publicidade e Utilidade Pública". No entanto, seria necessário que o limite financeiro do órgão também fosse ampliado para comportar eventuais acréscimos orçamentários.

Ao analisar a disponibilidade de recursos orçamentários, verifica-se que o contingenciamento no decorrer do exercício financeiro, com a limitação de recursos para empenho, prejudicou sensivelmente o cumprimento das metas estabelecidas no PPA. A descontinuidade no fluxo da liberação de recursos, tanto para empenho quanto para pagamento, comprometeram seriamente os objetivos do programa. O volume inscrito em restos a pagar, oriundo de convênios com Municípios e Estados, tem prejudicado o fluxo de caixa do Ministério em face do elevado nível de inadimplência dos convenentes.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- É de grande importância que o MC continue a formar parcerias com Estados e Municípios, visando à estruturação de uma rede de parceiros conscientes de suas responsabilidades sociais.

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

Objetivo

Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações.

Público-Alvo

Centros de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 203.739.041,00	Empenho Liquidado: R$ 105.352.481,00 Pago estatais: - Total: R$ 105.352.481,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Desempenho de Execução Física do Programa

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador é inapropriado para o programa. O Fundo Setorial para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) ainda não encontrou indicadores capazes de expressar seus resultados, o que está em estudo.

Contextualização

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque por serem essenciais à competição econômica. No cenário anterior à privatização, a formulação e implementação da política tecnológica no Brasil, para o setor de telecomunicações, esteve alicerçada no poder de compra do Sistema Telebrás e na capacidade de geração tecnológica da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD) e na sua interação com o setor privado nacional. Com a abertura do setor de telecomunicações à competição, o quadro foi substancialmente alterado, gerando aumento do volume de importações. Observa-se o predomínio do fornecimento das empresas multinacionais no país com participação reduzida das empresas de capital nacional.

Este programa, financiado pelo FUNTTEL, visa a estimular o processo de inovação tecnológica voltada para as telecomunicações, incentivar a capacitação de recursos humanos em tecnologias aplicadas às telecomunicações, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Principais Resultados

- O principal resultado obtido no exercício foi o desenvolvimento do projeto Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTV), na ação "Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações", porém trata-se de apenas um dos projetos em execução pelo programa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os poucos projetos fomentados durante o exercício tiveram um excelente resultado e suas metas foram alcançadas, porém muitos projetos tiveram suas execuções suspensas, resultando a avaliação em abaixo do esperado.

O principal problema encontrado pelo programa refere-se ao limite orçamentário disponibilizado ao FUNTTEL, que é vinculado aos limites dados ao Ministério das Comunicações (MC), que não prioriza as ações do programa em virtude do reduzido limite. Caso não houvesse essa vinculação, o Fundo estaria apto ao atendimento mais generalizado dos compromissos assumidos junto aos institutos executores de seus projetos.

Esse contingenciamento prejudica a execução dos projetos, que em sua maioria têm previsão de execução de 3 anos, deixando os projetos autorizados pelo conselho gestor junto aos institutos de pesquisa em grande dificuldade e atrasando a execução dos mesmos. Nesse sentido, gera-se um grande desperdício nos recursos já repassados, uma vez que os institutos são obrigados a rever seus cronogramas em uma tentativa de não perderem a equipe de pesquisadores.

O contingenciamento sofrido e a necessidade de direcionar os limites recebidos às duas ações mais relevantes e de compromissos previamente assumidos impossibilitaram a execução da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)", apesar da grande necessidade de contratação de consultorias especializadas para avaliação.

A quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial é outro problema, pois a Secretaria-Executiva do programa dispõe de apenas 4 servidores efetivos da área administrativa para atendimento ao Conselho do Fundo.
Apesar de os executores enviarem informações trimestralmente, a carência de recursos humanos na gerência impossibilitou o acompanhamento das ações.

Outros Aspectos Relevantes

É importante ressaltar que o FUNTTEL está contratando o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para avaliação do programa. Os trabalhos deverão iniciar-se em abril de 2006, com a finalização da primeira etapa prevista para dezembro do mesmo ano.

Com relação ao monitoramento, todos os projetos enviam relatórios trimestrais, pontuando o desenvolvimento dos projetos em seus aspectos físicos e financeiros. Ao final do exercício, é enviado um relatório de execução, contemplando todas as etapas alcançadas no exercício.

Fiscalizações no local foram planejadas para avaliar os relatórios trimestrais, porém, dadas as dificuldades enfrentadas pela equipe técnica do Ministério, somente em fevereiro de 2006 foi realizada a fiscalização do exercício anterior.

Recomendações

- Sugere-se uma melhor descrição das realizações de cada projeto no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) para facilitar o monitoramento, o acompanhamento da superação dos pontos críticos e restrições, a adequação da alocação orçamentária e a verificação do fluxo financeiro, de forma a não comprometer o interesse público.

Oferta dos Serviços de Telecomunicações

Objetivo

Garantir a prestação dos serviços de telecomunicações, de forma contínua e em condições adequadas de preço e qualidade.

Público-Alvo

Usuários dos serviços de telecomunicações.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 137.660.224,00	Empenho Liquidado: R$ 38.054.741,85 Pago estatais: - Total: R$ 38.054.741,85

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 1.600.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Telefones em Serviço.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 21,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 26,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A probabilidade de alcance do índice do indicador foi considerada média.

Contextualização

O programa objetiva garantir as condições de competitividade entre as prestadoras dos serviços de telecomunicações, com padrões de qualidade compatíveis com as exigências dos usuários, assegurando uma prestação de serviços de telecomunicações de forma contínua e adequada.

Nesse contexto, foi constituída a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a fim de gerenciar e fomentar os serviços de telecomunicações após sua privatização.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de divulgação de informações sobre o Brasil, privilegia-se a pauta temática de interesse da comunidade internacional, segundo as demandas de vários interlocutores estrangeiros e atendendo às vertentes pró-ativa e reativa.

Principais Resultados

- Realização de 282,3 mil ações de fiscalização.
- Concessão de 56 outorgas (STFC, TV por Assinatura e SMP).
- Concessão de 45.770 serviços privados.
- Emissão de 1.422 certificados de homologação dos serviços de telecomunicações.

No exercício de 2005, os resultados alcançados foram considerados dentro do planejado.

A ação "Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação" superou em 59% as metas físicas previstas, com a utilização de 61% da dotação prevista no orçamento.

A ação de outorgas dos serviços de telecomunicações apresentou resultados acima do esperado, com 9.705 concessões.

A fiscalização dos serviços de telecomunicações também apresentou desempenho acima do esperado: 88% do planejado para o exercício com a utilização de, aproximadamente, 37% dos recursos disponíveis.

Foram publicadas 22 normas para o setor, objetivando a regulamentação dos serviços ofertados.

A avaliação quanto ao público-alvo ficou acima do previsto. A cobertura relativa à comunicação de massa, TV por assinatura, foi ampliada para mais 312.618 domicílios, no entanto, seus dados qualitativos não foram medidos, tendo em vista as restrições orçamentárias.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Todas as ações do programa "Oferta dos Serviços de Telecomunicações" são realizadas pela ANATEL, e estão contidas no plano de trabalho da Agência, o qual é avaliado mensalmente quanto à execução financeira e trimestralmente quanto à execução física.

Em 2005, em função do expressivo contingenciamento imposto à sua programação orçamentária, a ANATEL efetuou constantes alterações no planejamento das ações previstas para 2005, gerando postergações e, em alguns casos, cancelamento de despesas.

As alterações na dotação orçamentária da ANATEL, efetuadas pelo Congresso Nacional, foram positivas para a Agência, na medida em que foi recomposta a maior parte dos valores por ela apresentados no início da elaboração da proposta orçamentária, e não contemplados na proposta enviada pelo Executivo .

A ANATEL possui déficit no número ideal de servidores para desempenho efetivo da totalidade de suas atribuições. Para tanto, a Agência está em fase de composição de seu quadro próprio, mediante a realização de concursos públicos. Até o momento

só foi realizado um concurso, que se revelou insuficiente para o preenchimento de todas as vagas. Com a realização dos próximos certames, a Agência terá condições de exercer suas atividades de forma eficiente, sobretudo a fiscalização dos serviços de telecomunicações.

Outros Aspectos Relevantes

Para atendimento à sociedade, foi criada a ouvidoria da agência, que desempenha de forma bastante satisfatória seu objetivo.

A ANATEL adota audiências públicas como importante mecanismo de interação com a sociedade, possibilitando o recebimento de opiniões sobre a elaboração de regulamentos pertinentes ao setor de telecomunicações.

Objetos de determinação da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), os instrumentos de consulta pública e a audiência pública colocam-se como ferramenta fundamental na transparência de todas as decisões da ANATEL. Além disso, permitem uma interação democrática da sociedade com aqueles que têm interesse no processo de regulamentação.

Em 2005, a sociedade brasileira teve a oportunidade de se manifestar sobre 71 documentos, entre normas, regulamentos e propostas de alterações de regulamentos.

Recomendações

Não há recomendações

Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica

Objetivo

Universalizar o acesso aos serviços de comunicação eletrônica nos municípios brasileiros e diversificar os conteúdos de programação, mediante a expansão dos serviços de radiodifusão.

Público-Alvo

Comunidades e regiões carentes e/ou sem acesso aos serviços de comunicação eletrônica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 4.743.200,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Municípios com pelo Menos uma Estação Local de Radiodifusão

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 53 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A principal dificuldade encontrada pelo Ministério das Comunicações (MC) e pelo programa foi a falta de pessoal na área de análise de comunicação.

2. Taxa de Municípios com pelo Menos uma Estação Local de Radiodifusão Comunitária

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 39,2 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. A principal dificuldade encontrada pelo Ministério das Comunicações (MC) e pelo programa foi a falta de pessoal na área de análise de comunicação.

Contextualização

O quadro atual da radiodifusão no Brasil apresenta grande desigualdade inter e intra-regional no que se refere às outorgas concedidas, notadamente quanto às geradoras de televisão e às rádios comunitárias. Na implementação do programa, aproximadamente 50% dos Municípios não possuíam acesso aos serviços de comunicação eletrônica sonora, uma realidade que não condiz com o desenvolvimento tecnológico e econômico do país e revela que boa parte da população brasileira ainda se encontra socialmente excluída, sem o legítimo acesso à informação, à educação, à cultura e à integração social.

Além disso, comunidades carentes e grupos sociais específicos não possuem satisfatório acesso aos meios de comunicação eletrônica, nos quais não possuem espaço para sua socialização e integração, bem como para as manifestações sociais que valorizem os interesses e as culturas locais.

Principais Resultados

Foram concedidas 1.008 outorgas no exercício de 2005, distribuídas da seguinte forma:

- 58 outorgas de emissoras de rádio FM comercial.
- 42 outorgas de emissoras de rádio FM educativa.
- 18 outorgas de emissoras de TVs educativas.
- 5 outorgas de emissoras de TVs comerciais.
- 1 outorga de emissora de rádio em onda média (OM).
- 207 autorizações de radiodifusão comunitária.
- 627 licenças definitivas de radiodifusão comunitária.
- 50 autorizações de retransmissora de televisão (RTV).

A meta de Universalização dos Serviços de Radiodifusão é implementada pela Secretaria de Comunicação Eletrônica do MC, e têm sido envidados esforços a fim de tornar mais céleres e eficientes os procedimentos de outorga e pós-outorga em todas as modalidades de serviços de radiodifusão, uma vez que o fluxo de entrada de processos é superior ao de saída, o que decorre principalmente da extinção das representações do MC nos Estados, ocorrida em novembro de 2002, provocando considerável perda da força de trabalho do setor, e da não-abertura de concurso público para recompor o respectivo quadro de pessoal.

Foram postas em prática diversas ações,a partir do início do atual Governo, como, por exemplo:

- parcerias para a cessão de pessoal com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Instituto Cultural Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência do Distrito Federal (ICP).
- simplificação de normas e procedimentos, com vistas a um ganho de eficiência na análise dos processos relativos ao serviço de radiodifusão, destacando-se a Norma Complementar nº 1/2004, do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a Instrução Normativa nº 1, de 31/08/2005, que contém procedimentos relativos à engenharia de outorga.

- desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de informação, como o Sistema de Controle de Processos e Documentos (CPROD) e o Sistema de Gerenciamento e Análises de Processos (SGAP), visando à melhor análise e ao controle dos processos.

Medidas que objetivam dar maior publicidade e transparência às ações relativas aos processos de outorga e de pós-outorga dos serviços de radiodifusão têm sido aplicadas. Os atos oficiais da Secretaria de Comunicação Eletrônica são disponibilizados na Internet, na própria página do MC, na qual também consta atualização permanente da listagem de entidades detentoras de outorgas de serviços de radiodifusão no País. Além disso, estão disponíveis informações sobre o andamento de processos em tramitação no ministério e resposta aos questionamentos mais freqüentes sobre o assunto. Outra ação realizada nessa linha é a publicação e distribuição das cartilhas e manuais de orientação sobre procedimento, relacionados ao serviço de rádio comunitária.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal dificuldade enfrentada pelo programa diz respeito a restrições orçamentárias e financeiras. No exercício de 2005 não ocorreu desembolso financeiro em nenhuma ação do programa, tampouco liberação de limite orçamentário suficiente para seu pleno desenvolvimento.

Tendo em vista a substituição do Ministro das Comunicações e, conseqüentemente, dos dirigentes do Ministério, somente em setembro foi aprovada a previsão de desembolso para as ações do programa.

Com relação à ação "Implantação de Retransmissoras de Televisão da União", em setembro último foi solicitada à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD) uma proposta de fornecimento de serviços de consultoria, a fim de realizar estudo de desenvolvimento de soluções técnicas e especificações para viabilização da implantação de estações de RTV institucional em prefeituras. Em virtude da proximidade do final do exercício, não houve tempo hábil para contratação dessa consultoria.

Na ação "Capacitação de Técnicos de Radiodifusão", foi solicitada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a partir de um projeto da Secretaria, a apresentação de proposta de um projeto piloto para realização de turmas de capacitação, ainda em 2005. Considerando-se a exigüidade de tempo para elaborar conteúdo, mobilizar e selecionar os radiodifusores comunitários a serem capacitados, bem como tratar da logística para hospedagem, alimentação e deslocamento, não houve viabilidade de concretização do projeto.

Por fim, no âmbito da ação "Outorga de Serviço de Radiodifusão", foi solicitada ao CPQD a apresentação de proposta de prestação de serviço de consultoria técnica especializada, visando a desenvolver uma metodologia de análise técnica na área de engenharia, que evitaria, após o tratamento dos processos de radiodifusão em atraso, novos acúmulos e atenderia prontamente aos pleitos da sociedade e radiodifusores, buscando, assim, aumentar o número de outorgas de emissoras de rádio e televisão no país. Essa proposta está sendo apreciada pelas áreas competentes do MC.

O fluxo de recursos destinado ao programa sofreu descontinuidades que prejudicaram decisivamente sua execução.

Outros Aspectos Relevantes

O desempenho físico das ações é medido trimestralmente com base nas outorgas e licenças de Radiodifusão concedidas pelo MC.

Recomendações

- Fundir a ação "Outorga de Serviços de Radiodifusão" com a ação "Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital", com a finalidade de realizar estudos para subsidiar as outorgas com vistas à universalização do acesso aos serviços de radiodifusão no Brasil. O objeto de gasto relaciona-se com a ação "Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital".
- Migrar a ação "Capacitação em Técnicos de Radiodifusão" para o programa "Gestão da Política de Comunicações".
- Excluir o programa "Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica".

Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Objetivo

Garantir a todos os cidadãos o acesso aos serviços de telecomunicações, visando à inclusão social, independentemente de localização e condição socioeconômica.

Público-Alvo

População das localidades com menos de 100 habitantes, populações de baixo poder aquisitivo, de regiões remotas e de fronteira de interesse estratégico e deficientes carentes, estabelecimentos de ensino, bibliotecas e, instituições de saúde, órgãos de segurança pública, unidades de serviço público em pontos remotos do território nacional e instituições de assistência a deficientes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 34.049.825,00	Empenho Liquidado: R$ 84.361,73 Pago estatais: - Total: R$ 84.361,73

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Segurança Pública com Acesso à Internet

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do Fundo de Universalização de Telecomunicações (FUST), fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

2. Taxa de Regiões Remotas e de Fronteira de Interesse Estratégico com Acesso à Internet

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as

ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

3. Taxa de Comunidades de Baixo Poder Aquisitivo com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

4. Taxa de Localidades com Menos de Cem Habitantes com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

5. Taxa de Propriedades Rurais com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

6. Taxa de Regiões Remotas e de Fronteira de Interesse Estratégico com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

7. Taxa de Estabelecimento Públicos de Ensino com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

8. Taxa de Bibliotecas com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

9. Taxa de Instituições Públicas de Saúde com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

10. Taxa de Instituições de Segurança Pública com Acesso a Serviços de Telecomunicações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

11. Taxa de Deficientes Carentes com Acesso a Serviços de Telecomunicações, Incluindo os Equipamentos de Interface

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do Programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

12. Taxa de Instituições de Assistência a Deficientes com Acesso a Serviços de Telecomunicações, Incluindo Equipamentos de Interface

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

13. Taxa de Estabelecimentos Públicos de Ensino com Acesso à Internet, Incluindo os Equipamentos Terminais

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

14. Taxa de Bibliotecas com Acesso à Internet, Incluindo Equipamentos Terminais

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

Contextualização

O programa "Universalização dos Serviços de Telecomunicações" foi criado para atuar diretamente na inexistência de acesso aos serviços de telefonia fixa e de conexão a redes digitais de informações, financiada pelo FUST, criado pela Lei nº 9.998 de 2000, para a população de baixa renda ou habitantes de áreas remotas.

O programa visa a garantir a todos os cidadãos acesso aos serviços de telecomunicações, visando à inclusão social da população brasileira, independentemente de localização e condição sócio-econômica.

Objetiva, ainda, maximizar a aplicação dos benefícios da infra-estrutura dos serviços de telecomunicações, aproveitando sua capacidade de disseminar com rapidez a informação e as novas tecnologias, para estender esses recursos ao apoio de serviços essenciais à população, objetivando a melhoria do atendimento à sociedade, assim como contribuir para a redução das desigualdades sociais no País.

Principais Resultados

O programa não apresentou resultados ofertados diretamente à sociedade, tendo em vista a não-execução das ações.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O poder público nos termos da legislação vigente, em especial a que se refere à universalização dos serviços de telecomunicações, está impossibilitado de promover a cobertura do público-alvo, demandante de acesso à Internet e à telefonia fixa, por estar limitado à liberação dos recursos do FUST.

Há um empecilho legal ao alcance da meta de universalização dos serviços de telecomunicações, com recursos do Fundo: a Lei nº 9.998, de 2000, que instituiu o FUST, indica que os recursos podem ser aplicados somente em serviços prestados no regime público. Desse modo, apenas seria viável o uso dos recursos em projetos que contemplassem o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), atualmente o único prestado em regime público.

A utilização dos recursos em projetos voltados para o acesso às redes digitais de informação em banda larga, inclusive a internet, terão que ser tratados pelo MC. Uma das alternativas é a mudança no arcabouço legal vigente, permitindo a possibilidade de utilização dos recursos em serviços prestados também no regime privado. Outra alternativa é a criação de um serviço, prestado no regime público, para acesso às redes digitais de informação.

Um problema característico do MC e do programa, refere-se à força de trabalho disponível no Ministério. O número de servidores da Secretaria de Telecomunicações, responsável pelo programa, está muito aquém do ideal para o alcance eficaz de suas atividades. Falta de espaço físico, mobiliário e equipamentos adequados são outros problemas relacionados à estrutura do Ministério.

Outros Aspectos Relevantes

O público-alvo foi considerado insatisfeito, em decorrência do não-atendimento das necessidades da população residente em áreas não-atingidas pelo STFC.

Recomendações

- O Poder Executivo necessita sensibilizar o Congresso Nacional para promover a reformulação da Lei nº 9.998 e da Lei Geral de Telecomunicações (LGT) ou, então, desenvolver estudos de viabilidade da criação de um serviço para acesso às redes digitais no regime público, para que possam ser removidos os entraves legais que impedem a promoção da universalização dos serviços de telecomunicações, mediante utilização dos recursos legalmente arrecadados.
- O Poder Executivo deveria, ainda, atuar no sentido de prover a infra-estrutura e a capacitação necessárias para que a Secretaria de Telecomunicações do MC desenvolva suas atividades de forma segura e plena.
- É necessária a substituição dos 14 indicadores atuais por apenas 2, um relacionado à vertente de telefonia e outro a de redes digitais.



Ministério das Relações Exteriores

Análise e Difusão da Política Externa Brasileira
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior
Ensino Profissional Diplomático
Gestão da Participação em Organismos Internacionais
Gestão da Política Externa
Promoção das Exportações
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi utilizado R$ 1,6 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.842.500.688,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 1.662.789.483,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 1.842.500.688,00	**Total realizado:**	R$ 1.662.789.483,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 59,1 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 44,5 milhões.

Principais Resultados

O Ministério das Relações Exteriores tem orientado o planejamento de seus programas e ações em consonância com os Megaobjetivos e Desafios que compõem a Orientação Estratégica de Governo. Assim sendo, no ano de 2005 o MRE obteve, no âmbito do seu conjunto de programas, resultados relevantes tanto para o aperfeiçoamento da política setorial como para a consecução do disposto na Orientação Estratégica de Governo. Destacam-se os seguintes resultados:

- Crescente participação do Brasil nas decisões de amplitude internacional. No que se refere aos objetivos setoriais de criar percepção favorável do Brasil e promover a imagem do país no exterior, destacam-se o envio de 45.718 integrantes de missões e delegações brasileiras, com representantes do poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros e a promoção de 934 eventos (conferências, mostras de cinema, seminários diversos e outros) no exterior. Promoveu-se também o desenvolvimento de pesquisas na área de relações internacionais, e difundindo seus resultados por meio de publicações e seminários. O MRE também obteve êxito no aprofundamento da cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas, graças à realização de Comissões Mistas com outros países e parceiros brasileiros.
- Êxito na condução de negociações e defesa de interesses brasileiros junto a Organismos Internacionais. Como estratégia de implementação da política de estreitamento e consolidação de relações do Brasil com outros países, foram abertas, em 2005, novas representações brasileiras no Exterior (embaixadas e consulados). Além disso, foram assinados memorandos de

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

entendimento, acordos e ajustes complementares de acordos e convênios no âmbito de vários Organismos Internacionais.

- Sucesso nas iniciativas de consolidação da integração latino-americana e, sobretudo, do Mercosul. A realização de eventos internacionais como a Cúpula América do Sul - Países Árabes e a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações também contribuíram para o estreitamento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e outros países e regiões. Destaca-se ainda, o total atendimento das necessidades da diplomacia presidencial, que cumpriu intensa agenda de viagens ao exterior e recepções de representantes estrangeiros no país.
- Participação no aumento do volume das exportações brasileiras através do apoio ao acesso aos mercados externos. Em cumprimento ao objetivo setorial de empregar a diplomacia comercial e as estratégias de promoção comercial com vistas a permitir o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao mercado internacional, foram empreendidas missões empresariais a vários países. Além disso, o MRE participou, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior – MDIC, da organização de encontros do Presidente da República com grandes investidores e altos dirigentes de grandes empresas brasileiras e estrangeiras.
- Garantia do direito de exercício da cidadania aos brasileiros domiciliados em outros países ou em viagem ao exterior. Quanto à prestação de assistência consular nas repartições brasileiras no exterior, registrou-se o atendimento (prestação de serviço consular e assistência sob a forma de concessão de pequenos auxílios para transporte, alimentação, hospedagem, contratações de assistência jurídica e repatriações) a 876.112 brasileiros e 572.020 estrangeiros em repartições consulares no exterior.
- Concessão de Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia. Por fim, quanto às questões transversais do Plano Plurianual, o aperfeiçoamento do programa de ação afirmativa no processo de seleção dos diplomatas brasileiros garantiu a concessão de 32 Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes. A concessão destas bolsas integra-se aos objetivos do Plano Brasil de Todos: Participação e Inclusão (PPA 2004–2007), que estabelece como diretriz a implantação de políticas de erradicação da discriminação racial e apoio a iniciativas de promoção de igualdade social. Por conseguinte, o programa, através da preparação e do recrutamento de candidatos afro-descendentes, visa a ampliar o acesso da população negra à carreira diplomática

Dessa forma, como principal fator de sucesso no alcance dos resultados, ressalta-se o fato de que os programas desenvolvidos pelo MRE abrigam conjuntos de atividades tradicionalmente desenvolvidas pelo Itamaraty, o que proporciona aos gerentes acesso a um conhecimento institucional confiável que subsidia os processos de planejamento e execução das atividades, contribuindo para que as ações empreendidas alcancem, a partir do conhecimento de experiências de gestão anteriores, crescimento em termos de eficiência, eficácia e efetividade.

Aspectos Relevantes

A Unidade de Monitoramento e Avaliação do Ministério das Relações Exteriores encontra-se instalada e atuante, apoiando o monitoramento e subsidiando a gestão setorial. Além disso, a Coordenação Setorial atua na busca, sempre que possível, da

integração e articulação dos programas do MRE. Dessa forma, embora não exista um processo estruturado para a formulação estratégica setorial, são realizadas reuniões de trabalho para a definição de estratégias de ação.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo MRE para a consecução dos objetivos traçados destacam-se: a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para a implementação de determinadas ações dos programas face ao surgimento ou crescimento da expressividade das questões de interesse e responsabilidade do Itamaraty; a variação cambial, com altas de cotação do Euro e outras moedas que muitas vezes prejudicam a implementação das ações que têm suas execuções financeiras realizadas em moeda estrangeira; a carência de recursos humanos, especialmente nas equipes executoras dos programas; a insuficiência ou inadequação de recursos materiais e de infra-estrutura para implementação de algumas ações.

Recomendações

- Recomposição e capacitação do corpo de servidores do Ministério das Relações Exteriores, em especial nas equipes executoras dos programas, para seu gerenciamento.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

Objetivo

Difundir as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira de modo a esclarecer a opinião pública sobre as relevantes questões mundiais.

Público-Alvo

Sociedade e meio acadêmico e diplomático.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.649.953,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.496.780,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.496.780,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Difusão da Política Exterior Brasileira

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 86 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em virtude da recomposição do quadro de pessoal da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), aliada à nova página na Internet – em construção, que será o portal de referência sobre temas de relações internacionais no Brasil, previa-se uma alta viabilidade de alcance da meta, de 98%, para o final do PPA.

O indicador, contudo, obtido pela relação percentual entre o número de pesquisas publicadas e o número de pesquisas realizadas, subestimava a avaliação dos resultados do programa e apresentou-se inadequado como instrumento de aferição de seus resultados.

Dessa forma, foi proposto, no ano de 2005, novo indicador, "Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior", calculado pela variação percentual do número de pesquisas e publicações sobre relações internacionais e política externa brasileira divulgadas no ano, sobre o número de pesquisas e publicações divulgadas no ano anterior. Devido à alteração do indicador, os as-pectos inadequados serão sanados a partir de 2006.

Contextualização

O baixo nível de informação da opinião pública do país sobre as questões referentes à inserção internacional do Brasil e à fundamentação das posições adotadas pela diplomacia brasileira provoca a necessidade crescente de conhecimento, por parte do público em geral, sobre a atividade diplomática brasileira e sobre temas de política internacional.

Preservar a memória da atuação da diplomacia brasileira, divulgando a História Diplomática do Brasil por meio de atividades de natureza cultural, acadêmica e pedagógica, no campo da política internacional e da política exterior do Brasil, constitui característica basilar do programa "Análise e Difusão da Política Externa Brasileira". Para tanto, na execução de suas ações, o programa, executado pela FUNAG, mantém cooperação com instituições públicas e privadas brasileiras e estrangeiras e organismos internacionais.

Principais Resultados

- Prêmio América do Sul: Concurso realizado com o objetivo de selecionar 3 (três) monografias a respeito do tema "O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI", com enfoque em temas de interesse para a política externa na América do Sul.
- Criação, em parceria com universidades brasileiras, de Centros de Estudos das Relações do Brasil com Países do Hemisfério Sul.
- Realização dos eventos: "Jornadas de Direito Internacional Público", "Seminário sobre Política Industrial Comum ao Mercosul" e "Fórum de Reflexão Iguaçu + 20".
- Lançamento de 25 livros e publicações.
- Lançamento da nova página da FUNAG na Internet.
- Realização de concurso público para o ingresso de 14 novos servidores.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa manteve-se dentro do esperado. As parcerias com órgãos públicos e privados , em especial com o Ministério das Relações Exteriores e a admissão de novos servidores permitiram superar as expectativas para 2005, no que diz respeito à realização dos eventos organizados pela FUNAG e edição de expressivo número de livros e publicações.

Os recursos orçamentários e financeiros do programa para 2005 e os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA foram suficientes para a execução do programa e dos projetos da FUNAG.

Os recursos humanos, materiais e de infra-estrutura também mostraram-se adequados para a implementação do programa.

Outros Aspectos Relevantes

A cobertura do público-alvo – sociedade e meios acadêmico e diplomático, representados, dentre outros, por professores, estudantes de relações internacionais, diplomatas, juristas e estudiosos do Direito Internacional – manteve-se dentro do patamar esperado.

Além disso, em 2005, a FUNAG pôde atender, em quase sua totalidade, às solicitações de apoio a projetos e seminários realizados por instituições de ensino superior, centros acadêmicos estudantis e outros centros de estudo. Dentre as solicitações de apoio recebidas, e de acordo com sua disponibilidade financeira, a FUNAG deixou de contribuir ou copatrocinar apenas os eventos que tiveram sua realização adiada ou suspensa pelas próprias instituições organizadoras.

O programa não dispõe, ainda, de mecanismo formal que possa identificar o grau de satisfação de seus beneficiários. O lançamento de seu novo sítio na Internet tem a intenção de oferecer um instrumento que possa permitir, pelo menos inicialmente, a avaliação formal da satisfação de seus usuários pelos serviços que oferece. No entanto, as freqüentes solicitações de apoio – tanto institucional quanto financeiro –, recebidas de instituições de ensino superior e de centros de estudo de excelência, somadas à procura e ao crescente interesse do público por suas publicações, indicam o reconhecimento do público-alvo pela quali-dade dos serviços prestados pela Fundação.

No que se refere à existência de mecanismos de avaliação do programa, a Gerência do Programa submete, anualmente, no início de cada exercício, ao Conselho de Administração Superior da FUNAG, relatório de acompanhamento da execução das ações do programa, de forma a avaliar o cumprimento e o desenvolvimento do programa, aplicando correções em eventuais dificuldades encontradas.

Complementarmente, é realizado mensalmente o monitoramen-to do desempenho físico das ações, em conformidade com o Programa de Trabalho Anual submetido à aprovação do Conselho de Administração Superior da FUNAG. Ressalta-se que, em 2005, foram superadas as expectativas das metas físicas previstas. Em relação às parcerias desenvolvidas no âmbito do programa, salienta-se que, na execução de suas ações, a FUNAG mantém cooperação com parceiros não-governamentais – instituições privadas brasileiras e estrangeiras e organismos internacionais. O desempenho das atividades implementadas por estes setores, em 2005, tem ocorrido no estrito cumprimento dos acordos firmados.

O programa desenvolve iniciativas de participação da sociedade nos assuntos relacionados à política externa. Destacam-se a promoção de seminários amplamente divulgados e abertos ao público em geral, sem exigência de qualquer taxa de inscrição; a doação de exemplares de todas as publicações editadas a universidades, bibliotecas públicas, órgãos públicos, embaixadas brasileiras no exterior e a outras instituições voltadas para o tema das relações internacionais, de forma que o público em geral tenha acesso ao trabalho desenvolvido pela FUNAG. Mesmo em caso de venda, as publicações são negociadas quase a preço de custo, de forma a facilitar a aquisição de seus livros por seu público-alvo, em especial por estudantes. Ainda sobre as publicações, a FUNAG deverá contar, a partir do exercício de 2006, com biblioteca digital, em seu sítio na Internet, para que qualquer interessado possa ter acesso gratuito a suas publicações.

Essas ações têm resultado na divulgação dos trabalhos desenvolvidos, sejam publicações, sejam os eventos que promove, assim como no reconhecimento, pelo público, do valor de suas ações, já que a Fundação goza de prestígio, de acordo com informações colhidas infor-malmente junto à comunidade acadêmica e seus visitantes.

Recomendações

Não há recomendações.

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular

Objetivo

Prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade.

Público-Alvo

Cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros que demandam atendimento consular de qualidade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.197.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.373.063,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.373.063,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Coeficiente de Assistência a Brasileiros no Exterior.

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, calculado pelo número de cidadãos assistidos em cada 1 mil brasileiros no exterior, revelou-se inadequado para mensurar a demanda pelos serviços prestados no âmbito da assistência no exterior, o que impossibilitou a sua apuração em 2005. Estuda-se, portanto, a criação de novo indicador capaz de retratar de maneira efetiva os resultados alcançados no âmbito do programa.

Contextualização

O programa Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular, criado a partir da demanda por serviços consulares, notariais, legais e de assistência em geral, incluindo as necessidades sociais da comunidade de brasileiros radicados, domiciliados ou em trânsito no exterior, tem por finalidade básica ampliar e aperfeiçoar a assistência e a proteção aos brasileiros que residem ou que viajam ao exterior, garantindo-lhes o exercício pleno de sua cidadania.

As ações do programa compreendem a prestação de assistência aos cidadãos brasileiros no exterior e o atendimento consular ao público em geral, por intermédio

de quatro políticas básicas: qualidade no atendimento consular; valorização do emigrante brasileiro; proteção diplomática e consular; e política de prestação supletiva de certos serviços essenciais, em especial voltados para as comunidades brasileiras no exterior.

Principais Resultados

- Prestação de assistência consular a 3.378 brasileiros no exterior: pequenos auxílios com transporte, alimentação, hospedagem, contratação de assistência jurídica e repatriações.
- Atendimento consular ao público-alvo do programa.

Em 2005, os resultados se mostraram dentro do esperado. Apesar do contingenciamento orçamentário, que afetou a execução e, conseqüentemente, limitou a abrangência de algumas ações e do aumento da demanda por serviços consulares, em função do crescente número de brasileiros no exterior, residentes ou turistas, foi possível cumprir as metas previstas para o programa.

As atividades relativas ao atendimento do público-alvo atingiram a meta de mais de 90% dos serviços consulares demandados. As ações foram direcionadas para a melhoria do atendimento ao público, em termos de agilidade e produtividade.
Dessa forma, a ação consular do Ministério das Relações Exteriores no exterior contribuiu de forma positiva para prestar assistência e apoio necessários aos cidadãos brasileiros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A demanda por serviços consulares sofreu aumento considerável, em função do crescente número de brasileiros, residentes ou turistas, no exterior. O aumento exigiu grande esforço de adaptação das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.
Contudo, a crescente demanda por serviços consulares, sem o conseqüente aumento dos recursos orçamentários, agravada pela insuficiência de recursos e pelo contingenciamento orçamentário, obrigaram a gerência do programa a um tratamento rigoroso na aplicação dos recursos financeiros, fazendo com que as ações e os recursos do programa fossem direcionados à assistência emergencial a brasileiros desvalidos.

Dentre as dificuldades encontradas para a implementação do programa, destaca-se a insuficiência dos recursos materiais e de infra-estrutura. As Repartições Consulares brasileiras trabalham com grande escassez de meios materiais (móveis, material de informática e salas de recepção). A maioria não possui instalações adequadas para o atendimento ao público.

Outro aspecto refere-se à carência de recursos humanos. As Repartições Consulares brasileiras trabalham com um número limitado de pessoal para atender à crescente demanda pelos serviços oferecidos. Acrescenta-se a este problema a grande necessidade de reciclagem, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Dessa forma, diante do aumento progressivo da demanda por assistência aos brasileiros no exterior, prevê-se um aumento da necessidade de recursos materiais, financeiros e de recursos humanos para a execução das ações do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Em relação à participação social, as Embaixadas e Repartições Consulares brasileiras promovem reuniões periódicas (no âmbito dos Conselhos de Cidadãos) com os brasileiros residentes nas respectivas jurisdições. Essas reuniões visam a uma maior interação entre os brasileiros residentes, além de proporcionar uma melhor orientação sobre os principais serviços consulares requisitados pela comunidade local. As atas dessas reuniões são transmitidas ao Itamaraty, em Brasília, e servem como meio de aferição da prestação de serviços consulares.

No que se refere ao monitoramento, existem, no âmbito do programa, os Relatórios Consulares (RCNs), que são enviados anualmente pelas Missões diplomáticas à Unidade Gestora. Neles, incluem-se dados relativos ao processamento de atos notariais, documentos de viagem (passaportes e outros), número de brasileiros residentes na jurisdição, número de atendimentos, etc.

Recomendações

Não há recomendações.

Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Objetivo

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

Público-Alvo

Governos de países parceiros tradicionais ou não-tradicionais, comunidade científica, tecnológica e acadêmica nacional e internacional, instituições de pesquisa e de ensino superior no Brasil e no exterior, setor empresarial nacional e internacional e organismos internacionais de interesse estratégico.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 41.518.900,00	Empenho Liquidado:	R$ 38.572.294,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 38.572.294,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Embaixadas e Consulados do Brasil, participantes de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o indicador do programa, calculado pela relação percentual entre o número de Embaixadas e Consulados do Brasil envolvidos em cooperação científica, técnica e tecnológica internacional e o número total de Embaixadas e Consulados do Brasil, apresentou resultado satisfatório. O indicador, contudo, ainda não é capaz de medir de maneira adequada os resultados do programa. A viabilidade de alcance do índice previsto é média.

Dessa forma, na fase final de reestruturação e reformulação estratégica do Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia no Exterior, o qual tem por objetivo permitir a ampliação e facilitar a inserção dos países que apresentam atividade dinâmica em Ciência e Tecnologia, analisa-se a eventual criação de novos indicadores, tais como: o número de relatórios de oportunidades em matéria de cooperação científica,

tecnológica e de inovação, prospectadas pelos postos dotados de Setores de Ciência e Tecnologia (SECTECs).

Contextualização

A baixa produção científica e tecnológica nacional tem-se apresentado incompatível com o nível das demandas de desenvolvimento sócio-econômico da sociedade. No âmbito de sua competência, estabelecida pelo Decreto nº 5.032, de 2004, constitui atribuição do Ministério das Relações Exteriores o apoio à cooperação internacional.

Dessa forma, o programa Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional visa a incrementar a cooperação científica e tecnológica para a transferência de tecnologias de ponta, de maneira a que se reduzam o hiato digital e outras carências do exercício do direito de informação no Brasil, por meio de acordos, projetos e programas de cooperação internacional, viabilização de instrumentos de cooperação, gestão estratégica do conhecimento e da informação, concessão de bolsas e intercâmbio de pesquisadores, especialistas e técnicos.

Principais Resultados

Ao longo do exercício de 2005, o interesse revelado pelos parceiros, tradicionais ou não, no âmbito da cooperação científica e tecnológica, superou as expectativas, apresentando volume de atividades de cooperação acima do esperado. Os principais resultados foram:

- Aprofundamento da cooperação científica e tecnológica no âmbito do Mercosul, inclusive sua ampliação para outros países da América do Sul.
- Acompanhamento do processo da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação, inclusive o processo de articulação interna, com os diferentes atores interessados (representantes de outros ministérios, da sociedade civil, comunidade acadêmico e científica e setor privado).
- Realização de Reunião Ministerial entre os países da América Latina e Caribe, que gerou o E–LAC 2007 – Programa Regional de Cooperação em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).
- Comissões Mistas com a China, Coréia do Sul, Rússia, União Européia, Argentina e o Japão, entre outros parceiros brasileiros.
- Desenvolvimento de mecanismo trilateral de cooperação no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul.
- Continuidade da implementação de projetos concretos de cooperação em ciência e tecnologia (C&T) e inovação, no âmbito da Conferência América do Sul-Países Árabes e da Comunidade Sul-Americana de Nações.

O programa busca, ainda, o desenvolvimento de mecanismos de cooperação inovadores, haja vista a cooperação tripartite no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul. No âmbito do Mercosul, o objetivo continua a ser a utilização de C&T e a pesquisa voltada para a promoção do desenvolvimento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, o desempenho do programa ocorreu dentro do esperado. Contudo, diante do crescente interesse manifestado pelos parceiros em desenvolver atividades de cooperação com o Brasil e da resultante necessidade de ampliar a estrutura de apoio para os mecanismos de cooperação técnica, científica e tecnológica, os recursos orçamentários foram considerados insuficientes para as atividades desenvolvidas no programa.

Dentre as dificuldades encontradas pela gerência para a implementação das ações, destaca-se a carência de recursos humanos, especialmente na equipe gerencial. Dada a especificidade do programa, verifica-se a necessidade de especialistas para o desempenho de atividades relacionadas com a proposição e o monitoramento das ações de cooperação em ciência e tecnologia.

Além disso, aponta-se a dificuldade em mensurar os resultados do programa por metas físicas e quantificáveis, em razão das especificidades e da dinamicidade da política internacional de cooperação científico-tecnológica.

Outros Aspectos Relevantes

No que diz respeito à coordenação e à multissetorialidade entre o Itamaraty e os demais ministérios, elas apresentam nível satisfatório, tendo conseguido êxito no decorrer do ano de 2005, permitindo mobilidade e coordenação mútuas.

Quanto à realização de parcerias, a área responsável pelo programa tem mantido estreito, coordenado e persistente diálogo com os parceiros não-governamentais, tendo em vista a importância da cooperação em C&T no contexto da política externa do governo.

No âmbito do programa, a participação social é feita por meio da realização de reuniões com grupos de interesse da sociedade. O objetivo é promover um diálogo permanente e constante com os diversos setores interessados, por meio dos mecanismos de participação social. Em 2005, essa participação contribuiu para a apresentação de subsídios técnicos e demandas, de maneira a operacionalizar a participação do Brasil nos debates sobre cooperação internacional e Sociedade da Informação.

Recomendações

Não há recomendações.

Difusão da Cultura e Imagem do Brasil no Exterior

Objetivo

Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do País.

Público-Alvo

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, mídia internacional e seus correspondentes no Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 26.346.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 24.227.130,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 24.227.130,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de alunos estrangeiros formados nos cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

Unidade de medida: Pessoa
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 20.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o indicador "Número de alunos estrangeiros formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" apresentou índice apurado de 25.047, número superior à meta estabelecida, de 20.000 alunos formados para o final do período de 2007.

A variação positiva do índice está diretamente ligada ao aumento geral do interesse dos alunos estrangeiros pelo aprendizado da língua portuguesa e revela, em última análise, os resultados positivos alcançados pelo programa em 2005.

Contextualização

O desconhecimento ou conhecimento parcial, por povos estrangeiros, da sociedade brasileira, de sua cultura, seus valores e das políticas interna e externa do País, resulta em distorção, algumas vezes negativa, da imagem do Brasil, contribuindo para a formação de preconceitos ou estereótipos.

O programa "Difusão da Cultura e Imagem do Brasil no Exterior" tem por objetivo ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e sobre as políticas do país. O trabalho de divulgação da imagem do Brasil no exterior advém da necessidade de difundir a realidade e a cultura brasileira, identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo governo para resolver determinadas questões pendentes do País.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de divulgação de informações sobre o Brasil, privilegia-se a pauta temática de interesse da comunidade internacional, segundo as demandas de vários interlocutores estrangeiros e atendendo às vertentes pró-ativa e reativa.

Principais Resultados

Os resultados obtidos no exercício de 2005 propiciaram o alcance do objetivo do programa. Merecem destaque as seguintes realizações:

- 31.021 alunos matriculados na Rede de Ensino Brasileira.
- 1.505 candidatos aprovados no exame para a obtenção do certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (CELPE-BRAS) em 2005.
- Concessão de bolsas, no sistema educacional brasileiro, a 270 estudantes estrangeiros.
- Realização da exposição de fotografias "Amrik: presença árabe na América do Sul", no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes.
- Realização da exposição "Encontros e reencontros na arte naïf: Brasil-Haiti", no CCBB – Brasília.
- Realização da exposição "Cartunistas da América do Sul", por ocasião da Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul Americana de Nações.

Além dos resultados acima citados, destacam-se as iniciativas de apoio à divulgação da imagem do Brasil no exterior, como o apoio à realização de palestras, conferências, espetáculos envolvendo artistas brasileiros no exterior, nas artes cênicas, visuais, música, literatura e pela difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa foi considerado dentro do esperado. No que se refere ao fluxo de recursos financeiros, estes foram liberados regularmente em 2005, sem prejuízo da execução física.

Em relação aos aspectos considerados inadequados no programa, apontam-se a necessidade de redefinição do indicador "Número de Alunos Matriculados em Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" e a revisão das metas físicas das seguintes ações: "Concessão de bolsas no sistema educacional brasileiro a alunos estrangeiros", "Difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior" e "Fomento a eventos de divulgação do Brasil no exterior". Nestas ações, os resultados alcançados foram superiores à previsão da Lei Orçamentária Anual de 2005.

Além disso, com o propósito de ampliar o escopo de atuação do programa, considera-se a necessidade de revisão da norma legal referente à ação "Concessão de bolsas a alunos estrangeiros". Para tanto, o Departamento Cultural, conforme orientação da Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores, está elaborando uma Portaria interna que regulamentará, no âmbito do Itamaraty, a concessão de bolsas a alunos estrangeiros, que deverá aumentar quando a Portaria entrar em vigor.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Rever as metas físicas das ações: "Concessão de bolsas a alunos estrangeiros no sistema educacional brasileiro", "Difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior" e "Fomento a eventos de divulgação do Brasil no exterior", pois a execução física foi superior à prevista para o ano de 2005.
- Revisão da norma legal referente à ação "Concessão de bolsas a alunos estrangeiros", com vistas a aumentar o número de bolsas concedidas pelo programa.

Ensino Profissional Diplomático

Objetivo

Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro.

Público-Alvo

Candidatos à carreira diplomática, com destaque aos afro-descendentes; diplomatas e oficiais de chancelaria e servidores públicos atuantes na área de política externa.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 3.578.300,00	Empenho Liquidado: R$ 2.784.046,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.784.046,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 82,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o indicador do programa, calculado pela relação percentual entre o número de profissionais habilitados (aprovados no curso de formação) e o número de profissionais demandados pelo órgão (número de vagas oferecidas no concurso público para a carreira) apresentou um declínio, quando comparado ao ano anterior. Isto porque, para as 40 vagas oferecidas no concurso de 2003, apenas 33 candidatos foram aprovados e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas 2003–2005. Ressalta-se que os 33 diplomatas aprovados no concurso de admissão formaram-se em 2005.

Dessa forma, dada a complexidade do concurso de admissão, em que, muitas vezes, o número de aprovados não é suficiente para preencher o número de vagas disponíveis, torna-se pouco viável o alcance do índice previsto para o final do PPA. Some-se a isso o fato de que o número de diplomatas aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) está relacionado ao grau de dificuldade do Concurso, não havendo relação direta com o Curso de Formação de Diplomatas.

Contextualização

A crescente atuação internacional do Brasil requer o aumento e constante aprimoramento do seu corpo diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais

diversos aspectos do cenário internacional e a defender os interesses do país em âmbitos bilateral e multilateral.

O programa "Ensino Profissional Diplomático" visa a capacitar a diplomacia brasileira a tratar com igual competência temas que vão dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural, ensejando um esforço adicional de aprimoramento na área de relações comerciais.

Dentre as ações desempenhadas no programa, destacam-se: o recrutamento e a seleção, por meio do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, realizado anualmente; o treinamento de funcionários diplomáticos por meio do Curso de Altos Estudos (para Conselheiros); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (para Segundos Secretários); o Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (para Terceiros Secretários); o treinamento e aperfeiçoamento de funcionários do MRE, por meio de cursos, palestras e seminários; a oferta de bolsas de estudos para candidatos afro-descendentes à carreira diplomática; e a disseminação da informação à Imprensa e aos funcionários públicos interessados no tema "Política Externa", por meio da implementação de programas de palestras e conferências.

Principais Resultados

O Programa Ensino Profissional Diplomático tem por objetivo suprir a necessidade de constante formação, treinamento e aperfeiçoamento dos agentes diplomáticos. O Programa é delimitado por duas ações: "Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas" e "Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática". A partir delas, obtiveram-se os seguintes resultados, em 2005:

- Realização do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) - 2005, com 10.161 candidatos inscritos, dos quais 33 foram aprovados;
- Concurso realizado em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB). Os aprovados foram empossados na classe inicial da Carreira – (Terceiro Secretário) e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas.
- O Instituto Rio Branco tem procurado aumentar, gradualmente, a base geográfica de divulgação das informações a respeito do concurso para a carreira diplomática, como forma de democratizar o acesso a essa carreira. Em 2005, o concurso foi divulgado em todas as capitais dos Estados. As provas foram realizadas, exclusivamente, em 17 delas. Outra inovação refere-se à ampliação do número de vagas disponibilizadas. Conforme Edital do CACD, publicado no Diário Oficial da União, em dezembro de 2005, pela primeira vez na história do Itamaraty 105 vagas serão oferecidas para ingresso na Carreira Diplomática, por intermédio do Instituto Rio Branco (IRBr).
- Conclusão do Curso de Formação de Diplomatas 2003–2005, com a aprovação de 33 alunos, com início de carreira como Terceiros Secretários;
- O Curso de Formação de Diplomatas tem duração de 2 anos e é credenciado pela Fundação CAPES, do Ministério da Educação, como Curso de Mestrado Profissional em diplomacia.
- Realização de duas versões do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

(CAD), cada uma delas com 19 diplomatas da classe de Segundo Secretário e de dois Cursos de Altos Estudos (CAE), direcionados a Primeiros Secretários e Conselheiros, com a participação de 29 diplomatas no total.

- No que concerne ao aperfeiçoamento de Diplomatas, o IRBr tem a responsabilidade de organizar os Cursos de Aperfeiçoamento (CAD) e de Altos Estudos (CAE). O CAD é mantido pelo Instituto Rio Branco, como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação para a Carreira de Diplomata, com o objetivo de aprofundar e atualizar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Segundos Secretários. A aprovação do diplomata no CAD é requisito para a progressão funcional a Primeiro Secretário.
- O CAE integra o sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata e tem por objetivo atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes. O CAE é estruturado em três fases, que correspondem à elaboração e aprovação do projeto de tese relevante para Política Externa Brasileira, redação da tese e sua aprovação por banca examinadora e à argüição oral do diplomata.
- Concessão de 32 Bolsas-Prêmio de Vocação para a diplomacia, destinadas a candidatos afro-descendentes, para preparação para o CACD 2006.
- Programas de Ação Afirmativa respondem à determinação do governo brasileiro de concretizar os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância.
- A partir do último trimestre de 2005, com vistas a melhorar as condições de aprendizagem do grupo, instituiu-se o pagamento de ajuda de custo mensal,no valor de R$ 300,00, durante o ano letivo, para cada estudante. Nesta ocasião, os Estados foram instados a adotar medidas de eliminação da desigualdade racial, com políticas que visassem, por exemplo, a alterar o padrão de desigualdade nos índices educacionais de negros e brancos e promovessem o acesso racialmente democrático ao mercado de trabalho.
- Estes objetivos estão integrados ao "Plano Brasil de Todos: Participação e Inclusão" (Plano Plurianual 2004–2007), que estabelece como diretriz a implantação de políticas de erradicação da discriminação racial e apoio a iniciativas de promoção da igualdade social. Por meio da "Concessão de Bolsas de Estudos a Candidatos Afro-descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática", o Itamaraty reconhece a necessidade de realizar um esforço adicional no processo de preparação e recrutamento de candidatos, com vistas a ampliar o acesso da população negra e indígena à carreira diplomática.
- Em 2005, o programa concedeu 30 novas bolsas, além de ter renovado o auxílio de dois candidatos que, em 2004, foram aprovados nas fases preliminares do Concurso de Admissão, mas não chegaram à fase final. Pela primeira vez, foi feito um esforço intenso de divulgação, nos Estados da Federação, atraindo um maior percentual de negros e pardos, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais esforços permitiram que a divulgação alcançasse todas as capitais brasileiras e que o concurso fosse realizado em 23 cidades.
- No processo seletivo, a Comissão Interministerial, composta pelo Ministério das Relações Exteriores (Instituto Rio Branco) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (Fundação CNPq), foi responsável pela análise da documentação

dos candidatos e pela entrevista técnica, contando com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Fundação Cultural Palmares. O valor anual da bolsa-prêmio permaneceu em R$ 25.000 para cada bolsista. Os 32 bolsistas prestarão o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2006.

- O IRBr também oferece aulas de inglês a um grupo de estudantes indígenas. Em 2005, foram oferecidas 110 horas/aula de inglês a um grupo de dez estudantes, os quais, a partir do último trimestre do mesmo ano, passaram a receber uma ajuda de custo mensalde R$ 300,00.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, os recursos orçamentários foram suficientes para a execução das atividades do programa. Cumpre ressaltar que o Edital do Curso de Admissão à Carreira de Diplomata – 2006 prevê a oferta de 105 vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata, fato que implicará custos adicionais à manutenção das atividades desenvolvidas no âmbito do programa "Ensino Profissional Diplomático", a partir de 2006.

No que diz respeito à execução das metas físicas, ressalta-se a necessidade de revisão das metas referentes à ação "Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas", uma vez que a Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, cria 400 (quatrocentos) cargos efetivos na Carreira de Diplomata, o que impõe significativa mudança nos índices físicos da ação.

Em relação à implementação do programa, os recursos materiais e de infra-estrutura foram adequados durante o ano de 2005. Entretanto, a Medida Provisória nº 269 gera a expectativa de aumento considerável das atividades que compõem o programa "Ensino Profissional Diplomático", o que certamente acarretará novas necessidades em termos de recursos materiais, de infra-estrutura e, inclusive, de recursos humanos.

No que tange à composição das fontes de financiamento, no âmbito da Ação "Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática", houve uma retração das instituições que participam com recursos financeiros. Em 2004, as instituições partícipes foram: os Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia e da Cultura, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a de Promoção da Igualdade Racial e a de Políticas para as Mulheres.

Por outro lado, em 2005, apenas o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia destinaram recursos à ação. Como conseqüência, foram oferecidas 32 bolsas, dez a menos do que as oferecidas no ano anterior.

Deve-se ressaltar também que, no âmbito dessa mesma ação, das 32 bolsas concedidas a candidatos afro-descendentes , no valor total de R$ 25.000,00 por aluno, apenas 20 foram concedidas com recursos financeiros alocados ao Instituto Rio Branco; as demais foram concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq).

Relativamente à implementação dessa ação, destaca-se a constante comunicação entre a gerência do programa e o ente executor, o CNPq.

Outros Aspectos Relevantes

O Instituto Rio Branco tem envidado esforços no sentido de ampliar a abrangência geográfica do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Em 2005, as três fases do Concurso tiveram lugar em 17 capitais estaduais. O mesmo vem acontecendo com o Processo Seletivo do Programa de Ação Afirmativa do IRBr: Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, cuja versão 2005 realizou-se em 23 cidades. Ressalte-se que houve ampla divulgação do Programa nos Estados da Federação que, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, possuem maior percentual de habitantes afro-descendentes. Em ambos os casos foram preenchidas todas as vagas oferecidas.

Em face à crescente demanda pelos cursos e seminários promovidos pelo IRBr e do número expressivo de candidatos ao CACD 2005 (10.161 inscrições), revela-se o interesse da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo Instituto e na carreira diplomática. Vale lembrar que 972 pessoas participaram do Processo Seletivo do Programa de Ação Afirmativa do IRBr, o que também denota o interesse do público-alvo do Programa.

No que se refere à participação social, a ação "Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática" apresenta ampla repercussão social, enquadrando-se no âmbito das ações afirmativas que visam a corrigir distorções históricas no tratamento aos brasileiros afro-descendentes. Em 2005, 32 bolsistas receberam a "Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia", paga durante dez meses. A função da bolsa é permitir aos bolsistas que se preparem adequadamente para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, que acontece anualmente. Deve-se ressaltar, também, que o IRBr ofertou aulas de inglês para um grupo de indígenas, proporcionando-lhes uma ajuda de custo para que pudessem freqüentar o curso.

O Instituto Rio Branco promove, todos os anos, reuniões entre os bolsistas e os alunos do Curso de Formação de Diplomatas. Essas reuniões permitem que os bolsistas estabeleçam contato com integrantes da carreira diplomática e possam tirar dúvidas sobre o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) e sobre a própria carreira. Nessas ocasiões, em que há também palestras e contatos com as instituições partícipes, os bolsistas fazem sugestões ao desenvolvimento da ação e fornecem subsídios para o seu aperfeiçoamento.

Recomendações

- Necessidade de revisão das metas referentes à Ação "Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas", uma vez que a Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, cria quatrocentos cargos efetivos na Carreira de Diplomata, o que impõe significativa mudança nos índices físicos da Ação.
- Articulação com outras Instituições para o financiamento da ação "Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática".

Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Objetivo

Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse.

Público-Alvo

Governo e sociedade brasileiros.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 602.240.609	Empenho Liquidado: R$ 522.945.097,00 Pago estatais: - Total: R$ 522.945.097,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possui indicador por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas.

Contextualização

O programa "Gestão da Participação em Organismos Internacionais" é um programa de gestão de políticas públicas que tem por objetivo assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais, por meio da gestão do pagamento das contribuições destinadas a esses organismos. As contribuições e seus fins são estabelecidos com base nas cláusulas dos acordos assinados, e também na forma e periodicidade da prestação de contas, seguindo a prioridade estabelecida pela política externa brasileira.

Trata-se de um programa de natureza multissetorial, que visa a propiciar a adequada participação de delegações brasileiras em negociações internacionais, tanto em âmbito bilateral quanto multilateral. Dessa forma, reflete as competências do Ministério das Relações Exteriores sobre as relações com organismos internacionais, conferidas no art 1º do Decreto 5.032, de 2004.

Principais Resultados

- Manutenção da presença do governo brasileiro em organismos internacionais e pagamento do passivo e do fluxo junto à ONU e à OMC e do fluxo junto ao MERCOSUL, OTCA, ALADI e FLACSO;

A insuficiência de recursos e o aspecto do fator câmbio, considerando que os débitos são calculados em dólares (ou outras moedas fortes), têm dificultado a manutenção da participação do governo brasileiro e o cumprimento de acordos internacionais junto aos organismos internacionais. Contudo, a desvalorização do dólar a partir do 2º trimestre de 2005 contribuiu significantemente para o alcance dos resultados do programa, com o pagamento de parte do passivo do Governo que, em valores atuais, alcança aproximadamente 80 milhões de dólares norte-americanos, apenas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Ressalta-se que, para o alcance dos resultados do programa, tanto para o pagamento do passivo quanto do fluxo, o fator câmbio é de relevante importância, podendo, inclusive, afetar os resultados caso venha a ser compensada a perda cambial.

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores tem envidado constantes esforços no sentido de sensibilizar as autoridades econômicas do governo para a importância do fiel cumprimento desses acordos internacionais assumidos pelo Brasil no exterior, cujo inadimplemento pode acarretar graves conseqüências para a imagem do país no cenário mundial. Esses foros multilaterais constituem, hoje, o principal meio de negociação dos interesses políticos e econômicos do Brasil. A inadimplência gera sanções, tais como a perda de voz ou voto, o que dificulta a plena atuação do Brasil na defesa de seus interesses.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, o desempenho do programa foi considerado abaixo do esperado. A previsão orçamentária, insuficiente para o pagamento do fluxo e a amortização da dívida, bem como o atraso na liberação dos recursos, fizeram com que o pagamento do saldo do passivo e do fluxo junto à ONU fosse efetivado somente em janeiro de 2006. Não obstante, ainda há um passivo acumulado de US$ 80 milhões.

As dotações orçamentárias e os recursos liberados revelaram-se inferiores ao necessário para que o governo brasileiro cumprisse os compromissos assumidos junto aos organismos internacionais. Para isso, torna-se necessário que o orçamento do programa contemple créditos orçamentários suficientes ao pagamento de todas as contribuições devidas pelo Estado brasileiro, caso não verificado ao longo dos anos pois o montante é sempre inferior ao total devido. Esta situação se agrava a cada ano, pelos sucessivos débitos de anos anteriores. Em 2005, os recursos disponibilizados permitiram apenas o pagamento parcial do fluxo das contribuições e de parte da dívida acumulada.

Dada a sua natureza multissetorial, o programa abrange ações de outros ministérios, mediante o pagamento de contribuições; contudo, o nível de obtenção de informações é bastante precário, não havendo integração entre a gerência do programa e os órgãos executores. A não obtenção de informações suficientes e atualizadas inabilita a gerência a uma avaliação completa a respeito do desempenho da execução das ações. Das 140 ações que compõem o Programa, somente 11 estão sob a coordenação do MRE e os demais Ministérios, quando contatados, nem sempre respondem às consultas.

Em relação aos aspectos da concepção do programa, considerados inadequados em 2005, ressalta-se a necessidade de criação de ações específicas para as contribuições aos seguintes organismos:

- Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).
- Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).
- Tribunal Penal Internacional (TPI).
- Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB).
- Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA).
- Comissão Internacional da Baleia (CIB).
- Comitê Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata.
- Conferência de Haia de Direito Internacional Privado.
- Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos.
- Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Atualmente, essas contribuições são pagas pela ação 0871, denominada "Contribuição a Outros Organismos Internacionais", a qual engloba mais de 20 organismos. Os recursos disponibilizados para essa ação, contudo, são reduzidos, o que obriga à realização de uma seleção para o pagamento do fluxo anual e do passivo acumulado, havendo casos, inclusive, de perda de voto nos organismos em que o país tem participação.

A proposta de criação de novas ações para alguns desses organismos tem por finalidade a garantia de recursos próprios para tais contribuições, no intuito de minimizar o risco de perda de voto e também de evitar o pagamento de multas que oneram ainda mais as contribuições.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Aperfeiçoar a articulação entre o Ministério das Relações Exteriores e os demais órgãos setoriais que possuem interface com o programa, objetivando uma melhor integração e disponibilização de informações sobre a execução das ações.
- Revisão e avaliação da necessidade da participação do Brasil em diversos organismos internacionais, a partir da análise do Decreto 92.392, de 1986, que normatiza a adesão do governo brasileiro a compromissos financeiros com organismos internacionais. Essa proposta se justifica pela insuficiência de recursos orçamentários para o programa, o qual não contempla suficientemente o pagamento de todas as 140 contribuições devidas pelo Estado brasileiro.

Gestão da Política Externa

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores.

Público-Alvo

Governo brasileiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 32.889.583,00	Empenho Liquidado: R$ 24.973.617,00 Pago estatais: - Total: R$ 24.973.617,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possui indicador por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas.

Contextualização

O programa Gestão da Política Externa consiste em um programa de gestão de políticas públicas, concebido para abrigar ações de apoio às atividades finalísticas do Ministério das Relações Exteriores. Compreende a coordenação das ações relacionadas à gestão de políticas públicas na área de relações exteriores. Pela própria natureza de um programa de gestão, suas ações atendem demandas para o desempenho de fun-ções de outras unidades do próprio Ministério ou de órgãos como a Presidência da República.

As ações deste programa são executadas visando ao aperfei-çoamento dos métodos e procedimentos de gestão, assim como dos mecanismos de controle no Itamaraty, voltados para o cumprimento das normas funcionais, a ética, a transparência e a eficácia na defesa dos interesses nacionais, promovendo, dessa forma, a articulação das ações de governo no plano externo.

Principais Resultados

- Capacitação de 1.193 servidores: A qualificação de um número maior que o previsto na Lei Orçamentá-ria Anual (700 servidores), contribuiu para a melhoria dos processos de trabalho nas várias áreas do Ministério.
- Realização de eventos internacionais de grande repercussão, para o estreitamento das relações do Brasil com outros países e regi-ões, tais como:
  - Cúpula América do Sul - Países Árabes (10 e 11 de maio de 2005).

-Conferência Ministerial Regional Preparatória para a fase de Túnis da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação (8 a 10 de junho de 2005).
-Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (29 e 30 de setembro de 2005).

- Atendimento às necessidades da diplomacia presidencial:
  Organização de missões oficiais do Presidente e do Vice-Presidente da República e da prestação de serviços de cerimonial.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa, no ano de 2005, ocorreu dentro do esperado. Em conseqüência do caráter tradicional e regular das atividades compreendidas pelo programa, as metas físicas foram realizadas dentro da previsão inicial e de acordo com as disponibilidades financeiras. Embora tenha ocorrido descontinuidade do fluxo de recursos no decorrer do ano, esta não prejudicou a execução das ações programadas.

Não foram identificados aspectos de inadequação na concepção do pro-grama, tampouco possíveis restrições a ele.

Dentre os aspectos que dificultaram a implementação do programa, fo-ram apontadas a quantidade inadequada e a insuficiente qualificação de recursos humanos, especialmente nas equipes executoras.

A qualificação de servidores para o desempenho de funções relacionadas à gestão do Plano Plurianual ainda não é satisfatória. Além disso, a peculiar rotatividade de pessoal do Ministério das Relações Exteriores dificulta a formação de quadro especializado para o desenvolvimento do trabalho. A necessidade de capacitação é recorrente, devido ao curto período de permanência dos servidores capacitados no Brasil.

Cabe notar, também, o progressivo aumento da interação entre a Ge-rência do Programa e os Coordenadores de Ação. Iniciativas têm sido implementadas com vistas à sensibilização dos Coordenadores de Ação para a alimentação dos dados no Sistema de Informações Gerenciais (SIGPlan) e a preparação de relatórios de situação, o que levou a um considerável aumento do índice de registro das informações em 2005. Uma boa prática implementada na gestão do programa, em 2005, é a elaboração e utilização de formulários como instrumentos para o monitoramento das ações. Os formulários, elaborados pela Gerência do Programa, são distribuídos aos Coordenadores de Ação nos casos em que alguma informação adicional se faz necessária para o melhor conheci-mento do desempenho das ações do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Recomposição da força de trabalho do Ministério das Relações Exteriores, em especial das equipes executoras dos programas do PPA, com vistas a diminuir a carência de recursos humanos e me-lhorar o desenvolvimento dos trabalhos.
- Capacitação em gestão de programas para as equipes executoras dos programas do PPA.

Promoção das Exportações

Objetivo

Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional.

Público-Alvo

Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 16.634.100,00	Empenho Liquidado: R$ 12.131.231,00 Pago estatais: - Total: R$ 12.131.231,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 92 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras, calculado pela relação percentual entre o número de empresas apoiadas pelo programa e o número de empresas exportadoras, apresentou, em 2005, índice de 92%, superior ao do ano anterior, de 88%. O aumento do índice reflete o constante aprimoramento tecnológico do Sistema BrazilTradeNet (BTN) e sua difusão entre o público-alvo do programa.

Dessa forma, com a progressão do parâmetro a cada ano, a probabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o final do PPA é alta.

Contextualização

O baixo nível das exportações brasileiras, devido a dificuldades de acesso aos mercados externos e, em parte, à fraca cultura do empresariado brasileiro, é tema relevante no âmbito das relações exteriores.

Como forma de apoiar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, mediante o emprego da diplomacia comercial, foi instituído, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores –MRE, o programa Promoção das Exportações.

Esse programa visa, principalmente, à aproximação da oferta exportável brasileira à demanda dos mercados externos, mediante: a) coleta e disseminação de informações sobre oportunidades de exportação de produtos e serviços brasileiros e b) apoio à participação de empresas brasileiras em eventos e outras ações promocionais, de interesse para a ampliação e diversificação das exportações brasileiras e para o aumento dos fluxos de turismo em direção ao Brasil. No âmbito do programa, cuida-se, igualmente, de promoção de investimentos, mediante: a) tratamento e difusão de informações e b) organização de eventos. Por fim, mais recentemente passaram à esfera de atribuições do programa, atividades de promoção de importações de outros países sul-americanos.

Principais Resultados

Os resultados alcançados em 2005 propiciaram o pleno atendimento do objetivo delineado pelo programa Promoção das Exportações. Trata-se de resultado do trabalho em várias vertentes, sempre com foco no atendimento ao empresário.

Em 2005, as atenções estiveram voltadas à promoção de exportações, atração de investimento direto estrangeiro (IDE), promoção de importações de outros países sul-americanos e estímulo aos investimentos brasileiros no exterior. Os principais resultados foram:

- Organização e apoio a missões empresariais, no âmbito de viagens oficiais para o exterior de autoridades do Governo Federal, e missões empresariais, com o objetivo de estimular a maior participação do empresariado brasileiro no comércio internacional.
- No âmbito da ação "Missões Comerciais", que objetiva incrementar e diversificar as iniciativas destinadas ao aumento das exportações e divulgar o potencial exportador brasileiro junto aos principais mercados internacionais de captação de investimentos, destacam-se, entre outras, as missões aos seguintes países: Arábia Saudita, Kuait, Colômbia, Japão, Portugal, e a Primeira Missão Empresarial Brasileira ao Cazaquistão.
- Além disso, foi organizada, no âmbito do programa, a vertente empresarial da Cúpula América do Sul-Países Árabes, que contou com a participação de cerca de 500 empresários, de 34 países. Igualmente bem-sucedida foi a candidatura do Brasil em 2005 para sediar a 31ª Reunião do IAPWG (Grupo de Trabalho de Licitação Inter-Agência do Sistema das Nações Unidas), a ser realizada em Belo Horizonte, em junho de 2006, o que representa uma boa ocasião para divulgar oportunidades comerciais e, eventualmente, aumentar as exportações brasileiras.
- Em 2005, foram desenvolvidas diversas atividades para promoção de encontros e eventos promocionais, destacando-se os seguintes eventos:
- O evento promocional no âmbito do Fórum Econômico Mundial de Davos , na Suíça, o qual reuniu, em janeiro, cerca de 100 participantes de alto nível, com interesse potencial ou efetivo em investir no Brasil e contou com a presença do Presidente da República e dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
- O Encontro Empresarial da América do Sul–Países Árabes, realizado em Brasília, que contou com a participação de aproximadamente 500 empresários das duas regiões. O objetivo foi o de fomentar a aproximação comercial e a exploração de oportunidades de comércio e investimentos entre os 34 países

envolvidos.

- Os Encontros: a) de instituições bancárias e b) de companhias aéreas sul-americanas em Brasília, concomitantes à Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em setembro. Os encontros viabilizaram, a cerca de 130 representantes de ambos os setores, a oportunidade de apresentar e debater temas de interesse para a integração continental dessas duas áreas-chave. No workshop sobre integração financeira, os temas incluíram Convênios de Crédito Recíproco (CCR) e Parcerias Público-Privadas; no workshop com companhias aéreas, discutiram-se logística e integração de malhas aéreas.
- O Encontro de Alto Nível para Investidores Estrangeiros em São Paulo, organizado em dezembro, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), contou com a participação de cerca de 200 investidores estrangeiros.
- Aumento e aprimoramento da divulgação de serviços e produtos disponibilizados na BrazilTradeNet.

No âmbito da ação BrazilTradeNet, ressalta-se a manutenção e o aprimoramento do mais avançado instrumento eletrônico de promoção comercial da América Latina. No site www.braziltradenet.gov.br é possível acessar, gratuitamente, um abrangente banco de dados de empresas importadoras, oportunidades comerciais, pesquisas de mercado e informações sobre eventos no Brasil e no exterior, além de uma extensa lista de publicações, palestras temáticas e indicadores econômicos.

Em 2005, foi fortalecida a capacidade de processamento de dados do site e deu-se seqüência ao trabalho de atualização mensal dos dados das empresas nele cadastradas. Cumpre destacar, ainda, que a formatação do portal, lançado com sucesso em São Paulo no "BTN Show Room", em dezembro de 2005, foi revista e atualizada. Ele consiste em uma vitrine virtual, que possibilita a todo empresário cadastrado no site construir, gratuitamente, a página de sua empresa na Internet, com fotos de produtos e serviços. Por meio deste sistema, verificaram-se os seguintes resultados:

- 18.010 registros de empresas brasileiras.
- 38.764 registros de empresas não brasileiras.
- 4.573 oportunidades comerciais divulgadas.
- 11.885 ofertas de exportação.
- 94 concorrências públicas internacionais divulgadas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à execução orçamentária, o programa não dispôs de dotações suficientes. Os recursos orçamentários mostraram-se aquém do necessário para atender à demanda de atividades desta natureza. Contudo, a liberação dos recursos ocorreu em fluxo compatível com a programação do órgão.

No que se refere ao cumprimento das metas físicas, o programou superou as previsões.

Dentre as dificuldades encontradas pela gerência para a implementação das ações, destacam-se a carência de recursos materiais, de espaço físico e de infra-estrutura,

além de quantidade inadequada de recursos humanos, em especial nos Setores de Promoção Comercial (SECOMS) do MRE, distribuídos em 57 postos no exterior, onde há apenas 180 contratados locais.

Outros Aspectos Relevantes

No tocante ao monitoramento, é feito o acompanhamento mensal do desempenho físico das ações que compõem o Programa. A gerência produz, também, relatórios trimestrais de atividades dos Setores de Promoção Comercial no exterior e, anualmente, é elaborado o Balanço de Resultados de atividades de promoção comercial no âmbito do MRE. O documento é publicado em versão impressa e disponibilizado no site da BrazilTradeNet.

Relativamente aos mecanismos de parceria, destaca-se o êxito das parcerias com entidades de classe, governos estaduais e municipais em todo o Brasil, que contribuíram com recursos humanos, operacionais e institucionais. Destacam-se, neste sentido, as federações de comércio e indústria e as câmaras de comércio.

A cobertura do público-alvo foi bastante satisfatória, mantendo-se praticamente o mesmo nível de atendimento do exercício de 2004. Foram 5.560 atendimentos pelo "Fale Conosco" da BrazilTradeNet, 5.844 validações de empresas brasileiras e 21.997 validações de empresas não-brasileiras, que constituem números bastante expressivos. No tocante a outros serviços e informações oferecidos aos usuários, destacam-se a atualização e o aprimoramento do conteúdo do site, a elaboração de materiais utilizados em eventos de promoção comercial, o treinamento de metodologias e processos em ambiente de suporte a usuários e as estatísticas de comércio exterior para o desenvolvimento de negócios internacionais.

A resposta do setor privado ao programa é positiva e sempre monitorada a partir das avaliações realizadas no sistema BTN. A BrazilTradeNet realiza enquetes periódicas sobre a satisfação de seus beneficiários, tendo obtido, em 2005, os seguintes resultados:

- 63,10% dos usuários acessam o site semanalmente.
- 72,53% já fecharam negócios graças a ofertas ou informações disponíveis na BTN.
- 93% acreditam que as missões empresariais facilitam e incrementam as exportações brasileiras.
- Estes dados são armazenados e servem como referência para a organização de futuras atividades, proporcionando o aperfeiçoamento do programa.

Recomendações

- Aprimorar a articulação entre a gerência do programa e as coordenações das ações executadas em outros órgãos setoriais.

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Objetivo

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

Público-Alvo

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 372.586.995,00	Empenho Liquidado:	R$ 312.171.660,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 312.171.660,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95,3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, o indicador do programa, calculado pela relação percentual entre o número de países onde o Brasil possui representação diplomática e o total de países que mantêm atividade diplomática, manteve-se no mesmo patamar do ano de 2004.

Entretanto, é baixa a viabilidade de alcance do indicador, haja vista que uma eventual evolução no índice não demonstra alteração positiva na execução do programa, pois o estabelecimento de relações diplomáticas é decisão política exclusiva do Presidente da República.

No período de 2005, o governo brasileiro criou novas representações diplomáticas em países em que até então não havia representação permanente, além de repartições consulares em países com representação permanente. Houve, contudo, pequena variação no índice, o que não demonstra com exatidão os resultados obtidos a partir da implementação do programa.

Contextualização

As relações internacionais e a defesa do interesse nacional do Brasil junto a Estados estrangeiros constituem princípios fundamentais previstos no art. 4º da Constituição Federal da República. No âmbito de sua competência, cabe ao Ministério das Relações Exteriores, como órgão auxiliar do Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil, estabelecer relações com Estados estrangeiros, organizações e organismos internacionais.

O programa "Relações do Brasil com Estados Estrangeiros" tem por objetivo representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional. Abrange ações continuadas e executadas fora do país.

A execução das ações do programa envolve as representações diplomáticas e consulares no exterior (Embaixadas, Consulados-Gerais, Consulados, Vice-Consulados e Escritórios de Representação) junto a Estados estrangeiros. Essas ações prevêem partidas regulares e men-sais de recursos, em moeda estrangeira, para Embaixadas, Consulados e demais representações diplomáticas brasileiras no exterior.

Principais Resultados

- Manutenção dos Postos de Representação do Brasil no exterior.
- Abertura/Criação das seguintes representações diplomáticas:
  - Consulado-Geral do Brasil em Beirute, Líbano.
  - Consulado-Geral do Brasil em Genebra, Suíça.
  - Consulado-Geral do Brasil em Lagos, Nigéria.
  - Consulado-Geral do Brasil em Paris, França.
  - Embaixada do Brasil em Adis Abeba, Etiópia.
  - Embaixada do Brasil em Belmopan, Belize.
  - Embaixada do Brasil em Belmopan, Belize.
  - Embaixada do Brasil em Cartum, Sudão.
  - Embaixada do Brasil em Colombo, Sri Lanka.
  - Embaixada do Brasil em Cotonou, Benin.
  - Embaixada do Brasil em Dar Es Salam, Tanzânia.
  - Embaixada do Brasil em Doha, Catar.
  - Embaixada do Brasil em Laundê, Camarões.
  - Embaixada do Brasil em Lomé, Togo.
  - Embaixada do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial.
  - Embaixada do Brasil em Nassau, Bahamas.
  - Embaixada do Brasil em Zagreb, Croácia.
- Recebimento de 45.718 integrantes de missões/delegações brasileiras, inclusive representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Realização de 934 eventos do tipo conferências, mostras de cinema, seminários diversos e outros.
- Atendimento a 876.112 brasileiros e 572.020 estrangeiros nas repartições consulares no exterior.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apesar das restrições orçamentárias ocorridas em 2005, a execução do conjunto de ações que compõem o programa se mostrou dentro do esperado, sendo possível, além do alcance dos resultados já destacados, manter as atividades de representação e assistência consular nos 156 postos no exterior, que servem de base para a execução da po-lítica externa brasileira.

O contingenciamento financeiro e a liberação financeira tardia de créditos suplementares ocasionaram a não utilização integral dos créditos e afetaram a execução de algumas ações, em especial: 6091 – "Relações e Negociações com Angola, Moçambique e demais países Africanos e Asiáticos de Língua Portuguesa" e 6284 – "Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCO-SUL e Associados".

Entretanto, face ao contingenciamento e à descontinuidade do fluxo, foram adotadas medidas administrativas para minimizar o seu impacto nas atividades dos postos no exterior enquanto se aguardava a liberação dos créditos financeiros para a quitação dos compromissos assumidos. Dessa forma, as dificuldades de ordem financeira, em algumas ações, não chegaram a prejudicar de forma decisiva a execução do programa.

Destaca-se, também, a inclusão da ação 12HG - "Aquisição de Imóvel Destinado à Residência da Embaixada do Brasil em São Tomé, em São Tomé e Príncipe , por meio de crédito orçamentário adicional que permitiu a aquisição do referido imóvel naquele país.

Quanto aos recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, estes se apresentam adequados à implementação do programa.

Outros aspectos relevantes

O recebimento de delegações do governo brasileiro, constituídas por representantes dos três poderes da União, a participação e realização de inúmeros eventos, tais como conferências, mostras de cinema, seminários, o atendimento a brasileiros e estrangeiros nas repartições consulares e a concessão de vistos e passaportes, entre outros serviços, são atividades executadas pelos postos no exterior para beneficiários do programa,quais sejam: no governo brasileiro, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a população brasileira; comunidades brasileiras residentes no exterior; governos e sociedades estrangeiros.

No entanto, para melhor cobertura do público-alvo, são necessárias iniciativas que possibilitem a ampliação e adequação da rede de postos no exterior e que permitam a atuação diplomática e o crescimento das relações diplomáticas brasileiras com Estados estrangeiros.

A satisfação do público-alvo, observada nos contatos diretos com brasileiros, turistas e residentes no exterior, com estrangeiros que buscam os serviços das Embaixadas e Consulados no Brasil e com os próprios representantes do governo brasileiro que utilizam os serviços dessas repartições em viagens oficiais, permitiu avaliar de forma muito positiva o desempenho das ações implementadas nos postos no exterior.

Além disso, o recebimento de delegações, a realização de inúmeros eventos do tipo conferências, mostras de cinema, seminários diversos, o atendimento a brasileiros e estrangeiros nas repartições consulares e a concessão de vistos e passaportes, entre outros serviços, têm sido executados de maneira eficiente pelos postos no exterior. Destaca-se, também, a satisfação, em especial do setor produtivo brasileiro, em virtude do apoio prestado pelas representações diplomáticas brasileiras no exterior, à solução de contenciosos comerciais, tais como algodão, frango, entre outros.

A participação social se dá por meio de reuniões com as comunidades brasileiras no exterior, reuniões e contatos com exportadores brasileiros e apoio nas negociações bilaterais de interesse do governo brasileiro. Tal participação tem contribuído para a melhoria e ampliação dos serviços consulares prestados às comunidades brasileiras no exterior e à comunidade internacional, para o maior atendimento das necessidades de exportadores brasileiros e para a eficiência nas negociações bilaterais de interesse do governo brasileiro.

O monitoramento das ações do programa é realizado através de mecanismos de controle e acompanhamento da evolução dos custos nas atividades dos postos no exterior (sistemas informatizados, formulá-rios de avaliação e programação, entre outros). O gerente possui uma equipe técnica para assessorá-lo, encarregada da atualização mensal do SIGPLAN e do acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos recursos envolvidos no programa, com vistas ao cumprimento de seus objetivos e metas. A equipe também é responsável pela proposição de novas metodologias e tecnologias que visem a aumentar a eficácia dos mecanismos de controle e gestão do Programa.

Para garantir o fluxo tempestivo de informações gerenciais acerca da execução de cada uma das ações, são adotados instrumentos, tais como elaboração e implantação de formulários eletrônicos, utilização de canais diretos de comunicação entre o gerente e as demais unidades envolvidas, registro e análise das necessidades dos postos em função da disponibilidade orçamentária e financeira, entre outros. As in-formações da execução de cada uma das ações são transmitidas men-salmente pelos postos envolvidos na execução do programa. As previsões para o exercício subseqüente são transmitidas anualmente através de instrumento específico (Programação Orçamentária dos Postos – POP).

Recomendações

Não há recomendações.

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais

Objetivo

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

Público-Alvo

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.039.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.025.952,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 5.025.952,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Este programa não foi avaliado

Comentário

O Programa não foi avaliado pela sua Gerência em relação à execução em 2005. Foram executados R$ 5 milhões na ação "Apoio à Operação de Ajuda Humanitária aos Países da Ásia Atingidos pelo Maremoto", criada por meio de crédito extraordinário, sob responsabilidade do Ministério da Defesa.

Relações e Negociações do Brasil no Âmbito dos Organismos Internacionais

Objetivo

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros no âmbito de organizações internacionais e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

Público-Alvo

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 82.551.361,00	Empenho Liquidado:	R$ 69.964.611,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 69.964.611,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 96,81 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa, calculado pelo número de organizações internacionais nas quais o Brasil está representado sobre o número de organizações internacionais de interesse do Brasil, apresentou, em 2005, variação positiva, quando comparada ao ano anterior. A variação do índice deve-se à criação das seguintes representações:

- Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.
- Missão do Brasil junto à Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa, com sede em Lisboa.

Entretanto, é baixa a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, dada a dificuldade na representação do país em todos os organismos internacionais de interesse do Brasil, uma vez que o estabelecimento de relações diplomáticas é resultado da congruência entre os diversos aspectos da conjuntura externa, aliada à decisão política exclusiva do Presidente da República.

Contextualização

O programa "Relações e Negociações do Brasil" no âmbito dos Organismos Internacionais, criado a partir da demanda pela defesa do interesse nacional do Brasil junto a Organismos Internacionais, objetiva assegurar a participação do Brasil nas negociações dos interesses brasileiros junto aos Organismos Internacionais.

O programa reflete, ainda, as competências do Ministério das Relações Exteriores, estabelecidas no Decreto 5.032, de 2004, quais sejam: a política internacional, as relações diplomáticas e os serviços consulares; a participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais de entidades estrangeiras; programas de cooperação internacional; e o apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais.

Principais Resultados

- Manutenção dos 9 postos de representação, o que propiciou o desenvolvimento dos trabalhos, rodadas de negociações e reuniões junto aos organismos internacionais.
- Assinatura de memorandos de entendimentos, acordos e ajustes complementares de acordos e convênios, no âmbito dos organismos internacionais.
- Criação das seguintes Representações:
  - Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.
  - Missão do Brasil junto à Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa, com sede em Lisboa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A execução do conjunto de ações que compõem o programa mostrou-se dentro do esperado, possibilitando a manutenção das atividades de representação nos 9 postos que compõem o programa.

O cumprimento das metas físicas do programa, que expressam a quantidade de postos de representação mantidos no exterior, manteve-se dentro do previsto no decorrer do ano. Para tanto, torna-se necessário, em virtude da abertura de novos postos (Delegações ou Missões), o ajuste da meta para o exercício seguinte.

Os recursos orçamentários disponibilizados foram suficientes. Embora a execução do programa demande partidas regulares e mensais de recursos em moeda estrangeira para as missões brasileiras no exterior, a suficiência orçamentária foi proporcionada pela valorização do Real frente ao Dólar-norte-americano.

O contingenciamento financeiro e a liberação tardia de créditos suplementares acarretou a não utilização integral do orçamento autorizado, mas a descontinuidade do fluxo financeiro não chegou a prejudicar decisivamente a execução das atividades previstas.

Outros Aspectos Relevantes

O êxito na condução das diversas negociações dos interesses brasileiros junto aos organismos internacionais e a crescente participação do Brasil nas decisões de cunho internacional demonstram o bom desempenho do programa, no que diz respeito à cobertura do público.

Em razão da especificidade do programa, não existem mecanismos que promovam a participação social, uma vez que ele apenas dá suporte às negociações, com o intuito de obter êxitos dos propósitos dos temas de interesse do governo brasileiro tratados no âmbito dos organismos internacionais.

Quanto ao monitoramento, este é realizado através de mecanismos de controle e acompanhamento da evolução dos custos nas atividades dos postos no exterior (sistemas informatizados, formulários de avaliação e programação, entre outros).

Para garantir o fluxo tempestivo de informações gerenciais relativas à execução de cada uma das ações, são adotados os seguintes instrumentos: elaboração e implantação de formulários eletrônicos; utilização de canais diretos de comunicação entre o gerente e as demais unidades envolvidas; e registro e análise das necessidades dos postos em função da disponibilidade orçamentária e financeira, entre outros. As informações sobre a implementação de cada uma das ações são transmitidas, mensalmente, pelos postos envolvidos na execução do programa.

Recomendações

Não há recomendações.



Ministério de Minas e Energia

Abastecimento de Energia Elétrica
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível
Atuação Internacional na Área de Petróleo
Brasil com Todo Gás
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis
Eficiência Energética
Energia Alternativa Renovável
Energia na Região Nordeste
Energia na Região Norte
Energia na Região Sul
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
Energia nos Sistemas Isolados
Geologia do Brasil
Gestão da Política de Energia
Gestão da Política Mineral
Indústria Petroquímica
Luz para Todos
Mineração e Desenvolvimento Sustentável
Oferta de Petróleo e Gás Natural
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível
Refino de Petróleo
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério de Minas e Energia (MME), foram utilizados R$ 27,1 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 36.263.631.622,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 26.913.784.584,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 11.707.265.314,00	**Realizado não orçamentário:**	R$ 191.555.675,20
Total previsto:	R$ 47.970.896.936,00	**Total realizado:**	R$ 27.105.340.259,20

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 47,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 27,7 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério de Minas e Energia em 2005 a serem destacados foram:

- Luz para Todos. No exercício de 2005 foram assinados 34 contratos entre o Governo Federal (Eletrobrás) e os Agentes Executores para a realização das obras de Eletrificação Rural, totalizando 92 contratos assinados desde 2004. Estes contratos possibilitaram o atendimento de 448.567 domicílios até dezembro de 2005, sendo que 378.568 somente em 2005, beneficiando 2.242.835 pessoas, gerando mais de 95 mil empregos.
- Leilões. Foi realizado o primeiro leilão de energia dentro da nova regulamentação do setor elétrico. O leilão, realizado em dezembro de 2005, incluiu 13 empreendimentos de geração. Destaca-se a diversidade das fontes de geração, com projetos de hidroeletricidade, termoeletricidade a carvão mineral e biomassa, entre outras. A potência instalada dos empreendimentos totalizou 1.380 MW. Também foram autorizados 1.357 MW de potência em novos projetos de geração e outras regularizações. Em novembro de 2005 foi realizado o leilão de 3.055 km de linhas de transmissão e de subestações associadas. Os lotes leiloados representam investimentos de R$ 2,8 bilhões e a criação de 8.800 empregos diretos, aproximadamente.
- Eficiência Energética. Economia de energia elétrica: 2500 GWh. Esta economia foi alcançada por meio do Programa Nacional de Conservação de Eletricidade (PROCEL), cujas ações abrangem iluminação pública, indústrias, etiquetagem, Selo PROCEL, educação e gestão energética municipal, entre outras.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- Economia de derivados de petróleo. Foram economizados 290 milhões de litros de óleo diesel. Esta economia foi alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e gás natural junto aos setores de transportes, educação e etiquetagem, por meio do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET).
- Eficiência na iluminação pública. Foram atendidos 229 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ.
- Sétima Rodada de Licitações de Bloco. Foram oferecidos 1.134 blocos com risco exploratório e 17 blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais, sendo 267 arrematados por 41 empresas. A arrecadação de bônus foi recorde, atingindo R$ 1.088.848.604,00.
- Implantação do Pólo Gás-Químico no Rio de Janeiro. Localizada em Duque de Caxias (Baixada Fluminense), a Rio Polímeros S.A. (Riopol) iniciou suas operações em novembro, tendo como matérias-primas o etano e propano extraídos do gás natural da Bacia de Campos. A Riopol tem capacidade para produzir 540 mil toneladas de polietilenos e 75 mil toneladas de propeno por ano. Em 2005, a Petroquisa aportou R$ 57 milhões ao projeto. O investimento total realizado para o empreendimento foi de R$ 3,3 bilhões.
- Crescimento da Produção Nacional de Petróleo. O crescimento da produção nacional de petróleo em 2005 deixou o país próximo da auto-suficiência. A Petrobras produziu 1 milhão 684 mil barris por dia (bpd) de óleo, gás natural líquido e condensado no Brasil. Em relação ao 1 milhão 493 mil bpd de 2004, o aumento foi de 12,8%.
- Reserva Provada no Brasil. As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da PETROBRAS no Brasil alcançaram 13,232 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) pelo critério ANP/SPE, registrando aumento de 1,6% em relação a 2004. Durante o ano, foram incorporados 882 milhões de boe às reservas, enquanto o volume produzido foi de 673 milhões de boe. Com isso, o índice de reposição de reservas provadas (IRR) chegou a 131,1 %. A relação reserva/produção (R/P) é de 19,7 anos.
- Crescimento do setor de mineração. O setor mineral apresentou índices de crescimento do valor da produção da ordem de 11,4% em 2004 e de 19,2% em 2005, em relação ao exercício de 2003. Houve um expressivo aumento na arrecadação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), que alçou ao valor de R$ 406 milhões, apresentando uma evolução da ordem de 24,52% em relação a 2004. A arrecadação da Taxa Anual por Hectare (TAH) atingiu a cifra de R$ 39,2 milhões (equivalente a 32,9 milhões de hectares outorgados), revelando um crescimento da ordem de 70% em relação ao período anterior. Tal resultado tornou-se possível, principalmente, por força do reajuste no valor da taxa, que esteve congelado por mais de oito anos, mas também em decorrência do aumento da superfície onerada e da melhoria dos procedimentos de controle, decorrentes da implantação de sistemas informatizados, permitindo aplicar sanções aos devedores e diminuindo o nível de inadimplência.

Aspectos Relevantes

O contingenciamento orçamentário e financeiro imposto no decorrer do ano impossibilitou a execução adequada de diversos programas, uma vez que algumas atividades deixaram de ser executadas. Mesmo havendo liberação de recursos

adicionais ao final do ano, os prazos já não permitiam que todas as atividades previstas fossem retomadas, o que causou descumprimento de metas físicas.

O cronograma de liberação quadrimestral dificulta o planejamento e a realização de licitações, visto que o órgão fica impedido de adiantar seus procedimentos de contratação, pois dependerá da liberação dos limites do último quadrimestre para o prévio empenho, inviabilizando muitas ações e comprometendo a execução. Outro problema é a obrigatoriedade de se empenhar despesas de funcionamento de forma integral no início do exercício. O fluxo de cronograma quadrimestral para os demais empenhos leva à paralisação das outras ações que se iniciam somente após a liberação do segundo quadrimestre, a partir de meados do exercício, prejudicando a eficiência e a gestão da organização.

Há problemas de falta de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos aprovados do Congresso Nacional, prejudicando a execução da programação física das ações. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do programa sofrerão comprometimentos. Este descompasso atinge principalmente as empresas estatais, que atuam no mercado.

Ocorreram dificuldades em licitação e celebração de convênios e alongamento dos prazos de licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo. Também foi observada lentidão nas autorizações das licenças ambientais.

As empresas federais de geração e transmissão de energia têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, entretanto, nos casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades para incluir a ação correspondente no orçamento. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

Faltam cargos comissionados (DAS) no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Além disso, algumas unidades estaduais do Departamento apresentam insuficiência de recursos materiais, tais como: veículos para atividade de campo, equipamentos de fiscalização e equipamentos laboratoriais. Várias unidades regionais necessitam construir ou reformar suas sedes, a exemplo do 12º Distrito (MT), onde a construção da sede está orçada em R$ 2,5 milhões; 3º Distrito (MG), onde a reforma da sede foi estimada em R$ 3 milhões e, de outras unidades menores. A sede do DNPM, em Brasília, há mais de trinta anos não passa por uma reforma, necessitando de obras que estão orçadas atualmente em R$ 10 milhões.

A infra-estrutura da CPRM é deficiente, em todos os níveis, principalmente em termos de recursos de informática e instrumental específico para o trabalho geológico, geralmente de custo elevado. Entretanto, a empresa tem no seu quadro de pessoal a deficiência mais séria, em função de uma tabela salarial defasada e da ausência de um plano de carreira que permita antever possibilidades de evolução. Como decorrência, há perda constante de profissionais altamente qualificados, principalmente porque passam em concursos públicos que oferecem melhores condições salariais. Alie-se isso a outro fator igualmente preocupante, que é a idade avançada do quadro (média superior a 50 anos).

Recomendações

- Rever a sistemática de inclusão, no PPA e no orçamento de investimentos, de projetos resultantes dos leilões promovidos pela Aneel. Caso seja necessário, promover a flexibilização da legislação visando à igualdade de condições entre agentes públicos (empresas federais) e privados.
- As ações do orçamento fiscal do programa "Luz para Todos" precisam de ajustes nos atributos, de modo a atualizar os dados referentes à finalidade, à descrição e ao detalhamento previstos no PPA 2004-2007. Na situação em que atualmente se encontram, há sérias inconsistências entre o planejado e o executado, cujo exemplo mais evidente pode ser encontrado na ação 7054 – "Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda". Embora se trate de oferta de energia em domicílio, o que está sendo executado refere-se a projetos diversos.
- A unificação das ações do biodiesel em um programa do PPA daria maior visibilidade a essa iniciativa do governo, além de especificar um gerente para tal programa e facilitar a identificação dos coordenadores das diversas ações, dispersos em distintos ministérios. Ainda que a maior parte dos recursos alocados provenha da iniciativa privada, a inclusão do programa no PPA permitiria um melhor acompanhamento pelos órgãos de controle e fiscalização, além de contribuir para a disseminação e divulgação dos resultados alcançados.
- O percentual de preenchimento de metas físicas no SIGPLAN e a validação pelos gerentes dos programas do MME esteve em torno de 42% e 46%, respectivamente, nos dois últimos trimestres de 2005. Trata-se de um percentual baixo e é necessário um esforço desse setor, com destaque para a Assessoria Especial de Gestão Estratégica, com o propósito de sensibilizar os coordenadores e gerentes para o cumprimento do disposto nos artigos 10 e 11 da Portaria MME nº. 19, de 19 de janeiro de 2005. Sugere-se também a atualização deste normativo, à luz do Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004 e da Portaria nº. 198, de 18 de julho de 2005, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

Abastecimento de Energia Elétrica

Objetivo

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica ocorra de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento da demanda de energia elétrica para toda a sociedade.

Público-Alvo

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 133.904.447,00	Empenho Liquidado: R$ 600.819,00 Pago estatais: - Total: R$ 600.819,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Outorga de Geração

Unidade de medida: Mw
Último índice apurado: 2.737 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4.200

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O programa foi extinto na revisão do ano passado e suas ações migraram para os programas "Gestão da Política de Energia" e "Qualidade do Serviço de Energia Elétrica".

2. Outorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica

Unidade de medida: Quilômetro (km)
Último índice apurado: 3.055 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4.181

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O programa foi extinto na revisão do ano passado e suas ações migraram para os programas "Gestão da Política de Energia" e "Qualidade do Serviço de Energia Elétrica".

Contextualização

O programa atua na manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica por meio da identificação de potenciais hidrelétricos para a expansão da oferta de energia; da supervisão dos sistemas elétricos, avaliando seu desempenho e desenvolvendo sinais de alerta de riscos de desabastecimento; e da proposição de políticas e diretrizes para a outorga de concessões, autorizações, permissões e registros.

Principais Resultados

- Realização, em dezembro de 2005, do primeiro leilão de energia, de acordo com a nova regulamentação do setor elétrico. Foram incluídos 13 empreendimentos de geração e destacou-se a diversidade das fontes de geração, com projetos de hidreletricidade, termeletricidade a carvão mineral e biomassa. A potência instalada dos empreendimentos totalizou 1.380MW.
- Autorização de outorgas, totalizando 1.357MW de potência em novos projetos de geração e outras regularizações.
- Realização, em novembro de 2005, do leilão de 3.055km de linhas de transmissão e subestações associadas. Os lotes leiloados representaram investimentos de R$ 2,8 bilhões e criação de, aproximadamente, 8.800 empregos diretos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os cortes e o atraso na aprovação do orçamento e, conseqüentemente, na liberação dos recursos, comprometeram a execução das ações de acordo com a programação previamente definida. Almeja-se a liberação dos recursos, conforme estabelecido no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível

Objetivo

Garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo o território nacional.

Público-Alvo

Consumidores de derivados de petróleo, álcool combustível e agentes da indústria de petróleo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 82.050.873,00	Empenho Liquidado:	R$ 77.211.593,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 77.211.593,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Reposição das Reservas de Petróleo e Gás Natural

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 19,18 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foi definido o índice final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

Contextualização

A precariedade dos instrumentos legais, que deveriam assegurar o abastecimento de petróleo e seus derivados dentro das condições previstas pela Política Energética Nacional, estabelecida a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478/97, e a conseqüente flexibilização do monopólio fundamentaram a construção deste programa.

Principais Resultados

- Realização da 7ª Rodada de Licitações: 267 blocos foram arrematados por 41 empresas. A arrecadação de bônus foi recorde, atingindo R$ 1.088.848.604,00.
- Recuperação de R$ 258 milhões, a título de recolhimentos adicionais de royalties e participação especial. A arrecadação das participações

governamentais tem sido crescente: em 2005 os royalties distribuídos foram de R$ 6.206 milhões e a participação especial atingiu o valor arrecadado de R$ 6.967 milhões.

- Concessão de 8 autorizações para a produção de biodiesel, dando início efetivo à introdução desse combustível na matriz energética nacional. A capacidade total autorizada é de 86,84 milhões de litros por ano.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A maioria das ações apresentou resultados conforme previstos para o ano de 2005. A execução orçamentária do programa ficou em torno de 91%, contudo os recursos foram contingenciados no início do exercício e liberados apenas no final.

A Lei 9.478/97 define uma série de vinculações de receitas da ANP e a suas atribuições. No entanto os limites orçamentários definidos para a Agência têm prejudicado suas aplicações, notadamente no que diz respeito à contratação de Serviços de Geologia e Geofísica, cujos recursos orçamentários e financeiros, conforme artigo 50 da Lei 9.478/97, têm sido reiteradamente contingenciados e/ou alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) em reserva de contingência, com o objetivo de contribuir para o cumprimento das metas de superávit primário. Embora esse problema tenha sido atenuado em 2005 com a entrada da ação 2050 – "Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Industria do Petróleo e Gás Natural" no Programação Pactuada Integrada (PPI), a partir de julho, com a correspondente liberação de recursos, essas restrições terão impactos sobre os levantamentos das bacias sedimentares brasileiras, reduzindo a possibilidade de oferta de novas áreas exploratórias de hidrocarbonetos, com impactos sobre o desenvolvimento das demais ações, com a conseqüente redução dos recursos provenientes das participações governamentais de investimentos privados nas atividades de E&P e com a queda na oferta de petróleo e gás natural a longo prazo.

O ano de 2005 foi marcado por uma redução significativa da força de trabalho nas áreas finalísticas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), embora tenha sido realizado um concurso público. A demora na conclusão do certame fez com que somente a partir de novembro a ANP pudesse contar com nova força de trabalho.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Atuação Internacional na Área de Petróleo

Objetivo

Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural.

Público-Alvo

Acionistas e consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.079.033.884,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 3.147.509.483,00 Total: R$ 3.147.509.483,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 56.246.400,00	-

Indicador(es)

1. Produção Média de Gás Natural no Exterior

Unidade de medida: Milhões de m3/dia
Último índice apurado: 16,3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 22,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A produção significativa de gás natural deste programa está situada na Bolívia, país que tem vivido instabilidades políticas, econômicas e sociais. Durante 2005, o governo modificou a legislação que regula o setor de petróleo, com aumento significativo da carga tributária, e outras importantes alterações ainda estão em negociação. Assim, a viabilidade de alcance das metas anteriormente estabelecidas está condicionada a essas alterações. A meta de 2007 deverá ser atingida com o aumento previsto da produção da Bolívia e dos Estados Unidos (EUA).

2. Capacidade de Refino Instalada no Exterior

Unidade de medida: Mil barris por dia
Último índice apurado: 129 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 133

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A meta para 2007 deverá ser ultrapassada com a entrada de uma nova refinaria no portfólio da empresa.

3. Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior

Unidade de medida: Mil barris por dia
Último índice apurado: 162,8 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 268,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A entrada de novos poços em produção foi revista, em razão de fatos que têm influenciado o cronograma de perfuração e desenvolvimento, tais como, indisponibilidade de equipamentos de perfuração nos EUA e desenvolvimento dos projetos na Nigéria. Outros fatores que apresentam risco às metas de produção são as mudanças na legislação dos países onde a PETROBRAS atua, tais como, Bolívia e Venezuela. A expectativa para 2007 é de uma produção média de cerca de 155 mil barris por dia, uma redução em relação a 2005, decorrente da renegociação de contratos na Venezuela e venda de participação em ativos no Equador.

Contextualização

A pouca atuação internacional do país na área de petróleo concorre para o aumento da dependência externa. Dessa forma, o programa visa ao aumento da participação do Brasil na indústria do petróleo mundial.

Principais Resultados

- Sucesso obtido em diversos projetos exploratórios, com destaque para os EUA, onde foram encontrados reservatórios de gás em águas profundas no Golfo do México americano, e a PETROBRAS América apresentou o maior número de propostas vencedoras no leilão promovido pelo órgão regulador norte-americano, vencendo a licitação para 53 blocos. Nesse leilão, a PETROBRAS assegurou sua condição de operadora em um conjunto de blocos que contêm oito prospectos com grande potencial de reservas.
- Conquista de blocos exploratórios em licitações internacionais, como na Nigéria, onde obteve a concessão para operar o bloco OPL 315, com 45% de participação. Nesse país, já se havia descoberto os campos petrolíferos gigantes de Akpo e Agbami que, a partir de 2008, deverão entrar em produção, tornando a PETROBRAS Nigéria uma das maiores produtoras do Sistema PETROBRAS fora do Brasil.
- Na Líbia, a PETROBRAS formalizou, com a estatal National Oil Corporation (NOC), o contrato que assegura os direitos de exploração de óleo e gás e de partilha de produção na seção Líbia do Mar Mediterrâneo. A área (10.307km²) oferece boas perspectivas de descobertas e o contrato marcou a volta da PETROBRAS às atividades exploratórias na Líbia, onde atuou da década de 1970 até o início dos anos 90.
- Na Argentina, a empresa já tem mais de 720 pontos de vendas, dos quais 350 ostentam bandeira própria. Possui, ainda, uma fábrica de fertilizantes nas proximidades de Buenos Aires, com capacidade de produção de 140 mil toneladas de adubos por ano, além de atuar em prospecção, produção, transporte de petróleo e gás, comercialização de hidrocarbonetos, refino, petroquímica, e geração e distribuição de eletricidade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

- O orçamento foi suficiente para a execução realizada em 2005. Pela natureza deste programa, os investimentos são planejados e realizados em moeda estrangeira.
- As alterações que passam a vigorar a partir de 2006 melhoraram o alinhamento das ações com os objetivos do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Inclusão de ações:

- Ampliação da capacidade da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, de 100 para 200 mil barris de petróleo por dia.
- Aquisição de navio para transporte de álcool e produtos claros.

Brasil com Todo Gás

Objetivo

Promover o uso do gás natural de forma segura e continuada, a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte, por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores.

Público-Alvo

Consumidores de gás natural.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 939.942.401,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 238.561.478,00 Total: R$ 238.561.478,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 646.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Gás Natural

Unidade de medida: Bilhão de metro cúbico (m^3), Km
Último índice apurado: 23,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 34,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A capacidade de transporte de gás natural atingiu cerca de 64 milhões de m^3/dia, segmentada em 3 conjuntos: SU/SE, com 46 milhões de m^3/dia, NE, com 16 milhões de m^3/dia e ES, com 1,6 milhões de m^3/dia. Isso representa 23,5 bilhões de m^3 ao ano e existe previsão de incrementos significativos em Malhas, Gasene, Coari-Manaus e Gasbol até 2007.

2. Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil

Unidade de medida: Milhões de m3/dia
Último índice apurado: 36 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 46,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A venda de gás aumentou 12% em 2005. Existe demanda reprimida e o problema está na oferta de gás. Diversas iniciativas são conduzidas para ampliar a oferta, tanto de gás nacional quanto de gás importado, bem como para buscar alternativas que mitiguem o risco de interrupção de fornecimento às termelétricas, o qual, por sua natureza descontínua, aumenta o nível de complexidade da logística de otimização do gás disponível. Assim, a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA é alta.

Contextualização

A construção de uma malha de gasodutos, nas dimensões contempladas pelo "Brasil com Todo Gás", além de aumentar a participação do gás natural na matriz energética do país, contribui diretamente para o aumento da segurança do setor de energia elétrica e é um importante vetor de geração de empregos. A ampliação da malha em direção ao interior do país promove a integração de regiões menos desenvolvidas e carentes em investimentos, constituindo-se em importante incentivo ao desenvolvimento econômico e social. Além disso, considera-se a expansão das reservas nacionais de gás natural sem se distanciar dos cuidados e restrições ambientais.

Principais Resultados

- As vendas de gás aumentaram 12% em 2005, atingindo 36 milhões de m³/dia, decorrentes do crescimento do mercado brasileiro durante o ano, da expansão da infra-estrutura logística e das pressões pela utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente.
- A capacidade de transporte de gás natural atingiu cerca de 64 milhões de m³/dia.

Apesar das dificuldades para a obtenção de licenças ambientais e autorizações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), bem como da elevação dos custos dos insumos e serviços para a construção dos gasodutos foi dada continuidade aos projetos de investimentos, como Cacimbas-Vitória, Malhas e Urucu-Coari-Manaus, além de obras complementares do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL).

Parte significativa das ações utiliza recursos de Sociedades de Propósito Específicos (SPEs), como Malhas NE, Malhas SE, Urucu-Coari-Manaus, Gasoduto Sudeste-Nordeste (GASENE).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas físicas ficou abaixo do previsto por diversos fatores que influenciaran a execução do programa, tais como:

- Na Malha do NE, devido a dificuldades na obtenção de licenças ambientais e da revisão dos estudos de viabilidade técnico-econômicos (EVTEs), foi suspensa a implementação do Nordestão II, Gasfor II e Açu-Serra do Mel.
- A Malha do SE apresentou atraso, em decorrência de dificuldades com licenças ambientais e do relevo acidentado do gasoduto Campinas-Rio (recursos de SPE), além de chuvas e descargas elétricas nas frentes de montagem.
- No GASENE, o trecho Cacimbas-Vitória teve sua previsão de conclusão revista para o 2º semestre de 2006, devido à interrupção do contrato com a construtora MASA.
- No GASBOL, as principais realizações foram a construção e montagem das novas estações de entrega (Araricá, Porto Feliz, Campo Largo, Valparaiso, Rio Claro, Igrejinha , Três Lagoas) e os investimentos em confiabilidade e segurança na operação do gasoduto.
- Nas ações que complementam a logística do programa, destacam-se

os atrasos decorrentes de licença ambiental e autorização da ANP para a ampliação da capacidade Cabiúnas-Reduc, que inclui a UPCGN II, compressão, torre de resfriamento e sistema de ar comprimido, e das obras complementares do Lagoa Pardo-Vitória, que incluem a construção dos pontos de entrega V10, Arcel e Barra do Riacho.

A falta de flexibilidade orçamentária frente à incerteza inerente à natureza dos projetos, tais como a dependência de licenças ambientais e a necessidade de compatibilização das obras com os períodos de seca, traz grandes constrangimentos ao programa. A complexidade, decorrente da grande diversidade de projetos e empresas do Sistema PETROBRAS envolvidas (holding e transportadoras), associada à legislação própria das estatais, tem causado dificuldades em licitações e celebração de contratos.

Algumas ações caracterizam-se pela integração entre gasoduto e térmica (consumidor final e gerador de energia). Nesse sentido, deve ser aprimorada a coordenação de ações conjuntas entre a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS) e a PETROBRAS.

Muitas dificuldades são enfrentadas nas audiências públicas, devido ao desnivelamento de conhecimento e entendimento dos objetivos dos projetos. É um processo educativo de longo prazo, porém fundamental para garantir a participação e o crescimento social. Em contrapartida, essas ações facilitam a relação com as comunidades, na medida em que os benefícios de suas ações passam a ser de conhecimento da população.

Outros Aspectos Relevantes

O trecho Cabiúnas–Vitória (GASCAV) já possui licença prévia, licença de instalação e autorização de construção. Seu cronograma de construção prevê o início das obras em janeiro de 2006 e a entrada em operação em março de 2007. Já o trecho Cacimbas–Catu, cujo EVTE está sendo reavaliado, deverá ser financiado por estruturação financeira por meio de SPE, cabendo à PETROBRAS apenas a aquisição de terrenos e servidões.

Foram criadas células de gestão, que respondem pelos 3 principais empreendimentos, a saber: Malhas NE/SE, GASENE e Norte. No início de 2005, foi desenvolvida e mantida atualizada uma Base de Dados com a programação e realização dos projetos. Desde então, representantes do Ministério se reúnem, mensalmente, com os gestores dos projetos para avaliar as variações entre a programação e a realização, inclusive físicas, e reavaliar a necessidade de recursos. Existe uma grande diversidade de projetos e o foco dos sistemas corporativos, principal fonte das informações de realização, é o financeiro.

Recomendações

- Alterar a definição do público-alvo para "Mercado de Gás Natural".
- Rever as metas físicas, devido a atrasos provocados, principalmente, pela dificuldade na obtenção de licenciamentos ambientais e autorizações junto à ANP.
- Aprimorar a coordenação de ações conjuntas entre a ELETROBRÁS e a PETROBRAS.
- Incluir as seguintes ações:

1. Desenvolvimento de Projeto para Escoamento do Gás Natural das Bacias do Espírito Santo e de Campos.
2. Desenvolvimento de Projeto de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural no Porto de Pecém (CE).
3. Desenvolvimento de Projeto de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural na Baia da Guanabara (RJ).

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.

Público-Alvo

Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionados com a área energética.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 28.746.061,00	Empenho Liquidado: R$ 2.792.351,00 Pago estatais: R$ 16.759.887,00 Total: R$ 19.552.238,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Incorporação de Tecnologia

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 10 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Existem grandes dificuldades de apuração deste índice, porém acredita-se na viabilidade de alcance do mesmo ao final do PPA com a realização de atividades conjuntas entre as instituições que coordenam as ações, o Ministério das Minas e Energia (MME) e outros Ministérios.

Contextualização

Existe defasagem científica e tecnológica, além de ociosidade industrial em áreas estratégicas do setor de energia, com conseqüências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no país. As principais causas identificadas para a ocorrência destes problemas são:

1. Ausência do planejamento determinativo para a expansão do setor energético.
2. Arcabouço legal e institucional (INPI, Patente).
3. Inconstância da disponibilidade de recursos financeiros para apoio de P&D Inovação.

4. Defasagem da capacidade laboratorial.
5. Fluxo de informações tecnológicas ineficiente.
6. Interação deficiente entre instituições de pesquisa e indústria.
7. Falta de uma coordenação nacional de ações envolvendo P&D Inovação.

Este programa tem a finalidade de facilitar a transferência de tecnologias dos laboratórios para a indústria, incentivando o investimento e a elevação da produtividade no setor de energia e fortalecendo as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento brasileiro.

Principais Resultados

Conclusão com êxito de três projetos iniciados em 2002, a saber:

- Convênio 006/2002, celebrado com a Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP (FUNCAMP), para o desenvolvimento de uma bomba de calor água-água acionada a biogás para utilização em processos de aquecimento e resfriamento em laticínios, visando à racionalização de energia na produção leiteira. Foram alocados R$ 142.220 pelo MME, mais R$ 40.000 de contrapartida, totalizando R$ 182.220.
- Convênio 007/2002, celebrado com a FUNCAMP, para a produção de bio-óleo combustível por pirólise de biomassa em reator de leito fluidizado. O MME alocou R$ 407.900 e contou com R$ 40.000 de contrapartida, somando R$ 447.900.

A conclusão destes dois convênios proporcionou resultados bastante interessantes no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, assim como na formação de técnicos especializados nestes temas (pesquisadores e alunos da UNICAMP envolvidos nos projetos). Atualmente os coordenadores destes projetos estão trabalhando para introduzí-los no mercado.

- Convênio 011/2002, celebrado com o Instituto de Desenvolvimento sustentável MAMIRAUÁ, para promover a geração de energia elétrica, utilizando óleos vegetais, em comunidades isoladas no Amazonas. O projeto contou com R$ 199.847 do MME e R$ 72.000 de contrapartida, totalizando R$ 271.847.

A conclusão desse convênio trouxe progresso à comunidade beneficiada e proporcionou: o desenvolvimento de tecnologia de fonte alternativa (produção de óleo vegetal e geração de energia elétrica de forma sustentável; o aproveitamento da potencialidade regional; a melhor distribuição de renda; e a inclusão social. Atualmente a comunidade beneficiada opera o projeto, que encontra-se em fase de prestação de contas final, comercializando o óleo vegetal produzido e gerando energia para o consumo dos ribeirinhos.

Foram ainda, celebrados mais 13 convênios de forma conjunta entre os Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, nas áreas de Plantas Demonstrativas de Geração de Energia Elétrica e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos se tornaram insuficientes, tendo em vista o contingenciamento orçamentário e financeiro durante o exercício de 2005, que impossibilitou a realização de todas as atividades previstas. As conseqüências foram a reprogramação das atividades durante o exercício, culminando com sua realização somente no final do ano, e a postergação das atividades para 2006. Sugere-se que sejam mantidos os valores aprovados na Lei de Orçamento Anual, ou seja, que não haja contingenciamento de recursos e posterior liberação de créditos adicionais no final do exercício.

Em relação às ações executadas no âmbito do MME, foram detectadas as seguintes restrições:

1. Falta de equipamentos atualizados de informática e de comunicação.
2. Espaço físico reduzido e ar-condicionado necessitando de manutenção.
3. Dificuldades na celebração de convênios devido à falta de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.
4. Insuficiência da equipe gerencial, nas áreas técnica e administrativa, de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no programa.

A partir das reuniões realizadas no exercício de 2005 com os coordenadores de ação, constatou-se que as outras instituições que coordenam ações têm dificuldades de aprovação interna de celebração de contratos.

Outros Aspectos Relevantes

Apesar de todas as dificuldades apontadas nos itens anteriores, este programa está sendo implementado de forma satisfatória, por meio de:

- Reuniões periódicas da Gerência Executiva com os coordenadores de ação, com o intuito de garantir que as metas físicas,,assim como as diretrizes do Governo, sejam sejam atendidas.
- Acompanhamento dos convênios celebrados, conforme definido na Instrução Normativa 01, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio de visitas trimestrais aos Projetos.
- Desenvolvimento de trabalhos de divulgação interna e, possivelmente, externa dos resultados das atividades realizadas no âmbito do programa, medida que se revelou inovadora.

Recomendações

Não há recomendações.

Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

Objetivo

Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

Público-Alvo

Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 460.026.941,00	

Empenho Liquidado:	-
Pago estatais:	R$ 458.665.889,00
Total:	R$ 458.665.889,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 79.836.296,00	R$ 2.001.000,00

Indicador(es)

1. Taxa de freqüência de Acidentados com Afastamento (TFCA)

Unidade de medida: Taxa
Último índice apurado: 0,75 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Todas as ações da BR são norteadas pela política de excelência em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), visando a atingir padrões internacionais. A possibilidade de alcance do índice TFCA é alta, uma vez que a meta de 0,8 prevista para 2006, já foi superada em 2005.

2. Qualidade dos produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 76 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 91

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice é baixa em decorrência de uma mudança na metodologia de cálculo. O índice era calculado pela razão entre número de postos certificados pelo Programa de Olho no Combustível e o número de postos da rede preferencial, ou seja, postos ativos com consumo médio mensal superior a 50m³. Todavia, como a atual definição de posto preferencial requer o certificado do

Programa, a metodologia de cálculo foi alterada e, assim, o índice é apurado pela razão entre número de postos certificados pelo programa e o número de postos ativos, postos de bandeira BR que adquiriram combustível no mês.

3. Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 33,8 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 34,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
As metas previstas para este indicador estão sintonizadas com o Plano Estratégico da BR 2004-2015, apresentando, assim, alta viabilidade de alcance do índice previsto para o indicador.

Contextualização

A necessidade de ampliação, modernização e manutenção da infra-estrutura de distribuição, de modo a minimizar o risco ambiental e a atender à demanda crescente de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis combinada com a preocupação em garantir ao consumidor a qualidade dos produtos em todas as etapas do processo de comercialização se verifica por meio da implementação do Programa de Olho no Combustível. Este é o mais completo programa de qualidade de combustíveis, certificado segundo a Norma ISO 9001, além de ser também o único certificado segundo regras específicas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) para companhias distribuidoras.

Ao contrário de outros programas de qualidade, este programa consiste não só na realização em campo de testes na gasolina, óleo diesel e álcool, mas também no treinamento dos responsáveis pelos serviços de armazenagem e recebimento de combustíveis, devolução de produtos e da limpeza de tanques e filtros.

Principais Resultados

- Certificação de 4.496 postos no De Olho no Combustível, alcançando o índice de 76,0% dos postos ativos.
- Aumento de 8,6% do volume de vendas em relação ao ano anterior.
- O volume de vendas em 2005 foi de 29.450m³, alavancado, principalmente, pelo crescimento de vendas do álcool hidratado, que teve seu mercado ampliado em 20% pelo lançamento de veículos multicombustíveis.

Outro fator que contribuiu para o aumento de mercado foi a aquisição da distribuidora AGIP do Brasil, em meados de 2004, proporcionando a incorporação de 1.154 postos à rede da BR em 2005.
Por outro lado, a concorrência entre as grandes distribuidoras se acirrou, pois houve uma reversão de expectativas em relação aos seus investimentos no mercado brasileiro, que vinham decaindo nos últimos anos, mas em 2005 voltaram crescer.

- Implantação de 17 postos próprios nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

- Inauguração de 3 Postos Escola, totalizando 13 postos desta categoria.
- Ampliação da rede de postos de gás natural (GNV), alcançando a marca de 295 postos em 17 Estados, destacando-se a inauguração do primeiro no Amazonas, na Região Norte.
- Entrada em operação da primeira bomba de biodiesel da Rede BR, na grande Belém/PA, em consonância com Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Houve lentidão no processo de licenciamento ambiental. Além disso, a inexistência de um instrumento regulatório relativo aos pontos de abastecimento de consumidor inviabilizou o cumprimento da meta física estabelecida para o projeto "Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes".

Na ação "Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes", o atraso na definição da revisão tarifária postergou o início das obras de ampliação da rede de gasodutos até o Município de Linhares, ES em 2005.

Outros Aspectos Relevantes

A BR tem realizado os projetos de geração de energia com o objetivo de contribuir para o crescimento da oferta de energia do País, de forma racional e equilibrada. Nesse sentido, a BR aderiu ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), lançado pelo Governo Federal, por meio de associação de projetos que visam ao desenvolvimento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa associação, denominada Brasil PCH, consiste na construção de 13 PCHs, distribuídas entre os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso do Sul, com potência entre 1 e 30MW e com área total de reservatório igual ou inferior a 3Km³. O início das construções está previsto para 2006 e a entrada em operação, para meados de 2007.

Outro projeto relevante para a consolidação da sua posição como fornecedora de soluções energéticas é o Projeto de Geração Isolada em Manaus. A BR participa, por meio de suas coligadas, Breitener Energética e Cia. Manauara, da implantação de três usinas térmicas movidas a óleo combustível, Tambaqui, Jaraqui e Manauara, cujo início de operação está previsto para 2006.

Como exemplo de boas práticas de gestão, o programa apresenta um processo de planejamento de investimentos que se baseia, principalmente, em dois instrumentos: o Plano Estratégico e o Plano Anual de Negócios (PAN). O Plano Estratégico detalha os investimentos da BR para os próximos 5 anos, e o PAN planeja os investimentos do ano corrente por gerência executiva. Outro bom exemplo, é a realização orçamentária, acompanhada pelo Relatório Mensal de Desempenho e pelo Fórum de Acompanhamento do Desempenho Orçamentário da BR, por meio de reunião trimestral das áreas executoras com os planejadores da companhia.

O programa promove a participação social por diversos meios. A ouvidoria é a referência principal na defesa dos direitos e interesses dos consumidores, dos funcionários e da sociedade, com o compromisso de assegurar a solução rápida e

eficaz de todas as solicitações, críticas, reclamações e sugestões. Também são utilizadas as audiências públicas e as consultas públicas. Adicionalmente, são disponibilizados outros canais de comunicação para a sociedade, com destaque para o Portal BR e para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

O Portal BR tem como propósito impulsionar o comércio eletrônico, fidelizar clientes, consumidores e parceiros e melhorar a comunicação e divulgação da empresa. O SAC, acionado via 0800 ou via portal, recebe mensagens, que são analisadas e tratadas no prazo mais curto possível e, caso haja necessidade, são encaminhadas para tratamento pelas áreas internas competentes.

Recomendações

- Alterar a metodologia de cálculo do indicador "Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora".

Eficiência Energética

Objetivo

Reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos.

Público-Alvo

Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 54.537.595,00	Empenho Liquidado: R$ 4.066,00 Pago estatais: R$ 35.635.105,00 Total: R$ 35.639.171,00
Previsto não orçamentário R$ 279.700.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 14.576.074, 20

Indicador(es)

1. Energia Elétrica Economizada

Unidade de medida: GWh
Último índice apurado: 2.500 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em conseqüência do aumento da abrangência do PROCEL, sobretudo no que diz respeito ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ) e ao Esgotos de Araçatuba (SANEAR), foi possível atingir as metas originalmente previstas para 2007 ainda no exercício de 2005.

2. Quantidade de Petróleo Conservada

Unidade de medida: Tonelada equivalente de petróleo por ano
Último índice apurado: 245.920 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 175.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em conseqüência do aumento da abrangência do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET), sobretudo no que diz respeito ao Projeto ECONOMIZAR, foi possível superar as metas originalmente previstas para 2007 ainda no exercício de 2005.

Contextualização

Há, no Brasil, um significativo desperdício e uso ineficiente de energia, devido basicamente às seguintes causas: (1) falta de acesso à informação para a população e consumidores sobre a importância da energia e seu uso apropriado; (2) carência de educação formal que valorize a energia como um bem fundamental da sociedade; (3) insuficiente capacitação de especialistas em todos os níveis da cadeia energética; (4) ambiente de negócios inadequado para favorecer a sustentabilidade deste mercado; (5) arcabouço legal e institucional ainda inadequado para alavancar o tema; (6) ausência de tecnologias inovadoras para a produção de equipamentos mais eficientes de baixo custo; (7) sinergia insuficiente no uso otimizado de fontes energéticas; (8) política tarifária que não estimula a eficiência energética.

O programa pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia, por meio da promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para atuação de empresas voltadas para este negócio. Em suma, visa a aumentar a disponibilidade de energia para o País.

A não-execução deste programa pode implicar aumento dos custos de produção, aumento da necessidade de investimentos na expansão do setor energético, mau aproveitamento e redução da disponibilidade dos recursos naturais, dificultando o desenvolvimento sustentável do País.

Principais Resultados

- Economia de 2500GWh de energia elétrica, alcançada por meio do Programa Nacional de Conservação de Eletricidade (PROCEL), cujas ações abrangem iluminação pública, indústrias, etiquetagem, Selo PROCEL, educação, gestão energética municipal, entre outras.
- Economia de 290 milhões de litros de óleo diesel, alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e do gás natural junto aos setores de transportes, educação e etiquetagem, por meio do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural –(CONPET).
- Atendimento a 229 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ.

O PROCEL expandiu suas ações, destacando-se o aumento do número de Municípios abrangidos pelo RELUZ, além das atividades junto às concessionárias de saneamento ambiental, atendidas por meio do PROCEL/SANEAR. Destacam-se, ainda, as atuações na indústria.

Merecem também destaque as seguintes ações, desenvolvidas no âmbito do programa: (1) regulamentação de equipamentos no âmbito da Lei nº 10.295/01, com a publicação do plano de metas de motores elétricos trifásicos, realização de todo o processo de consulta pública à minuta da Portaria de regulamentação de lâmpadas fluorescentes compactas, constituição dos comitês técnicos de fogões, aquecedores de água a gás e veículos automotores leves; (2) início das atividades de regulamentação de eficiência energética nas edificações do País, a qual consistirá

no estabelecimento de níveis mínimos de eficiência, que serão atestados por meio de selo orientativo; e, (3) expansão das ações do CONPET, evidenciadas pelo aumento do número de veículos monitorados por meio do Programa Economizar, que é direcionado às empresas de transportes de cargas e passageiros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Parte das ações deste programa é desempenhada com recursos orçamentários de outras instituições, como a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) e a PETROBRAS. Os recursos orçamentários disponibilizados ao Ministério das Minas e Energia (MME), no âmbito do programa, foram limitados e sofreram forte contingenciamento.

A realização das metas físicas ocorreu conforme previsto, embora algumas ações apresentem deficiências na execução, decorrentes, principalmente, das dificuldades detectadas no monitoramento e no preenchimento das informações relativas às ações desempenhadas pelas respectivas instituições.

Mesmo havendo a liberação de recursos adicionais em momento posterior, os prazos muito curtos para encaminhamento de todos os procedimentos não permitiram que fosse celebrado convênio para treinamento de fiscais, verificação e fiscalização da implementação da Lei de Eficiência Energética.
Para a gestão de todo o programa, inclusive o desempenho das atividades no âmbito do MME, este Ministério conta somente com dois profissionais. Ademais, a equipe não conta com qualquer apoio administrativo.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Energia Alternativa Renovável

Objetivo

Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais.

Público-Alvo

Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 28.435.105,00	Empenho Liquidado: R$ 2.532.805,00 Pago estatais: R$ 1.767.135,00 Total: R$ 4.299.940,00
Previsto não orçamentário R$ 3.527.000.000,00	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 43,9 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os objetivos do Governo quanto ao tema estão sendo atendidos, porém os comentários referentes ao atingimento do Índice Final para 2007 ficam comprometidos, pelo fato de as ações que estão sendo realizadas neste programa serem voltadas às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e este índice indicar a participação das Energias Renováveis na Matriz Energética.

Contextualização

O momento atual exige algumas medidas, a saber:

- Ampliar a oferta de energia, diversificando a matriz energética nacional com recursos energéticos locais, promovendo a economia de divisas e independência de conjunturas internacionais.
- Contribuir para o equilíbrio de oferta e demanda, reduzindo os riscos hidrológicos.
- Acompanhar, avaliar e divulgar as ações do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

- Promover o desenvolvimento tecnológico e a inserção de novas fontes renováveis.
- Promover a capacitação, a formação e a divulgação com ênfase em energia renovável.
- Estimular a criação de um ambiente de negócios favorável aos certificados verdes e de emissão reduzida de gases de efeito estufa (CDM - Certificados Verdes).
- Conhecer as ferramentas necessárias para conexão e despacho adequados das fontes na rede de transmissão e de distribuição.
- Promover o levantamento de potenciais energéticos de fontes alternativas nos sistemas interligado e isolado.

Principais Resultados

- Contratação de 144 projetos no PROINFA, até março de 2005, totalizando 3.300MW, distribuídos em 1.423MW para a fonte eólica (54 projetos), 1.191MW para a fonte PCH (63 projetos) e 685MW para a fonte biomassa (27 projetos).
- Aperfeiçoamento do Programa de Apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o PROINFA, estendendo o período de amortização e ampliando o financiamento para até 80% dos investimentos, excluindo bens e serviços importados e aquisição de terrenos.

Além dos resultados mencionados, merece destaque:

- Decisão sobre a permissão de aditamento dos contratos de compra e venda de energia do PROINFA, em 28 de setembro de 2005, com publicação da Portaria MME nº 452, de 2005. As datas de entrada em operação comercial dos empreendimentos puderam ser postergadas para até 30 de dezembro de 2008.
- Definição, em outubro de 2005, do Plano Anual do PROINFA. Para o ano de 2006, está previsto o comissionamento de 37 empreendimentos do PROINFA, perfazendo 914,57MW instalados, sendo 10 empreendimentos de PCH, 10 de Eólica e 17 de Biomassa, distribuídos em 13 Estados, gerando 1.337.228MWh em 2006. São os primeiros empreendimentos a entrarem em operação neste programa, que diversifica a matriz energética e consolida novas tecnologias.
- Celebração de 13 convênios enquadrados de forma conjunta nos Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, nas áreas de Plantas Demonstrativas de Geração de Energia Elétrica e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário e financeiro imposto no decorrer do ano de 2005 impossibilitou a execução adequada de algumas ações, uma vez que foram abortadas algumas atividades previstas em função das restrições impostas. Mesmo havendo liberação de recursos adicionais em momento posterior, os prazos já não permitiam que todas as atividades fossem retomadas, o que ocasionou o descumprimento de metas físicas. Houve também dificuldades para a celebração de contratos por parte

de algumas das instituições que coordenam ações deste programa. Cabe ressaltar, entretanto, que as metas do PROINFA e de outras atividades do programa têm sido alcançadas, a despeito das dificuldades mencionadas.

Além disso, a equipe gerencial enfrenta dificuldades relativas à falta de equipamentos atualizados de informática e de comunicação; inexistência de espaço físico adequado e insuficiência de recursos humanos na equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no programa, em especial de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.

Verificou-se, nas reuniões com os coordenadores de ação, que as outras instituições que coordenam ações têm dificuldades de aprovação interna para a celebração de contratos. Também foram encontradas dificuldades na celebração de convênios devido à falta de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.

Outros Aspectos Relevantes

Apesar de todas as dificuldades existentes, apontadas nos itens anteriores, o programa está sendo implementado de forma satisfatória e as práticas executadas na sua gestão são:

1. Reuniões periódicas da Gerência Executiva com os coordenadores de ação, no intuito de garantir que as metas físicas, assim como as diretrizes do Governo, sejam atendidas.
2. Acompanhamento dos convênios celebrados como definido na Instrução Normativa 01, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
3. Visitas trimestrais aos Projetos.

Como atividade inovadora, ressalta-se o desenvolvimento de trabalhos de divulgação interna e possivelmente externa dos resultados das atividades realizadas no âmbito do programa.

Recomendações

Não há recomendações.

Energia na Região Nordeste

Objetivo

Atender às necessidades de energia elétrica da Região Nordeste.

Público-Alvo

Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 743.689.192,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 538.988.143,00 Total: R$ 538.988.143,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 1.067.980.640,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Crescimento da Capacidade Instalada

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 13.820 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2005, embora o indicador não tenha sido apurado, o aumento na capacidade instalada em subestações e usinas foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram uma taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004.. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado. Cabe ressaltar que novos indicadores foram adotados para 2006.

2. Taxa de Expansão de Linhas de Transmissão

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 19.150 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Em 2005, foram acrescidos ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com

as previsões de crescimento do mercadocapacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

Contextualização

A Região Nordeste caracteriza-se pela limitada capacidade de geração aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais, com elevada taxa de consumidores de baixa renda.

O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes quantidades de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da Matriz Energética Nacional.

As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Principais Resultados

- Implantação do Sistema de Transmissão Teresina – Sobral – Fortaleza: 541km de linha de transmissão em 500kV, concluída e energizada em dezembro de 2005, com investimentos na ordem de R$ 550 milhões.
- Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste: implementação de projetos de transmissão no subsistema nordeste, compreendendo linhas em 230kV, recapacitação de circuitos, bem como ampliações e adequações de subestações.
- Ampliação da Capacidade Instalada da Usina Termelétrica (UTE) de Camaçari: acréscimo de 176MW de potência à usina, gerando uma capacidade atual da UTE de 350MW.
- Sistema de Transmissão Nordeste: implementação de novas subestações no subsistema nordeste, com destaque para as subestações Elizeu Martins e Joairam.
- Sistema de Transmissão Camaçari – Sapeaçu: 106km de linha de transmissão em 500kV, concluída e energizada em outubro de 2005, com investimento de R$ 110 milhões no Estado da Bahia.
- Implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Pedra do Cavalo: implantação da UHE com 160MW de potência instalada no Rio Paraguaçu, com investimento de R$ 157 milhões.
- Expansão do Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí: implementação de vários projetos de transmissão (linhas e subestações), no Estado do Maranhão, visando a ampliar a capacidade de transporte de energia elétrica proveniente da construção da segunda etapa da UHE Tucuruí. Ao final do projeto serão aproximadamente 120km de linhas de transmissão e 695MVA de potência de transformação.

Dentre outros empreendimentos em construção, destacam-se: LT 230kV Teresina – Peritoró / Coelho Neto e as subestações Coelho Neto, São Luiz II, SE Imperatriz, SE Presidente Dutra e SE Peritoró. Evidenciam-se, também, as obras de implantação de cabos ópticos nas linhas de transmissão para melhoria dos serviços de controle e proteção do sistema elétrico, além dos serviços de telecomunicações.

- Implantação da LT Fortaleza II – PICI: implantação de 27,7km de linha de transmissão em 500kV, circuito duplo, energizada em maio de 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.
Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Avaliação da sistemática de inclusão de ações no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela Aneel, a partir da flexibilização, se possível, da legislação aprovada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.

- Exclusão das seguintes ações:
  1. 5103 – "Ampliação da Capacidade de Energia da UTE Bongi", cuja concessão não apresentou renovação formalizada.
  2. 5105 – "Ampliação da capacidade de energia da UTE Camaçari", com término previsto para 2006.
  3. 9784 – "Implantação de Sistema de Transmissão Teresina – Sobral – Fortaleza (500kV – 540km)", com previsão de término para 2005.
- Inclusão das seguintes ações:
  1. Implantação do Ciclo Combinado na Usina Hidrelétrica de Camaçari, com Acréscimo de 200MW (BA).
  2. Implantação do Sistema de Transmissão Ibicoara-Brumado II (230kV – 105km) (BA).
  3. Implantação do Sistema de Transmissão Picos-Tauá (230kV – 180km) (PI/CE).
  4. Implantação de Sistema de Transmissão Paraíso-Açu (230kV - 135km) (RN).
  5. Implantação do Sistema de Transmissão Funil-Itapebi (230kV - 225km) - (BA).
  6. Manutenção do Sistema de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional da UTE TERMOCEARÁ;
  7. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE TERMOCEARÁ.
  8. Manutenção da Infra-estrutura Operacional da UTE TERMOCEARÁ.
  9. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termoelétrica TERMOBAHIA.
- Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Energia na Região Norte

Objetivo

Atender às necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

Público-Alvo

Consumidores de energia elétrica da Região Norte.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 646.290.000,00	

Empenho Liquidado:	-
Pago estatais:	R$ 623.797.638,00
Total:	R$ 623.797.638,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 4.528.672.080,00	R$ 118.116.380,00

Indicador(es)

1. Taxa de Crescimento da Capacidade Instalada

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 9.321 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada, em subestações e usinas, foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

2. Taxa de Expansão de Linhas de Transmissão

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 6.194 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o índice do indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescidos ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036 km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

Contextualização

A Região Norte caracteriza-se pelo grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos socioambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões.

As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população e o aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa Região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

Principais Resultados

- Geração de energia elétrica: destaca-se a ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, de 4.245MW para 8.370MW de capacidade instalada. Até dezembro de 2005, já entraram em operação 7 unidades de 375MW cada, totalizando 2.625MW.
- Transmissão de energia elétrica: salienta-se a expansão do sistema de transmissão para escoamento da energia gerada em Tucuruí, com a entrada em operação de 469km de linha de transmissão em 500kV (Marabá - Açailândia e Tucuruí - Marabá).

Evidenciam-se também os estudos de viabilidade para a implantação das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (11.182MW, PA), Santo Antônio (3.580MW, RO), Jirau (3.900MW, RO) e a Usina de Estreito, em fase de desenvolvimento, com 1.087MW, no Estado de Tocantins. Registra-se, ainda, o inicio da implantação do novo sistema de transmissão em 500kV, Colinas/R.Gonçalves/S. J. Piauí/Sobradinho, que ampliará a capacidade de suprimento ao Nordeste em mais 1.200MW médios.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.

Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Exclusão da ação 9785 – "Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí - Vila do Conde (500kV - 329km)"
- Inclusão das seguintes ações:
  1. "Melhorias e Reforços no Sistema de Transmissão da Região Norte";
  2. "Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curua-Una (AP) de 30,3 para 40,3MW".
  3. Avaliação da sistemática de inclusão de ação no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela ANEEL, a partir da flexibilização, se possível, da legislação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
  4. Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Energia na Região Sul

Objetivo

Atender às necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

Público-Alvo

Consumidores de energia elétrica da Região Sul.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 331.517.623,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 280.274.034,00 Total: R$ 280.274.034,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 3.752.676.006,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Crescimento da Capacidade Instalada

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 21.006 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada, em subestações e usinas, foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004. A expansão da capacidade instalada verificada no ano de 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

2. Taxa de Expansão de Linhas de Transmissão

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 14.552 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescidos ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em

nível nacional. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

Contextualização

A Região Sul caracteriza-se pela elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar o papel de exportadora para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Esta região distingue-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo.

O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação da Matriz Energética, face à elevada reserva carbonífera existente e às obras de expansão que, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Principais Resultados

- Expansão da geração: destacam-se o início de operação da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, com 698MW de potência instalada, localizada na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a Usina Hidrelétrica Santa Clara com 120MW de potência instalada, localizada no Estado do Paraná. A Usina Hidrelétrica de Campos Novos (SC), com 880MW, está com 95% das obras concluídas e deve entrar em operação em maio de 2006.
- Expansão da transmissão: evidencia-se a entrada em operação das Linhas de Transmissão Londrina-Assis-Araraquara, com 365km e 525kV, Campos Novos- Barra Grande- Lagoa Vermelha -Santa Marta, com 187km e 230kV, e Evaiporã-Cascavel, com 204km e 525kV.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.

Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Avaliação da sistemática de inclusão de ações no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela ANEEL, a partir da flexibilização, se possível, da legislação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
- Exclusão das seguintes ações:
    1. 9940 – "Ampliação da Usina Hidrelétrica Itaipu em 1.400MW (PR)", cuja obra deverá ser concluída em 2006.
    2. 905G – "Implantação de Linha de Transmissão Jorge Lacerda B-Palhoça III (230kV - 120km)", em Santa Catarina, reavaliada pela área de planejamento e excluída do plano de expansão.
    3. 9614 – "Implantação de Sistema de Transmissão Campos Novos - Lagoa Vermelha, SC/RS (230kV - 84km)", concluída em 2005.
    4. 9611 – "Implantação de Sistema de Transmissão Gravataí - Porto Alegre, RS (230kV - 17km)", concluída em 2003.
    5. 9799 – "Implantação de Sistema de Transmissão Ivaiporã – Londrina, PR (525kV - 122km) , concluída em 2003.
    6. 9796 – "Implantação de Sistema de Transmissão Londrina-Assis Araraquara, PR/SP (525kV - 306km)", concluída em 2005.
    7. 9798 – "Implantação de Sistema de Transmissão Salto Santiago-Ivaiporã-Cascavel Oeste, PR (525kV - 376km)", concluída em 2005;
    8. 9770 – "Implantação de Usina Hidrelétrica Barra Grande com 690MW no Rio Pelotas (SC/RS)", com término previsto para 2006.
    9. 9254 – "Implantação de Usina Hidrelétrica Campos Novos com 880MW no Rio Canoas (SC)", com término previsto para 2006.
    10. 9656 – "Implantação de Usina Hidrelétrica Monte Claro com 130MW entre Bento Gonçalves e Veranópolis (RS)", com término previsto para 2006).
    11. 9657 – "Implantação de Usina Hidrelétrica Santa Clara com 120MW em Candói e Pinhão (PR)", cuja obra foi concluída em 2005.

- Inclusão de ações:
    1. Implantação de Usina Hidrelétrica Passo do São João com 77MW (RS) e Sistema de Transmissão Associado em 69kV, com 30km de extensão.
    2. Implantação de Usina Hidrelétrica São José com 51MW (RS).
    3. Implantação da Linha de Transmissão, em 525kV Curitiba - Bateias 38km (PR).
    4. Implantação da Linha de Transmissão em 230kV, D. Francisca S. Maria 3, 66 kmkm (RS).
    5. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Canoinhas - São Mateus, 48km (SC).
    6. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV,C.Novos - Videira, 71km, C. Duplo (SC).
    7. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Londrina - Maringá, 83km, (PR).
    8. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Gravataí 3-Osório2-Atlântida 2, 103km, (RS).
    9. Implantação da Linha de Transmissão, em 230kV, Cascavel Oeste Foz do Iguaçú Norte, 120km, (PR).
    10. Adequações na Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio por meio da Conversora de Frequência de Rivera (RS) (Ressarcimento dos dispêndios efetuados pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
- Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Objetivo

Atender às necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

Público-Alvo

Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.988.236.378,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 2.304.700.338,00 Total: R$ 2.304.700.338,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 4.948.953.892,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Crescimento da Capacidade Instalada

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 42.602 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada, em subestações e usinas, foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente. Esses acréscimos representaram uma taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro esteve compatível com as previsões de crescimento do mercado.

2. Taxa de Expansão de Linhas de Transmissão

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 37.768 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescidos ao sistema de transporte

de energia elétrica 3.036 km de linhas, o que corresponde a um aumento de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

Contextualização

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se pela elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões distinguem-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto.

O Sistema Sudeste/ Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamento nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e dos sistemas interconectados, apresentam significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.O aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

Principais Resultados

- Expansão da geração: foram acrescidos 500MW de potência instalada em novas usinas nas Regiões Sudeste e Centro Oeste. Em especial, destaca-se a conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Aimorés, com 330MW, localizada no Estado de Minas Gerais.
- Expansão da transmissão: foram concluídos mais 720km de novas linhas de transmissão, destacando-se a LT Ouro Preto – Vitória, em 345kV, com 370km de extensão, em operação desde fevereiro de 2005, de importância fundamental para sustentar o suprimento ao Estado do Espírito Santo.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações. O processo que envolve a aprovação de ações de expansão e/ou melhorias é lento, pois o prazo compreendido entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo é muito extenso, comprometendo a programação física e orçamentária do programa.

Espera-se que, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o aperfeiçoamento do processo de planejamento, essa dificuldade seja atenuada. No entanto, independentemente das ações da EPE, cabem providências das áreas envolvidas, de maneira a minimizar o problema. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

Em 2005, o programa também enfrentou dificuldades relacionadas ao processo

de licitação e celebração de convênios causados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, observou-se lentidão nas autorizações das licenças.

A inadequação de normas legais também influencia na execução do programa, pois as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e, quando saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. É necessário avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Avaliação da sistemática de inclusão de ação no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela ANEEL, a partir da flexibilização, se possível, da legislação aprovada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
- Exclusão das seguintes ações:
  1. 9811 - Implantação de Sistema de Transmissão Montes Claros-Irapé (345kV - 160km) - (MG), cuja obra foi finalizada em 2005.
  2. 9810 - Implantação de Sistema de Transmissão Rondonópolis-Coxipó-Cuiabá (230kV - 193km) - (MT), cuja obra foi concluía em 2005.
  3. 9268 - Implantação de Usina Hidrelétrica Aimorés com 330MW no Rio Doce (MG/ES), cuja obra foi finalizada em 2005.
  4. 9598 - Implantação de Usina Hidrelétrica Corumbá IV com 127MW (GO) (obra concluída em 2006).
  5. 9176 - Implantação de Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra com176 MW no Rio Correntes (MT/MS), cuja obra foi concluída em 2005.
  6. 9935 - Implantação de Usina Hidrelétrica Simplício com 324MW (RJ), cuja obra foi licitada em 2005 e passará à ação de investimentos das estatais.
  7. 3302 - Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476MW (MG), cuja conclusão está prevista para 2006.
- Inclusão das seguintes ações:
  1. Implantação de Usina Hidrelétrica Baguari com 140MW (MG).
  2. Implantação de Usina Hidrelétrica Barra do Pomba com 70MW (RJ).
  3. Implantação de Usina Hidrelétrica Cambuci com 50MW (RJ).
  4. Implantação de Usina Hidrelétrica Dardanelos com 261MW (MT).
  5. Implantação de Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro com 72MW (GO).
  6. Implantação de Usina Hidrelétrica Paulistas com 52,5MW (MG/GO) e Sistema de Transmissão Associado em 138kV, com 75km de extensão.
  7. Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - UHE Simplício com 305,7MW, PCH Anta com 28MW e Sistema de Transmissão Associado em 138kV, com 120km de extensão (MG/RJ).

8. Implantação de Sistema de Transmissão São Simão – Marimbondo (500kV - 190km) - (GO/MG).
9. Implantação de Sistema de Transmissão Marimbondo – Ribeirão Preto (500kV - 195km) - (MG/SP).
10. Implantação de Sistema de Transmissão Ribeirão Preto – Poços de Caldas (500kV - 140km) - (SP/MG).
11. Implantação de Sistema de Transmissão Ribeirão Preto – Estreito (500kV - 130km) + SE R.Preto 500/440kV - (SP/MG).
12. Implantação de Sistema de Transmissão Jaguará – Estreito (500kV - 45km) - (MG).
13. Implantação de Sistema de Transmissão Neves 1 – Mesquita (500kV - 180km) - (MG).
14. Implantação de Sistema de Transmissão Mascarenhas – Verona (230kV - 107km) + SE Verona 230/138kV - (ES).
15. Implantação de Sistema de Transmissão Paracatu 4 - Pirapora 2 (500kV - 260km) + SE Pirapora 500/345/138kV - (MG).
16. Implantação de Sistema de Transmissão Itararé - Jaguaraíva (230 kV- 40km) + SE Itararé 230/138kV - (PR/SP).
17. Implantação de Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (345kV - 50km) - (SP).
18. Modernização da Usina Hidrelétrica Funil de capacidade instalada com 216MW (RJ).
19. Implantação de Usina Hidrelétrica Retiro Baixo com 82MW (MG).
20. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE IBIRITERMO.
21. Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional da UTE MACAÉ MERCHANT.
22. Manutenção da Infra-estrutura Operacional da UTE MACAÉ MERCHANT.
23. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE MACAÉ MERCHANT.
24. Implantação da Usina Nuclear de Angra III.

- Redefinição dos atributos das ações de financiamento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Energia nos Sistemas Isolados

Objetivo

Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo às suas necessidades de energia elétrica.

Público-Alvo

Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 438.975.757,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago estatais:	R$ 313.226.743,00
	Total:	R$ 313.226.743,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Crescimento da Capacidade Instalada

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2.934 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram adotados novos indicadores a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, o aumento na capacidade instalada em subestações e usinas foi de 5.415MVA e 2.425MW, respectivamente, acréscimos que representaram taxa de crescimento em nível nacional de aproximadamente 3% para os dois segmentos, em relação a 2004.. A expansão da capacidade instalada verificada em 2005 no setor elétrico brasileiro está compatível com as previsões de crescimento do mercado.

A potência instalada nos sistemas isolados cresceu 6,3% em 2005, e foram acrescidos aos sistemas aproximadamente 180 MW.

2. Taxa de Expansão de Linhas de Transmissão

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1.447 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram adotados novos indicadores regionalizados a partir de 2006. Embora o indicador não tenha sido apurado em 2005, foram acrescidos ao sistema de transporte de energia elétrica 3.036km de linhas, o que representou um acréscimo de 3,7% em nível nacional, em relação a 2004. A expansão do sistema de transmissão verificada em 2005 esteve de acordo com as previsões de crescimento do mercado.

Foram acrescidos 216km de linhas de transmissão aos sistemas isolados em 2005, totalizando 2.700km, o que corresponde a um aumento de 4,5% (classe de tensão maior igual a 69 KV).

Contextualização

Os Sistemas Isolados caracterizam-se pela insuficiência de oferta de energia e pela baixa qualidade no atendimento das necessidades de energia elétrica. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados, Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá, ao Sistema Interligado Nacional.

Nas pequenas comunidades localizadas neste sistema, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de águas baixas. Além disso, o perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda, bem como cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

Principais Resultados

- Ampliação, revitalização e manutenção da geração: os parques geradores dos sistemas isolados foram ampliados e mantidos para assegurar a oferta de energia elétrica. Em Manaus e Macapá, houve a instalação de novas plantas termelétricas. Foram realizadas também manutenções no parque gerador de Manaus e, no interior do Estado do Amazonas, a Companhia Energética do Amazonas (CEAM) executou um programa de revitalização das suas unidades geradoras. Também foram revitalizadas 63 unidades geradoras, sendo 18 unidades do fabricante ALCO, 20 da General Motors –(GM) e 25 da Cummins, totalizando, aproximadamente, 80MW.
- Expansão do sistema de transmissão Acre-Rondônia.
- Em Rondônia, avançam as obras para implantação da Linha de Transmissão Ji-Paraná - P.Bueno - Vilhena, com cerca de 280km de extensão. Foram realizados os serviços de topografia, as medições de resistividade do solo e a implantação dos canteiros de obras necessários para cobrir toda a extensão da linha. As subestações de Pimenta Bueno e Vilhena também tiveram suas obras iniciadas. A integração do mercado da Região Centro-Sul ao Sistema de Transmissão Acre - Rondônia permitirá a desativação de usinas térmicas das Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), aumentando a confiabilidade e a qualidade do atendimento, além de reduzir os custos operacionais.
- No Estado do Acre, está em implantação a Linha de Transmissão Rio Branco - Epitaciolândia, com 194km de extensão. Foram realizados os

serviços de topografia, medição da resistividade do solo e levantamento planialtimétrico. A integração dos Municípios de Senador Guiomar, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia e Brasiléia ao Sistema de Transmissão Acre-Rondônia proporcionará, também, a desativação de pequenas usinas termelétricas, melhorando a qualidade do atendimento e a redução dos custos operacionais.

- Ampliação e manutenção das redes de distribuição: No interior do Estado do Amazonas foram construídos 91km de redes de distribuição nas cidades de Rio Preto da Eva, Manacapuru, Novo Aripuanã, Itacoatiara, Itapiranga, Tabatinga, Apuí, Carauari, Itamarati e Elvira, entre outras. Em Manaus foram construídos 150km, permitindo a ligação/ regularização de aproximadamente 35 mil consumidores. Em Boa Vista foram 25km de redes, permitindo a ligação/ regularização de 3.600 consumidores. Ainda quanto à distribuição, foram adquiridos pelas empresas vários equipamentos e materiais de distribuição, além de medidores de energia, o que viabilizará as manutenções nos sistemas, melhorando a confiabilidade das redes, proporcionando melhor atendimento e reduzindo as perdas técnicas e comerciais.
- Além dos resultados mencionados, encontra-se em andamento:

  1. No Sistema de transmissão de Manaus: um conjunto de obras de sub-transmissão para ampliação da capacidade de transporte de energia elétrica à cidade de Manaus. São linhas de transmissão em 69kV e subestações associadas, que permitirão ampliar e reforçar o transporte da energia gerada pelo atual parque gerador e, também, para permitir a integração das novas usinas termelétricas que estão sendo instaladas. Dentre as linhas construídas destacam-se as LTs Mauá - Cachoeirinha , Cachoeirinha - Aparecida e Mauá - São José Variante I . Das que estão em andamento evidenciam-se Distrito Industrial – Manaus, Mauá - São José Variante II, Manaus - Flores, Aparecida - Ponta do Ismael, Mauá - Cidade Nova – (são aproximadamente 55km de linhas em todo o Município). Associadas às linhas que estão sendo incorporadas ao sistema elétrico de Manaus estão as subestações (SE) abaixadoras, com destaque para a SE Santo Antônio, concluída em 2005, com 53MVA de capacidade instalada. Praticamente todas as subestações de Manaus estão sendo adequadas para comportar essa ampliação do sistema de transmissão, que permitirá maior qualidade e confiabilidade do atendimento.
  2. No Sistema de transmissão do Amapá: estão sendo executadas as obras de implantação das LTs de 69kV Santana - Santa Rita e Equatorial - Santa Rita, totalizando aproximadamente 20km, que proporcionarão uma melhoria no atendimento à cidade de Macapá. As obras de fundações e concretagem das bases estão concluídas e a montagem das torres e lançamento de cabos estão em andamento. As subestações associadas às obras de transmissão também estão em construção.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observado lentidão nas autorizações das licenças.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações e a liberação dos recursos, prejudicando a execução da programação física das ações.

Os cortes orçamentários decorrentes da Lei n.º 11.231, de 22 de dezembro de 2005, e a aprovação dos créditos suplementares apenas no final do ano comprometeram parcialmente os resultados do programa.

Em 2005, foi registrada uma das maiores estiagens da história na região amazônica, o que comprometeu, significativamente, o deslocamento das equipes e o transporte de material e equipamentos para a execução das ações, pois o transporte fluvial é um importante recurso utilizado na região.

A região possui características peculiares com grandes dificuldades de deslocamentos e acesso a determinadas localidades. Assim, há problemas de logística para compra e distribuição dos recursos materiais necessários para a execução das ações.

O desafio de suprir em quantidade, confiabilidade e qualidade todos os sistemas isolados com energia elétrica é muito grande. A questão geográfica, a logística do suprimento de materiais, equipamentos e combustível, as elevadas taxas de crescimento da região e as características técnicas dos sistemas elétricos instalados na região são fatores que dificultam os trabalhos das concessionárias. Os resultados do programa foram considerados abaixo do esperado, apesar de não ter sido verificado no período nenhum desabastecimento de energia elétrica por escassez de oferta. Por outro lado, a expansão das redes de distribuição para atendimento e/ou regularização de consumidores poderia ter apresentado um resultado melhor, especialmente no Estado de Rondônia. Devem ser consideradas também como justificativas para o resultado abaixo do esperado o alongamento dos prazos de licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo e, em alguns casos, a intempestividade dos créditos suplementares e contingenciamento orçamentário.

O quantitativo existente nas equipes executoras não é suficiente para a execução das ações, principalmente para aquelas voltadas para as atividades de ampliação e manutenção de redes de distribuição. Atualmente, pela simultaneidade de ações com outros programas relevantes do Plano Plurianual (PPA), como o Luz para Todos, os recursos humanos são compartilhados, prejudicando, em parte, o desempenho do programa. Além disso, a força de trabalho, formada por equipe própria e terceirizada, necessita de treinamento técnico para melhorar o desempenho das ações, principalmente na área de distribuição.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Avaliação da sistemática de inclusão de ações no Plano Plurianual (PPA), especificamente aquelas resultantes dos leilões promovidos pela Anele, a partir da flexibilização, se possível, da legislação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e no Congresso Nacional, de forma a agilizar a aprovação do recurso orçamentário e permitir igualdade de competição entre agentes públicos (empresas federais) e agentes privados.
- Exclusão das seguintes ações:

1. 869I - Manutenção da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista – RR, cujas atividades serão incluídas na ação 4431 – "Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista".
2. 2793 - Manutenção do Parque Térmico de Geração de Energia Elétrica em Boa Vista (RR), visto que a atividade de geração está sendo desativada e não há previsão de execução para o ano de 2007.

- Inclusão das ações:
  1. Melhorias e Reforços nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados.
  2. Ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª Etapa - de 78 para 104MW.

Geologia do Brasil

Objetivo

Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral.

Público-Alvo

Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 185.167.966,00	Empenho Liquidado: R$ 153.870.738,00 Pago estatais: - Total: R$ 153.870.738,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 67,36%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foi constatada a inadequação do indicador considerado, uma vez que não fixa a escala utilizada no levantamento. Se escalas da ordem de 1:500.000 ou menores fossem computadas, possivelmente a meta teria sido superada, mas não se teria o nível de informação requerido. A análise dos objetivos do programa indica a necessidade de trabalhar com 2 escalas: 1:250.000 na Região Amazônica, onde não se dispõem de condições efetivas para trabalhar com escalas maiores, e 1:100.000 no restante do País. Assim, ter-se-iam, necessariamente, ao menos 2 indicadores: Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico na Região Amazônica - escala 1:250.000 e Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico nas demais Regiões - escala 1:100.000. Considerando-se a forma atual, atingir o índice de 67,36% do território nacional é inexeqüível.

Contextualização

A descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do território nacional tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos

depósitos minerais, bem como a geração de informações básicas para o planejamento territorial. Por outro lado, a carência de estudos hidrogeológicos sistemáticos é fator limitante à planificação e à gestão do uso, conservação e preservação dos recursos hidrominerais. Existem equipes capacitadas em instituições, no âmbito do Ministério das Minas e Energia (MME), para retomar a execução dessas funções. Para tanto, é necessário reafirmar o papel do Estado como gerador do conhecimento geológico por meio da consolidação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), conforme previsto na Constituição Federal (Art. 21, inciso XV e Art. 22, inciso XVIII) e Decreto 1.524 de 20 de junho de 1995.

Principais Resultados

Em relação ao mapeamento geológico, os principais resultados alcançados em 2005 foram:

- Conclusão do levantamento geológico de 18 folhas na escala 1:100.000 e de 5 na escala 1:250.000, representando os primeiros frutos concretos da retomada dessa atividade, que ficou praticamente paralisada durante cerca de 20 anos.
- Conclusão do levantamento de 453.620km de perfis aerogeofísicos, principalmente na região amazônica.

Esse item, juntamente com o anterior, demonstra resultados que mostram o governo resgatando o compromisso de recuperação da infra-estrutura geológica necessária para planejar o desenvolvimento sustentável do País, especialmente no que diz respeito ao crescimento da indústria mineral;

O incremento no conhecimento geológico propiciado pelos trabalhos desenvolvidos em 2005 tem potencial para induzir, a curto e a médio prazo, um investimento em pesquisa mineral de, no mínimo, 5 vezes (relação reconhecida internacionalmente) todo o valor aplicado no mapeamento. Esse é o insumo básico para garantir a identificação de novas jazidas, sem as quais se coloca em risco a sustentabilidade de um setor que responde por mais de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro;

- Efetivação de convênios com diversas universidades para desenvolvimento de levantamentos geológicos, o que viabilizou a participação mais direta do universo acadêmico no processo.

Em relação aos Recursos hídricos - hidrogeologia e hidrologia constituem resultados alcançados pelo programa em 2005:

- Incremento de 12.780 registros no cadastro de poços de água subterrânea, contribuindo para fornecer melhores condições para o planejamento das políticas de abastecimento hídrico para as populações do semi-árido e outras áreas do país freqüentemente afetadas por crises decorrentes de estiagens prolongadas.
- Cadastramento de todos os poços dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e capacitação dos referidos Estados para o planejamento de disponibilidade de água em períodos de estiagem, facilitando a formulação de políticas de utilização, cobrança e outorga.
- Conclusão do cadastramento de grandes usuários de água no Estado de

São Paulo, permitindo embasar melhor as políticas de utilização, cobrança e outorga.
- Realização de convênio com o Estado de Pernambuco para monitoramento sistemático do nível hidrico dos açudes, iniciativa pioneira no País, que proporcionará uma gestão mais adequada dos escassos recursos hídricos daquele Estado.
- Efetivação do trabalho pioneiro de identificação de aluviões que possam disponibilizar água para desenvolvimento da agricultura familiar, viabilizado por novo convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).
- Desenvolvimento de ações de revitalização de poços por demanda da Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) e do Ministério da Integração Nacional e algumas perfurações na região do semi-árido, por demanda de emendas parlamentares.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

No que se refere à concepção, o objetivo do programa desconsidera parte do trabalho desenvolvido, justamente a que impacta mais rápida e fortemente as comunidades das regiões trabalhadas (área de hidrologia). Também a definição atual do público alvo não abrange toda a clientela que se pretende atingir. Além disso, é necessário incluir ação específica referente aos trabalhos no campo da hidrologia, mantendo-se na estrita ambiência da sua área.

O elevado nível de contingenciamento incidente sobre as ações direcionadas para as atividades finalísticas e a incerteza sobre o que seria realmente possível utilizar até o final do exercício provocaram a perda de algumas oportunidades, que não podem ser compensadas com a liberação maciça de recursos no final de dezembro.

Pela restrição de recursos, principalmente no que diz respeito a investimentos, a infra-estrutura disponível para a implementação do programa é deficiente, em todos os níveis, principalmente em termos de recursos de informática e instrumental específico para o trabalho geológico, geralmente de custo elevado.

A equipe gerencial encontra-se comprometida com ações finalísticas, em função da indisponibilidade de pessoal adequadamente preparado. Além disso, o aumento acentuado na demanda de serviços, aliado à perda de pessoal especializado, em função de uma tabela salarial completamente defasada e da ausência de um plano de carreira que permita antever possibilidades de evolução, e à idade avançada do quadro de pessoal existente (média superior a 50 anos), dificultam o trabalho de campo e reduzem a possibilidade de investir em aperfeiçoamento.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Revisão do Indicador: a análise dos objetivos do programa indica a necessidade de trabalhar com 2 escalas: 1:250.000 na região amazônica, onde não existem condições efetivas para trabalhar com escalas maiores

e 1:100.000 no restante do país. Dessa forma, recomenda-se a inclusão dos indicadores: Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico na Região Amazônica - escala 1:250.000 e Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico nas demais Regiões - escala 1:100.000.

- Alteração na descrição da ação 2397 – "Levantamentos Hidrogeológicos", que passará a conter a expressão "cadastramento de fontes de água subterrânea".

Gestão da Política de Energia

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 233.048.058,00	Empenho Liquidado: R$ 81.354.533,00 Pago estatais: R$ 35.143.727,00 Total: R$ 116.498.259,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 1.500.000,00	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos na área de energia.

Principais Resultados

- Na geração de energia elétrica, foram realizados 3 leilões que visaram a garantir a contratação de energia descontratada, conhecida como energia "velha", reduzindo os riscos das empresas de geração. Foram negociados 177.371.856 MWh em contratos, a maioria de 8 anos, com início do suprimento entre 2006 e 2009, a preços que variaram entre R$ 62,95 e R$ 94,91, resultando em uma negociação de R$ 15 bilhões.
- Em dezembro de 2005, foi realizado o primeiro leilão de energia nova, quando foram comercializados 494.650GWh cujos preços variavam entre R$ 106,95 e R$ 132,26.. Foram arrematados 7 novos empreendimentos hidrelétricos, somando 776,4MW, e 7 térmicos, totalizando 998,72MW. Complementaram o leilão, com 2.302MW médios, outras 15 usinas hidrelétricas e 22 térmicas, que iniciaram a operação a partir de 2000 e não tiveram sua energia contratada.

- Na transmissão, realizou-se um leilão de concessão de linhas, onde foram investidos cerca de R$ 2,875 bilhões, correspondentes a 3.056km de novas linhas contratadas com um deságio de cerca de 40% sobre os preços estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
- A Empresa de Pesquisa Energética –(EPE), criada em 2004, tornou-se responsável pela realização dos diversos estudos relativos ao planejamento energético nacional, a saber: Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica, Avaliação Ambiental de Empreendimentos para o leilão de energia nova, Cálculo de Garantias Físicas de Empreendimentos, Análise dos Estudos de Viabilidade dos empreendimentos para o leilão de energia nova, Estudos de Transmissão para a definição das linhas a serem licitadas, Balanço Energético Nacional 2004/2005, entre outros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As principais restrições relacionadas ao programa em 2005 foram:

- A insuficiência de recursos humanos qualificados dificultou o acompanhamento das atividades das diversas ações.
- Os trâmites legais e processuais necessários para operacionalizar determinados convênios demandam tempo demasiadamente longo, prejudicando a execução das ações.
- Alguns empreendimentos programados não puderam participar dos leilões por dificuldades no processo de licenciamento ambiental.

Outros Aspectos Relevantes

A criação e a operacionalização da EPE como extensão operacional do Ministério das Minas e Energia (MME) na execução dos estudos do planejamento energético nacional garantem os excelentes resultados e o sigilo das informações que, na posse de agentes do mercado, poderiam trazer prejuízos ao setor elétrico.

Recomendações

- Redefinição dos campos finalidade, descrição e detalhamento das ações 6907 – "Planejamento do Setor Elétrico" e 4897 – "Planejamento do Setor Energético", visto que, na última revisão, sofreram diversas alterações, sem que houvesse tempo hábil para melhorar tais atributos.
- Reativação da ação "Estudos para Integração Energética com os Países da América Latina".
- Inclusão da UO 32224 nas ações 6508 – "Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica" e 6510 – "Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica".

Gestão da Política Mineral

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de mineração.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 13.564.900,00	Empenho Liquidado: R$ 10.694.108,00 Pago estatais: - Total: R$ 10.694.108,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

A falta de investimentos e de mecanismos de planejamento estratégico setorial tem comprometido o desenvolvimento do setor mineral, trazendo como conseqüência pouca contribuição para a solução dos graves problemas econômicos e sociais. A desestruturação do setor público é um dos fatores de desestímulo aos investimentos na mineração brasileira, da perda de competitividade, do aumento da informalidade e da baixa arrecadação.

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos. O programa de gestão de políticas públicas foi instituído visando especificamente a enfrentar tal desafio, compreendendo o conjunto de ações de planejamento, formulação de políticas setoriais e de seus programas, a avaliação de resultados, a correção de rumos e, ainda, o apoio à execução das ações finalísticas, de forma harmônica e sinérgica, pelos diversos agentes, sejam eles públicos ou privados.

Principais Resultados

- Execução de estudos magnetométricos e gamaespectométricos, visando à avaliação do potencial mineral do Estado de Goiás.

- Realização de cursos de capacitação empresarial para os mineradores de agregados para a construção civil em 50 cidades brasileiras sobre adequação tecnológica de processos produtivos, minimização de impactos ambientais e convivência harmônica com a expansão urbana, cenário legal, institucional e tributário da atividade produtiva de agregados e caracterização geológico-econômica das jazidas, em parceria com o Centro Tecnológico de Minas Gerais.
- Cumprimento de 12 cursos sobre noções de geodésia, cartografia básica digital, Sistemas de Informações Geográficas (SIG), interpretação de imagens aplicadas ao mapeamento e gestão de recursos minerais, atualização em legislação mineral, ambiental e de recursos hídricos, avaliação e classificação de recursos e reservas minerais e sua aplicação nos procedimentos de análise de relatórios de pesquisa, avaliação técnica e econômica de projetos mineiros e interpretação de dados aerogeofísicos, realizados em parceria com a Agência Brasileira para o Desenvolvimento Tecnológico do Setor Mineral.
- Realização de cursos sobre mineração e meio ambiente, em apoio ao Centro de Controle da Poluição em Mineração (CECOPOMIN).
- Execução do estudo para a formalização da produção mineral, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Além disso, em 2005, todas as áreas oneradas na base do DNPM foram disponibilizadas para consulta na Internet, facilitando novos requerimentos, diminuindo o número de indeferimentos por interferências de áreas e permitindo um maior controle social das ações da Autarquia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A principal razão para o não-cumprimento das metas físicas foi o contingenciamento de recursos. No tocante à ação "Capacitação para a Mineração Sustentável", o remodelamento dos cursos permitiu superar em 430% a meta física prevista.

A falta de sincronismo entre fluxo de recursos e os cronogramas físico-financeiros prejudicou parte significativa da execução física, principalmente das ações 7064 – "Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM" e 4887 – "Estudos para o Planejamento do Setor Mineral".

Há grande dificuldade para a obtenção das informações quanto à ação 7064 – "Modernização Tecnológica e da Gestão do DNPM" e do localizador 32263 da ação 4887 – "Estudos para o Planejamento do Setor Mineral", cuja responsabilidade de execução é do DNPM.

Outros Aspectos Relevantes

No mês de julho foi concluído o projeto básico da nova sistemática de outorga, que será implantada no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em meados de 2006, após a aprovação de algumas mudanças legais, permitindo a outorga de alvarás de pesquisa em tempo real pela Internet. A nova sistemática deverá conter aspectos tais como: novo sistema de controle de áreas, alterações no código de mineração necessárias com vistas a modernizar e simplificar as outorgas minerais, a desburocratizar os procedimentos, a eliminar conflitos,

a aumentar a segurança e a imprimir maior transparência aos procedimentos dessas outorgas.

Atualmente, está sendo ultimada a depuração da base de dados (132.207 processos depurados), que revelava um conjunto de inconsistências, e a unificação da operação do Cadastro Mineiro, principal programa de controle dos títulos de outorga, com o objetivo de dar segurança ao futuro sistema.

Ainda no contexto da modernização da gestão, está em curso o desenvolvimento de um projeto de reestruturação institucional com a revisão, além da outorga, dos demais macro-processos decorrentes das atribuições legais da Autarquia, como fomento ao setor mineral, fiscalização, arrecadação e administração e outros.

Recomendações

Não há recomnedações.

Indústria Petroquímica

Objetivo

Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado.

Público-Alvo

Consumidores de produtos petroquímicos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 6.573.554,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago estatais:	R$ 2.996.359,00
	Total:	R$ 2.996.359,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 200.700.000,00	R$ 56.862.221,00

Indicador(es)

1. Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietilenos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 25,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Em 2006, com a entrada em operação da Rio Polímeros S.A. (Riopol) a estimativa desse índice é de 24,8%, e a probabilidade de que permaneça neste patamar é alta.

Contextualização

Os investimentos na área petroquímica têm como objetivo principal ampliar a oferta de produtos básicos petroquímicos para atendimento ao mercado. Em resposta à preocupação do Governo com a petroquímica, a Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) vem mostrando interesse em investimentos no setor, participando em diversas empresas da área, expandindo seletivamente sua atuação no mercado petroquímico brasileiro e do Cone Sul, tendo como focos de desempenho global o crescimento, a rentabilidade e a responsabilidade social e ambiental.

Principais Resultados

- Implantação do Pólo Gás-Químico no Rio de Janeiro, localizado no Município de Duque de Caxias. A Rio Polímeros S.A. Riopol iniciou operação em novembro, tendo como matéria-prima o etano e o propano extraídos do

gás natural da Bacia de Campos, e tem capacidade para produzir 540 mil toneladas de polietilenos e 75 mil toneladas de propeno por ano, utilizando como matérias-primas o etano e o propano extraídos do gás natural da Bacia de Campos.

Em 2005, a Petroquisa aportou 57 milhões no projeto. O investimento total realizado para o empreendimento foi de aproximadamente R$ 3,3 bilhões. O controle acionário da Riopol é dividido entre a Petrobras Química (PETROQUISA) (16,7%), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPAR) (16,7%) e os grupos privados nacionais Unipar (33,3%) e Suzano (33,3%).

- Modernização do sistema de produção de uréia e amônia das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) da Bahia e de Sergipe. O escopo desse empreendimento consiste em implantar o Sistema Digital de Controle Distribuído (SDCD) e Programador Eletrônico Programável (PES) nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados de Camaçari, BA e Laranjeiras, SE, para aumentar a segurança e a confiabilidade das plantas.

Foram finalizadas e aprovadas as fases de planejamento do negócio e projeto conceitual. A contratação do projeto básico já foi licitada e a data prevista para a conclusão do empreendimento é dezembro de 2009.

- Manutenção da infra-estrutura operacional do Parque Petroquímico de Triunfo (RS).

A Petroquímica Triunfo é uma empresa de segunda geração do Pólo Petroquímico do Sul, que busca promover o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. Sua planta é composta de duas unidades de polimerização com capacidade instalada de 160 mil toneladas/ano de Polietileno de Baixa Densidade (PEBD), Copolímero de Etileno e Acetato de Vinila (EVA) e misturas diversas. Essa ação tem como objetivo atender às indústrias de transformação. O PEBD chega ao mercado consumidor em forma de embalagens plásticas, destinadas ao acondicionamento de produtos alimentícios, adubos, produtos descartáveis e outros. Já o EVA é utilizado na produção de embalagens multicamadas para alimentos congelados, embutidos, carnes e também na fabricação de placas expandidas e solados de borracha. Suas vendas são, em maior parte, destinadas ao mercado interno, mas uma expressiva fatia também é direcionada ao mercado internacional, merecendo destaque os países que formam o bloco econômico do Mercosul.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa está com seu andamento dentro do esperado, e não houve restrições relevantes.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Inclusão das seguintes ações:

- Implantação de Unidade de Polipropileno, com capacidade produtiva de 300 mil toneladas/ano.
- Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com capacidade produtiva de 1,23 milhão de toneladas/ano.
- Implantação de Unidade de Polieteno Tereftalato, com capacidade produtiva de 550 mil toneladas/ano.
- Implantação de Complexo Acrílico/SAP, com capacidade produtiva de 160 mil toneladas/ano.
- Implantação de Unidade de Petroquímicos Básicos, com capacidade produtiva de 2,26 milhões de toneladas/ano.

Luz para Todos

Objetivo

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo, residentes no meio rural e atender a demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento de água, por meio de extensão de redes ou atendimento descentralizado.

Público-Alvo

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento de água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R$ 23.201.057,00 Pago estatais: R$ 126.825.671,00 Total: R$ 150.026.728,00
R$ 440.493.982,00	

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
R$ 1.393.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural – Nacional

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 79 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Espera-se alcançar o índice estipulado para 2007, desde que as ações propostas para as regiões Norte e Nordeste sejam bem sucedidas.

2. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Norte

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 47 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o

programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Para garantir o alcance do índice determinado para 2007, o programa vem desenvolvendo uma série de ações, como a maior participação do Governo Federal na alocação de recursos e o maior apoio das empresas do grupo Eletrobrás aos agentes executores com mais dificuldades no cumprimento de suas metas.

3. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sudeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 94 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Almeja-se o cumprimento do índice estipulado para 2007.

4. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Centro–Oeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 88 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. A expectativa é de que se cumpra o índice previsto para 2007.

5. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sul

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 93 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. A expectativa é que se cumpra o índice estipulado para 2007.

6. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Nordeste

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 73 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 93

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Problemas enfrentados no início do processo de negociação e na formulação dos

contratos com os agentes executores e com os Estados contribuíram para que o programa ganhasse ritmo apenas a partir de 2005. Para garantir o alcance do índice estipulado para 2007, o programa vem desenvolvendo uma série de ações, como, por exemplo, maior participação do Governo Federal na alocação de recursos e maior apoio das empresas do grupo Eletrobrás para os agentes executores com maiores dificuldades no cumprimento de suas metas.

Contextualização

Em 2003, existiam no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade. A regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que define metas de universalização para cada Município do país, estabelece como limite nacional para o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação do serviço definem, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa e a baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela Aneel. O programa Luz para Todos está antecipando estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural. O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas. Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania, além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

Principais Resultados

- Foram assinados 34 contratos entre o Governo Federal, representado pela Eletrobrás, e os agentes executores para realização das obras de eletrificação rural, totalizando 92 contratos assinados desde 2004. Estes contratos possibilitaram o atendimento de 448.567 domicílios até dezembro de 2005, sendo 378.568 somente em 2005, beneficiando 2.242.835 pessoas e gerando mais de 95.000 empregos.
- Em cumprimento ao Acórdão nº 598/2003 do Tribunal de Contas da União (TCU), estão sendo instalados e revitalizados sistemas fotovoltaicos em localidades isoladas sem acesso à energia convencional, por intermédio de convênios celebrados com empresas regionais.
- Além das ações de eletrificação rural, o programa promoveu a integração de ações com diversos parceiros, destacando-se os acordos de cooperação com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Defesa, e Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Banco do Brasil, a fim de que os diversos programas sociais chegassem às comunidades, potencializando seus benefícios com o uso da energia elétrica.
- Foram implementados cerca de 200 centros comunitários de produção e 100 poços d'água, visando à promoção do uso produtivo da energia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A programação para o exercício de 2005 foi restringida, a fim de adequá-la à previsão orçamentária disponibilizada para o exercício. Com isso, as atividades relativas à revitalização de sistemas fotovoltáicos não foram atendidas em sua totalidade, restringindo-se a apenas 70% dos sistemas fotovoltáicos energéticos e uma pequena parcela relativa a 10% dos sistemas de bombeamento de água instalados. Também deixaram de ser executadas outras ações complementares, necessárias à implementação do programa, tais como o apoio à implementação de projetos de atendimento a comunidades isoladas, utilizando fontes renováveis de energia que serviriam para orientar a ação do programa no atendimento em larga escala a estas comunidades.

Outros Aspectos Relevantes

O programa Luz Para Todos possui em cada Estado um Comitê Gestor Estadual, formado por até 9 membros, incluindo representantes do Ministério das Minas e Energia (MME), do Governo Estadual, dos Prefeitos, dos agentes executores e, dependendo da realidade de cada Estado, de instituições que representem sua sociedade. Uma das atribuições desse comitê é a definição das obras a serem priorizadas no programa. Assim sendo, o Comitê contribui também para a definição das obras e instalações prioritárias.
O programa dispõe, ainda, de um Manual de Operacionalização, que apresenta todo o seu processo de funcionamento e define as responsabilidades dos diversos atores, permitindo que sua execução ocorra em um ambiente de transparência e segurança. Sua execução se dá de forma descentralizada por meio de seus Comitês Gestores Estaduais, permitindo maior agilidade no processo de tomada de decisão.
O programa busca a integração de ações e a articulação de políticas e programas governamentais, fundamentadas na construção de parcerias, na soma de orçamentos e na coordenação de calendários de execução de obras e atividades nas comunidades atendidas, constituindo-se em um espaço de diálogo e negociação para a construção coletiva de projetos de desenvolvimento das populações beneficiadas. Esta estratégia está detalhada no seu Plano de Ações Integradas.

Recomendações

- Criação de um indicador que represente o número de domicílios atendidos por região e nacional.
- Alteração do título da ação 9642 para “Promoção da Universalização do Acesso à Energia”.

Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

Promover o desenvolvimento racional, seguro e ambientalmente sustentável da produção mineral.

Público-Alvo

Mineradoras, investidores, instituições governamentais e não-governamentais e comunidades direta ou indiretamente relacionadas às atividades de minerais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 90.220.903,00	Empenho Liquidado: R$ 80.069.397,00 Pago estatais: - Total: R$ 80.069.397,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice da Produção Mineral

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 119,2 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 131,08

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Passados dois anos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, o índice apurado em 2005 (119,2) representa 61,78% da meta prevista para o quadriênio, o que confirma as estimativas preliminares do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) quanto a eventual crescimento do setor mineral e sua capacidade de geração de emprego e elevação da renda. Portanto, a meta estabelecida é factível de ser atingida, podendo inclusive vir a ser superada.

2. Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 104,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 106,14

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), decorridos dois anos do PPA 2004-2007, o índice acumulado representa 65,8% da meta prevista para o quadriênio. Assim, a meta estabelecida é factível de ser atingida, podendo inclusive vir a ser superada.

Contextualização

A progressiva desestruturação do aparelho institucional do Estado, aliada à evolução das demandas jurídicas, sociais e ambientais, tem comprometido sobremaneira o exercício eficiente de suas atribuições nessa área: outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração.

Principais Resultados

- O notável desempenho do setor mineral apresentou índices de crescimento, em valor da produção, de 11,4% em 2004, e 119,2% em 2005, em relação ao exercício de 2003.
- O expressivo aumento na arrecadação, consubstanciado na Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que alcançou o equivalente ao valor de R$ 406 milhões, apresentando uma evolução de 24,52% em relação a 2004 e na Taxa Anual por Hectare (TAH), que atingiu R$ 39,2 milhões, equivalentes a 32,9 milhões de hectares outorgados para pesquisa mineral, revela um crescimento de 70% em relação ao período anterior.

Este resultado tornou-se possível por força do reajuste no valor da taxa, que esteve congelado por mais de oito anos, bem como em decorrência do aumento da superfície onerada e, por fim, da melhoria dos procedimentos de controle, com a implantação de sistemas informatizados, permitindo aplicar sanções aos devedores e contribuindo com a redução da inadimplência.

Além disso, foi dada continuidade aos trabalhos iniciados em 2004, de regularização da mineração em áreas de atividade informal e regiões de conflitos entre empresas e garimpeiros. Em 2005, foram incluídas na programação áreas dos Estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Espírito Santo e no garimpo de Juina/MT, além da fiscalização e combate à atividade irregular de garimpagem verificada em reservas indígenas no Estado de Rondônia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à concepção do programa, entende-se que é necessário o aprimoramento da descrição dos objetivos do programa, substituindo o caráter de problema para descrever uma demanda social atribuída à instituição na gestão dos recursos minerais.

Além disso, os dois indicadores, Índice da Produção Mineral e Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral, utilizam indicadores externos para medir os resultados do programa. Acredita-se ser necessária a formulação de um terceiro indicador, em que os resultados do programa sejam um reflexo direto dos resultados de suas ações. As próprias ações necessitam ter seus produtos mais bem definidos e, em conseqüência, metas mais realistas, que contribuam efetivamente e estejam relacionadas diretamente com os indicadores do programa.

Em relação à sua implementação, as fontes que promovem o financiamento do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável são:

- Fonte 141 - Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM): Composição orçamentária 2005 - R$ 18,8 milhões (65%).
- Fonte 174 - Taxa Anual por Hectare e Multas dela decorrente, Emolumentos: Composição orçamentária 2005 - R$ 9,9 milhões (34,2%).
- Fonte 250 - Taxa de Ressarcimento de Vistoria e outras Multas: Composição orçamentária 2005 - R$ 242 mil (0,8%).

Os limites por fonte de recursos previamente definidos pelos órgãos superiores dificultam sua destinação, tendo em vista as necessidades do programa. Atualmente, os recursos arrecadados com Taxa Anual por Hectare e Emolumentos estão classificados como: 1000.00.00 - Receitas Correntes, Tributárias e 1121.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia, Fonte 0174.

Muito embora as duas receitas tenham amparo na Lei nº 9.314/1996, com nova redação dada ao art. 20, Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), quando foram criadas a receita Emolumento e a receita Taxa Anual por Hectare, incisos I e II, respectivamente, houve a fusão das duas receitas na mesma fonte indevidamente, o que sem dúvida traz prejuízo para a execução financeira do DNPM.

O estabelecimento da obrigatoriedade dos recolhimentos a título de emolumentos tem o caráter de transferir o custeio do processo de emissão e manutenção de um título minerário ao titular do requerimento, onerando, portanto, o interessado por sua inteira iniciativa, responsabilidade e risco, que se inicia com o requerimento de pesquisa e tem sua conclusão na publicação do alvará de pesquisa ou no indeferimento do requerimento por razões previstas no Código de Mineração. A redação anterior à mudança determinada pela Lei nº 9.314/1996 era seguinte: "Art. 20. (...) § 2º encontrando-se livre a área objetivada, e satisfeitas as exigências deste Código, o DNPM expedirá ofício ao requerente convidando-o a efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação no Diário Oficial da União, o pagamento das despesas inerentes à publicação do alvará de pesquisa, devendo apresentar no mencionado órgão, no mesmo prazo, o respectivo comprovante." Desta forma, a não-cobrança da taxa de administração para emissão de um título poderia se traduzir na intenção de internalizar o custo do título, o que poderia significar um subsídio social à atividade mineral. Logo, entende-se que a receita decorrente de emolumentos se encontra inadequadamente registrada na fonte 174, a qual deveria ser caracterizada como receita própria da Autarquia DNPM, com classificação 1600.00.00 - Receita de Serviço, fonte 0250.

O contingenciamento orçamentário no momento da realização da Programação Anual de Trabalho exerceu um papel desmotivador, principalmente, para os gestores de ações cuja implementação se realiza de forma indireta, por meio de contratação de serviços ou de convênios. Nas ações com implementação direta, o contingenciamento dificultou a realização da programação.

Os processos licitatórios e de celebração de contratos e convênios, extremamente burocráticos, comprometem sobremaneira a dinâmica e sincronização das execuções dos cronogramas físicos dos projetos.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental compromete a emissão das portarias de lavra, comprometendo o pleno desenvolvimento do setor mineral à

medida que impede a abertura de novas minas e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda. Também há necessidade de atualização do marco regulatório, o Código de Mineração, para permitir maior celeridade, transparência e segurança dos processos de outorga.

Há restrições de recursos humanos e infra-estrutura, pois faltam cargos de direção superior em quantidade suficiente.

A sede do DNPM, em Brasília, sem reformas há mais de 30 anos, necessita de obras, orçadas em R$ 10 milhões.

Algumas unidades estaduais do DNPM apresentam insuficiência de recursos materiais, tais como: veículos para atividade de campo, equipamentos de fiscalização e equipamentos laboratoriais. Além disso, várias unidades regionais, que foram em 1994 guinadas à condição de Distrito quando da criação da Autarquia DNPM, necessitam construir suas sedes ou reformar as que possuem, a exemplo do 12º Distrito – MT, em que a construção da sede foi estimada em R$ 2,5 milhões, e do 3º Distrito – MG, cuja reforma foi calculada em R$ 3 milhões.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Criação de indicador que mensure a razão entre a produção mineral e a arrecadação da compensação financeira.

Oferta de Petróleo e Gás Natural

Objetivo

Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais.

Público-Alvo

Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 15.050.803.984,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 13.547.351.632,00 Total: R$ 13.547.351.632,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 1.690.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Volume de Óleo Derramado (VOD)

Unidade de medida: m^3
Último índice apurado: 84 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 36

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Após a elaboração do Plano Plurianual (PPA), houve uma mudança na forma de cálculo desse indicador, que passou a computar valores antes não considerados. Assim, reduziu-se a probabilidade de alcance da meta originariamente fixada. Em 2005, foram registradas duas ocorrências anormais, uma na Bahia e outra na Bacia de Campos.

2. Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural

Unidade de medida: Mil barris por dia
Último índice apurado: 1684 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2.140

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Plano Estratégico PETROBRAS 2006-2010 fixa meta de produção de óleo e líquido de gás natural (LGN) em 2.300 mil barris por dia em 2010 e contempla a implantação de 15 novos grandes projetos de desenvolvimento da produção de óleo e 2 de gás até 2008.

3. Produção Média de Gás Natural

Unidade de medida: Milhão de m³ por dia
Último índice apurado: 46,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A produção de gás natural cresceu 4,8% em 2005. Dois grandes projetos de produção de gás entraram em operação na Bahia, a UPGN III de Catu (2,5 milhões m³/dia) e o projeto Gás Natural em terra (500 mil m³/dia), na Bacia de Tucano Sul.

4. Taxa de Freqüência de Acidentados com Afastamento (TFCA)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,89 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Foram implementadas, no decorrer de 2005, várias ações com vistas a promover melhorias na cultura de segurança. Destacam-se a continuação do Programa de Auditorias Comportamentais, a implantação estruturada da Avaliação e Gestão de Riscos e de Gestão de Mudanças, ferramentas com foco em segurança na área de Operação e Manutenção, os Programas de Reforço para Mobilização em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e o Programa Supervisão sem Fronteiras para supervisores de linha com foco em SMS.

Contextualização

A participação do gás natural, do petróleo e dos seus derivados é muito elevada na matriz energética nacional, mesmo com a crescente busca por energias alternativas. A forma de suprir a demanda progressiva nos próximos anos é o aumento da oferta de petróleo e gás natural no mercado interno, buscando reduzir cada vez mais a dependência externa, evitando assim o risco na redução de oferta de derivados que levaria ao racionamento e à redução da atividade econômica nacional.

Com excelência operacional e responsabilidade social e ambiental, a Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) buscou fortalecer suas atividades em águas profundas e ultraprofundas e aproveitar as oportunidades rentáveis em águas rasas e áreas terrestres. Ao mesmo tempo em que investiu na otimização de campos maduros, a companhia intensificou a exploração de novas fronteiras, a fim de garantir uma relação sustentável entre produção e reservas.

Principais Resultados

- O Crescimento de 12,8% da produção nacional de petróleo e LGN em 2005 deixaram o País próximo da auto-suficiência. A PETROBRAS produziu 1.684 mil barris por dia - bpd de óleo, LGN e condensado no Brasil.

Quatro grandes projetos contribuíram para elevar a produção. Além da plataforma P-48, com capacidade para produzir 150 mil bpd, que entrou em atividade no campo de Caratinga, na Bacia de Campos, houve também a produção da FPSO-

MLS (100 mil bpd) e da P-43 (150 mil bpd), que operavam, respectivamente, desde junho e dezembro de 2004, em Marlim Sul e Barracuda, e que aumentaram sua produção. Contou-se, ainda, com o aumento de produção da UPGN-3, em atividade desde junho de 2004, em Urucu (AM). Em reforço à produção no campo de Marlim, a PETROBRAS pôs em atividade, em novembro, a P-47, com capacidade para o tratamento de 150 mil bpd de óleo cru. Vários recordes de produção sinalizaram a proximidade da auto-suficiência. Em 19 de dezembro, a PETROBRAS produziu 1.857,4 mil barris.

- Declaração de comercialidade de 8 novos campos de óleo e gás. Destacam-se o campo gigante de Papa-Terra, no sul da Bacia de Campos, com volume recuperável de até 1 bilhão de barris de óleo equivalente (boe) e a nova acumulação de óleo, descoberta no Campo de Marlim Leste na Bacia de Campos, localizada em camadas geológicas mais profundas.

Outros destaques no mar foram os campos de Uruguá e de Tambaú, na Bacia de Santos, que somam mais de 270 milhões de boe de volume recuperável de óleo leve e gás natural, e o campo de Canapu na Bacia do Espírito Santo.

- As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da PETROBRAS no Brasil alcançaram 13,232 bilhões de boe, pelo critério ANP/SPE, registrando aumento de 1,6% em relação a 2004. Durante o ano, foram incorporados 882 milhões de boe às reservas, enquanto o volume produzido foi de 673 milhões de boe. Com isso, o índice de reposição de reservas provadas (IRR) chegou a 131,1%, e a relação reserva/produção (R/P) é de 19,7 anos.
- A TFCA da força de trabalho em 2005, incluindo empregados próprios e de empresas contratadas, ficou em 0,89 pessoa acidentada por milhão de horas/homem de exposição ao risco, representando redução de 11,9% em relação ao ano anterior. Esse valor representa apenas 9,3% em relação à taxa verificada em 1997 (9,58).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Bimestralmente, a gerência consolida as informações do programa, formando uma visão do resultado como um todo e possibilitando a correção dos desvios e a definição de novas metas. Entretanto, pelo alto grau de risco do negócio, sua dinâmica não é acompanhada pelo orçamento. O tempo decorrido entre a solicitação de alteração do orçamento até a aprovação pelo Congresso Nacional é muito extenso, o que não é compatível com o dinamismo da empresa.

A PETROBRAS e os órgãos de licenciamento ambiental têm buscado persistentemente a melhoria do processo de licenciamento ambiental. Todavia, a despeito de alguns bons resultados advindos do esforço da empresa e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na construção desse processo, ainda está longe a situação ideal, o que tem causado atrasos na execução de alguns projetos.

Outros Aspectos Relevantes

Em 2006, a PETROBRAS deverá atingir a produção média de 1,91 milhão de barris por dia (bpd), superando a demanda brasileira estimada entre 1,85 e 1,9 milhão de bpd.

Passo inicial do Plano de Negócios 2006-2010, que prevê investimentos de US$ 28 bilhões em exploração e produção, é a auto-suficiência sustentada, que será obtida com a entrada em operação da P-50 e de mais 3 plataformas. Além dos projetos de produção de óleo, a companhia inicia em 2006 as atividades no campo de gás de Manati, na Bahia, com produção de 6 milhões de m^3/d.

Continua em andamento a construção das plataformas P-52 e P-54 (180 mil bpd, cada), como parte de cronograma que prevê o início das operações em 2007, no campo de Roncador, na Bacia de Campos. Também estão previstos para 2007 a entrada em operação do Módulo II de Golfinho (100 mil bpd) e o RJS-409 no campo de Espadarte (100 mil bpd). Mais duas obras estão em execução: a P-51 e a P-53 (180 mil bpd, cada), com entrada em operação prevista para 2008, em Marlim Sul e Marlim Leste, respectivamente.

A PETROBRAS utiliza diversos mecanismos, em diferentes mídias, para registrar e atender às manifestações da sociedade, sejam elas problemas, reclamações, opiniões, dúvidas ou sugestões. Elas podem ser encaminhadas das seguintes maneiras:

- Fale Conosco, no site da PETROBRAS na Internet.
- Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), por telefone ou e-mail.
- Ouvidoria, que pode ser contactada por formulário eletrônico oferecido na internet, por telefone ou fax e, ainda, por correio ou e-mail. Além disso, a Ouvidoria dispõe de um espaço reservado para debates.
- Audiências Públicas, realizada nos processos de licenciamento ambiental.

Recomendações

- Várias das ações do programa, devido à sua natureza rotineira e contínua (atividade) e da diversidade de atividades executadas, dificultam a determinação de um único produto, capaz de medir e avaliar o desempenho de todos os esforços empreendidos na ação, não sendo, assim, possível quantificar uma meta física.
- As ações 9779 e 9780 foram incluídas em 2004 sem o conhecimento do gerente do programa, não estando a execução a cargo da PETROBRAS. Não existe no sistema informação disponível sobre a finalidade, forma de execução ou mesmo quais os responsáveis pela sua execução. Além disso, o programa existe, em sua concepção original, sem essas ações, desde 2000 e vem apresentando excelentes resultados para o país.
- Inclusão das ações:
    1. Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2007-2013);
    2. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia.
    3. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste.
    4. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Campos.
    5. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia do Espírito Santo.
    6. Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas áreas de Petróleo e Gás Natural

Objetivo

Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural.

Público-Alvo

Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 679.018.676,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R$ 570.152.045,00 Total: R$ 570.152.045,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Incorporação de Tecnologia

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 85,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice tem se mantido acima da referência ao longo dos últimos anos, de forma sustentável, apresentando ligeiro crescimento no último ano.

Contextualização

Os investimentos em tecnologia na área de petróleo são imprescindíveis para viabilizar a exploração, a produção, o refino, o transporte e a distribuição do petróleo nacional. Este petróleo, pesado e com características físico-químicas diferentes do que é encontrado em outras regiões do mundo, além de estar predominantemente localizado em jazidas em águas profundas, necessita de tecnologias específicas indisponíveis no mercado.

O aumento das exigências ambientais justifica os investimentos na melhoria da qualidade dos produtos e processos da indústria de petróleo, assim como a crescente importância do gás natural na matriz energética brasileira implica no desenvolvimento de tecnologias para a identificação de novas jazidas de gás natural e para a transformação, o transporte, o armazenamento e a distribuição do gás.

Busca-se, com isto, evitar os riscos de desabastecimento e de perda de autonomia, pelo aumento da dependência externa, tanto econômica como tecnológica, utilizando uma visão integrada e sistematizada da questão tecnológica no segmento de petróleo e gás natural.

Principais Resultados

- Desenvolvimento de nova formulação da gasolina podium argentina, que permitiu a redução de emissões e custos de produção, mantendo-se, porém, os atributos diferenciadores do produto.
- Viabilização, a partir de um dispositivo de conversão, do uso em veículos, do gás natural de Urucu, em sua composição original e atendendo aos requisitos dos órgãos reguladores.
- Reaproveitamento da água produzida da Estação Coletora de Estreito (RN), que passou a ser empregada na irrigação de plantações de matéria-prima para a produção de biodiesel, viabilizado pelo Projeto-piloto de Tratamento de Água Produzida para Irrigação.
- Implantação da planta-protótipo no parque tecnológico em São Mateus do Sul (PR), que permitirá o desenvolvimento de componentes para reatores de hidrorrefino com benefícios estimados em US$ 27 milhões anuais.
- Entrada em operação, com tecnologia e projeto desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES), da planta semi-industrial de biodiesel de óleo de mamona no Núcleo Experimental de Energias Renováveis, em Guamaré (RN). Essa tecnologia já vem sendo testada, com sucesso, em uma planta-piloto em operação desde de setembro de 2005. O biodiesel produzido atende às especificações e foi testado, em veículo que apresentou bom desempenho, por cerca de 2.mil km.
- Desenvolvimento de tecnologia a ser utilizada na primeira unidade industrial de Craqueamento Catalítico Fluido (FCC) no mundo voltada para a maximização de insumos petroquímicos, a ser instalada no Rio de Janeiro.
- Desenvolvimento do Sistema de Programação de Navios (PRONAV) para apoio às programações marítimas de cabotagem, exportação e importação de petróleo e derivados. O sistema permite o acompanhamento de estoques em refinarias, plataformas e terminais, além da análise da fila de navios em portos marítimos.
- Entrada em operação da Unidade Combinatória para Teste de Catalisadores Fischer-Tropsch, primeira do mundo do seu tipo e fundamental para o domínio da tecnologia GTL (gas-to-liquids)
- Entrada em operação, na Refinaria de Paulínia/SP (REPLAN), da unidade-piloto de tratamento de efluentes por osmose inversa, que validará a tecnologia a ser utilizada na Unidade Industrial de Reuso de Efluentes, com capacidade de 300m³/hora. Esta unidade permitirá que a Refinaria aumente sua capacidade de processamento sem aumentar a captação de água, contribuindo para preservar este importante recurso natural. Já na Refinaria de Capuava (RECAP), em Mauá/SP, iniciou-se, em novembro, a montagem da unidade-protótipo de clarificação avançada, que validará a tecnologia a ser adotada no tratamento dos 100% dos efluentes finais da Refinaria para reuso na Petroquímica União.
- Execução, com grande sucesso, dos testes do primeiro protótipo do robô desenvolvido para monitorar o meio ambiente na região da Amazônia

nas condições locais, em outubro de 2005, mês em foram depositadas as primeiras patentes do sistema robótico.

- Conclusão da primeira versão de um simulador de processos geológicos, que apresenta, em relação aos pacotes de mercado, diversas inovações tecnológicas. O desenvolvimento se insere no processo de gestão do conhecimento da PETROBRAS, uma vez que permite a consolidação dos conhecimentos gerados ao longo dos mais de 50 anos de experiência em exploração de petróleo e, mais importante, a rápida e total aplicação daqueles conhecimentos em novas áreas exploratórias com baixo nível de conhecimento geológico.
- Realização de estudos que permitiram um melhor entendimento dos ambientes em que se depositaram os sedimentos que formaram as camadas de interesse exploratório da Bacia de Santos. O conhecimento de tais ambientes de deposição é fundamental no direcionamento do processo de exploração de petróleo, pois eles determinam certas características das rochas, que definem se elas são boas rochas reservatórios ou boas rochas geradoras, reduzindo o risco exploratório.
- Implantação de nova metodologia de caracterização de petróleos, que tem forte impacto na redução do risco exploratório. É muito eficiente para determinar a rocha a partir da qual foi gerado um determinado petróleo, informação fundamental para o processo exploratório, pois pode ser utilizada mesmo quando o petróleo apresenta algumas condições que impossibilitam a utilização de metodologias tradicionais.
- Realização de estudo das falhas geológicas presentes no Campo de Marlim Leste, um dos maiores campos de petróleo brasileiros, utilizando uma abordagem inovadora, resultando na construção de um modelo geológico mais realista para o campo e, conseqüentemente, na otimização do seu plano de desenvolvimento e dos seus resultados econômicos.
- Realização de estudos geológicos dos campos de Jubarte, Marlim Leste e Roncador, que permitem a otimização das malhas de poços de desenvolvimento da produção dos campos em foco e a melhoria dos seus resultados econômicos. Os estudos resultaram no aperfeiçoamento dos modelos geológicos daqueles campos, principalmente no que diz respeito à natureza e à distribuição das camadas sedimentares portadoras de petróleo, bem como das suas heterogeneidades internas.
- Incorporação de mais de 300 milhões de barris de novas reservas, a partir da utilização de metodologia química para a determinação da saturação final do Reservatório de Marlim, demonstrando grande potencial para agregar novas reservas nos demais campos.
- A área de produção tem hoje como um dos seus grandes desafios evitar o declínio e manter a produção dos seus campos gigantes offshore. Nesta área, os grandes destaques foram o equacionamento das incrustações nos poços que acarretavam grandes perdas, assim como a presença de H2S no reservatório, que poderia comprometer todas as facilidades submarinas de superfície.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não há restrições.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Objetivo

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica ocorra de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento com qualidade da demanda de energia elétrica.

Público-Alvo

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 150.181.016,00	Empenho Liquidado: R$ 107.576.752,00 Pago estatais: - Total: R$ 107.576.752,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional)

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 15,57 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 17,46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006. Os índices apurados até o exercício de 2004 vêm apontando para a redução das freqüências e da duração das interrupções dos serviços de energia elétrica, com maior expressão nas regiões sudeste e norte do país.

2. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Nacional)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 12,02 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 14,89

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

3. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Norte)

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 33,79 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 33,64

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

4. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Norte)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 36,56 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 36,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

5. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nordeste)

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 23,30 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 21,49

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

6. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Nordeste)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 15,02 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 15,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

7. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Sudeste)

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 9,54 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 11,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

8. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Sudeste)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 6,95 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 8,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

9. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Centro-Oeste)

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 19,54 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 18,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

10. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Centro-Oeste)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 17,06 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 21,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

11. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Sul)

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 16,67 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 19,88

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

12. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC (Sul)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 13,7 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 17,04

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador referente a 2005 encontra-se em processo de apuração, que deverá ser concluído no primeiro semestre de 2006.

13. Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC)

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 58,88 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 71,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) consiste em um indicador calculado a partir de dados obtidos em pesquisa presencial, realizada por instituto especializado, abrangendo cerca de 19.000 consumidores residenciais por todo o país, e processados em modelo estatístico. O modelo é composto por cinco variáveis: qualidade percebida, valor percebido, satisfação global, confiança no fornecedor e fidelidade. Para solucionar o modelo é utilizado o método PLS (Partial Least Squares, isto é, Mínimos Quadrados Parciais).

Para geração dos índices de satisfação dos consumidores por concessionária, utilizam-se as médias obtidas para cada uma das empresas nos indicadores de satisfação global, desconformidade global e distância para uma empresa ideal, ponderadas pelos pesos das mesmas, calculados no modelo PLS. Deve-se considerar ainda a amplitude da escala.

Para o cálculo do Índice Aneel de satisfação do consumidor de cada empresa, considera-se a posição relativa com referência à pontuação máxima possível de ser alcançada pela mesma.

O IASC compreende duas etapas: a coleta de dados e o cálculo do índice. A coleta de dados é realizada no segundo semestre de cada ano e o cálculo do índice e a divulgação dos resultados, no primeiro semestre do ano subseqüente.

A pesquisa do ano de 2005 foi concluída em dezembro e encontra-se em fase de consolidação dos resultados.

Contextualização

A importância estratégica do setor elétrico para o desenvolvimento nacional e as mudanças verificadas em seu arcabouço institucional e legal implicaram na necessidade de o Estado prover um ente responsável pelo desenvolvimento, manutenção e fiscalização de regras para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de energia elétrica em benefício da sociedade. Com aproximadamente 53 milhões de unidades consumidoras distribuídas no território nacional, realidades

locais distintas, servidas por 64 concessionárias de distribuição e interligadas por uma rede complexa de transmissão e geração, o setor elétrico exige o provimento de adequados requisitos de qualidade, tarifação, concessão, autorização e permissão, bem como de fiscalização preventiva e corretiva dos agentes do setor para oferecer um serviço adequado aos consumidores, com equilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

Principais Resultados

- Definição das regras de comercialização de energia.
- Definição de metodologia para avaliação de perdas técnicas nos sistemas de distribuição.
- Estabelecimento de critérios para a avaliação dos programas de eficiência energética.
- Diretrizes para os Planos de Universalização do acesso aos serviços de energia elétrica 2005/2008.
- Monitoramento da geração e consumo de combustíveis em 100% do sistema isolado para análise da Conta de Combustíveis Fósseis.
- Monitoramento à distância de todas as usinas em operação.
- Reestruturação societária de 25 concessionárias, visando à desverticalização do Sistema Interligado Nacional.
- Realização de 851 mil atendimentos na Central da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- Execução de 44 audiências públicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dos R$ 115.890.000,00 aprovados na Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA), foram autorizados R$ 81.081.622,50 (69,96%), considerando o ajuste final do limite orçamentário. A execução orçamentária, ou seja, o valor empenhado, soma R$ 74.804.980,89, e a execução financeira, R$ 63.630.886, o que representa, respectivamente, 92,26% e 78,48% do limite desse programa ao final do exercício. Do total pago (R$ 63.630.886,12) foram inscritos em restos a pagar R$ 11.174.094,77. Verifica-se, portanto, que a execução financeira do programa corresponde a 85,06% do valor empenhado.

Em relação à concepção do programa, identifica-se que suas ações têm uma abrangência muito ampla, o que dificulta a convergência para um único produto, existe a necessidade de se estabelecerem outros indicadores que melhor retratem os resultados deste programa e a denominação do programa apresenta-se inadequada, pois seu título não reflete a essência e a abrangência do programa.

Além disso, alterações na legislação, definindo regras para o setor, têm implicado na revisão de normas e regulamentos que competem à ANEEL, bem como na alteração de procedimentos, como é o caso do enquadramento das cooperativas de distribuição de energia elétrica.

Em relação à sua implementação, dentre as principais causas de disfunções que comprometeram os resultados da Instituição no exercício de 2005, podem-se destacar duas vertentes relevantes:

- Disfunções estruturais, que afetam de forma geral as ações e o desempenho da Instituição:
  1. Limitação de orçamento.
  2. Escassez de recursos humanos, apesar da realização de concurso público.
  3. Inconsistências na metodologia de construção dos programas e metas.

- Disfunções específicas relativas a um programa ou ação específica, cujas dimensões são capazes de influenciar na gestão final da Agência:
  1. Alterações na legislação.
  2. Atrasos em processos licitatórios e contratações, em particular aquelas realizadas por meio de credenciamento das atividades de apoio ao processo de fiscalização.

Outros Aspectos Relevantes

O cronograma de liberação quadrimestral dificulta o planejamento e a realização de licitações, visto que o órgão fica impedido de adiantar seus procedimentos de contratação, pois dependerá da liberação dos limites do último quadrimestre para o prévio empenho, inviabilizando muitas ações e comprometendo a capacidade de execução da Instituição.

Outro problema é a obrigatoriedade de se empenharem integralmente às despesas de funcionamento no início do exercício. O fluxo de cronograma quadrimestral para os demais empenhos gera a paralisação das outras ações que se iniciam somente após a liberação do segundo quadrimestre a partir de meados do exercício, prejudicando a eficiência e a gestão da organização.

Outro aspecto é a participação de 64% da ação "Gestão e Administração do Programa" no total dos empenhos liquidados do programa. Esse montante está relacionado, principalmente, ao pagamento de todas as atividades relacionadas ao apoio administrativo do programa, conforme a orientação constante do Manual de Elaboração de Programas do Plano Plurianual 2004-2007, bem como do Manual Técnico de Orçamento (MTO - 2005), ambos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com os mencionados documentos, as Unidades Orçamentárias que possuírem sob sua responsabilidade a implementação de apenas um programa finalístico, vinculado à atividade-fim da unidade, como é o caso da ANEEL, deverão alocar as respectivas despesas administrativas na ação padronizada "Gestão e Administração do Programa". Dessa forma, o programa da ANEEL trabalha sob a perspectiva do modelo preconizado para o PPA 2004-2007, no que se refere ao aprimoramento do processo de programação, "de modo que os programas e ações finalísticos reflitam, tanto quanto possível, seus custos reais, segundo o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal[1]" .

[1]. Manual Técnico de Orçamento MTO-02: instruções para elaboração da proposta orçamentária da União para 2005. Orçamentos fiscal e da seguridade social. Brasília, 2004

Recomendações

- Alteração do objetivo e da justificativa do programa.
- Redefinição dos indicadores de outorga de geração de linhas de transmissão e reabilitação do indicador de satisfação (IASC).
- Modificação dos atributos das ações 4699 – "Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica", 4880 – "Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica", 4703 – "Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica" e 2993 – "Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica".
- Inclusão das ações "Reforma do Edifício Sede da ANEEL" e "Participação Pública Voltada para a Transparência do Setor Elétrico".

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível

Objetivo

Proteger os interesses dos consumidores, quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível.

Público-Alvo

Consumidores de derivados do petróleo, gás natural e álcool combustível.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 49.125.108,00	Empenho Liquidado:	R$ 47.633.855,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 47.633.855,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 96,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto para 2007 já foi alcançado desde 2004.

Contextualização

Necessidade de cumprir o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que prevê a proteção dos interesses do consumidor, quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível. Compete à Agencia Nacional de Petróleo (ANP) implementar, em sua esfera de atribuições, a política de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo território nacional e no atendimento à Lei nº 9.478/97.

Principais Resultados

- Intensificação das ações de fiscalização: o volume de combustíveis fora das especificações da ANP retirado do mercado em 2005 ultrapassou o do ano de 2004 em 119%. O monitoramento da qualidade dos combustíveis,

executado por universidades e centros de pesquisas contratados pela ANP, tomou abrangência nacional, cobrindo os 26 Estados e o Distrito Federal. Foram visitados 35.262 postos revendedores e realizadas análises físico-químicas em 149.696 amostras de combustíveis.

- Regulamentação da adição de corante ao Álcool Anidro Combustível, uma medida eficaz, de rápida implementação, baixo custo e fácil operação para coibir a sonegação de impostos (ICMS, PIS e COFINS), bem como a utilização de produtos fora de especificação, que ocasionam danos aos veículos e ao meio ambiente, além de acarretarem distorções ao mercado por problemas de concorrência desleal.
- Atendimento a 68.091 manifestações pelo Centro de Relações com o Consumidor (CRC), o que representa um aumento de 11,8 % em relação a 2004.

O Centro de Relações com o Consumidor (CRC) funciona como Ouvidoria da Agência e encaminha dúvidas, reclamações e denúncias às áreas competentes para a tomada de providências, que podem resultar em ações de monitoramento e fiscalização dos agentes econômicos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A ANP está desenvolvendo sistemática de acompanhamento mensal das metas físicas, bem como a agregação de informações relativas a indicadores de desempenho e outras metas físicas, além das metas constantes do Plano Plurianual (PPA).

A atividade de fiscalização continuou prejudicada pelo número reduzido de servidores disponíveis, sobretudo de fiscais, que passaram de 53 para 49. Por outro lado, restrições de ordem orçamentária dificultaram a implementação de tecnologias mais avançadas e melhorias nas condições materiais de trabalho. A despeito do número de fiscalizações ter sido inferior ao de 2004, graças ao direcionamento das operações, a incidência de ações, autuações e interdições dobrou nos mercados problemáticos como os de São Paulo e do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, a média dos índices de não-conformidade continuou regredindo em todo o Brasil.

As atividades de Treinamento & Desenvolvimento compõem as metas físicas do Plano Plurianual de Recursos Humanos 2004/2007 da Agência e, no exercício de 2005, a meta deixou de ser inteiramente concluída, em razão da demora na conclusão do processo seletivo para novos servidores aprovados no Concurso Público 2004/2005. Esse atraso refletiu um número menor do que o esperado de servidores a serem capacitados em 2005.

A execução orçamentária, de 97%, tomada isoladamente foi bastante alta, mas não reflete as dificuldades ocasionadas pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. O Decreto e suas alterações posteriores significaram um contingenciamento elevado no início do exercício, que só foi atenuado já nos últimos dias de 2005. Essa limitação combinada à não-obtenção de créditos extraordinários para essas ações dificulta a melhoria dos processos e a incorporação de novas tecnologias ao processo de combate às práticas ilícitas e desleais, lesivas aos cofres públicos e aos consumidores de derivados de petróleo e biocombustíveis.

Embora em 2005 a ANP tenha ocupado um novo escritório nas cidades de São Paulo e Salvador, mais adequados às suas atividades, para aumentar a eficiência da fiscalização, faz-se necessária a abertura de novos escritórios nos Estados, de forma a aumentar o suporte as ações de repressão das práticas ilícitas no âmbito da distribuição e revenda de combustíveis.

O ano de 2005 foi marcado por uma redução significativa de força de trabalho nas áreas finalísticas da ANP. Embora tenha sido realizado concurso público, a demora na conclusão do certame fez com que somente a partir de novembro a ANP pudesse contar com nova força de trabalho, o que não contribuiu significativamente para as atividades de 2005, tendo em vista principalmente o tempo necessário para a adaptação dos novos servidores às suas funções na Agência.

Os principais mecanismos de participação social do programa são as consultas e audiências públicas realizadas sempre que há iniciativas de Projetos de Lei ou de alterações de normas administrativas que afetem os direitos ou imponham obrigações aos agentes econômicos ou consumidores. Em 2005, foram realizadas 16 consultas e audiências públicas. O Centro de Relações com o Consumidor (CRC), como mencionado anteriormente, funciona como ouvidoria da Agência e encaminha dúvidas, reclamações e denúncias às áreas competentes para a tomada de providências, que podem resultar em ações de monitoramento e fiscalização dos agentes econômicos. O CRC possui um acompanhamento da qualidade de seu atendimento, por meio de pesquisa de satisfação dos consumidores.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Refino de Petróleo

Objetivo

Ampliar e modernizar o parque nacional de refino, de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental, maximizando o uso de matéria-prima nacional.

Público-Alvo

Consumidores de derivados do petróleo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.594.405.081,00	

Empenho Liquidado:	-
Pago estatais:	R$ 2.434.743.579,00
Total:	R$ 2.434.743.579,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Capacidade de Refino Instalada

Unidade de medida: Milhão de barris de petróleo por dia
Último índice apurado: 1,83 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores medidos e o andamento dos projetos indicam o atingimento das metas. O índice está relativamente estabilizado devido à ênfase dos empreendimentos no aumento da capacidade de processamento de petróleo nacional e da confiabilidade das instalações.

2. Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total

Unidade de medida: Milhão de barris de petróleo por dia
Último índice apurado: 1,73 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A evolução do indicador apresentou-se adequada, com tendência de atingimento da meta.

3. Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional

Unidade de medida: Milhão de barris de petróleo por dia
Último índice apurado: 1,38 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A evolução do indicador apresentou-se adequada, com tendência de atingimento da meta.

Contextualização

O aumento da demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade exige a adoção de ações visando a garantir sua oferta. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidade de desenvolvimento para o país e de ganhos para a balança comercial brasileira. Simultaneamente, os resultados empresariais positivos permitirão a sustentação do processo de desenvolvimento do parque industrial, com seu conseqüente desdobramento na forma de incremento ao mercado de fornecimento de bens e serviços no país e a evolução dos padrões de qualidade de combustíveis para patamares compatíveis com uma visão ecologicamente correta.

Principais Resultados

- Em 2005, a carteira de investimentos da área de refino priorizou a adequação do diesel e da gasolina às necessidades de redução de emissões poluentes.
- Também constitui prioridade a construção de unidades de fundo de barril para o melhor aproveitamento do petróleo nacional, caracterizado pelo seu baixo grau API (petróleo pesado).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento de metas físicas ficou dentro do previsto em 2005, embora as empresas nacionais tenham apresentado algumas dificuldades para atendimento às demandas, em termos de qualidade e quantidade, decorrentes dos projetos. Tais problemas vêm sendo enfrentados nos projetos estruturados, notadamente os derivados do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo PROMINP.

O atendimento via mercado externo ainda precisa ser considerado para alguns itens.

Outros Aspectos Relevantes

O desempenho é medido mensalmente pelo avanço físico dos projetos. Está em estudo a padronização dos critérios de avanço a partir do uso sistemático do Sistema Integrado de Gestão (SAP-R3).

O programa promove a participação social por meio de ouvidoria, de audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental e de reuniões com grupos de interesse. Um exemplo claro desse último mecanismo é o PROMINP, à medida que

promove o envolvimento da sociedade no desenvolvimento dos projetos, inclusive com a participação de entidades de classe, como sindicatos, associações patronais, fundações e prefeituras.

Recomendações

- A estruturação do programa pode ser considerada um dos seus pontos fortes, facilitando seu acompanhamento e implementação. Eventualmente poderia ser estudada a fusão das atividades de Manutenção da Infra-estrutura e Manutenção da Infra-estrutura de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional.
- Inclusão das seguintes ações:
    1. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR/CE).
    2. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá (REMAN/AM).
    3. Implantação da Refinaria do Nordeste.
    4. Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba –(REVAP) - Investimentos em Parceria.

Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

Objetivo

Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados, adequada ao incremento da demanda e às novas exigências ambientais.

Público-Alvo

Consumidores de petróleo e derivados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 607.826.395,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago estatais:	R$ 549.782.102,00
	Total:	R$ 549.782.102,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Óleo e Derivados

Unidade de medida: milhão de m³. km
Último índice apurado: 47.581 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 47.581

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto ao final do PPA, já foi alcançado em 2005.

2. Taxa de Participação do Transporte Dutoviário no Transporte de Petróleo e Derivados

Unidade de medida: %
Último índice apurado: 18 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
-

Contextualização

O crescimento da produção de petróleo e derivados previsto para os próximos anos deve ser associado à disponibilização de uma infra-estrutura de armazenamento e de transporte dutoviário dimensionada para atender aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, de segurança e de proteção ao meio ambiente.

Principais Resultados

- Implantação de melhorias no Terminal de São Sebastião, responsável por cerca de 50% da movimentação de petróleo processado no país, tais como: troca das defensas (concluída); substituição das linhas internas, das quais 80% encontram-se implementadas, com previsão de entrada em operação em 2006; e substituição dos braços de carregamento e das bombas de transferência de petróleo, um dos principais projetos na área de dutos e terminais, pois permitirá que as operações sejam realizadas com mais segurança e aumentará a capacidade de escoamento do petróleo.
- Ampliação da capacidade do sistema de escoamento de petróleo e derivados na Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), para 30.000 m³/dia e na Refinaria de Paulínia (REPLAN), para 63.000 m³/dia, por meio de projetos iniciados em 2005.
- Na área de segurança operacional, em 2005 foi iniciado o projeto de reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo, com o objetivo de substituir a atual malha por outra externa à região metropolitana, a fim de reduzir os riscos apresentados com a grande concentração urbana nas faixas dos atuais dutos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à implementação do programa, a demora na definição de algumas ações internas, prejudicou o processo licitatório, postergando o início da operação. Além disso, a lentidão no processo de licenciamento ambiental, atrasou o cronograma da obra e o início da operação. Assim, alguns projetos como: o "Terminal de Pecém" e a "Ampliação do Escoamento do Terminal de Niterói" tiveram seus cronogramas atrasados, em virtude de demora na obtenção de licenças ambientais, decisões administrativas, finalização de licitações, definições de projeto básico e conceitual, entre outros.

O acompanhamento, realizado mensalmente por meio de sistemas informatizados, demonstrou que as ações 4107 e 4451, classificadas como atividades, são de difícil acompanhamento físico global, em virtude das inúmeras subações em que se subdividem.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Inclusão das seguintes ações:
  1. "Construção de Pátio e Píer para Coque e Derivados de Petróleo no Porto de Paranaguá".
  2. "Ampliação de Faixas de Dutos e Construção de Novo Duto de GLP no Rio de Janeiro".
  3. "Construção de Duto de Propeno, Esferas de GLP e Instalações no Pier de Paranaguá (Projeto Suzano)".
  4. "Construção de Estação de Tratamento de Petróleo em Angra dos Reis (RJ)".

5. “Construção de Tanques de Produtos Especiais (Gasolina de Aviação, Lubrificantes e Aditivo AB-9) no Terminal de Alemoa”.
6. “Construção de Duto entre São Sebastião e Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) e de um Píer em São Sebastião”.

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

Objetivo

Reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

Público-Alvo

Consumidores de petróleo e derivados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 18.651.989,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago estatais:	R$ 493.839,00
	Total:	R$ 493.839,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 46 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 46

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice previsto ao final do Plano Plurianual (PPA) foi alcançado em 2005. Contudo, considerando a idade média elevada apresentada pela frota de petroleiros de bandeira brasileira, está prevista a incorporação de 2 navios em 2006 e 1 em 2007 à frota da Petróleo Brasileiro S.A./ PETROBRAS Transporte S.A. (PETROBRAS/ TRANSPETRO), afretados a casco nu.

Contextualização

A frota de petroleiros de bandeira brasileira encontra-se com idade média elevada, caminhando rapidamente para o esgotamento de sua vida útil, e há forte possibilidade de encurtamento da vida útil de parte significativa dessa frota, em função de novas exigências legais em tramitação, com padrões mais estritos de segurança e proteção ao meio ambiente. A redução de disponibilidade da frota acarreta imediato comprometimento do balanço de pagamentos. Além disso, a renovação planejada e gradual da frota permitirá a otimização da utilização dos estaleiros nacionais.

Principais Resultados

- Pré-qualificação e lançamento do edital de licitação para a primeira fase da construção de 26 navios até 2010, ação que marcará o renascimento da indústria naval de grandes embarcações no Brasil e criará, nessa fase, 20 mil postos de trabalho.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A ação 1061 – "Modernização e Adequação de Navios" previa a modificação do navio Jurupema para operar como FSO (Floating, Storage and Offloading), que não foi implantado em função da reavaliação do campo de produção de óleo pela PETROBRAS.

A ação 11UH – "Aquisição de Embarcações de Apoio Offshore em Estaleiros Nacionais" foi adiada por necessidade de um maior detalhamento nos estudos de mercado e de viabilidade econômica.

A ação 1063 – "Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais" sofreu atraso no lançamento da licitação para a construção de 26 navios até 2010.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.



Ministério do Desenvolvimento Agrário

Agricultura Familiar - PRONAF
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais
Crédito Fundiário
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária
Educação do Campo (PRONERA)
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário
Paz no Campo
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram utilizados R$ 5,3 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 3.308.360.050,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 2.901.812.097,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 1.069.660.000,00	**Realizado não orçamentário:**	R$ 2.426.729.142,00
Total previsto:	R$ 4.378.020.050,00	**Total realizado:**	R$ 5.328.541.239,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 395,4 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 317,7 milhões. Ressalta-se que os valores não-orçamentários explicitados na tabela não estão contemplados em sua totalidade nas ações do Plano Plurianual.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2005 a serem destacados foram:

- Assentamento de 127.506 famílias.
- Incorporação de aproximadamente 13,3 milhões de hectares ao Programa Nacional de Reforma Agrária.
- Atendimento a 124.829 famílias com Assistência Técnica pelo programa 0135 – "Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais".
- Beneficiadas 189.454 famílias pela Assistência Técnica e Capacitação de Assentados por meio do programa 0137 – "Desenvolvimento Sustentável da Reforma Agrária".
- Atendimento a 97.365 famílias com infra-estrutura, serviços topográficos e Planos de Recuperação (PRA).
- Programa Agricultura Familiar (PRONAF) atuando em todos os Estados e em 5.360 Municípios, com destaque para: 1,53 milhão de agricultores beneficiados; reestruturação do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural; implementação do Seguro da Agricultura Familiar; Garantia Safra para 287.861 famílias da região semi-árida; e implementação do Programa de Biodiesel.
- Assistência Social, Técnica e Jurídica a 222.691 famílias acampadas para apoiar a luta pela cidadania, bem como a distribuição de cestas de alimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional dessas famílias.
- Intermediação de inúmeros conflitos agrários, beneficiando cerca de 57.080 famílias, garantindo aos trabalhadores rurais sem-terra a dignidade e o respeito aos princípios constitucionais.

- Elaboração de 81 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e contratação de 1.103 Planos de Trabalho, beneficiando diretamente 818 Municípios e indiretamente outros 836, em 104 Territórios Rurais selecionados.
- Acesso à educação formal (Ensino Fundamental) de 66.743 jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, principalmente nas regiões Nordeste e Norte.

Aspectos Relevantes

Dimensiona-se o público-alvo da agricultura familiar no Brasil a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996. Desde então as transformações na agricultura brasileira, algumas delas decorrentes da própria ação do PRONAF, ainda não foram integralmente aferidas. É fundamental que o dimensionamento e o perfil do público-alvo sejam atualizados. Para tanto é necessário que o IBGE realize o Censo Agropecuário de forma a obter dados compatíveis com a realidade.

A Secretaria da Agricultura Familiar deflagrou o processo de avaliação de diversos aspectos e ações do Pronaf; a maioria delas ainda em andamento. Um primeiro estudo apontou que nos 100 Municípios com maior aplicação do crédito Pronaf há aumento significativo da produção agropecuária, elevado o crescimento econômico (medido através da evolução do PIB municipal), do emprego formal e da arrecadação tributária. Isso demonstra a capacidade do programa em efetivamente promover o desenvolvimento das regiões cuja economia tem base importante na agricultura familiar.

No ano de 2003 a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) realizou uma avaliação do perfil de entrada de 206 projetos implementados pelo programa de crédito fundiário na região Nordeste. Em 2005, esta mesma Instituição retornou a uma amostra representativa estatisticamente destes projetos. Dados preliminares desta pesquisa dão conta que a renda das famílias elevou-se em 125% entre os anos de 2003 e 2005; nesse mesmo período a assistência técnica saiu do patamar de 6,35% para 60%. O acesso a outros programas sociais (tipo bolsa família e PETI, entre outros) cresceu de 26% para 58%. O público atendido pelo programa, segundo a pesquisa, caracteriza-se por gênero masculino (77%), cor parda (66%) e cor negra (13%). Do cruzamento de dados, verifica-se que os analfabetos (22%), as mulheres (23%) e aqueles que não receberam assistência técnica são os tipos de beneficiários que tiveram o menor crescimento de renda.

Em relação à concessão de crédito-instalação e assistência técnica, os resultados alcançados, apesar de significativos, ficaram aquém do esperado em face de decisão de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre (Decreto nº. 5.379, de 25/02/05). Também impactou negativamente na execução das ações de assistência técnica a não liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação, além das dificuldades na elaboração e celebração de convênios para prestação de serviços de assistência técnica.

Alguns problemas impediram o atendimento das metas estabelecidas para o programa de Crédito Fundiário. Um deles foi a lentidão das Unidades Técnicas Estaduais (UTEs) na realização de vistorias e nas análises jurídicas e técnicas necessárias para a aprovação das propostas. Parte destes problemas foi contornada no final de 2005. Em

dezembro de 2005 havia 3.648 propostas em análise pelas UTEs, totalizando mais de 14 mil famílias; 2.261 imóveis (58% do total) já tinham sido vistoriados e os respectivos preços já estavam negociados e aprovados.

No que tange à regularização de imóveis rurais, o desempenho ficou abaixo do esperado. Este fato decorre de os preços unitários estabelecidos na Lei Orçamentária Anual estarem abaixo dos praticados no mercado, reduzindo a meta possível de ser atingida. Diversas licitações realizadas pelo Incra ficaram desertas em decorrência dos baixos preços referenciais. Assim, novos preços referenciais foram fixados pelo Incra por Instrução Normativa ao final de 2005 e devem ser observados na proposta de 2006.

Foram observadas ainda restrições referentes à suficiência e à tempestividade do fluxo de recursos. A implementação das ações foi prejudicada por dificuldades na celebração de convênios, sobretudo, por conta de inadimplência dos entes para os quais são descentralizados os recursos. Outras dificuldades de ordem administrativa concernem à suficiência e qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras e gerenciais do programa, ressaltando-se que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não possui quadro próprio de pessoal. Em que pese o Governo ter autorizado concurso público que garantiu a nomeação, em 2005, de novos servidores, a reposição da força de trabalho ainda é insuficiente.

Recomendações

- Aperfeiçoamento dos indicadores para que se possa avaliar com maior propriedade as políticas públicas implementadas pelo Ministério.
- Maior integração entre os programas do MDA e de outros Ministérios, especialmente aqueles de base essencialmente territorial, como os Ministérios da Integração Nacional, das Cidades e do Meio Ambiente, pois tem se notado sobreposição e desarticulação de ações.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos progrmas sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Agricultura Familiar (PRONAF)

Objetivo

Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

Público-Alvo

Agricultores Familiares.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 3.503.907.912,00	Empenho Liquidado: R$ 1.916.873.370,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.916.873.370,00
Previsto não orçamentário R$ 1.069.660.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 2.426.729.142,00

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do PRONAF – Assentados da Reforma Agrária

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 60,65 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 77,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O principal entrave para a ampliação da concessão de crédito aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária é a dificuldade de estruturar os assentamentos e propiciar as condições para o processo produtivo. Apesar das dificuldades, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem melhorado o desempenho, e há uma chance razoável de que a meta seja alcançada.

2. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do PRONAF – Linha B

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 22,45 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 34,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O público beneficiário do grupo B é o de agricultores familiares de menor renda e maior dificuldade para acessar políticas públicas em geral. Muitas vezes,

além de desconhecer o programa, esses agricultores não têm sequer documentação para obter acesso aos serviços bancários. Esforços têm sido empreendidos para aperfeiçoar a assistência técnica a esse público, o que pode viabilizar melhor e maior acesso ao crédito. O Banco do Nordeste tem desenvolvido estratégias inovadoras para contatar as famílias e apoiá-las na elaboração de projetos simples e viáveis.

3. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do PRONAF – Linha C

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 40,93 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 46,43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A probabilidade de alcance da meta é grande, mas condicionada ao maior apoio às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o grupo, já que existe compromisso das instituições de ATER em universalizar o atendimento ao grupo, desde que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) garanta os recursos financeiros necessários.

4. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do PRONAF – Linha D

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 55 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 50,79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Meta já alcançada.

5. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do PRONAF – Linha E

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 23,73 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 72

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O grupo E foi o mais afetado pela queda de preços dos produtos agropecuários em 2006 e também foi bastante prejudicado pela seca. Uma vez superados esses problemas, o público não deve ter dificuldades de acessar o PRONAF, ainda que o índice pareça distante.

Contextualização

Os problemas da agricultura familiar têm sua origem na exclusão dessa classe de produtores do conjunto de políticas públicas dirigidas ao meio rural, sejam elas de caráter produtivo ou social. A implementação do PRONAF tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda, emprego e exercício da cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, infra-estrutura produtiva e ações de capacitação.

Principais Resultados

O programa nacionalizou-se em 2005, atuando em todos os Estados e em 5.360 Municípios. O crescimento do acesso ao crédito nas Regiões Norte e Nordeste constitui uma contribuição importante para a diminuição das desigualdades regionais. Além disso, merecem destaque os seguintes resultados:

- 1,53 milhão de agricultores beneficiados pelo crédito em todo o país.
- Reestruturação do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, sendo que os recursos do programa financiaram o atendimento a 752 mil agricultores, viabilizando a renovação metodológica e técnica dos serviços estaduais de assistência técnica e extensão rural, com vistas ao melhor atendimento dos agricultores familiares. Foram contratados 2,74 mil novos técnicos, beneficiando grande parte das instituições envolvidas, que não realizavam concursos desde a década de 80, possibilitando-lhes atender 1,6 milhão de unidades familiares em todo o país.
- Implementação do Seguro da Agricultura Familiar, que, além de garantir a cobertura do crédito, protege de perdas os recursos próprios de agricultores. Em 2005, 549 mil famílias contrataram o seguro e 220 mil famílias obtiveram cobertura das perdas causadas pela estiagem. Sem o seguro, os agricultores ficariam endividados e o processo produtivo da safra seguinte teria uma descontinuidade maior do que a ocorrida.
- A ação "Garantia Safra" trouxe garantia de renda, em caso de perda da produção, para 287.861 famílias da região semi-árida.
- Avançou-se significativamente na implementação do Programa de Biodiesel, especialmente com a criação do selo combustível: 70 mil famílias já estão tendo sua produção adquirida pelas empresas certificadas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Embora na safra 2005/2006 tenha havido uma contratação de crédito proporcionalmente menor que na safra anterior, o desempenho do programa foi positivo. A severa estiagem que atingiu a Região Sul contribuiu bastante para isso, embora se possa afirmar que os efeitos negativos da seca teriam sido maiores caso o Seguro da Agricultura Familiar não tivesse sido implementado. Apesar do nível de estruturação muito aquém do desejado, foi possível realizar as perícias e efetuar o pagamento das centenas de milhares de operações de créditos cobertas pelo seguro.

Dimensiona-se o público-alvo em função de dados sobre a Agricultura Familiar no Brasil, produzidos a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996. Desde então, as transformações na agricultura brasileira, algumas delas decorrentes da própria ação do PRONAF, ainda não foram integralmente aferidas. É fundamental que o dimensionamento e o perfil do público-alvo sejam atualizados e, para tanto, é necessário que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realize o Censo Agropecuário o quanto antes.

Houve progressos significativos nas duas últimas safras para tornar a cobertura de público potencial mais equilibrada em termos regionais. Ainda assim, o acesso ao programa é maior nas regiões onde a agricultura está mais consolidada e o acesso

a serviços em geral, em particular a ATER e canais de comercialização, é melhor especificamente na Região Sul.

Várias estratégias têm sido adotadas no sentido de melhorar a cobertura nas Regiões Norte e Nordeste, principalmente por ser esta última a que possui maior número de agricultores familiares do país. Merece destaque a parceria com o Banco do Nordeste para qualificação do crédito direcionado ao grupo B do PRONAF, por meio da implementação de um programa que disponibiliza agentes de desenvolvimento para atuação junto aos potenciais beneficiários desse crédito. Além disso, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) tem desenvolvido um conjunto de ações com o objetivo de formar quadros técnicos e acompanhar os serviços de ATER nessas regiões.

Atualmente as ações de capacitação, que beneficiam principalmente os próprios agricultores, têm âmbito limitado, pois deveriam também contemplar a formação de quadros técnicos para os serviços de ATER. Para melhorar o desempenho do programa é necessária a criação de uma ação educativa, basicamente direcionada pra a formação para agentes de desenvolvimento.

Até 2005 não existia uma ação específica de comercialização da produção dentro da SAF. O Programa "Abastecimento Agroalimentar (PAA)", criado em 2003, vinha sendo operacionalizado exclusivamente pela Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CONAB/MAPA). A partir de 2006, a SAF passa a integrar a operacionalização do PAA.

As metas físicas, em particular as de ATER, estão bastante aquém do necessário para dar suporte aos processos de desenvolvimento rural e ao conjunto de ações do PRONAF, o que se deve à carência de recursos financeiros para a realização desse trabalho. Ações como a de "Biodiesel" e "Apoio à Agroindústria", geradoras de trabalho e renda na agricultura familiar, também teriam que ter metas físicas ampliadas e maior disponibilização de recursos.

A coordenação de monitoramento e avaliação da SAF utiliza o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF. Algumas ações, como as de capacitação, são inseridas no sistema pelas próprias capacitadoras conveniadas, à medida que as ações são realizadas. Os dados sobre crédito são inseridos mensalmente, utilizando o relatório dos agentes financeiros. As ações "Assistência Técnica" e "Extensão Rural" ainda não estão sendo monitoradas, mas o processo está em discussão e um sistema está em fase de implementação. Em virtude do monitoramento do PRONAF pelo Sistema de Metas Presidenciais (SIGOV), também são produzidas mensalmente as informações de caráter qualitativo e quantitativo detalhadas para as ações Crédito, ATER, Seguro da Agricultura Familiar e Garantia Safra.

Várias ações foram prejudicadas pela liberação tardia de recursos, concentrada no final do ano, o que prejudicou a celebração de convênios e contratos de repasse em quase todas as ações que utilizam estes instrumentos para viabilizar parcerias para a implementação do programa. Por essa razão, algumas ações deixaram de ser realizadas no período ideal, enquanto outras foram analisadas com muita pressa, prejudicando a qualidade dos projetos e o seu acompanhamento.

Atualmente a maior parte da equipe do PRONAF é formada por técnicos contratados como consultores por projetos de cooperação internacional, o que gera uma situação

bastante instável. Além disso, o número de técnicos está aquém das necessidades de gerenciamento do programa. O Ministério não tem quadros próprios, não há nenhum concurso público programado, e a quantidade de cargos disponíveis (DAS) é desproporcional às responsabilidades para a execução de um programa dessa monta.

O aprimoramento do crédito PRONAF, bem como os ajustes que vêm sendo feitos em algumas ações, como "ATER" e "Biodiesel", são fruto da participação social. Grande parte das atividades vem sendo executada em parceria com as organizações de agricultores familiares e instituições que trabalham com desenvolvimento rural, a exemplo das instituições de ATER.

Outros Aspectos Relevantes

A SAF deflagrou o processo de avaliação de diversos aspectos e ações do PRONAF, a maioria ainda em andamento. Um primeiro estudo apontou que, nos 100 Municípios com maior aplicação do crédito PRONAF, houve aumento significativo da produção agropecuária, elevado crescimento econômico, medido pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, do emprego formal e da arrecadação tributária. Isso demonstra a capacidade do programa de efetivamente promover o desenvolvimento das regiões cuja economia tem base importante na agricultura familiar.

Recomendações

- Os indicadores do PRONAF estão centrados no atendimento ao crédito. O PRONAF desenvolve outras ações estruturantes e é necessário que os indicadores reflitam os resultados do programa de maneira mais abrangente. Problemas, no entanto, existem nas formas de apuração desses índices, que deveriam ser factíveis. O Censo Agropecuário atenderia a alguns aspectos, mas não pode ser adotado, em função da freqüência. Outras pesquisas que envolvem visitas domiciliares, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), entre outras, não abrangem de maneira suficiente aspectos como evolução da renda, migração, etc, que precisariam ser utilizados na geração de índices a serem correlacionados com o desempenho do programa.

Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Objetivo

Promover a democratização do acesso a terra, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de emprego e renda.

Público-Alvo

Trabalhadores rurais sem-terra.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.146.015.009,00	Empenho Liquidado: R$ 1.904.204.154,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.904.204.154,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Famílias Acampadas Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

2. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito de Instalação – Apoio

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

3. Taxa de Famílias Beneficiadas com Infra-Estrutura Viária

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não apuração do índice.

4. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Assistência Técnica

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

5. Taxa de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

6. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito-Instalação – Habitação

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

7. Taxa de Famílias Beneficiadas com Eletrificação Rural

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

8. Taxa de Famílias Beneficiadas com Sistemas de Abastecimento de Água

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

Contextualização

A reforma agrária constitui elemento essencial do processo de mudança do modelo de desenvolvimento do país. A forte demanda de acesso à terra e condições de sustentabilidade por parte das famílias rurais sem-terras, vinculada a um processo de obtenção de terras insuficiente, reativo e vulnerável em relação às demandas, vêm gerando fortes conflitos no meio rural. A não-intervenção nesse processo acarretará o acirramento de conflitos pela posse e uso da terra, impedindo o avanço socioeconômico e ambiental dos grupos vulneráveis. A existência de um grande estoque de terras públicas e particulares produtivas ou improdutivas oportunizará o atendimento dos objetivos propostos.

Principais Resultados

- Incorporação ao Programa Nacional de Reforma Agrária de aproximadamente 13,3 milhões hectares.
- Assentamento de 127.506 famílias.
- Concessão de crédito instalação a 95.098 famílias (apoio e habitação).
- 124.829 famílias atendidas com assistência técnica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Para uma efetiva avaliação dos resultados, é preciso se ter claro que o desenvolvimento da reforma agrária deve atender às expectativas de públicos que se encontram em situações e estágios diferentes.

A primeira situação refere-se aos acampados, cujo atendimento não tem levado à correspondente diminuição de famílias nessa situação. Uma avaliação preliminar indica que esse número tende a se manter, ou mesmo aumentar, na medida em que estejam sendo atendidos com prioridade. A segunda situação é a dos que já tiveram acesso à terra, mas ainda não dispõem dos benefícios previstos na estruturação dos projetos de assentamento. A última é a dos que se encontram em projetos estruturados, mas não conseguem sustentabilidade.

Tal diversidade dificulta a visualização dos resultados, indicando que o processo de avaliação não deve ser feito somente por uma ótica retilínea e/ou quantitativa. Pelo contrário, sua efetividade deve ser mensurada pela ponderação entre cada um dos seus resultados e suas respectivas peculiaridades e restrições. Dessa forma, consideraram-se positivos os resultados alcançados.

Em relação à concessão de Crédito-Instalação e Assistência Técnica (ATES), os resultados alcançados, apesar de significativos, ficaram aquém do esperado e parcialmente prejudicados em função do estabelecimento de limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre, conforme previsto no Decreto nº 5.379, de 25/02/05. Além disso, a execução das ações de assistência técnica foi impactada negativamente devido à não-liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação, como, por exemplo, a ampliação do limite de fluxo de caixa do crédito-instalação, ocorrida

somente no dia 23 de dezembro de 2005, data limite para emissão de empenho, prejudicando sobremaneira a execução.

Problemas de gestão e negociação no sistema ATES trouxeram dificuldades na elaboração e celebração de convênios para prestação de serviços de assistência técnica.

Apesar de não se ter uma forma sistematizada de avaliação da satisfação do beneficiário quanto ao desempenho do programa, a superação da meta, inicialmente estabelecida para assentamento de trabalhadores rurais, bem como para os serviços de Assistência Técnica aos Assentados, indicam bom índice de satisfação.

O número de funcionários ainda é insuficiente para a composição das equipes executoras que se fazem necessárias, apesar da realização, em 2005, de concurso público que propiciou o ingresso de novos servidores.

Os recursos referentes às "Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais" tiverem aplicação eficaz. Vistorias e avaliações de imóveis rurais para incorporação ao Programa de Reforma Agrária absorveram a maior parte dos recursos e ocorreram gastos com a realização de perícias e licenciamento ambiental dos projetos.

Outra ação que obteve bom resultado foi a de "Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação", cuja aplicação garantiu o alcance dos objetivos.

As parcerias, que são importantes para a execução e ampliação do programa, têm-se mostrado satisfatórias e estão em constante aperfeiçoamento. Destacam-se o programa "Luz para Todos", do Ministério das Minas e Energia, que atendeu bem à demanda de eletrificação rural em assentamentos, e a boa atuação do Ministério do Meio Ambiente, no que se refere às ações ambientais nos assentamentos.

Outros Aspectos Relevantes

As famílias assentadas se distribuíram da seguinte forma em 2005:

Tipo de Projeto	Nº Projetos que receberam novas Famílias	Famílias Assentadas em 2005	%
Assentamento Federal	3.386	80.421	63,07
Projetos Florestais / ambientais	121	30.408	23,85
Projetos Estaduais	514	13.627	10,69
Projetos Municipais	18	249	0,20
Colonização	9	1.490	1,17
Sem especificação	100	1.316	1,03
Total	**4.148**	**127.511**	**100,00**

Fontes:
(1) Sistema: SIPRA/ SDM/ Relatório: Rel_0227/ Data: 14/02/2006.
(2) Relação nominal dos assentados em 2005 [www.incra.gov.br].
* Inclui assentamentos em projetos antigos, de famílias de áreas de barragens, etc.
Elaboração: DISET/IPEA

Recomendações

- O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA/MDA), tem apresentado baixa aderência ao modelo de gestão deste programa no âmbito do Plano Plurianual (PPA), notadamente no caso dos indicadores que não possuem aferição. É mencionada, anualmente,a necessidade de aperfeiçoamento desses indicadores, sem, contudo, se proporem novos ou se aprimorarem os existentes. A permanência de tal situação prejudica a divulgação à sociedade dos impactos dos resultados do programa no seu público-alvo e, por isso, recomenda-se que os indicadores atuais sejam efetivamente apurados ou que se busque a construção de indicadores mais apropriados.

Crédito Fundiário

Objetivo

Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis.

Público-Alvo

Famílias sem-terra, arrendatários, parceleiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 547.973.000,00	Empenho Liquidado: R$ 515.566.498,00 Pago estatais: - Total: R$ 515.566.498,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 2,46 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. De acordo o Sistema de Qualificação de Demanda - SQD do programa de crédito fundiário, a demanda identificada é de 52 mil famílias. Mantendo este ritmo crescente de desempenho do programa, espera-se atingir o índice de referência no final do ano de 2007.

Contextualização

Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficiente para fins de desapropriação representam cerca de 40 milhões de hectares. A essas áreas devem-se acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela desapropriação, mas podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos viáveis. Esse programa de acesso à terra é complementar ao Programa de Reforma Agrária.

O programa Crédito Fundiário opera por meio da execução descentralizada pelos Estados e financia a compra de imóveis rurais, bem como os investimentos básicos necessários à estruturação dessas novas unidades produtivas, capacitação dos beneficiários e assistência técnica. A descentralização do programa e a participação efetiva da sociedade civil devem contribuir para a acumulação de capital social, o fortalecimento da cidadania e uma maior articulação com as ações empreendidas em outros programas locais de desenvolvimento, particularmente em matéria de segurança alimentar, geração de emprego e renda, infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social.

Principais Resultados

- Foram assinados 2.216 contratos, o que representa o atendimento de 9.273 famílias de trabalhadores rurais.
- Houve um aumento significativo na participação dos jovens (até 28 anos) no programa, que passou de 16% para 30%.
- 52.000 famílias foram cadastradas para receber o financiamento, além de 6.200 famílias, cujas propostas já se encontravam aprovadas pelos agentes financeiros para contratação.
- Foram capacitados 5.340 executores do Programa de Crédito Fundiário.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A estratégia de implantação e execução do programa está baseada na descentralização das ações, com a participação dos Estados, dos Municípios e das comunidades. Além disso, conta com a efetiva participação dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) na construção e implementação do programa.

Alguns problemas impediram o atendimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) foi impedido por alguns problemas, como a lentidão das Unidades Técnicas Estaduais (UTEs) na realização de vistorias e nas análises jurídicas e técnicas, necessárias para a aprovação das propostas. Parte desses problemas foram contornados no final de 2005, e, em dezembro, havia 3.648 propostas em análise pelas UTEs, totalizando mais de 14.000 famílias alcançadas. Tratava-se de 2.261 imóveis vistoriados, 58% do total, com os respectivos preços negociados e aprovados.

A alteração da organização operacional das UTEs em alguns Estados prejudicou o andamento do programa. Em Pernambuco, por exemplo, a Unidade Técnica foi transferida da Secretaria de Planejamento para o Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (FUNTEPE), órgão de terras vinculado à Secretaria de Produção Agrícola. Nesse caso, e em outros similares, foi necessário um período de transição para que as novas equipes e instituições se adequassem ao Programa de Crédito Fundiário.

Cabe destacar que os maiores obstáculos à concessão do financiamento estão na documentação dos beneficiários, na regularidade jurídica dos imóveis e na carência de assistência técnica para a elaboração dos projetos. A fim de solucionar esses problemas, a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) iniciou ações, em parceria com os Governos Estaduais, no sentido de realizar campanhas de documentação nos

Municípios com maior concentração de famílias inscritas e executar a regularização fundiária por meio dos órgãos estaduais de terras. Um trabalho de constituição de Redes de Apoio nos Estados, que contam com a participação de 150 entidades parceiras do programa, está sendo desenvolvido para combater a carência de assistência técnica.

A Secretaria de Reordenamento Agrário, ao longo de 2005, consolidou a implantação de sistemas informatizados de monitoramento, que permitem trabalhar com informações em tempo real, disponibilizadas para os parceiros e Unidades Técnicas Estaduais, o que permite maior controle social do programa. Os dados disponibilizados são transformados em informações gerenciais, que apóiam a decisão dos gestores e permitem o monitoramento do Programa de Crédito Fundiário a partir dos seguintes sistemas:

- Sistema de Qualificação da Demanda (SQD): instrumento de gestão desenvolvido para registrar o controle social e a transparência do programa. É utilizado pelas organizações representativas de trabalhadores rurais e demais parceiros sociais, para registro dos grupos de famílias interessadas em acessar o Crédito Fundiário.
- Sistema de Análise e Contratação (SAC): um instrumento de acompanhamento da tramitação das propostas de financiamento.
- Sistema de Registro e Contratação (SRC): voltado para os agentes financeiros do Crédito Fundiário, ou seja, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB). O sistema de execução financeira possibilita a unificação de procedimentos e agiliza a tramitação das propostas de Crédito Fundiário nos bancos, permitindo o controle on-line dos fluxos.
- Sistema de Monitoramento dos Projetos do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (SIMON): em fase de desenvolvimento, permite captar as informações das ações a serem implementadas pelas associações dos beneficiadas, desde o planejamento dos projetos, passando pela implementação de infra-estrutura, até à escolha e implantação de culturas.
- Sistema de Monitoramento dos Mercados de Terras (SMMT): implantado pela SRA com o objetivo de acompanhar o mercado de terras no Brasil, acompanhar as negociações do programa, verificando se espelham a realidade do mercado local de terras de acordo com cada região, além de permitir maior transparência das negociações, uma vez que o sistema funciona via internet, permitindo aos parceiros públicos e não-governamentais o acesso às informações em tempo real. No ano de 2005, foi implantado o sistema em todos os Estados do Nordeste e da região Sul.

A execução orçamentária não pôde acompanhar a demanda encaminhada aos agentes financeiros, na ordem de 5 mil famílias, em função do contingenciamento de recursos ocorrido na Fonte 148.

Existe a necessidade da aquisição de equipamentos e softwares que permitam aprimorar os trabalhos de gestão e monitoramento das ações do programa.

As UTEs têm grande deficiência de recursos materiais, como veículos, computadores, GPS, entre outros, o que dificulta o cumprimento do programa.

É necessário dobrar o quantitativo de servidores públicos nas áreas de gestão, monitoramento, orçamento, finanças e controle das ações do programa.

Há necessidade de qualificação dos servidores envolvidos no programa, visando à melhoria da formação profissional e o aumento da produção intelectual do corpo técnico envolvido, o que envolveria a realização e participação em cursos e seminários e financiamento de pós-graduações, nas áreas de desenvolvimento rural, gestão pública e avaliação de políticas públicas.

Devido à inadimplência dos proponentes, houve atraso na celebração dos convênios e na liberação das parcelas.

Outros Aspectos Relevenates

Ao se cruzar espacialmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com a localização dos projetos do crédito fundiário, verificou-se que as áreas de atuação do programa coincidem com os Municípios que detêm os menores índices de IDH e maiores índices de pobreza rural, que são as áreas prioritárias de atuação do programa. Como estão nas áreas mais pobres, um programa de financiamento não deve ser o mais adequado.

No ano de 2003, a ESALQ/USP realizou uma avaliação do perfil de entrada de 206 projetos implementados pelo Programa de Crédito Fundiário na Região Nordeste. Em 2005, essa mesma Instituição realizou uma estatística desses projetos, demonstrando que, entre 2003 e 2005, a renda das famílias elevou-se em 125%, e a assistência técnica aumentou de 6,35% para 60%.

O acesso a outros programas sociais cresceu de 26% para 58%. O público atendido pelo programa, segundo a pesquisa, caracteriza-se pelo gênero masculino (77%), pela cor parda (66%) e pela cor negra (13%). Do cruzamento de dados, verifica-se que os analfabetos (22%), as mulheres (23%) e aqueles que não receberam Assistência Técnica são os tipos de beneficiários que tiveram o menor crescimento de renda.

Os resultados da pesquisa serão utilizados no aperfeiçoamento do programa e na busca de maiores investimentos, que possibilitem por exemplo, a universalização da Assistência Técnica, imperativa para melhoria de vida das famílias.

A SRA também realizou, durante o ano de 2005, licitação de âmbito internacional para a seleção de instituição para avaliar o impacto do Programa de Crédito Fundiário, analisando o perfil de entrada dos beneficiários, o nível de focalização do programa e os impactos do programa sobre o desenvolvimento sócio-econômico das famílias, que serão comparados com um grupo controle.

Recomendações

- Segundo dados preliminares da avaliação do programa, que está sendo realizada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), o grau de satisfação dos beneficiários com o programa é: excelente para 14,4%, muito bom para 10,4%, bom para 48%, médio para 19,2%, ruim para 6,4% e muito ruim para 1,6%.
- Considerando-se essa avaliação, o programa apresenta resultados

satisfatórios, justificando sua permanência, com ajustes no indicador, como a alteração do índice de referência. Atualmente, o programa detém mecanismos confiáveis de identificação da demanda, como o SQD, e público-alvo atendido, via SAC, por isso é mais coerente calcular o desempenho do programa a partir das informações de famílias atendidas sobre a demanda real do programa.

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Objetivo

Promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia.

Público-Alvo

Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 135.541.090,00	Empenho Liquidado: R$ 121.570.011,00 Pago estatais: - Total: R$ 121.570.011,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 23 em 11/2005
Índice previsto ao final do PPA: 55,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para atingir o índice de 250 territórios apoiados até 2007. Caso não ocorram modificações, o índice ao final do PPA será de, no máximo, 33,33%, correspondendo a 150 territórios rurais atendidos.

2. Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Municípios Atendidos

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 18,17 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 53,83

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O número de Municípios apoiados pelo programa tem sido alcançado é possibilitado pelos recursos alocados por meio de Emendas Parlamentares, cujo

impacto nos demais índices relacionados ao númerode territórios rurais apoiados é reduzido uma vez que os recursos destinam-se a Municípios definidos pelo Poder Legislativo, que não estão, necessariamente, inseridos dentre os territórios rurais selecionados pelo Programa.

3. Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 23,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para atingir o índice de 250 territórios apoiados até 2007. Caso não ocorram modificações, o índice ao final do PPA será de, no máximo, 33,33%, correspondendo a 150 territórios rurais atendidos.

4. Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - Projetos Setoriais

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 23,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para atingir o índice de 250 territórios apoiados até 2007. Caso não ocorram modificações, o índice ao final do PPA será de, no máximo, 33,33%, correspondendo a 150 territórios rurais atendidos.

Contextualização

Grande parte da população está em Municípios que dependem das atividades rurais para gerarem empregos, crescerem economicamente e garantirem seu desenvolvimento.

As políticas públicas até aqui desenvolvidas não foram capazes de generalizar o desenvolvimento, reduzir significativamente a pobreza e banir a fome do Brasil, problemas ainda mais acentuados na quase totalidade dos Municípios rurais.

A grande maioria desses Municípios não possui condições objetivas de promoverem, autonomamente, seu crescimento econômico, nem mesmo de participarem de processos induzidos não articulados ao conjunto das demandas sociais existentes, o que os obriga a dependerem de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político.

Faltam capacidades locais, humanas e institucionais suficientes para organizar ações articuladas entre os diversos setores econômicos e sociais, para planejar o futuro, agregar suas demandas e desenvolver mecanismos de gestão social, que enfrentem seus principais problemas e aproveitem suas potencialidades, contribuindo para a segurança alimentar e o combate à pobreza e exclusão social. Para enfrentar esse

problema, é necessária a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento, articulem as demandas sociais e propiciem aos pequenos Municípios rurais alianças com outros Municípios, de forma a lograrem sinergias e maior efetividade em termos de desenvolvimento sustentável.

Principais Resultados

- Capacitação de 16.945 agentes de desenvolvimento, caracterizada como um pilar do programa. O resultado físico alcançado corresponde a 94,14% da meta de 2005 se considerados apenas os recursos orçamentários do exercício. Incluídos os recursos alocados em restos a pagar (RAP), o número de agentes capacitados em 2005 chega a 24.750, correspondendo a 137,22 % da meta física do ano.
- Elaboração de 81 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, o que corresponde a 85,26 % da meta de 2005.
- Contratação de 1.103 planos de trabalho, por intermédio da Caixa Econômica Federal, beneficiando diretamente 818 Municípios e, indiretamente, outros 836, em 104 territórios rurais selecionados. O resultado físico alcançado corresponde a 138,35% da meta de 2005, considerando-se apenas os Municípios diretamente apoiados.
- Crescente articulação dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável nos níveis municipal, regional/territorial, estadual e nacional, contribuindo para a consolidação da abordagem territorial e para a qualificação da participação da sociedade na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações de formação e capacitação e de apoio à gestão social do desenvolvimento (organização, planejamento e controle social) constituem estratégias de médio prazo, parte de um processo lento de mudança paradigmática, que demanda tempo de consolidação elevado e, principalmente, velocidade de mudança diferenciada entre os territórios apoiados.

O apoio a projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais, além de apresentar resultado físico expressivo, promove a crescente qualidade das demandas e o nível de adequação das mesmas a cada realidade territorial. À luz dessa realidade, consideram-se satisfatórios os resultados alcançados em 2005.

Além da inclusão da nova ação orçamentária "Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável", alguns ajustes ainda precisam ser propostos e negociados, com vistas a adequar o programa à sua concepção original, considerando-se a natureza dos problemas a serem enfrentados, uma vez que as condições que presidiram a negociação do programa em 2003, ano de sua criação, não possibilitavam a implementação de todas a ações previstas e necessárias à sua consecução. Isso será alvo de atuação na revisão do programa e na construção do novo PPA 2008-2011.

Outro aspecto importante é a novidade representada pelo programa no que tange à dinâmica que se instala nos espaços trabalhados, o que exige uma contínua visão crítica em relação às ações trabalhadas e às necessidades de evolução do programa.

Por se tratar de um programa dimensionado para atuar por 32 anos, cumprindo sucessivos e distintos ciclos de implementação, complementares e interdependentes, as metas dimensionadas para o período de 4 anos do PPA não são suficientes. Para que o 1º ciclo seja cumprido, por exemplo, em cada território rural apoiado serão necessários, em média, 15 anos de operação.

Para o alcance das metas previstas originalmente no PPA 2004-2007, o programa deveria ter recebido em 2005, tomando como exemplo a ação "Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços", uma dotação orçamentária de R$ 180 milhões. No entanto, mesmo com a inclusão de Emendas Parlamentares, o orçamento final ficou em R$ 114.628.118,00 o que representa somente cerca de 64% do total originalmente programado.

Apesar da execução orçamentária abaixo de 100%, deve-se considerar que parte significativa dos recursos, cerca de R$ 32.786.000,00, é oriunda de Emendas Parlamentares sobre as quais o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) não tem completa governabilidade na sua liberação, o que, aliado à descontinuidade e ao contingenciamento, compromete a execução financeira do programa, concentrando a aplicação dos recursos em curtos períodos e impossibilitando uma ação mais efetiva para assegurar sua total aplicação.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) dispõe de apenas 7 servidores públicos efetivos. Os cargos em comissão não são suficientes para a formação da equipe gerencial, de coordenação e de assessoramento nacional e regional. O concurso de consultores não atende à necessidade real de pessoal permanente por diversas razões, em especial, devido à característica de trabalho temporário, acarretando perdas em termos de institucionalização de competências pela SDT, cada vez que um consultor deixa de prestar seus serviços. A utilização de uma rede de colaboradores externos reduz pontualmente essa deficiência no nível estadual e territorial, mas não resolve o problema em sua totalidade.

Tão importante quanto a suficiência de recursos financeiros é a sua liberação de maneira harmônica e previamente definida. O desempenho é satisfatório, apesar das dificuldades já elencadas. Existe uma grande morosidade na contratação e liberação dos recursos, bem como uma inexperiência sistêmica, por parte dos parceiros não-governamentais, na utilização dos formulários e documentos pertinentes aos processos. A SDT aposta na capacitação desses parceiros, com vistas à qualificação dos processos burocráticos inerentes ao estabelecimento de parcerias com a utilização de recursos públicos.

Outros Aspectos Relevantes

As práticas gerenciais adotadas pelo programa são continuadas e relativamente inovadoras. A partir de um compromisso do Governo e de um pequeno grupo de profissionais, conseguiu-se estruturar um programa nacional em todos os Estados e no DF, por meio da construção de redes de parceiros e de entidades colaboradoras, que, em grande medida, responsabilizam-se pela execução in loco das atividades apoiadas e promovidas pelo programa.

Assim, um grande número de profissionais e entidades da sociedade civil logrou assumir responsabilidades junto às institucionalidades territoriais, prescindindo da ação direta do Governo para o alcance dos seus objetivos.

Quanto às propostas adotadas e implementadas pelo programa, mesmo sendo uma Secretaria de Ministério relativamente recente, a SDT adotou uma estratégia de gestão pública do desenvolvimento sustentável que se fundamenta em práticas continuadas e inovadoras, tais como:

1. Abordagem integrada da questão do desenvolvimento sustentável e de suas conseqüências para a qualidade de vida da população envolvida.
2. Planejamento participativo envolvendo atores sociais e gestores públicos territoriais.
3. Planejamento ascendente, com a estruturação de iniciativas próprias e demandas acordadas entre os atores territoriais e os gestores públicos.
4. Construção de institucionalidades territoriais encarregadas da gestão efetiva das iniciativas apoiadas pelo programa e por outros instrumentos de políticas públicas.
5. Resgate da auto-estima, dos valores e da cultura dos beneficiários, além de melhorias substantivas nas condições de competitividade sistêmica dos territórios.
6. Capacitação de recursos humanos, ampliando a sua capacidade e competência institucional para o desenvolvimento sustentável.

Recomendações

- O aperfeiçoamento deste programa passa pela identificação de indicadores mais adequados, já que, dos 4 indicadores atuais, três (Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais, Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais e Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - Projetos Setoriais) são, na prática, mensurados de forma semelhante. Além disso, o quarto indicador, a Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Municípios Atendidos, apenas difere dos demais, na sua mensuração, por ter como universo o número de Municípios e não o de territórios rurais.
- É necessária uma maior coordenação entre o programa e outras abordagens territoriais implementadas, por exemplo, pelos Ministérios da Integração Nacional, das Cidades e do Meio Ambiente. Todavia, em relação tanto aos indicadores quanto à interação com outros programas de base territorial, entende-se que os aperfeiçoamentos do programa devam preceder a elaboração do PPA 2008-2011.

Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Objetivo

Recuperar e consolidar assentamentos da reforma agrária, criados até 2002, de modo a proporcionar à população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

Público-Alvo

Famílias assentadas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 510.461.715,00	Empenho Liquidado: R$ 418.105.301,00 Pago estatais: - Total: R$ 418.105.301,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Recuperação de Sistemas de Abastecimento de Água

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

2. Taxa de Concessão de Documentação aos Assentados da Reforma Agrária

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

3. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Crédito Instalação – Recuperação

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

4. Taxa de Atendimento de Famílias Assentadas com Recuperação de Infra-Estrutura Viária

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

5. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Assistência Técnica e Capacitação – Recuperação

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

6. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Recuperação de Eletrificação Rural

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. Análise de viabilidade prejudicada pela não-apuração do índice.

Contextualização

A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento local e regional sustentável fundamenta o estabelecimento de ações visando à inserção de famílias assentadas, em projetos criados até 2002, em um contexto de sustentabilidade socioeconômica, por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não

governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento regional e levando qualidade de vida ao campo.

Ocorre, ainda, situação em que os assentamentos localizados em regiões com fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica dissociada da produção e da comercialização, bem como ausência de um programa de assistência técnica e de capacitação resultaram no endividamento e evasão dos assentados, indicando claramente a desarticulação da Política de Reforma Agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

Principais Resultados

- Concessão de crédito-instalação a 60.459 famílias.
- Assistência a 189.454 famílias pela ação Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.
- Atendimento com infra-estrutura, serviços topográficos e Planos de Recuperação (PRA) a 97.365 famílias.
- Emissão de 129 mil documentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais.
- Fomento à agroindustrialização e atividades pluriativas, beneficiando 38.728 famílias.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos financeiros foram considerados insuficientes, devido à decisão do Governo de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre, conforme previsto no Decreto nº 5.379, de 25/02/05. Como exemplo, é citado o aumento do limite de movimentação financeira do crédito–instalação, que aconteceu somente no dia 23 de dezembro de 2005, data limite para emissão de empenho, prejudicando sobremaneira a execução.

O número de funcionários ainda é insuficiente para a composição das equipes executoras necessárias, apesar da realização, em 2005, de concurso público que propiciou o ingresso de novos servidores.

O programa "Luz Para Todos", do Ministério de Minas e Energia, atendeu de forma satisfatória à eletrificação rural em assentamentos. Ainda há alguns aperfeiçoamentos operacionais a serem realizados.

Destaca-se também a atuação dos programas do Ministério do Meio Ambiente, no que se refere às ações ambientais nos assentamentos.

De modo geral, não foram encontradas dificuldades na articulação com os Ministérios executores. As parcerias, fundamentais para a execução e ampliação do programa, têm-se mostrado satisfatórias e em constante aperfeiçoamento.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA/MDA), tem apresentado baixa aderência ao modelo de gestão deste programa no âmbito do Plano Plurianual (PPA), notadamente no caso dos indicadores que não possuem aferição. Anualmente é mencionada a necessidade de aperfeiçoamento desses indicadores, sem, contudo, se proporem novos ou se adequarem os existentes. A permanência de tal situação prejudica a divulgação à sociedade dos impactos dos resultados do programa no seu público-alvo e, por isso, recomenda-se que os indicadores atuais sejam efetivamente apurados ou que se busque a construção de indicadores mais adequados.

Educação do Campo (PRONERA)

Objetivo

Promover ações educativas, por meio de metodologias específicas à realidade sociocultural do campo, e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de ciências agrárias.

Público-Alvo

Jovens e adultos assentados da reforma agrária e da agricultura familiar e profissionais egressos das ciências agrárias.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 43.068.394,00	Empenho Liquidado: R$ 34.668.307,00 Pago estatais: - Total: R$ 34.668.307,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Alunos Formados Anualmente nos Cursos de Ciências Agrárias, Financiados pelo Programa, Trabalhando nos Assentamentos de Reforma Agrária e nas Áreas de Agricultura Familiar

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado.

2. Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Alfabetizados

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado.

3. Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária que Concluíram o Ensino Fundamental

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado.

4. Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária que Concluíram o Ensino Médio

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado.

Contextualização

De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o país possui cerca de 16 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais, e 30 milhões de analfabetos funcionais. De acordo com o estudo, a taxa de analfabetismo no meio rural corresponde a 28,7% e é 3 vezes superior à urbana, de 9,5%. Nesse sentido, o programa se justifica pela urgência na alfabetização e escolarização desses trabalhadores rurais, não só para o exercício de sua cidadania, mas também pela premente necessidade do acesso a melhores níveis de escolarização, para viabilizar e tornar mais eficientes as unidades familiares de produção.

A permanência dos atuais níveis de analfabetismo compromete o sucesso da reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo.

A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalhariam na assistência técnica aos assentados e agricultores familiares, aliada ao processo de formação, que exigiria o trabalho dos jovens durante dois anos nessas áreas, por meio da participação em uma especialização lato sensu, contribuiria para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos, necessários à mudança do modelo de desenvolvimento, e para a criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Principais Resultados

- Acesso à educação formal de 66.743 jovens e adultos das áreas de reforma agrária no Ensino Fundamental, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte;
- Aumento da oferta de 32 novos cursos profissionalizantes de Nível Médio

para jovens e adultos assentados e continuidade de 40, iniciados em anos anteriores nas áreas de agropecuária, agroecologia, saúde, agroindústria, zootecnia e normal médio.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A meta física do programa teve uma média de execução de 90%, mas a ação "Formação Profissional de Nível Superior Adaptada à Reforma Agrária" só executou 52% da sua meta física, em virtude do contingenciamento dos recursos e do longo período de greve nas universidades federais, que dificultaram a tramitação e aprovação dos cursos nas instâncias acadêmicas, impossibilitando a celebração dos convênios para a implantação dos projetos.

Por se tratar de programa que tem como objetivo a alfabetização e escolarização formal dos trabalhadores assentados, as suas ações são executadas por meio de convênios firmados com instituições de ensino, havendo, portanto, a necessidade de realizar a fiscalização, o acompanhamento e o monitoramento da aplicação dos recursos e do cumprimento do objeto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os complexos procedimentos necessários para a transferência de recursos por meio de convênios, e as divergências de interpretações das normas jurídicas pelos diferentes parceiros dificultam a celebração dos convênios.

Outros Aspectos Relevantes

Os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais participam da elaboração, execução e avaliação dos projetos, juntamente com as instituições de ensino proponentes e o INCRA, os quais realizam o levantamento da demanda por educação nas áreas de reforma agrária, articulam parcerias com as instituições de ensino, Governos Estaduais e Municipais e buscam a infra-estrutura necessária nos projetos de assentamentos para o funcionamento do programa.

A participação e o controle social na gestão do programa podem ser replicados para outros programas do próprio órgão.

Recomendações

- O programa apresenta resultados satisfatórios, não necessitando de ajustes na sua programação. Entretanto, cabe uma revisão dos indicadores, pois os mesmos não estão sendo apurados.

Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 15.338.546,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.365.676,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 14.365.676,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa justifica-se pela necessidade de se desenvolverem ações que subsidiem a Direção Superior da Política de Desenvolvimento Agrário, dando condições para a tomada de decisões no âmbito político e gerencial.

Principais Resultados

- Formulação da Política de Desenvolvimento Agrário.
- Capacitação de 3.266 servidores públicos federais.
- Elaboração de 5 planos associados à promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento rural.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa ocorreu dentro do esperado, devido a um grande esforço de articulação entre as esferas do poder público, os movimentos sociais e entidades sem fins lucrativos. Entretanto, foram observadas restrições referentes à suficiência e à tempestividade do fluxo de recursos, notadamente, na ação "Elaboração de Planos para Promoção da Igualdade de Raça, Gênero e Etnia no Desenvolvimento Rural", na qual os valores aportados foram bem inferiores aos valores demandados nos projetos apresentados.

Ademais, a implementação das ações foi prejudicada por dificuldades na celebração de convênios, sobretudo, por conta de inadimplência dos proponentes para os quais são descentralizados os recursos.

Outras dificuldades de ordem administrativa concernem à suficiência e qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras e gerenciais do programa, ressaltando-se que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não possui quadro próprio de pessoal.

Aspectos positivos da implementação do programa concernem aos mecanismos de participação social que o norteiam, exemplificado pelas ouvidorias, audiências públicas, reuniões com grupos de interesse e discussões em Conselhos Setoriais.

Outros Aspectos Relevantes

Foi constituído um comitê permanente no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), para aprofundar debates e ações de controle social das políticas da área, assim como estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar políticas públicas.

Tem-se buscado o aprimoramento do programa por intermédio do Grupo de Gestão Orçamentária e Financeira, instituído em 2004, pelo qual são realizados encontros semanais para coordenar a execução e avaliar as intervenções do Ministério do Desenvolvimento Agrário e suas entidades vinculadas.

Recomendações

- Aperfeiçoar parcerias com outros órgãos governamentais e não-governamentais, de forma a evitar a implementação de ações isoladas e desarticuladas nos territórios.

Paz no Campo

Objetivo

Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Público-Alvo

Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, garimpeiras e os trabalhadores atingidos por barragens.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.398.671,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.259.129,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.259.129,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Assassinatos Decorrentes de Conflitos Agrários

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 14 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. As ações de prevenção da tensão social no campo, desenvolvidas em parcerias com Estados, Municípios, Poderes Executivo e Judiciário, Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), organizações não-governamentais e demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária, bem como a capacitação de técnicos do INCRA, de policiais militares e representantes de trabalhadores rurais sem-terra, possibilitaram uma diminuição nos homicídios decorrentes de conflitos agrários. Não é possível, entretanto, prever com precisão se o índice previsto será alcançado.

Contextualização

A violência no campo decorre, entre outros fatores, da ausência de mecanismos eficientes de prevenção, mediação, apuração de responsabilidades e penalização dos responsáveis.

Historicamente, o campo brasileiro é marcado por graves conflitos agrários,

decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas dificulta aos excluídos a inclusão de suas demandas nas pautas governamentais, o que agrava a fragilidade desses grupos sociais. Como condição favorável à implementação da paz no campo, evidencia-se a intenção governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, com o suporte da Ouvidoria Agrária Nacional, para a superação dos conflitos.

Principais Resultados

- Assistência social, técnica e jurídica a 222.691 famílias acampadas, possibilitando, com a distribuição das cestas de alimentos, a garantia de sua segurança alimentar e nutricional, bem como a busca de cidadania.
- Intermediação de inúmeros conflitos agrários, beneficiando cerca de 57.080 famílias, garantindo a dignidade dos trabalhadores rurais sem-terra e o respeito aos princípios constitucionais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa registrou o cumprimento de metas físicas muito acima do esperado, o que ocorreu em função das parcerias estabelecidas com órgãos federais e estaduais, com os Poderes Executivo e Judiciário e com instituições que defendem os direitos humanos e a reforma agrária.

A cobertura do público-alvo superou as expectativas iniciais, entretanto não há um mecanismo que avalie a satisfação do usuário com as atividades desenvolvidas.

Há necessidade de especialistas em contas públicas na equipe gerencial e recursos humanos nas equipes executoras, haja vista que o Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos possui equipe bastante reduzida.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Recomenda-se revisar as informações das ações, com ênfase nas metas físicas e financeiras (análise custo-meta) dos próximos exercícios, haja vista todas elas terem superado as metas físicas prevista.s, algumas de forma bastante contundente, em função das parcerias obtidas. Esse dado torna-se ainda mais significativo quando cotejado com as metas financeiras realizadas nas ações. Dessa forma, recomenda-se uma discussão com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre a metodologia utilizada para apuração das metas físicas, notadamente as atinentes às ações "Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas" e "Mediação de Conflitos Agrários", especificando-se e qualificando-se os tipos de assistência prestada.
- Este programa possui uma particularidade em relação à dificuldade de elaboração de um indicador eficaz, o que enseja uma discussão sobre a

pertinência de sua manutenção como programa, que por outro lado, se apresenta como de alta capacidade de mobilização e estabelecimento de parcerias, o que sugere sua manutenção na programação com a revisão de suas ações.

- A obtenção de indicadores não pode ater-se aos dados da ouvidoria. Outras organizações podem ser pesquisadas, visto que em outros programas são utilizados dados e pesquisas de instituições diversas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- É necessário se estabelecerem ações para o apoio técnico, administrativo, operacional, orçamentário e financeiro, para instalar e manter, não só as ouvidorias, mas também as defensorias, delegacias, promotorias e varas agrárias federais e estaduais, dando-se, com isso, maior amplitude à ação de Implantação de Ouvidorias Agrárias.

Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

Objetivo

Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

Público-Alvo

Detentores de imóveis rurais, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola e comunidades vulneráveis ligadas ao meio rural.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 97.255.669,00	Empenho Liquidado:	R$ 61.306.699,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 61.306.699,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 8 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Mantendo-se as taxas verificadas em 2004 e 2005, espera-se superar o índice previsto ao final do Plano Plurianual (PPA), alcançando 32% de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

2. Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 41 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. As restrições orçamentárias têm impedido o alcance das metas e prejudicado o dos índices estabelecidos. Ademais, o índice final fixado para o final do PPA está superestimado.

3. Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 0,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito Baixa. As restrições orçamentárias têm impedido o alcance das metas e prejudicado o dos índices estabelecidos. Ademais, o índice final fixado para o final do PPA está superestimado.

4. Taxa de Regularização de Imóveis Rurais Menores que Quatro Módulos Fiscais

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado. O índice não foi apurado, uma vez que a ação de regularização não é deflagrada por estratos de área e sim de forma massiva, cobrindo a superfície dos Municípios que são objeto da ação.

Contextualização

A grandeza do território, as diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira. A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e integradas ao Serviço de Registro Imobiliário, agrava o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e do equívoco na escolha das áreas, objeto de intervenção pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A falta de conhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social do País, gerando altos custos ao erário público na implantação de programas e projetos. A gestão eficaz da estrutura fundiária, por meio da identificação, caracterização, localização e classificação do imóvel rural, respalda legalmente a aplicação dos instrumentos de correção dessa estrutura e a promoção do controle social.

Principais Resultados

- Recuperação de 12,3 milhões de hectares de terras públicas griladas na Região Norte do País.
- Identificação da dimensão, forma e localização de 18,5 milhões de hectares ocupados por imóveis rurais, por meio de ações de georreferenciamento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

No que concerne ao gerenciamento da estrutura fundiária, o desempenho do programa ficou dentro do esperado, com alta taxa de atualização cadastral. No entanto, no que tange à regularização de imóveis rurais, o desempenho ficou abaixo do esperado, o que decorre dos preços unitários estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, abaixo dos praticados no mercado, reduzindo a possibilidade de alcance da meta. Diversas licitações realizadas no INCRA não apresentaram interesados, em decorrência dos baixos preços referenciais. Assim, novos preços foram fixados pelo INCRA, por Instrução Normativa, ao final de 2005, e devem ser observados na proposta deste ano.

O desempenho do programa também foi prejudicado por uma inadequação da legislação que limitava a regularização fundiária de terras públicas aos imóveis rurais de, no máximo, 100 hectares. Na busca pela ampliação do escopo da ação, a norma foi adequada em novembro de 2005, aumentando o teto das áreas públicas rurais passíveis de regularização para 500 hectares.

A implementação do programa foi marcada, ainda, pela insuficiência e baixa qualificação dos recursos humanos disponíveis, problema que deve ser atenuado com a contratação de novos servidores.

Outro destaque negativo refere-se à estrutura organizacional, inadequada para a execução do programa, observada nas entidades da Administração Direta e Indireta do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O programa apresenta resultados relativamente satisfatórios. Entretanto, é necessária uma nova análise do custo-meta das ações, notadamente a de "Regularização Fundiária de Imóveis Rurais".
- Há, ainda, a necessidade de revisão dos indicadores e dos índices do programa, que se mostram incapazes de expressar os avanços alcançados, bem como de realização de um balanço da situação das ações de georreferenciamento, com previsão de tempo e custos para sua completa implementação.



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Acesso à Alimentação
Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal
Erradicação do Trabalho Infantil
Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude
Proteção Social à Pessoa com Deficiência
Proteção Social ao Idoso
Rede Solidária de Restaurantes Populares
Sistema Único de Assistência Social
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foram utilizados R$ 15,7 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 15.997.744.394,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 15.742.105.099,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 15.997.744.394,00	**Total realizado:**	R$ 15.742.105.099,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 265 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 129,4 milhões.

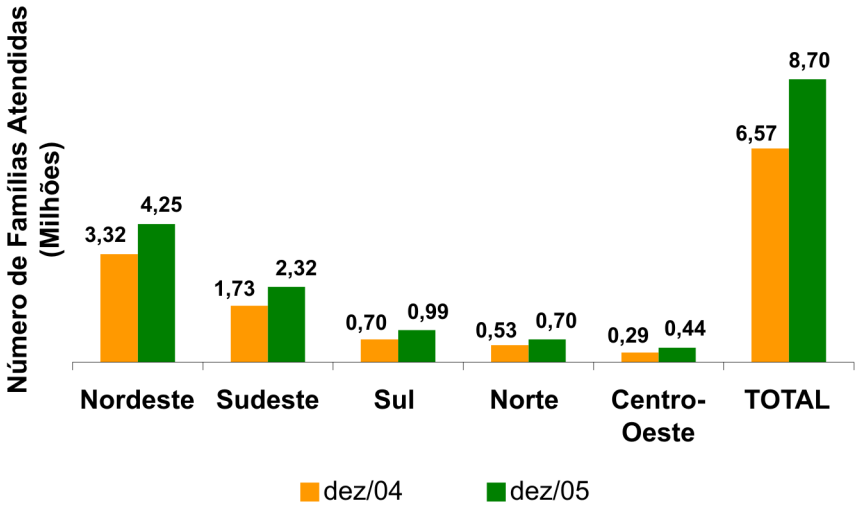
Principais Resultados

O ano de 2005 foi marcado pelo fortalecimento da atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nas três principais áreas associadas ao órgão: transferência de renda com condicionalidades às famílias em situação de pobreza, assistência social e segurança alimentar e nutricional:

- O programa "Bolsa Família", em dezembro de 2005, alcançou a meta de 8,7 milhões de famílias pobres atendidas por meio da transferência de renda associada a condicionalidades nas áreas de educação e saúde, representando crescimento superior a 30% em relação a dezembro de 2004. Com isso, o programa atendeu a mais de 77% de seu público-alvo: famílias com renda per capita domiciliar de até R$ 100,00 mensais. No fim de 2005, havia ainda 5,29 milhões de famílias beneficiárias de programas remanescentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Em dezembro de 2005 o Bolsa Família estava presente em 100% dos Municípios brasileiros. De cada 10 famílias atendidas até o fim de 2005, aproximadamente 6 viviam nas regiões Norte e Nordeste, totalizando 4,94 milhões de famílias. Vale destacar a evolução do programa por grandes regiões:

[1]. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Evolução do Bolsa Família



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- Na área de assistência social, o programa "Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)" atendeu a 1.010.057 crianças e adolescentes com idade de até 16 anos incompletos, em 2005, por meio da concessão de bolsas e realização de atividades socioeducativas, representando crescimento de 9% em relação a 2004. Em dezembro de 2005 o programa estava presente em 3.312 Municípios brasileiros. A região Nordeste, que responde por 43,6% dos casos de trabalho infantil (segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, do IBGE), concentrava 55,4% do atendimento. O PETI foi implementado a partir de 1996, ano em que atendeu a cerca de 3,7 mil crianças e adolescentes. Ao longo dos anos em que vem sendo implementado (1996-2005), o programa vem alcançando crescimento contínuo no atendimento. Os

Nível de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 14 anos, por grupos de idade e sexo em %*.

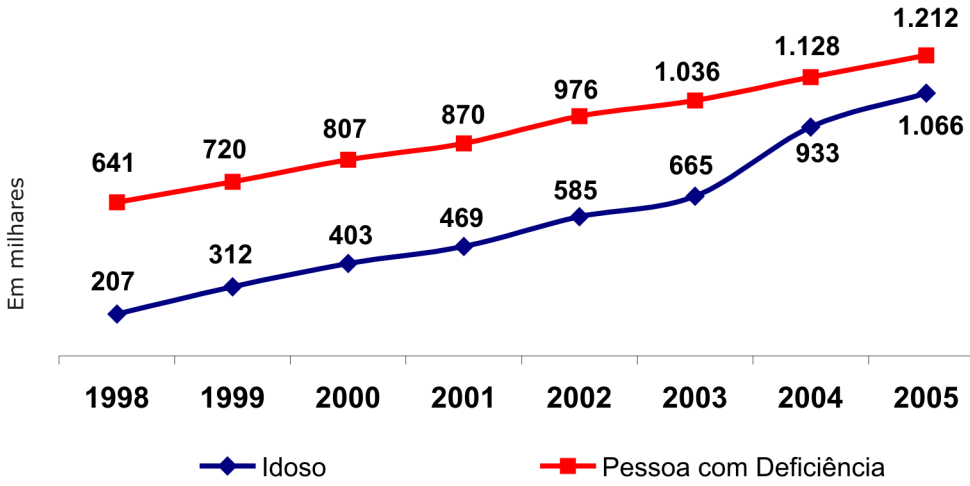
Ano	Grupos de Idade	
	5 a 9 anos	10 a 14 anos
1993	3,2	19,6
1999	2,4	14,9
2004	1,4	9,5
Ano	**Sexo Masculino**	
	5 a 9 anos	**10 a 14 anos**
1993	4,3	25,6
1999	3,2	19,7
2004	1,8	12,6
Ano	**Sexo Feminino**	
	5 a 9 anos	**10 a 14 anos**
1993	2,0	13,5
1999	1,6	10,0
2004	0,8	6,2

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.
(*) Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

números relativos a esse mesmo período demonstram a redução do trabalho infantil no Brasil. Vale assinalar a melhoria dos indicadores relativos ao nível de ocupação de crianças e adolescentes ao longo desses anos (número de crianças e adolescentes ocupados com relação ao número total de crianças e de adolescentes). Em particular, chama-se a atenção para a gradativa redução dos números referentes aos grupos de idade de 5 a 9 e de 10 a 14 anos nos anos de 1993, 1999 e 2004.

- Em relação aos benefícios de prestação continuada, em dezembro de 2005 foram atendidas 2,27 milhões de pessoas. Além disso, foram atendidas por meio da Renda Mensal Vitalícia 499 mil pessoas idosas e com deficiência que ainda recebem esse benefício, extinto em 1996. Os benefícios consistem do repasse mensal de um salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, cuja renda mensal familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo. Cerca de 37% dos benefícios emitidos em 2005 estão concentrados no Nordeste. Vale destacar a evolução do número de atendidos. Por exemplo, de 1998 a 2005, houve expansão de 168% no número de benefícios emitidos.

Evolução (BPC/LOAS) - Benefícios Emitidos



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
(*) Excluídas as pessoas beneficiadas com a Renda Mensal Vitalícia.

- As ações de segurança alimentar e nutricional tiveram desempenho satisfatório em 2005. Em particular, vale destacar as ações de "Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar" e de "Construção de Cisternas para o Armazenamento de Água". A primeira consiste de instrumento de incentivo à produção de agricultores familiares, por intermédio da compra de alimentos que podem servir à formação de estoques ou à distribuição à população em situação de insegurança alimentar. O Programa do Leite, uma dentre as várias modalidades do "Programa de Aquisição de Alimentos", até dezembro de 2005 atendeu, em 1.152 Municípios do semi-árido, 19 mil pequenos agricultores e beneficiou com a distribuição diária de um litro de leite 651 mil famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, que correspondem a 3,2 milhões de pessoas, nos seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. As modalidades "Compra Direta" e "Compra Antecipada

Especial", operacionalizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento, beneficiaram, até dezembro de 2005, 46,8 mil agricultores familiares. Por último, a "Compra Direta Local", operacionalizada por intermédio de convênios com os Estados e Municípios, até dezembro de 2005 atendeu 15,38 mil agricultores familiares com a aquisição de alimentos, distribuídos para 1,11 milhão de pessoas em situação de insegurança alimentar. Já a ação de construção de cisternas beneficia a população pobre do semi-árido brasileiro por intermédio da viabilização do acesso à água potável. Em 2005 foram construídas, com recursos do Governo Federal, 38.929 cisternas.

Aspectos Relevantes

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou investimentos no ano de 2005 em pesquisas de satisfação dos beneficiários e avaliações relativas aos programas sociais do Ministério. Citam-se em destaque:

- Survey dos beneficiários do Bolsa Família, realizado pelo Polis Pesquisa, que apresentou alguns resultados positivos do programa, tais como o aumento da renda das famílias beneficiárias e a melhoria de sua alimentação;
- Pesquisa Ibope, que ouviu cerca de 600 freqüentadores de restaurantes populares localizados em cinco capitais (Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Os dados indicam a importância dos restaurantes populares para a expansão da oferta de alimentos à população em insegurança alimentar. Por exemplo, 98% dos entrevistados afirmaram ser o preço de R$ 1,00 acessível; 22% dos entrevistados não se alimentam quando não vão aos restaurantes populares; 86% dos usuários consideram os restaurantes bons ou ótimos;
- Pesquisa de perfil dos beneficiários do PETI, coordenada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), a partir do recebimento e da consolidação das informações de 2.011 Municípios (72% dos que participavam do programa à época), referentes a 568.608 crianças e adolescentes (61% da meta de atendimento à época). Há uma série de aspectos relativos ao perfil dos beneficiários, como seus setores de trabalho quando da entrada no PETI, série escolar que cursavam ao ingressar no programa e idade, entre outros.

Na área de assistência social, é importante assinalar, ainda, a aprovação da NOB/SUAS. A referida norma disciplina a gestão da Política Nacional de Assistência Social no território brasileiro, estabelecendo: 1- a natureza do SUAS (modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços e fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos (fundo-a-fundo), respeitando as especificidades territoriais); 2- seus níveis de gestão; 3– o modelo de financiamento, as regras de transição para o atual sistema e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação.

Este Ministério atingiu as metas físicas associadas às ações de seus principais programas, com destaque para: "Bolsa Família"; "Erradicação do Trabalho Infantil"; "Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar" (do Programa Abastecimento Agroalimentar); e "Atenção Integral à Família" (do Programa

Sistema Único de Assistência Social), que tiveram expansão do atendimento no exercício de 2005. Para o alcance de tais resultados foi determinante a prioridade atribuída a esses programas. Em 2005 inexistiram restrições ao fluxo de recursos desses programas, viabilizando uma execução de 98% dos recursos orçamentários (R$ 15,7 bilhões).

Todavia, foram identificadas restrições de outras naturezas que dificultaram a obtenção de resultados ainda mais positivos, como a quantidade insuficiente de servidores. Basicamente, o MDS funciona com profissionais cedidos de outros órgãos, terceirizados e servidores sem vínculos com cargos comissionados. Com relação a esse aspecto, em 2005 foi criado o quadro de pessoal próprio do MDS com 598 servidores das mais variadas formações. Há um concurso em andamento, cujas provas foram aplicadas em abril de 2006. Existem 200 vagas autorizadas e a homologação do certame é prevista até final de junho. A contratação desses novos servidores deve minimizar o problema de inadequação de recursos humanos nas equipes executoras. Destacam-se também as dificuldades de infra-estrutura disponível e espaço físico, a despeito dos avanços verificados em 2005.

Além disso, parte dos programas teve sua regulamentação discutida e aprovada no exercício de 2005, o que limitou o alcance de resultados ainda melhores. Em particular, vale citar o conjunto de programas da Assistência Social. Em 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Nacional de Assistência Social (NOB/SUAS), que passou a regulamentar o funcionamento da Política Nacional de Assistência Social. Com isso a assistência social passa a se estruturar por níveis de proteção e grau de complexidade dos serviços.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Acesso à Alimentação

Objetivo

Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e à manutenção da saúde humana.

Público-Alvo

Família com renda familiar per capita menor ou igual a ½ salário mínimo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 160.972.702,00	Empenho Liquidado: R$ 150.918.562,00 Pago estatais: - Total: R$ 150.918.562,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Segurança Alimentar

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 3,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador "taxa de segurança alimentar", que expressa o percentual de famílias com renda per capita inferior a ½ salário mínimo atendidas pelas ações de segurança alimentar, não foi apurado em 2005, em função da inexistência de estimativas de famílias atendidas para algumas ações do programa. Em particular, as ações de apoio à instalação de bancos de alimentos, a projetos de melhoria das condições socioeconômicas das famílias e de educação alimentar não têm como produto "família atendida". Nesse sentido, o indicador não é adequado para expressar a cobertura das famílias em situação/risco de insegurança alimentar.

Contextualização

O Estado não tem garantido o direito à alimentação à plenitude da população brasileira. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre 2002 e 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trouxe dados que indicam que cerca de metade dos brasileiros possui dificuldades para garantir uma alimentação adequada. Segundo a pesquisa, 46,6% das famílias declararam possuir restrições para compra de alimentos e13,9% afirmaram que o alimento normalmente é insuficiente.

A população sob risco de alimentação insuficiente demonstra que a sociedade brasileira enfrenta um círculo vicioso de massiva geração de pobreza e fome, o que, persistindo, acentuará, gradativamente, as dificuldades de inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade social, assim como de seus descendentes, nos mercados de trabalho e de consumo, bem como de garantia de cidadania.

Com vistas a atacar esse problema, o Governo Federal coordena o "Fome Zero", que busca assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. O diagnóstico do qual se origina o Fome Zero é o de que a fome no Brasil não está associada à disponibilidade de alimentos, mas à desigualdade no acesso, e por isso, a estratégia integrar ações de combate à fome e à pobreza.

Para alcançar seu objetivo, o Fome Zero é organizado em eixos, compostos por programas/ações. Um de seus eixos articula iniciativas para a expansão da oferta de alimentos, dentre as quais se destacam as seguintes ações do programa "Acesso à Alimentação": construção de cisternas para o armazenamento de água; apoio à instalação de bancos de alimentos; apoio a projetos de melhoria das condições socioeconômicas das famílias; distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos; e apoio à agricultura urbana.

Principais Resultados

- Construção de 38.929 cisternas com recursos do Governo Federal para o armazenamento de água no semi-árido brasileiro, permitindo o acesso à água para consumo doméstico.
- Melhoria da alimentação de grupos populacionais específicos, por meio da distribuição de 1.950.914 cestas de alimentos, beneficiando mais de 505 mil famílias.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações do programa são executadas por meio de repasses de recursos a outras organizações do Governo Federal, como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no caso da distribuição de alimentos a grupos específicos, e aos entes federativos ou instituições da sociedade civil, como, por exemplo, Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), no caso da construção de cisternas.

As ações, em geral, tiveram execução físico-financeira compatível com o previsto na Lei Orçamentária Anual. Contudo, a ação "Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos" teve execução financeira de R$ 3,27 milhões, correspondentes a apenas 70% da dotação autorizada, e a partir dela foram firmados convênios para a instalação de 38 bancos de alimentos, o que representa 90% da meta física prevista. A ação de construção de cisternas teve execução física de 88% da meta prevista.

Particularmente, para as ações que repassam recursos a entes federativos, houve restrições para firmar convênios pelos seguintes motivos: 1) em 2004, foram celebrados convênios que, em função da irregularidade fiscal, tiveram atrasos no repasse de recursos financeiros, sendo inscritos em restos a pagar; 2) houve atrasos na apresentação e aprovação de prestações de contas de convênios, prejudicando o repasse de algumas

parcelas dos convênios; 3) houve Municípios que apresentaram dificuldades em cumprir as exigências legais necessárias à formalização dos convênios.

As ações "Apoio à Produção de Alimentos para o Autoconsumo" e "Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos" foram executadas, respectivamente, por meio da Instrução Normativa nº 1/MDS, de 28/07/2005, e do lançamento do Edital nº 2/2005, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de orientar os entes federativos interessados em apresentar proposta de implantação dos projetos em seu território e de tornar claros os critérios de seleção dos proponentes. Embora esses instrumentos constituam grande avanço, no que se refere à transparência no repasse de recursos, requer-se um período mais extenso entre o início do exercício e a efetiva instalação dos equipamentos de segurança alimentar. Em meados de dezembro de 2005, por exemplo, só havia, para as ações em comento, 32% e 5% da dotação autorizada liquidada, correspondentes a cerca de R$ 3,21 milhões e R$ 216 mil, respectivamente.

As ações do programa efetivamente contribuem para o seu objetivo, todavia, são insuficientes para atendê-lo. A questão da segurança alimentar, de natureza tipicamente não-setorial, está ligada, por exemplo, a programas de reforma agrária, transferência de renda e de geração de emprego e renda. Nesse sentido, os indicadores mais adequados não seriam os relativos à antropometria ou ao consumo de alimentos e nutrientes, visto que são demasiadamente agregados. É recomendável o uso de indicadores que expressem a disponibilização de alimentos às famílias em insegurança alimentar, em função da execução das ações do programa.

Em 2006, passam a integrar o programa as ações de "Apoio à Instalação de Restaurantes Populares, Apoio à Instalação de Cozinhas Comunitárias, Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Operacionalização de Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar".

Outros Aspectos Relevantes

Boas Práticas de Gestão:A execução das ações "Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos" e "Apoio à Produção de Alimentos para o Autoconsumo" ocorreu por meio de instrumentos de hierarquização e seleção de propostas, dos Municípios e outros órgãos públicos ou entes com personalidade jurídica de direito público, acessíveis, democráticos, transparentes, públicos e dotados de critérios técnicos.

Os referidos instrumentos contêm critérios técnicos, aos quais são atribuídos pontos e pesos distintos, que orientam a escolha dos proponentes. Entre os critérios, constam aqueles relativos a: atendimento do programa Bolsa Família no Município; risco de insegurança alimentar e nutricional da população; caracterização territorial; índice de desenvolvimento humano municipal; e desenvolvimento da política local de segurança alimentar e nutricional. Dessa maneira, a execução das ações se torna mais transparente e passa a ser orientada à demanda pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, visto que prioriza Municípios com maior risco de insegurança alimentar e menor índice de desenvolvimento humano. Além disso, favorece a instalação de uma rede de serviços de segurança alimentar e nutricional integrada no território e uma maior sinergia com a política de transferência de renda com condicionalidades, na medida em que insere critérios que apontam para priorização dos Municípios que já desenvolvem política de segurança alimentar e

nutricional e nos quais há um percentual maior de famílias atendidas pelo Bolsa Família.

Participação Social: O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre o Governo e a sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. O Conselho tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.

Vale mencionar, ainda, os conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricionais, voltados às questões locais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Atualmente, há em funcionamento 27 conselhos estaduais e 203 conselhos municipais.

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) são uma iniciativa de promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do país, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda, como estratégia principal para a emancipação socioeconômica das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza nessas regiões. É constituído como uma associação civil, sem fins lucrativos, envolvendo ⅓ de representantes do poder público e ⅔ de representantes da sociedade civil. O CONSAD elabora e operacionaliza um Plano de Ação, instrumento que define metas e projetos para o desenvolvimento do território. Em 2005, foram transferidos R$ 4,5 milhões para viabilização de 10 CONSADS em 105 Municípios, beneficiando aproximadamente 3 milhões de pessoas.

Recomendações

- Alterar a fórmula de cálculo do indicador "Taxa de Segurança Alimentar", com vistas a restringi-la às ações em que há possibilidade de expressar a execução física como "família atendida". A nova fórmula proposta é "relação percentual entre o número de famílias atendidas por meio da doação e aquisição de alimentos e construção de cisternas e o número de famílias em situação de pobreza".
- Diante das dificuldades em utilizar indicador relacionado ao alcance de resultados, incluir indicadores que expressem o aumento do acesso aos alimentos, principalmente, para a população em situação de pobreza e, em particular, utilizar indicador que reflita a quantidade média de refeições comercializadas em restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal

Objetivo

Contribuir para ampliação da efetividade das políticas sociais do Governo Federal, identificando os recortes de etnia e gênero.

Público-Alvo

Ministérios atuantes na área social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 1.300.000,00	Empenho Liquidado: R$ 1.300.000,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.300.000,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Este programa não foi avaliado

Comentários

O Programa não foi avaliado pela sua Gerência em relação à execução em 2005. Foram executados R$ 1,3 milhão por meio da ação Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único - 6414. O Programa foi excluído e a partir de 2006 as iniciativas relacionadas à avaliação de políticas sociais passaram a ser realizadas no âmbito do Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate á Fome.

Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Objetivo

Eliminar a prática do trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 16 anos incompletos que estão trabalhando em situações ilegais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 544.147.036,00	Empenho Liquidado: R$ 541.285.635,00 Pago estatais: - Total: R$ 541.285.635,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Trabalho Infantil

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 7,3 (para 5 a 15 anos)
Índice previsto ao final do PPA: 7 (para 0 a 16 anos)

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Nos últimos anos, a prática de trabalho infantil tem sofrido reduções constantes, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

O indicador "Taxa de Trabalho Infantil", definido pela relação percentual entre o número de crianças entre 5 e 16 anos que se encontram em situação de trabalho e o total da população entre 5 e 16 anos, reflete apenas em parte do público que vem sendo alvo das ações do programa, que é o de idade até 16 anos incompletos. Por outro lado, a PNAD capta a prática de trabalho somente a partir dos 5 anos.
Considerando a faixa etária de 5 a 15 anos, por meio da PNAD 2004, apurou-se índice de 7,3%.

Tomando os grupos de idade de 5 a 9 anos e 10 a 14 anos como exemplo, o nível de ocupação, ou seja, o número de crianças e adolescentes ocupados com relação ao número total de crianças e adolescentes, sofreu decréscimo se comparado aos anos 1993, 1999 e 2003, conforme demonstrado a seguir.

Nível de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 5 a 14 anos, por grupos de idade e sexo em %*.		
Ano	Grupos de Idade	
	5 a 9 anos	10 a 14 anos
1993	3,2	19,6
1999	2,4	14,9
2004	1,4	9,5

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.
(*) Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Contextualização

O Programa visa a enfrentar o fenômeno do trabalho de crianças e adolescentes com até 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, procurando responder parte da necessidade de atuação do Estado para combatê-lo. Suas principais ações estão voltadas para a concessão de bolsas, no valor de R$ 40,00 para áreas urbanas e R$ 25,00 para áreas rurais, e ações socioeducativas e de convivência em período extracurricular.

O programa concede bolsa às famílias das crianças e adolescentes, em substituição à renda proveniente do trabalho. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar as ações socioeducativas e de convivência, com freqüência mínima de 85%.

Acompanhando as deliberações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implementação do Sistema Único de Assistência Social –(SUAS), os Municípios inscrevem no Sistema Informatizado de Apoio à Gestão do SUAS (SUASweb) as respectivas metas de atendimento e, ao fim do exercício, prestam contas por intermédio do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira. Os Municípios têm importante papel no controle da execução dessas ações, muitas vezes sob responsabilidade de entidades da sociedade civil.

Ademais, o programa é constituído por algumas outras ações, dentre as quais se destaca a fiscalização para erradicação do trabalho infantil, executada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A ação consiste na inspeção dos estabelecimentos de trabalho, permitindo a identificação de crianças e adolescentes menores de 16 anos em trabalho precoce ou ilegal.

Principais Resultados

- Alcance do índice de trabalho infantil de 7,3%, que corresponde a 2.778.133, segundo a PNAD 2004, para a faixa etária de 5 a 15 anos, mantendo-se a tendência de redução do número de crianças e adolescentes em trabalho infantil.

Vale esclarecer que a PNAD 2004, pela primeira vez, contemplou a área rural da Região Norte. Isto é, a comparação com os anos anteriores pressupõe que os índices de 2004 sejam harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003. Do total mencionado, 43,6% se referem ao Nordeste; 19,8%, ao Sudeste; 17,9%, ao Sul; 12,8%, ao Norte; 5,9%, ao Centro-Oeste.

- Concessão de bolsa e atendimento em jornada ampliada a 1.010.057 crianças e adolescentes, representando, com relação à PNAD 2004, expansão de 9%. Estes serviços estiveram presentes em 3.312 Municípios, representando, com relação a 2004, expansão de 19% no número de Municípios atendidos. Das crianças e adolescentes atendidas, 55,4% estavam concentrados no Nordeste; 11,8%, no Sudeste; 9,3%, no Sul; 11,4%, no Norte e 12,1,%, no Centro-Oeste.
- O desdobramento dos números por regiões administrativas demonstra que o PETI atende a mais crianças e adolescentes na região em que o fenômeno do trabalho infantil é mais freqüente em termos absolutos. A Região Nordeste concentra 43,6% dos casos de trabalho infantil e 55,4% do atendimento em bolsa e ação socioeducativa e de convivência.

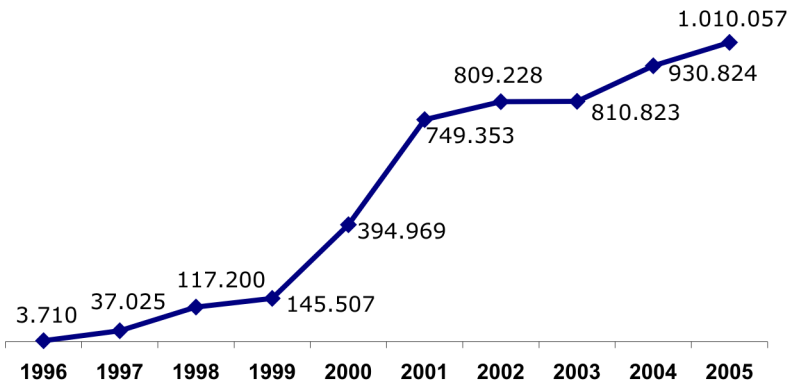
Trabalho Infantil por Região*

	Trabalho Infantil (**)	Atendimento (***)
Nordeste	1.211.717	559.611
Sudeste	549.088	119.560
Sul	497.337	93.852
Norte	354.792	114.855
Centro-Oeste	165.199	122.179
TOTAL	**2.778.133**	**1.010.057**

(*) Vale salientar que a PNAD 2004 só é divulgada no segundo semestre de 2005.
(**) Número de crianças/adolescentes em trabalho infantil
Fonte: IBGE/PNAD 2004
(***) Crianças/Adolescentes atendidos pelas ações socioeducativas e bolsa PETI
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 7.748 crianças e adolescentes tiveram suas situações regularizadas pela ação fiscal, por meio da fiscalização para a erradicação do trabalho infantil, sob responsabilidade do MTE.
- Vale destacar a evolução do PETI nos anos de 2000 a 2005, em que apresentou expansão do atendimento superior a 150%, conforme demonstrado a seguir.

PETI - Número de Atendidos (Evolução 1996-2005)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As ações de concessão de bolsa e atendimento em atividades socioeducativas ultrapassaram a meta física prevista de 1 milhão de crianças e adolescentes. Para tal, contaram com fluxo de recursos financeiros compatível com a programação física. Todavia, em alguns meses, houve atraso do repasse de recursos para bolsas e ações socioeducativas, derivado de ajustes nos procedimentos da nova sistemática de financiamento que acompanha o SUAS.

A ação 0740 – "Apoio aos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil" executou cerca de 25% de sua dotação orçamentária em razão do contingenciamento. Em conseqüência, não foi possível alcançar a meta física prevista no Projeto de Lei Orçamentária 2005.

No tocante à quantidade de recursos humanos disponíveis, o programa conta com reduzido efetivo de pessoas, inviabilizando maior acompanhamento da execução das ações referentes a bolsas e atividades socioeducativas sob a responsabilidade dos Municípios.

Outros Aspectos Relevantes

Integração com o programa Bolsa Família: O ano de 2005 foi marcado pelo avanço das discussões com diversos segmentos da sociedade civil, fóruns e conselhos para integração do PETI com o programa Bolsa Família.Vale destacar a capacitação técnica dos executores do Programa para assimilação dos procedimentos necessários à migração das famílias beneficiárias do PETI para o Cadastro Único de Programas do Governo Federal.

Além disso, a Portaria nº 666/MDS, publicada 30/12/2005, disciplina a integração entre os dois programas, buscando:a racionalização e o aprimoramento dos processos de gestão do Bolsa Família e do PETI; ampliação da cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil do PETI; extensão das ações socioeducativas e de convivência do PETI para as crianças e adolescentes do Bolsa Família em situação de trabalho infantil; e universalização do Bolsa Família para as famílias que atendem aos critérios de elegibilidade.

Os novos critérios para o estabelecimento dos valores da Bolsa, resultantes da integração dos dois programas são:

Benefício do Programa Bolsa Família Famílias em situação de trabalho infantil com renda per capita mensal igual ou inferior a R$ 120,00	**Benefício do PETI** Famílias em situação de trabalho infantil com renda per capita mensal superior a R$ 120,00
Famílias com renda per capita de até R$ 60,00: R$ 50,00 + R$ 15,00 por beneficiário (no máximo até 3)	Famílias, residentes na área urbana, têm direito à bolsa mensal no valor de R$ 40 por criança/adolescente retirado do trabalho. Não há limites de inclusão de crianças/adolescentes por família se estiverem em situação de trabalho
Famílias com renda per capita acima de R$ 60,00 e menor que R$ 120,00: R$ 15,00 por beneficiário (no máximo até 3)	Famílias, residentes na área rural, têm direito à bolsa mensal no valor de R$ 25 por crianças/adolescente retirado do trabalho. Não há limites de crianças/adolescentes por família se estiverem em ituação de trabalho

Participação Social: A equipe gestora do programa esteve presente em várias instâncias de discussão, nas quais são pactuadas questões e metas relativas ao trabalho infantil e das quais participam também representantes da sociedade civil como a: Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Boas Práticas de Gestão: A expansão do PETI, em 2005, respeitou critérios estritamente técnicos, definidos na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), contribuindo para uma gestão com vistas ao alcance de resultados, como a erradicação do trabalho infantil, pois prioriza Municípios e Estados em que há maior demanda pelo programa. Segundo a NOB-SUAS, a partilha de recursos para a expansão deveria observar critérios de acesso e de priorização. Os critérios de acesso, relativos aos Estados e ao Distrito Federal, são o percentual da população residente até 15 anos de idade que se encontra em situação de trabalho ou à procura de trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado, e a cobertura do PETI em relação à incidência de trabalho infantil. Já os critérios de priorização, de âmbito municipal, dizem respeito ao dois indicadores acima mencionados, bem como à relação entre a população com renda per capita inferior a meio salário mínimo e a população total do Município.

Experiências Exitosas: A partir de um levantamento realizado em novembro de 2005, verificou-se, que ações socioeducativas bem sucedidas envolvem a parceria com Organizações Não-Governamentais (ONGs) que detêm notório saber no assunto, a exemplo da parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária de São Paulo (CENPEC/SP) e o Movimento de Ação Comunitária da Bahia (MOC/BA). Ainda com relação à melhoria qualitativa do atendimento nas

ações socioeducativas, para 2006, o MDS iniciou as discussões para elaboração de proposta pedagógica com diretrizes gerais para sua execução.

Pesquisas Realizadas: A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) coordenou pesquisa de levantamento do perfil dos usuários do PETI, publicando o relatório final "Levantamento de Beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil" em 31 de maio de 2005. Foram recebidas e consolidadas informações de 2.011 Municípios, que equivalem a 72% dos municípios que participavam do programa à época, referentes a 568.608 crianças e adolescentes, 61% da meta de atendimento à época. Dentre os resultados obtidos, podem-se citar:

a) 34,2% dos Municípios têm meta de até 100 crianças; 51,2%, de 100 a 500 crianças; 8,5%, de 500 a 1.000 crianças; e 5,9%, meta de mais de 1.000 crianças.
b) 45,9% dos beneficiários são do sexo feminino e 54,1%, do sexo masculino.
c) No que se refere ao recebimento de bolsas via repasse fundo a fundo, 80,9% dos beneficiários recebem bolsas no valor de R$ 25,00, valor para áreas urbanas, enquanto 19,1% recebem bolsa no valor de R$ 40,00, valor para áreas rurais.
d) 22% recebem bolsas por meio da Caixa Econômica Federal e 78% recebem a bolsa via Prefeitura.
e) Quanto às faixas etárias mais freqüentes, 59,9% estão entre 11 e 15 anos e 37,4%, entre 6 e 10 anos.
f) Com relação aos setores de trabalho das crianças e adolescentes, 43,59% estão na agricultura e setores relacionados e 12,06%, no comércio ambulante.

Recomendações

- **Indicador do Programa:** Considerar, na fórmula de cálculo do indicador Taxa de Trabalho Infantil, a relação percentual entre o número de crianças entre 5 e 15 anos que se encontram em situação de trabalho e o total da população entre 5 e 15 anos.
- **Público-alvo do Programa:** Alterar o público-alvo do programa para crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 16 anos incompletos, em virtude de o programa atender a crianças e adolescentes com até 16 anos incompletos, atualmente.
- **Objetivo do Programa:** Substituir a expressão "menores de 16 anos" por "crianças e adolescentes até 16 anos incompletos" no objetivo do programa.
- **Recursos Humanos:** Garantir a expansão do quadro de funcionários na equipe gerencial do programa, a fim de permitir maior qualidade no acompanhamento das ações socioeducativas.
- **Integração PETI x Bolsa Família:** Avançar na integração do PETI com o Bolsa Família e garantir a manutenção do atendimento por meio de ações socioeducativas para todas as crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho precoce. O Projeto de Lei Orçamentária 2006 prevê expansão no atendimento de mais de 2 milhões de crianças e adolescentes para as ações socioeducativas e de convivência.

Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Público-Alvo

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 38.113.999,00	Empenho Liquidado:	R$ 37.979.582,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 37.979.582,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos. O programa de gestão de políticas públicas foi instituído visando especificamente a enfrentar tal desafio, compreendendo o conjunto de ações de planejamento, formulação de políticas setoriais e de seus programas, a avaliação de resultados, a correção de rumos e, ainda, o apoio à execução das ações finalísticas, de forma harmônica e sinérgica, pelos diversos agentes, sejam eles públicos ou privados.

Em 2004, o Ministério da Assistência Social deu origem ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que agregou as funções dos extintos Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família. Resulta daí a importância do programa "Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome", que, para alcançar seus objetivos, conta com as ações: "Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome ;Educação Cidadã e Mobilização Social; e Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Principais Resultados

- Realização de 8 pesquisas, que abrangeram 5 programas e/ou ações do MDS, quais sejam: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Restaurantes Populares, Enfrentamento contra o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, Programa Bolsa Família e pesquisa de opinião sobre os programas do MDS e Fome Zero.
- Realização do estudo sobre a importância das transferências do BPC na renda municipal, que analisou indicadores da importância relativa dos recursos transferidos do BPC aos Municípios, tendo por base a receita disponível dos Municípios selecionados na amostra, a pesquisa de levantamento das informações dos beneficiários do PETI e o levantamento das condições socioeconômicas dos beneficiários do Bolsa Família.
- Capacitação de 2.697 agentes públicos e sociais em políticas de desenvolvimento social e combate à fome. A capacitação consistiu na qualificação de gestores públicos e agentes sociais no gerenciamento das políticas e programas de desenvolvimento social e combate à fome, bem como na disseminação de metodologias e ferramentas de informação, de avaliação e monitoramento.
- Recebimento de 4,5 milhões de denúncias, críticas, doações ao Fome Zero, pedidos de informação e oferecimento de voluntários, contribuindo para o aperfeiçoamento dos programas da pasta, por meio da ação "Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, o programa promoveu grande esforço para a capacitação de agentes públicos e sociais no gerenciamento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome.,Embora seu público-alvo seja definido como o próprio MDS. o programa, por meio de suas ações, contemplou setores da sociedade civil, conselhos municipais e estaduais e organizações voltadas ao desenvolvimento social.
No objetivo do programa, não está suficientemente clara a função do setor público no fortalecimento do controle social nos três níveis de Governo e na capacitação de agentes públicos e sociais. Vale assinalar, em particular, que são fundamentais para a efetiva implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) as funções de qualificação da gestão, o controle social da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a constituição da capacitação como política.

Com relação à execução físico-financeira, as principais ações do programa tiveram desempenho compatível com o previsto na Lei Orçamentária Anual de 2005. No entanto, há restrições de diversas naturezas que devem ser solucionadas, com vistas ao alcance dos resultados para os próximos exercícios, a saber:

1. Sobrecarga de trabalho na equipe executora, o que dificulta uma melhor performance da implementação. Nesse aspecto, foi criado o quadro de pessoal próprio do MDS, com 598 servidores das mais variadas formações. Além disso, há um concurso em andamento, com a aplicação de provas prevista para o final de abril. Existem 200 vagas autorizadas e a homologação do certame é prevista até final de junho, o que deve minimizar o problema de inadequação de recursos humanos nas equipes executoras.

2. Necessidade de maior investimento na qualificação dos recursos humanos da equipe executora, a fim de prepará-la para apoiar o fortalecimento do controle social. A entrada de novos servidores já qualificados e cursos de capacitação, a serem oferecidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MDS a partir de 2006, reduzirão essa deficiência.
3. Precária disponibilização de documentos e informações pelos entes da federação para a implementação das políticas do Ministério. O número de exigências legais e a falta de capacitação dos servidores, principalmente os das prefeituras fazem com que importantes convênios deixem de ser firmados por falta de cumprimento de requisitos mínimos. Muitas vezes os convênios apenas são celebrados no final do ano.
4. Volume muito grande de propostas de convênios, desproporcional à estrutura disponível para processamento, além de um elevado número de propostas de convênios sem retorno tempestivo ao Município, quer positivamente (celebração), quer negativamente (falta de requisitos), ocasionando a precariedade da execução e implicando em dificuldade de avaliação.

Outros Aspectos Relevantes

Boas Práticas de Gestão: A criação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação foi uma iniciativa pioneira, no que diz respeito à estrutura ministerial. No ano de 2005, a Secretaria coordenou importantes pesquisas, favorecendo uma melhor gestão e visualização dos resultados das políticas de desenvolvimento social e combate à fome. A criação da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias é também um fato relevante, visto que estreita os vínculos entre os entes governamentais e não-governamentais, maximizando os efeitos das políticas.

Recomendações

Não há recomendações.

Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude

Objetivo

Assegurar às crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, em situação de vulnerabilidade e/ou risco, condições para o exercício de sua cidadania, convívio e integração familiar, comunitária e social, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, conforme apontado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e reforçada pelos pressupostos da Lei Orgânica da Assistência Social, priorizando serviços e programas que visem à sua proteção, favoreçam o convívio, a socialização e a inclusão social, na perspectiva do trabalho em rede, considerando os diferentes níveis de complexidade e as demandas do território, conforme definições do Sistema Único de Assistência Social. Promover a atuação social dos jovens, buscando reverter indicadores sociais, a partir da prestação de serviços de proteção social voltados a esse público e suas famílias, fomentando sua atuação comunitária, com protagonismo juvenil e formação para a cidadania; com centralidade na família, integração entre as várias áreas de políticas públicas; em co-responsabilidade entre as três esferas de Governo (União, Estados e Municípios); buscando o fortalecimento do trabalho em rede, a participação e integração com a sociedade, e a promoção da inclusão social.

Público-Alvo

Crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social e suas famílias.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 357.867.152,00	Empenho Liquidado: R$ 349.370.260,00 Pago estatais: - Total: R$ 349.370.260,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento a Adolescentes (7 a 14 anos) com Renda Familiar Per Capita Inferior a ½ Salário Mínimo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 5,75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
O indicador não foi apurado devido, principalmente, às novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica do

Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS/2005), que propõem a utilização de indicadores socioterritoriais referentes à situação e à condição vivida pelos indivíduos. A partir de 2005, a programação da assistência social foi alterada, sendo necessário avançar na definição de indicadores mais adequados, tendo como referência a taxa de vulnerabilidade social prevista na NOB-SUAS/2005.

2. Taxa de Atendimento a Crianças (0 a 6 anos) com Renda Familiar Per Capita Inferior a ½ Salário Mínimo

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não foi apurado devido, principalmente, às novas diretrizes da PNAS/2004 e da NOB-SUAS/2005, que propõem a utilização de indicadores socioterritoriais referentes à situação e à condição vividas pelos indivíduos. A partir de 2005, a programação da assistência social foi alterada, sendo necessário avançar na definição de indicadores mais adequados, tendo como referência a taxa de vulnerabilidade social prevista na NOB-SUAS/2005.

3. Taxa de Atendimento a Jovens (15 a 17 anos) com Renda Familiar Per Capita inferior a ½ Salário Mínimo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 11

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
O indicador não foi apurado, principalmente, devido às novas diretrizes da PNAS/2004 e da NOB-SUAS/2005, que propõem a utilização de indicadores socioterritoriais referentes à situação e à condição vividas pelos indivíduos. A partir de 2005, a programação da assistência social foi alterada, sendo necessário avançar na definição de indicadores mais adequados, tendo como referência a taxa de vulnerabilidade social prevista na NOB-SUAS/2005.

Contextualização

O programa visa enfrentar as situações de vulnerabilidade social e/ou risco associados às crianças, adolescentes e jovens. Segundo dados do Censo de 2000 (IBGE), cerca de 49% da população brasileira tem de 0 a 24 anos de idade, sendo 37,3% entre 0 e 14 anos e 17,3%, na faixa etária de 15 a 24 anos, cerca de 34 milhões de pessoas do total dos 169 milhões de habitantes do País à época. Dentre esses 34 milhões de jovens, 8,52 milhões estão inseridos em famílias cuja renda per capita é de até ½ salário mínimo.

A pobreza e a desigualdade social afetam de maneira contundente as crianças e os adolescentes, na medida em que fatores múltiplos de exclusão social se somam e reforçam os chamados ciclos de reprodução da pobreza, comprometendo seu desenvolvimento físico, intelectual, social e psicológico.

De forma apropriada, a PNAS/2004 ressalta a vulnerabilidade própria do ciclo de vida, em especial das crianças de 0 a 5 anos de idade. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD) informam, anualmente, que há uma concentração maior de pobreza em famílias com presença de crianças pequenas e que a situação de vulnerabilidade se agrava quando a família é chefiada por mulher.

Com vistas a assegurar a proteção social às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, as principais ações do programa são voltadas para a capacitação e concessão de bolsas para jovens em situação de vulnerabilidade social e para a prestação de serviços socioassistenciais à infância, adolescência e juventude, dentre os quais se destaca o apoio ao financiamento de rede de creches e pré-escolas.

Principais Resultados

- Atendimento a 1,7 milhão de crianças e adolescentes com serviços socioassistenciais em 81% dos Municípios brasileiros, concentrados, quase exclusivamente, no apoio à rede de creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos.
- Financiamento ao atendimento de 112.528 jovens no Agente Jovem em 1.712 Municípios, representando uma expansão de quase 100% em relação a 2004.
- Atendimento a 24.270 mil crianças e adolescentes em medida de abrigo, serviço direcionado para crianças e adolescentes cujos vínculos com a família de origem estão temporária ou definitivamente rompidos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social requeridas para aprimorar a sua consolidação vêm sendo implementadas por meio da construção do SUAS, que consiste em um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos, fundo a fundo, respeitando as especificidades territoriais.

Entre outras novidades introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de proteção social básica e especial de média e de alta complexidade. Em 2005, a programação da assistência social se organizava por segmentos, no caso do presente programa, infância, adolescência e juventude, e, dessa forma, não refletia as diretrizes do SUAS.

Para o exercício de 2006, a programação da assistência social, que conta com os programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, estará organizada pelos níveis de complexidade dos serviços, de modo que o Plano Plurianual (PPA) possa refletir as diretrizes da PNAS/2004, e o atendimento a crianças, adolescentes e jovens tenha condições de ser bem distribuído nesses programas.

Os indicadores não foram apurados em 2005, tendo em vista as mudanças na programação, que procuraram avançar na adequação da assistência social como política de proteção social, nos termos da CF/88, art. 203, o qual prevê que a assistência

social deve ser prestada a todos que dela necessitam, sem contribuição prévia. Essa perspectiva supõe o conhecimento acerca de quem, quantos, quais e onde estão os demandantes da política de assistência social e, nesse sentido, a NOB/SUAS traz o conceito de vulnerabilidade social, relacionando-o ao público-alvo da assistência social. Todavia, ainda não foram construídos indicadores que expressam o conceito de vulnerabilidade social, adequados aos novos programas criados na revisão do PPA, em 2005: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
A quantidade e a qualidade dos recursos materiais e de infra-estrutura são inadequadas na equipe gerencial e nas equipes executoras, bem como há insuficiente qualificação dos recursos humanos. As equipes técnicas têm recebido treinamento constante sobre a PNAS, a NOB-SUAS e as regulações da Proteção Social Básica. Ao longo de 2005, houve capacitação em todos os Estados e Distrito Federal, e está em elaboração uma Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o Sistema Único de Assistência Social.

Cabe destacar que foi mencionado atraso na liberação de recursos pelas seguintes razões: atraso da prestação de contas dos Estados e Municípios no primeiro semestre de 2005, dificultando o repasse automático de recursos; ausência de limite financeiro em dezembro de 2005; e alteração dos processos de liberação dos recursos financeiros em função da implementação do SUAS, o que ocasionou eventuais descontinuidades dos pagamentos aos Municípios.

Outros Aspectos Relevantes

Boas práticas de gestão: O SUAS vem sendo implementado desde 2005, após a aprovação da NOB-SUAS e da publicação de Portarias que regulam o funcionamento da política de assistência social. Atendendo ao disposto nesses instrumentos, os recursos destinados à expansão da Proteção Social Básica foram distribuídos por critérios técnicos, que se relacionam com os princípios e diretrizes do SUAS. Os Municípios foram classificados por porte, conforme o tamanho da população, e os recursos foram distribuídos de modo proporcional à população considerada vulnerável, ou seja, com renda per capita familiar inferior a ½ salário mínimo. Dadas as restrições orçamentárias, estabeleceu-se ordenamento do financiamento à expansão dos serviços, a partir de um índice composto por variáveis aplicadas da seguinte forma: o repasse de recursos prioriza aqueles Municípios com maior proporção de população vulnerável, indicada pela taxa de pobreza; em seguida, os de menor capacidade de investimento, identificados a partir da receita corrente líquida municipal per capita; e, por fim, os que apresentam menor investimento do Governo Federal na Proteção Social Básica, com base nos recursos transferidos pelo pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para a Proteção Social Básica per capita.

Vale ainda destacar que a distribuição de recursos para a expansão dos núcleos de Agente Jovem atendeu aos critérios estabelecidos pela Portaria n0 385, de 26 de Julho de 2005/MDS e NOB-SUAS, a saber: 1) receberão núcleos do Agente Jovem os Municípios habilitados que tiverem Coordenadorias Regionais de Assistência Social (CRAS) ou vierem a receber algum como resultado da expansão do Piso Básico Fixo; 2) o número de núcleos de Agente Jovem a que cada Município terá direito será proporcional à população residente de 15 a 17 anos, de acordo com o Censo Demográfico 2000, devidamente atualizada por meio da Estimativa de População 2004, conservado o mesmo percentual dos Municípios que deram origem

aos novos Municípios, que não constavam do Censo Demográfico; 3) dentro do limite da disponibilidade orçamentária, será assegurado o co-financiamento de, no mínimo, um núcleo de Agente Jovem por CRAS; 4) o número máximo de núcleos de Agente Jovem que um Município receberá será de 10 vezes o número de CRAS co-financiados.

Mecanismos de Monitoramento: O Sistema Informatizado de Apoio à Gestão do SUAS (SUASweb) capta as metas pactuadas de atendimento dos serviços socioassistenciais pelos Municípios, que, ao fim do exercício, prestam contas da execução física, no mesmo sistema, por intermédio do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira. Ademais, a Secretaria Nacional de Assistência Social tornou públicos, junto aos coordenadores estaduais do Agente Jovem, os resultados preliminares da tabulação e consolidação das informações encaminhadas pelos Municípios no formulário de monitoramento do Agente Jovem.

Pesquisas Encomendadas: Em 2005, foi desenhado termo de referência para desenvolvimento de pesquisa com os egressos do Agente Jovem. A pesquisa, com prazo de finalização de 8 meses a partir de sua contratação, será realizada pela Fundação Euclides da Cunha/Universidade Federal Fluminense.

Atendimento a Crianças e Adolescentes: Foram desenvolvidos os trabalhos previstos da Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), com a participação dos principais órgãos federais afetos à área, órgãos representativos de gestores da assistência social nas esferas estadual e municipal, conselhos, entidades da sociedade civil, representantes do judiciário e legislativo e organismos internacionais. A comissão encerrou suas atividades no dia 15 de abril de 2005, apresentando meios para a formulação de subsídios para o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e situando a questão dos abrigos no contexto maior do direito à convivência familiar e comunitária.

O PNCFC foi discutido e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e traz uma mudança de paradigma no atendimento a crianças e adolescentes em situação de abrigamento, ressaltando a necessidade da centralidade da família em todos os níveis do atendimento.

Recomendações

- Avançar na elaboração dos indicadores que expressam o conceito de vulnerabilidade social, adequados aos programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
- Mensurar os indicadores previstos para o exercício de 2006, que, em geral, expressam o atendimento aos segmentos específicos nos níveis de complexidade da proteção social básica e especial com relação ao total de famílias pobres.

Proteção Social à Pessoa com Deficiência

Objetivo

Prestar atendimento de proteção social básica e/ou especial às pessoas com deficiência que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, assegurando condições para que tenham seus direitos garantidos, por meio do ingresso, acesso e permanência com qualidade a bens e serviços, primando pela promoção da convivência familiar e comunitária, considerando os diferentes níveis de complexidade, com base no território, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social.

Público-Alvo

Pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social e suas famílias.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 5.408.013.655,00	
Empenho Liquidado:	R$ 5.396.214.457,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 5.396.214.457,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento a Pessoas com Deficiência com renda familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo pelos Serviços de Ação Continuada

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 31,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
O indicador não foi apurado devido, principalmente, às novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social/2004 (PNAS) e da Norma Operacional Básica/2005 (NOB-SUAS), que propõem a utilização de indicadores socioterritoriais referentes à situação/condição vivida pelos indivíduos. A partir de 2005, a programação da assistência social foi alterada, sendo necessário avançar na definição de indicadores mais adequados, tendo como referência a taxa de vulnerabilidade social, prevista na NOB-SUAS/2005.

2. Taxa de Atendimento a Pessoas com Deficiência com Renda Familiar per capita Inferior a ¼ do Salário Mínimo pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.
O indicador não foi apurado devido, principalmente, à dificuldade de aferição do público alvo. Em relação ao BPC, a pessoa com deficiência que tem direito ao BPC é aquela incapaz para a vida independente e para o mundo do trabalho. A identificação desse nível de incapacidade da população brasileira não é informada por nenhum censo ou levantamento demográfico, inviabilizando a projeção do público-alvo para o benefício. Sobre esse aspecto, está em andamento uma pesquisa, executada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/ Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), cujo objetivo reside na avaliação da cobertura do público-alvo do BPC.

Contextualização

Os dados do Censo 2000 apontam que no Brasil aproximadamente 24,5 milhões de pessoas, 14,5% da população brasileira, apresentam algum tipo de incapacidade ou de deficiência. As pessoas com deficiência que se encontram em situação de pobreza ou risco social sentem de maneira mais forte as dificuldades agravadas pela falta de políticas setoriais, sendo que a ausência dessas políticas potencializa as dificuldades ou, até mesmo, impossibilita a efetiva participação dessas pessoas na sociedade.

A concepção de habilitação e reabilitação social alterou-se nos últimos anos, em decorrência de novos conceitos e processos, consolidados nas recentes legislações, que trazem em seu bojo um conceito de habilitação e reabilitação voltado à inclusão social da pessoa com deficiência. Sob essa perspectiva, compete à assistência social prever a inclusão das pessoas com deficiência por meio de benefícios, serviços, programas e projetos, em articulação com as demais políticas públicas, objetivando assegurar a qualidade dos procedimentos e das ações que permitem o efetivo desenvolvimento de potencialidades, a convivência familiar e comunitária e uma vida produtiva e social.

Para aqueles mais vulnerabilizados pela pobreza, o enfretamento dessa situação é vital. Assim, visando a assegurar a proteção social às pessoas com deficiência em vulnerabilidade e/ou risco social, as principais ações do programa são voltadas para pagamentos de benefícios de prestação continuada à pessoa com deficiência, pagamentos de renda mensal vitalícia por invalidez e serviços de proteção socioassistencial à pessoa com deficiência.

Principais Resultados

- Atendimento a 1.211.761 pessoas por meio do Benefício de Prestação Continuada, que garante um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para a vida independente, e

com renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo, havendo expansão de 7,44% com relação a 2004.

- Atendimento a 340.715 pessoas com deficiência por meio da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez.

Vale destacar o número de benefícios concedidos, considerando BPC e Renda Mensal Vitalícia(*), por região, em 2005:

Número de Benefícios Assistenciais Emitidos
Dezembro 2005(*)

Região	Pessoa com Deficiência (**)
Norte	143.972
Nordeste	610.082
Sudeste	519.108
Sul	157.483
Centro-Oeste	121.831
TOTAL	**1.552.476**

(*) Benefício de Prestação Continuada + Renda Mensal Vitalícia
(**) Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- Atendimento a 153.065 pessoas por meio dos serviços socioassistenciais à pessoa com deficiência.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social, requeridas para aprimorar a consolidação dessa política social, vêm sendo implementadas por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que consiste em um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com tipos de proteção e níveis de complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência de recursos automática (fundo a fundo), respeitando as especificidades territoriais.

Entre outras inovações introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Em 2005, a programação da assistência social se organizava por segmentos (no caso do presente programa, pessoa com deficiência). Neste sentido, não refletia as diretrizes do SUAS. Para o exercício de 2006, a programação da assistência social já está organizada pelos tipos de proteção e níveis de complexidade: programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de modo que o Plano Plurianual (PPA) possa refletir as diretrizes da política. O atendimento a pessoas com deficiência está distribuído entre esses programas, conforme o nível de proteção e de complexidade.

Com relação aos serviços socioassistenciais voltados à pessoa com deficiência, vale fazer duas observações: (1) o indicador referente à cobertura desse público pressupõe que se avance no conceito de vulnerabilidade social, previsto na NOB-SUAS/2005, com a finalidade de melhor dimensionamento do público-alvo; (2) as

ações de atenção à pessoa com deficiência estão em processo de reordenamento, de acordo com os níveis de proteção e complexidade, em conformidade com a PNAS e a NOB/SUAS.

Foi informado que a quantidade e a qualidade dos recursos materiais e de infra-estrutura são inadequadas na equipe gerencial e nas equipes executoras. Quanto aos recursos humanos, a PNAS e a NOB-SUAS requerem uma maior qualificação dos recursos humanos envolvidos no gerenciamento e na execução dos programas e ações de assistência social. Vale mencionar que está prevista a realização de concurso público para provimento de vagas no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cabe, ainda, assinalar que o órgão executor dos Benefícios de Prestação Continuada, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não possui recursos humanos suficientes, na maioria das agências unidades de atendimento, para atender à demanda.

Outros Aspectos Relevantes

Pesquisas Encomendadas: Estão em andamento duas avaliações sobre o BPC: uma realizada pela Universidade Federal Fluminense com o objetivo de mensurar a efetividade da implementação do benefício; e outra, realizada pelo CEDEPLAR/UFMG, que avaliará o impacto de alterações nos critérios de acesso ao BPC e na cobertura de seu público-alvo.

Além disso, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) está realizando pesquisa para avaliar as condições de funcionamento das entidades de atendimento à pessoa idosa que desenvolvem serviços socioassistenciais em Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Mecanismos de Monitoramento: O Sistema Informatizado de Apoio à Gestão do SUAS (SUASweb) capta as metas pactuadas de atendimento dos serviços socioassistenciais pelos Municípios, que, ao fim do exercício, prestam contas da execução física, no mesmo sistema, por intermédio do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira. Ademais, os sistemas corporativos de processamento de dados da Previdência Social são utilizados para fins de monitoramento do BPC.

Redefinição dos serviços: o MDS está elaborando mudanças nos marcos legais da atenção às pessoas com deficiência e, para tanto, instituiu em 2005 um Grupo de Trabalho por meio da Portaria MDS nº 438/05, com o objetivo de realizar estudos para definir competências da política de assistência social no processo de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, caracterizar as ações socioassistenciais para pessoas com deficiência no âmbito da proteção social básica e especial, bem como subsidiar propostas de reordenamento dos serviços e de implementação de novas modalidades de atendimento às pessoas com deficiência, à luz da nova PNAS.

Recomendações

- Avançar na elaboração de indicadores que expressem o conceito de vulnerabilidade social e sejam adequados aos programas "Proteção Social Básica" e "Proteção Social Especial", criados na Revisão do PPA, em 2005.

- Mensurar os indicadores desenhados para o exercício de 2006, que, em geral, expressam o atendimento aos segmentos específicos nos níveis de complexidade com relação ao total de famílias pobres.

Proteção Social ao Idoso

Objetivo

Coordenar a Política Nacional do Idoso, em conformidade com os princípios e diretrizes constantes no Estatuto do Idoso, na Lei Orgânica da Assistência Social e demais leis complementares. Garantir proteção social básica e especial à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade social, assegurando condições para a garantia de seus direitos, com ingresso, acesso e permanência a bens e serviços sociais de qualidade e condizentes com o ciclo de vida, ordenados em rede hierarquizada, de acordo com os níveis de complexidade e demandas do território, em conformidade com os pressupostos do Sistema Único de Assistência Social e primando pela convivência familiar e comunitária.

Público-Alvo

Pessoas carentes com 60 anos de idade ou mais com renda familiar per capita a inferior a meio salário mínimo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.144.230.818,00	Empenho Liquidado: R$ 4.138.838.329,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.138.838.329,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento a Pessoas com Mais de 65 anos com Renda Familiar per capita Inferior a ¼ do Salário Mínimo, pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não é possível apurar a taxa de atendimento do BPC, em virtude da ausência de suporte censitário que identifique as famílias com renda mensal per capita inferior a ¼ do salário mínimo, que tenham entre seus membros idosos com 65 anos de idade ou mais, e devido à incompatibilidade do conceito de família utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o utilizado para fins de acesso ao BPC. Neste particular, está em andamento uma avaliação do BPC, realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional DA Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), cujo objetivo é avaliar o impacto de alterações nos critérios do benefício e na cobertura do público-alvo do BPC.

2. Taxa de Atendimento a Pessoas com mais de 60 anos com Renda Familiar per capita Inferior a ½ Salário Mínimo, pelos Serviços de Atenção Continuada.

Unidade de medida: percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 15,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador não foi apurado devido, principalmente, às novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005), que propõem a utilização de indicadores socioterritoriais referentes à situação e condição vivida pelos indivíduos.
Em 2005, a programação da assistência social foi alterada, sendo necessário avançar na definição de indicadores mais adequados, tendo como referência a taxa de vulnerabilidade social prevista na NOB-SUAS/2005.

Contextualização

O principal impacto na composição etária da sociedade brasileira é proporcionado pelo aumento absoluto e relativo da população idosa. Segundo a Organização Mundial de Saúde, entre 1950 e 2025 a população idosa do Brasil crescerá 16 vezes, cerca de 5 vezes mais do que a população total, o que representa o crescimento mais acelerado no mundo. Segundo dados do Censo 2000/IBGE, existem no país, 15 milhões de idosos, com previsão de 32 milhões para2025. Assim, é comum a acumulação sucessiva de deficiências sociais ao longo do ciclo de vida, agravando-se substancialmente com o avanço da idade.

Há necessidade de se priorizarem políticas de proteção social básica e especial, que tratem adequadamente os problemas dos idosos sob o ponto de vista físico, ético, político e social. Assim, é necessária a implantação e fortalecimento da rede de serviços que garantam direitos aos idosos com qualidade, eficiência e eficácia.

Com vistas a assegurar proteção social às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, o programa se estrutura a partir das ações "Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa", "Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez" e "Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa".

Principais Resultados

- Atendimento a 1.065.604 pessoas, por meio do Benefício de Prestação Continuada BPC, que garante 1 salário mínimo mensal às pessoas idosas, com idade de 65 anos ou mais e renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo, tendo havido expansão de 14,19% com relação a 2004.
- Atendimento a 157.860 pessoas com deficiência, por meio da Renda Mensal Vitalícia por Idade.
- Atendimento a 308.516 pessoas, por meio dos serviços socioassistenciais ao idoso.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

considerando-se o BPC somado à Renda Mensal Vitalícia (*), o número de atendimentos realizados em 2005 foram assim distribuídos:

Número de Benefícios Assistenciais Emitidos
Dezembro 2005(*)

Região	Idoso
Norte	102.575
Nordeste	406.361
Sudeste	471.165
Sul	123.922
Centro-Oeste	119.441
TOTAL	**1.223.464**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social requeridas para aprimorar a sua consolidação vêm sendo implementadas por meio da construção do SUAS, que consiste em um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços e os tipos de proteção fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos, fundo a fundo, respeitando as especificidades territoriais.

Entre outras novidades introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de proteção social básica e especial de média e de alta complexidade. Em 2005, a programação da assistência social se organizava por segmentos, como é o caso do presente programa e, dessa forma, não refletia as diretrizes do SUAS.

Para o exercício de 2006, a programação da assistência social, que conta com os programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, já está organizada pelos níveis de complexidade dos serviços, de modo que o Plano Plurianual (PPA) possa refletir as diretrizes da PNAS/2004 e o atendimento a pessoas idosas tenha condições de ser bem distribuído.

Com relação aos serviços socioassistenciais voltados à pessoa idosa, observou-se que: (a) o indicador referente à cobertura desse público pressupõe o avanço no conceito de vulnerabilidade social, previsto na NOB-SUAS/2005, com a finalidade de melhor dimensionamento do público-alvo; (b) as ações de atenção à pessoa idosa estão em processo de reordenamento, de acordo com os níveis de complexidade, em conformidade com a NOB-SUAS.

A quantidade e a qualidade dos recursos materiais e de infra-estrutura são inadequadas na equipe gerencial e nas equipes executoras. Quanto aos recursos humanos, a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica-SUAS requerem uma maior qualificação dos recursos humanos envolvidos no gerenciamento e na execução dos programas e ações de assistência social. Cabe

ressaltar que está prevista a realização de concurso público para provimento de vagas no MDS.

Cabe, ainda, assinalar que o órgão executor dos BPCs, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), não possui recursos humanos suficientes na maioria das agências de atendimento para atender à demanda.

Outros Aspectos Relevantes

Pesquisas Encomendadas: Estão em andamento duas avaliações sobre o BPC: uma realizada pela Universidade Federal Fluminense com o objetivo de mensurar a efetividade da implementação do benefício; e outra, realizada pelo CEDEPLAR/ UFMG, que avaliará o impacto de alterações nos critérios de acesso ao BPC e na cobertura de seu público-alvo.

Além disso, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) está realizando pesquisa para avaliar as condições de funcionamento das entidades de atendimento à pessoa idosa que desenvolvem serviços socioassistenciais em Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Mecanismos de Monitoramento: O Sistema Informatizado de Apoio à Gestão do SUAS (SUASweb) capta as metas pactuadas de atendimento dos serviços socioassistenciais pelos Municípios, que, ao fim do exercício, prestam contas da execução física, no mesmo sistema, por intermédio do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira. Ademais, os sistemas corporativos de processamento de dados da Previdência Social são utilizados para fins de monitoramento do BPC.

Recomendações

- Avançar na elaboração de indicadores que expressem o conceito de vulnerabilidade social e sejam adequados aos programas "Proteção Social Básica" e "Proteção Social Especial", criados na Revisão do PPA, em 2005.
- Mensurar os indicadores desenhados para o exercício de 2006, que, em geral, expressam o atendimento aos segmentos específicos nos níveis de complexidade com relação ao total de famílias pobres.

Rede Solidária de Restaurantes Populares

Objetivo

Ampliar a oferta de refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros e comercializadas a preços acessíveis.

Público-Alvo

Pessoas que realizam suas refeições fora do domicílio em cidades de grande e médio porte, que possuam pelo menos uma das seguintes características: integram uma região metropolitana, sejam capitais, possuam população igual ou superior a 200 mil habitantes ou estejam incluídos no Projeto Habitar Brasil.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R$ 34.773.975,00
R$ 38.006.800,00	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 34.773.975,00

Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**
-	-

Indicador(es)

1. Número de Refeições Comercializadas

Unidade de medida: Milhar
Último índice apurado: 15,5
Índice previsto ao final do PPA: 350

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Em 2005, havia 5 restaurantes populares, apoiados com recursos do Governo Federal, em funcionamento, com capacidade para comercializar 15.500 refeições por dia. Caso se considere que estarão em funcionamento os 74 restaurantes populares conveniados em 2005, além dos 26 em execução, o índice de refeições servidas previsto para 2007 será de 161,5, equivalente a 46% do previsto ao fim do Plano Plurianual (PPA).

2. Taxa de Instalação da Rede Solidária de Restaurantes Populares

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador não possui funcionalidade, se cotejado com a perspectiva atual do programa, que não envolve o apoio às pequenas unidades de produção e comercialização de refeições. Vale citar que o programa e o indicador foram excluídos para o exercício de 2006.

Contextualização

O modo de vida nas médias e grandes cidades tem gerado um progressivo crescimento do número de pessoas que realizam suas refeições fora de casa, substituindo, muitas vezes, o almoço por um lanche rápido em bares e restaurantes, comprometendo a qualidade de suas refeições. A tendência crescente do hábito de se realizarem refeições fora do domicílio decorre de diversos fatores, tais como as alterações na estrutura familiar com o crescimento do trabalho feminino e a estruturação da ocupação espacial das cidades, que vem deslocando progressivamente a população de menor poder aquisitivo para as regiões periféricas, entre outros. Parcela significativa dessas pessoas não tem acesso ao mercado tradicional de refeições prontas por insuficiência de renda.

O Governo Federal coordena o Fome Zero, que consiste em estratégia com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. O diagnóstico do qual se origina o Fome Zero é o de que a fome no Brasil não está associada à disponibilidade de alimentos, mas à desigualdade no acesso. Por essa razão, a referida estratégia está concebida como integração de ações de combate à fome e à pobreza. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre 2002 e 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que cerca de metade dos brasileiros possui dificuldades para garantir uma alimentação adequada. Segundo a pesquisa, 46,6% das famílias declararam possuir restrições para compra de alimentos e. 13,9% afirmaram que o alimento normalmente é insuficiente.

Com vistas a alcançar seu objetivo, o Fome Zero é organizado por eixos, compostos por programas e ações. Um de seus eixos articula iniciativas com vistas à expansão da oferta de alimentos, dentre as quais se destaca o apoio à instalação de restaurantes populares e cozinhas comunitárias, que oferecem refeições nutricionalmente balanceadas a preços acessíveis à população com dificuldade de acesso a alimentos.

Principais Resultados

- Em dezembro de 2005, havia 5 restaurantes populares em funcionamento, sendo 2 em Belo Horizonte, MG, 1 em Sobral, CE, 1 em Guarulhos, SP e 1 em Diadema, SP, que comercializavam 15.500 refeições por dia. Ainda em 2005, foram firmados convênios para o apoio à instalação de 74 restaurantes populares, em 71 Municípios, com liberação de R$ 32 milhões em 2005 e estimativa de 33,4 milhões para 2006, havendo, ainda, 23 convênios em processo de execução. O apoio à instalação de restaurantes prioriza as cidades com população acima de 100 mil habitantes.
- Em dezembro de 2005, as 185 cozinhas comunitárias em funcionamento comercializavam cerca de 14.800 refeições por dia. Foram firmados convênios para a instalação de mais 101 cozinhas comunitárias, em 58 Municípios.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

No ano de 2005, a execução do apoio à instalação de restaurantes populares sofreu importantes modificações. Os convênios para a instalação dos equipamentos de segurança alimentar passaram a ser firmados a partir da divulgação de edital, com o objetivo de orientar os entes federativos interessados em apresentar proposta de implantação de restaurantes populares em seu território. Após a publicação do edital, o MDS prestou apoio técnico à elaboração dos projetos. A Caixa Econômica Federal é responsável pela recepção, análise e contratação dos proponentes.

O edital, publicado em abril de 2005, apresentou critérios mais claros para selecionar os proponentes, o que representa grande avanço no que se refere às regras de seleção das propostas. Todavia, a execução de suas etapas foi lenta. Em meados de dezembro, por exemplo, havia apenas 7% da dotação autorizada liquidada, o que corresponde a cerca de R$ 2,53 milhões. Requer-se, dessa forma, um período mais extenso entre o início do exercício e a efetiva instalação dos equipamentos de segurança alimentar.

Outros Aspectos Relevantes

Boas práticas de gestão: Em 2005, a execução do programa ocorreu por meio de editais, cujo objetivo reside na orientação aos entes federativos interessados em apresentar proposta de implantação de restaurantes populares em seu território. O edital continha critérios técnicos classificatórios das propostas, por meio da atribuição de pontos e pesos a diversos itens, entre os quais estão: risco de insegurança alimentar e nutricional da população; situação da promoção do direito à renda da cidadania municipal; e desenvolvimento da política local de segurança alimentar e nutricional. Embora esse modo de operação ofereça critérios mais transparentes para a seleção dos proponentes, a instalação dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional tende a se concentrar nos locais onde há: 1) maior demanda (risco de insegurança alimentar); 2) política de garantia do direito à renda (percentual de famílias atendidas pelo Bolsa Família), que tem impactos importantes na segurança alimentar da população; e 3) desenvolvimento de políticas de segurança alimentar e nutricional, como aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados da reforma agrária e existência de Conselho de Segurança Alimentar e de Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, favorecendo a construção de uma rede articulada no território de serviços voltados à garantia da segurança alimentar e combate à fome.

Pesquisa de Satisfação e Perfil do Usuário: O Ibope ouviu, entre os dias 31 de maio e 2 de junho, cerca de 600 freqüentadores de estabelecimentos localizados em 5 capitais, a saber: Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Os dados indicam a importância dos restaurantes populares para a expansão da oferta de alimentos à população em insegurança alimentar. Dos entrevistados, 98% afirmaram que R$ 1 é um preço acessível, 22% não se alimentam quando não vão aos restaurantes populares e 86% dos usuários consideram os restaurantes bons ou ótimos. A pesquisa também revelou que:

- **Renda Individual:** 13% têm renda de mais de 3 salários mínimos; 39% possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos; e 31% recebem até 1 salário mínimo.

- **Moradia:** 79% têm residência fixa e 21% não têm e são, possivelmente, moradores de rua.
- **Preocupação em consumir alimentos saudáveis:** 86% apresentam preocupação em consumir alimentos saudáveis e 14% não se preocupam.
- **Idade:** 34% têm até 30 anos de idade;19%, entre 31 e 40 anos; 16%, entre 41 e 50 anos; e 31% têm 51 anos ou mais.
- **Escolaridade:** 27% têm até à 4a série do ensino fundamental; 27% possuem entre a 5a e a 8a séries do ensino fundamental; e 47% cursaram ensino médio e superior.
- **Freqüência:** 45% vão sempre aos restaurantes populares; 16%, quase sempre; 27%, de vez em quando; 6%, raramente; e 6% visitavam pela primeira vez no momento da entrevista.
- **Freqüência da realização das refeições nos restaurantes populares, por semana:** 39% faz refeições nos restaurantes populares 5 vezes por semana; 17%, 3 vezes na semana; 16%, duas vezes; e 13%, 1 vez.
- **Motivos que influenciam a escolha dos restaurantes populares (várias opções):** 78% são influenciados pelo preço na escolha dos restaurantes populares e 43% pela refeição saudável.
- **Sugestões para melhoria dos serviços:** 12% sugerem aumentar o espaço físico dos restaurantes populares; 7% sugerem a redução do tempo de espera nas filas; e 6%, a abertura de mais restaurantes.

Recomendações

Não há recomendações.

Sistema Único de Assistência Social

Objetivo

Contribuir para a efetivação da assistência social como política pública garantidora de direitos de cidadania e promotora de desenvolvimento social, na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades e exclusão social, tendo a família como unidade de atenção.

Público-Alvo

Famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 140.190.391,00	Empenho Liquidado: R$ 133.170.512,00 Pago estatais: - Total: R$ 133.170.512,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento a Famílias com Renda Familiar per Capita Inferior a ½ Salário Mínimo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 2,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador não foi apurado em 2005. Considerando-se que a programação da assistência social foi alterada a partir de 2006, tendo em vista as novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005), novos indicadores socioterritoriais referentes à situação/condição vivida pelos indivíduos serão definidos de modo a refletir a taxa de vulnerabilidade social prevista na NOB-SUAS/2005.

A NOB/SUAS traz o conceito de vulnerabilidade social, relacionando-o ao público-alvo da assistência social. Por isso, as mudanças na programação supõem o conhecimento acerca de quem, quantos, quais e onde estão os demandatários da política de assistência social, o que revela a inadequação dos indicadores existentes à nova PNAS/2004. Em particular, a referida normatização define como público da Proteção Social Básica toda a população que se encontra em vulnerabilidade decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos relacionais e de pertencimento social.

.

2. Taxa de Atendimento a Famílias com Renda Familiar per Capita Inferior a ½ Salário Mínimo Chefiadas por Mulheres

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 2,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador não foi apurado em 2005. Considerando-se que a programação da assistência social foi alterada a partir de 2006, tendo em vista as novas diretrizes da PNAS/2004 e da NOB-SUAS/2005, novos indicadores socioterritoriais referentes à situação/condição vivida pelos indivíduos serão definidos de modo a refletir a taxa de vulnerabilidade social prevista na NOB-SUAS/2005.

3. Taxa de Atendimento a Famílias com Renda Familiar per Capita Inferior a ½ Salário Mínimo Chefiadas por Negros ou Negras

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador não foi apurado em 2005. Considerando-se que a programação da assistência social foi alterada a partir de 2006, tendo em vista as novas diretrizes da PNAS/2004 e da NOB-SUAS/2005, novos indicadores socioterritoriais referentes à situação/condição vivida pelos indivíduos serão definidos de modo a refletir a taxa de vulnerabilidade social prevista na NOB-SUAS/2005.

Contextualização

Até o final da década de 80, observou-se uma lacuna nas políticas públicas destinadas às famílias. Nos anos 90, esse cenário começou a se alterar, fruto, em grande parte, da adoção de um novo marco legal no país: a Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova definição de família. Em seguida, a doutrina da proteção integral, norteadora do Estatuto da Criança e do Adolescente, passou a considerar a família como elemento central para a definição das políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) determinou, entre seus objetivos, a proteção à família, ressaltando a importância da descentralização das ações e do desenvolvimento de parcerias. O ano de 1994, denominado pelas Nações Unidas de "Ano Internacional da Família", resultou na realização de eventos que impulsionaram as discussões acerca da família como instituição potencialmente capaz de assegurar proteção social e elemento chave nas estratégias que buscam garantir a inclusão social duradoura de segmentos populacionais marginalizados.

No Brasil, são estimadas em 11,2 milhões as famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, famílias com renda per capita de até R$ 100, com base na PNAD 2001/IBGE revisada. São famílias empobrecidas, sem acesso aos recursos e serviços sociais básicos, ausentes ou precariamente inseridas no mundo da produção e do consumo. Uma multiplicidade de dimensões se sobrepõe na produção, manutenção e transmissão intergeracional dessas vulnerabilidades, caracterizando

a heterogeneidade desse fenômeno. A pobreza tem uma face visível, que se constitui na pobreza material, e uma face não tão visível, que envolve aspectos relacionados a atitudes, valores e condutas dos segmentos pobres da população, que limitam sua capacidade de se apropriar e de fazer uso dos recursos, bens e serviços disponibilizados pelo Poder Público, bem como por instituições privadas sem fins lucrativos.

Atendendo ao disposto na PNAS/2004, o programa possibilita o funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais, de base territorial, que organizam e coordenam a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Os CRAS devem se situar próximos dos locais de maior concentração das famílias em situação de vulnerabilidade. Estão situados no nível de Proteção Social Básica, que objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como fortalecer vínculos familiares e comunitários. Os Centros se destinam à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos relacionais e de pertencimento social.

Principais Resultados

- Atendimento socioassistencial em 1.980 CRAS, representando uma expansão de 120% com relação a 2004.

A capacidade estimada de atendimento dos CRAS é de 1,6 milhão de famílias referenciadas, ou seja, de cerca de 20% das famílias referenciadas (aproximadamente 8,03 milhões de famílias). Em 2005, os CRAS atenderam a 1,03 milhão de famílias, o equivalente a 64% de sua capacidade instalada. O repasse de recursos do programa é realizado com base num valor fixo de - R$ 1,80 por família referenciada nos CRAS. Dos 1.980 CRAS em funcionamento, 38 são voltados a comunidades quilombolas e 176, a comunidades indígenas.

Segue abaixo o número mínimo de CRAS por Município e a respectiva capacidade de atendimento, conforme a NOB-SUAS :

- **Número de CRAS**
  - Pequeno Porte I – Município de até 20.000 habitantes/5.000 famílias: mínimo de1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
  - Pequeno Porte II – Município de 20.001 a 50.000 habitantes/de 5.000 a 10.000 famílias: mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
  - Médio Porte – Município de 50.001 a 100.000 habitantes/de 10.000 a 25.000 famílias: mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
  - Grande Porte – Município de 100.001 a 900.000 habitantes/de 25.000 a 250.000 famílias: mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
  - Metrópole – Município de mais de 900.000 habitantes/mais de 250.000 famílias: mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

- **Capacidade de atendimento**
  - CRAS em território referenciado por até 2.500 famílias: até 500 famílias/ano;
  - CRAS em território referenciado por até 3.500 famílias: até 750 famílias/ano;
  - CRAS em território referenciado por até 5.000 famílias: até 1.000 famílias/ano.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social, requeridas para aprimorar a sua consolidação, vêm sendo implementadas por meio da construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que consiste em um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços e fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos (fundo a fundo), respeitando as especificidades territoriais. Entre outras inovações introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de proteção social básica e especial de média e de alta complexidade. Em 2005, a programação da assistência social se organizava por segmentos e não refletia as diretrizes do SUAS. Para o exercício de 2006, a programação da assistência social está organizada pelos níveis de proteção e grau de complexidade dos serviços, - programas "Proteção Social Básica e Proteção Social Especial , de modo que o PPA possa refletir as diretrizes da PNAS/2004. A ação "Atenção Integral à Família", executada por meio dos CRAS, para 2006, está inscrita no programa "Proteção Social Básica" como "Serviços de Proteção Social Básica às Famílias".

Segundo a PNAS/2004, todos os Municípios habilitados devem ter ao menos 1 CRAS, dado o caráter universal da Atenção Integral à Família. Com a expansão realizada em 2005, a Proteção Social Básica está presente em 1.355 Municípios, o que demonstra que ainda há grande quantidade de Municípios que não contam com o co-financiamento do Governo Federal para a implantação dos CRAS. Ademais, a V Conferência Nacional de Assistência Social, em 2005, deliberou que essa universalização deverá ocorrer em 10 anos.

A quantidade e a qualidade dos recursos materiais e de infra-estrutura são inadequadas na equipe gerencial e nas equipes executoras. Além disso, há insuficiente quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, bem como insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes gerencial e executoras. As equipes técnicas têm recebido treinamento constante sobre a PNAS, a NOB-SUAS e as regulações da Proteção Social Básica. Ao longo de 2005, houve capacitação em todos os Estados e no Distrito Federal e está em elaboração uma Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o Sistema Único de Assistência Social.

Houve, ainda, restrições com relação às ações 11LM - "Construção, Ampliação e Modernização dos Centros de Referência da Assistência Social" e 1481 - "Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes", em função da dificuldade de os Municípios apresentarem, em tempo hábil, documentação para formalização do convênio e da sistemática de análise e aprovação dos projetos. Por essa razão, houve

prejuízo à execução orçamentária, e a ação "Construção, Ampliação e Modernização dos Centros de Referência da Assistência Social" sofreu restrições por conta da inexistência de limite financeiro.

Outros Aspectos Relevantes

Boas Práticas de Gestão: O SUAS vem sendo implementado desde 2005, após a aprovação da NOB-SUAS e da publicação de Portarias que regulam o funcionamento da política de assistência social. Atendendo ao disposto nesses instrumentos, os recursos destinados à expansão da Proteção Social Básica foram distribuídos por critérios técnicos, que se relacionam com os princípios e diretrizes do SUAS. Os Municípios foram classificados por porte, conforme o tamanho da população, e os recursos foram distribuídos de modo proporcional à população considerada vulnerável, ou seja, com renda per capita familiar inferior a ½ salário mínimo. Dadas as restrições orçamentárias, estabeleceu-se ordenamento do financiamento à expansão dos serviços, a partir de um índice composto por variáveis aplicadas da seguinte forma: o repasse de recursos prioriza aqueles Municípios com maior proporção de população vulnerável, indicada pela taxa de pobreza; em seguida, os de menor capacidade de investimento, identificados a partir da receita corrente líquida municipal per capita; e, por fim, os que apresentam menor investimento do Governo Federal na Proteção Social Básica, com base nos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para a Proteção Social Básica per capita.

Vale, ainda, destacar que a distribuição de recursos para a expansão dos CRAS atendeu aos seguintes critérios, de acordo com a NOB-SUAS: 20% dos recursos para Municípios de porte pequeno I; 17% para pequeno II; 12% para médio; 31% para grande; e 20% para metrópole.

Mecanismos de Monitoramento: O Sistema Informatizado de Apoio à Gestão do SUAS (SUASweb) capta as metas pactuadas de atendimento dos serviços socioassistenciais pelos Municípios, que, ao fim do exercício, prestam contas da execução física, no mesmo sistema, por intermédio do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira.

Com relação aos convênios firmados, menciona-se o Relatório de Prestação Parcial de Contas, com periodicidade semestral. Esse instrumento é operacionalizado por meio de formulários que são preenchidos pelos operadores do programa de Atenção Integral à Família, com dados sobre execução das metas físicas, recursos recebidos, etc.

Recomendações

- Avançar na elaboração dos indicadores que expressam o conceito de vulnerabilidade social, adequados aos programas criados na Revisão do PPA, em 2005: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
- Mensurar indicadores desenhados para o exercício de 2006, que, em geral, expressam o atendimento aos segmentos específicos nos níveis de proteção (Proteção Social Básica e Especial) com relação ao total de famílias pobres.
- Alterar o produto da ação 4915 – Atenção Integral à Família para "família referenciada", acompanhando as alterações da PNAS.

Transferência de Renda com Condicionalidades (Bolsa Família)

Objetivo

Combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

Público-Alvo

Famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R$100,00.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 6.930.420.777,00	Empenho Liquidado: R$ 6.595.428.052,00 Pago estatais: - Total: R$ 6.595.428.052,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Pobreza

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador "Taxa de Pobreza", calculado pela relação percentual entre o número de famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e o número total de famílias, é influenciado por inúmeras variáveis, sendo o programa Bolsa Família apenas uma delas. Logo, não é possível avaliar os resultados do programa apenas com base neste indicador. Para o ano de 2006, foi criado o indicador "Taxa de Atendimento às Famílias Pobres", que expressa o número de famílias pobres atendidas pelo programa com relação ao total de famílias pobres. Segundo estatísticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com base no Censo de 2000 e atualizações realizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 (PNAD 2001/IBGE), há no Brasil 11,2 milhões de famílias com renda per capita inferior a R$ 100,00. Em dezembro de 2005, o Bolsa Família atendia a 8,7 milhões dessas famílias e, caso fosse aplicado o indicador "Taxa de Atendimento às Famílias Pobres" obter-se-ia um índice de 0,776.

Contextualização

Elevar a renda da população constitui um dos principais desafios da sociedade brasileira. Cerca de 11,2 milhões de famílias têm renda familiar mensal per capita de até R$ 100,00. Como agravante, 4,5 milhões dessas famílias auferem uma renda familiar mensal per capita de até R$ 50,00 (PNAD 2001/IBGE, revisada).

A Lei n0 10.836, de 9 de janeiro de 2004, instituiu o Bolsa Família, como um programa de transferência de renda às famílias pobres associada ao cumprimento de condicionalidades, com vistas a contribuir para o enfrentamento da pobreza. São objetivos do programa: a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; o combate à pobreza; e a promoção da intersetorialidade, complementaridade e sinergia das ações sociais do Poder Público.

O programa, desde a sua criação, recebe alocação crescente de recursos orçamentários, de modo a estender o atendimento a todas as famílias em situação de pobreza, com base nos seguintes critérios:

- famílias com renda mensal per capita de até R$ 100,00 recebem benefícios mensais de R$ 50,00, acrescido de benefício variável, de até 3 parcelas cumulativas de R$ 15,00, de acordo com o número de crianças e adolescentes até 15 anos, gestantes e nutrizes na família;
- famílias cuja renda mensal per capita esteja entre R$ 51,00 e R$ 100,00 recebem apenas o benefício variável.

Vale assinalar que as famílias beneficiárias, para que permaneçam recebendo o benefício, devem cumprir as condicionalidades do programa, como a participação efetiva no processo educacional pelas crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e em programas de saúde que promovam a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social. Cabe aos Ministérios da Saúde e Educação o monitoramento do cumprimento dessas condicionalidades.

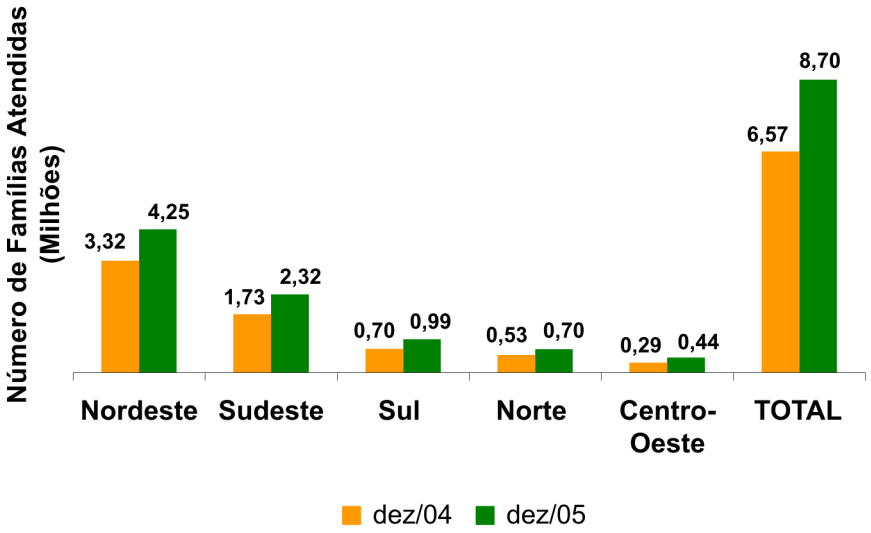
Para 2006, o Bolsa Família teve seus critérios modificados pelo Decreto nº 5.749, que assim estabelece: "o Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R$ 120,00 (cento e vinte reais) e R$ 60,00 (sessenta reais), respectivamente".

O Programa vem intensificando o processo de unificação da gestão e execução dos Programas de Transferência de Renda Remanescentes do Governo Federal (Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás), evitando a sobreposição de ações e conferindo maior racionalidade ao gasto público. Para 2006, está prevista a integração do Bolsa Família com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que constituirá importante passo na unificação dos procedimentos de transferência de renda no Governo Federal.

Principais Resultados

- Atendimento a 8,7 milhões de famílias com transferência de renda, representada pelo pagamento de benefício mensal no valor máximo de R$ 95,00 por família, o que significou um crescimento de 32% em relação a 2004. No final de 2005, havia ainda 5,29 milhões de famílias beneficiárias dos programas remanescentes.

Evolução do Bolsa Família



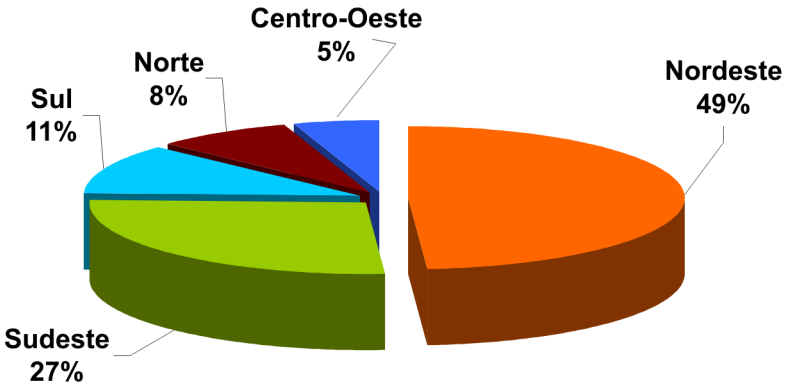
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Dezembro de 2005

- Em 2005, o Bolsa Família alcançou 100% dos Municípios brasileiros. De cada 10 famílias atendidas pelo programa, no final de 2005, aproximadamente 6 estavam nas regiões Norte e Nordeste, totalizando 4,94 milhões de famílias.

Famílias Pobres x Atendimento pelo Bolsa Família - Dezembro de 2005			
Região	**Famílias Atendidas pelo Bolsa Família (A) ***	**Estimativa de Famílias Pobres (B) ****	**A/B**
Nordeste	4.245.574	5.259.839	80,7%
Sudeste	2.325.379	3.045.159	76,4%
Sul	987.068	1.098.279	89,9%
Norte	697.644	1.134.478	61,5%
Centro-Oeste	444.786	668.456	66,5%
TOTAL	8.700.451	11.206.211	77,6%

(*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(**) PNAD 2001/IBGE (Revisada)

Distribuição do Bolsa Família por Região - Dezembro de 2005



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- Expansão do monitoramento das condicionalidades do programa, em especial na área de educação. Mais de 97% das crianças e adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família, que possuem registro de informação, tiveram a freqüência escolar mínima de 85%, segundo dados de maio a julho de 2005.

Os dados da apuração da freqüência escolar apresentam crescimentos contínuos de cobertura. No último período de apuração registrado, o bimestre referente aos meses de agosto e setembro de 2005, 77,5% dos alunos tiveram suas informações sobre freqüência escolar registradas no sistema, contra 66% e 61% nos dois períodos imediatamente anteriores. Em relação às escolas, no último período de apuração o índice de informação chegou a 91%, contra 80% e 79% nos períodos anteriores. Ainda em relação ao acompanhamento da condicionalidade de educação, foram encaminhadas 24.634 notificações às famílias que não mantiveram as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos com freqüência escolar mensal mínima de 85%. As informações sobre razões para a infreqüência de crianças, detalhadas e analisadas de forma mais específica no último período, têm possibilitado a formatação de estratégias específicas para acompanhamento das famílias em situação de maior vulnerabilidade, como nos casos de violência sexual e doméstica, trabalho infantil e outras.

Acompanhamento de Condicionalidades de Educação								
Registro de Informações por Período de Apuração	Out-Nov/2004		Fev-Mar-Abr/2005		Mai-Jun-Jul/2005		Ago-Set/2005	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total de Crianças no Bolsa Família	12.393.146	100	12.975.071	100	13.393.187	100	13.363.210	100
Total de crianças com registro de freqüência	6.301.753	51	7.970.802	61	8.830.957	66	10.352.650	77,5
Escolas que informaram	114.141	55	163.378	79	165.817	80	186.200	90,8
Municípios que informaram	3.872	70	5.320	96	5.519	99	5.547	99,7

Fonte: Ministério da Educação

- Com relação às condicionalidades de saúde, no período de apuração do segundo semestre de 2005, 1,8 milhão de famílias beneficiárias tiveram informações registradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), em 3.919 Municípios. O número equivale a 31,3% do total de famílias do programa que deveriam ser acompanhadas pelo Ministério da Saúde, em 70,4% dos Municípios. No período anterior, em caráter experimental, apenas 6% das famílias beneficiárias, de 30% dos Municípios, tiveram registro no SISVAN.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Segundo dados originados do Censo 2000 e atualizações realizadas pela PNAD 2001/IBGE, há no Brasil 11,2 milhões de famílias em situação de pobreza, que constituem o público-alvo do Bolsa Família. Com a divulgação da PNAD 2004/IBGE, foi atualizada a estimativa do número de famílias pobres - 11,1 milhões de famílias com renda per capita familiar de até R$ 120,00- com base na qual o programa será executado em 2006.

Em 2005, o Bolsa Família atendeu a 8,7 milhões de famílias, meta prevista na Lei Orçamentária 2005, com crescimento superior a 30% na cobertura de seu público-alvo em relação a 2004. Para isso, foi fundamental o investimento realizado pelo MDS na melhoria do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, buscando garantir confiabilidade na identificação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

A Portaria MDS n0 360, de 12 de julho de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos Municípios e Estados e ao Distrito Federal, destinados à implementação e desenvolvimento do Programa Bolsa Família e ao aprimoramento do Cadastro Único de Programas Sociais. Em síntese, os Municípios recebem R$ 6,00 por cadastro atualizado ou incluído e os recursos para o financiamento dessa atividade foram alocados na ação 6524 - "Serviços

de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda".

Em 21/12/2005, foi aprovada a Lei n0 11.218, contemplando a ação com crédito suplementar de R$ 135 milhões, dos quais R$ 58 milhões seriam utilizados para o custeio de transferências aos Estados e Municípios, com a finalidade de atualização cadastral. Todavia, não houve liberação de limite orçamentário e financeiro para o cumprimento das obrigações, inviabilizando o repasse dos recursos para os entes. Tal fato implicou a não-liquidação de 40% do valor autorizado para a ação.

Outros Aspectos Relevantes

Satisfação dos beneficiários: Em outubro de 2005, foi concluído um survey com os beneficiários do Bolsa Família, realizado pela Polis Pesquisa, cujos resultados demonstram considerável satisfação das famílias com o Programa, a saber:

- 85,3% dos responsáveis legais pela família consideram o programa ótimo/bom; 13,7%, regular; e menos de 1% avaliam-no de forma negativa – citações ruim e péssimo;
- A nota média atribuída pelos responsáveis pela família ao Programa Bolsa Família foi 8,47; a nota mediana foi 9, e 10 foi a nota que mais se repetiu;
- O Programa foi considerado muito importante por quase 97% dos responsáveis legais pelas famílias. Apenas 3,2% sustentaram ser o programa pouco importante ou sem importância;
- O benefício do programa representa uma variação percentual média da renda familiar de 21,35%. Sem o benefício, os participantes do programa teriam uma renda familiar média de R$ 302,47 e uma renda familiar mediana de R$ 305,00;
- Para 87,8% dos responsáveis legais pela família, a vida familiar melhorou muito (25,9%) ou melhorou (62%) desde que a família ingressou no programa; 11,9% acreditam que a vida familiar não se alterou; 0,3% diz que a vida familiar piorou ou piorou muito. O Nordeste foi a região em que houve maior percepção de que a vida da família tenha melhorado muito com o Programa, e na Região Sudeste ocorre maior a incidência da resposta "a vida continuou igual";
- Apesar da percepção predominante entre a maioria de que a vida melhorou, para 52,7% dos participantes do programa o valor do benefício é médio; 8,7% consideram-no alto; 37,2%, baixo;
- Em 82,4% dos domicílios de participantes do programa, os responsáveis legais pela família acreditavam que a alimentação da família melhorou depois que começaram a receber o benefício; em 17,4%, eles disseram que a alimentação continuou igual; e em 0,2% dos domicílios, afirmaram que a alimentação piorou.

Descentralização e Participação Social: Um dos pilares do Bolsa Família é a relação entre a União, os Estados e Municípios e a sociedade civil. No ano de 2005, houve importantes avanços na efetiva parceria e co-responsabilização entre esses atores, com vistas a uma gestão/execução mais eficiente.

A Portaria MDS n0 246 aprovou os instrumentos necessários à formalização da adesão dos Municípios ao Bolsa Família, quais sejam: a designação dos gestores

municipais do programa e a informação sobre sua instância local de controle social. Com a assinatura do termo de adesão ao programa, os Municípios se comprometem a cumprir as responsabilidades previstas nos instrumentos normativos do Bolsa Família e do Cadastro Único. Ademais, têm de informar qual a instância local de controle social do programa. A partir da formalização das adesões, foram realizados os seguintes levantamentos: cerca de 40% dos Municípios criaram instância de controle social específica para o Bolsa Família e os 60% restantes delegaram competência à instância previamente existente, sendo que, destas, 83% são Conselhos de Assistência Social. Vale ainda mencionar que 48% dos conselheiros são representantes do Governo, enquanto a sociedade civil está presente com 52%.

Com a publicação da Portaria GM/MDS nº 555, o MDS disponibilizou aos Municípios que assinaram o Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família o acesso ao Sistema de Gestão de Benefícios, o qual possibilita acessos diferenciados a gestores e membros das instâncias de controle social, trazendo informações sobre os benefícios e relatórios dos benefícios não sacados e dos cartões não entregues. O sistema também possibilita que o Município realize diretamente, com mais eficácia e eficiência, as ações de bloqueio, desbloqueio e cancelamentos de benefícios.

Por último, conforme já citado, por meio da Portaria MDS n0 360/05, foram estabelecidos critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos Municípios e Estados e ao Distrito Federal, destinados à implementação e desenvolvimento do programa Bolsa Família e ao aprimoramento do Cadastro Único de Programas Sociais. Os Municípios recebem repasse de recursos do Governo Federal pela efetuação de cadastramento das famílias e atualização das bases de dados dos seus cidadãos incluídas no Cadastro Único. Os recursos repassados aos entes federados, para fins de apoio às ações de atualização cadastral, resultaram na inserção e/ou atualização no Cadastro Único de mais de 5,2 milhões de cadastros válidos até o fim de novembro de 2005.

Fiscalização: Em janeiro de 2005, para fins de fiscalização da execução do programa, foi instituída a Rede Pública de Fiscalização do Bolsa Família, que constitui em uma parceria entre o MDS, o Ministério Público Federal (MPF), os Ministérios Públicos Estaduais, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). No âmbito dessa Rede, algumas atividades já se concretizaram, como a definição de rotinas para trabalho conjunto com a CGU, inclusive com revisão do questionário utilizado para o trabalho de campo e a publicação do Manual de Orientações para o Ministério Público.

Recomendações

- Aprimorar o acompanhamento das condicionalidades de saúde.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Arranjos Produtivos Locais
Artesanato Brasileiro
Comércio Eletrônico
Competitividade das Cadeias Produtivas
Cultura Exportadora
Defesa Comercial
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
Desenvolvimento do Comércio Exterior
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental
Metrologia e Qualidade Industrial
Pólo Industrial de Manaus
Propriedade Intelectual

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foram utilizados R$ 12,4 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.088.786.295,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 757.721.936,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 66.597.516.000,00	**Realizado não orçamentário:**	R$ 11.664.326.803,00
Total previsto:	R$ 67.686.302.295,00	**Total realizado:**	R$ 12.422.048.739,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 89,8 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 76,1 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 2005 a serem destacados foram:

- Saldo das exportações no valor de US$118,3 bilhões, resultado superior ao traçado pelo governo, com taxa de crescimento de 22,6% em relação a 2004, superior à taxa de crescimento das exportações mundiais de 14%, prevista pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
- Saldo comercial recorde em 2005: US$ 44,8 bilhões.
- Elevação de 23,5% na participação de produtos manufaturados no valor das exportações em relação a 2004, segmento que apresentou o maior crescimento, representando uma melhora qualitativa na pauta exportadora.
- Reconhecimento internacional do Programa de Certificação Florestal (CERFLOR) pelo Programme for Endorsement of Forest Certification Schemes (PEFC), fórum de reconhecimento de programas florestais do mundo, indicando que as florestas brasileiras certificadas pelo programa observam as práticas internacionais de manejo sustentável de florestas, o que impacta no potencial exportador do segmento de papel e celulose.
- Instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro, espaço de diálogo e articulação permanente, que tem como objetivo enfrentar desafios e gargalos, além de criar oportunidades para o segmento.
- Consolidação do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, único espaço de interlocução entre o segmento e o Governo Federal, que contou com progressivas adesões de membros do setor

[1]. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

privado e do sistema financeiro e viabilizou a formulação de 31 propostas de políticas públicas relacionadas ao setor.

- Avanços no processo de consolidação do Modelo Zona Franca, gerando, entre outros resultados, mais de 100 mil empregos, com faturamento de US$ 18,9 bilhões e investimentos no valor de US$ 5,129 bilhões.
- Foram realizados 286 eventos para disseminar a cultura da propriedade intelectual e atendidas 35.325 consultas sobre as tendências do desenvolvimento tecnológico nos diversos segmentos industriais, em âmbito nacional e internacional. Com isso, estimulou-se a criação e a absorção de tecnologia nos processos produtivos reduzindo as desvantagens dos produtos brasileiros frente aos importados.
- Desembolso de recursos da ordem de R$ 47 bilhões, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para estimular a produção no país, principalmente no setor industrial, apresentando um crescimento de 18% face aos recursos aplicados em 2004.
- Em 2005 foram tomadas iniciativas para ampliação da ação do Ministério a partir da modernização dos sistemas relacionados ao comércio exterior, da desburocratização de normas, da instalação de espaços de discussão com o setor produtivo como o dos Fóruns de Competitividade, da composição de parcerias com outros Ministérios e agentes reguladores, de convênios com entidades públicas e privadas de ensino, pesquisa e produção, da capacitação de servidores envolvidos e do monitoramento dos resultados de empresas e projetos.

Aspectos Relevantes

O MDIC contribuiu de forma direta com o megaobjetivo II – "Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais" - ao estimular quantitativa e qualitativamente as exportações e a agregação de valor aos produtos exportados; ao fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte; e ao contribuir para o aumento da competitividade das cadeias produtivas.

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação dos órgãos estão relacionadas às seguintes questões: baixo grau de qualificação de alguns servidores do MDIC, incluindo o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Suframa); escassez de pessoal, principalmente no INPI e Inmetro, que será minimizada pela autorização dada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concurso público; infra-estrutura e recursos materiais inadequados, principalmente no INPI e Inmetro; dificuldades na celebração de convênios; dificuldades no acompanhamento de convênios firmados; restrições orçamentárias para os órgãos que possuem receitas próprias.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Arranjos Produtivos Locais

Objetivo

Promover o desenvolvimento integrado de microempresas de pequeno e médio porte em arranjos produtivos locais, com vistas à geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

Público-Alvo

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte localizadas em arranjos produtivos locais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 48.624.930	Empenho Liquidado: R$ 39.170.870,00 Pago estatais: - Total: R$ 39.170.870,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Gesso de Araripina (PE)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

2. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Fruticultura em Petrolina (PE)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

3. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Confecções em Salvador (BA)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

4. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Tecnologia da Informação em Salvador

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

5. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Plásticos em Salvador

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

6. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Confecções em Brasília (DF)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

7. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Confecções em Goiânia (GO)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

8. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Rochas Ornamentais em Cachoeiro do Itapemirim (ES)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

9. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Confecções em Nova Friburgo (RJ)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

10. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Couro e Calçados em Franca (SP)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

11. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Móveis em Ubá (MG)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado/Período de apuração: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

12. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Madeira e Móveis em Paragominas (PA)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

13. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Confecções de Apucarana (PR)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

14. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo em Serra Gaúcha-RS

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

15. Faturamento Médio das Empresas no Arranjo Produtivo de Autopeças em Serra Gaúcha (RS)

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 1,00 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Índice não apurado em 31/12/2005.

Contextualização

As empresas nacionais presentes em arranjos produtivos locais (APLs) apresentam pouca vantagem competitiva, principalmente as microempresas, empresas de pequeno e médio porte que apresentam deficiências em seus produtos, processos e gestão. Suas dificuldades refletem-se na diminuta participação do segmento no volume total de exportações do país e na reduzida percentagem de empresas que entram e permanecem na base exportadora. Assim, é necessário atuar nas empresas dos APLs para aumentar a competitividade e a eficiência produtiva, ampliar a capacidade exportadora, elevar o nível de ocupação e renda nos APLs e promover o fortalecimento e a dinâmica de interação no interior dos APLs.

A percepção de que o ambiente local constitui o novo referencial de promoção econômica e social abre um novo espaço para políticas públicas de desenvolvimento. Neste sentido, as formas de organização produtiva que se baseiam na concentração espacial de empresas que, por sua vez, estabelecem laços de cooperação entre si e desenvolvem mecanismos de aprendizagem, são espaços privilegiados das políticas públicas de desenvolvimento. Pretende-se, com este programa, orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com um dos mega-objetivos do Governo Federal, promover o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda ambientalmente sustentável

e redutor das desigualdades, acarretando o estímulo às exportações. O MDIC já vem trabalhando nesta direção, em parceria com outros órgãos, focando nos elos das cadeias produtivas que possuem forte concentração de micro e pequenas empresas, uma vez que estejam em conformidade com as estratégias dos Fóruns de Competitividade da SDP/MDIC. Trata-se de conferir centralidade a este temário, já identificado como fundamental pelo Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, consolidando-o como um dos eixos da estratégia nacional de desenvolvimento.

Principais Resultados

- Priorizados 131 arranjos produtivos locais para serem trabalhados no âmbito das ações do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL).
- 1.300 micro, pequenas e médias empresas atendidas no âmbito do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), com a implantação de seis Núcleos Operacionais.
- Realização da II Conferência Brasileira sobre APL, em setembro de 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 80,6% do orçamento aprovado. Considerando-se que em 2004 o percentual empenhado e liquidado foi de apenas 6,0%, a execução financeira em 2005 apresentou melhoria considerável.

Já foram identificados 957 Arranjos Produtivos Locais (APLs) no país. O total de APLs priorizados para serem trabalhados no âmbito das ações do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) aumentou de 11 em 2004 para 142 em 2005.

O GTP APL é um fórum coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e representado por diversos órgãos do setor público e privado. Atualmente conta com a participação de 33 instituições. O principal objetivo do GTP APL é articular as ações governamentais, integrando aos APLs e elaborando propostas de diretrizes gerais para atuação coordenada do governo no apoio aos APLs.

No âmbito do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) - sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos que visa a incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados - foram atendidos, em 2005, 1.210 empresas, beneficiando 12.900 empregados, com um investimento de R$1.666,67 por empresa pelos seis Núcleos Operacionais do PEIEx implantados.

O universo de empresas em atendimento pelo PEIEx até dezembro de 2005 apresentou o seguinte perfil: 68,3% são micro, 27,6% são pequenas e 4,1% são médias empresas. Os pontos fracos destas empresas são: gestão (59, 1% das demandas) e processo (27,3%). Apenas 14,5% dos problemas identificados foram relativos ao produto, ou seja, conclui-se que a grande maioria das empresas possui bons produtos à disposição do mercado.

Foi realizada, em setembro de 2005, a II Conferência Brasileira sobre APL, que contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas, entre empresários, representantes de órgãos públicos e entidades envolvidas com o tema.

No escopo da ação "Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte", foram assinados três convênios referentes à ação (um com a FIESP e dois com o SENAI/DN), que serão executados no ano de 2006, utilizando os recursos disponíveis no ano de 2005, a título de restos a pagar.

Os resultados do programa ficaram abaixo do previsto para 2005 pois, à exceção da ação "Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais", coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, as demais ações não atingiram as metas físicas programadas.

Cabe destacar que o programa carece de adequado quadro de pessoal, notadamente após a ampliação dos órgãos participantes do GTP APL e com o aumento do número de APLs priorizados de 11 para 142.

Vale ressaltar que os indicadores do programa não foram aferidos em 2004 e 2005, pois o MDIC aguarda manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre a disponibilização de dados sobre a Receita Bruta Média das empresas dos 15 APLs.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Observa-se que, na verdade, o programa possui um único indicador, desdobrado pelo tipo de APL e pelo Município de sua localização. Mesmo com esses desdobramentos o indicador não é capaz de expressar adequadamente os resultados obtidos pelo programa, que visa à inserção dos APLs na pauta de exportação e geração de emprego e renda. Outro problema é a dificuldade operacional de aferição desse indicador, visto que o MDIC depende de informações da Secretaria da Receita Federal que não estão sendo disponibilizadas para o Ministério. Pelo exposto, propõe-se que seja discutida, em conjunto com o IPEA, a construção de novo ou novos indicadores, abordando inclusive a questão do emprego nas cadeias produtivas mais importantes, a serem incluídos no programa 0419 – "Desenvolvimento de Micro, Pequena e Média Empresa", uma vez que o programa em análise foi excluído para o ano de 2006.
- A equipe do IPEA que participa do GTP APL está trabalhando na construção de um indicador para APLs.

Artesanato Brasileiro

Objetivo

Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo, por meio da formulação de políticas públicas para o setor.

Público-Alvo

Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.734.264,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.565.971,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.565.971,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes

Unidade de medida: 100 em 31/12/2003
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 121

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Devido à dificuldade de sua apuração, provavelmente este indicador não será aferido.

Contextualização

O artesanato é um dos segmentos com maior potencialidade para contribuir de forma direta para a geração de trabalho e renda. Trata-se de um modo de produção com características próprias e com grande potencialidade de agregação de valor ao produto, bem como de uma maior inserção tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

A não inserção dos produtos artesanais nos mercados interno e externo e a reduzida taxa de emprego, ocupação e renda no segmento artesanal são atribuídas, principalmente, à desestruturação do setor artesanal no que diz respeito ao manejo, à produção, à divulgação e à comercialização dos seus produtos, bem como à

preservação da cultura local, que dificulta a agregação de valor aos produtos artesanais brasileiros

Principais Resultados

- Instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro.
- Desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro.
- Apoio à realização de cursos de capacitação de artesãos nos Estados de Mato Grosso e Tocantins que beneficiarão um total de 660 artesãos.
- Apoio à participação de artesãos em feiras nacionais e regionais.
- Apoio à Rota de Artesanato e Turismo da Estrada Real.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Ainda que o programa tenha empenhado e liquidado apenas 44,7% do orçamento aprovado, esse percentual se mostra bem superior ao registrado em 2004, que foi de 20,6%.

A instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro foi um fato importante ocorrido em 2005. O Fórum constitui um espaço de diálogo e articulação permanente, dedicado à discussão sobre as dificuldades e os desafios enfrentados pelos artesãos. Um dos objetivos do Fórum é subsidiar o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) na formulação de políticas para o setor, em consonância com as metas apontadas pelas Coordenações Estaduais. Outro importante objetivo é o papel de articulador das ações de diversos órgãos governamentais e não governamentais no sentido de efetuar um trabalho articulado para fortalecer o setor artesanal do país. No âmbito do referido Fórum foram criados seis grupos temáticos: Regulamentação da Profissão do Artesão; Organização do seminário "Conceituação do Artesanato e sua Formalização no Mercado Brasileiro"; Desenvolvimento de um Sistema de Informações para o Artesanato; Definição de Critérios para a Carteira Nacional do Artesão; Plano de Trabalho com metas de curto, médio e longo prazos; e Inserção no Mercado Internacional.

Foi firmado um acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF) para o desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro.

Outro acordo com a CEF irá proporcionar a inserção bancária dos artesãos organizados em núcleos produtivos, que poderão divulgar seus produtos em Mostras de Artesanato nas agências da CEF.

Por meio da ação 2706 – "Feiras e Eventos para a comercialização da produção artesanal" houve o apoio a quatro Feiras de Artesanato de âmbito nacional, com locação de espaço personalizado e exclusivo para as Coordenações Estaduais levarem produtos artesanais oriundos dos seus núcleos produtivos: XV FEIARTE, em Curitiba (PR); VI FENNEART, em Recife (PE); XVI Feira Nacional do Artesanato, em Belo Horizonte (MG); e XI Feira Internacional de Artesanato do Rio Grande do Norte, em Natal (RN).

Também houve apoio para duas feiras de âmbito regional: 1ª Mostra Rio Artesanato, no Rio de Janeiro (RJ); e 3ª Feira Interestadual de Negócios do Artesanato, em Guarapari (ES).

Além disso, cabe destacar a presença em mais sete eventos por meio de parcerias, sem a utilização de recursos financeiros diretos do Programa: XVI FEIARTE, em Porto Alegre (RS); III Salão do Artesanato Paraibano, em João Pessoa (PB); Salão do Turismo, em São Paulo (SP); IX Seminário Ibero-americano de Artesania, no Rio de Janeiro (RJ); Feira Nacional das Américas, no Rio de Janeiro (RJ); I BrasilExpo, em Brasília (DF); e Mostra do Artesanato Brasileiro, em Brasília (DF)

O Programa de Artesanato Brasileiro apoiou a Rota de Artesanato e Turismo da Estrada Real, beneficiando artesãos de oito Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

No que tange à ação 2704 - "Capacitação de Artesãos e Multiplicadores", apesar de a meta prevista ser de 375 artesãos capacitados, não foi apresentado nenhum resultado físico. No entanto, foram gastos R$ 208,4 mil do montante de R$ 225 mil previstos para esta ação em 2005. Essa situação se explica pela utilização desses recursos para a contratação de dois cursos destinados à capacitação de 660 artesãos, sendo 560 no Estado de Mato Grosso e 100 no Estado de Tocantins, cuja execução está se dando no corrente ano.

No que se refere à ação 6514 - "Estruturação de Núcleos Produtivos", que prevê a construção de barracões para a produção e comercialização de produtos artesanais, apenas 9 barracões foram construídos de um total de 80 previstos. Foram utilizados R$ 1,8 milhão de um total previsto de R$ 4,9 milhões, o que representa cerca de 37,0%. Entretanto, há que se salientar que 35 projetos técnicos foram aprovados.

Considerando-se que o cumprimento de metas físicas ficou bem abaixo do previsto, a implementação do PAB em 2005 não pode ser classificada como satisfatória, apesar dos avanços acima apresentados, como, por exemplo, a instalação do Fórum.

Com a instalação do referido Fórum e a conseqüente criação dos grupos temáticos, cresce a necessidade de reforço de pessoal na equipe de gerenciamento do Programa no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Com relação ao único indicador do programa, até o momento não foi possível apurar os índices em 2004 e 2005. Entretanto, com a instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro, em dezembro de 2005 e com a assinatura do convênio com a Caixa Econômica Federal para o desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro, surgem possibilidades de discussão e de busca de soluções para o problema.

Provavelmente, tal índice só poderá ser aferido quando existir um cadastramento nacional de artesãos, o que se dará com a implantação do sistema referido

Outros Aspectos Relevantes

O programa é executado de maneira descentralizada por intermédio das Coordenações Estaduais de Artesanato (27) existentes em cada Unidade da Federação. A coordenação geral está instalada no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, na estrutura do MDIC.

Recomendações

- Manter o indicador acima referido, uma vez que, com o desenvolvimento de um sistema de informações para o setor artesanal, o PAB terá condições de acompanhar e gerenciar as informações oriundas dos dados alimentados a partir das 27 Coordenações Estaduais.
- O sistema de informações, quando implantado, permitirá também a construção de outros indicadores para o programa.

Comércio Eletrônico

Objetivo

Desenvolver e massificar a utilização de práticas e tecnologias de comércio eletrônico.

Público-Alvo

Microempresas e empresas de pequeno porte.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.343.306,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.194.115,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.194.115,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Variação da Demanda pela Implantação de Telecentros

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005.

2. Taxa de Variação de Usuários de Telecentros

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 31/12/2005.

Contextualização

A exclusão digital das microempresas e empresas de pequeno e médio porte, pela reduzida utilização de tecnologia de informação e comunicação, é uma das causas fundamentais da baixa competitividade, da perda de oportunidade de geração de emprego, renda e de exportação e da alta taxa de mortalidade de empresas em

um contexto de desenvolvimento intensivo em novas tecnologias e novas formas de organização. Atualmente, configura-se um quadro de ausência de ação efetiva do setor público na prestação de serviços de base de tecnologia de informação, especialmente de comércio eletrônico, aos segmentos empreendedores.

Principal Resultado

- Apoio à implantação de 300 Telecentros de Informação e Negócios

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 51,0% do orçamento aprovado, resultado bem superior ao de 2004, cujo total de empenhos liquidados foi inferior a 10%.

Foram implantados 300 Telecentros de Informações e Negócios (TIN) em 2005, de um total previsto de 315, ou seja, 95,2% da meta programada. Esse resultado é significativamente superior ao alcançado em 2004, quando apenas 24 TIN foram implantados, de um total previsto de 300, ou seja, apenas 8% da meta foi cumprida.

Dentre os Telecentros implantados, destaca-se o Telecentro da Moda, em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O TIN de Nova Friburgo proporciona meios específicos para a elevação do nível de educação tecnológica do Pólo de Confecções daquela cidade e servirá de modelo para outras localidades do país.

O número de Telecentros habilitados alcançou 1.616, sendo que 1.479 foram habilitados apenas em 2005. De fato, a parceria intragovernamental entre os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Desenvolvimento Social, além da Caixa Econômica Federal, assegura a doação de computadores para a implantação dos Telecentros habilitados, contribuindo para aumentar a competitividade das pequenas empresas brasileiras e a geração de empregos e renda, mediante a inserção de novos conteúdos de gestão empresarial e o acesso a novas tecnologias da informação.

A ação "Assistência Técnica a Projetos Inovativos em Comércio Eletrônico" não teve sua meta física cumprida em virtude de limitações orçamentárias, de forma que foram apoiados apenas 4 projetos, do total de 12 previstos para o ano de 2005. Por se tratar de uma ação que, para ser efetivada, necessita de contrapartida de recursos do orçamento da União, o contingenciamento financeiro prejudicou o cumprimento da meta física em 2005.

Considerando-se os dados acima apresentados, constata-se que a implementação do programa obteve resultados dentro do esperado, em 2005, apenas no que diz respeito à ação de apoio à implantação de Telecentros de Informação e Negócios.

É importante ressaltar que o programa em análise foi excluído para o ano de 2006 e que suas ações passaram a integrar o Programa 0419 - "Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte", uma vez que ambos os programas têm o mesmo público-alvo, ou seja, o segmento de microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Competitividade das Cadeias Produtivas

Objetivo

Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade, e à substituição de importações.

Público-Alvo

Setor industrial produtivo das cadeias produtivas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 22.922.388,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.400.368,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 4.400.368,00

Orçamento não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 18.727.533.000,00	R$ 3.283.284.703,00

Indicador(es)

1. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Plástico

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 1,82 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,13

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Possível. O indicador tem apresentado evolução média anual de 35%. Se mantido este nível de evolução, espera-se que ao final do PPA seja superado (3,31%).

2. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Couro e Calçados

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,81

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O índice de referência apurado em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, houve redução no volume de exportações dessa cadeia nos últimos dois anos.

3. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Construção Civil

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 1,79 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,69

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O índice de referência apurado em 31/12/2003 foi de 1,00. Dessa forma, a evolução média do indicador nos últimos dois anos foi de 33%. Se assim se mantiver, a expectativa é que seja apurado índice de 3,2% ao final do PPA

4. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Têxtil e Confecções

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,35
Índice previsto ao final do PPA: 2,97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O índice de referência apurado em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, houve redução no volume de exportações dessa cadeia nos últimos dois anos.

5. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,06
Índice previsto ao final do PPA: 4,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O índice de referência apurada em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, houve redução no volume de exportações dessa cadeia nos últimos 2 anos.

6. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva do Complexo Eletrônico

Unidade de medida: -
ÚÚltimo índice apurado: 2,61 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viável. O índice apurado em 2005 já supera o índice previsto ao final do PPA.

7. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Indústria Aeroespacial

Unidade de medida: -
Último índice apurado: -0,12, em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,84

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O índice de referência em 31/12/2003 foi de 1,00. Na verdade, houve redução no volume de exportações dos produtos deste segmento nos dois últimos anos.

8. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Siderurgia

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 1,63 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 4,06

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O indicador evoluiu, em média, 27,6% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice ao final do PPA deverá ser de 2,66%.

9. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Farmacêutica

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,96 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O índice de referência em 31/12/2003 foi de 1,00. De fato, o indicador apresentou ligeiro retrocesso nos dois últimos anos.

10. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Automotiva

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 1,85 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Possível. O indicador tem apresentado evolução média anual de 36%. Se mantido esse nível de evolução, espera-se que ao final do PPA o índice seja superado (3,42%).

11. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Bens de Capital

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 1,46 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,28
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O indicador evoluiu em média 20,8% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice final do PPA deverá ser de 2,13%.

12. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Higiene Pessoal

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 1,37 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,28

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O indicador evoluiu em média 27,6% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice final do PPA deverá ser de 1,88%.

13. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Perfumaria e Cosméticos

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 1,37 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,28

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O indicador evoluiu em média 27,6% ao ano. Mantendo-se esta tendência, o índice final do PPA deverá ser de 1,88%..

14. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Indústria Agroquímica

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,16 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 2,19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O indicador apresentou retrocesso nos últimos dois anos.

15. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Gemas e Jóias

Unidade de medida: -
Último índice apurado: 0,2 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3,0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Reduzida. O indicador apresentou retrocesso nos últimos dois anos.

Contextualização

As especificidades empresariais de cada setor produtivo exigem discussões e negociações permanentes sobre os diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro. A baixa capacidade e escala produtiva, a falta de modernização industrial e a ausência de investimentos em indústrias intensivas em capital e intensivas em conhecimento reduzem as vantagens competitivas das principais cadeias produtivas em relação aos produtos internacionais, de baixo custo e alta qualidade.

O desenvolvimento da indústria brasileira tem de ser pensado nos marcos de um modelo de abertura e integração crescente da economia do país. Logo, o processo de globalização e a inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional impõem o incremento da competitividade internacional das cadeias produtivas no Brasil.

Impõe-se uma política vigorosa de aumento da competitividade das empresas nacionais, por diversos motivos: os ganhos de produtividade são hoje o motor inquestionável do crescimento econômico e o Brasil apresenta desvantagens significativas em relação aos benchmarks internacionais; tais ganhos são indispensáveis ao equilíbrio macroeconômico do país, em especial no que concerne ao balanço de pagamentos; são também essenciais para que se assegure uma integração soberana do país à comunidade internacional; por fim, para que se alcance uma redução efetiva da pobreza e da miséria e aumentos substantivos nos salários reais.

A competitividade é aqui abordada em sua acepção ampla, em suas várias faces e dimensões. O grau de competitividade final de uma empresa é, na realidade, o resultado da conjunção de uma série de fatores no nível das empresas, no nível estrutural e no nível sistêmico.

Sendo assim, a competitividade, no sentido mais amplo, é uma referência inevitável para o futuro do setor produtivo do país. Não apenas para disputar mercados externos, mas também para concorrer no mercado doméstico com os competidores internacionais. Nesse contexto, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) prioriza as cadeias produtivas relacionadas aos setores de fármacos, software, bens de capital e semicondutores e os setores portadores de futuro: biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e metais especiais.

O conceito de cadeias produtivas é fundamental para se tratar da questão da competitividade em seus aspectos setoriais. Isso será atingido por meio da intensificação do diálogo entre o poder público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores. O estreitamento dessa relação estará centrado no fortalecimento e na ampliação dos Fóruns de Competitividade como espaço de discussão na busca de soluções consensuais dos diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro

Principais Resultados

- Instalação do Fórum das Indústrias de Carnes.
- Integração dos Fóruns de Competitividade com o programa “Arranjos Produtivos Locais”.
- Programa de Marketing, em âmbito mundial, para que o etanol se torne uma commodity.
- Implantação do projeto “Computador para Todos” do Governo Federal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou somente 19,2% do orçamento aprovado. Apesar do reduzido índice, este é superior ao registrado em 2004, quando o empenhado e liquidado alcançou apenas 4,8% do orçamento aprovado. O baixo desempenho

pode ser explicado, em parte, pela dificuldade das equipes gestora e executoras do programa em realizar licitações e celebrar contratos e convênios. Essa dificuldade se deve, principalmente à insuficiência de recursos humanos e à falta de capacitação específica.

Seus resultados são alcançados por meio de articulações e aplicações de instrumentos de política industrial já existentes, tendo o espaço dos Fóruns de Competitividade como seu principal ambiente de articulação.

Existe uma excessiva preocupação com a atual taxa de câmbio entre setores empresariais das cadeias produtivas, por esta representar uma ameaça à competitividade do produto nacional no exterior, bem como poder tornar atrativa a importação de produtos e serviços estrangeiros. Dessa forma, fica claro que o diagnóstico de que a baixa capacidade e escala produtiva, a falta de modernização industrial e a ausência de investimentos em indústrias intensivas em capital e intensivas em conhecimentos reduzem as vantagens competitivas das principais cadeias produtivas em relação aos produtos internacionais está correto, pois mesmo com a queda do dólar frente ao real, aquele vale mais do que o dobro da nossa moeda e, portanto, não deveria, a priori, trazer preocupações a essas cadeias.

Pode-se observar na taxa de variação líquida dos indicadores das exportações de quinze cadeias produtivas que apenas oito deles apresentaram avanços ao final de 2005, em relação aos índices apurados em 2003. Destaca-se que um indicador (complexo eletrônico) já superou em 2005 o índice previsto a ser alcançado em 2007. A probabilidade de a maioria das cadeias alcançar o índice no final do PPA é reduzida. Ademais, deve-se registrar que sete indicadores já apresentam, no final de 2005, resultados piores do que os aferidos em 2003, alguns com resultados preocupantes. Um exemplo é a cadeia produtiva de couro e calçados, que foi penalizada pela concorrência de produtos chineses.

A gradativa redução da taxa de juros possibilitará o aumento de investimento na produção das diversas cadeias produtivas monitoradas pelo programa, aumentando a competitividade das mesmas, o que poderá contribuir para o aumento das exportações e a redução do efeito negativo da taxa de câmbio. Entretanto, é possível que tal redução não seja suficiente para o cumprimento das metas da maioria dos indicadores do programa.

Algumas metas físicas não traduzem o verdadeiro objetivo da ação. No caso dos Fóruns de Competitividade, o grande objetivo é promover a articulação das cadeias produtivas no sentido da identificação e redução de seus gargalos e promover a competitividade da cadeia considerada. A meta física do produto desta ação, "plano estabelecido", pode ou não traduzir essa articulação. Outro aspecto, ainda relativo aos Fóruns de Competitividade, é que nem sempre este plano utiliza recursos orçamentários; no entanto, a meta refere-se ao número de planos estabelecidos em função dos recursos alocados à ação. A meta de 34 planos estabelecidos, definida para esta ação, não é consistente, uma vez que existem apenas 15 Fóruns instalados e em atuação.

Quanto à ação "Avaliação de Pleitos de Redução de Alíquota dos Ex-Tarifários", desenvolvida sob demanda, o alcance da meta é totalmente dependente das solicitações apresentadas. Foram emitidos cinco laudos técnicos dos 11 previstos na

LOA, com a ressalva de não ter sido necessária a utilização dos recursos alocados à ação, pois os laudos foram elaborados pela equipe técnica da própria Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP).

Já na ação "Inserção do Design em Setores Produtivos", dos cinco produtos previstos foram implementados quatro. A Bienal Brasileira do Design, que seria realizada em novembro de 2005, foi transferida para maio de 2006. Esta ação se desenvolve com base nos concursos Design Excellence (fase nacional) e na Feira Internacional em Hannover (Alemanha). Houve 105 produtos classificados na fase nacional (Design Excellence), dos quais 79 foram finalistas na fase internacional (Feira Design Award); dentre esses, 12 foram premiados, abaixo dos 50 previstos (a meta de 50 produtos foi definida com base no resultado obtido em 2004, que foi excepcional).

A ação "Fomento a Projetos de Desenvolvimento do Design Nacional", coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, alcançou a meta física programada para 2005, que era de dois projetos apoiados.

Devido ao grande número de fóruns coordenados pela SDP, no âmbito do MDIC, é insuficiente a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial do programa e igualmente nas equipes executoras.

A dificuldade das equipes executoras na elaboração de convênios e contratos é um complicador ao processo de implementação do programa. Outro problema relacionado a convênios é a inadimplência dos entes, principalmente na esfera municipal, sendo esta a principal causa de impedimentos para a realização de convênios.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Revisar os indicadores do programa. O atual número de indicadores (15) é excessivo. Os indicadores, embora busquem retirar da avaliação a influência da variação cambial, são de difícil interpretação e não fornecem o suporte para a tomada de decisão. Recomenda-se a exclusão dos atuais indicadores e a criação de novos indicadores com base nos temas estratégicas da PITCE: semicondutores, softwares, bens de capital, fármacos e medicamentos.
- Recomenda-se, ainda, que as equipes gestora e executoras do programa recebam capacitação sobre licitações e celebração de contratos e convênios.

Cultura Exportadora

Objetivo

Aumentar a participação das microempresas e empresas de pequeno é médio porte na pauta de exportações brasileiras e a base de microempresas e empresas de pequeno e médio porte exportadoras, por meio de difusão da cultura exportadora.

Público-Alvo

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte com potencial exportador; profissionais das entidades parceiras.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.701.671,00	Empenho Liquidado:	R$ 687.029,00
	Pago estatais:	-
	Total:	-

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 216.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Participação das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte na Pauta Brasileira de Exportações

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 10,7 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. O índice só estará disponível em meados de 2006. No entanto, considerando-se o índice de 2004 (10,7%), verifica-se que houve ligeiro incremento relativamente a 2003. Mantido esse percentual de crescimento (3%), é baixa a probabilidade de alcance da meta para 2007.

2. Taxa de Variação do Número de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte Exportadoras

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 2 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. O índice não foi apurado e só estará disponível em meados de 2006. Em 2004, a taxa de variação foi de 5,59% relativamente a 2003.

3. Taxa de Permanência de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicado. Houve dificuldade na apuração do índice de referência em 31/12/2003 e, conseqüentemente, de projeção do índice a ser alcançado ao final do PPA.

Contextualização

O Brasil possui um base restrita para exportação: são cerca de 18.000 empresas exportadoras. As microempresas e as empresas de pequeno porte também possuem baixa capacidade exportadora. Tal fato decorre de contato limitado com as áreas políticas, financeira, acadêmicas e mesmo empresarial para obter informações seguras sobre oportunidades de negócios. Torna-se fundamental uma maior difusão da cultura exportadora entre essas empresas por meio de capacitação contínua dos profissionais em Comércio Exterior e da elaboração e difusão de material técnico de qualidade para orientação do exportador.

Principais Resultados

- Realização de 15 eventos do tipo "Promoção de Encontros de Comércio Exterior", conhecidos como "ENCOMEX", com aumento em 21% dos participantes dos partipantes em relação a 2004, o que ampliou o interesse pelo tema.
- Estreitamento e consolidação das parcerias com Estados e Munícipios, demais órgãos públicos, bem como entidades representativas do setor privado, viabilizando' a execução de diversas ações, ampliando a dimensão federativa às atividades do programa.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 25,4% do orçamento aprovado, percentual superior ao de 2004, quando o empenho liquidado não atingiu sequer 10% do orçamento aprovado.

Entretanto, a baixa execução financeira não impediu que os resultados alcançados fossem satisfatórios. Isso foi possível graças a parcerias entre o MDIC, os Estados e Municípios e o setor privado. As parcerias realizadas permitiram que as metas físicas do programa fossem superadas.

Foram capacitados 3.653 profissionais de comércio exterior, bem acima da meta prevista de 1.750. Vale mencionar que a referida capacitação foi realizada pelo formato compacto, oito horas de treinamento, já que o formato amplo, originalmente previsto, 40 horas de treinamento, implicava gasto cinco vezes maior em termos de passagens e diárias. As restrições orçamentárias impediram a realização do treinamento no conceito amplo.

Foram realizados 15 eventos de Promoção de Encontros de Comércio Exterior, conhecido como "ENCOMEX", de uma previsão de 12 eventos. O número de participantes por evento aumentou em 21% em relação ao exercício de 2004.

A edição de material técnico para orientação ao exportador atingiu 153.550 exemplares, um excelente resultado, já que a previsão era de 16 mil exemplares editados.

De modo a conferir maior agilidade à implementação do programa, será agregada ao programa 0412 – "Desenvolvimento do Comércio Exterior", que se chamará, em 2006, "Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora". Os indicadores do programa 0416 não foram incorporados ao programa 0412 porquanto os indicadores já existentes no 0412 são capazes de expressar os resultados do desempenho das exportações brasileiras.

Outros Aspectos Relevantes

Trata-se de um programa onde as parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais e o setor privado são muito importantes para a consecução dos objetivos.

O programa foi excluído para 2006. As ações migraram para o programa 0412 – "Desenvolvimento do Comércio Exterior".

Recomendações

Não há recomendações.

Defesa Comercial

Objetivo

Defender a indústria brasileira contra praticas desleais de comércio e surtos de importação e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior.

Público-Alvo

Setor produtivo brasileiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 842.607,00	Empenho Liquidado:	R$ 435.569,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 435.569,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Desempenho das Exportações Face à Aplicação da Medida de Defesa Comercial

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 30 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicado (índice não apurado em 2005), pois o indicador não é passível de apuração.

Considerando-se que a base para a formulação do índice seria o valor exportado, indicado pela classificação tarifária da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) dos produtos nacionais sujeitos a medidas de defesa comercial no exterior sobre o valor dessas exportações do setor sob investigação no ano de abertura do procedimento de defesa comercial, mas a classificação tarifária da grande maioria dos produtos envolvidos é genérica, o índice não pôde ser apurado.

2. Desempenho das Importações Face à Aplicação da Medida de Defesa Comercial

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 20 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada (índice não apurado em 2005), pois o indicador não é passível de apuração.

Considerando-se que a base para a formulação do índice seria o valor exportado, indicado pela classificação tarifária da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) dos produtos nacionais sujeitos a medidas de defesa comercial no exterior sobre o valor dessas exportações do setor sob investigação no ano de abertura do procedimento de defesa comercial, mas a classificação tarifária da grande maioria dos produtos envolvidos é genérica, o índice não pôde ser apurado

Contextualização

O parque industrial nacional sofre danos decorrentes de práticas desleais de comércio pela concorrência, tais como dumping e subsídios acionáveis, que demandam capacidade de defesa comercial. Por outro lado, exportadores brasileiros submetidos a investigações no exterior também necessitam de apoio técnico para que, nos foros apropriados, seja exigido o uso imparcial dos instrumentos conforme regras negociadas e que sejam verificados os autos de cada processo instaurado nos órgãos investigadores estrangeiros.Tais procedimentos buscam garantir ampla oportunidade de defesa a todas as partes interessadas e a transparência na condução do processo.

As intervenções visam a impedir que o parque industrial nacional sofra prejuízos decorrentes de práticas predatórias de comércio e assegurar a manutenção e o crescimento das exportações brasileiras, mediante o monitoramento dos procedimentos de defesa comercial adotados em investigações abertas contra o Brasil por terceiros países.

Principais Resultados

- Análise de 24 processos. Deste total, dez investigações foram encerradas com aplicação de medidas, quatro sem aplicação de medidas e as demais investigações estão em curso.
- Realização de onze verificações "in loco", com o objetivo de confirmar as informações prestadas pelas partes interessadas nas respostas aos questionários que lhes são encaminhados.
- Atendimento de 15 exportadores brasileiros submetidos a processos contra práticas desleais de comércio abertos por terceiros países.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou aproximadamente 51,7% do orçamento aprovado, enquanto que em 2004 esse percentual foi de 60,9%.

Em 2005 foram analisados vinte e quatro processos de defesa comercial, de uma previsão de quarenta, sendo que dez investigações foram concluídas com aplicação de medidas e quatro sem aplicação. As demais investigações encontram-se em curso.

Foram realizadas onze verificações "in loco", com o objetivo de confirmar as informações prestadas pelas partes interessadas nas respostas aos questionamentos que lhes são encaminhados. A meta física não foi alcançada.

No que se refere à defesa de exportadores brasileiros submetidos a processos contra prática desleais de comércio aberto por terceiros países, em 2005 foram atendidos quinze exportadores, de um total previsto de vinte, sendo prestadas todas as informações necessárias para ajudar na defesa dos interessados. Os recursos utilizados na ação foram de apenas R$ 8.044,00 de um total previsto de R$ 111.650,00. Os recursos não foram integralmente utilizados uma vez que a maior parte dos exportadores foram atendidos nas instalações do DECOM/SECEX, não sendo, desta forma, necessário o dispêndio de recursos com passagens e diárias dos técnicos.

Com o propósito de agilizar o desempenho do programa, as ações serão transferidas para o programa 0412 - "Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora". Os indicadores acima referidos serão cancelados porquanto os indicadores existentes no programa 0412 são suficientes para expressar o desempenho do comércio exterior brasileiro.

Nenhuma das ações alcançou as metas físicas programadas. No que tange à ação "Apoio ao Exportador no Processo de Defesa Comercial", as metas físicas previstas não foram integralmente alcançadas em virtude das demandas do próprio setor produtivo nacional. Já com relação à ação "Análise de Processos de Defesa Comercial", a meta não foi cumprida devido à complexidade dos processos (solicitação de informações complementares, maior acuidade com os dados recebidos), de modo que foram abertos menos processos do que o previsto.

Pelo exposto, a execução do programa em 2005 não pode ser classificada como satisfatória.

Outros aspectos relevantes

O programa em análise foi excluído para o ano de 2006. As ações migraram para o programa 0412 – "Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora".

Recomendações

Não há recomendações.

Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Objetivo

Promover o fortalecimento econômico-administrativo das microempresas e empresas de pequeno e médio porte por intermédio da capacitação gerencial, do crédito e da assessoria pós-crédito.

Público-Alvo

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte; empreendimentos informais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 51.048.161	Empenho Liquidado:	R$ 50.668.928
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 50.668.928

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 26.454.473.508,73	R$ 31.002.965.660,26

Indicador(es)

1. Faturamento Médio das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Unidade de medida: R$
Último índice apurado: 100 em 31/12/2003.
O índice não foi apurado devido a dificuldades técnicas e operacionais.
Índice previsto ao final do PPA: 111

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicado. Não foram apurados os índices em 2004 e 2005.

2. Taxa Média de Permanência em Atividade de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: O índice não foi apurado devido a dificuldades técnicas e operacionais.
Índice previsto ao final do PPA:

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicado. Não foram apurados os índices em 2004 e 2005.

Contextualização

A alta taxa de mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte decorre do pouco acesso dessas empresas ao crédito em modalidade adequada, de enormes obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e da necessidade de maior capacitação gerencial dos micro e pequenos empresários. O segmento necessita de um fórum institucional para debate de soluções voltadas para a desburocratização, desoneração tributária, facilitação de crédito e modernização empresarial, com vistas a ampliar sua contribuição à geração de emprego e renda.

As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma parcela expressiva do setor produtivo nacional - cerca de 98% das empresas em funcionamento. Representa, também, cerca de 80% da força de trabalho e responde por 42% da massa salarial do País. Em termos absolutos, são 5,5 milhões de empresas. Esses empreendedores fazem do Brasil o 6º colocado no ranking elaborado pela pesquisa internacional anual GEM (Global Entrepreneurship Monitor) 2003. O percentual de empreendedores por oportunidade (que resume aqueles que vislumbram novas oportunidades de negócio) já supera o de "por necessidade" (ou seja, que teve de abrir um negócio para sobreviver, em função de desemprego e outros fatores). O grande espaço das MPEs na economia nacional implica na necessidade de combater as carências do segmento. Dificuldades de acesso ao crédito, à tecnologia e a processos inovadores, falta de capacitação gerencial, baixa capacidade de obter informação e oneração tributária e burocrática para a condução dos negócios no mercado interno e externo estão entre os principais problemas do segmento. Dado que o critério de pequena empresa estabelece um volume anual de faturamento relativamente baixo, empresas recém saídas da condição de pequenas (as médias empresas) também possuem carências semelhantes. Ainda que condições macroeconômicas interfiram diretamente no desempenho ou sobrevivência de grande parte das MPEs, atuação no nível microeconômico pode aperfeiçoar as condições de concorrência e o ambiente de negócios desses atores. O enfrentamento dos problemas mencionados pode se dar por meio de medidas horizontais,tais como alterações na legislação, ou verticais, por meio de projetos que promovam formas de organização produtiva baseadas na concentração espacial de empresas com laços de cooperação entre si e que desenvolvam mecanismos de aprendizagem – em breves linhas, os Arranjos Produtivos Locais. Esses são espaços privilegiados para as políticas públicas de desenvolvimento, em especial, quando realizadas de maneira orientada e coordenada. Espera-se que tal aprimoramento tenha impacto no crescimento da atividade econômica de maneira descentralizada no território nacional, resultando em melhores índices de empregos gerados, distribuição de renda da população e redução das desigualdades regionais com a melhoria de regiões menos desenvolvidas.

Principais Resultados

- Consolidação do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC).
- Apoio à instalação de 22 micro, pequenas e médias empresas.
- Assessoria Empresarial a 316.637 microempreendedores.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 99,3% do orçamento aprovado. Em 2004, o percentual empenhado e liquidado foi de 24,5%.

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei nº 9.841/99 (Estatuto da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte) foi criado com vistas a atender aos anseios do segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da conjugação de esforços dos órgãos governamentais e das entidades de representação na formulação de políticas públicas voltadas para o fomento dessas empresas. A progressiva participação de entidades representativas do setor tem revelado transparência e gestão democrática das políticas públicas relacionadas a este segmento. Outrossim, a ação tem vertentes que coincidem fortemente com metas gerais de governo, tais como a inclusão digital, a geração de renda e emprego, o estímulo ao empreendedorismo e a atração de empresas para a formalidade.

O ano de 2005 foi marcado pela consolidação do Fórum. O Fórum é hoje composto por 52 Órgãos de Governo e 57 entidades de representação das micro e pequenas empresas (Sindicatos, Associações, Federações e Confederações, e entidades de apoio), que atuam nos seguintes Comitês Temáticos: (i) Racionalização Legal e Burocrática; (ii) Formação e Capacitação Empreendedora; (iii) Investimento e Financiamento; (iv) Tecnologia e Inovação; (v) Comércio Exterior e Integração Internacional e (vi) Informação.

Atualmente participam do Fórum entidades representativas de todas as regiões do país. Os Comitês Temáticos se reúnem mediante convocação da Secretaria Técnica do Fórum Permanente, após a validação pelos Coordenadores de Governo e Iniciativa Privada.

Na 7ª Reunião Plenária do Fórum Permanente, realizada em 31 de agosto de 2005, foram aprovadas 18 propostas que abordaram diversos temas, dentre outros, a ampliação da rede de Telecentros de Informação e Negócios (1.616 Telecentros habilitados); garantia de recursos para inovação nas micro e pequenas empresas; projeto Microempresa Legal – Capacitar para Formalizar; apoio ao anteprojeto de Lei que cria a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização e Negócios (REDESIM); institucionalização do PROGEX e do seu Comitê Gestor (Portaria Interministerial nº 606, de 20/09/05); capacitação de agentes de comércio exterior e de empresários de micro e pequenas empresas; criação de figura jurídica para o Consórcio de Exportação; e eliminação de restrições a operações de crédito específicas para capital de giro de microempresas e empresas de pequeno porte (articulações com o Ministério da Integração Nacional).

Na 8ª Reunião Plenária do Fórum Permanente, realizada em 1º de dezembro de 2005, foram aprovadas 14 propostas que abordaram temas diversos como o Programa de Capacitação para Gestores e Educadores dos Telecentros de Informação e Negócios; institucionalização do Projeto Unidade Móvel (PRUMO) e do seu Comitê Gestor; integração das entidades de micro e pequena empresa na distribuição dos produtos e serviços do SEBRAE; alteração da IN 455/SRF que estabelece os procedimentos de habilitação para operação no SISCOMEX; aumento do limite da Declaração Simplificada de Exportação (DSE) - Instrução Normativa nº611, de 20/01/06 e

exportação de perecíveis pelo sistema Exporta Fácil. No ano de 2005, portanto, foram aprovadas 31 propostas como as expostas. No ano de 2003, a título de comparação, foram aprovadas apenas 8 propostas.

A participação do Fórum neste esforço foi intensa com o acompanhamento dos trabalhos da Força Tarefa e a mobilização realizada pela Frente Empresarial pela Lei Geral. Projeto substitutivo a respeito já foi aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados e aguarda votação em data próxima. As negociações no legislativo estão em andamento. Com sua aprovação, o Fórum será responsável pelo conjunto de políticas relacionadas às MPEs, à exceção daquelas que versem sobre matéria tributária.

No que tange à ação "Capacitação para o Crédito e Microcrédito", nenhum profissional foi capacitado, embora a meta para 2005 fosse de 75 profissionais capacitados. O MDIC empreendeu esforços no sentido de amealhar parceiros (Ministério do Trabalho e Emprego, sistema financeiro e demais agentes de crédito). Para 2006, pretende-se promover o aperfeiçoamento técnico de empreendedores formais e informais e das instituições e agentes que operam com microcrédito e, conseqüentemente, facilitar o acesso a estes recursos.

Um passo importante para o desenvolvimento da microempresa foi a promulgação da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, cuja implementação compete ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A área de crédito para PMEs recebeu forte impulso como cabalmente demonstram os números apresentados pelas instituições de crédito com ações no programa.

As ações não orçamentárias (Linhas de Crédito a Micro e Pequenas Empresas), na maioria dos casos, superaram as metas físicas previstas. A ação "Assessoria Empresarial dos Microempreendedores" assistiu 316.637 micro empresários, de uma meta física prevista de 61.969.

O resultado do programa em 2005 foi satisfatório, com o cumprimento da meta física dentro do previsto, mesmo com a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras

Outros Aspectos Relevantes

Não há

Recomendações

- O Programa de Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte não dispõe de mecanismos capazes de aferir o indicador sinalizado. Recomenda-se que seja discutida a criação de novos indicadores que já possam ser aferidos em 2007

Desenvolvimento do Comércio Exterior

Objetivo

Expandir a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional.

Público-Alvo

Segmentos econômicos importadores e exportadores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 2.681.379.325	Empenho Liquidado: R$ 2.176.382.542,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.176.382.542,00
Previsto não orçamentário R$ 39.137.639.000,00	**Realizado não orçamentário** R$ 28.372.767.295,15

Indicador(es)

1. Taxa de Participação de Novos Produtos no Valor Total das Exportações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 6,3 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Embora o índice apurado tenha ficado aquém do previsto (13,2%), a diversificação da pauta brasileira segue em ritmo normal, de modo que se pode concluir que o índice original foi superestimado.

2. Taxa de Participação de Novos Mercados no Valor das Exportações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 55,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Indicador com solicitação de exclusão.

3. Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Total das Exportações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 55,1 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Possível. O índice previsto para 2007 (58%) é coerente com o ritmo de crescimento das exportações de manufaturados.

4. Taxa de Participação de Novos Mercados na Pauta das Exportações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 16,9 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Possível. O leque de países compradores do Brasil está se ampliando. A previsão em 2005 era alcançar o índice de 15,6% e o índice apurado ficou em 16,9%. Assim, as chances de se alcançar o índice previsto ao final do PPA são boas.

5. Taxa de Participação de Novos Produtos na Pauta de Exportações

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 3,04 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Indicador com solicitação de exclusão.

6. Taxa de Variação de Produtos de Maior Valor Agregado

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 54,2 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA:

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Indicador com solicitação de exclusão

7. Taxa de Variação das Exportações Brasileiras

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 22,6 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viável. Os resultados obtidos nos últimos anos indicam que o índice de 10% será atingido, desde que sejam mantidas as condições atuais e que não surjam inibidores ao crescimento no curto e médio prazos

Contextualização

A participação das exportações brasileiras no comércio mundial foi de aproximadamente 1% nos últimos doze anos. A inserção pouco significativa do Brasil no comércio mundial produz reflexos negativos na redução da razão entre balanço de pagamentos e a dívida externa, e na geração de emprego e renda. Assim, torna-se necessário promover a expansão e a diversificação das exportações do país, bem como a incorporação de novos produtos, mercado e empresas exportadoras, atuando com ênfase em medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e o acesso do empresariado a informações que facilitem sua inserção internacional de forma competitiva.

A participação brasileira nas exportações globais estacionou, há mais de 12 anos, abaixo de 1%. Mesmo com o excepcional desempenho da balança comercial brasileira no ano passado, o Brasil apenas manteve a 26ª posição no ranking dos principais países exportadores. Ressalte-se, ainda, a geração de empregos conseqüente ao crescimento das vendas externas brasileiras: estima-se que cada bilhão de dólares de exportação resulte na criação de 60 mil novos empregos. Nesse sentido, torna-se indispensável a manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, engajamento de novas empresas na atividade exportadora e disponibilização ao empresariado de informações que facilitem sua inserção na atividade exportadora de forma competitiva.

Principais Resultados

- Exportações de US$ 118,309 bilhões em 2005, incremento de 22,6% em relação a 2004.
- Saldo comercial recorde de US$ 44,764 bilhões.
- Elevação da participação dos produtos manufaturados na pauta, que passou de 54,9%, em 2004, para 55,1%, em 2005.
- Geração adicional de divisas da ordem de US$ 21,834 bilhões em relação a 2004, pelo aumento das exportações.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 81,2% do orçamento aprovado, percentual superior ao do ano de 2004, que foi de 71,3%.

O ano de 2005 encerrou-se com exportações de US$ 118,309 bilhões, resultado acima da meta traçada pelo Governo, e importações de US$ 73,545 bilhões, saldo comercial de US$ 44,764 bilhões e corrente de comércio de US$ 191,854 bilhões.

Em valor, a expansão das exportações significou geração adicional de divisas da ordem de US$ 21,834 bilhões, de 2004 para 2005. Já nas importações, o aumento foi de US$ 10,732 bilhões.

Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos e mostram

que o comércio exterior atingiu um novo patamar, ao totalizar um saldo corrente de comércio superior a US$ 190 bilhões em 2005, valor 20,9% acima dos US$ 159,288 bilhões de 2004.

Outro indicador do bom desempenho das exportações brasileiras é a comparação da taxa de crescimento das exportações do Brasil com as dos outros países De acordo com o FMI, a previsão para 2005 era de que o valor das exportações mundiais aumentaria 14%, enquanto que o valor das vendas externas brasileiras cresceria a uma taxa bem mais expressiva, 22,6%. Registre-se que o comportamento positivo das exportações brasileiras vem ocorrendo desde 2003, elevando a participação do Brasil nas exportações mundiais de 0,93%, em 2002 para 1,13% em 2005.

Com estes resultados o país vem, gradativamente, alcançando menor dependência de capitais externos para a manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos, consolidando assim posição ascendente no ranking dos principais players mundiais.

Há que se salientar que 2005 foi marcado por um cenário externo de crescimento da economia mundial, que propiciou maior demanda por bens e aumento dos preços internacionais de commodities, impactando positivamente nas exportações brasileiras.

Os setores que mais se beneficiaram do aumento das cotações externas foram os produtos básicos e semimanufaturados, cujos preços evoluíram 12,0%. Em termos de quantum, o aumento foi de 6,3% e 6,0%, respectivamente.

Os manufaturados foram o segmento de produtos cujo aumento de vendas foi mais influenciado pela ampliação das quantidades embarcadas, uma vez que o quantum cresceu 12,7% e o preço 10,4%, elevando, assim, a participação de produtos de maior valor agregado na pauta de exportação e causando uma inserção maior de produtos brasileiros representativos dessa categoria de bens no mercado internacional.

Em valor, as exportações de manufaturados totalizaram US$ 65,145 bilhões, em 2005, o que representou aumento de 23,5% sobre 2004. As exportações de básicos somaram US$ 34,722 bilhões e os semimanufaturados, US$ 15,961 bilhões, com expansão de, respectivamente, 22,2% e 19,3% sobre 2004. Essas três categorias de produtos registraram cifras recordes históricas.

O bom desempenho dos produtos manufaturados refletiu-se também na elevação de sua participação na pauta, que passou de 54,9%, em 2004, para 55,1%, em 2005. Além disso, a categoria de produtos manufaturados foi a que mais contribuiu para a elevação das exportações em 2005 sobre 2004, ao gerar acréscimo de divisas de US$ 12,197 bilhões, representando 55,9% do aumento das exportações, seguido por básicos, +US$ 6,204 bilhões (28,4%), e semimanufaturados, +US$ 2,530 bilhões (11,6%).

Este resultado refletiu, de forma efetiva, o crescimento das operações cursadas no regime de drawback, principal mecanismo de incentivo às exportações brasileiras. Foram aprovadas no Sistema Drawback, em 2005, mais de 9.300 operações realizadas por 2.331 empresas, com incremento de 20,7% no número de operações realizadas e de 11,8% no total de exportadores beneficiados. Das operações aprovadas neste

ano, 70% foram concedidas automaticamente. Estas operações representam hoje um compromisso de cerca de US$ 35 bilhões em exportações futuras. A taxa de alavancagem de exportações (índice Imp/Exp) proporcionada pelo mecanismo do drawback em 2005 foi de 25% no período.

Por mercados de destino, houve crescimento para todas as regiões econômicas, com destaque para: Europa Oriental (+55,8%), África (+41,4%), Mercosul (+32,1%, sendo que para a Argentina, o aumento foi de 35,0%), Ásia (+27,9%, para a China a elevação foi de 26,1%), Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), exceto Mercosul (+27,5%), Oriente Médio (+16,7%), Estados Unidos (+12,2%) e União Européia (+10,1%). Como se observa, os maiores aumentos das exportações ocorreram, sobretudo, para regiões não tradicionais, mostrando que a diversificação de mercados tem sido um dos fatores importantes para o incremento das exportações brasileiras.

Os principais países de destino das exportações, acumulado de janeiro a dezembro de 2005, foram: 1º - Estados Unidos (US$ 22,7 bilhões), 2º - Argentina (US$ 9,9 bilhões), 3º - China (US$ 6,8 bilhões), 4º - Países Baixos (US$ 5,3 bilhões) e 5º - Alemanha (US$ 5,0 bilhões).

Outro indicador da melhora qualitativa da composição das vendas externas brasileiras compreende o crescimento das exportações de Estados com pequena participação na pauta, o que vem mostrando a diversificação e descentralização de regiões produtoras exportadoras. Em 2005, das vinte e sete Unidades da Federação, dezessete registraram taxas de expansão superior à das exportações brasileiras como um todo, sendo a maioria localizada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, destacando-se: Distrito Federal (+106,8%), Amazonas (+86,0%), Mato Grosso do Sul (+79,0%), Amapá (63,9%), Roraima (+61,5%), Rondônia (+52,6%), Pernambuco (+52,5%), Acre (+48,9%), Bahia (+48,0%), Sergipe (+39,8%), Espírito Santo (+38,5%), Tocantins (+36,8%), Minas Gerais (+35,6%) e Mato Grosso (+34,4%).

No que diz respeito à importação, todas as categorias de produtos registraram crescimento em 2005 em relação ao ano de 2004: bens de capital (+27,4%), bens de consumo (+24,2%), combustíveis e lubrificantes (+16,2%) e matérias-primas e intermediários (+13,1%).

Assinale-se que as categorias ligadas à atividade produtiva são as maiores demandantes de bens importados, como matérias-primas e intermediários e bens de capital, que responderam por 51,3% e 20,9%, respectivamente. No conjunto, essas duas categorias representaram 72,2% das importações totais brasileiras em 2005.

Por mercados fornecedores, ampliaram-se as compras de todas as regiões, exceto Europa Oriental, que apresentou queda de 10,6%. Por ordem decrescente de variação, estão: Ásia (+38,5%, sendo que +45,4% da China), Aladi, exclusive Mercosul (+25,1%), União Européia (+14,9%), Estados Unidos (+12,5%), Mercosul (+11,2%, sendo que +12,9% da Argentina), Oriente Médio (+9,4%) e África (+8,6%).

Os principais países de origem das importações foram: 1º - Estados Unidos (US$ 12,9 bilhões), 2º - Argentina (US$ 6,2 bilhões), 3º - Alemanha (US$ 6,1 bilhões), 4º - China (US$ 5,4 bilhões) e 5º - Japão (US$ 3,4 bilhões).

Foram capacitados 18 técnicos em negociações internacionais de comércio, bem acima da meta prevista, que era de 6 técnicos capacitados. Em 2005, o MDIC continuou os trabalhos de modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior (SISCOMEX) e do Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior (ALICE). Os sistemas objetivam a simplificação e desburocratização das operações de comércio exterior e a consolidação das normas de exportação e importação, inclusive reduzindo o universo de produtos sujeitos a tratamento prévio tanto na exportação quanto na importação, além de disponibilizar informações importantes ao exportador. O Sistema ALICE tem mais de 75.500 usuários cadastrados, abrangendo 97 países.

O sistema informatizado "Radar Comercial" auxilia o exportador brasileiro, principalmente as pequenas e médias empresas, no levantamento das potencialidades dos seus produtos no mercado externo brasileiro. O "Radar Comercial" alcançou em 2005 43.700 acessos e o número de usuários cadastrados atingiu 15.188, viabilizando oportunidades comerciais em mais de 54 países.

Já o Portal do Exportador, com informações sobre comércio exterior, ultrapassou 1,4 milhão de acessos, representando um incremento de 45,6% em relação a 2004. O Portal, que disponibiliza o sistema "Fala Exportador" para dirimir dúvidas e questionamentos da comunidade que opera em comércio exterior, recebeu 16.923 consultas, das quais 98,8% foram atendidas.

As ações dos programas "Defesa Comercial" e "Cultura Exportadora" migrarão, a partir de 2006, para o programa "Desenvolvimento do Comércio Exterior", que passará a ter a denominação "Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora".

Considerando os dados acima mencionados, os resultados do programa em 2005 estão dentro do esperado. Os recursos orçamentários foram suficientes para o cumprimento das metas físicas. Embora o fluxo tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízos significantes à execução do programa.

Outros Aspectos Relevantes

É importante ressaltar que os resultados apresentados pelo Programa não decorrem, unicamente, da atuação do MDIC, mas refletem também o resultado do cenário econômico mundial, entre outros fatores.

Recomendações

Excluir os indicadores 5 e 6, "Taxa de Participação de Novos Produtos na Pauta das Exportações" e "Taxa de Variação das Exportações de Produtos de Maior Valor Agregado", uma vez que são praticamente semelhantes aos indicadores 1 e 3.

Excluir também o indicador nº 2, "Taxa de Participação de Novos Mercados no Valor das Exportações", conforme solicitação da equipe Gerencial do programa

Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 16.035.347,00	Empenho Liquidado:	R$ 12.188.505,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 12.188.505,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 50.000,00	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Integração do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis CNE, que já conta com 23 Estados integrados.
- Fiscalização de 57 empresas que atuam no segmento de alta tecnologia com o objetivo de coibir irregularidades com relação a benefícios concedidos pelo Governo Federal.
- Contratação de 2 estudos para as políticas industrial, de comércio e de serviços.
- Capacitação de 759 servidores em processos de qualificação e requalificação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 76% (R$ 12,188 milhões) do orçamento aprovado e seus créditos adicionais (R$ R$ 16,035 milhões), desempenho superior ao de

2004, quando apenas 32% do orçamento aprovado foi empenhado e liquidado. O contingenciamento financeiro impediu a viabilização de metas físicas de algumas ações do programa, mas sem prejudicar os resultados previstos para 2005.

Os resultados obtidos em 2005 estão dentro do esperado. Encontram-se já integrados ao cadastro nacional de empresas mercantis 23 Estados, faltando apenas os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas. Já foram dados os primeiros passos para a integração do Rio de Janeiro e Alagoas.

Foram contratados dois estudos direcionados para as políticas industrial, de comércio e de serviços. O primeiro, objetiva realizar estudo comparativo da evolução dos preços de aços no Brasil e em outros países. O segundo estudo destina-se à identificação, organização e sistematização de barreiras técnicas aplicadas a produtos de empresas atendidas pelo PROGEX/IPT. A meta prevista para 2005 era de seis estudos realizados no âmbito das políticas industrial, de comércio e de serviços, mas apenas dois foram contratados, com previsão de conclusão para 2006.

Com relação à qualificação e requalificação de recursos humanos com vistas à melhoria dos processos de trabalho, foram capacitados, em 2005, apenas 759 servidores, enquanto a meta programada era de 1.215 servidores capacitados. Este número, em termos absolutos, foi inferior ao resultado de 2004, quando 868 servidores foram qualificados. No entanto, ao analisarmos o percentual de cumprimento da meta física programada, observamos que em 2005 esse percentual foi de 60,5% enquanto que em 2004 foi de apenas 44,1%.

Foram fiscalizadas 57 empresas de informática no processo produtivo básico, ultrapassando a meta física prevista de 50 empresas. A fiscalização objetiva coibe empresas que agem com negligência ou má fé em relação aos benefícios concedidos pelo Governo federal para o desenvolvimento de empresas que atuam no segmento de alta tecnologia.

Não se verifica inadequação na concepção do programa e as dificuldades registradas em 2004, tais como, escassez de recursos humanos e demora nos processos licitatórios e na celebração de convênios foram sanadas.

Das oito ações do programa que apresentam produto, duas superaram a meta física e as demais tiveram execução física condizente com a execução orçamentária.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana (AP).

Público-Alvo

Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana (AP).

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 110.641.093,00	Empenho Liquidado: R$ 54.332.085,00 Pago estatais: - Total: R$ 54.332.085,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,71 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 2,81

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Praticamente inviável. A meta não foi alcançada em conseqüência do crescimento do PIB da Amazônia Ocidental, no período 2000-2003, com exceção do PIB do Pólo Industrial de Manaus (PIM), ter crescido, nominalmente, em patamar semelhante ao do PIB Nacional (36,88% e 36,75%, respectivamente). Devemos considerar que os valores referem-se ao ano de 2003, portanto, há uma defasagem de dois anos. Neste sentido, apesar do resultado acima demonstrado, uma avaliação mais precisa só será possível na avaliação do quadriênio (2004-2007), considerando-se que o tamanho da amostra será maior.

Contextualização

Na Amazônia, há obstáculos de dificuldades logísticas, de baixo nível de renda, de desigualdades sociais e intra-regionais, de grande extensão territorial, de produção econômica centrada em atividades primárias, de baixo nível de escolaridade, de concentração da atividade econômica na cidade de Manaus causando êxodo rural crescente e exclusão social. Assim, as políticas públicas devem ser orientadas para o alcance da sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades

regionais mediante o apoio a programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos investimentos, geração de emprego e renda e melhor distribuição de riqueza na Amazônia Ocidental.

Devido às suas peculiaridades, a Amazônia apresenta desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, visando a reduzir desigualdades intra e inter-regionais. Neste sentido, torna-se necessário implementar um modelo de desenvolvimento que propicie melhoria da qualidade de vida da sua população, mediante promoção de ações que reduzam os gargalos existentes, quais sejam: dificuldades logísticas; ausência de infra-estrutura econômica; baixo nível de renda; desigualdades sociais; desigualdades intra-regionais; grande extensão territorial; produção econômica centrada em atividades primárias; baixo nível de escolaridade; concentração da atividade econômica na cidade de Manaus causando êxodo rural crescente; exclusão social. Com base nessa realidade, é que a SUFRAMA vem promovendo ações voltadas para o alcance da sustentabilidade econômica e para o maior aproveitamento das potencialidades regionais, apoiando programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos investimentos, geração de emprego e renda e melhor distribuição de riqueza na região.

Principais Resultados

- Assinados 115 convênios/contratos de repasse com entidades, governos e prefeituras dos Estados da Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP), área de jurisdição da Suframa.
- Realização de cursos para a capacitação de recursos humanos nas áreas de atuação da Suframa e produção de material e de publicações técnicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 49,1% (R$ 54,3 milhões) do orçamento (R$ 110,6 milhões) em 2005. Mesmo considerando-se o incremento de 39,5% no orçamento do programa para 2005, o percentual efetivamente realizado é bem menor do que o registrado em 2004, quando o total empenhado e liquidado chegou a 88,8% (R$ 70,3 milhões).

É importante salientar que, tal como ocorreu em 2004, a maior parte dos recursos só foi liberada nos últimos dias de 2005, comprometendo, assim, a realização das metas previstas no exercício. Como conseqüência, o desempenho em 2005 ficou abaixo do esperado.

O programa possui apenas um indicador, "Taxa de Participação do PIB Regional (Amazônia Ocidental) na Composição do PIB Nacional", com índice de referência de 1,71% apurado em 31/12/2003 e previsão de atingir 2,81% em 2007, ao final do PPA.

Provavelmente, o índice previsto para 2007 não será atingido devido a vários fatores, dentre os quais podem-se destacar a demora na liberação de recursos para projetos de desenvolvimento na região e o fato de os projetos serem apresentados sem a observância dos critérios adotados pela Suframa e, em sua maioria, darem pouco retorno econômico.

Também deve-se registrar que o Brasil igualmente cresceu nos últimos anos a taxas que, em certas regiões, ultrapassaram o crescimento da Amazônia Ocidental, excluindo-se o PIB do PIM, dificultando o alcance do índice de 2,81%.
Diante de tais resultados, foi proposta a criação de uma nova ação no âmbito do programa para apoiar arranjos produtivos locais na região a partir de 2006.

O contingenciamento orçamentário e financeiro, em 2005, impediu as atividades em quatro ações do programa, de um total de oito. Das ações que tiveram atividades em 2005, apenas uma conseguiu cumprir a meta física prevista, que foi a ação para a manutenção da infra-estrutura do Distrito Agropecuário.

A principal ação do programa, "Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP)", que corresponde a 83,9% do valor da LOA + Créditos de 2005, não cumpriu a meta física prevista, que era apoiar 182 projetos de desenvolvimento. Foram assinados apenas 115 convênios e contratos com os Estados e as Prefeituras da Amazônia Ocidental.

Dificuldades na assinatura de convênios e contratos, escassez de pessoal na equipe gerencial do programa e insuficiência de qualificação nas equipes executoras são também considerados empecilhos ao desenvolvimento do programa. Também deve-se registrar que a maioria das ações do programa é realizada de forma descentralizada, o que dificulta o trabalho da Suframa.

O programa está contribuindo para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Santana e Macapá, mas ainda de maneira tímida para o cumprimento da meta prevista para o indicador acima apresentado. Os projetos de desenvolvimento apoiados pelo programa são, em sua maioria, de pequeno vulto, pulverizados, sem a observância do contexto de desenvolvimento regional.

Assim sendo, seria mais correto avaliar o referido programa também pela geração de emprego e renda na região, além de comparar o crescimento econômico da Amazônia Ocidental com o de outras regiões do país. Portanto, deve ser discutida a criação de novos indicadores.

Outros Aspectos Relevantes

Trata-se de um programa complexo e com uma enorme área de abrangência. A área de atuação da Suframa abrange 5 Estados e 154 Municípios, a saber: Acre (22 Municípios); Amazonas (62 Municípios); Rondônia (53 Municípios); Roraima (15 Municípios); e Amapá (2 Municípios).

Cabe destacar, ainda, que a principal ação do programa, "Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP)", cujo orçamento correspondeu, em 2005, a 83,9% do valor total do programa, vem sendo executada, em grande parte, por emendas parlamentares, acarretando o comprometimento da política de interiorização do desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP), uma vez que os projetos resultantes de emendas parlamentares não condizem com as prioridades da SUFRAMA.

Recomendações

Não há recomendações.

Metrologia e Qualidade Industrial

Objetivo

Elevar a quantidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 307.723.276	Empenho Liquidado: R$ 295.012.274,00 Pago estatais: - Total: R$ 295.012.274,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Credibilidade do Inmetro junto à População

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 89,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Este indicador mede o percentual da população que confia no Inmetro segundo a percepção de consumidores individuais que declaram conhecer a autarquia e citaram de forma espontânea e correta pelo menos uma atividade realizada pela instituição. Este indicador tem margem de erro de 2,2%. O índice apurado em 2005 alcançou 89,6%, portanto, já superou o índice previsto no final do PPA

2. Taxa de Reconhecimento do Inmetro

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 57,7 em 31/12/05
Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Devido à necessidade de se licitar o contrato de realização da pesquisa, o Ibope deixou de fazer esta pesquisa. A empresa vencedora da licitação, Microbank, apresentou um resultado muito maior que a série histórica deste indicador, 57,4% em 31/12/2005. O Inmetro buscará informações junto à Microbank para entender por que isto ocorreu. A taxa de reconhecimento do Inmetro entre os anos de 2001 a 2004 estava entre 40% e 42%.

Contextualização

Os produtos e serviços nacionais destinados à exportação necessitam de normas e procedimentos técnicos e administrativos bem definidos e estabelecidos a fim de garantir o aumento de sua competitividade e inserção no mercado internacional. Além disso, no mercado interno e os produtos e serviços devem atender a padrões de segurança e qualidade a fim de garantir a proteção ao consumidor. Portanto, a metrologia e qualidade têm papel decisivo na promoção da competitividade dos produtos no mercado interno e externo ao fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere a requisitos de qualidade e segurança.

Tendo em vista a inserção do país num cenário internacional cada vez mais globalizado, o acirramento da concorrência interna e o fortalecimento do Estado regulador, a metrologia e qualidade têm um papel decisivo no aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e na proteção ao consumidor. Neste contexto, as ações deste programa deverão voltar-se tanto para apoiar a exportação brasileira, quanto para fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança.

Principais Resultados

- Obtenção de reconhecimento internacional do Programa de Certificação Florestal (CERFLOR).
- Criação do Programa do Programa de Certificação da Cachaça.
- Ampliação do Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF).
- Ampliação do Bônus Metrologia (apoio financeiro à micro e pequena empresa para os serviços de calibração e ensaio de produtos).
- Criação do Bônus Certificação (apoio financeiro à pequena empresa para a certificação de produtos).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 95,9% do orçamento aprovado, resultado semelhante ao obtido em 2004.

O Programa de Certificação Florestal (CERFLOR) recebeu o reconhecimento internacional do Programme for Endorsement of Forest Certification Schemes (PEFC), fórum de reconhecimento de programas florestais no mundo. O Brasil foi o primeiro país produtor de florestas tropicais, nativas e plantadas a obter tal reconhecimento internacional. Esse reconhecimento implica em dizer que as florestas brasileiras certificadas no CERFLOR observam as práticas internacionais de manejo sustentável de florestas, ou seja, são ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, impactando positivamente no potencial exportador do segmento de papel e celulose.

A criação do Programa de Certificação da Cachaça, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem o objetivo de inserir, principalmente no mercado externo, produtos de qualidade comprovada. O setor gera cerca de 400 mil empregos e produz 1,5 bilhão de litros de cachaça por ano, mas somente 15 milhões de litros, 1% do total produzido, são exportados.

Espera-se significativo aumento das exportações de cachaça nos próximos anos em decorrência da certificação aprovada no exercício de 2005. Para se obter a referida certificação, a presença de componentes nocivos à saúde foi reduzida, o que torna mais fácil a comercialização do produto nos mercados internacionais, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

O Bônus Metrologia foi ampliado em 2005. Trata-se de apoio financeiro à micro e pequena empresa para os serviços de calibração e ensaio de produtos, podendo subsidiar até 50% dos gastos. O Bônus Metrologia é implementado pelo Inmetro, pelas Redes Metrológicas Estaduais e pelo SEBRAE.

A criação do Bônus Certificação dará apoio financeiro à pequena empresa para a certificação de produtos, podendo alcançar até 70% dos gastos. Vem sendo operacionalizado pelo Inmetro e SEBRAE.

Em 2005 foram capacitados 3.219 servidores públicos em processo de qualificação e requalificação, de uma meta física prevista de 400.

O número de empresas beneficiadas pela promoção de certificação e utilização de laboratórios alcançou 3.066, bem acima da meta prevista de 300. No decorrer de 2005, mais de 12 milhões de instrumentos de medição, produtos pré-medidos e produtos certificados foram verificados e fiscalizados.

A maioria das ações do programa teve meta física superior ao previsto. Assim sendo, a implementação em 2005 é considerada satisfatória, dentro do esperado.

De maneira geral, os recursos foram suficientes, no entanto é importante ressaltar que foram insuficientes quanto a necessidade de ampliação da infraestrutura do complexo laboratorial em Xerém (laboratório de metrologia química).

Quanto à concepção do programa, não existe inadequação, no entanto, o Inmetro ainda apresenta inadequação na parte de infra-estrutura e de recursos humanos. Com relação à infra-estrutura inadequada, o Inmetro necessita de laboratórios de ponta, o que nem sempre é possível devido às restrições orçamentárias e financeiras. No que diz respeito aos recursos humanos, houve redução do quadro de pessoal do Inmetro no período de 1993 a 2005 e um crescimento da demanda pelos serviços do órgão. A situação tende a se agravar nos próximos anos, considerando-se que muitos funcionários estão em vias de se aposentar.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O Inmetro acredita que a ação 6645 – "Disponibilização às Pequenas e Médias Empresas de Serviços de Avaliação da Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica" deva ter seu título e escopo mudado para

"Disponibilização de Serviços de Avaliação da Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica, com ênfase nas pequenas e médias empresas". No entanto, recomenda que o título da ação seja alterado para "Disponibilização de Serviços de Avaliação da Conformidade, Metrologia e Informação Tecnológica" sendo necessária a reformulação do cadastro da ação, uma vez que a finalidade, descrição e forma de implementação da ação referem-se especificamente às microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

Pólo Industrial de Manaus

Objetivo

Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para equilíbrio da balança comercial do modelo.

Público-Alvo

Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 67.615.663	Empenho Liquidado: R$ 53.752.876,27 Pago estatais: - Total: R$ 53.752.876,27

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 63,04 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 52,61

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice estabelecido para o final do PPA já foi superado.

2. Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 42,43 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 45

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
As exportações do Pólo Industrial de Manaus, de acordo com dados da SUFRAMA, totalizaram US$ 2,021 bilhões em 2005 e cresceram 86,3% em relação a 2004. Considerando-se que o índice apurado em 2005 foi de 42,43%, que o percentual de crescimento das exportações foi superior ao das importações e que há uma sinalização de expansão da cadeia produtiva, pode-se inferir que há uma tendência ótima de se alcançar a meta prevista para o indicador (45%) até o final do PPA 2004-2007.

Contextualização

A Zona Franca de Manaus é um modelo vitorioso de desenvolvimento regional implantado para reduzir as diferenças econômicas e sociais da Amazônia Ocidental frente às regiões mais desenvolvidas do país. O Pólo Industrial de Manaus, como seu principal setor, é responsável pelo crescimento socioeconômico da região registrando, no ano de 2005, 485 empresas aptas a receberem os incentivos das quais 381 estavam em operação. As empresas em operação propiciaram cerca de 100 mil postos de trabalho; volume de exportação da ordem de US$ 2,021 bilhões; participação de 63,04% na arrecadação federal na Região Norte. Contudo, há gargalos no Modelo de Desenvolvimento Regional da Amazônia Ocidental, denominado Zona Franca de Manaus, especialmente de ordem tecnológica, de atração de investimentos, de logística de transporte, de equilíbrio da balança comercial, de biotecnologia, de promoção do capital intelectual e de adensamento das cadeias produtivas. Há, também, necessidade de atendimento das demandas locais a fim de reduzir as diferenças econômicas e sociais frente às regiões mais desenvolvidas do país.

A gestão do modelo conduz a SUFRAMA à superação das ameaças impostas pelas conjuntura nacional e internacional e à busca da sua consolidação. A ampliação dos efeitos positivos para a região constitui o maior desafio a ser superado. Neste sentido, visando à permanência e auto-sustentabilidade do modelo, na perspectiva do longo prazo, é que a SUFRAMA criou o programa Pólo Industrial de Manaus, vital para o modelo Zona Franca de Manaus, composto por ações, convergentes e sinérgicas, voltadas para o atendimento das demandas e a redução dos gargalos existentes, especialmente os de ordem tecnológica. Estas ações combaterão os gargalos existentes.

Principais Resultados

- Consolidação do modelo "Zona Franca".
- Aprovação de 275 projetos industriais, sendo 98 de implantação, 177 de ampliação/diversificação/atualização, com expectativa de geração de 27.515 empregos, expectativa de exportação de US$ 2 bilhões e expectativa de investimento de US$ 4,2 bilhões no 3º ano de produção.
- Aprovação de 151 projetos agropecuários, sendo 82 de implantação, 49 de atualização/regularização, com expectativa de geração de 273 empregos diretos, 218 empregos indiretos e beneficiando cerca de 131 famílias, com previsão de investimento de US$ 22,05 milhões.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 79,5% do orçamento aprovado, percentual abaixo do verificado em 2004, que foi de 92,4%. No entanto, como o orçamento do programa cresceu 25,7% em relação ao ano de 2004, em números absolutos o valor empenhado e liquidado em 2005, R$ 53,8 milhões, foi maior que o valor de 2004, R$ 49,7 milhões.

Em 2005, o Pólo Industrial de Manaus apresentou os seguintes resultados:

- Faturamento: US$ 18,9 bilhões.
- Empregos: 100.449.

- Exportações: US$ 2,021 bilhões.
- Investimentos Totais US$ 5,129 bilhões.

A expectativa de geração de empregos dos projetos industriais aprovados é de 27.515, com investimento de US$ 4,2 bilhões e expectativa de exportação de US$ 2 bilhões, no 3º ano de produção. Adicionalmente foram aprovados 151 projetos agropecuários, sendo 82 de implantação, 49 atualização/regularização. Estima-se que 131 famílias sejam beneficiadas.

Entretanto, as restrições orçamentárias e financeiras impediram o início de quatro ações do programa, de um total de oito, destacando-se que, apesar de a ação "Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus" apresentar execução orçamentária de 69,1%, os recursos orçamentários executados em relação às dotações autorizadas na LOA e suas alterações foram insuficientes para a efetiva implementação desta ação.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Propriedade Intelectual

Objetivo

Garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

Público-Alvo

Empresas; instituições científicas e tecnológicas; inventores isolados.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 97.446.429	Empenho Liquidado:	R$ 71.412.445
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 71.412.445

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicadores

1. Taxa de Variação dos Pedidos de Registro de Marcas Depositados por Residentes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 3,55 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador não reflete o esforço do INPI, uma vez que a decisão de depositar ou não uma marca é tomada pelos interessados, com base em um grande número de fatores, dentre os quais apenas um deles pode ser a maior ou menor eficiência do INPI. Note-se que não é meta de nenhuma política de governo o aumento indiscriminado do número de marcas depositadas por residentes, uma vez que este volume já é considerado adequado frente ao tamanho da economia brasileira. Em verdade, pequenas empresas brasileiras deveriam ser estimuladas a consorciar-se no desenvolvimento de marcas coletivas e ou outras formas cooperativas de propriedade industrial, o que poderia acarretar até mesmo a redução do número total de depósitos por brasileiros. De todo modo, o número de depósitos dos pedidos referentes a esta taxafoi superior à previsão de índice final do indicador.

2. Taxa de Variação de Pedidos de Registro de Desenho Industrial Depositados por Residentes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,87% em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 18

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viável. Note-se que, diferentemente do que ocorre com marcas, é sim meta da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) o aumento do esforço nacional por criar e proteger novos desenhos industriais. Contudo, este indicador reflete tão somente, e de modo muito parcial, o esforço do INPI e de outros atores de fomento na promoção da inovação, uma vez que a decisão de depositar ou não um desenho industrial é tomada pelos interessados, com base em um grande número de fatores, entre os quais a eficiência do INPI e o fomento representam uma contribuição relativamente pequena. Note-se que, tal qual ocorre com as marcas, as pequenas empresas brasileiras deveriam ser estimuladas a consorciar-se no desenvolvimento de desenhos industriais de uso compartilhado, de modo a permitir o desenvolvimento de marcas e estratégias de comercialização também cooperativas, como há tempos se esforçam a APEX e outros atores para promover. De todo modo, o número de depósitos dos pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, o que acontecerá ao longo de 2006, devido ao lapso de tempo entre a efetiva solicitação e a aceitação do pedido pelo INPI, que é condicionada por análise formal e outros procedimentos previstos em Lei. Este índice estará computado até junho de 2006, necessariamente maior que o até agora apurado, embora não se possa precisar em quanto.

3. Taxa de Variação da Concessão de Pedidos de Patentes Depositados por Residentes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 10,74 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viável. Este indicador reflete o esforço de exame do INPI pois, face à grande fila de espera, o volume de pedidos de patente examinados a cada ano depende exclusivamente da capacidade operacional do INPI. O aumento verificado é expressivo e denota aumento substantivo da produtividade no exame, obtido com a racionalização dos procedimentos de operação, com o aprimoramento da gestão e com o avanço da informatização. Chama-se a atenção para a inadequação do índice de referência e do planejado para 2007: o volume de patentes decididas cresceu em 2005 bastante mais do que o previsto, mas absolutamente menos do que seria adequado para o país, razão pela qual se planeja um grande aumento de capacidade de exame mediante o aumento expressivo do número de examinadores e a continuação do esforço de informatização para acelerar os ganhos de produtividade. Assim, espera-se aumento de pelo menos outros 10% entre 2005 e 2006, de pelo menos 50% entre os exercícios de 2006 e de 2007 e de outros 100% entre 2007 e 2008, números nada condizentes com os 6% apontados neste PPA. Note-se que esse aumento do número de examinadores já foi aprovado por Medida Provisória (criação de vagas) e portaria do MP (autorização para concurso) e que a viabilidade no alcance das metas aqui propostas é inteiramente dependente da efetiva contratação dos novos servidores. A modéstia nos indicadores originalmente previstos pode ser explicada, provavelmente, pela falta de confiança no efetivo atendimento desta necessidade.

4. Taxa de Variação da Concessão de Pedidos de Registro de Desenho Industrial Depositados por Residentes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 0,9676 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 18

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este índice não reflete o esforço operacional do INPI pois aqui, diferentemente do que ocorre com marcas e patentes, não há fila de espera. Ou seja, toda a demanda de desenhos industriais tem sido atendida e o aumento verificado reflete tão somente o aumento do número de depósitos, cuja decisão cabe às empresas, com base em um grande número de fatores, dentre os quais apenas uns pouco podem ser atribuídos à competência do INPI e de outros organismos no estímulo à sua realização.

5. Taxa de Variação da Concessão de Pedidos de Registro de Marcas Depositados por Residentes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 36,08 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Viável. Este indicador reflete o esforço de exame do INPI pois, face à grande fila de espera, o volume de pedidos de marca examinados a cada ano depende exclusivamente da capacidade operacional do INPI. O aumento verificado é muito expressivo e denota aumento muito substantivo da produtividade no exame, obtido com a racionalização dos procedimentos de operação, com o aprimoramento da gestão e com o avanço da informatização. Chama-se a atenção para a inadequação do índice planejado para 2007: o volume de marcas decididas, ainda que tenha crescido significativamente, foi em 2005 absolutamente inferior às necessidades do país, razão pela qual se planeja um grande aumento de capacidade de exame mediante o aumento expressivo do número de examinadores e a continuação do esforço de informatização para acelerar os ganhos de produtividade. Assim, espera-se AUMENTO de pelo menos 100% entre os exercícios de 2006 e de 2007, e não a REDUÇÃO para 22%, como está apontado neste PPA. Note-se que esse aumento do número de examinadores já foi aprovado por Medida Provisória (criação de vagas) e portaria do MP(autorização para concurso) e que a viabilidade no alcance das metas aqui propostas é inteiramente dependente da efetiva contratação dos novos servidores.

6. Taxa de Variação de Pedidos de Patentes Depositados por Residentes

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -6,1 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Do mesmo modo que nos desenhos industriais, constitui meta da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) o aumento do esforço nacional por criar e proteger inventos e modelos de utilidade. Contudo, este indicador reflete

tão somente, e de modo muito parcial, o esforço do INPI e de outros atores de fomento na promoção da inovação, uma vez que a decisão de depositar ou não uma patente é tomada pelos interessados, com base em um grande número de fatores, entre os quais os esforços de fomento representam uma contribuição relativamente pequena, e necessariamente de longo prazo, não aferindo-se a cada ano, de modo algum, o esforço do ano anterior. O índice apurado não é o definitivo e deverá ser maior que o até agora apurado. No entanto, atingir o índice programado para 2007 dependerá essencialmente do comportamento das empresas.

Contextualização

O desconhecimento pela sociedade brasileira dos direitos relativos à proteção da propriedade intelectual, bem como a morosidade na execução das normas que regulam a propriedade intelectual no país, resultam no desestímulo à criação e à absorção de tecnologia, colocando os produtos e serviços brasileiros em desvantagem frente aos importados.

A propriedade intelectual é, e tende a ser cada vez mais, um importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo um papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países.
Ao se conferir o direito da propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do país e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável no mercado interno, frente aos importados.
O sistema de propriedade intelectual também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial, no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no país.

Mesmo dispondo de uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, os direitos relativos à propriedade intelectual ainda são conhecidos e usufruídos relativamente por poucos no Brasil. Os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (setores produtivo e científico tecnológico) ainda não estão suficientemente conscientizados e capacitados para a proteção da propriedade intelectual, notadamente o patenteamento e a comercialização da tecnologia desenvolvida por empresas e institutos de pesquisa nacionais.

Uma evidência disso são os índices de desenvolvimento tecnológico do país que, se medidos pelo número de pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao escritório norte-americano de patentes (USPTO), mostram um fraco desempenho do Brasil quando comparado com outros países em desenvolvimento, como por exemplo, a Coréia do Sul.

Principais Resultados

- 109.347 exames e decisões de pedidos de registro de marca realizados.
- 13. 283 exames e decisões de pedidos de concessão de patentes realizados.
- 686 programas de computador registrados.
- 4.886 exames e decisões de pedidos de concessão de registro de desenho industrial realizados.

- Disseminação de informações tecnológicas em 35.325 consultas atendidas.
- Disseminação da cultura da propriedade intelectual em 286 eventos realizados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 73,3% do orçamento aprovado, resultado melhor do que no ano de 2004, que foi de 65%.

Em 2005 foram concedidas 13.283 patentes e registradas 109.347 marcas, superando em 2,18% e 9,35%, respectivamente, as metas previstas (13 mil e 100 mil). No que se refere aos Contratos de Transferência de Tecnologia, foram averbados 1.468 contratos, abaixo da meta prevista de 1.807.

Em 2005, 4.886 registros de Desenho Industrial foram realizados, de uma meta prevista de 5.800. Entretanto, apenas 1 registro de Concessão Geográfica foi atendido, de uma meta prevista de 4.

Avanços significativos ocorreram na ação "Disseminação de Informações Tecnológicas", com o atendimento de 35.325 consultas, 40,18% superior à meta física prevista em 2005 (25.200). Adicionalmente, o INPI promoveu a realização de 286 eventos de promoção da Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual, 14,45% superior à meta estipulada de 250.

Outro fato importante ocorrido em 2005 foi a continuidade dos trabalhos de implantação do Sistema EPOQUE de busca de dados do Escritório Europeu de Patentes.

Em 2005 observou-se um aumento nas decisões substantivas (aquelas efetivamente baseadas em exame) de 50% em patentes e de 80% em marcas. Assim, atingiu-se produtividade compatível à dos principais institutos de marcas e patentes do mundo. Entretanto, tendo em vista o elevado número de processos em análise no INPI, o tempo de concessão de uma patente ou registro de uma marca ainda é demasiadamente elevado, em torno de 10 e 5 anos, respectivamente, se comparado com padrões internacionais.

Existe, atualmente, um estoque de aproximadamente 600 mil pedidos de marcas e 130 mil pedidos de patentes aguardando parecer do INPI. Entretanto, espera-se que esse estoque venha a ser reduzido porquanto foi autorizado, em 2005, concurso público para o preenchimento de 440 vagas no INPI, o que reduzirá consideravelmente o problema de escassez de pessoal no órgão. O INPI conta hoje com 647 servidores ativos, número insuficiente para atender às necessidades das áreas técnicas do Instituto. O INPI, com o apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), está trabalhando na implantação de um sistema informatizado para facilitar os registros de empresas e inventores brasileiros. Espera-se reduzir consideravelmente o prazo de concessão de patentes e registro de marcas.

Diferentemente do que ocorre nos pedidos de marcas e patentes, não há fila de espera na concessão de desenho industrial e faturas de tecnologia, ou seja, toda a demanda tem sido atendida. O prazo de atendimento das referidas atividades é de pouco mais de um mês. Espera-se nos próximos anos aumento significativo no

número de pedidos de desenho industrial porquanto é meta da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) criar e proteger novos desenhos industriais no país.

O INPI tem um problema crônico em relação à sua infra-estrutura, devido à deterioração das instalações físicas do edifício sede, localizado no centro do Rio de Janeiro, ocasionando, entre outros problemas, a falta de segurança e conforto para o desempenho das funções técnicas. A ação "Reforma do Edifício Sede" só utilizou, em 2005, R$ 223 mil e um total de R$ 4,3 milhões, uma vez que as obras de reforma são complexas em função das características do prédio (tombado pelo IPHAN e sob questionamento judicial) e devido à necessidade de transferir parte das unidades do INPI para outras instalações para que possam ter início as obras de reforma. Dessa forma, foram realizadas, ao longo do ano, pequenas intervenções e estudos para garantir a execução das obras com qualidade e segurança.

Embora a liberação dos recursos tenha sido compatível com os resultados físicos alcançados, a execução orçamentária e financeira não foi maior devido à falta de agilidade nos procedimentos administrativos e às dificuldades na realização das licitações e celebração dos contratos. O problema será parcialmente resolvido com a admissão de novos servidores para a área administrativa.

Considerando as observações acima, o programa teve desempenho satisfatório em 2005

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Recomenda-se a exclusão dos indicadores abaixo, uma vez que o INPI não possui governabilidade sobre eles:

- Taxa de variação de pedidos de patentes depositados por residentes.
- Taxa de variação de pedidos de registro de desenho industrial depositados por residentes.
- Taxa de variação de pedidos de marcas depositados por residentes.



Ministério do Esporte

Brasil no Esporte de Alto Rendimento
Esporte e Lazer da Cidade
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo
Rumo ao Pan 2007
Segundo Tempo

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Esporte, foram utilizados R$ 423 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 685.548.543,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 423.460.965,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 685.548.543,00	**Total realizado:**	R$ 423.460.965,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 123,8 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 87,4 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Esporte em 2005 a serem destacados foram:

- Programa 0181 "Brasil no Esporte de Alto Rendimento" - Os resultados mais significativos em 2005 foram constatados na implementação da Bolsa Atleta, na implantação de centros científicos e tecnológicos para o esporte, na participação de delegação brasileira em competições internacionais de alto rendimento e em competições para pessoas portadoras de deficiência. Consideradas ações com bases inovadoras, o impacto da Bolsa Atleta e da Implantação de Centros deve atingir áreas antes sem intervenção, gerando resultados futuros mais relevantes para o programa. Já as ações mais conservadoras, como apoio a promoção de eventos e a capacitação de recursos humanos, promovem a continuidade e concretude com relação aos objetivos do programa.
- Programa 1250 "Esporte e Lazer da Cidade" – Foram 631.503 pessoas beneficiadas em atividades assistemáticas - eventos de lazer (significando um aumento de 215,09 % em relação à meta estabelecida); 112.055 pessoas inscritas em atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais, permanentes e rotativas); 303 núcleos em atividade, distribuídos em 102 municípios brasileiros; 1.981 empregos diretos gerados; 2.702 pessoas capacitadas em 151 ações de formação; e 1.720 eventos de lazer realizados, tais como ruas de lazer, colônias de férias, gincanas, festivais, torneios, campeonatos e passeios turísticos.
- Programa 0413 "Gestão das Políticas de Esporte e Lazer" - Capacitação de 250 gestores de esporte e lazer; formulação e aprovação pelo Conselho Nacional de Esporte da Política Nacional de Esporte, cujas bases foram estabelecidas na

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

I Conferência Nacional do Esporte; treinamento de 91 servidores, a partir da efetivação de 35 ações de capacitação, sendo 57,0% em eventos de qualificação e requalificação; 37% em desenvolvimento gerencial; 3% no Projeto Formar e 3% em curso de pós-graduação.

- Programa 1245 - "Inserção Social pela Produção de Material Esportivo" – Produção de 1.213.310 itens de material esportivo, beneficiando 6.730.150 pessoas; ampliação em 18,5% dos núcleos implementados, passando de 65 para 77 unidades de produção em atividade; atendimento de 5.357.087 beneficiários residentes em comunidades carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais; 12.700 detentos atuando diretamente no processo de confecção de material esportivo, em caráter de atividade continuada; implementação de unidade de produção do programa "Pintando a Liberdade" em Angola, na África, em agosto de 2005.
- Programa 1246 "Rumo ao Pan 2007" - O projeto básico da Vila Militar (Complexo Esportivo de Deodoro) foi finalizado; as obras de adaptação da Vila Militar foram iniciadas.
- Programa 8028 - "Segundo Tempo" - 601.044 alunos beneficiados, em 22 Unidades da Federação e 498 Municípios, por meio de 2.253 núcleos; 6.824 profissionais de educação física, beneficiados em processos de capacitação continuada, por meio de parceria com Universidade de Brasília; assistência preparatória da UNESCO para a construção e implantação de um sistema de avaliação para o programa; realização de eventos nacionais e internacionais, envolvendo estudantes de ensino fundamental, médio e superior do país; inauguração dos cinco primeiros núcleos internacionais do programa, que beneficiaram 1 mil jovens angolanos, da capital Luanda e do interior do país.

Aspectos Relevantes

Abaixo, encontram-se os aspectos relevantes, destacados por programas:

Programa 0181 "Brasil no Esporte de Alto Rendimento" - Os indicadores inicialmente propostos foram readequados para o exercício 2006/2007, de forma a expressar a concretude das ações do programa.

Programa 1250 "Esporte e Lazer da Cidade" - As atividades, inclusive os créditos decorrentes de emendas parlamentares, relativos às ações 5450 - "Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer" e 3073 - "Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer", que tratam basicamente de obras, não estão sob a responsabilidade da gerência do programa, o que representa 96,62 % do total de recursos. O mesmo ocorre com a ação "GAP", cuja execução não é realizada pela gerência do programa.

Programa 1245 "Inserção Social pela Produção de Material Esportivo" - As parcerias com organizações não-governamentais têm trazido inovações e resultados. Cita-se como exemplo a performance da Fundação de Amparo ao Menor de Feira de Santana (Bahia), a qual, buscando melhor utilização do recurso público, construiu uma pista de atletismo com material reaproveitável de fábricas de pneus, a ser inaugurada no início de 2006. Tal iniciativa, além de possibilitar aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre, atende às exigências ecológicas. É importante registrar, que a "Internacional Blind Sports Association" (IBSA) adotou a bola com guizo, específica para a prática de esporte por deficientes visuais, produzida pelo programa, como item oficial de suas competições.

Programa 8028 - "Segundo Tempo" - Em 2005 foi implementada a Assistência Preparatória, assinada com a UNESCO em 2004, visando à construção e implantação de um sistema de avaliação do programa. O processo já está em fase conclusiva e prevê-se para o mês de julho de 2006 a entrega do documento final, com a definição dos indicadores de avaliação de projetos esportivos sociais, bem como o Projeto de Cooperação (PRODOC), que apresentará a metodologia de avaliação para o "Segundo Tempo".

As principais dificuldades estão listadas a seguir:

Programa 0181 "Brasil no Esporte de Alto Rendimento" – Houve contigenciamento orçamentário, que gerou atrasos na execução das ações, evitando o cumprimento do planejamento. Além disso, houve atraso na liberação de recursos. Grande parte dos recursos das principais ações do programa foi liberada no mês de dezembro, o que, operacionalmente, dificultou o atendimento à demanda planejada. Ocorreram ainda dificuldades em licitações e celebração de contratos. Especificamente com relação à ação 8005 - "Detecção de Talentos Esportivos", não houve tempo hábil para realizar a licitação da compra de kits para executar a ação. Houve dificuldades de celebração de convênios na gerência. Em função da pequena quantidade de funcionários não houve capacidade operacional plena para a celebração de vários convênios. E ainda ocorreram dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes estaduais e municipais.

Programa 1250 "Esporte e Lazer da Cidade" - As atividades, inclusive os créditos decorrentes de emendas parlamentares, relativos às ações 5450 - "Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer" e 3073 - "Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer", que tratam basicamente de obras, não estão sob a responsabilidade da gerência do programa, o que representa 96,62 % do total de recursos. O mesmo ocorre com a ação "GAP", cuja execução não é realizada pela gerência do programa. A principal limitação foi, mais uma vez, a decorrente de limites financeiros derivados do contingenciamento de recursos e da distribuição interna ao ME dos limites concedidos. Outros fatores, como a ausência de capacidade instalada em possíveis convenentes, principalmente no campo do desenvolvimento tecnológico, e entraves burocráticos também dificultaram algumas execuções. Como exemplo podemos citar a ação 8497 "Concessão de Prêmio de Literatura" que, ao final do ano, teve suas peças regulamentares e normativas prontas, mas pela indisponibilidade de limites teve que ser transferida para execução em 2006. Como explicado, a distribuição desfavorável de recursos ao programa em relação a outros programas do Ministério acarretou sérias limitações à execução orçamentária.

Programa 0413 - "Gestão das Políticas de Esporte e Lazer" - O programa sofreu cortes de verbas que impactaram na execução orçamentária e no conseqüente alcance das metas físicas. Outros fatores também influenciaram na retração das metas da ação "Capacitação de Gestores", dada a impossibilidade de celebrar parcerias com a Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL) e com o Fórum de Gestores Estaduais, bem como nas metas da ação "Capacitação de Servidores", onde o resultado poderia ter sido melhor se não ocorressem os seguintes problemas: pouca participação de servidores no levantamento das necessidades de capacitação; comunicação incipiente; poucos canais de influência sobre as decisões estratégicas; falta de incentivo; insatisfação dos servidores; e rotatividade de pessoal nos níveis gerenciais, comprometendo os subsistemas de recursos humanos.

Programa 1246 - "Rumo ao Pan 2007" - Em função de a Medida Provisória 233, de 30/12/2004, que criou os cargos necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva do Pan (SEPAN) ter perdido sua validade em agosto de 2005, uma série de requisitos a serem cumpridos durante esse exercício não puderam ser implementados. Além disso, houve uma série de modificações estruturais no projeto da Vila Militar, com a inclusão de novos equipamentos esportivos, o que inviabilizou a publicação do Edital de Licitação em 2005 para início das obras em 2006.

Programa 8028 "Segundo Tempo" - A descontinuidade do fluxo orçamentário impactou na execução do programa, causando "gargalos" em determinados períodos. Ao fim do exercício 2005, entidades públicas deixaram de ser atendidas, quer por inadimplência à época, quer por escassez de recursos ou impossibilidade de renovação imediata dos convênios, uma vez que se encontram orientados pela Lei nº. 8.666/93 e não podem ser aditivados em mais de 25%. Por se tratar de um programa continuado e social, faz-se necessário rever os procedimentos de renovação de convênio ou utilizar um outro instrumento legal que permita garantir a continuidade dos projetos de forma ágil e a manutenção das atividades esportivas junto às crianças, evitando a descontinuidade que ocasiona a evasão e a desmotivação dos alunos, bem como da comunidade local que muitas vezes se envolve nas atividades.

Recomendações

- Programa 0413 "Gestão das Políticas de Esporte e Lazer" - Reestruturação do processo de gestão, que em muitos momentos confunde-se com os programas finalísticos.
- Programa 1245 - "Inserção Social pela Produção de Material Esportivo" - No processo de alocação interna ao órgão, o programa necessita promover uma fiscalização mais intensa nos núcleos e, conseqüentemente, o aumento da eficácia do processo de avaliação e aperfeiçoamento das atividades atinentes às suas ações.
- Programa 1246 "Rumo ao Pan 2007" - As metas físicas das ações não refletem claramente a intervenção a ser feita e devem ser atualizadas a partir da definição do plano de gerenciamento global das ações governamentais. É necessário, ainda, definir os indicadores de desempenho de maneira que possam refletir níveis de intervenção junto às ações do programa, assim como o processo de gerenciamento estratégico de cada área funcional.
- Instituir instrumentos formais de monitoramento, que forneçam outras informações, além dos relatórios do Comitê Organizador dos Jogos, dos parceiros e das eventuais visitas *in loco*. Para 2006 está sendo contratada, com o suporte do PNUD, consultoria especializada para avaliar o desenho de mecanismos de monitoramento tanto da execução física como financeira e orçamentária das áreas funcionais sob a responsabilidade do programa 1246.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério do Esporte.

Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Objetivo

Diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promovendo a imagem do país no exterior.

Público-Alvo

Atletas das diversas modalidades desportivas de alto rendimento.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 53.756.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 31.244.755,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 31.244.755,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,07% em 2004
Índice previsto ao final do PPA: Não há índice ao final de 2007, uma vez que a próxima competição será em 2008.

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2000 (1,32% - Olimpíada de Sydney); 2004 (Olimpíada de Atenas) e 2008 (Olimpíada de Pequim).

2. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Pan-Americanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11,34% nos Jogos Pan-Americanos de 2003, em Santo Domingo
Índice previsto ao final do PPA: 14% nos jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
É perfeitamente factível o alcance do índice nos Jogos Pan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro.

3. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Parapan-Americanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 42,8% nos Jogos Parapan-Americanos de 2003, em Santo Domingo
Índice previsto ao final do PPA: 50% nos Jogos Parapan-Americanos de 2007, no Rio

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
É perfeitamente factível o alcance no índice nos Jogos Parapan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro.

4. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Para-Olímpicos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2,10% em 2004
Índice previsto ao final do PPA: Não há índice ao final de 2007, uma vez que a próxima competição será em 2008

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2000 (3,85% - Para-Olimpíada de Sydney), 2004 (Para-Olimpíada de Atenas) e 2008 (Para-Olimpíada de Pequim).

5. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Sul-Americanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 28,7% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2002 e 2006.

6. Taxa de colocação dos atletas entre os 20 primeiros colocados nos Jogos Olímpicos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 53% em 2004
Índice previsto ao final do PPA: Não há índice ao final de 2007, uma vez que a próxima competição será em 2008

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2000 (44,56% - Olimpíada de Sydney), 2004 (Olimpíada de Atenas) e 2008 (Olimpíada de Pequim).

7. Taxa de colocação dos atletas entre os 5 primeiros classificados nos Jogos Pan–Americanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 64,68% nos Jogos Pan-Americanos de 2003, em Santo Domingo
Índice previsto ao final do PPA: 70% em 2007

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
É perfeitamente factível o alcance no índice nos Jogos Pan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro.

8. Taxa de colocação dos atletas entre os 3 primeiros classificados nos Jogos Sul-Americanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 94,87% em 2002
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2002 e 2006.

Contextualização

O Brasil é um país com grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas, porém, apresenta grande disparidade de resultados no cenário internacional, tendo modalidades ranqueadas nas primeiras colocações, assim como outras modalidades com resultados intermediários e até insignificantes. Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em Jogos Pan-Americanos e Olímpicos estão aquém das potencialidades nacionais. Nas Olimpíadas de Sidney, por exemplo, o Brasil ficou em 52º lugar na classificação geral, atrás de países como Quênia, Argélia e Bahamas, cuja população, economia e desenvolvimento tecnológico são muito menores.

Nesse sentido, vale ressaltar que a imagem do país no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais assim como este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira. Assim sendo, o apoio ao esporte de alto rendimento nacional, além de prerrogativa constitucional, é fundamental para o desenvolvimento e a melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações nacionais, que acabam por influenciar diretamente no incentivo à prática e consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Brasil no exterior.

Principais Resultados

- 972 atletas beneficiados com a concessão da Bolsa Atleta.
- 3 centros científicos e tecnológicos para o esporte implantados.
- 328 atletas apoiados para participação em competições internacionais de alto rendimento, sendo 106 atletas portadores de deficiência.

- 358 atletas de alto rendimento avaliados.
- 760 pessoas capacitadas para atuação na gestão do esporte de alto rendimento.
- 1607 atletas beneficiados nos núcleos de categoria de base do esporte de alto rendimento.

Os resultados mais significativos em 2005 foram constatados na implementação da Bolsa Atleta, na implantação de centros científicos e tecnológicos para o esporte, na participação de delegações brasileiras em competições internacionais de alto rendimento e em competições para pessoas com deficiência. Consideradas ações com bases inovadoras, o impacto da Bolsa Atleta e da Implantação de Centros deve atingir áreas antes sem intervenção, gerando resultados futuros mais relevantes para o programa. Já as ações mais conservadoras, como o apoio à promoção de eventos e a capacitação de recursos humanos, dão continuidade e concretude aos objetivos do programa.

Merece destaque a ação "Concessão de Bolsa a Atletas", em que o Ministério do Esporte priorizou o atendimento aos atletas Olímpicos, Para-Olímpicos e Internacionais, ocasionando o aumento do custo unitário médio e conseqüentemente diminuindo o número de bolsas previstas, que era de 1.294. Apesar disso, foram alcançados 75,12% de execução física. A liberação do pagamento aos atletas é feita em 12 parcelas iguais e mensais, sendo a primeira condicionada à publicação do Termo de Adesão assinado pelas partes. É importante destacar que, das 9.807 inscrições on-line, foram analisadas 7.691, tendo 1.148 atletas apresentado a documentação completa; dentre estes, 972 atletas foram beneficiados, o que corresponde ao atendimento de 84,66% dos atletas em condições de receber o benefício.

Além disso, ação "Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento" ultrapassou em 186% a meta prevista, ao beneficiar 1.607 atletas nos Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento. A meta foi superada em função de otimização dos recursos na busca de parceria para a execução da ação. Nesta ação há sempre uma expressiva demanda reprimida à espera de atendimento. Foram apoiados Núcleos de Esporte de Base nas modalidades de atletismo, esgrima, ginástica olímpica, judô, levantamento de peso, natação e taekwondo. Para pessoas com deficiência foram apoiados Núcleos de Esporte de Base nas modalidades de basquete em cadeira de rodas, tênis de mesa, halterofilismo, natação e atletismo, bem como para atender às deficiências física, mental, auditiva e visual.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

No geral, o cumprimento de metas físicas esteve dentro do previsto. A avaliação geral do cumprimento das metas físicas desconsidera as distorções ocorridas na execução de algumas ações (muito acima ou muito abaixo) em relação à previsão inicial, em função de questões específicas, chegando-se a uma média de execução de 81,89%.

A execução das ações do Programa em relação ao percentual de execução financeira, teve o seguinte comportamento: (1) 2360 – "Captação e Promoção de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento" – 99,55%; (2) 09HW – "Concessão de Bolsa a Atletas" - 99.54%; (3) 2490 – "Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento" - 92,46%; (4) 1616 – "Modernização

de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte" – 92,04%; (5) 2586 – "Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência" – 91,82; (6) 1055 – "Implantação de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte" – 86,15; (7) 2440 – "Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos para o Esporte de Alto Rendimento" – 79,51%; (8) 2504 – "Promoção de Eventos Esportivos de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência" – 77,95%; (9) 2358 – "Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento" – 69,72%; (10) 2500 – "Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento" – 57,73%; (11) 2456 – "Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento" – 52,65%; (12) 8003 – "Avaliação de Atletas de Alto Rendimento" – 47%; (13) 2E02 – "Fomento a Projetos de Esporte de Base" – 34,06%; (14) 8005 – "Detecção de Talentos Esportivos" – 11,43%.

A ação "Implantação de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte" que teve seu início em 2004, com a inauguração na cidade de Manaus do Centro de Alto Rendimento da Região Norte, gerando grandes ganhos para o esporte da região nas modalidades agraciadas. Os atletas não precisam sair de seu lugar de origem para se destacarem em nível nacional e até internacional. Em 2005, o Centro teve um aporte de recursos para a modalidade de tênis de mesa e para a remuneração de serviços pessoais.

Contudo, as negociações com parcerias para a implantação de centros dificultaram a execução da ação e somente em dezembro foi dado início a implantação do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Região Centro-Oeste, em Taguatinga, Distrito Federal. A construção e aquisição de materiais esportivos para Núcleos de Esporte de Base nas modalidades de levantamento de peso, taekwondo e esgrima, na Universidade Federal de Minas Gerais e a aquisição de materiais esportivos para as modalidades de ginástica olímpica e judô, no Minas Tênis Clube, foram apoiadas em 2005. Foi apoiada, ainda, por meio de emenda parlamentar, a implantação do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Prefeitura Municipal de Campos do Jordão em São Paulo.

A ação "Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento" foi contemplada com 4 emendas orçamentárias, das quais 2 foram executadas, beneficiando 2.520 pessoas. A meta física de uma das emendas que deixou de ser realizada representou 91,07% da meta prevista para esta ação ficando, assim, prejudicada a sua execução física. Também houve alteração na estratégia de execução da ação: ao invés de apoiar apenas um único evento nacional, como estava previsto, foram apoiados 3 eventos. Portanto, os cinco eventos apoiados (as duas emendas executadas e os três eventos nacionais) representaram 8,93% da meta prevista.

A meta física da ação "Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento" foi superada (117,46%), beneficiando 222 atletas. No entanto, é importante registrar que a demanda é exponencialmente superior aos recursos alocados. O orçamento de 2005 foi de R$ 1,15 milhão, ao passo que o total da demanda das confederações registradas no Calendário Esportivo Nacional (CDN) foi da ordem de R$ 1.45 milhão. Deve ser ressaltado que não cabe ao Estado o financiamento integral das competições esportivas, no entanto, há necessidade de expansão dos recursos para esta ação, tendo em vista a demanda, principalmente no ano de 2006, com o início das competições classificatórias para os Jogos Olímpicos de Pequim, China em 2008, começando pelos Jogos Sul-Americanos de 2006, Jogos Pan-

Americanos de 2007, no Rio de janeiro e eventos tais como campeonatos mundiais e torneios pré-olímpicos.

A ação "Detecção de Talentos Esportivos", em função do atraso na licitação dos kits de avaliação, praticamente não teve execução, isto é, dos 25 mil atletas previstos, apenas 977 (3,91%) foram identificados. Outro baixo desempenho ocorreu na ação "Fomento a Projetos de Esporte de Base", que está baseada em emendas parlamentares. O descontingenciamento de recursos que só ocorreu em dezembro e o corpo técnico necessário para as tarefas de análise, aprovação e execução da demanda insuficiente exerceram impacto direto na execução da ação, fazendo com que a meta física atingida ficasse praticamente em zero, uma vez que da meta prevista de 200 mil projetos apoiados, apenas quatro foram, contemplados: Construção da Vila Olímpica Vila Isabel no Rio de Janeiro (RJ), Construção da Vila Olímpica em Nova Iguaçu (RJ), Construção da Vila Olímpica em Maceió (AL) e Construção de Velódromo em Brasília (DF). Mesmo com essa ressalva, considerando-se o custo médio dos projetos apoiados, fica visível que a meta proposta para a ação é inadequada.

Os recursos disponibilizados para o programa foram suficientes na medida em que, com uma média de utilização de 58,11% dos recursos pôde-se chegar a cerca de 80% de atendimento das metas físicas. No entanto, a suficiência dos recursos foi diretamente dependente do prazo de sua liberação para utilização, ou seja, o maior montante dos recursos disponibilizados ao programa ocorreu no mês de dezembro, dificultando assim um maior atendimento em função da demanda estocada.

Apesar de a LOA 2005 refletir aproximadamente o projeto proposto, o fluxo de recursos não foi compatível, em nenhum momento, com a execução planejada. Em função da disponibilização de grande parte dos recursos no final do exercício, como citado anteriormente, a programação teve que ser refeita, inclusive com prejuízo para algumas ações que têm prazos rígidos a cumprir.

Com relação aos recursos materiais e de infra-estrutura do programa, além do número pequeno de técnicos, os equipamentos de informática, incluindo terminais e impressoras, são em número reduzido. A situação agrava-se com relação aos recursos humanos, uma vez que parte do pessoal não tem qualificação adequada, além de estar em desvio e incompatibilidade de funções. É importante registrar que a operacionalização dos serviços foi quase que totalmente realizada com força de trabalho terceirizada, situação esta merecedora de diversas observações ao longo do ano, inclusive por auditoria da Controladoria Geral da União, realizada no primeiro semestre de 2005.

Sendo a demanda maior que a capacidade de trabalho da equipe, são necessários, pelo menos, mais 10 funcionários que tenham conhecimento sobre gerenciamento de projetos, elaboração de convênios e computação, para distribuição em trabalhos específicos como a Bolsa Atleta, Núcleos de Esporte de Base e Descoberta de Talentos Esportivos.

Outras restrições enfrentadas pelo programa dizem respeito à: (1) dificuldade de celebração de convênios por inadimplência de diversos entes estaduais e municipais por impedir a celebração de alguns convênios; (2) inadequação na execução das ações 2272 – "Gestão e Administração do Programa" e 4641 – "Publicidade de Utilidade Pública", uma vez que apesar de terem bons índices de execução, respectivamente

93,54% e 99,87%, essas ações são executadas por outras unidades do ME e não são utilizadas diretamente no programa; (3) ao excesso de ações que causaram sobreposição na intervenção, razão pela qual estão sendo propostas aglutinações de algumas ações e exclusões de outras para o exercício de 2007; (4) os indicadores deveriam expressar a concretude das ações do programa, no entanto, em função de sua sazonalidade, que em alguns casos se confunde com a própria duração do PPA e a sua baixa governabilidade em relação ao programa, fizeram com que os mesmos fossem readequados para o exercício 2006/2007.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento do programa é realizado por ação específica, por meio de relatório de execução. A periodicidade depende da característica de implementação da ação. O modelo utilizado é muito restrito. No entanto, dentro das condições administrativas possíveis, foi a forma encontrada para manter uma relação de acompanhamento e monitoramento das ações. Existem algumas situações excepcionais que permitem monitorar o desempenho físico por meio de sistema informatizado.

O programa não avalia a satisfação dos beneficiários e não dispõe de mecanismos de participação social pela dificuldade relacionada à quantidade e qualificação dos recursos humanos existentes, já mencionada anteriormente, o que impede o avanço na sistematização de instrumentos para este fim.

Grande parte das parcerias do programa são formadas com entes não-governamentais (entidades administradoras e praticantes do esporte) e, por serem parcerias históricas, o seu desempenho tem sido muito bom, muitas vezes superando a parceria governamental pela agilidade e transparência dos processos.

A execução do programa é um processo que tem evoluído na medida do seu acompanhamento e avaliação temporais. Com isso o próprio desempenho da gestão tem melhorado, mas ainda depende muito de questões administrativas desvinculadas do modelo de gestão em vigor. Isso vem sendo atenuado com o passar do tempo e acredita-se que tem toda a possibilidade de melhorar ainda mais. Desta maneira o programa vai caminhando com essas mudanças e considerando tudo aquilo que foi lançado na avaliação.

Recomendações

- As ações 2272 – "Gestão e Administração do Programa" e 4641 – "Publicidade de Utilidade Pública" são coordenadas, formalmente, dentro da gerência, sendo executadas fora da unidade administrativa responsável e sem conhecimento da gerência do programa. É necessária a realização de articulação interna no sentido de adequar a gestão ao modelo do programas.

Esporte e Lazer da Cidade

Objetivo

Promover o atendimento da demanda por lazer da população em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da melhoria de sua qualidade de vida.

Público-Alvo

Segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 365.848.600,00	Empenho Liquidado: R$ 219.852.834,00 Pago estatais: - Total: R$ 219.852.834,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de atendimentos nos núcleos de esporte e lazer

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 9.076.455 em 31.12.2005
Índice previsto ao final do PPA: 103.040.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O índice apurado equivale apenas aos atendimentos realizados nas atividades sistemáticas. Este indicador, em função da revisão para 2006, passa a ser apenas uma indicação de meta física. Foi desenvolvido um novo indicador para o programa, a "Taxa de atendimento da demanda de esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social", em consonância com a PNAD/IBGE, já sendo possível sua aferição no exercício de 2006.

Contextualização

O programa justifica-se pela constatação da necessidade de políticas públicas que venham a atender às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, expressão da condição de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social à qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira.

O programa é executado de forma descentralizada, por meio da celebração de convênios com Municípios, Estados e entidades não governamentais, considerando-se a disposição dos agentes e parceiros em garantir a gestão participativa e

democrática do programa, afirmando o esporte e o lazer como direitos sociais, e nesta perspectiva:

1. Fomenta a implantação dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer.
2. Aplica metodologia de avaliação processual de políticas para essas áreas.
3. Programa a formação de agentes sociais de esporte e lazer em conformidade com os requisitos conceituais do programa.

Principais Resultados

- 631.503 mil pessoas beneficiadas em atividades assistemáticas - eventos de lazer -significando um aumento de 215,09 % em relação à meta estabelecida.
- 112.055 pessoas inscritas em atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais, permanentes e rotativas).

Deste total, 51.259 eram crianças e adolescentes. 23.618 jovens; 18.451 adultos e 18.727 idosos. Destaca-se que 6.354 participantes eram pessoas com deficiência e ou com necessidades especiais. É importante ressaltar que se trata de inscrições efetivas em oficinas permanentes e ou rotativas das diversas modalidades e linguagens que o programa oferece, em horários pré-definidos.

- 303 núcleos em atividade, distribuídos em 102 Municípios brasileiros.
- 1.981 empregos temporários gerados.
- 2.702 pessoas capacitadas em 151 ações de formação.
- 1.720 eventos de lazer realizados: ruas de lazer, colônias de férias, gincanas, festivais, torneios, campeonatos, passeis turísticos e outros.

Na ação 2428 - "Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e do Lazer", que visa a difundir a produção do conhecimento sobre o esporte recreativo e de lazer, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico entre os profissionais da área e atualizando o conhecimento sobre o tema, havia uma previsão inicial de 4 eventos, no entanto foram realizados 7 eventos. Isso foi possível a partir da determinação do Ministério em apoiar determinados eventos, considerados prioritários.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma execução financeira média de 60%. As principais ações tiveram os seguintes percentuais de execução financeira: 2667 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer", 83.55 %; 2428 - "Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e Lazer", 78,05 %; 5450 -"Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer", 58,49 % e 3073 - "Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer", 71,94 %.

Na principal ação do programa em termos de resultados, 2667 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer", foram executados R$ 7,3 milhões, dos quais R$ 1.8 milhão em emendas. Para alcançar este nível de execução financeiro, foi necessário remanejar valores de outras ações do programa, priorizando as atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais, permanentes e rotativas) e assistemáticas (eventos de lazer) nos 303 núcleos existentes. Cabe mencionar que o

projeto "Pintando a Liberdade" contribuiu com o fornecimento de cerca de 12.275 itens esportivos, entre bolas esportivas e redes.

A ação 5450 - "Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer" busca a ocupação de espaços públicos, presentes em perímetro urbano e rural, mediante construções, provimento de equipamentos e materiais esportivos e de lazer, tais como quadras esportivas, ginásios, brinquedotecas, salas de recreação, entre outras instalações voltadas ao atendimento das necessidades e demandas das comunidades. É importante ressaltar o significativo incremento de recursos orçamentários oriundos de apresentação de emendas parlamentares, quando da votação da Lei no Congresso Nacional. Em virtude dos limites para movimentação e empenho não houve a possibilidade de executar os recursos previstos de forma integral.

Quanto à meta física, verifica-se uma execução de apenas 16,97% da previsão inicial, apesar da execução financeira de 58,49% . Desta forma, o não atendimento da meta na forma prevista é em parte motivado pelo contingenciamento dos recursos e pelo aumento do custo médio das obras em comparação com o previsto no orçamento de 2005.

É importante esclarecer, ainda, que a meta física nesta ação tem um tempo maior para execução por depender de diversos fatores ligados à entidade conveniada, tais como: demora na definição da entidade beneficiada, licitações, trâmites burocráticos, modificações nos projetos, clima, etc. Isso justifica grande parte da discrepância entre meta física e execução financeira, ou seja a execução da meta física, em muitos casos, se dá posteriormente ao preenchimento do relatório de avaliação.

A ação 3073 - "Modernização de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer", que busca assegurar a acessibilidade aos espaços de esporte recreativo e de lazer por meio de reformas, ampliações de instalações e de equipamentos esportivos adequados a esses tipos de atividades, recebeu o aporte de recursos orçamentários oriundos de apresentação de emendas parlamentares. Foi registrada a execução física de 35,62% da previsão inicial, ao passo que a execução financeira foi de 71,94%. Observa-se que, além do contingenciamento dos recursos, houve aumento do custo médio das obras, reformas e ampliações, em comparação com o previsto na LOA 2005.

Assim a principal limitação para o programa foi, mais uma vez, decorrente de limites financeiros derivados do contingenciamento de recursos e da distribuição interna ao ME dos limites concedidos. A distribuição desfavorável de recursos ao programa, em relação a outros programas do Ministério, acarretou sérias limitações à execução orçamentária, principalmente porque a Gerência sequer sabia o montante do limite financeiro efetivamente destinado pelo ME ao Programa.

Contudo, outros tipos de restrições merecem destaque, por influenciar de forma significativa a implementação do programa:

- Ausência de capacidade instalada em possíveis convenentes - principalmente no campo do desenvolvimento tecnológico - e entraves burocráticos também dificultaram algumas execuções. Como exemplo cita-se a ação 8497- "Concessão de Prêmio de Literatura" que, ao final do ano, teve suas peças regulamentares e normativas prontas, mas pela indisponibilidade de limites teve que ser transferida para execução em 2006.

- Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes são por demais conhecidas as dificuldades dos entes governamentais, seja da esfera municipal (principais convenentes), seja da estadual, de manterem-se adimplentes face ao governo federal, por motivos os mais variados e já analisados em estudos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dessa forma, embora tivesse sido estabelecida uma programação prévia das possibilidades de empenho dos recursos, a execução financeira realizada foi conjugada à prontidão das peças processuais referentes aos convênios.
- Baixa capacidade governamental de integração de políticas setoriais na busca da abordagem transversal aos problemas sociais, principalmente se levado em conta o alto potencial intersetorial oferecido pelos programas de esporte e lazer em todas as suas dimensões. Mesmo assim já foram realizadas algumas ações conjuntas com os Ministérios da Saúde, Ciência e Tecnologia, Educação e Relações Exteriores.
- Inadequação de norma legal, haja vista que as instruções normativas I e II da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), respectivamente de outubro e dezembro de 2005, ampliaram ainda mais as dificuldades para os entes vinculados a instâncias estaduais colocarem-se aptos a receber recursos do governo federal.
- Na execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério, isto é, a gerência do programa não exerce influência e, embora tenha sinalizado a necessidade do compartilhamento das informações e de integração das instâncias mencionadas, não obteve retorno no sentido de contornar as restrições do programa.
- A ação "GAP" coordenada formalmente pela gerência é, no entanto, executada fora da unidade administrativa responsável. É necessário aumentar o nível de articulação interna no sentido de adequar a gestão ao modelo do programa.
- Além disso, as instalações físicas (prédio, mobiliário e equipamentos), somadas ao pequeno número de técnicos, são insuficientes para um adequado gerenciamento, principalmente se considerada a perspectiva de ampliação do atendimento do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Usando-se como índice de referência a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD/IBGE), dados referentes às tabelas 5.2 e 7.6.1. da síntese dos indicadores de 2003 com relação à população em situação de vulnerabilidade social, ou seja, pessoas pertencentes à famílias com renda até 1/2 salário mínimo per capita ou sem rendimentos, o dimensionamento do público-alvo do programa representa 48.985.599 pessoas.

O aperfeiçoamento do programa passa pela qualificação e diversificação dos mecanismos de avaliação de políticas públicas de esporte e lazer voltadas tanto para a análise dos preceitos conceituais que o animam quanto para "o programa em ação", onde se aferiria os limites e possibilidades concretas de sua implementação. Integrado a tal movimento e pensado em nível maior de totalidade, o avanço na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer tem relevância impar no necessário enfrentamento dos desafios presentes na gestão pública em todos os níveis de governo.

A proposta de implantar um programa de alcance social explorando o binômio "intervenção e desenvolvimento científico e tecnológico" mostra-se bastante interessante e viável do ponto de vista da gestão. As ações desenvolvidas nos núcleos de estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer (Rede Cedes) têm como campo de interesse a melhoria da gestão de programas de intervenção e, em certos casos, tais programas são desenvolvidos em ações de extensão ou aplicação, superando a lógica empírica ainda muito presente na área da gestão esportiva e de lazer, pela qual dá-se mais importância à "experiência" vivida do que à gestão do conhecimento, onde a informação e documentação esportiva ganham relevância.

Foi desenvolvido e aplicado, em 2005, um protocolo de monitoramento para a ação 2667 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer". As primeiras avaliações são muito positivas quanto ao aproveitamento das informações e dados coletados, que são enviados a cada quatro meses, detalhando as principais ações - eventos, atividades de capacitação de pessoal, participação popular e controle social e dados quantitativos referentes ao atendimento realizado. Há dificuldades para o estabelecimento de uma agenda de visitas, devido à insuficiência de recursos financeiros. Mesmo assim foi possível em 2005 acompanhar presencialmente algumas ações, notadamente aquelas cujos relatórios demonstraram situações exemplares positivas e outras que necessitaram de alguns ajustes.

Em relação ao projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, foram realizadas algumas visitas aos locais de funcionamento de Núcleos e estão sendo avaliados os relatórios de execução dessas atividades. Os relatórios estão sendo aperfeiçoados principalmente em relação à caracterização mais precisa da quantificação de participantes nas faixas etárias atendidas pelo programa.

Quanto ao projeto social, os indicadores de taxa de cobertura e número de atendimentos oferecem boas condições de avaliação de desempenho. Já o projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente pelo caráter inovador e pela complexidade de suas ações, ainda não possui indicadores capazes de aferir a efetividade de seus objetivos e metas. As avaliações dos primeiros projetos desenvolvidos em 2004 e 2005 trarão, com certeza, subsídios para tais elaborações em 2006.

Os recursos destinados ao programa foram predominantemente oriundos do orçamento ministerial, acrescidos das contrapartidas dos convenentes e suplementados por recursos oriundos de emendas parlamentares (individuais e de comissões), inclusive para ações de custeio do programa. Para 2006, por meio de ações articuladas pela gerência do programa junto ao Congresso Nacional, busca-se orientar a apresentação de emendas parlamentares destinadas prioritariamente ao funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer e ainda ao funcionamento de Núcleos de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer (Rede Cedes).

Além da utilização da Ouvidoria do Ministério, os mecanismos de participação social são assegurados por meio de reuniões com organizações não-governamentais, movimentos sociais organizados, de distintos cortes (de gênero, etário, interesse, estudantil, acadêmico, deficientes físicos e outros), pela própria característica conceitual do programa articulam-se na busca de interlocução com vistas à viabilização de convênios.

Além das comissões municipais e estaduais de esporte e lazer que são, em particular, instâncias com as quais o programa mantém interlocução sistemática, o Núcleo ou o conjunto de Núcleos de esporte recreativo e lazer existentes no Município são administrados por um grupo gestor. Trata-se de uma instância de gestão de natureza deliberativa, composta por sujeitos diretamente envolvidos com as atividades desenvolvidas nos núcleos e com atribuições de acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações dos convênios celebrados.

No que tange à sua dimensão de projeto social esportivo e de lazer, a participação social tem sido determinante na consecução dos preceitos que lhe dão sustentabilidade conceitual, nos quais a lógica da gestão democrática, reconhecedora do papel social da cidade, vem sendo privilegiada. No que é pertinente ao projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, a participação social serve de parâmetro para os estudos e pesquisas voltados para a gestão pública no campo do esporte e do lazer, nos quais busca elementos para a ampliação de sua qualificação.

Por meio dos protocolos de monitoramento das atividades desenvolvidas nos Núcleos, por enquanto, os coordenadores são estimulados a realizarem consultas de satisfação do usuário. As informações coletadas são incluídas nos relatórios, não tendo merecido, contudo, até o presente momento, tratamento adequado à aferição de seu sentido e significado.

As atividades, inclusive créditos decorrentes de emendas parlamentares, das ações 5450 - "Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer" e 3073 - "Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer", que tratam basicamente de obras e representam 96,62% do total de recursos não estão sob a responsabilidade da gerência do programa.

Recomendações

- Estudar formas de aperfeiçoamento da gestão do programa mediante uma articulação interna maior no âmbito do Ministério do Esporte.

Gestão das Políticas de Esporte e Lazer

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.854.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 3.549.954,00 - R$ 3.549.954,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Na modernização da atuação do Estado as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos, o que configura a necessidade institucional de estabelecimento de programas específicos de gestão de políticas.

Principais Resultados

- Capacitação de 250 gestores de esporte e lazer.
- Formulação e aprovação, pelo Conselho Nacional de Esporte, da Política Nacional de Esporte, cujas bases foram estabelecidas na I Conferência Nacional do Esporte.
- Treinamento de 91 servidores, a partir da efetivação de 35 ações de capacitação, sendo 57% em eventos de qualificação e requalificação; 37% em desenvolvimento gerencial; 3% no Projeto Formar; e 3% em curso de pós-graduação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma execução financeira de 45,2%, sendo que a ação 2366 – "Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer", detentora da menor execução

financeira, 4,71%, realizou 41,66 % da meta física. A ação 3956 – "Implantação do Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME)" teve a segunda menor execução, isto é, 6,5%.

Na média, as ações do programa tiveram uma baixa execução física e financeira. As restrições impostas pelo contingenciamento orçamentário e a definição de outras prioridades explicaram na pequena execução física da maioria das ações do programa. Ainda assim, deve ser registrado o resultado alcançado pela ação 4572 – "Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação", que apresentou uma execução física de 60,66%.

Apesar de a ação 3987 – "Diagnóstico da Estrutura Nacional Esportiva e de Lazer" apresentar execução financeira de 76,26% e nenhuma execução física, efetivamente, foi possível coletar, embora com algum atraso, as informações sobre a estrutura esportiva em todos os Estados e Municípios brasileiros. Nesse sentido, cabe ressaltar, a dificuldade de execução do convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (órgão responsável pelo diagnóstico), uma vez que, em função do atraso na liberação de recursos, ocorreu atraso no encaminhamento dos resultados finais do trabalho, prejudicando outras ações, como por exemplo a II Conferência Nacional do Esporte, a ser realizada em abril de 2006.

Além do contingenciamento, que teve impacto direto na execução orçamentária e no conseqüente alcance das metas físicas, outros fatores também influenciaram na retração das metas das seguintes ações: (1) na ação 2366 - "Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer", ressalta-se a impossibilidade de celebrar parcerias com a Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL) e com o Fórum de Gestores Estaduais; (2) na ação 4572 "Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação" o resultado poderia ter sido melhor se não houvesse os seguintes fatores: pouca participação de servidores no levantamento das necessidades de capacitação; comunicação incipiente; poucos canais de influência sobre as decisões estratégicas; falta de incentivo e insatisfação dos servidores; e rotatividade de pessoal nos níveis gerenciais, comprometendo os subsistemas de recursos humanos.

Outros Aspectos Relevantes

A parceria com a Unesco ainda está em construção, no entanto pequenas parcerias com instituições científicas e universidades, realizadas em 2005, transcorreram de maneira satisfatória. Estão constituídos o Fórum dos Gestores Estaduais de Esporte e Lazer e a Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL), com os quais são mantidas estreitas relações dentro do escopo deste programa. Foi realizado, em outubro de 2005, o Fórum "Construindo o Sistema Nacional de Esporte e de Lazer" como estratégia para subsidiar os trabalhos e as discussões da II Conferência Nacional de Esporte.

Recomendações

- Reestruturação do processo de gestão do programa, que em muitos momentos se confunde com os programas finalísticos.

Inserção Social pela Produção de Material Esportivo

Objetivo

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.

Público-Alvo

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a Lei e populações em situação de vulnerabilidade social.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 14.485.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 12.402.758,00 - R$ 12.402.758,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de atendimentos nos núcleos de esporte e lazer

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 33,33 em 01/02/2004
Índice previsto ao final do PPA: 33,33

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O programa promoveu, de acordo com as informações prestadas pelos Diretores dos Presídios e similares, onde funcionam as atinentes Unidades de Produção em todo Brasil, uma transformação no dia-a-dia dos detentos, geralmente marcada pela ociosidade, rebeliões e planos de fuga. Os resultados são os melhores possíveis. De acordo com os Fundos Penitenciários dos Estados, o índice de reincidência carcerária nas penitenciárias onde se instalou o programa é de cerca de 30%, enquanto em outras instituições que não têm o programa é de 60% a 90%. Com isso, ex-detentos conseguem transformar suas vidas mediante novas perspectivas e oportunidades. Justifica-se, portanto, o alcance do índice.

Contextualização

Originado a partir da ação "Pintando a Liberdade" inserida no programa "Reestruturação do Sistema Penitenciário" do Ministério da Justiça, este programa representa a ampliação da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo governo à geração de

emprego e renda definiu a montagem de unidades de produção em três linhas de ações, todas elas destinadas à geração de material esportivo: a) Pintando a Liberdade – destinado à reintegração do detento junto à sociedade; b) Pintando a Esperança - destinado à reinserção social do adolescente em conflito com a lei; c) Pintando a Cidadania - destinado à geração de emprego e renda em comunidades socialmente vulneráveis.

Principais Resultados

- Produção de 1.213.310 itens de material esportivo, beneficiando 6.730.150 pessoas.
- Ampliação dos núcleos implementados em 18,5%, passando de 65 para 77 unidades de produção em atividade.
- 5.357.087 pessoas beneficiadas, residentes em comunidades carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais.
- 12.700 detentos atuando diretamente no processo de confecção de material esportivo como uma atividade continuada.
- Implementação de unidade de produção do "Pintando a Liberdade" em Angola, na África, em agosto de 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não houve alteração nos recursos previstos para o programa durante o processo de aprovação no Congresso Nacional e os recursos foram liberados no decorrer do exercício de 2005 em fluxo compatível com a programação, de acordo com o planejado pela área técnica do programa.

O programa teve um índice de execução orçamentária de 85,62%, o que permitiu alcançar 123% da meta física prevista em relação ao material esportivo produzido pelo conjunto das três linhas de atuação (ação 2362 "Produção de Material Desportivo por Detentos - Pintando a Liberdade", ação 2382 "Produção de Material Desportivo por Adolescentes em Conflito com a Lei - Pintando a Esperança" e ação 2352 "Produção de Material Desportivo por Comunidades Carentes em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania"), envolvendo 3.832 entidades em todas as Unidades da Federação.

É importante registrar que houve uma baixa execução física na ação 2362 – "Pintando a Liberdade" (63,76%), em função de os potenciais convenentes apresentarem, à época da formalização dos convênios, incompatibilidades inerentes às exigências documentais exigidas em lei, o que inviabilizou a regularização, em tempo hábil, do trâmite processual administrativo necessário para a celebração dos contratos.

Em sentido contrário, a superação da meta física da ação 2352 – "Pintando a Cidadania" (232,70 %) ocorreu em função da produção excedente de 518 mil camisetas, oriunda da ação 4377 – "Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional", para atender à demanda originalmente não prevista nesta ação.

Em função da ampliação de núcleos do programa, necessita-se adequar a infra-estrutura atual às novas necessidades operacionais e melhorar a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial. O atual cenário suscita uma maior

demanda gerencial na elaboração e desenvolvimento de projetos, no planejamento e monitoramento e na fiscalização das ações do programa.

Outros Aspectos Relevantes

As parcerias com organizações não-governamentais têm trazido inovações e resultados. Cita-se como exemplo a performance da Fundação de Amparo ao Menor de Feira de Santana, na Bahia, a qual, buscando a melhor utilização do recurso público, construiu uma pista de atletismo com material reaproveitável de fábricas de produção de pneus, a ser inaugurada no início de 2006. Esse projeto, além de possibilitar aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre, atende às exigências ecológicas.

É importante registrar que a International Blind Sports Association (IBSA) - Associação Internacional de Esportes para Cegos - adotou a bola com guizo, específica para a prática de esporte por deficientes visuais, produzida pelo programa, como item oficial de suas competições.

Recomendações

- O programa necessita de majoração no orçamento destinado à GAP, objetivando-se, haja vista as peculiaridades do programa, uma fiscalização mais intensa nos núcleos e o conseqüente processo de avaliação e aperfeiçoamento das atividades atinentes às suas ações. O montante de recursos da GAP corresponde, atualmente, a 0,4% do total do programa.

Rumo ao Pan 2007

Objetivo

Realizar os Jogos Pan-Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 57.390.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 6.400.933,00 - R$ 6.400.933,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Esse programa não possui indicador, pois o programa tem um prazo curto de duração que não permite uma avaliação adequada. Em outras palavras, o programa só poderia ser avaliado por 2 anos (2006 e 2007 até a metade do ano) e apenas por meio do andamento das obras e dos preparativos em 2006 e com a realização dos jogos em 2007. Outrossim, indicadores de impacto adequados, tais como o aumento do comércio e turismo e a geração de emprego e renda só poderiam ser utilizados após o término do exercício de 2007 e uma única vez, visto que o programa se extinguiria em 2007.

Contextualização

Depois de 44 anos o Brasil voltará a sediar os Jogos Pan-Americanos, evento esportivo de magnitude continental e visibilidade mundial que poderá elevar o esporte brasileiro a um novo patamar entre as grandes potências esportivas. Neste sentido, o maior desafio é alcançar resultados técnicos esportivos que figurem o país entre os mais destacados no cenário esportivo internacional. Esse evento poderá se tornar um divisor de águas para o esporte brasileiro, não só no campo estritamente técnico, mas também na gestão do esporte e na infra-estrutura. Isso se deve ao fato de um evento desse porte propiciar impactos econômicos e sociais por meio da melhoria na estrutura e nos serviços, do fortalecimento do setor de pequenos e médios negócios, do aumento da oferta de empregos, do desenvolvimento de projetos de preservação ambiental, do desenvolvimento econômico regional, da divulgação do país no exterior, do aumento do turismo interno e externo e da atração de novos eventos internacionais. Mas talvez o grande legado para o país, ao realizar um evento esportivo de grande porte, seja a melhoria da sua auto-estima. Nesse panorama, cabe ao Poder Público orquestrar uma intervenção direcionada

com reflexos que deverão marcar o setor esportivo nacional como um todo, tendo claro que o evento em foco é o resultado de um processo que deve ter sua gestão contemplada como programa de governo.

Principais Resultados

- Finalização do projeto básico da Vila Militar (Complexo Esportivo de Deodoro).
- Início das obras de adaptação da Vila Militar.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma baixa execução financeira, isto é, apenas executou 11,15% dos recursos previstos. A ação 3950 – "Implantação de Infra-Estrutura para a Realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro" alcançou 8,88 % da meta física e 10,55 % da execução financeira, enquanto a ação 2430 – "Realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro" teve uma execução financeira de apenas 10,57 %.

Em função de a Medida Provisória nº. 233, de 30/12/2004, que criou os cargos necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva do Pan (SEPAN), ter perdido sua validade em agosto de 2005, uma série de requisitos a serem cumpridos durante esse exercício não puderam ser implementados. Além disso, houve uma série de modificações estruturais no projeto da Vila Militar, como a inclusão de novos equipamentos esportivos, o que inviabilizou a publicação do Edital de Licitação em 2005. A conclusão do processo licitatório ocorrerá no início de 2006.

Não existem instrumentos formais de monitoramento, apenas relatórios do Comitê Organizador dos Jogos, dos parceiros e eventuais visitas in loco. Para 2006 está sendo contratada, com o suporte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consultoria especializada para avaliar o desenho de mecanismos de monitoramento tanto da execução física como da financeira-orçamentária das áreas funcionais sob a responsabilidade do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Por não haver um histórico, no Brasil, em relação aos sofisticados projetos que atendam às especificações técnicas exigidas pelas federações internacionais para competições do porte dos Jogos Pan-Americanos, houve um dispêndio de tempo superior ao inicialmente previsto na elaboração do projeto básico. Vale ressaltar que, segundo afirmação da gerência do programa, tal atraso não acarretará prejuízo ao prazo previamente estipulado para entrega das obras - junho de 2007, mês que antecede os Jogos.

Recomendações

- As metas físicas das ações não refletem claramente a intervenção a ser feita e devem ser atualizadas a partir da definição do plano de gerenciamento global das ações governamentais.

Segundo Tempo

Objetivo

Democratizar o acesso e estimular a prática esportiva dos alunos da educação básica e superior.

Público-Alvo

Estudantes do ensino fundamental, médio e superior.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 159.611.479,00	Empenho Liquidado: R$ 123.974.271,00 Pago estatais: - Total: R$ 123.974.271,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento com Práticas Esportivas a Alunos de Instituições Públicas de Ensino Fundamental e Médio

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,55% em 30/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Devido à inconsistência dos dados do Censo Escolar, com relação à realidade dos espaços físicos esportivos na escola, foi preciso readaptar o processo de implantação do programa, de forma a utilizar espaços esportivos fora da escola, visto que os que se apresentavam estavam inutilizáveis ou totalmente ocupados. Assim, para garantir o espaço físico em condições de uso para o público-alvo do programa, em 2005, juntamente com o Ministério do Planejamento, fez-se necessária uma revisão e alteração da taxa de atendimento prevista inicialmente, de modo a contemplar a situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, manteve-se a taxa de atendimento como indicador do programa, alterando-se sua fórmula de cálculo.

2.Taxa de Atendimento com Práticas Esportivas a Alunos de Instituições Públicas de Ensino Superior

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 11,2%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
A taxa de atendimento de alunos do ensino superior, não foi apresentada em 2005 devido ao redimensionamento dado ao programa e em função da inexistência de condições reais para extrair este dado, em separado, do banco de dados de cadastro do programa. Essa questão está sendo trabalhada em 2006, por meio da reestruturação do cadastro e apuração dos dados com maior consistência, visto que está sendo consolidado o Sistema Único de Gestão do Programa, além de uma ação específica junto às instituições de ensino superior, a fim de garantir o atendimento deste público enquanto alvo específico e de grande relevância.

Contextualização

O "Segundo Tempo" tem como foco prioritário o atendimento dos alunos matriculados no ensino público fundamental e médio, priorizando aqueles com renda per capita de até ½ salário mínimo em uma abordagem do esporte que supera a perspectiva mais comum do estímulo à formação de atletas para esportes competitivos. A preocupação do programa pode ser entendida no sentido de contribuir com a formação integral dos beneficiados, por meio de projetos relacionados à prática esportiva. Neste sentido, o esporte é caracterizado como toda forma de atividade física que contribua para a aptidão física, o bem-estar mental, a interação e inclusão social e o exercício da cidadania. Em conseqüência, o programa passou a incluir atividades de lazer, recreação, práticas esportivas organizadas ou não, esportes competitivos e jogos ou práticas corporais da cultura brasileira, orientadas didático-pedagogicamente por profissionais capacitados. Seu objetivo é de natureza extracurricular e visa a reduzir a marginalização de crianças e adolescentes como complemento às atividades curriculares oferecidas na escola.

A expansão está centrada na formação de parcerias com Estados, Municípios, clubes sociais, entidades do Sistema S (SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE etc.), Forças Armadas, entidades da iniciativa privada e organismos internacionais e não-governamentais.

Principais Resultados

- 579.718 alunos beneficiados em 2005, em 22 Unidades da Federação.
- 6.824 ofertas de capacitação continuada aos profissionais de educação física e áreas afins,, por meio de parceria com Universidade de Brasília.

Em 2005 foi dada continuidade ao processo de capacitação de professores e estagiários/monitores que desenvolvem atividades nos núcleos de esporte do programa. Por meio da parceria com o Centro de Ensino à Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB), vem se desenvolvendo a capacitação continuada, modular e semi-presencial que teve sua primeira turma iniciada em abril de 2004. Por meio de projeto modular de capacitação continuada, no ano de 2005, dos 6.824 inscritos, com acompanhamento de tutoria, 2.174 alunos concluíram o Curso de Extensão e 190 concluíram o Curso de Especialização, perfazendo um total de 2.364 alunos já capacitados.

- Assistência preparatória da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a construção e implantação de um sistema de avaliação do programa.

O processo já está em fase conclusiva e prevê-se para o mês de julho de 2006 a entrega do documento final, com a definição dos indicadores de avaliação de projeto esportivo social, bem como o Projeto de Cooperação (PRODOC), que apresentará a metodologia de avaliação para o "Segundo Tempo".

Como forma de controle da qualidade, estão sendo concebidos indicadores para concepção e teste do Sistema de Avaliação Permanente do programa. Para tal, estão sendo trabalhados indicadores que apresentem capacidade de comparação em nível internacional, sendo, contudo, adequados à avaliação da realidade nacional. Deve-se levar igualmente em consideração, para o estabelecimento destes indicadores, a ausência de estatísticas públicas relativas aos diversos itens de interesse para a estruturação dos mencionados indicadores. Desenvolver e implantar tais mecanismos constitui uma atividade essencial para apontar dados capazes de avaliar o processo de evolução do programa, bem como identificar aspectos a serem aprimorados para o sucesso do mesmo.

- Realização de eventos nacionais e internacionais, envolvendo estudantes de ensino fundamental, médio e superior do país.

A ação "Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Esporte Educacional" garantiu a participação de 2.473 beneficiários em três eventos, a saber: Campeonato Mundial Escolar de Futebol de Campo, realizado na Dinamarca; 23ª Universíade de Verão, na Turquia, com participação nas modalidades de atletismo, basquetebol, esgrima, futebol, ginástica, luta olímpica, natação, saltos ornamentais, taekwondo, tênis e voleibol; e Olimpíadas Escolares, em Brasília, nas modalidades de atletismo, basquetebol, handebol, judô, natação, voleibol e xadrez.

- Inauguração dos primeiros cinco núcleos internacionais do programa, beneficiando 1 mil jovens da capital (Luanda) e do interior de Angola.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma execução financeira da ordem de 77,67%. O comportamento da execução financeira das ações ocorreu da seguinte forma: 4377 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional" - 87,08%; 5069 - "Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional" - 56,23%; 2364 - "Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Esporte Educacional" - 99,73%; 2626 - "Promoção de Eventos de Esporte Educacional" - 93,2%. As ações 0875 - "Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência" e 2594 - "Concessão de Prêmios sobre o Esporte Educacional" não tiveram execução financeira.

A ação "Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional" representa a própria essência do programa, isto é, o seu objetivo central. A ação totalizou em 2005 um atendimento global de 772.828 crianças beneficiadas, das quais 601.044 foram beneficiadas por meio de convênios executados com base no orçamento de 2005 e outras 171.784 crianças e jovens, por meio de parcerias remanescentes de 2003 e 2004 ainda em atividade. É importante ressaltar que, se os recursos no valor de R$ 45 milhões que foram votados e aprovados pelo Congresso em todas as instâncias tivessem sido liberados em tempo hábil, a Meta Presidencial de um milhão de

crianças para o exercício teria sido praticamente atingida. Deixaram de ser atendidos, quer por inadimplência dos proponentes, quer por indisponibilidade de recursos e, também, pela exigüidade de tempo disponível e condições humanas para a execução do orçamento disponibilizado nos últimos momentos do encerramento do exercício orçamentário 2005, um total 214.100 crianças, oriundas de 68 parcerias firmadas em 17 Estados.

Na ação "Promoção de Eventos de Esporte Educacional", a previsão era de três eventos, mas, foram realizados oito eventos, fato esse que só foi possibilitado devido a não terem sido utilizados recursos orçamentários do ME para a realização das Olimpíadas Universitárias (JUB's), como previsto anteriormente e só ter sido custeada uma ação dos Olimpíadas Escolares (JEB's). Tais eventos (JEB's e JUB's) tiveram a parceria do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e recursos oriundos da Lei Agnelo-Piva, o que possibilitou realizar os oitos eventos: Copa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de Futebol; Encontro Nacional de Capoeira; Competições Estudantis Militares; Campeonato Nacional de Basquete de Rua; Conferência - Fundo Nacional da Criança e do Adolescente; Jogos Escolares Sul-Americanos; Jogos Escolares Brasileiros – 2ª Etapa e ainda a realização da Jornada de Atividade Física e Esporte em Montes Claros (MG), com a participação de 2 mil pessoas.

O contingenciamento impediu que o programa adquirisse a fluidez necessária ao seu desenvolvimento. Muitos foram os casos de renovação de convênios que ficaram paralisados, aguardando recursos para dar continuidade ao atendimento das crianças e adolescentes beneficiados. Apesar de a dotação ter sido maior do que a do ano anterior, o ME teve que contar com recursos próprios para o desenvolvimento da ação "Reforço Alimentar dos Núcleos de Esporte". Vale ressaltar que, tanto em 2003 quanto em 2004, essa ação contou com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC) em 2003 e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2003 e 2004. Além disso, foi incorporado o valor de R$ 600,00 para que cada núcleo de esporte (a cada 200 crianças) adquirisse material didático-esportivo suplementar, necessário à implementação de suas atividades e não fornecido pelo programa "Pintando a Liberdade", que é o responsável pela produção e distribuição do material esportivo (bolas e redes) e camisetas das crianças e adolescentes do "Segundo Tempo".

Tal aspecto é de fundamental importância para manter a criança no contra-turno escolar. Nesse sentido, foram estabelecidos contatos com os programas "PETI" e "Bolsa Família", tendo sido preparada uma minuta de termo de cooperação a ser assinado em 2006, de modo a estabelecer a parceria e o formato entre os três programas e os dois Ministérios (ME e MDS). Com o MEC foi assinado em dezembro de 2005 um novo termo de cooperação que não menciona diretamente o programa "Segundo Tempo", mas prevê as ações que possibilitarão maior articulação entre estes dois Ministérios. O incremento da ação de reforço alimentar do programa "Segundo Tempo" equivale a mais de 30% do valor necessário à implantação de um núcleo. Observe-se, ainda, a dificuldade de, com os atuais R$ 0,50 por dia, oferecer à criança um lanche com a qualidade nutricional adequada, referendada por um profissional da área – nutricionista.

A descontinuidade do fluxo orçamentário impactou na execução do programa, causando "gargalos" em determinados períodos. Ao fim do exercício 2005, entidades

públicas deixaram de ser atendidas, quer por inadimplência à época, quer por escassez de recursos ou a impossibilidade de renovação imediata dos convênios, uma vez que, nos termos da Lei nº. 8.666/93, não podiam ser aditivados em mais de 25%. Por se tratar de um programa continuado e social, faz-se necessário rever os procedimentos de renovação de convênios e outros instrumentos legais, de modo a garantir a continuidade dos projetos de forma ágil e a manutenção das atividades esportivas junto às crianças, evitando a descontinuidade que ocasiona a evasão e desmotivação dos alunos, bem como da comunidade local que muitas vezes encontra-se envolvida.

Algumas ações do programa não tiveram recursos liberados para a sua execução. Em outros casos, como o da principal ação, 4377 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional", houve um montante de recursos liberados, apenas, no final do exercício, impedindo, inclusive por falta de tempo hábil para a correta instrução dos processos, a renovação de algumas parcerias e a implantação de diversas outras. Além disso, a existência de restos a pagar relativos a 2004 interferiram na alocação de recursos para novas parcerias.

Com relação aos recursos materiais e de infra-estrutura, há escassez de equipamentos, material de expediente, suprimentos de informática e computadores, linhas telefônicas e móveis, notadamente armários e estantes para a guarda de documentos e processos. O espaço físico, bastante reduzido e dividido de forma inadequada, limita a atividade dos técnicos. Enquanto uns trabalham na redação dos pareceres, outros estão recebendo o público externo, o que interfere na consecução das tarefas.

Registre-se que o programa conta com apenas seis técnicos habilitados para toda a instrução dos processos dos convênios, desde a parte relativa à orientação dos parceiros até à emissão dos pareceres técnicos para a concessão de recursos. Apesar de existirem muitos profissionais lotados na Secretaria gestora do programa, os mesmos, em sua grande maioria, não possuem competência técnica ou administrativa para analisar os pleitos.

Um dos grandes entraves sofridos pelo programa em 2005 foi o atraso das entidades parceiras, principalmente das esferas estadual e municipal, em concluir seus processos de prestação de contas de convênios anteriores, quer por questões meramente burocráticas e administrativas, quer por mudanças na gestão, estas em nível municipal (novos prefeitos eleitos em 2004). Além disso, o grande número de inadimplências de entes municipais colaborou para a não renovação de parcerias de convênios oriundos desta esfera administrativa.

Apesar de o Ministério do Esporte ter assinado termos de cooperação técnica com outras pastas, no exercício de 2005 não houve ação conjunta, sequer no que concerne a recursos disponibilizados ao ME para a execução da ação de reforço alimentar do programa.

Outros Aspectos Relevantes

É importante destacar que os gestores locais do programa, principalmente depois que começou a ser implementada a sub-ação de capacitação do "Segundo Tempo", têm contribuído para o desempenho do programa, em função de estar sendo observada a importância de se seguir os princípios que o norteiam. Por meio da "Central de

Relacionamento", a gestão do programa tem tido condições de interlocução com os parceiros nos diversos Estados, inclusive tendo monitorado o desenvolvimento das ações e colhido exemplos de práticas que têm agregado valor ao trabalho desenvolvido nos núcleos de esporte.

O quadro abaixo consolida o desempenho da ação, levando-se em consideração os gastos por parceiro e o número de crianças atendidas, de núcleos implantados e de Municípios atendidos. Alguns aspectos se destacam, por exemplo: verifica-se que a maioria dos recursos (59,27%) estão concentrados nas parcerias com Organizações não governamentais (ONG's) e que os custos médios por crianças atendidas não são uniformes nos segmentos parceiros: Forças Armadas – R$ 913,57; Estados – R$ 135,25; Municípios - R$ 114,65; ONGs – R$ 185,91. Na distribuição de recursos por Unidade da Federação, o Distrito Federal ficou com 23,79% do total, tendo ainda o maior custo médio por criança beneficiada, isto é, R$ 278,55. No caminho inverso, Mato Grosso fica com a menor média – R$ 73,95.

Referência	CONVÊNIOS FIRMADOS EM 2005					
	F. Armadas	Estados	Municípios	Ong's	Unb/ Unesco	Total
Valor da Ação em R$	1.370.264,56	6.040.467,00	29.555.769,62	55.230.010,82	979.840,00	93.181.352,00
Crianças Beneficiadas	1.500	44.660	257.799	297.085	-	601.044
Núcleos Implantados	12	229	931	1.081	-	2.253
Municípios Atendidos	11	131	92	264	Nacional	498

Fonte: Ministério do Esporte

Com relação aos mecanismos de monitoramento, é exigido dos parceiros dos convênios o envio de relatórios trimestrais, que seguem um modelo elaborado pela equipe do programa. O instrumento é detalhado e cobra informações específicas. O "Segundo Tempo" possui um setor denominado "Central de Relacionamento", responsável pelo gerenciamento de um sistema de cadastramento de todas as crianças, profissionais e núcleos apoiados. Cumpre observar que também são realizadas, por amostragem, algumas vistorias in loco, limitadas, entretanto, pelas restrições orçamentárias e financeiras.

Os gastos com a "Gestão e Administração do Programa (GAP)" representam percentual reduzido que poderia vir a ser ampliado, caso as vistorias *in loco*, tão necessárias ao monitoramento e controle, e os encontros nacionais de gestores do programa pudessem vir a ser realizados com maior freqüência. Os recursos desta ação foram desembolsados para cobrir os gastos com passagens e diárias. Sua contribuição para a implementação das outras ações é fundamental, tendo em vista que algumas das viagens realizadas constituíram mecanismos de monitoramento e controle do programa. No entanto, existem dificuldades de ordem financeira e administrativa, já que o gerenciamento destes recursos não é feito pela gerência do programa e sim, pela área meio.

Outros aspectos podem ser observados para o aperfeiçoamento do programa:

- O programa "Pintando a Liberdade" tem interface direta com o programa "Segundo Tempo", no que se refere ao atendimento das crianças e adolescentes por meio do material esportivo distribuído nos núcleos de esporte e dos uniformes (camisetas) disponibilizados a cada criança e jovem. Neste sentido, para garantir a confecção das camisetas previstas para o atendimento do público-alvo do "Segundo Tempo", faz-se necessário um reforço orçamentário para o "Pintando a Liberdade" ou para a ação "Funcionamento de Núcleos do Segundo Tempo". Desta forma, poder-se-ia repassar aos parceiros, que têm convênio com os dois programas, recursos para a confecção do citado material, indispensável ao bom desenvolvimento das atividades dos núcleos. Cabe ressaltar que, no exercício de 2005, esse fato já ocorreu, através de convênios com a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS/BA) e a Associação do Mutuário do Bairro Santa Etelvina (ACETEL/SP), a fim de garantir uma produção de camisetas que possibilitou o atendimento mínimo de uma camiseta para cada integrante dos núcleos de esporte educacional em 2005.
- O estabelecimento de parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do programa "Primeiro Emprego" e de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), também poderá ampliar o atendimento já existente, beneficiando um maior número de crianças e adolescentes, de modo a garantir recursos humanos capacitados e qualificados, pela destinação de recursos orçamentários para pagamento da bolsa estagiário/monitor, atualmente atendida com recursos do ME. Este processo de articulação encontrava-se em desenvolvimento, junto ao departamento específico que gerencia o programa "Primeiro Emprego" e, atualmente, encontra-se em renegociação, devido à troca de Ministro. Iniciou-se um processo de articulação por meio de representatividade deste Ministério no Grupo de Trabalho do Programa Primeiro Emprego, ainda não articulado formalmente. Realizou-se reunião com o Consórcio da Juventude de São Paulo, no intuito de tomar ciência da realidade e necessidades das atividades desenvolvidas por meio do "Primeiro Emprego" naquele Estado, a fim de efetivar parceria para início em 2006.

Recomendações

- Aprimorar e implantar mecanismos eficientes de monitoramento da execução do programa, vinculando a obrigatoriedade do cadastramento à liberação dos recursos pactuados, conforme determina a Portaria ME nº. 123/05.
- Aplicar os procedimentos de identificação da proposta pedagógica já definidos, com vistas a assegurar o estabelecimento de parcerias que possuam estrutura para a execução das ações, assim possibilitando maior controle da sua aderência e cumprimento.
- Estabelecer parcerias com os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), objetivando ampliar o controle social do programa.
- Promover permanente articulação com as prefeituras dos Municípios contemplados com recursos do programa, no sentido de assegurar a disponibilização de espaços públicos apropriados para a realização das

atividades, inclusive na elaboração e envio de lista de Municípios atendidos pelo programa e carentes de infra-estrutura esportiva aos presidentes das Comissões de Educação do Senado Federal, de Turismo e Desporto da Câmara Federal e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, como subsídio ao processo de discussão da proposta orçamentária, de modo a otimizar a distribuição dos recursos e oferecer maior disponibilidade de infra-estrutura esportiva para os núcleos.

- Estabelecer parâmetro, de acordo com a esfera administrativa da parceria firmada e em razão da variação das ações e seus respectivos custos, para que os convênios firmados atendam ao custo médio padrão /ano por criança/adolescente.
- Necessidade de interlocução com o MDS e o FNDE, no sentido de compartilhar com estes, por meio de seus programas estratégicos, a ação de reforço alimentar.



Ministério do Meio Ambiente

Agenda 21
Amazônia Sustentável
Áreas Protegidas do Brasil
Combate à Desertificação
Comunidades Tradicionais
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
Gestão da Política de Meio Ambiente
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos
Litoral Brasileiro Sustentável
Mudanças Climáticas e Meio Ambiente
Nacional de Ecoturismo
Nacional de Florestas
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer
Proambiente
Probacias
Qualidade Ambiental - Procontrole
Recursos Pesqueiros Sustentáveis
Resíduos Sólidos Urbanos
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental
Viver sem Contaminação
Zoneamento Ecológico-Econômico

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Meio Ambiente, foi utilizado R$ 1,1 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$2.244.690.389,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 1.148.983.965,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 144.000,00	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 2.244.834.389,00	**Total realizado:**	R$ 1.148.983.965,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 132,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 95,2 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Meio Ambiente em 2005 a serem destacados foram:

- Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em 6,2 milhões de hectares, com a criação de 20 Unidades de Conservação Federais, sendo duas Estações Ecológicas, quatro Florestas Nacionais, quatro Parques Nacionais, uma Reserva Biológica e oito Reservas Extrativistas.
- Ampliação do plantio florestal, atingindo a marca de 530 mil hectares/ano com aumento da participação dos pequenos produtores para 20% deste total.
- Fiscalização de 8.907 propriedades rurais para prevenção e combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais.
- Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, com destaque para a implantação de sistemas de esgotamento sanitário em nove grandes Municípios e elaboração de projetos em 50 outros, construção de 5 mil sistemas de cisternas, implantação de estações fluviométricas e de qualidade da água, realização de cursos de educação ambiental para 48 comunidades e instalação de viveiros-escola para a produção de 2 milhões de mudas.
- Concedidos 237 licenciamentos ambientais para empreendimentos potencialmente poluidores e apoiadas modernizações de Sistemas Estaduais de Licenciamento Ambiental.
- Realização da II Conferência Nacional de Meio Ambiente com a participação de aproximadamente 1.300 delegados dos setores empresarial e governamental e da sociedade civil organizada e de 6.700 pesquisadores, autoridades governamentais, expositores e representantes da mídia.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- Aprovação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, criando o Serviço Florestal Brasileiro e instituindo o Fundo de Desenvolvimento Florestal.
- Assistência a 2.342 produtores extrativistas na Amazônia para a elaboração e execução de projetos, elaboração de planos de manejo sustentável e realização de estudos técnicos.
- Apoio a 84 projetos de fomento à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

Aspectos Relevantes

Dentre as dificuldades apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente, destacam-se às dificuldades na realização de licitações, celebração de contratos e convênios. Em grande medida, isso ocorreu devido à inadimplência dos entes federados que acessam os recursos, sobretudo no que tange à regularidade fiscal e previdenciária, ou mesmo por conta de sua baixa capacidade institucional para apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor para descentralização dos recursos.

Outra dificuldade expressada pelo Ministério do Meio Ambiente é a escassez qualitativa e quantitativa de recursos humanos. Além de haver equipes reduzidas em relação às linhas de ação desenvolvidas, houve recentemente um rápido processo de substituição de servidores temporários por servidores concursados. Embora correta em termos estratégicos e legais, possibilitando a formação de um quadro qualificado a médio prazo, a medida teve um efeito inicial negativo devido à pouca experiência dos novos servidores. Ressalte-se que a baixa atratividade salarial do certame contribuiu para a saída de funcionários experientes do Ministério do Meio Ambiente.

Há no Ministério do Meio Ambiente baixa interação e, em alguns casos, concorrência entre a unidade central e suas entidades vinculadas (IBAMA, ANA e Jardim Botânico do Rio de Janeiro), tendo como conseqüência o não-tratamento dos programas intra-setoriais do PPA 2004-2007 como unidades de gestão por resultados. Verifica-se também um hiato entre o nível de estruturação programática alcançado pelo Ministério do Meio Ambiente e o nível médio atingido pelos demais executores da União. No Ministério do Meio Ambiente o nível de organização programática ainda é relativamente baixo, mormente a relação entre a aderência do realizado pelo órgão e o publicizado nos diplomas legais de planejamento.

Para incrementar a qualidade de sua programação, expressa no PPA, o Ministério do Meio Ambiente estruturou em 2005 sua Unidade de Monitoramento e Avaliação no âmbito da Secretaria Executiva, coordenadora de uma rede de técnicos em planejamento nas entidades vinculadas e pontos focais em cada um dos programas. Esta coordenação já se traduziu em melhor tratamento das questões relativas ao Plano Plurianual junto às equipes, com definição de responsáveis pelos programas e ações, ampliação do fluxo de informações aos órgãos do Sistema Federal de Planejamento e conformação de uma proposta de Revisão do Plano bem estruturada.

Alguns programas sob gerência do MMA no Plano Plurianual não têm efetiva escala de Programa da União. Esta escala refere-se ao conjunto da análise de quatro fatores: o volume de recursos orçamentários e não-orçamentários consignados pela União ao programa, o público e os resultados atingidos, a etapa de execução do programa e o efeito multiplicador da mobilização gerada por gestão de políticas. Vale ressaltar que

nem toda iniciativa que tem porte de programa setorial tem porte de programa de Governo.

Ainda houve disponibilização insuficiente e intempestiva de recursos orçamentários em relação ao inicialmente planejado e a descontinuidade no fluxo de recursos financeiros. Tais restrições dificultam a gênese de um planejamento setorial e prejudicam o resultado de grande parte das ações orçamentárias. Além disso, o volume de recursos nas operações de financiamentos externos do Ministério do Meio Ambiente é incompatível com os limites orçamentários disponibilizados anualmente. Tal fato enseja atrasos no desembolso da quase totalidade das operações e leva o Brasil a arcar com encargos de permanência e juros evitáveis.

Por fim, os compromissos internacionais assumidos pelo país na seara ambiental e a pertinência de todas as linhas de ação do Ministério do Meio Ambiente são incompatíveis com volume de recursos orçamentários e financeiros disponibilizados ao órgão, levando a parcela de gastos com gestão da política a atingir níveis muito elevados em relação à parcela de intervenções. Como não há projeção de incremento substancial no limite orçamentário global do Ministério do Meio Ambiente no triênio 2007-2009, afirma-se a necessidade de redução do número de iniciativas a fim de se ampliar os resultados para a sociedade das iniciativas remanescentes.

Recomendações

- Implementação dos Comitês Gestores para os programas multissetoriais e intra-setoriais, de forma a estabelecer um fórum específico de tratamento dos programas do Ministério do Meio Ambiente como unidade de gestão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Meio Ambiente.

Agenda 21

Objetivo

Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Público-Alvo

Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.865.512,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.216.506,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.216.506,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Construir a sustentabilidade no Brasil é um enorme desafio, tão amplo quanto as possibilidades brasileiras, fundadas em seu território continental, com sua natureza vasta, com grandes reservas de água doce, a maior diversidade biológica do planeta e uma complexa sociedade que já comporta cerca de 175 milhões de pessoas.

Para transformar essas possibilidades em realidade, será preciso superar a visão de desenvolvimento a partir apenas de um espaço a ser ocupado e entendê-la como possibilidade de construção sustentável, tendo como pontos de partida simultâneos o ambiental, o econômico, o social e o democrático. Muitas contradições e obstáculos terão de ser enfrentados e superados.

É indispensável promover a internalização das dimensões ambiental e social nas políticas públicas do país, em todos os níveis, para que essas dimensões sejam pontos de partida e não apenas algo a ser observado no final do processo. Esta tarefa

exigirá a adoção e a prática do princípio da sustentabilidade. Uma sustentabilidade que se amplie progressivamente e incorpore ao longo do tempo suas várias dimensões, assumindo assim um espaço estratégico nas políticas públicas do país como orientam o Programa de Governo e a atuais diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: transversalidade de ações na política ambiental, desenvolvimento sustentável, participação e controle social e fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Este contexto aponta a Agenda 21 como o instrumento de consolidação das diretrizes do governo na formulação e implementação de políticas públicas que produzam resultados dentro da escala de valores e prioridades das populações, tendo em vista que a Agenda 21 constitui um processo de planejamento estratégico, descentralizado e participativo, cuja metodologia de elaboração privilegia uma abordagem multissetorial da realidade brasileira, procurando focalizar a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e democrática. Além disso, a Agenda 21 determina que o processo de elaboração e implementação observe o estabelecimento de parcerias, entendendo que não deve ser apenas assumida pelo governo, mas tornar-se um produto de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira.

Principais Resultados

- Firmados 30 convênios para a elaboração de Agendas 21 Locais, em decorrência do Edital 02/2003 "Construção de Agendas 21 Locais", do Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- Conveniados 3 projetos do Edital 03/2005 - "Apoio ao fortalecimento do planejamento, ordenamento e gestão ambiental e territorial dos Municípios localizados na área de influência da rodovia BR 163 (trecho Cuiabá-Santarém)", integrando o Programa Agenda 21 à Campanha Nacional do Plano Diretor e ao Zoneamento Ecológico-Econômico naquele território.
- Realizados 13 cursos de Formação de Agentes Multiplicadores em Agenda 21 Local, com a formação de aproximadamente 925 agentes.
- Realização do I Encontro dos Fóruns de Agendas 21 Locais.
- Início da construção das Agendas 21 Locais nos Pólos de Três Marias, Pirapora e Montes Claros, em colaboração com o Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco.
- Lançamento da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais.
- Construção do Sistema Agenda 21.
- Lançamento das publicações: "Passo a Passo da Agenda 21 Local"; "Agenda 21 e os Objetivos do Milênio"; "Agenda 21: Articulando Planos nos Municípios"; e "Agenda 21 no Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apesar de o orçamento ter se mostrado extremamente reduzido para as metas e demandas apresentadas, esta dificuldade foi superada mediante parcerias com outros programas e ou instituições e reformulação do gerenciamento operacional da implementação das ações previstas, readequando os fluxos financeiros. Com a adoção destas providências, as metas físicas planejadas foram superadas e efetivou-se um melhor atendimento à grande demanda de entes locais por apoio na elaboração de Agendas 21.

Houve atrasos na celebração de convênios com os entes que tiveram seus projetos de construção de Agenda 21 Local aprovados na Câmara Técnica do Fundo Nacional do Meio Ambiente, sobretudo em razão da inadimplência de prefeituras locais.

O programa realiza parcerias não governamentais para sua execução, uma vez que o princípio básico da Agenda 21 é a parceria entre diferentes setores da sociedade. Assim, o relacionamento com diferentes instituições é constante na realização das ações do programa, mormente com as comissões e os conselhos que reúnem governo e sociedade civil, como comitês de bacias hidrográficas, conselhos de meio ambiente e fóruns de educação ambiental. Notam-se, entretanto, sérias dificuldades dos parceiros no que se refere a capacidade técnica e recursos financeiros. Em seus cursos de capacitação, o programa procura minorar essas dificuldades, incluindo esses parceiros nas atividades específicas.

Outros Aspectos Relevantes

Os resultados do programa "Agenda 21" em 2005 ficaram acima do esperado, impulsionados pela realização de parcerias com diferentes ministérios e instituições. Ademais, verificou-se um adequado direcionamento das ações do programa ao seu público-alvo e às áreas definidas como prioritárias pelo Governo Federal.

Na formação continuada em Agenda 21 Local, os resultados das avaliações realizadas nos cursos de formação e a crescente demanda para realização dos mesmos indicam uma boa receptividade por parte do público alvo.

Recomendações

- Recomenda-se a alteração do produto da ação 4921- "Elaboração e Implementação das Agendas 21 Locais" de "Agenda implementada" para "Agenda elaborada", de forma a melhor espelhar seus resultados. A elaboração e implementação da Agenda 21 Local é composta de seis etapas, denominadas Passo a Passo da Agenda 21 Local. Os quatro primeiros passos correspondem às fases da elaboração: sensibilização, constituição do Fórum Local de Desenvolvimento Sustentável, elaboração do diagnóstico participativo e elaboração de plano local de desenvolvimento sustentável. A seguir, iniciam-se as os passos de implementação e monitoramento dessa Agenda que estarão a cargo, sobretudo, das instituições locais.

Amazônia Sustentável

Objetivo

Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

Público-Alvo

Comunidades extrativistas e indígenas, ribeirinhos, associações e cooperativas de pequenos produtores agrícolas e rurais, setor privado empresarial e comunidade científica amazônica.

Execução do Programa
Indicador(es)

1. Número de Projetos Pioneiros de Produção Sustentável com Tecnologia Adequada

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador foi eliminado em 2005, na Revisão do Plano Plurianual da União e não será apurado.

2. Área de Ecossistema Original manejada de Forma Sustentável

Unidade de medida: Hectare
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador foi alterado na Revisão do Plano Plurianual a vigorar em 2006.

Contextualização

Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais, reduzindo as emissões de carbono, ao mesmo tempo em que se propicia a melhoria da qualidade de vida que ultrapassa em muito as fronteiras das florestas, foi criado, no início dos anos 1990, o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

O PPG7 foi incluído no PPA 2000–2003 como um conjunto de ações do programa "Amazônia Sustentável", executadas pelos Ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e da Justiça.

Esse esforço articulado entre instituições federais, com ativa participação dos Estados e da sociedade, contribuiu para significativos avanços em um largo espectro de temas, que compreendem a pesquisa científica, a criação de condições para a gestão ambiental descentralizada, a geração de alternativas produtivas em caráter pioneiro, a etno-demarcação de terras indígenas, as experiências participativas de manejo florestal e de acordos de pesca, além do apoio à produção sustentável em diferentes ecossistemas na Amazônia Legal.

O programa "Amazônia Sustentável", elaborado com a participação da sociedade regional, estabelece como prioridade absoluta a internalização transversal, no conjunto das políticas públicas, dos princípios do desenvolvimento sustentável, considerados cruciais para um novo modelo de desenvolvimento da região.

Principais Resultados

- O estudo sobre a grilagem de terras públicas na Amazônia Legal e a análise do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR) no Estado de Mato Grosso forneceram contribuições significativas ao entendimento da dinâmica de vetores do desmatamento na Amazônia Legal.
- Aporte de R$ 5,6 milhões a 21 iniciativas promissoras de manejo florestal desenvolvidas por comunidades rurais e empresas madeireiras da Amazônia, para apoio à ações de assistência técnica, infra-estrutura, treinamento e pesquisa.
- Repasse de R$ 5,5 milhões para entidades e instituições executoras de subprojetos de capacitação, sensibilização, organização comunitária, formação de estudantes em manejo florestal e apoio ao fortalecimento dos Centros de Treinamento na Amazônia, atingindo cerca de 300 estudantes, 2 mil produtores rurais, 200 profissionais da área florestal, 100 empresários do setor madeireiro e mil famílias de comunidades da Amazônia.
- Finalização do desenvolvimento e teste do Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento da Produção de Madeiras em Tora (SIRMAT).
- Replicação da experiência do processo de elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós (PA) como referência para elaboração de planos de manejo de outras unidades de conservação na Amazônia.
- Realização de estudos para propositura de criação de unidades de conservação (UC's) na Área sob Limitação Administrativa (ALAP) da Rodovia BR-319 (Porto Velho-Manaus);
- Consolidação do Grupo de Trabalho e estruturação de uma Rede de Monitoramento da Dinâmica de Florestas da Amazônia, visando a gerar informações sobre a produção de florestas para apoiar a elaboração de normas técnicas para o manejo florestal.
- Publicação de 10 títulos com vistas a disseminar boas práticas para a conservação das florestas tropicais.
- Realização de curso para 30 alunos de mestrado e doutorado de diversas universidades da Amazônia Legal, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), tendo como tema o desenvolvimento sustentável na Amazônia referenciado nas experiências exitosas das ações do programa.
- Elaboração e ou desenvolvimento de ações no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia: 1) Plano de Ação

Interministerial de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal, 2) Plano Amazônia Sustentável (PAS), 3) Plano Interministerial BR-163 Sustentável, além da proposta de criação de unidades de conservação (UCs) na Área sob Limitação Administrativa (ALAP) da rodovia BR-319 (Porto Velho-Manaus).

- Repasse de R$ 3,05 milhões a 41 projetos apoiados de alternativas ao desmatamento e queimadas e de consolidação de um conjunto de experiências em desenvolvimento sustentável.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados, em 2005, foi considerada dentro do esperado. O programa "Amazônia Sustentável" é composto de sete ações, sendo cinco com ações de campo. Destas, uma ação obteve resultados abaixo do esperado em 2005, três dentro do esperado e uma acima do esperado.

Houve escassez de recursos orçamentários frente à demanda por apoio a projetos, dificuldades no estabelecimento de um fluxo regular de recursos financeiros e intempestividade na internalização dos recursos de doação do agente financeiro alemão KfW.

A gestão de recursos humanos do programa "Amazônia Sustentável" representou uma restrição à plena execução das ações, em função da substituição de servidores temporários por servidores permanentes em menor número e sem experiência na condução das atividades do programa.

Ademais, dificuldades na gestão dos contratos de financiamento internacionais vinculados ao programa geraram restrições de natureza administrativa. Estas dificuldades devem-se à complexidade dos trâmites envolvidos e à pouca disponibilidade de pessoal capacitado para operar jurídico-administrativamente os contratos externos.

Outros Aspectos Relevantes

A concepção geral do Programa Amazônia Sustentável está correta, mas alguns de seus aspectos ainda são passíveis de aprimoramento, tais como o seu objetivo, de forma a expressar a natureza experimental e pioneira das ações, e a caracterização do público-alvo, que deve incluir em sua descrição os órgãos ambientais dos governos estaduais e municipais, as organizações não-governamentais e os ministérios públicos estaduais da Região Norte.

O programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução e, em geral, tem executado suas ações de forma satisfatória, contribuindo para o resultado positivo na execução e cumprimento de metas das ações.

Embora o Programa não possua outra avaliação além da anual do PPA, as ações que o compõem, por receberem recursos de doação internacional, são avaliadas pelos doadores e/ou pelo Ministério das Relações Exteriores a cada ano via missões de supervisão.

No tocante à forma de implementação do Amazônia Sustentável, verifica-se que este possui mecanismos que promovem a participação social nas formas de ouvidoria e reuniões com grupos de interesse. As principais contribuições da participação social para os resultados do Programa foram a ampliação de sua transparência; a melhoria da qualidade de gestão das ações em função do acompanhamento pelas organizações sociais; a ampliação do potencial de disseminação dos resultados dos subprojetos de algumas ações e a maior eficiência na concretização dos objetivos das ações devido à ampliação do leque de parcerias estabelecidas em âmbito local para a implementação das atividades previstas nas ações.

O Programa opera de forma descentralizada, repassando os recursos diretamente para o conjunto de subprojetos apoiados. Portanto, a liquidação orçamentária em seu âmbito depende da dinâmica das instituições e subprojetos apoiados. Sob esta ótica, o desempenho do Programa quanto à execução destes recursos é de médio a alto.

O Amazônia Sustentável apresenta boas práticas de gestão, desenvolvidas continuamente e já consolidadas, que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, como a transparência no processo de análise e julgamento dos subprojetos apoiados, realizada em 03 instâncias (avaliação inicial, câmara técnica e comissão executiva), que conta com a participação de representantes de organizações governamentais e não-governamentais de forma paritária. Além disso, os mecanismos de descentralização de recursos, através de contrato via Banco do Brasil e de prestação de contas são considerados inovadores, facilitam os procedimentos das organizações proponentes e garantem ótimo nível de controle da execução das atividades.

O Sistema de Monitoria Participativa, com foco na geração de conhecimento para o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos subprojetos, também é exemplo para outras instituições. Ele consiste na realização de oficinas de estabelecimento de diagnóstico, definição dos indicadores de impacto e elaboração de modelo de relatório semestral de cada subprojeto apoiado.

Recomendações

- Necessidade de revisão do indicador do programa, devido à sua insuficiência na abordagem da diversidade de resultados proporcionados por suas ações. Paralelamente à revisão do indicador, faz-se necessária a revisão do índice atrelado a ele. Muitos dos resultados das ações não se limitam àquele, por exemplo, a formulação dos instrumentos de regulação aos acessos naturais como os acordos de pesca estimulados pela ação 6065, o fortalecimento de órgãos de meio ambiente estaduais e municipais, no caso da ação 002Q e a promoção de estudos e análises sobre temas estratégicos, no caso da ação 6072. Portanto, há necessidade de outros indicadores que possam refletir a totalidade dos impactos das ações do programa.

Áreas Protegidas do Brasil

Objetivo

Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios decorrentes.

Público-Alvo

População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 30.477.052,00	Empenho Liquidado: R$ 23.222.200,00 Pago estatais: - Total: R$ 23.222.200,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Proteção Integral dos Biomas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 3,35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5,06

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A Taxa de Proteção Integral dos Biomas obtida no final de 2005 foi de 3,35% e o percentual de ampliação de unidades de conservação de proteção integral está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007. No entanto, os estudos e as negociações realizados nesta fase de execução do PPA permitem a viabilização da meta e o alcance dos objetivos estabelecidos ao seu final.

2. Taxa de Uso Sustentável dos Biomas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 4,04 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5,32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A Taxa de Uso Sustentável dos Biomas obtida no final de 2005 foi de 4,04% e o percentual de ampliação de unidades de conservação de proteção integral está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007. No entanto, os estudos

e as negociações realizados nesta fase de execução do PPA permitem a viabilização da meta e o alcance dos objetivos estabelecidos ao seu final

Contextualização

O estabelecimento de um sistema nacional de áreas protegidas está previsto no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente e nas orientações estratégicas do Governo Federal, contidas no Plano Purianual da União, dentre as quais o mega objetivo II trata da proteção da biodiversidade como aspecto fundamental para alcançar a sustentabilidade.

A diretriz 12 (promoção da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação) do desafio 17 (melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental), por sua vez, orienta as ações de governo necessárias para a conservação e manejo de áreas protegidas.

A proteção de áreas naturais resulta em benefícios à sociedade, que se refletem na qualidade de vida das gerações atuais e nas necessidades das gerações futuras, além de gerar benefícios econômicos diversos.

Principais Resultados

- Ampliado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em 6,2 milhões de hectares.
- Criação de 20 Unidades de Conservação Federais, sendo duas Estações Ecológicas, quatro Florestas Nacionais, quatro Parques Nacionais, uma Reserva Biológica e oito Reservas Extrativistas.
- Criação do Grupo de Trabalho Ministerial para a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas, por meio da Portaria MMA n° 044/2005, e de um grupo técnico especializado para elaborar as metas e estratégias específicas para a zona costeira e marinha.
- Implantado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação no âmbito federal e estadual, bem como disponibilizadas na rede mundial de computadores informações sobre Unidades de Conservação Federais no sítio www.mma.gov.br/cadastro_uc.
- Reconhecida a Serra do Espinhaço (MG) como Reserva da Biosfera brasileira pelo Programa "O Homem e a Biosfera", da UNESCO.
- Elaborado projeto de âmbito nacional, que será submetido ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), voltado para ações de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável de biodiversidade em terras indígenas, por meio do Grupo Interministerial Indígena.
- Criado o Grupo Interministerial Monte Pascoal (Portaria n.º 908/2005), com o objetivo de elaborar e implementar um modelo de gestão ambiental participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrando as comunidades indígenas pataxó e beneficiando 600 famílias de nove aldeias pataxó.
- Reeditados os cadernos 1 e 2 da Série Áreas Protegidas que abordam, respectivamente, os temas "Conhecimentos e representações sociais das Unidades de Conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003" e "Gestão Participativa do SNUC".

- Disponibilizado material do programa "Conduta Consciente em Ambientes Naturais" para 65 instituições parceiras oficiais.
- Aprovação da Resolução n° 001/05 do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sobre o impacto da carcinicultura em manguezais.
- Elaborada a 1ª fase do diagnóstico nacional de zonas úmidas, em parceria com o WWF-Brasil.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes para o cumprimento mínimo das metas propostas. No entanto, as demandas enfrentadas pelas instâncias gerenciadoras e implementadoras do programa têm se ampliado na medida em que setores da sociedade identificados com a conservação da natureza vêm cobrando atuação mais intensa e maior investimento de recursos por parte do Governo Federal na criação e gestão de áreas protegidas.

No caso da regularização fundiária, embora sejam insuficientes, os recursos provêm dos recursos de compensação ambiental. A regularização fundiária é uma questão-chave para a implementação das unidades de conservação pelo fato de garantir o zoneamento e a efetiva gestão destas áreas, além da implementação de infra-estrutura adequada.

Os recursos humanos foram considerados numericamente insuficientes para a implementação do programa e há necessidade de capacitações pontuais das equipes executoras e da equipe gerencial do programa.

Os conflitos decorrentes da implementação de outras políticas governamentais foram a restrição que mais significativamente interferiu no desempenho das ações de maior impacto, pois a criação de unidades de conservação depende de ações de outros setores e dos governos estaduais e municipais.

Outros Aspectos Relevantes

Verifica-se como resultado obtido em 2005 no programa "Áreas Protegidas do Brasil" um acréscimo na área protegida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), refletido de maneira similar tanto em unidades de conservação de proteção integral quanto de uso sustentável, combinado com o esforço para implementar modelos conservacionistas de desenvolvimento territorial. Este bom resultado é, em larga medida, fruto de parcerias não- governamentais para execução das ações, que constituem importante canal de diálogo com a sociedade, além de auxiliarem amplamente no processo de gestão e construção de políticas para as áreas protegidas.

Acrescenta-se que foram elaborados instrumentos estruturantes do programa, visando à amplificação dos resultados para os anos vindouros e a implementação completa do SNUC, sempre construídos em processos amplos de escuta da sociedade civil.
O Plano Nacional de Áreas Protegidas é um destes instrumentos e seu processo de elaboração fortaleceu a participação da sociedade civil organizada, inclusive de instituições e atores ligados às terras indígenas e territórios quilombolas. Já a construção do documento de "Diretrizes e recomendações para o planejamento e a gestão da visitação em Unidades de Conservação" possibilitou um maior engajamento

da sociedade civil organizada, da iniciativa privada, dos usuários em geral e das comunidade locais no que diz respeito ao uso público das unidades de conservação.

Recomendações

- O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério do Meio Ambiente atingiu nível satisfatório, embora ainda passível de aprimoramento pela otimização da comunicação e maior interação entre essas unidades.
- No caso da regularização fundiária, o setor responsável pelas atividades foi estruturado recentemente e encontra-se em fase de implantação, fazendo-se necessária a potencialização dos recursos humanos para o cumprimento das metas da ação.
- No caso da regularização fundiária, a falta de procuradores federais especializados e de profissionais para a avaliação de imóveis é um limitador para o andamento dos processos de regularização fundiária de unidades de conservação federais.

Combate à Desertificação

Objetivo

Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

Público-Alvo

População do semi-árido brasileiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.264.698,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.032.566,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.032.566,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Área Severamente Degradada do Semi-Árido

Unidade de medida: km²
Último índice apurado: 86.106 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 86.106

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A redução das áreas degradadas já atingiu o resultado esperado para o final do Plano Plurianual da União 2004-2007.

Contextualização

A desertificação é um processo de degradação ambiental que ocorre nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas por ação antrópica, acarretando impactos negativos imediatos na qualidade de vida das populações residentes nessas áreas.
O Brasil possui 980.711 Km2 de semi-árido, o que equivale a 18% do território nacional, atingindo parte dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Minas Gerais.
De todo o semi-árido, aproximadamente 980.073 Km2 são suscetíveis a processos de desertificação, sendo que 238.644 Km2 estão classificados como de muito alta suscetibilidade, 384.029 Km2 como de alta suscetibilidade e 358.037 Km2 como de moderada suscetibilidade.

Em todo o semi-árido brasileiro vivem aproximadamente 24 milhões de pessoas, das quais 18 milhões, correspondentes a 42% da população total da região Nordeste e a 11% da população brasileira, vivem em áreas vulneráveis aos processos de desertificação.

A inexistência de um conjunto de ações articuladas que visem a combater o avanço dos processos de desertificação pode levar ao agravamento da degradação ambiental e social no semi-árido, com reflexos nas esferas sociais, políticas e econômicas, em nível regional e nacional.

Cabe ao poder público, em conjunto com a sociedade, promover o desenvolvimento de ações no sentido de frear e recuperar os impactos dos processos de desertificação sobre os solos, a fauna, a flora e os recursos hídricos, de forma a reduzir as áreas antropizadas e a pobreza no semi-árido brasileiro.

Principais Resultados

- Celebrados os acordos de cooperação entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e os Governos dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, para cooperação institucional e técnica para a implementação do Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). Ressalta-se que os acordos de cooperação com os demais Estados inseridos nas Áreas Suscetíveis á Desertificação (ASDs) encontram-se em andamento.
- 2. Construção da sede do primeiro Núcleo de Pesquisas para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (NUPERADE), em Gilbués (PI).
- 3. Treinamento de Gestão e Captação de Recursos para atores diretamente envolvidos na construção do PAN-Brasil.
- 4. Treinamento de técnicos no Sistema de Gestão de Indicadores em Desertificação (SIGINDES).
- 6. Elaboração do Perfil da Desertificação em nove Estados com território nas ASDs.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados acima do esperado. Muitas das questões impostas para uma plena implementação do PAN-Brasil em 2005 assentavam-se em desafios organizacionais, difíceis de transpor em razão da cultura de isolamento institucional. Por essa razão, dois pontos foram importantes para se considerar os resultados como acima do esperado: o primeiro foi a receptividade dos demais órgãos e atores institucionais, que se envolveram com afinco e possibilitaram que se rompessem as barreiras das ações isoladas e se criassem um trabalho sinérgico, com forte indicativo de continuidade e integração.

Apenas parte dos recursos orçamentários previstos foram disponibilizados ao programa e de modo intempestivo, não tendo sido suficientes para atender às metas físicas. Dessa forma, buscou-se sanar a restrição por meio do envolvimento da sociedade civil e das parcerias com os governos estaduais, instituições públicas federais com atuação direta nas ASD, e por meio de contribuição dos organismos de cooperação internacional.

Os recursos materiais e a infra-estrutura disponibilizados foram considerados inadequados e insuficientes para a implementação do programa. Existe a necessidade de aquisição de equipamentos com capacidade para gerar mapas e informações demandadas pela equipe executora do programa.

A infra-estrutura da equipe gerencial foi considerada inadequada assim como a quantidade de recursos humanos disponíveis. A Coordenação Técnica de Combate à Desertificação foi criada e estruturada muito recentemente e teve que ser abrigada nos espaços alternativos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Outros Aspectos Relevantes

Em relação ao monitoramento e à avaliação do Combate à Desertificação ressalta-se que existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho das ações que visa à melhoria, eficiência e confiabilidade dos dados produzidos sobre as ASDs por meio do SIGINDES, software desenvolvido pelo Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul para obtenção e manejo das informações referentes aos processos de desertificação. Além da avaliação anual dos programas do PPA, foi realizada avaliação deste programa pela Secretaria Executiva da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), a qual realiza uma avaliação bi-anual de todas as ações e atividades de combate à desertificação nos países-membros da Convenção.

A parceria com a sociedade civil organizada deu-se de forma bastante forte durante a elaboração do documento do PAN-Brasil. A Articulação no Semi-Árido (ASA), entidade que congrega 1.020 organizações da sociedade civil, organizou oficinas estaduais para mobilizar e ouvir as propostas das comunidades impactadas pelos processos de desertificação que contaram com a participação de vários movimentos sociais. O programa estabeleceu também parcerias com os bancos públicos que atuam nas ASDs, como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, para fortalecer as ações de prevenção e controle da desertificação.

O programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal por caracterizar-se como uma permanente e verdadeira "co-gestão" entre governos (federal e estaduais), sociedade civil e cooperação internacional, mobilizando recursos privados para fins públicos.

Recomendações

- O indicador atual não é adequado para expressar a eficiência e eficácia do programa e sua apuração é difícil no momento, vez que não há recursos suficientes para montar o necessário sistema de avaliação e monitoramento.
- Em razão do crescimento das atividades do programa, que terá de responder às questões referentes à avaliação e ao monitoramento das áreas em processo de desertificação, estudos e pesquisas das causas e das soluções dos processos, assim como das significativas demandas internas e internacionais, dos governos estaduais e da sociedade civil local, será necessário, no mínimo, dobrar a equipe gerencial.

Comunidades Tradicionais

Objetivo

Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

Público-Alvo

Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 16.302.630,00	Empenho Liquidado:	R$ 11.601.899,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 11.601.899,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 14.144.000,00	-

Indicador(es)

Em 2005 foram elaborados dois indicadores para o programa, a serem apurados a partir de 2006.

Contextualização

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural no planeta e apresenta a existência de centenas de grupos tradicionais, que incluem, entre outros, seringueiros, caboclos e ribeirinhos, caiçaras, caipiras, quebradeiras de coco, quilombolas, pantaneiros, campeiros, babaçueiros, vareiros, jangadeiros, açorianos, entre outros. As populações tradicionais são caracterizadas, para os propósitos deste programa, por sua relação com a base de recursos naturais e quanto à gravidade e premência de suas demandas por políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se: a ligação intensa com territórios; a presença de instituições políticas próprias e tradicionais; e a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência. A Constituição de 1988 fez referência direta e indireta às populações tradicionais, como, por exemplo, no artigo 68 das Disposições Transitórias, que garante a propriedade definitiva das terras ocupadas por quilombolas. Outro marco legal da luta de comunidades tradicionais por reconhecimento é o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que criou a figura das Reservas Extrativistas, depois incorporada na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O programa "Comunidades Tradicionais" contribuirá para a recuperação da base de recursos degradados, com participação decisiva das próprias comunidades, detentoras de patrimônio inestimável de conhecimentos sobre o uso sustentável da biodiversidade.

Principais Resultados

- Início do funcionamento das novas Agências Implementadoras e dos Comitês Locais do Programa.
- Aprovação de 138 projetos de apoio às atividades produtivas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas
- Capacitação de 321 extrativistas e 14 comunidades quilombolas em elaboração de projetos, liderança comunitária, comercialização de produtos, manejo florestal e agroecologia.
- Assistência a 2.342 produtores extrativistas para a elaboração e execução de projetos, assim como na elaboração de plano de manejo, realização de estudos técnicos, apoio na articulação com diversas entidades governamentais e não governamentais para apoio a atividades produtivas, de organização social e elaboração de políticas públicas.
- Realização do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: Pautas para Políticas Públicas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 ficaram dentro do esperado, já que foi possível atingir boa parte das metas das ações. O programa utiliza recursos descentralizados, sendo os executores das ações as entidades que diretamente representam o público alvo ou entidades que o assessoram, conferindo alto desempenho e custos reduzidos à execução do programa.

Em 2005, as ações do programa não foram suficientes para o alcance do objetivo. No entanto, na revisão do Plano Plurianual da União ocorrida em 2005. Esta insuficiência foi parcialmente solucionada com a inclusão de uma ação, que se inicia em 2006. A gerência do programa está realizando articulações com outros ministérios, no âmbito da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, para que novas ações sejam somadas às existentes.

O desempenho do programa foi prejudicado pela disponiblização reduzida e intempestiva dos recursos orçamentários e financeiros em relação ao inicialmente previsto. Ademais, houve necessidade de realocação de recursos que se destinariam ao atendimento das ações finalísticas para o pagamento de custos administrativos.

Outra restrição verificada no ano de 2005 foi a perda de recursos humanos, sem que houvesse reposição.

Outros Aspectos Relevantes

O programa inseriu-se ativamente nas reuniões da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e na elaboração da minuta de Instrução Normativa sobre produtos orgânicos; ajudou a organizar e participou do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais; participou da II Conferência Nacional de Igualdade Racial, acrescentando o viés extrativista às discussões; e interagiu com a Câmara Setorial da Borracha e o Grupo de Trabalho do Biodiesel.

A equipe executora do programa contribuiu na elaboração do Plano para a Preservação e Controle do Desmatamento na Amazônia, do Plano de Desenvolvimento Sustentável para área de Influência da BR 163, do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e do Programa Fome Zero, entre outros, inserindo nos mesmos a preocupação com a melhoria de vida das comunidades tradicionais.

Recomendações

- O público-alvo precisa ser alterado, bem como a regionalização dos beneficiários, para atender melhor o objetivo do programa. Recomenda-se ainda a ampliação das ações deste programa para a consecução de seu objetivo, que possui uma dimensão ampla.
- Na ação 6060 - "Capacitação de Comunidades Tradicionais", deverá ser ajustado o quantitativo de meta física de comunidades beneficiadas.
- Há necessidade de contratação de mais 8 técnicos, sendo um deles qualificado para trabalhar com formação de pessoas na área de agroextrativismo, três com qualificação na área de análise, monitoramento e avaliação de projetos, dois qualificados para análise de prestação de contas de projetos, um para trabalhar na área de políticas públicas para as Comunidades Tradicionais e um para ser o responsável pelo fluxo de informações do programa.

Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Objetivo

Conservar e recuperar os biomas brasileiros da Amazônia, da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos, do Cerrado e da Caatinga e da Zona Costeira e Marinha.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 18.055.795,00	Empenho Liquidado: R$ 7.180.500,00 Pago estatais: - Total: R$ 7.180.500,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Remanescentes do Bioma da Mata Atlântica

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7,84 em 31/12/2001
Índice previsto ao final do PPA: 8,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não pôde ser apurado, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existente.

2. Taxa de Remanescentes do Bioma do Cerrado

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

3. Taxa de Remanescentes do Bioma da Zona Costeira e Marinha

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não existia um índice de referência oficial até agora, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existente hoje.

4. Taxa de Remanescentes do Bioma de Campos Sulinos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

5. Taxa de Remanescentes do Bioma da Caatinga

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

6. Taxa de remanescentes do Bioma da Amazônia

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não existia um índice de referência oficial, mas está sendo finalizado um estudo que indicará a taxa de remanescentes por biomas existentes.

Contextualização

O "estado da arte" dos biomas brasileiros não se encontra completamente diagnosticado, sobretudo, no que se refere à cobertura vegetal.

O enfoque sistêmico por bioma incorpora uma nova visão sobre o manejo e a conservação dos recursos naturais, necessária para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Historicamente, acreditava-se que era suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando-se depois para a conservação de amostras de ecossistemas através da criação de unidades de conservação. Finalmente percebeu-se que é necessária uma visão global, com uma ação mais ampla sobre as potencialidades e ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todo o bioma e que sem isso, não será possível garantir a conservação da biodiversidade no longo prazo.
Esta estratégia é, portanto, um marco diferencial que define diretrizes e orienta as ações do programa.

Um passo importante, nessa direção, é a realização de um inventário mais completo sobre a cobertura vegetal e dos outros recursos naturais existentes nos biomas. Ademais, é relevante mencionar que é necessária uma avaliação da evolução da ação antrópica, que muda com o avanço do conhecimento científico e tecnológico.

Cabe ao Estado tomar as medidas, não somente de ordem legais (fiscalização), mas também de planejamento de ações com o intuito de recuperar estas áreas.

O Programa Biomas trabalha com a riqueza de espécies, com as interações entre os seres vivos e os processos ecológicos, com a implantação de corredores ecológicos, bem como na recuperação de Áreas de Preservação Permanente.

Considerando-se que a criação de unidades de conservação não é suficiente para garantir a conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável, há que se estimular a adoção de práticas de recuperação e uso sustentável nos biomas, em particular no que se refere à biodiversidade, que compatibilizem a conservação, a geração de renda, a distribuição da riqueza, a valorização das culturas humanas associadas aos biomas e a promoção da qualidade de vida das populações, sobretudo aquelas que tradicionalmente mantêm forte relação com a biodiversidade local.

Principais Resultados

- Mata Atlântica: os Subprojetos Demonstrativos da Mata Atlântica, integrantes do Projeto Piloto para Florestas Tropicais (PPG7) iniciaram sua implementação de 50 projetos descentralizados, por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, que contaram com o apoio do Núcleo da Mata Atlântica.
- Cerrado: foram aprovados diversos projetos por meio do Edital Assistência Técnica e Extensão Rural em Atividades Florestais aos Agricultores Familiares no Bioma Cerrado em parceria com o Programa Nacional de Florestas, com o Fundo Nacional de Meio Ambiente e com o apoio do "Programa Biomas".
- Zona Costeira e Marinha: foi dada continuidade ao acompanhamento técnico do convênio com o Instituto Recifes Costeiros "Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros - Reef Check".
- Implantação de Corredores Ecológicos: elaboração do Plano de Gestão para os Corredores Centrais da Mata Atlântica e Amazônia; fiscalização e monitoramento, estruturas institucionais estabelecidas e operando nos dois corredores.
- Monitoramento da Ação Antrópica: o monitoramento da ação antrópica tem sido realizado por meio de oficinas e reuniões realizadas por biomas, envolvendo os Grupos de Trabalho respectivos, tendo como base mapas com dados sobre o estado da cobertura vegetal. Foi realizado monitoramento in loco por meio dos convênios firmados, tais como o de monitoramento de recifes de corais e a implantação de um projeto de monitoramento para a Mata Atlântica.
- Recuperação de Áreas Degradadas: no Cerrado foi dada continuidade à "Implementação de Módulos Demontrativos de Recuperação de Áreas Degradadas do Cerrado com Espécies Nativas de Uso Múltiplo", em

parceria com a Universidade de Brasília e a EMBRAPA, em oito áreas distintas de um hectare cada área, em Brasília e seu entorno.

- Núcleo do Bioma Caatinga: realização de reuniões do GT-Caatinga que resultaram no início do processo de elaboração do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade da Caatinga, na definição de áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e avaliação dos resultados do projeto "Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas no Bioma Caatinga".
- Núcleo do Bioma Zona Costeira e Marinha: criação de grupo de trabalho técnico que elaborou metas e atividades para o Plano contemplando as especificidades marinhas; foi lançado e distribuído um vídeo educativo para a divulgação dos princípios de conduta consciente para a visitação destes ambientes, dando continuidade às ações da "Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais".
- Núcleo do Bioma Mata Atlântica: acompanhamento dos Projetos bilaterais do KfW-Group com os Estados de RS, SC, PR, SP, RJ, MG e os corredores ecológicos, com o objetivo de compartilhar informações, convergir metodologias e viabilizar a atuação integrada no processo de monitoramento da Mata Atlântica. Esses projetos estaduais e as iniciativas nesse sentido do MMA, com destaque para o PDA Mata Atlântica, visam à implementação dos recursos destinados à essa finalidade; aquisição de equipamentos e materiais para estruturação do Núcleo Assessor para a Mata Atlântica - NAPMA e do Laboratório de Geoprocessamento; capacitação de técnicos e consultores do NAPMA e do Laboratório de Geoprocessamento em programas de informações geográficas; criação e implantação do Grupo de Trabalho Araucárias Sul, que realizou estudos técnicos de campo em 10 áreas do Paraná e Santa Catarina, resultando na efetiva criação das unidades de conservação: Parque Nacional das Araucárias em Santa Catarina – com 12.839 hectares e Estação Ecológica da Mata Preta em Santa Catarina – com 6.563 hectares, iniciadas discussões com o IBAMA e projetos Bilaterais do KFW para lançamento da chamada nacional na linha temática "Monitoramento Participativo da Mata Atlântica"; contratação de consultora e realização do segundo Seminário para elaboração de Programa de Conservação da Mata Atlântica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados referentes ao ano de 2005 foram alcançados de forma satisfatória e têm perspectiva de incremento. Todavia, algumas restrições foram verificadas, relacionadas ao volume e ao fluxo dos recursos financeiros disponibilizados ao Programa.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A meta física prevista para o ano de 2005 da Ação 101V "Implantação de Corredores Ecológicos" foi inserida de forma errônea no sistema, uma vez que se trata da implantação de corredores em um a área correspondente a

mais de 32 milhões de hectares, e não apenas 100 hectares como consta na Lei Orçamentária Anual 2006.

- O objetivo do Programa, dada suas limitações, não é "conservar e recuperar os biomas brasileiros" mas sim "contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas Cerrado, Pantanal, Marinho, Costeiro, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, por meio da implantação de Sistemas de Gestão Integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma". Tal adequação já foi contemplada na programação 2006 do Plano Plurianual da União.
- As ações previstas para 2005 foram realizadas. Entretanto, entende-se que um redesenho do Programa, incluindo a reformulação das ações fez-se necessária, de forma a não haver sobreposição com outras ações ou necessidade de migração das ações existentes para o atendimento a outros Programas.
- A liberação gradual ou no início do ano dos recursos financeiros seria ideal para a plena execução do Programa de acordo com o planejamento de suas atividades.

Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos

Objetivo

Promover o acesso, o uso sustentável, a biossegurança e a repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

Público-Alvo

Comunidades locais, povos indígenas, assentados rurais, pequenos agricultores, organizações não-governamentais, comunidade acadêmica e setor empresarial.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.648.411,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.146.653,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.146.653,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de autorizações de acesso aos recursos genéticos concedidas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 177 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Existe a possibilidade de se atingir o índice previsto até o final de 2007, caso se intensifiquem as atividades previstas nas ações mais específicas e sem ocorrência de contingenciamentos e/ou atraso na liberação dos recursos financeiros previstos.

Contextualização

O uso sustentável de recursos genéticos no Brasil é atividade imperiosa, pois está diretamente relacionada com o aproveitamento econômico e social, assim como a conservação da sua biodiversidade.

Por ser o país detentor de 20% da biodiversidade mundial, cabe utilizá-la com parâmetros de perpetuidade e cuidando para que seja catalisadora de ações voltadas ao combate às desigualdades regionais, a uma maior oferta de bens e de empregos e a uma efetiva inclusão social.

A conservação dos recursos genéticos implica no estabelecimento de uma rede de conservação ex-situ, na conservação de variedades locais em propriedades rurais,

na conservação dos parentes silvestres das plantas cultivadas e espécies ameaçadas da fauna e da flora.

O uso sustentável dos recursos genéticos é condição primordial para a perpetuidade da sua utilização, como é o caso da identificação e uso de espécies vegetais com importância econômica atual ou potencial, atividade que, certamente, apontará para fontes geradoras de riqueza.

Especial ênfase será dada às atividades relacionadas à caracterização, à conservação, ao uso sustentável e ao fomento das variedades de plantas crioulas mantidas por pequenos agricultores nas propriedades, bem como às atividades relacionadas à regulamentação do uso dos componentes do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado. Ademais, para se conferir a necessária abrangência ao tema recursos genéticos, é necessária a implantação de estratégias de inserção de novos padrões tecnológicos de uso desses recursos.

Principais Resultados

- Implantação de 7 sistemas de uso sustentável em áreas dos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs).
- Capacitação de 133 pessoas em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados.
- Capacitação de 51 pessoas para o Combate à Biopirataria.
- Apoio a 4 Projetos de Pesquisa e Proteção do Conhecimento Tradicional Associado à Biodiversidade.
- Realização de 3 pesquisas para o Uso Sustentável dos Recursos Genéticos de Plantas Medicinais Nativas.
- Firmados 3 contratos de Repartição de Benefícios decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em termos gerais, pode-se considerar que os resultados do programa ficaram dentro do esperado e foram compatíveis com o pequeno volume de recursos orçamentários alocados. As demandas por recursos foram muito superiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual. Aliados ao contingenciamento do orçamento e atraso na liberação dos recursos, os problemas e dificuldades se avolumam e, em muitos casos, impossibilitam o atingimento das metas propostas.

As metas físicas foram satisfatoriamente executadas, exceto a da ação 6287 - "Pesquisa para o Uso Sustentável dos Recursos Genéticos de Plantas Medicinais Nativas", que teve os seus recursos financeiros contingenciados integralmente.

O desempenho da ação 6056 - "Fomento à Bioprospecção e Desenvolvimento de Produtos e Processos Derivados da Biodiversidade" ficou abaixo do esperado, devido à vacância e não substituição do coordenador da ação.

Outros Aspectos Relevantes

Cada ação do programa tem uma identificação maior com determinado público específico e cada um deles está sendo atendido, podendo se verificar que as

comunidades locais, os povos indígenas, os assentados rurais, os pequenos agricultores, as organizações não-governamentais, a comunidade acadêmica e o setor empresarial estão sendo contemplados sob diferentes formas e em diferentes momentos com as atividades desenvolvidas em cada ação.

Recomendações

- Com a incorporação do programa "Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos" ao programa "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos" a partir de 2006, sugere-se que os coordenadores das ações incorporadas realizem as correções e os ajustes necessários ao seu bom desempenho.

Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Objetivo

Melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, a conservação e a qualidade das águas.

Público-Alvo

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 32.661.380,00	Empenho Liquidado: R$ 11.807.608,00 Pago estatais: - Total: R$ 11.807.608,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 291.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Consumo Médio Anual de Água no Setor de Irrigação

Unidade de medida: Vazão em litros/segundo/ha
Último índice apurado: 0,79 em 06/06/2003
Índice previsto ao final do PPA: 0,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os recursos alocados e efetivamente disponibilizados para a execução do programa são insuficientes para o alcance do índice previsto ao final do PPA.

Contextualização

O Brasil, apesar de deter reservas substanciais de águas superficiais, vem sofrendo um crescente e preocupante processo de degradação dos seus corpos d'água, causado pelo adensamento populacional e pela poluição agrícola, urbana e industrial.
Há regiões no Brasil em que, a despeito da elevada disponibilidade natural de água, a intensa e desordenada ocupação tem gerado problemas de disputa, em face de questões associadas à escassez e à qualidade requerida pelos usuários.
No outro extremo destacam-se regiões com baixa disponibilidade natural de água, em particular o semi-árido nordestino, com períodos de estiagem prolongados que agravam a situação ambiental local e causam reflexos negativos sobre o desenvolvimento econômico e social da região.
Esforços devem ser empreendidos para o controle desse processo, envolvendo diferentes escalas econômicas e arranjos institucionais, propiciando desde o desenvolvimento de práticas e tecnologias de estímulo ao uso racional da água, principalmente junto aos setores industrial, de irrigação e de saneamento, como

também por meio de experiências de conservação e ampliação da oferta sustentável de água de boa qualidade.

Principais Resultados

- Desenvolvimento de processos estratégicos voltados para o uso racional e a ampliação da eficiência do uso dos recursos hídricos, para os setores prioritários em demanda hídrica.
- Manutenção e continuidade de projetos iniciados de conservação de bacias hidrográficas.
- Produzidos resultados importantes no projeto realizado em parceria com o "Global Environment Facility"(GEF), destacando-se o Relatório Final do Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e sua Zona Costeira e o Plano Decenal da Bacia, já aprovado pelo seu Comitê de Bacia.
- Apoio a projetos de recuperação da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte (MG) e conservação de bacias hidrográficas no Estado do Rio de Janeiro.
- Formalização de quatro parcerias para a Região Hidrográfica do Rio São Francisco.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos orçamentários disponibilizados ao programa foram insuficientes, tendo em vista sua abrangência e os resultados esperados. Não foram apurados resultados decorrentes da ação não-orçamentária, que detém cerca de 90% do volume de recursos do programa, no exercício.

Outros Aspectos Relevantes

A cobertura do público-alvo está abaixo do esperado e os esforços estão sendo direcionados para atuação estratégica, visando a resultados de amplo alcance e de menor custo. Algumas ações são implementadas por meio de publicação de editais de ampla divulgação, tornando o processo de seleção de projetos transparente e propiciando o controle social sobre os resultados.

Recomendações

- Revisar o programa, com a definição de escopo e de indicadores compatíveis com o volume de recursos que vêm sendo disponibilizados e os resultados pretendidos, ou, ainda, fundí-lo com programa similar ou complementar.

Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade

Objetivo

Conhecer, conservar e recuperar a diversidade biológica e promover e controlar sua utilização sustentável.

Público-Alvo

Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, academia e comunidade internacional.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 35.383.227,00	Empenho Liquidado: R$ 23.717.152,00 Pago estatais: - Total: R$ 23.717.152,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os compromissos até aqui firmados com os parceiros e atores envolvidos, indicam que muito provavelmente a taxa de conservação de espécies ameaçadas será superada em relação aos 12% previsto para ser atingido no final de 2007. Além disso, percebe-se uma evolução no índice, que passou de 2% em 15 de agosto de 2003 para 7 em 2005.

Contextualização

O Brasil abriga a maior diversidade biológica dentre os 17 países megadiversos, que reúnem 70% das espécies de animais e vegetais catalogadas no mundo. Apresenta, também, diversidade cultural expressiva, constituída por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras populações tradicionais/locais detentoras de conhecimentos associados ao uso da biodiversidade. A conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica implicam, também, na preservação dos conhecimentos das comunidades locais e populações indígenas, às quais devem ser revertidos, de forma eqüitativa, os benefícios decorrentes de sua exploração.

Muitas espécies de mamíferos e aves brasileiros estão ameaçadas de extinção. A

Mata Atlântica está, atualmente, reduzida a menos de 7% de sua área original e cerca de 15% da Floresta Amazônica foi desmatada. O bioma Cerrado perdeu mais de 50% da vegetação nativa e abriga alguma forma de utilização econômica em quase toda a sua extensão. O bioma Caatinga, que teve mais de 50% da sua vegetação nativa removida, sofre, em conseqüência, com prolongadas secas, erosão do solo, salinização e processos de desertificação.

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, tem como princípios a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, a repartição justa e eqüitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, a soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a aplicação do princípio da precaução.

O Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, instituiu, conforme disposto em seu anexo, princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO, conforme previsto no Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, coordenará a formulação e a implementação dessa Política, mediante a promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil. O Programa Biodiversidade proposto deve, portanto, além de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira, gerar mudanças na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção, alinhadas com a conservação ambiental e contribuindo, ainda, para a inclusão social.

Principais Resultados

- Apoiados 84 projetos de Fomento a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica.
- 2. Realização do Seminário Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras no mês de outubro de 2005, em Brasília, com a participação de mais de 400 participantes da Comunidade Acadêmica, organizações não-governamentais, instituições públicas, setor privado, dentre outros.
- 3. Realizadas dezenas de operações de fiscalização específicas de fauna, destacando-se as operações "Trinca-Ferro", nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, "Quem Ama não Compra", em Minas Gerais, Goiás e Bahia, "Círio", no Aeroporto Internacional de Belém, "RAN", em Goiás, além das operações conjuntas de fiscalização de Fauna, Flora e Pesca, em diversos estados brasileiros.
- 4. Realização de dezenas de ações relacionadas à proteção, conservação e uso sustentável de espécies da flora, destacando-se o levantamento das espécies de Potencial Econômico na Floresta Nacional de Brasília e na Estação Ecológica de Águas Emendadas.
- 5. Realização de dezenas de palestras e cursos, impressão de folders, cartazes e livretos sobre as diferentes temáticas relacionadas à biodiversidade.
- 6. Participação na elaboração e revisão da lista de espécies da flora ameaçadas de extinção.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade alcançou resultados dentro do esperado no ano de 2005. As ações desenvolvidas

contemplaram a realização de diversos eventos promovidos em parceria com atores sociais, organizações não-governamentais, governos municipais e estaduais cujos resultados visaram a subsidiar as decisões brasileiras sobre temas que estão na pauta de discussões globais, relacionados a conservação, uso sustentável da biodiversidade e repartição dos benefícios decorrentes.

Houve liberação intempestiva de parte dos recursos financeiros destinados ao Programa e recursos orçamentários executados foram insuficientes para o tratamento adequado do tema. De modo específico, a insuficiência dos recursos alocados na Ação 4696 "Controle, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres" prejudicou seu desempenho.

Outros Aspectos Relevantes

As contribuições da participação social para os resultados do programa ocorrem principalmente nos processos elaboração de diagnósticos de situação para o planejamento das ações do Programa. Da mesma forma, a definição de termos de referência e a contratação de estudos e pesquisas, na maioria das vezes, são realizadas após amplo processo de consulta aos beneficiários.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por ocasião das Monitorias de Acompanhamento dos projetos conveniados, realizadas uma vez por ano. Na oportunidade, são ouvidos, por amostragem, beneficiários dos referidos projetos e verificada a regularidade na aplicação dos recursos, os resultados alcançados e os impactos na biodiversidade.

Recomendações

- Recomenda-se elaboração de outros indicadores capazes de representarem, de forma mais clara, os avanços obtidos com a execução das ações.

Desenvolvimento Sustentável do Pantanal

Objetivo

Promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

Público-Alvo

População residente na bacia do Alto Paraguai.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 10.290.865,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 1.848.330,00 - R$ 1.848.330,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Área Preservada da Bacia do Alto Rio Paraguai

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,4 em 30/06/2001
Índice previsto ao final do PPA: 5,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foi calculado o índice de 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance ao final do PPA.

2. Taxa de Qualidade da Água

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 9 em 30/06/2001
Índice previsto ao final do PPA: 21

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foi calculado o índice de 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance ao final do PPA.

Contextualização

As atividades antrópicas desordenadas e o crescimento acelerado das cidades sem a devida urbanização geraram condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos e a degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai (BAP).

Principais Resultados

- Criação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal.
- Conservação das estradas parques iniciadas.
- Conclusão de pesquisa sobre a ictiofauna no Pantanal.
- Elaboração dos Planos de Manejos das Unidades de Conservação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados de 2005 superaram as previsões. Apesar das dificuldades decorrentes da não renovação do contrato de financiamento externo vinculado ao programa, a articulação e o planejamento de atividades tiveram continuidade, possibilitando sua implementação a partir do exercício de 2006.

A principal restrição que acometeu o programa foi a alocação a menor de recursos orçamentários em relação à previsão do Plano Plurianual da União. Na ação 0891 - "Apoio à Implantação de Estradas-Parque e Cênicas na Bacia do Alto Paraguai", os recursos estiveram disponíveis, mas houve dificuldades na execução dos convênios de implementação.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- É necessário redefinir o objetivo e o público-alvo, para aumentar a efetividade do programa. Há necessidade de alterar algumas metas em função da modificação das ações.
- Recomenda-se a formulação de novos indicadores capazes de expressarem de forma mais clara os resultados do programa.
- Há necessidade de redefinir a concepção do programa, compartilhando suas ações com outros Ministérios, com os Governos Estaduais e Municipais e com outras instituições da sociedade.
- Será preciso anunciar o problema de acordo com a visão das demais esferas de governo e da sociedade, bem como, delimitar o objetivo de forma compartilhada e integrada.
- Há necessidade de elaborar, de forma integrada, as previsões orçamentárias no âmbito federal, levando em consideração a participação das demais esferas de governo (estaduais e municipais) e a possível colaboração de organizações não governamentais e organismos de cooperação multilateral.
- É preciso redefinir as prioridades e a formatação do programa, envolvendo outros Ministérios, articulando-se as ações por meio do Pacto para Gestão Territorial Integrada no âmbito da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai.

Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Objetivo

Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

Público-Alvo

Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 11.991.860,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.483.474,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 6.483.474,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Coletivos Educadores Constituídos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 49 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

-

Contextualização

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, induz à promoção da democratização do acesso à Educação Ambiental como parte do processo educativo mais amplo, incumbindo ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 255 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, visando a cumprir sua missão, em sua orientação estratégica, estabeleceu quatro diretrizes para a implementação da Política Pública Ambiental: a) a transversalidade da dimensão ambiental; b) a construção e adoção da sustentabilidade; c) a participação e o controle social na política ambiental; e d) o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A implementação de uma Política Pública Ambiental pautada por essas diretrizes demanda o fortalecimento da educação ambiental por meio de seu enraizamento em todo o território nacional, de modo a ampliar e aprofundar a inserção dos preceitos socioambientalistas na agenda governamental e no cotidiano da população brasileira.

Tal enraizamento, direcionado à construção de sociedades sustentáveis, exige a integração e ordenação de ações educacionais na gestão pública, na formação, na comunicação e na mobilização social, com o desenvolvimento e a articulação de instrumentos, instâncias, mecanismos e processos estratégicos, que resultem no estabelecimento das condições estruturais para que a política de educação ambiental esteja acessível a todos, que dela todos participem, de modo a contribuir efetivamente na melhoria de qualidade de vida da população e do quadro socioambiental do país.

Desse modo, o Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), atua na potencialização das interfaces com o conjunto dos Ministérios, das demais Secretarias do MMA e dos órgãos vinculados; no fortalecimento das parcerias com a sociedade organizada; na articulação da educação ambiental nos diversos órgãos do SISNAMA; no fortalecimento das instâncias colegiadas de educação ambiental nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, bem como no fomento a projetos de educação ambiental por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e no apoio ao Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor.

Principais Resultados

- Articulação e processo de constituição de 49 Coletivos Educadores que estão implementando em suas bases territoriais o Programa Nacional de Formação de Educadores ambientais.
- Articulação para o estabelecimento e fortalecimento da Educação Ambiental nas 27 unidades federativas, sendo que 22 delas possuem Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) e 5 possuem um grupo pró-CIEA.
- Apoio e fortalecimento de 42 Redes de Educação Ambiental em todo o país.
- Continuidade da estruturação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e de seu Comitê Assessor.
- Reestruturação do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), com base na criação de um diretório de competências em Educação Ambiental.
- Alcançado o número de 190 Salas Verdes, fomentando o estabelecimento da Rede de Salas Verdes e realizado o 1° Encontro Nacional de Salas Verdes.
- Lançamento do Edital FNMA n° 05/2005 "Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis", com o recebimento de 54 propostas, das quais 22 foram selecionadas e 12 projetos conveniados.
- Realização, produção e transmissão via Internet do 1° Encontro Nacional da Rede Brasileira de Educomunicação Socioambiental, do 1° Encontro Nacional das CIEAs e de uma oficina para constituição de Coletivos Educadores realizados na modalidade de educação à distância.
- 9. Implementação do programa "Municípios Educadores Sustentáveis

(MES)", mediante articulações de 2 a 64 Municípios em cada uma das cinco regiões do país.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O orçamento do programa não condiz com o volume de necessidades do mesmo frente ao desafio e à dimensão instituída pela Política Nacional de Educação Ambiental. Além disso, parte significativa dos recursos orçamentários permaneceu contingenciada durante todo o exercício, tendo sido parcialmente liberada apenas no final do quarto trimestre.

Outrossim, houve dificuldade na celebração de convênios com organizações não governamentais, comprometendo a plena execução da ação 2965 - "Fomento a Projetos Integrados de Educação".

Outros Aspectos Relevantes

A obtenção dos resultados da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis em 2005 ficou acima do esperado, devido principalmente à articulação institucional realizada ao longo do ano para a execução das atividades em parceria, segundo o princípio da descentralização. O número de Coletivos Educadores implantados superou a expectativa, assim como o desempenho das outras ações que o compõem.

O programa logrou alcançar seu público nos 27 Estados, devido às estratégias de segmentação e territorialização, destacando-se o envolvimento de povos e comunidades tradicionais, sindicalistas, ambientalistas, gestores públicos e educadores de modo geral.

A participação social tem fundamentado substancialmente o programa, na medida em que as práticas e vivências na implementação das ações conferem-lhe materialidade e possibilitam sua adequação e reformulação quando necessário.

Apesar de não ter sido feita uma avaliação sistemática da satisfação dos beneficiários, percebe-se um grau positivo de satisfação na medida em que se engajam nos processos de articulação local para a implementação das ações e apropriam-se das mesmas de forma espontânea, contribuindo para o fortalecimento e controle social do programa.

Além da avaliação anual para fins do PPA, foram realizadas avaliações pelas instituições parceiras e foi feita pesquisa pelo Laboratório de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (LAPSI/USP) sobre o que o Ministério do Meio Ambiente pensa e faz em Educação Ambiental.

Embora a concepção geral esteja adequada, alguns aspectos do programa são passíveis de aperfeiçoamento, como a definição do objetivo em relação ao problema, a pertinência e a suficiência das ações, a suficiência das metas físicas, a definição dos indicadores, a composição das fontes de financiamento e a alocação de recursos orçamentários.

Recomendações

- O objetivo deve contemplar a consolidação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental, por meio da estruturação da Política Nacional de Educação Ambiental junto aos segmentos que compõem a sociedade e as demais políticas públicas relacionadas ao tema.
- Para adequarem-se aos objetivos, as ações devem contemplar a estruturação da Política Nacional de Educação Ambiental, por meio de quatro frentes: a) Formação de educadores/as ambientais; b) Comunicação socioambiental; c) Apoio à gestão compartilhada da Educação Ambiental e e) Fortalecimento Institucional do Programa.
- Devido à necessidade de fomentar e consolidar as ações, faz-se necessária a inclusão de novas ações e ampliação do orçamento das existentes de forma a permitir o alcance dos objetivos propostos.
- Faz-se necessária a inclusão de metas cuja mensuração seja viável, a fim de que uma melhor avaliação possa projetar o real resultado atingido e apresentado nos diversos relatórios de avaliação.

Gestão da Política de Meio Ambiente

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 55.672.730,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 32.485.123,00 - R$ 32.485.123,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Realização da II Conferência Nacional de Meio Ambiente, com a participação de 1.300 delegados dos setores empresarial e governamental e da sociedade civil organizada, incluindo aproximadamente 6.700 pessoas entre pesquisadores, autoridades dos diversos níveis de governo, expositores e representantes da mídia. Como resultado de todo este processo, foram aprovadas 800 deliberações, que se constituem em diretrizes para a Política de Meio Ambiente e que foram reunidas no Caderno de Deliberações da II CNMA.
- Aprovação de 10 Resoluções do CONAMA, de números 357/2005 a 366/2005.
- Elaboração de proposta de alteração do sistema nacional de crédito rural, visando ao tratamento diferenciado em termos de custos e prazos para os bens ambientais, no âmbito rural.
- Elaboração de proposta de legislação que visa a estender o Protocolo Verde aos bancos privados, equiparar os bens e serviços ambientais às atividades

culturais e audiovisuais e conceder isenção de IR para projetos ambientais, e de anteprojeto de isenção de IPI sobre bens industriais que caracterizam processos produtivos sustentáveis.

- Modernização dos sistemas de licenciamento ambiental em 12 Unidades da Federação.
- Implementação de sistemas de monitoramento da qualidade da água em 10 Estados, com mecanismos de disseminação de informação para os tomadores de decisão e para o público em geral, estimulando a integração da área de meio ambiente com a de recursos hídricos.
- Fortalecimento da atuação de órgãos estaduais e municipais para a gestão da zona costeira em 17 Estados litorâneos.
- Avanços nas políticas ambientais estaduais, particularmente na formulação de legislações específicas para a gestão de resíduos sólidos e de recursos hídricos, promovendo a melhoria na capacidade para a gestão ambiental do país.
- Melhoria da qualidade ambiental em áreas estaduais prioritárias, resultado do estabelecimento de novos modelos de gestão ambiental, que incluem a articulação da política ambiental com políticas setoriais.
- Integração ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), dos sistemas de informações referenciais sobre a gestão ambiental no país: a) Diagnóstico sobre a gestão ambiental nos Estados; b) Portal de Qualidade de Água - em articulação com a Agência Nacional de Águas (ANA); c) Portal sobre o Licenciamento Ambiental (PNLA); d) modelagem de apoio à gestão de bacias hidrográficas - Sistema de Apoio à Decisão na Gestão de Bacias Hidrográficas (SAD).
- Iniciadas as ações de elaboração do Plano de Uso Público do Parque Nacional da Amazônia (AM) e da Trilha Interpretativa.
- Estruturação física/logística e capacitação de agentes das Unidades de Fiscalização em aeroportos nacionais e internacionais, visando ao fortalecimento e à intensificação do combate à biopirataria no ambiente aeroportuário.
- Concluído o Plano de Manejo Espeleológico da Gruta do Batismo (AM), instrumento essencial para o planejamento e desenvolvimento do ecoturismo nessa área.
- Concluída a Estratégia de Turismo do Pólo Tapajós, no Pará, cujos estudos visam à preparação da fase de investimentos que deverá ser objeto de negociação com os Estados partícipes e o governo federal, por meio do MMA e do Ministério do Turismo, que coordenará a fase II.
- Aprovação, pelo Poder Legislativo - Resolução Nº 68, publicada no DOU de 8.12.2005 - do contrato de empréstimo do "Tal Ambiental", no valor de US$ 7.940.000, com participação dos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário, Turismo, Cidades e Minas e Energia. O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão participará da gestão do projeto.
- Realização do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais.
- Elaboração e publicação do Suplemento de Meio Ambiente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que foi agraciado, em 2005, com o prêmio "Habitat Scroll of Honour Award", das Nações Unidas.
- Aprovação de projetos nas modalidades "Demanda Espontânea" e "Demanda Induzida" (Editais e Termos de Referência), submetidos ao Conselho Deliberativo do FNMA, bem como dos seguintes editais: a)

Recuperação e Proteção de Nascentes e Áreas que Margeiam os Corpos D'água; b)Apoio ao Fortalecimento da Gestão Ambiental e do Ordenamento Territorial dos Municípios localizados na área de influência da Rodovia BR 163; c)Apoio à Criação e ao Fortalecimento de Fundos Socioambientais Públicos; d) Coletivos para Educação para Territórios Sustentáveis; e) Fomento a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na Bacia do Rio São Francisco.

- Monitoramento in loco de 45 projetos, para avaliação de seu desenvolvimento físico e financeiro.
- Capacitação, pelo FNMA, de 4.067 proponentes em 58 eventos presenciais e de 237 executores em 2 eventos presenciais.
- Início das articulações política e operacional entre governo e sociedade civil para a definição da Formulação de Política para o Carbono Sustentável.
- Capacitação de 736 servidores do MMA (147% da meta prevista), com destaque para os temas: 284 em software livre; 25 em Execução Orçamentária, Contábil e Financeira no Setor Público; 30 em Licitações, Contratos Administrativos e Pregoeiro; 30 em Elaboração de Projetos; 56 em Palestra de Cerimonial Público e Protocolo; 94 em Convênio e Prestação de Contas.
- Capacitação de 411 servidores da ANA, por meio da participação nos eventos principais: II Fórum Brasileiro sobre Agências Reguladoras; I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul (Aguasul); I Seminário de Licitações e Contratos; XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento remoto; VII IAHS Scientific Assembly; IV Colóquio Brasileiro de Ciências Geodésicas; 7º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (SILUBA); 5º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva; Conferência Internacional sobre Governança e Sustentabilidade Ambiental; CSO MEETING - 3º Encontro Nacional de Chief Security Officers; Conferência Latino-Americana de Usuários ESRI - LEIGA GIS e Pré-Evento ESRI; Seminário: Mudanças Climáticas - Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; GEOLIVRE - Rio 2005; II Fórum de Gestores de tecnologia da Informação (TI CONIP) da LRF.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005, no geral, estiveram dentro das previsões pois a definição de políticas públicas, principalmente nas questões ambientais, requer esforço constante e de longo prazo dos órgãos de governo.

As ações que compõem o programa "Gestão da Política de Meio Ambiente" produzem resultados em um horizonte de longo prazo e a sua governabilidade está muito além da capacidade de resposta apenas do MMA, pois dependerá de resultados de outras políticas públicas e de investimentos por parte das instituições públicas e também privadas.

Foi mediano o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados e executados em outras unidades do Ministério por haver carência de capacitação técnica, em entidades que participam da execução do programa. Entretanto, foi positiva a participação social para a realização de Conferências Municipais e Estaduais.
Houve disponibilização a menor e por vezes intempestiva de recursos financeiros

em relação ao inicialmente previsto. Para a superação dessa restrição, a gerência do programa priorizou o estabelecimento de parcerias com entes públicos e organizações da sociedade brasileira e internacional, como a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal e o Banco Mundial/BIRD para não comprometer o alcance dos resultados.

Outros Aspectos Relevantes

O grande desafio para a definição e implementação de políticas públicas de meio ambiente é a superação da visão de desenvolvimento limitada quase que somente aos indicadores econômicos, pois o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental é multidimensional, compreendendo também as dimensões social, política, ética e cultural.

Na área de fiscalização, houve foco na capacitação dos agentes públicos locais e na sensibilização da comunidade do ambiente portuário, onde as atividades atenderam de maneira satisfatória à demanda de combater a biopirataria.

Em relação à cobertura do público-alvo da ação 8661 – "Planejamento para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Áreas Selecionadas", que se concentra nos governos estaduais, o objetivo se cumpriu de forma satisfatória, visto que as estratégias estaduais de ecoturismo foram efetivamente concluídas.

Além da avaliação anual dos programas do PPA, foi realizada auto-avaliação informal pelo corpo dirigente. No caso da ação 0912 – "Apoio a Projetos Integrados de Meio Ambiente (PNMA II)", é realizada avaliação anual pelo Banco Mundial, além das avaliações realizadas por consultorias.

Quanto ao monitoramento do programa, suas ações são acompanhadas por técnicos lotados na unidade organizacional correspondente ao acompanhamento físico da ação, com avaliação de seus resultados. A gerência monitora mensalmente os resultados e a alimentação de informações, no SIGPlan, dentro de suas rotinas de trabalho, utilizando os seguintes instrumentos: Sistema de Informações Ambientais/SIGMA; Relatório de Gerenciamento de Projetos/PMR; Plano Operativo Anual/POA; Relatório Consolidado do Programa por Estado; Relatório Síntese de Acompanhamento e Missões de Supervisão *in loco*.

Para a ação 869P – "TAL Ambiental", está em construção o Sistema de Avaliação e Monitoramento que permitirá o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e a identificação de prioridades e impactos da implementação.

As organizações não governamentais e a sociedade civil organizada participaram ativamente das audiências públicas, das discussões para a elaboração e construção de políticas de meio ambiente, pois há implicações para toda a sociedade.

Alguns mecanismos de participação dos interessados foram desenvolvidos. No caso da ação 6037 – "Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental", foram feitas reuniões e visitas para intercâmbio e parcerias envolvendo a comunidade aeroportuária, incluindo os usuários dos serviços e empresas aéreas, bem como diversos órgãos fiscalizadores como Polícia Federal, Civil, Militar, Receita Federal, MAPA e ANVISA.

Em outras ações houve oficinas participativas, comissão de supervisão do portal de monitoramento da qualidade da água e do licenciamento ambiental e, ainda, reuniões constantes com a Abema e Anamma, na repartição de responsabilização nas 3 esferas de governo.

A participação social resultou em deliberações das Conferências nos Estados, ajustes dos resultados das ações às demandas locais específicas e agilidade na articulação local, favorecendo a sustentabilidade das ações.

Mesmo constando que o público-alvo do programa é o Governo, não se pode deixar de dizer que a sociedade será sempre o grande beneficiário direto de políticas públicas ambientais, visto que estas afetarão a população atual e as futuras. Nesse sentido, devido ao custo elevado de aplicação, o programa carece de instrumento de avaliação de satisfação ou reação dos beneficiários. Entretanto, estão em andamento oficinas de avaliação com os envolvidos nos Estados, seminários e avaliações de campo.

Recomendações

- Faz-se necessária a qualificação permanente do corpo técnico do programa para o alcance de conhecimento em todas as temáticas ambientais e atividades que requerem formações específicas e especialização.

Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área de recursos hídricos.

Público-Alvo

Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.966.372,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.959.280,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 6.959.280,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabelece os fundamentos, os objetivos, as diretrizes gerais de ação e os instrumentos da Política e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, definindo as entidades integrantes do sistema e suas competências.

Conforme disposto na legislação, a base para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos está consubstanciada na consolidação dos instrumentos de gestão e regulação, o que pressupõe o fortalecimento da capacidade nacional para estruturação e efetivação destes instrumentos. Cabe ressaltar que, de acordo com o artigo 29 da lei citada, compete ao Poder Executivo Federal "tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos".

Desta forma o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no país, considerando os fundamentos e as diretrizes gerais de ação previstos na lei, deverá propiciar a construção de um pacto federativo que promova a gestão dos recursos hídricos e sua integração com a gestão ambiental e com o uso do solo, bem como promover a articulação do sistema respeitando a diversidade do país e o aprimoramento das estruturas de formulação e decisão, garantindo a participação e o efetivo controle social, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos recursos hídricos nacionais.

Principais Resultados

- Realização de uma série de debates públicos, reuniões de organismos colegiados, oficinas setoriais com as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os usuários de recursos hídricos, oficinas temáticas sobre gênero e água, ecorregiões aquáticas, captação e manejo de águas de chuva, aspectos políticos, socioculturais e a água, seminários nas doze regiões hidrográficas brasileiras, encontros públicos em todos os Estados e no DF, oficinas de cenarização, duas oficinas nacionais de construção de cenários, um Seminário Nacional para a consolidação de diretrizes e programas que culminaram na Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- Elaboração e revisão de 12 Cadernos Regionais de Recursos Hídricos, contemplando todas as regiões hidrográficas do país e de 5 cadernos setoriais.
- Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos (SIAPREH).
- Elaboração da proposta para a formulação de indicadores de avaliação da política de recursos hídricos, encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).
- Elaboração da proposta sobre representação dos diversos segmentos no CNRH, com vistas à definição da implantação, como processo contínuo, do SIAPREH.
- Apoio técnico para a elaboração e ou alteração das legislações estaduais de recursos hídricos e participação na implementação dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, nos seguintes Estados: Amazonas (proposição de alterações à lei estadual de recursos hídricos); Roraima (elaboração da política estadual de recursos hídricos); Rondônia e Mato Grosso do Sul (proposição de alterações à lei estadual de recursos hídricos e ao regimento interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos); e Mato Grosso (elaboração de resolução sobre as diretrizes e organização dos Comitês de Bacia em conjunto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos).
- Suporte técnico e político aos Estados do MS, MT, PI, AL, RS, SC e PR para obtenção de recursos financeiros destinados à elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos.
- Participação nas plenárias dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do ES, RJ, RS e RO.
- Atividades de apoio técnico aos seguintes Estados: Amazonas (definição e implantação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos); Roraima (análise da proposta de legislação estadual); MT E MS (participação em reuniões dos conselhos estaduais de recursos hídricos sobre os planos estaduais de recursos hídricos e a definição dos seus termos de referência); e Tocantins (início dos debates sobre o plano estadual de recursos hídricos).
- Assinatura de acordo de cooperação técnica com os Estados de MS, MT, SC e PR.
- Elaboração de pareceres e notas técnicas como contribuição à participação das delegações brasileiras nos fóruns internacionais que tratam de água para fortalecimento da gestão de recursos hídricos transfronteiriços.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Embora a quantidade de recursos humanos não tenha afetado substancialmente os resultados do programa, considera-se que ela é inadequada para implementá-lo. A superação desta restrição requer a reposição da força de trabalho perdida pela saída dos servidores temporários que tiveram seus contratos encerrados. Ademais, a programação financeira estabelecida para o programa prejudicou o cumprimento dos cronogramas de atividades.

Outros Aspectos Relevantes

A obtenção dos resultados foi satisfatória e as metas físicas estabelecidas para o ano de 2005 foram atingidas em todas as ações, com exceção da ação 0718 - "Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos", devido ao forte contingenciamento orçamentário a que foi submetida.

No âmbito do processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, foram instituídas as Comissões Executivas Regionais (CERs) para todas as regiões hidrográficas do país. As CERs são quadripartites, compostas por representantes dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, usuários de água, sociedade civil organizada e poder público federal, tendo como competências: avaliar os aspectos técnicos delineados nos termos de referência para elaboração dos documentos denominados Cadernos Regionais de Recursos Hídricos; auxiliar na produção dos Cadernos Regionais de Recursos Hídricos; auxiliar na estruturação dos Seminários Regionais de Prospectiva; incentivar o processo de mobilização social e a organização dos encontros públicos estaduais definidos no arranjo institucional do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); apoiar o Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (GTCE/PNRH), criado no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, na consolidação do documento Visões Regionais dos Recursos Hídricos; e exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Em relação aos parceiros não-governamentais, houve efetiva participação nas análises e propostas dos objetos a serem contempladas nos Termos de Referência para contratação de profissionais para a elaboração dos Cadernos Regionais de Recursos Hídricos. No âmbito do funcionamento do CNRH, as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a aplicação de seus instrumentos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos são construídas com a participação dos setores usuários da água e das organizações civis de recursos hídricos.

Recomendações

- A Política Nacional de Recursos Hídricos define que sua base territorial de planejamento é a bacia hidrográfica. Por se tratar de território definido por parâmetros geográficos, é mais adequado aos fenômenos de base natural e ao aproveitamento, controle e monitoramento dos recursos hídricos. Sugere-se ao Ministério do Planejamento que adote o recorte de bacias hidrográficas para o planejamento setorial, o que viria a facilitar a visão conjunta das intervenções governamentais.

- Continua evidenciada a necessidade de revisão da composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, buscando uma melhor paridade entre a representação dos governos federal e estaduais, do setor usuário e da sociedade civil.

Litoral Brasileiro Sustentável

Objetivo

Promover o uso adequado dos espaços e recursos ambientais da zona costeira e marinha.

Público-Alvo

População residente nas zonas costeira e marinha.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.982.517,00	Empenho Liquidado: R$ 1.658.663,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.658.663,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa da faixa costeira com plano de intervenção na orla marítima

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 17 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A expectativa é alta para o alcance do índice final previsto. A assistência aos Municípios e a obtenção dos respectivos Planos de Intervenção serão gradualmente incrementadas no biênio 2006–2007, possibilitando o alcance ou a superação do índice previsto ao final do PPA. Além disso, percebe-se uma evolução positiva ao longo do tempo: passou-se de 8% (julho/2004) de taxa de faixa costeira com plano de intervenção na orla marítima em 2004 para 17% em 2005.

2. Taxa de mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A taxa passou de 9,5% em julho de 2004 para 20% em 2005. Há possibilidade de superação do índice final previsto, com a entrada de novos recursos e a adoção de alternativas para a execução simultânea em diversas bacias marítimas.

Contextualização

As Convenções das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e Diversidade Biológica (UNCBD) e o Capítulo 17 da Agenda 21 constituem a moldura jurídica global que baliza as ações que cada país-membro deve implementar para que seja alcançada a meta comum de uso sustentável dos recursos costeiros e marinhos e estabelecem que o gerenciamento dessas áreas deve assentar-se em políticas e programas objetivos e com ações que assegurem a interface inquestionável entre a terra, o mar e os espaços marítimos.

Tal condicionamento está consubstanciado no Artigo 20 da Constituição Federal e na Lei n° 7661/1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com atribuições nas três esferas do governo para o gerenciamento integrado desses espaços. Dessa forma, deve ser considerada a influência dos espaços costeiros no ambiente marinho e vice-versa, recomendando-se que o processo de intervenção inclua ações em nível local, nacional, regional e global para articular e cumprir os acordos bilaterais e multilaterais estabelecidos.

A maioria dos impactos nesses ambientes tem origem terrestre. Estima-se que 77% da poluição marinha tenham origem em terra. No Brasil são despejados no mar diariamente mais de três mil toneladas de efluentes líquidos, o que indica que são cada vez mais necessárias propostas que associem as áreas marinhas, a zona costeira e as bacias hidrográficas contribuintes.

Do mesmo modo, os 29 portos organizados e os mais de 160 terminais em situação irregular quanto à legislação ambiental vigente são os pontos de entrada dos complexos circuitos de produção e comércio (especialmente do petróleo) e, portanto, funcionam como caminhos para a introdução de espécies invasoras transportadas por água de lastro.

Com relação aos recursos vivos, 75% dos recursos pesqueiros explorados comercialmente estão sobrexplorados ou em fase de sobrexploração. Portanto, as políticas de gestão devem estar voltadas para reduzir a "sobrepesca" no mar e ser compatibilizadas, necessariamente, com a proteção dos manguezais, estuários e outras áreas de recrutamento e berçário.

O quadro institucional-operacional indica que a maioria dos conflitos e problemas gerenciais advêm da incompatibilidade e sobreposição existentes na legislação e da baixa aplicabilidade dos produtos e das informações disponíveis para tratar de assuntos como outorga, licenciamento ambiental e cessão de uso em áreas do Patrimônio da União, de atividades incidentes na zona costeira, como a carcinicultura, a extração do petróleo e o turismo, além dos desdobramentos dos mesmos no uso do solo.

Assim, a implementação do programa "Litoral Sustentável Brasileiro" permitirá a adoção de medidas inovadoras de gestão pública, a exemplo do que ocorre em outros países. Ademais, a consolidação da presente proposta proporcionará o desenvolvimento de ações integradas de fiscalização e monitoramento, além de permitir a individualização dessa região no sistema de planejamento nacional como uma Unidade, seja pela extensão de 8.698 km e mais de 39 milhões de habitantes, distribuídos em 388.000 km2, seja pela tipicidade das atividades socioeconômicas e das suas características naturais.

Principais Resultados

- Assistência técnica a 10 Municípios, com a capacitação de gestores locais.
- Legitimação de 10 planos de intervenção, no âmbito municipal, por meio de audiência pública.
- Consolidação e publicação do "Guia de Implementação do Projeto Orla".
- Celebração de 13 convênios entre Municípios, SPU/MP e Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos para o compartilhamento da gestão da orla marítima.
- Conclusão da Carta de Sensibilidade Ambiental ao Óleo Estratégica e das sete Cartas Táticas que englobam todo o litoral das bacias marítimas de Sergipe–Alagoas e Pernambuco–Paraíba.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados em 2005 esteve dentro do esperado e as metas físicas foram alcançadas, correspondendo à capacidade executiva da unidade administrativa responsável pelo programa.

A reduzida equipe gerencial determina uma execução física modesta, considerando-se a necessidade de acompanhamento e supervisão dos trabalhos, tanto de elaboração das cartas de sensibilidade ambiental ao óleo, quanto de avaliação das oficinas e dos respectivos planos de intervenção.

Grande parte dessa equipe é integrada por profissionais especializados temporários, recentemente contratados. Foi identificada a necessidade de capacitá-los em determinados recursos de geoprocessamento e habilidades gerenciais, o que não foi possível prover, em virtude das restrições legais decorrentes da natureza do vínculo laboral da equipe técnica.

As ações executadas com recursos descentralizados por agência de cooperação internacional e pelas fundações conveniadas apresentaram desempenho bastante satisfatório, seja pelo provimento dos meios materiais e recursos humanos especializados, seja pela geração dos produtos esperados.

Outros Aspectos Relevantes

A participação social auxiliou na avaliação do processo de descentralização previsto nas ações do programa, contribuindo para o conhecimento do grau de autonomia e capacidade de resposta dos gestores locais envolvidos. Da mesma forma, o envolvimento da sociedade permitiu o aprimoramento dos materiais de apoio, considerando-se as características diferenciadas de cada região.

Recomendações

- O programa 1349 – "Litoral Brasileiro Sustentável" foi excluído do Plano Plurianual da União 2004-2007 para o exercício de 2006. A ação 8665 – "Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira" do programa 0512 – "Zoneamento Ecológico-Ecônômico", que incorporou parte dos componentes do programa 1349, deve ser revista para ajustar-se às demandas que deixaram de ser atendidas com a referida exclusão.

Mudanças Climáticas e Meio Ambiente

Objetivo

Reduzir a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa e pela destruição da camada de ozônio.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 434.208,00	Empenho Liquidado: R$ 344.511,00 Pago estatais: - Total: R$ 344.511,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Consumo acional de substâncias que causam a destruição da Camada de Ozônio

Unidade de medida: t
Último índice apurado: 1.182 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1.578

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A verificação da viabilidade de alcance não é pertinente, tendo em vista que o programa foi excluído no PPA vigente em 2006.

Contextualização

O Brasil enfrenta problemas ambientais diversos, particularmente aqueles decorrentes da poluição e do uso não-sustentável de recursos ambientais. Verifica-se, portanto, a necessidade de se promover a articulação com os setores governamentais para que as políticas públicas de desenvolvimento e gestão ambiental contribuam efetivamente para a redução dos poluentes, principalmente aqueles responsáveis pelos fenômenos globais indesejáveis. Por outro lado, mecanismos já definidos internacionalmente para a redução das emissões necessitam de internalização para que se atinja um novo patamar na definição de metas de melhoria de qualidade ambiental, permitindo que a população disponha de condições para uma participação mais efetiva na construção do desenvolvimento sustentável.

Principais Resultados

- Análise e aprovação de 47 projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), submetidos à Comissão Interministerial de Mudanças Global do Clima (CIMGC).
- Elaboração, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, de documento sobre as implicações de projetos de MDL relacionados a novas plantas de HCFC22, a ser submetido ao Secretariado da Convenção sobre Mudança do Clima.
- Divulgação do estudo do potencial de geração de energia renovável proveniente dos "aterros sanitários" nas regiões metropolitanas e grandes cidades do Brasil.
- Finalização de 20 projetos de conversão industrial no setor de espumas, equivalentes à eliminação de 144 toneladas de clorofluorcarbonetos (CFCs) no país.
- Capacitação de 6.096 técnicos em "Boas Práticas na Refrigeração".
- Promoção do Seminário "Diálogo Sobre Mudanças Climáticas", organizado pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que reuniu Governo Federal e Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do esperado. No ano de 2005, a ação 001H -"Apoio a Projetos de Redução e Absorção de Gases de Efeito Estufa" sofreu contingenciamento orçamentário, que atrasou a sua execução. Os repasses de recursos realizados foram relativos ao montante de recursos inscritos em restos a pagar. Esse fato recorrente prejudicou o desenvolvimento das ações e a abertura de novas frentes de trabalho.

Outros Aspectos Relevantes

A Secretaria de Qualidade Ambiental/MMA atuou em conjunto com a CIMGC na aprovação de projetos de MDL de forma a contribuir para o desenvolvimento do mercado de créditos de carbono no Brasil e para o combate às mudanças climáticas. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, houve um maior número de projetos submetidos à Comissão e, além disso, ocorreu o estabelecimento das regras para os projetos florestais de pequena escala, os quais certamente contribuíram para a diversificação e ampliação da demanda.

Foi inserido no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA um campo de dados para informações a serem fornecidas pelas empresas, que permitirão ao Ministério do Meio Ambiente gerar estatísticas sobre a emissão de dióxido de carbono (CO2) e metano (CH4), principais gases de efeito estufa e também campos para identificar as fontes e a quantidade de energia utilizadas pelas empresas cadastradas.

Como este programa foi excluído do PPA para o exercício de 2006, houve a criação de uma ação no programa "Qualidade Ambiental" para atender à execução de projetos voltados para Mudanças Climáticas e Energia.

Recomendações

- Considera-se adequada a utilização do indicador "Consumo nacional de substâncias que destroem a Camada de Ozônio" pelo programa 1346 – "Qualidade Ambiental (Procontrole)", pois este é mensurado anualmente.
- Recomenda-se a inclusão de ações em programas já existentes para possibilitar a ampliação do uso de energia solar térmica no setor hoteleiro, hospitalar e residencial da classe média e alta.

Nacional de Ecoturismo

Objetivo

Promover o ecoturismo associado à conservação de bens e serviços ambientais.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.005.296,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.499.799,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.499.799,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$23.103.500,00	R$15.984.974,00

Indicador(es)

O programa não possui indicador. Todavia, na revisão do programa, em 2005, para vigorar em 2006, foi proposto como indicador "Percentagem de Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável que permitam visitação pública e seus entornos assistidos pelo Programa", em substituição ao indicador existente, "Taxa de Participação do Turismo na atividade econômica da Amazônia Legal", que era inadequado aos objetivos do programa.

Contextualização

O turismo é a indústria que mais cresce no mundo e é considerado uma das formas mais baratas de gerar emprego e renda, podendo agregar valor ao meio ambiente, permitindo sua conservação e uso sustentável.

Em grande parte dos casos, em decorrência da falta de planejamentos turísticos e ambientais adequados e de políticas consistentes para o seu desenvolvimento, a prática do turismo tem se submetido a interesses econômicos exclusivistas, dissociados de qualquer preocupação socioambiental, constituindo sérios riscos de agressões ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e à cultural local.

O desenvolvimento do mercado brasileiro de turismo segue essa tendência de busca pela natureza e deve ganhar dimensões econômicas cada vez mais importantes nos próximos períodos.

A preocupação com a sustentabilidade remete à urgência do desenvolvimento de uma agenda ambiental específica para o setor, que contemple mecanismos de ordenamento, monitoramento e controle, aperfeiçoamento dos marcos legais,

econômicos e financeiros, para qualificar o acesso aos recursos naturais e o desenvolvimento equilibrado da atividade e induza à melhoria da relação entre o turismo, compreendido por seus agentes empreendedores, e o meio ambiente, como um vasto patrimônio natural a ser explorado com sustentabilidade.

Nesse contexto, aos instrumentos e medidas cautelares e regulatórias deve se associar um conjunto de ações que promovam a capacitação e qualificação profissional, a implantação de infra-estrutura para o ecoturismo, o fortalecimento da capacidade de gestão pública e privada, o zoneamento ambiental, o levantamento de dados e informações e o desenvolvimento de estudos técnicos que estimulem e orientem investimentos na formatação de novos produtos e negócios, a geração de novas tecnologias ambientais, dentro de um novo marco competitivo que deve aperfeiçoar o mercado a cada dia, como promotor de alternativas de desenvolvimento sustentável local, com reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida das comunidades, gerando emprego, renda e inclusão social das comunidades anfitriãs.

Entre as ações propostas incluem-se aquelas que representam a continuidade do programa "Turismo Verde (Proecotur), do PPA 2000–2003, iniciativa pioneira na organização e planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal. A primeira fase do Proecotur deve estar concluída até o fim deste exercício fiscal. A esta primeira fase, conforme o andamento das negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal entidade financiadora do programa, deve se seguir uma segunda fase, em que o investimento será bastante ampliado. O Proecotur já está negociado e internalizado em instituições governamentais dos 9 Estados da Amazônia Legal, além de contar com a participação, em seu Grupo Técnico de Coordenação (GTC), do Ministério do Turismo, da Embratur e de outras instituições representativas do setor.

Principais Resultados

- Realização de 45 cursos de capacitação em "Qualidade no atendimento aos visitantes", "Planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos" e "Condução de visitantes" nos 15 pólos do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), capacitando cerca de 1.241 pessoas.
- Ações relacionadas à implementação da agenda bilateral com o Ministério do Turismo, visando a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental na atividade turística, que envolveu o planejamento e preparação das etapas e processo de elaboração da Agenda Ambiental para o Turismo e de um Plano de Ação Conjunta entre os dois ministérios visando a sua implementação.
- Processo de elaboração do "Diagnóstico da Oferta Turística Efetiva Potencial da Amazônia" e contratação do "Estudo de Mercado do Turismo Sustentável", subsídios importantes para a construção da Estratégia de Turismo Sustentável da Amazônia, a ser executada em 2006.
- Os financiamentos realizados nos nove Estados da Região Norte, num total de R$ 15,9 milhões, contemplaram 11 empreendimentos por meio da ação "Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia", executada pelo Banco da Amazônia.
- Implementação da etapa de planejamento do Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo, incluindo: metodologia para o SIG–Ecotur,

elaboração do projeto técnico, inventário dos atrativos naturais nas áreas-piloto selecionadas pelo projeto, identificação e definição dos casos de usos.

- Elaboração do Plano de Ações Estratégicas e Integradas do Baixo Rio São Francisco, desenvolvida em parceria com o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.
- Participação em eventos como o Salão de Turismo Roteiros do Brasil e a Adventure Sports Fair, onde foram apresentadas as ações do programa e contribuições ao debate sobre a sustentabilidade ambiental da atividade turística.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A despeito das restrições de natureza orçamentária enfrentadas no ano de 2005, o programa buscou articulações com o Ministério do Turismo, de forma a alavancar ações importantes que se achavam pendentes, a exemplo da elaboração da Estratégia de Ecoturismo do Pólo Sateré/AM, que está sendo viabilizada com recursos daquela pasta, entre outras que se encontram em gestão.

Estratégia semelhante foi adotada para o componente voltado às unidades de conservação, para o qual o programa buscou articulações com organizações não governamentais, de modo a viabilizar algumas ações, que embora pontuais, têm grande importância para a condução da estratégia nas unidades de conservação, como o planejamento e implantação de trilha interpretativa no Parque Nacional da Amazônia, entre outras ações.

Outros Aspectos Relevantes

Os resultados obtidos estão dentro do esperado, uma vez que a maioria das atividades previstas foram executadas a despeito das restrições orçamentárias.

A existência do programa permitiu a interlocução com a pasta do turismo, motivando o planejamento e a concepção integrados de alguns projetos. Essa integração vem permitindo articulações do programa com outras iniciativas desenvolvidas pelo Ministério do Turismo, voltadas tanto para o planejamento da Fase II do programa na Amazônia Legal, como nas ações voltadas para a implementação de ações integradas para a implementação da Agenda Ambiental do Turismo.

Embora o público-alvo seja a sociedade em geral, nesta fase de implementação a prioridade foi preparar os governos estaduais, municipais e os demais agentes envolvidos, principalmente nos 9 Estados da Amazônia Legal. Pode-se afirmar que o programa foi bem sucedido no que se refere ao macro planejamento turístico para a região, visto que a maioria das Estratégias Estaduais de Turismo e Estratégias de Turismo dos Pólos de Ecoturismo foram satisfatoriamente concluídas.

A maior expectativa do usuário centrou-se nos 9 Estados da Amazônia Legal, uma vez que nesta região o programa contava com o financiamento do BID e os grandes impactos e transformações advogadas pelo PROECOTUR somente seriam possíveis com a implementação de sua Fase II.

No tocante a outros setores com os quais o programa se relaciona, a exemplo das

ações de apoio ao desenvolvimento de um Plano de Ações Integradas para o Baixo São Francisco, pode se inferir que há plena satisfação dos governos estaduais e municipais envolvidos.

O cumprimento das metas físicas na LOA 2005 está dentro do previsto, embora algumas metas se refiram a estudos, cujas realizações, normalmente, ultrapassam mais de um período financeiro.

A unidade de gerenciamento do programa tem grande carência, em número e qualificação, de mão-de-obra para o planejamento e acompanhamento das ações. Considerando-se os requerimentos e as especializações técnicas requeridas para a implementação dessas ações, ainda foi possível suprir de pessoal qualificado a equipe do programa.

No que se refere às ações executadas na região da Amazônia Legal pelo Proecotur, os núcleos estaduais de gerenciamento do programa sofreram sérias descontinuidades e representam hoje apenas uma fração da força de trabalho inicialmente alocada pelos Estados para a execução das ações do programa.

Não foram previstos recursos para a execução de ações por outros Ministérios. Entretanto, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo buscam o aprimoramento dos mecanismos de gestão de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento e a implementação de agenda bilateral para a inserção da variável ambiental na atividade turística.

Recomendações

- Com a criação do Ministério do Turismo, as ações de planejamento turístico, infra-estrutura e promoção deveriam migrar naturalmente para aquele Ministério.
- O MMA deve focar a sua atuação nas áreas de gestão ambiental e no desenvolvimento da sustentabilidade das atividades turísticas, na capacidade de carga dos atrativos ambientais, na avaliação do impacto ambiental da atividade turística, no ordenamento da visitação em áreas naturais, entre outras. Neste contexto, a definição do objetivo do programa deveria ser aperfeiçoada de forma a refletir este novo cenário.
- Na revisão do Plano Plurianual ocorrida em 2005, propôs-se a reestruturação do programa devido a inconsistências, principalmente no que se refere à suficiência das ações para o atingimento do objetivo proposto. Para tornar-se consistente, o programa deverá contemplar ações para prover: 1) assistência técnica com foco no apoio às comunidades das áreas protegidas e de seus entornos que operam atividades relacionadas direta ou indiretamente ao ecoturismo; 2) avaliação ambiental estratégica em programas de desenvolvimento do ecoturismo; 3) avaliação da capacidade de carga de atrativos ecoturísticos e elaboração dos respectivos planos de monitoramento; 4) monitoramento do impacto da visitação turística em áreas protegidas; 5) desenvolvimento de indicadores de impacto ambiental da atividade; 6) disseminação de práticas sustentáveis em ecoturismo e implantação do sistema de informações ambientais georreferenciadas de interesse ecoturístico e 7) estudos de viabilidade econômica de unidades de conservação para fins ecoturísticos.

- Na análise conjunta com o Ministério do Planejamento ficou definido que o programa seria excluído do PPA, com a integração das suas ações aos programas "Áreas Protegidas do Brasil" (ação de capacitação), "Zoneamento Ecológico-Econômico" (sistema de informação georreferenciadas para o ecoturismo), "Gestão da Política de Meio Ambiente" (planejamento do ecoturismo em áreas selecionadas) e "Amazônia Sustentável" (apoio a implantação de infra-estrutura nos pólos ecoturísticos selecionados e financiamento de projetos de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia).

Nacional de Florestas

Objetivo

Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

Público-Alvo

Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor floresta.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 34.482.906,00	Empenho Liquidado:	R$ 28.114.150,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 28.114.150,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Área de Florestas Plantadas

Unidade de medida: Hectares
Último índice apurado: 465 mil em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 550 mil

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice originalmente previsto para o plantio florestal será ultrapassado ao final do PPA.

A tendência da atividade é de crescimento, tendo em vista o aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais e o resultado alcançado em outros segmentos produtivos.

Outro fato que colaborou com o aumento da atividade de plantio florestal está relacionado ao volume de recursos acessados por pequenos produtores rurais no Pronaf/Florestal. Na safra de 2004/2005, o valor acessado foi da ordem de R$ 8,23 milhões contra R$ 2,88 milhões da safra anterior.

No Programa de Fomento Florestal (Propflora) de média e grande escala, há que considerar também o acréscimo ocorrido no acesso aos recursos disponibilizados. Na safra 2003/2004, o volume de recursos acessado foi de 10,56 milhões e na safra 2004/2005, o valor foi de R$29,60 milhões, cerca de 64% maior. Para a safra 2005/2006, o Banco já garantiu a negociação de recursos com BNDES no valor de R$ 100 milhões.

Merece menção, ainda, o lançamento do Programa BB Florestal, com o objetivo de incrementar a produção de madeiras em florestas plantadas e naturais por meio de financiamentos rurais (custeio, investimento e comercialização). O Programa BB Florestal possibilitará um acréscimo de 150 mil hectares de florestas plantadas no período de 5 anos a partir da safra 2004/2005, proporcionando maior oferta de madeira no mercado, redução de impacto nas florestas nativas e autonomia na comercialização do produto.

2. Áreas Degradadas que foram Recuperadas

Unidade de medida: Hectares
Último índice apurado: 5 mil em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 70 mil

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. A meta prevista de 200 mil hectares ao ano é bastante ambiciosa e requer recursos anuais da ordem de R$ 150 milhões ao custo de R$ 3 mil por hectare recuperado.

3. Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação

Unidade de medida: Hectares
Último índice apurado: 280 mil em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3 milhões

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
No tocante à proteção de áreas com alto valor ecológico, a meta prevista era de registrar a área correspondente a 20% do total a ser manejado (15 milhões de hectares), ou seja, 3 milhões de hectares. A área atualmente manejada e certificada é de cerca de 1,4 milhões de hectares. Portanto, a meta para a área protegida de florestas nativas em uso corresponderia a 280 mil hectares, ou seja, 9,3 % da meta prevista para o final do PPA. Com a implementação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, a tendência é de aumentar a área de conservação, tendo em vista a perspectiva de expansão da área manejada no contexto do desenvolvimento florestal sustentável.

4. Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável

Unidade de medida: Hectares
Último índice apurado: 1,4 milhões em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15 milhões

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Com relação ao índice previsto para o manejo de florestas nativas, a expectativa é de alcançar parte da meta prevista, tendo em vista o atraso na aprovação (fevereiro de 2006) do Projeto de Lei que instituiu a gestão em florestas públicas.

Contextualização

A história do Brasil foi marcada pelo paradigma equivocado do desenvolvimento rural e urbano, no qual as florestas, apesar da sua importância, em termos

econômicos, ecológicos e sociais, tiveram papel marginal e foram consideradas como bens inferiores e obstáculos ao progresso.

O uso sustentável e a valoração das florestas, como produtoras de bens e serviços ambientais, geradoras de emprego e renda, juntamente com o desenvolvimento do sistema nacional de unidades de conservação e o trabalho de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, constituem a base para promover a conservação do patrimônio florestal brasileiro e de todos os seus valores associados.

O Brasil reúne incontestáveis vantagens comparativas na área florestal, o que lhe confere uma nítida vocação potencial para assumir a liderança mundial desse setor. Tem a segunda maior área florestal do mundo - mais de 60% do país é coberto por florestas que abrigam a maior diversidade biológica do planeta e uma extraordinária diversidade cultural. É também o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. O setor florestal é responsável por 8% das exportações, 4% do PIB e 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil.

Entretanto, a prática até agora dominante de extração madeireira produz expressivos impactos sobre a floresta, tornando-a empobrecida e vulnerável a incêndios e desmatamentos. O desperdício na etapa de exploração e no processamento da madeira é alto, com uma produção de baixo valor agregado.

O bom manejo dos recursos florestais naturais propicia aumento da produtividade e redução de desperdícios, minimiza os impactos sobre a biodiversidade, assegurando a permanência da cobertura florestal e dos serviços ambientais.

O país, na década de 90, chegou a possuir 6,2 milhões de hectares de florestas plantadas e hoje não tem mais do que 4,9 milhões de hectares. Consome, anualmente, cerca de 400 a 450 mil hectares de florestas plantadas e planta somente 250 mil hectares - um déficit anual de 200 mil hectares.

A atividade florestal é de longo prazo por natureza e requer condições compatíveis para seu desenvolvimento, sendo necessário que o Estado defina políticas públicas de apoio, capazes de atender às necessidades de crédito, assistência técnica e incentivos específicos para o setor.

A definição das áreas prioritárias de plantio, bem como as condições para que tais plantios aconteçam, passa por um processo de participação social que será desenvolvido pelo programa.

Dessa forma, o Programa Nacional de Florestas apoiará a ampliação da participação dos pequenos produtores no total da produção florestal de origem plantada, contribuindo significativamente para a mudança no perfil da produção atual.

A produção em propriedades familiares deverá constituir uma importante base de suprimento de produtos e serviços, considerando-se as oportunidades decorrentes da avançada tecnologia silvicultural existente no país, das condições edafoclimáticas favoráveis e do potencial de geração de emprego, renda, tributos e divisas, alem da redução da pressão sobre produtos oriundos de florestas naturais.

Principais Resultados

- Aprovação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, criando o Serviço Florestal Brasileiro e instituindo o Fundo de Desenvolvimento Florestal.
- Aumento do plantio florestal ultrapassando a marca de 500 mil hectares/ano e aumento da participação dos pequenos produtores para 20% desse total.
- Ampliação da atividade de Assistência Técnica (ATER), que agora cobre os Biomas Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Amazônia.
- Lançamento do Edital de Recuperação e Conservação de Nascentes e de Margens dos Cursos D'Água, que recebeu número recorde de propostas.
- Crescimento significativo de crédito, atingindo R$ 100 milhões contratados.
- Obtidos avanços na área de regulamentação envolvendo a reposição florestal, o manejo florestal na Amazônia, o manejo florestal na caatinga e a cota de reserva legal.
- Na região de caatinga foram mapeados quase uma centena de assentamentos com potencial florestal e, no início de 2006, serão iniciados os planos de manejo de mais 20 assentamentos, beneficiando quase duas mil famílias.
- No Estado do Piauí, uma autorização de desmatamento de 70 mil hectares foi convertida em projeto de manejo florestal, visando à promoção do uso dos recursos florestais como vetor de desenvolvimento e geração de emprego e renda.
- Iniciado o processo de implementação do Projeto GEF Caatinga, mediante parceria por cartas de acordo com entidades sem fins lucrativos da região.
- Diminuição da taxa de desmatamento na Amazônia em 30%.
- Desfeitos inúmeros esquemas de corrupção e quadrilhas associadas ao desmatamento e à exploração florestal ilegal, por meio de operações conjuntas do Ibama, da Polícia Federal e das Forças Armadas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do previsto, porém nem todas as metas foram alcançadas. O maior esforço do programa tem sido no sentido de criar as condições de crédito acessível aos pequenos e médios produtores rurais, com taxas e prazos compatíveis com o tempo de maturação das florestas e particularidades das atividades de plantio e manejo florestal. Essa iniciativa resultou numa elevação significativa da participação dos produtores rurais no desenvolvimento de atividades de plantio florestal.

O cumprimento das metas do Programa Nacional de Florestas (PNF) dependeu de três fatores fundamentais, a saber: a regulamentação da gestão de florestas públicas, que perfazem mais de 50% das florestas brasileiras e 75% das florestas na Amazônia; a criação do órgão de fomento do setor florestal (Serviço Florestal Brasileiro); e a criação do mecanismo de financiamento e sustentação do fomento à atividade florestal (Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal).

Os recursos orçamentários atenderam parcialmente às demandas e a demora na liberação dos recursos prejudicou a realização das metas físicas estabelecidas para 2005.Os recursos de origem não orçamentária permitiram viabilizar o projeto de

realização de estudos necessários para a introdução do "Regime de Concessões Florestais" no Brasil para a produção sustentável de madeira, bem como a elaboração dos planos de manejo relativos e as regras e procedimentos para as concessões.

Os recursos materiais e a infra-estrutura foram considerados pouco adequados para a implementação do programa devido às condições precárias das instalações do Ministério do Meio Ambiente e do reduzido espaço para acomodação da equipe técnica do programa.

O atraso na liberação de recursos, a inexistência de norma legal e a dificuldade na celebração de convênios e licitações foram as restrições que mais interferiram no desempenho das ações de maior impacto.

A operacionalização do programa, via descentralização de recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), vem apresentando excelentes resultados. Sua execução envolve o atendimento de demandas espontâneas e compreende ações de conservação e recuperação de nascentes, margens de corpos d'água, bem como ações de combate aos processos de desertificação e de promoção à recuperação de áreas degradadas. No que se refere aos projetos apoiados por meio de Editais direcionados para a indução de demanda, as ações visaram à estruturação de redes de sementes que ofereçam serviços de informação sobre a produção, o armazenamento e a comercialização de sementes e propágulos de espécies florestais nativas, além de promover o estabelecimento de parâmetros técnicos para a atividade de produção de sementes e mudas e a capacitação de agentes públicos e privados para a operacionalização da rede e o desenvolvimento de suas diversas operações.

Por outro lado, no que se refere à aplicação de recursos de investimentos, a instituição buscou a melhoria das condições de trabalho, dotando suas Gerências Executivas de infra-estrutura necessária para realização das ações de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, incluindo a aquisição de veículos, gps, computadores e mobiliário.

Houve grande interação na execução das atividades entre o Ministério do Meio Ambiente e as outras unidades administrativas (Fundo Nacional do Meio Ambiente e IBAMA), desde a avaliação dos projetos até à sua operacionalização.

Outros Aspectos Relevantes

Houve, por parte dos beneficiários diretos e indiretos, uma efetiva adesão às propostas apresentadas pelo Programa Nacional de Florestas, sobretudo no que tange à sua participação nas inúmeras reuniões promovidas pelo programa, sob a coordenação da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor), cuja composição oferece a todos os envolvidos a oportunidade de manifestarem suas opiniões e apresentarem sugestões que resultem no aprimoramento do programa.

Está em fase de execução um sistema de informação que, entre outros aspectos, promoverá um inventário nacional da cobertura florestal existente, o cadastro das áreas de florestas públicas no país e o levantamento sistemático da cobertura florestal.
Graças à execução de ações implementadas por outras unidades administrativas foi possível lançar os Editais Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, de Recuperação e Conservação de Nascentes e de Margens dos Cursos D'água, e Região Amazônica e

iniciar as obras para a construção do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLOR).

As atividades realizadas pelo Ibama incluem ações de rotina para o controle e monitoramento de atividades florestais em todos os biomas brasileiros, compreendendo a análise para autorização de licenciamento do desmatamento e do manejo florestal, o monitoramento da execução mediante vistorias técnicas, o controle do transporte de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como as liberações de exportação de produtos florestais nos portos.

O desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido muito satisfatório e o trabalho é realizado contando com a grande capacidade técnica da instituição parceira.

A participação social no processo de discussão do programa foi fundamental para que a coordenação reorientasse suas ações no sentido de promover a inclusão social e a geração de emprego e renda, estendendo os benefícios aos pequenos produtores rurais, populações tradicionais e indígenas, instituições de pesquisas, academias e movimentos sociais.

O programa buscou, também, o relacionamento com os agentes financeiros nacionais e internacionais para a alocação ou adequação de financiamentos ajustados ao perfil da atividade florestal, bem como a articulação com outros programas afins executados pelo governo, de modo a compatibilizar as metas e racionalizar a aplicação dos recursos disponíveis.

Está em fase final de preparação o portal virtual do Programa Nacional de Florestas, que visa a tornar mais acessíveis as informações relativas aos eventos e às principais ações desenvolvidas, além do endereço eletrônico (pnf@mma.gov.br) para receber sugestões e reclamações sobre as atividades do programa.

Recomendações

- Há que se considerar a viabilização da discussão iniciada com o Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a criação do Pronaf Florestal Diferenciado, proposto pela CONCRAB/MST, que prevê o rebatimento da dívida em 35% ao produtor rural que comprovar a recuperação em nível da propriedade da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- Não menos importante é a proposta de criação de instrumentos econômicos relacionados com os serviços ambientais prestados pelas florestas, de modo a viabilizar a conformação de um "Fundo Específico" para a recomposição de áreas degradadas, incluindo a viabilização do Fundo de Serviços Ambientais do Programa Pró-Ambiente.

Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais

Objetivo

Prevenir riscos e combater emergências ambientais relacionadas às atividades potencialmente poluidoras.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 4.451.795,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 3.488.416,00 - R$ 3.488.416,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de combate às emergências ambientais

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 20 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A apuração do indicador mostrou-se inviável, uma vez que as ações não atenderam diretamente às emergências ambientais, mas prestaram apoio indireto, destinando-se ao fortalecimento e à estruturação dos sistemas de prevenção e atendimento das emergências ambientais, por meio de atividades de capacitação, implantação do monitoramento ambiental, apoio às unidades descentralizadas e articulação para minimizar impactos ambientais.

Contextualização

A capacidade do governo em prevenir e combater emergências ambientais, tais como acidentes com produtos químicos perigosos, derramamento de óleo e desastres naturais, os quais ocasionam grandes prejuízos socioambientais e econômicos, vem sendo cobrada pela sociedade. A reação a estes fatos deve ser constituída por ações articuladas que possibilitem a prevenção, a minimização ou o controle destes riscos, além da resposta rápida e efetiva a situações emergenciais.

Além disso, deve-se contar com equipes capacitadas e instrumentalizadas, apoiadas por especialistas que desenvolvam protocolos e articulações institucionais para otimizar a preparação e diminuir o tempo de reação, aumentando a eficácia das ações.

Desta forma, torna-se possível apresentar respostas claras e efetivas à sociedade nas situações em que as condições e a qualidade de vida das populações bem como o patrimônio ambiental estejam ameaçados.

Principais Resultados

- Estruturação do Centro de Monitoramento Ambiental, inclusive tendo havido a aquisição de equipamentos, softwares, o aumento do quadro de pessoal e a capacitação dos recursos humanos.
- 2. Realização do "II Curso de Capacitação em Resposta às Emergências Ambientais", realizado pelo IBAMA em dezembro de 2005, com a participação de 19 Estados, do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente e da SEMARH/DF.
- 3. Celebração de convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, formalizando o apoio à estruturação do sistema de atendimento às emergências ambientais neste Estado.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados e o cumprimento das metas físicas foram consideradas dentro do esperado, porém o contingenciamento dos recursos financeiros prejudicou a execução das ações.

A ação 7567 – "Implantação do Centro de Monitoramento Ambiental" sofreu contingenciamento dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2005. Houve também restrições administrativas, devido à não-realização do concurso para o preenchimento dos cargos de Analista Ambiental previsto para ser realizado em 2004 e à morosidade no trâmite de processos licitatórios.

A baixa integração entre os executores do programa e a gerência foi o principal elemento dificultador da implementação de mecanismos de participação social. A alternativa de superação encontrada foi a incorporação de suas ações ao programa "Qualidade Ambiental" em 2006, sob a gerência da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer

Objetivo

Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 42.454.829,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 41.010.421,00 - R$ 41.010.421,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Área Anual Desmatada da Amazônia Legal

Unidade de medida: Km^2
Último índice apurado: 18.900 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15.582

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A redução da taxa de desmatamento em 31%, obtida no período 2004/2005 (18900 km2) em relação ao período de 2003/2004 (27.200 km2), mostra uma tendência de significativa queda na taxa, aumentando a possibilidade de se alcançar o índice previsto em 2007.

2. Taxa de Desmatamento Ilegal da Amazônia Legal

Unidade de medida: Hectares
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não foi apurado, tendo em vista não ser possível diferenciar entre desmatamento legal e ilegal, de forma que também não há índice previsto ao final do PPA.

3. Taxa de Desmatamento Ilegal do Brasil

Unidade de medida: Hectares
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador não foi apurado, tendo em vista não ser possível diferenciar entre desmatamento legal e ilegal, de forma que também não há índice previsto ao final do PPA.

4. Número de Focos de Calor

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 226.347 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 200.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta.

Contextualização

A tendência histórica da política florestal brasileira esteve, por muitos anos, vinculada a instrumentos reguladores de comando e controle, incluindo a fiscalização. Esses mecanismos desgastaram-se e não conseguiram conter o avanço do desflorestamento, nem tão pouco evitar as queimadas e os incêndios florestais.
Nos últimos oito anos, foram extintas algumas medidas de política não-florestal que induziam ao desmatamento, como os incentivos fiscais à agropecuária, inclusive nas áreas de cobertura da Floresta Amazônica. Como alternativa, foram criados instrumentos que incorporam os princípios e as noções do manejo florestal sustentável, tais como a adoção de medidas de suspensão ou eliminação de estímulos implícitos ao uso predatório dos recursos contidos em instrumentos econômicos; a institucionalização do Programa Protocolo Verde, estimulando os setores produtivos da economia brasileira responsáveis pela implantação de negócios ecologicamente corretos; a majoração dos juros para empreendimentos de alto impacto ambiental; e também a institucionalização da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, segundo a qual as áreas de preservação permanente, de reservas florestais legais e de interesse ecológico para a proteção de ecossistemas são consideradas não- tributáveis.
Ainda assim, o Brasil ocupa a incômoda posição de primeiro lugar no desmatamento de florestas no mundo, tendo como conseqüências as perdas econômicas, sociais, biológicas e culturais.

Principais Resultados

- Fiscalização de 8907 propriedades rurais no país.
- 2. Operações de fiscalização em 18 bases estabelecidas ao longo do país.
- 3. Apreensão de 146.733,328 de m3 de madeira e 5.256 autos de infração lavrados, correspondendo ao valor total de R$ 474.221.809,02 de multas.
- 4. Realização de atividades de prevenção e controle de incêndios florestais na região do Arco do Desmatamento na Amazônia.

- 5. Prevenção, localização e combate à ocorrência de desmatamento e de incêndios florestais, por meio das técnicas de monitoramento e controle da área correspondente à Amazônia Legal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A ação "Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais" sofreu restrição financeira em razão do contingenciamento de 10% dos recursos destinados ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a não liberação do saldo da ação para despesas de capital.

Outros Aspectos Relevantes

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do previsto. Apesar do contingenciamento de recursos orçamentários, a destinação de créditos extraordinários possibilitou o alcance das metas previstas.

O contingenciamento prejudicou a execução física das ações, principalmente a ação 6074. Além disso, houve insuficiência nos recursos materiais e na quantidade de integrantes das equipes executoras.

Merece destaque o desempenho do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/ Ministério da Ciência e Tecnologia no fornecimento contínuo de dados e mapas sobre desmatamento e focos de calor.

Recomendações

- O montante de recursos da ação GAP é insuficiente para o gerenciamento do programa, tendo em vista a constante necessidade de planejamento e avaliação de atividades em outras regiões, principalmente a amazônica.
- Com a mudança da gerência do programa do MMA para o IBAMA em 2006, pretende-se estreitar a relação entre as coordenações de ações e a gerência do programa.
- A ação 6074 "Manutenção de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais" pode ser incorporada a ação 6329 "Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais", pois a "Manutenção de Brigadas" é uma atividade de prevenção de incêndios florestais. Com essa incorporação, serão necessárias alterações quanto ao produto e às metas físicas.

PROAMBIENTE

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento rural integrado, por meio do controle social, da gestão participativa, do ordenamento territorial, de mudanças qualitativas de uso da terra e da prestação de serviços ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 4.814.709,00	Empenho Liquidado: R$ 3.612.079,00 Pago estatais: - Total: R$ 3.612.079,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

INDICADOR(ES)

Indicador em processo de definição.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Sistemas sustentáveis geralmente enfrentam dificuldades de competição no mercado com outras formas de produção convencional, pois exigem maiores custos e tempo para retorno econômico. Entretanto, tais formas de produção geram benefícios para toda a sociedade, como a manutenção dos ecossistemas florestais, a melhoria da qualidade do ar, da água, dos solos e da biodiversidade, além da redução do risco de fogo acidental.

É importante que haja uma política pública federal que disponibilize instrumentos e incentivos econômicos capazes de atrair investimentos em sistemas sustentáveis de produção primária. O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) configura-se como a proposta de desenvolvimento rural mais concreta para a efetivação dessa demanda.

Legitimada por advir dos principais movimentos sociais rurais, a proposta foi construída de maneira participativa nos três últimos anos e entregue ao Governo Federal em solenidade no Congresso Nacional em abril de 2003, finalizando um dos processos mais democráticos de construção de política pública já vistos no Brasil.

Principais Resultados

- Consolidação dos Pólos Pioneiros do Proambiente: 3.850 famílias beneficiárias do Proambiente; 2.403 Planos de Utilização das Unidades de Produção; 103 Acordos Comunitários.
- 2. Implantação de Unidades de Gestão Ambiental e Territorial Rural (GESTAR): 4 projetos, sendo 3 na área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR 163; fortalecimento das Unidades por meio de repasse de recursos e atividades desenvolvidas.
- 3. Estruturação e consolidação do programa: definição do indicador de impacto para 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A ação 6394 - "Avaliação e Validação Científica das Iniciativas Inovadoras de Produção Rural" sofreu restrições financeiras, pois os recursos não foram liberados de acordo com a previsão orçamentária.

Outros Aspectos Relevantes

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do esperado. Além disso, o Plano de Cooperação Técnica Brasil-Holanda teve como resultado o atendimento às duas pré-condições para o processo de certificação de serviços ambientais.

No meio rural, o Proambiente é implantado por adesão coletiva, por meio da formação de Pólos. Cada Pólo é formado por um conjunto de Grupos Comunitários vinculados às associações de produtores e ou cooperativas de atuação local. Não foi possível a construção da base legal para o efetivo pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos produtores.

O Programa Proambiente tem como um de seus princípios a gestão compartilhada entre o Governo Federal, os Estados e Municípios e a Sociedade Civil organizada. O desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas foi considerado satisfatório, em muitos casos superando os resultados esperados, o que fortaleceu as ações do Governo, dando maior visibilidade e consistência aos objetivos propostos.

Quanto ao monitoramento do Proambiente, há previsão de um Plano de Monitoramento e Avaliação das atividades desenvolvidas nos Pólos, que avaliará o planejamento das atividades e indicadores. Entretanto, o monitoramento efetivo ocorre por meio de relatórios de execução parcial e final e reuniões do Conselhos Gestores.

A ação 7621 – "Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)" foi executada em 8 territórios não-geminados, a maioria dos quais já tem ações realizadas em suas comunidades rurais. Uma das unidades territoriais implantadas situa-se na área de abrangência do Programa de Revitalização do São Francisco, sendo que há mais três previstos para 2006 nessa área.

Relatos em visitas de campo apontam a satisfação das famílias com a assistência técnica recebida, uma vez que muitas delas receberam visitas técnicas pela primeira vez. Há satisfação também com o tipo de planejamento integrado e de longo prazo que

vem sendo desenvolvido e com a melhoria na qualidade ambiental das propriedades já percebida pelas famílias.

A equipe gerencial do Gestar captou junto às instituições e organizações parceiras recursos não previstos, fortalecendo a capacidade de aprimoramento do Projeto, principalmente pela credibilidade e melhoria da capacidade técnica das instituições locais.

Recomendações

Não há recomendações.

PROBACIAS

OBJETIVO

Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 30.545.381,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 10.243.775,00 - R$ 10.243.775,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

INDICADOR(ES)

1. TAXA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO COM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, EXCLUÍDA A BACIA AMAZÔNICA

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,66 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 23,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do programa avalia o grau de implementação dos instrumentos de gerenciamento da Política Nacional do Meio Ambiente em bacias hidrográficas de domínio da União, atribuindo o índice mínimo de 70% desses instrumentos implementados (Comitê, Agência, Plano de Recursos Hídricos, Regularização e Cobrança) para o alcance do resultado previsto.

Os índices foram corrigidos por ocasião da revisão do PPA em 2005, passando de 1,2% para 1,3% (índice de referência) e de 23,3% para 19,33% (índice final 2007), sendo considerada alta a viabilidade de alcance do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei nº 9.433/97, em seu artigo 1º, estabelece que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. A bacia hidrográfica é a unidade de gestão em cuja base territorial deverão ser fortalecidos os instrumentos de outorga, cobrança e fiscalização e implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio à atuação dos Conselhos e Agências de Bacias, o

que garantirá a descentralização e participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando a assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos.
Cabe ressaltar a conveniência de um programa que contribua para fortalecer o processo de implementação dos instrumentos do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no âmbito das bacias hidrográficas, dando maior visibilidade às prioridades, aos recursos, aos produtos e aos resultados alcançados, a partir da ótica de bacias e permitindo uma maior clareza gerencial, especialmente quanto à utilização de fontes vinculadas de recursos. Assim, os recursos originários da cobrança pelo uso da água serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, apoiando projetos aprovados pelo respectivo comitê.

Principais Resultados

- Fortalecimento do modelo de gestão de recursos hídricos com a celebração do Contrato de Gestão com a Agência de Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ).
- Consolidação do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos com a definição dos mecanismos, critérios e valores a serem adotados na PCJ.
- Criação de Unidades Administrativas Regionais (UAR), em Salvador (BA) com o objetivo de apoiar o funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Manaus (AM), para dar suporte administrativo, técnico e financeiro à Bacia Amazônica.
- Elaboração do Sistema Digital de Cobrança (DIGICOB), disponibilizando-o aos órgãos gestores estaduais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Houve restrições durante o ano de 2005 nas ações 7406 - "Implantação do Sistema de Alerta da Qualidade da Água" e 2977 - "Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos". Na primeira ocorreram problemas de ordem administrativa para a assinatura de convênio com a empresa que operará a rede de alerta, o que inviabilizou o início dos trabalhos de campo. Na segunda, houve dificuldade na concretização de convênios de cooperação técnica, impossibilitando o repasse de recursos financeiros a entidades que prestariam auxílio nas ações de fiscalização.

Outros Aspectos Relevantes

A obtenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado apesar da decrescente disponibilização de recursos orçamentários e financeiros verificada em relação aos anos anteriores, mormente os da fonte 134 (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), destinados à implementação das ações priorizadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Para alavancar os resultados do programa, priorizou-se o desenvolvimento de ações de baixo custo com utilização intensiva de recursos humanos do quadro efetivo da ANA e a promoção de parcerias com Estados e órgãos gestores de recursos hídricos. A classificação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da fonte 116 (Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos) como despesas não passíveis de contingenciamento e a efetivação dessa determinação legal com a definição de limites de recursos específicos representaram um grande avanço para a credibilidade do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas vêm se constituindo no fórum de representação e participação da sociedade, em especial dos usuários de recursos hídricos. Além disso, a capacitação de gestores e a promoção da gestão de recursos hídricos de forma integrada têm obtido resultados relevantes em sua atuação junto às populações locais.

Recomendações

- No Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006, 73% dos recursos da principal fonte de financiamento do programa, a fonte 134, foram alocados em Reserva de Contingência. Esforços vêm sendo empreendidos no sentido da disponibilização integral desses recursos para a implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos no país, cuja demanda de recursos é crescente.
- Foi proposta a criação de uma nova ação, denominada "Enquadramento de Corpos D'Água", cuja finalidade é a definição de padrões de enquadramento de corpos d´água, estabelecendo metas ou objetivos de qualidade a serem alcançados ou mantidos em um segmento de corpo d'água, de acordo com os usos preponderantes.

Qualidade Ambiental (Procontrole)

Objetivo

Reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 14.474.464,00	Empenho Liquidado: R$ 12.623.165,00 Pago estatais: - Total: R$ 12.623.165,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Quantidade de material particulado lançado na atmosfera

Unidade de medida: Tonelada (t)
Último índice apurado: 116.930 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 150 mil

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O ìndice já foi alcançado.

2. Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 228 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Há grande possibilidade de alcance dos índices propostos, pois, dos 440 empreendimentos de infra-estrutura em processo de avaliação da viabilidade ambiental, 99 obtiveram a Licença de Operação no exercício de 2004 e 113 em 2005. Além disso, o índice tem evoluído favoravelmente, passando de 440 empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação em 2004 para 228 em 2005.

Contextualização

A degradação da qualidade ambiental tem influenciado de forma negativa a qualidade de vida da sociedade brasileira. Parte dessa degradação está associada à

utilização desmedida dos recursos naturais, à emissão de substâncias que afetam a camada de ozônio e ao nível de poluição que prejudica a saúde humana.
O programa "PROCONTROLE" tem como escopo o fortalecimento dos sistemas de licenciamento ambiental e monitoramento das atividades poluidoras, a incorporação da avaliação ambiental estratégica e da certificação e auditoria ambientais como instrumentos complementares de controle.

Principais Resultados

- Lançamento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental em 6 de junho de 2005.
- Capacitação de 45 técnicos, 80 auditores ambientais e 52 multiplicadores de órgãos estaduais de meio ambiente para avaliação e realização de auditorias ambientais, em conformidade com a Resolução CONAMA 306/2002.
- Três Seminários sobre o Plano de Emergência Individual (PEI) que objetivaram proporcionar maior compreensão e posterior avaliação dos planos elaborados pelos empreendimentos do setor de petróleo e gás no processo de licenciamento ambiental, com a participação de 66 técnicos dos órgãos de meio ambiente de vários Estados.
- Seminário Nacional sobre o Licenciamento Ambiental de Sistemas de Tratamento de Esgotos Sanitários.
- Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.
- Seminário de Licenciamento Ambiental de Destinação de Resíduos Sólidos, com o objetivo de revisar a Resolução CONAMA 306/2002.
- Concessão de 237 licenciamentos de competência federal para empreendimentos potencialmente poluidores.
- Realização de operações destinadas à fiscalização de agrotóxicos e transgênicos, além de outros produtos e resíduos perigosos.
- Controle e monitoramento da destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, pilhas e baterias.
- Fiscalização das empresas importadoras e fabricantes de kit-gás para conversão de veículos automotores para Gás Natural Veicular, de empresas de conversão e ou instalação de kit-gás, de serrarias quanto à preservação da madeira e do comércio de eletrodomésticos fabricados no país ou importados que produzam ruído.
- Workshop "Diálogo Técnico sobre Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Planejamento no Brasil", para técnicos do governo federal, cujo objetivo era a inserção da AAE como instrumento de planejamento e gestão no ciclo de planejamento do Governo Federal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado. Porém, melhores resultados podem ser alcançados com a superação das restrições acima relatadas. Foram obtidos resultados satisfatórios nas capacitações, com a ampliação do contingente de pessoas aptas a lidar com a temática do programa.

A restrição orçamentária na ação "Apoio a Projetos-Piloto de Gestão Ambiental do Transporte Urbano" ocorreu em razão do contingenciamento de 85% no seu orçamento.

Houve uma restrição administrativa na ação "Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental" em razão da inadimplência do IBAMA, em 2005, que impediu o repasse de recursos por meio de convênio.

Outros Aspectos Relevantes

Alguns itens foram considerados inadequados na concepção do programa, tais como a insuficiência das ações, a definição de indicadores e a composição das fontes de financiamento.

Os recursos humanos possuem capacidade técnica adequada para a implementação do programa. Entretanto, há reduzido quantitativo de servidores para atender aos objetivos do "PROCONTROLE". Há necessidade constante de capacitação, face às constantes mudanças tecnológicas relacionadas às atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

Recomendações

- Substituição do indicador "Quantidade de material particulado lançado na atmosfera", pois houve mudança na metodologia de cálculo. O novo indicador deverá ser "Concentração média aritmética anual de material particulado inalável - PM10 - (em microgramas por metro cúbico de ar)", que corresponde ao padrão primário e secundário de qualidade do ar regulamentado pela resolução CONAMA 03/1990.
- Alteração do nome da ação "Controle de Agrotóxicos e outras Substâncias Químicas" para "Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos".

Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Objetivo

Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

Público-Alvo

Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 263.445.444,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 219.286.220,00 - R$ 219.286.220,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de sustentabilidade para o uso dos recursos pesqueiros

Unidade de medida: em definição
Último índice apurado: 2 em 15/08/2003
Índice previsto ao final do PPA: 1,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice definido não foi calculado em função da indisponibilidade de um dos parâmetros fundamentais para o cálculo do índice de sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros, ou seja, a captura por unidade de esforço (CPUE). A obtenção desse parâmetro deriva da aplicação de mapas de bordo para as principais pescarias brasileiras, mas a definição do instrumento legal e dos procedimentos só foi concluída no final de 2005, num trabalho conjunto com a SEAP/PR, conforme já relatado. A retomada da aplicação desses mapas terá início no ano de 2006.

Contextualização

As melhores informações científicas disponíveis sobre o estado dos principais recursos pesqueiros costeiro-marinhos concluem que cerca de 80% deles encontram-se ameaçados de sobreexploração ou próximos de tais níveis.

No que se refere aos ambientes aquáticos continentais, embora não se tenham informações científicas suficientes, as observações empíricas e as informações correntes de grupos de pescadores apontam para uma considerável perda de produtividade pesqueira em tais ambientes.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20, 23, 24 e 225, define os princípios suficientes para que o Estado Brasileiro estabeleça normas e padrões de acesso e uso dos recursos pesqueiros, tendo a sustentabilidade como objetivo primeiro.

No plano infraconstitucional, o Decreto-Lei 221, de fevereiro de 1967, constitui o diploma legal que dá sustentação às normas que disciplinam o acesso e uso dos recursos pesqueiros.

No plano internacional, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar e o Código de Pesca Responsável da FAO constituem os principais diplomas que orientam a ação do Estado Brasileiro.

O principal desafio que se apresenta no marco do PPA 2004-2007 é a construção de um sólido sistema de gestão de recursos pesqueiros que tenha a sustentabilidade como elemento central.
Devem ser atributos fundamentais de tal sistema: uma estrutura de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários de tais recursos e a troca entre o saber científico e os saberes e conhecimentos tradicionais das populações pesqueiras.

A não implementação de um programa com tal escopo contribuirá para o agravamento do quadro de insustentabilidade no acesso e uso dos recursos pesqueiros gerando, como conseqüência, perda de biodiversidade, diminuição da produção nacional de pescado de origem extrativa, diminuição do nível de emprego e renda no setor, isso tudo resultando na migração de trabalhadores não qualificados para outros setores da economia, gerando o aumento do desemprego e, por conseguinte, da exclusão social e injustiça ambiental.

Principais Resultados

- Execução de 56 projetos de pesquisa pelos centros especializados CEPSUL, CEPENE, CEPNOR, CEPTA e CEPERG, vinculados ao Ibama.
- Realização de 5 campanhas de campo ao Pantanal e Amazônia, com vistas ao conhecimento de novos estoques com potencial de exploração, bem como avaliar o estado atual das principais espécies exploradas nessas regiões.
- Realização de 12 pesquisas voltadas ao monitoramento das pescarias de lagosta, camarão, sardinha, piramutaba, pargo, saramonete, demersais de fundo (pescada-olhuda, castanha, corvina, pescadinha e batata,), que geraram conhecimentos para embasar as medidas de ordenamento pesqueiro.
- Realização de 23 estudos, objetivando o conhecimento da bioecologia das principais espécies que sustentam as pescarias nacionais, avaliando os seus estoques e apontando os seus níveis ótimos e de exploração pesqueira.
- Concluída a etapa de concepção do Sistema para Gerenciamento do Uso dos Recursos Pesqueiros (SIPESCA).
- Consolidados e disponibilizados os Boletins da Estatística Pesqueira Nacional dos anos de 2003 e 2004, Projeto ESTATPESCA.
- Publicação do Relatório "Pesca e Aqüicultura no Brasil 1991/2000 – Produção e Balança Comercial".
- Cadastramento da frota pesqueira do litoral Norte e Nordeste em parceria com a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca SEAP/PR.

- Realização do censo estrutural da pesca marítima das regiões Sudeste e Sul.
- Redefinição e publicação de instrumento legal para a reimplantação do Sistema Mapas de Bordo.
- Realizadas 9 operações de fiscalização nos seguintes Estados: Ceará, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Rondônia.
- Pagamento de seguro desemprego para 165.114 pescadores artesanais.
- Licenciamento de 87.180 pescadores amadores.
- Realizadas 14 Oficinas de Pesca Infantil para crianças de 7 a 12 anos, de escolas públicas e privadas, atendendo 9.110 crianças de 8 Municípios.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados em 2005 foram considerados dentro do esperado e, de modo geral, as metas físicas foram atingidas. Entretanto, uma avaliação qualitativa evidencia alguns prejuízos, especialmente os decorrentes da insuficiência de recursos financeiros e da não liberação desses recursos na época adequada para realização de algumas atividades, em especial aquelas que envolvem fenômenos ambientais sazonais, como reprodução de espécies e migração, entre outros. A descontinuidade na liberação dos recursos financeiros e a insuficiência das dotações, associadas a outras situações orçamentárias, têm sido os principais entraves para a consecução de melhores resultados do programa.

Outros Aspectos Relevantes

O público-alvo participou intensamente dos debates e das definições de medidas correlatas à atividade pesqueira nacional, como também da construção/elaboração de propostas de programas e projetos.

Alguns aspectos ainda são passíveis de aprimoramento, como a definição dos indicadores e as fontes de financiamento do programa.

Recomendações

- Mesmo com o início da coleta de dados para a obtenção do parâmetro CPUE previsto para 2006, entende-se que deverá ser ampliada a quantidade de indicadores para o programa.

Resíduos Sólidos Urbanos

Objetivo

Proporcionar meios para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis.

Público-Alvo

População de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 92.581.930,00	Empenho Liquidado: R$ 58.784.933,00 Pago estatais: - Total: R$ 58.784.933,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 129.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Residências Atendidas por Serviços de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 6 em 01/07/2000
Índice previsto ao final do PPA: 7,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foi possível avaliar os resultados alcançados pelo programa, já que o IBGE não realizou a medição do índice no ano de 2005 em razão da falta de recursos financeiros.

2. Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 91,1 em 07/01/2000
Índice previsto ao final do PPA: 93,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta analisar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

3. Taxa de Municípios com Disposição Adequada de Resíduos Sólidos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 29 em 07/01/2000
Índice previsto ao final do PPA: 43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta analisar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

Contextualização

A baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, que compromete a sustentabilidade das ações de limpeza urbana; a disposição inadequada dos resíduos em lixões e cursos d'água, com conseqüências negativas sobre a qualidade das águas, do solo e do ar e sobre a capacidade de condução dos cursos d'água e dos sistemas de drenagem; a escassez de recursos para a expansão da cobertura dos sistemas existentes; a existência de trabalho de adultos e crianças em condições degradantes nos lixões e na coleta seletiva informal; e a ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços justificam a existência do programa.

Principais Resultados

- Elaboração do Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 2 -Apoio a 10 projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com população entre 30 mil e 250 mil habitantes.
- 3-Formação da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA).
- 4-Construção e Implantação da Unidade Industrial de Reciclagem de Plástico pós-consumo.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados alcançados pelo programa foram considerados dentro do esperado, considerando-se os recursos disponíveis para execução de cada ação isoladamente. Entretanto, o cumprimento das metas físicas ficou abaixo do previsto, principalmente devido à incompatibilidade entre o fluxo dos recursos financeiros liberados e as necessidades inicialmente previstas na Lei Orçamentária Anual de 2005.

Houve integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações, além de um bom relacionamento com o Ministério das Cidades e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), executores de parte das ações. Entretanto, a ausência de um plano gerencial dificultou a realização das ações e a não instalação do Comitê Gestor do Programa também significou um entrave à articulação e à comunicação entre a gerência e os Ministérios envolvidos no programa. Em 2006 será elaborado um plano gerencial e instituído o Comitê Gestor do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Com o apoio aos Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos foi possível atingir o público-alvo em todas as regiões do país, especialmente em Municípios de pequeno porte.

Uma restrição constante no programa é a insuficiente capacidade técnica e institucional dos Municípios brasileiros. Em geral, os Municípios não dispõem de uma adequada estrutura técnico-gerencial-operacional para implementar, manter e garantir a sustentabilidade dos sistemas implantados na área de resíduos sólidos. Para suprir esta necessidade, o programa deve intensificar as ações de treinamento e capacitação dos gestores e técnicos municipais.

Recomendações

- Todos os ministérios que atuam no programa deveriam conter ações de capacitação, já que tais ações são importantes em todos os Municípios.
- Necessita-se de uma adequação entre as ações do programa e as metas propostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos a ser aprovada pelo Congresso Nacional.
- Os recursos que vêm sendo disponibilizados no Orçamento Geral da União para atender às demandas municipais na área de resíduos sólidos são insignificantes em relação às necessidades do país. O investimento no setor é mínimo diante dos benefícios sociais, ambientais e da melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada. Sugere-se que o Poder Executivo aporte recursos suficientes para o atendimento das ações e o conseqüente atingimento dos objetivos do programa.
- Não é suficiente a implantação de aterros sem a de infra-estrutura, nem a capacitação de agentes na operação dos aterros sem a garantia da inclusão social e participação dos catadores de materiais recicláveis no processo. Da mesma forma, a implantação de um modelo de gestão dos resíduos sólidos urbanos deve ser amplamente discutida e implantada de forma participativa.

Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Objetivo

Revitalizar a Bacia Hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental, além de promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas Bacias.

Público-Alvo

Usuários dos recursos hídricos das Bacias dos Rios São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paraíba do Sul.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 123.561.723,00	Empenho Liquidado: R$ 96.053.421,00 Pago estatais: - Total: R$ 96.053.421,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Já foi oficializada a requisição das informações dos índices apurados junto à Agência Nacional de Águas (ANA), porém tais dados ainda não foram fornecidos. A não apuração do índice em 2005 dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

2. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 15 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

3. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 2 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

4. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 23 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

5. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 19 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

6. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação do Rio São Francisco

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 2 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

7. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jusante da Foz do Rio Pará)

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 2 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

8. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas)

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 2 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

9. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 19 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

10. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 3 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

11. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará)

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 73 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

12. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará)

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 59 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

13. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas)

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 52 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

14. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 235 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 192

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

15. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco

Unidade de medida: mg/l
Último índice apurado: 21 em 31/12/2002
Índice previsto ao final do PPA: 17

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta verificar a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA.

Contextualização

A ocupação desordenada do território brasileiro, tanto rural quanto urbana, provoca graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o país possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, inclusive das áreas de abrangência das respectivas Bacias Hidrográficas, ocasionando maior escassez (quantidade e ou qualidade),

tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, quanto em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro). Além disso, a degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas.

A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves ao desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos.

A criação, por Decreto Federal de 5 de junho de 2001, do Projeto de Revitalização e Conservação do Rio São Francisco e de seu respectivo comitê de gestão, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente por meio de sua Secretaria Executiva, visa a promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de Bacias Hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação de Bacias em situação de vulnerabilidade ambiental.

Principais Resultados

- Consolidação de todas as instâncias de gestão e articulação do programa no âmbito federal e estadual, além das que estavam previstas para 2005, na escala intermunicipal, nos pólos da revitalização das sub-bacias prioritárias do São Francisco.
- Início das principais atividades estuturadoras com várias ações fundamentais, tais como: a elaboração do Sistema de Informações do São Francisco (SISFRAN) e do Zoneamento Ecológico-Econômico do São Francisco; a construção do Plano de Desenvolvimento Florestal do São Francisco; o Plano de Criação de Unidades de Conservação do São Francisco; o Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros do São Francisco; o Plano de Racionalização da Rede de Monitoramento das Águas do São Francisco; o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Baixo São Francisco e o início do Cadastro dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, entre outros.
- Implementados os projetos de fiscalização integrada da Piracema no São Francisco, de conservação e manejo de sub-bacias em Minas Gerais, de saneamento básico nas principais cidades da calha do Rio São Francisco e de implantação de viveiros de referência.
- Apoio a projetos de implantação de 5 mil cisternas no São Francisco, em parceria com a Codevasf e o MDS; e implantação de projetos de reflorestamentos e viveiros em assentamentos rurais da Bacia do São Francisco, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento dos Sem-Terra (MST).
- Elaboração de projetos executivos de esgotamento sanitário em 23 cidades da Bacia e a recuperação de dessalinizadores no semi-árido do São Francisco (Bahia e Pernambuco), em parceria com o Ministério da Educação (Universidade Federal da Paraíba) e a Atecel.
- Concretização do primeiro convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e

o Estado de Goiás para a elaboração de um plano de ação e a consolidação do programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos em 2005 foram considerados dentro do previsto. Diante das dificuldades e limitações financeiras, os resultados foram positivos, dando concretude às ações estratégicas.

Os recursos orçamentários executados, apesar de considerados suficientes, foram entraves ao bom desempenho do programa, uma vez que não houve um fluxo contínuo na liberação de recursos. Além disso, dificuldades encontradas no processo de análise técnica dos projetos, em licitações, na celebração de contratos e convênios, devido a conflitos decorrentes de outras políticas setoriais e a pouca transversalidade e integração com outras políticas setoriais que são executadas na região da Bacia também prejudicaram uma melhor execução do programa.

Outros Aspectos Relevantes

As ações iniciadas e que abrangem todos os componentes essenciais para o processo de revitalização apresentam uma cobertura razoável no território da Bacia. No caso da Bacia do São Francisco, a qual possui 32 sub-bacias, a maioria das ações foram implementadas nas 12 sub-bacias que apresentam os maiores problemas ambientais.

A participação social no programa se dá por meio de fóruns colegiados, que são instâncias de gestão e articulação tanto nos Estados como nas regiões intermunicipais, e pela interação permanente com os Comitês de Bacias e os conselhos de Meio Ambiente locais que atuam como colaboradores diretos do programa.

O programa "Revitalização de Bacias Hidrográficas" apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, tais como práticas inovadoras e continuadas de gestão integrada e de planejamento participativo, formação de um arranjo institucional, tanto técnico-temático quanto político–institucional, voltado para uma maior sustentabilidade e transversalidade do programa, além da metodologia que consolida instâncias de gestão e articulação permanentes nos Estados e regiões da Bacia, assim como a formação de redes temáticas setoriais, centradas na implementação do desenvolvimento sustentável nas bacias.

Recomendações

- Os atuais indicadores do programa requerem adequação e redimensionamento para que se possam agregar novos elementos e ajustar os pontos de coleta definidos, além de se incluir bioindicadores para a revitalização. Tais indicadores são apurados e monitorados pela Agência Nacional de Águas e faz-se necessário um maior empenho e uma atuação integrada neste processo.
- Alguns aspectos da concepção foram considerados inadequados, tais como a definição do objetivo do programa em relação ao problema, necessitando de ajustes para que seja traduzido de forma mais clara e precisa o conceito de revitalização ambiental de Bacias Hidrográficas. Além disso, algumas

ações devem ser ajustadas, assim como ampliadas e direcionadas quanto aos principais componentes técnicos do programa de revitalização, bem como deverão ser incluidas outras, específicas e estratégicas do ponto-de-vista do programa, como as de saneamento básico, capacitação e mobilização social, educação ambiental, ecoturismo, agroecologia e saneamento ambiental. As metas físicas também necessitam de ajustes para a sua correta racionalização técnica.

- Há uma forte necessidade de um melhor ajuste das parcerias com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Ministérios envolvidos para que se possa coordenar o recebimento de projetos e propostas, bem como priorizar e alocar os recursos de uma forma transparente e planejada, a fim de que se tenha uma maior compreensão e integração entre as partes.
- Observa-se ainda que a concepção do programa possui alguns problemas, o que conduz à necessidade de sua adequação e atualização em relação às bases técnicas determinadas para o processo de revitalização.
- Será necessária uma maior adequação entre as ações do PPA e os componentes do programa, assim como algumas modificações quanto à coordenação das ações.
- Há ainda a necessidade de adequação do público-alvo, que não se restringe apenas aos usuários de recursos hídricos, mas inclui todos os usuários dos recursos naturais da Bacia, tais como as populações ribeirinhas, as comunidades tradicionais de pescadores, indígenas, quilombolas e extrativistas, as organizações da sociedade civil, os governos estaduais e municipais e os setores produtivos da Bacia

Viver sem Contaminação

Objetivo

Reduzir a contaminação e controlar os riscos decorrentes da exposição às substâncias perigosas e aos resíduos industriais.

Público-Alvo

Populações expostas a poluentes e contaminantes ambientais, trabalhadores industriais, consumidores e setor produtivo industrial.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 8.550.584,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 2.408.622,00 - R$ 2.408.622,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Quantidade de Substâncias Químicas e Perigosas Controladas

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 27 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 27

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice estabelecido para 2005, de 15 substâncias, foi plenamente alcançado, tendo o programa avançado além do indicador previsto. Tal fato demonstra um crescimento no número de substâncias controladas, que passou de 8 em 2003 para 27 em 2005. Se forem computadas todas as ações relacionadas ao controle de substâncias químicas e perigosas, a quantidade extrapolará o índice previsto, isto porque a implementação das Convenções de Estocolmo, Roterdã e Basiléia proporcionou, em 2005, o controle de 275 substâncias e produtos, incluindo resíduos perigosos.

Contextualização

Existem hoje no mundo mais de 100 mil substâncias químicas comercializadas e a cada ano surgem cerca de 2 mil novas substâncias, das quais apenas um número reduzido foi testado do ponto de vista de sua toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente. Por isso, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca, tendo em vista o país estar entre os dez maiores produtores, além de ser o sétimo maior consumidor de produtos químicos em nível mundial e o maior produtor e importador, no gênero, na América Latina.

Principais Resultados

- Consolidação da implementação de 3 Convenções Internacionais na área de segurança química.
- Implementação da estrutura institucional do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com produtos químicos perigosos.
- Informatização do processo de registro de agrotóxicos, com o lançamento do Sistema de Registro de Agrotóxico (SISRET) em setembro de 2005.
- Início do mapeamento de áreas de risco em 7 Unidades da Federação.
- Elaboração de proposta e instrumento normativo para a Gestão Ambientalmente Sustentável de Pneus Usados.
- Capacitação na área de segurança química, de gestão de resíduos perigosos e de produção mais limpa.
- Desenvolvimento de uma Política de Segurança Química e de Gestão de Resíduos de Geração Universal no Mercosul.
- Elaboração de uma Política Nacional de Produção mais Limpa e Ecoeficiência.
- Apoio à estruturação de unidades de atendimento a acidentes e emergências ambientais no IBAMA.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados alcançados mostram-se coerentes com a previsão para 2005, embora fosse possível avançar mais em determinadas ações de execução direta, cujas atividades dependem da equipe do próprio MMA ou não envolvem o repasse de recursos. No caso de ações que dependiam da celebração de convênios, a execução foi prejudicada pela dificuldade de viabilização dos mesmos, principalmente em função da inadimplência dos órgãos a serem conveniados. O programa obteve resultados concretos e importantes para a melhoria da qualidade do meio ambiente e de vida da população brasileira, tendo o Brasil, inclusive se destacado internacionalmente pelo nível do seu programa voltado à segurança química.

De modo geral, o programa cumpriu as metas físicas programadas, havendo algumas deficiências em função das dificuldades para a celebração dos convênios previstos, principalmente por inadimplência dos órgãos a serem conveniados, o que impossibilitou a reprogramação desses recursos para outras destinações.

Os recursos orçamentários executados foram inferiores ao total aprovado na Lei Orçamentária Anual 2005, em virtude do contingenciamento parcial dos recursos do programa.

Também houve restrições ocasionadas pelos recursos humanos alocados ao "Viver sem Contaminação". O perfil profissional requerido para atuar na área de segurança química é muito especializado e a maioria das equipes executoras do programa, incluindo as do próprio MMA e do IBAMA, não detêm um número adequado de especialistas. Os concursos realizados recentemente aprovaram grande número de candidatos com pouca experiência em atividade gerencial e serviço público.

Alguns convênios firmados tiveram problemas na execução das suas ações e, conseqüentemente, problemas na prestação de contas. Como exemplo, os recursos

repassados à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, órgão de meio ambiente do Estado de são Paulo, teve os seus recursos financeiros, inclusive os do projeto conveniado, apreendidos por decisão judicial, o que inviabilizou a sua execução e prestação de contas. Ademais, a maioria dos órgãos conveniados são de governos estaduais, que estão em grande parte inadimplentes para com o Governo Federal e impedidos de realizar convênios.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério foi considerado baixo devido unicamente ao contingenciamento de recursos.

Outros Aspectos Relevantes

O programa utiliza parcerias com representantes de organizações não governamentais ambientalistas, trabalhistas e do setor privado para a consecução de seu objetivo. Como o "Viver sem Contaminação" diz respeito diretamente às ações do MMA na área de segurança química, existem entidades participativas e de integração, por meio das quais parceiros não governamentais são envolvidos, como por exemplo, a CONASQ e a Comissão Nacional do Plano Nacional de Prevenção e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos.

As consultas públicas, as reuniões e as comissões possibilitaram importantes insumos ao programa, no que concerne ao aperfeiçoamento das normas referentes ao controle de substâncias e produtos perigosos; ao aprimoramento das medidas relacionadas à redução do risco de determinados produtos, como o amianto, o mercúrio, os pneus usados, as pilhas e baterias e os agrotóxicos; à contribuição em definições de posicionamentos a serem adotados em fóruns internacionais; e à colaboração na elaboração de programas e projetos e no seu desenvolvimento.

Além da avaliação anual dos programas do PPA, o programa é periodicamente avaliado, quanto às ações previstas e os resultados alcançados, pela Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ) criada por portaria do MMA em 2000 e que agrega mais de 20 instituições do setor público, da sociedade civil e do setor privado.

Recomendações

- O programa possui um único indicador e o índice previsto está bem abaixo das potencialidades do programa. Há necessidade de rever o indicador e a previsão do seu índice de desempenho.

Zoneamento Ecológico-Econômico

Objetivo

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.

Público-Alvo

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 15.539.353,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 5.409.012,00 - R$ 5.409.012,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Zoneamento do Território Nacional

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 22 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Há possibilidade de o programa atingir o índice previsto, uma vez que até 2007 já terão sido finalizados os Macrozoneamentos da Amazônia Legal, da Bacia do São Francisco e da Bacia do Parnaíba, bem como o Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

Contextualização

A ocupação do território nacional tem ocorrido de forma desordenada e irregular, sem os investimentos necessários de infra-estrutura, de capacitação institucional e de desenvolvimento tecnológico, gerando áreas críticas ocupadas, em geral, por segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário formal, ou por setores privilegiados em áreas de interesse estratégico. Sobretudo na fronteira agrícola, há a intensificação do desmatamento e da proliferação dos incêndios, além de outras conseqüências dos vetores de ocupação constituídos pelos projetos de infra-estrutura econômica. A tradição de setorialidade no trato da gestão territorial tem gerado grande número de áreas críticas no território e águas juridicionais

brasileiras, seja por transporte de cargas poluidoras, seja pelo comprometimento de áreas de risco e ambientalmente sensíveis ao óleo e às substâncias químicas ou perigosas. O programa tem por objetivo consolidar e sistematizar, dentre os instrumentos de planejamento territorial, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), proporcionando base técnico-científica e negociada para o ordenamento territorial. Como instrumento técnico, o ZEE fornece informações integradas, dividindo o território segundo suas potencialidades e limitações. Como instrumento político de regulação do uso, permite espacializar as políticas públicas em base geográfica integrada, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais.

Principais Resultados

- Iniciados os processos de inclusão de novas instituições - Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Petróleo Brasileiro SA (PETROBRAS) - no Consórcio ZEE Brasil, o que demonstra que o trabalho desenvolvido em parceria entre este Consórcio e o MMA tem dado bons resultados.
- Estabelecida a parceria com a Coordenação Geral de Tecnologia e Informática (CGTI) para a estruturação da Rede Virtual da Caatinga, contendo uma base de dados integrada do Bioma.
- Foi iniciado o Projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, com a integração dos resultados dos ZEEs estaduais.
- Revisão e atualização do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF), como forma de articular a atuação dos órgãos federais com ações nas áreas costeiras.
- Integração entre as Políticas Nacionais de Gerenciamento Costeiro e de Recursos Hídricos, a partir da compatibilização dos instrumentos de planejamento de uso dos recursos e ocupação do território.
- Suporte ao trabalho de avaliação dos mecanismos do micro-financiamento no Brasil, visando a subsidiar o workshop internacional para o Programa de Ação Global para Proteção do Ambiente Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra (PGA).
- Planejamento do curso "Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil" e elaboração do seu material didático.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A obtenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do previsto, tendo em vista que os Macrozoneamentos da Amazônia Legal, da RIDE, das Bacias do São Francisco e do Parnaíba e da área de influência da BR-163 estão sendo realizados de maneira articulada com os Estados. Em relação aos ZEEs estaduais, o MMA firmou parceria com todos os Estados da Amazônia Legal, além do PR, GO, DF, MG e CE. O Ministério da Integração Nacional está trabalhando em projetos de ZEE na escala estadual de 1:250.000.

A porcentagem de execução das metas físicas foi alta, demonstrando estarem dentro do previsto na Lei Orçamentária 2005. A maioria das ações do programa teve execução acima de 90%.

A escassez de recursos orçamentários impediu avanços mais significativos na execução de algumas ações, como no caso da ação 4658 – "Capacitação de

Gestores Públicos em ZEE", que não teve recursos para execução em 2005. Além disso, a compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos humanos em algumas ações não são adequadamente capacitados para a implementação do programa. Há, portanto, necessidade de capacitação periódica das equipes para as diferentes atividades dos projetos de ZEE.

Outros Aspectos Relevantes

Sendo um instrumento de planejamento cuja principal função é subsidiar e direcionar as políticas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, o Zoneamento Ecológico-Econômico trabalha diretamente com gestores públicos e, por meio de processos de mobilização, estabelece contato com a população a fim de identificar as principais demandas e problemas de cada região.

O programa não desenvolveu uma metodologia de avaliação da satisfação do beneficiário, mas realiza, além da avaliação do PPA, avaliações internas que são apresentadas em forma de relatórios à Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e aos setores responsáveis pela execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente.

Por meio de audiências públicas, seminários e cursos de capacitação, o programa promove a participação social. Esses eventos servem de instrumentos de interlocução com a população. A participação social é fundamental para a legitimação do programa e incorporação das diretrizes apontadas no ZEE para a formulação das políticas públicas.

São realizadas reuniões periódicas com o Consórcio ZEE Brasil, com a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE) e com as Comissões Estaduais de ZEE.

O programa realiza parcerias não governamentais para sua execução e o desempenho tem sido satisfatório. O corpo técnico é bem estruturado, porém há falta de recursos.

As prestações públicas de contas são feitas em evento anual com divulgação de relatório contendo balanço das ações.

Recomendações

- Adequar a ação 8665 – "Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira" de modo a contemplar a aplicação dos instrumentos de gestão estabelecidos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
- Recomenda-se a inclusão da ação "Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia", com o escopo de produzir insumo importante para o aperfeiçoamento e integração dos zoneamentos dos Estados que compõem a Amazônia legal.



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Avaliação do Plano Plurianual
Compras Governamentais
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública
Gestão da Política na Área de Planejamento
Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
Gestão do Plano Plurianual
Gestão dos Orçamentos da União
Gestão Pública para um Brasil de Todos
Governo Eletrônico
Inclusão Digital
Informações Estatísticas e Geocientíficas
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas
Recenseamentos Gerais

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi utilizado R$ 1,8 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 2.199.280.761,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 1.778.031.714,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 2.199.280.761,00	**Total realizado:**	R$ 1.778.031.714,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 255,3 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 186,3 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2005 a serem destacados foram:

- Realização de 114 oficinas para a elaboração de planos gerenciais dos programas do PPA, beneficiando mais de 210 programas e cerca de 1.700 pessoas envolvidas no gerenciamento dos programas e ações.
- Avaliação de 374 programas do PPA avaliados em relação à sua execução e gestão no ano base 2004.
- Encaminhado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006 (LDO), ressaltando o processo participativo de diversos agentes para sua construção, tais como: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União da Presidência da República; Secretarias de Gestão, Logística e Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Planejamento e Investimentos Estratégicos, Orçamento Federal e Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração dos Ministérios Setoriais.
- Encaminhado o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2006, o Orçamento de Investimento das empresas estatais, os atos normativos referentes aos créditos orçamentários adicionais para 2005 e à fixação de limites para a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo.
- Recompostos os recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD-X) para o triênio 2005-2007, num total de aproximadamente US$ 5,3 bilhões. O Brasil participou de todas as recomposições de recursos, num montante

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

acumulado de cerca de US$ 162 milhões e participação do Brasil no Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN II), com uma contribuição de US$ 8,331 milhões.

- No levantamento de dados censitários, destaca-se a correção de endereços em 38.000 setores censitários, por meio do Projeto Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), equivalente a 91% do total dos endereços levantados no Censo 2000.
- Pesquisas Conjunturais - Foram divulgados 140 resultados, visando ao acompanhamento da economia para o comércio (Pesquisa Mensal de Comércio -PMC), para a indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIM-PF e de Emprego e Salário - PIMES) e, ainda, um conjunto de pesquisas para a agropecuária, onde se destaca o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).
- Publicado o "Radar Social", instrumento-síntese de vigilância das condições de vida da população brasileira.
- Implantado o Sistema de Controle de Diárias e Passagens e elaborada a regulamentação do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, tornando obrigatória sua utilização pela Administração Federal (Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005).
- Consolidação e expansão da INFOVIA em Brasília.
- Foram concluídas 21 propostas de reestruturação de planos de cargos e de carreiras.
- Elaborados 27 projetos estaduais, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para a eficiência e transparência administrativa, com vistas a elevar a qualidade do gasto público, via Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE).
- Beneficiadas 656 famílias mediante contrato de cessão sob o regime de aforamento gratuito.
- Implantação do Projeto Orla mediante celebração de 15 convênios de cooperação técnica.
- Arrecadação Patrimonial de R$ 237,8 milhões, com redução do estoque de processos e dos valores de débitos em aberto em cerca de R$ 88 milhões.

Aspectos Relevantes

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação dos órgãos estão relacionadas às seguintes questões: recursos materiais insuficientes nas equipes executoras; recursos orçamentários insuficientes; infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras; quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras; insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras; dificuldades em licitações e celebração de contratos e de convênios; contingenciamento orçamentário; ausência de integração e articulação entre os gerentes de programa e coordenadores de ações dos programas multissetoriais.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Avaliação do Plano Plurianual

Objetivo

Avaliar os programas e o plano plurianual, visando o aperfeiçoar continuamente sua gestão, subsidiar o processo de revisão anual e orientar a elaboração dos orçamentos.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.070.000,00	Empenho Liquidado: R$ 53.283,00 Pago estatais: - Total: R$ 53.283,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

A avaliação do Plano Plurianual (PPA) é um processo contínuo que, implementado de forma participativa, busca aperfeiçoar a gestão pública, sob a perspectiva dos resultados para o cidadão. O programa tem o intuito de incorporar definitivamente a avaliação dos programas e do PPA no ciclo de gestão do gasto, visando à melhoria do desempenho dos programas e promoção do aprendizado das equipes gerenciais, além de prestar contas ao Congresso Nacional e à sociedade.

Principais Resultados

- Avaliação de 374 programas do PPA em relação à sua execução no ano base 2004, 100% da meta estabelecida pelo exercício.
- Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Governo Federal, instituído pela Portaria Interministerial nº 10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com o desenvolvimento de um plano de trabalho para 2006 que permitirá a ampliação do escopo e da qualidade das atividades de avaliação conduzidas pelo Governo Federal.

Encontram-se em andamento duas iniciativas. A primeira refere-se à realização de avaliações para programas prioritários. Em agosto de 2004, elaborou-se um termo

de referência onde se estabeleceram critérios para a seleção de três programas a serem avaliados, a partir de métodos científicos de pesquisa avaliativa. Todavia, em janeiro de 2005, a Portaria Interministerial nº 10 do - MP instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, cujas atribuições incluíram a seleção de programas a serem objeto de avaliação específica. O atraso ocorreu devido ao estabelecimento de um longo processo de discussão no âmbito da CMA para definir os critérios de seleção dos programas a serem avaliados, que permitiram a hierarquização dos programas do PPA. Além disso, discutiu-se a forma de realização das avaliações, incluindo o debate sobre a necessidade/oportunidade de contratação de instituições especializadas em avaliação de programas. Tal encaminhamento levou a postergação da realização das avaliações específicas. Em 2006, a CMA aprovou a seleção dos programas, o que permitirá a realização das avaliações específicas.

A segunda diz respeito ao estabelecimento de metodologia para elaboração de planos de avaliação para os programas do PPA. Foi desenvolvido projeto básico para a contratação de consultoria especializada destinada a esse fim, que não foi aprovado na Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA. Dessa forma, optou-se pelo desenvolvimento dessa metodologia a partir do desenvolvimento de um Projeto-Piloto para aplicação de exame de avaliabilidade em um dos programas selecionados para avaliação específica.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial: o programa enfrentou problemas relacionados ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que acarretaram atrasos, falhas e perda de qualidade no desenvolvimento, manutenção e utilização do módulo de avaliação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: as atividades que serão implantadas em 2006, decorrentes do Plano de Trabalho aprovado na Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), indicam a necessidade de reforço imediato da equipe, preferencialmente das carreiras de Analista de Planejamento e Orçamento ou de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Outros Aspectos Relevantes

O ano de 2005 representou um marco para as atividades relacionadas à função de avaliação no âmbito do Governo Federal, a partir da instalação efetiva do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA, previsto na Lei que instituiu o PPA 2004-2007.

O Sistema de Avaliação do Plano Plurianual é composto pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA) e pelas Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) de cada Ministério ou órgão equivalente. A CMA, órgão colegiado de composição interministerial, com representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cabe à CMA elaborar propostas de normas e procedimentos gerais, relativos ao monitoramento e à avaliação dos programas integrantes do PPA no âmbito do Poder

Executivo, assim como oferecer elementos técnicos que orientem o processo de alocação de recursos orçamentários e financeiros e a revisão dos programas, com vistas ao alcance dos resultados. Especificamente, a CMA tem o dever de estabelecer diretrizes gerais para a implantação de metodologias de avaliação dos programas e para aperfeiçoamento e integração de sistemas de informações gerenciais; selecionar programas a serem objeto de avaliação específica, sem prejuízo de outros cujas avaliações sejam de interesse dos órgãos setoriais; avaliar as propostas de aperfeiçoamento da metodologia de avaliação anual dos planos plurianuais e dos programas selecionados; acompanhar o conjunto de avaliações de programas desenvolvidas pelos órgãos setoriais; definir os critérios de análise de projetos de grande vulto; e examinar a viabilidade técnica e socioeconômica de projetos de grande vulto.

Recomendações

- Na revisão de 2005, foram fundidos os programas "Avaliação do Plano Plurianual", "Gestão do Plano Plurianual" e "Gestão dos Orçamentos da União". A fusão dos programas e de suas ações se justifica pela necessidade de ampliar os esforços conjuntos da SPI/MP e da SOF/MP no sentido de fortalecer o ciclo de gestão, mediante a integração de procedimentos e realização de avaliação conjunta dos programas de governo, com foco na melhoria da qualidade da programação e da gestão dos recursos orçamentários.

Compras Governamentais

Objetivo

Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do Governo Federal.

Público-Alvo

Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 20.728.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 18.333.637,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 18.333.637,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O mundo moderno apresenta novas oportunidades e inúmeros desafios aos Estados Nacionais. Um dos desafios é a promoção do desenvolvimento econômico-social sustentável. Dentro desta ótica, ações que visem à otimização dos processo de contratação de bens, obras e serviços, com seus impactos positivos sobre a redução de custos, agilização de processos e transparência, são fundamentais para a eficiente gestão pública.

Principais Resultados

- Modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e do Portal de Compras do governo federal (COMPRASNET).
- Ampliação da utilização de compras eletrônicas no âmbito dos Sistemas de Pregão Eletrônico e Presencial e Cotação Eletrônica de Preços.
- Implantação do Portal de Medicamentos.
- Descentralização e Especialização da Catalogação de Materiais.
- Registro de contratos e convênios dos órgãos integrantes do Orçamento Geral da União (LDO 2004).
- Desenvolvimento, em conjunto com o Ministério da Defesa, do Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT.
- Implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens.

- Projeto de Lei para a Revisão da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 1993), que tem por objetivo ampliar a utilização de meios eletrônicos, centralizar e disponibilizar tanto o cadastro de fornecedores (licitantes) e o Sistema de Registro de Preços, bem como agilizar os procedimentos burocráticos licitatórios, fundamentalmente no que concerne aos procedimentos recursais, inclusive facultando a inversão de fases para as outras modalidades licitatórias.
- Projeto de Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas - MPE's, que contém capítulo específico sobre compras públicas estabelecendo tratamento jurídico favorecido, simplificado e diferenciado para MPE's nas contratações públicas. A proposta foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho interministerial na Casa Civil, a partir de proposta original desenvolvida em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Confederação Nacional dos Municípios.
- Anexo de Regulamentação do Protocolo de Compras Públicas do Mercosul, que contém Tabela de equivalência documental, que será exigida das empresas do bloco nas licitações nacionais abrangidas pelo protocolo e demais requisitos (uniformização de conceitos, informações que serão prestadas, etc.) para a operacionalização do Protocolo. Proposta desenvolvida no âmbito de Grupo de Trabalho internacional e assinada pelos Estados-parte.
- Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, tornando obrigatória sua utilização pela Administração Federal.
- Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005, que determina a obrigatoriedade do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para as contratações de bens e serviços comuns realizadas com verbas públicas repassadas voluntariamente pela União por meio de convênios ou outros instrumentos congêneres.
- Portaria SLTI/MP nº 4, de 7 de julho de 2005, que estabelece os procedimentos para adesão ao acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, visando desburocratizar o processo de acesso e utilização pelos órgãos, entidades e empresas da administração pública no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras: a infra-estrutura de rede do MP é muito deficiente e lenta.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: os sistemas são operacionalizados por equipes terceirizadas, nem sempre com a qualificação desejada.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: a equipe é inadequada para a implantação do sistema e suporte operacional e para o gerenciamento orçamentário, inviabilizando a implementação da ação "Sistema de Controle de Obras Públicas".

Contingenciamento orçamentário: inviabilizada a implemantação da ação do Sistema de Controle de Obras Públicas.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência: o processo devia ser automatizado, face à burocracia excessiva e ao tempo de assinatura muito longo.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Inclusão da ação "Desenvolvimento e Implementação do Novo Sistema de Compras".

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

Objetivo

Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores.

Público-Alvo

Servidores da Administração Pública, dirigentes e carreiras estratégicas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 17.478.115,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.207.919,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 14.207.919,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de horas em treinamento

Unidade de medida: hora
Último índice apurado: 11.939 em 22/02/2006
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Contextualização

Considerando-se a necessidade de aumentar a capacidade de governo, faz-se urgente a profissionalização e melhoria da qualidade do serviço público no país. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), conhecendo as necessidades de governo e capacitada para a prospecção e inovação, pode e deve se tornar a primeira opção em capacitação de dirigentes públicos. Diferentemente do conteúdo ministrado pelas Universidades, o programa deve produzir estudos e pesquisas que subsidiem reformulações de procedimentos e decisões do governo federal, bem como atendam prontamente a problemas estratégicos de gestão pública. Este programa visa a suprir as lacunas relativas à disseminação de conceitos e tecnologia inovadores que aumentem a competência e a capacidade de resolver problemas nas áreas de governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

Principais Resultados

- Oferecimento de cursos de desenvolvimento gerencial à distância ou de modo presencial que capacitaram 17.251 servidores com orçamento próprio da ENAP e 1.883 servidores com recursos provindos de destaque orçamentário, superando a meta em 28% e 44%, respectivamente.
- Capacitação de cerca de 250 servidores do Curso de Aperfeiçoamento de Especialistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Cursos de aperfeiçoamento sob medida para atender demandas de diversos órgãos, tais como Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o que implicou na matrícula de 262 servidores (163,75% da meta), num total de 601 servidores matriculados, considerando-se os cursos realizados por destaque orçamentário.
- Disseminação de 7.127 estudos, pesquisas e publicações, superando a meta em 78,18%, promovendo a difusão de conhecimentos em Gestão Pública.
- Realização de 26 eventos de intercâmbio, representando 104% da meta.
- Construção de 2 laboratórios de informática e de 1 sala de aula com capacidade para 100 alunos; reforma dos 4 anfiteatros; instalações de projetos multimídia nas salas de aula com capacidade para 40 alunos ou mais (em andamento); melhoria de acústica das salas de maior capacidade; investimento na modernização e na segurança da rede de computadores e na revitalização e manutenção dos espaços da Escola.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: a atual estrutura está aquém das necessidades, sendo necessários aportes orçamentários em serviços de infra-estrutura e investimentos para sua melhoria.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: há carência de quadro especializado para atender ao crescente aumento da demanda por cursos, especialmente, os cursos sob medida

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alteração do público-alvo para "Servidores da Administração Pública de carreiras estratégicas e dirigentes com responsabilidade de direção".

Gestão da Política na Área de Planejamento

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 79.185.661,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 50.513.300,00 - R$ 50.513.300,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

- Elaboração/conclusão dos estudos sobre: demanda e carregamento da malha de transportes contratados pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; concluídos os estudos de modelagem econômico-financeira do projeto da Ferrovia Norte-Sul; estruturado o projeto do complexo rodoviário BR 116/ BR 324;
- Aperfeiçoamento dos trabalhos relacionados com o ciclo orçamentário, destacando-se, entre eles, a avaliação das Leis de Diretrizes Orçamentárias, a análise da rigidez orçamentária e o aperfeiçoamento e sistematização do Anexo de Riscos Fiscais da LDO.
- Acompanhamento e avaliação das políticas e diretrizes globais dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, com vistas a subsidiar a participação de representantes brasileiros nas Assembléias de Governadores e reuniões de Comitês de Diretoria e Diretoria Executiva.
- Elaboração de uma proposta de metodologia para o acompanhamento

da carteira de projetos financiados com recursos externos, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de monitoramento, buscando melhorar a qualidade e consistência das informações.

- Recomposição dos recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD-X), com validade para o triênio 2005-2007, num total de aproximadamente US$ 5,3 bilhões. O Brasil participou de todas as recomposições de recursos, num montante acumulado de cerca de US$ 162 milhões.
- Garantia da participação do Brasil no Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN II), com uma contribuição de US$ 8.331 milhões.
- Monitoramento das empresas estatais, com os seguintes resultados: superávit primário das empresas estatais de R$ 15,6 bilhões; publicado o Balanço Geral da União – Volume IV – ano base 2004; realizado o Seminário "Governança Corporativa: Experiências em Empresas Estatais"; realizado o "Segundo Encontro Latino-americano sobre Governança Corporativa nas Empresas Estatais"; elaborados relatórios de Acompanhamento da Meta Fiscal das Empresas Estatais Federais, relativos à execução bimestral de 2005; publicado o "Perfil das Empresas Estatais" – ano base 2004; analisado o Projeto de Lei de criação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRAS); realização do 1º "Prêmio DEST/MP de Monografias: Estatais".
- Supervisionamento dos processos de liquidação das Centrais de Abastecimento do Amazonas (Ceasa/AM) e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) e análise das prestações de contas de 2.946 convênios vencidos, oriundos de órgãos extintos.
- Capacitação de 225 Servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), inluisve de 6 servidores nos níveis de pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: as equipes executoras são insuficientes para atender às demandas, em especial no que tange às Parcerias Público-Privadas e às negociações com organismos internacionais. É necessário reforçar as equipes com servidores de carreira (analistas de planejamento e orçamento e gestores de políticas públicas).

Contingenciamento orçamentário: os recursos orçamentarios foram disponibilizados em torno de 63% do autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Não houve liberação total dos recursos necessários em 2005 para as ações de integralização de cotas. Parte do valor previsto no orçamento foi inscrito em restos a pagar e liquidado no início de 2006.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alteração da finalidade da ação "4732 – Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira" para: "Propiciar o acesso a informações e estudos relativos à estrutura econômica brasileira que permitam identificar

os possíveis impactos das políticas adotadas sobre a estabilidade e crescimento econômicos, a geração de emprego e seus impactos distributivos e dar suporte técnico e operacional ao Comitê Gestor (CGP) e à Comissão Técnica (CTP) das Parcerias Público-Privadas".

Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público

Objetivo

Implementar ações articuladas que garantam a democratização das relações do trabalho no serviço público, a inclusão de mecanismos de participação, a valorização do servidor público e a melhoria e eficiência na gestão de Recursos Humanos, contribuindo para a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Público-Alvo

Servidores públicos federais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 60.450.001,00	Empenho Liquidado: R$ 55.728.836,00 Pago estatais: - Total: R$ 55.728.836,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Avalia-se que, durante os últimos dez anos, como reflexo das políticas de diminuição da intervenção do Estado na economia, retirando-se de tarefas por ele outrora desempenhadas, ocorreu a diminuição do número de órgãos públicos federais, com a conseqüente diminuição de seu contingente, com reflexo na gestão de recursos humanos e na qualidade dos serviços prestados. Os últimos anos foram marcados pelo processo de reengenharia produtiva e redesenho do Serviço Público Federal, que implicavam em questões de princípios, sobre as quais não havia possibilidade de negociação, exigindo, conseqüentemente, um processo radical de imposição de modelo.

Principais Resultados

- Democratização das relações de trabalho: 12 Mesas Setoriais de Negociação instaladas e mantidas e 82 reuniões de negociação realizadas.
- Reestruturação de carreiras para 2006: 21 propostas de reestruturação de planos de cargos e de carreiras concluídas, 15 Projetos de Lei elaborados e em tramitação e 4 atos de regulamentação de gratificações de desempenho publicados.
- Estudo de diretrizes gerais de planos de carreira: 21 eventos realizados

(palestras, mesas redondas e oficinas de trabalho), 81 técnicos das unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) capacitados e 1 Relatório Preliminar do Estudo de Diretrizes Gerais de Planos de Carreira concluído.

- Capacitação dos técnicos e gerentes de Recursos Humanos: 5.040 servidores e dirigentes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) capacitados.
- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE): 217 folhas de pagamento processadas no SIAPE, 1 nova funcionalidade implantada no SIAPE e 11 novas funcionalidades em desenvolvimento no SIAPE.
- Auditoria de Recursos Humanos: 7 Auditorias Operacionais realizadas.
- Ouvidoria de Recursos Humanos no âmbito do SIPEC: 5.050 mensagens solucionadas no ano de 2005 e 8 Ouvidorias do Servidor implantadas nos órgãos da APF

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: o programa enfrentou sérios problemas em relação à nfra-estrutura inadequada de acesso à INTERNET, durante todo o ano de 2005, principalmente nos trabalhos realizados junto ao SIAPE, Ouvidoria do Servidor, Legislação de Pessoal (sítios de consulta) e na Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos (GERAP). A infra-estrutura referente à telefonia também foi precária. A –GERAP, como responsável pelo arquivo, manutenção e conservação do acervo de pessoal de órgãos e entidades da APF direta, autárquica e fundacional, e de empresas públicas e sociedades de economia mista extintos ou em processo de extinção, necessita de ampliação e reparo do espaço físico para melhor acondicionamento, tratamento e higienização desse arquivo, no total de 461.346 dossiês, para cumprir as regras estabelecidas no Código de Classificação de Documentos de Arquivo, instituído pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONAR).

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: necessidade de equipes gerenciais específicas, em função de suas atribuições técnicas, principalmente nas áreas de Novo SIAPE, Consolidação e Revisão da Legislação de Recursos Humanos e Seguridade Social do Servidor. Em todas as áreas da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) há necessidade de ampliação de sua força de trabalho

Outros Aspectos Relevantes

A Ouvidoria do Servidor tem como público-alvo os servidores públicos federais. Desde a sua inauguração foram recebidas 11.793 mensagens, classificadas em Crítica, Denúncia, Elogio, Reclamação e Sugestão. No exercício de 2005, a Ouvidoria recebeu 4.225 mensagens, sendo que 5.050 foram solucionadas.

Quanto aos mecanismos de participação social, as negociações ocorridas no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente envolveram diversas entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais e foram consubstanciadas em atos normativos.

Recomendações

- Alteração do título da ação "2655 – Capacitação dos Técnicos e Gerentes de Recursos Humanos do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC)".
- Alteração do produto da ação "4064 – Auditoria na área de Recursos Humanos" para "Auditoria realizada".
- Recuperar a ação "1771 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos" do exercício 2005.

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Objetivo

Promover a gestão do patrimônio imobiliário da União visando os interesses públicos e sociais e a otimização da geração de receitas e da redução de custos.

Público-Alvo

Sociedade, órgãos e entidades da Administração Pública.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 33.065.133,00	Empenho Liquidado: R$ 24.527.091,00 Pago estatais: - Total: R$ 24.527.091,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice de Imóveis Regulares

Unidade de medida: Índice numérico
Último índice apurado: 114,71 em 27/01/2006
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

2. Taxa de Evolução da Receita

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 13,56 em 26/01/2006
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

3. Variação da Arrecadação Patrimonial

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 11,91 em 30/01/2006
Índice previsto ao final do PPA: 104,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muita baixa. Esse indicador foi implementado no decorrer do Plano Plurianual (PPA 2004-2007), portanto sua avaliação ficou prejudicada.

Contextualização

A gestão do patrimônio imobiliário da União direcionará seus esforços para o atendimento dos interesses públicos e sociais, por meio de uma política de utilização ordenada das áreas pertencentes à União, que priorize ações de apoio ao desenvolvimento da indústria do turismo, à melhoria da gestão ambiental, ao programa de reforma agrária, à melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades e à diminuição do déficit habitacional nacional; uma administração eficaz dos próprios nacionais, evitando desperdícios e reflexos negativos ao Tesouro Nacional; desenvolvimento de mecanismos e ações que ampliem a arrecadação das receitas patrimoniais em níveis que retratem sua real potencialidade; e incremento de ações de modernização dos sistemas de atendimento público que garantam os direitos do cidadão.

Principais Resultados

- **Programas Sociais e Projetos Especiais – Destinação Socioambiental – Moradia social**: Concurso Caixa Econômica Federal/Instituto de Arquitetos do Brasil (Caixa –IAB) – Versão 2006: Concurso Público Nacional de idéias e Soluções para Habitação Social no Brasil;
- **Arrecadação Patrimonial**: foram arrecadados de R$ 237,8 milhões, superando a meta para 2005 (R$ 230 milhões).
- **Redução do Estoque de Processos e dos Valores de Débitos em Aberto**: até outubro de 2005, os débitos em aberto foram reduzidos em cerca de R$ 88 milhões, mediante atividades voltadas à análise e qualificação das informações disponíveis e ações concentradas de cobrança.
- **Ampliação da Base Cadastral**: foram cadastrados 11.932 imóveis.
- **Administração de Imóveis**: foram administrados 605.978 imóveis, superando a meta de 2005 (580 mil).
- **Imóveis Transacionados:** foram transacionados 434 imóveis, superando a meta de 200 imóveis para 2005.
- **Redução das Inconsistências Cadastrais**: a meta para o exercício financeiro de 2005 era reduzir as inconsistências cadastrais (CPF, CNPJ, nome do responsável e endereço do imóvel) em 16.065 imóveis, de um universo de 132.956 imóveis. Essa redução atingiu a cifra de 21.039 imóveis, superando a meta em 30,96%.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: o quadro de pessoal da gerência do programa é insuficiente para o exercício de sua missão. Embora aprovada a realização de concurso público para provimento de 250 vagas do Plano de Classificação de Cargos (PCC) da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os seus efeitos serão sentidos, após o treinamento dos aprovados nas atividades que irão exercer.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras: foi desenvolvido, mas ainda não implementado, um Plano de Capacitação da SPU, a ser utilizado como instrumento norteador da capacitação de seus servidores e do desenvolvimento de um processo de qualificação permanente de seu pessoal para desempenho profissional com as características exigidas pela organização,

compatibilizando os interesses dos funcionários e da Secretaria e contribuindo para o aprimoramento de competências, habilidades e atitudes.

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: a infra-estrutura é precária e os recursos materiais são insuficientes. Não obstante os resultados já alcançados, permanece ainda o desafio de garantir recursos para: a) adequação/reforma da estrutura física das Gerências Regionais, a partir de padrões que assegurem qualidade, tempestividade e eficiência na prestação de serviços; b) aquisição de equipamentos essenciais, como GPS de alta precisão, máquinas fotográficas digitais, impressoras, etc; c) revisão da rede lógica existente e sua integração à rede do MP; e d) aparelhamento e substituição de móveis. O gerenciamento compartilhado de recursos com as Gerências Regionais de Administração – GRAs, do Ministério da Fazenda, representa um importante instrumento de gestão orçamentária e financeira, que inclui a disponibilização de determinados recursos materiais, cujos termos e condições são objeto de reavaliação e aprimoramento, num processo ainda em andamento, no sentido de preservar a normalidade das atividades das GRPUs.

Atraso na liberação de recursos: atraso no atendimento de remanejamento de créditos entre as ações, pois após a sua aprovação, não havia tempo hábil para realização do processo licitatório.

Contingenciamento orçamentário: o limite para movimentação e empenho fixado, inicialmente, para a SPU era da ordem de R$ 18 milhões, correspondendo apenas a 54% do orçamento aprovado. Esforço da alta gerência da SPU elevou esse valor para R$ 24,8 milhões, correspondendo a 75% do orçamento aprovado, insuficiente ainda para o cumprimento da missão SPU.

Outros aspectos relevantes

A gerência do programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento da execução física das ações:

- Sistema SSD/DW, baseado em tecnologia Data Warehouse, que integra e organiza os dados do Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) e do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), disponibilizando-os para consulta em ferramenta cliente-servidor ou WEB;
- Reuniões quinzenais do Colegiado da SPU, com a presença rotineira dos dirigentes e coordenadores de ações;
- Sistema de Monitoramento das ações de Regularização Fundiária.

O desenvolvimento do Sistema de Informação e Gestão do Patrimônio da União – SIGPU , previsto para ter início no segundo semestre de 2006, contribuirá, decisivamente, para o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e monitoramento. A conclusão do projeto causará impacto direto na qualificação das atividades desempenhadas pela SPU, segundo padrões de eficácia e eficiência. Esse sistema contemplará a unificação das informações hoje disponíveis em três sistemas distintos, a saber: SIAPA, SPIUnet e Sistema de Controle de Imóveis Funcionais – CIF.

O compartilhamento da gestão do patrimônio público, por meio da construção,

ampliação e consolidação de parcerias, norteia a execução do programa e a priorização de ações e estratégias. A aproximação efetiva do Estado em direção à sociedade, sob a forma de criação de espaços institucionais abertos à participação civil, inverte um modelo de administração pública marcado por práticas patrimonialistas e cartoriais. No Projeto Orla e no programa de Regularização Fundiária, o estabelecimento de parcerias, governamentais e não governamentais, é condição estruturante das ações implementadas.

Na busca de cumprir as diretrizes constitucionais e governamentais de envolvimento da sociedade em decisões do Poder Público, projetos e ações da SPU, que envolvam impacto para a população local, têm sido apresentados e discutidos em audiências públicas. O Projeto Orla e o programa de Regularização Fundiária contemplam, nos respectivos fluxogramas de execução, pactuados com outros atores envolvidos, etapas de consultas/audiências públicas para pactuação das ações que serão desenvolvidas. Na página da SPU na Internet, há um canal de comunicação da SPU/MP com os Usuários e a sociedade. Os principais assuntos tratados são: acompanhamento das solicitações/andamento de processo em tramitação; atualização de endereço; atualização de dados cadastrais; Certidão Negativa de Débitos Patrimoniais; DARF patrimonial; débitos patrimoniais; endereços SPU/GRPU; legislação patrimonial; patrimônio da União; solicitação de informações e serviços; transferência de titularidade de imóvel da União.

O programa concilia duas dimensões estratégicas que têm potencial para replicação em qualquer das esferas da administração pública. De um lado, a formulação e a execução de políticas públicas baseadas na construção de novos arranjos federativos, incluindo a participação efetiva da sociedade civil; e, de outro, a revitalização institucional orientada para a adoção de práticas internas de modernização organizacional e operacional.

Quanto à primeira dimensão, cabe destacar:

a) A metodologia participativa de planejamento e gestão adotada pelo Projeto Orla, que agrega o conhecimento empírico dos participantes a conceitos e a atividades práticas, levando à percepção das inter-relações entre conflitos e problemas, e, conseqüentemente, à proposição de soluções adequadas à realidade local. Esse tipo de envolvimento participativo constitui um canal privilegiado de articulação entre agentes públicos e comunitários para a conjugação de esforços na gestão das políticas públicas;
b) O compartilhamento da gestão das ações com prefeituras municipais e governos estaduais, e a participação efetiva da sociedade civil, inclusive na priorização de procedimentos e na definição de fluxogramas operacionais, é uma prática estruturante no âmbito do Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Imóveis da União.

Quanto à segunda dimensão, podem ser relacionadas as seguintes medidas:

a) A implementação de uma dinâmica consistente de planejamento estratégico; a revisão e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e dos mecanismos de gestão; o redesenho da estrutura organizacional da SPU; a atualização e a integração de seus sistemas de informações; e
b) A definição de uma política duradoura de valorização e qualificação

de recursos humanos, com o objetivo de resgatar a motivação pessoal e institucional, cujo instrumento fundamental foi a criação de gratificação de desempenho (GIAPU), baseada no cumprimento de metas estritamente relacionadas à missão da SPU.

Recomendações

- Alteração da finalidade e descrição da ação "4852 – Transações Imobiliárias da União de Interesse Público".
- Alteração da finalidade da ação "0A18 - Desenvolvimento do Projeto Orla".
- Alteração da finalidade da ação "6738 – Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Imóveis da União".
- Alteração da fórmula de cálculo do indicador "Variação da Arrecadação da Receita Patrimonial".

Gestão do Plano Plurianual

Objetivo

Elaborar, gerir a execução e avaliar a gestão e os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público.

Público-Alvo

Governo Federal, demais esferas de Governo e Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.733.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 3.047.728,00 - R$ 3.047.728,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa busca fornecer insumos para a tomada de decisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) quanto à seletividade de programas e à melhor combinação de ações para atingir os resultados esperados pelo Plano Plurianual (PPA). Algumas atividades deste programa merecem destaque, como a elaboração da relação de programas estratégicos, revisada a cada ano, e a elaboração de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A ação "Planejamento Territorial" é outra atividade importante para a integração das ações de governo a partir de uma referência espacial comum, bem como para criar referências para parcerias com a iniciativa privada e os Estados e Municípios no contexto do programa "Um Brasil para Todos".

Principais Resultados

- Elaboração dos seguintes documentos: Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006; Metas Presidenciais para 2005 e 2006; Mensagem Presidencial e balanços semestrais de governo; Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual.
- Capacitação de técnicos dos governos municipais para a elaboração de PPAs Municipais.
- Realização da Avaliação Anual do PPA e elaboração do relatório anual de avaliação do PPA.

- Implantação de 2 pactos de concertação (projetos-piloto): Baixo Jaguaribe, no Ceará, e São Joaquim, em Santa Catarina.
- Implantação do novo modelo de gestão do PPA – Decreto nº 5.233, de 06/10/2004.
- Realização de 114 oficinas para a elaboração de planos gerenciais dos programas do PPA, beneficiando mais de 210 programas e cerca de 1.700 pessoas envolvidas no gerenciamento dos programas e ações.
- Realização de três oficinas para o mapeamento de competências gerais e especificas dos gerentes, gerentes-executivos e coordenadores de ação do PPA, além dos técnicos das Unidades de Monitoramento e Avaliação dos diversos Ministérios, como forma de subsidiar a elaboração de um Plano de Capacitação de caráter continuado voltado para a qualificação e aprimoramento profissional desse conjunto de atores.
- O Plano de Capacitação em Gestão do PPA ofereceu oito diferentes cursos divididos em onze turmas que contemplaram 216 participantes entre Gerentes, Gerentes-Executivos, Coordenadores de Ação, Técnicos de UMA e Analistas de Planejamento e Orçamento.
- A realização da Oficina de Boas Práticas – INFRASIG para a disseminação de sistemas gerenciais de apoio à gestão interna e promover o fluxo de informações com qualidade e tempestividade para o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: o número de analistas ainda é insuficiente para implementar as atividades do programa e apoiar o a trabalho das equipes dos demais ministérios envolvidas na implementação dos programas do Plano Plurianual.

Os produtos entregues pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) apresentaram quantidade significativa de problemas, decorrentes principalmente (1) da inexperiência do prestador em relação aos processos de negócio envolvidos; (2) do número insuficiente de profissionais alocados para o desenvolvimento das melhorias de sistemas que foram demandadas; e (3) da coincidência temporal entre atividades de migração do ambiente de Tecnologia de Informação do MP para o SERPRO e de automatização destes importantes e complexos processos de Avaliação e Revisão Anuais do PPA.

Outros Aspectos Relevantes

O Sigplan é utilizado como instrumento de monitoramento. Pode-se destacar que o exercício de 2005 foi marcado por adoção de estratégias que visam à consolidação do processo de monitoramento dos programas do PPA como mecanismo de auxilio na gestão dos programas, mediante o crescimento da utilização do SIGPlan como instrumento gerencial de informações. Essas estratégias se consubstanciaram pela divulgação junto aos setoriais do painel dinâmico de monitoramento, que apresenta os índices de preenchimento, por órgão, da execução física dos localizadores com execução financeira, bem como pela adoção de aviso na página do SIGPlan de "boas práticas" que são mensagens de parabenização aos órgãos que atingem determinados índices de preenchimento da execução física dos localizadores e os percentuais de validação das ações dos programas.

Em 2005 teve seqüência a prática do "planejamento plurianual deslizante". Anualmente, por meio do Relatório de Avaliação Anual, os programas e ações do PPA passam a contar com as estimativas de valores financeiros e metas físicas para os quatro exercícios subseqüentes. Em 2005 o referido relatório traz a programação indicativa para o período 2006-2009. Esta é uma prática inovadora do processo de planejamento que permite a manutenção de um horizonte de médio prazo nas decisões tomadas no presente.

Recomendações

- Na revisão de 2005, foram fundidos os programas "Avaliação do Plano Plurianual", "Gestão do Plano Plurianual" e "Gestão dos Orçamentos da União". A fusão dos programas e de suas ações se justifica pela necessidade de ampliar os esforços conjuntos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) no sentido de fortalecer o ciclo de gestão, mediante a integração de procedimentos e realização de avaliação conjunta dos programas de governo, com foco na melhoria da qualidade da programação e da gestão dos recursos orçamentários.
- Criação da ação "Desenvolvimento do Novo Sigplan".

Gestão dos Orçamentos da União

Objetivo

Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União.

Público-Alvo

Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 26.427.250,00	Empenho Liquidado: R$ 19.877.603,00 Pago estatais: - Total: R$ 19.877.603,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

A melhoria da qualidade do gasto público impõe-se como desafio a ser enfrentado pelo governo de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra as suas funções com menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A gestão integrada do plano e do orçamento incorpora a priorização das atividades estratégicas e o uso intensivo do gerenciamento.

Principais Resultados

- Encaminhamento dos seguintes projetos de lei (PLs): PL de Diretrizes Orçamentárias 2006; PL Orçamentária Anual 2006; atos normativos referentes aos créditos orçamentários adicionais para 2005; fixação de limites para a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo, também referente a 2005.
- Consolidação do modelo de monitoramento da execução e do processamento de alterações orçamentárias, que permitiu a antecipação dos principais problemas e restrições à execução orçamentária dos programas de governo e a produção de relatórios gerenciais com a situação de cada órgão. Foram processadas aproximadamente 1.142 solicitações de alterações orçamentárias.
- Intercâmbio de informações orçamentárias com o Poder Legislativo por meio do Grupo de Integração de Informações de Planejamento e

Orçamento (GIIPO), que atua em duas frentes: Legislação & Normas (compartilhamento e consolidação dos conceitos orçamentários vigentes e proposição de legislação que os ratifique) e Procedimentos & Padrões (regras de negócio para sistemas de informação que tratem os conceitos consolidados, bem como padrões e plataformas tecnológicas necessárias à troca de informações entre os Poderes).

- Cumprimento da meta fiscal monitorado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) por meio de avaliações bimestrais de receitas e despesas, consubstanciadas em cinco relatórios desenvolvidos em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional. As avaliações subsidiaram a elaboração dos Decretos voltados à reprogramação do Orçamento.
- Implementado o "Portal SOF", que tem por objetivo reunir em um único ambiente uma grande variedade de serviços, informações e documentos sobre orçamento público e temas correlatos, voltados para a "comunidade orçamentária" (autoridades federais, estaduais, municipais e distritais, profissionais envolvidos no processo orçamentário, pesquisadores, estudantes, imprensa e qualquer cidadão interessado nas questões orçamentárias).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: a infra-estrutura de rede de computadores em utilização no prédio da SOF, onde se materializam os principais produtos do programa, carece de atualização física (instalações e equipamentos) e lógica (sistemas de gerenciamento de rede). A necessidade é efetivamente de troca de alguns dos equipamentos que compõem a "espinha dorsal" da rede (backbone), que já nem dispõem de suporte técnico no mercado devido à sua antigüidade. Trata-se de uma situação de risco que pode eclodir durante qualquer atividade crítica do processo orçamentário.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: reduzido número de pessoal nas áreas finalísticas da SOF. O corpo técnico da SOF é composto por Analistas e Técnicos da carreira de Estado de Planejamento e Orçamento. Há uma alta rotatividade dos profissionais da carreira, devido principalmente à migração para as unidades setoriais de planejamento e orçamento ou outros cargos no governo federal. O quadro é agravado pelo fato de ter sido atingido o limite de vagas da carreira com a realização do último concurso, no segundo semestre de 2005.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras: não era prática comum na SOF a identificação e o tratamento das necessidades de capacitação, considerando as competências exigidas para a execução das ações da Secretaria, as estratégias, os planos da organização e as necessidades das pessoas. Melhoria neste quadro já está prevista em ações de gestão de pessoas que serão implementadas ao longo de 2006.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: a SOF deslocou o projeto "5918 - Banco de Projetos Orçamentários Regionais" para ser atendido pelo PMPEF - Programa de Modernização do Poder Executivo Federal. A estratégia revelou-se menos eficaz do que se previa inicialmente tendo em vista o extenso conjunto de etapas que a instituição-cliente (no caso, a SOF) deve percorrer desde a elaboração do

Termo de Referência (que detalha os produtos e serviços a contratar), passando pela seleção dos licitantes, até o início efetivo dos trabalhos. A montagem da documentação inicial exige algum grau de especialização por parte do demandante e, na ausência desta condição, são freqüentes os pedidos de ajuste por parte dos especialistas do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, entidade financiadora do projeto. A interlocução é feita sempre por intermédio da UCP - Unidade de Coordenação de Programas (do Ministério do Planejamento) que, por sua vez, também possui capacidade limitada de processamento da documentação que recebe de todos os demandantes.

A gestão do programa apresenta-se, em algumas situações, prejudicada pela baixa governabilidade sobre os recursos e processos de aquisição . Compete à SPOA/MP a gestão dos recursos orçamentários e financeiros, bem como a condução dos processos de viabilização e obtenção de meios essenciais ao cumprimento dos objetivos pretendidos. Estes aspectos constituem-se , em determinadas situações, fatos restritivos à maximização dos resultados esperados, tendo em vista a ocorrência de ajustes ao longo do processo de execução.

Outros Aspectos Relevantes

Ressalte-se o processo participativo de construção do PLDO: pelo terceiro ano consecutivo, durante dois meses de trabalho, participaram diversos agentes técnicos e órgãos executores numa proposta de LDO que contemplasse posicionamentos e interesses complementares. Foram eles: STN/MF, SPE/MF, SFC/CGU/PR, SEGES/MP, SLTI/MP, SRH/MP, SPI/MP, ASSEC/SE/MP, SPOAs dos Ministérios Setoriais e Diretorias de Programas da SOF/MP. Outro destaque foi o prosseguimento dos esforços de integração entre SIGPlan e SIDOR, com respeito à captação das propostas qualitativas e quantitativas da Revisão do PPA/elaboração do PLOA.

Aperfeiçoamento da gestão do programa e das ações sob sua responsabilidade: 1) adesão da SOF ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPública), no último trimestre de 2005; 2) requisição de treinamento à Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conjugando-o à etapa de auto-avaliação da gestão; 3) a SOF fez sua própria avaliação e construiu seu plano de melhoria, que contempla ações em três áreas críticas; e 4) a SOF já está atuando em alguns processos considerados prioritários.

A SOF elaborou um Termo de Referência para Mapeamento dos Processos da Gestão Orçamentária. Pretende-se que o produto deste trabalho auxilie na otimização e na simplificação de processos, exatamente como prevê o Guia de Simplificação, uma das ferramentas de trabalho disponibilizadas pelo GESPública. Neste caso, os resultados só poderão ser aferidos ao longo de 2006.

Recomendações

- Na revisão de 2005, foram fundidos os programas "Avaliação do Plano Plurianual", "Gestão do Plano Plurianual" e "Gestão dos Orçamentos da União". A fusão dos programas e de suas ações se justifica pela necessidade de ampliar os esforços conjuntos da SPI/MP e da SOF/MP no sentido de fortalecer o ciclo de gestão, mediante a integração de procedimentos e realização de avaliação conjunta dos programas de governo, com foco

na melhoria da qualidade da programação e da gestão dos recursos orçamentários.

- Recuperar as ações "105N – Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União" e "4759 – Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em "Gestão Orçamentária", do exercício 2005, transformando-as em não-orçamentárias.

Gestão Pública para um Brasil de Todos

Objetivo

Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas com a nova concepção de gestão pública para fortalecer a capacidade de governo no alcance de seus megaobjetivos constantes do PPA 2004-2007.

Público-Alvo

Administração Pública Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 42.392.876,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.172.535,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 4.172.535,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de Satisfação do Usuário da Secretaria de Gestão (SEGES) quanto ao Apoio Institucional Prestado

Unidade de medida: -
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não foi objeto de mensuração, por ter sido solicitada a sua exclusão quando da revisão do Plano Plurianual (PPA) em 2005.

Contextualização

A implementação de uma nova gestão pública - ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão - é um dos desafios definidos nas Orientações Estratégicas do Governo com vistas à consecução do megaobjetivo de promover a cidadania e o fortalecimento da democracia. Neste sentido, o programa constitui um centro de geração e implementação de novas práticas e mecanismos voltados para a concepção e institucionalização de modelos de gestão promotores da cidadania. São ações voltadas para a transformação da gestão pública e implementação de mecanismos de controle social sintonizadas com as políticas de governo.

Principais Resultados

- Criação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), mediante o Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005.
- Criação da Câmara de Políticas de Gestão Pública, mediante o Decreto nº 5.383, de 3 de março de 2005.
- Realização de 32 turmas de formação e atualização de consultores da Rede de Consultores do GESPÚBLICA (640 voluntários capacitados) e de 23 turmas de avaliação da gestão para organizações em processo de adesão. Destaca-se o curso ministrado para 17 prefeituras do Estado do Ceará.
- Desenvolvimento de metodologia para análise das estruturas organizacionais da Administração Pública Federal, com vistas a subsidiar decisões a respeito de novos tipos de cargos e funções gratificadas.
- Capacitação de 242 servidores da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGC) e 20 servidores lotados nas Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOAs), no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores. Através de educação a distância, foram capacitados 1.500 servidores de nível superior.
- Análise e acompanhamento de 320 processos de nomeação para cargos em comissão do grupo DAS, atendendo ao Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005.
- Desenvolvimento do modelo de gestão para os Projetos-Pilotos de Investimentos (PPI) e conclusão da primeira versão do Manual de Apresentação de Estudos de Pré-viabilidade de Projetos de Grande Vulto.
- Criação da Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), responsável por apresentar propostas para o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (PPA).
- Implementação de 190 ações de desburocratização nos órgãos e entidades do Executivo Federal.
- Elaboração e disponibilização do Guia de Simplificação, destinado a orientar a análise e melhoria de processos e realização de 10 oficinas de capacitação de multiplicadores desse Guia em Brasília e nos Estados de PE, MA, SC, RO e SP.
- Implementação do Sistema de Informações Organizacionais (SIORG) nos seguintes órgãos: Comando da Marinha e do Exército, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca e Vice-Presidência da República.
- Elaboração de 33 projetos dos Tribunais de Contas, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para o fortalecimento institucional e modernização do sistema de controle externo.
- No âmbito do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF), efetivação de contratos de melhoria e modernização nas áreas de redesenho e modelagem de processos, de desenvolvimento de sistemas e políticas de gestão do conhecimento e capacitação de técnicos, na Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), Secretaria de Recursos Humanos (SRH), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Gestão (SEGES), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Secretaria de Assuntos Internacionais

(SEAIN) e Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras: o espaço físico apresenta-se inadequado/insuficiente para a alocação das diferentes equipes (Diretorias). Há necessidade de implantação de sistemas informatizados para gerenciamento, fundamentalmente das ações previstas no Plano estratégico da Secretaria.

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: verifica-se carência de recursos humanos para atendimento às demandas recebidas pela Secretaria. Medidas administrativas estão sendo adotadas para corrigir essa deficiência.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: foi evidenciada no planejamento estratégico a necessidade de capacitação da equipe executora, dada a abrangência dos assuntos trabalhados pela Secretaria. Para atender a esta demanda, está em fase de elaboração o Plano de Capacitação (área de gestão de pessoas).

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: como a execução de uma parte do orçamento é feita pela SPOA , e os procedimentos licitatórios são de responsabilidade daquela área, a SEGES não tem ingerência direta, o que pode acarretar atrasos e outras questões, conforme identificado no projeto EuroBrasil.

Contingenciamento orçamentário: impediu o pleno cumprimento das metas definidas para o programa, ainda que, em algumas ações, os resultados alcançados tenham sido considerados "dentro do previsto".

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Alteração do título da ação OA21 para "Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PENAGE)".
- Alteração do título da ação 0684 para "Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX)".

Governo Eletrônico

Objetivo

Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da prestação de serviços e informações públicas por meios eletrônicos.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 137.382.682,00	Empenho Liquidado: R$ 46.703.189,00 Pago estatais: - Total: R$ 46.703.189,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Serviços Ofertados

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 2.804 em 10/03/2006
Índice previsto ao final do PPA: 2.900

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Aparentemente, o alcance da meta se apresenta plenamente factível.

Contextualização

Governos democráticos e participativos encontram nas tecnologias da informação e comunicação – (TICs)ferramentas fundamentais para a desburocratização dos processos de trabalho, para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, para a democratização do acesso e para um efetivo controle social das ações governamentais. As TICs permitem que o Estado desempenhe suas funções de forma integrada, eficiente e transparente, reduzindo custos administrativo-operacionais e propiciando melhores condições para ações de melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O programa "Governo Eletrônico" apresenta, também, um componente de inserção do país no contexto da chamada nova economia e da sociedade da informação. As práticas internacionais mostram que o uso intensivo das TICs pode repercutir na progressiva universalização da oferta e do acesso aos serviços e informações em meio eletrônico – sobretudo na Internet, de forma contínua e ininterrupta -, permitindo a capilarização das ações de governo.

Principais Resultados

- Integração dos sistemas estruturadores e dos cadastros sociais em 2005, com a aplicação de infra-estrutura computacional baseada em plataformas abertas e livres e tecnologias de clusters e grids.
- A infra-estrutura de rede necessária para suportar sistemas e tecnologias, bem como disponibilizar as informações e serviços de governo eletrônico, foi aprimorada pela consolidação e expansão da INFOVIA em Brasília.
- Diagnóstico do "Realinhamento dos Serviços Públicos por Meios Eletrônicos", que dimensiona com maior precisão as demandas dos clientes cidadão-empresa; consolidado e publicado o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e a implantado o "Portal Brasil", que oferece o acesso a serviços públicos federais, estaduais e municipais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras: dificuldade no domínio dos processos administrativos internos, alto nível de rotatividade dos profissionais terceirizados, dificuldade em obter apoio jurídico para efetivar contratos, convênios, parcerias das unidades jurídicas externas ao programa.

Quantidade inadequada e insuficiente qualificação de recursos humanos nas equipes executoras: os recursos humanos alocados à gerência do programa e à coordenação das ações que o compõem estão adequados, enquanto sua função de planejamento, normatização e coordenação. Entretanto, o bom andamento das ações depende diretamente da equipe que efetivamente as executa, ou seja, operacionaliza. Por exemplo, diversas ações do Governo Eletrônico são operacionalizadas pelo SERPRO. Este não consegue atender às demandas a contento, em grande parte por insuficiência de pessoal.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos e convênios na gerência: há dificuldade em se efetivar convênios e contratos em tempo hábil na condução das ações. O desconhecimento da técnica administrativa correta por parte dos demandantes, a série de trâmites burocráticos a que o processo é submetido, a lentidão no andamento dos processos em suas diversas etapas e a complexidade das exigências jurídicas acabam por dificultar a efetivação de tais instrumentos.

Conflitos decorrentes de políticas setoriais: a política de administração de dados e sistemas de cada instituição dificulta a disponibilização dos sistemas ofertados pelo programa. Outro conflito é a definição de papéis na condução das políticas de tecnologia de informação e comunicação no governo.

Outros Aspectos Relevantes

Quanto aos mecanismos de participação social, o sítio do Governo Eletrônico possui um módulo de Consultas Públicas, desenvolvido pela gerência do programa, que viabilizou diversos projetos conduzidos no âmbito das ações, incluindo as iniciativas: audiências públicas para consolidar a primeira versão do documento de referência da e-PING e do Guia Livre, bem como para as Provas de Conceito das Ações de Integração de Sistemas Estruturadores de Governo e Cadastros Sociais. Os Comitês

Técnicos criados no Comitê Executivo do Governo Eletrônico realizam reuniões periódicas com seus grupos de interesse, a saber: Software Livre, Inclusão Digital, Governo para Governo, Infra-estrutura de Redes, Integração de Sistemas, Gestão do Conhecimento, Gestão de Sítios, Sistemas Legados e Licenças de Software. O programa participa de diversos Conselhos, tais como: Comitê Gestor da Internet no Brasil, o Programa Sociedade da Informação, o Programa Brasileiro de Inclusão Digital, o Comitê de Política Industrial, entre outros.

Recomendações

- Exclusão do indicador "Número de serviços ofertados".
- Alteração do objetivo do programa para: "Propiciar o atendimento eletrônico das necessidades da sociedade (cidadãos, empresas e governos), ampliando, otimizando e consolidando os serviços e as informações on-line prestados pela administração pública".
- Alteração do público-alvo para "Governo e sociedade".
- Migração da ação "4919 – Assistência Técnica para a Implantação e Manutenção de Telecentros" para o programa "Inclusão Digital".
- Exclusão da ação "6867 – Capacitação de Multiplicadores".
- Exclusão da ação "5270 – Aprimoramento e Normatização do Portal Governo Eletrônico e Sites Coligados".
- Exclusão da ação "11G3 – Adoção de Novas Tecnologias Computacionais".
- Alteração da finalidade da ação "4838 – Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos" para "Facilitar a troca de informações e serviços entre as diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e entre elas e a sociedade, buscando possibilitar a democratização do acesso aos serviços e maior participação e controle social sobre as ações governamentais".
- Alteração do produto da ação "4838 – Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos" para "Serviços ofertados".
- Inclusão de dois novos indicadores: "Ministérios da Administração Pública Federal Beneficiados pelo Aprimoramento da Infra-estrutura" e "Índice Geral de Qualidade e Alinhamento dos Serviços de Governo Eletrônico".

Inclusão Digital

Objetivo

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

Público-Alvo

Comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação socioeconômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 348.233.218,00	Empenho Liquidado: R$ 100.950.213,00 Pago estatais: - Total: R$ 100.950.213,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Acesso a Microcomputador nas Famílias de Menor Renda

Unidade de medida: Percentual (%)
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 17

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Ainda não é possível apurar o percentual alcançado, tendo em vista que os dados de 2005 somente serão disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2006, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Contextualização

A estratificação social e o acúmulo de riqueza se dão cada vez mais, no país, em função da capacidade de acessar e processar conhecimento. A inserção brasileira na sociedade do conhecimento não ocorre de forma linear nem igualitária. Princípios fundamentais como justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia passam a ser influenciados pelo acesso às tecnologias de informação e comunicação que são o principal meio para se adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. Por isso este tema é central para o desenvolvimento do país e da sociedade. O acesso cotidiano às

redes e aos equipamentos e o domínio das habilidades relacionadas às tecnologias de informação e comunicação são requisitos indispensáveis à integração social, à atividade econômica e ao fortalecimento da cidadania. A atuação do governo em parceria com a sociedade na promoção da inclusão digital é um componente do esforço nacional em direção à inclusão social e ao aumento da competitividade estrutural da economia brasileira. A despeito do dinamismo alcançado pela disseminação da Internet e das tecnologias de informação e comunicação no segmento empresarial, o número de usuários de Internet no Brasil é estimado em apenas 14,3 milhões de pessoas, concentrados nos segmentos de alta renda. Dessa forma, a exclusão digital se combina com a herança persistente da desigualdade socioeconômica, exigindo ações integradas de amplo alcance voltadas para a cidadania.

Principais Resultados

- Início da fase de implementação das unidades de recondicionamento do Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), previstas no projeto "Computadores para Inclusão".
- Cadastramento dos espaços públicos coletivos de acesso às tecnologias digitais e à Internet sem fins comerciais, em todo o território nacional, incluindo iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil, compondo a base de dados do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID).
- Oferecimento de 50 antenas para conexão via satélite com a Internet, em parceria com o Ministério das Comunicações, a instituições governamentais e não-governamentais.
- Realização da "4ª Oficina para a Inclusão Digital" e da "III Mostra de Inclusão Digital", que reuniram gestores públicos das três esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, pesquisadores e estudiosos do tema e agentes locais de inclusão digital, tendo como foco principal a aproximação da sociedade civil aos representantes governamentais para discussão, troca de experiências e apresentação de casos de sucesso.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento orçamentário: reavaliação e redimensionamento de algumas ações, devido ao contingenciamento de recursos orçamentários.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: por lentidão nos processos internos.

Dificuldades de celebração de convênios na gerência: lentidão na celebração de convênios devido à falta de procedimentos padronizados que facilitem e agilizem o processo, além de interpretações diferentes de normas por setores internos.

Outros Aspectos Relevantes

O Comitê de Inclusão Digital, em suas reuniões e em reuniões de subgrupos, acolheu a participação de parceiros da sociedade, que influenciaram no desenho das ações.

Recomendações

Não há recomendações.

Informações Estatísticas e Geocientíficas

Objetivo

Fornecer informações demográficas, socias e econômicas, com vistas ao conhecimento da realidade do País.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 40.432.220,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 29.936.311,00 - R$ 29.936.311,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 4.296.000,00	R$ 1.544.058,22

Execução do Programa
Indicador(es)

1. Taxa de Divulgação de Pesquisas

Unidade de medida: Percentual (%)
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice em processo de reavaliação.

2. Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatística e Geocientíficas

Unidade de medida: Percentual (%)
Último índice apurado: 35,19 em 31/01/2006
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Ao longo dos últimos anos, em resposta a uma crescente e diversificada demanda por informações, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem ampliando para a sociedade a oferta de dados estatísticos e geocientíficos. As demandas dos usuários são feitas por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas do IBGE e, principalmente, por meio do Portal do IBGE na internet. O número de atendimentos passou de 7.584.724 em 2004 para 10.253.631 em 2005, o que significa um crescimento de 35,19% no período, e 12,19% em comparação com o índice de referência.

Quanto ao índice final do PPA em 2007, esperava-se um desaquecimento da demanda por informações estatísticas e geocientíficas. Porém, considerando-se o freqüente e ininterrupto aparecimento de novas tecnologias aliado à inclusão social, o referido índice apresenta uma forte tendência em superar os 10% inicialmente previsto.

Contextualização

O governo e a sociedade necessitam conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sociodemográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do país, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do território nacional e a delimitação de áreas legais e operacionais. Essas informações fundamentam ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

Principais Resultados

O programa "Informações Estatísticas e Geocientíficas" apresentou, ao longo de 2005, um desempenho claramente positivo, mantendo as ações regulares de produção e divulgação de resultados de suas pesquisas conjunturais, estruturais, demográficas e de análises geográficas e ambientais. Além do conjunto dos resultados dessas pesquisas regulares, destacam-se os seguintes resultados alcançados em 2005, relativos à área de estatísticas:

Pesquisas Conjunturais:

- As pesquisas conjunturais, fundamentais para as ações governamentais no curto prazo, alcançaram 99,29% de execução física, com a divulgação de 140 resultados dos 141 previstos. Para fins de acompanhamento da economia, além das Contas Nacionais Trimestrais, o IBGE disponibiliza resultados mensais para o comércio (Pesquisa Mensal de Comércio - PMC), para a indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIM-PF e de Emprego e Salário - PIMES), e, ainda, um conjunto de pesquisas para a agropecuária, onde se destaca o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA. Os índices mensais do Sistema Nacional de Índices e Preços ao Consumidor – SNIPC revelam a variação dos preços na economia, merecendo ainda menção, nessa área, as informações provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Pesquisas Sócio-demográficas:

- No âmbito das pesquisas sociais cita-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004 - Volume Brasil", que contém resultados que, pela primeira vez, abrangem todo o território nacional, com a inclusão da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Merece destaque a divulgação da "Síntese de Indicadores Sociais 2004". Este trabalho reúne um significativo conjunto de indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, grupos populacionais específicos e trabalho de crianças e adolescentes, entre outros aspectos. A elaboração e sistematização dos indicadores atende a recomendações internacionais

e contribui para a compreensão das modificações do perfil demográfico, social e econômico da população.

- Destacam-se, ainda, as informações anuais do Sistema de Estimativas e Projeções da População; das Estatísticas do Registro Civil; do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; e do acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho através dos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME.
- No que se refere à necessidade de resultados específicos para os Municípios brasileiros, o IBGE também vem disseminando, anualmente, as informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, que consiste em levantamento feito anualmente junto às prefeituras municipais de todo o Brasil, com vistas a fornecer dados sobre a administração pública municipal, permitindo a investigação de temas específicos através da aplicação de quesitos suplementares ao seu corpo básico.
- Como integrante do grupo de trabalho encarregado da definição de linhas de indigência e pobreza, coordenado pela Casa Civil, o IBGE, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), deu continuidade aos trabalhos de definição de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta, inicialmente proposta pelo IPEA com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 e da PNAD.

Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais:

- Confecção do Mapa da Fauna Ameaçada de Extinção – Aves, escala 1.5.000.000:
- O Mapa da Infra-Estrutura de Transportes 2005 – Brasil – escala 1:6.000.000, divulgado na Internet, o qual retrata as redes de transportes, portos, aeroportos e unidades de estocagem;
- O Volume 35 da Série Levantamento de Recursos Naturais, elaborada pelo Projeto RADAMBRASIL. R10 – 1;
- A Carta de Hidrogeologia da Região Nordeste, escala 1:250.000.

Mapeamento Topográfico de Referência:

- No Mapeamento Geográfico, foram produzidos e disponibilizados à sociedade, através da Internet, os mapas estaduais políticos da Bahia, Maranhão e Mato Grosso do Sul, além dos Mapas da Região Sul e Norte.
- No Mapeamento Municipal, foram atualizados em campo 2.300 Municípios e, em gabinete, todos os 5.564 Municípios brasileiros.
- Confecção de 8 Cartas Planimétricas e 8 Cartas-Imagem da região do Vazio Cartográfico da Bahia, tendo como insumo imagens do sensor SPOT4.

Sistema Geodésico Brasileiro:

- A densificação do Sistema Geodésico Brasileiro com a inclusão no Banco de Dados Geodésicos de 835 novas estações, alteração dos dados de 12.227 estações devido a novos processamentos/ajustamentos e visita e manutenção de 2.954 estações;
- A instalação de 3 novas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS (RBMC), em Porto Velho-RO, Macapá-AP e Manaus-AM e 1 nova estação da Rede Maregráfica Permanente para Geodesia (RMPG), Santana-AP;

- A medição da Rede GPS do Nordeste englobando os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras: o mobiliário na equipe gerencial é antigo e inadequado. A quantidade e as condições da frota do IBGE que, apesar de possuir um número razoável de viaturas - instrumento essencial para as atividades de campo de cartografia e geodésia, não são suficientes para cobrir todas as áreas definidas na estratégia de implementação. Além disto, a frota se encontra envelhecida, dificultando as operações de campo e acarretando em gastos com manutenções. É importante destacar, também, a necessidade de alocação de veículos específicos para as atividades de geociências, tendo em vista o trabalho em áreas acidentadas e de difícil acesso. Defeitos em equipamentos como plotters e servidores, bem como restrições técnicas referentes à capacidade de processamento dos computadores, tem se tornado uma dificuldade relevante, uma vez que tais ferramentas são fundamentais ao desenvolvimento dos trabalhos e elaboração dos produtos, gerando atraso e, conseqüentemente, comprometendo o resultado esperado.

Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: equipamentos de medição no campo para a Geodésia muito antigos, sem manutenção e desapropriados para alguns projetos.

Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras: mesmo com a realização dos concursos nos últimos anos, o quadro se encontra deficitário, pois o IBGE passou muitos anos sem realizar concursos para repor o quadro de pessoal.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e nas equipes executoras: é necessário um programa contínuo de capacitação do corpo gerencial da instituição, objetivando o desenvolvimento e atualização gerencial em todos os níveis. A capacitação contínua é um ponto crucial também para manter a qualidade e atualidade das informações produzidas. Para os pesquisadores e especialistas o treinamento deve levar sempre em consideração a presença no campo e a participação de especialistas como instrutores.

Descontinuidade do fluxo de recursos: a demora na liberação de recursos orçamentários do governo federal, principalmente no início do exercício, prejudica a execução dos cronogramas das pesquisas dentro dos prazos planejados.

Outros Aspectos Relevantes

No âmbito das geociências a implantação do processo de monitoramento sistemático das ações possibilitou realizar uma avaliação do planejamento inicial e aperfeiçoá-lo, uma vez que foi possível acompanhar quase em tempo real o andamento da produção. Ademais, forneceu subsídios para elaboração de relatórios periódicos para análise do desempenho, identificação de dificuldades e realizações positivas. Foram feitos alguns ajustes nos formulários de modo a aprimorar a coleta e análises das informações. A periodicidade de acompanhamento foi definida como mensal, de modo a atender a descentralização do Sistema de Informações Gerenciais e de

Planejamento (SIGPLAN) que delegou aos Coordenadores de Ação o preenchimento no sistema das informações pertinentes às ações sob sua responsabilidade.

O programa utiliza como mecanismo de participação social a consulta pública, por meio do portal do IBGE na internet; reuniões com grupos de interesse nas etapas de planejamento das pesquisas; discussão no Conselho do IPCA; reuniões do Conselho Técnico, o qual se constitui um elo de comunicação e controle da sociedade sobre o programa, uma vez que é composto por membros de diversos segmentos da sociedade.

O nível de satisfação dos usuários é mensurado por meio da análise dos resultados obtidos na pesquisa semestral de Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, objetivando, além de avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos conforme a percepção do cidadão-usuário, orientar também o gestor público quanto às melhorias prioritárias para o usuário do serviço prestado. A pesquisa de satisfação faz parte da Avaliação da Satisfação do Cidadão – uma das linhas do Programa de Qualidade no Serviço Público – utilizando-se para a entrada de dados e análise dos resultados o aplicativo "Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS", versão 1.0, distribuído pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. A Taxa Geral de Satisfação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, resultado da relação entre a média das notas da avaliação dos serviços e a média das notas da expectativa sobre os serviços, indicou que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários. No 1º semestre, a taxa atingiu um grau de 14,73%, enquanto que, no 2º semestre, atingiu um grau de 14,11%. Esses números mostram elevado grau de expectativa e satisfação do usuário nos serviços e, mesmo havendo distanciamento entre as duas médias, apontam para um bom serviço de atendimento aos usuários do IBGE. Além desta forma, a satisfação dos usuários também é medida pelo uso que os diversos segmentos da sociedade fazem dos resultados das pesquisas, cuja ampla e intensa exploração por parte da imprensa e dos principais usuários indicam um alto nível de satisfação com o programa.

Recomendações

- Exclusão da ação "5278 – Pesquisa Domiciliar sobre Vitimização".
- Alteração da descrição do projeto "5288 – Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho" para "Apoio ao planejamento (através de consultorias nacionais, internacionais e visitas técnicas) e à realização de testes para a integração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego - PME em uma única pesquisa mensal, a Pesquisa Nacional Contínua sobre Força de Trabalho, que vem a ser uma pesquisa domiciliar nacional contínua".
- Alteração do título do projeto 11DU para "Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geociências".
- Alteração do produto do projeto "11DU – Conferências Nacionais de Estatísticas e Geociências (CONFEST e CONFEGE) para "Plano Geral Revisado".

Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas

Objetivo

Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, ao monitoramento e à avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 93.883.654,00	Empenho Liquidado:	R$ 79.564.034,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 79.564.034,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Índice de avaliação institucional do Instituto, na aferição de desempenho dos órgãos do Ciclo de Gestão (GCG)

Unidade de medida: Percentual %
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 98,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A probabilidade de alcance do índice previsto é alta, caso o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mantenha o ritmo de produção atual, resultado que depende unicamente do próprio Ipea e do apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), não requer eventos ou deliberações alheias ao governo.

2. Variação percentual do número de acessos ao IPEADATA (proxy de avaliação pela sociedade)

Unidade de medida: Percentual (%)
Último índice apurado: 28,3 em 10/03/2006
Índice previsto ao final do PPA: 14,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O atendimento à sociedade prestado pelo Ipea continua crescente, como demonstram não apenas o crescimento do número de acessos ao IPEADATA, mas também aos sites

do Ipea e da revista Desafios do Desenvolvimento. Tendo em vista que prossegue o trabalho de produção e disponibilização de novas informações e conhecimentos, mantem-se a perspectiva de viabilidade do alcance dos resultados de crescimento da prestação de serviços à sociedade originariamente previstos.

Contextualização

O Ipea é uma instituição de governo voltada para subsidiar a elaboração e o aprimoramento das políticas públicas por meio de estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental. Com base na sua experiência calcada na pluralidade de opiniões e concepções. O Ipea poderá dar contribuição significativa na melhoria da qualidade e consistência dos processos de decisão e de execução do governo, conduzindo suas atividades de pesquisa e de fornecimento de subsídios efetivos para a definição e implementação de estratégias governamentais e ofertando à sociedade elementos para o debate sobre o desenvolvimento nacional.

Principais Resultados

- Lançamento do Estudo "Brasil – Estado de uma Nação", amplo panorama econômico, social e político-institucional do país. O estudo visou sistematizar um conjunto de informações e conhecimentos relevantes de modo a retratar e analisar a situação do país, a propor uma agenda de questões a enfrentar na busca do desenvolvimento sustentado, com inclusão social e equilíbrio ambiental, e a levar o debate sobre essa agenda a um nível amplo mas elevado. Na sua primeira edição, o projeto teve como tema o crescimento econômico e produziu estudo inédito sobre a Juventude.
- Lançamento do Radar Social, instrumento síntese de vigilância das condições de vida da população brasileira, referenciado nas dimensões sociais da educação, saúde, assistência e seguridade social, trabalho, renda, cultura, segurança, moradia e desenvolvimento urbano, sob o pano de fundo das mudanças demográficas do País. Para cada uma das dimensões sociais, foram identificados os principais problemas e as diferenças associadas a território, gênero, raça ou idade. Ao organizar informações com base na dimensão território, localizou áreas que carecem de desenvolvimento social e de dinamismo na geração de emprego. A atividade foi desenvolvida em parceria com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Quanto às atividades de assessoria ao governo, o Ipea acompanhou e analisou o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e o Orçamento 2005 e ofereceu apoio técnico ao acompanhamento das Metas do Milênio, programa das Nações Unidas que estabelece metas até o ano de 2015, e à elaboração do segundo Relatório Nacional de Avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O IPEA participou ativamente da formulação de diretrizes, programas e projetos de governo e de mecanismos de avaliação das políticas sociais (combate à fome, educação, saúde, assistência social, previdência, direitos humanos e direitos da criança, do adolescente e do idoso) e da política industrial e de comércio exterior, e ainda forneceu apoio técnico ao aprimoramento da gestão pública e das estatísticas sociais.
- Lançamento de 18 livros, resultado recorde, e consolidação da revista "Desafios do Desenvolvimento", com a produção das 12 edições mensais

previstas. A revista, lançada em 2004 em parceria com o PNUD, tem contribuído para oferecer reflexões sobre os desafios econômicos e sociais lançados à nação brasileira e para ativar o debate na sociedade e no setor público quanto aos desafios da agenda do desenvolvimento do país, em temas de economia e tecnologia, sociedade e cidadania.

- Divulgação dos 3 boletins de rádio a cada semana, duas vezes ao dia, pelas emissoras da Radio Nacional, espaços que reproduzem e disseminam seus conteúdos, matérias e reportagens.
- Produção dos boletins de Acompanhamento da Conjuntura Macroeconômica, de Política Social e de Mercado de Trabalho, bem como de notas técnicas, e a projeção de variáveis macroeconômicas por meio do uso de modelos de previsão e a organização de eventos, atividades que visaram acompanhar, analisar e discutir a evolução econômica, políticas, programas e os gastos públicos nessas áreas, para oferecer à sociedade informações e análises relevantes sobre a implementação e avaliação de programas e políticas públicas, bem como para subsidiar a atuação de gestores e decisores políticos.
- O IpeaData continuou a operar, com atualização permanente; foram verificadas 484 mil visitas do público a esse serviço, o que representou aumento de 28% em relação a 2004, com cerca de 1,4 milhão de acessos ao banco de dados que acumula cinco mil séries de dados com informações sobre população, emprego, salário e renda, produção, consumo e vendas, além de indicadores sobre contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito.
- Organização de eventos técnicos tradicionais dirigidos ao público especializado, com destaque para apoio aos Encontros Anuais da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), da Sociedade Brasileira de Econometria (SBE), da Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES) e ao Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), e para a repercussão positiva e qualidade dos resultados obtidos. Além desses grandes eventos, o Ipea promoveu mais 180 outros eventos, entre palestras, seminários, workshops e encontros para discussão de temas da economia.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe executora impediu a instituição de superar as metas previstas. A dificuldade foi sanada em parte com a recente realização de concurso público (38 nomeações), que tão somente repôs a perda de servidores por decorrência de aposentadoria, exoneração e falecimento (inclusive de 24 dos 102 técnicos ingressados nos concursos feitos entre 1995 e 1998). O Ipea continua a perder pessoal técnico por conta de aposentadorias, de pedidos de exoneração decorrentes da aprovação de servidor em concurso público de outra instituição, e da cessão ao governo federal, aos governos locais e a instituições multilaterais. Já há que registrar a perda em 2005 de dois (2) pesquisadores ingressados em 2004, e a perspectiva de perda iminente para outras instituições públicas de outro técnico selecionado no concurso de 2004.

Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial: a qualificação de recursos humanos na área gerencial é reduzida, dificuldade sanada em parte com a recente realização de concurso público (21 nomeações), que basicamente repôs a dispensa de 16 profissionais contratados através de projetos de cooperação técnica internacional (a chamada equipe-base). O Ipea continua a perder pessoal gerencial por conta de exoneração decorrente da aprovação em concurso público de outra instituição, e da cessão ao governo federal, aos governos locais e a instituições multilaterais. Há que registrar a perspectiva de perda iminente para outras instituições públicas de quatro (4) técnicos selecionados no concurso de 2005 e que acabaram de ser treinados.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos: dificuldades em processos de licitação postergaram a renovação de equipamentos de informática. Além disso, Decreto Federal proibiu a contratação de servidores públicos por projetos de cooperação técnica internacional, o que impediu a contratação de professores de universidades públicas (pessoal extremamente qualificado que sempre tem apoiado o Ipea em seus estudos e pesquisas).

Outros Aspectos Relevantes

Para o desenvolvimento do Estudo "Brasil – Estado de uma Nação", o Ipea estabeleceu e estreitou parcerias com diversos órgãos de governo e instituições de pesquisa: MP, Ministério do Meio Ambiente (MMA), IBGE, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República (SECOM/PR), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Cândido Mendes (UCAM), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) e Empresa Brasileira de Radiofusão (Radiobrás). O estudo especial sobre a Juventude teve apoio financeiro do projeto Agenda Estratégica do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para Estados e Municípios – PNAFE, executado pelo Ministério da Fazenda.

Como mecanismo de participação social, a Ouvidoria abriu mais um canal para o cidadão demandar informações sobre o Ipea e os seus resultados produzidos, bem como para reclamar e solicitar providências de aprimoramento por parte da instituição. Existem diversos fóruns formais e regulares pelos quais o Ipea estabelece interação com grupos de interesse específicos. No Rio de Janeiro, o Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica realiza reunião mensal com especialistas da área econômica e do mercado financeiro, nas quais seus modelos de previsão são discutidos. Em Brasília, existem diversos grupos de acompanhamento de políticas públicas, que realizam reuniões periódicas das quais participam a equipe técnica do Ipea e representantes de governo.

Recomendações

Não há recomendações.

Recenseamentos Gerais

Objetivo

Elaborar e disseminar informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 13.259.154,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.362.630,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.362.630,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

Necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do país, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

Principais Resultados

- Correção de endereços em 38.000 setores censitários no âmbito das. atividades do projeto "Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), que subsidiarão a coleta de dados e a seleção de amostras para as pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isto equivale a 91 % do total dos endereços levantados no Censo 2000.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A não alocação de recursos orçamentários trouxe prejuízo direto para os dois principais projetos do programa: "Censo Agropecuário" e "Contagem da População". Embora tenham sido aprovados pelo Congresso Nacional R$ 11 milhões (R$ 6 milhões para

o Censo Agropecuário e R$ 5 milhões para a Contagem da População), na forma de Crédito Especial, ainda no exercício 2005, estes não foram

Outra restrição detectada foi a paralisação dos servidores do IBGE de julho a agosto, prejudicando o Projeto CNEFE.

Outros Aspectos Relevantes

A sociedade, por meio das Comissões Censitárias Municipais, participa dos trabalhos censitários, desde as etapas preparatórias até o final da coleta de dados. Além disto, as comunidades auxiliam na instalação das equipes locais que executarão as operações. Cabe destacar também as audiências com prefeitos e vereadores, interessados na divulgação dos resultados das estimativas das populações municipais, visando auferir recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios.

Recomendações

Não há recomendações.



Ministério do Trabalho e Emprego

Democratização das Relações de Trabalho
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda
Economia Solidária em Desenvolvimento
Erradicação do Trabalho Escravo
Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda
Primeiro Emprego
Qualificação Social e Profissional
Rede de Proteção ao Trabalho
Segurança e Saúde no Trabalho

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego, foram utilizados R$ 33,7 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 31.530.616.493,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 23.367.385.462,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	R$ 10.400.876.754,00
Total previsto:	R$ 31.530.616.493,00	**Total realizado:**	R$ 33.768.262.216,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 297,4 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 274,9 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Trabalho e Emprego em 2005 a serem destacados foram:

- A continuidade do crescimento econômico em 2005, apesar da queda em relação a 2004, propiciou, pelo segundo ano consecutivo, ampliação expressiva do número de empregos formais, atingindo saldo de 1,25 milhão de vínculos. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego buscou reforçar os impactos do cenário econômico favorável sobre o mercado de trabalho. No âmbito do sistema público de emprego, cerca de 5 milhões de trabalhadores se inscreveram na rede de atendimento do SINE, 3,8 milhões dos quais foram encaminhados a oportunidades de emprego e 893,6 mil foram (re)colocados no mercado de trabalho. Além disso, 5,3 milhões de trabalhadores foram atendidos pelo benefício do seguro desemprego - 20,9% superior ao ano anterior (4,3 milhões); também foram beneficiados 9,7 milhões de trabalhadores com o pagamento do abono salarial, 10,2% superior ao ano anterior (8,8 milhões).
- Por meio de ações de economia solidária, foram beneficiados diretamente 230 mil trabalhadores em 2005. Destaca-se a consolidação de 1.071 empreendimentos de economia solidária, o apoio a 139 empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, significando a manutenção de mais de 13 mil postos de trabalho e o mapeamento de cerca de 15 mil empreendimentos de economia solidária, nos quais participam cerca de 1,25 milhão de trabalhadores.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- Como nos anos anteriores, foram superadas as metas de aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio de programas de crédito. Em 2005, se consideradas apenas as linhas do programa "Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda", foram contratadas cerca de 2,6 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R$ 15 bilhões. Considerando-se todas as linhas disponíveis pelo FAT, foram contratadas cerca de 3 milhões de operações de crédito, como resultado da aplicação de R$ 21,2 bilhões. Destaque-se o PROGER Urbano, que tem como público-alvo os micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2003, foram realizadas 470,2 mil operações, com valor total de R$ 2,2 bilhões. Em 2004, o número de operações saltou para 1,6 milhão, com valor contratado de R$ 4,4 bilhões. Em 2005, mais de 2,3 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R$ 6,4 bilhões.
- Os resultados das ações de fiscalização trabalhista mostram a continuidade, em 2005, do compromisso com o fortalecimento do papel do Estado como garantidor do cumprimento dos direitos do trabalho. Em 2005, houve 746.272 trabalhadores registrados pelas ações de fiscalização do trabalho – a formalização do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS garante aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. O total geral de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo de 27.650.699, superando os números de 2004, cujo total chegou a 24.453.179. A intensificação da presença da fiscalização contribuiu para a efetiva implementação, pelos empregadores, das normas de segurança e saúde no trabalho.
- Quanto ao combate ao trabalho escravo, em 2005 foram libertados 4.273 trabalhadores em condições análogas à escravidão, cerca de 54% a mais que no ano anterior - 2.776. Foram fiscalizadas 187 fazendas e o número de ações fiscais aumentou em cerca de 12% - de 73 para 82, contribuindo para o resultado positivo do programa.
- Na área de relações de trabalho, no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), foi elaborada proposta de reforma sindical, fruto de mais de 16 meses de negociação. A Proposta de Emenda Constitucional 369/05 da Reforma Sindical está em tramitação no Congresso Nacional e o anteprojeto de Lei de Relações Sindicais, que regulamenta os dispositivos constitucionais, foi elaborado e tornado público para discussão. Ao longo de 2005 foram realizadas 11.360 mediações de conflitos de trabalho. Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo, ou seja, não se transformaram em dissídio foi de 7.936 (69,86% do total) – superior aos 62% verificados em 2004.
- Finalmente, cabe destacar o processo de discussão da política de valorização do salário mínimo para o país, por meio da comissão quadripartite instalada no âmbito do MTE, em agosto de 2005, integrada por representantes de trabalhadores, empregadores, aposentados e governo.

Aspectos Relevantes

Foram apontados como principais fatores de sucesso para os resultados alcançados pelo MTE durante o ano de 2005 a capacitação maior conhecimento das equipes na implementação dos programas; participação social na elaboração e implementação das ações; e maturidade das políticas públicas de emprego, trabalho e renda praticadas pelo MTE.

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação do órgão estão relacionadas às seguintes questões: contingenciamento de recursos orçamentários; recursos financeiros liberados ao longo do exercício em fluxo incompatível com a programação; recursos humanos, materiais e de infra-estrutura insuficientes para o atendimento dos objetivos dos programas; inadequada integração e articulação entre diversas ações, comprometendo a qualidade da informação, bem como a otimização dos recursos públicos em prol do atendimento ao objetivo dos programas.

Além disso, ressalte-se o baixo valor das diárias pagas aos servidores do Poder Executivo (Auditores Fiscais do Trabalho, agentes da Polícia Federal e motoristas), que integram as equipes de fiscalização, apontado como fator de desestímulo à participação nas ações de fiscalização. Tal restrição foi superada com o aumento do valor das diárias para cidades com menos de 200 mil habitantes, conforme decreto nº. 5.554, de 04/10/2005, publicado no D.O.U. de 05/10/2005.

A Instrução Normativa 001/2005, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que disciplinou o cumprimento de exigências para transferências voluntárias e instituiu o Cadastro Único dos Convênios (CAUC), também representou uma restrição ao desempenho do programa. Tal norma obrigou os governos estaduais e municipais a liquidarem suas obrigações junto ao Governo Federal. Mesmo que as Secretarias de Trabalho estejam adimplentes, a condição de inadimplência de outros órgãos do Estado ou do Município constitui fator impeditivo para o repasse àquelas secretarias. Essa exigência somente foi flexibilizada em dezembro, a partir de medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal, impetrada por 18 Estados e pelo Distrito Federal.

Recomendações

- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, de modo a propiciar os meios adequados para a consecução dos objetivos dos programas.
- Priorizar, após a edição dos decretos de programação orçamentário-financeira - via deliberação do Comitê de Coordenação de Programas do órgão - a alocação de recursos às ações finalísticas, de modo a garantir minimamente um fluxo contínuo, mitigando, assim, o impacto do contingenciamento orçamentário e do fluxo financeiro irregular.
- Aperfeiçoar a integração e a articulação entre diversas ações, principalmente dos programas "Erradicação do Trabalho Escravo", "Economia Solidária em Desenvolvimento", "Primeiro Emprego" e "Segurança e Saúde no Trabalho", por meio da efetivação do Comitê Gestor do Programa e, em nível estratégico, do Comitê de Coordenação de Programas, conforme preconiza o Decreto nº. 5233/04.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Democratização das Relações de Trabalho

Objetivo

Promover a democratização e modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores.

Público-Alvo

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.061.166,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.803.801,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.803.801,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Resolução de Conflitos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 67,27 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Na realidade, o índice previsto para o final do PPA já foi alcançado em 2005.

2. Taxa de Eficácia das Mediações

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 54,32 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 54,82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O índice apurado em 2005 aproxima-se do índice previsto ao final do PPA.

Contextualização

O sistema brasileiro de relações de trabalho tem origem na década de 1930 e disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho.
As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, e os avanços nos direitos políticos

e sociais ainda não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego deve promover um regime de liberdade e autonomia sindicais, fundado no estímulo à composição direta dos conflitos de trabalho e compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as características atuais do mercado e das relações de trabalho.

Principais Resultados

- Foram realizadas 11.360 mediações de conflitos de trabalho. Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo, ou seja, não se transformaram em dissídio, foi de 7.936 (69,86% do total), superior aos 62% verificados em 2004.
- Foram beneficiados 5.350.710 trabalhadores pelas mediações que resultaram em acordo realizadas pelo MTE, representando 54,32% do total de trabalhadores abrangidos pelas mediações.
- Elaboração pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) de proposta de reforma sindical, fruto de mais de 16 meses de negociação. A Proposta de Emenda Constitucional 369/05 (Reforma Sindical) está em tramitação no Congresso Nacional e o anteprojeto da Lei de Relações Sindicais, que regulamenta os dispositivos constitucionais, foi elaborado e tornado público para discussão com a sociedade.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa foi criado com o intuito de propiciar a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, adequando-o às especificidades atuais do mundo do trabalho. Neste sentido, conta com uma ação-âncora, a 5478 - "Fórum Nacional do Trabalho" –(FNT), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo. O FNT é um espaço reconhecido de promoção da democratização das relações de trabalho, por meio do qual delibera-se acerca da estrutura da organização sindical e da atualização da legislação trabalhista. Além da elaboração da proposta de reforma sindical e do anteprojeto de lei de relações sindicais, em 2005, o FNT promoveu continuidade às negociações referentes às especificidades de alguns setores em relação à reforma sindical, por meio de Câmaras Setoriais, que congregam, em especial, trabalhadores rurais, servidores públicos, profissionais liberais e portuários. Em relação à Reforma Trabalhista, as negociações pouco avançaram, pois a bancada dos trabalhadores condicionou sua discussão à aprovação da Reforma Sindical.

Apesar de a proposta de Reforma Sindical ainda não ter sido votada no Congresso Nacional, o FNT articulou a proposta de constituição do Conselho Nacional de Relações do Trabalho e o reconhecimento das centrais sindicais como entidades representativas dos trabalhadores nos Fóruns e Conselhos tripartites. Outras três ações finalísticas compõem o Programa: 2603 - "Mediação de Conflitos", 4782 - "Capacitação de Técnicos na Área de Relações do Trabalho" e 4588 -"Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES)".A primeira tem como finalidade a promoção da composição voluntária de conflitos do trabalho, de maneira a reduzir o número de processos levados à Justiça do Trabalho e a valorizar as negociações diretas entre trabalhadores e empregados. A meta alcançada ficou em torno de 70% da prevista (11.084 dentre 15.834 mediações), apresentando-se duas justificativas: mudança no sistema de pontuação da gratificação dos Auditores Fiscais do Trabalho,

a qual desestimula as atividades de mediação ao privilegiar as atividades externas, e a greve dos servidores públicos. Vale destacar que a mediação de conflito é demandada pelas entidades ao MTE quando não é possível chegar a um consenso na negociação coletiva. Portanto, a diminuição do número de solicitações de mediações pode representar um aumento da auto-composição dos conflitos.

A ação 4782, por sua vez, visa ao favorecimento da implementação de mudanças no sistema de relações do trabalho, por meio da revisão do marco legal e da valorização da negociação coletiva e composição voluntária de conflitos do trabalho, mediante a capacitação de técnicos na área de relações do trabalho. Devido ao fato de as atividades formativas terem sido descentralizadas para as Delegacias Regionais do Trabalho em 2005, a capacitação abarcou um número muito superior ao previsto inicialmente (2.110 em contraponto a uma expectativa de 171 pessoas), com um dispêndio de cerca de 91% dos recursos previstos (R$ 436,1 mil) de um total de R$ 477,2 mil), devendo a meta física ser ajustada à sua real execução.

A ação 4588 - "Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES)" passou por uma nova conceituação em 2005, no sentido de se construir um sistema mais abrangente e voltado para armazenar, organizar e disponibilizar informações acerca de dados e estatísticas de entidades sindicais, empresas de trabalho temporário, homologações de rescisões contratuais, greves, mediações e negociações coletivas. Conhecido como Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), no qual o CNES corresponde a apenas um módulo (ao todo são previstos sete), teve o seu desenvolvimento prejudicado pelo baixo valor alocado na ação 4588 (apenas R$ 100 mil), embora a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) tenha orçado o sistema em R$ 5,3 milhões. Dado que, em 2005, o projeto ainda estava em elaboração, exceção feita ao módulo CNES, além dos recursos da própria ação 4588, utilizou-se parte dos recursos da ação "Gestão e Administração do Programa" (GAP), que agrega despesas não passíveis de apropriação em ações finalísticas do Programa. Atente-se ao fato de que, para 2006, a ação 1B41 "Implantação do SIRT" foi inserida no PPA em substituição à 4588 e o projeto está em pleno desenvolvimento, não mais sendo possível a utilização de recursos da GAP.

Cita-se a necessidade de alteração dos indicadores, pois não permitiriam a mensuração da eficiência e da eficácia do Programa. Registre-se que os atuais indicadores são oriundos da última revisão do programa e substituíram os anteriores sob a justificativa de que seriam superiores, na medida em que possibilitariam a análise do crescimento do número de mediações coletivas à luz da quantidade de conflitos resolvidos e não do total de mediações realizadas.

Em relação aos recursos materiais e à infra-estrutura, algumas dificuldades que comprometeram a execução do programa devem ser destacadas: carência de computadores e impressoras na sede do MTE, bem como nas seções de relações do trabalho –(SERETs), nas Delegacias Regionais do Trabalho de todos os Estados, assim como escassez de espaço físico - causando insalubridade em alguns locais - falta de equipamentos ergométricos e ar condicionado.

Em termos quantitativos, há SERETs que contam apenas com o responsável principal, apresentando, portanto, grande dificuldade no cumprimento das tarefas. Desde 2003, a SRT articula com a Secretaria Executiva do MTE mecanismos para fortalecer as SERETs e instrumentalizá-las, mas o número reduzido de servidores ainda não

possibilitou a adequação das regionais às novas atribuições da SRT. Encontra-se no Congresso Nacional o PL nº5.919, de 08/2005, que cria 1.952 cargos para a área administrativa do MTE.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de qualificação específica da equipe gerencial, no sentido de ampliar a capacidade de gestão estratégica e de avaliação das ações e das equipes executoras, principalmente em módulos sobre ética, gestão pública, rotinas e procedimentos.

Outros Aspectos Relevantes

A equipe gerencial dispõe de mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Também são realizadas reuniões mensais entre os coordenadores de ação, o gerente-executivo e o gerente do Programa para a socialização de informações e, quando necessário, redefinição da estratégia e das diretrizes. Os encaminhamentos destas reuniões são disseminados para as equipes executoras.

O Programa promove a participação social tanto por meio de ouvidoria específica para atendimento sobre temas ligados ao mundo do trabalho, como registro, atualização e contribuição sindical, quanto por meio de cursos, oficinas, encontros, seminários, reuniões de grupos de trabalho e câmaras setoriais.

Cabe mencionar, ainda, os seguintes avanços derivados da atuação do Programa:

a) Elaboração de proposta de regulamentação do direito de greve e da negociação coletiva no setor público.
b) Inserção na RAIS de informações referentes à representatividade sindical.
c) Implementação de nova guia de código de barras, permitindo maior acesso às informações e combate às fraudes na contribuição sindical urbana.
d) Realização de campanha nacional de atualização sindical, que contou com participação de mais de 10 mil entidades, com o intuito de identificar os sindicatos existentes no país e dar maior transparência à tramitação dos processos de registro sindical.
e) Capacitação de 2.110 técnicos em relações do trabalho, sendo 65% desse público composto por dirigentes sindicais, abordando os seguintes temas:

- procedimentos e rotinas das Seções de Relações do Trabalho.
- negociação e mediação de conflitos de trabalho.
- reforma sindical e trabalhista.
- treinamento sobre o Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT.
- assistência e homologação de rescisão de contrato de trabalho.

Recomendações

- Redimensionar o índice do indicador "Taxa de Resolução de Conflitos" para 2007, pois já foi alcançado em 2005 e analisar eventuais ajustes nos indicadores, derivados da proposta da equipe gerencial do Programa, quando da próxima revisão.
- Reestimar a meta física da ação 4782, de modo a compatibilizá-la com sua real execução.
- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura para a SRT e as SERETs, de modo a propiciar os meios adequados para o atendimento do objetivo do Programa.

Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda

Objetivo

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País, por meio da democratização do crédito produtivo assistido, capaz de gerar emprego, trabalho e renda.

Público-Alvo

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes aos setores prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 500.000,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	R$ 10.400.876.754,00

Indicador(es)

1. Geração de Postos de Trabalho Formais

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 19.965

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado, tendo em vista que o módulo específico do Sistema de Acompanhamento e Execução do PROGER (SAEP Web) não está concluído para viabilizar tal avaliação.

2. Número-Índice de Quantidade de Beneficiários das Operações de Crédito

Unidade de medida: Índice Numérico
Último índice apurado: 100 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 106

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2005, em razão de o módulo específico do SAEP Web não ter sido concluído para viabilizar tal avaliação.

Contextualização

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso ao crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas e profissionais liberais. O incentivo via disponibilização de crédito a setores intensivos em mão-de-obra e infra-estrutura também é fundamental para promover a geração e a manutenção de postos de trabalho. Além disso, é imprescindível para o desenvolvimento econômico a disponibilização de linhas de crédito para setores apontados como prioritários para a Política Industrial e de Comércio Exterior.

Principais Resultados

- Em 2005, se consideradas apenas as linhas do Programa "Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda", foram contratadas cerca de 2,6 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R$ 15 bilhões. Considerando todas as linhas disponíveis pelo FAT, foram contratadas cerca de 3 milhões de operações de crédito, como resultado da aplicação de R$ 21,8 bilhões. Destaque-se o PROGER Urbano, que tem como público alvo micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2003, foram realizadas 470,2 mil operações, com valor total de R$ 2,2 bilhões. Em 2004, o número de operações saltou para 1,6 milhão, com valor contratado de R$ 4,4 bilhões. Em 2005, mais de 2,3 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R$ 6,4 bilhões.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa "Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda" é constituído por ações formadas por linhas de crédito voltadas para o financiamento de iniciativas empreendedoras, indutoras de emprego e renda, com respeito às especificidades socioeconômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, de infra-estrutura, prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como as micros e pequenas empresas.

O Programa opera com recursos originários da reserva mínima de liquidez do FAT, aplicados na forma de depósitos especiais nas Instituições Financeiras Oficiais Federais - Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Social e Banco da Amazônia e Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP/MCT).

A única ação do Programa desenvolvida com recursos orçamentários, "Monitoramento das Cadeias Produtivas e dos Beneficiários", não teve execução em 2005. Para 2006, por solicitação da equipe gerencial durante o processo de revisão, foi substituída pela ação "Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT".

Foi apontada a necessidade de contemplar no PPA novas linhas de crédito específicas, operadas com recursos do FAT, buscando atender às necessidades de

investimentos em setores e regiões específicos, visto que a dinâmica de criação/extinção de Programas/Linhas pelo CODEFAT é diferente da dinâmica de revisão do PPA. Desta forma, estas linhas de crédito deverão ser explicitadas na próxima revisão anual do PPA.

Foi apontado que, apesar de os índices dos indicadores não terem sido apurados, estes atenderiam às necessidades de avaliação do Programa. Assim, a conclusão do módulo no SAEP Web (programa de "software"), viabilizará a apuração dos indicadores em 2006. Entretanto, entende-se que a apuração da quantidade de beneficiários das operações creditícias seja informação básica dentro de um Programa que se propõe a expandir o crédito produtivo, principalmente no que concerne à sua gestão.

Na avaliação anterior, foi mencionado que a equipe responsável pelo acompanhamento gerencial dos programas era limitada, se considerada a quantidade de linhas de crédito e o volume de operações a serem acompanhadas. Esta restrição permaneceu em 2005, sendo corrigida somente no início deste ano com a integração de mais três técnicos à equipe gerencial.

Outros Aspectos Relevantes

Existe, no âmbito da Gerência, mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações de periodicidade mensal e abrangência nacional, realizado mediante a inserção dos dados de cada operação de crédito no SAEP Web. Este Sistema está sendo aperfeiçoado com vistas a facilitar o processo de captação, armazenamento e disponibilização de dados com maior segurança, agilidade e flexibilidade para implementação, controle operacional e gerencial das informações fundamentais ao MTE.

Destaca-se ainda o fato de a coordenação do Programa estar inteiramente a cargo da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego - SPPE, facilitando a integração entre a gerência e os coordenadores das ações. A Coordenação-Geral de recursos do FAT, vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Secretaria Executiva tem trabalhado em conjunto com a Coordenação-Geral de Emprego e Renda/Departamento de Emprego e Salário/SPPE, no intuito de agilizar ainda mais os fluxos, as análises e as liberações de recursos.

O Programa ainda promove a participação social por meio da ouvidoria do MTE, que repassa as demandas à coordenação do PROGER, e mediante o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, órgão tripartite e paritário composto por representantes dos trabalhadores, do governo e dos empresários.

O Programa não avalia a satisfação dos seus beneficiários devido, principalmente, à dificuldade de se desenvolver tal mecanismo quando se considera o elevado volume de operações de crédito. Entretanto, está em estudo um modelo de avaliação por amostragem, além de um módulo via Internet na página do MTE, que poderá ser aperfeiçoado para avaliar a satisfação dos beneficiários.

Recomendações

- Apurar o índice dos indicadores do Programa, pois estes últimos são os instrumentos capazes de medir seu desempenho, além de demonstrar a real capacidade de atendimento do objetivo estipulado.
- Rediscutir as ações face às novas linhas de crédito específicas operadas com recursos do FAT, buscando atender às necessidades de investimentos em setores e regiões específicos, conforme solicitação da equipe gerencial.
- Alterar o objetivo do Programa, de modo a suprimir o adjetivo "assistido", que caracteriza o microcrédito produtivo orientado – novo Programa inserido no PPA a partir de 2006.

Economia Solidária em Desenvolvimento

Objetivo

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Público-Alvo

Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 57.732.007,00	Empenho Liquidado:	R$ 50.897.440,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 50.897.440,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice de Empreendimentos Certificados

Unidade de medida: Número Índice
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 1,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado, tendo em vista que o indicador foi excluído para 2006 por ser mostrar inadequado ao Programa, que não certifica os empreendimentos e sim cadastra-os, tendo sido substituído pelo "Índice de Empreendimentos Cadastrados".

2. Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária

Unidade de medida: Número Índice
Último índice apurado: 1,08 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Embora tenha apresentado evolução favorável, a apuração do índice ainda carece de aperfeiçoamentos metodológicos.

Contextualização

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação de trabalho capitalista.

O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade de os trabalhadores(as) encontrarem alternativas de geração de renda. Assim, políticas de geração de renda, para a inclusão dos menos favorecidos na sociedade, para que exerçam a sua cidadania com dignidade, têm, obrigatoriamente, que levar em consideração, em níveis iguais de importância, tanto o emprego quanto o trabalho em outras relações que não a de empregado e patrão.

Na Economia Solidária, encontram-se milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São iniciativas de organizações não governamentais, voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

Principais Resultados

- Consolidação de 1.071 empreendimentos de economia solidária.
- Apoio a 139 empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, significando a manutenção de mais de 13.000 postos de trabalho.
- Formação de 200 agentes de desenvolvimento solidário.
- Mapeamento de cerca de 15 mil empreendimentos de economia solidária, dos quais participam cerca de 1,25 milhão de trabalhadores, dos quais 35% são mulheres. Entre as atividades econômicas, predominam agricultura e pecuária, realizadas por 64% dos empreendimentos. Ainda, 44% dos empreendimentos encontram-se na Região Nordeste, seguida da Região Sul (17%), Região Sudeste (14%), Norte(13%) e Centro-Oeste (12%).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa "Economia Solidária em Desenvolvimento" possui 7 ações finalísticas que concorrem para o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Parte significativa dos recursos é descentralizada para a execução das ações, em parceria com organizações não governamentais, prefeituras e governos estaduais. O Programa também atua em parceria com as Delegacias Regionais do Trabalho, de maneira a ampliar sua capacidade de atuação nos Estados.

Durante a revisão do PPA, em 2005, o Programa passou por completa readequação. Neste sentido, foram criadas novas ações que contemplassem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, bem como a capacitação dos agentes ligados ao tema; outras ações foram objeto de alterações em seus atributos – finalidade, descrição, produto – de forma a melhor expressar suas linhas de atuação para o ano de 2006.

As alterações da programação desde sua inclusão no PPA, em 2004, aliadas à limitada experiência nacional no assunto, tornam o dimensionamento das metas físicas algo ainda experimental, prejudicando o estabelecimento de parâmetros. Tome-se como exemplo a ação 4737 - "Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária", cuja finalidade é o fortalecimento de empreendimentos e redes de economia solidária. Sua meta física prevista foi superada em cerca de 44%, passando de 743 para 1.071 empreendimentos apoiados, com recursos da ordem de R$ 7.705.068,00 (86% da dotação prevista). Ainda nessa linha, a ação 8275 - "Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão", que objetiva apoiar a recuperação de empresas em crise ou situação falimentar pelos próprios trabalhadores organizados em regime de autogestão, atendeu a 139 empresas - a previsão inicial limitava-se a 4 – valendo-se de R$ 1.632.615, praticamente 100% da dotação prevista. Assim, regra geral, as metas físicas foram superadas, mas seu resultado poderia ter sido ainda melhor se parte considerável dos recursos não tivesse sido liberada nos últimos meses do ano.

O argumento anterior é válido para explicar a inexatidão dos indicadores do Programa. Estes também foram objeto de alteração na revisão passada, o que deve facilitar a apuração de seus índices no decorrer de 2006. O indicador "Número-Índice de Empreendimentos Certificados" mostrou-se inadequado, uma vez que o programa não buscou certificar os empreendimentos econômicos solidários, sendo substituído pelo "Número-Índice de Empreendimentos Cadastrados". Já o indicador "Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária" ainda carece de aperfeiçoamentos metodológicos, uma vez que o mapeamento da economia solidária no Brasil foi finalizado apenas em 2005. O mapeamento mostrou que existem 1.250.000 trabalhadores na economia solidária atualmente. Não é possível saber quantos eram em 2004 e, por conseqüência, estipular o crescimento de postos de trabalho gerados pela economia solidária. Entretanto, mediante as ações do Programa, foram apoiados projetos correspondentes à manutenção e criação de mais de 230.000 postos de trabalho em empreendimentos econômicos solidários. Dados hipotéticos foram utilizados para estimar o crescimento em 7,94%.

Relatou-se a inexistência de integração entre a gerência do Programa e a coordenação da ação 4963 - "Promoção da Inclusão Produtiva", do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, pelo segundo ano consecutivo. A ação executou cerca de R$ 25 milhões,mas sua performance não pôde ser aferida, pois não foi informado o número de pessoas capacitadas. Sabe-se que a ação procura criar alternativas para geração de trabalho e renda em comunidades populares, por meio de convênios com Estados, Municípios, organizações não-governamentais e outras entidades públicas e privadas. Segundo informações oriundas do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan), a ação foi executada mediante o lançamento de editais, com o objetivo de firmar convênios, todavia, não houve, até o final do exercício, tempo hábil para o efetivo atendimento dos beneficiários.

Ainda, foram mencionadas a falta de espaço físico e a quantidade inadequada de recursos humanos, tanto no âmbito da Gerência, quanto das equipes executoras como fatores restritivos ao adequado desenvolvimento do Programa.

Outros Aspectos Relevantes

Existe, no âmbito da Gerência, processo de acompanhamento e avaliação das ações, que cobre todo o ciclo de desenvolvimento da política. Os coordenadores responsáveis por cada ação monitoram sua implantação e repassam as informações referentes ao desempenho físico a uma equipe que, em conjunto com a Gerência, as sistematiza e consolida. Entretanto, há dois tipos de dificuldades na realização do monitoramento: a falta de recursos humanos para o acompanhamento das ações e, dada a criação recente do Programa, o fato de o desempenho das ações ainda não aparecer adequadamente nas aferições.

Entende-se que o Programa teve atuação dentro das expectativas em relação ao seu público alvo. Considerando-se que este consiste de trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, além daqueles participantes de empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, empresas de autogestão, entre outros) e ainda que o mapeamento nacional de economia solidária apontou a existência de 1.250.000 trabalhadores e trabalhadoras envolvidas nestes empreendimentos; e, ponderando-se que o Programa beneficiou, em 2005, 230.000 pessoas, pode-se afirmar que 1/5 dos beneficiários potenciais foram atendidos, o que parece ser um número significativo. Por outro lado, quando percebido o total de desempregados existentes no Brasil, ainda é um público bastante limitado.

O Programa promove a participação social por meio de audiências públicas e reuniões com grupos de interesse – tanto no plano federal quanto estadual, reunindo empreendimentos solidários e organizações com interface com o tema – além da discussão em conselho setorial, mediante a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária, por meio do qual são realizadas reuniões periódicas com os atores sociais envolvidos com o tema.

Considerou-se que um dos aspectos que mais contribuiu na execução do Programa foi a prática da gestão participativa mediante a construção de canais de diálogo com a sociedade civil. Este fator possibilitou, assim, a execução descentralizada e participativa das ações e a elaboração conjunta da política de economia solidária, bem como sua avaliação e aprimoramento.

Recomendações

- Reestimar as metas físicas e financeiras das ações do Programa, de modo a compatibilizá-las com sua real execução.
- Apurar os índices dos indicadores de modo a aferir se o Programa realmente está sendo efetivo no que se propõe a realizar, além de aperfeiçoar a metodologia de cálculo do indicador "Número Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária".
- Aprimorar a integração com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, por meio do comitê gestor do Programa, conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04. Entende-se que, na impossibilidade de

se efetivar esta articulação no decorrer de 2006, deve-se excluir a ação do Programa.

- Priorizar o espaço físico e a quantidade de recursos humanos, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras, de forma a possibilitar o adequado desenvolvimento do Programa

Erradicação do trabalho escravo

Objetivo

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

Público-Alvo

Trabalhadores submetidos à condição análoga a de escravos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 7.017.963,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.040.056,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 6.040.056,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Trabalhadores Libertados

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 4.273 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. O número de trabalhadores libertados em 2005 aproxima-se do índice previsto ao final do PPA.

Contextualização

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo ainda persiste no País, especialmente nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Pará, Maranhão e Bahia, atingindo milhares de trabalhadores. Esse fato aponta para necessidade de manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, bem como para o fomento a ações conjuntas com outras instituições governamentais e não governamentais, de modo que se alcance a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

Principais Resultados

- Em 2005, foram libertados 4.273 trabalhadores, cerca de 54% a mais que no ano anterior (2.776). Apesar de terem sido fiscalizadas 187 fazendas, número menor que em 2004, o número de ações fiscais aumentou em cerca de 12% (de 73 para 82), contribuindo para o resultado positivo do Programa.

- O montante do pagamento das verbas rescisórias (adicional de férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, etc.) perfez o valor de R$ 7.554.809,51, superior aos R$ 4.599.774,04 do ano anterior.
- Foram implantadas, em 2005, 20 Varas do Trabalho Itinerantes – em 2004, haviam sido apenas 04 -, as quais têm por finalidade tornar efetivo o combate ao trabalho escravo, por meio da prestação de atendimento judiciário trabalhista *in loco*.
- Assistência financeira concedida ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou de condição análoga à de escravo, na forma de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada. Em 2005, a cobertura superou 70% do total de trabalhadores libertados -3.043 dentre 4.273 trabalhadores libertados. Tal proporção tende a aumentar, na medida em que os trabalhadores libertados nos últimos meses do ano em curso somente receberão seus benefícios no ano seguinte.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Erradicação do Trabalho Escravo é um programa multissetorial composto por 11 ações envolvendo o MTE, a Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e a Justiça do Trabalho. Deste rol, podem-se destacar como ações-âncora do Programa, ou seja, fundamentais para o atendimento de seu objetivo, a fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado, a implantação de varas de trabalho itinerante em diversos Estados, além do atendimento ao trabalhador libertado por meio da prestação de benefícios sociais, tais como o fornecimento de documentação civil básica e a assistência jurídica.

Embora sua concepção seja adequada, constatou-se que ocorreram dificuldades na integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações implementadas em outros Ministérios, principalmente devido à ausência de informações. Entretanto, não foi informado se esta observação é relativa a todas as ações executadas pela Presidência da República e pela Justiça do Trabalho ou a parte delas. Cabe mencionar que, de acordo com o relatório de validação trimestral do SIGPlan, foram validadas com discordância as ações 103Q -"Implantação de Vara do Trabalho Itinerante no Pará", Unidade Orçamentária 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá, bem como a ação 4641 –"Publicidade de Utilidade Pública", da Unidade Orçamentária 38901- Fundo de Amparo ao Trabalhador, do próprio MTE.

No que tange à implementação, o cumprimento das metas físicas ficou dentro do previsto, exceção feita à ação 6461 - "Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo", na qual foram despendidos cerca de 17% dos recursos previstos (R$ 51.904,00, de um total de R$ 300.000,00), para assistir a menos de 5% dos trabalhadores (289 dentre 6.000). Tal desempenho decorre do fato de que essa ação somente é utilizada quando a fiscalização do trabalho não consegue que o empregador arque com as despesas de hospedagem e alimentação dos trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão. Assim, não se discute a pertinência, mas a necessidade de adequar sua meta física e financeira de forma factível, apesar de seu elevado grau de imprevisibilidade.

Nos últimos dois anos, o baixo valor das diárias pagas aos servidores do Poder Executivo (Auditores Fiscais do Trabalho, agentes da Polícia Federal e motoristas) foi apontado como fator de desestímulo à participação nas ações de fiscalização. Tal restrição foi superada com o aumento do valor das diárias para cidades com menos de 200 mil habitantes, conforme decreto n.º 5.554, de 04/10/2005, publicado no D.O.U. de 05/10/2005.

Outros Aspectos Relevantes

Foi atualizada, em novembro de 2005, a chamada "lista suja", que tem por objetivo informar aos diversos órgãos do Governo Federal os nomes daqueles que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, para que cada instituição adote as medidas cabíveis em seu respectivo âmbito de competência. O empregador que consta da "lista suja" perde, por exemplo, o acesso ao crédito oficial para a produção agrícola. Esta quinta atualização da lista identifica um total de 159 empregadores rurais flagrados enquanto mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Em 2005, duas medidas adicionais que visam a dificultar o acesso de empregadores relacionados na "lista suja" a linhas de financiamento foram acordadas: a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) assumiu o compromisso de orientar seus associados no sentido de que adotem restrições cadastrais a empreendimentos onde se tenha constatado o uso de trabalho escravo; e a publicação da Portaria MTE nº 496, que determina o envio das informações da "lista suja" aos bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES e à Caixa Econômica Federal).

Ainda em dezembro de 2005, foi assinado termo de cooperação entre o MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no qual se prevê a inclusão dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Programa Bolsa Família, medida que irá contribuir para promover a reinserção social dos resgatados. Entretanto, foram relatadas dificuldades de integração entre as equipes dos Ministérios no sentido de operacionalizar o termo firmado.

Cabe destacar, ainda, a atuação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) no sentido de possibilitar a participação do público-alvo e fortalecer o controle social do Programa. Participam da CONATRAE entidades representativas do Governo Federal e da sociedade civil, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra, Centros de Defesa dos Direitos Humanos e Sindicatos.

Recomendações

- Aperfeiçoar a articulação entre a Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE e a coordenação das ações implementadas em outros ministérios, por meio do Comitê Gestor do Programa, conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04.
- Reestimar a meta física e financeira da ação 6461 - "Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo", de forma a adequá-la à sua real execução (fase quantitativa).

Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 158.448.093,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 149.949.286,00 - R$ 149.949.286,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Principal Resultado

Oferta de condições adequadas para a implementação das políticas finalísticas e para o funcionamento da unidade central e das unidades regionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa procura atender ao objetivo por meio de 9 ações, dentre as quais: 2619 - "Apoio à implementação de Políticas na Área do Trabalho"; 4815 - "Funcionamento das Unidades Regionais; e 8073 – "Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão-Usuário do Ministério do Trabalho e Emprego".

Destaca-se que, embora a execução orçamentária tenha alcançado 94,6% em 2005 (R$ 158.877.583,00), o contingenciamento orçamentário sobre o MTE acabou por manter o cenário pouco propício à qualificação da sua força de trabalho, tendo sido beneficiados apenas cerca de 35% dos servidores inicialmente previstos. Ressalta-se que a execução foi bastante elevada nas ações nucleares para a manutenção da unidade central e das unidades regionais do MTE e para o financiamento das atividades administrativas e de apoio. Contudo, para as demais ações, foi necessário aplicar uma redução de disponibilidade financeira mais expressiva, já que os créditos suplementares aprovados foram destinados, prioritariamente, aos programas finalísticos.

Ainda, por restrições tecnológicas ligadas à impossibilidade de investimentos em tecnologia da informação, o aprimoramento do trabalho da Ouvidoria não pôde

ser realizado, sendo o número de usuários atendidos, 370.063, cerca de 10% do que havia sido previsto, 3,6 milhões.

Em relação à suficiência das ações, menciona-se a necessidade de evidenciar ação específica voltada para a implementação da "Agenda Nacional de Trabalho Decente – ANTD", conforme memorando de entendimento firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização Internacional do Trabalho. Além disso, indica-se a necessidade de alteração de alguns atributos das ações 2619 - "Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho" e 2631 – "Coordenação e Manutenção do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)", de forma a torná-los mais adequados às atividades efetivamente realizadas no âmbito do MTE.

Considera-se inadequada a infra-estrutura nas equipes executoras, pois, embora o MTE venha realizando um processo de renovação de seu parque tecnológico, com ênfase nas unidades descentralizadas, persistem lacunas importantes, como é o caso da infra-estrutura para atendimento ao cidadão. Neste caso, foi acordada, junto ao Ministério da Fazenda, a cessão do sistema utilizado pela Ouvidoria-Geral daquele órgão.

Aponta-se, também, a necessidade de expansão, bem como qualificação, de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. De fato, o recurso à terceirização da mão-de-obra tornou-se uma alternativa à redução do quadro de pessoal do MTE, situação especialmente crítica nas unidades descentralizadas. Recentemente foi autorizada a realização de concurso público para atenuar a carência de quadros, ainda não aprovada pelo Congresso Nacional.

Outros Aspectos Relevantes

Em relação ao monitoramento físico das ações, considera-se que apenas quatro apresentaram produto: 4815 - "Funcionamento das Unidades Regionais"; 8073 - "Ouvidoria-Geral e Serviços Interativos de Atendimento ao Cidadão-Usuário do MTE"; 4572 - "Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação" e 8093 - "Observatório do Mercado de Trabalho".

No caso da ação 4815, o produto corresponde ao funcionamento das 27 unidades regionais existentes nos Estados. No caso da ação 8093, os estudos e relatórios são produzidos e disseminados no Ministério por meio impresso e inclusão no sítio da Internet. No caso da ação 4572, mesmo com a escala restrita de atuação do processo de capacitação de recursos humanos, existem relatórios específicos da área acerca dos servidores atendidos. Já a ação 8073 dispõe de mecanismos de acompanhamento dos resultados, na forma de relatórios eletrônicos sistemáticos.

Recomendações

- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, de modo a propiciar os meios adequados para o atendimento do objetivo do programa.
- Inserção de nova ação 2C45 – "Agenda Nacional de Trabalho Decente" na revisão anual do PPA.

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Objetivo

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

Público-Alvo

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 11.517.417.609,00	Empenho Liquidado: R$ 11.464.036.399,00 Pago estatais: - Total: R$ 11.464.036.399,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Cobertura do SINE na (Re) Inserção no Mercado de Trabalho Formal

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 7,34 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8,60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O índice verificado para o ano de 2005 foi de 7,34%, indicando queda de 14,65% em relação ao índice de referência (8,6) e 6,61% em relação ao ano de 2004 (7,86).

2. Taxa de Captação de Vagas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 14,11 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 16,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O índice de referência, em 2003, era de 15,9; no ano de 2004, o valor encontrado foi 14,86 e em 2005 foi de 14,11. Observa-se, assim, uma queda de 11,26% no período de 2003-2005.

3. Taxa de Aproveitamento de Vagas

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 52 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 53,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. O índice de referência obtido em 2003 foi de 54,2%; em 2004, 53,1% e, no ano de 2005, o número encontrado é de 52,0%. Percebe-se assim, uma queda de 4,06% no período 2003-2005.

Contextualização

Ante o cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, de integração de mercados, aumento da competitividade e de transição geográfica do emprego, percebem-se alterações estruturais importantes no mercado de trabalho brasileiro, as quais acarretam maior risco de desemprego involuntário. Na presente década, aumentou o tempo de desemprego que, aliado à demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa - PEA, elevam a necessidade de ampliação da integração e articulação da intermediação de mão-de-obra com o seguro-desemprego de forma a minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e de seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

Principais Resultados

- Colocação de 893,6 mil trabalhadores no mercado de trabalho, o que representa o melhor resultado desde 2002, por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, nos postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE).
- Atendimento de 5,3 milhões de trabalhadores com o seguro desemprego - 20,9% superior ao ano anterior (4,3 milhões), no âmbito do Sistema Público de Emprego.
- Foram beneficiados 9,7 milhões de trabalhadores com o pagamento do abono salarial, 10,2% superior ao ano anterior (8,8 milhões).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é executado para atingir o objetivo a que se destina por meio de dezesseis ações, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, as quais possuem como linhas gerais de atuação: implantação de política de renda por meio do pagamento do abono salarial; prestação de assistência ao desempregado por meio do seguro-desemprego - concedido ao dispensado sem justa causa, empregado doméstico, pescador artesanal e trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo - além de bolsa qualificação; facilitação de vagas e profissionais para empregados e empregadores por meio dos postos do SINE; disponibilização de informações de forma a fortalecer as ações dirigidas ao Sistema Público de Emprego, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), além de integrar as ações de emprego por meio do

Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego (SIGAE). Conta, ainda, com a identificação da população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

O cumprimento das metas físicas ficou dentro do previsto, sendo exceção a CBO, que não pôde dar continuidade aos processos de identificação e pesquisa de família ocupacional por falta de recursos orçamentários. Os resultados do Programa poderiam ter sido ainda mais significativos, mas a insuficiência orçamentária prejudicou a ampliação das ações de forma a expandir a capilaridade do Sistema Público de Emprego. Além disso, interferiu negativamente no processo de monitoramento das políticas públicas de emprego, inviabilizando o crescimento e a capacitação das equipes que acompanham tais atividades, em especial a da intermediação de mão-de-obra, do seguro-desemprego e da geração de emprego e renda. Nesse sentido, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em algumas regiões metropolitanas, poderia ser ampliada, de forma a subsidiar ações nas áreas de qualificação e requalificação, captação de vagas, intermediação de emprego, servindo como instrumento orientador das políticas de emprego, trabalho e renda.

Ainda, a liberação de recursos de forma descontinuada dificultou a execução financeira dos órgãos executores do Sistema. De fato, a imprevisibilidade nos repasses ocasionou sucessivos remanejamentos entre o MTE e os seus conveniados, provocando alterações nos planos de trabalho estabelecidos, sendo a maioria dos 27 convênios com os governos estaduais e com o DF, destinados à execução do SINE, aditados até abril de 2006. Neste ponto, destaca-se a publicação da Instrução Normativa n.º 001/2005, da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, que disciplinou o cumprimento de exigências para transferências voluntárias e instituiu o Cadastro Único dos Convênios –CAUC. Tal norma obrigou governos estaduais e municipais a liquidarem suas obrigações junto ao Governo Federal de tal forma que, mesmo que as Secretarias de Trabalho estivessem adimplentes, a condição de inadimplência de outros órgãos do estado/município constituiu fator impeditivo para o repasse àquelas secretarias. Essa exigência somente foi flexibilizada em dezembro, a partir de medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal, impetrada por 18 estados e pelo Distrito Federal.

No que tange à ação Gestão e Administração do Programa – GAP, sua dotação tem decrescido ano-a-ano (houve redução de R$ 1.259.000,00, em 2004, para R$ 385.000,00 em 2005), tornando-se óbice para o aprimoramento da formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, já que a maior parte de seus recursos foi direcionada para apoiar os processos do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. Não obstante, cabe lembrar que existe a ação específica 2631 – Coordenação e Manutenção do FAT, que tem por finalidade prestar assessoramento às atividades do CODEFAT, inserida no Programa 0106 Gestão de Política de Trabalho, Emprego e Renda. Desta forma, além da diminuição dos recursos, sua aplicação deve ser repensada.

Os índices dos indicadores decresceram apesar de haver ocorrido, em números absolutos, aumento tanto no número de trabalhadores inseridos pelo Sistema Público de Emprego, quanto no número de vagas coletadas. Argumenta-se que o esforço do Sistema em obter melhores resultados não foi suficientemente capaz de acompanhar o crescimento das colocações no mercado formal em igual proporção. Algumas considerações se fazem relevantes nessa análise: 1) nem todas as vagas que

surgem no mercado de trabalho são disponibilizadas ao SINE; e 2) as vagas que são captadas pelo Sistema não lhe são exclusivas, existindo, assim, outros mecanismos de intermediação entre demandantes e ofertantes no mercado de trabalho. Ainda assim, os indicadores apontam a necessidade de aprimorar o desenho do SINE, de forma que possa melhor aproveitar os momentos de elevação da demanda por trabalho.

Observou-se, ainda, que os indicadores do Programa estão orientados aos resultados obtidos apenas com a política de Intermediação de Mão-de-Obra, já que consideram os resultados obtidos pelos serviços de colocação e os comparam com a movimentação de trabalhadores, verificada apenas no mercado de trabalho formal, segundo as informações do CAGED. Assim, na próxima revisão deverá ser discutida a possibilidade de inserção de novos indicadores que contemplem a cobertura dos trabalhadores beneficiados pelo abono-salarial e pelo seguro-desemprego.

Foram apontadas reformulações necessárias, as quais deverão ser discutidas durante o processo de revisão 2006, em três das ações do Programa: a) Identificação do trabalhador por meio da CTPS, de forma que a ação também contemple gastos com despesa de capital, como a aquisição de equipamentos de informática; 2) Classificação Brasileira de Ocupações, sendo seu produto alterado de "exemplar distribuído" para "famílias ocupacionais atualizadas", dada a permanente atualização da CBO em face das transformações ocorridas no mercado de trabalho; e 3) Relação Anual de Informações Sociais, revelando-se necessário o redimensionamento da meta física devido à alteração de seu produto na revisão passada.

Foi, ainda, mencionada a necessidade de aprimoramento das relações com a área responsável pela ação "Publicidade de Utilidade Pública", de modo a aperfeiçoar a divulgação das informações relativas ao Programa - caso do seguro-desemprego e do abono salarial.

Outros Aspectos Relevantes

A Gerência do Programa conta com mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. O seguro-desemprego possui sistema próprio que acompanha todo o processo de recepção, triagem, checagem de dados, geração de informações e pagamento do benefício. Os mecanismos de controle para pagamento do benefício se iniciam desde a checagem e averiguação da documentação apresentada pelo requerente até o cruzamento do sistema com outras bases de dados do Governo Federal, caso do CAGED e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

No processo de monitoramento dos serviços prestados pelos executores da intermediação de mão-de-obra, o Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE) permite o ingresso informatizado de trabalhadores e a possibilidade de tornar mais eficiente o cruzamento de vagas captadas e trabalhadores encaminhados ao mercado. Também permite o acesso às informações em meios magnéticos na coordenação central do sistema, abrindo a possibilidade de uma série de investigações do perfil dos trabalhadores e das vagas coletadas.

Além disso, as entidades executoras que atuam nos serviços de intermediação de mão-de-obra encaminham até o décimo dia do mês subseqüente o resultado de seu desempenho, por meio de relatórios específicos de intermediação.

Consideram-se público-alvo do Programa os trabalhadores formais dispensados do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles à procura de postos de trabalho e os empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial. Desta forma, levando-se em consideração que as metas estabelecidas pelas várias linhas de ação do Programa foram em grande parte superadas, pode-se inferir que sua cobertura encontra-se dentro do esperado.

Apesar de o Programa não apurar a satisfação do beneficiário, os trabalhadores que se dirigem às unidades de atendimento do SINE têm sido beneficiados pela implantação do sistema informatizado que congrega, além da colocação de mão-de-obra, ações voltadas à integração das políticas de qualificação social e profissional e de seguro-desemprego, objetivando a consolidação do Sistema Público de Emprego.

O Programa possui diversos mecanismos de promoção da participação social, como a ouvidoria do MTE, bem como a discussão no âmbito do CODEFAT, considerando seu caráter tripartite e paritário. Todas as Unidades da Federação dispõem de conselhos ou comissões estaduais de emprego vinculadas ao CODEFAT, além das comissões municipais de emprego que, atualmente, perpassam duas mil e novecentas devidamente instaladas.

Destaca-se, ainda, a realização de 5 Congressos Regionais, no 1º semestre de 2005, nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte do Brasil. A realização desses eventos permitiu a escolha de representantes no II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, que aconteceu no final de agosto de 2005, em São Paulo, com a participação de mais de 1.400 pessoas, entre congressistas e observadores.

Recomendações

- Canalizar os recursos da GAP de forma a potencializar o aprimoramento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.
- Priorizar recursos humanos, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras (inclusive capacitação), de forma a possibilitar a ampliação das atividades de acompanhamento das políticas.
- Melhorar a integração com o coordenador da ação "Publicidade de Utilidade Pública", de forma a tornar mais efetiva a divulgação das informações do Programa.
- Estudar as alterações propostas pelo Gerente do Programa, relativas a três ações específicas e ao estabelecimento de novos indicadores, quando da revisão anual do PPA.

Primeiro Emprego

Objetivo

Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

Público-Alvo

Jovens de 16 a 24 anos, desempregados, precariamente ocupados ou que procuram o primeiro emprego, com prioridade de acesso para os de baixa renda e baixa escolaridade, com destaque para gênero, raça/cor e necessidades especiais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 140.399.903,00	Empenho Liquidado: R$ 100.990.178,00 Pago estatais: - Total: R$ 100.990.178,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego no total de admissões

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 8,98 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 10,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
-

Contextualização

Do total de pessoas desempregadas no Brasil, cerca de 47% são jovens entre 16 e 24 anos de idade. As principais limitações deste público para inserção no mercado de trabalho são a baixa escolaridade e o reduzido nível de qualificação profissional, sendo que a maioria desses jovens são provenientes de famílias de baixa renda. No entanto, a inserção precoce de jovens no mercado de trabalho ocorre fundamentalmente pela necessidade de complementação da renda familiar e acontece de forma inadequada, pois não é precedida de preparação ou transição da escola para o mundo trabalho. Tal inserção precoce do jovem também afeta o mercado de trabalho, uma vez que a quantidade de jovens exerce pressão sobre o nível de emprego e, conseqüentemente, sobre os salários.

Desta maneira, são necessárias políticas públicas capazes de promover o incentivo à escolarização e qualificação do jovem e, paralelamente, a inserção mais qualificada no mercado de trabalho, por meio da aquisição de experiência profissional.

Principais Resultados

- Qualificação de 30.913 jovens nas várias linhas de ação do Programa.
- Inserção de 40.144 jovens no mercado de trabalho por meio, principalmente, da regularização do contrato de aprendizagem devido à ação de fiscalização do trabalho.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE) compreendia, em 2005, seis ações finalísticas voltadas para jovens de 16 a 24 anos, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, sendo 70% das vagas destinadas àqueles com ensino fundamental ou médio incompletos. Essas ações visavam a gerar empregos e preparar os jovens para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Percebeu-se que o principal problema para a inserção desses jovens no mundo do trabalho não era a falta de incentivo às empresas para a sua contratação, mas sim a falta de requisitos de qualificação apresentados pelos jovens. Assim, em 2005, durante o processo de revisão do PPA, o Programa foi reorientado no sentido de prestigiar o eixo da qualificação dos jovens, sempre voltada à inserção no mundo do trabalho, ao invés de concentrar a atenção no eixo da subvenção econômica.

Assim, ocorreu a fusão das ações "4787 - Qualificação de jovens para o serviço voluntário" e "4789 - Qualificação e assistência técnica ao jovem para o empreendedorismo", com a finalidade de unificar as linhas de ação do PNPE que fornecem qualificação social e profissional aos jovens de baixa renda e baixa escolaridade. A nova ação de qualificação contempla, em sua descrição, as várias linhas de qualificação do PNPE, a saber: Consórcios Sociais da Juventude (nas regiões metropolitanas, executados em parceria com ONGs, e que possuem a meta de inserir, pelo menos, 30% dos jovens qualificados), Juventude Cidadã (antigo "Serviço Civil Voluntário", executado em parceria com prefeituras de municípios de baixo IDH) e Empreendedorismo Juvenil.

Este diagnóstico coaduna-se com o inexpressivo resultado apresentado pela ação 0688 - "Estímulo financeiro ao empregador para geração do primeiro emprego destinado a jovens": em 2005, apenas 3.716 jovens foram inseridos por meio desta ação. A baixa adesão empresarial deveu-se também ao excesso de exigências legais e dificuldades burocráticas para adesão ao Programa.

Na revisão mencionada, a ação "4788 - Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao primeiro emprego, inseridos no serviço civil voluntário" teve seus atributos alterados, de modo a contemplar todos os jovens que participam dos cursos de qualificação do PNPE. O pagamento do auxilio financeiro é feito aos jovens que se encontram em qualificação nos Consórcios Sociais da Juventude, e o número de jovens que recebem o auxílio financeiro é o mesmo dos que se encontram em qualificação, sendo o valor pago de até R$ 150,00 por um período máximo de 06 meses, a partir do início da qualificação.

Em relação à ação 4729 – "Fiscalização do Trabalho de Adolescentes", esta contempla duas funções: uma é a fiscalização, feita pela Secretaria de Inspeção do Trabalho e a outra é a sensibilização junto às empresas para que ultrapassem a cota de 5% de aprendizes, mínimo estabelecido em lei. As empresas que, mediante Termos de Cooperação Técnica, elevam sua cota acima dos 5% previstos na lei, recebem o selo de Empresa Parceira do Primeiro Emprego. Cabe destacar que do total de 33.706 adolescentes cujos contratos de trabalho foram regularizados sob ação da fiscalização do trabalho, em 2005, 29.605 foram contratados como aprendizes, nos termos da Lei nº 10.097/2000.

O PNPE conta, também, com uma ação executada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf/ Ministério da Integração, voltada para jovens residentes no meio rural, que oferece cursos de formação da cidadania e incentivos ao cooperativismo. Em 2005 esta ação superou a meta de 880 e capacitou 1.310 jovens – número menor, entretanto, que os 2.291 jovens capacitados em 2004. Entretanto, foi relatado baixo grau de coordenação entre as equipes da Codevasf e MTE, limitando-se a algumas reuniões.

O índice do indicador "Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego - PNPE no total de admissões" está em apuração, sendo o atraso devido à análise da prestação de contas dos convênios executados em 2005, que ainda está ocorrendo. Atente-se ao fato de que o atual indicador já é resultado da última revisão do PPA, na qual alegou-se impossibilidade de mensuração do anterior. Em suma, ainda não foi possível avaliar o PNPE com base em seus indicadores, mas sabe-se que o atual é composto por dados plenamente apuráveis.

Mencionou-se que o desempenho do Programa foi aquém do esperado devido ao contingenciamento orçamentário e ao fluxo irregular de recursos para o pagamento das ações de qualificação e auxílio financeiro. De fato, vários convênios foram efetivados somente em dezembro, em razão da liberação tardia dos recursos, alongando sua execução para 2006. Em termos orçamentários, houve remanejamentos por crédito adicional da ordem de R$ 49.500.000,00 (Decreto publicado no D.O.U do dia 20/06/05, referente a R$ 10.100.772,00 e PL enviado ao Congresso Nacional remanejando mais R$ 39.999.228,00, em conformidade com a Lei nº 11.208, de 16/12/2005). Do total, R$ 45.000.000,00 foram remanejados da ação 0688, de subvenção econômica, para as ações de qualificação, as quais beneficiaram 29.603 jovens, cerca de 40% dos 74.598 previstos.

Alerta-se para o fato de o custo médio das ações 0688 - "Estímulo financeiro ao empregador para geração do primeiro emprego destinado a jovens" e 4788 - "Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao primeiro emprego inseridos no serviço civil voluntário" ter ficado acima do que estabelece a lei nº 10.748, que criou o PNPE, alterada pela Lei nº 10.940, de 27/08/2004. Em suma, enquanto a Lei prevê que, para a ação 0688, deverão ser observadas seis parcelas bimestrais de R$ 250,00, totalizando R$ 1.500,00 por emprego gerado, apresentou-se o custo médio de R$ 2.364, segundo os dados constantes do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento -SigPlan. Relatou-se que isto decorreu de haver sido pago, com recursos desta ação, o valor de R$ 5.056.000,00, correspondente ao desenvolvimento de um sistema para seu acompanhamento.

No que tange à ação 4788, verificou-se no SIGPlan custo médio de R$ 956,00, valor superior aos R$ 900,00 estabelecidos na referida lei. Informou-se que a diferença no

custo médio desta ação ocorreu por conta do acréscimo de R$ 0,57 a cada parcela, para o pagamento da CPMF.

Mencionou-se, ainda, a necessidade de se aliar a qualificação profissional com a elevação da escolaridade do jovem – fator restritivo para a sua inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, acreditava-se que os Consórcios Sociais da Juventude oferecessem qualificação profissional a jovens que, em virtude de sua situação sócio-econômica, têm dificuldades de acesso ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, além de apoio para a elevação da sua escolaridade . Vislumbra-se, pois, a possibilidade de aprofundamento da parceria – atualmente focada nos arcos ocupacionais - com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), da Presidência da República, que conjuga elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias para jovens de 18 a 24 anos, que vivem nas capitais de Estados e no Distrito Federal e não concluíram o ensino fundamental. Há ainda espaço para integração com o Programa de Qualificação Social e Profissional - PQSP, do próprio MTE, no qual o jovem é público prioritário, segundo diretrizes do Plano Nacional de Qualificação.

Por fim, mencionou-se falta de espaço físico para a equipe gerencial do Programa, além da necessidade de elaboração de uma estrutura de recursos humanos mais adequada para o monitoramento das ações, tanto na equipe gerencial, como nas Delegacias Regionais do Trabalho.

Outros Aspectos Relevantes

Considera-se que o relatório enviado pela gerência do programa não gerou subsídios suficientes para a elaboração desta avaliação. Dessa forma, buscou-se agregar informações de outras fontes, tais como Mensagem Presidencial 2006, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento -SigPlan, Sistema de Metas Presidenciais - SMP e Balanço de Governo 36 meses.

Mencionou-se que o Programa promove a participação social por meio de audiências públicas, quando da implementação territorial dos Consórcios Sociais da Juventude, e por meio de seu Conselho Consultivo. Entretanto, não avalia a satisfação de seus beneficiários, fator que poderia agregar valor ao aperfeiçoamento do Programa.

Foi relatado que o desempenho do Programa, no que tange à cobertura do público-alvo, estaria dentro do esperado, considerando-se a disponibilidade orçamentária, e que os dados da PNAD apontavam para 1.513.427 jovens desocupados. Entretanto, faz-se mister frisar que a PNAD 2004 indica que o total de desocupados, na faixa de 16-24 anos, é de 3.784.801 jovens. O Programa, entre qualificações e inserções, atendeu a cerca de 65.000 jovens no ano de 2005, ou seja, 1,75% de seu público-alvo. É provável que o número relatado se restrinja aos jovens potenciais das regiões metropolitanas, foco dos Consórcios Sociais da Juventude.

Recomendações

- Apurar o índice do indicador "Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego - PNPE no total de admissões", de modo a aferir se o Programa realmente está sendo efetivo no que se propõe a realizar, ou seja, inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

- Aprimorar a integração do PNPE com o PQSP, por meio do comitê de coordenação de programas - conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04 - e com o ProJovem/PR, de modo a propiciar a elevação da escolaridade em conjunto com a qualificação do jovem e sua posterior inserção no mercado de trabalho.
- Aprimorar a integração com a Codevasf/ MI, por meio do comitê gestor do PNPE, conforme preconiza o Decreto nº 5.233/04.
- Alertar para o fato de o custo médio das ações 0688 - "Estímulo financeiro ao empregador para geração do primeiro emprego destinado a jovens" e 4788 - "Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao primeiro emprego inseridos no serviço civil voluntário" terem ficado acima do que estabelece a lei nº 10.748, que criou o PNPE, alterada pela Lei nº 10.940, de 27/08/2004. Assim, as metas físicas e financeiras dessas ações deverão ser redimensionadas.
- Criar um sistema de aferição da satisfação do beneficiário, com a finalidade de obter sugestões para o aperfeiçoamento do Programa, principalmente no que tange aos cursos ministrados nos Consórcios Sociais da Juventude.

Qualificação Social e Profissional

Objetivo

Promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador, articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.

Público-Alvo

Trabalhadores que necessitem de qualificação ou requalificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho ou para manter seus empregos e pessoas que desejem abrir negócio próprio.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 130.134.247,00	Empenho Liquidado:	R$ 88.869.927,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 88.869.927,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Carga Horária Média por Pessoa Qualificada

Unidade de medida: Hora
Último índice apurado: 130,94 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 200,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. A execução física das ações de qualificação encontra-se em andamento, com término definido pelo CODEFAT para 15/4/2006. Considerando-se que a carga horária média, em 2004, foi de 195,08h e que o índice referente a 2005 ainda é preliminar, há uma alta viabilidade de atendimento do índice originalmente previsto.

2. Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres

Unidade de medida: Número-Indice
Último índice apurado: 1,26 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta, considerando que o índice apurado para 2005 ainda é preliminar.

3. Número-Índice de Participação da Qualificação nas Políticas Públicas

Unidade de medida: Número-Indice
Último índice apurado: 66 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2003 e 2004, alcançou-se o resultado de 75%, percentual que deverá ser ampliado assim que for apurado novamente o índice em abril de 2006.

4. Taxa de Encaminhamento Pós-qualificação ao Mundo do Trabalho

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 87,50 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2005, o índice previsto para o final do PPA foi superado.

5. Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos)

Unidade de medida: Número-Indice
Último índice apurado: 2,14 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Em 2005, o índice previsto para o final do PPA foi superado.

6. Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não-Brancos

Unidade de medida: Número-Indice
Último índice apurado: 1,35 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Média. Um dos desafios para se viabilizar o atingimento do índice previsto é estimular os trabalhadores matriculados no PQSP a declararem sua etnia (uma vez que a declaração é opcional), o que vem sendo desenvolvido pelo Programa e suas entidades conveniadas.

7. Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade

Unidade de medida: Número-Indice
Último índice apurado: 0,94 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Considerando-se a elevação da média nacional de escolaridade do trabalhador brasileiro nos últimos anos e o fato de que 94% dos beneficiários do Programa possuem baixa escolaridade (menos que ensino médio incompleto), entende-se que o indicador está muito próximo do alcance da meta do PPAque a declaração é opcional), o que vem sendo desenvolvido pelo Programa e suas entidades conveniadas.

Contextualização

O mercado de trabalho nacional caracteriza-se por um alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda. As populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos à discriminação de gênero, raça/etnia ou que apresentam baixa escolaridade e/ou renda, são as mais fortemente impactadas, sendo a taxa de desemprego metropolitano manifestamente desfavorável às mulheres e aos jovens.

Tais características estruturais demandam, para serem superadas, uma maior possibilidade de acesso à educação continuada, em associação estreita com outras ações e políticas de governo, voltadas para a elevação da escolaridade e do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Principais Resultados

- Foi contratada a qualificação de 100,4 mil trabalhadores, com recursos da ordem de R$ 88,8 milhões. Além disso, foram firmados convênios com 23 entidades para o desenvolvimento metodológico e curricular do Programa, com repasse de R$ 6,8 milhões.
- Destaca-se ainda a taxa de 87,5% relativa ao encaminhamento pós-qualificação dos educandos ao mundo do trabalho, com tendência de crescimento a ser confirmada assim que o índice for apurado ao final dos cursos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa "Qualificação Social e Profissional – PQSP" contribui para promover a integração das políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, por meio da qualificação social e profissional e da certificação do trabalhador, com vistas a possibilitar seu acesso e sua permanência no mundo do trabalho.

A execução das ações do Programa ocorre de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs (convênios com Estados, Municípios e consórcios municipais, que se responsabilizam pela articulação das demandas de qualificação e pela contratação de entidades executoras) e também mediante Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs (convênios com entidades de educação e qualificação profissional de reconhecida competência e experiência, com articulação prévia entre Estados, Municípios, empresas e sindicatos). Em 2005, destaca-se a implementação de quatro Planos Setoriais de Qualificação, voltados para os setores econômicos de Aeronáutica, Construção Civil, Petróleo e Gás Natural, Metalurgia e Turismo. Há ainda os Projetos Especiais de Qualificação – Proesqs, meio pelo qual

entidades sem fins lucrativos podem apresentar projetos, desde que tenham caráter regional ou nacional.

No que tange à forma de repasse de recursos, permanece o descompasso entre a liberação do fluxo de recursos financeiros , parte dele ocorrendo em período avançado do ano, e a adoção de mecanismos licitatórios, carreando dificuldades para a adequada execução das ações de qualificação. De fato, a apuração dos resultados do Programa, com base na evolução dos índices de seus indicadores, ficou prejudicada, já que as ações de qualificação relativas aos convênios firmados em 2005 têm término previsto para abril de 2006. Esta situação decorre tanto das limitações orçamentário-financeiras a que o PQSP foi submetido quanto de especificidades da gestão operacional.

O contingenciamento implicou em redução de 61% no limite de movimentação e empenho do Programa em fevereiro, passando de R$131,3 milhões (LOA 2005) para R$ 50,4 milhões. Houve recomposição parcial somente no mês de novembro, alcançando R$88,5 milhões, correspondentes a 67% da dotação orçamentária definida na LOA 2005. Desse modo, entre fevereiro e outubro de 2005, o PQSP operou com 39% da dotação original, afetando negativamente o cumprimento das metas físicas. Diante desta situação, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador – CODEFAT instituiu a Resolução n.º 461, de 03/11/2005, que ampliou, em caráter excepcional, o prazo para a execução das ações de qualificação social e profissional até março de 2006, a fim de viabilizar a plena utilização dos recursos destinados ao PQSP. Este prazo ainda foi prorrogado por ofício pela presidência do CODEFAT para 15/4/2006. Assim, a execução física das ações de qualificação ainda encontra-se em andamento e os resultados de 2005 ficaram limitados. De fato, as três ações de qualificação do Programa alcançaram menos de 10% da meta física prevista (21.082 sobre 231.527), embora tenha sido contratada a qualificação de 100,4 mil trabalhadores, cerca de 43,4% da meta estipulada.

Há também dificuldades operacionais que prejudicaram a execução do Programa. Tratando-se de convênios, houve dificuldades na obtenção da documentação sobre a situação de adimplência por parte das entidades conveniadas, tanto governamentais quanto não-governamentais, ocasionando atrasos e dificuldades para sua celebração.

Além disso, as entidades conveniadas, em particular as Secretarias Estaduais e Municipais de Trabalho, mencionaram que a necessidade de adoção de processos licitatórios para a contratação de entidades executoras implica em atrasos na implementação do cronograma de execução física das ações. Entretanto, não foram apresentadas alternativas para se contornar esta dificuldade.

Ainda, apesar de os recursos materiais e a infra-estrutura estarem adequados à implementação do Programa, existe a necessidade de fortalecimento da equipe gerencial mediante a agregação de novos servidores aos quadros existentes.

Outros Aspectos Relevantes

As informações relativas ao desempenho físico do PQSP são captadas por meio do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA), cuja alimentação é feita por meio de três estratégias:

- As entidades contratadas por Secretarias Estaduais ou Municipais de Trabalho conveniadas alimentam o Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego - SIGAE (informatizado), especificando quantitativo, identificação do educando, Município e curso realizado. No caso de Projetos Especiais de Qualificação e Planos Setoriais de Qualificação, a alimentação é feita diretamente pelas entidades conveniadas. A abrangência é local, no caso da alimentação individual de cada entidade, e nacional, no caso da consolidação realizada pelo SIGAE. Não há periodicidade pré-definida, pois a alimentação é realizada ao final dos cursos. Entretanto, ainda são verificados atrasos no processo de alimentação do SIGAE, causando problemas ocasionais para a apuração periódica do nível de execução física do Programa.
- Visitas técnicas de monitoramento por parte da Coordenação de Monitoramento e Supervisão do Departamento de Qualificação, em conjunto com as Delegacias Regionais do Trabalho, para verificação do grau e das condições de realização das metas físicas conveniadas junto às Secretarias Estaduais/Municipais de Trabalho para os Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs e entidades responsáveis pelos ProEsQs. A abrangência das visitas de monitoramento é nacional e sua periodicidade é determinada pelo grau de realização das ações de qualificação e pela disponibilidade orçamentário-financeira.
- Realização de avaliação do Programa por entidade externa de abrangência nacional, que visita todas as entidades conveniadas, com vistas à preparação dos relatórios. As visitas de avaliação iniciam-se, em geral, após 50% da execução total das ações. A avaliação externa referente ao ano de 2005 está sendo realizada pela Fundação UNITRABALHO, porém, dado que a suplementação orçamentária ocorreu apenas em novembro, há previsão de que seu relatório seja disponibilizado apenas ao término do primeiro semestre de 2006.

Ainda, o PQSP procura mensurar a satisfação dos beneficiários por meio de questionários aplicados pela equipe técnica de monitoramento e pela entidade conveniada para a avaliação externa do Programa, de modo a captar críticas e recomendações de pessoas que freqüentaram os cursos de qualificação, permitindo tratar dos problemas em nível local e fornecendo insumos importantes para a correção de rumos.

O Programa possui diversos mecanismos de promoção da participação social, entre os quais se destacam: a ouvidoria do MTE; audiências públicas específicas nas Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, para discussão, revisão e validação das propostas de Planos Territoriais de Qualificação, na fase de planejamento (no que tange aos Planos Setoriais de Qualificação, as audiências públicas são pré-requisito obrigatório); reuniões com grupos de interesse (órgãos governamentais, não-governamentais e entidades de classe); e discussões em conselho setorial. De fato, os PlanTeQs são discutidos nas Comissões Estaduais/Municipais de Trabalho, compostas por representantes governamentais, empresariais e sindicais. Além disso, o CODEFAT delibera regularmente sobre o andamento do PQSP, pois é responsável pela instituição das resoluções que normatizam o Programa.

Essa participação social, em particular nas Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, possibilita a definição de prioridades de atendimento no que diz respeito

tanto aos setores econômicos quanto ao público prioritário. Dessa forma, o CODEFAT e as Comissões/Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego tornaram-se espaço privilegiado de controle social sobre as políticas de qualificação e a aplicação dos recursos.

Por fim, ressalta-se a seleção de jovens como um dos públicos prioritários do PQSP, conforme diretriz institucional do MTE , visando a contribuir efetivamente para a criação de condições de dignidade para a sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

Recomendações

- Alterar o indicador "Número-Índice de Participação da Qualificação nas Políticas Públicas" para "Taxa de Participação da Qualificação nas Políticas Públicas", de forma a compatibilizá-lo com a informação prestada pelo Gerente e com a previsão final.
- Alterar o índice dos indicadores "Taxa de Encaminhamento Pós-qualificação ao Mundo do Trabalho" e "Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos)", pois o previsto para 2007 já foi alcançado.
- Priorizar o PQSP quando da alocação de recursos pelo órgão, após a edição dos decretos de programação orçamentário-financeira, de modo a garantir um fluxo contínuo de recursos e, conseqüentemente, o cumprimento dos prazos de execução das ações de qualificação.
- Lotar um número adequado de recursos humanos na equipe gerencial, de modo a favorecer o bom andamento do programa.

Rede de Proteção ao Trabalho

Objetivo

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

Público-Alvo

População Economicamente Ativa – PEA.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 32.357.547,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 20.864.638,00 - R$ 20.864.638,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 89,83 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 86

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alta. Observa-se que o índice apurado mensalmente, em 2005, ficou sempre acima do índice final previsto para 2007.

Contextualização

Cerca de 40% da PEA brasileira está inserida no mercado de trabalho sem ter seus direitos respeitados, uma vez que trabalham sem a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente assinada. Ademais, em virtude das diversas alterações que a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, afetando negativamente as condições de trabalho, inclusive no meio rural. Por estes fatos, torna-se necessária a intervenção do Estado, principalmente por meio de seu corpo fiscal, de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento eficaz das normas legais e convencionadas. Através do Programa Rede de Proteção ao Trabalho, é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e da arrecadação do FGTS, o trabalho no campo, na busca de garantir direitos trabalhistas para uma maior parcela da PEA, de forma a reduzir a precarização e fortalecer a cidadania dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

Principais Resultados

- Em 2005, houve 746.272 trabalhadores registrados pelas ações de fiscalização do trabalho – a formalização do contrato de trabalho na CTPS garante aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. Cumpre destacar, também, que do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 115.560 eram trabalhadores rurais. O total geral de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo, 27.650.699, superando os números de 2004, cujo total chegou a 24.453.179.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A partir das atividades de fiscalização, o foco do Programa é a garantia do cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho, principalmente no que tange à formalização do vínculo empregatício. Estas atividades são divididas basicamente em duas ações: 2628 - "Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS" e 4785 - Fiscalização do Trabalho no Campo". A primeira superou a meta prevista e alcançou 630.712 trabalhadores, valendo-se de cerca de 60% dos recursos previstos. Já a segunda ação alcançou 115.560 trabalhadores, dos 130.000 previstos para a área rural, utilizando-se cerca de 81% da dotação orçamentária prevista. Deve-se acentuar, entretanto, que nesta segunda ação a dotação orçamentária manteve-se igual, em termos nominais, à do ano anterior, significando uma redução dos recursos reais alocados. Isto é apontado como uma inadequação na alocação de recursos entre as ações, sendo insuficientes os recursos executados na ação 4785, o que gera dependência em face das operações programadas para a ação 2628, prejudicando seu plano de trabalho voltado para o campo.

Desta forma, embora o índice do indicador do Programa já tenha ultrapassado o previsto para o final do PPA, é possível sugerir que os seus resultados podem ter ficado aquém do esperado, tendo em vista as restrições ocorridas no âmbito da ação 2628 - "Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS", a qual oculta uma despesa rígida relativa à indenização de transportes paga aos Auditores Fiscais do Trabalho (AFT). Isso porque, dos cerca de 15,3 milhões de reais executados em 2005, 5,3 milhões de reais foram destinados para custear a referida indenização, comprometendo o direcionamento da fiscalização para todos os focos de informalidade do país, levando à priorização de atividades econômicas e/ou região.

Nota-se ainda, na avaliação do conjunto de ações, que, apesar de as metas físicas em sua maioria terem sido atingidas, a execução do programa foi prejudicada pelos ajustes internos necessários em face da liberação irregular de recursos e do contingenciamento orçamentário. Ressalta-se, também, que foi solicitado crédito suplementar, cuja liberação aconteceu no quarto trimestre, dificultando o alcance de resultados mais expressivos.

O cenário de restrições foi agravado pelo insuficiente número de AFT para lidar adequadamente com o problema da informalidade no País. Segundo parâmetros internacionais, deveria haver cerca de 4.500 em todo o Brasil, mas esse número não passa, hoje, de 3.000. Além disso, a qualificação dos AFT foi prejudicada pela falta

de recursos financeiros. No entanto, ao final de 2005, por meio de um convênio assinado com a Caixa Econômica Federal, foi possível capacitar 411 AFT, número que corresponde a pouco mais que 12% do efetivo.

Foram apontadas inúmeras limitações quanto aos recursos materiais e de infra-estrutura para a implementação do Programa, destacando-se: a) recursos materiais insuficientes - escassez de equipamentos de informática em número suficiente para a equipe da gerência, especialmente impressoras. Os equipamentos existentes muitas vezes não suportam os programas de softwares implantados em 2005. Nas Delegacias Regionais do Trabalho, faltam desde equipamentos de informática, como PC e notebooks, prejudicando especialmente as ações que exijam levantamento de débito para com o FGTS, até material de escritório; b) infra-estrutura inadequada, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras, relacionada à instabilidade da rede corporativa, além da falta de interligação em rede de algumas agências de atendimento e subdelegacias localizadas fora da capital do Estado.

Outros Aspectos Relevantes

Um dos mecanismos de estímulo à participação sindical no planejamento anual da fiscalização do trabalho foi a instalação, em 2003, da Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), que atua junto às 27 Delegacias Regionais de Trabalho e Emprego - DRTs. Trata-se de um canal de comunicação com o Estado para denunciar irregularidades trabalhistas e participar na elaboração do planejamento e avaliação da fiscalização. A focalização das ações fiscais, a partir de um planejamento balizado por diretrizes nacionais da Secretaria de Inspeção do Trabalho, com a devida participação das entidades sindicais de trabalhadores, por intermédio das CCIT, além do cruzamento dos diversos bancos de dados disponíveis à fiscalização do trabalho do MTE, foram fatores determinantes para o alcance dos resultados.

Recomendações

- Redimensionar o índice do indicador para 2007, pois já foi alcançado.
- Melhorar a articulação, bem como reestimar as metas físicas e financeiras das ações 2628 e 4785, de modo a otimizar o plano de trabalho desta última.

Segurança e Saúde no Trabalho

Objetivo

Proteger a vida, promover a segurança e a saúde do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Público-Alvo

População Economicamente Ativa - PEA.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 43.819.091,00	Empenho Liquidado: R$ 37.667.756,00 Pago estatais: - Total: R$ 37.667.756,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Produtividade Técnico-Científica da FUNDACENTRO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 5,4 em 2003
Índice previsto ao final do PPA: 6,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Índice não apurado em 2004 e 2005; este indicador foi excluído para o exercício 2006.

2. Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 14,98 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 11,77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Em 2005, houve incremento de cerca de 8% em relação ao índice apurado em 2004.

3. Coeficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho

Unidade de medida: 1/10.000
Último índice apurado: 11,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,03

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Em 2005, o número absoluto de doenças ocupacionais cresceu 15,6%, passando de 23.858 para 27.587.

4. Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho

Unidade de medida: 1/10.000
Último índice apurado: 11,30 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 8,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. De fato, o índice ficou praticamente estável nos anos de 2004 e 2005.

5. Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde

Unidade de medida: 1/1.000
Último índice apurado: 647 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 507

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice final já foi alcançado, por meio da intensificação da inspeção em segurança e saúde no trabalho.

6. Taxa de Acidentes Fatais Investigados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 19,63 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Muito baixa. O alcance do índice de 60% dos acidentes de trabalho fatais investigados mostra-se inatingível, em razão das dificuldades de se obter as informações sobre acidentes em tempo hábil para a realização da investigação.

Contextualização

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo a causa de mortes, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2002, o Ministério da Previdência Social registrou 387.905 acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.898 resultaram em óbito e 15.029 tiveram como conseqüência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Em 2002, entre aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados. Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social os casos envolvendo os servidores públicos. As conseqüências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas públicas eprivadas, cooperativas, instituições, etc.) e para o Estado, que é obrigado a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-

se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2 a 4 % do Produto Interno Bruto.

Principais Resultados

- Em 2005, foram realizadas 166.126 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho. Essas ações alcançaram 16.055.530 trabalhadores (incremento de 10% em relação a 2004) e propiciaram a correção de 878.938 situações irregulares que apresentavam risco à saúde e integridade dos trabalhadores. Além disso, foram realizados 3.743 embargos e interdições e analisados 1.327 acidentes de trabalho graves e fatais.
- Destaca-se o setor da construção, no qual foram desenvolvidas 29.914 ações, sendo 1.424.916 o número de trabalhadores alcançados – incremento de quase 10% em relação ao ano anterior. Entretanto, verificou-se redução do número e alcance no que tange à fiscalização rural. Em 2005, o número de ações foi de 7.954, sendo 870.661 o número de trabalhadores rurais alcançados, 13% menor que no ano anterior.
- Foram atendidos 8,5 milhões de trabalhadores pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Em 2005, a comissão tripartite responsável pelo acompanhamento do PAT aprovou a revisão dos parâmetros nutricionais obrigatórios do Programa, adaptando-os ao atual perfil nutricional do trabalhador.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O Programa engloba um total de 16 ações, dentre as quais 2 não-orçamentárias e 7 padronizadas, que concorrem tanto para a promoção da segurança e saúde do trabalhador, principalmente por meio da ação de fiscalização realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT/MTE, quanto para a produção e difusão de conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho, mediante as ações executadas pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro). Ressalta-se que quase 80% dos recursos do Programa foram executados em uma única ação padronizada – Gestão e Administração do Programa, responsável pela manutenção e administração da Fundacentro, sem indicação de como estes recursos contribuíram para o atendimento do objetivo do Programa. Observa-se, assim, a necessidade de aperfeiçoamento da articulação entre a SIT e a Fundacentro.

Embora a avaliação tenha demonstrado uma queda nos índices de vários indicadores em 2005, em comparação ao ano de 2004, ela mostrou também o alcance das metas físicas das principais ações do Programa – apesar de várias estarem com as metas subdmensionadas. Várias hipóteses explicativas foram apontadas, tais como aspectos ligados à terceirização da mão-de-obra, reestruturação produtiva, precarização das relações de trabalho, ampliação do segmento de micro e pequenas empresas com menor disponibilidade de recursos para investimentos na prevenção, além da melhoria da qualidade da notificação, em razão da maior presença da inspeção nos ambientes de trabalho e da ampliação da Rede de Atenção Integrada à Saúde do Trabalhador - RENAST - do Sistema Único de Saúde. De qualquer forma, tais resultados servem de alerta quanto à condução do Programa com vistas ao atendimento do seu objetivo.

Em relação à sua concepção, foi destacado que a ausência de ação orçamentária específica para regulamentação em segurança e saúde dificulta o cumprimento da atribuição legal do MTE de editar Normas Regulamentadoras visando à complementação dos dispositivos do Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho. Há de se esclarecer que a revisão do PPA, em 2005, contemplou esta demanda. Entretanto, esta ação não foi valorada para o exercício de 2006, de forma que esta inadequação deverá persistir até 2007.

No que tange à implementação, foi apontado que uma maior disponibilidade de recursos traria ganho qualitativo para os resultados das ações. No caso da ação "Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho", a insuficiência de recursos tenderia a direcionar o trabalho aos grandes centros urbanos, que nem sempre são os locais onde o problema se manifesta com mais intensidade. Assim, uma melhor focalização da ação, principalmente nas áreas rurais, dependeria da disponibilização de um volume maior de recursos.

Alguns aspectos fundamentais quanto aos recursos materiais e à infra-estrutura para a execução do Programa devem ser destacados: carência de equipamentos de informática para a equipe gerencial, especialmente impressoras; e situação precária das DRT's, caracterizada pela falta de equipamentos de informática e veículos com tração nas quatro rodas para utilização em fiscalizações rurais. Na Fundacentro, a gráfica e os laboratórios necessitam de modernização e, em relação a estes, mencionou-se extrema dificuldade em supri-los, devido aos altos custos de importação dos materiais de consumo e permanentes. Essa situação foi agravada pelas greves na Receita Federal e INSS, já que os participantes não podiam apresentar as certidões negativas nos pregões. Diagnosticou-se também carência quantitativa de pessoal na áreatécnica (auditores fiscais) e de apoio, na equipe gerencial, nas DRT, bem como na Fundacentro.

Outros Aspectos Relevantes

Menciona-se a revisão e a publicação da Norma Regulamentadora 31, que trata da segurança e saúde no trabalho rural. Pela primeira vez, desde a regulamentação das relações do trabalho rural, em 1973, tem-se uma norma completa e adequada para a prevenção de agravos à saúde do trabalhador. Merece destaque ainda a publicação da Norma Regulamentadora 32, que trata da segurança e saúde no setor de saúde - um dos setores que possui maior índice de acidentes de trabalho no Brasil.

Destaca-se, ainda, a divulgação de 82 pesquisas realizadas pela Fundacentro em parceria com universidades, sindicatos dos trabalhadores e de empregadores, Ministério Público, Delegacias Regionais do Trabalho e outras entidades. Tais pesquisas visam a produzir e divulgar conhecimentos voltados para a geração e manutenção de postos de trabalho seguros e saudáveis, com preservação da boa qualidade do meio ambiente.

Mencionam-se também os projetos e estudos que vêm sendo executados:

- Pequenas Empresas – Casas de Farinha, pesquisa envolvendo as casas de produção de farinha na região Nordeste, em parceria com o SEBRAE.
- Segurança Química - "control banding", projeto elaborado em conjunto com a Organização Mundial da Saúde e Organização Internacional do

Trabalho, voltado à prevenção de acidentes e doenças devido a agentes químicos em pequenas empresas.
- Caminhos do Chumbo no Brasil, que visa identificar os grandes problemas relacionados com este agente.
- Cimenteiras/Coprocessamento - visa identificar os riscos para o trabalhador que produz e que utiliza o cimento.
- Agentes Ambientais, estudo de riscos em fundições.
- Marmorarias - estudo da vibração e da produção de material particulado, em especial a sílica e seu impacto na saúde dos trabalhadores.
- Agentes Biológicos em Cemitérios, atendendo à demanda do sindicato dos trabalhadores da categoria.
- Aeroportos, avaliação de compostos orgânicos voláteis.
- Telefonia Celular - estudo da exposição dos trabalhadores à radiação emitida pelas antenas, decorrente de demanda do Ministério Público.
- Radiações Ionizantes, em especial Raios X, em hospitais e centros médicos.
- Rural, estudo sobre as condições de trabalho na agricultura familiar.
- Levantamento das condições e ambientes de trabalho na produção da cana de açúcar nos Estados de São Paulo e Bahia.
- Proteção de máquinas, estudo sobre as melhorias técnicas necessárias para prevenção de acidentes com diversos tipos de máquinas.
- PRODAT, pesquisa de acidentes de trabalho em pequenas e microempresas nos setores calçadista, moveleiro e de confecções, em parceria com SESI.
- Bancos de dados em Segurança e Saúde do Trabalhador, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e com a ONG italiana GBV.
- Condições de trabalho e saúde dos professores da rede pública, em parceria com o Ministério da Educação.
- Estudos sobre sistemas integrados de gestão em Segurança e Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente.
- Eliminação da silicose, estudo da eliminação da silicose nos setores produtivos.
- PROEDUC, práticas pedagógicas em SST.

Recomendações

- Alterar o índice do indicador "Taxas de acidentes fatais investigados" de forma a torná-lo factível.
- Alterar o índice do indicador "Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde", pois o previsto para 2007 já foi alcançado.
- Redimensionar as metas físicas das ações 2545 - "Avaliação de Sistemas, Métodos e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva do Trabalhador", 4714 - "Produção Técnico-Científica", 4722 - "Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico, Didático e Institucional Sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho"e 2617 - "Avaliações Médicas, Análises e Ensaios de Laboratório em Segurança e Saúde no Trabalho", bem como das ações padronizadas, pois estão subdimensionadas (fase quantitativa).
- Aprimorar a qualidade da informação relativa à contribuição da ação "Gestão e Administração do Programa" para o atendimento ao objetivo do Programa.

- Aperfeiçoar a articulação entre a SIT e a Fundacentro, por meio do Comitê Gestor do Programa, conforme preconiza o Decreto nº 5233/04.
- Priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, principalmente os relacionados à Fundacentro, de forma a possibilitar condições adequadas ao desenvolvimento das atividades.
- Estimular a integração com o Programa 0102- "Rede de Proteção ao Trabalho", que procura garantir as obrigações trabalhistas, de forma a aumentar a parcela de trabalhadores na PEA abrangidos pela inspeção de segurança e saúde.
- Promover a integração das equipes responsáveis do MTE com as da Previdência, visando à diminuição da subnotificação de casos de acidentes e doenças no trabalho, tanto no que se refere ao segmento formalmente protegido de trabalhadores, como sobre os segmentos informais ou não protegidos. Lembra-se que o combate à subnotificação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho é atribuição da auditoria fiscal da Previdência Social.



Ministério do Turismo

Brasil: Destino Turístico Internacional
Gestão da Política de Turismo
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Turismo, foram utilizados R$ 740 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.037.087.878,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 740.258.818,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 1.037.087.878,00	**Total realizado:**	R$ 740.258.818,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 130,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 102,6 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Turismo em 2005 a serem destacados foram:

- Desembarque de 5,4 milhões de turistas estrangeiros em vôos regulares e não regulares - 36 meses consecutivos de crescimento (desde janeiro de 2003).
- Desembarque de 43,1 milhões de passageiros em vôos nacionais, 17,8% acima do verificado no ano passado (36,6 milhões de passageiros) - 27 meses consecutivos de crescimento (desde outubro de 2003).
- Receita cambial turística de US$ 3,86 bilhões, superior em 19,83 % ao ano de 2004 (US$ 3,22 bilhões), atingindo a marca de 34 meses consecutivos de crescimento (desde março de 2003).
- Investimentos realizados pelo MTur em infra-estrutura turística alcançaram R$ 406,7 milhões, 117,4% superiores ao que foi aplicado em 2004 (R$ 187,1 milhões).

Aspectos Relevantes

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação dos órgãos estão relacionadas às seguintes questões: escassez de recursos humanos para a implementação do programa, sendo que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já autorizou concurso; dificuldades nos processos licitatórios e na celebração de convênios e contratos.

[1]. A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Turismo.

Brasil: Destino Turístico Internacional

Objetivo

Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no País.

Público-Alvo

Turistas estrangeiros e trade turístico.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 144.580.667,00	Empenho Liquidado: R$ 107.200.691,00 Pago estatais: - Total: R$ 107.200.691,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Fluxo de Turistas Estrangeiros

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 5.400.000 em 31/12/ 2005
Índice previsto ao final do PPA: 9.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa. Comparando-se 2004 a 2005, verifica-se o aumento de 13% no número de turistas estrangeiros, número bem abaixo dos 30% necessários em 2006 e 2007 para o alcance da meta de 9 milhões de turistas em 2007.

Contextualização

O Brasil tem alto potencial em se tornar um dos maiores países receptivos em turismo. Deve-se criar uma estratégia bem estruturada de inserção internacional do Brasil no mercado turístico, com metas definidas e avaliação de resultados eficiente.

A promoção do turismo brasileiro no mercado internacional terá como conceito estratégico a diversificação da imagem do país. O trabalho de marketing orientará a construção do Brasil como destino turístico de natureza exuberante, sol e praia, do carnaval e do futebol, mas, sobretudo, comunicará uma nova mensagem de país moderno, com credibilidade, alegre, jovem, hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realizar negócios, eventos e incentivos e ser competitivo internacionalmente. Será chave no programa de promoção e marketing a essência da cultura brasileira, sua qualidade, diversidade étnica, social e natural.

Como exemplo, pode-se observar que os países atualmente mais dinâmicos no crescimento turístico são países em desenvolvimento (China, África do Sul, Malásia, Indonésia e Turquia), países que cresceram a taxas médias que variam entre 11% e 15% ao ano nos últimos 20 anos. Cabe salientar que a Malásia, a Turquia e a Indonésia não representam, a priori, modelos de interesse para o Brasil.

Já a China e a África do Sul apresentam não apenas produtos semelhantes em segmentos de grande potencial para o Brasil (aventura, ecoturismo, sol e mar, etc.), como também desenvolveram planos de marketing extremamente profissionais, competentes e eficazes.

Entre 1980 e 1997, a África do Sul passou da 55ª para 26ª posição, apresentando um crescimento médio de 12,82% ao ano. O Brasil, que encontrava-se na 39ª posição em 1980, caiu uma posição em 17 anos, com um crescimento médio de 4,85% ao ano.
No que diz respeito ao crescimento das receitas provenientes das entradas de turistas estrangeiros, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 44,65% de 1980 a 1997, a África do Sul cresceu 252,30%.

Dados mais recentes apontam para um crescimento de 11% no receptivo da África do Sul em 2002 e 20% nas receitas em dólares provenientes desta atividade. Atualmente a África do Sul recebe 7 milhões de turistas por ano.

Principais Resultados

- Desembarque de, aproximadamente, 5,4 milhões de turistas estrangeiros em vôos regulares e não-regulares.
- Ingresso de divisas da ordem de US$ 3,861 bilhões.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 74,1% do orçamento aprovado. O percentual é menor do que o verificado em 2004, quando o programa empenhou e liquidou 95% do orçamento aprovado.

Em 2005, desembarcaram no país 6,79 milhões de passageiros em vôos internacionais, incluindo brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros. O número é 10,5% superior ao total de desembarques no mesmo período de 2004, quando atingiu 6,14 milhões. Do total de passageiros desembarcados em 2005, aproximadamente 5,4 milhões eram turistas estrangeiros.

O ingresso de divisas para o país foi de US$ 3,861 bilhões, incremento de 19,83% em relação ao resultado alcançado em 2004 (US$ 3,222 bilhões).

Foram realizados, em 2005, 77 eventos internacionais destinados à captação, promoção e participação em feiras. A meta originalmente prevista era de 28 eventos, portanto houve um crescimento de 175%.

Quanto ao fomento à comercialização e ao fortalecimento dos produtos turísticos brasileiros junto aos operadores internacionais, foram realizados 34 eventos em 2005, com cumprimento de 100% da meta física prevista.

O programa desembolsou R$ 6,587 milhões para o funcionamento de oito escritórios de fomento ao turismo no exterior, de acordo com a meta física esperada.

Considerando-se os dados aqui apresentados, pode-se afirmar que os resultados do programa estão dentro do esperado.

É importante ressaltar que o grau de satisfação do turista estrangeiro é alto. O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) faz, anualmente, uma Pesquisa da Demanda Turística Internacional, em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). – A pesquisa apurou, por meio de entrevistas a, aproximadamente, 50 mil turistas que estavam deixando o país, que 96,9% declararam intenção de voltar ao Brasil. Além disso, 25,4% informaram que a viagem superou as expectativas e 60% informaram que a viagem atendeu plenamente às expectativas.

Os dados de entradas de turistas no país, referentes a 2005, indicam o ingresso de aproximadamente 5,4 milhões turistas estrangeiros. A meta do Plano Plurianual (PPA) de 9 milhões de turistas sinaliza a necessidade de crescimento a taxas próximas de 30% em 2006 e 2007. É pouco provável que se consiga alcançar estes índices com as limitações de assentos em vôos internacionais e com o volume de investimentos em curso, bem como a valorização do real frente ao dólar. A aviação civil está passando por uma fase de remodelação, com a implantação da Agência Nacional de Aviação Civil, da qual se espera uma solução para o problema de assentos.

Vale ressaltar que, comparando-se 2004 a 2005, verifica-se o aumento de 13% no número de turistas estrangeiros, número bem abaixo dos 30% necessários em 2006 e 2007 para o cumprimento da meta.

Outros Aspectos Relevantes

Os gastos de turistas brasileiros no exterior também cresceram consideravelmente. De acordo com o Banco Central, os brasileiros gastaram US$ 4,720 bilhões em 2005 e, com isso, o déficit de 2005 ficou em US$ 860 milhões.

Recomendações

Não há recomendações.

Gestão da Política de Turismo

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de turismo.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 21.137.466,00	Empenho Liquidado: R$ 14.605.798,00 Pago estatais: - Total: R$ 14.605.798,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O Ministério do Turismo tem como missão desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Nesse sentido, esse programa destina-se a subsidiar a atuação do Ministério na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico.

Principais Resultados

- Articulação das políticas estaduais e federal de turismo por meio da atuação dos Fóruns de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão do Turismo.
- Elaboração de 70 planos para o desenvolvimento das regiões turísticas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 69,2% do orçamento aprovado, resultado superior ao verificado em 2004, em que a execução representou 60%.

Em 2005, verificou-se plena atividade do Conselho Nacional de Turismo, instituído em 2004, que conta com a participação de inúmeras entidades do Governo e da

sociedade civil. O Conselho se reuniu 4 vezes em 2005.
Igualmente ativos foram os Fóruns de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, que se reuniram 6 vezes no decorrer de 2005 para promover a formulação e o acompanhamento das políticas setoriais de turismo e a articulação das políticas estaduais e federais.

Ainda em 2005, foi desenvolvido o Sistema Integrado de Gestão do Turismo (SIGTUR), um instrumento para o acompanhamento das ações e programas, bem como a avaliação de seus resultados.

Foram elaborados 70 planos para o desenvolvimento das regiões turísticas, de uma meta prevista de 94 planos.

O estudo para a Estruturação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR JK) não foi iniciado, visto que os recursos oriundos de uma doação do Governo japonês não foram viabilizados. Espera-se para 2006 o início do programa com recursos da União. Da mesma forma, os estudos para a estruturação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) Fase II não foram executados, devido à indisponibilidade financeira .

O Sistema de Informações Turísticas foi mantido, com disponibilização de estudos, pesquisas e publicações em mídias diversas e no Portal do Turismo. Os recursos utilizados nesta ação atingiram R$ 3,692 milhões, quase a totalidade da meta financeira prevista de R$ 3,720 milhões.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos

Objetivo

Aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e diversificação da oferta turística brasileira.

Público-Alvo

Turistas domésticos e *trade* turístico.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 865.836.639,00	Empenho Liquidado:	R$ 578.434.994,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 578.434.994,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Fluxo de Turistas Domésticos

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 43 milhões em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Não foi previsto o índice ao final do Plano Plurianual (PPA).

2. Gasto Médio do Turista Estrangeiro no País

Unidade de medida: (US$)
Último índice apurado: 87,99 em 2003.
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Não foi previsto o índice ao final do PPA e os índices de 2004 e 2005 ainda não foram apurados.

3. Taxa de Participação dos Principais Destinos Turísticos no Total da Demanda Turística

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Indicador em processo de construção. Não foi previsto índice ao final do PPA.

4. Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: 250.000 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Prejudicada. Os indicadores precisam ser mais bem ajustados para refletir com mais exatidão o impacto das ações desenvolvidas pelo Ministério do Turismo (MTur) na geração de empregos e ocupações.

Contextualização

O potencial turístico do país está subaproveitado. A oferta brasileira de produtos turísticos caracteriza-se pela ausência de requisitos de diferenciação e diversificação. A oferta se restringe a poucos segmentos e está concentrada em algumas regiões.

Estruturar e aumentar a oferta, colocando no mercado novos produtos de qualidade, considerando a diversidade cultural e ambiental e contemplando as diferentes regiões brasileiras, é estratégico para que o crescimento do setor contribua como fator de maior eqüidade social. A vocação da produção local pode agregar valor ao turismo, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento de produtos turísticos, potencializando o impacto positivo sobre o nível de emprego e renda, além de permitir que a atividade passe a ser abordada de modo sistêmico e integrado, inclusive com outras áreas com as quais se complementa.

Principais Resultados

- Desembarque de 43,1 milhões de passageiros em vôos nacionais, 17,8% maior que em 2004.
- Investimentos em 2005 de R$ 406,7 milhões em infra-estrutura turística, excluídos os investimentos no âmbito dos Programas de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa empenhou e liquidou 66,8% do orçamento aprovado, pouco abaixo dos 68% verificados em 2004.

Em 2005, o desembarque de passageiros em vôos domésticos atingiu 43,1 milhões, 17,8% acima dos 36,6 milhões verificados em 2004. Isso significa 27 meses consecutivos de crescimento, desde outubro de 2003, considerando-se o acumulado de 12 meses.

O MTur investiu, em 2005, R$ 406,7 milhões em infra-estrutura do turismo, incluídos os investimentos em sinalização turística e excluídos os investimentos em infra-estrutura no âmbito do PRODETUR, o que deve permitir a expansão das

atividades turísticas e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços voltados ao turista. Os valores foram aplicados na recuperação da infra-estrutura dos Municípios, saneamento básico e miniestações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário, bem como na recuperação de mercados e feiras. Estima-se que foram gerados aproximadamente 38 mil empregos na construção civil com os recursos investidos pelo MTur.

Também foram contempladas a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parques de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, centros de cultura, teleféricos e mirantes, além de escolas destinadas à qualificação para os setores de hotelaria, entre outros. Estes investimentos são 117,4% superiores aos R$ 187,1 milhões aplicados em 2004. Os investimentos foram realizados no âmbito das seguintes ações: 0564 – "Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística", 2301 –- "Sinalização Turística" 5112 – "Adequação da Infra-Estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para a Utilização Turística" e 5701 – "Implantação de Centro de Informações Turísticas".

O MTur prima por uma política pública que privilegia a qualificação profissional e empresarial, referenciada na demanda assinalada pelo setor privado e pelos trabalhadores da cadeia produtiva do turismo. Os trabalhos desenvolvidos buscam aumentar a competitividade dos destinos turísticos e a satisfação do turista, por meio de ações continuadas de treinamento, capacitação e certificação para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados e aumento dos ganhos de produtividade.

Sob esta concepção, o Ministério do Turismo aportou R$ 16,2 milhões para atender à qualificação profissional e empresarial no país em 2005. Estes recursos foram aplicados, em sua maioria, na qualificação de profissionais empregados, atendendo a 62 mil pessoas. Também foram qualificados, em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 554 manipuladores de alimentos, e estão em andamento, em parceria com outras instituições, cursos para 2.565 manipuladores. As ações de certificação de pessoas e de turismo de aventura possibilitaram o desenvolvimento de 13 normas brasileiras, a saber: uma norma referente a informações mínimas sobre segurança e os aspectos contratuais pertinentes aos produtos ou serviços prestados aos turistas de aventura; uma norma de competência mínima para condutores de atividade de turismo de aventura; e 11 normas de competências e de ocupações básicas.

Registra-se que estão em construção mais 17 normas específicas para a gestão da segurança e de requisitos mínimos para operação das atividades de aventura. Por sua vez, o programa de certificação de sustentabilidade em meios de hospedagem, que relaciona os requisitos econômico, ambiental e social mínimos para os meios de hospedagem, iniciou a aplicação piloto da norma, devendo atingir 400 empresas de 14 destinos.

O Governo Federal, por intermédio do MTur, manteve, em 2005, o apoio a Estados e Municípios na contrapartida dos Programas de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR Nordeste II, PRODETUR Sul, PRODETUR JK e PROECOTUR II, os quais visam ao desenvolvimento sustentável da atividade turística em grandes regiões do país. Para cada liberação de recursos do governo federal, há uma contrapartida aportada pelos Estados. O PRODETUR NE II abrange os 9 Estados

da região Nordeste e a região norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo 14 pólos, envolvendo 113 Municípios.

Em 2005, considerando-se os empenhos, foi aplicado no PRODETUR Nordeste II o montante de R$ 26 milhões, dos quais foram investidos cerca de R$ 12 milhões em infra-estrutura, como rodovias, urbanização de orlas, construção de aeroportos, saneamento e abastecimento de água (SAA) e saneamento e esgotamento sanitário (SES), entre outros; R$ 5 milhões foram aplicados em planos, estudos e projetos, como Planos Diretores Municipais, projetos de capacitação, projetos executivos de obras, entre outros; e R$ 6,5 milhões, em bases cartográficas, insumos fundamentais ao processo de planejamento do turismo.

A regionalização do turismo, um dos principais elementos da execução da Política do Turismo e referência para todas as ações do Ministério, procedeu em 2004 ao mapeamento das regiões turísticas em todo o País, identificando 219 regiões turísticas, que envolvem 3.203 Municípios, dentre as quais se definiram as regiões prioritárias a serem trabalhadas no estágio da promoção e comercialização, fato que culminou com sua apresentação no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em 2005, como um dos principais eventos do turismo brasileiro. Foram desenvolvidas diversas ações voltadas para a elaboração de Planos para o desenvolvimento das Regiões Turísticas, considerando os conceitos instituídos no âmbito da regionalização do turismo.

Nesta primeira edição, foram divulgados 451 novos roteiros / produtos turísticos de 134 regiões turísticas brasileiras, que envolvem 959 Municípios. O evento foi realizado no principal mercado emissor nacional, aberto oficialmente pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e, durante 5 dias, propiciou um ambiente favorável a interação, promoção, divulgação, discussão e reflexão sobre a atividade turística no país, com a participação de agentes públicos e privados, profissionais de turismo e o público em geral, totalizando mais de 110 mil pessoas.

As ações de Controle de Qualidade dos Serviços Turísticos, 4048 – "Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos", 4044 – "Cadastramento das Empresas, dos Empreendedores e dos Profissionais de Turismo" e 2658 – "Fiscalização dos Serviços Turísticos", foram executadas, objetivando a manutenção do controle de qualidade dos serviços turísticos no país, por meio da definição de instrumentos regulatórios que contemplem requisitos mínimos de qualidade para produtos e serviços turísticos e, ainda, por meio do cadastramento e da fiscalização das empresas, empreendimentos, equipamentos, instituições de ensino sobre turismo e dos profissionais de turismo.

As atividades foram coordenadas pelo Ministério do Turismo e executadas, de forma descentralizada, por delegação de atividades, por meio de convênios com órgãos de turismo estaduais em todo o país. No ano de 2005, foram classificados 1.290 produtos turísticos, tendo sido efetivados registros de 6.472 serviços no cadastro geral de turismo. Foram, ainda, realizadas 14.529 ações de fiscalização no país.

A ação "Inventário da Oferta Turística" prevê a elaboração e estabelecimento de metodologia oficial para inventariar a oferta turística no país, constituindo uma referência para organização de um banco de dados de abrangência nacional. O processo de trabalho propõe o desenvolvimento de um sistema de organização das

informações, bem como a sistematização, avaliação e hierarquização das informações de interesse turístico.

Durante o ano de 2005, foram assinados convênios com as entidades parceiras, Instituições de Ensino Superior e Organismos Internacionais, para a contratação dos consultores, que deverão concluir o desenvolvimento da metodologia e, a partir dela, sistematizar as informações e dados para fins de inventariação da oferta turística nacional.

Assim, conclui-se que a execução do programa em 2005 ficou dentro do esperado.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.



Ministério dos Transportes

Corredor Araguaia-Tocantins
Corredor Fronteira Norte
Corredor Leste
Corredor Mercosul
Corredor Nordeste
Corredor Oeste-Norte
Corredor São Francisco
Corredor Sudoeste
Corredor Transmetropolitano
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval
Gestão da Política dos Transportes
Infra-estrutura de Transportes
Manutenção da Malha Rodoviária Federal
Manutenção de Hidrovias
Navegação Interior
Serviços de Transporte Aquaviário
Serviços de Transporte Ferroviário
Serviços de Transporte Rodoviário

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para o Ministério dos Transportes, foram utilizados R$ 8,2 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir.

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 11.463.764.684,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 8.250.452.485,00
Recursos não orçamentários previstos:	R$ 133.000.000,00	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 11.596.764.684,00	**Total realizado:**	R$ 8.250.452.485,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 1,1 bilhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 892 milhões.

Principais Resultados

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério dos Transportes em 2005 a serem destacados foram:

- Recuperação de 2.675 quilômetros da malha rodoviária definida no Projeto-Piloto de Investimentos e contratação da recuperação de outros 6.592 quilômetros.
- Execução da infra-estrutura no trecho de Aguiarnópolis a Babaçulândia, com 96,5 km, na Ferrovia Norte-Sul e início dos serviços de lançamento de superestrutura; início das obras no trecho entre Babaçulândia e Araguaína, com 50 km.
- Continuidade das obras de consolidação da Rodovia do Mercosul, com duplicação da BR-381 desde Governador Valadares até Belo Horizonte, em execução, e de Belo Horizonte a São Paulo, já concluído, da Régis Bittencourt (BR-116, de São Paulo a Curitiba) e da BR-101 entre Curitiba e Florianópolis, já entregues ao tráfego, e início da duplicação da BR-101 de Palhoça, SC a Osório, RS.
- Obras de duplicação e adequação da capacidade de tráfego em andamento na BR-050-MG (entre Uberaba e Uberlândia), na BR-060-DF-GO (entre Brasília e Anápolis) e na BR-153-GO (entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara).
- Conclusão da Ponte sobre o Rio Acre, na BR-317-AC e dos acessos rodoviários, permitindo a integração entre Assis Brasil (Brasil) e Iñapari (Peru).

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- Conclusão da construção do trecho entre Tucano e Ibó na BR-116-BA, restando concluir uma ponte entre a Bahia e Pernambuco para finalizar a ligação Norte-Sul do país pela BR-116.
- Início das obras de duplicação na BR-101-Nordeste, entre Natal, RN e Palmares, PE.
- Entrega de 27 embarcações financiadas pelo Fundo da Marinha Mercante e contratação da construção de outras 65

Aspectos Relevantes

Para o Ministério lograr êxito no seu esforço para conferir à malha rodoviária federal condições adequadas de trafegabilidade, identificou-se a necessidade de se coibir a prática de sobrecarga nas vias, por meio da implantação e operação de postos de pesagem. Para tanto, em 2005 foi realizada pesquisa de contagem de tráfego, volumétrica e classificatória, além de pesquisa de origem e destino, com vistas à definição dos locais onde as balanças deverão funcionar. Outra medida tomada para conferir ao órgão melhor capacidade para planejar os investimentos foi dotá-lo de uma visão de logística nacional, por meio da elaboração do Plano Nacional de Logística, estudo contratado junto ao Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN).

Não há, desde o início do PPA, aferição do alcance dos resultados dos programas por meio dos indicadores definidos. Os gerentes atribuem isto à extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), o que lhes teria subtraído a capacidade de reflexão sobre logística, obtenção e tratamento de dados, etc. Para preencher mais esta lacuna, foi contratado um estudo para revisão dos indicadores dos programas, em elaboração pelo Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB).

O Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) encontra-se em processo de reestruturação com vistas a se capacitar para melhor planejar e contratar obras e fiscalizá-las de forma capilar, aumentando a eficácia na prestação dos serviços e na oferta da infra-estrutura requisitada pela sociedade. Neste sentido, encontra-se em andamento concurso público que proverá 600 novos profissionais à estrutura da autarquia. Também serão empregados R$ 20 milhões em 2006 para a compra de equipamentos e veículos, de sorte a aparelhar as unidades regionais do DNIT.

Recomendações

- Liquidar a Companhia de Navegação do São Francisco FRANAVE ou descontinuar a concessão da subvenção econômica, caso sua operação se mostre sustentável. A navegação longitudinal no São Francisco é uma atividade eminentemente privada, realizada por outras empresas que não contam com o auxílio e não oneram o Orçamento Fiscal. A subvenção, por outro lado, desequilibra o mercado de forma desfavorável à iniciativa privada.
- Transferir a operação da navegação transversal no São Francisco – travessia do Lago de Três Marias – para a CEMIG ou para o Governo do Estado de Minas Gerais, tendo em vista que o excedente da geração energética de Três Marias é apropriado pela companhia, a quem caberia, também, o cumprimento das medidas mitigadoras do impacto negativo sobre a mobilidade da população local.

- Estabelecer nos Planos de Trabalho celebrados entre o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT e as Companhias Docas valores e metas compatíveis com as necessidades de manutenção e fortalecimento das hidrovias para repasse às administrações hidroviárias.
- Adequar qualitativa e quantitativamente o quadro de funcionários das Companhias Docas para acelerar os processos de contratação das melhorias nas áreas portuárias e efetivar a fiscalização das atividades de competência da Autoridade Portuária, ao invés de manter nos quadros profissionais cuja competência só era requerida pelos Operadores Portuários (Portobras).
- Enquadrar os portos federais nos requisitos de segurança estabelecidos no Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-CODE).
- Realizar manutenção dos trechos rodoviários marcados para a terceira etapa de concessões, tendo em vista o tempo necessário à elaboração dos Programas de Exploração Rodoviárias (PER), às consultas públicas, à aprovação pelo Tribunal de Contas da União, ao processo licitatório e, por fim, à efetiva concessão à exploração privada.
- Considerar os corredores como espaços de escoamento de produção e trânsito de pessoas, com programas que considerem a questão logística, a intermodalidade possível e a complementaridade entre os investimentos, e não apenas agregadores de obras contíguas ou próximas.
- Arbitrar a definição de competências da Administração Direta e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no tocante à outorga das rodovias, pois a indefinição tem reflexo na morosidade dos processos de concessão e no gerenciamento do programa

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Corredor Araguaia-Tocantins

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Público-Alvo

Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 864.415.777,00	Empenho Liquidado: R$ 615.307.806,00 Pago estatais: R$ 11.308.784,00 Total: R$ 626.616.590,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Araguaia-Tocantins

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, o Ministério dos Transportes contratou o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) com o fito de rever os indicadores de desempenho atualmente em uso e propor novos algoritmos para mensuração do impacto das políticas públicas no setor. Prevê-se que esta iniciativa será suficiente para suprir o órgão de melhores condições para estimar e medir o alcance do objetivo de cada programa.

De qualquer forma, em relação a este programa, o indicador atual ("Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Araguaia-Tocantins") não reflete adequadamente o avanço físico das obras. Nos casos em que a ação contempla a construção ou duplicação de rodovias, os reflexos no indicador aparecem apenas na parte final da obra ou após a sua conclusão, o que pode extrapolar o PPA vigente. A variação positiva dos índices está diretamente ligada à execução e à finalização das obras.

Contextualização

Este programa foi concebido para constituir um eficiente sistema de integração nacional, ligando principalmente as regiões Sul e Sudeste com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, lastreado em um modelo multimodal que envolve os transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário, para otimizar o escoamento da produção mineral e agroindustrial para os principais mercados consumidores, interno e externo, valendo-se da estrutura portuária existente (Itaqui - MA e Vila do Conde - PA).

Os principais componentes do Corredor são a ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia-Tocantins e os eixos rodoviários da BR-153 (GO-TO) e da BR-158 (MT), com suas vias complementares.

Principais Resultados

Em 2005, foram conduzidas as seguintes principais obras:

- Construção de Trechos Rodoviários na BR-010 no Estado de Tocantins - ação 11V8 (trecho pavimentado/km): 31,55 %.
- Construção da Eclusa de Lajeado no Estado de Tocantins - ação 1547 (obra executada/% de execução física): 21,09 %.
- Adequação de Travessias Urbanas em Rodovias Federais no Estado do Tocantins - ação 10DU (travessia adequada/km): 10,98 km.
- Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás - ação 10LN (trecho pavimentado/km): 7,22 km.
- Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás - ação 3768 (trecho adequado/km): 6,30 km.
- Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal - ação 7542 (trecho adequado/km): 17,00 km.
- Adequação de Contornos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás - 10DM (trecho adequado/km): 5,80 km.
- Construção de Trechos Rodoviários na BR-414 no Estado de Goiás - ação 1238 (trecho pavimentado/km): 1,50 km.
- Ferrovia Norte-Sul – Execução da infra-estrutura do trecho Aguiarnópolis-Babaçulândia (96,5 km) e início dos serviços de lançamento de superestrutura.
- Início das obras do Trecho Babaçulândia–Araguaína (50 km).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Como o objetivo do programa é reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, as ações executadas deveriam causar impactos nesse sentido. Contudo, apresenta-se oportuno o desenvolvimento de um indicador que permita captar os benefícios gerados pela implantação parcial das ações, visto que, em princípio, somente após a conclusão da obra será possível aferir se o custo do transporte de carga efetivamente diminuiu. Dessa forma, sugere-se analisar a possibilidade de alterar a forma de aferição, centrando-a sobre os segmentos concluídos, o que deve ser levado em consideração na análise da consultoria responsável.

De qualquer forma, avaliando-se a execução do programa no ano de 2005, ressaltam-se como principais dificuldades a quantidade elevada de emendas orçamentárias, a existência de expressivo montante de restos a pagar, o fato de alguns projetos encontrarem-se com paralisação cautelar determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o longo prazo em geral demandado pelos órgãos ambientais para aprovação das licenças prévias e de instalação e a concentração da liberação de recursos no final do exercício. Principalmente no tocante aos projetos rodoviários, os recursos deveriam estar disponíveis no primeiro semestre do ano para possibilitar a agilização dos processos licitatórios e o início das obras antes do período das chuvas. Além disso, citam-se as dificuldades das unidades regionais em acompanhar os convênios, devido a fatores externos, dificuldades em licitações e celebração de contratos devido aos prazos legais e aos constantes recursos interpostos pelos licitantes e dificuldades na celebração de convênios em virtude de inadimplência de entes federativos, inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Em face da complexidade do programa, as ações só tiveram andamento normal a partir de agosto de 2005. A existência de um elevado montante de restos a pagar, associada a um cenário de elevada pressão financeira, foi prejudicial à execução orçamentária das programações correntes, tendo afetado, entre outros elementos inerentes ao processo, a credibilidade do governo junto ao mercado, excetuando-se as obras contempladas no PPI, que não sofreram contingenciamento.

Anualmente, observa-se que o MT é agraciado com um volume grande de recursos adicionais, dos quais apenas uma pequena parcela é utilizada, tendo em vista que a sua aprovação ocorre no final do exercício, quando não há tempo hábil para sua execução. Cabe ressaltar que, principalmente no referente aos projetos rodoviários, os recursos deveriam estar disponíveis no primeiro semestre do ano para possibilitar a agilização dos processos licitatórios e o início das obras antes do período das chuvas.

Outro ponto importante relaciona-se à carência de recursos, tanto materiais quanto humanos. Os órgãos executores, de modo geral, estão desprovidos de recursos materiais para a consecução de suas ações. Faltam equipamentos de informática, veículos para deslocamentos com vistas à fiscalização das obras, etc. Para resolver esta situação, em 2006 foi incluída no Projeto-Piloto de Investimentos uma ação de "Modernização do DNIT", de forma a suprir justamente essas deficiências.

Os recursos humanos também foram considerados insuficientes para a implementação do programa, havendo também necessidade de treinamento de pessoal no que diz respeito à informatização dos processos. Está em andamento um concurso público para a adequação do quadro do DNIT e estão sendo feitas melhorias na tecnologia da informação. Além disso, estão sendo mapeados os processos para melhor controle interno e externo e está em esenvolvimento um software gerencial.

Outros Aspectos Relevantes

O trabalho de campo de acompanhamento e monitoramento da execução das obras é feito pelas unidades regionais do DNIT, que envia os dados mensalmente para consolidação pela Diretoria responsável. O DNIT também usa de serviços de consultoria para promover a supervisão de determinados serviços das obras em execução.

A promoção da participação social no DNIT é feita por meio da Ouvidoria (telefone 0800-611535 e www.dnit.gov.br), que aduz as impressões do público sobre o efeito das ações e, com isso, permite o aperfeiçoamento do programa. Além disso, o órgão promove audiências públicas prévias às licitações das obras, quando o público tem a oportunidade de participar nos processos que precedem a execução do programa. Naturalmente, através das audiências públicas, há participação de representantes de entidades de classe e de agentes das administrações municipais e estaduais.

Outro destaque refere-se à adoção de boas práticas de gestão, com a implantação pelo órgão do Plano de Gestão de Qualidade (PGQ), onde são definidas as metas a serem atingidas em cada obra, e a atualização, em marcha, dos sistemas informatizados de medição e de orçamentação.

Recomendações

- A questão ambiental deve ter prioridade de tratamento através da realização de projetos consistentes com os impactos gerados. Propõe-se a adequação do processo licitatório no que concerne à definição clara das responsabilidades dos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- Para o caso específico das obras portuárias, há necessidade de uma melhor articulação com as entidades portuárias para tornar mais ágeis os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas com a concorrência de recursos fiscais destacados. Afinal, os portos são as portas de saída para o escoamento de uma representativa parcela das exportações brasileiras.

Corredor Fronteira Norte

Objetivo

Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre com os países da fronteira norte do Brasil.

Público-Alvo

População das fronteiras norte e oeste do País.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 205.402.428,00	Empenho Liquidado: R$ 129.210.960,00 Pago estatais: - Total: R$ 129.210.960,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156 (AP)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

2. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-401 (RR)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

3. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-174 (RR)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, o Ministério dos Transportes contratou o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) com o fito de rever os indicadores de desempenho atualmente em uso e propor novas metodologias para a mensuração do impacto das políticas públicas no setor. Estima-se que esta iniciativa

será suficiente para prover o órgão de melhores condições para estimar e medir o alcance do objetivo de cada programa.

De qualquer forma, em relação a este programa, o indicador atual não reflete adequadamente o avanço físico das obras. Nos casos em que a ação contempla a construção ou a duplicação de rodovias, os reflexos no indicador aparecem apenas na parte final da obra ou após a sua conclusão, o que pode extrapolar o PPA vigente. A variação positiva dos índices está diretamente ligada à execução e à finalização das obras.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a grande dificuldade de acesso aos principais pólos socioeconômicos da região, tanto para o trânsito de pessoas, quanto para o fluxo de mercadorias. Assim, por meio do provimento de infra-estrutura de transportes, pretende-se ligar os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre entre si e com os países da fronteira norte do Brasil, com vistas a possibilitar o incremento do intercâmbio comercial, os ganhos econômicos advindos do aumento da produção e da produtividade dos meios de transporte, os intercâmbios sociais e culturais que gerem melhoria na qualidade de vida da população local e aumento do fluxo turístico, além de novas atividades econômicas com grande emprego de mão-de-obra e potencial de geração de riqueza para a região.

Principal Resultado

- Construção de trechos rodoviários na BR-156, no Estado do Amapá – ação 1418 (trecho pavimentado/km): 31,4 km.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Como o objetivo do programa é incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre e os países da fronteira norte do Brasil, as ações executadas deveriam causar impactos nesse sentido. Contudo, é oportuno o desenvolvimento de um indicador que permita captar os benefícios gerados pela implantação parcial das ações, visto que, em princípio, somente após a conclusão da obra será possível avaliar se o custo do transporte de carga efetivamente diminuiu. Dessa forma, a consultoria responsável deveria analisar a possibilidade de alterar a forma de aferição, centrando-a em segmentos específicos.

De qualquer forma, avaliando-se a execução do programa no ano de 2005, ressaltam como principais dificuldades: a quantidade elevada de emendas orçamentárias; a existência de expressivo montante de restos a pagar; o fato de alguns projetos encontrarem-se com paralisação cautelar determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU); o longo prazo geralmente demandado pelos órgãos ambientais para aprovação das licenças prévias e de instalação; e a concentração da liberação de recursos no final do exercício. No que se refere, principalmente, aos projetos rodoviários, os recursos deveriam ser liberados no primeiro semestre do ano para agilizar os processos licitatórios e possibilitar o início das obras antes do período das chuvas. Observam-se, ainda, dificuldades das unidades regionais em acompanhar os convênios, devido a fatores externos; dificuldades em licitações e celebração de contratos provocadas pelos prazos legais e por constantes recursos interpostos pelos

licitantes; e dificuldades na celebração de convênios, em virtude da inadimplência de entes federativos inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Em face da complexidade do programa, as ações só tiveram andamento normal a partir de agosto de 2005. A existência de um expressivo montante de restos a pagar, associada a um cenário de elevada pressão financeira, foi prejudicial à execução orçamentária das programações correntes e afetou, entre outros elementos, a credibilidade do governo junto ao mercado, exceto no que se refere às obras contempladas no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), as quais não sofreram contingenciamento.

Observa-se que anualmente o MT recebe um volume grande de recursos adicionais, dos quais apenas uma pequena parcela é utilizada; isso ocorre porque a aprovação desses recursos ocorre somente no final do exercício, quando já não há tempo hábil para sua execução. Outro ponto importante diz respeito à carência de recursos, tanto materiais quanto humanos. Os órgãos executores, de modo geral, não possuem recursos materiais para a consecução de suas ações: faltam equipamentos de informática, veículos para efetuar a fiscalização das obras, etc. Para suprir essas deficiências, em 2006 foi incluída no PPI uma ação de "Modernização do DNIT".

Os recursos humanos também foram considerados insuficientes para a implementação do programa, havendo necessidade de treinamento de pessoal no que diz respeito à informatização dos processos. Está em andamento um concurso público que visa à adequação do quadro do DNIT, e estão sendo providenciadas melhorias na tecnologia da informação. Além disso, estão em desenvolvimento o mapeamento dos processos para melhor controle interno e externo e um software gerencial.

Outros Aspectos Relevantes

O trabalho de campo de acompanhamento e monitoramento da execução das obras é feito pelas unidades regionais do DNIT, que enviam mensalmente os dados à diretoria responsável, para consolidação. O DNIT também usa serviços de consultoria externa para promover a supervisão de determinadas obras em execução.

A promoção da participação social no DNIT é feita por meio da ouvidoria (telefone 0800-611535 e www.dnit.gov.br), que aduz as impressões do público sobre o efeito das ações e, com isso, permite o aperfeiçoamento do programa. Além disso, as unidades promovem audiências públicas prévias às licitações das obras, ocasião em que o público tem a oportunidade de participar dos processos que precedem à execução do programa. Através das audiências públicas há, naturalmente, a participação de representantes de entidades de classe e de agentes das administrações municipais e estaduais.

Outro destaque é a adoção de boas práticas de gestão implementadas pelo Plano de Gestão de Qualidade (PGQ), em que são definidas as metas de cada obra . Por fim, destaca-se a atualização dos sistemas informatizados de medição e de orçamentação (Sicro).

Recomendações

- A questão ambiental deve ser priorizada, mediante a realização de projetos consistentes com a solução dos impactos previstos, além da adequação, nos processos licitatórios, das responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- No caso específico das obras portuárias, é necessária uma melhor articulação com as entidades portuárias, para tornar mais ágeis os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas, com a concorrência de recursos fiscais destacados. .Isso acontece porque os portos são as portas de saída para o escoamento de uma representativa parcela das exportações brasileiras.

Corredor Leste

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Público-Alvo

Usuários de transporte nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 866.928.734,00	Empenho Liquidado: R$ 528.397.898,00 Pago estatais: R$ 34.182.942,00 Total: R$ 562.580.840,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 303.582.000,00	-

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Leste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Leste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

3. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Leste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

Contextualização

Os sistemas de ligação dos modais de transporte da região encontram-se em péssimas condiçoes, encarecendo sobremaneira o frete que tem como origem ou destino os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Principais Resultados

- 17km duplicados e 23 km recuperados na rodovia BR-050/MG, trecho Uberaba – Uberlândia.
- Realização de obras complementares à adequação da rodovia Fernão Dias – BR-381/MG. Essas obras não representaram aumento na extensão física do trecho adequado, mas eram necessárias à adequação operacional da via. O trecho da BR-381 (Governador Valadares – Belo Horizonte), que atravessa uma região densamente industrializada, está sendo adequado para atender à elevada demanda originada em função da concentração industrial.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário caracteriza-se como a restrição mais freqüente ocorrida no programa nos últimos anos.. Em 2005, entretanto, houve uma expressiva melhoria nesse aspecto, como conseqüência da previsão de projetos que compõem o programa no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI) e abrangem a BR-381/MG, a BR-050/MG e obras nos portos do Rio de Janeiro e de Vitória.

Outra restrição observada são as dificuldades relativas ao licenciamento ambiental, uma vez que as obras de adequação ou pavimentação das vias rodoviárias, bem como de melhoramento da infra-estrutura portuária e ampliação da capacidade dos portos podem provocar forte impacto no meio-ambiente. Assim, esses aspectos merecem atenção especial e envolvem uma articulação com os órgãos ambientais.

Outro fato notório que obsta o melhor desempenho do programa é a carência de recursos humanos do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), ente responsável pelo gerenciamento e pela execução do programa. Este é um problema crítico, principalmente no que diz respeito às equipes executoras. Dessa forma, encontra-se em andamento um concurso público que proverá a estrutura autárquica de 600 novos servidores.

Observa-se, ainda, o problema institucional De insuficiência de recursos materiais, o qual compromete os trabalhos de supervisão e fiscalização das obras. Para contorná-lo, foi feita dotação própria, em 2006, de recursos da ordem de R$ 20 milhões, para a compra de equipamentos e veículos, entre outros, de sorte a aparelhar as unidades regionais do DNIT.

Para a implementação do programa, é necessária, ainda, uma melhor capacitação dos recursos humanos disponíveis, visando a melhorar a fiscalização e o

acompanhamento das obras, bem como à consolidação dos dados e informações e sua transmissão à sede do DNIT.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A questão ambiental deve ser priorizada, mediante a realização de projetos consistentes com a solução dos impactos previstos, além da adequação, nos processos licitatórios, das responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- No caso específico das obras portuárias, é necessária uma melhor articulação com as entidades portuárias, para tornar mais ágeis os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas, com a concorrência de recursos fiscais destacados. Isso acontece porque os portos são as portas de saída para o escoamento de uma representativa parcela das exportações brasileiras.

Corredor Mercosul

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul.

Público-Alvo

Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 784.774.161,00	Empenho Liquidado: R$ 679.618.437,00 Pago estatais: - Total: R$ 679.618.437,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 25.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Mercosul

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Mercosul

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

2. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Mercosul

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

Contextualização

A área de ligação entre o Brasil e os países do Mercosul apresenta grande fluxo de mercadorias e pessoas e significativa atividade industrial, o que representa forte impacto sobre a economia nacional. Esse corredor necessita, portanto, de constantes investimentos para garantir a redução do custo de mercadorias e os ganhos de competitividade para a indústria e o agronegócio nacional.

Principais Resultados

- Obras de adequação da rodovia BR-101/Sul – Trecho Palhoça (SC) a Osório (RS) – iniciadas em fevereiro de 2005.

Estima-se que o volume médio de tráfego da BR-101/Sul alcance 30 mil veículos/dia nos trechos mais concorridos, com possiblidade de fuga de tráfego pelas BRs 116, 475, 285 e 472, entre outras, dependendo do posicionamento das praças de pedágio, e dos acréscimos decorrentes dos custos de rotas alternativas em relação aos custos dos pedágios. Essas questões serão exploradas no Programa de Exploração de Rodovias (PER) quando da instrução da concessão dos novos trechos.

Além disso, encontram-se em andamento obras de melhoria dos portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Rio Grande e da malha ferroviária, com supressão de conflitos urbanos por meio de contornos em São Francisco do Sul e Joinville, contratados ou conveniados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário caracteriza-se como a restrição mais freqüente ocorrida no programa nos últimos anos.. Em 2005, entretanto, houve uma expressiva melhoria nesse aspecto, como conseqüência da previsão de projetos que compõem o programa no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), abrangendo a BR-101/Sul, o Contorno Leste de Curitiba e obras nos portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Rio Grande.

Outra restrição observada são as dificuldades relativas ao licenciamento ambiental, uma vez que as obras de adequação ou pavimentação das vias rodoviárias, bem como de melhoramento da infra-estrutura portuária e ampliação da capacidade dos portos podem provocar forte impacto ao meio-ambiente. Assim, esses aspectos merecem atenção especial e envolvem uma articulação com os órgãos ambientais.

Outro fato notório que obsta o melhor desempenho do programa é a carência de recursos humanos do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), ente responsável pelo gerenciamento e pela execução do programa. Este problema é crítico principalmente nas equipes executoras. Neste sentido, encontra-se em andamento a realização de um concurso público que proverá a estrutura autárquica de 600 novos servidores.

Outro problema institucional observado é a insuficiência de recursos materiais, que compromete os trabalhos de supervisão e fiscalização das obras. Para contorná-lo, foi feita dotação própria, em 2006, de recursos da ordem de R$ 20 milhões para a compra de equipamentos e veículos, entre outros, de sorte a aparelhar as unidades regionais do DNIT.

Para a implementação do programa, é necessária, ainda, uma melhor capacitação dos recursos humanos disponíveis, visando a melhorar a fiscalização e o acompanhamento das obras, bem como a consolidação dos dados e informações e sua transmissão à sede do DNIT.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A questão ambiental deve ser priorizada, mediante a realização de projetos consistentes com a solução dos impactos previstos, além da adequação nos processos licitatórios, das responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- No caso específico das obras portuárias, é necessária uma melhor articulação com as entidades portuárias, para tornar mais ágeis os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas, com a concorrência de recursos fiscais destacados. Isso acontece porque os portos são as portas de saída para o escoamento de uma representativa parcela das exportações brasileiras.

Corredor Nordeste

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Público-Alvo

Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 870.286.064,00	Empenho Liquidado: R$ 370.515.738,00 Pago estatais: R$ 15.221.075,00 Total: R$ 385.736.813,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Nordeste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Nordeste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, o Ministério dos Transportes contratou o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) com o fito de rever os indicadores de desempenho atualmente em uso e propor novas categorias para a mensuração do impacto das políticas públicas no setor. Acredita-se que esta iniciativa será suficiente para prover o órgão com melhores condições para estimar e medir o alcance do objetivo de cada programa.

De qualquer forma, em relação a este programa, os atuais indicadores não refletem adequadamente o avanço físico das obras. Nos casos em que a ação contempla a

construção ou a duplicação de rodovias, os reflexos no indicador aparecem apenas na parte final da obra ou após a sua conclusão, o que pode extrapolar o PPA vigente. A variação positiva dos índices está diretamente ligada à execução e à finalização das obras.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi o alto custo do transporte de cargas da região, em função das péssimas condições dos modais de transporte, gerando forte impacto sobre o potencial de desenvolvimento econômico e social na área abrangida.

Principais Resultados

- Derrocagem de 21,234 m3 no Porto de Fortaleza.
- Dragagem de aprofundamento, com 122 mil m³, no Porto de Fortaleza.
- Conclusão das obras de melhoramento da infra-estrutura terrestre e aquaviária do Porto de Recife.
- Conclusão das obras de modernização dos portos do Ceará.
- 66,30% de avanço na implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE), no Porto de Fortaleza.
- 26,68% de execução das obras de recuperação da infra-estrutura do Cais Comercial e do Píer Petroleiro do Porto de Fortaleza.
- 6,13% de execução física da obras de aprofundamento do Cais Comercial do Porto de Fortaleza.
- Adequação de 2,8 quilômetros de trechos rodoviários da BR-116, no Estado do Ceará.
- Adequação de 1,6 quilômetro de trechos rodoviários da BR-232, no Estado de Pernambuco.
- Início da adequação e restauração de três trechos rodoviários da BR-101/ Norte, ao longo dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, pelo Departamento de Engenharia de Construção do Exército.
- Execução de obras de recuperação na BR-242/BA (PIR IV), para melhorar o escoamento da produção agroindustrial do oeste baiano.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Como o objetivo do programa é reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, as ações executadas deveriam causar impactos nesse sentido. Para que isso ocorra, contudo, é oportuno o desenvolvimento de um indicador que permita captar os benefícios gerados pela implantação parcial das ações, visto que, em princípio, somente após a conclusão da obra será possível aferir se o custo do transporte de carga efetivamente diminuiu. Dessa forma, sugere-se que, ao analisar a possibilidade de alterar a forma de aferição, a consultoria responsável considere a concentração de esforços sobre segmentos específicos.

De qualquer forma, a avaliação da execução do programa, em 2005, ressalta como principais dificuldades: a quantidade elevada de emendas orçamentárias; a existência de expressivo montante de restos a pagar; o fato de alguns projetos encontrarem-se com paralisação cautelar determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e o

longo prazo geralmente demandado pelos órgãos ambientais l para a aprovação das licenças prévias e de instalação e a concentração da liberação de recursos no final do exercício. No que se refere, principalmente, aos projetos rodoviários, os recursos deveriam ser liberados no primeiro semestre do ano para agilizar os processos licitatórios e possibilitar o início das obras antes do período das chuvas. Além disso, observam-se as dificuldades das unidades regionais de acompanharem convênios, devido a fatores externos, as dificuldades em licitações e celebração de contratos, devido aos prazos legais e aos constantes recursos interpostos pelos licitantes, e as dificuldades na celebração de convênios, em virtude de inadimplência de entes federativos inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal –(CADIN).

Devido à complexidade do programa, as ações tiveram andamento normal somente a partir de agosto de 2005. O elevado montante de restos a pagar, associado a um cenário de elevada pressão financeira, prejudicou a execução orçamentária das programações correntes e afetou, entre outros aspectos, a credibilidade do governo junto ao mercado, exceto pelas obras contempladas no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), que não sofreram contingenciamento.

O MT recebe, anualmente, um grande volume de recursos adicionais, dos quais apenas uma pequena parcela é utilizada, pois a sua aprovação ocorre no final do exercício, quando já não há tempo hábil para sua execução. Outro ponto importante refere-se à carência de recursos, tanto materiais quanto humanos. Os órgãos executores, de modo geral, não possuem recursos materiais suficientes para a consecução de suas ações. Faltam equipamentos de informática, veículos para fiscalização das obras, etc. Para suprir essas deficiências, em 2006 incluiu-se no PPI uma ação de "Modernização do DNIT".

Os recursos humanos também foram considerados insuficientes para a implementação do programa; portanto há necessidade de treinamento de pessoal no que diz respeito à informatização dos processos. Além disso, estão em andamento um concurso público que visa à adequação do quadro do DNIT e melhorias na tecnologia da informação. Por fim, vale ressaltar que os processos estão sendo mapeados para possibilitar melhor controle interno e externo e que se encontra em desenvolvimento um software gerencial.

Outros Aspectos Relevantes

O trabalho de campo de acompanhamento e monitoramento da execução das obras é feito pelas unidades regionais do DNIT, que enviam mensalmente os dados à diretoria responsável, para consolidação. O DNIT também usa serviços de consultores para promover a supervisão de determinadas obras em execução.

A promoção da participação social no DNIT é feita por meio da Ouvidoria (telefone 0800-611535 e www.dnit.gov.br), que aduz as impressões do público sobre o efeito das ações e, com isso, permite o aperfeiçoamento do programa. Além disso, o órgão promove audiências públicas prévias às licitações das obras, ocasião em que o público tem a oportunidade de participar dos processos que precedem à execução do programa. Nas audiências públicas há, naturalmente, a participação de representantes de entidades de classe e de agentes das administrações municipais e estaduais.

Destacam-se, enfim, as boas práticas de gestão adotadas pelo órgão com a implantação do Plano de Gestão de Qualidade (PGQ), que define as metas de cada obra e a atualização dos sistemas informatizados de medição e de orçamentação (Sicro).

Recomendações

- Deve-se priorizar a questão ambiental , mediante a a implementação de projetos consistentes com a previsão dos estudos dos impactos gerados e a definição clara, nos processos licitatórios, das responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- No caso específico das obras portuárias, é necessária uma melhor articulação com as entidades portuárias, para tornar mais ágeis os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas, com a concorrência de recursos fiscais destacados, pois os portos são as portas de saída para o escoamento de uma representativa parcela das exportações brasileiras.

Corredor Oeste-Norte

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

Público-Alvo

Usuários de transporte nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 314.397.180,00	Empenho Liquidado: R$ 199.998.980,00 Pago estatais: R$ 130.081,00 Total: R$ 200.129.061,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Oeste-Norte

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - (GEIPOT). Para resolver este problema, o Ministério dos Transportes contratou o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) com o fito de rever os indicadores de desempenho atualmente em uso e propor novas metodologias para a mensuração do impacto das políticas públicas no setor. Acredita-se que esta iniciativa será suficiente para suprir o órgão de melhores condições que possibilitem estimar e medir o alcance do objetivo de cada programa.

De qualquer forma, em relação a este programa, o indicador atual, "Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Oeste-Norte", não reflete de forma adequada o avanço físico das obras. Nos casos em que a ação contempla a construção ou a duplicação de rodovias, os reflexos no indicador aparecem apenas na parte final da obra ou após a sua conclusão, o que pode extrapolar o PPA vigente. A variação positiva dos índices está, pois, diretamente ligada à execução e à finalização das obras.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a necessidade de redução do custo do transporte de carga com o objetivo de dinamizar as potencialidades socioeconômicas da região, levando em consideração o potencial hidroviário de parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso. A região constitui-se na maior das novas fronteiras de desenvolvimento, com solos e topografia favoráveis à produção de grãos agrícolas em larga escala, e já figura entre os maiores produtores do Brasil.

Principais Resultados

Destacam-se as seguintes realizações de 2005:

- Construção do Porto São Raimundo em Manaus – obra concluída.
- 50% de andamento das obras de construção de Terminal Pesqueiro, no Estado do Amazonas.
- Pavimentação de 2,5 quilômetros de trechos rodoviários em construção na BR-364, no Estado do Mato Grosso.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A exemplo dos anos anteriores, em 2005 não foi possível fazer a avaliação da execução do programa a partir da análise dos índices alcançados pelos indicadores, pois não existe informação a esse respeito. As ações executadas deveriam causar impactos no sentido de reduzir o custo do transporte de carga na área que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso, Para que isso ocorra, contudo, é necessário e oportuno o desenvolvimento de um indicador que permita captar os benefícios gerados pela implantação parcial das ações, visto que, em princípio, somente após a conclusão da obra será possível verificar se o custo do transporte de carga efetivamente diminuiu. Assim, a consultoria responsável deveria analisar a possibilidade de alterar a forma de aferição, centrando-a sobre segmentos específicos.

De qualquer forma, na avaliação da execução do programa, em 2005, ressaltam-se como principais dificuldades: a quantidade elevada de emendas orçamentárias; a existência de expressivo montante de restos a pagar; o fato de alguns projetos encontrarem-se com paralisação cautelar determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU); o longo prazo geralmente demandado pelos órgãos ambientais para a aprovação das licenças prévias e de instalação; e a concentração da liberação de recursos no final do exercício. Em relação, principalmente, aos projetos rodoviários, os recursos deveriam ser liberados no primeiro semestre do ano, para agilizar os processos licitatórios e possibilitar o início das obras antes do período das chuvas. Além disso, existem dificuldades das unidades regionais em acompanhar os convênios, devido a fatores externos, dificuldades em licitações e celebração de contratos, devido aos prazos legais e aos constantes recursos interpostos pelos licitantes, e dificuldades na celebração de convênios, em virtude de inadimplência de entes federativos inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Em face da complexidade do programa, as ações só tiveram andamento normal a partir de agosto de 2005. A existência de um elevado montante de restos a pagar, associada a um cenário de elevada pressão financeira, prejudicou a execução

orçamentária das programações correntes e afetou, entre outros aspectos, a credibilidade do governo junto ao mercado, excetuando-se as obras contempladas no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), que não sofreram contingenciamento. Observa-se, ainda, que o MT recebe, anualmente, um grande volume de recursos adicionais, dos quais apenas uma pequena parcela é utilizada. Isso se explica pelo fato de sua aprovação ocorrer somente no final do exercício, quando já não há tempo hábil para sua execução.

Outro ponto importante refere-se à carência de recursos materiais e humanos. Os órgãos executores, de modo geral, não possuem recursos materiais para a consecução de suas ações. Faltam equipamentos de informática, veículos para efetuar a fiscalização das obras, etc. Para suprir essas deficiências, em 2006 foi incluída no Projeto-Piloto de Investimentos uma ação de "Modernização do DNIT".

Os recursos humanos também foram considerados insuficientes para a implementação do programa, havendo a necessidade de treinamento de pessoal na área de informatização dos processos. Está em andamento um concurso público que tem como objetivo adequar o quadro do DNIT e promover melhorias na tecnologia da informação. Além disso, estão sendo mapeados os processos para melhorar o controle interno e externo e encontra-se em desenvolvimento um software gerencial.

Outros Aspectos Relevantes

Estima-se que, em 2005, a produção de soja na área do Corredor Oeste-Norte atinja 22,7 milhões de toneladas, o que por si só já justifica os investimentos promovidos. A região norte do Estado de Mato Grosso é a que tem maior potencial de crescimento, estando localizada diretamente na área de influência do projeto da BR-163 (MT-PA). O estudo de viabilidade elaborado em parceria com o Instituto Militar de Engenharia (IME) aponta que, nesta sub-região em particular, a produção de soja deva ser alçada a 17,8 milhões de toneladas até 2007, ano de abertura do trecho pavimentado.

Foram realizadas simulações para a otimização dos custos logísticos. A partir delas, estima-se que 25% da produção da porção norte de Mato Grosso se dirija ao Porto de Santarém e o restante seja distribuído em outras áreas de influência indireta da rodovia, para o escoamento pelos portos de Paranapuá, Vitória e Porto Velho.

Assim, a região de Rondonópolis, Jataí e Rio Verde será beneficiada pela diminuição do tráfego pesado, que será desviado para os Portos de Miritituba e Santarém. Por outro lado, a produção oriunda da Chapada dos Parecis provavelmente continuará a ser escoada principalmente através dos portos de Porto Velho e pelo terminal de Itacoatiara. As alternativas que se vislumbram são fundamentais para manter o conforto e a produtividade das vias de transporte.

Enfim, face aos levantamentos ultimados em 2005, a rodovia foi definida como obra pública prioritária a figurar no Projeto-Piloto de Investimentos a partir de 2006.

Recomendações

- Considerando-se o valor aplicado, R$ 200,1 milhões, as realizações apresentadas pela Gerência do programa –pavimentação de apenas 2,5 quilômetros de estrada, construção de um porto pluvial e início das obras de um terminal pesqueiro – são consideradas impróprias e denotam fragilidades no monitoramento da destinação dos recursos e da execução das obras pela unidade administrativa responsável pelo programa.
- Dessa forma, é necessário que se elabore um plano geral das hidrovias para identificar as intervenções prioritárias que deverão ser feitas nestas e nos terminais fluviais, em virtude do retorno que elas possam gerar para o desenvolvimento regional e a integração nacional.

Corredor São Francisco

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais.

Público-Alvo

Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 226.557.242,00	Empenho Liquidado: R$ 99.478.611,00 Pago estatais: R$ 14.039.339,00 Total: R$ 113.517.950,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 76.560.000,00	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor São Francisco

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor São Francisco

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

Contextualização

O alto custo do transporte na região e o não aproveitamento do potencial do rio São Francisco para a dinamização da economia da área são um dos principais problemas deste corredor.

Principais Resultados

As principais obras realizadas e suas metas correspondentes,são as seguintes:

- Execução de 4,61% das obras de ampliação de retroárea do Porto de Ilhéus (BA).
- Início das obras de construção de dois Berços de Atracação com retroárea no Prolongamento do Cais de Água dos Meninos, no Porto de Salvador.
- Construção de 23,37% da passagem sobre linha férrea em Alagoinhas, no Estado da Bahia, para reduzir o número de acidentes e melhorar o fluxo de passageiros naquela cidade.
- 33,20 % de andamento na implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE), no Porto de Aratu(BA).
- 36,45% de andamento na implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE), no Porto de Ilhéus (BA).
- 35,01% de andamento na implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE), no Porto de Salvador (BA).
- Início das obras de instalação de Estação de Tratamento de Resíduos Tóxicos no Porto de Aratu –(BA).
- Obras de melhoramento nas Subestações Elétricas e iluminação no Porto de Salvador –(BA), com andamento de 29,93% em 2005.
- Início das obras de contenção no Cais Águas de Meninos, no Porto de Salvador (BA).
- Conclusão de 90,81% das obras de pavimentação da infra-estrutura viária e do Pátio de Estocagem no Porto de Salvador (BA).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O contingenciamento orçamentário caracteriza-se como a restrição mais freqüente apresentada nos últimos anos. Entretanto, em 2005 houve uma expressiva melhoria desta condição, como conseqüência da previsão de obra componente do programa no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), qual seja, o Contorno de Aracaju, na BR-116/SE.

Outra restrição está relacionada com as dificuldades relativas ao licenciamento ambiental, uma vez que obras de adequação ou pavimentação das vias rodoviárias, bem como de melhoramento da infra-estrutura portuária e ampliação da capacidade dos portos podem causar forte impacto no meio-ambiente. Assim, atenção especial é dispensada a esses aspectos e envolve articulação com os órgãos ambientais.

Outro fato notório que obsta o melhor desempenho do programa é a carência de recursos humanos do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), ente responsável pelo gerenciamento e pela execução do programa. Este é um problema crítico, principalmente no que se refere às equipes executoras. Encontra-se em andamento um concurso público que proverá 600 novos servidores à estrutura da autarquia.

Outro problema institucional observado é a insuficiência de recursos materiais, que comprometem os trabalhos de supervisão e fiscalização das obras. Para contorná-lo, foi feita dotação própria, em 2006, de recursos da ordem de R$ 20 milhões para a compra de equipamentos e veículos, entre outros, de sorte a aparelhar as unidades regionais do DNIT.

Quanto à implementação do programa, é necessário, ainda, que se promova a melhor capacitação dos recursos humanos disponíveis, visando à melhoria à fiscalização e ao acompanhamento das obras, e à consolidação de dados e informações seguida de sua transmissão à sede do DNIT.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A questão ambiental deve ser priorizada, mediante a implementação de projetos consistentes com os estudos de previsão dos impactos gerados e a definição clara, no processo licitatório, das responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- No caso específico das obras portuárias, é necessária uma melhor articulação com as entidades portuárias, com o objetivo de agilizar os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas, com a concorrência de recursos fiscais destacados, pois os portos são as portas de saída para o escoamento de parcela representativa das exportações brasileiras.

Corredor Sudoeste

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

Público-Alvo

Usuários da malha de transportes na região.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 204.959.600,00	Empenho Liquidado:	R$ 31.638.001,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 31.638.001,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Sudoeste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

2. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Sudoeste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

3. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Sudoeste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

4. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Sudoeste

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, o Ministério dos Transportes contratou o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UNB) com o fito de rever os indicadores de desempenho atualmente em uso e propor novas categorias para a mensuração do impacto das políticas públicas no setor. Acredita-se que esta iniciativa será suficiente para prover o órgão com melhores condições para estimar e medir o alcance do objetivo de cada programa.

De qualquer forma, em relação a este programa, os atuais indicadores não refletem adequadamente o avanço físico das obras. Nos casos em que a ação contempla a construção ou a duplicação de rodovias, os reflexos no indicador aparecem apenas na parte final da obra ou após a sua conclusão, o que pode extrapolar o PPA vigente. A variação positiva dos índices está diretamente ligada à execução e à finalização das obras.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a expansão da fronteira agrícola, que necessita de um escoamento adequado. Hoje o transporte representa um valor significativo no elevado custo do produto agrícola, consistindo em um dos principais problemas enfrentados pela área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

Principais Resultados

As principais obras realizadas e suas metas correspondentes, no Corredor Sudoeste, são a adequação de 2,6 quilômetros de travessias urbanas na BR-158, no Estado do Mato Grosso do Sul e a pavimentação de 37,8 quilômetros da BR-158, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Como o objetivo do programa é reduzir o custo do transporte de cargas na área de abrangência dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, do sul do Estado de Goiás e de parte da região Sudeste, as ações executadas deveriam causar impactos nesse sentido. Para que isso ocorra, é oportuno o desenvolvimento de um indicador que permita captar os benefícios gerados pela implantação parcial das ações, visto que, em princípio, somente após a conclusão da obra será possível verificar se o custo do transporte de carga efetivamente diminuiu. Dessa forma, sugere-se que, ao analisar a possibilidade de alterar a forma de aferição, a consultoria responsável considere a concentração de esforços sobre segmentos específicos.

De qualquer forma, na avaliação da execução do programa, em 2005, ressaltam como principais dificuldades: a quantidade elevada de emendas orçamentárias, a existência de expressivo montante de restos a pagar; o fato de alguns projetos encontrarem-se com paralisação cautelar determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e o longo prazo geralmente demandado pelos órgãos ambientais para a aprovação das licenças prévias e de instalação e a concentração da liberação de recursos no final do exercício. No que se refere, principalmente, aos projetos rodoviários, os recursos

deveriam ser liberados no primeiro semestre do ano, para agilizar os processos licitatórios e possibilitar o início das obras antes do período das chuvas. Além disso, observam-se dificuldades das unidades regionais em acompanhar os convênios, devido a fatores externos, dificuldades em licitações e celebração de contratos devido aos prazos legais e aos constantes recursos interpostos pelos licitantes, e dificuldades na celebração de convênios, em virtude da inadimplência de entes federativos inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Devido à complexidade do programa, as ações tiveram andamento normal somente a partir de agosto de 2005. O elevado montante de restos a pagar, associado a um cenário de elevada pressão financeira, prejudicou a execução orçamentária das programações correntes, e afetou, entre outros aspectos, a credibilidade do governo junto ao mercado, exceto pelas obras contempladas no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), que não sofreram contingenciamento.

O MT recebe, anualmente, um grande volume de recursos adicionais, dos quais apenas uma pequena parcela é utilizada, pois sua aprovação ocorre no final do exercício, quando já não há tempo hábil para sua execução. Cabe ressaltar que, principalmente no que se refere aos projetos rodoviários, os recursos deveriam ser liberados no primeiro semestre do ano para possibilitar a agilização dos processos licitatórios e o início das obras antes do período das chuvas.

Outro ponto importante refere-se à carência de recursos, tanto materiais quanto humanos. Os órgãos executores, de modo geral, não possuem recursos materiais suficientes para a consecução de suas ações:.faltam equipamentos de informática, veículos para fiscalização das obras, etc. Para suprir essas deficiências, em 2006 incluiu-se no Projeto-Piloto de Investimentos uma ação de "Modernização do DNIT".

Os recursos humanos também foram considerados insuficientes para a implementação do programa; portanto, é necessário que haja o treinamento de pessoal no que diz respeito à informatização dos processos. Além disso, está em andamento um concurso público que visa à adequação do quadro do DNIT e a melhorias na tecnologia da informação Por fim, vale ressaltar que os processos estão sendo mapeados para possibilitar melhor controle interno e externo e que encontra-se em desenvolvimento um software gerencial do tipo Data Warehouse.

Outros aspectos relevantes

O trabalho de campo de acompanhamento e monitoramento da execução das obras é feito pelas unidades regionais do DNIT, que enviam os dados mensalmente à diretoria responsável,.para consolidação.O DNIT também usa serviços de consultores externos para promover a supervisão de determinados serviços das obras em execução.

A promoção da participação social no DNIT é feita por meio da Ouvidoria (telefone 0800-611535 e www.dnit.gov.br), que aduz as impressões do público sobre o efeito das ações e, com isso, permite o aperfeiçoamento do programa. Além disso, as unidades do DNIT promovem audiências públicas prévias às licitações das obras, ocasião em que o público tem a oportunidade de participar dos processos que precedem à

execução do programa. Nas audiências públicas há, naturalmente, a participação de representantes de entidades de classe e de agentes das administrações municipais e estaduais.

Destacam-se, enfim, as boas práticas de gestão adotadas pelo órgão com a implantação do Plano de Gestão de Qualidade (PGQ), que define as metas de cada obra e a atualização dos sistemas informatizados de medição e de orçamentação (Sicro).

Recomendações

- Deve-se priorizar a questão ambiental , mediante a a implementação de projetos consistentes com a previsão dos estudos dos impactos gerados e a definição clara , nos processos licitatórios, das responsabilidades atribuídas aos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- No caso específico das obras portuárias, é necessária uma melhor articulação com as entidades portuárias, para tornar mais ágeis os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas, com a concorrência de recursos fiscais destacados, pois os portos são a porta de saída para o escoamento de uma representativa parcela das exportações brasileiras.

Corredor Transmetropolitano

Objetivo

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e o sudoeste do Estado de Minas Gerais.

Público-Alvo

Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e no sudoeste de Minas Gerais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 244.419.834,00	Empenho Liquidado: R$ 103.781.679,00 Pago estatais: R$ 12.420.202,00 Total: R$ 116.201.881,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 53.200.000,00	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Transmetropolitano

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Transmetropolitano

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

3. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Transmetropolitano

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

Contextualização

Redução do alto custo de transporte na principal via de escoamento da produção nacional, que necessita de uma intensa atividade intermodal que garanta ganhos de competitividade para a economia brasileira, o que se refletirá favorvelmente na balança comercial e, conseqüentemente , no ingresso de divisas. Essa área abrange o Estado de São Paulo e o sudoeste do Estado de Minas Gerais.

Principais Resultados

No Corredor Transmetropolitano, as principais obras realizadas e suas metas correspondentes são as seguintes:

- Adequação de 46,53% dos trechos rodoviários da rodovia Régis Bittencourt (BR-116) projetados no Estado de São Paulo.
- Execução parcial de obras complementares em ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Paraná, ligando Aparecida do Taboado/PR e Rubinéia/SP.
- Início da pavimentação de trecho em construção do Rodoanel de São Paulo.
- 16,60% de andamento na implantação do Código Internacional de Segurança e Proteção de Embarcações e Instalações Portuárias (ISPS – CODE) no Porto de Santos.
- Início das obras de implantação da Avenida Perimetral no Porto de Santos.
- Projeto de recuperação da infra-estrutura portuária no Porto de Santos, com 7,30% de execução.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A mais constante restrição sentida ao longo dos últimos anos se refere ao contingenciamento orçamentário. Entretanto, no ano de 2005, houve uma expressiva melhoria desta condição como conseqüência da previsão de projetos componentes do programa no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), abrangendo a BR-116/SP, a BR-381/SP e obras no porto de Santos.

Outra restrição está relacionada com as dificuldades relativas ao licenciamento ambiental, uma vez que obras de adequação ou pavimentação das vias rodoviárias, bem como de melhoramento da infra-estrutura portuária e ampliação da capacidade dos portos podem causar forte impacto no meio-ambiente. Assim, atenção especial é dispensada a esses aspectos e envolve a articulação com os órgãos ambientais.

Outro fato notório que obsta o melhor desempenho do programa é a carência de recursos humanos do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), ente responsável pelo gerenciamento e pela execução do programa. Este é um problema crítico, principalmente no que se refere às equipes executoras, portanto, encontra-se em andamento um concurso público que proverá 600 novos servidores à estrutura da autarquia.

Outro problema institucional observado é a insuficiência de recursos materiais, que comprometem os trabalhos de supervisão e fiscalização das obras. Para contorná-la, foi criada dotação própria, em 2006, de recursos da ordem de R$ 20 milhões para a compra de equipamentos e veículos, entre outros, de sorte a aparelhar as unidades regionais do DNIT.

Quanto à implementação do programa, é necessário, ainda, que se promova a melhor capacitação dos recursos humanos disponíveis, visando à melhoria da fiscalização e do acompanhamento das obras, além da consolidação de dados e informações e sua transmissão à sede do DNIT.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- A questão ambiental deve ter prioridade de tratamento através da realização de projetos consistentes com os impactos gerados, além da adequação no processo licitatório no que concerne à definição clara das responsabilidades dos atores envolvidos na implementação dos programas ambientais.
- Para o caso específico das obras portuárias, há necessidade de uma melhor articulação com as entidades portuárias para tornar mais ágeis os processos burocráticos que retardam a execução de obras já autorizadas, com a concorrência de recursos fiscais destacados. Afinal, os portos são as portas de saída para o escoamento de uma representativa parcela das exportações brasileiras.

Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Objetivo

Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

Público-Alvo

Usuários e concessionários das rodovias federais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 17.272.344,00	Empenho Liquidado: R$ 11.148.908,00 Pago estatais: - Total: R$ 11.148.908,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
R$ 620.000.000,00	-

Indicador(es)

1. Taxa de Concessão de Malha Rodoviária Federal

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

2. Taxa de Transferência de Malha Rodoviária Federal

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

Contextualização

A falta de uma administração mais direta impacta negativamente nas condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais, problema que o MT vem buscando

resolver mediante sua concessão à iniciativa privada ou por meio da transferência de sua administração aos Estados.

Principais Resultados

Podem-se citar três estudos iniciados no ano de 2005, relativos às concessões ferroviárias: um voltado à especificação e implantação do sistema de acompanhamento e fiscalização ferroviária; o segundo, voltado à criação de um banco de informações técnicas de transportes terrestres; o terceiro visando ao aprimoramento dos marcos regulatórios do transporte ferroviário. Eles se somam ao estudo vinculado ao acompanhamento de ações na área ambiental, formalizado em 2003.

Quanto aos estudos relacionados à exploração da infra-estrutura rodoviária, são exemplos do acontecido em 2005: análise da viabilidade do projeto do Anel Metropolitano de Porto Alegre; estudo de viabilidade de concessão do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro; análise dos estudos de viabilidade desenvolvidos pelo Ministério dos Transportes para concessão de 7 lotes de rodovias que compõem a 2ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais; convênio com a Universidade de Brasília para o levantamento e a atualização, com metodologia adequada, dos processos herdados pela ANTT do extinto DNER; foram realizados estudos de tráfego e demonstrados impactos nas concessões atuais de possíveis alterações em localizações de praças de pedágio, fato que subsidiou a modelagem dos 7 lotes da 2ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais; foram elaborados estudos em separado sobre o impacto nas cadeias produtivas que utilizam a Rodovia Presidente Dutra e a Ponte Rio-Niterói.

O conjunto dos estudos finalizados e aqueles ainda em desenvolvimento cooperam decisivamente para garantir o respeito às normas de segurança exigidas à prestação do serviço, à operação e à manutenção dos bens ativos e dos aspectos determinados nos contratos de concessão. Essa situação promove melhorias nas condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais concedidas, fomentando o desenvolvimento do mercado de transportes, otimizando a logística de escoamento de mercadorias tanto para o mercado interno como externo e oferecendo maior segurança, rapidez e redução de custos.

A fiscalização de concessões sob responsabilidade da ANTT foi realizada conforme estabelecido no Plano de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas (atribuições das equipes de campo, apoio, gestão e fiscalização; periodicidade; tipos de relatório) aprovado pela Diretoria da ANTT e de acordo com o planejamento anual das concessionárias.

Foram emitidos 715 termos de registros de ocorrência, relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias, os quais originaram a abertura de processos para análise.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não foi informado.

Outros Aspectos Relevantes

Durante o ano de 2005, foi realizada a primeira Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos serviços. Os resultados obtidos encontram-se em fase de análise e servirão de base para o aprimoramentos do programa.

Recomendações

Não há recomendações.

Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

Objetivo

Renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País, para o transporte marítimo internacional e nacional de passageiros e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira.

Público-Alvo

Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 1.039.692.755,00	Empenho Liquidado: R$ 486.322.626,00 Pago estatais: - Total: R$ 486.322.626,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem

Unidade de medida: Ano
Último índice apurado: 20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

2. Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso

Unidade de medida: Ano
Último índice apurado: 16 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

3. Idade Média da Frota - Navegação Interior

Unidade de medida: Ano
Último índice apurado: 20 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

4. Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, o Ministério dos Transportes contratou o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UNB) com o fito de rever os indicadores de desempenho atualmente em uso e propor novas categorias para a mensuração do impacto das políticas públicas no setor. Acredita-se que essa iniciativa será suficiente para prover o órgão com melhores condições para estimar e medir o alcance do objetivo de cada programa.

De qualquer forma, seguem algumas informações específicas a respeito dos indicadores acima mencionados que poderão ser levadas em consideração pela consultoria, no momento de sua revisão.

Indicador 1: O Departamento do Fundo de Marinha Mercante (DEFMM) possui informações somente a respeito das embarcações que financia. Não houve articulação com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para obter as demais informações.

Indicador 2: O DEFMM não possui estas informações, nem mesmo provê com recursos do Fundo de Marinha Mercante (FMM) a construção desse tipo de embarcação há muitos anos. Por outro lado, a gerência não buscou os dados necessários à apuração do índice junto às instituições públicas federais competentes.

Indicador 3: o DEFMM vem desembolsando recursos para grande parte da navegação interior nacional, porém este indicador está incorreto pois congrega segmentos distintos da navegação interior – transporte de passageiros, líquidos e granel – que possuem idades completamente diferentes.

Indicador 4: o DEFMM não possui estas informações, mas tem as referentes às embarcações cuja construção ele financia por meio do FMM. A gerência não buscou os dados necessários à apuração do índice junto às instituições públicas federais competentes

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi o da necessidade de renovação e expansão da frota brasileira, que é muito antiga e possui limitada capacidade de carga e elevados custos de manutenção. A geração de empregos, maior segurança para o transporte de cargas e passageiros e novas oportunidades de geração de renda são algumas das problemáticas que este programa pretende solucionar ao longo do PPA 2004-2007. Isso deverá ser realizado mediante financiamento à construção de embarcações em estaleiros brasileiros destinadas ao transporte marítimo internacional e nacional, de passageiros e carga na navegação interior, ao apoio marítimo e portuário e à atividade pesqueira.

Principais Resultados

Em 2005, foram entregues 27 embarcações e utilizados R$ 251,1 milhões. Dentre as entregues e as em fase de construção, foram financiadas, no total, 92 embarcações, com a seguinte distribuição:

- 5 embarcações do tipo PSV (transporte de suprimento).
- 7 embarcações do tipo AHTS (manuseio de âncoras, reboque e suprimento).
- 1 embarcação do tipo MPOSV (serviços de mergulho e operações remotas com robôs).
- 3 jumborizações de embarcações do tipo PSV (transporte de suprimento).
- 4 rebocadores portuários e 2 rebocadores oceânicos que, por serem dotados de alta tecnologia de manobrabilidade e grande capacidade de reboque, aumentarão a segurança das manobras com navios.
- 5 empurradores oceânicos e 11 barcaças oceânicas para transporte de toras de madeira, de celulose e de bobinas de aço.
- 1 navio tanque e 1 graneleiro que irão contribuir para a racionalização do transporte ao longo da costa brasileira, aumentando a participação da navegação de cabotagem na matriz interna de transporte.
- 34 balsas graneleiras para transporte de agrogranéis na Bacia Amazônica, que contribuirão para a redução do custo de transporte interno da soja destinada à exportação.
- 4 empurradores e 4 balsas para transporte de carga geral na Bacia Amazônica, modernizando a frota empregada nesse transporte.
- 3 lanchas com capacidade para 1.300 passageiros cada e 3 lanchas com capacidade para 200 passageiros cada, do tipo catamarã de alta performance, em casco de alumínio, a serem empregadas nas ligações entre os Municípios do Rio de Janeiro e Niterói.
- 4 pontões flutuantes para atracação e desatracação das lanchas de passageiros do tipo catamarã.

Em relação à satisfação do beneficiário, o DEFMM realizou, no final de 2005, uma pesquisa sobre a satisfação das empresas que solicitaram recursos do FMM, mas os resultados ainda estão sendo analisados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O principal problema de concepção do programa, como já foi dito, consiste na inadequada definição de indicadores. Esse problema, contudo, deve ser contornado a partir do trabalho da consultoria externa contratada.

Outro problema refere-se à estimativa do gasto e à efetiva execução orçamentária.

O DEFMM é responsável por prever a demanda por financiamentos, mas cabe ao agente financeiro o fechamento dos contratos. Essa característica, aliada à não-concretização de projetos específicos da Transpetro, da Profrota pesqueira e da PDVSA, que compunham a meta para 2005, contribuíram para a baixa execução orçamentária do programa.

Em relação às restrições, todas as corrdenações do DEFMM possuem uma estrutura inadequada: falta pessoal qualificado e não há previsão de reposição. Um exemplo emblemático é o fato de existir somente um engenheiro naval cedido ao departamento e que, portanto, não pertence ao quadro específico do órgão. Considerando ainda as dificuldades de assessoramento jurídico, detecta-se morosidade no cumprimento das demandas e análises dos pleitos apresentados. Espera-se, entretanto, que esse

problema seja resolvido quando do encerramento do concurso público realizado pelo DNIT, que proverá técnicos para a unidade.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito pelo DEFMM, que acompanha todos os desembolsos de execução das obras e fiscaliza sua execução em visitas periódicas, com interstício aproximado de 100 dias.

A participação social, por sua vez, acontece somente por meio da reunião do Conselho-Diretor do FMM, ocasião em que são definidas as prioridades de financiamento. Considerando-se que vários setores interessados participam do colegiado, pode-se dizer que eles contribuem para o melhor direcionamento dos recursos do Fundo.

Recomendações

- Devem-se reforçar os instrumentos e as iniciativas adotadas para tornar mais célere a contratação dos recursos necessários ao desenvolvimento das embarcações contempladas pelos projetos aprovados pelo Conselho-Diretor do Fundo de Marinha Mercante (CDFMM). O tempo de tramitação dos projetos priorizados pelo colegiado, até a celebração dos contratos de financiamento, chegou a ser de 24 meses, em média.
- Com a gestão do Departamento do Fundo de Marinha Mercante (DEFMM) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a adoção de novos agentes financeiros – Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste, nas áreas de atuação destas instituições – o tempo médio caiu para 6 meses, ainda assim elevado para projetos já aprovados.
- Tanto a ANTAQ quanto o DEFMM são instituições federais vinculadas ao Ministério dos Transportes. Não há justificativa, portanto, para que não ocorra interação entre as unidades, para promover o melhor entendimento da problemática enfrentada pelo programa "Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval", posto que uma unidade aprecia os projetos de financiamento e instrui as decisões a serem tomadas pelo CDFMM, enquanto à outra cabe congregar as informações atinentes ao setor aquaviário. A idade da frota por categoria e a participação percentual do modal na matriz de transportes são informações que podem (e devem) orientar as análises dos pleitos de financiamento.

Gestão da Política de Transportes

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 280.102.250,00	Empenho Liquidado: R$ 236.437.413,00 Pago estatais: R$ 141.750,00 Total: R$ 236.579.163,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Não disponível.

Principais Resultados

Este programa possui ações de gestão voltadas para a administração de pessoal e para benefícios sociais, tais como o custeio dos processos de liquidação de órgãos extintos, como a RFFSA, o DNER e o GEIPOT, e a transferência de recursos para o convênio bilateral Brasil/Argentina, que tem como objeto a concessão da Ponte São Borjas.

No final de 2005, foi realizada uma pesquisa de contagem de tráfego, volumétrica e classificatória, além de pesquisa de origem e destino, com vistas a definiir a localização de postos de pesagem das rodovias federais. Foram 7 dias de trabalho de campo, com a participação de aproximadamente 6 mil homens, entre soldados do Exército e agentes da Polícia Rodoviária Federal, distribuídos em 109 postos de pesquisa. Neste levantamento, foram contabilizados 5 milhões de veículos. Os dados deverão ser divulgados em 2006, após sua compilação.

Destacam-se, ainda, os seguintes estudos e pesquisas, concluídos ou em execução, que auxiliarão na internalização da capacidade de planejamento do Governo Federal

para políticas de transportes e logística:

- Plano Nacional de Logística, executado pelo Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN), contratado em dezembro de 2005 - execução prevista para 12 meses.
- Pesquisa de agregado e argila calcinada, em execução por meio de convênio de cooperação técnica com a Fundação Universidade do Amazonas e a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - conclusão prevista para maio de 2006.
- Estudo para a elaboração do Modelo Nacional de Transportes, iniciado em fevereiro de 2005, em convênio firmado com a COPETEC/UFRJ, com o objetivo de formulação conceitual e metodológica de um modelo de transportes para o Brasil - previsão de conclusão em abril de 2006.
- Levantamento do estado da infra-estrutura e do desenvolvimento tecnológico em 31 portos (LEVANTAPORTOS), com o objetivo de propor ações para melhorar o desempenho e a produtividade dos terminais - concluído em dezembro de 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não há.

Outros Aspectos Relevantes

Encontra-se em andamento um estudo que visa à elaboração e ao aperfeiçoamento de indicadores de desempenho dos programas finalísticos do órgão e é realizado pelo Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB).

Recomendações

Não há recomendações

Infra-Estrutura de Transportes

Objetivo

Desnvolver a infra-estrutura de transportes, promovendo, entre outras ações, a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

Público-Alvo

Usuários de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 205.748.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 159.452.816,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 159.452.816,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores. Trata-se de programa originário de emenda parlamentar, que não acompanha todos os atributos constitutivos.

Contextualização

O programa foi elaborado a partir da oportunidade de modernizar e otimizar a intermodalidade do sistema de transportes, como forma de reduzir o alto custo do transporte de cargas, além de dinamizar o fluxo de passageiros entre as regiões brasileiras, colaborando para a integração sul-americana.

Principais Resultados

- 20,27% de execução física das obras de infra-estrutura para fortalecimento da navegação na Região Norte.
- Implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura ferroviária, nos subtrechos de Ribeirão Mosquito a Ribeirão Campo Alegre e de Ribeirão Campo Alegre a Ribeirão do Coco, e no trecho compreendido entre Anápolis e Petrolina de Goiás.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Com exceção dos principais resultados, abordados anteriormente, a execução da maioria das ações do programa ficou aquém do desejado. Quanto ao cumprimento das metas físicas, tendo como base a Lei Orçamentária 2005, percebe-se que a

lenta execução gerou aditamento nos prazos e aumentos consideráveis nos custos de implantação e provocou insatisfação por parte dos parceiros e de importantes segmentos pertencentes ao público-alvo do programa. As principais causas, portanto, do fraco desempenho observado foram os contingenciamentos orçamentários e financeiros.

Há problemas na concepção do programa em vários aspectos: sua natureza, por exemplo, vai de encontro à forma como o Ministério dos Transportes passou a estruturar sua programação, isto é, por meio de corredores regionais. Dessa forma, cada corredor deve apresentar ações visando à construção, ampliação, recuperação e modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária. Por entender que a existência deste programa apresentava sobreposição em relação a outros programas do Ministério, ele foi excluído do PPA a partir de 2006.

Outros Aspectos Relevantes

Não há

Recomendações

Como o programa foi excluído, não há recomendações.

Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Objetivo

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

Público-Alvo

Usuários das rodovias federais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.552.501.606,00	Empenho Liquidado: R$ 2.309.296.599,00 Pago estatais: - Total: R$ 2.309.296.599,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Rodovias com Boas Condições de Trafegabilidade

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 18 em 1/1/2005.
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Baixa.

Contextualização

A malha rodoviária federal não atingiu um nível operacional adequado, fruto da ausência de esforços ou de um esforço insuficiente para sua conservação, o que gerou aumento de custos operacionais e a conseqüente elevação dos custos das intervenções futuras.

Em 2005, 18% da malha estavam em boas condições de conservação, 36% em situação regular e 48% em mau estado de conservação. Nesse contexto, mostrou-se oportuna a programação de iniciativas que reconduzissem a malha a uma condição satisfatória de trafegabilidade e garantissem a segurança dos usuários.

Principais Resultados

Apesar de o estado atual da malha não ter sido aferido, estima-se que será improvável alcançar o índice projetado até o final do PPA. Simulações executadas pelo modelo de otimização HDM-4, dentro do Sistema de Gerenciamento de Pavimento do DNIT,

conduziram a uma necessidade de investimentos anuais em torno de R$ 1,5 bilhões em restauração, durante quatro anos seguidos, a partir de 2005, para alcançar, em 2009, o índice de 58% de rodovias em bom estado e 42% em condições regulares. O principal objetivo, portanto, é evitar que perdurem as más condições das rodovias, mediante a realização de obras e serviços que serão citados adiante.

No Projeto-Piloto de Investimento (PPI), em 2005, foi identificada a fração da malha que seria objeto prioritário de recuperação, com aproximadamente 17.800 quilômetros de extensão. No primeiro ano de execução, foram recuperados 2.675 quilômetros e foi contratada a recuperação de outros 6.592, perfazendo mais da metade da malha definida.

Entre as obras principais, destacam-se:

- BR-020: iniciou-se a recuperação de 606 quilômetros, sendo 293 km na Bahia, 246 km no Ceará e 67 km no Piauí.
- BR-040: foi iniciada a recuperação de 474 quilômetros da rodovia em Minas Gerais.
- BR-050: início das obras de recuperação em 28 quilômetros, em Goiás.
- BR-116: início da execução dos contratos de recuperação de 1.595 quilômetros, dos quais 791 são na Bahia, 70 no Ceará, 509 em Minas Gerais, 13,5 na Paraíba, 19,5 no Paraná e 192 no Rio Grande do Sul.
- BR-153: iniciada a recuperação em 852 quilômetros – 277 em Goiás, 33 em Minas Gerais, 59 no Paraná, 160 no Rio Grande do Sul, 55 em São Paulo e 268 em Tocantins.
- BR-158: a recuperação já foi iniciada em 800 quilômetros – 31 km no Mato Grosso do Sul, 314 km no Mato Grosso, 407 km no Rio Grande do Sul e 48 km em Santa Catarina.
- BR-163: recuperação iniciada em 666 quilômetros, dos quais 513 são no Mato Grosso do Sul, 91 no Mato Grosso e os 62 restantes em Santa Catarina.
- BR-174: 215 quilômetros em recuperação no Mato Grosso.
- BR-222: 421 quilômetros – 223 no Ceará, 122 no Maranhão e 76 no Piauí – em recuperação.
- BR-242: 797 quilômetros em recuperação na Bahia.
- BR-251: recuperação de 38 quilômetros em Minas Gerais.
- BR-262: recuperação contratada para 290 quilômetros, sendo 36 em Minas Gerais e 254 no Mato Grosso do Sul.
- BR-280: início das obras de recuperação em 235 quilômetros.
- BR-324: início da recuperação de 137 quilômetros no Estado da Bahia.
- BR-343: andamento da recuperação de subtrechos que perfazem 75 quilômetros nos Piauí.
- BR-364: 729 quilômetros em recuperação – 271 km em Goiás, 134 km no Mato Grosso e 324 km em Rondônia.
- BR-365: 634 quilômetros de subtrechos em recuperação em Minas Gerais.
- BR-392: início das obras de recuperação em 112 quilômetros no Rio Grande do Sul.
- BR-459: intervenções para recuperação de 84 quilômetros em Minas Gerais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dos recursos orçamentários aprovados para o exercício de 2005 pela Lei nº. 11.100, de 25 de janeiro de 2005, uma relação de subtítulos relativos a obras e serviços foi embargada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou indícios de irregularidades graves em diversos contratos e convênios e determinou a sua paralisação cautelar, fazendo-os constar da relação do Anexo VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Assim, apesar de contar com bastantes recursos orçamentários para o cumprimento do cronograma do programa, o DNIT ficou impossibilitado de executar as obras e os serviços e ainda está aguardando as decisões do TCU acerca das medidas retificadoras.

A este cenário de deficiência institucional, soma-se também o baixo estoque de projetos básicos e executivos concluídos e em condições de implantação. Por esse motivo, o impedimento no andamento regular de projetos contemplados não pode ser compensado com o adiantamento de outros.

Para dotar a autarquia de estrutura condizente com o desafio que lhe foi apresentado, encontra-se em fase de ultimação um processo seletivo de provas e títulos, para o provimento de 600 novos profissionais, além de um projeto de reaparelhamento do DNIT e das suas unidades regionais que, destinando, em 2006, R$ 20 milhões para a compra de equipamentos e veículos.

Essas providências, acrescidas de uma previsão específica para a contratação de estudos e projetos, devem garantir um ritmo mais acelerado de realizações a partir de 2006.

Outros Aspectos Relevantes

Não há

Recomendações

- A operação dos postos de pesagem deve resultar na redução das infrações aos limites de pesos de transporte fixados para o tráfego ao longo das rodovias. Estima-se que atualmente 40% da frota brasileira de veículos pesados trafega com carga superior à autorizada, prejudicando o pavimento que, muitas vezes, dura apenas a metade do tempo para o qual foi projetado. Assim, recomenda-se a implantação e a operação de balanças em pontos estratégicos das principais rotas de transporte de veículos pesados, como medida complementar às demais providências de conservação e restauração.

Manutenção de Hidrovias

Objetivo

Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

Público-Alvo

Manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 28.716.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 28.715.998,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 28.715.998,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Manutenção de Hidrovias

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

2. Taxa de Navegação Efetiva nas Hidrovias

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, foi contratado um serviço de consultoria externa junto ao Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB), visando à revisão dos indicadores dos programas. O serviço ficará sob a coordenação do Ministério dos Transportes e deverá prover o órgão com melhores elementos e qualificação para mensurar com mais clareza o alcance dos objetivos e metas.

No caso específico deste programa, os dois indicadores não são capazes de atender à real situação das hidrovias. O Tribunal de Contas da União (TCU), no Relatório de Auditoria de Natureza Operacional, propôs novos indicadores de desempenho,

os quais devem ser considerados para efeito do trabalho da consultoria acima mencionado.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi o da necessidade de manutenção das características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores, visando a garantir a implantação de um sistema integrado dos modais de transportes.

Principais Resultados

O programa tem suas atribuições divididas em oito Administrações de Hidrovias. São elas:

- Administração de Hidrovias do Sul (AHSUL): uma das principais realizações foi a manutenção das barragens de Fandango, Anel de Dom Marco, Amarópolis e Bom Retiro do Sul, onde se localizam as eclusas, principais vias de acesso para embarcações.
- Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR): levantamento topobatimétrico do rio Paraguai, dragagens em alguns passos do rio e manutenção em draga.
- Administração da Hidrovia do Paraná (AHRANA): manutenção do balizamento e da sinalização no reservatório da UHE Itaipu e no trecho entre Guaíra e a UHE Porto Primavera.
- Administração da Hidrovia do São Francisco (AHSFRA): manutenção da sinalização e do balizamento no trecho Pirapora-MG a Juazeiro-BA e manutenção da eclusa de Sobradinho.
- Administração da Hidrovia do Araguaia/Tocantins (AHITAR): sinalização e balizamento com substituição de marcos e manutenção de equipamentos fluviais e do Terminal de Aruanã.
- Administração da Hidrovia do Amazônia Oriental (AHIMOR): não apresentou resultados referentes a 2005.
- Administração da Hidrovia do Nordeste (AHINOR): melhoramentos nas hidrovias de Mearim, Grajaú, Turuiaçu, Paruá, na região do Delta do Parnaíba e recuperação de atracadouro hidroviário flutuante no povoado de Mandacaru.
- Administração da Hidrovia da Amazônia Ocidental (AHIMOC): serviços de monitoramento ambiental, manutenção das estações hidrométricas, batimetria nos principais pontos críticos e atualização do atlas de balizamento da Hidrovia do Madeira.

Os resultados, porém, ficaram abaixo do esperado. Dos 5.745 km inicialmente previstos de hidrovias a serem mantidas, em somente 3.076,88 km efetivou-se a manutenção. Verificou-se que 100% dos recursos destinados foram utilizados, mas esse volume ainda foi considerado insuficiente para a execução de novas ações de melhoramento. Assim, foram realizados apenas os serviços essenciais para a manutenção da trafegabilidade. Além, disso, 50% do orçamento do programa é destinado ao pagamento de pessoal. Se forem somados os contratos administrativos, esse percentual sobe ainda mais, restando um valor muito pequeno para os serviços de manutenção das hidrovias.

O programa não atingiu o público-alvo de forma satisfatória. Para que isso ocorra, é preciso que haja melhores mecanismos de fiscalização das administrações de hidrovias, além de pessoal habilitado para desenvolver as atividades inerentes ao setor hidroviário.

Por outro lado, apesar de haver contratos de balizamento e sinalizações na maioria das administrações de hidrovias, os principais usuários – transportadores hidroviários – mostraram-se insatisfeitos e relataram que há má conservação das placas de sinalização, balizamento inexistente ou mal localizado em alguns trechos, além de trechos sem condições de navegação por falta de desassoreamento e dragagem. O mecanismo utilizado para medir a satisfação desses usuários foi o questionário.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A manutenção das hidrovias é feita pelas administrações específicas, vinculadas às Companhias Docas que, por sua vez, mantêm convênios de repasse financeiro com o DNIT. Além disso, a atividade também exige articulação com a Assessoria de Meio Ambiente do Ministério dos Transportes. Este fluxo decisório, porém, tem dificultado que as intervenções nas hidrovias sejam priorizadas.

Quanto à concepção do programa, o principal problema reside na definição de indicadores. O setor hidroviário é atípico por não ser definido apenas pelos quilômetros de vias navegáveis e sim pela mudança de realizações sob a égide do programa. Ou seja, muitas de suas atividades dependem da variação apresentada nos índices pluviométricos dos rios, que baixam e sobem ao longo do ano, determinando qual o volume de serviços a ser realizado, como dragagem, destocamentos e paliteiros, entre outros.

Em relação às restrições, além da carência de recursos e do expressivo comprometimento destes com o pagamento de pessoal, pode-se citar a lentidão no processo de licenciamento ambiental. Atualmente, existem hidrovias com impossibilidade de navegação por causa de questões ambientais que rolam na justiça.

Outros Aspectos Relevantes

O mecanismo utilizado para o monitoramento do desempenho físico das ações é a prestação de contas sobre o cumprimento dos programas de trabalho firmados entre a gerência e as administrações de hidrovias. A principal dificuldade é a ausência de uma fiscalização in loco e periódica que permita o atesto da realização e da qualidade dos serviços programados . Para melhor aperfeiçoamento do programa, é necessário aumentar o efetivo da diretoria aquaviária do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), o que deve ser resolvido com a ultimação do concurso público de provas e títulos ora em realização.

Recomendações

- Não há medição do grau de satisfação da população ribeirinha, portanto, a percepção do alcance social só congrega as impressões das empresas transportadoras. É necessário, pois, que se avance na captação dessas

percepções junto à população diretamente afetada. A instalação de comitês hidroviários poderia contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de avaliação das iniciativas e da satisfação dos principais interessados.

- Sugere-se a elaboração de planos de gestão das hidrovias, de forma a classificar os investimentos que se entendem necessários segundo uma escala de importância. Cabe salientar que no processo de revisão do Plano Plurianual (PPA) e de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), em curso, várias propostas foram feitas para contemplar a manutenção de trechos hidroviários, sem que isso tenha sido precedido da definição de prioridades, que seria objeto dos Planos de Gestão.
- Um aspecto importante a destacar é a previsão, no Projeto de Lei Substitutivo nº. 59/1996, de que a construção de barragens deverá ser acompanhada de eclusas em cursos navegáveis. Para que a navegação interior não seja prejudicada pela execução de outros projetos, sem que se lhes questione o mérito, seria oportuno um trabalho de assessoramento parlamentar mais efetivo para incluir a matéria na agenda do Congresso Nacional. Isto possibilitaria maximizar os retornos da utilização do ativo natural, pois conceberia para as micro e mesorregiões alternativas de adensamento do desenvolvimento em dimensões e intervenções não-excludentes.
- Mesmo que se observem as dificuldades de integração entre as unidades componentes do Ministério dos Transportes, relatadas no campo de principais restrições e providências, elas não justificam a não-consubstanciação de escolhas públicas que prestigiem a navegação interior. Cabe ao órgão gestor estabelecer as metas nos Planos de Trabalho dos convênios a serem celebrados com as autoridades portuárias, caso entenda-se que as iniciativas são meritórias.

Navegação Interior

Objetivo

Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco.

Público-Alvo

Armadores e usuários das hidrovias.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 5.880.069,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.263.466,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 4.263.466,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Custo Médio de Transporte de Carga no Rio São Francisco

Unidade de medida: R$ por t.km
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

2. Carga Transportada no Rio São Francisco

Unidade de medida: t por mês
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, foi contratado o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), ligado à Universidade de Brasília, para prestar serviços de consultoria na revisão dos indicadores de impacto, o que deverá prover o órgão de melhores elementos e capacidade para mensurar com mais clareza o alcance dos objetivos e metas.

Neste caso específico, o programa envolve transportes hidroviários longitudinais e transversais de cargas e de passageiros. Os transportes longitudinais variam em quantidade e percurso, enquanto os de travessia, apenas em quantidade. Há um conflito em torno desse indicador (indicador 1) e em relação às ações que tutela. Enquanto as ações alusivas ao transporte longitudinal são fomentativas,

as concernentes ao transporte transversal têm características sociais. O indicador espelha apenas parte do programa (transporte longitudinal de cargas) e sobre ele não se têm, ainda, bases de referência passada e futura.

Apesar de reportar-se apenas ao transporte hidroviário longitudinal, o indicador 2 não é representativo, pois não considera as distâncias percorridas.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi o da necessidade de dinamizar o fluxo de mercadorias na região e dar apoio às comunidades ribeirinhas, garantindo a prestação de serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco.

O programa é composto por: a) operação das linhas de navegação do rio São Francisco, de responsabilidade da Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE); e b) transporte de passageiros no lago da barragem de Três Marias (MG), de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que se traduz em obrigação da União.

A FRANAVE, empresa em processo de liquidação, opera com dificuldades financeiras devido à incapacidade operacional de gerar receitas; portanto, ela sempre manteve suas atividades por meio de subvenção econômica.

Principais Resultados

A principal ação do programa é a que alude ao transporte de pessoas, seus pertences e veículos no lago da barragem de Três Marias, em Minas Gerais, devido à sua impossibilidade de interrupção (serviço de travessia). Em 2005, observou-se a superação de sua meta física.

Por um lado, a ação de maior valor monetário alocado (Gestão e Administração do Programa) não tem meta física a ela associada (pois os recursos são destinados a subsidiar o custeio da FRANAVE); por outro, a ação que está associada aos indicadores do programa (Operação das Linhas de Navegação do Rio São Francisco) teve um desempenho muito baixo com relação à realização da meta física projetada (em torno de 18%).

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O programa apresenta concepção inadequada, apresenta ações dissociadas dos seus objetivos, indicadores não representativos, público-alvo incorretamente definido e metas físicas pouco representativas. Ademais, as ações do programa não se correlacionam com as atribuições da Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes (SFAT) do Ministério dos Transportes, a quem cabe a gerência do programa.

No transporte hidroviário longitudinal, há empresas atuando que não são beneficiadas por recursos do programa. Na realidade, o programa beneficia apenas à FRANAVE (sociedade de economia mista federal). Assim, não é justo dizer que ele se destina à prestação de serviços de transportes de cargas e de passageiros e sim a subsidiar a iniciativa estatal federal. Os usuários da FRANAVE só são beneficiados, e indiretamente, na medida em que a estatal transporte cargas ou passageiros,

ou seja, navegue eficazmente. Além disso, não há garantias de que os subsídios concedidos à FRANAVE se destinem a aumentar ou melhorar o transporte de cargas e de passageiros. A navegação de travessia que se processa no lago da barragem de Três Marias decorre da construção da barragem, obrigação assumida pela União. Os ribeirinhos, quando prejudicados, têm os custos de travessia subsidiados pela União, como forma de mitigar os problemas advindos do investimento.

Se adotarmos as macrorregiões como espaço para o planejamento das políticas públicas, poderemos observar que as navegações interiores de travessia abrangidas pelo programa ocorrem no lago da barragem de Três Marias, totalmente inserido no Estado de Minhas Gerais, na região Sudeste. Em que pese a sede da FRANAVE localizar-se em Pirapora, também em Minas Gerais, a maior parte de suas operações é realizada nos Estados da Bahia e de Pernambuco, na região Nordeste. Em suma, podemos dizer que a regionalização está equivocada, a não ser que os subsídios dados à FRANAVE não se traduzam em transporte, isto é, sejam consumidos na sede da empresa. Essa questão, contudo, pode ser minorada se considerarmos os corredores de transporte, entre os quais o Corredor São Francisco, programas aos quais as ações poderiam ser direcionadas.

Voltando à questão dos indicadores, o programa se resume a subsídios a uma empresa de navegação estatal federal e a obrigações da União de proporcionar travessias no lago da barragem de Três Marias, em face da formação desse lago artificial. Como há outros armadores atuando no rio São Francisco, além da FRANAVE, que não são abrangidos pelas ações deste programa, o indicador escolhido pouco ou nada se relaciona com ele. O programa somente poderá existir se os custos considerados forem os da estrutura de fretes da companhia subsidiada. Deve-se, portanto cuidar para que os subsídios dados à FRANAVE resultem em subsídio à estatal, não aos fretes, de modo que a salutar concorrência entre as diversas modalidades de transporte de superfície possa existir. Por fim, para que sejam significativos e permitam a apuração de índices efetivos,.os custos a serem mencionados devem relacionar-se à grande unidade de massa transportada e à grandeza da unidade de distância percorrida.

Dessa forma, o objetivo não expressa os reais propósitos do programa. Além disso, o programa não está à altura do seu nome, pois suas ações não contribuem para o desenvolvimento ou a manutenção da Navegação Interior no Brasil. Na verdade, ele restringe-se ao rio São Francisco e aos subsídios dissociados dos interesses maiores da navegação.

Por fim, vale destacar a concessão da subvenção econômica à FRANAVE. O Acórdão nº. 165 do Tribunal de Contas da União (TCU), publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2001, relativo à prestação de contas daquela empresa do exercício de 1996, determina que o Ministério dos Transportes (MT) somente inclua na proposta orçamentária anual daquela entidade créditos destinados a custeio ou outros que possam ser caracterizados como subvenção econômica se estiverem expressamente autorizados em lei especial (art. 19 da Lei nº. 4.320, de 1964). A partir de 2001, então, o Governo Federal tomou as providências necessárias no sentido de restabelecer a legalidade para possibilitar à empresa o recebimento de transferências do Tesouro Nacional.

Em 30 de dezembro de 2004, foi publicada a MP no. 232, que mais uma vez, contempla a FRANAVE ao estabelecer, no art. 13, o recebimento de subvenção até 31 de dezembro

de 2006. Ocorre que esse artigo foi revogado pela MP no. 243, de 2005, ficando o MT impedido de promover, em 2005, o repasse dos recursos financeiros a título de subvenção econômica em favor da empresa, devido à ausência de dispositivo legal específico que o autorizasse, embora esses recursos constassem na Lei Orçamentária. Além disso, não foi aprovado o Projeto de Lei n°. 5.629/2005, do Poder Executivo, no ano de 2005. Esse projeto só se tornou lei em 2006 (Lei n°. 11.278, de 7 de fevereiro de 2006) e isso impediu que a FRANAVE usasse recursos do programa em questão. Essa lei dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à FRANAVE, ficando o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções econômicas para a cobertura de déficit de manutenção da companhia até 31 de dezembro de 2006.

Outros Aspectos Relevantes

As informações relativas ao transporte longitudinal são captadas junto à FRANAVE ,e as alusivas ao transporte transversal, na CODEVASF. Atualmente não há mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Como a execução física se traduz em rotinas trabalhistas de uma sociedade de economia mista federal (FRANAVE) ou em subsídio fornecido por outra sociedade de economia mista federal (CODEVASF), o monitoramento envolveria a coleta destas informações a partir dessas sociedades de economia mista, requerendo uma estrutura incompatível com aquela à disposição da gerência.

A CODEVASF opera as travessias do lago da barragem de Três Marias por meio de convênios, mas a gerência ainda não sabe como a satisfação dos usuários das travessias é medida, nem a opinião do órgão regulador dessas travessias (Governo do Estado de Minas Gerais), por causa do atraso no envio dos relatórios de monitoramento previstos no Plano Gerencial de 2005.

O programa não possui mecanismos de participação social. A ação alusiva ao transporte de pessoas, seus veículos e pertences no lago da barragem de Três Marias (MG), pode e deve ter mecanismos de controle e participação social. A dificuldade de efetivá-los reside na forma como foram dimensionadas suas metas, que deveriam ser, por exemplo, a manutenção da prestação de serviço de travessia durante todo o ano.

Recomendações

- Os subsídios dados à FRANAVE devem ser mantidos enquanto o rio São Francisco não for revitalizado, sua bacia hidrográfica ordenada territorialmente e existirem melhores condições de navegação. O programa em tela deve ser reformulado, seja para transformar-se em um plano de soerguimento da FRANAVE, seja para ser desconstituído e suas ações migrarem para outros programas. Poderia ser avaliada, também, a possibilidade de transferência da responsabilidade de operação da navegação no lago de Três Marias, correspondente à ação 2869 – "Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias" para, por exemplo, a CEMIG, o Estado de Minas Gerais ou a Prefeitura Municipal de Morada Nova de Minas.
- Caso a opção seja soerguer a FRANAVE, ações de projeto devem ser previstas para permitir a modernização da frota. Outras opções seriam transferência para a iniciativa privada (por meio de PPP ou privatização) ou liquidação da empresa.

Serviços de Transporte Aquaviário

Objetivo

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

Público-Alvo

Usuários de transporte aquaviário de carga e de passageiros.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 44.377.087,00	Empenho Liquidado:	R$ 29.459.233,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 29.459.233,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Para resolver o problema, contratou-se o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para rever os indicadores de impacto, com a expectativa de prover o órgão com melhores elementos e capacidade para mensurar com clareza o alcance dos objetivos e metas.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa foi a necessidade de regulamentação e fiscalização do transporte aquaviário, com o intuito de possibilitar que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) possa garantir a qualidade na prestação dos serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

Principais Resultados

É fato que o aumento na movimentação geral de cargas e de contêineres são ganhos a capitalizar nos programas atinentes aos corredores de transportes; a estes, cabe

solucionar os problemas de logística que eventualmente ocorram nas suas áreas de influência.

A evolução do marco regulatório, contudo, permite que se desatem alguns nós que atravancam o desenvolvimento do sistema. Além disso, o acompanhamento e a fiscalização do mercado de serviços de transporte aquaviário e da exploração da infra-estrutura portuária promovem ganhos de eficiência, pois coíbem práticas operacionais e comerciais lesivas e estimulam a competição e a ampliação da oferta de serviços.

Vale ressaltar o desempenho da área portuária, resultado de políticas públicas diversas e integradas:

- Crescimento de 25% na movimentação de contêineres, passando de 3,2 milhões de TEU's (padrão Internacional de volume para contêiners de 20 pés) em 2004 para 4 milhões em 2005.
- Crescimento de aproximadamente 9% na movimentação geral de cargas (Carga Geral + Granéis Sólidos + Granéis Líquidos), verificando-se uma movimentação de 620,7 milhões de toneladas (t) em 2004 e de 674,8 milhões de t em 2005.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Os recursos destinados ao aparelhamento da sede da ANTAQ e de suas unidades regionais foram contingenciados pelo órgão setorial (Ministério dos Transportes) e liberados, apenas em parte, no último mês do exercício, quando já não havia tempo hábil para a Agência proceder aos trâmites processuais relativos à licitação e à contratação. Dessa forma, os recursos materiais continuam inadequados para a execução do programa. Para transpor este óbice, são necessários a instalação e o aparelhamento das unidades regionais. No que se refere aos recursos humanos, o contingente deverá ser adequado às necessidades da organização com a ultimação do concurso público ora em realização.

Outro problema consiste no fato de que, aparentemente, parte das despesas que concorrem para o desenvolvimento das ações finalísticas está prevista na ação "Gestão e Administração do Programa", contribuindo para que esta tenha um valor desproporcional em relação às ações finalísticas. De qualquer modo, seria difícil alocar nas ações finalísticas despesas com o pagamento de vencimentos e vantagens fixas aos servidores, diárias, despesas com locomoção ou com publicidade de assuntos vinculados.

Outros Aspectos Relevantes

A execução física e financeira das ações do programa é registrada mensalmente pelos coordenadores de ações, por meio do SIGPlan, e validada pelo gerente-executivo, após comparação do desempenho com a meta programada.

A participação social ocorre por meio da ouvidoria da ANTAQ, e das audiências públicas, ocasião em que a sociedade pode propor novos postulados normativos para o setor.

Como boas práticas de gestão, destacam-se o levantamento e a identificação dos macroprocessos desenvolvidos na ANTAQ, além do levantamento de dados e fluxos de informações para a formação de um banco de dados, utilizando a Metodologia de Mapeamento da Informação (MMI) e a informatização dos procedimentos administrativos e operacionais.

Recomendações

- Em relação aos atributos do programa, sugerem-se algumas modificações, com o intuito de expressar melhor os aspectos de sua concepção. Assim, o objetivo e o público-alvo devem ser apresentados da seguinte forma: Objetivo: "Garantir a prestação dos serviços de transportes aquaviários e da exploração da infra-estrutura portuária em condições de segurança, qualidade, acessibilidade e modicidade tarifária". Público-alvo: "Usuários e agentes econômicos envolvidos nas atividades de transportes aquaviários e de exploração da infra-estrutura portuária".

Serviços de Transporte Ferroviário

Objetivo

Garantir a qualidade da prestação dos serviços do transporte ferroviário de carga e de passageiros.

Público-Alvo

Usuários dos serviços de transporte ferroviário de carga e de passageiros.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 3.146.000,00	
Empenho Liquidado:	R$ 2.341.858,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 2.341.858,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Ferroviário de Carga

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não apurado. Durante o exercício foi realizada a primeira Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos sistemas sob atribuição da ANTT. No momento, ainda desenvolve-se a análise dos resultados obtidos para a sua utilização efetiva no aprimoramento das políticas públicas para o setor.

Contextualização

Este programa foi encerrado em 2005 e suas ações migraram para os programas 0224 – "Exploração da Infra-Estrutura de Transportes Rodoviário e Ferroviário" e 0237 – "Corredor Araguaia-Tocantins".

Principais Resultados

A fiscalização realizada sobre as concessionárias atuantes no modal ferroviário (Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. – CFN, Ferrovia Paraná Oeste – FERROESTE, Ferrovia Tereza Cristina S.A., América Latina Logística do Brasil S.A. – ALL, Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA, Ferrovia Novoeste S.A. – NOVOESTE, Ferrovias Bandeirantes S.A. – FERROBAN, Ferrovia Norte Brasil S.A. – FERRONORTE, Estrada de Ferro Vitória a Minas S.A. – EFVM, Estrada de Ferro

Carajás S.A. – EFC, Ferrovia Norte-Sul – FNS) contribuiu para garantir as normas de segurança para a prestação do serviço, operação e manutenção dos bens ativos a elas vinculados. Isto gerou melhoria contínua nas condições de tráfego das ferrovias federais concedidas, estimulando aprimoramentos de segurança e rapidez, bem como redução de custos aos usuários da infra-estrutura.

Foi desenvolvida com base em um cronograma de Inspeções Técnico-Operacionais Programadas, de acordo com variáveis como tamanho e estado de conservação da malha, dificuldades de acesso, condições climáticas encontradas na época da inspeção, entre outras. Houve, ainda, as Inspeções Técnico-Operacionais Eventuais, em decorrência de fatores externos, tais como: verificação das condições de via permanente, de oficinas de manutenção, de material rodante, de pátios de formação e recomposição de trens e terminais; obras necessárias em função de deslizamentos; apuração de denúncias; investigação de acidentes, entre outros

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O monitoramento foi realizado mensalmente, segundo os critérios instituídos no Plano Anual de Fiscalização, aprovado pela Diretoria da Agência para cada exercício específico.

O contingenciamento estabelecido, pelo segundo ano consecutivo, impediu a concretização de novas atividades ao longo do exercício.

O provimento de cargos efetivos da Agência, decorrente do concurso público de provas e títulos, só foi realizado a partir de outubro de 2005, mas o quadro de funcionários somente estará com número próximo do ideal em 2006, com novas investiduras.

O programa possuía mecanismos que promoviam a participação social. A ANTT busca fornecer informações e prestar esclarecimentos por meio do serviço 0800 e de seu sítio na Internet. Por intermédio de audiências e consultas públicas, há grande circulação de informações e participação das áreas de interesse. Esta participação social proporciona o contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação e fiscalização dos transportes terrestres.

Outros Aspectos Relevantes

Este programa foi descontinuado na revisão de 2005.

Recomendações

Não há recomendações.

Serviços de Transportes Rodoviário

Objetivo

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.

Público-Alvo

Usuários do transporte rodoviário de carga e passageiros.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 14.862.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 7.743.352,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 7.743.352,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

2. Grau de Satisfação do Cliente do Transporte Rodoviário de Carga

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Indicador não foi apurado, comprometendo a análise da viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

Contextualização

A fiscalização dos serviços de transporte rodoviário realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é de fundamental importância para garantir a qualidade da prestação dos serviços interestaduais e internacionais de passageiros e cargas deste modal.

Principais Resultados

Em 2005 foi feito um estudo destinado a contribuir para o desenvolvimento da multimodalidade no Brasil, objetivando a exploração de alternativas para o aumento da eficiência logística; ocorreram o desenvolvimento de um modelo de viabilidade, o monitoramento e a representação dos indicadores de desempenho das linhas de transporte rodoviário de passageiros, permitindo à ANTT elaborar os planos de outorga das linhas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; foram elaborados mapas viários, compostos pelas linhas operadas pelo sistema de transporte semi-urbano de passageiros do entorno do Distrito Federal; e foram elaborados estudos de custos e análises de viabilidade de linhas de transporte rodoviário de passageiros, iniciados ainda no exercício de 2004.

No que tange à fiscalização do transporte rodoviário nacional e internacional de cargas, o total dos veículos fiscalizados foi de 6.093.705. Compõem esse número as inspeções relativas a quatro aspectos: excesso de peso, vale-pedágio, transporte rodoviário internacional de cargas (TRIC) e Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC), sendo que o excesso de peso representa o aspecto que gera a maior quantidade de veículos fiscalizados.

A ANTT executou, ainda, variados programas de fiscalização na área de transporte rodoviário de passageiros. Com essa finalidade, empreendeu operações em terminais rodoviários e garagens de empresas, tendo também realizado inspeções especiais, principalmente na forma de comandos em várias rodovias federais em todo o território nacional. Foram as seguintes as realizações das ações mencionadas:

- Fiscalização de Empresas: 4.225
- Veículos Vistoriados: 91.657
- Veículos Transbordados: 221
- Termos de Recomendação Expedidos: 23
- Recomendações Emitidas: 99
- Terminais Fiscalizados: 52
- Denúncias Apuradas: 438
- Comandos de Fiscalização: 19

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Não foi informado.

Outros Aspectos Relevantes

Durante o ano de 2005, foi realizada a primeira Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos serviços. Os resultados obtidos encontram-se em fase de análise e servirão de base para aprimoramentos no programa.

Recomendações

- Há necessidade de adequação dos produtos das ações do programa. Neste sentido, para as ações 2346 – "Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros" e 2347 - "Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas", o produto deverá ser alterado para "Veículo Fiscalizado", substituindo o atual "Empresa Fiscalizada".



Presidência da República

Gabinete da Presidência da República
Certificação Digital
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica
Gestão da Política de Comunicação de Governo
Gestão das Políticas de Governo
Informações Integradas para Proteção da Amazônia
Inteligência Federal
Nacional de Juventude
Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas
Promoção da Ética Pública

Advocacia-Geral da União
Defesa Jurídica da União

Controladoria-Geral da União
Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais
Correição no Poder Executivo Federal

Sumário Executivo

Em 2005, a Presidência da República (PR) era composta por diversos órgãos que executaram programas integrantes do Plano Plurianual: o Gabinete da Presidência da República, a Advocacia Geral da União (AGU) e a Controladoria Geral da União (CGU).

Gabinete da Presidência da República

No Gabinete da Presidência da República são considerados os programas implementados no âmbito da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), onde se encontra a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad). Do total previsto para o Gabinete da Presidência[1] foi utilizado R$ 1,2 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.469.792.273,00	**Realizado orçamentário[2]:**	R$ 1.206.500.075,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 1.469.792.273,00	**Total realizado:**	R$ 1.206.500.075,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 71,9 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 56,5 milhões.

Principais Resultados

Casa Civil

- Realização pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) da captação de imagens e do mapeamento de estradas, da cobertura vegetal, do desmatamento e das atividades antrópicas, de maneira a contribuir para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento e organização da ação de governo na área de abrangência da BR 163, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a BR-163, elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional.

[1] O total de recursos apresentado corresponde ao montante destinado aos Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência da República.

[2] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social.

- Avanço na busca pela regionalização da mídia: emissoras de 1.526 Municípios receberam investimentos da Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral (SECOM) neste ano, contra 1.497 no ano anterior. Em 2005, foram beneficiados 773 Municípios e 428 jornais. O Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal SICOM utilizou, em média 4.620 veículos de comunicação, alcançando 1.040 Municípios.
- Na comunicação via Internet, ressalta-se o lançamento da nova versão do Portal do Governo Brasileiro (www.brasil.gov.br), que apresenta os principais serviços eletrônicos do governo catalogados e estruturados, com versões em inglês e espanhol. Além disso, apresenta enquetes, fóruns e uma área de participação social, que proporcionam maior interação com o cidadão e promovem maior diálogo com a sociedade.
- Foi implantado o recurso técnico da Legenda Oculta, em tempo real, em cerca de 20% da programação da TVE Brasil. É a primeira televisão educativa a prestar esse serviço aos deficientes auditivos – cerca de 28 milhões de telespectadores, no país, são usuários dessas legendas.

Secretaria-Geral da Presidência

- Em março de 2005, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) como projeto experimental com validade nacional, o que garante a emissão de certificação final de ensino fundamental e de curso de qualificação profissional em nível de formação inicial.
- Foram entregues aos jovens matriculados no programa, bem como aos educadores e aos coordenadores locais dos Municípios e do Distrito Federal, mais de 1.187.000 exemplares de material didático; e foram adquiridos 19.615 computadores a serem entregues até 2006, 19.615 estabilizadores, 2.154 impressoras a laser e 2.154 switches, visando à inclusão digital dos jovens matriculados.

Gabinete de Segurança Institucional

- Produção, pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) de 597 relatórios de inteligência, 1.913 certidões de dados pessoais, 9.194 pesquisas diversas, entre as quais 3.458 destinadas, especificamente, a subsidiar a Casa Civil da Presidência da República e 1.074 informações para outros serviços de inteligência.
- Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas: no ano de 2005 foram analisados 9.908 processos-crime envolvendo tráfico ilícito de drogas e crimes conexos, com vistas à identificação de bens e valores passíveis de serem apropriados ao Fundo Nacional Antidrogas. Deste total, 1.626 processos foram autuados na Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), sendo o restante, continuação de anos anteriores. Essas regularizações capitalizaram o Fundo Nacional Antidrogas (Funad) em R$ 4.098.831,32, o que permitiu a execução das demais ações do programa.
- Prosseguimento do II Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Consumo de Drogas lícitas e ilícitas na População Brasileira. Este estudo está sendo feito nas 107 cidades com mais de 200 mil habitantes em todas as regiões do país.

Advocacia Geral da União

Do total previsto para a Advocacia Geral da União foi utilizado R$ 856,8 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.055.289.590,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 856.819.135,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 1.055.289.590,00	**Total realizado:**	R$ 856.819.135,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 32 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 14,8 milhões.

Principais Resultados

- Impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres públicos; em 2005, dos R$ 8,25 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R$ 3,79 bilhões, o que representa 45,97% do total executado. No que se refere a Divida Ativa da União, a arrecadação de 2005 atingiu R$ 2,62 bilhões.
- No que se refere à arrecadação judicial, merece destaque o desempenho do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGF, responsável pela cobrança judicial de contribuições previdenciárias, que arrecadou cerca de R$ 4,9 bilhões, sendo R$ 1,169 bilhão perante a Justiça do Trabalho, R$ 2,536 bilhões referentes a execuções fiscais e R$ 1,197 bilhão em depósitos judiciais. Este valor foi 34% superior ao resultado obtido em 2004, superando a meta de incremento de 24% prevista para o período. Destaque-se ainda que apenas a título de honorários advocatícios foram recebidos R$ 67,3 milhões.

[3] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social.

Controladoria Geral da União

Do total previsto para o Controladoria Geral da União foi utilizado R$ 183,7 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 234.787.854,00	**Realizado orçamentário[4]:**	R$ 183.716.185,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 234.787.854,00	**Total realizado:**	R$ 183.716.185,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 10,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 8,6 milhões.

Principais Resultados

- Realização de 5 sorteios de Municípios (do 15º ao 19º Sorteio) para a fiscalização de recursos federais em áreas municipais, oportunidades em que foram sorteadas e fiscalizadas 300 unidades Municipais, envolvendo o exame de programas e ações de governo (programações/módulos-tipo), o que representa cerca de R$ 1,5 bilhões em recursos públicos federais. Essas fiscalizações envolveram uma população total de 6,9 milhões de habitantes, o que representa algo em torno de 3,8% da população do país.
- No desempenho da apuração de fatos e indicação de normas e regulamentos infringidos, a Secretaria Federal de Controle Interno - SFC auditou, no exercício de 2005, 1.938 processos de Tomadas de Contas Especiais, sendo 1.632 certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 448,5 milhões, enquanto os restantes 306 processos foram diligenciados aos órgãos instauradores para revisão dos procedimentos adotados e ou complementação de dados e informações. Nesse mesmo período foram concluídas 250 diligências originárias do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, das Procuradorias Estaduais e da Polícia Federal.

Aspectos Relevantes

No Gabinete da Presidência, o monitoramento da execução das ações do programa "Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas" foi realizado tendo como base o Plano Gerencial do Programa e, periodicamente, a Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) do Gabinete de Segurança Institucional reuniu-se para verificação e monitoramento do plano. Por outro lado, mensalmente, no âmbito de cada ação, os respectivos coordenadores efetuaram os registros de atualização de sua execução.

[4] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social.

Ainda no âmbito do Gabinete, como boa prática de gestão, o programa "Gestão da Política de Comunicação de Governo" apresentou o processo centralizado de negociação de mídia do Governo Federal. Essa prática acontece anualmente desde 2003 e garante a melhor aplicação dos recursos públicos na compra de mídia.

A Controladoria Geral da União vem intensificando a realização de parcerias com a Organização Não-Governamental Transparência Brasil, associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada à promoção da defesa do interesse público, por meio do combate à corrupção. Dentre elas, destaca-se a realização, em junho de 2005, do "IV Fórum Global de Combate à Corrupção", sediado em Brasília, que ainda contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC). O evento reuniu cerca de 1.800 pessoas, entre elas representantes de 103 países, organismos internacionais e outras organizações não-governamentais e propiciou excelente oportunidade de intercâmbio de experiências e estímulo à cooperação internacional.

Dentre as principais restrições enfrentadas pelo conjunto de programas da Presidência da República para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recursos – A inexistência de previsão quanto à liberação de recursos, que muitas vezes acontece somente no final do exercício financeiro, não havendo mais tempo hábil para execução de algumas ações, aliado ao contingenciamento dificultou o planejamento de execução de alguns programas.

Recursos materiais e de infra-estrutura das equipes executoras – A falta de orçamento para investimento em equipamentos e tecnologia dificulta a realização das ações. Assim, os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados, para a maior parte dos programas, inadequados para sua implementação.

Recursos humanos – A quantidade e a qualificação das pessoas nas equipes executoras foram consideradas insuficientes. A complexidade das tarefas, a natureza dos serviços e o prazo exíguo em que muitas ações devem ser executadas também demandam equipes maiores.

Recomendações

- O intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário, com reflexos na advocacia pública, torna necessária a inclusão de ações com a finalidade de instalar novas unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Presidência da República.

Certificação Digital

Objetivo

Disseminar o uso da certificação digital na administração pública e no conjunto da sociedade brasileira e obter autonomia tecnológica em áreas estratégicas da tecnologia da informação e comunicação.

Público-Alvo

Usuários de sistemas informatizados privados ou públicos e órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 24.457.614,00	Empenho Liquidado: R$ 17.172.130,00 Pago estatais: - Total: R$ 17.172.130,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

O programa não possuía indicador em 2005.

Contextualização

Considerando o atual estágio de utilização da rede de computadores na sociedade, seja por meio de comércio eletrônico ou de comunicações entre organizações públicas e privadas, há necessidade de garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações eletrônicas via implementação e operação de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento. Além disso, a atual dependência de sistemas proprietários e monopolistas de hardware e software apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacional, como também para a promoção da inclusão digital.

Principais Resultados

A obtenção de resultados no período foi considerada como dentro do esperado devido:

- Aos avanços na superação do problema relativo à insegurança no comércio eletrônico e nas comunicações entre organizações por meio da disseminação da tecnologia da certificação digital. Neste sentido, a expansão da Infra-Estrutura de Chaves Públicas (ICP) contribuiu para a disseminação desta tecnologia, tanto no setor público quanto no setor privado (ex: criação das

autoridades certificadoras do judiciário, no Estado do Rio Grande do Sul e do sindicato dos corretores de seguros do Estado de São Paulo).
- À maior autonomia tecnológica, o fortalecimento da soberania e o desenvolvimento de massa crítica, por meio dos avanços no Projeto da Plataforma Tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dentre as restrições que prejudicaram o desempenho do programa destacam-se:

- Ausência de quadro efetivo de pessoal na equipe gerencial e nas equipes executoras, o que faz com que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) funcione de forma precária, por meio de funções gratificadas e terceirizados.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras.
- Dificuldades na celebração de licitações e contratos em função da reduzido quadro de funcionários nesta área.

Outros Aspectos Relevantes

Embora não existam indicadores que permitam uma avaliação quantitativa da satisfação do beneficiário, as ações de relacionamento institucional do ITI com a sociedade propiciam a percepção qualitativa do grau de satisfação. Um exemplo é o Fórum Anual de Certificação Digital, realizado desde 2003, que vem tendo uma participação cada vez mais expressiva dos diversos órgãos de Governo, dos fabricantes envolvidos com as questões de certificação digital e dos demais segmentos da iniciativa privada. O número de participantes cresceu de 50 em 2003 para 650 pessoas em 2005.

Recomendações

- A fim de aprimorar a mensuração do alcance dos resultados do programa, devem ser incluídos os indicadores “Taxa de Segurança Criptográfica da Chave Privada Emitida pelas Autoridades Certificadoras da ICP–Brasil”, “Taxa de Crescimento do Credenciamento de Autoridades pela ICP – Brasil” e “Taxa de Incremento da Emissão do Certificado Emitido”.
- Necessidade de constituir um quadro efetivo de funcionários do ITI.

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Objetivo

Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 23.937.560,00	Empenho Liquidado:	R$ 21.346.876,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 21.346.876,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número-Índice de Atendimento à Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 23,88 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 87,45

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Contextualização

O programa visa a cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal, o qual determina que "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" e da Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que, ao regulamentar esse princípio constitucional, identifica o papel singular do Arquivo Nacional como órgão competente na esfera do Poder Executivo Federal para exercer a gestão documental, bem como implementar e acompanhar a política nacional de arquivos. O programa "Democratização do Uso da Informação Arquivística Governamental" é a estratégia mais eficaz para ratificar a legitimidade do Arquivo Nacional como agente fundamental no processo de modernização administrativa do Estado e no fortalecimento da cidadania. A ausência de padrões técnicos no que se refere à gestão, guarda, preservação e acesso aos documentos públicos, implica na dispersão e perda do patrimônio documental

do país, limita o acesso à informação e compromete a eficácia da máquina administrativa do Estado, além de significar desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros..

Principais Resultados

A obtenção de resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado. Destacam-se:

- Maior acessibilidade por parte dos usuários ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional, por meio da consolidação da ocupação em sua nova sede no conjunto arquitetônico tombado no Rio de Janeiro, a qual conta com modernos sistemas de segurança e detecção de sinistros e pleno funcionamento de sua rede de fibra ótica, viabilizando o intercâmbio de dados e imagens.
- Aumento da eficácia no controle das informações contidas nos acervos sob custódia do Arquivo Nacional, possibilitando ao usuário acesso a uma gama maior de serviços, tanto pelo uso das bases de dados como dos resultados do adequado uso de tecnologia da informação aplicada aos arquivos, com o uso de modernos equipamentos de microfilmagem e digitalização de imagens, resultantes da afetiva implementação do programa de modernização institucional, que vem contando com amplo apoio da Casa Civil da Presidência da República.
- Aumento da eficácia em relação às atividades de gestão documental nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal por meio da criação do SIGA (Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, decreto nº. 4915), o qual facilitou a ação do Arquivo Nacional como órgão central do sistema.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As restrições limitaram-se aos recursos humanos e materiais, conforme se observa a seguir:

- Investimentos em infra-estrutura insuficientes para as atividades de guarda, recolhimento e preservação do acervo.

- Reduzido quadro de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, o que conduz à contratação de serviços especializados no mercado.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- Ampliação dos investimentos, no Rio de Janeiro e em Brasília, para modernização da infra-estrutura institucional (ampliação e adequação dos espaços para guarda de documentos, recolhimento e preservação do acervo).

- Ampliação do quadro de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras por meio de concursos públicos, tanto de nível superior, quanto de nível médio.
- Criação de ações específicas para as atividades contínuas de gestão de documentos e de divulgação do acervo, dado que a ausência destas ações impossibilita aferir a abrangência de atuação do Arquivo Nacional junto aos órgãos governamentais.

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Objetivo

Ampliar o acesso da população às informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento da cidadania.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 161.356.711,00	Empenho Liquidado: R$ 140.914.364,00 Pago estatais: - Total: R$ 140.914.364,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Matérias jornalísticas distribuídas

Unidade de medida: unidade
Último índice apurado: 362.849 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: 463.100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
A medição dos resultados do programa apresenta problemas no que se refere à apuração do indicador. Apesar de ter sido introduzido no processo de revisão em 2005, não representa o real resultado das ações desenvolvidas no programa. O indicador "Matérias jornalísticas distribuídas" não será mais apurado, porque foi excluído no processo de revisão do PPA em 2005.

Contextualização

O problema que deu origem ao programa reside na necessidade de conduzir a sociedade brasileira à universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Principais Resultados

- O principal resultado do programa em 2005 foi o crescimento de 11% nas matérias veiculadas pela Agência Brasil. Além disso, a TV NBR transmitiu

na íntegra todos os eventos nos quais o Presidente da República participou durante o ano de 2005. Foram 296 eventos totalizando quase 270 horas de transmissão. Foram 139 em Brasília, 120 pelo Brasil e 37 no Exterior.

- O programa de rádio "Café com o Presidente" completou em 2005 seu segundo ano de existência e passou de quinzenal para semanal. Em pesquisa realizada sobre o interesse das emissoras pelo programa, em amostragem de 1 mil emissoras de 26 Estados e do Distrito Federal, verificou-se que 33,5% delas transmitem o programa, na íntegra ou editado pela própria emissora. Estima-se que o programa de rádio vem sendo transmitido por cerca de 1.400 emissoras, sem contar com repercussões da transmissão do depoimento do Presidente nas agências de notícias, nos telejornais e nos jornais impressos do dia seguinte ao programa.
- Outro resultado marcante em 2005 foi o início das transmissões da TV Internacional – TV Brasil. A TV Brasil é um projeto do Estado brasileiro, administrado e financiado pelos três poderes: Executivo, representado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral (SECOM) e RADIOBRÁS; o Legislativo, representado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal; e o Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal. Um decreto presidencial determinou a criação de um Comitê Gestor "com o objetivo de formular proposta de prestação de serviço de televisão para o exterior". Cabe a este Comitê a definição de grade de programação do que virá a ser a TV Internacional. O decreto também estabelece que toda a programação ocorrerá no âmbito da Radiobrás. Como parte do processo de criação da TV Brasil, foram realizadas diversas coberturas jornalísticas de eventos de interesse internacional e, em especial, de interesse para a região sul-americana. As transmissões foram realizadas sempre em língua espanhola, sendo orientadas para emissoras da região. O sinal chegou aos países da América do Sul, América Central, América do Norte e Europa Ocidental. Com a ajuda dos parceiros (Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, SECOM e Itamaraty), já que a Radiobrás não dispõe de orçamento suficiente, a TV Brasil está transmitindo, em caráter definitivo, 12 horas de programação por dia. A redação do canal já se encontra em funcionamento.
- Em 2005, como indicativo de outros resultados do programa, a receita da Radiobrás cresceu 9% em relação a 2004 com a Publicidade Legal, que distribuiu as informações de 1.240 órgãos da Administração Federal. Houve um aumento do número de anunciantes da ordem de 10% em relação a 2004. O resultado global da comercialização de produtos cresceu em 39,2%. A negociação bem sucedida, iniciada em 2003, que aumentou o índice de descontos em anúncios em jornais, continuou em 2005 e gerou economia para os anunciantes. Os publicitários vão continuar insistindo para que os clientes comuniquem melhor, a um preço sempre menor.
- O número de horas veiculadas pelo serviço de radiodifusão de programas culturais e educacionais da Fundação Roquete Pinto superou a previsão inicial de 2005, atingindo o percentual de 106,94%. Em 2005, a TVE Brasil deu ênfase à programação infantil, aumentando o número de horas dedicadas a esse público.
- Foi implantado o recurso técnico da Legenda Oculta, em tempo real, em cerca de 20% da programação da TVE Brasil. É a primeira televisão educativa a prestar esse serviço aos deficientes auditivos – cerca de 28 milhões de telespectadores, no país, são usuários dessas legendas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto do programa foram o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação de recursos, que interferiram na execução já que dificultaram o planejamento. Não havia previsão de quando ocorreria a liberação de novos recursos, que muitas vezes acontece somente no final do exercício financeiro, não havendo mais tempo hábil para execução. O exemplo disto é o projeto de implementação do Canal Internacional que teve sua execução prejudicada, tendo sua realização alcançado somente 4% do que estava previsto.

As metas físicas executadas no ano de 2005 ficaram abaixo do que estava previsto em todas as ações orçamentárias de responsabilidade da Radiobrás. Isto ocorreu em função dos limites orçamentários e financeiros que foram estabelecidos ao longo do ano. Como exemplo, o orçamento autorizado para custeio foi de R$ 52.153.607,00 e o de investimento, R$ 4.186.710,00, sendo bloqueados R$ 12.532.607,00 em custeio e R$ 3.774.710,00 em investimento para cumprimento dos limites orçamentários, o que significa uma redução de 24% para custeio e 90% para investimento. Assim, os limites orçamentários e financeiros ficaram aquém das reais necessidades do programa, obrigando ao adiamento de várias iniciativas programadas para serem executadas em 2005. Este fato também compromete a execução em 2006.

O gasto de maior relevância na ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" é o de folha de pagamento e encargos sociais (pessoal). Além deste, existem os impostos, telefonia, água, luz, aquisição de material e outros. Os materiais alocados nesta ação são aqueles de difícil apropriação por se tratar de uso comum. Os gastos na GAP são para manutenção do programa e contribuem como apoio às ações finalísticas, gerindo e administrando recursos, pessoas, bens e serviços. As maiores dificuldades de apropriação de custos nas ações finalísticas são as aquisições de materiais para estoque e serviços que são de uso comum a todas as ações.

Os recursos materiais e de infra-estrutura das equipes executoras são inadequados para a implementação do programa. A falta de orçamento para investimento em equipamentos e tecnologia dificulta muito a realização das ações. O crescimento no ano de 2005 representa provavelmente a fronteira das possibilidades, após melhoria no gerenciamento e nos processos. Houve um crescimento muito grande na eficácia e na produtividade.

O financeiro comprometido por restos a pagar interferiu no desempenho das ações, considerando-se que os gastos dos dois últimos dias úteis do ano foram efetuados com recursos financeiros do exercício seguinte, que somados aos restos a pagar, impactaram consideravelmente os limites financeiros do ano seguinte.

Outros Aspectos Relevantes

De 2003 a 2005, a administração da Radiobrás observou cuidadosamente alguns conceitos essenciais para realizar uma boa gestão. Assim, embora o número total de funcionários seja praticamente o mesmo (1.149 em janeiro de 2003 e 1.170 em dezembro de 2005), houve um aumento significativo na produtividade e na qualidade dos produtos finais. Na área de desenvolvimento, apenas em 2005, foram promovidos 35 cursos e palestras que totalizaram 715 participantes. Houve ainda

espaço para a inclusão social como uma forma de exercitar o espírito de cidadania e de solidariedade, abrindo oportunidades para menores aprendizes e para pessoas portadoras de deficiência.

Em 2005, foram realizadas 65 licitações que melhoraram o processo de compras. Também houve avanço no software livre e nos números financeiros da Radiobrás. A implantação de softwares livres continua gerando economia na aquisição de licenças de softwares proprietários. Em 2005 deixou-se de gastar R$ 775 mil.

O monitoramento é feito tempestivamente, em alguns casos mensalmente e em outros, diariamente. O processo gera informações essenciais para a confecção dos relatórios de gestão e para o acompanhamento da execução das tarefas à luz dos Planejamentos Operacional, Estratégico e dos Planos Editoriais, para o jornalismo da Radiobrás.

O programa possui mecanismos de participação social, como a Ouvidoria Externa. Desde que esta foi implementada, atende e encaminha todas as demandas com cronograma acertado entre as gerências das áreas. A partir de 2004, a Ouvidoria ampliou o seu diálogo com o cidadão colocando no ar, na Rádio Nacional de Brasília e na TV Nacional, um programa com a participação do cidadão ao vivo ou gravada. A Ouvidoria ainda realizou encontros com associações de ouvintes entre outros mecanismos de participação social, como o Fale Conosco, canal de diálogo da sociedade com a Empresa.

A forma de avaliação da satisfação dos beneficiários é feita com base no número de consultas ao sítio da Agência Brasil, pesquisas com os usuários do Clipping, atendimento ao cidadão e aos ouvintes das rádios e da TV Nacional. Em relação ao serviço de radiodifusão de programas culturais e educacionais, a satisfação do público é avaliada por meio de pesquisas de audiência, que servem de base para as decisões relativas à reformulação de programas.

Recomendações

Recomenda-se a:

- Substituição dos indicadores "Total de Matérias Jornalísticas" e "Transmissão de Eventos da Presidência da República" por "Índice de Audiência", em função das dificuldades relatadas sobre o indicador atual.
- Exclusão da ação 7134 – "Implantação do Canal de Televisão Internacional".
- Inclusão de ação nova (atividade) - "Manutenção do Canal de Tv Internacional", pois o canal já se encontra em operação, necessitando agora de recursos para sua manutenção.
- Prestação de informações para o monitoramento do programa de acordo com os prazos estabelecidos na Portaria MP nº.198 / 2005.

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Objetivo

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 104.321.880,00	
Empenho Liquidado:	R$ 78.003.950,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 78.003.950,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 2,97 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador mede a relação percentual entre o número total de reclamações recebidas e o número total de assinaturas do Diário Oficial. A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA é considerada baixa. Isto ocorre, pois na elaboração do indicador, considerava-se como assinantes o "total de jornais impressos" e não o total de assinaturas, como é hoje, o que reduziu o denominador para quase a metade. Tal fato provocará a revisão do índice previsto para o final do PPA.

2. Taxa de Divulgação do Diário Oficial por Meio Eletrônico

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 11,7 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A viabilidade de alcance do índice deste indicador ao final do PPA é alta, uma vez que o índice para o ano de 2005 foi de 11,78%, o que significa um percentual de 11,78% de assinantes eletrônicos em relação ao nº. de assinantes do Diário Oficial impresso. Vale destacar, entretanto, que o Diário Oficial impresso obteve uma tiragem mensal média de 434.485 exemplares.

Contextualização

O programa surgiu para possibilitar a disseminação de informações para o Governo e para a sociedade, além de oferecer maior transparência às ações do Governo. O programa pretende assegurar que todos tenham direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, na forma da legislação vigente, bem como garantir a publicidade dos atos públicos praticados, com legalidade e validade jurídica.

Principais Resultados

A obtenção de resultados em 2005 ocorreu dentro do esperado, com a impressão de uma tiragem mensal média de 434.485 exemplares do Diário Oficial. Ao longo do ano, no processo de impressão, foram produzidas 5.834.399 exemplares de jornais, resultando no expressivo número de 1.146.772.089 páginas impressas, das quais 465.347.110 páginas foram de Diário Oficial da União, 666.098.339 páginas foram de Diário da Justiça, 16.367.440 páginas foram de edições extras e suplementares e 759.200 páginas foram do encarte semanal do STF que circulou no Diário da Justiça, Seções 1e 2. Além disso, foram produzidas e distribuídas no período 318 edições dos jornais Diário Oficial da União e Diário da Justiça, das quais 251 edições foram normais, com circulação diária, 32 edições foram publicadas extraordinariamente e 35 circularam com edições suplementares, sendo 2 referentes à publicação da Lei Orçamentária Anual 2005 (LOA) e as demais, com periodicidade semanal, a partir de 16/05/2005, contendo matérias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), impressas sob encomenda, com uma tiragem de 2 mil exemplares. Foram ainda produzidas 52 edições do Informativo STF, de periodicidade semanal, com circulação às quartas-feiras, encartado no Diário da Justiça, Seções 1 e 2. Para o alcance destes números deve-se considerar:

- O índice apurado de reclamações é de apenas 2,97%, significando que 3 em cada 100 assinantes teriam alguma reclamação contra a Imprensa Nacional, atentando-se para o fato de que 100% das reclamações foram atendidas.
- Inclusão do Distrito Federal, ampliando o número de Estados que diariamente recebem os Diários Oficiais para revenda avulsa nas capitais e outros pontos de vendas das imprensas oficiais estaduais contratadas nas Regiões Nordeste (Pernambuco, Bahia e Sergipe), Região Norte (Pará), Centro Oeste (Mato Grosso do Sul), Sul (Rio Grande do Sul) e Sudeste (São Paulo).
- Comercialização dos jornais-oficiais em versão eletrônica com certificação digital nos padrões da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para qualquer modalidade de assinatura (destaque para a assinatura empresarial com cessão para as empresas contratantes dos direitos autorais para fins de revenda dos subprodutos demandados pelos cidadãos).
- Otimização do fluxo de produção editorial dos jornais-oficiais, com substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais, com reflexo positivo na logística de distribuição em todo o país, propiciando entregas cada vez mais cedo aos clientes assinantes e compradores avulsos.
- Elaboração de projeto e preparação do ambiente editorial para a criação de um novo caderno do Diário Oficial da União, Seção 3, contendo somente

atos referentes a contratos e licitações públicas, atendendo assim à demanda das empresas, dos órgãos públicos e da sociedade, por uma publicação oficial específica para estes atos.

- Ampliação dos pontos de revenda avulsa dos jornais em todo o país e manutenção do processo de credenciamento e contratação de bancas de jornal do Distrito Federal, para revenda avulsa do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça, em pontos de venda de grande afluxo de cidadãos, com o objetivo de disponibilizar a todos a informação oficial. Ademais, ampliou-se este serviço de revenda avulsa dos jornais para todo o país, com as importantes parcerias firmadas, por contrato, com as imprensas estaduais de São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Sergipe

Ressalta-se ainda a preocupação ambiental. A partir da contratação de uma empresa credenciada por processo licitatório pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, em 12 de julho de 2005 implementou-se uma política de reciclagem dos resíduos industriais, com destaque para o recolhimento, o tratamento e a correta destinação ambiental dos resíduos líquidos (efluentes) e sólidos dos processos de pré-impressão e impressão.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A morosidade na liberação de recursos contingenciados prejudicou o processo licitatório de algumas aquisições sem, no entanto, prejudicar a totalidade da execução programada.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- De modo a aperfeiçoar o desenho do programa, deve-se incluir o indicador "Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça".
- Sugere-se a fusão das ações 2803 - "Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais" e 2804 - "Edição e Produção de Publicações Oficiais", atribuindo à nova ação o título "Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais".

Gestão da Política de Comunicação de Governo

Objetivo

Estimular a sociedade a participar do debate e da definição de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do país, de modo a promover o crescimento da cidadania e a inclusão social.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 162.049.991,00	Empenho Liquidado: R$ 146.884.102,00 Pago estatais: - Total: R$ 146.884.102,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa surgiu da necessidade de democratizar e universalizar o acesso à informação, dando conhecimento à sociedade das mudanças promovidas e conquistas alcançadas pelo Governo Federal, mediante a construção de uma política eficiente de comunicação de governo.

Principais Resultados

- Destacam-se como resultados do programa em 2005 a execução de 176 ações de publicidade institucional e 11 de utilidade pública que permitiram prestar contas das ações do Governo Federal e também informar a população sobre assuntos de utilidade pública.
- Em 2005, o Comitê de Negociação de Mídia, formado pelos cinco maiores anunciantes do Governo Federal e coordenado pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral (SECOM), reuniu-se com os veículos de comunicação que têm maior participação nos recursos de mídia do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM), para negociação. Ao todo foram 39 veículos que participaram da ação. Com o objetivo de otimizar o gerenciamento dos recursos públicos da área publicitária, a SECOM deu prosseguimento ao processo de negociação de mídia centralizada, realizado desde 2003, beneficiando todos os órgãos e entidades do Executivo Federal. Tal estratégia permitiu uma melhor relação

entre o custo e o benefício da compra de mídia promovida por meio das agências de publicidade contratadas e, também, estreitar o relacionamento com os veículos de comunicação, abrindo espaço para a mídia gratuita por intermédio de parcerias com o setor privado.

- Também houve avanço na busca pela regionalização da mídia em 2005. Emissoras de 1.526 Municípios receberam investimentos da SECOM neste ano, contra 1.497 no ano anterior. Em 2005 foram 773 Municípios beneficiados e 428 jornais. O Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal SICOM utilizou, em média 4.620 veículos de comunicação, alcançando 1.040 Municípios.
- Na área de divulgação, foram produzidas 116 edições do "Em Questão", boletim eletrônico com notícias e informações sobre o que está sendo feito pelo Governo Federal e os motivos dessas realizações, além de 8 edições especiais com entrevistas de autoridades do Executivo Federal. O boletim é divulgado para 723 mil endereços eletrônicos cadastrados, alcançando 20% mais destinatários do que em 2004.
- No serviço de atendimento ao cidadão, executado por meio dos canais "Fale com o Governo" e "Fale com a SECOM", nos quais os cidadãos tiram dúvidas e recebem informações a respeito dos programas e ações do Governo Federal, a média mensal de atendimento foi de 5 mil mensagens, resultando em cerca de 60 mil atendimentos e encaminhamentos em um ano.
- Na comunicação via Internet, ressalta-se o lançamento da nova versão do Portal do Governo Brasileiro (www.brasil.gov.br) que, além de aprimorar a comunicação com a sociedade, por meio de um portal dinâmico e uma ferramenta de gestão do conteúdo descentralizado, apresenta os principais serviços eletrônicos do governo catalogados e estruturados, com versões em inglês e espanhol. Além disso, apresenta enquetes, fóruns e uma área de participação social, que proporcionam maior interação com o cidadão e promovem maior diálogo com a sociedade.
- O Comitê de Patrocínios, que reúne vários ministérios e empresas estatais, aprovou 908 projetos culturais e esportivos e confirmou decisões *ad referendum* sobre 1.668 projetos culturais e esportivos com valores inferiores a R$ 50 mil. No total, incluindo eventos, promoções, ações sociais e ambientais e outros, foram aprovados 8.205 projetos. O total de investimentos em patrocínios das empresas estatais, em 2005, foi de mais de R$ 675 milhões, sendo R$ 609 milhões em projetos culturais e esportivos. Com esse volume de investimentos, a Política de Patrocínios tornou-se fundamental na estruturação de diversas cadeias produtivas, seja nas áreas da cultura, esporte, meio ambiente ou de ação social.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A infra-estrutura foi considerada inadequada em razão da insuficiência de equipamentos de informática compatíveis para o cumprimento do programa, como impressoras e computadores com DVD. A inexistência de sistema de gestão da execução e a limitação ao acesso à Internet também são aspectos que comprometem os resultados do programa.

Em relação aos recursos humanos, a quantidade e a qualificação das pessoas nas equipes executoras foram consideradas insuficientes. A complexidade das tarefas, a

natureza dos serviços e o prazo exíguo em que muitas ações devem ser executadas também exigem uma equipe maior.

O contingenciamento orçamentário também foi uma restrição que dificultou o cumprimento do programa da maneira originalmente planejada.

O programa não avalia o nível de satisfação do usuário em função do alto custo de pesquisas sistemáticas de satisfação do usuário e do comprometimento do orçamento com as ações do programa.

Outros Aspectos Relevantes

Pode ser citado como boa prática de gestão o processo centralizado de negociação de mídia do Governo Federal. Essa prática acontece anualmente desde 2003 e garante a melhor aplicação dos recursos públicos na compra de mídia. Outro aspecto de destaque na gestão do programa é o processo de treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais que compõem o Sicom. Consiste no planejamento e na realização de cursos e outros treinamentos específicos na área de comunicação, destinados aos profissionais que atuam nas áreas de comunicação do Governo Federal.

Vale destacar também que o programa promove a participação social por meio de pesquisas de opinião sistemáticas e dos canais "Fale com a Secom" e "Fale com o Governo", que permitem, por meio da Internet, a participação dos cidadãos no cumprimento do programa

Recomendações

- Atualização das informações, no SigPlan, para o monitoramento do programa de acordo com os prazos estabelecidos na Portaria MP nº198 / 2005.

Gestão das Políticas de Governo

Objetivo

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 8.700.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.819.864,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 3.819.864,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O programa surgiu para atender à necessidade de uma nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

Principais Resultados

Dentre os resultados do programa destacam-se:

- Aperfeiçoamento do processo de escuta do cidadão quanto à prestação do serviço público, por meio da implantação de 10 novas unidades de ouvidoria no Poder Executivo Federal (totalizando 124 unidades em operação). Ademais, ocorreu a análise de 1.626 novas manifestações de cidadãos quanto à prestação de serviços públicos.
- Subsídios para a constituição de uma visão de longo prazo e o fornecimento de dados fundamentais para auxiliar os tomadores de decisão, por meio de estudos para a formulação do desenvolvimento da gestão estratégica nacional:
  - Projeto Brasil 3 Tempos.
  - Mudança do Clima.
  - Reforma Política.
  - Biocombustíveis.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dentre as dificuldades para a implementação do programa, destacam-se:

- Impossibilidade de estruturação do serviço de central de atendimento (0800), o que limitou o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria. Todavia, em 2006, com a entrada em funcionamento da central de atendimento, estima-se uma maior abrangência do serviço, impactando de forma significativa o público-alvo, principalmente, os cidadãos de baixa renda.
- O contingenciamento afetou a ação de capacitação. Como resultado, diversos programas de treinamento inicialmente planejados foram cancelados.
- Houve atraso na liberação dos recursos na ação "Estudos para a Formulação e Desenvolvimento da Gestão Estratégica Nacional", o que dificultou o desempenho da ação pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos - NAE. Os recursos foram disponibilizados em novembro de 2005.
- Ausência de infra-estrutura física, estrutura regimental e quadro de cargos adequados ao pleno funcionamento do Núcleo de Assuntos Estratégicos da República (NAE–PR), que é responsável pela ação.
- Falta de profissionais capazes de formular e gerenciar os projetos e atividades da Ouvidoria Geral da União.
- Ausência de qualificação em estudos prospectivos de longo prazo no quadro da antiga SECOM, que está previsto para compor o NAE.

Outros Aspectos Relevantes

Em relação à ação "Estudos para a Formulação e Desenvolvimento da Gestão Estratégica Nacional", a metodologia NAE impõe a consulta pública para aferir a percepção da sociedade com relação ao futuro. No decorrer do Projeto Brasil 3 Tempos, foi realizada uma Consulta Delphi via Internet, quando foram convidados a participar cerca de 50 mil representantes de entidades públicas e privadas e de pessoas que ocupam posições de relevo junto à sociedade brasileira, com um total aproximado de 2 mil respondentes. Os resultados confirmaram os diagnósticos das percepções da sociedade obtidos na consulta Delphi em relação aos principais temas de interesse do Estado brasileiro.

Quanto à ação "Funcionamento do Sistema Federal de Ouvidorias", foi Iniciado estudo visando a relatar as experiências bem sucedidas no segmento de ouvidorias públicas do Brasil. Para realizar este estudo foi elaborado instrumento de pesquisa específico que contempla o fornecimento de informações qualitativas - histórico da ouvidoria, competências, processos de trabalho implantados, experiências em casos emblemáticos e soluções obtidas e recomendações expedidas pelo ouvidor – visando a subsidiar a análise para identificação das ouvidorias públicas com nível de excelência. Contempla também o fornecimento de informações quantitativas referentes às manifestações recebidas nos últimos dois anos (2004/2005). O instrumento de pesquisa foi encaminhado a cerca de 400 ouvidorias públicas, entre federais, estaduais e municipais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, no mês de novembro de 2005. A pesquisa foi encerrada em janeiro de 2006, estando atualmente em fase de tabulação e análise dos resultados.

Ainda não houve tempo para aferir a satisfação dos beneficiários sobre os resultados. De qualquer forma destaca-se que: (a) o Congresso Nacional considerou satisfatória

a contribuição do NAE para a elaboração da Lei de Biosegurança (Lei nº. 11.105, de 24/3/2005); (b) os Ministros da Casa Civil, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia endossaram os estudos prospectivos relacionados a Biocombustíveis, sendo que esses estudos técnicos subsidiaram a elaboração da Lei do Biodiesel (Lei nº. 11.097, de 13/1/2005); (c) os Ministros da Casa Civil, Relações Exteriores, Fazenda, Transportes, Agricultura Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e o Secretário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas endossaram os estudos prospectivos do NAE relativos a Mudanças do Clima, o qual tem sido utilizado em fóruns internacionais para subsidiar as posições brasileiras e é considerado o documento mais completo sobre o assunto, produzido no Brasil; e (d) o estudo sobre a Reforma Política, cuja conclusão foi antecipada, aproveitando a oportunidade da crise Política de 2005, foi endossado pelo Presidente e pelo Relator de Reforma Política do Congresso Nacional e pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Tal trabalho serviu como subsídio às discussões, tendo sido distribuído aos congressistas.

Recomendações

Para aprimorar o desempenho do programa, recomenda-se:

- Na ação 6215 – "Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social", alterar a finalidade para "Exercer as atividades inerentes ao funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e seus grupos de trabalho, tais como realização de reuniões, conferências, seminários, estudos e oficinas"; e alterar a descrição para "Convocação e organização da agenda de trabalho das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho e dos seus grupos de trabalho, bem como a realização de estudos definidos pelo pleno do Conselho; preparação da estrutura necessária à realização das reuniões e atividades; realização das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social".
- Implantar a central de atendimento telefônico gratuito (0800) que ampliaria o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria.
- Criar uma estrutura regimental e um quadro de pessoal adequados ao pleno funcionamento do NAE.
- Disponibilizar um quadro de profissionais capazes de formular e gerenciar os projetos e atividades da Ouvidoria-Geral da União.
- Qualificar o quadro comporá o NAE em técnicas prospectivas de longo prazo.

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Objetivo

Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições, fornecendo informações, serviços e infra-estrutura.

Público-Alvo

O Governo, em todas as esferas, a sociedade brasileira e em particular os amazônidas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 176.423.110,00	Empenho Liquidado: R$ 129.901.423,00 Pago estatais: - Total: R$ 129.901.423,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Quantidade de demandas atendidas por informações, serviços e uso da infra-estrutura do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)

Unidade de medida: Unidade
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Devido à necessidade de envolvimento de diversos parceiros para gerar informações necessárias ao cálculo do indicador, houve dificuldades para estabelecer seus atributos: índice de referência, índices no ano de apuração e índice ao final do PPA. Assim, a equipe técnica do Centro Gestor e Operacional do SIPAM (CENSIPAM) está implementando o Plano de Ação para o biênio 2005/2006, no qual serão levantadas as fontes de dados para cálculo dos indicadores. Os indicadores a serem construídos abordarão aspectos essenciais quanto à qualidade e confiabilidade, buscando incorporar a diversidade de produtos oriundos do sistema.

Contextualização

O programa "Informações Integradas para a Proteção da Amazônia" surgiu devido à necessidade de coletar, armazenar, processar, analisar e disponibilizar informações atualizadas, de forma contínua, para subsidiar as ações de planejamento, integração e intervenção de governo na Amazônia Legal. O programa é multissetorial, tendo ações sob a responsabilidade da Casa Civil por meio do Centro Gestor e Operacional

do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica. As informações produzidas pelo SIPAM são importantes para usos militares em ações de defesa das fronteiras, no combate ao tráfico de drogas e a outros ilícitos na região, no combate ao desmatamento ilegal, no planejamento da ocupação controlada da região, na produção de relatórios meteorológicos, para subsidiar estudos acadêmicos sobre a biodiversidade, para otimizar os sistemas de transporte e de comunicações da região e para possibilitar o acesso das populações locais às novas tecnologias, entre outras aplicações. Ademais, o principal diferencial do Sistema está em seu modelo de co-gestão, onde cada órgão parceiro ao mesmo tempo em que participa, demanda atividades e realimenta o banco de dados do sistema, enriquecendo o processo.

Principais Resultados

O Censipam manteve a implementação e a consolidação do SIPAM por meio de parcerias institucionais, ampliando o número de órgãos parceiros componentes do Sistema. Foram celebrados 15 novos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), totalizando 41 ACTs. O objeto desses ACTs é o intercâmbio de informações, de infra-estrutura e de recursos humanos para apoio às atividades e aos projetos comuns a serem desenvolvidos no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia. Como resultado dos acordos, o Censipam, a partir dos Centros Técnicos e Operacionais (CTO) de Belém, de Manaus e de Porto Velho e do Núcleo Técnico e Operacional de Brasília, participou em 2005 de diversas ações e operações conjuntas com órgãos dos três níveis de governo, destacando-se:

- A geração de imagens das áreas prioritárias e o processamento digital das imagens pelo CENSIPAM, sob coordenação do Gabinete de Segurança Institucional, que apoiou os projetos e a realização de ações conjuntas de georreferenciamento, cadastramento e regularização fundiária de imóveis rurais em terras públicas federais no Estado do Pará, por meio do Projeto Paz Pará.
- A realização pelo CENSIPAM da captação de imagens e do mapeamento de estradas, da cobertura vegetal, do desmatamento e das atividades antrópicas, de maneira a contribuir para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento e organização da ação de governo na área de abrangência da BR 163, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a BR-163, elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional.
- Confecção e impressão de cartas temáticas de solos, de vegetação, de geologia e de geomorfologia, de mosaicos, de recortes de imagens e confecção de cartas-imagem geradas pelo sensor radar R99-SAR, visando a apoiar o Projeto de Zoneamento Ecológico Econômico da Rodovia BR–163, desenvolvido em parceria com diversos órgãos, com a finalidade de ordenamento e regulação do uso do território a partir da sistematização de informações referentes às potencialidades e limitações dos recursos naturais.
- Por meio de parcerias entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o CENSIPAM, foram mapeados os desmatamentos em 12 Municípios do Sul do Estado do Amazonas e feita a análise das tipologias vegetais atingidas.

- Participação no Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, desenvolvido por treze órgãos federais, com o objetivo de propor medidas e coordenar ações para a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal. Neste sentido, o Plano contempla o desenvolvimento do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento, a aquisição e o tratamento de imagens de radar e a realização de sobrevôos de reconhecimento de áreas críticas.
- Participação no Sistema Integrado de Alerta de Desmatamentos para a Amazônia Legal (SIAD), desenvolvido em parceria com órgãos públicos, cujo objetivo é o monitoramento efetivo e sistemático da região Amazônica. O primeiro módulo de detecção de desmatamentos do SIAD (módulo 1) já se encontra operacional, com detecções sistematizadas com periodicidade mensal, trimestral e anual. Ainda foram adquiridas e processadas imagens de satélites orbitais, cujos produtos finais foram mapas e cartas-imagem.
- Integração dos Estados, Municípios, órgãos federais e comunidades amazônicas por meio do CENSIPAM que gerencia uma rede de telecomunicações via satélite, composta por 754 Terminais Usuários Remotos e Urbanos (rede VSAT) instalados em unidades dos órgãos parceiros com maior capilaridade nos nove Estados da Amazônia Legal, formando uma grande Intranet da Amazônia. Por meio deste sistema, foram efetuadas 68.078 ligações telefônicas e demandadas 10.733 solicitações de serviços, como por exemplo: cartas-imagens, mapas temáticos, pesquisas na Internet, imagens de satélite, publicação de notícias, apoio à Delegacia Regional do Trabalho no combate ao trabalho escravo e infantil, apoio às Secretarias de Educação dos Municípios, por meio de downloads de arquivos para as bibliotecas escolares, e apoio às comunidades pela divulgação de nomes de pessoas desaparecidas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Diversas demandas do CENSIPAM foram preteridas ou adiadas em função da insuficiência de créditos orçamentários e recursos financeiros. Como exemplo tem-se o adiamento da contratação temporária de servidores para 2006 e a contratação de serviços de manutenção de todo parque tecnológico do CENSIPAM.

Em relação à estrutura física, o prédio utilizado pelo CENSIPAM em Brasília não é adequado às necessidades do órgão. Contudo, foi construída uma nova edificação para sanar este problema, com previsão de ocupação em 2006.

Finalmente, há quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e executora, que é obrigada a requisitar servidores de outros órgãos e a terceirizar serviços. Entretanto, para o ano de 2006 está prevista a realização de processo seletivo simplificado para contratação temporária de técnicos.

Outros Aspectos Relevantes

É importante ressaltar que o SIPAM está em fase de ativação. Devido a este fato, o programa é composto de atividades e projetos que têm como finalidade apoiar a implantação do sistema, com ações de capacitação, instalação de equipamentos, aquisição de aeronaves, etc. Desta forma, sua atuação é limitada, pois ainda são necessários esforços para a geração de produtos preliminares e testes do Sistema,

além de constante revisão e atualização das técnicas e metodologias de produção de informações e geração de conhecimento.

No que se refere ao monitoramento, está sendo implementado o Plano de Ação para o biênio 2005/2006. As ações do plano correspondem às do PPA ou as complementam. Desta forma, procura-se monitorar o desempenho da instituição a cada dois meses. A ação referente à instalação de equipamentos em sítios operacionais do SIVAM e às obras civis do Sistema tiveram o seu desenvolvimento acompanhado por meio de cronograma físico detalhado, de forma a permitir ao governo verificar a evolução do programa, comparando as datas previstas em relação às datas de efetiva realização, utilizando para isto ferramentas de software na área de gerenciamento de projetos, reuniões de coordenações, relatórios de acompanhamento, relatórios de medição de obras civis, relatórios de análise de caminho crítico, relatórios de análise de riscos e inspeções em campo.

Recomendações

- A fim de aprimorar o programa, deve-se alterar o público-alvo para "O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os amazônidas; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica".
- Recomenda-se a construção de indicadores e o levantamento das fontes de dados para alimentação dos mesmos, tendo em vista que o indicador atual não representa o alcance do objetivo do programa e não há dados suficientes para o seu cálculo.
- Sugere-se a realização de processo seletivo para contratação de técnicos para a equipe gerencial e as equipes executoras.

Inteligência Federal

Objetivo

Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade.

Público-Alvo

Presidência da República.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 148.176.419,00	Empenho Liquidado:	R$ 113.679.729,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 113.679.729,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Relatórios de Inteligência para subsídio do Processo Decisório Nacional

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 96,51 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Foram produzidos 597 Relatórios de Inteligência, dos quais 461 foram avaliados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Do total de documentos avaliados pelo usuário do conhecimento (461), 96,51% atenderam ao quesito oportunidade e relevância do conteúdo. Este resultado indica melhoria de performance dos relatórios em relação ao índice apurado em 2004 (89,76).

Não houve indicação de índice final para 2007, tendo em vista que os instrumentos de verificação estão em processo de aperfeiçoamento para posterior validação final.

Contextualização

O programa tem como objetivo subsidiar o Presidente da República na execução do processo decisório e na condução dos assuntos de interesse nacional. O programa é constituído por ações sigilosas, de inteligência, de capacitação na área de segurança da informação, de desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos estratégicos na área de segurança institucional, de desenvolvimento de tecnologia na área de segurança das comunicações, de operacionalização dos sistemas de telecomunicações e transmissão de dados, entre outras.

Principais Resultados

No exercício de 2005, a Abin efetivou as missões na área de sua competência, tendo realizado seus resultados dentro do esperado. Entretanto, outras ações de interesse do Estado e da sociedade poderiam ter sido desenvolvidas, caso não tivessem ocorrido restrições de caráter orçamentário e contingenciamento de recursos. Abaixo estão os resultados atingidos em 2005.

- Produção de 597 relatórios de inteligência, 1.913 certidões de dados pessoais, 9.194 pesquisas diversas, entre as quais 3.458 destinadas, especificamente, a subsidiar a Casa Civil da Presidência da República e 1.074 Informações para outros serviços de inteligência.
- As atividades de desenvolvimento doutrinário e capacitação de pessoas atenderam a 2.903 servidores por meio de 195 cursos, contribuindo para a otimização da atividade de inteligência no âmbito da Abin e do Sistema Brasileiro de Informações (Sisbin) e de serviços de inteligência estrangeiros. Entre as organizações conveniadas encontram-se Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil - BB, Banco Central, Tribunal de Contas da União - TCU, Ministérios Públicos Estaduais, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, Petrobrás, Serpro, Anvisa, Suframa, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Ibama e Telebrás.
- A área de desenvolvimento tecnológico da Abin atendeu a necessidades específicas de tecnologia, participou de estudos e integrou projetos técnicos no âmbito do governo federal, tais como: elaboração de estudos e avaliação de fornecedores de serviços sobre os aspectos de tecnologia inerentes ao Centro de Inteligência dos Jogos Pan-americanos de 2007, viabilidade e testes para utilização de aparelho celular, com criptografia proprietária, viabilidade para a configuração e instalação de sistema operacional para emprego de certificação digital no âmbito da Abin, expansão e apoio técnico a rede segura Rede Internacional de Informações de Segurança Pública /Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, desenvolvimento de algoritmos e módulos criptográficos com incorporação de tecnologias específicas e redução do hiato tecnológico nas áreas de segurança da informação e das comunicações aplicáveis às atividades de inteligência e fornecimento de produtos criptográficos a unidades do primeiro escalão da administração pública federal.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

As metas físicas previstas nas ações do programa "Inteligência Federal" foram alcançadas na sua totalidade. A meta da ação "Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação" foi ultrapassada, tendo sido capacitados 2.903 servidores, por meio de 195 cursos, que contribuíram para a otimização da atividade de inteligência desenvolvida por organizações integrantes do Sisbin e outras conveniadas com a Abin, num total de 212.

A dotação autorizada não pôde ser executada em face do contingenciamento de recursos. Dos R$11.552.000,00 destinados às ações de inteligência, foi possível empenhar apenas R$3.558.895,00. O contingenciamento dos recursos disponibilizados no mês de fevereiro foi da ordem de 46.56%. Os recursos disponíveis não eram suficientes

para atender as despesas essenciais (água, luz, telefone, material de expediente, limpeza, segurança etc) da sede e das 32 unidades vinculadas. Para solucionar o problema, foram realizadas reuniões junto a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DIRE) da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República (SA/CC/PR). Restaram bloqueados por ocasião do encerramento do exercício financeiro créditos no valor de R$ 11.112.470,00, que representam 23,09% do orçamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual. Em outubro, valores descontingenciados foram direcionados para investimento, dificultando a realização dos procedimentos licitatórios e, conseqüentemente, aumentando o valor das despesas inscritas em restos a pagar, tendo em vista o tempo reduzido para liquidação das despesas empenhadas nesse período.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do programa. As emendas no Congresso Nacional resultaram em acréscimo no orçamento. Todavia, os benefícios desse acréscimo foram anulados pelo contingenciamento sofrido pelo programa.

As equipes e unidades executoras ressentem-se da escassez de recursos materiais e de infra-estrutura adequada, não disponível em razão da insuficiência dos recursos orçamentários e financeiros. A insuficiência verificada impacta o cumprimento da missão do órgão e tende a inviabilizar a realização de algumas ações fundamentais para a Agência. Parte da infra-estrutura, especialmente física e tecnológica, disponível na Abin remonta a 1964, demonstrando visíveis sinais de deterioração, defasagem tecnológica e incapacidade de atendimento às necessidades de uma agência de inteligência.

A inadequação de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras ocorre em razão das especificidades inerentes à atividade de inteligência, que limita o universo dos possíveis integrantes, associada à perspectiva de aposentadorias que ocorrerão nos próximos anos. Além disso, a preparação para o exercício de atividades de inteligência é, normalmente, realizada no médio e longo prazo.

Outros Aspectos Relevantes

O planejamento, o controle e a avaliação das ações do programa "Inteligência Federal" estão contidos no Plano Anual de Atividades da Abin, em consonância com os objetivos setoriais para a segurança constitucional, contidos nas Orientações Estratégicas da Presidência da República, estabelecidas no Plano Plurianual 2004–2007, com as diretrizes de inteligência e com os limites orçamentários disponibilizados na LOA.

Até o mês de setembro de 2005 foram realizadas reuniões trimestrais e, a partir destas, reuniões mensais com os coordenadores de ação para avaliar o desempenho físico e financeiro das ações do programa, no sentido de verificar a consecução das metas, a execução dos créditos e dos recursos financeiros, a possibilidade de remanejamento de créditos entre as ações e avaliar os óbices existentes, objetivando a correção de rumos e a execução do orçamento.

Foi produzida avaliação da Produção do Conhecimento - Relatório de Inteligência, realizada por meio de aplicação de questionário específico para cada documento produzido, denominada Ficha de Monitoração da Qualidade de Relatórios de

Inteligência, na qual o usuário avalia os quesitos: relevância, oportunidade, imparcialidade, amplitude e clareza e concisão e se o documento satisfaz plenamente, parcialmente ou não as suas necessidades. O programa vem sendo aperfeiçoado continuamente, a partir dos resultados da avaliação do usuário.

A gestão do programa prevê a realização de reuniões mensais destinadas a acompanhar os resultados obtidos na execução, bem como os níveis de cumprimento das metas físicas e financeiras fixadas, paralelamente à alocação de recursos orçamentários. Essa prática tem permitido a correção de rumos e, eventualmente, o redimensionamento de metas ou a realocação de recursos, especialmente quando da ocorrência de contingenciamentos ou fatos novos não previstos.

Recomendações

Não há recomendações.

Nacional de Juventude

Objetivo

Reintegrar o jovem ao processo educacional e promover sua qualificação profissional e ação comunitária.

Público-Alvo

Jovens que possuem entre 18 e 24 anos, estejam fora da escola e do mercado formal de trabalho e tenham entre 4 e 7 anos de estudo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 311.312.000,00	Empenho Liquidado: R$ 261.687.356,00 Pago estatais: - Total: R$ 261.687.356,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Desemprego das Pessoas de 18 a 24 anos de Idade

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador não representa os resultados das ações do programa e deve ser excluído.

2. Taxa de Escolarização de Pessoas de 18 a 24 anos de Idade

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 39,9 em 2002
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não existe índice previsto para o final do PPA.

Contextualização

Mais de 33 milhões de brasileiros compõem, hoje, o segmento juvenil de 15 a 24 anos, dos quais 80% vivem na área urbana (IBGE, 2000). Os jovens representam cerca de 20% da população brasileira. O aumento do desemprego, a informalidade e a concentração da ocupação nos baixos níveis de renda não atingem de maneira

uniforme os vários segmentos populacionais. Além das mulheres, dos negros e das pessoas com mais de 40 anos, os jovens foram particularmente afetados pela dinâmica do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, 17 milhões, isto é, mais da metade do total dos 33 milhões de jovens brasileiros entre 15 a 24 anos, não estudavam. A presença dos que não estudam mostra-se maior justamente no conjunto dos jovens ocupados: 10,6 milhões trabalham, mas não estudam. Por outro lado, 35,3% dos jovens inativos não estudam. Isso significava que 4,5 milhões de brasileiros de 15 a 24 anos não trabalham, não estudam, nem procuram emprego, o que é equivalente a 13,6% de todos os jovens no país.

Principais Resultados

- Elaboração do Projeto Político Pedagógico Integrado do Programa, definindo claramente os princípios político-pedagógicos que norteiam o ProJovem, sua forma de implantação, suas diretrizes curriculares e metodológicas, visando a orientar a elaboração dos materiais, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, assim como seu desenho de currículo. Como resultado, em março de 2005 a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Programa como projeto experimental, com validade nacional, o que garante a emissão de certificação final de ensino fundamental e de curso de qualificação profissional em nível de formação inicial.
- Em junho de 2005, foi publicada a Resolução n°. 22/CD/FNDE que estabeleceu orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Tal resolução visa a contemplar ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem; à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no programa; ao pagamento de educadores, de pessoal de apoio e de coordenadores locais do ProJovem; e, excepcionalmente, à locação de espaço físico e aquisição de material de consumo.
- Em junho de 2005 teve início o processo de inscrição de jovens nos Municípios de Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Porto Velho, Boa Vista, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Foram inscritos 15.808 jovens nesta primeira fase de implantação. De setembro a outubro, houve uma segunda etapa de inscrições em todas as capitais. A partir de 26 de outubro foi feita a matrícula e, simultaneamente, as aulas começaram gradativamente desde o início de novembro. A partir de 24 de outubro, as inscrições foram reabertas para 21 capitais, sendo atendidas nessa terceira etapa: Rio Branco, Maceió, Fortaleza, Distrito Federal, Vitória, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Belém, João Pessoa, Teresina, Curitiba, Rio de Janeiro, Natal, Porto Velho, Boa Vista, Porto Alegre, Florianópolis, Aracaju, São Paulo e Palmas. Paralelamente, foram realizadas as matrículas e iniciadas as aulas em todas as capitais. Durante o período de maio a novembro, 219.700 jovens inscreveram-se em todo o país.
- Entregues aos jovens matriculados no programa, bem como aos educadores e aos coordenadores locais dos Municípios e do Distrito Federal, mais de 1.187.000 exemplares de material didático.

- Foram adquiridos e serão entregues até 2006 19.615 computadores, 19.615 estabilizadores, 2.154 impressoras a laser e 2.154 "switches", visando à inclusão digital dos jovens matriculados.
- Parceria com a Fundação Roberto Marinho para o desenvolvimento de atividades de dinamização das Estações Juventude locais.
- Enquanto o aluno estiver matriculado no curso do Projovem, devecomparecer a pelo menos 75% das atividades presenciais do mês, incluindo a ação comunitária programada para o período e apresentar os trabalhos exigidos, recebe um auxílio financeiro mensal de R$ 100 por um período máximo de doze meses ininterruptos.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A liberação dos recursos apenas no final do exercício e a demora na aprovação de alterações orçamentárias no Congresso Nacional dificultaram o cumprimento da programação física. Contudo, a situação foi contornada e o programa foi implementado de maneira satisfatória.

Faz parte das responsabilidades dos Municípios parceiros arcar tanto com as despesas de insumo e consumo do ProJovem no âmbito de sua localidade quanto com a infra-estrutura necessária, referente aos espaços físicos adequados ao desenvolvimento do curso (salas de aula, ambientes apropriados para a instalação dos laboratórios de informática e espaços para a Estação Juventude). Porém, algumas coordenações municipais ainda não disponibilizaram adequadamente esses recursos ou não possuem a infra-estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades. A Coordenação Nacional do ProJovem já está em contato com as respectivas coordenações para auxiliar na solução das dificuldades surgidas.

Como o ProJovem é um programa novo, com concepção e princípios pedagógicos inovadores, a qualificação dos recursos humanos das equipes executoras ainda é insuficiente. Mas, está inserida no Projeto Pedagógico do programa a capacitação dos profissionais em âmbito local. Para tanto foi firmada parceria entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) para a preparação dos formadores, a capacitação inicial e a formação continuada dos educadores das instituições locais.

Como os ajustes no cronograma podem ser feitos pelas prefeituras parceiras do ProJovem, a matrícula e o posterior ingresso dos alunos sofreu alteração, por solicitação dos Municípios, o que ocasionou menor necessidade de recursos para pagamento de auxílio financeiro aos jovens. Esse fato gerou uma readequação do orçamento destinado à ação "Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação de Benefício aos Jovens do Programa Nacional de Juventude".

Outros Aspectos Relevantes

O ProJovem caracteriza-se por ser uma iniciativa inédita do Governo Federal, tendo sua gestão compartilhada entre quatro Ministérios: Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordena, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A organização de sua gestão conta com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da

Presidência da República e integrado pelos Ministérios parceiros. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios. Além disso, o programa é executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras.

A concepção do ProJovem também é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional com certificação de formação inicial; e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração ocorre em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

O Conselho Nacional da Juventude é um órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais e representantes da sociedade civil. Tem como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

O monitoramento é realizado pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/Caed) e acompanhado pela Coordenação Nacional do ProJovem, de acordo com o ritmo de implementação de cada ação ou de cada etapa do programa, por meio de um sistema informatizado de registro e processamento de dados. Esse sistema integra e produz informações necessárias à gestão do programa em todos os níveis.

É realizada avaliação externa dos alunos, compreendendo o teste diagnóstico inicial e o exame nacional final, bem como a supervisão *in loco* do programa, para efeitos de controle de sua implementação e correção de disfunções e avaliação da implementação e efetividade do programa ao longo de sua execução, por meio de pesquisas específicas das dimensões educacionais, sociais, econômicas e culturais do programa e constituem seu objeto.

Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) foram firmados convênios para execução de ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem; aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no programa; pagamento de educadores, pessoal de apoio e coordenadores locais do ProJovem; e, excepcionalmente, locação de espaço físico, bem como, aquisição de material de consumo.

Por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi estabelecida cooperação técnica e financeira para a execução das atividades inerentes à qualificação social e profissional, visando a beneficiar os alunos matriculados no programa, nas aulas de Qualificação Social e Profissional - Arcos Ocupacionais, visando a contribuir para

o aumento da efetividade social das ações e sua integração às políticas públicas de educação, trabalho e desenvolvimento econômico e social.

Por fim, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ficou a gestão do pagamento e da manutenção do auxílio financeiro mensal que, para tanto, utiliza os recursos orçamentários destinados ao ProJovem. Para operacionalizar o pagamento e a manutenção do auxílio-financeiro, o MDS firmou, em setembro de 2005, um contrato com a Caixa Econômica Federal.

Recomendações

- O indicador "Taxa de Desemprego das Pessoas de 18 a 24 anos de Idade" deve ser excluído porque não representa os resultados das ações do programa, dado que o ProJovem não tem como objetivo dar emprego a esses jovens e sim, oferecer qualificação profissional, elevação da escolaridade e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas

Objetivo

Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas.

Público-Alvo

Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 7.782.579,00	
Empenho Liquidado:	R$ 4.288.682,00
Pago estatais:	-
Total:	R$ 4.288.682,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Desempenho Global do Subsistema Nacional de Redução de Drogas

Unidade de medida: Pontos
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 120

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O índice do indicador não foi calculado, tendo em vista que o programa atua apenas em gestão. A alteração do tipo de programa, de finalístico para de gestão, foi efetivada na revisão da programação para 2006.

Contextualização

A redução da demanda e da oferta de drogas lícitas e ilícitas constitui uma questão de Estado, impactando de maneira onerosa na sociedade, na medida em que envolve questões de segurança, saúde, trabalho, previdência social, bem-estar individual, familiar e, inclusive, alguns aspectos da soberania nacional. Esse tema é intra-setorial e perpassa diversas áreas governamentais e setores sociais, caracterizando-se pelo alto grau de interdependência. Por isso, o governo brasileiro precisa trabalhar a partir de políticas públicas integradas, que viabilizem a ação conjunta, envolvendo os setores públicos e a sociedade civil, levando-os a compartilhar a responsabilidade pela redução da demanda e da oferta de drogas, além de capacitá-los a lidar com diferentes problemas decorrentes do consumo e da dependência química.

Principais Resultados

- Prosseguimento do II Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Consumo de Drogas lícitas e Ilícitas na População Brasileira. Este estudo está sendo feito nas 107 cidades com mais de 200 mil habitantes em todas as regiões do país.
- Continuação do projeto de elaboração de um instrumento destinado ao levantamento do uso de drogas psicotrópicas entre estudantes da rede pública e privada, a partir dos questionários tradicionalmente utilizados no Brasil, comparando-os com o questionário da Organização Mundial de Saúde (OMS), de modo a dotar o país de instrumento atualizado e internacionalmente comparável de coleta de dados sobre o uso de drogas e suas conseqüências.
- Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas: no ano de 2005 foram analisados 9.908 processos-crime envolvendo tráfico ilícito de drogas e crimes conexos, com vistas à identificação de bens e valores passíveis de serem apropriados ao Fundo Nacional Antidrogas. Deste total, 1.626 processos foram autuados na Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) neste ano, sendo o restante, continuação de anos anteriores. Essas regularizações capitalizaram o Fundo Nacional Antidrogas (Funad em) R$ 4.098.831,32, o que permitiu que fossem levadas a efeito todas as demais ações do programa.
- Início do projeto de Validação da "Adicition Severity Index" (ASI) - Escala de Gravidade da Dependência Química, com vistas a disponibilizar esse instrumento de diagnóstico para a rede de assistência e aos profissionais de saúde.
- Prosseguimento do curso "Formação em Terapia Comunitária" com ênfase nas questões relativas ao uso de álcool e outras drogas - Projeto Terapia Comunitária, que capacitará, até o final de 2006, 720 técnicos, profissionais e voluntários das áreas de saúde, social, educação, setor não governamental e lideranças comunitárias para atuarem como terapeutas comunitários nos seus grupos sociais de referência nas questões relacionadas ao uso indevido de álcool e outras drogas.
- Iniciada a execução do "Projeto Lua Nova" que pretende difundir em vários centros urbanos do país, uma metodologia para a implementação de programas de inserção social de jovens mães e seus filhos em situações de risco, principalmente quanto ao uso indevido de drogas. Este projeto tem por base os conceitos e princípios da Associação Lua Nova, que priorizam ações de inclusão de usuárias de drogas através de trabalho cooperativo e solidário, democraticamente organizado, que busca a emancipação da população-alvo e dos profissionais que atuam na área, compreendendo o mundo em que vivem e contribuindo para a construção de uma realidade socialmente mais justa.
- Impressão de 625 mil exemplares de cartilhas de orientação ao público sobre o uso indevido de drogas, sendo 75 mil exemplares de cada cartilha da série "Por Dentro do Assunto", com informações atualizadas sobre o uso de álcool e outras drogas, destinadas a diversos segmentos da sociedade, tais como pais, adolescentes, jovens, educadores, lideranças comunitárias e 25.000 exemplares do Glossário de Termos Relacionados a Drogas.
- Início de operação de uma central de atendimento telefônico 0800 – "Viva Voz – Liga para a Gente. A gente liga para você", que presta por meio de

telefone, aconselhamento reativo especializado para a prevenção primária e secundária quanto ao uso de substâncias psicoativas e indica recursos da comunidade para atendimento a usuários, dependentes e seus familiares, bem como informações sobre drogas, seus efeitos no organismo e orientações para a comunidade em geral.

- Realização da 1ª Conferência Pan Americana de Políticas Públicas sobre o Álcool em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que teve como objetivo principal apresentar e discutir nas esferas governamentais e na comunidade científica, em âmbito nacional e internacional, o impacto do uso do álcool.
- Foi realizada a "VIII Semana Nacional Antidrogas", instituída por decreto em maio de 1999, como evento permanente e que propicia que as estruturas de gestão do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), ou seja, os conselhos nacional, estaduais e municipais, aliados aos respectivos parceiros estratégicos, implementem uma programação que proporcione visibilidade ao assunto e contribua para as demais iniciativas.
- Foram iniciadas uma pesquisa e um mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil, com o objetivo de levantar dados quantitativos e qualitativos das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de drogas que desenvolvem ações de prevenção, tratamento, reinserção social, ensino e pesquisa, visando ao fortalecimento desta rede social.
- Capacitação de 1 mil agentes do SISNAD no Curso "Prevenção do Uso Indevido de Álcool e outras Drogas no Ambiente de Trabalho", que tem como objetivo mobilizar os trabalhadores e possibilitar a abordagem do tema das drogas no ambiente de trabalho e desenvolver o interesse e a responsabilidade dos participantes do curso para a questão do uso indevido de álcool e outras drogas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Embora se considere o cumprimento das metas dentro do previsto, observam-se problemas quanto à execução orçamentária. A dotação orçamentária foi de R$ 7.782.579,00, dos quais somente R$ 4.288.682,00 foram autorizados para empenho. Apesar das limitações orçamentárias impostas, os recursos disponibilizados foram liberados em fluxo compatível com a programação. Todavia, o contingenciamento orçamentário obrigou à reformulação do Plano Gerencial e à busca de outras alternativas para o cumprimento das metas físicas. Como forma de compensar a referida limitação, a SENAD buscou parcerias técnicas e financeiras, o que garantiu o atingimento das metas físicas previstas para as ações de apoio a projetos de órgãos do SISNAD e de regularização do contencioso de bens do FUNAD. O não atingimento da meta prevista da ação de capacitação de agentes do SISNAD, por sua vez, justifica-se pelo fato de não ter sido possível compensar a limitação orçamentária com apoio de parceiros.

Há necessidade de pessoal para o acompanhamento de projetos que são executados em parcerias com outros órgãos, assim como para as atividades de coordenação a cargo da SENAD, tais como gerenciamento do Observatório Brasileiro sobre Drogas, do setor de acompanhamento processual de alienação e da promoção da descentralização das ações de prevenção, entre outras. A proposta de alocação de

recursos humanos já foi encaminhada ao Ministério do Planejamento. Na atividade de regularização de contencioso do FUNAD, o reduzido quadro de pessoal atuando na área não consegue acompanhar o aumento anual da demanda de atos judiciais. Foram cerca de 3 mil novos processos analisados em 2005. A Insuficiência de recursos humanos também dificultou a execução das ações em andamento e impediu a celebração de convênios e acordos que possibilitariam o prosseguimento integral do programa

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento da execução das ações foi realizado tendo como base o Plano Gerencial do Programa e, periodicamente, a Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) do Gabinete de Segurança Institucional reuniu-se para verificação e monitoramento do plano. Por outro lado, mensalmente, no âmbito de cada ação, os respectivos coordenadores efetuaram os registros de atualização de sua execução.

Diversos projetos foram efetuados mediante parcerias com órgão governamentais e não-governamentais. As parcerias com órgãos não-governametais são firmadas mediante convênios. Em 2005, foram mantidos ou firmados convênios com as seguintes organizações:

- Centro de Estudos Paulista de Psiquiatria da Unidade de Pesquisa em Álcool (UNIAD), vinculado à Universidade Federal de São Paulo para a realização do I Levantamento de Padrões do Consumo de Álcool na População Brasileira.
- Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia (AFIP), vinculada à Universidade de São Paulo, para elaboração de Instrumento para Levantamento do Uso de Drogas entre Estudantes.
- Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia (AFIP), vinculada à Universidade de São Paulo, para a realização do "II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso Indevido de Drogas Psicotrópicas no Brasil", envolvendo as 107 maiores cidades do país.
- Movimento Integrado de Saúde Mental, Comunitária (MISMEC), para formação de agentes em terapia comunitária com ênfase nas questões relativas ao uso de álcool e outras drogas, em parceria com a Universidade do Ceará.
- Associação de Amparo à Pesquisa em Farmacologia e Toxicologia – (AAPEFATO), vinculada à Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, para a implantação e operação da Central de Atendimento VIVA VOZ para Informações Sobre Drogas.
- Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (FAPEX), vinculada à Universidade Federal da Bahia, para a Sistematização de Metodologia Consultório de Rua.
- Fundação Universidade de Brasília (FUBRA) para o mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Mapeamento, Articulação e Avaliação - Brasil 2005-2007.
- Fundação Médica do Rio Grande do Sul, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a validação transcultural do "Addiction Severity Index" (ASI).
- Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina, vinculada à

Universidade de Santa Catarina, para a realização do "Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas no Ambiente de Trabalho (CIPAS)".

- Associação de Formação e Reeducação Lua Nova, para a sistematização do Projeto Lua Nova, que visa a estender a outros centros urbanos no país uma metodologia para implementação de programas de inserção social de jovens mães e seus filhos em situação de risco, principalmente quanto ao uso de drogas, tomando-se por base os conceitos e princípios da Associação Lua Nova.

Recomendações

Não há recomendações.

Promoção da Ética Pública

Objetivo

Garantir o conhecimento e o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e assim fazer com que o respeito à ética ocorra em todo o funcionalismo público federal.

Público-Alvo

Alta administração federal, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 700.000,,00	Empenho Liquidado: R$ 396.483,00 Pago estatais: - Total: R$ 396.483,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O indicador "Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos" não pôde ser apurado, devido ao adiamento para 2006 da realização da pesquisa sobre valores éticos, que subsidiaria o cálculo dos índices de referência e anuais.

Contextualização

O programa surgiu devido à baixa confiança da sociedade no caráter ético da conduta dos agentes públicos, em razão do baixo conhecimento e cumprimento do padrão ético, o que compromete a efetividade organizacional e enfraquece a democracia. São condicionantes do programa: a estrutura federativa republicana, em que as administrações públicas das diferentes esferas de poder e níveis de governo são independentes entre si; o apoio da sociedade; a adesão dos agentes públicos; a proteção aos envolvidos, sejam denunciantes, denunciados, membros de comissões de ética, comissões de sindicância e inquérito; o comprometimento das lideranças; o marco normativo que regula a atuação das entidades com responsabilidades em gestão da ética e a estrutura de administração.

Principais Resultados

A obtenção dos resultados de 2005 foi dentro do esperado. Destaca-se a capacitação de 545 pessoas, superando a meta prevista de 508.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dentre as principais restrições identificadas, citam-se:

- Falta de aprovação de pesquisa sobre valores éticos que impediu a mensuração da "Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos" .
- Infra-estrutura insuficiente para a equipe necessária
- Quantidade insuficiente de recursos humanos na equipe gerencial e executora.
- Insuficiente qualificação de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras..

Outros Aspectos Relevantes

O programa possui mecanismos que promovam a participação social. No âmbito das ações relacionadas ao programa são desenvolvidas atividades conjuntas, como por exemplo, em eventos, com organizações não-governamentais, tais como a Transparência Brasil e o Instituto Ethos.

O trabalho da Comissão de Ética Pública e das Comissões de Ética setoriais constitui uma boa prática de gestão. Neste sentido, há um questionário de avaliação da gestão da ética, que é aplicado anualmente nos órgãos e entidades cujos dirigentes estejam vinculados ao Código de Conduta da Alta Administração federal. Em última instância, o que se busca são práticas de gestão que aumentem o nível de confiança da sociedade na conduta ética dos agentes públicos.

Recomendações

- Incluir entre o público-alvo do programa, os membros das Comissões de Ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federa.
- Alterar o tipo da ação 7349 – "Modernização Organizacional da Comissão de Ética Pública" para "Atividade" e, portanto, modificar o título para "Disseminação do Código de Conduta Ética no Serviço Público Federal"; a finalidade para "Disseminar normas de conduta na Alta Administração Pública Federal, orientar sobre suas aplicações, monitorar seu cumprimento e apurar eventuais transgressões"; a descrição para "Implantação de infra-estrutura na Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública, provendo-a dos meios necessários para tornar efetivo o cumprimento das normas de conduta voltadas à ética no Serviço Público Federal; aperfeiçoamento e consolidação do marco regulatório; capacitação de servidores; e o produto para "Agente público orientado".
- Aperfeiçoamento da articulação com os Ministérios, dada a necessidade de que estes possam ter ações voltadas para a implementação da infra-estrutura ética (gestão, orientação e controle).

- Disponibilização de infra-estrutura e recursos humanos adequados à equipe gerencial e às equipes executoras.
- Realização da pesquisa sobre valores éticos.
- Revisão do indicador do programa "Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos", dado que sobre o mesmo influem diversas variáveis sobre as quais o programa não tem condições de atuar.
- O fato de o programa em 2005 ter se restringido a uma ação de capacitação de 545 pessoas revela a insuficiência de ações frente ao objetivo do mesmo, que é o de garantir o conhecimento e o cumprimento das normas de conduta ética dos agentes públicos. Nesta perspectiva, o efetivo combate ao problema "falta de confiança da sociedade no caráter ético da conduta do servidor" necessitaria de maiores esforços e da disponibilização dos meios adequados à consecução dos resultados pretendidos.

Defesa Jurídica da União

Objetivo

Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

Público-Alvo

União.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 1.044.451.472,00	Empenho Liquidado: R$ 852.806.183,00 Pago estatais: - Total: R$ 852.806.183,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

1. Taxa de Análise de Processos pela Advocacia-Geral da União

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
O índice apurado em 2005 foi de 100%. Todos os processos tramitados em 2005 (571.347) receberam manifestações da AGU, não estando incluídos neste total os processos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (processos fiscais e tributários), que tramitam por sistemas do Ministério da Fazenda e os processos da Procuradoria-Geral Federal (PGF), que somente terão sua inclusão no Sistema de Controle das Ações da União (SICAU) no final de 2007. A apuração do indicador do programa constante do SIGPLAN somente pode ser concluída a partir do fechamento do Relatório de Movimento Processual da AGU, concluído em 15/05/2006.

Contextualização

O programa visa a proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extra judicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

Principais Resultados

- Impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres

públicos; em 2005, dos R$ 8,25 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R$ 3,79 bilhões, o que representa 45,97% do total executado. No que se refere à Divida Ativa da União, a arrecadação de 2005 atingiu R$ 2,62 bilhões.

- No que se refere à arrecadação judicial, merece destaque o desempenho do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGF, responsável pela cobrança judicial de contribuições previdenciárias, que arrecadou cerca de R$ 4,9 bilhões, sendo R$ 1,169 bilhão perante a Justiça do Trabalho, R$ 2,536 bilhões referentes a execuções fiscais e R$ 1,197 bilhão em depósitos judiciais. Este valor foi 34% superior ao resultado obtido em 2004, superando a meta de incremento de 24% prevista para o período. Destaque-se ainda que apenas a título de honorários advocatícios foram recebidos R$ 67,3 milhões.
- Prestação de informações em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e em mandados de segurança impetrados em face de decretos expropriatórios do Presidente da República, afastando os óbices jurídicos à ação governamental.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

De modo geral, as principais ações do programa obtiveram níveis razoáveis de execução física e financeira. Na ação 2672 – "Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo", a execução financeira foi de 68%, sendo a execução física muito superior à meta prevista em função de erro material na definição da mesma. A ação 2673 – "Correições nos Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União" teve execução física de 114% superior à meta e financeira de praticamente 100%; a ação 2674 – "Representação Judicial e Extrajudicial da União" teve execução física de 151% e financeira de 93%; e a ação 6159 – "Representação Judicial e Extrajudicial das Autarquias e Fundações", de 77% (física) e 56% (financeira). Em todos os casos foram observados níveis razoáveis de execução com leve subestimação dos custos unitários.

Um dos fatores que impactaram negativamente o desempenho do programa foi o fluxo de recursos. Ao final do exercício, aproximadamente 10% da dotação autorizada em lei permaneciam contingenciados, o que impossibilitou uma execução ainda maior das metas físicas, haja vista a existência de capacidade de execução por parte da AGU (dos recursos liberados, quase a totalidade – 99,8% - foram executados).
A infra-estrutura inadequada para as equipes executoras é uma restrição ao desempenho do programa, uma vez que a instituição encontra-se em expansão em virtude do intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário com reflexos na advocacia pública.

Por fim, uma última restrição refere-se à relativa inadequação dos recursos humanos disponíveis. Na área de apoio técnico-administrativo, a AGU ainda não dispõe de uma carreira para os servidores que nela atuam. No caso dos analistas de nível superior, há a necessidade de reestruturação da remuneração, de forma a se assegurar a competitividade dos vencimentos. Hoje, outros setores do serviço público exercem atração sobre funcionários experientes, que prestam outros concursos e deixam a instituição, desestruturando assim setores inteiros e impedindo que as funções institucionais da AGU possam ser desenvolvidas a contento. Tendo-se em

vista esses problemas, foi proposto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) plano de carreira específico para os servidores da AGU, ainda não aprovado.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

- O intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário, com reflexos na advocacia pública, torna necessária a inclusão de ações com a finalidade de instalar novas unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais

Objetivo

Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988 e intensificar o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 13.845.887,00	Empenho Liquidado: R$ 6.572.705,00 Pago estatais: - Total: R$ 6.572.705,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Implantação de Ações Corretivas

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 100 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
São inúmeras as ações corretivas propiciadas pela atuação do controle interno. Em 2005 a CGU não pôde medir o indicador. Há uma dificuldade para a definição do que vem a ser ação corretiva implantada. Esse foi um dos motivos pelos quais o índice não foi apurado em 2005. São inúmeras as ações corretivas propiciadas pela atuação do controle interno, tais como a determinação de saneamento de irregularidades em práticas de Municípios. Mas a determinação da CGU não necessariamente resultará na solução do problema. Também não existe um mecanismo de medição e acompanhamento do desempenho dessas ações corretivas definidas pela CGU.

Contextualização

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 74 estabelece que:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desses dispositivos constitucionais, bem como do objetivo central e permanente do Governo Federal de combater a corrupção e o desperdício de recursos públicos, faz-se necessário o desenvolvimento de ações de controle na gestão de administradores de recursos públicos federais, que subsidiarão, também, a Prestação de Contas Anual do Presidente da República junto ao Congresso Nacional, na forma do Balanço Geral da União (BGU), visando a cumprir, também, o disposto no art. 84, XXIV, da CF/88.

Principais Resultados

Os resultados em 2005 e a cobertura do público-alvo foram considerados dentro do esperado, tendo em vista:

- A ação 6430 - "Gestão dos Administradores Públicos Federais" executou 1.232 avaliações de gestão – execução de 100,74% da meta prevista para o ano de 2005. Constitui-se em uma verdadeira síntese crítica da totalidade das ações desenvolvidas pelos gestores, por meio das auditorias de avaliação da gestão dos agentes públicos, buscando comprovar a legalidade e avaliar os resultados obtidos pelos gestores federais quanto à eficácia e eficiência da gestão das áreas operacional, orçamentária, financeira, patrimonial, de suprimento de bens e serviços, bem como os controles internos dos órgãos e entidades da administração federal. Trata, ainda, do exame da consistência das folhas de pagamento, dos processos de aposentadorias e pensões, assim como dos registros de admissão e desligamento de servidores públicos federais.
- A ação 4996 – "Fiscalização de Recursos Federais em Áreas Municipais" promoveu 5 sorteios de Municípios (do 15º ao 19º Sorteio), oportunidades em que foram sorteadas e fiscalizadas 300 unidades Municipais, envolvendo o exame de programas e ações de governo (programações/módulos-tipo) totalizando cerca de R$ 1,5 bilhões em recursos públicos federais. Essas fiscalizações envolveram uma população total de 6,9 milhões de habitantes, o que representa algo em torno de 3,8% da população do país.

- Em relação à ação 4995 – "Controle da Execução dos Programas do PPA", foram fiscalizadas 341 ações do Orçamento Geral da União (OGU) e 13

políticas públicas previstas no PPA, mas não constantes do OGU. Os dados coletados no Sorteio de Municípios trazem subsídios para que as coordenações-gerais possam manifestar-se sobre a execução dos programas de governo. Executaram-se 295% das metas estabelecidas.

- No âmbito da avaliação dos projetos de financiamento e de cooperação técnica com organismos internacionais (ação 4994), todos os projetos constantes da carteira foram auditados e os relatórios foram encaminhados aos organismos internacionais. A ação atingiu 64,67% de execução física, porque a carteira de projetos de recursos externos foi fechada após a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), quando ainda não se tinha o número preciso de projetos a serem auditados.
- A Secretaria Federal de Controle (SFC) recebe, ainda, outras demandas externas que, no exercício de 2005, geraram a conclusão de 787 processos. Verifica-se que as ações de controle para demandas externas direcionaram-se, principalmente, para atender ao Ministério Público da União (MPU) e à sociedade.
- Foram realizadas, em conjunto com o Departamento da Polícia Federal (DPF/MJ) e o Ministério Público, tanto Federal como Estadual, operações tais como: Correios, Guabiru, Pororoca, Confraria, Campus Limpo e Dourados/MS.
- No desempenho da apuração de fatos e indicação de normas e regulamentos infringidos, a Secretaria Federal de Controle Interno - SFC auditou, no exercício de 2005, 1.938 processos de Tomadas de Contas Especiais, sendo 1.632 certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 448,5 milhões, enquanto os restantes 306 processos foram diligenciados aos órgãos instauradores para revisão dos procedimentos adotados e ou complementação de dados e informações. Nesse mesmo período foram concluídas 250 diligências originárias do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, das Procuradorias Estaduais e da Polícia Federal.
- As auditorias nas áreas de pessoal e de benefícios e análise dos processos de pessoal totalizaram auditorias nas folhas de pagamentos de 32 unidades, estando 20 concluídas e 12 com os trabalhos em andamento. Foram analisados 14.794 atos de pessoal.
- De acordo com o projeto de redução de estoques de processos de pessoal, em andamento desde 2003, por meio de auditorias de análise de processos na modalidade de redução de estoque interno, e na modalidade *in loco*, houve redução total dos estoques internos existentes, tendo sido analisados pelas unidades descentralizadas da CGU o quantitativo de 35.504 atos de aposentadorias, pensões, admissões e desligamentos de pessoal. Além dessas, a SFC é responsável pela análise do Relatório de Gestão Fiscal e pela elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A concepção do programa é a fonte de algumas restrições ocorridas ao longo de 2005. Exemplos disso são os casos das metas das ações 4996 e 4994. No caso da ação 4996 – "Fiscalização de Municípios", a baixa execução (16%) deveu-se ao superdimensionamento da meta física. Para a definição desta meta, partiu-se da expectativa de um grande reforço na capacidade operacional, no tocante à realização

de novos concursos públicos, à ampliação da estrutura de cargos da CGU e ao crescimento das dotações orçamentárias. A falta de atendimento a essa expectativa foi parcialmente alcançada, não sendo possível o alcance da meta. Para o exercício de 2006, no Projeto de Lei Orçamentária, a meta já foi ajustada, passando para 420 áreas municipais fiscalizadas. No que tange à avaliação da gestão de projetos de financiamento e de cooperação técnica com Organismos Internacionais (ação 4994) atingiu-se 64,6% de execução física. Como a carteira de projetos de recursos externos foi fechada após a elaboração da LOA, ainda não havia o número preciso de projetos a serem auditados. No entanto, todos os projetos constantes da carteira foram auditados e os relatórios encaminhados aos organismos internacionais.

Apesar do problema de apuração do indicador, a cobertura do público-alvo (governo) em 2005 foi considerada dentro do esperado. Não houve outro tipo de avaliação do programa e o nível de satisfação do usuário também não foi apurado.

Há que se salientar que o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006 não previu a ação 4994 – "Avaliação da Gestão de Projetos de Financiamentos e de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais", tendo essa sido excluída no processo de Revisão do PPA em 2005. Entende-se que essa ação está diretamente relacionada ao objetivo do programa, possuindo uma importância relevante para o Controle Interno já que possui metas e clientes específicos. Se fosse seguida a lógica de extinção de ações para incluí-las na ação de avaliação de gestão, ter-se-ia que fazer o mesmo para as demais ações e isso não seria o mais adequado, principalmente por questão de visibilidade das atividades do órgão.

Quanto às mudanças promovidas pelo Congresso Nacional em relação ao Projeto de Lei original, houve a inclusão do localizador 0002 na ação 6430 em função da Emenda Parlamentar para a transferência de recursos para a ONG "Transparência Brasil".

A CGU carece de melhores instalações para suas equipes executoras. A infra-estrutura é inadequada no que diz respeito:

- Ao espaço físico da sede da CGU em Brasília, que não comportará a chegada de novos servidores prevista para abril de 2006.
- À manutenção e as inovações tecnológicas dos sistemas utilizados pelo controle interno na execução de suas atividade.

Em relação aos recursos humanos, ainda há carência de servidores. A lotação ideal de servidores da CGU, prevista no decreto nº. 4.321/2002 é de 5 mil servidores, sendo 3 mil auditores e 2 mil técnicos. Também há necessidade de investimentos em treinamento para a equipe gerencial, principalmente em decorrência das mudanças que vêm sendo implementadas no Controle Interno a partir da criação da Controladoria-Geral da União. O nível técnico dos servidores é bom, sendo que em 2005 foram realizados cursos de capacitação em algumas áreas (pessoal, técnicas de auditoria, etc), mas há necessidade de continuar esse processo para que os servidores possam atuar de forma mais efetiva.

Outros Aspectos Relevantes

O monitoramento, bem como o registro do desempenho físico das ações do programa é realizado no sistema ATIVA. Faz-se sistematicamente o monitoramento trimestral e do cumprimento de prazos legais relacionados às ações do programa.

Em relação à promoção da participação social, além da Ouvidoria-Geral, a CGU implementou em 2005 uma importante inovação com a criação da figura do grupo precursor, com a responsabilidade de, antes de a equipe ir a campo, visitar o Município sorteado buscando mapear questões relevantes àquela comunidade que possam subsidiar o planejamento dos trabalhos. Sua atuação consiste em reuniões com grupos de interesse, tais como os Conselhos Municipais. A Ação Fiscalização de Recursos Públicos em Áreas Municipais incentiva a participação social, aproximando a sociedade da CGU, devido à divulgação e à presença dos auditores no Município.

Outras práticas de gestão que podem ser citadas como relevantes são o canal aberto para denúncias via Internet e a implementação de projetos de capacitação de servidores municipais e de controle social, com a distribuição de cartilhas a cidadãos e gestores municipais de recursos públicos. As denúncias e a participação social contribuem para o cumprimento das metas previstas no PPA e intensificam o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos.

Recomendações

- Com base nas informações sobre a dificuldade de apuração do índice "taxa de ações corretivas", recomenda-se a adoção de um indicador compatível com as especificidades da CGU.
- Prestação de informações para o monitoramento do programa de acordo com os prazos estabelecidos na Portaria MP nº. 198/2005.

Correição no Poder Executivo Federal

Objetivo

Combater a impunidade dos administradores de recursos públicos federais e prestar contas à opinião pública acerca dessas atividades, conferindo-lhes ampla transparência.

Público-Alvo

Governo e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 5.825.291,00	Empenho Liquidado: R$ 4.983.965,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.983.965,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

É atribuição institucional da Controladoria Geral da União (CGU) providenciar para que a investigação, apuração e repressão de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, ocorram de maneira célere e cabal, bem como propor as medidas legislativas e administrativas necessárias para que as irregularidades constatadas não se repitam. Por outro lado, a CGU tem por finalidade precípua o fortalecimento da transparência como um instrumento a ser permanentemente utilizado pelo Poder Público para prestar contas de suas ações ao cidadão, estabelecendo com este uma parceria com vistas à fiscalização dos desvios de conduta na administração pública. Essa preocupação com a transparência, o controle dos recursos públicos e o combate à corrupção e à impunidade encontra-se no núcleo essencial da proposta política do governo. Assim, pretende-se enfrentar o problema sob uma nova perspectiva, trazendo a população, a sociedade brasileira e o cidadão para a posição de parceiros ativos e indispensáveis no combate à impunidade.

Principais Resultados

Os resultados obtidos em 2005 revelaram-se superiores aos esperados, tendo em vista a otimização no cumprimento das funções e atribuições institucionais da CGU. A concentração e especificidade de matérias objetivaram a agilização nas apurações de irregularidades e malversações dos recursos públicos federais, além de permitir

a uniformização e integração das ações de fiscalização e auditoria do controle interno com as ações de correição desenvolvidas. Abaixo se encontram alguns dos resultados mais significativos:

Estima-se que foi recomendada, pela área de correição, a instauração de 115 processos administrativos e sindicâncias em ministérios e órgãos federais, ao passo que por volta de 35 procedimentos daquela natureza estiveram – uma vez instaurados naquele mesmo período – sob o devido acompanhamento das Corregedorias.

Quanto às denúncias, registra-se que, em 2005, deram entrada na Controladoria mais de 40 mil documentos relativos a temas diversos. Após exame da sua admissibilidade, no qual se verifica a consistência das denúncias e a competência do órgão para apurá-las, cerca de 4 mil foram autuadas.

No específico âmbito das corregedorias, foram computadas, no exercício de 2005, 315 denúncias, 9 representações e 86 apurações de ofício, registrando-se, assim, um total de 410 documentos, encaminhados para registro com classificação no procedimento ordinário.

Em razão do número de denúncias então encaminhadas às corregedorias, mantevese critério de prioridade na análise em relação àquelas que envolvem, por exemplo, maior volume de recursos ou autoridades ocupantes de cargos de escalões mais elevados. As demais denúncias ficam submetidas a um procedimento simplificado, que resulta no seu encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno, para que sejam cobradas providências dos Ministérios onde supostamente teriam ocorrido as irregularidades.

Com efeito, o curso natural da denúncia autuada é o seu encaminhamento ao contro-le interno, com vistas à realização de ações de fiscalização e auditoria. Em alguns casos, entretanto, quando os elementos constantes da denúncia permitem, são reali-zadas diligências diretamente nos órgãos onde se teriam verificado as irregularidades apontadas.

Com base nas informações do controle interno e de diversos órgãos da Administração Pública e por meio da agregação dos dados de inteligência, forma-se, por meio da emissão de uma nota técnica, um juízo de valor que, no limite, pode redundar na requisição de instauração de procedimentos disciplinares, de tomadas de contas especiais e do encaminhamento dos fatos apurados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal nas hipóteses em que restarem configurados indícios da prática de ilícitos penais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Embora o objetivo do programa inclua o combate à impunidade e a busca de transparência nas ações do governo, ele deixa de focalizar uma parte relevante do combate à corrupção, que é a adoção de medidas preventivas, o que passa a ser contemplado em outro programa da CGU, a partir da criação da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI).

O público-alvo da CGU, no que se refere a ações correcionais, é o agente público federal. A Controladoria não pretende alcançar diretamente todo o universo de

servidores públicos federais e nem dispõe de recursos humanos e logísticos para tanto. Na verdade, o foco da CGU está nos agentes que cometem irregularidades no exercício das suas funções, em atividades ligadas à corrupção. Nesse sentido, a CGU tem buscado expandir sua atuação direta nas áreas de governo. Para tanto, criou o Sistema de Corregedorias, instituído através do Decreto Presidencial nº. 5.480/2005, que compreende as atividades de correição do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correcionais. Com a implantação deste sistema, os Ministérios, bem como os órgãos de maior vulnerabilidade ou relevância, passam a dispor de Corregedorias próprias, em devida articulação com a CGU, seu órgão central.

Com relação à execução física, destaca-se que, quando da elaboração da proposta orçamentária, ocorre certa dificuldade em se determinar o custo unitário homogêneo por produto para os valores definidos como metas físicas e nem sempre a despesa por produto é condizente com o valor inicialmente para ele previsto, ocasionando, muitas vezes, uma subestimação do custo unitário, daí o fato de terem sido executados 327,10 % da meta do produto "denúncias apuradas". Assim, as metas físicas das ações são atributos que podem ser aprimorados. O dado acerca do produto também poderia detalhar mais o resultado das apurações.

Por previsão legal, somente servidores estáveis podem constituir Comissões de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e Sindicâncias. Assim, foi elaborado, pela área de Correição, o programa "Qualificação em PADs", que tem como objetivo geral a capacitação de servidores públicos federais no sentido de oferecer-lhes conhecimentos específicos e práticos necessários à habilitação para participar de Comissões de Sindicâncias e PADs. Com isto, pretende-se melhorar a situação ainda precária dos recursos humanos disponíveis para tal encargo. Neste sentido, entre os anos de 2004 e 2005, 45 novos analistas vieram integrar os quadros da CGU por meio de aprovação em concurso público, muito embora alguns deles já tenham deixado a carreira. Continua significativa a carência de pessoal no âmbito da CGU e, no particular, na área de Correição, a despeito da realização de concursos públicos promovidos recentemente pelo órgão, que trouxeram para os seus quadros novos analistas, justamente para amenizar o quadro ainda deficitário. No ano de 2005, as áreas-meio, que antes se encontravam muito dependentes da Presidência da Repú-blica, tais como as de informática, orçamento e logística, já puderam dispor de me-lhores condições de atuação.

Outros Aspectos Relevantes

As unidades administrativas disponibilizaram de forma satisfatória as informações que refletem a integração entre a gerência e a coordenação. A CGU dispõe de uma Área de Acompanhamento de Resultados, cujo monitoramento e desenvolvimento de ações foram aprimorados no curso de 2005, com reflexos quanto à obtenção dos objetivos buscados. No que respeita à Correição, o aperfeiçoamento da informatização dos sistemas contribuiu, de forma mais eficiente, para o melhor alcance da avaliação de resultados. As informações disponíveis são consolidadas mensalmente. O grande desafio reside na construção de indicadores adequados.

Antes da implementação da nova estrutura da Controladoria, o trabalho de correição propriamente dito esteve afeto à competência de três Corregedorias distintas

e de atuação integrada, até que foram englobadas sob um único comando, o da Corregedoria-Geral. O grande volume de denúncias encaminhadas à CGU criava óbices a uma atuação que não se restringisse ao caráter correcional. A partir da reformulação, abriu-se novo flanco em prol da concentração de esforços com vistas à prevenção da corrupção, através da criação da SPCI, primeira em nível de Secretaria Nacional na história do Governo Federal. Também com a implementação, em 2005, do Sistema de Corregedorias, integrado por unidades setoriais e seccionais, deu-se a definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos atinentes às atividades de correição, sob a coordenação da CGU como seu órgão central.

A Controladoria vem intensificando a realização de parcerias com a Organização Não-Governamental Transparência Brasil, associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada à promoção da defesa do interesse público por meio do combate à corrupção. Dentre elas, destaca-se a realização, em junho de 2005, do "IV Fórum Global de Combate à Corrupção", sediado em Brasília, que ainda contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC). O evento reuniu cerca de 1.800 pessoas, entre elas representantes de 103 países, organismos internacionais e outras organizações não-governamentais e propiciou excelente opor-tunidade de intercâmbio de experiências e estímulo à cooperação internacional.

As políticas de combate à impunidade e à corrupção são discutidas no âmbito do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, que possui representação paritária de membros da sociedade civil e do Governo. Na condição de órgão consultivo vinculado à CGU, o Conselho vem buscando, ao longo do tempo, aprimo-rar a sua meta, que diz respeito ao oferecimento de sugestões e ao estímulo ao de-bate das medidas de aperfeiçoamento de métodos e sistemas de controle e incre-mento da transparência.

Por meio do gradual aperfeiçoamento do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, criado em dezembro de 2003, tornou-se possível o estabelecimento de um canal legítimo de comunicação direta entre o governo e a sociedade civil, visando ao aperfeiçoamento e à democratização dos mecanismos de transparência da gestão pública, do controle da corrupção e do combate à impunidade.

As pesquisas de percepção da população quanto ao combate à corrupção e à impunidade, além de muito dispendiosas, podem revelar dados enganosos. Por exemplo, uma política tenaz de combate à corrupção, em razão da repercussão de suas ações, pode transmitir à população uma falsa sensação de aumento do volume da corrupção. Esse é um problema que se apresenta em todo o mundo. Pesquisas de corrupção devem agregar não só dados de percepção (satisfação), como dados qualitativos. A CGU tem buscado apoio, inclusive através de parceria firmada com o (UNODC), para o desenvolvimento de metodologias de avaliação mais percucientes.

Através da Ouvidoria-Geral da União, integrante da estrutura da CGU, são recebidas manifestações da população quanto à prestação de serviços públicos, aí incluído o combate à impunidade. Foi crescente, em 2005, a visibilidade adquirida

pela Ouvidoria, de forma a melhor poder auscultar os anseios e reivindicações que advêm do seio da sociedade. Entre outras práticas adotadas pela gestão pode ser citado o Portal da Transparência.

Recomendações

Não há recomendações.



Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura
Desenvolvimento Sustentável da Pesca
Gestão da Política Pesqueira

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), foram utilizados R$ 97 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 121.375.023,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 97.079.204,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$121.375.023,00	**Total realizado:**	R$ 97.079.204,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 16,3 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 13,5 milhões

Principais Resultados

- Subvenção de 85,5 milhões de litros de óleo diesel, superando em 163% a meta inicialmente prevista para o exercício. Foram contempladas com essa ação 2.293 embarcações, beneficiando armadores e indústrias de pesca em 10 Estados.
- Consolidação da política de uso das águas de domínio da União para a produção de pescados.
- Concessão de crédito ao setor pesqueiro e aqüícola. O programa "Profrota Pesqueira" deferiu 10 projetos no valor total de R$34 milhões durante o ano de 2005.
- Incremento de mais de 58 milhões de alevinos na produção nacional, disponibilizando matéria-prima para o aumento da produção nacional de pescados.
- Mapeamento estrutural da pesca no litoral Sudeste e Sul, do cadastramento da frota pesqueira no litoral Norte e Nordeste e do monitoramento da atividade pesqueira em todo o litoral brasileiro.
- Descredenciamento de falsos pescadores do programa seguro-desemprego (seguro-defeso).
- Levantamento sobre a viabilização da cadeia produtiva da lagosta viva.
- Mapeamento da população e avaliação do estoque de sardinha-laje na região nordeste do Brasil.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

Aspectos Relevantes

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SEAP para a consecução dos objetivos traçados destacam-se: contingenciamento de recursos, impactando negativamente na execução orçamentária da Unidade e, conseqüentemente, no alcance dos objetivos e metas previstos; recursos humanos insuficientes (quantitativa e qualitativamente); inadimplência dos entes, prejudicando a celebração de convênios; dificuldades em processos licitatórios e celebração de contratos, por ausência de interessados, prejudicando a execução de ações estratégicas do órgão; conflitos com setores ambientais e lentidão no processo de licenciamento ambiental, mostraram-se o maior entrave para o incremento da produção nacional de pescados cultivados.

Recomendações

- Aperfeiçoar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Aprimorar o relacionamento com os beneficiários e com a sociedade.
- Melhorar a gestão das informações utilizadas pela coordenação para o gerenciamento setorial.
- Aperfeiçoar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).
- Elaborar indicadores de processos finalísticos e de apoio a gestão do órgão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca.

Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Objetivo

Desenvolver a maricultura e a aqüicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.

Público-Alvo

Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 33.536.572,00	Empenho Liquidado: R$ 26.695.512,00 Pago estatais: - Total: R$ 26.695.512,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Produção de Pescado Oriunda da Aqüicultura

Unidade de medida: Tonelada (t)/ ano
Último índice apurado: 269.697,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A aqüicultura é uma atividade cuja resposta ao estímulo de produção se dá no curto prazo (ciclos de produção podem ocorrer em apenas 6 meses), sendo que os investimentos em parques aqüícolas e na produção de formas jovens devem apresentar resultados mais concretos no período 2006-2007, podendo alcançar de 280 a 300 mil toneladas.

2. Produto Interno Bruto - PIB Aqüicola

Unidade de medida: R$ milhões
Último índice apurado: 1.281,12 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 3.296,51

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Alguns fatores, como desvalorização cambial, ação antidumping movida por criadores de norte-americanos, enfermidades que atingiram os cultivos de camarão

(principal produto de exportação da aqüicultura brasileira) e conseqüente queda de produção devem dificultar o alcance das metas do PIB aqüícola.

Contextualização

Existe uma grande discrepância entre a produção e a potencialidade para o desenvolvimento da aqüicultura. A qualidade e quantidade de água, dos insumos e do clima, entre outras vantagens competitivas, indicam que, no curto prazo, a atividade pode se transformar em importante geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco ou ainda não utilizadas, como as enseadas e baías litorâneas, os grandes reservatórios e a região do semi-árido, entre outras.

Principais Resultados

- Consolidação da política de uso das águas de domínio da União para a produção de pescados.
- Incremento de mais de 58 milhões de alevinos na produção nacional.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, foram investidos R$ 4,2 milhões em estudos de zoneamento para garantir a inserção da aqüicultura como forma legítima de produção. Começaram a ser demarcados e regularizados parques nos reservatórios de Itaipu, no Paraná, e Tucuruí, no Pará. Na Serra da Mesa foi feita a primeira cessão de uso de águas da União para uma unidade demonstrativa.

O público-alvo do programa está subestimado, devido à debilidade estatística do setor pesqueiro e ausência de um censo agropecuário recente, que contemple de maneira detalhada as unidades de produção de pescado dentro das propriedades rurais, inclusive nos assentamentos de reforma agrária. É importante ressaltar que os atingidos por barragens, indígenas e quilombolas passaram a integrar o escopo do programa, dada a capacidade da aqüicultura para proporcionar alternativa de geração de renda, emprego e alimento, sendo inclusive ferramenta de resgate social e de recomposição de estoques naturais.

O indicador "PIB Aqüícola" tem se mostrado inadequado, pois considera os preços médios dos pescados num mercado globalizado em que a flutuação nem sempre depende de fatores internos. Desta forma, o indicador não afere o grau de eficiência do programa.

Nos casos de ações que necessitam de um curto prazo de resposta, os resultados estão em geral acima do esperado. Todavia, obras e estudos precisam de mais tempo para sua conclusão, sendo esperado um acúmulo de metas executadas ao final de um período.

A execução da maioria das ações do programa é feita por meio de parcerias, cuja formação é dificultada pela descontinuidade da liberação de recursos, principalmente o contingenciamento, que também compromete o cumprimento das metas físicas dentro do período,.

Um dos fatores que prejudicam o desempenho do programa é o número reduzido de

técnicos, sendo necessária a contratação para as áreas de oceanografia, engenharia de pesca e de aqüicultura, zootecnia, veterinária e engenharia de alimentos.

O atraso na liberação de recursos causa dificuldades para honrar compromissos que, em se tratando de uma atividade zootécnica, podem provocar perda de todo o projeto ou produção, dados os efeitos que a falta de insumos, como a falta de ração, podem causar.

Devido aos contingenciamentos e atrasos, as parcerias acabam sendo firmadas ao final do período, sem limite para pagamento, sendo os desembolsos inscritos em restos a pagar.

Há inúmeras dificuldades para a formatação das parcerias, principalmente na elaboração da proposta técnica pelos parceiros e estruturação dos processos. Muitos parceiros, inclusive entidades do governo federal e Municípios, foram impossibilitados de compor as parcerias por inadimplência.

A política ambiental tem sido um ponto de atrito e ocasiona as maiores dificuldades. Apesar dos investimentos em zoneamento e planejamento efetivados, há grande resistência dos setores ambientais. O licenciamento ambiental é o maior entrave para o incremento da produção nacional de pescados cultivados, algo que pode ser demonstrado pela total ilegalidade em que se encontra o setor aqüícola, em que mais de 95% dos empreendimentos não têm licenciamento devido ao excesso de burocracia e custos. Isso impõe ao setor a impossibilidade de acesso ao crédito e outras políticas públicas.

A repartição e o compartilhamento de atribuições com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) geram insegurança aos investidores e produtores, que não se sentem contemplados com um marco legal claro, além do contra-senso de a atividade produtiva ser controlada por um órgão de preservação ambiental.

Outros Aspectos Relevantes

Os recursos que envolvem despesas administrativas foram aplicados dentro de uma lógica que visa a minimizá-los em relação às ações finalísticas. Para a execução do programa, os gastos da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foram da ordem de 2,35%, não prejudicando a execução das ações deste programa.

Os principais gastos referem-se a deslocamentos e diárias, além de custos com a manutenção das estruturas descentralizadas na implementação de ações deste programa. Estes gastos permitem a consolidação de parcerias, a avaliação das realidades locais e a fiscalização da execução e da pertinência das demandas.

Recomendações

- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

- Eliminar o excesso de burocracia e custos na obtenção do licenciamento ambiental.
- Aperfeiçoar o marco legal do setor.
- Excluir as ações não-orçamentárias 904F – "Definição de Padrões de Qualidade na Produção de Moluscos Bivalves, 904ª Revisão do Marco Legal".
- Excluir a ação orçamentária 094N – "Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Linha de Crédito Especial – PROGER Piscicultura (Lei nº 8.427, de 1992)".
- Incluir a ação "Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade da Produção de Moluscos".

Desenvolvimento Sustentável da Pesca

Objetivo

Desenvolver a cadeia produtiva da pesca.

Público-Alvo

Pescadores artesanais e industriais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 59.432.042,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 48.987.561,00 - R$ 48.987.561,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Produção de Pescado Oriunda da Pesca

Unidade de medida: Tonelada (t)/ ano
Último índice apurado: 746.216,5 em 2004
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Houve, no exercício de 2005, uma pequena redução na produção de pescados a partir da captura (pesca extrativa), devido às condições climáticas adversas, edição de portarias de defesa de espécies, e em função de atrasos na regulamentação do "Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota)", que prevê a construção e aquisição de embarcações pesqueiras. Outro fator que contribuiu para a redução das capturas foi o atraso na vinda de embarcações estrangeiras arrendadas para operação no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) brasileiro.

2. Produto Interno Bruto PIB Pesqueiro

Unidade de medida: R$ milhões
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 4.822,67

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta checar a viabilidade de alcance ao final do PPA.

Contextualização

A cadeia produtiva da pesca encontra-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas de produção. Uma das preocupações deste programa é garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e para a repartição dos benefícios da pesca.

Principais Resultados

- Subvenção de 85,5 milhões de litros de óleo diesel, superando em 163% a meta inicialmente prevista para o exercício. Foram contempladas 2.293 embarcações, beneficiando armadores e indústrias de pesca em 10 Estados.
- Instalação de 22 fabricas de gelo nas 5 regiões, beneficiando pescadores artesanais.
- Concessão de crédito ao setor pesqueiro e aqüícola, no valor de R$ 34 milhões, durante o ano de 2005, contemplando 10 projetos.
- Mapeamento estrutural da pesca no litoral do Sudeste e Sul, cadastramento da frota pesqueira no litoral Norte e Nordeste e monitoramento da atividade pesqueira em todo o litoral brasileiro.
- Mapeamento da população e avaliação do estoque de sardinha-laje na região Nordeste do Brasil.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa foi positivo, com o atendimento do público-alvo, conforme previsto, corroborando os resultados das conferências estaduais e nacional.

Registra-se a regulamentação da equalização da taxa de juros em financiamento ao "Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional". Em 2005, com o lançamento do primeiro edital, foram contempladas 10 embarcações, no valor de R$ 42 milhões, com R$ 11 milhões para equalização de juros.

Por meio da ação "Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras", foram subsidiados 85,5 milhões de litros do combustível, 263,66% do valor inicialmente previsto, com um investimento de R$ 6,8 milhões. Foram habilitadas 2,5 mil embarcações, das quais 15% são de pesca artesanal.

Quanto à "Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos", em 2005 foram feitos investimentos na ordem de R$ 14 milhões.

Em 2005, foram instaladas 22 fábricas de gelo nas 5 regiões do país, beneficiando 80 mil pescadores artesanais.

Considerando-se as variações ocorridas no exercício de 2005, como contingenciamento e atrasos nas transferências dos recursos, muitas das ações terão suas metas físicas realizadas apenas no próximo exercício, mediante os convênios firmados e as transferências efetuadas.

A inconstância na liberação dos recursos foi a principal responsável pela baixa realização das metas. Além disso, diversos convênios, embora devidamente instruídos, deixaram de ser celebrados, em função da incerteza na liberação de recursos.

Outros Aspectos Relevantes

Os recursos que envolvem despesas administrativas foram aplicados dentro de uma lógica que visa a minimizá-los em relação às ações finalísticas. Para a execução do programa, os gastos da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foram da ordem de 2,35%, não prejudicando a execução das ações deste programa.

Os principais gastos referem-se a deslocamentos e diárias, além de custos com a manutenção das estruturas descentralizadas na implementação de ações deste programa. Estes gastos permitem a consolidação de parcerias, a avaliação das realidades locais e a fiscalização da execução e da pertinência das demandas.

Recomendações

- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Eliminar o excesso de burocracia e custos na obtenção do licenciamento ambiental.
- Aperfeiçoar o marco legal do setor da pesca.
- Alterar o produto da ação "Apoio a Extensão Pesqueira" de "entidade apoiada" para "pescador atendido".
- Alterar o produto da ação "Apoio a Unidades de Ensino na Pesca" de "unidade apoiada" para "unidade de ensino apoiada".
- Excluir as ações não-orçamentárias "904P – "Promoção da Responsabilidade Social da Pesca", 904T – "Revisão do Marco Legal da Pesca" e 904S – "Avaliação do Potencial Sustentável de Captura dos Recursos Vivos Marinhos".
- Excluir a ação orçamentária 09DB – "Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Linha de Crédito Especial – PROGER (Lei nº 8.427, de 1992)".
- Incluir a ação "Gerenciamento da Subvenção do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras".

Gestão da Política Pesqueira

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas nas áreas da aqüicultura e pesca.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 11.566.000,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 5.366.073,00 - R$ 5.366.073,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Não existem políticas que contemplem os diversos elos das cadeias produtivas das espécies cultivadas. Há conflitos de interesses na gestão das águas, dispersão de esforços e registram-se vários tipos de carências: de mão-de-obra capacitada, de modernas técnicas de manejo alimentar, de procedimentos sanitários e ambientais, de programas de investimento e financiamento para custeio da produção, além da insuficiência de alternativas alimentares necessárias para a engorda. Embora existam diversas instituições de pesquisa para o estudo da reprodução de espécies de água doce e marinha no Brasil, seus resultados são pouco difundidos e aproveitados, em grande parte devido à baixa efetividade dos serviços de assistência técnica. Verifica-se ainda uma relativa desorganização dos produtores para a produção e comercialização de seus produtos.

Esse quadro justifica a implantação de uma nova política de gestão pública na área de aqüicultura e pesca, assentada na transparência, participação e inclusão social, garantindo a sustentabilidade social, econômica e ambiental das atividades.

Principais Resultados

- Realização de 529.181 registros de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Pesca (RGP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados alcançados estão dentro do esperado, apesar de haver ainda certa dificuldade no manejo dos instrumentos de planejamento, execução e acompanhamento, uma vez que as ações do programa envolvem pescadores, servidores, formas associativas e instituições de pesquisas.

Foram realizados o controle da atividade pesqueira e a regularização do exercício profissional da pesca e aqüicultura em 27 Unidades da Federação, implementados por meio da ação "RGP". Em 2005, foram realizados 529.181 registros no RGP, que tiveram fundamental importância para o alcance dos objetivos do programa. O cadastramento de pessoas físicas e jurídicas interessadas em exercer as atividades de pesca e aqüicultura, feito pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), garante o cumprimento da legislação e possibilita a execução de outras ações governamentais relacionadas ao setor pesqueiro, tais como o seguro-desemprego, as aposentadorias e a concessão de crédito.

A implantação do Sistema de Informação da Aqüicultura e Pesca possibilitou a realização do censo estrutural da pesca no litoral Sudeste e Sul, o cadastramento da frota pesqueira no litoral Norte e Nordeste e o monitoramento da atividade pesqueira em todo o litoral brasileiro. Ao realizar essas ações, a SEAP/PR atendeu a uma demanda crescente do setor por informações atualizadas que possibilitem a implementação das políticas públicas e setoriais e o desenvolvimento sustentável da pesca e aqüicultura no país.

Foram feitos convênios favorecendo as formas associativas de produção, em especial em assentamentos rurais voltados ao cultivo de peixe, apoiando associações, cooperativas e entidades comunitárias, bem como convênios para a realização de estudos sobre tecnologia e biologia da pesca e aqüicultura. Também foram realizados, em Belém, Manaus, São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis e Brasília, eventos regionais de treinamento de servidores para o encaminhamento do trabalho de cadastramento e recadastramento de pescadores profissionais nos 27 Estados.

Houve dificuldades para contemplar satisfatoriamente o calendário de liberação de recursos financeiros, em especial para o convênio de monitoramento da pesca, devido ao contingenciamento e à descontinuidade do fluxo de recursos. À medida que se trabalha na execução de convênios com organismos públicos, é difícil encontrar algum órgão que cumpra todas as exigências impostas. Outra dificuldade encontrada foi quanto à celebração de convênios por inadimplência dos proponentes.

A ação de promoção de crédito tem um papel estratégico no desenvolvimento da pesca e da aqüicultura. Houve um enorme empenho na política de acesso e na desobstrução dos canais de crédito e financiamento.

Os escritórios estaduais carecem de infra-estrutura e não dispõem de recursos humanos suficientes, principalmente para o "Programa de Cadastramento e Recadastramento de Pescadores Profissionais".

O programa realizou parcerias com entidades não-governamentais. Foram realizados convênios com fundações e instituições de pesquisa e foi contratada uma empresa para a realização do recadastramento de pescadores.

Outros Aspectos Relevantes

Os recursos destinados à "Gestão e Administração do Programa (GAP)" são usados em auditorias realizadas em algumas colônias de pescadores nos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Paraíba, com o objetivo de excluir do RGP falsos pescadores e impedi-los de se beneficiarem do programa "Seguro-Desemprego". Os recursos do GAP também têm sido utilizados em atividades de acompanhamento do ordenamento da pesca, na participação de comitês de pesca de camarões, lagosta e isca viva.

Recomendações

- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Excluir do programa, por não terem produto nem recursos orçamentários/financeiros, as ações 904Q – "Implementação de Mecanismos de Participação Social na Execução e Desenvolvimento das Políticas Pesqueiras", 904R – "Promoção Comercial do Pescado" e 904M – "Promoção da Concessão de Crédito para Aqüicultura e Pesca".



Secretaria Especial de Direitos Humanos

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Direitos Humanos, Direitos de Todos
Gestão da Política de Direitos Humanos
Nacional de Acessibilidade
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), foram utilizados R$ 73,4 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 124.574.997,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 73.405.347,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 124.574.997,00	**Total realizado:**	R$ 73.405.347,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 8,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 4,3 milhões.

Principais Resultados

Em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos reforçou sua atuação em favor da proteção e da promoção dos direitos humanos, por meio de ampla articulação com órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal e pelo fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade.

- Por meio do programa "Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas" foram investidos R$ 11.847.818,00 no atendimento a 3.500 vítimas de crimes, em 14 centros de atendimento. Os recursos também foram destinados à proteção de 830 pessoas, por meio dos 17 serviços estaduais (PROVITA), o que corresponde ao atendimento de 100% das solicitações de inclusão no programa que satisfizeram às exigências previstas na Lei nº. 9.807/99 e do programa federal que atende aos casos de proteção oriundos dos Estados onde o serviço ainda não foi implantado.
- No âmbito do programa "Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente", foram investidos R$ 18.911.882,00 para a implantação de 13 módulos do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) em 664 novos Municípios e no atendimento a 9.395 crianças e adolescentes sob medidas de proteção e a 1.500 adolescentes ameaçados de morte, entre outros.
- O programa "Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei" possibilitou o investimento de R$ 11.278.328,00 na criação de 380 novas vagas em instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas e no atendimento a 5 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.
- No programa "Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", foram investidos R$ 2.383.244,64 em 15 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças

e adolescentes, possibilitando a capacitação de 2.620 participantes do sistema de garantia de direitos, incluindo servidores públicos e profissionais do "Sentinela". Além disso, houve a capacitação de 50 mil caminhoneiros pelo Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), utilizando metodologia elaborada pela SEDH. O fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes permitiu ainda a ampliação da Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

- No âmbito do programa "Direitos Humanos, Direitos de Todos", foram investidos R$ 16.082.502,00 no apoio a 16 centros de referência em direitos humanos e a 3 conselhos, na emissão de 10.200 documentos, no atendimento a 55.104 pessoas nos serviços de orientação jurídica gratuita, de mediação de conflitos e de informações em direitos humanos (balcões de direitos), entre outros.

Aspectos Relevantes

Os programas da Secretaria Especial de Direitos Humanos têm um alto nível de participação social, imprimindo à sua execução um elevado grau de compromisso com a sociedade civil, sobretudo em decorrência das doações recebidas.

A atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por exemplo, nos programas voltados para os direitos da criança e do adolescente está presente no desenho das ações, na definição de metas, na forma de implementação e na aprovação dos projetos apoiados, dentre outros.

Em 2005, a SEDH e o CONANDA definiram, por meio da Resolução nº. 101, de 17 de março de 2005, procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiadas com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). Os projetos recebidos pela Subsecretaria foram apresentados à Plenária do CONANDA para aprovação no mês de agosto. A lista, contendo 195 projetos aprovados, foi divulgada no Diário oficial da União no dia 22 de agosto de 2005. Os projetos foram classificados em três categorias: A 1 – projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; A 2 – projetos que seriam apoiados após (e caso ocorresse) o descontingenciamento orçamentário; e B – projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SEDH para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Contingenciamento - A análise da série histórica de execução orçamentária da SEDH no período 2003-2006 revela uma participação decrescente na composição das fontes de Recursos do Tesouro extra-Fundo, os quais, para 2006, mostram-se 15% inferiores aos valores executados em 2005, o que vem sendo compensado, no valor global do órgão, com uma maior participação das receitas de doações ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). Em 2005, embora a arrecadação de R$ 24,1 milhões do FNCA tenha ficado distante do montante estimado de R$ 41,0 milhões, houve crescimento em relação a 2004, quando atingiu o valor de R$ 22,4 milhões. Contudo, o FNCA é destinado apenas aos programas que têm como público-alvo

crianças e adolescentes, por isso, de acordo com os relatórios de avaliação, esse fato tem prejudicado a execução dos demais programas que não recebem recursos do mencionado Fundo.

Dessa forma, percebe-se que a abrangência do contexto a ser trabalhado, as especificidades das várias áreas relativas aos direitos humanos e suas demandas e, ainda, os recursos orçamentários deficitários contribuem para que o resultado das ações realizadas não sejam visíveis no curto prazo, fazendo-se necessária a realização de esforços significativos por meio de investimentos que permitam o fiel cumprimento da legislação vigente.

Liberação de recursos ao longo do exercício – A demora na aprovação da Lei Orçamentária prejudica a continuidade das ações do órgão, visto que 58% de suas ações são realizadas por meio de convênios, inviabilizando as renovações dos mesmos para a manutenção de suas atividades. Assim, com o intuito de superar esse entrave e visando a agir preventivamente, alguns programas adotam períodos de vigência para os convênios descompassados com o exercício financeiro, ou seja, os convênios iniciam sua vigência, em geral, no mês de julho com previsão de término em julho do ano subseqüente, mês em que a Lei Orçamentária provavelmente já estará aprovada. Em outros programas, a inexistência de qualquer previsão na liberação de recursos ao longo do ano não permite uma melhor organização do processo de análise e aprovação dos projetos e tampouco a organização da implementação das ações, ficando quase sempre para dezembro a formalização dos convênios. Este tipo de restrição tem como conseqüência direta a dificuldade de apresentação dos resultados no exercício, bem como a análise do desempenho da execução das ações do período.

Recursos Humanos – O órgão apresenta uma alta carência de recursos humanos ao passo que seus programas necessitam de uma grande articulação com diversos Ministérios para a obtenção de seus resultados. Além disso, o tema está sempre na mídia, o que demanda produção de dados e disponibilização de técnicos para fornecer as informações solicitadas. Há ainda campanhas publicitárias, demandas referentes à formalização e execução de convênios, análise de projetos e encaminhamento de denúncias, análises de pareceres e projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, entre outras atividades, que são forçosamente executadas por equipes reduzidas.

Monitoramento - No que se refere à maioria das ações da SEDH realizadas por meio de convênios, percebe-se que o monitoramento realizado necessita de aperfeiçoamentos, pois não há uma periodicidade estabelecida e uma padronização para monitorar o desempenho físico dos projetos. Em alguns casos o desempenho físico destes convênios é disponibilizado apenas no relatório final apresentado pelas instituições conveniadas e a consolidação das metas físicas atingidas é realizada manualmente pela coordenação dos programas. O monitoramento encontra, ainda, dificuldades relacionadas principalmente à pulverização dos projetos, à sua não padronização e à falta de pessoal para a supervisão e acompanhamento dos projetos financiados.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Objetivo

Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.

Público-Alvo

Testemunhas de crimes e vítimas.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 11.935.259,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 11.847.818,00 - R$ 11.847.818,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 100 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador do Programa esteve desde o seu início até os dias atuais em 100%, ou seja, todas as solicitações de inclusão no Programa que satisfizeram as exigências previstas pela Lei nº 9.807/99 foram atendidas. O indicador, portanto, mede apenas a capacidade do programa em atender às demandas de proteção que lhe são dirigidas.

Contextualização

A proteção e assistência a vítimas e a testemunhas de crimes é uma das principais ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos e constitui condição indispensável para o combate à impunidade no país, uma vez que garante a vida de pessoas ameaçadas que colaboram com a polícia e com a justiça. No âmbito federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR), por meio da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT/SEDH), é o órgão responsável por implementar, manter e aprimorar o Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Este programa atua por meio de três ações principais: 1) o apoio aos Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), que têm como propósito, além da proteção das pessoas que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, a promoção da reinserção social dos beneficiários em uma

nova comunidade, distantes dos locais onde as ameaças ocorreram; 2) o apoio aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), que atuam de forma complementar aos serviços de proteção, destinando-se a vítimas que não são consideradas como testemunhas legais de inquérito ou processo criminal. Seu objetivo é conceder amparo jurídico, social e psicológico a pessoas vitimizadas, buscando primordialmente sua reestruturação moral, psíquica e social; e 3) o Programa Federal de Proteção a Testemunhas, regulamentado pelo Decreto nº 3.518/2000, que visa a assegurar a execução do programa nos Estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados.

Principais Resultados

A manutenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado, tendo em vista:

- Proteção de aproximadamente 600 pessoas pelos Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), sendo possível o atendimento a 830 pessoas simultaneamente.
- Atendimento de cerca de 3.500 pessoas pelos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC).
- Proteção de 66 pessoas no âmbito do Programa Federal de Proteção a Testemunhas.
- Os atendimentos foram possíveis, graças à manutenção: 1) dos 17 Programas de Proteção a Testemunhas Ameaçadas (Provita) nos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina; 2) do Programa Federal de Proteção a Testemunhas; e 3) dos 14 Centros de Apoio a Vítimas de Crimes, cuja capacidade mensal é de aproximadamente 250 pessoas, instalados em 12 Estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.
- A Coordenação-Geral do Programa passou a participar mais efetivamente das atividades de monitoramento do Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas, tendo realizado o aperfeiçoamento de alguns instrumentos de monitoramento e garantido o ciclo das informações para os Estados.

Cabe ressaltar que, no período 1998-2004, 1.620 pessoas (testemunhas, vítimas e seus familiares) receberam proteção do programa, sendo 611 testemunhas de alto poder ofensivo. Os dados referentes a 2005 ainda não foram consolidados.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Indicador - O atual indicador apresenta-se insuficiente para aferir o nível de eficácia do programa. Os macro-objetivos deste programa são a salvaguarda de vidas humanas, a promoção e defesa dos direitos humanos, o combate à impunidade e a efetivação da justiça, mas apenas o primeiro deles é contemplado no indicador existente. Diante disso, o Tribunal de Contas da União, por ocasião da Auditoria de Natureza Operacional sobre o programa, no Acórdão nº 600/2005 (publicado no Diário Oficial da União de 30/05/2005), recomendou à CGPT/SEDH a instituição de uma série de indicadores de desempenho entre os quais se destacam:

- Tempo médio de permanência no programa;
- Percentual de jovens beneficiários encaminhados para escola;
- Percentual de beneficiários encaminhados para programas de capacitação;
- Percentual de beneficiários encaminhados para programas de moradia.
- Estes indicadores seriam utilizados para mensurar os objetivos do programa, no que se refere à proteção de direitos humanos atualmente desconsiderados e a reinserção social de seus beneficiários em novos espaços comunitários.
- Percentual de processos/inquéritos solucionados nos quais existam testemunhas inseridas no programa.

Este indicador apresenta-se como o ideal para o programa, pois apura o número de processos criminais solucionados com o auxílio das testemunhas por ele protegidas. Contudo, este indicador é de difícil apuração pois sofre a influência da morosidade da justiça brasileira, na qual o trâmite de um processo criminal até o seu trânsito em julgado, na grande maioria das vezes, ultrapassa o tempo de quatro anos do PPA no qual essa aferição deve ser feita.

A Coordenação do Programa está desenvolvendo a coleta da série histórica de dados do programa, a fim mensurar os indicadores recomendados pelo TCU.

Cumprimento de Metas Físicas – A realização de seminário e de oficina de capacitação para os técnicos dos serviços de proteção a testemunhas, prevista para novembro/2005, foi adiada para 2006, diante da impossibilidade de garantir a presença de especialistas internacionais que participariam do evento no período almejado. Assim os recursos previstos no orçamento da SEDH referente às ações 0724 - "Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas" e 6244 - "Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas" foram repassados para o PNUD/SEDH, a fim de garantir a capacitação, que agora está prevista para julho de 2006.

Composição das Fontes de Financiamento - O programa é implementado por intermédio da celebração de convênios entre a União (SEDH/PR) e os Estados (Secretarias de Justiça e Direitos Humanos, em sua maioria) ou Municípios. No entanto, verifica-se que o financiamento da União, em relação à contrapartida estadual/municipal, representa cerca de 80% do total e que a maioria dos convenentes restringem-se a cumprir o mínimo legalmente exigido como contrapartida na celebração do convênio. Tal situação denota um comprometimento deficitário, ao menos no que tange a investimentos financeiros, na implementação dessa política pública. A Coordenação-Geral do Programa tem envidado esforços para que os Estados incrementem sua contrapartida, quando da celebração do convênio para implementação de Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Liberação de recursos ao longo do exercício – A demora na aprovação da Lei Orçamentária prejudica a continuidade do serviço de proteção a testemunhas, pois inviabiliza as renovações dos convênios com os Estados para a manutenção das atividades. Assim, com o intuito de superar esse entrave, visando a agir preventivamente, os períodos de vigência dos convênios continuam descompassados com o exercício financeiro, ou seja, os convênios iniciam sua vigência, em geral, no mês de julho com previsão de término em julho do ano subseqüente, mês em que a Lei Orçamentária provavelmente já estará aprovada.

Contingenciamento – As alterações nos valores orçamentários destinados ao programa inviabilizaram a expansão do Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas, impedindo a implantação de novos Serviços de Proteção a Testemunhas (Provita) e Centros de Apoio a Vítimas (CAVC) em outros Estados. A estagnação da política pública de proteção a testemunhas, especialmente no que diz respeito à não ampliação de sua capacidade de atendimento, pode acarretar a impossibilidade de atendimento de novos casos de proteção e de assistência a vítimas. Um exemplo claro disso foi a situação ocorrida em 2004 no Estado do Pará, representada pelo assassinato da ativista Dorothy Stang, que redundou em um significativo aumento da demanda por proteção e assistência a vítimas ao Provita/PA e ao CAVC/PA.
Com o intuito de manter a estrutura de proteção já implantada, não houve destaque orçamentário para o Departamento de Polícia Federal para a implementação do Serviço de Proteção ao Depoente Especial (SPDE). No entanto, a Polícia Federal, com recursos próprios, garantiu o atendimento dos usuários no âmbito do SPDE ao longo de 2005.

Recursos Matérias/Infra-estrutura - Ressalta-se a carência de equipamentos de informática e, principalmente, a necessidade de criação de um banco de dados nacional para o programa que auxilie, entre outros, no mapeamento da incidência da violência sob variadas formas de consulta (geográfica, étnica, por idade, por sexo, por tipo de crime, etc.). A criação desse banco de dados contribuiria inclusive para a apuração dos indicadores propostos.

Recursos Humanos na equipe gerencial - Desde o seu início, em 1998, a quantidade de recursos humanos na gerência do Programa tem sido a mesma e a sobrecarga inevitável. Há dificuldades no monitoramento dos convênios sob sua responsabilidade e no processamento das informações obtidas pelos relatórios trimestrais que são exigidos de todos os Serviços de Proteção a Testemunhas, o que causa um subaproveitamento de importante fonte de informações gerenciais sobre o desempenho do programa. Diante da abrangência das atividades desenvolvidas, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 600/2005 (publicado no Diário Oficial da União de 30/05/2005) recomendou que a SEDH reforçasse "a estrutura da Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas, prevendo, inclusive, condições para que possa haver substituições temporárias de profissionais em Estados que apresentem carência de pessoal na equipe técnica".

No Plano de Ação que a SEDH encaminhou ao TCU, em cumprimento à determinação decorrente desta Auditoria, consta a proposta de reestruturação da CGPT a ser implementada em 2006.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios – Constata-se a ocorrência de inconsistências tanto na prestação de contas quanto nos projetos apresentados por Estados e Municípios, o que representa um reflexo do desconhecimento técnico do assunto e da legislação que regula as matérias. Esta restrição merece atenção especial em razão das peculiaridades de segurança e sigilo que são inerentes à atividade de proteção a testemunhas.

Outros Aspectos Relevantes

Monitoramento - O monitoramento do programa é atualmente realizado tendo por base dois instrumentos básicos: visitas in loco e relatórios trimestrais. As visitas

in loco são realizadas por uma equipe de monitores, escolhidos dentre os técnicos atuantes nos Serviços Estaduais de Proteção que se destacaram no desempenho de suas funções, acompanhada por um técnico da CGPT/SEDH a cada um dos 17 Serviços Estaduais de Proteção pelo menos uma vez ao ano. Nessa atividade são avaliadas diversas dimensões do programa (Conselho Deliberativo, Equipe Técnica Interdisciplinar, Entidade Gestora, Atendimento ao Usuário, Órgão Estatal Conveniado etc.) e dela resulta uma resposta que congrega avaliações e sugestões de ajustes. Este resultado é socializado para todos os entes estatais e da sociedade civil responsáveis pelo programa naquela localidade.

O aperfeiçoamento dos relatórios produzidos nas visitas in loco foi uma das grandes modificações ocorridas em 2005. A criação de novos instrumentos e a nova forma de funcionamento das atividades de monitoramento foram consensuadas entre os atores envolvidos na implementação do programa e incluem: a) a elaboração de instrumento de coleta de informações com um roteiro mínimo para direcionar as discussões no âmbito do Conselho Deliberativo, da Entidade Gestora, da Equipe Técnica, da Rede Solidária e no contato com Usuário do Programa; b) a elaboração de instrumento de avaliação da atividade de monitoramento para posterior discussão com as instâncias que compartilham essa atividade; c) a elaboração de instrumento denominado "Sumário de Monitoramento" para agilizar o encaminhamento de uma breve resposta ao Estado sobre as atividades desenvolvidas e eventuais recomendações emergenciais; d) o aperfeiçoamento do modelo do Relatório Final de Monitoramento, com a apresentação de forma mais clara dos problemas detectados e a definição das recomendações de forma sistematizada, incluindo prazos e responsáveis. Este documento é encaminhado para todos os atores: Secretaria Estadual, Conselho Deliberativo, Entidade Gestora e Equipe Técnica; e, e) elaboração de instrumento para a Reunião de Trabalho do Monitoramento, com a compilação dos aspectos mais importantes contidos nos Relatórios Finais, a fim de dirigir a discussão e subsidiar o planejamento para as atividades do ano de 2006.

Participação Social – O funcionamento do programa se baseia na estreita parceria entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada. A execução das atividades é descentralizada por meio da assinatura de convênios com as Secretarias Estaduais ou Municipais que, por sua vez, firmam parcerias com organizações não governamentais (ONGs) atuantes na área de direitos humanos, responsável pela construção de uma rede solidária de proteção que envolve outras associações da sociedade civil (entidades religiosas, associações comunitárias, etc.). As ONGs são as responsáveis diretas pelo acolhimento dos beneficiários do programa, inclusive pela contratação da equipe técnica que irá acompanhar os beneficiários, que se compõe de, no mínimo, um psicólogo, um assistente social e um advogado. A exceção encontra-se no Rio Grande do Sul, em que a execução do programa fica a cargo do próprio Estado (PROTEGE). As organizações da sociedade civil têm demonstrado crescente empenho e responsabilidade com o programa, apesar de demonstrarem alguma dificuldade na gestão administrativo-financeira relacionada à elaboração, execução e prestação de contas de convênios.

Satisfação do Beneficiário - O programa ainda não dispõe de estudos referentes à satisfação do público-alvo, mas apenas indicativos registros pontuais de usuários acerca da satisfação com os benefícios e o atendimento proporcionados pelo programa. Contudo, nota-se que algumas autoridades orientam de forma

equivocada estes usuários em relação aos benefícios que serão disponibilizados. Assim, as insatisfações normalmente não estão relacionadas à proteção em si, mas aos benefícios acessórios como, por exemplo, auxílio financeiro ou moradia.

Recomendações

- Inclusão dos seguintes indicadores, recomendados pelo TCU, como indicadores do programa: 1) tempo médio de permanência no programa (somatório do tempo em que os beneficiários permaneceram no programa, dividido pelo número de beneficiários inseridos no programa, por Estado); 2) percentual de jovens beneficiários encaminhados para escola (número de jovens que foram encaminhados para a escola, dividido pelo número total de jovens inseridos no programa, vezes 100, por Estado); e, 3) percentual de beneficiários encaminhados para programas de capacitação (número de beneficiários encaminhados para programas de capacitação, dividido pelo número total de beneficiários inseridos no programa, vezes 100, por Estado).
- Capacitação da Coordenação-Geral do programa para orientação dos convenentes em relação ao processo de prestação de contas;
- Exclusão da ação 2831- "Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e pessoas sob grave ameaça".

Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Objetivo

Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas socioeducativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescente em conflito com a lei.

Público-Alvo

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 25.447.549,00	Empenho Liquidado: R$ 11.278.328,00 Pago estatais: - Total: R$ 11.278.328,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Número de Adolescentes Atendidos

Unidade de medida: Pessoas Atingidas
Último índice apurado: 1 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado em 2005 em decorrência da escassez de informações sistematizadas no âmbito das Unidades da Federação e dos Sistemas Estaduais de Justiça sobre o número de adolescentes sentenciados com medidas socioeducativa-s e o número de adolescentes atendidos pelo sistema de atendimento socioeducativo para o cumprimento de medida. Contudo, várias ações foram viabilizadas e, com as informações de que a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente dispõe, estima-se um crescimento de aproximadamente 30% no número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa se comparado aos dados obtidos no levantamento realizado em 2004.

Contextualização

O programa "Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei" busca ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas socioeducativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Este programa tem como princípios a municipalização e descentralização, conferindo prioridade absoluta

aos serviços de execução das medidas em meio aberto de boa qualidade, por meio da articulação, mobilização e qualificação do sistema de justiça, do investimento na capacitação profissional e do reordenamento das unidades de internação, com vistas à superação da histórica cultura assistencial-repressiva, presente durante séculos no Brasil.

Principais Resultados

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado, tendo em vista:

- Apoio ao reordenamento de instituições responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas, por meio da construção ou reforma de unidades nos Estados de Mato Grosso do Sul, Ceará, Pará, Acre, Tocantins, Alagoas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, possibilitando a criação de 380 novas vagas para atendimento dos adolescentes com medida socioeducativa de internação.
- Apoio aos projetos que permitirão o atendimento de 5 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, assim considerada a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade.

Em 2005, foram efetivados convênios com o SENAC Rio de Janeiro; a Pastoral do Menor, que está sendo desenvolvida em 25 localidades de 17 Estados; os Governos do Acre, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás e Mato Grande do Sul; as Prefeituras de Campina Grande; Aracaju; Recife; Olinda; Uberlândia; Varginha; Arca, no Município de Contagem; Juiz de Fora; Fortaleza; Colatina; Belo Horizonte; São Paulo; Diadema; São Bernardo do Campo; e as instituições Instituto Dom Bosco, no Município de Natal, Rio Grande do Norte; Nossa Senhora do Bom Parto, no Município de São Paulo e Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA) no Município de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul.

- Conclusão do processo de elaboração do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas.

O SINASE é um conjunto ordenado de princípios, normas e critérios de caráter político, jurídico, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve o processo de apuração de ato infracional e de execução de medida socioeducativa. Este instrumento contém todas as orientações para os Estados, Municípios e organizações não-governamentais executarem o atendimento das medidas socioeducativas.

Em relação ao SINASE, cabe ainda ressaltar que em 2005 foi contratada a consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para avaliação da gestão municipal das medidas socioeducativas em meio aberto e elaboração de uma proposta de modelo de gestão. Esta pesquisa será realizada no ano de 2006 e os resultados permitirão à Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), oferecer aos Municípios diretrizes na organização da política municipal de atendimento sócio-educativo, ampliando a implementação de uma das diretrizes básicas do Estatuto e do SINASE, que é a

descentralização e municipalização da execução do atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Monitoramento – O programa executa ações mediante convênios com Estados, Municípios e organizações não-governamentais, assim, o desempenho físico destes convênios é disponibilizado no relatório final apresentado pelas instituições conveniadas, denominado Relatório de Cumprimento de Objeto. Contudo, a consolidação das metas físicas atingidas é realizada manualmente pela coordenação do programa. Este monitoramento encontra dificuldades relacionadas principalmente à pulverização dos projetos, à não padronização de projetos e à falta de pessoal para a supervisão e acompanhamento dos projetos financiados.

Liberação de recursos ao longo do exercício – A inexistência de previsão da liberação de recursos ao longo do ano impede uma melhor organização do processo de análise e aprovação dos projetos e da implementação das ações, ficando quase sempre para dezembro a formalização dos convênios. Este tipo de restrição prejudica a apresentação dos resultados do programa no exercício, pois o período de convênio geralmente ultrapassa o exercício.

Recursos Matérias/Infra-estrutura/Humanos - Cabe ressaltar a insuficiência de recursos materiais, a inadequação da infra-estrutura e, principalmente, a carência de pessoal para análise das propostas apresentadas pelos governos estaduais e municipais e organizações não-governamentais no acompanhamento dos convênios firmados e na elaboração dos pareceres de prestação de contas. No que se refere à ação de construção de unidades de internação, não existem no quadro engenheiros e arquitetos para análise dos projetos de engenharia e para o acompanhamento das obras.

Outros Aspectos Relevantes

Parcerias – Foram viabilizadas ações transversais de capacitação em quase todos os projetos apoiados pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), promovendo a capacitação direta de 2.355 educadores, técnicos e dirigentes. Foram realizados programas de capacitação nos Estados de Roraima, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Goiás, Pará, Amapá, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Maranhão.

Além disso, foi formulado, numa parceria entre a SEDH, a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores (ABMP) e o Instituto Latino-americano de Prevenção a Delinqüência (Ilanud), o projeto de atualização dos juizes, promotores e defensores sobre a temática de aplicação e execução de medidas sócio-educativas. O projeto prevê a elaboração de material didático que será utilizado nos seminários regionais.

Para o ano de 2006, está prevista a realização de quatro seminários, sendo um em São Paulo, para todo o Estado; um em Recife, para o Estado de Pernambuco; um em Manaus, para atender aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima; e outro, em Belém, para os Estados do Amapá e Pará. Este projeto tem ações previstas ainda para o ano de 2007.

Participação Social – A atuação do CONANDA neste programa está presente no desenho das ações, na definição de metas, na forma de implementação e na aprovação dos projetos apoiados, entre outros.

Em 2005, por meio da Resolução nº 101, de 17 de março de 2005, a SEDH e o CONANDA definiram procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiadas com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). No âmbito deste programa, a lista, contendo 119 projetos aprovados, foi publicada no Diário oficial da União de 22 de agosto de 2005. Estes projetos foram classificados em três categorias: (A1) 31 projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; (A2) 5 projetos que seriam apoiados após (e caso ocorresse) o descontingenciamento orçamentário; e (B) 83 projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA .

Recomendações

- Implementação de um processo de acompanhamento e supervisão das parcerias com modelos de relatórios a serem apresentados pelos parceiros.

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Objetivo

Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 40.986.392,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 40.216.571,00 - R$ 40.216.571,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento a Crianças e Adolescentes que sofreram abuso e/ou exploração sexual

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 18 em 15/08/2003
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice não foi apurado pela dificuldade de aferição do denominador do indicador: número de casos notificados de abuso e exploração sexual.

Para 2006, este indicador foi alterado para "Taxa de Evolução da Capacidade de Atendimento do Programa", que considera a quantidade de atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual no ano de apuração, subtraída a quantidade de atendimentos realizados em 2004 (ano de referência), sobre a quantidade de atendimentos realizados em 2004.

Também foi acrescentado o indicador "Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas". Este indicador considera a quantidade de denúncias encaminhadas no ano de apuração, subtraída a quantidade de denúncias encaminhadas em 2004 (ano de referência), sobre a quantidade de denúncias encaminhadas em 2004.

Contextualização

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma questão ainda pouco visível e difícil de ser qualificada, por ser ilegal, clandestina e em grande parte doméstica. O mais freqüente tipo de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes é aquele denominado estrutural, em função da precária situação socioeconômica das famílias, das quais a maior parte das crianças e adolescentes originam-se. A defesa dos direitos e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual vêm sendo promovida mediante ações integradas com as áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando à reintegração social e ao retorno da criança ou adolescente ao convívio da família e da comunidade. Dessa forma, o programa "Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" visa à integração entre os três eixos da Política de Garantia de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (prevenção, atendimento e defesa) utilizando-se de uma metodologia de combate em redes.

Principais Resultados

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado, tendo em vista:

- Expansão da capacidade de atendimento de crianças e adolescentes/ famílias em situação de violência para 51.500 crianças e adolescentes pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), de abrangência local e regional. Este serviço passou de 314 Municípios para cerca de 1.104 Municípios atendidos;
- Conclusão do levantamento realizado pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, que serviu para identificar cerca de 930 Municípios com situação de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O estudo apresentou também informações sobre os programas federais existentes nesses Municípios, bem como as organizações da sociedade civil e da cooperação internacional que possuem ações nessas localidades. Além disso, Comissão Intergestora Tripartite (CIT) utilizou como referência a Matriz Intersetorial de Enfrentamento a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, aliada aos critérios definidos na Norma Operacional Básica (NOB/05), para a definição dos Municípios que fariam parte da expansão do atendimento promovido pela ação "Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias" (Programa Sentinela).

- Automação do Programa Sentinela por meio do SUASweb;
- Esta ferramenta eletrônica, via internet, contribuirá para o repasse regular e automático de recursos federais aos Estados e Municípios. A gestão dos programas através do SUASWeb acaba com o atraso no repasse dos recursos federais e permite que os Municípios tenham acesso direto aos processos em andamento, facilitando o monitoramento do cumprimento das metas.
- Realização de uma média de 890 atendimentos/dia e de 18 denúncias/dia recebidas, por meio do Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (0800990500) e ampliação do número de teleoperadores e do horário de funcionamento desse serviço.

- Capacitação de 50 mil caminhoneiros pelo Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), utilizando metodologia elaborada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Suficiência das Ações - A Secretaria Especial dos Direitos Humanos é responsável pela coordenação do Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (0800990500), um serviço de abrangência nacional e gratuito, em que as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, depois de analisadas, são encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização competentes. Por meio do Disque-Denúncia, o cidadão pode obter informações sobre os Conselhos Tutelares, suas atribuições e funcionamento e o telefone do órgão mais próximo de sua casa, além de poder informar o paradeiro de crianças desaparecidas e denunciar o tráfico de seres humanos.

Atualmente, a operacionalização desse serviço não está prevista no orçamento da SEDH e é totalmente financiado pela PETROBRAS, mas o financiamento se encerrará em outubro de 2006. Caso não haja renovação do convênio, ou sua inclusão como ação orçamentária, com dotação específica, este serviço corre o risco de ser paralisado.

Contingenciamento – Em relação a este programa, que é multissetorial, cabe esclarecer que, em 2005, aproximadamente 87% dos recursos foi destinada à ação 2383 - "Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e sua Família" , executada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Esta ação realiza efetivamente o atendimento das crianças e adolescentes. Os recursos orçamentários destinados à sua implementação foram considerados suficientes. As ações desenvolvidas pela SEDH, por sua vez, visam à capacitação de agentes, a coordenação do disque-denúncia e o apoio a projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Para estas ações, os recursos orçamentários disponibilizados apresentaram-se insuficientes e poucos projetos foram aprovados com o valor integral solicitado. Além disso, grande parte dos recursos foram liberados apenas no final do exercício, o que dificulta o processo de execução.

Recursos Matérias/Infra-estrutura/Humanos – Ressalta-se a carência de equipamentos de informática e, principalmente, a carência de recursos humanos, por ser um programa multissetorial que necessita de uma grande articulação com os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e do Turismo, além do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, o tema está sempre na mídia, o que demanda produção de dados e a disponibilização de técnicos para fornecer as informações solicitadas. Há ainda campanhas publicitárias, demandas referentes a orçamento e planejamento, formalização e execução de convênios, análise de projetos e encaminhamento de denúncias para uma equipe de 5 pessoas, sendo 2 estagiários.

Outros Aspectos Relevantes

Monitoramento - No que se refere às ações da SEDH realizadas por meio de convênios, cada projeto deve apresentar metodologia de monitoramento. Além

disso, os técnicos visitam os locais de implementação para acompanhar o andamento do projeto. Contudo, a forma de monitoramento necessita de aperfeiçoamentos, pois não há uma periodicidade estabelecida e uma padronização para monitorar o desempenho físico dos projetos.

Quanto à ação "Sentinela", o monitoramento é feito pela coordenação no MDS por meio do Sistema Quali- Quantitativo encaminhado semestralmente pelas Coordenações Estaduais do Serviço Sentinela, que consolidam as informações encaminhadas pelos Municípios. O SUASweb também criou uma nova ferramenta, o Demonstrativo Sintético Anual, que deverá ser encaminhado, por meio eletrônico, com informações físico-financeiras do serviço referentes ao exercício de 2005. Além disso, está em fase de testes o Banco de Dados do Serviço de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, que facilitará o processo de acompanhamento e monitoramento das ações.

Participação Social – A atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) neste programa está presente no desenho das ações, na definição de metas, na forma de implementação e na aprovação dos projetos apoiados, entre outros.

Em 2005, a SEDH e o CONANDA definiram, por meio da Resolução nº 101, de 17 de março de 2005, procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiadas com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). Os projetos recebidos pela Subsecretaria foram apresentados à Plenária do CONANDA para aprovação no mês de agosto. No âmbito deste programa, a lista, contendo 28 projetos aprovados, foi divulgada no Diário oficial da União no dia 22 de agosto de 2005. Os projetos foram classificados em três categorias: A1 – Projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; A2 – Projetos que seriam apoiados após (e caso ocorresse) o descontingenciamento orçamentário; e B – Projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA.

Recomendações

- Inclusão da ação "Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes";
- Exclusão da ação 2815- "Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes";
- Revisão das metas físicas das ações: 001S - "Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social" e 2383 - "Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias", em função da execução física alcançada em 2005.

Direitos Humanos, Direitos de Todos

Objetivo

Promover e defender os direitos humanos, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$372.749.260,00	Empenho Liquidado:	R$ 342.269.537,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 342.269.537,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 62,9 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Apesar de considerado inadequado, o indicador representa um indicativo do avanço da promoção e defesa dos direitos humanos, visto pelo prisma do engajamento dos Estados ao tema. A criação de conselhos tem avançado e há a expectativa de que ao final do PPA (2007) todos os Estados tenham seus conselhos implantados.

Contextualização

Direitos Humanos, Direito de Todos é um programa do PPA 2004-2007, formado por um conjunto de ações que visam a implementar metas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). São ações que se relacionam sobretudo com os temas Educação em Direitos Humanos, Construção de uma Cultura de Direitos Humanos, Promoção da Igualdade e Defesa de Direitos. A maioria de suas ações é de implementação descentralizada, tendo sua execução realizada por governos estaduais, municipais, instituições federais ou organizações não governamentais, mediante a celebração de convênios. A intenção é envolver um número cada vez maior de parceiros e de instituições que ajam em prol da construção de uma cultura de respeito e promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Principais Resultados

- Implantação de 16 centros de referência para prevenção e combate à homofobia, com previsão de atendimento de 26 mil pessoas, realização de 2.690 capacitações e de 29.800 publicações;
- Atendimento de aproximadamente 55 mil pessoas nos serviços de orientação jurídica gratuita, de mediação de conflitos e de informações em direitos humanos;
- Emissão de 10.200 documentos entre registro civil de nascimento e documentação civil básica.

Cabe ressaltar que os dois últimos resultados fazem parte de uma ação integrada, denominada Balcões de Direitos, que consiste no apoio a projetos para implantação e manutenção de postos, fixos ou itinerantes, onde os segmentos de baixa renda possam ter acesso a serviços essenciais (assistência jurídica e documentação civil básica), com o objetivo de promover o exercício da cidadania. Em paralelo aos serviços prestados às comunidades atendidas pelo projeto, é realizado um trabalho voltado para despertar a conscientização da população por meio de palestras e discussões sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como de temas referentes ao exercício da cidadania. Além disso, são elaboradas e distribuídas cartilhas sobre direitos humanos e legislação essencial relativa aos direitos e garantias individuais e coletivas.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Concepção do Programa – Apesar de considerar que o objetivo do programa representa o que se quer alcançar, entende-se que este programa sozinho não é capaz de fazê-lo. Por essa razão, tem-se questionado a real contribuição do programa para a solução do problema a que se relaciona. As discussões têm levado à compreensão de que o programa atua na linha da construção de capacidades (capacity building) individuais, coletivas e institucionais de intervenção sobre os direitos humanos. Há que se ressaltar, ainda, que o objetivo vigente praticamente se confunde com as competências da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do próprio Estado no que tange aos direitos humanos.

Assim, visando aproximar o objetivo do programa ao que de fato é realizado e que compete à Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, a gerência propõe a seguinte redação: "Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção com vistas à promoção, garantia e defesa dos direitos humanos".

Em relação ao indicador do programa, entende-se que este não reflete de forma adequada o alcance dos objetivos atualmente expressos, até porque sua variação depende mais dos agentes de outro nível da federação do que dos esforços do programa. Caso ocorra a revisão do objetivo do programa, este indicador poderá ser útil. Contudo, permanecendo a forma atual, o indicador pouco reflete os alcances do programa.

Um aspecto que ainda gera desconforto em relação à sua concepção, relaciona-se à inclusão de ações que ocasionam leituras distorcidas por parte da sociedade quanto à priorização do Governo na área de direitos humanos. Um bom exemplo é a ação "Indenização a Anistiados Políticos", mesmo que o Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão (MPOG) considere ser esse o melhor programa para alocá-la, a leitura do movimento social é a de que, na área de direitos humanos, têm se dado maior ênfase orçamentário-financeira no pagamento de indenizações, em detrimento da execução de ações finalísticas que contribuam para as transformações necessárias sobre essa temática.

Cumprimento de Metas Físicas – Embora algumas ações tenham superado as metas físicas planejadas, as ações de 0895 - "Apoio à Capacitação em Direitos Humanos", 09AT - "Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica" e 09AS - "Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos" ficaram aquém do previsto. Os principais motivos estão relacionados à modificação no formato da gestão destas ações ou à realização de outros resultados que não se contabilizam em seu produto, mas que corroboram para a obtenção do mesmo. Como exemplo, cita-se a destinação de parte dos recursos da ação "Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica" para a consolidação de uma parceria cuja finalidade é a formação de uma rede de proteção a crianças na Amazônia Legal, por meio da capacitação de agentes públicos na região. O seminário de capacitação, com previsão para realização em julho de 2006, será dirigido a 225 pessoas, entre magistrados, promotores e representantes dos executivos estaduais e de cartórios, e trabalhará os temas: Registro Civil de Nascimento, Trabalho Infantil e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa rede tem como objetivo a consolidação da cultura de registro de crianças ao nascer. Dessa forma, as metas físicas previstas para estas ações revelaram-se inadequadas e, por isso, ficaram abaixo do previsto. Além disso, algumas ações tiveram que ser priorizadas em virtude do contingenciamento orçamentário. Outras ações sequer puderam ser executadas.

Liberação de recursos ao longo do exercício – O fluxo de recursos destinados ao programa sofreu descontinuidade, prejudicando sua execução. A gerência tem se esforçado na identificação de mecanismos de superação dessa descontinuidade ora via priorização de atividades, ora via reestruturação da forma de negociação e definição de projetos. Contudo, ainda não se encontrou uma maneira de reverter a atual situação, que exige esforço concentrado no final do exercício para a transferência dos recursos. Esta é uma restrição que, além de gerar acúmulo de trabalho para um quadro restrito de pessoal, compromete a qualidade dos projetos conveniados.

Recursos humanos na equipe gerencial - A ampliação do quadro de funcionários é necessária, embora a gerência tenha se esforçado na busca da melhoria da gestão de pessoal e na distribuição de tarefas para otimização da capacidade de que dispõe.

Outros Aspectos Relevantes

Monitoramento – Em 2005, a gerência do programa trabalhou na construção de um sistema de monitoramento para suas ações. Destacam-se duas linhas de ação:

- Supervisão - consiste na realização de visitas in loco para verificar a real execução dos objetos pactuados, bem como sua qualidade, e para orientar o aperfeiçoamento das atividades. Nessa linha, foram priorizados recursos para as viagens e iniciada a padronização de instrumentos de supervisão. Após as visitas, produziram-se relatórios que foram objeto de discussão e avaliação da equipe e de apreciação pelos executores;

- Acompanhamento - consiste na atividade cotidiana de manutenção de contato com os parceiros executores para verificação do alcance de metas, do cumprimento do cronograma e de focalização e qualidade das ações. Nessa linha, o contato telefônico e por e-mail foram os principais canais estabelecidos.

Contatos com a área de informática já foram iniciados para a captação de dados on-line, o que facilitará a comunicação.

Boas Práticas de Gestão - A gerência do programa entende que a realização de Editais de Chamada Pública para a seleção de parceiros executores de projetos constitui um importante avanço na gestão. Além de democratizar o acesso a recursos públicos, estabelece regras claras sobre as intenções do administrador e permite a identificação de novos parceiros.

Recomendações

- Aperfeiçoamento do objetivo do programa para: "Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção, com vistas à promoção, garantia e defesa dos direitos humanos";
- Revisão das metas físicas para as ações "Apoio à Capacitação em Direitos Humanos, "Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica" e "Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos".

Gestão da Política de Direitos Humanos

Objetivo

Apoiar o planejamento, a execução e a avaliação dos programas finalísticos voltados para a garantia de direitos humanos.

Público-Alvo

Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 1.972.174,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.624.405,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.624.405,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O Programa Gestão da Política de Direitos Humanos foi criado para monitorar as ferramentas gerenciais disponíveis, facilitando o acesso a dados e informações relacionadas à política de direitos humanos, tanto para o público interno como para o público externo por meio da publicização. O programa auxilia também na interlocução com o órgão setorial de planejamento nas atividades de formulação e revisão das políticas e de programas.

Principais Resultados

- Capacitação de 21 agentes públicos em temas transversais.

Cabe ressaltar que os recursos financeiros realizados na ação 4673 - "Gerenciamento de Projetos Apoiados na Área de Direitos Humanos" estão relacionados à execução de emenda parlamentar proposta pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, destinada a apoiar a implementação do programa "Brasil sem Homofobia". Contudo, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) já possui uma ação com essa finalidade no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, ocorrendo assim um erro de alocação pela emenda parlamentar.

A SEDH, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) realizaram, ainda, uma oficina para a discussão de estratégias de capacitação de agentes públicos em temas transversais, contribuindo assim para o alcance do objetivo do programa. O alcance de outros resultados foi prejudicado pelo contingenciamento.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Alterações aprovadas pelo Congresso Nacional em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2005 - Causaram o erro na alocação de uma emenda parlamentar que, pela sua finalidade deveria ter sido executada no programa 0154 - "Direitos Humanos, Direitos de Todos". Contudo, o Gerente executivo do programa participou do grupo encarregado da seleção dos projetos apresentados, que permitiu o apoio a centros de referência para a defesa dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Esta ação executou 96,67% dos recursos previstos.

Contingenciamento/Liberação de Recursos – Os recursos orçamentários liberados para o programa foram insuficientes para a execução do programa. Com exceção da emenda parlamentar que foi alocada erroneamente ao programa, a única ação que recebeu recursos foi a de 8601 - "Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais", representando apenas 2% do previsto. As demais ações foram contingenciadas.

Outros Aspectos Rrelevantes

Boas Práticas – A gerência do programa entende que a realização de Editais de Chamada Pública para a seleção de parceiros executores de projetos constitui um importante avanço na gestão. Além de democratizar o acesso a recursos públicos, estabelece regras claras sobre as intenções do administrador e permite a identificação de novos parceiros.

Recomendações

Não há recomendações.

Nacional de Acessibilidade

Objetivo

Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

Público-Alvo

Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.291.898,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.004.515,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 1.004.515,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 16,89 em 12/01/2002
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A apuração das informações para o cálculo deste índice é de responsabilidade do Ministério das Cidades, mas esta informação ainda não se encontra disponível. Contudo, acredita-se que o Decreto nº 5.296/04 e o Estatuto das Cidades contribuíram para que um maior número de Municípios possua um código de obras contendo os itens de acessibilidade.

2. Taxa de Ônibus Urbanos Acessíveis

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 2,3 em 31/12/2004
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Pesquisa Nacional realizada pelo Ministério das Cidades em 2004 revelou que apenas 2.191 ônibus urbanos (2,3%) dos 95 mil veículos existentes estavam acessíveis. Segundo a mesma pesquisa, existem também veículos alternativos (38

vans adaptadas, 19 micro-ônibus e 9 carros adaptados) que atendem a população. Os dados relativos a 2005 ainda não foram apurados.

3. Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/Sublegendados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Apesar de não possuir os dados relativos a esse indicador, percebe-se na programação televisa a existência de jornais e outras programações com legendas. A norma complementar do Ministério das Comunicações que trata sobre o assunto será publicada em 2006 e, a partir de então, as emissoras terão um prazo para inserir a sinalização em Libras/Sublegendas em sua programação diária.

Além disso, cumpre mencionar a publicação, em 2 de dezembro de 2005, da Instrução Normativa nº 01 da Secretaria Geral da Presidência da República. Esta IN trata do mesmo assunto, mas tem como foco os pronunciamentos oficiais e a publicidade governamental. A partir da publicação da Instrução, todos os pronunciamentos feitos pelo Presidente da República, Ministros e demais autoridades têm que contemplar os recursos de acessibilidade (legenda oculta e janela de Libras), o que tem sido feito. O mesmo vale para a propaganda governamental.

4. Taxa de Sítios Eletrônicos Governamentais Acessíveis às Pessoas com Deficiência

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 0,03 em 14/08/2003
Índice previsto ao final do PPA:20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Apesar de o Decreto nº 3.256/04 determinar que 100% dos sítios eletrônicos governamentais teriam que estar acessíveis até 3 de dezembro de 2005, nota-se que essa exigência não foi cumprida. O levantamento dos sítios eletrônicos acessíveis é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que ainda não repassou os dados para que a gerência do programa calcule o índice alcançado pelo indicador.

Contextualização

O Programa Nacional de Acessibilidade tem como público-alvo a totalidade da população brasileira e não apenas as pessoas com deficiência, os idosos, as mulheres grávidas, etc., pois qualquer intervenção no espaço físico das cidades, nas edificações, nos transportes, na comunicação e na informação que tenha como referência as normas brasileiras de acessibilidade irá se traduzir numa melhor qualidade de vida para todos. Para as pessoas ditas normais e que estejam na sua plena capacidade física, as melhorias significam, principalmente, mais segurança. Para as pessoas com deficiência, idosos, mulheres grávidas ou para aquelas que tenham algum outro tipo de limitação, essas medidas representam a garantia do

direito de ir e vir, ou a possibilidade de circularem, com segurança e autonomia, pelo espaço urbano.

Principais Resultados

- Realização do Seminário Internacional "Acessibilidade e Inclusão", com a participação de aproximadamente 350 pessoas.

O Seminário Internacional "Acessibilidade e Inclusão" foi realizado em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Prefeitura de Natal, o Ministério Público do Rio Grande do Norte e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RN), no período de 4 a 6 de outubro de 2005. Este evento foi realizado em paralelo à VIII Conferência da Red Intergobernamental Iberoamericana de Cooperación Técnica para el Desarrollo de Políticas de Atención a Personas con Discapacidad y Adultos Mayores (RIICOTEC). Nele, especialistas das áreas da pessoa com deficiência e idosos debateram sobre a política nacional de acessibilidade em fase de implementação no país após a edição do Decreto nº 5.296/04.

- Realização de visitas aos terminais aeroportuários de Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Brasília, Belém e Salvador. Destes, já foram realizadas obras para melhoria no acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em Fortaleza, Recife e Salvador.

As visitas contaram com a participação de representantes da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), de entidades locais da sociedade civil e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e visaram a diagnosticar os obstáculos e barreiras existentes para o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos aeroportos.

- Participação na elaboração da regulamentação da acessibilidade nas telecomunicações e na radiodifusão, constante do Decreto nº 5.296/04.

As reuniões realizadas com o Ministério das Comunicações (MC) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) resultaram em várias medidas, dentre as quais se destaca a aprovação da Norma para Certificação e Homologação de Telefone de Uso Público, por meio da Resolução n.º 412, de 9 de agosto de 2005. Esta norma estabelece os requisitos mínimos a serem demonstrados na avaliação da conformidade dos Telefones de Uso Público (TUP), conhecidos popularmente como 'orelhões', tais como 1) comprimento do cordão do monofone igual a 0,80m , o que facilita o uso por usuários de cadeiras de rodas; 2) detalhamento das dimensões do identificador tátil da tecla nº 5 do teclado que possibilite, facilmente, a identificação por pessoas com deficiência visual, de acordo com os padrões internacionais; 3) tecla suplementar destinada a aumentar o volume do sinal recebido da linha telefônica, o que facilita o uso por pessoas com deficiência auditiva; e 4) display que facilite a visualização das informações.

- Capacitação de 1.296 técnicos e agentes sociais.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento – No que diz respeito ao programa, muito se tem a investir para que haja a cobertura do público-alvo, ou seja, há necessidade de recursos orçamentários suficientes para realizar as adaptações e a construção de infra-estrutura capaz de assegurar o atendimento adequado à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Houve grande avanço em termos de regulamentações específicas que contribuem para a criação de infra-estrutura que propicia que todos desfrutem dos mesmos direitos (de ir e vir, do acesso a informação e outros), mas faltam recursos que permitam o investimento necessário.

Liberação de Recursos – Em 2005, foram liberados cerca de 50% dos recursos autorizados em Lei. Além disso, estes recursos foram liberados em quotas, prejudicando a realização de um Plano de Ação viável para impulsionar a implantação do Programa Nacional de Acessibilidade. Em relação à ação 0598 - "Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência", executada pelo Ministério das Cidades, houve liberação de apenas 27,39% dos recursos autorizados na Lei Orçamentária.

Recursos Humanos – O programa apresenta carência de recursos humanos, tendo em vista que a mesma equipe é responsável pelo programa 1086 "Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência". A gerência tem apenas 8 servidores e necessita, no âmbito deste programa, de engenheiro civil, arquiteto, estatístico, advogado, sociólogo, administrador, analista de sistemas, programador, técnico em comunicação com conhecimento em web design e pessoal de apoio.

Outros Aspectos Relevantes

Valor da ação GAP – A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" representou 33,89% dos empenhos liquidados do programa. Esse montante está relacionado principalmente à realização do Seminário "Acessibilidade e Inclusão". Esse valor também compreende despesas como: edição e publicação de 20.000 exemplares da legislação sobre acessibilidade e a participação em reuniões, seminários, oficinas, audiências públicas, congressos e conferências em todo o território brasileiro, divulgando e esclarecendo sobre a legislação referente ao tema.

Cumprimento de metas físicas – O SIGPlan considera o percentual e execução das metas físicas em relação aos recursos totais autorizados em lei e não aos recursos efetivamente liberados. É o que acontece, por exemplo, com a ação 6263 -"Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade": embora o SIGPlan considere uma execução física de 76,15%, houve uma execução de 120,44% em relação aos recursos liberados, ou seja, uma execução proporcionalmente maior que a prevista. A meta física realizada pela ação "Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência", executada pelo Ministério das Cidades, sofreu a influência do custo dos projetos apoiados que, por apresentar variações, prejudicou o alcance da meta prevista.

Recomendações

Não há recomendações.

Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Objetivo

Promover a política de atendimento e garantir a ampla defesa jurídico-social de crianças e adolescentes.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 39.569.327,00	Empenho Liquidado:	R$ 18.911.881,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 18.911.881,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Taxa de Municípios com Implantação do Sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 88,3 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Embora os principais operadores do Sistema de Garantia dos Direitos sejam os Conselhos Tutelares, os Centros de Defesa, os Órgãos de Segurança Pública, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, a apuração deste índice tem considerado os dados referentes à implantação dos Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nos Municípios por dois motivos: primeiro, esses Conselhos são considerados como a base do sistema de defesa dos direitos da criança e do adolescente; segundo, há dificuldade de levantamento acerca da implantação das demais instituições.

Em 2005, a existência de 4.873 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente corresponde a uma cobertura de 88,3% dos Municípios e a existência de 4.691 Conselhos Tutelares, sendo que 158 estão implementados apenas nas capitais, proporciona uma cobertura de 83% dos Municípios. Dessa forma, a viabilidade de alcance do índice previsto para esse indicador ao final de 2007 (90%) é alta.

Contextualização

O Sistema de Garantia dos Direitos é composto por uma rede de atenção voltada para a promoção, defesa e controle dos direitos da criança e do adolescente, responsável pela proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa "Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente" tem como objetivo principal o fortalecimento desse Sistema, por meio da articulação, mobilização, qualificação, fortalecimento e reordenamento do sistema de defesa dos direitos e das instituições previstas no ECA. O programa atua por meio do apoio técnico e/ou financeiro, via convênios, ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como ao Poder Judiciário Estadual e à Sociedade Civil.

Principais Resultados

- Apoio à implementação do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia) em 664 novos Municípios dos estados de Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe.

O apoio à Implantação de Módulos do Sipia foi possível por meio de 13 novas parcerias. Atualmente, 1.407 Conselhos Tutelares estão envolvidos nesta ação. As parcerias realizadas com instituições como Furnas Centrais Elétricas, Banco do Brasil e Petrobrás, entre outras, cooperaram com o investimento na qualificação e suprimento de infra-estrutura de funcionamento dos Conselhos (doação de equipamentos de informática) e no reforço à sensibilização de criação de novos Conselhos. O sistema Sipia possui, atualmente, o registro de aproximadamente 486.515 fatos de violações de direitos de crianças e adolescentes.

- Apoio a projetos que permitirão o atendimento de aproximadamente 9.395 crianças e adolescentes sob medidas de proteção dos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e do Distrito Federal..
- Apoio a projetos voltados ao atendimento jurídico-social de crianças e adolescentes ameaçados de morte, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que atenderão cerca de 1.500 crianças e adolescentes.
- Apoio a 42 Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que possibilitará o atendimento de aproximadamente 5.237 pessoas, entre crianças, adolescentes e familiares.

Em relação à apuração dos resultados do programa, cabe ressaltar que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e a Subsecretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) definiram, por meio da Resolução nº 101, de 17 de março de 2005, procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), com o objetivo de democratizar e dar maior oportunidade de participação num processo de seleção de projetos. No âmbito deste programa, a lista, contendo 48

projetos aprovados, foi divulgada no Diário Oficial da União no dia 22 de agosto de 2005. Os projetos foram classificados em três categorias: A1 – Projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; A2 – Projetos que seriam apoiados após, e caso ocorresse, o descontingenciamento orçamentário; e B – Projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA. Contudo, a maior parte dos convênios foi formalizada no final do exercício e os projetos estão na fase inicial de execução.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento – Em 2005, o programa contou com grande contingenciamento de recursos, o que prejudicou a sua execução. As ações 0905 - "Apoio a Organizações de Jovens", 4966 - "Cadastro Nacional de Crianças Passíveis de Adoção e Famílias Pretendentes", 1785 - "Implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos" e 4641 - "Publicidade de Utilidade Pública" tiveram os recursos integralmente contingenciados. O contingenciamento orçamentário dificulta o planejamento das ações cuja execução é realizada por meio da formalização de convênios. Em cada convênio há um projeto básico e um plano de trabalho que deve ser detalhado, mas como o planejamento da execução submete-se aos limites orçamentários, o contingenciamento acaba prejudicando o apoio integral a alguns projetos.

Atraso na liberação de recursos – Grande parte dos recursos descontingenciados foram liberados na segunda metade do mês de dezembro, prejudicando também o alcance das metas e o cronograma de execução previsto. Dessa forma, vários projetos estão na fase inicial de execução, o que prejudica a apresentação dos resultados alcançados pelo programa no exercício, bem como a análise do desempenho da execução das ações no período.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes - A formalização dos convênios depende de um processo de ajustamento/adequação do projeto básico e do plano de trabalho. Somente após a conclusão dessa etapa é que a gerência do programa analisa as documentações necessárias à sua formalização. Contudo, muitos são os casos em que o proponente não está apto a receber o repasse de recursos federais por inadimplência documental, retardando o repasse de recursos até a sua regularização (nos casos em que a inadimplência possa ser sanada pelo proponente) ou prejudicando todo o tempo e esforços gastos na primeira etapa (nos casos em que o cancelamento do apoio seja inevitável).

Recursos Matérias/Infra-estrutura/Humanos - A falta de materiais, de equipamentos, e principalmente, de recursos humanos prejudicam a execução do programa. A gerência conta atualmente com uma equipe de 6 pessoas para a coordenação e atendimento de todas as demandas dirigidas ao programa.

Satisfação de seus Beneficiários – Como as ações são descentralizadas e executadas por meio da formalização de convênios, cabe a cada parceiro a responsabilidade de avaliar o índice de satisfação de seus beneficiários. Acontece, porém, que nem sempre essa avaliação chega ao conhecimento da gerência do programa e quando chega, por meio dos relatórios técnicos apresentados na prestação de contas, a gerência não tem como comprovar a veracidade das informações.

Outros Aspectos Relevantes

Monitoramento - As instituições e entidades convenentes, públicas e privadas, elaboram e enviam à gerência do programa relatórios parciais e finais de prestações de contas físico-financeiras. Além disso, a e-quipe técnica do programa realiza visitas *in loco* para acompanhamento e avaliação dos projetos apoiados. No âmbito do Sipia, existe um portal no qual os convenentes inserem, periodicamente, dados e informações relativos à violação de direitos de crianças e adolescentes. No entanto, esta forma de monitoramento deve ser aprimorada, pois não há uma periodicidade estabelecida e uma padronização para monitorar e avaliar o desempenho físico.

Ações com Recursos Não Orçamentários - A SEDH inaugura uma fase de grandes parcerias com órgãos governamentais e com empresas socialmente responsáveis, a exemplo das estabelecidas com o Banco do Brasil, Furnas Centrais Elétricas S.A., Petrobrás, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Instituto Telemig Celular, Itaipú, Caixa Econômica Federal (CEF), entre outras, para a implementação de diversas ações que visam a promover e garantir os direitos humanos em nosso país, em especial os direitos da criança e do adolescente. Um bom exemplo é a parceria com a CEF que possibilitou a formalização de 13 convênios com vistas a atualização do Cadastro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Ressalta-se que a doação ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente garantiu a execução da ação, tendo em vista que os recursos federais foram integralmen-te contingenciados.

Participação Social – A equipe técnica da SPDCA reúne-se, periodicamente, com os gestores estaduais e municipais e os representantes da sociedade civil para discussão das diretrizes, das estratégias de atuação e das principais demandas locais. Assim, a SPDCA tem hoje um conhecimento amplo das realidades locais, devido ao processo de trabalho que vem implementando junto aos Estados e Municípios e à rede de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, incluindo o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Além disso, todas as ações da área da criança e do adolescente passam necessariamente pelo conheci-mento e análise do CONANDA, órgão colegiado, deliberativo e autônomo, composto paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil organizada. O CONANDA é responsável pela formulação, controle e monitoramento da política de atendimento e da gestão do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Recomendações

- Padronização do modelo de avaliação de satisfação dos beneficiários a ser utilizado pelas instituições conveniadas.
- Alteração da ação 0904 – "Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas" para "Apoio a Projetos de Prevenção da Violência e de Incentivo à Cultura de Paz". O produto da ação será "projeto apoiado" e a unidade de medida será "unidade".
- Exclusão das ações 0905 - "Apoio a Organizações de Jovens" e 0736 – "Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medida de Proteção".

- Inclusão das ações “Apoio a Estudos e Pesquisas na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente” e “Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Objetivo

Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País.

Público-Alvo

Pessoas portadoras de deficiência.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 2.873.268,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.130.358,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 2.130.358,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 66,6 em 31/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado em 2005 considera os Estados que possuem conselhos criados por Lei Estadual: Roraima, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Considerando que o Brasil possui 26 estados mais o DF e que atualmente 17 Estados e o DF apresentam conselhos criados por lei, a perspectiva da gerência continua sendo a de que ao final de 2007 todos os Estados possuam conselhos estaduais criados por Lei. Essa perspectiva baseia-se, principalmente, nas Conferências Estaduais preparatórias à I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Brasília, de 12 a 15 de maio de 2006 e que tem como um dos eixos a questão do controle social.

2. Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,57 em 31/12/2004
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice para o ano de 2005 ainda não foi apurado. A principal dificuldade encontrada decorre da forma como o levantamento é realizado: por meio de contato telefônico junto aos setores estaduais responsáveis pela política da pessoa com deficiência para verificar quais foram os novos Municípios que criaram conselhos, seguido de um segundo contato com tais Municípios para realização do cadastramento junto à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Considerando que a equipe é pequena e se encontra mobilizada para a realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, esse levantamento ainda não foi realizado.

3. Taxa de Inclusão Escolar

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 14,86 em 31/12/2003
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este índice depende de dados coletados no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Contudo, ressalta-se que a disponibilização destes dados para a CORDE ocorre em momento posterior à entrega da avaliação do programa.

4. Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há sistematização e disponibilização das informações necessárias pelas empresas e órgãos públicos responsáveis para que a apuração do indicador seja realizada.

5. Taxa do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com mais de 100 Funcionários

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há sistematização e disponibilização das informações necessárias para a apuração do indicador pelas empresas responsáveis.

6. Taxa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Não há sistematização e disponibilização das informações necessárias por parte dos órgãos públicos responsáveis para que apuração do indicador seja realizada.

Contextualização

O programa "Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência" trabalha no sentido de intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas integradas junto aos governos de todos os níveis da federação e com a sociedade civil, com a finalidade de assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país. Nesse sentido, são utilizadas as seguintes diretrizes que norteiam as estratégias de ação, entre outras:

- Descentralização – colocar ao alcance dos usuários os recursos e as decisões relativas à sua gestão e assegurar às atividades plena cobertura geográfica, com o envolvimento das administrações locais e organizações comunitárias.
- Integridade – realização de atividades multissetoriais resultantes de um enfoque global da deficiência, que envolve diversas áreas de intervenção social, em função da multiplicidade e da complexidade das questões decorrentes das deficiências.
- Coordenação e planejamento – articulação das diferentes intervenções setoriais e dos diversos recursos disponíveis em processos integrais e coerentes previamente planejados.
- Acompanhamento e Avaliação – identificação das atividades que se revelem mais eficazes em cada situação, corrigindo os desvios que se produzam no cumprimento dos objetivos das políticas integrais e tomando decisões que garantam a destinação adequada dos recursos disponíveis.

Principais Resultados

O Programa foi contingenciado, o que prejudicou a sua execução. Além disso, grande parte dos recursos foi liberada apenas na segunda metade do mês de dezembro, prejudicando também o alcance das metas e o cronograma de execução previstos. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos também sofreu, em 2005, um reordenamento institucional, perdendo seus status de Ministério, o que ocasionou impacto na gestão. Tais fatores tiveram como conseqüência a obtenção de resultados abaixo do esperado. A seguir encontram-se alguns dos resultados alcançados:

- Apoio a 19 projetos que permitiram a capacitação de 9.560 pessoas
- Realização da VIII Conferência da Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica (RIICOTEC), com a participação de representantes de governo de 21 países.

Nesta Conferência, realizada pela primeira vez no Brasil, foram discutidas as políticas públicas voltadas para a integração das pessoas com deficiência. Na ocasião, o Centro Internacional para a Reabilitação (CIR) premiou o Brasil com o "Segundo Prêmio Anual de Reconhecimento", em consideração aos esforços realizados no País para o desenvolvimento de políticas públicas e promoção da inclusão das pessoas com deficiência.

- Recebimento e encaminhamento para os órgãos competentes de 12 denúncias por semana, em média, relativas à violação de direitos e de preconceito e discriminação.

As denúncias tratam, principalmente, de descumprimento da legislação de concursos públicos, da recusa de matrícula em escolas regulares, além de denúncias contra companhias de transporte e atitudes de discriminação por parte de órgãos de governo federal, estadual e municipal.

Entre os resultados, cabe ressaltar a participação da CORDE: 1) na Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) durante o 5º Período de Sessões do Comitê Especial encarregado de preparar uma convenção internacional, ampla e integral para proteger e promover os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência; 2) no Seminário da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para discussão do Artigo 4º das Normas Uniformes da ONU, que se refere a Reabilitação e Reabilitação baseada na Comunidade, realizado na Argentina; e 3) na realização, em parceria com o IBGE, da "Second Regional Meeting of the Washington Group on Disability Statistics" e da "Fifth Meeting of the Washington Group on Disability Statistics", que teve por finalidade avaliar questões sobre deficiência para a preparação dos censos do Brasil e países envolvidos, entre outros.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Execução Orçamentária - Foram liberados para o programa 73,84% dos recursos autorizados em lei, sendo executados 99,99% destes recursos. Percebe-se, no entanto, que a abrangência do contexto a ser trabalhado, as especificidades das várias áreas de deficiência e suas demandas e, ainda, os recursos orçamentários deficitários contribuem para que o resultado das ações realizadas não sejam visíveis a curto prazo.

Liberação de recursos ao longo do exercício – A inexistência de qualquer previsão na liberação de recursos ao longo do ano dificulta uma melhor organização do processo de análise e aprovação dos projetos e a organização da implementação das ações. Dessa forma, a gerência do programa trabalha com a priorização dos projetos mais urgentes, enquanto aguarda a liberação dos recursos para as demais realizações, que em geral acontece no final do ano e prejudica a execução de algumas ações relevantes.

Recursos Humanos – O programa apresenta uma alta carência de recursos humanos, tendo em vista que necessita de uma grande articulação com diversos Ministérios para a obtenção de seus resultados. Além disso, o tema demanda a participação da equipe, que atualmente conta com 8 servidores, em debates em que está inserida a questão da pessoa com deficiência; em análises de pareceres e projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional; em Audiências Públicas; em Comissões para regulamentação de legislações existentes; além de sua atuação junto aos Ministérios Públicos Federal e Estaduais para apuração de denúncias e explicações sobre questões pertinentes, entre outros.

Outros Aspectos Relevantes

Monitoramento – Os projetos apoiados pelo programa são acompanhados por técnicos responsáveis, inclusive na prestação de contas, havendo acompanhamento

in loco. As capacitações e realizações de eventos são, em sua maioria, acompanhadas por estes técnicos, que são agentes avaliadores do processo. O monitoramento físico-financeiro é feito no setor responsável pelo acompanhamento do Orçamento e PPA, emitindo relatórios quantitativos e qualitativos das ações.

Valor da ação GAP – A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" representou 43,61% dos empenhos liquidados do programa. Este montante está relacionado principalmente à realização da VIII Conferência da RIICOTEC, de 3 a 7 de outubro de 2005. Além disso, esse valor compreende despesas como: participação em reuniões, cursos, seminários, oficinas, conferências, congressos, entre outros.

Participação Social - As ações da CORDE estão relacionadas à Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, introduzida pela Lei nº 7.853/89 e pelo Decreto nº 3.298/99. A programação anual e o acompanhamento da execução das ações do programa são aprovados pelo Conselho Nacional dos Direitos da pessoa Portadora de Deficiência (CONADE). Dessa forma, a sociedade civil organizada, representada pelos conselheiros não governamentais, é ouvida e aprova a programação e execução das ações priorizadas.

Recomendações

Não há recomendações.

Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional

Objetivo

Garantir o direito à convivência familiar por meio da adoção e promover o combate ao seqüestro internacional de crianças no Brasil.

Público-Alvo

Crianças e adolescentes em situação de adotabilidade internacionais e crianças seqüestradas para fora do Brasil por um dos genitores.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 397.696,00	Empenho Liquidado: R$ 191.826,000 Pago estatais: - Total: R$ 191.826,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador

1. Taxa de Denúncias a Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes Adotados por Não Residentes

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O Índice não foi apurado pela dificuldade de obtenção de relatórios com dados sobre a violação de direitos de menores adotados por estrangeiros ocorridos em cada país de destino. Esse tipo de informação, quando disponibilizada, é enviada à Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) pelo Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o informado pelos consulados e embaixadas brasileiras. Dessa forma, dada a abrangência e complexidade, a consolidação de tais informações é praticamente inviável. Na proposta de revisão para 2006 este indicador foi excluído do programa.

2. Taxa de Adoção Internacional

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Este indicador considera a relação percentual entre o número de crianças e adolescentes brasileiros adotados por não residentes e o total de crianças e adolescentes brasileiros adotados. Em relação ao número de adoções internacionais, a Autoridade Central já dispõe do número de adoções internacionais realizados no país por Estado da Federação, relativos aos anos de 2003 e 2004 e está iniciando o processo de compilação dos dados relativos a 2005. A partir da Resolução 08/2004, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção, constituídas nos Tribunais de Justiça Estaduais , enviarão à Autoridade Central relação anual de adotantes até o mês de abril de cada ano. A compilação da primeira estatística sobre adoção internacional no Brasil pela Autoridade Central revelou a ocorrência de 396 adoções internacionais em 2003 e 482 em 2004.

Entretanto, para a apuração do índice são necessários os dados estatísticos, por Estado, das adoções nacionais realizadas a cada ano. Entretanto, estes dados ainda não são disponibilizados pelo Poder Judiciário. Estuda-se a possibilidade de obtenção dessas informações junto aos Tribunais de Justiça.

Contextualização

O programa "Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional" trabalha no acompanhamento e na viabilização dos procedimentos que envolvem os processos de adoção internacional e seqüestro internacional. Os mecanismos previstos para a execução do programa envolvem: a) desenvolvimento, implantação e gerenciamento de um banco de dados específico; b) apoio de funcionamento às Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção dos Estados Federados e do Distrito Federal e ao Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras; c) viabilização dos procedimentos que envolvem o intercâmbio internacional de informações e documentos com todas as Autoridades Centrais dos Estados contratantes da Convenção de Haia e com os organismos internacionais afetos à matéria de adoção e seqüestro; e d) produção e publicação de material específico

Principais Resultados

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado, tendo em vista:

- Atuação no encerramento de 43 casos de seqüestro de menores, incluindo o retorno de 14 menores aos seus respectivos países e a mediação da Autoridade Central em 7 casos;
- Em relação ao seqüestro internacional, houve um avanço no tratamento do tema com a ampliação do trabalho de cooperação com autoridades centrais estrangeiras.
- Aprovação do Decreto nº 5.971, de 18 de julho de 2005, que estabelece maiores garantias para a adoção internacional de crianças brasileiras, incluindo a questão da concessão da cidadania estrangeira, que deverá ser exigência obrigatória para a atuação de organismos estrangeiros de adoção internacional no Brasil;
- Participação e aprovação na reunião de revisão da Convenção de Haia de 1993 sobre adoção internacional, ocorrida em setembro de 2005, na Holanda, de Resolução apresentada em conjunto pelo Brasil e países da América do Sul sobre concessão automática da cidadania do país de destino ao menor

adotado. O Brasil foi eleito para a Vice-presidência da Comissão;
- Aprovação, em Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, em junho de 2005 da resolução 08/2004 sobre uniformização de procedimentos em adoção internacional.
- Entre os procedimentos aprovados destaca-se a ordem de preferência para o processamento do pedido de adoção: a) Adoção Nacional; b) Adoção Internacional de países ratificantes da "Convenção de Haia Relativa a Proteção das Crianças e da Cooperação em Adoção Internacional"; e c) Adoção internacional de países não ratificantes da referida Convenção.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento/Liberação de Recursos – Os recursos orçamentários liberados para o programa foram insuficientes para a ação de "Capacitação de Técnicos em Processos de Adoção e Seqüestro Internacional de Crianças e Adolescentes" o que levou à redução do número previsto de técnicos a serem capacitados no seminário realizado em 2005. Além disso, o contingenciamento não permitiu a realização do seminário sobre o tema "Seqüestro Internacional de Crianças e Adolescentes" para juízes federais. Em relação ao fluxo dos recursos, a expectativa de sua liberação ao longo do ano não se concretizou. Assim, as ações foram redimensionadas, prejudicando a execução do programa. Restrições como estas afetam a possibilidade de obtenção de parcerias ou acordos de cooperação para a realização de ações.

Recursos Materias/Humanos – Os recursos materiais e humanos na equipe gerencial são insuficientes. A inexistência de técnicos em apoio administrativo sobrecarrega os servidores existentes. No tema seqüestro internacional, a parceria com a AGU é prioritária. Nesse sentido, há carência de um maior número de advogados da União atuando no tema de forma a possibilitar maior celeridade no ajuizamento de ações na justiça federal e melhor acompanhamento dos casos de seqüestro que tramitam nos Estados.

Outros Aspectos Relevantes

Valor da ação GAP – A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" representou 32% dos empenhos liquidados do programa; este montante está relacionado principalmente à realização da reunião anual do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, que representa atribuição permanente da Autoridade Central Administrativa Federal. Além disso, esse valor compreende despesas como: passagens, diárias e a participação de dois representantes da Secretaria de Direitos Humanos na reunião de revisão da Convenção de Haia, ocorrida de 17 a 23 de setembro de 2005, na cidade de Haia, Holanda.

Boas Práticas – Foi desenvolvido um sistema padronizado de recebimento, análise e processamento dos casos de seqüestro e adoção que permite o trâmite rápido dos casos. Casos de seqüestro de menores levados para outros países podem ser analisados e encaminhados para autoridades centrais estrangeiras em até 48 horas. Foram criados controles de casos de adoção e seqüestro, mediante tabelas de acompanhamento que permitem visualizar o andamento dos casos sem consulta aos processos e estabelecidos mecanismos mais rápidos de comunicação com autoridades centrais estrangeiras. Formulários de casos de seqüestro são enviados

a requerentes pela Internet e a legalização de documentos foi dispensada entre autoridades centrais, desde que possuam carimbo do respectivo órgão.

Recomendações

- Rever meta física da ação "Capacitação de Técnicos em Processos de Adoção e Seqüestro Internacional de Crianças e Adolescentes", em função das execuções físicas alcançadas em 2004 e 2005.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Brasil Quilombola
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados R$ 14,8 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 20.223.844,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 14.830.306,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 20.223.844,00	**Total realizado:**	R$ 14.830.306,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 500 mil inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 184 mil.

Principais Resultados

- Realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR), que mobilizou aproximadamente 100 mil pessoas nos diferentes Estados da Federação e no Distrito Federal. O resultado foi a orientação geral para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, legitimado pelo controle social e pela legitimidade democrática.
- "Política para remanescentes de quilombos": a superação da meta fixada em 2005 para o programa "Luz Para Todos", do Ministério das Minas e Energia (MME), que previa o atendimento a 151 comunidades quilombolas, sendo que o programa atendeu 25 comunidades a mais, perfazendo o total de 176 comunidades, beneficiando diretamente 5.476 famílias; destaca-se ainda a entrega de 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias nas comunidades do Território Kalunga, em Goiás, números que se somam às 325 residências e 1 mil unidades sanitárias em construção sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde (MS).
- "Desenvolvimento, trabalho e geração de renda": qualificação de 4.035 negros, por meio dos Consórcios Sociais da Juventude, representando aproximadamente um quarto do total de jovens atendidos. Os jovens têm aulas de ética, cidadania e meio ambiente, inclusão digital, noções de empreendedorismo e apoio à elevação da escolaridade, além de freqüentarem uma oficina de capacitação profissional. Têm direito ao recebimento de uma bolsa de R$ 150 por mês e, em contrapartida, prestam serviços comunitários. São fixadas, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, metas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, ao fim do curso.

[1] A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- "Educação e cidadania": o programa "Universidade para Todos (PROUNI)" beneficiou diretamente 38.413 negros no universo de 112.275 mil alunos atendidos, perfazendo um total aproximado de 30%, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior.
- "Saúde e qualidade de vida": lançamento do Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias e o acréscimo de 50% nos recursos do Programa de Saúde Família para Municípios com comunidades quilombolas em suas circunscrições.
- "Segurança pública e ordenamento jurídico": conclusão da primeira fase do Projeto Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial, cujo objetivo é a revisão geral do ordenamento jurídico para igualdade racial, destacando as fragilidades do sistema que permitem a aplicação discriminatória da lei pelos operadores de direito.
- "Políticas de relações internacionais": criação do Grupo Especial da Organização dos Estados Americanos para a Elaboração do Projeto de Convenção Interamericana de Combate à Discriminação, liderado pelo Brasil em reconhecimento ao esforço do Estado brasileiro em pautar o tema naquela Organização.

Aspectos Relevantes

As contribuições da sociedade civil organizada foram de grande importância para o avanço da questão da promoção da igualdade racial, o que ficou demonstrado na maciça participação da sociedade na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a qual iniciou o processo de construção do Plano Nacional de Igualdade Racial. Outros exemplos de grande participação social referem-se à questão de cotas nas universidades, ao Estatuto da Igualdade Racial em apreciação no Congresso Nacional, à saúde da população negra e ao emprego das domésticas, entre outros.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SEPPIR para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Baixa institucionalização da política de promoção da igualdade racial – A principal dificuldade é a ausência de mecanismos institucionais permanentes para o desenvolvimento da política. Também é importante ressaltar que a ausência de indicadores gerais de mensuração da desigualdade racial e da exclusão da população negra e indígena também contribui para uma baixa institucionalização da política. A inclusão social e a sustentabilidade das políticas necessitam de aferição, com base em indicadores sólidos, a fim de corrigir eventuais distorções. Destaca-se ainda que não existem metas definidas para as políticas de ações afirmativas, embora sejam essencialmente temporárias, ligadas às metas a serem atingidas.

Falta de conhecimento da questão racial – Dificuldade persistente em função da falta de compreensão quanto ao significado das políticas de ações afirmativas pelos gestores nos diferentes níveis da Administração. O questionamento, muitas vezes, ainda se encontra no nível primário quanto à constitucionalidade ou não de tais medidas, mesmo sabendo-se que o Brasil reconheceu há quatro décadas a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas, cujo texto é inequívoco quanto à validade

das ações afirmativas como alternativas reparatórias e inclusivas dos segmentos historicamente prejudicados.

Insuficiência dos recursos materiais e inadequação da infra-estrutura – As instalações são insuficientes para a devida acomodação das equipes gerencial e executora do programa. Além disso, faltam mesas, arquivos, linhas de telefone e computadores e é preciso renovar alguns já bastante obsoletos.

Inadequação da quantidade e da qualificação dos recursos humanos – A estrutura de pessoal da SEPPIR ainda não está consolidada. É necessário, também, o desenvolvimento de competência, na área de atuação da SEPPIR, nos quadros da Administração Federal, pois faltam servidores qualificados e de carreira nas equipes executoras dos programas. Mais de 80% do quadro são compostos por consultores, que não apresentam o vínculo necessário com a Administração Pública e concentram muitas informações, prejudicando a continuidade dos trabalhos.

Recomendação

- Aperfeiçoar a articulação da gerência do programa "Brasil Quilombola" com a coordenação das ações sob a responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde, a fim de melhorar o monitoramento, a gestão e os resultados do programa.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Brasil Quilombola

Objetivo

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social, bem como a propriedade de suas terrass.

Público-Alvo

População de terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 28.619.104,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.852.141,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 9.852.141,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 76 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O índice apurado em 2005 atingiu a marca de 76%. A meta, de 6,7% para o final do PPA, foi estimada de forma equivocada, pois na época da elaboração do programa não havia um levantamento adequado de comunidades existentes e, portanto, um planejamento compatível com o problema existente na sociedade. Dessa forma, o indicador tem de ser revisto urgentemente e deve ser atualizado com freqüência, uma vez que o número de comunidades quilombolas identificadas amplia-se com o passar do tempo. Atualmente, 2.454 comunidades já foram identificadas no país, de modo que 1.863 foram alvo de algum tipo de ação do PBQ ou de ações pertencentes a outros programas, mas que são prioritárias para a SEPPIR. Este indicador reflete apenas o efeito de algumas ações do programa como :"Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos", "Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas" e "Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos". Assim, outros indicadores devem ser criados, uma vez que o índice apurado, em 2005, para o único indicador existente não revela adequadamente a abrangência e o escopo do programa.

Contextualização

As comunidades remanescentes de quilombos, por sua história e relação com a sociedade brasileira, merecem uma atenção especial por parte do poder público, pois representam setores esquecidos e marginalizados pelo processo de desenvolvimento que o país vem experimentando nas últimas décadas. Várias comunidades ainda se encontram em situação idêntica à de um século atrás: estão privadas de energia elétrica, de saneamento básico e das condições elementares de uma vida digna. Essas condições inscrevem as comunidades quilombolas no rol das populações mais carentes e necessitadas de urgentes medidas para a promoção de sua inclusão social, já que são carentes de políticas públicas que as respeitem e façam valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social, voltadas para os remanescentes de quilombos, devem consistir em ações que os preparem para uma condição econômica e social nova e auto-sustentável, para que essas comunidades possam caminhar por suas próprias forças, na medida de suas condições e potencialidades, a fim de garantir um novo espaço na sociedade brasileira. O programa Brasil Quilombola objetiva, portanto, reverter esse quadro e representa a primeira inclusão de políticas públicas específicas para comunidades quilombolas.

Principais resultados

- Regularização Fundiária de 2 comunidades quilombolas: Conceição do Macacoari, no Município de Macapá, no Amapá (AP), beneficiando 61 famílias e Olho d'Água dos Pires, no Município de Esperantina, no Piauí (PI), beneficiando 50 famílias. O processo de outras quatro comunidades, no Maranhão, encontra-se em fase final e a decisão foi publicada no Diário Oficial da União , em janeiro de 2006: Olho d'Água do Raposo, no Município de Caxias, beneficiando 58 famílias; Altamira, no Município de Pinheiro, em benefício de 60 famílias; São Sebastião dos Pretos, no Município de Bacabal, beneficiando 68 famílias; e Jamary dos Pretos, no Município de Turiaçu, beneficiando 157 famílias;
- Realização da oficina "Quilombos urbanos: políticas de inclusão social em territórios negros das cidades brasileiras", com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre quilombos urbanos e definir procedimentos que devem ser adotados pelos órgãos responsáveis, para assegurar às comunidades o desenvolvimento e a justiça social. A oficina contou com a participação de 150 gestores públicos municipais, estaduais e federais, além de representantes da sociedade civil, principalmente quilombolas;
- Aprovação do projeto "Circuito dos Terreiros", no bairro Engenho Velho da Federação, em Salvador, o qual destina recursos para melhorar a mobilidade de 13 comunidades de terreiros, por meio de reformas na malha urbana, tais como calçamento e arborização das vias públicas;
- Entrega de 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias nas comunidades do Território Kalunga, em Goiás (GO), além do início das obras de construção de 325 residências e 1 mil unidades sanitárias; entrega de 85 unidades habitacionais em 3 comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), viabilizadas com recursos do Programa de Subsídio à Habitação (PSH); e início das obras de construção de 257 unidades habitacionais nas comunidades de Alcântara, com recursos do PSH;
- Conclusão de projetos de instalação de energia em 176 comunidades,

beneficiando 5.476 famílias, sendo que mais 79 comunidades já iniciaram seus projetos, ao fim dos quais 688 famílias contarão com energia elétrica em suas residências;

- Lançamento de edital para outorga de cinco sinais de rádio, sendo quatro nas comunidades do território Kalunga e uma na comunidade de terreiro no Município de Guaíba (RS);
- Instalação de Telecentros, por meio do Programa Fome Zero- Inclusão Digital, do Banco do Brasil, contemplando cinco comunidades quilombolas e uma associação religiosa e cultural de matriz africana;
- Aumento do valor do repasse para a merenda escolar em 111 Municípios, nas escolas que possuam alunos quilombolas (de R$ 0,18 para R$ 0,34 por aluno quilombola), por meio do Programa Nacional de Alimentação Quilombola (Pnaq), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Celebração de 41 convênios (7 na Bahia, 1 no Ceará, 1 no Distrito Federal, 3 em Goiás, 9 no Maranhão, 3 em Minas Gerais, 3 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso, 5 no Pará, 2 na Paraíba, 3 em Pernambuco, 1 no Rio de Janeiro e 2 no Rio Grande do Sul), para a construção de escolas e o recebimento de equipamentos em 23 Municípios e capacitação de professores e recebimento de material didático em 35 Municípios. Em 2005, foi entregue uma escola com capacidade para atender a 120 crianças na comunidade Kalunga, no Município de Cavalcante, em Goiás (GO);
- Aumento em 50% do repasse do Programa Saúde da Família, por equipe trabalhando em comunidades quilombolas, para 55 Municípios. Vale salientar que o mesmo aconteceu com o número de Municípios que acessam os recursos do Programa Saúde Bucal;
- Realização de obra de abastecimento de água em 35 comunidades quilombolas e de melhorias sanitárias domiciliares em 15 comunidades. Além disso, já foram iniciadas obras de abastecimento de água em mais 84 comunidades e obras de melhorias sanitárias em outras 44 comunidades;
- Apoio a 10 projetos de geração de renda em comunidades quilombolas, por meio da montagem de estruturas produtivas, com recursos da Petrobrás (R$ 4 milhões) no Programa Fome Zero. A ação envolve mais de 1.850 famílias de sete Estados brasileiros. Os projetos para as comunidades de Mocambo (SE), Campinho da Independência (RJ), Ivaporanduva (SP), Barra do Brumado, Riacho das Pedras e Bananal (BA), Tapuio e Sumidouro (PI) já se encontram em fase de implementação;
- Capacitação e assistência técnica de 31 comunidades em 11 Municípios de 6 Estados (PA, MA, SP, GO, RJ, MG);
- Apoio à comercialização dos produtos fabricados pelos remanescentes de quilombos em 10 comunidades, de 9 Estados brasileiros, por meio do acompanhamento e da orientação de projetos para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- Realização de 18 convênios com associações da sociedade civil, nos Estados de RS, RO, PI, PE, PA, MG, MA, GO, DF e BA, para fomentar o desenvolvimento sustentável de quase 300 comunidades quilombolas;
- Ampliação significativa do cadastramento de comunidades quilombolas no Programa Bolsa Família, que inicialmente eram 194, somando-se a elas 156 comunidades do Município de Alcântara e 650 famílias do Vale do Gorutuba, em Minas Gerais. Da mesma forma, já foi iniciado o processo de cadastramento de outras 365 comunidades quilombolas no país, em

7 Estados (PA, MA, BA, MG, GO, RS e SC), atingindo 31.457 famílias e 160.451 pessoas;

- Distribuição de alimentos para 24.909 famílias de comunidades remanescentes de quilombos e 15.850 famílias de comunidades de terreiros;
- Realização do "I Mutirão do Documento na Comunidade André Lopes", beneficiando as comunidades quilombolas dos Municípios de Iporanga e Eldorado, no Vale do Ribeira, em São Paulo, com 80 atendimentos; na região de Oriximiná, no Pará, o mutirão realizou cerca de 1,8 mil atendimentos para as comunidades quilombolas desse território; implantação do Balcão de Direitos no Estado da Paraíba, que atende a Capital e as comunidades rurais do interior, inclusive comunidades quilombolas, aldeias indígenas, comunidades de pescadores e população ribeirinha, e na comunidade quilombola de Gorutuba, no norte de Minas Gerais, cujo foco é o atendimento e a mediação dos conflitos, com previsão de duração de um ano;
- Emissão de documentos para mais de 14.000 trabalhadoras de 64 comunidades, em 9 Estados brasileiros, por meio do Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Capacitação de 2.694 agentes representativos das Comunidades Remanescentes de Quilombos, com o intuito de dotá-los de instrumentos adequados para acompanhar e cobrar ações dos entes públicos e das organizações não-governamentais, por meio de 3 convênios com associações da sociedade civil, distribuídas nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco e no Distrito Federal.
- Realização do "1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Local e Inclusão Social", com a capacitação de 150 quilombolas de 23 Estados inseridos em ações afins à temática do evento, tais como economia solidária, elaboração de projetos, acesso a políticas públicas, entre outras questões relevantes. A partir dessa capacitação, espera-se que os representantes quilombolas obtenham uma visão geral das políticas do governo federal e monitorem tais políticas a partir de suas comunidades;
- Constituição de Comitês Estaduais do Programa Brasil Quilombola nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá, com a participação de órgãos dos governos federal e estaduais e de prefeituras municipais. O objetivo é garantir o controle social sobre a política e o investimento dos recursos do programa;
- Organização de Coordenações Estaduais Quilombolas no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, São Paulo e Sergipe; e
- Assinatura de um Acordo de Cooperação por todos os componentes do Grupo Executivo Interministerial (GEI do PBQ), para lançamento das ações que estão sendo implementadas em Alcântara, no Maranhão, com prioridade para o processo de regularização que garantirá terra para 150 comunidades daquele Município; o GEI já se extinguiu e as ações encontram-se em curso, por meio de um Comitê Executivo Nacional, nas áreas de infra-estrutura, desenvolvimento econômico, políticas sociais, direitos humanos, moradia e meio ambiente, além da própria regularização fundiária, envolvendo 17 órgãos federais e compondo um orçamento de R$ 27 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Mecanismos de monitoramento – As principais dificuldades de monitoramento

do programa foram: a grande concentração de informações pelos consultores contratados que, muitas vezes, negam-se a prestá-las com clareza, rapidez e exatidão; a falta de um banco de dados sistematizado; o baixo comprometimento do Ministério da Educação, que dificilmente informa sobre as ações de sua responsabilidade nas comunidades quilombolas. Em 2006, será implantado o SISPLAM, um sistema de monitoramento das ações da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Contingenciamento orçamentário – A não liberação integral do limite orçamentário, a exemplo do que ocorreu no exercício anterior, tem atrasado a consecução do planejamento da Secretaria como um todo.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes – A celebração de convênios é prejudicada pela inadimplência de Estados e Municípios.

Insuficiência dos recursos materiais e inadequação da infra-estrutura – As equipes gerencial e executora do Programa são afetadas pelos seguintes problemas: falta de espaço físico, mau aproveitamento do espaço atual; falta de mesas, arquivos, linhas de telefone e computadores, dos quais 40% não funcionam direito.

Inadequação da quantidade e da qualificação dos recursos humanos – Faltam servidores qualificados e de carreira na equipe executora. Mais de 80% do quadro são compostos por consultores, que não apresentam o vínculo necessário com a Administração Pública e concentram muitas informações, prejudicando a continuidade dos trabalhos. Nem todos os servidores são devidamente qualificados para a temática: há apenas 1 Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, responsável por todo o monitoramento e pela elaboração de todos os relatórios do PBQ. Os outros servidores têm formação variada e apenas 2 deles são antropólogos.

Outros Aspectos Relevantes

Articulação com órgãos governamentais – A parceria com a Subsecretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM), no que diz respeito ao monitoramento e à avaliação do programa, aponta constantemente para melhorias na articulação com os Ministérios da Educação e da Saúde. A pactuação e o monitoramento das ações, sob a responsabilidade desses órgãos, tem sido prejudicada em função da baixa articulação entre eles. A avaliação também aponta para a necessidade de concentrar esforços nas ações de regularização fundiária, pois os resultados alcançados em 2005 ficaram muito abaixo do esperado.

Recomendações

- Incluir os indicadores "Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos" e "Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas" e alterar o indicador existente para "Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável", pois ele não revela com transparência a abrangência do programa. É necessário também evidenciar as melhorias das condições de vida nas comunidades a partir da entrega de benefícios;

- Alterar o objetivo do programa para "Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes, a preservação de seu Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhe são destinadas"; e
- Aperfeiçoar a articulação da gerência do programa Brasil Quilombola com a coordenação das ações sob a responsabilidade dos Ministérios da Educação e da Saúde, a fim de melhorar o monitoramento, a gestão e os resultados do programa.

Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área de promoção da igualdade racial.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 13.597.503,00	Empenho Liquidado: R$ 10.158.092,00 Pago estatais: - Total: R$ 10.158.092,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

Os brasileiros afro-descendentes correspondem a 45% dos habitantes do Brasil, segundo dados do Censo de 2000. O quadro de desigualdades raciais predominante no país é bastante assustador, revelando o drama da marginalização econômica e da injustiça social que afeta os afro-descendentes. No Brasil, a pobreza tem cor, e essa cor é negra. Com efeito, em 2001, segundo estudos promovidos pelo IPEA, 47% da população negra era pobre; esse percentual caía para menos da metade (22%), quando se tratava da população branca. Além disso, observa-se que os afro-brasileiros têm mais chances de ficar desempregados e, no geral, costumam ganhar o equivalente à metade dos rendimentos obtidos pelos brancos. Outrossim, a maior parte trabalha no setor informal, isto é, não têm assegurados seus direitos trabalhistas. Em média, os jovens e adultos negros têm dois anos a menos de estudo do que os jovens e adultos brancos.

Essas desigualdades são resultado não somente da discriminação ocorrida no passado, mas também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Nesse sentido, o programa "Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial" busca coordenar a formulação e o planejamento de políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial e ao combate da discriminação, fundamentadas no princípio da transversalidade.

Principais Resultados

- Realização da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, precedida por etapas preparatórias nas 27 Unidades da Federação. Este processo mobilizou cerca de 90 mil pessoas e reuniu, em Brasília, aproximadamente 2.500 delegados e observadores. O Relatório Final da Conferência embasou a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de apresentar o documento-base para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ser lançado em 2006;
- Qualificação de 4.035 negros, por meio dos Consórcios Sociais da Juventude, representando 50,24% dos beneficiados;
- Atendimento de 88 mil negros e indígenas pelo Plano Nacional de Qualificação, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- Capacitação de gestores públicos por meio do programa "Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE)", nas localidades do ABC Paulista, em São Paulo, na Meso-Região do Vale do Jequitinhonha e em Salvador, além de gestores dos Ministérios da Previdência Social, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Secretaria Especial de Direitos Humanos;
- Instituição da Campanha da Diversidade, com o objetivo de sensibilizar as empresas privadas a respeito do tema;
- Inserção da atenção à saúde da população negra no Plano Nacional de Saúde;
- Inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal;
- Lançamento do Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias;
- Criação do Comitê Técnico da Saúde da População Negra no Ministério da Saúde;
- Inserção da ação "Atenção à Saúde da População Negra" no Plano Plurianual (PPA), sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, com recursos da ordem de R$ 2 milhões no orçamento de 2006, para a criação dos Comitês Técnicos Estaduais;
- Lançamento do Programa Nacional de Combate ao Racismo Institucional no SUS;
- Lançamento de uma campanha nacional de luta contra a Aids, focada no combate ao racismo;
- Concessão de bolsas de Iniciação Científica para pesquisas sobre Aids e Saúde da População Negra a estudantes cotistas negros em 11 universidades públicas, por meio do Projeto Afroatitude;
- Implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, beneficiando cerca de 112.275 alunos, dos quais 38.413 são negros, no ano de 2005;
- Processo de capacitação e distribuição de "kits" educativos em 2.000 escolas de 6 Estados, por meio do projeto A Cor da Cultura, ao custo de R$ 5,6 milhões, em parceria com a Petrobrás, o Canal Futura, o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan) e a Rede Globo;
- Encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 73/1999, que estabelece reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades públicas;

- Implementação de programas de ações afirmativas, adotando cotas para negros e indígenas em 8 universidades federais;
- Mudança de critérios do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) – acréscimo de 20% no índice de classificação para candidatos negros, estimulando o acesso de cerca de 36 mil afro-descendentes a cursos superiores não gratuitos, por meio de concessão de crédito educativo;
- Desenvolvimento de projetos para a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade de inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo da rede de ensino, por instituições públicas de ensino superior, por meio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neafros), com aporte de R$ 2,5 milhões;
- Censo Escolar "Mostre sua Raça, Declare sua Cor", realizado pela primeira vez com recorte racial, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), em março de 2005;
- Revisão do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborada com a participação de um grupo de educadores negros especializados na temática racial e que têm representação política e acadêmica em universidades, ONGs e instituições sociais de todo o país;
- Produção de cinco séries de audiovisuais, com 56 programas/ano exibidos pela Rede Globo e pelo Canal Futura, por meio do Projeto A Cor da Cultura;
- Inserção das representações das religiões de matriz africana na Comissão Permanente de Segurança Nutricional e Alimentar da população negra do CONSEA;
- 15.850 famílias de comunidades de terreiro beneficiadas pela entrega de alimentos;
- Criação do Fórum de Comunicadores Negros, envolvendo cerca de 30 profissionais de veículos impressos, rádio, TV e internet; e
- Implementação do Plano Setorial de Qualificação - Trabalho Doméstico Cidadão.

Outros Aspectos Relevantes

Parcerias – Os parceiros não-governamentais, em virtude da capilaridade de sua ramificação no País, são muito importantes na implementação de políticas e conscientização da população acerca da questão da desigualdade racial. As parcerias foram realizadas mediante a celebração de diversos convênios e o apoio de entidades e empresas a projetos, principalmente nas áreas de emprego, educação, cultura, comunicação social e informação.

Participação Social – As contribuições da sociedade civil organizada foram de grande importância para o avanço da promoção da igualdade racial, o que ficou demonstrado na maciça participação da sociedade na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a qual iniciou o processo de construção do Plano Nacional de Igualdade Racial. Outros exemplos de grande participação social referem-se à questão de cotas nas universidades, ao Estatuto da Igualdade Racial em apreciação no Congresso Nacional, à melhoria da saúde da população negra, ao maior número de empregos dado a domésticas negras, entre outros.

Recomendações

- Incluir a ação não-orçamentária "Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial", com a finalidade de monitorar a implementação das ações e o cumprimento das metas pactuadas com outros órgãos governamentais, no âmbito do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), elaborado a partir das diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com foco nas seguintes áreas: saúde; educação; crescimento econômico, PIB e exportação; assistência social e transferência de renda; habitabilidade; promoção da igualdade racial – democracia e cidadania; sistema de gestão do PNPIR; comunidades remanescentes de quilombo; povos indígenas; e população cigana.



Secretaria Especial de Política para as Mulheres

Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

Sumário Executivo

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados R$ 19,2 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 24.554.087,00	**Realizado orçamentário[1]:**	R$ 19.225.875,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	**Realizado não orçamentário:**	-
Total previsto:	R$ 24.554.087,00	**Total realizado:**	R$ 19.225.875,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R$ 1,4 milhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R$ 994,7 mil.

Principais Resultados

- A atuação está centrada na implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que engloba duas dimensões: a primeira visa a articular e monitorar a implementação das 199 ações do PNPM, objetivando a transversalidade dos programas e ações; a segunda implica num processo político de pactuação, que já foi efetuada com 4 governos estaduais e 96 prefeituras municipais desde março de 2005, abrangendo as cinco regiões brasileiras. O conjunto dessas duas dimensões tem em vista a consecução dos objetivos expressos nos cinco eixos temáticos do referido Plano, que emanaram da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres:
    a. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania.
    b. Educação inclusiva e não sexista.
    c. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.
    d. Enfrentamento à violência contra as mulheres.
    e. Gestão e monitoramento do Plano.
- No que diz respeito ao enfrentamento da violência contra as mulheres, os esforços se dirigiram para a implantação, a manutenção e/ou o reaparelhamento de 46 Centros de Referência, 7 Defensorias públicas especializadas e 4 Casas Abrigo, por meio de projetos apresentados por instituições públicas e privadas, com destaque para o lançamento da Central de Atendimento à Mulher - LIGUE 180. Além disso, foram capacitados 4,1 mil profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Na área do trabalho, houve a capacitação de mais de 2 mil mulheres para os setores produtivos em todas regiões do país, de modo a incentivar a

sua autonomia econômica. Destaca-se ainda a cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Banco do Nordeste, destinada à promoção de ações de documentação civil para mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo de ampliar o acesso desse segmento ao crédito rural. Foi lançado também o programa Pró-Eqüidade de Gênero, que tem por objetivo distinguir com o Selo Pró-Eqüidade de Gênero as empresas que adotam práticas de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Em 2005, o programa recebeu a adesão de 13 grandes empresas dos setores financeiro, da energia elétrica, do petróleo.

- Elaboração por uma Comissão Tripartite composta por representantes dos poderes executivo e legislativo e da sociedade civil e encaminhamento ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, de proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez.
- Expansão e fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios. Em 2003, havia somente 13 organismos dos executivos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Já em dezembro de 2005, o número desses mecanismos aumentou para 104. Para isso, tem sido estimulada e apoiada a criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres nas administrações municipais e estaduais sob a forma de secretarias ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do(a) governador(a) ou prefeito(a).

Aspectos Relevantes

A maior parte das ações executadas por meio da celebração de convênios têm seu desempenho físico monitorado por visitas in loco de representantes da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Em 2005, foi instituída uma sistemática de acompanhamento dos projetos apoiados, que prevê critérios de seleção e questões a serem avaliadas. Esta sistemática ainda está em aprimoramento, mas constitui uma primeira iniciativa de monitoramento e fiscalização da execução dos convênios firmados.

Cabe destacar a parceria do programa com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, a qual está possibilitando a ampliação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Entre 2003 e 2005, foram criadas 15 novas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) e 4 setores de atendimento especializados em delegacias comuns, serviços subordinados aos sistemas de segurança pública estaduais, nos Estados da BA, do PR, do RS, de GO, do TO e do MS.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SPM para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que a maioria delas é realizada por meio da celebração de convênios. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta a tempo de habilitar-se para a celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, do monitoramento e da avaliação da execução, deve realizar a mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor o seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que ainda não foram atendidas.

Falta de uma cultura de planejamento pautado pela dimensão de gênero – Permanece a pouca sensibilidade dos gestores públicos com relação à perspectiva de gênero no planejamento e implementação das políticas públicas. Deve-se considerar, também, o fato de a SPM ser um órgão novo, com uma estrutura pequena. Outro ponto relevante é a insuficiência de recursos orçamentários para a implementação de ações demonstrativas visando a sensibilizar os diferentes setores da administração pública.

Recomendações

- Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração da participação das mulheres no microcrédito concedido por instituições parceiras, a fim de viabilizar a apuração do indicador existente no programa "Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho".

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas

Objetivo

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas na área de igualdade de gênero.

Público-Alvo

Governo.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos) R$ 5.155.209,00	Empenho Liquidado: R$ 3.275.272,00 Pago estatais: - Total: R$ 3.275.272,00
Previsto não orçamentário -	**Realizado não orçamentário** -

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

Contextualização

O Programa "Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas" destina-se a subsidiar a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no que se refere às suas competências, como: assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção da igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação. Nesse sentido, destacam-se o incentivo à implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004, e o monitoramento de suas ações nos diversos órgãos governamentais, bem como o apoio a organismos de promoção dos direitos da mulher, o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro e a promoção de eventos relacionados com políticas para as mulheres.

Principais Resultados

- Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em dezembro de 2004. Ao longo de todo o ano de 2005, com vistas a incentivar a implementação do Plano, bem como realizar o monitoramento de suas ações, a SPM coordenou o trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, o qual é integrado por representantes de onze ministérios e secretarias, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e da SPM. O Comitê definiu os parâmetros de monitoramento e avaliação do PNPM e levantou as principais realizações do Plano em 2005, que compõem o primeiro Relatório Anual.
- Pactuação do PNPM com 4 governos estaduais e 96 prefeituras municipais de 16 Estados, abrangendo as cinco grandes regiões brasileiras. Este processo foi iniciado em março de 2005 e consiste na assinatura de um compromisso entre os governos estaduais e municipais e a SPM.
- Expansão e fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios. Em 2003, haviam somente 13 organismos de políticas para as mulheres nos executivos estaduais e municipais Já em dezembro de 2005, o número desses mecanismos aumentou para 104. Para isso, tem sido estimulada e apoiada a criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres nas administrações municipais e estaduais sob a forma de secretarias ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do(a) governador(a) ou prefeito(a).
- Criação do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem se reunido regularmente em nível nacional e em encontros regionalizados, como forma de facilitar o fortalecimento da institucionalidade de gênero e consolidação das políticas para as mulheres em nosso país. Destaca-se a realização de quatro Fóruns Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres (do Nordeste, em Salvador/BA; do Sudeste, em Osasco/SP; do Sul, em Porto Alegre/ RS; e do Centro-Oeste e Norte, em Campo Grande/ MS) e dois nacionais.
- Lançamento do programa "Mulher e Ciência", que tem o objetivo de estimular a produção científica e reflexão acerca das relações de gênero no país e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Este programa é constituído por três iniciativas paralelas, quais sejam: (1) Edital de pesquisas sobre relações de gênero, mulheres e feminismos; (2) 1º Prêmio "Construindo a Igualdade de Gênero", destinado a alunas e alunos do Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação; (3) Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências.
- Realização do Curso de Formação de Profissionais da Educação em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, desenvolvido em colaboração com o Ministério da Educação (MEC), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Conselho Britânico. O objetivo é capacitar professores das redes estaduais e municipais de ensino nas temáticas de gênero, raça e orientação sexual. O primeiro seminário de introdução ao curso foi realizado em 30 de novembro. No primeiro semestre de 2006, serão capacitados professores da rede pública de cinco Municípios representativos da diversidade regional, como ação piloto.
- Encaminhamento ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, de proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção

voluntária da gravidez, elaborada por uma Comissão Tripartite composta por representantes dos poderes executivo e legislativo e da sociedade civil.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que as principais ações, como o apoio a organismos dos direitos da mulher e a promoção de eventos de políticas para as mulheres, são realizadas por meio da celebração de convênios. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

Outros Aspectos Relevantes

Não há.

Recomendações

Não há recomendações.

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Objetivo

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres, com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

Público-Alvo

Mulheres com idade a partir de 16 anos, inseridas na População Economicamente Ativa (PEA).

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 3.183.872,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 2.568.142,00 - R$ 2.568.142,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Participação das mulheres no total de microcrédito concedido

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador foi alterado na revisão de 2005 para "Participação das mulheres no total de microcrédito concedido pelas instituições parceiras", pois é possível apenas a mensuração do microcrédito concedido às mulheres pelas instituições parceiras da SPM. Portanto, o novo indicador poderá ser apurado apenas a partir de 2006, pois as parcerias com instituições financeiras ainda estão sendo firmadas. Entretanto, cabe ressaltar que este indicador não atende à amplitude do programa, visto que este contempla outras dimensões importantes, como a capacitação para o trabalho e o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres.

Contextualização

As mulheres no Brasil sofrem discriminações no mundo do trabalho, tanto em termos de acesso aos serviços públicos quanto de acesso à terra, documentação, formação profissional, habitação e ao crédito. As desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, independentemente da classe social. Comparando-se os rendimentos médios mensais das pessoas ocupadas em 2003, cabem às mulheres

83% dos rendimentos auferidos pelos homens, sendo que a desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos. Com vistas a melhorar esse quadro, o programa tem como objetivo desenvolver ações orientadas para a promoção da eqüidade e o combate a todas as formas de discriminação de gênero no mundo do trabalho, como: a conscientização e a sensibilização de empregadores e estímulo às práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das empresas; o incentivo ao acesso das mulheres a linhas de microcrédito urbano; o apoio a projetos de capacitação e incentivo à autonomia econômica das mulheres.

Principais Resultados

- Apoio a 23 projetos de capacitação de mulheres para o trabalho nos setores produtivos rural e urbano e de incentivo à autonomia econômica das mulheres, totalizando mais de 2.000 mulheres capacitadas em todo o país e o apoio a projetos de geração de renda em 8 Estados das 5 Grandes Regiões do país.
- Lançamento, em setembro de 2005, do Programa Pró-Eqüidade de Gênero, que tem por objetivo distinguir, com o Selo Pró-Eqüidade de Gênero, as empresas que adotarem práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Neste primeiro ano, participaram as empresas públicas. Em 2005, o Programa recebeu a adesão de 13 grandes empresas dos setores financeiro, de energia elétrica e petróleo, entre outros, representando mais de 10% do total de empresas estatais.
- Capacitação de 260 agentes de crédito em 10 Estados brasileiros, por meio de convênio com o Banco da Mulher do Brasil, que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, de forma a melhorar o atendimento às mulheres moradoras de regiões urbanas e ampliar o seu acesso ao microcrédito para o financiamento de projetos produtivos. Foi assinado também Protocolo de Cooperação com o Banco Popular do Brasil, com o objetivo de aumentar o microcrédito para as mulheres.
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Banco do Nordeste do Brasil, destinado à promoção de ações de documentação civil para mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo, entre outros, de ampliar o acesso desse segmento ao crédito rural.
- Renovação do Acordo de Cooperação Técnica com o SEBRAE e a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, com a finalidade de desenvolver projetos que contribuam para a promoção da autonomia das mulheres por meio da capacitação para o trabalho e da geração de emprego e renda.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que as principais ações, como o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres e a capacitação de mulheres para a equidade no mundo do trabalho, são realizadas por meio da celebração de convênios.. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes

não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

Outros Aspectos Relevantes

Parcerias – Destaca-se que a parceria estabelecida com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e outros órgãos centrais do governo, constitui um dos instrumentos de apoio da SPM, na implementação de suas ações prioritárias e na definição de prioridades, papéis e atribuições no processo de construção e promoção da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

Recomendações

- Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração da participação das mulheres no microcrédito concedido por instituições parceiras, a fim de viabilizar a apuração do indicador existente.
- Na ação não-orçamentária 900D – "Certificação de Empresas e Instituições voltadas para a Equidade de Gênero", alterar o título para "Incentivo à Eqüidade de Gênero nas Empresas – Pró-Equidade de Gênero"; o produto para "selo outorgado"; a descrição para "Desenvolver novas concepções e práticas na gestão de pessoas e na cultura organizacional das empresas, para alcançar a eqüidade de gênero no mundo do trabalho"; e o detalhamento da implementação para "Assessoramento técnico no desenho e na implementação das ações e projetos das empresas, bem como a avaliação das empresas, ao final de um ano, a partir da assinatura do Termo de Compromisso, quanto ao cumprimento do plano de ação acordado, para a obtenção do Selo Pró-Eqüidade de Gênero".

Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

Objetivo

Prevenir e combater, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violências simbólicas) e prestar atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

Público-Alvo

Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situações de violência

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 10.135.098,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.914.192,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 8.914.192,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Grau de Evolução do Atendimento Prestado pela Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
O indicador foi excluído na revisão de 2005, em função da impossibilidade de mensuração. Ainda não foi implantada uma sistemática para que os dados do atendimento prestado na rede sejam compilados, uniformizados e trabalhados. A iniciativa de normatizar os serviços constitui um primeiro passo nesta direção. Entretanto, como é fundamental que o programa tenha um indicador que retrate a presença das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres – DEAM nos Municípios brasileiros, foi incluído o indicador "Evolução do Número de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres".

2. Grau de evolução dos registros em Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
Devido à necessidade de aprimoramento deste indicador, ele foi substituído, na revisão de 2005, pelo indicador "Média Anual de Ocorrências de Delito Registradas por Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres", o qual mede o número de ocorrências de delito registradas em relação ao número de DEAMs no ano.

Contextualização

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001 pela Fundação Perseu Abramo em todo o território nacional declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada quinze segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. A política nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres compreende as dimensões da prevenção, do atendimento, do enfrentamento da violência contra a mulher e do combate à impunidade dos agressores. As ações previstas na política estão voltadas para: a ampliação e o aperfeiçoamento da rede de atendimento; a revisão e a implementação da legislação nacional e a aplicação dos tratados internacionais; a promoção de ações educativas e culturais com enfoque na prevenção; a atenção à saúde das mulheres em situação de violência; a produção de dados e informações sobre a questão; a capacitação dos profissionais dos diferentes setores relativos ao tema; e a garantia do acesso à justiça.

Principais Resultados

- Lançamento da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, com seu funcionamento integrado à Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, destinando-se a receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. O número disponibilizado (180), considerado de utilidade pública, permitirá ligações de qualquer ponto do território nacional, 24 horas por dia e durante toda a semana. Na primeira etapa, em fase experimental de 90 dias de duração, que contou com o apoio e a infra-estrutura do Ministério da Saúde, o atendimento foi das 7h às 18h40, de segunda a sexta. A Central de Atendimento é também um importante instrumento para melhorar o conhecimento sobre os números da violência contra as mulheres, possibilitando, com isto, o aperfeiçoamento da política de enfrentamento e prevenção da violência e da aplicação de recursos públicos;
- Elaboração de proposta de norma técnica para qualificar o funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs). Em 2005, foi realizado o 2º Encontro Nacional de Delegadas, que aprovou a proposta elaborada pela SPM, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça, reunindo especialistas de universidades e organizações não-governamentais na área de violência de gênero e representantes das delegadas;
- Capacitação de 4.100 profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Apoio a serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência: implantação, manutenção e/ou reaparelhamento de 46 Centros de Referência, 7 Defensorias públicas especializadas e 4 Casas-Abrigo, por meio de projetos apresentados por instituições públicas e privadas;

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que a maioria das ações é realizada por meio da celebração de convênios. Há atrasos e necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

Outros Aspectos Relevantes

Participação Social – O programa possui mecanismos que promovem a participação social, tais como a Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, inclusive de orientação às mulheres em situação de violência, além de reuniões nas localidades para apoio técnico e incentivo à formação das redes de atendimento à mulher. Estas reuniões envolvem os mais diferentes parceiros, como poder público local, representantes do Judiciário, dos serviços de atendimento existentes e dos grupos de mulheres.

Parcerias – Cabe destacar ainda a parceria do programa com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, a qual está possibilitando a ampliação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Entre 2003 e 2005, foram criadas 15 novas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM e 4 setores de atendimento especializados, em delegacias comuns, serviços subordinados aos sistemas de segurança pública estaduais, nos estados da BA, PR, RS, GO, TO e MS.

Monitoramento - A maior parte das ações executadas por meio da celebração de convênios têm seu desempenho físico monitorado por visitas in loco de representantes da SPM. Em 2005, foi instituída uma sistemática de acompanhamento dos projetos apoiados, que prevê critérios de seleção e questões a serem avaliadas. Esta sistemática ainda está em aprimoramento, mas constitui uma primeira iniciativa de monitoramento e fiscalização da execução dos convênios firmados.

Recomendações

- Na ação 0911 – "Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência", alterar o título para "Serviços Especializados

no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência"; a descrição para "Apoio técnico e financeiro (construção, reforma, reaparelhamento e/ou manutenção) a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: centros de referências, casas-abrigo, Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Institutos Médicos Legais, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, entre outros"; o produto para "Unidade de atendimento disponibilizada"; o tipo de ação para "Atividade". Esta alteração visa a melhorar o desenho da ação, informando os tipos de serviços que são apoiados, inclusive a Central de Atendimento – Ligue 180 que foi criada em novembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.714, de 13/08/2003;

- Alterar o detalhamento da ação não-orçamentária 900M – "Incentivo à Formação e ao Fortalecimento das Redes de Cidadania" para "Parcerias com Estados e Municípios, promoção de reuniões e eventos de sensibilização e capacitação, produção de material educativo, elaboração de modelos de formulários para o atendimento das mulheres, encaminhamento e acompanhamento das mulheres atendidas".



Poderes Legislativo e Judiciário, TCU e Ministério Público da União

Câmara dos Deputados
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados
Justiça do Trabalho
Prestação Jurisdicional Trabalhista
Superior Tribunal de Justiça
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça
Tribunal de Contas da União
Controle Externo

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Objetivo

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 2.015.941.471,00	Empenho Liquidado: R$ 1.832.884.892,00 Pago estatais: - Total: R$ 1.832.884.892,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

Este programa não possui indicadores.

Contextualização

A Câmara dos Deputados é a Casa onde se inicia o trâmite da maioria das proposições legislativas. Por ser o Órgão de representação mais imediata do povo, exerce atividades que viabilizam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras, sem descuidar do correto emprego, pelos Poderes da União, dos recursos arrecadados da população, como o pagamento de tributos, o que proporciona o cumprimento do papel do Poder Legislativo que desempenha três funções primordiais para a consolidação da democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Deste modo, o programa Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados visa a desenvolver ações que possibilitam atender a demanda da sociedade no que concerne à apreciação de proposições de legislação em geral, à apuração de dados determinados, ao exercício da fiscalização e controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público e ao desempenho das demais prerrogativas constitucionais, legais e regimentais do Órgão e de seus membros.

Principais Resultados

- Dentre os principais resultados encontram-se as matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados em 2005. Merecem destaque no cenário social e político: a Lei da Biossegurança; a nova Lei de Falências; as modificações e ajustes no Programa Universidade para Todos (ProUni); a alteração do Código Tributário Nacional; a Lei da Moradia Popular.
- Foram aprovadas Emendas Constitucionais, 3 Leis Complementares, 176 Leis Ordinárias, 1.131 Decretos Legislativos, 23 Decretos Legislativos do Congresso Nacional e uma resolução do Congresso Nacional.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Apesar da dificuldade em avaliar o desempenho do programa, acredita-se que as matérias aprovadas, os debates e discussões promovidos, além da fiscalização exercida pela Câmara dos Deputados, principalmente por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito, atenderam as expectativas da sociedade no tocante ao papel da Casa. Os produtos do programa são ofertados diretamente à sociedade, ainda que nem sempre disponíveis para aferição, como por exemplo, os que resultam das funções legiferante, fiscalizadora da atuação estatal, apuradora de fatos e debatedora de temas de interesse público.

A carência de recursos, as regras determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e os ditames da boa técnica de administração das contas públicas levaram o Congresso Nacional a alterar o valor da programação orçamentária, relativamente ao valor definido no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2005, objetivando tornar a proposta mais próxima aos anseios da sociedade. Diante disso, durante o exercício financeiro de 2005, foram abertos créditos adicionais para recompor os recursos necessários.

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto, com exceção dos projetos, que foram contingenciados em função da necessidade de atingir o superávit fiscal programado pelo Governo e sofreram problemas relativos a morosidade dos procedimentos licitatórios. Desde o advento da LC 101/2000 (LRF), a qual estabeleceu em seu art. 9º a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, caso a realização da receita não seja capaz de suportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o contingenciamento orçamentário tem sido praticado. Tal procedimento tem dificultado o cumprimento das metas traçadas pelo Órgão.

As dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA 2005 e suas alterações foram suficientes para viabilizar o cumprimento pleno das prerrogativas da Casa. Não houve dificuldade com relação à liberação de recursos para o fiel cumprimento das obrigações.

Outros Aspectos Relevantes

A sociedade apresenta diversos questionamentos à Câmara dos Deputados, seja por meio da Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou até mesmo diretamente. A participação da sociedade civil também pode ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos, de exposições e propostas

oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea a do inciso XII, art. 32, da Resolução nº 17/89 - Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Além disso, no âmbito da Casa foi constituída a Comissão de Legislação Participativa com a atribuição de receber sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, entre outras. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada. A participação social gera subsídio para que os parlamentares possam desempenhar melhor as atividades constitucionais e regimentais desta Casa.

O desempenho físico, no âmbito da gerência, por sua vez, é monitorado por meio da validação trimestral dos dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Como o programa "Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados" possui ações que envolvem diversas unidades administrativas da Casa, encontram-se dificuldades na obtenção dos valores executados.

Recomendações

- Promover a realização de estudos e análises a respeito da construção de indicador(es) para o programa, considerando que, no ano de 2004, existiam os indicadores: Taxa de Apreciação de Proposições e Tempo Médio de Tramitação de Projetos-de-Lei. Deve-se verificar a possibilidade de alinhamento com o Senado Federal, de forma a proporcionar um mecanismo de mensuração sobre a atuação do Poder Legislativo Brasileiro, inclusive com observância de referencias internacionais a respeito do assunto.

Prestação Jurisdicional Trabalhista

Objetivo

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)	
R$ 5.317.238.481,00	Empenho Liquidado: R$ 4.563.925.631,00 Pago estatais: - Total: R$ 4.563.925.631,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Processos Solucionados

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 78,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Não informado.

Contextualização

O Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista visa atender a demanda social mediante a conciliação e o julgamento de dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, que atinge 2,5 milhões de causas anualmente. Para isto, as ações compreendidas no programa têm por objetivo dotar o órgão de mecanismos que possibilitem a alocação de recursos para a modernização e ampliação da estrutura física, permitindo o funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas de segurança e acesso dos jurisdicionados nos mais distantes pontos do território nacional.

Principais Resultados

- Aumento em 3% do número de processos julgados em 2005 em comparação a 2004. A ação "Apreciação de Causas Trabalhistas na Justiça do Trabalho",

que visa a constante otimização e celeridade processual, se refletiu em 2005 no acréscimo do total de processos julgados, em relação ao exercício de 2004, proporcionando um serviço de qualidade aos jurisdicionados. Além disso, ressalta-se, também, a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, que observou com a reforma do Poder Judiciário (EMC 45/2004), as ações judiciais que decorrem da relação de emprego, como: acidente de trabalho, execução fiscal, entre outras.

- Modernização das Instalações da Justiça do Trabalho., por meio da manutenção, reforma e ampliação de diversos Edifícios-Sedes de Varas e Fóruns Trabalhistas; adaptação de diversos Varas do Trabalho, visando o acesso a portadores de mobilidade reduzida; melhoria da gestão e do atendimento á população, tendo como resultado o funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas e seguras; e padronização do mobiliário, atendendo ao princípios de ergonomia e racionalização dos espaços prediais.
- Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho., infra-estrutura de instalações físicas, programas e equipamentos, para atender à política de centralização do processamento e armazenamento de dados, comunicação e segurança, substituição e aquisição de novos equipamentos de informática.
- Conclusão da construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior do Trabalho (TRT) em Brasília, das novas Sedes de Tribunais Regionais do Trabalho, em Natal – RN e Cuiabá – MT, dos Edifícios-Sedes para Fóruns ou Varas Trabalhistas nos municípios de Varginha – MG, Paranaguá e Paranavaí – PR, Caxias – MA, Catolé do Rocha e Areia – PB e Conclusão da Recuperação da Sede do TRT da 1ª Região, Rio de Janeiro – RJ.
- Implantação de 208 novas Varas do Trabalho de acordo com a lei 10.770/2004. Com a antecipação prevista na LDO 2005 para implantação de todas as Varas, que deveriam ser instaladas até 2008 e do orçamento modesto destinado para esta ação, tanto para o provimento dos cargos e funções, quanto para aquisição de bens e contratação de serviços, a implementação da ação foi um sucesso, ampliando a aproximação do jurisdicionado com a Justiça do Trabalho. As 26 Varas do Trabalho restantes serão instaladas em 2006.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

A concepção do programa se apresenta adequada para atender à demanda que o originou. Em relação à execução orçamentária, os recursos disponibilizados foram considerados suficientes para 79% dos Tribunais Regionais e insuficientes para 21% dos Tribunais.

No que se refere à implementação do programa, as dificuldades encontradas pela maioria dos Tribunais são atribuídas ao contingenciamento orçamentário, ao atraso na liberação dos recursos, à demora entre a solicitação do crédito e a publicação por lei ou decreto – mesmo com o oferecimento de recursos – e às limitações impostas pela legislação em vigor no que diz respeito às licitações e à celebração de contratos, que comprometem parcialmente a eficácia do programa devido à dificuldade de planejamento e falta de tempo hábil para execução das ações, principalmente em projetos que dependem de liberação programada e contínua de recursos. Destaca-se o contingenciamento e, posteriormente, o processo licitatório que dificultou o

planejamento para liberação de financeiro da ação "Modernização das Instalações da Justiça do Trabalho", provocando atraso na execução do projeto, que teve inscrito em Restos a Pagar para 2006, 88% dos valores descentralizados.

Outro aspecto relevante refere-se à adequação dos recursos materiais e de infra-estrutura em relação às necessidades do programa, onde 50% dos TRTs consideram que os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do programa, 8% que os recursos materiais são insuficientes e a infra-estrutura adequada, 34% que os recursos materiais são suficientes e a infra-estrutura inadequada e 85% que os recursos materiais e infra-estrutura são inadequados.

Relativamente aos recursos humanos, 50% dos TRTs consideram a equipe qualificada, todavia, a quantidade se apresenta inadequada, 25% que a quantidade é adequada e a equipe é qualificada, 8% que a quantidade é adequada, mas a qualificação é insuficiente e 13% que a quantidade e a qualificação são insuficientes. Ressalta-se a necessidade de treinamento na área de planejamento e em relação ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para os coordenadores de ação, visando à celeridade e melhoria no tratamento das informações que irão compor o conjunto de ações da Justiça do Trabalho.

Outros Aspectos Relevantes

Quanto à cobertura do público-alvo, esta se manteve dentro do esperado. A implantação das novas Varas do Trabalho, criadas pela Lei 10.770/03, ampliou e facilitou o acesso dos cidadãos à Justiça Trabalhista, em Municípios pólos de desenvolvimento, que apresentam demanda trabalhista crescente. Encontra-se em desenvolvimento, na Justiça do Trabalho, mecanismo de avaliação quanto à satisfação do beneficiário.

No que se refere ao monitoramento do desempenho físico das ações compreendidas no âmbito do programa, ocorreu ao longo do ano de 2005, levantamento das metas da ação finalística do programa "Apreciação de Causas Trabalhistas", consolidado mensalmente, pela Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelos serviços de estatística dos TRTs e acompanhadas pela equipe da Gerência do Programa.

Durante o ano de 2005, a Gerência do Programa e os executores das ações mantiveram comunicação constante, através de contatos telefônicos e elaboração de manual de procedimentos, visando o melhor desempenho na execução das metas física e financeira.

A Ouvidoria da Justiça do Trabalho, que disponibiliza um canal de comunicação com a sociedade, promoveu a ampliação do alcance da prestação jurisdicional, pautando suas ações na defesa dos interesses do cidadão em prol do aperfeiçoamento dos serviços oferecidos por esta justiça especializada.

Recomendações

- Necessidade de treinamento na área de planejamento, para os coordenadores de ação, especialmente em relação à utilização do sistema SIGPlan.

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Objetivo

Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam emanentes à atividade judicante, elencada no artigo 105 da Constituição Federal.

Público-Alvo

Sociedade.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 477.847.812,00	Empenho Liquidado: Pago estatais: Total:	R$ 374.783.117,00 - R$ 374.783.117,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Processos Julgados

Unidade de medida: ercentagem
Último índice apurado: 67,89 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 67,20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
No ano de 2005, o Superior Tribunal de Justiça – STJ julgou todos os processos distribuídos no ano, além dos agravos, embargos e parte dos processos pendentes de anos anteriores. Houve também, uma diminuição significativa no número de processos pendentes acumulados em anos anteriores o que possibilitou que o indicador do programa – calculado pela relação percentual entre o total de processos julgados sobre o total de processos distribuídos mais total de processos pendentes mais o total de agravos e embargos – superasse o índice previsto para o final do PPA.

Dessa forma, mantendo-se a taxa de crescimento dos julgados que o Tribunal vem apresentando, espera-se para 2007 o alcance do índice estimado de 69%.

Contextualização

O Programa Prestação Jurisdicional no STJ visa atender a demanda social no que cabe ao Superior Tribunal de Justiça, especialmente pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão, zelando pela autoridade e uniformidade

interpretativa das normas infraconstitucionais, garantindo a todo cidadão o acesso efetivo aos serviços judiciais.

Principais Resultados

- Agilização do processamento dos julgados: Melhoria do processamento dos julgados, decorrente da adoção da dupla jornada de trabalho, da distribuição remota (em três vezes ao dia);
- Utilização integrada de dados judiciais: Desenvolvimento de sistema, pelo STJ, com "software livre", objetivando a troca de dados entre o STJ e outros órgãos do Judiciário;
- Autoridade Certificadora (AC – JUS) – Chancela Eletrônica: Objetiva estabelecer as regras de utilização/implementação/controle de certificados digitais no âmbito do Judiciário Federal.
- Criação da Ouvidoria-Geral: Participação efetiva da sociedade por meio da criação de um canal de comunicação com o Tribunal, gerando um indicador de satisfação do público alvo, que permite ao órgão reavaliar suas atividade, redirecionando-as quando necessário.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à execução orçamentária, em face da restrição relacionada ao contingenciamento orçamentário – que impossibilitou a total utilização da dotação orçamentária autorizada – algumas ações tiveram suas execuções físicas prejudicadas em decorrência da realocação dos recursos orçamentários para outras ações essenciais ao programa. Inserem-se neste caso, as ações de Construção de Estacionamento e Protocolo Externo, Implantação de Sistema de Uniformização e Padronização de Rotinas Processuais e Implantação de Certificação Digital.

Além disso, mediante a dotação disponibilizada, verificou-se que em algumas ações os recursos orçamentários foram insuficientes. Para reduzir os efeitos provocados pela insuficiência de recursos, foram concedidos créditos adicionais, no entanto, o atraso na liberação destes causou prejuízos à execução orçamentária, refletindo inclusive, na execução de atividades e projetos. Destaca-se o caso da ação Assistência Médica e Odontológica, onde os recursos disponibilizados atenderam à demanda até julho, sendo suplementados somente no final do exercício.

O cumprimento das metas, em sua maioria, ocorreu dentro do esperado, mediante a dotação disponibilizada ao programa. No entanto, as metas físicas das ações Apreciação e Julgamento de Causas e Divulgação dos Atos do Poder Judiciário – TV Justiça tiveram execução abaixo do previsto na LOA 2005 em decorrência de erro causado pelo SIDOR quando da informação da meta física e de interpretação equivocada da unidade administrativa, respectivamente. Para o ano de 2005, a meta física referente a esta ação prevista era de 205.632 processos julgados. Porém, na transmissão dos dados para o SIDOR, o referido sistema gerou valor em duplicidade, isto é, registrou indevidamente 411.264, o que ocasionou a publicação da LOA com a meta incorreta. Constatado o fato, encaminhou-se pedido de retificação da meta que já se apresenta corrigida para o ano de 2006. Ao desconsiderar o erro gerado pelo SIDOR, a mesma superou satisfatoriamente a previsão inicial. Esta superação deve-se ao desenvolvimento de políticas (entre elas, o aumento do quadro de servidores, inclusive de assessores de Ministros, o funcionamento do Tribunal em dois turnos e

o incremento de novas tecnologias) que implicaram de forma determinante no seu quantitativo.

No caso da ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no STJ, esta obteve execução física aquém do esperado, em decorrência da não efetivação do empréstimo externo que subsidiaria os recursos financeiros a serem alocados neste projeto.

No que se refere à concepção, consideram-se a existência de dois aspectos inadequados no programa. O primeiro, referente à inadequação da ação Apreciação e Julgamento de Causas, a qual abrange diversos gastos não relacionados estritamente com as atividades pertinentes à própria ação, havendo necessidade da criação de novos projetos ou atividades que traduzam com mais precisão os tipos de despesas envolvidas. O segundo, referente à insuficiência da ação Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça – TV Justiça, uma vez que não abrange a totalidade dos serviços de comunicação desenvolvidos pelo STJ, tendo em vista que o tribunal veicula matérias via TV, Rádio e mídia escrita.

Quanto às dificuldades encontradas para implementação das ações destacam-se o crescimento anual do número de processos para julgamento, o que tem demandado não apenas mais espaço físico para arquivo dos mesmos, como também a necessidade de maior quantitativo de recursos humanos uma estrutura maior de recursos humanos. Soma-se a esse fator, a rotatividade alta de servidores que, aprovados em outros concursos públicos, deixam de prestar serviços ao Tribunal.

Outros Aspectos Relevantes

- A periodicidade do monitoramento das ações do STJ é mensal, feito por meio do registro de informações repassadas pelas unidades administrativas responsáveis no Sistema de Informações Gerenciais – SIGPlan.
- No que se refere aos mecanismos de participação social, a criação da Ouvidoria, resultado de Acordo de Cooperação firmado entre o TCU e STJ que instituíram simultaneamente esse canal de comunicação com a sociedade, constitui instrumento de participação direta da sociedade que pode interagir com o STJ mediante canais de comunicação via internet, correspondência, telefone ou pessoalmente.
- Os relatórios produzidos pela Ouvidoria tabulam a atividade do STJ, focando os relatos fornecidos pelos usuários (sociedade). Essas informações servem como instrumentos indicadores e balizadores do permanente aperfeiçoamento de rotinas e do modo de atendimento dos próprios usuários.
- A avaliação da satisfação do público beneficiário do programa mostrou-se satisfatória. Em pesquisa realizada junto ao público do STJ obteve-se 73,67% de aprovação, podendo-se concluir que a grande maioria do público-alvo demonstrou satisfação com a atuação do Tribunal.

Recomendações

- Necessidade de alteração da nomenclatura da ação Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça – TV Justiça, uma vez que não abrange a totalidade dos serviços de comunicação desenvolvidos

pelo STJ, tendo em vista que o Tribunal veicula matérias via TV, Rádio e mídia escrita.

- Atualmente, o Tribunal não retém os valores arrecadados decorrentes do pagamento, por parte dos advogados, da taxa de Porte de Remessa. Fato esse que contraria o especificado no §2º, do art. 98, da CF/88 e art. 2, do Decreto nº 4.950/04, que regulamentou o art. 3, da Lei 9.756/98. O STJ com vistas a solucionar essa inconsistência estará propondo à SOF/MP que os valores arrecadados no âmbito do Órgão sejam contabilizados na unidade orçamentária do STJ.
- Em se tratando da ação Apreciação e Julgamento de Causas, esta abrange diversos gastos não relacionados estritamente com as atividades pertinentes à própria ação, havendo necessidade da criação de novas ações (projetos e atividades) que traduzam com mais precisão os tipos de despesas envolvidas.

Controle Externo

Objetivo

Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo.

Público-Alvo

Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais.

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)		
R$ 499.875.771,00	Empenho Liquidado:	R$ 423.399.513,00
	Pago estatais:	-
	Total:	R$ 423.399.513,00

Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

Indicador(es)

1. Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 42,1 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Os resultados estão sendo obtidos de acordo com o planejamento de longo prazo que projeta a estabilidade do indicador em torno de 40%.

Contextualização

O Tribunal de Contas da União (TCU) é um tribunal administrativo. Julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário. Tal competência administrativo-judicante, entre outras, está prevista no art. 71 da Constituição brasileira. No cumprimento dessa competência, o TCU implementa e desenvolve o programa de serviço ao Estado que visa a coibir, inibir, evitar e punir a malversação e o desperdício de recursos públicos federais, com o objetivo de manter e assegurar o controle dos gastos públicos federais e manter os serviços prestados ao Congresso Nacional.

Principais Resultados

A taxa de julgamento de processos pelo TCU alcançou o valor de 42,1%, resultado superior à meta estabelecida para o período. Esse resultado positivo decorreu do estabelecimento de metas anuais de desempenho, da melhoria dos processos de trabalho, da implementação de ações voltadas para a melhoria da satisfação profissional e da ampliação do uso de tecnologia da informação.

Desempenho do Programa (principais restrições e providências adotadas)

O cumprimento das metas contidas na Lei Orçamentária Anual ficou acima das expectativas do órgão, uma vez que houve o regular fluxo de recursos ao longo do exercício financeiro, bem como o planejamento adequado nas fases anteriores à implementação dos gastos, o que propiciou condições adequadas à execução física das ações dentro dos parâmetros esperados. Contudo, a gerência do programa aponta restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto:

a) Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras, cuja provisão está associada à observância da razão " analistas por habitante ". Embora o TCU tenha atribuições mais amplas e em maior quantidade do que a maioria das entidades de fiscalização superiores, a quantidade de "analistas por habitante" de que dispõe é significativamente inferior. Relativamente à quantidade, cumpre esclarecer que foi aprovada pela Lei nº. 10.799/2003 a criação de 600 novos cargos de analista. Contudo, o seu provimento estender-se-á até 2009.

b) Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras, sendo necessário adotar providências para o desenvolvimento e a disseminação da gestão por competência, dada a crescente complexidade e sofisticação dos objetos de controle, que impõe o contínuo aprimoramento do quadro do TCU. Encontra-se em fase final de desenvolvimento o "Sistema de Gestão por Competências". Complementarmente, há a necessidade de ajuste em normativos legais associados ao trato e acesso a informações bancárias para fins de fiscalização.

Outros Aspectos Relevantes

Em 2004, foi realizada pesquisa para colher a percepção da imagem do TCU junto aos parlamentares, ao Ministério Público da União - MPU, aos controles internos e aos Tribunais de Contas dos Estados. Os pareceres emitidos pelas comissões da Câmara e do Senado acerca dos relatórios de atividades que o TCU encaminha, trimestral e anualmente, ao Congresso Nacional são utilizados para promover melhorias em quê? Ocorreu a criação da ouvidoria para recebimento de denúncias, sugestões e reclamações acerca da atuação do TCU.

Recomendações

Na há recomendações.